



Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina

Edição Nº 1840

Sexta-feira - 02 de Outubro de 2015

Florianópolis/SC

Sumário

Municípios

Água Doce.....	2	Gaspar	148	Pinheiro Preto	299
Anchieta	16	Grão Pará	154	Pomerode	305
Antônio Carlos	17	Guaramirim.....	156	Ponte Serrada	307
Arabutã	19	Herval d'Oeste	159	Porto Belo.....	309
Balneário Piçarras.....	21	Ibiam	166	Porto União.....	342
Balneário Rincão	22	Ilhota	167	Pouso Redondo	348
Barra Velha.....	23	Imarui	169	Presidente Castello Branco	352
Bela Vista do Toldo.....	26	Imbituba	170	Presidente Nereu.....	353
Benedito Novo	33	Indaial.....	176	Rio dos Cedros.....	374
Biguaçu	35	Ipumirim	180	Rio do Sul.....	358
Blumenau	37	Irineópolis	181	Salto Veloso.....	376
Bom Jesus do Oeste	45	Itá	184	Santa Rosa do Sul	377
Botuvera.....	46	Itaiópolis	191	Santiago do Sul.....	378
Braço do Trombudo	49	Itapoá	192	São Bento do Sul.....	379
Brusque.....	64	Joaçaba	193	São Domingos.....	384
Caçador.....	83	Lacerdópolis.....	201	São João do Oeste	387
Camboriú.....	88	Lages	207	São José.....	388
Campo Alegre	90	Lauro Muller	209	São Lourenço do Oeste.....	426
Campos Novos.....	95	Leoberto Leal.....	228	São Miguel da Boa Vista	429
Canoinhas.....	96	Luzerna	230	São Miguel do Oeste.....	430
Capinzal	97	Mafra	240	São Pedro de Alcântara.....	433
Catanduvas.....	98	Maravilha.....	241	Schroeder	438
Chapadão do Lageado	101	Massaranduba.....	244	Sombrio.....	446
Cocal do Sul.....	102	Modelo	256	Sul Brasil	447
Concórdia	114	Monte Carlo	257	Tigrinhos	448
Cordilheira Alta	116	Navegantes.....	274	Timbó	450
Coronel Freitas.....	120	Nova Trento	279	Três Barras	451
Coronel Martins.....	121	Novo Horizonte	284	Treze Tílias	453
Corupá	123	Otacílio Costa.....	285	Trombudo Central.....	463
Curitibanos	126	Ouro Verde	287	Tunápolis.....	469
Faxinal dos Guedes.....	127	Palhoça	288	Urussanga	470
Flor do Sertão.....	130	Passo de Torres.....	291	Vidal Ramos.....	472
Forquilha.....	131	Passos Maia	292	Videira.....	473
Fraiburgo.....	140	Paulo Lopes	293	Xanxerê.....	481
Frei Rogério	145	Penha.....	295	Xavantina	488
Garopaba.....	146	Peritiba.....	296		
Garuva	147	Petrolândia	298		

Associações

AMMVI	490
-------------	-----

Consórcios

AGIR	492
CIGA	495
CIMCATARINA.....	496
CIRSURES.....	498

Água Doce

PREFEITURA

ERRATA - PROCESSO LICITATÓRIO Nº. 65/2015

PREFEITURA MUNICIPAL DE ÁGUA DOCE
ERRATA

O MUNICÍPIO DE AGUA DOCE, com sua sede Administrativa situada à Praça João Macagnan 322, torna público, para conhecimento dos interessados que na data de 29/09/2015 foi publicado ERRONEAMENTE no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina, edição 1837, aviso de abertura do PROCESSO LICITATÓRIO nº 65/2015, na modalidade "PREGÃO PRESENCIAL nº 48/2015", do tipo "MENOR PREÇO POR LOTE", destinado a aquisição de fardamento e calçado operacional para a Polícia Militar de Água Doce, o qual seria processado e julgado no dia 14 de outubro de 2015 às 13h30. Este processo não foi lançado e não existe.

Água Doce, SC, 01 de outubro de 2015
CRISTIANO SAVARIS DA SILVA
Diretor do Depto. de Compras Licitações e Convênios

PORTARIA 273/2015

PORTARIA Nº 273/2015 – DE 30 DE SETEMBRO DE 2015
"NOMEIA MEMBROS PARA COMPOR A COMISSÃO DE ESCRUTINADORES PARA ATUAREM NA APURAÇÃO DOS VOTOS DA ELEIÇÃO DO CONSELHO TUTELAR DE ÁGUA DOCE"
NOVELLI SGANZERLA, Prefeito Municipal de Água Doce – SC. No uso de suas atribuições legais e em conformidade com o disposto na Lei Orgânica do Município e demais normas legais aplicáveis à matéria,

RESOLVE:

Art. 1º. Nomear os seguintes membros para compor a comissão de escrutinadores para atuarem na apuração dos votos da Eleição do Conselho Tutelar de Água Doce:

- SILVANA APARECIDA DO NASCIMENTO CAVALLI
- CRISTIANO SAVARIS DA SILVA
- JOSELI APARECIDA DOS SANTOS MOURA ROSA TRENTO
- JUCIANA SOUZA DE ARAUJO SOARES
- NILZA MENDES
- LEILA PAULA FERRETI
- CAMILA RAQUEL MACAGNAN
- SALETE PARENTI
- ROSEMARY HEBERLE
- NEUSA BISSANI

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Revogam – se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Água Doce, 30 de setembro de 2015.
NOVELLI SGANZERLA
Prefeito Municipal

PORTARIA 274/2015

PORTARIA Nº 274/2015 – DE 30 DE SETEMBRO DE 2015
"CONVOCA MEMBROS PARA ATUAREM COMO PRESIDENTES DE MESA E MESÁRIOS NA ELEIÇÃO DO CONSELHO TUTELAR"

NOVELLI SGANZERLA, Prefeito Municipal de Água Doce – SC. No uso de suas atribuições legais e em conformidade com o disposto na Lei Orgânica do Município e demais normas legais aplicáveis à matéria,

RESOLVE:

Art. 1º. Ficam convocados os membros abaixo relacionados para atuarem como presidentes de mesa e mesários na eleição do Conselho Tutelar de Água Doce, no dia 04 de outubro de 2015, das 08:00 às 17:00 horas:

RELAÇÃO DOS PRESIDENTES DE MESA E MESÁRIOS

Nome	Função
Valter Valentin Rampazzo	Presidente
Luciani Alves	Mesário
Berenice Zanchetta	Mesário
Vanir Putton	Presidente
Maria Luiza Trento	Mesário
Sandra Zanini	Mesário
Elias Vieceli	Presidente
Alan Toigo	Mesário
Vera Lucia Daros Balestrin	Mesário
Rosane Putton Ferreira Hartcopf	Presidente
Claudete Aparecida de Assis	Mesário
Simone Toigo	Mesário
Orlando Fávero	Presidente
Evarista Bernadete Trento	Mesário
Raquel Heberle	Mesário

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Revogam – se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Água Doce, 30 de setembro de 2015.

CÂMARA MUNICIPAL

BALANCETE MENSAL AGOSTO DE 2015

Betha Sistemas
Exercício de 2015
Período: Agosto
Página: 1

Santa Catarina
CAMARA MUNICIPAL DE AGUA DOCE
Balancete Financeiro - Por Função - Despesa Empenhada

RECEITA		DESPESA	
TÍTULOS	R\$	TÍTULOS	R\$
		ORÇAMENTÁRIAS	47.414,49
		DESPESAS EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	47.414,49
		Legislativa	47.414,49
TRANSFERÊNCIAS FINANCEIRAS RECEBIDAS	67.659,50		
TRANSFERÊNCIAS FINANCEIRAS RECEBIDAS	67.659,50		
EXTRA-ORÇAMENTÁRIAS	102.493,81	EXTRA-ORÇAMENTÁRIAS	100.197,12
DEMAIS OBRIGAÇÕES A CURTO PRAZO	7.664,83	DEMAIS OBRIGAÇÕES A CURTO PRAZO	7.318,36
CRÉDITO EMPENHADO A LIQUIDAR	47.414,49	CRÉDITO EMPENHADO A LIQUIDAR	47.414,49
CRÉDITO EMPENHADO LIQUIDADO A PAGAR	47.414,49	CRÉDITO EMPENHADO LIQUIDADO A PAGAR	45.464,27
SALDOS ANTERIORES	141.759,17	SALDOS ATUAIS	164.300,87
BANCO C/ MOVIMENTO	141.759,17	BANCO C/ MOVIMENTO	164.300,87
TOTAL	311.912,48	TOTAL	311.912,48

AGUA DOCE, 25/09/2015

MARLI ROSA SPAGNOL GUERREIRO PRESIDENTE CPF Nº 400.991.999-04	NILZA APARECIDA MENDES CONTADORA CRC/SC Nº 016635/O-7
--	--

BALANCETE MENSAL JULHO DE 2015**Santa Catarina****CAMARA MUNICIPAL DE AGUA DOCE**

Balancete Financeiro - Por Função - Despesa Empenhada

Betha Sistemas
Exercício de 2015
Período: Julho
Página: 1

RECEITA		DESPESA	
TÍTULOS	R\$	TÍTULOS	R\$
		ORÇAMENTÁRIAS	55.175,44
		DESPESAS EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	54.686,76
		Legislativa	54.686,76
		DESPESAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	488,68
		Legislativa	488,68
TRANSFERÊNCIAS FINANCEIRAS RECEBIDAS	67.659,50		
TRANSFERÊNCIAS FINANCEIRAS RECEBIDAS	67.659,50		
EXTRA-ORÇAMENTÁRIAS	118.446,52	EXTRA-ORÇAMENTÁRIAS	133.366,13
DEMAIS OBRIGAÇÕES A CURTO PRAZO	7.579,80	DEMAIS OBRIGAÇÕES A CURTO PRAZO	14.989,23
CRÉDITO EMPENHADO A LIQUIDAR	55.175,44	CRÉDITO EMPENHADO A LIQUIDAR	55.175,44
CRÉDITO EMPENHADO EM LIQUIDAÇÃO	515,84	CRÉDITO EMPENHADO EM LIQUIDAÇÃO	515,84
CRÉDITO EMPENHADO LIQUIDADO A PAGAR	55.175,44	CRÉDITO EMPENHADO LIQUIDADO A PAGAR	62.685,62
SALDOS ANTERIORES	144.194,72	SALDOS ATUAIS	141.759,17
BANCO C/ MOVIMENTO	144.194,72	BANCO C/ MOVIMENTO	141.759,17
TOTAL	330.300,74	TOTAL	330.300,74

AGUA DOCE, 31/07/2015

MARLI ROSA SPAGNOL GUERREIRO
PRESIDENTE CPF Nº 400.991.999-04NILZA APARECIDA MENDES
CONTADORA CRC/SC Nº 016635/O-7

RESUMO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA 4º BIMESTRE 2015 JULHO-AGOSTO

Betha Sistemas
Exercício de 2015
4º bimestre

Santa Catarina
CAMARA MUNICIPAL DE AGUA DOCE
Resumo da Execução Orçamentária (Artigo 165 da Constituição Federal)
Administração Direta, Indireta e Fundacional

Especificação	Previsto/Fixado	Acumulado até 06/2015	Bimestre Jul/Ago/2015	Total até Ago/2015
DESPESAS				
Entidade: CAMARA MUNICIPAL DE AGUA DOCE				
CAMARA MUNICIPAL DE AGUA DOCE SC	811.914,00	277.170,41	102.589,93	379.760,34
Total da Entidade:	811.914,00	277.170,41	102.589,93	379.760,34
TOTAL DA DESPESA :	811.914,00	277.170,41	102.589,93	379.760,34

AGUA DOCE, 31/08/2015

MARLI ROSA SPAGNOL GUERREIRO PRESIDENTE CPF N° 400.991.999-04	NILZA APARECIDA MENDES CONTADORA CRC/SC N° 016635/O-7
--	--

RESUMO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA 4º BIMESTRE 2015 JULHO-AGOSTO

Betha Sistemas

Exercício de 2015

Página: 1/1

Santa Catarina
CAMARA MUNICIPAL DE AGUA DOCE
Demonstrativo Analítico dos Repasses Recebidos
Período de 01/08/2015 a 31/08/2015

Data	Entidade Repassadora	Valor	Finalidade	Fundamento Legal
28/08/2015	TRANSFERÊNCIAS RECEBIDAS PARA A EXECUÇÃO OI	67.659,50	Lançamento contábil 43 ref VALOR REPASSE DE RECURSOS FINANCEIROS DA PREFEITURA I	

MARLI ROSA SPAGNOL GUERREIRO
PRESIDENTE CPF N° 400.991.999-04

RESUMO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA 4º BIMESTRE 2015 JULHO-AGOSTO**Santa Catarina****CAMARA MUNICIPAL DE AGUA DOCE**Quadro Simplificado da Execução Orçamentaria
Administração Direta

Mês/Ano : Agosto/2015

Débito		Crédito	
Receita Extra-Orçamentaria		Despesa Orçamentária:	
No Mês:	75.324,33	No Mês	45.464,27
Até o Mês:		Até o Mês	377.810,12
Total do Mês	75.324,33		
Total:		Despesa Extra Orçamentária:	
		No Mês	7.318,36
		Até o Mês	63.842,10
		Total do Mês	52.782,63
Créditos Adicionais - No Exercício		Movimento de Banco (Disponível)	
Título	Aprovado	Título	Débito
Suplementares:	811.914,00	Saldo do Mês Anterior :	141.759,17
Especiais:	-	Retirado no Mês :	52.782,63
Extraordinários:	-	Depósitos do Mês :	75.324,33
Diferença (a - d) :		Saldo :	164.300,87
		Total:	217.083,50

AGUA DOCE, 31/08/2015

MARLI ROSA SPAGNOL GUERREIRO
PRESIDENTE CPF Nº 400.991.999-04NILZA APARECIDA MENDES
CONTADORA CRC/SC Nº 016635/O-7

RESUMO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA 4º BIMESTRE 2015 JULHO-AGOSTO**Santa Catarina**

Mês de Agosto de 2015

CAMARA MUNICIPAL DE AGUA DOCE

Declaração de regularidade do saldo de caixa - Anexo TC 04

Declaramos que assistimos o levantamento do saldo do caixa do mês de Agosto do corrente exercício, bem como a conferência da espécie representativa do mesmo e que apuramos a situação abaixo assinalada:

☒ A - Ausência de qualquer irregularidade☐ B - Irregularidades apuradas☐ Falta de numerário☐ Cheques que deviam ter sido apresentados ao banco☐ Cheques já apresentados, devolvidos pelo banco☐ Outros

Em face às restrições apuradas foram tomadas as seguintes providências

☐ O Tesoureiro foi notificado a recolher o valor de ,00 no prazo de horas☐ Determinada a conversão dos cheques no dia imediato☐ Determinada a instauração de inquérito administrativo☐ Determinada a cobrança executiva

Declaramos mais que assistimos o levantamento do saldo de caixa do dia do mês de Agosto o qual importava em ,00
() e que a espécie representativa do mesmo compunha-se:

Dinheiro.....	,00
Cheques emitidos no dia.....	,00
Cheques anteriores ao dia e não apresentados ao banco.....	,00
Cheques em insuficiência de fundos.....	,00
Vales.....	,00
Documentos fiscais quitados.....	,00
Falta.....	,00
TOTAL.....	

AGUA DOCE, 31/08/2015

MARLI ROSA SPAGNOL GUERREIRO
PRESIDENTE CPF N° 400.991.999-04

NILZA APARECIDA MENDES
CONTADORA CRC/SC N° 016635/O-7

ODIN G.M.C.ROCHA
TESOUREIRO CPF N° 01510130985

RESUMO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA 4º BIMESTRE 2015 JULHO-AGOSTO

Betha Sistemas
Ano de 2015

Santa Catarina
CAMARA MUNICIPAL DE AGUA DOCE
Termo Geral de Disponibilidade Financeira

Ao(s) Trinta e Um dias do mês de Dezembro de 2015, a(o) CAMARA MUNICIPAL DE AGUA DOCE procedeu a verificação das disponibilidades financeiras existentes no Caixa e nos Bancos, conforme abaixo especificado:

Código	Conta	Título da Conta	Fonte	Agência	Banco	Saldo Ant.	Débitos	Créditos	Saldo Atu.
Outros									
99906	79170	BANCO DO BRASIL SA 7.917-0	0000	207	BANCO DO BRASIL	0,00	541.276,00	381.849,69	159.426,31
Total Outros:						0,00	541.276,00	381.849,69	159.426,31

TOTAL GERAL:

O montante de recursos encontrados, perfazem a quantia de R\$ 159.426,31 (cento e cinquenta e nove mil quatrocentos e vinte e seis reais e trinta e um centavos), que após conferidos, fizeram constar do presente termo, que vai ser por todos assinado.

Resumo das Fontes de Recurso

Aplicação	Valor Estimado
Entidade: 1 - CAMARA MUNICIPAL DE AGUA DOCE	
0000 Recursos Ordinários	159.426,31
	159.426,31
Total da Entidade:	159.426,31
Total da Geral:	159.426,31

RESUMO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA 4º BIMESTRE 2015 JULHO-AGOSTO

Belha Sistemas
Exercício de 2015

Santa Catarina
CAMARA MUNICIPAL DE AGUA DOCE
Demonstrativo do Resultado da Disponibilidade por Fonte de Recurso

DESTINAÇÃO DE RECURSOS	Disponível (a)	Comprometido (b)	Superávit/Déficit c = (a - b)
00.01.0000.0000000 - (Esp. TCE: 00) - Recursos Ordinários	164.300,87	2.785,21	161.515,66
TOTAL	164.300,87	2.785,21	161.515,66

RESUMO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA 4º BIMESTRE 2015 JULHO-AGOSTO

Santa Catarina

Betha Sistemas

CAMARA MUNICIPAL DE AGUA DOCE

Exercício de 2015

Agosto

Demonstrativo das Diárias Concedidas

Página: 1/1

Nº NE	Data	Valor	Beneficiário	Localidade Destino	Motivo Viagem	Período Viagem	Qtde Diárias
128	18/08/15	1302,93	NILZA APARECIDA MENDES	CHAPECO SC	1º CONGRESSO CATARINENSE DE CONTADORES, CONTF	19/08/2015 à 21/08/2015	2,50
129	18/08/15	1302,93	MARIA HELENA CERINO	CHAPECO SC	1º CONGRESSO CATARINENSE DE CONTADORES, CONTF	19/08/2015 à 21/08/2015	2,50
Valor Total:		2.605,86					

RESUMO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA 4º BIMESTRE 2015 JULHO-AGOSTO

Betha Sistemas
Página: 1/1
Exercício de 2015
Mês: Agosto

Santa Catarina
CAMARA MUNICIPAL DE AGUA DOCE
Quadro Demonstrativo do Comportamento Orcamentário e Financeiro

Mes	COMPORTAMENTO ORÇAMENTARIO				COMPORTAMENTO FINANCEIRO ATÉ O MÊS		
	Receita	Despesa	Déficit / Superávit		Ativo Financeiro	Passivo Financeiro	Déficit/ Superávit
			Valor	Acumulado			
Janeiro		39.153,99	39.153,99 D	39.153,99 D	43.860,04	15.354,53	28.505,51 S
Fevereiro		43.375,25	43.375,25 D	82.529,24 D	68.920,25	16.130,49	52.789,76 S
Marco		58.312,42	58.312,42 D	140.841,66 D	63.062,80	925,96	62.136,84 S
Abril		41.476,49	41.476,49 D	182.318,15 D	101.240,57	12.920,72	88.319,85 S
Mai		43.001,45	43.001,45 D	225.319,60 D	113.610,30	632,40	112.977,90 S
Junho		51.850,81	51.850,81 D	277.170,41 D	144.194,72	15.406,13	128.786,59 S
Julho		55.175,44	55.175,44 D	332.345,85 D	141.759,17	486,52	141.270,65 S
Agosto		47.414,49	47.414,49 D	379.760,34 D	164.300,87	2.785,21	161.515,66 S
Setembro							
Outubro							
Novembro							
Dezembro							
TOTAL	0,00	379.760,34	379.760,34 D	379.760,34 D	164.300,87	2.785,21	161.515,66 S

AGUA DOCE, 31/08/2015

MARLI ROSA SPAGNOL GUERREIRO
PRESIDENTE CPF N° 400.991.999-04

NILZA APARECIDA MENDES
CONTADORA CRC/SC N° 016635/O-7

RESUMO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA 4º BIMESTRE 2015 JULHO-AGOSTO

Santa Catarina

CAMARA MUNICIPAL DE AGUA DOCE

Comparativo da Despesa Extra-Orçamentária - Mês de Agosto

Betha Sistemas
Exercício de 2015
Data : 31/08/2015

Conta	Especificação	Saldo Exerc. Anterior	Retenção Acum. Mês Anterior	Pagamento Acum. Mês Anterior	Saldo Mês Anterior	Retenção no Mês	Pagamento no Mês	Saldo Atual
95513	INSS	0,00	21.813,37	21.813,37	0,00	3.059,07	3.059,07	0,00
95519	ISS	0,00	23,70	23,70	0,00	0,00	0,00	0,00
95521	PENSÃO ALIMENTÍCIA	0,00	1.304,52	1.304,52	0,00	186,36	186,36	0,00
95523	ASSISTÊNCIA A SAÚDE - ADMINISTRAÇÃO PRÓPRIA	0,00	2.552,15	2.552,15	0,00	346,47	0,00	346,47 C
99911	SALARIO-MATERNIDADE	0,00	4.727,20	4.727,20	0,00	0,00	0,00	0,00
99934	CONSIGNACAO BANCO DO BRASIL SA	0,00	23.006,78	23.006,78	0,00	3.584,41	3.584,41	0,00
99937	I.R.R.F	0,00	3.287,61	2.799,09	488,52 C	488,52	488,52	488,52 C
99964	DESCONTO CONTRIBUIÇÃO SINDICAL	0,00	296,93	296,93	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL :		0,00	57.012,26	56.523,74	488,52 C	7.664,83	7.318,36	834,99 C

AGUA DOCE, 31/08/2015

MARLI ROSA SPAGNOL GUERREIRO
PRESIDENTE CPF Nº 400.991.999-04

NILZA APARECIDA MENDES
CONTADORA CRC/SC Nº 016635/O-7

RESUMO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA 4º BIMESTRE 2015 JULHO-AGOSTO

Betha Sistemas
Exercício de 2015
Agosto

Santa Catarina
CAMARA MUNICIPAL DE AGUA DOCE
Balancete do Razão

Contas	Saldo exercício anterior	Movimento do exercício corrente				Razão	
		Até mês anterior	Do mês	Acumulado	Saldos restantes		
		Devedor Credor	Devedor Credor	Devedor Credor	Devedor Credor		
ATIVO	48.262,65	489.741,60	67.659,50	557.401,10	219.730,48		
	0,00	340.259,60	45.673,67	385.933,27	0,00		
PASSIVO E PATRIMÔNIO LIQUIDO	0,00	384.688,24	52.782,63	437.470,87	0,00		
	48.262,65	403.220,42	61.503,36	464.723,78	75.515,56		
VARIAÇÃO PATRIMONIAL DIMINUTIVA	0,00	342.666,69	54.394,40	397.061,09	397.061,09		
	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		
VARIAÇÃO PATRIMONIAL AUMENTATIVA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		
	0,00	473.616,51	67.659,50	541.276,01	541.276,01		
CONTROLES DA APROVAÇÃO DO PLANEJAMENTO	0,00	826.414,00	0,00	826.414,00	811.914,00		
	0,00	14.500,00	0,00	14.500,00	0,00		
CONTROLES DA EXECUÇÃO DO PLANEJAMENTO	0,00	1.049.677,81	140.293,25	1.189.971,06	0,00		
	0,00	1.861.591,81	140.293,25	2.001.885,06	811.914,00		
CONTROLES DEVEDORES	0,00	477.343,72	613.662,70	1.091.006,42	546.003,20		
	0,00	0,00	545.003,22	545.003,22	0,00		
CONTROLES CREDORES	0,00	1.010.700,22	695.400,04	1.706.100,26	0,00		
	0,00	1.488.043,94	764.059,52	2.252.103,46	546.003,20		
Totais	48.262,65	4.581.232,28	1.624.192,52	6.205.424,80	1.974.708,77		
	48.262,65	4.581.232,28	1.624.192,52	6.205.424,80	1.974.708,77		

AGUA DOCE, 31/08/2015

NILZA APARECIDA MENDES
CONTADORA CRC/SC N° 016635/O-7

MARLI ROSA SPAGNOL GUERREIRO
PRESIDENTE CPF N° 400.991.999-04

Anchieta

PREFEITURA

EXTRATO AVISO PREGÃO PREF - 045-2015

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE ANCHIETA

AVISO LICITAÇÃO – Pregão Presencial 045/2015

O Prefeito Municipal de Anchieta, Estado de Santa Catarina, torna público, de acordo com as Leis 10.520/02, 8.666/93 8.883/94 e posteriores alterações, que fará realizar Licitação na modalidade Pregão Presencial, do tipo Menor Preço por item, para Aquisição de brinquedos (carrossel em metal, caldeirão, kit animais, encaixes mágicos etc.), para ser utilizados pelas escolas Municipais do ensino infantil e na Creche Municipal da rede municipal de Educação, pago com recursos do dinheiro direto na Escola e Superávit do Salário Educação. A documentação para habilitação e propostas será recebida na Sala de Licitações até às 08:30 horas do dia 19/10/2015. Informações fone (0xx49)3653-3200. Os interessados poderão adquirir cópia integral do Edital no Setor de licitações, na Av. Anchieta, 838, em Anchieta, horário das 07:45 às 11:45 e das 13:30 às 17:30, de Segunda à Sexta – feira.

Anchieta, 01 de outubro de 2015.

Ari Prestes de Oliveira

Prefeito Municipal

EXTRATO AVISO PREGÃO PREF - 046-2015

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE ANCHIETA

AVISO LICITAÇÃO – Pregão Presencial 046/2015

O Prefeito Municipal de Anchieta, Estado de Santa Catarina, torna público, de acordo com as Leis 10.520/02, 8.666/93 8.883/94 e posteriores alterações, que fará realizar Licitação na modalidade Pregão Presencial, do tipo Menor Preço por item, para Aquisição de equipamentos e moveis novos (Computador, Notebook, Impressora, DVD, Mesa de Som, Microfone, TV, Datashow etc.), para serem utilizados pelas escolas municipais do ensino Fundamental e Infantil da rede municipal de Educação, pago com recursos do Salário Educação e Superávit do Salário Educação. A documentação para habilitação e propostas será recebida na Sala de Licitações até às 09:30 horas do dia 19/10/2015. Informações fone (0xx49)3653-3200. Os interessados poderão adquirir cópia integral do Edital no Setor de licitações, na Av. Anchieta, 838, em Anchieta, horário das 07:45 às 11:45 e das 13:30 às 17:30, de Segunda à Sexta – feira.

Anchieta, 01 de outubro de 2015.

Ari Prestes de Oliveira

Prefeito Municipal

Antônio Carlos

PREFEITURA

EXTRATO DE TERMO ADITIVO - PRIMEIRO ADITIVO AO CONTRATO Nº 150/2014 EXTRATO DE TERMO ADITIVO

Primeiro Termo Aditivo ao Contrato nº. 150/2014; Origem: Pregão Presencial nº 057/2014 e Processo Licitatório Nº 088/2014. Contratante: Prefeitura Municipal de Antônio Carlos/SC. Contratada: CORINGA COMÉRCIO E REPRESENTAÇÕES DE EQUIPAMENTOS ELETRÔNICOS DE SEGURANÇA LTDA.; Objeto: O presente termo aditivo tem por objeto, aditar o prazo e reajustar o valor do presente contrato, que consiste na "Contratação de empresa para prestação de serviços de manutenção preventiva e corretiva do sistema de monitoramento eletrônico de logradouros públicos à distância, por sistema fechado de televisão digital do Município de Antônio Carlos/SC", conforme Pregão Presencial nº 057/2014 e Processo Licitatório Nº 088/2014. Novo vencimento: Fica prorrogado por mais 12 (doze) meses, o prazo do enumerado na cláusula décima primeira, cujo novo vencimento dar-se-á no dia 01 de outubro de 2016. Valor do aditivo: Fica alterada a cláusula segunda do contrato acima enumerado, cujo novo valor mensal passará a ser de R\$ 336,97 (trezentos e trinta e seis reais e noventa e sete centavos), totalizando o valor anual de R\$ 4.043,58 (quatro mil e quarenta e três reais e cinquenta e oito centavos).

Antônio Carlos, 01 de outubro de 2015.
Antônio Paulo Remor
Prefeito Municipal

EXTRATO DE TERMO ADITIVO - QUINTO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº. 116/2014 EXTRATO DE TERMO ADITIVO

Quinto Termo Aditivo ao Contrato nº. 116/2014; Origem: Processo Licitatório nº 055/2014 – Tomada de Preços nº 01/2014. Contratante: Prefeitura Municipal de Antônio Carlos/SC. Contratada: CONSTRUTORA DE ANGELO EIRELI EPP; Objeto: O presente termo aditivo consiste na prorrogação do contrato acima enumerado, que consiste na "contratação de empresa especializada em serviços de engenharia civil para empreitada por menor preço GLOBAL, para a construção de uma Unidade Básica de Saúde, com fornecimento de material e mão de obra, com área a ser construída em alvenaria de 572,84m², na Rua VI de Novembro, nº. 210, Centro do município de Antônio Carlos/SC, com recurso do SISMOB – Ministério da Saúde, via PAC2, conforme projetos, memorial descritivo, ART, cronograma físico financeiro, planilha orçamentária e anexos"; Prazo Aditado: 40 (quarenta) dias. Novo vencimento: 03 de novembro de 2015.

Antônio Carlos, 02 de outubro de 2015.
Antônio Paulo Remor
Prefeito Municipal

PORTARIA 464/2015

PORTARIA Nº 464/2015.
Dispensa servidor ACT.

ANTONIO PAULO REMOR – Prefeito Municipal de Antônio Carlos, no uso de suas atribuições legais,

Resolve:

Artigo 1º - Dispensar, a pedido, HUIANA CRISTINE LUCCA, do cargo temporário de ENFERMEIRO, a partir de 02 de outubro de 2015.

Artigo 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Artigo 3º -. Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, em 01 de outubro de 2015.
ANTONIO PAULO REMOR
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria, em 02 de outubro de 2015.

PORTARIA 465/2015

PORTARIA Nº 465/2015.
Exonera cargo comissionado.

ANTONIO PAULO REMOR – Prefeito Municipal de Antônio Carlos, no uso de suas atribuições legais,

Resolve:

Artigo 1º - Exonerar, a pedido, JOSÉ ROBERTO DE AMORIM, do cargo comissionado de CHEFE DE GABINETE, a partir de 01 de outubro de 2015.

Artigo 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Artigo 3º -. Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, em 01 de outubro de 2015.
ANTONIO PAULO REMOR
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria, em 02 de outubro de 2015.

PORTARIA 466/2015

PORTARIA Nº 466/2015.

Nomeia servidor efetivo.

ANTONIO PAULO REMOR – Prefeito Municipal de Antônio Carlos, no uso de suas atribuições legais, de acordo com edital de Concurso Público nº 001/2015,

Resolve:

Artigo 1º - Nomear, HUIANA CRISTINE LUCCA, para o cargo efetivo de ENFERMEIRA, a partir de 05 de outubro de 2015, para atuar na Secretaria Municipal de Saúde e Assistência Social.

Artigo 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Artigo 3º -. Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, em 01 de outubro de 2015.

ANTONIO PAULO REMOR
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria, em 02 de outubro de 2015.

PORTARIA 467/2015

PORTARIA Nº 467/2015.

Concede Insalubridade a servidor efetivo.

ANTONIO PAULO REMOR – Prefeito Municipal de Antônio Carlos, no uso de suas atribuições legais,

Resolve:

Artigo 1º - Conceder INSALUBRIDADE, a servidora HUIANA CRISTINE LUCCA, ocupante do cargo efetivo de ENFERMEIRA, a partir de 05 de outubro de 2015.

Artigo 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Artigo 3º -. Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, em 01 de outubro de 2015.

ANTONIO PAULO REMOR
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria, em 02 de outubro de 2015.

Arabutã

PREFEITURA

2º TERMO ADITIVO AO CONTRATO DE TRABALHO TEMPORÁRIO Nº. 53/2015

SEGUNDO TERMO ADITIVO AO CONTRATO DE TRABALHO TEMPORÁRIO Nº. 053/2015

Segundo termo aditivo ao contrato de trabalho temporário que entre si fazem, de um lado, o MUNICÍPIO DE ARABUTÃ e de outro lado, DAVID DLUGOVIT, celebrado em 03 de julho de 2015.

Pelo presente termo aditivo, o MUNICÍPIO DE ARABUTÃ, Estado de Santa Catarina, pessoa jurídica de direito público, com sede na Rua Lauro Muller, 210, nesta cidade, inscrita no CNPJ sob o nº 95.995.221/0001-53, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Sr. JACKSON LUIZ PATZLAFF, brasileiro, convivente, do comércio, inscrito no CPF sob o nº. 844.823.549-53, residente e domiciliado na Avenida dos Imigrantes, 250, Centro, neste Município, adiante identificado apenas como MUNICÍPIO; e de outra parte senhor DAVID DLUGOVIT, inscrito no CPF/MF sob o nº. 016.672.320.70 têm justos e contratados as seguintes alterações do contrato primitivamente celebrado:

CLÁUSULA PRIMEIRA

Na Cláusula Segunda: da Vigência, fica aditado do dia 01 de outubro de 2015 a 29 de outubro de 2015.

CLAUSULA SEGUNDA

As demais cláusulas e condições do contrato permanecem inalteradas.

Por estarem, assim, justas e contratadas, as partes firmam o presente termo em 02 (duas) vias de igual teor e forma, na presença das testemunhas abaixo assinadas.

Arabutã/SC, 01 de outubro de 2015.

MUNICÍPIO DE ARABUTÃ

Jackson Luiz Patzlaff

Prefeito

DAVID DLUGOVIT

Contratado

Testemunhas:

Leandra Christina Coldebella
CPF/MF nº. 039.438.689-23

Dulci Driemeier
CPF/MF nº 009.112.609-60

DECRETO Nº. 1770/2015

DECRETO Nº 1770, DE 01 DE OUTUBRO DE 2015.

Dispõe sobre a adoção de Turno Único de Trabalho nas repartições públicas que menciona.

O PREFEITO MUNICIPAL DE ARABUTÃ, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e nos termos do art. 63, inciso VI, da Lei Orgânica Municipal, combinado com o art. 245 da Lei Complementar nº 159, de 29 de dezembro de 2014, que dispõe sobre o Estatuto dos Servidores Públicos Município de Arabutã, das Fundações Municipais e dá outras providências,

DECRETA:

Art. 1º Fica adotado turno único de trabalho, das 07h00min às

13h00min, de segunda-feira a sexta-feira, no período de 01 de outubro a 31 de outubro de 2015, na Secretaria Municipal de Infraestrutura e Urbanismo.

Art. 3º O presente Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Arabutã/SC, 01 de outubro de 2015.

Jackson Luiz Patzlaff

Prefeito Municipal

Registra-se e Publica-se

Em 01 de outubro de 2015

Greici Fernanda Sonntag

Responsável Pelas Publicações

PORTARIA Nº. 345/2015

PORTARIA Nº 345/2015

DESIGNA FISCAIS DE ATAS DE REGISTRO DE PREÇOS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

Jackson Luiz Patzlaff, Prefeito de Arabutã, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas em Lei, em especial, considerando o disposto no art. 67 da Lei 8.666, de 21 de junho de 1993;

RESOLVE:

Art.1º. Designar o servidor ASSOREDO KONRAD, inscrito no CPF -MF sob nº 345.919.079-53, ocupante do cargo em comissão de Secretário Municipal de Agricultura, Indústria, Comércio, Serviços e Meio Ambiente e a servidora SILVANA GUARESE, inscrita no CPF sob nº. 032.897.639-35, ocupante do cargo em comissão de Diretora de Agricultura, Indústria, Comércio, Serviços e Meio Ambiente, para fiscalizar a execução das Atas de Registro de Preços nº. 92 e 93/2015, no qual o Município de Arabutã é contratante.

Art. 2º. Determinar que os fiscais designados deverão:

I – zelar pelo fiel cumprimento do ata, anotando em registro próprio todas as ocorrências à sua execução, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou dos defeitos observados, e, submeter aos seus superiores, em tempo hábil, as decisões e as providências que ultrapassarem a sua competência, nos termos da lei.

II – avaliar, continuamente, a qualidade dos serviços prestados pelo(s) detentor(es), em periodicidade adequada ao objeto e durante o seu período de validade, eventualmente, propor a autoridade superior à aplicação das penalidades legalmente estabelecidas.

III- atestar, formalmente, nos autos dos processos, as notas fiscais relativas aos serviços prestados, antes do encaminhamento ao Financeiro para pagamento.

Art.3º Revogadas as disposições em contrário, esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito de Arabutã/SC, 01 de outubro de 2015.

JACKSON LUIZ PATZLAFF

Prefeito

Registrado e publicado em data supra.

Greici Fernanda Sonntag
Responsável pela publicação.

PORTARIA Nº. 346/2015

PORTARIA Nº. 346/2015

ALTERA A ESCALA DE SOBREAVISO NO PERÍODO DE 10 DE OUTUBRO DE 2015 A 31 DE OUTUBRO DE 2015, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Jackson Luiz Patzlaff, Prefeito de Arabutã, estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por lei, especialmente nos termos do art. 96, da Lei Complementar nº. 159, de 29 de dezembro de 2014,

Resolve:

Art. 1º. A escala de sobreaviso para o mês de outubro de 2015 é a que consta nos incisos seguintes:

I – Para atendimentos de para o programa de inseminação artificial em bovinos, conforme quadro seguinte:

Nome	Cargo	Data de sobreaviso
DANIEL USINGER	Inseminador	10, 11,24 e 25/10/2015
SIDINEI GUBERT	Inseminador	12, 17,18 e 31/10/2015

Art. 2º. O pagamento dos dias de sobre aviso compreendidos nesta portaria, serão pagos na folha de pagamento do mês subsequente.

Gabinete do Prefeito de Arabutã (SC), 01 de outubro de 2015.

JACKSON LUIZ PATZLAFF

Prefeito

Registrado e publicado em data supra.

Greici Fernanda Sonntag
Responsável pelas publicações

Balneário Piçarras

PREFEITURA

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 027/2015- FMC/ PREGÃO PRESENCIAL Nº 003/2015-FMC - SRP

PREFEITURA MUNICIPAL DE BALNEÁRIO PIÇARRAS

Processo Licitatório nº 027/2015- FMC/ Pregão Presencial nº 003/2015-FMC - SRP

Fundamento Legal: Lei Federal nº 10.520, Lei nº 8.666/93, suas alterações e demais legislações pertinentes, torna público que fará realizar Licitação na Modalidade Pregão Presencial para Registro de Preços, Tipo Menor Preço Global, para aquisição instrumentos musicais para a fanfarra municipal. Recebimento dos Envelopes até: 21/10/2015 às 14h. Data da Sessão Pública: 21/ 10/2015 às 14h, na Secretaria de Administração e Fazenda, situada na Rua Alexandre Guilherme Figueredo, nº 68, Centro, Balneário Piçarras/SC. O Edital na íntegra encontra-se a disposição dos interessados no endereço acima citado, no horário das 13:30 as 17:30h, ou no site www.picarras.sc.gov.br. Balneário Piçarras(SC), 30 de setembro 2015. Susan Correa- Gestora da Fundação Municipal de Cultura.

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 036/2015 -FMED PREGÃO PRESENCIAL Nº 025/2015-FMED- SRP

MUNICÍPIO DE BALNEÁRIO PIÇARRAS

FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

Processo Licitatório nº 036/2015 -FMED

Pregão Presencial nº 025/2015-FMED- SRP

Fundamento Legal: Lei Federal nº 10.520/2002, Lei nº 8.666/93 suas alterações e demais legislações pertinentes, torna público que fará realizar Licitação na Modalidade Pregão Presencial para Registro de Preços, Tipo Menor Preço Global para prestação de serviços especializados de vigilância desarmada para a Escola Professora Francisca Borba. Recebimento dos Envelopes até: 16/10/2015 às 09:00h. Data da Sessão Pública: 16/10/2015 às 09:00h, na Secretaria de Administração e Fazenda, sito à Avenida Emanuel Pinto, nº 1.655, Centro, Balneário Piçarras/SC. O Edital na íntegra encontra-se a disposição dos interessados na Secretaria de Administração e Fazenda, endereço acima citado, no horário das 13:30 às 17:30h, ou no site www.picarras.sc.gov.br. Balneário Piçarras(SC), 30 de setembro de 2015. Laureci Bernadete Schneider Pereira – Gestora do Fundo Municipal de Educação.

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 069/2015-PMBP TOMADA DE PREÇO Nº 008/2015-PMBP

MUNICÍPIO DE BALNEÁRIO PIÇARRAS

PREFEITURA MUNICIPAL DE BALNEÁRIO PIÇARRAS

Processo Licitatório nº 069/2015-PMBP

Tomada de Preço nº 008/2015-PMBP

A Prefeitura Municipal de Balneário Piçarras, através da Secretaria de Administração e Fazenda, nos termos da Lei Federal nº 10.520/2002 e, subsidiariamente, pela Lei nº 8.666/93 e suas alterações, demais legislações pertinentes, torna público que fará realizar Licitação na Modalidade Tomada de Preço, Tipo Menor Preço Global, para adequação da ponte sobre o Rio Piçarras, na Avenida Nereu Ramos. Recebimento dos Envelopes até: 22/10/2015 às 09:00h. Data da Sessão Pública: 22/10/2015 às 09:00h, na Secretaria de Administração e Fazenda, sito à Avenida Emanuel Pinto, nº 1.655, Centro, Balneário Piçarras/SC. O Edital na íntegra encontra-se a disposição dos interessados na Secretaria de Administração e Fazenda, endereço acima citado, no horário das 13:30 às 17:30h,

ou no site www.picarras.sc.gov.br.

Balneário Piçarras(SC), 02 de outubro de 2015.

Leonel José Martins

Prefeito Municipal.

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 075/2015 - PMBP CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº 004/2015 - PMBP

PREFEITURA MUNICIPAL DE BALNEÁRIO PIÇARRAS

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FAZENDA

Processo Licitatório nº 075/2015 - PMBP

Concorrência Pública nº 004/2015 - PMBP

O Prefeito Municipal de Balneário Piçarras, com fundamento na Lei nº 8.666/93 e suas alterações, TORNA PÚBLICO que fará realizar Concorrência Pública, tipo MAIOR OFERTA, para outorga em regime de concessão para execução do serviço de recolhimento, guarda e depósito dos veículos automotores envolvidos em sinistros e infrações previstas nas legislações de trânsito e em ilícitos penais, bem como objetos envolvidos em ilícitos penais. Data/horário recebimento envelopes: 03/11/2015 até 09h. Data/horário abertura envelopes: 03/11/2015 as 09h, na sede da Prefeitura, localizada na Avenida Emanuel Pinto, nº 1.655, Centro, Balneário Piçarras/SC. O Edital na íntegra encontra-se à disposição dos interessados na Secretaria de Administração e Fazenda, no endereço supra, no horário das 8 as 12 e das 13:30 às 17:30h, ou no site www.picarras.sc.gov.br.

Balneário Piçarras/SC, 29 de setembro de 2015.

Leonel José Martins

Prefeito Municipal

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 076/2015 - PMBP PREGÃO PRESENCIAL Nº 037/2015-PMBP - SRP

MUNICÍPIO DE BALNEÁRIO PIÇARRAS

Processo Licitatório nº 076/2015 - PMBP

Pregão Presencial nº 037/2015-PMBP - SRP

Fundamento Lega:Lei Federal nº 10.520, Lei nº 8.666/93, de 21/06/1993, suas alterações e demais legislações pertinentes, torna público que fará realizar Licitação na Modalidade Pregão Presencial para Registro de Preços, Tipo Menor Preço Global, para contratação de empresa especializada em fornecimento de serviços de segurança desarmada, para eventos a serem realizados pela Secretaria Municipal de Turismo e Cultura. Recebimento dos Envelopes até: 19/10/2015 às 09h. Data da Sessão Pública: 19/10/2015 às 09h, na Secretaria de Administração e Fazenda, situada na Avenida Emanuel Pinto, nº 1.655, Centro, Balneário Piçarras/SC. O Edital na íntegra encontra-se a disposição dos interessados na Secretaria de Administração e Fazenda no endereço acima citado, no horário das 8 às 12 e das 13:30 as 17:30h, ou no site www.picarras.sc.gov.br. Balneário

Piçarras(SC), 01 de outubro de 2015.

Leonel José Martins

Prefeito Municipal

Balneário Rincão

PREFEITURA

LEI Nº 226/2015

LEI Nº 226/2015

CONSIDERA DE UTILIDADE PÚBLICA MUNICIPAL A "CÂMARA DE DIRIGENTES LOJISTAS DE BALNEÁRIO RINCÃO - CDL".

Eu, OLÍRIO JOSÉ LINO, Prefeito em exercício de Balneário Rincão, faço saber a todos os habitantes deste município, que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º -Fica considerada de Utilidade Pública a "Câmara de dirigentes lojistas de Balneário Rincão - CDL", registrada no CNPJ nº 18.640.576/0001-89 com sede na Rua Paraná, S/Nº, Bairro Centro, município de Balneário Rincão, Estado de Santa Catarina.

Parágrafo Único - A referida entidade atua neste Município, prestando trabalho significativo no desenvolvimento do comércio, orientando e legitimando os interesses da entidade e dos associados . A CDL visa cooperar com as autoridades associadas e entidades de classe em tudo o que interessar direta e indiretamente a comunidade e no incentivo técnico especializado.

Art. 2º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Balneário Rincão, 29 de setembro de 2015.

OLÍRIO JOSÉ LINO

Prefeito Municipal

Publicada e registrada na Secretaria de Administração em 29 de setembro de 2015.

VALBERTO BERKENBROCK

Secretário de Administração e Finanças

LEI Nº 227/2015

LEI Nº 227/2015

AUTORIZA O MUNICÍPIO DE BALNEÁRIO RINCÃO A CELEBRAR CONVÊNIO COM O ESTADO DE SANTA CATARINA, ATRAVÉS DA POLÍCIA MILITAR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Eu, OLÍRIO JOSÉ LINO, Prefeito em exercício de Balneário Rincão, faço saber a todos os habitantes deste município, que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a celebrar Convênio com o Estado de Santa Catarina, através da Polícia Militar, inscrita no CNPJ sob o nº 83.931.550/0001-51, tendo por objeto a fiscalização do cumprimento das disposições da legislação municipal relativas aos estabelecimentos comerciais, industriais e o comércio de ambulantes no Município, com a finalidade de preservar a ordem pública e garantir a fluidez na circulação de trânsito nas vias públicas adjacentes aos referidos estabelecimentos e comércio de ambulantes.

Art. 2º - As despesas inerentes ao Convenio citado no artigo 1º correrão por conta de recursos provenientes da cobrança de alvarás e licenças concernentes à Secretaria Municipal de Administração e Finanças.

Art. 3º - Esta Lei em vigor na data de sua publicação.

Balneário Rincão, 29 de setembro de 2015.

OLÍRIO JOSÉ LINO

Prefeito Municipal

Publicada e registrada na Secretaria de Administração em 29 de setembro de 2015.

VALBERTO BERKENBROCK

Secretário de Administração e Finanças

LEI Nº 228/2015

LEI Nº 228/2015

ALTERA A LEI COMPLEMENTAR Nº 006/2013 E 007/2014 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Eu, OLÍRIO JOSÉ LINO, Prefeito em exercício de Balneário Rincão, faço saber a todos os habitantes deste município, que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º - Altera a Lei Complementar nº 006/2013 e a Lei Complementar nº 007/2014 no que se refere ao prazo de contratação dos coletores de lixo, motoristas e profissionais no cargo de agente administrativo.

§ 1º Fica desde já autorizada a contratação temporária dos servidores acima até a data de 31/12/2016, ou até a realização do concurso público, o que ocorrer primeiro.

Art. 2º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Balneário Rincão, 29 de setembro de 2015.

OLÍRIO JOSÉ LINO

Prefeito Municipal

Publicada e registrada na Secretaria de Administração em 29 de setembro de 2015.

VALBERTO BERKENBROCK

Secretário de Administração e Finanças

Barra Velha

CÂMARA MUNICIPAL

ATA DE REUNIÃO DA COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO (CPI) DA CÂMARA DE VEREADORES DE BARRA VELHA – SOBRE SUPPOSTOS DESVIOS DE VERBAS PÚBLICAS PERPETUADAS DURANTE A GESTÃO DA EX-SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS ANA CAROLINA LUCENA CRAVO GOMES – DO DIA 01/09/2015.

ATA DE REUNIÃO DA COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO (CPI) DA CÂMARA DE VEREADORES DE BARRA VELHA – SOBRE SUPPOSTOS DESVIOS DE VERBAS PÚBLICAS PERPETUADAS DURANTE A GESTÃO DA EX-SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS ANA CAROLINA LUCENA CRAVO GOMES – DO DIA 01/09/2015.

Ao primeiro dia do mês de setembro de dois mil e quinze (01/09/2015), às treze horas e trinta minutos (13:30), reunidos, no Plenário Getúlio Bittencourt, os membros da Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) instituída para averiguar fato determinado com relação a supostos desvios de verbas públicas perpetuadas durante a gestão da ex-secretária de administração e finanças Ana Carolina Lucena Cravo Gomes, presentes os Srs. (a) s: Presidente Ver. Douglas Elias da Costa, Relator, Ver. Daniel Pontes da Cunha; e os membros Ver. (a) s Marsiléia Reits e Claudionir Arbighaus que se reuniram realizar a oitiva das seguintes testemunhas: Charles Izidório (14 horas) e Allyson Deivs Cardoso Maiochi (16 horas). Na hora aprazada, o Presidente da CPI iniciou os trabalhos, informando as testemunhas que os atos seriam gravados em recurso audiovisual, nos termos do Art. 405 do Código de Processo Civil, cumulado com o artigo 6º da Lei n. 1.579/52. Informou ainda as referidas testemunhas, seu compromisso legal de dizer a verdade sobre tudo o que for perguntado, sob pena de incorrerem no crime de falso testemunho, previsto no art. 4º, II, da Lei n. 1.579/52, cumulado com o art. 342 do Código Penal. Após declararem sua ciência, as aludidas testemunhas foram interpeladas, sendo seu depoimento gravado em mídia própria para tanto, devidamente juntado no processo em envelope lacrado. A transcrição do aludido depoimento, será realizada em termo próprio e igualmente juntado aos autos, caso requerido por algum membro da comissão. Após, os membros da aludida CPI deliberaram sobre os seguintes assuntos: a) novos documentos a ser requeridos; b) justificativa de impossibilidade de comparecimento para depor da testemunha Marcelo Augusto Koche; c): possibilidade de adiantamento da oitiva da testemunha Pedro Paulo dos Santos para às quinze horas do dia dois de setembro de dois mil e quinze; d) Quebra do sigilo fiscal e bancário da investigada, formulado pelo membro Ver. Claudionir Arbighaus verbalmente nesta reunião; e) Requerimento n. 004/2015, do Relator, Ver. Daniel Pontes da Cunha ao Gerente Geral da Agência do Banco do Brasil em Barra Velha: REQUER: 1. CÓPIAS DOS EXTRATOS DAS MOVIMENTAÇÕES BANCÁRIAS DAS CONTAS DE TITULARIEDADE DA PREFEITURA MUNICIPAL DE BARRA VELHA, REFERENTES AO PERÍODO EM QUE ESTEVE NA CONDIÇÃO DE SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS, A DRA. ANA CAROLINA LUCENA CRAVO GOMES, OBJETO DE INVESTIGAÇÃO DA CPI DA CÂMARA MUNICIPAL DE BARRA VELHA; Requerimento n. 005/2015, do Relator, Ver. Daniel Pontes da Cunha ao Gerente Geral da Agência da Caixa Econômica Federal em Barra Velha: REQUER: 1. CÓPIAS DOS EXTRATOS DAS MOVIMENTAÇÕES BANCÁRIAS DAS CONTAS DE TITULARIEDADE DA PREFEITURA MUNICIPAL DE BARRA VELHA, REFERENTES AO PERÍODO EM QUE ESTEVE NA CONDIÇÃO DE SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS, A DRA. ANA CAROLINA LUCENA CRAVO GOMES, OBJETO DE INVESTIGAÇÃO DA CPI DA CÂMARA MUNICIPAL DE BARRA VELHA. Após os debates iniciais, o Sr. Presidente, dando abertura aos trabalhos, usou da

palavra expondo os assuntos da CPI, ocorrendo em seguida debates orais sobre a ordem do dia, sendo decidido por votação dos membros da CPI: a) Após a oitiva das testemunhas supra mencionadas, verificou-se a necessidade da juntada aos autos dos seguintes documentos: (Para a empresa Transportes A. Maiochi Ltda.) I – Cópias dos relatórios de entregas de material (macadame), acompanhadas de cópias das respectivas notas fiscais, bem como de tickets de recebimento assinados pelos funcionários da Secretaria de Obras da Prefeitura Municipal de Barra Velha; (Para a Prefeitura Municipal de Barra Velha) II – Cópias da Declaração de Imposto de Renda, constado a Declaração de Bens da ex-Secretária de Administração e Finanças, Ana Carolina Lucena Cravo Gomes, referente ao ano de 2014; III – Cópia das Portarias de nomeações do Controlador Geral do Município durante todo o período de gestão da ex-Secretária de Administração e Finanças Ana Carolina Lucena Cravo Gomes; Cópias das atas dos processos licitatórios e extratos das publicações dos contratos dos respectivos certames, referentes ao período de gestão da ex-Secretária de Administração e Finanças, Ana Carolina Lucena Cravo Gomes; VI – Cópias dos relatórios, contratos e pareceres da Controladoria Geral do Município, referente ao período de gestão da ex-Secretária de Administração e Finanças, Ana Carolina Lucena Cravo Gomes; V – Cópias das atas dos processos licitatórios e extratos das publicações dos contratos dos respectivos certames, referentes ao período de gestão da ex-Secretária de Administração e Finanças, Ana Carolina Lucena Cravo Gomes; b) Ante a justificativa de impossibilidade de comparecimento para depor da testemunha Marcelo Augusto Koche, deliberou-se pela sua convocação para o dia 09/09/2015, às 16 horas, determinando o Senhor Presidente o competente ofício de convocação pelo Senhor Assistente Administrativo e Legislativo, bem como a convocação informal via contato telefônica a Assessora Parlamentar Franciele; c) Sobre a possibilidade de adiantamento da oitiva da testemunha Pedro Paulo dos Santos para às quinze horas do dia dois de setembro de dois mil e quinze, solicitou-se a Assessora Parlamentar Franciele, que entrasse em contato com o aludido testigo confirmando a possibilidade. Poucos minutos após, a Assessora Parlamentar respondeu de forma positiva, razão pela qual, o ato foi redesignado para as quinze horas do dia dois de setembro de dois mil e quinze, a ser realizado igualmente no Plenário Getúlio Bittencourt; d) Sobre o requerimento do Ver. Claudionir Arbighaus, o Relator da Comissão, Ver. Daniel Pontes da Cunha, argumentou a legitimidade das Comissões Parlamentares de Inquérito Municipais determinarem a quebra do sigilo fiscal e bancário de seus investigados, com fulcro no art. 58, §3º da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, o qual determina que “as comissões parlamentares de inquérito, que terão poderes de investigação próprios das autoridades judiciais, além de outros previstos nos regimentos das respectivas Casas, serão criadas pela Câmara dos Deputados e pelo Senado Federal, em conjunto ou separadamente, mediante requerimento de um terço de seus membros, para a apuração de fato determinado e por prazo certo, sendo suas conclusões, se for o caso, encaminhadas ao Ministério Público, para que promova a responsabilidade civil ou criminal dos infratores”. Continuou declarando que a circunstância de o texto se referir literalmente à Câmara dos Deputados e ao Senado Federal não restringe, tão-somente por si, o alcance do dispositivo às entidades federais. Basta lembrar que a técnica de redação usada na Constituição não separa seções ou capítulos específicos para tratar de forma isolada e minudente do Executivo ou do Legislativo de cada ente federado ou dos municípios. Por uma questão de simetria, as aptidões essenciais ao exercício da função de controle pelo Legislativo da União devem ser adaptadas à realidade dos estados

federados, dos municípios e do Distrito Federal, respeitados sempre os âmbitos de atuação de cada um. Lembrou que a Constituição do Estado de Santa Catarina e a Lei Orgânica do Município de Barra Velha, também contém disposições acerca dos poderes de investigação de comissão parlamentar de inquérito, in verbis: CESC, Art. 47, §3º "§ 3º As comissões parlamentares de inquérito, que terão poderes de investigação próprios de autoridades judiciais, além de outros previstos no regimento interno da Assembleia, serão constituídas mediante requerimento de um terço de seus membros, para a apuração de fato determinado e por prazo certo, sendo suas conclusões, se for o caso, encaminhadas ao Ministério Público para que promova a responsabilidade civil ou criminal dos infratores". LO do Município de Barra Velha, Art. 42, § 4º "As comissões parlamentares de inquérito, que terão poderes de investigação próprios das autoridades judiciais, além de outros previstos no regimento Interno da Casa, serão criadas pela Câmara Municipal mediante requerimento de 1/3 (um terço) de seus membros para a apuração de fatos determinados e por prazo certo, sendo suas conclusões, se for o caso, encaminhadas ao Ministério Público, para que promova a responsabilidade civil ou criminal dos infratores". Além dessas razões, frisou que bem se sabe que a técnica de redação usada na Constituição de 1988 não separa seções ou capítulos específicos para tratar de forma isolada e minudente dos Poderes Executivo e Legislativo de cada ente federado ou dos municípios, afirmando que é exatamente por isso que se aplica o princípio da simetria a algumas disposições constitucionais. Ou seja, embora a Carta de 1988 estabeleça alguns princípios ou regras expressamente apenas aos Poderes Executivo e Legislativo da União, tais enunciados, por serem normas constitucionais centrais, relacionadas, por exemplo, ao delineamento do princípio da separação dos Poderes e da Federação, são de absorção obrigatória pelos estados e pelos municípios, ainda que não haja reprodução expressa nas constituições estaduais ou leis orgânicas. Salientou que, nessa categoria insere-se, indubitavelmente, o art. 58, § 3º, da Lei Maior, uma vez que se cuida de questão atinente não apenas às atribuições do Poder Legislativo, mas, especialmente, à separação dos Poderes. Trata-se, por isso, de norma de absorção forçada pelos estados, na medida em que se insere em um dos verdadeiros princípios fundamentais da Constituição, que é o dogma intangível da separação dos Poderes (art. 2º, CF/88). E se o que prevalece no plano federal para o princípio da separação dos Poderes irradia-se para a organização e o funcionamento dos municípios (art. 29, CF/88), não há justificativa jurídica ou constitucional que retire das comissões parlamentares de inquérito dos municípios os poderes investigatórios das autoridades judiciais. Para sustentar seus argumentos, socorreu-se aos votos dos Ministros do Supremo Tribunal Federal Ayres Britto e Joaquim Barbosa no julgamento da Ação Cível Originária 1.271 Rio de Janeiro, figurando como Relator o Min. Joaquim Barbosa, a qual foi julgada pelo Plenário do STF em 12/02/2014. Concluiu, argumentando que a quebra de sigilo fiscal pelas comissões parlamentares de inquérito constitui instrumento inerente ao exercício da função fiscalizadora ínsita aos órgãos legislativos e, como tal, dela também podem fazer uso as CPI instituídas pelas Assembleias Legislativas, pela Câmara Distrital, e pelas Câmaras de Vereadores Municipais, desde que observados, em resumo, os seguintes requisitos: 1º) deve dar-se mediante deliberação colegiada devidamente fundamentada; 2º) deve haver pertinência entre o objeto da investigação e as informações requisitadas, sendo necessário que se indique fato concreto que justifique tal medida excepcional; 3º) a atuação da comissão parlamentar municipal deve restringir-se à área de competência constitucional do Poder Legislativo do Município, somente sendo investigáveis por ele os fatos que possam ser objeto de disciplina em lei, de controle ou de fiscalização parlamentar estadual; e 4º) os dados obtidos podem ser usados somente no âmbito da investigação que lhe deu causa, devendo haver, obrigatoriamente, a preservação da confidencialidade dos dados fiscais, bancários e telefônicos repassados ao parlamento municipal. Ato contínuo, os demais membros da comissão deliberaram sobre o tema ora em análise, decidindo por maioria

absoluta de seus membros pela quebra do sigilo fiscal e bancário da investigada, proferindo colegiadamente a seguinte decisão fundamentada: Conforme precedente jurisprudencial do Supremo Tribunal de Justiça, "a legitimidade do ato de quebra do sigilo bancário, além de supor a plena adequação de tal medido ao que prescreve a Constituição, deriva da de a providência em causa que respeitar, quanto à sua adoção e efetivação, o princípio da colegialidade, sobre pena de essa deliberação reputar-se nula. O sigilo bancário, o sigilo fiscal e o sigilo telefônico (sigilo este que incide sobre os dados/registros telefônicos e que não se identifica com a inviolabilidade das comunicações telefônicas) – ainda que representem projeções específicas do direito à intimidade, fundado no art. 5º C, da Carta Política – não se revelam oponíveis, em nosso sistema jurídico, às Comissões Parlamentares de Inquérito, eis que o ato lhes decreta que a quebra traduz natural derivação dos poderes de investigação que foram conferidos, pela própria Constituição da República, aos órgãos de investigação parlamentar". (STF, Mandado de Segurança n. 24.817 do Distrito Federal, Relator, Min. Celso de Mello, julgado pelo Tribunal Pleno em 03/02/2005). E ainda: "Observância obrigatória, pelos Estados-Membros, de aspectos fundamentais decorrentes do princípio da separação de poderes previsto na Constituição Federal de 1988. Função fiscalizadora exercida pelo Poder Legislativo. Mecanismo essencial do sistema de checks-and-counterchecks adotado pela Constituição Federal de 1988. Vedação da utilização desse mecanismo de controle pelos órgãos legislativos dos Estados-Membros. Impossibilidade. Violação do equilíbrio federativo e da separação de Poderes. Poderes de CPI estadual: ainda que seja omissa a Lei Complementar 105/2001, podem essas comissões estaduais requerer quebra de sigilo de dados bancários, com base no art. 58, § 3º, da Constituição." (ACO 730, rel. min. Joaquim Barbosa, julgamento em 22-9-2004, Plenário, DJ de 11-11-2005). No mesmo sentido: RE 584.786, rel. min. Carmen Lúcia, decisão monocrática, julgamento em 8- 2-2010, DJE de 25-2-2010; ACO 1.085 MC, rel. min. Ricardo Lewandowski, decisão monocrática, julgamento em 06-11-2007, DJ de 13-11-2007; ACO 1.032-MC, Rel. min. Sepúlveda Pertence, decisão monocrática, julgamento em 21-6-2007, DJ de 28-6- 2007. Nada obstante, as comissões Parlamentares de Inquérito, para decretar, legitimamente, por autoridade própria, a quebra de sigilo bancário, do sigilo fiscal e/ ou do sigilo telefônico, relativamente a pessoas por elas investigadas, devem demonstrar, a partir de meros indícios, a existência concreta de causa provável, que legitime a medida excepcional, qual seja, a ruptura da esfera de intimidade de sua efetivação no procedimento de ampla investigação, justificando a necessidade de sua efetivação no procedimento de ampla investigação dos fatos determinados que deram causa à instauração do inquérito parlamentar, sem prejuízo de ulterior controle jurisdicional dos atos em referência (CRFB/88, Art. 5º, XXXV). No caso em tela, os indícios que comprovam a existência concreta da causa efetiva que legitima a medida excepcional estão consubstanciados na matéria publicada pelo Jornal "Folha Parati" na data de 28 de julho de 2015, bem como no depoimento prestado pelo Prefeito Municipal Claudemir Matias Francisco a esta Comissão em 25/08/2015, (fls. 27-28). Não bastasse isso, os depoimentos prestados pelo Sr. Charles Izidório (fls. 47-48) e Allyson Deivs Cardoso Maiochi (fls. 49-50), deixam claro o dano causado ao erário público pela ex-Secretária de Administração e Finanças Ana Carolina Lucena Cravo Gomes, durante o período em que esteve à frente da pasta, a qual, confessadamente, afirma ter se apropriado indevidamente de pagamentos que seriam de titularidade das empresas "Construtora Possamai Ltda ME" e "Material de Construção Izidório Ltda", falsificando o endosso nos respectivos cheques de pagamento para fazer crer que se tratava da assinatura dos proprietários das aludidas empresas, depositando, posteriormente, os valores apropriados indevidamente em conta bancárias de conhecidos seus, além de ter efetuado pagamentos em duplicidade para empresas privadas com recursos provenientes do Município, a fim de se apropriar indevidamente dos aludidos recursos para si. Nesse contexto, a quebra do sigilo bancário e fiscal da investigada se faz imprescindível para

apurar se os aludidos valores foram repassados posteriormente para a conta bancária da investigada, bem como para averiguar se ela não adquiriu bens com pecúnia proveniente de atos criminosos perpetrados contra o erário público, bem como para o aprofundamento dos trabalhos desta comissão, até porquê, não se tem conhecimento de quantas contas bancárias a investigada possui. Destarte, os dados obtidos com as quebras poderão confirmar o envolvimento de fato da investigada com o fato determinado ora investigado, bem como apurar se não houveram outras práticas similares por ela perpetrada que geraram danos ao erário público e ainda não foram trazidas à baila. A medida, portanto, nada mais refreite senão o ensinamento do eminente Professor MIGUEL REALE, para quem a excepcional prerrogativa da ruptura do sigilo está condicionada, quanto ao seu legítimo exercício, "aos pressupostos de uma situação jurídica concreta". (REALE, Miguel. Questões de Direito Público, São Paulo: Saraiva, 1997, p. 101-102). Por fim, colhe-se da Jurisprudência do Supremo Tribunal Federal os seguintes acórdãos que legitimam a medida em tela: COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO – PODERES DE INVESTIGAÇÃO (CF, ART. 58, §3º) – LIMITAÇÕES CONSTITUCIONAIS – LEGITIMIDADE DO CONTROLE JURISDICIONAL – POSSIBILIDADE DE A CPI ORDE-NAR, POR AUTORIDADE PRÓPRIA, A QUEBRA DOS SIGILOS BAN-CÁRIO, FISCAL E TELEFÔNICO – NECESSIDADE DE FUNDAMENTA-ÇÃO DO ATO DELIBERATIVO – QUEBRA DE SIGILO ADEQUADAMENTE FUNDAMENTADA – VALIDADE – MANDADO DE SEGURANÇA INDEFERIDO (STF, Mandado de Segurança n. 24.817, do Distrito Federal. Relator: Min. Celso de Mello. Julgado pelo Tribunal Pleno em 03/02/2005). "A jurisprudência firmada pela Corte, ao propósito do alcance da norma prevista no art. 58, § 3º, da Constituição Federal, já reconheceu a qualquer Comissão Parla-mentar de Inquérito o poder de decretar quebra dos sigilos fiscal, bancário e telefônico, desde que o faça em ato devidamente fun-damentado, relativo a fatos que, servindo de indício de atividade ilícita ou irregular, revelem a existência de causa provável, apta a legitimar a medida, que guarda manifestíssimo caráter excepcional (MS n. 23.452-RJ, Rel. Min. Celso de Mello; MS n. 23.466-DF, Rel. Min. Sepúlveda Pertence; MS n. 23.619-DF, Rel. Min. Octavio Gallotti; MS n. 23.639-DF, Rel. Min. Celso de Mello; etc.).

Não é lícito, pois, a nenhuma delas, como o não é sequer aos juízes mesmos (CF, art. 93, IX), afastar-se dos requisitos constitucionais que resguardam o direito humano fundamental de se opor ao ar-bítrio do Estado, o qual a ordem jurídica civilizada não autoriza a, sem graves razões, cuja declaração as torne suscetíveis de controle jurisdicional, devassar registros sigilosos alheios, inerentes à esfera da vida privada e da intimidade pessoal." (MS 25.966-MC, rel. min. Cezar Peluso, decisão monocrática, julgamento em 17-5-2006, DJ de 22-5-2006.). Ante o exposto, sem maiores delongas, até porquê conforme entendimento do STF, às "a fundamentação exigida das comissões parlamentares de inquérito quanto à quebra de sigi-lo bancário, fiscal, telefônico e telemático não ganha contornos exaustivos equiparáveis à dos atos dos órgãos investidos do ofício judicante. Requer-se que constem da deliberação as razões pelas quais veio a ser determinada a medida." (MS 24.749, rel. min. Marco Aurélio, julgamento 29-9-2004, Plenário, DJ de 5-11-2004. No mesmo sentido: MS 23.716, rel. min. Marco Aurélio, julgamento 4-4-2001, Plenário, DJ de 18-5-2001; MS 23.556, rel. min. Octavio Gallotti, julgamento em 14-9- 2000, Plenário, DJ de 7-12-2000), esta Comissão Parlamentar de Inquérito instituída pela Resolução n. 22, de 14 de agosto de 2015 desta Casa de Leis determina, com fulcro no art. 58, §3º, da CRFB/88, Art. 47, §3º da CESC, do Art. 42, §4º da LO do Município de Barra Velha e do Art. 26 da Reso-lução n. 001 de 28 de novembro de 1990 (Regimento Interno da Câmara de Vereadores de Barra Velha), decreta, a luz do Princípio Constitucional da Simetria, a Quebra do Sigilo Fiscal e Bancária da ex-Secretária de Administração Ana Carolina Lucena Cravo Gomes, para os fins desta investigação Parlamentar. Intimem-se a Receita Federal do Brasil, para que forneça a Declaração de Bens da alu-dida investigada, bem como ao Banco Central do Brasil, para que forneça os números das contas correntes/poupanças existentes em

nome da investigada, bem como forneça cópia dos extratos ban-cários das movimentações das referidas contas durante o lapso temporal referente ao fato determinado. Registre nos anais desta Comissão e Publique-se no mural desta Casa de Leis, em jornal de circulação local e no Diário Oficial do Município. A luz do seguinte entendimento do Egrégio Tribunal de Justiça de Santa Catarina: APELAÇÃO CÍVEL – MANDADO DE SEGURANÇA – COMISSÃO PAR-LAMENTAR DE INQUÉRITO (CPI) – ALEGAÇÃO DE OFENSA AOS PRINCÍPIOS DO CONTRADITÓRIO E DA AMPLA DEFESA – FUNÇÃO MERAMENTE INVESTIGATÓRIA – OFENSA NÃO CONFIGURADA – PRORROGAÇÃO DO PRAZO PARA CONCLUSÃO DOS TRABALHOS NOS TERMOS DO REGIMENTO INTERNO – LEGALIDADE DO ATO – RECURSO DESPROVIDO. A Comissão Parlamentar de Inquérito não está sujeita à observância dos princípios constitucionais do "con-traditório" e da "ampla de defesa", na forma como são aplicados aos processos judiciais e administrativos, porquanto trata-se de procedimento meramente investigatório. (TJSC, Apelação Cível em Mandado de Segurança n. 2003.029368-0, de Catanduvas. Relator: Des. Rui Fortes. Julgado pela Terceira Câmara de Direito Público em 27 de fevereiro de 2007) e do Supremo Tribunal Federal: "No que concerne à alegada violação da garantia de contraditório e ampla defesa (fls.15), não parece relevante, por ora, a indicação de ter sido negada qualquer possibilidade de defesa à impetrante em contraposição ao acolhimento de declarações de pessoa de cre-dibilidade duvidosa". Também considero que esse fundamento não basta para a concessão da liminar. É que a própria natureza do in-quérito parlamentar, semelhante ao inquérito policial, afasta o con-traditório como requisito de validade do procedimento (a respeito, cf. HC 73.271, rel. min. Celso de Mello, Primeira Turma, julgamento em 19-3-2006.)" (MS 25.508-MC, rel. min. Joaquim Barbosa, de-cisão monocrática, julgamento em 15-9-2005, DJ de 23-9-2005). Deixa-se de intimar a investigada dessa decisão, até porque será publicada nos veículos oficiais de comunicação já citados. e) A vista da decisão anterior e da publicidade das contas do Município. Re-querimento 004/2015, aprovado por unanimidade; Requerimento 005/2015, aprovado por unanimidade. Nada mais havendo a tratar, o Sr. Presidente determinou a lavratura desta Ata de Reunião da Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI), para que se realize tudo o que foi determinado pelo Sr. Presidente nesta Reunião. Na sequ-ência, agradeceu a presença dos demais membros da Comissão e encerrou os trabalhos. Eu, Relator designado, a fim de dar ciência dos trabalhos da Comissão, redigi esta Ata, que vai por mim assi-nada, pelo Presidente e pelos Membros da Comissão.

Barra Velha, 01 de setembro de 2015.

Ver. Douglas Elias da Costa
Presidente

Ver. Daniel Pontes da Cunha
Relator

Ver (a). Marsiléia Reits
Membro

Ver. Claudionir Arbigaous
Membro

Bela Vista do Toldo

PREFEITURA

LEI Nº 1.124

LEI Nº 1.124/2015, DE 01 DE OUTUBRO DE 2015.

“AUTORIZA O EXECUTIVO MUNICIPAL A DESAPROPRIAR POR INTERESSE PÚBLICO, SEM ÔNUS FINANCEIRO PARA O MUNICÍPIO, O IMÓVEL PERTENCENTE AO SENHOR ANDERSON DE ASSIS KRAUSE, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”

GILBERTO DAMASO DA SILVEIRA, Prefeito Municipal de Bela Vista do Toldo, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o art. 67, IV da Lei Orgânica do Município, faz saber a todos que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte:

LEI:

Art. 1º. Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal, autorizado a desapropriar através de competente Decreto, por absoluto interesse público, a área de 1.346,00 m² (mil, trezentos e quarenta e seis metros quadrados), na Rua Sem Denominação, registrada no Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de Canoinhas – SC, sob a matrícula nº 36.970, de propriedade do Senhor Anderson de Assis Krause, situada no centro do município de Bela Vista do Toldo – SC.

Art. 2º. A desapropriação da área descrita no artigo anterior ocorrerá sem ônus financeiro para o município.

Art. 3º. Fica toda a infraestrutura já executada no trecho do artigo 1º, sem ônus financeiro ao município.

Art. 4º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

Bela Vista do Toldo - SC, 01 de outubro de 2015.

GILBERTO DAMASO DA SILVEIRA

Prefeito Municipal

Esta Lei foi registrada e publicada na Secretaria Municipal de Administração e Fazenda, em 01 de outubro de 2015.

MARIO CESAR CORRÊA

Secretário Municipal de Administração e Fazenda

LEI Nº 1.125

LEI Nº 1.125/2015, DE 01 DE OUTUBRO DE 2015.

“AUTORIZA O EXECUTIVO MUNICIPAL A DESAPROPRIAR POR INTERESSE PÚBLICO, SEM ÔNUS FINANCEIRO PARA O MUNICÍPIO, O IMÓVEL PERTENCENTE AO SENHOR EDERSON LUÍZ KRAUSE, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”

GILBERTO DAMASO DA SILVEIRA, Prefeito Municipal de Bela Vista do Toldo, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o art. 67, IV da Lei Orgânica do Município, faz saber a todos que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte:

LEI:

Art. 1º. Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal, autorizado a desapropriar através de competente Decreto, por absoluto interesse público, a área de 1.118,00 m² (mil, cento e dezoito metros quadrados), Rua Sem Denominação, registrada no Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de Canoinhas – SC, sob a matrícula nº 36.972, de propriedade do Senhor Ederson Luiz Krause, situada no centro do município de Bela Vista do Toldo – SC.

Art. 2º. A desapropriação da área descrita no artigo anterior ocorrerá sem ônus financeiro para o município.

Art. 3º. Fica toda a infraestrutura já executada no trecho do artigo 1º, sem ônus financeiro ao município.

Art. 4º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

Bela Vista do Toldo - SC, 01 de outubro de 2015.

GILBERTO DAMASO DA SILVEIRA

Prefeito Municipal

Esta Lei foi registrada e publicada na Secretaria Municipal de Administração e Fazenda, em 01 de outubro de 2015.

MARIO CESAR CORRÊA

Secretário Municipal de Administração e Fazenda

LEI Nº 1.126

LEI Nº 1.126/2015, DE 01 DE OUTUBRO DE 2015.

“AUTORIZA O EXECUTIVO MUNICIPAL A DESAPROPRIAR POR INTERESSE PÚBLICO, SEM ÔNUS FINANCEIRO PARA O MUNICÍPIO, O IMÓVEL PERTENCENTE A SENHORA MARIA VALDIRENE KRAUSE FRANCISCO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”

GILBERTO DAMASO DA SILVEIRA, Prefeito Municipal de Bela Vista do Toldo, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o art. 67, IV da Lei Orgânica do Município, faz saber a todos que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte:

LEI:

Art. 1º. Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal, autorizado a desapropriar através de competente Decreto, por absoluto interesse público, a área de 1.344,00 m² (mil, trezentos e quarenta e quatro metros quadrados), Rua Sem Denominação, registrada no Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de Canoinhas – SC, sob a matrícula nº 36.971, de propriedade da Senhora Maria Valdirene Krause Francisco, situada no centro do município de Bela Vista do Toldo – SC.

Art. 2º. A desapropriação da área descrita no artigo anterior ocorrerá sem ônus financeiro para o município.

Art. 3º. Fica toda a infraestrutura já executada no trecho do artigo 1º, sem ônus financeiro ao município.

Art. 4º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

Bela Vista do Toldo - SC, 01 de outubro de 2015.

GILBERTO DAMASO DA SILVEIRA

Prefeito Municipal

Esta Lei foi registrada e publicada na Secretaria Municipal de Administração e Fazenda, em 01 de outubro de 2015.

MARIO CESAR CORRÊA

Secretário Municipal de Administração e Fazenda

LEI Nº 1.127

LEI Nº 1.127/2015, DE 01 DE OUTUBRO DE 2015.

“INSTITUI, NO MUNICÍPIO DE BELA VISTA DO TOLDO O INCENTIVO FINANCEIRO DO PROGRAMA NACIONAL DE MELHORIA DO ACESSO E DA QUALIDADE DE ATENÇÃO BÁSICA - PMAQ-AB, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

GILBERTO DAMASO DA SILVEIRA, Prefeito Municipal de Bela Vista do Toldo, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o art. 67, IV da Lei Orgânica do Município, faz saber a todos que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte:

LEI:

Art. 1º. Fica autorizado o Poder Executivo instituir no Município de Bela Vista do Toldo o Incentivo Financeiro do PMAQ-AB, concedido de forma variável pelo Ministério da Saúde, no âmbito do Programa Nacional de Melhoria de Acesso e da Qualidade da Atenção Básica – PMAQ-AB, em prol da Equipe da Atenção Básica que obtiver classificação de desempenho certificada nos termos do art. 16 da Portaria 1.654/2011. Parágrafo Único: De acordo com esta Portaria, o PMAQ – AB tem por objetivo induzir a ampliação do acesso e a melhoria da qualidade da atenção básica, com garantia de um padrão de qualidade comparável nacional, regional e localmente, de maneira a permitir maior transparência e efetividade das ações governamentais direcionadas a atenção básica.

Art. 2º. Participarão do Programa os servidores lotados no Fundo Municipal de Saúde, que atuam na Equipe do Programa Estratégia Saúde da Família - ESF, Saúde Bucal, Núcleo de Apoio à Saúde da Família - NASF, Agentes Comunitários de Saúde, e profissionais da atenção básica que aderiram ao Termo de Compromisso do Programa de Melhoria do Acesso e da Qualidade da Atenção Básica – PMAQ-AB e que contribuíram na realização das propostas realizadas pelo programa.

Art. 3º. O processo de avaliação estará vinculado ao cumprimento das metas pactuadas pela respectiva equipe no Termo de Compromisso e terá periodicidade trimestral.

Art. 4º. O valor total do incentivo do Programa de Melhoria do Acesso e da Qualidade da Atenção Básica – PMAQ-AB, recebido do Ministério da Saúde, por meio do sistema oficial fundo-a-fundo, será utilizado da seguinte forma:

I – Do valor total, 55% (cinquenta e cinco por cento) será destinado as equipes conforme citado no art. 2º em forma de Gratificação de Incentivo as atividades realizadas conforme anexo I.

a) 27% (vinte e sete por cento) será distribuído para os profissionais de nível superior que compõe a equipe multidisciplinar que são: médicos da estratégia saúde da família (com exceção dos médicos do programa mais médicos conforme a legislação vigente), enfermeiro do ESF e atenção básica, odontólogo da atenção básica, nutricionista, psicóloga, farmacêutico, fonoaudióloga, fisioterapeuta e Coordenador do Núcleo de Educação Permanente em Saúde;

b) 15% (quinze por cento) para profissionais de nível técnico: técnicos de enfermagem da Estratégia de Saúde da Família, técnicos de enfermagem da atenção básica, técnico de higiene dental;

c) 13% (treze por cento) para os agentes comunitários de saúde e auxiliar de odontologia.

II – Os outros 45% (quarenta e cinco por cento) ficará para o Fundo Municipal de Saúde investir na estruturação e melhorias das Unidades Básicas de Saúde, na segurança e na melhoria das condições de trabalho dos servidores, cujas propostas poderão ser indicadas formalmente à Dimensão Estratégia do Fundo Municipal de Saúde, pelos setores de apoio técnico da Prefeitura Municipal e pela Comissão de Monitoramento Permanente do Programa de Incentivo;

III – os valores a serem repassados serão aqueles transferidos pelo Ministério da Saúde, os quais sofrerão ajustes periódicos em função do cumprimento ou não das metas pactuadas.

Art. 5º. Os valores mensais acumulados desde o período da adesão ao PMAQ - AB, serão depositados em conta específica e os pagamentos dos incentivos acumulados no período correspondente serão efetuados em parcela única. Somente após o recebimento dos recursos do Ministério da Saúde e de acordo com o cumprimento das metas pactuadas no Termo de Compromisso e no anexo I.

Art. 6º. Será constituída a Comissão de Monitoramento Permanente do Programa de Incentivo, composta por servidores vinculados direta ou indiretamente ao Programa Estratégia Saúde da Família – ESF e Unidade Básica de Saúde, cujos membros serão designados por meio de Decreto do Executivo Municipal.

Art. 7º. A Comissão deverá ser representada por:

I – 01 (um) membro representante do Fundo Municipal de Saúde;

II – 02 (dois) profissionais de nível superior;

III – 02 (dois) profissionais de nível técnico;

IV – 02 (dois) agentes comunitários de saúde.

Art. 8º. A Comissão prevista no artigo anterior avaliará, mensalmente, os critérios estabelecidos no Anexo I.

Parágrafo Único: O não cumprimento dos parâmetros individuais acarretará o não recebimento da gratificação, sendo este valor repassado ao Fundo Municipal de Saúde para investir conforme inciso II do art. 4º.

Art. 9º. O incentivo PMAQ – AB é temporário, tem fins estritamente indenizatórios, não sendo incorporável ao salário em hipótese alguma, não podendo, portanto, ser utilizado como base de cálculo para outras vantagens, nem mesmo para fins previdenciários.

Parágrafo Único: Em nenhuma hipótese será pago o Incentivo de Desempenho PMAQ – AB com recursos do Tesouro Municipal.

Art. 10. A Gratificação do PMAQ-AB aos funcionários que participaram do PMAQ-AB dependerá do desempenho dos profissionais contratualizados e o desempenho individual de cada profissional.

Parágrafo Único: O não cumprimento pelo servidor dos parâmetros e baixa e regular avaliação pela comissão acarretará o não recebimento da gratificação.

Art. 11. Os profissionais terão direito ao recebimento do incentivo financeiro PMAQ-AB somente nos meses trabalhados, não fazendo jus ao pagamento do incentivo em período de gozo de licenças, atestados e faltas não justificadas pelo período superior a 03 (três) dias por mês, readaptação ou suspensão por qualquer motivo e transferências para unidades de saúde onde o PMAQ não funciona, sendo o valor correspondente incorporado ao percentual referente a estruturação e reestruturação de Unidades Básicas de Saúde e na melhoria da segurança e das condições de trabalho dos servidores.

Parágrafo Único: O pagamento do incentivo de desempenho do PMAQ – AB/MUNICIPAL, está condicionado ao repasse de recursos financeiros do PMAQ – AB do Ministério da Saúde para o Município de Bela Vista do Toldo, ficando a existência e manutenção do PMAQ-AB/MUNICIPAL condicionada a continuidade do repasse financeiro do PMAQ – AB.

Art. 12. Até o dia 10 (dez) do mês subsequente, a Comissão deverá elaborar e apresentar ao(a) Gestor(a) Municipal de Saúde a relação dos servidores beneficiados do PMAQ-AB, separada por Unidade Básica de Saúde.

§ 1º. O Setor de Recursos Humanos do Município deverá disponibilizar em tempo hábil as informações necessárias ao (a) Gestor(a) Municipal de Saúde, com a finalidade de elaborar a relação dos servidores contemplados no período correspondente.

§ 2º. No final de cada trimestre, o (a) Gestor (a) Municipal de Saúde providenciará a compilação das informações e as encaminhará ao Setor de Recursos Humanos do Município, para pagamento do Incentivo de Gratificação.

Art. 13. Para fazer frente às despesas decorrentes da execução desta Lei, o Governo Federal repassará os recursos financeiros fundo-a-fundo ao Município de Bela Vista do Toldo, podendo sofrer ajustes periódicos em função do cumprimento ou não das metas pactuadas e a alocação correspondente correrá por conta da Dotação Orçamentária do Orçamento Próprio do Fundo Municipal de Saúde – PAB Variável – Portaria nº 204/GM, de 29 de janeiro de 2007.

Art. 14. Não caberá recurso contra os resultados das avaliações realizadas pela Comissão do PMAQ-AB/Municipal.

Art. 15. As despesas decorrentes da execução da presente Lei correrão por conta de dotações específicas do orçamento vigente.

Art. 16. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Bela Vista do Toldo - SC, 01 de outubro de 2015.

GILBERTO DAMASO DA SILVEIRA

Prefeito Municipal

Esta Lei foi registrada e publicada na Secretaria Municipal de Administração e Fazenda, em 01 de outubro de 2015.

MARIO CESAR CORRÊA

Secretário Municipal de Administração e Fazenda

ANEXO I

I – Médico

Metas	Cumprimento	Diretrizes de parâmetro/fonte de avaliação	Classificação do Parâmetro
Cumprimento de Carga Horária	40 horas semanais	Portaria GM Nº 2.488/2011 – Normatização da Política da Atenção Básica; Estratégia Saúde da Família (ESF); Programa de Agentes Comunitários de Saúde (PACS), NASF e PSE	Individual Ponto eletrônico
Pontualidade	Capacidade de acatar e cumprir horários estabelecidos na UBS	Legislação Vigente Carga horária estabelecida na contratação	Individual Ponto eletrônico
Número de consultas médicas	Ministério da Saúde Diretrizes da atenção Básica	32 consultas/dia 640/mês 1920/trimestral	Relatório de Produção Diário Mensal Trimestral PMA2 – fichas E-SUS
Visita Domiciliar	Ministério da Saúde / Diretrizes Atenção Básica	1 visita/dia 20 visitas/mês	Relatório de produção Diário Mensal Trimestral PMA2 – fichas E-SUS
Reunião de Equipe	Numero de Reuniões realizadas	Reunião mensal com registro em livro ata	Comissão de Monitoramento Permanente do Programa
Telessaúde	Numero de teleconferências assistidas	01 conferência/mês Ata de participação com assinatura dos profissionais	Comissão de Monitoramento Permanente do Programa

II - Enfermeiro

Metas	Cumprimento	Diretrizes de parâmetro/fonte de avaliação	Classificação do Parâmetro
Cumprimento de Carga Horária	40 horas semanais	Portaria GM Nº 2.488/2011 – Normatização da Política da Atenção Básica; Estratégia Saúde da Família (ESF); Programa de Agentes Comunitários de Saúde (PACS), NASF e PSE	Individual Ponto eletrônico
Pontualidade	Capacidade de acatar e cumprir horários estabelecidos na UBS	Legislação Vigente Carga horária estabelecida na contratação	Individual Ponto eletrônico
Total de procedimentos de Enfermagem	Mede demanda de atendimento e procedimentos realizados na UBS	12 atendimentos gestante e/ou triagem /mês 02 reuniões mês com ACS nos grupos: tabagismo, gestante, saúde na comunidade, PSE, saúde do homem, saúde mental, etc. Ata de reunião e lista de presença	Relatório de Produção Diário Mensal Trimestral Fichas E-SUS
Visita Domiciliar	Número de visitas realizadas na área de abrangência	Relatório do SIAB 30 visitas domiciliares/mês Enfermeiro do ESF 10 visitas domiciliares/mês (enfermeiro da atenção básica)	Relatório de Produção Diário Mensal Trimestral Fichas E-SUS
Reunião de Equipe	Número de Reuniões realizadas	2 reuniões/mês Ata de reunião	Comissão de Monitoramento Permanente do Programa
Telessaúde	Número de teleconferências assistidas	01 conferência/mês Ata de participação com assinatura dos profissionais	Comissão de Monitoramento Permanente do Programa

III – Técnico de Enfermagem

Metas	Cumprimento	Diretrizes de parâmetro/fonte de avaliação	Classificação do Parâmetro
Cumprimento de Carga Horária	40 horas semanais	Portaria GM Nº 2.488/2011 – Normatização da Política da Atenção Básica; Estratégia Saúde da Família (ESF); Programa de Agentes Comunitários de Saúde (PACS), NASF e PSE	Individual Ponto eletrônico
Pontualidade	Capacidade de acatar e cumprir horários estabelecidos na UBS	Legislação Vigente Carga horária estabelecida na contratação	Individual Ponto eletrônico
Número de procedimentos de enfermagem	Demanda de atendimentos e procedimentos na UBS (Curativos, teste de glicemia, medicação injetável, triagem)	Demanda espontânea	Relatório de Produção Diário Mensal Trimestral Fichas E-SUS
Visita Domiciliar	Número de vistas realizadas na área de abrangência	60 visitas/mês Relatório SIAB	Relatório de Produção Diário Mensal Trimestral
Reunião de Equipe	Número de Reuniões realizadas	2 reuniões/mês Ata de reunião	Comissão de Monitoramento Permanente do Programa
Telessaúde	Número de teleconferências assistidas	01 conferência mês Ata de participação com assinatura dos profissionais	Comissão de Monitoramento Permanente do Programa

IV – Agente Comunitário de Saúde

Metas	Cumprimento	Diretrizes de parâmetro/fonte de avaliação	Classificação do Parâmetro
Cumprimento de Carga Horária	40 horas semanais	Portaria GM Nº 2.488/2011 – Normatização da Política da Atenção Básica; Estratégia Saúde da Família (ESF); Programa de Agentes Comunitários de Saúde (PACS), NASF e PSE	Cartão Ponto e 100% das visitas
Pontualidade	Capacidade de acatar e cumprir horários estabelecidos na UBS e participação em reuniões	Legislação Vigente Carga horária estabelecida na contratação	Cartão Ponto e lista de presença
Atualização cadastral	Mede a demanda de cadastros atualizados	SIAB – E-SUS	Mensal Trimestral
Visita Domiciliar	Número de visitas realizadas no mês aos usuários cadastrados em área de abrangência	Relatório SSA2 do SIAB E-SUS 100% No caso de famílias que não se encontram no horário comercial, deve ser entregue à comissão, lista das famílias não visitadas e justificativa para não comprometer o repasse	Mensal Trimestral

Reunião de Equipe	Número de reuniões realizadas	2 reuniões/mês Ata de reunião	Comissão de Monitoramento Permanente do Programa
Telessaúde	Número de teleconferências assistidas	01 conferência/mês Ata de participação com assinatura dos profissionais Lista de presença	Comissão de Monitoramento Permanente do Programa
Palestras	Número de participação em palestras	01 palestras/mês	Comissão de Monitoramento Permanente do Programa

V – Odontólogo

Metas	Cumprimento	Diretrizes de parâmetro/fonte de avaliação	Classificação do Parâmetro
Cumprimento de Carga Horária	40 horas semanais	Portaria GM Nº 2.488/2011 – Normatização da Política da Atenção Básica; Estratégia Saúde da Família (ESF); Programa de Agentes Comunitários de Saúde (PACS), NASF e PSE	Individual Ponto eletrônico
Pontualidade	Capacidade de acatar e cumprir horários estabelecidos na UBS	Legislação Vigente Carga horária estabelecida na contratação	Individual Ponto eletrônico
Número de consultas odontológicas	Mede a demanda de consultas odontológicas realizadas	PMA2 08 consultas manhã + Urgência/Emergência 06 consultas tarde + Programa de Flúor	Mensal Trimestral
Reunião de Equipe	Número de Reuniões realizadas	2 reuniões/mês Ata de reunião e/ou lista de presença	Comissão de Monitoramento Permanente do Programa
Telessaúde	Número de teleconferências assistidas	01 conferência/mês Ata de participação com assinatura dos profissionais e/ou lista de presença	Comissão de Monitoramento Permanente do Programa

VI – Técnico em Saúde Bucal

Metas	Cumprimento	Diretrizes de parâmetro/fonte de avaliação	Classificação do Parâmetro
Cumprimento de Carga Horária	40 horas semanais	Portaria GM Nº 2.488/2011 – Normatização da Política da Atenção Básica; Estratégia Saúde da Família (ESF); Programa de Agentes Comunitários de Saúde (PACS), NASF e PSE	Individual Ponto eletrônico
Pontualidade	Capacidade de acatar e cumprir horários estabelecidos na UBS	Legislação Vigente Carga horária estabelecida na contratação	Individual Ponto eletrônico
Número de atendimento individual	Mede demanda de atendimentos realizados	08 consultas manhã + Urgência/Emergência 06 consultas tarde + Programa de Flúor	Relatório de Produção Mensal Trimestral
Reunião de Equipe	Número de Reuniões realizadas	2 reuniões/mês Ata de reunião	Comissão de Monitoramento Permanente do Programa
Telessaúde	Número de teleconferências assistidas	01 conferência/mês Ata de participação com assinatura dos profissionais e/ou Lista de presença	Comissão de Monitoramento Permanente do Programa
Palestras	Número de participação em palestras	02 palestras/mês	Comissão de Monitoramento Permanente do Programa

VII – Auxiliar de Dentista

Metas	Cumprimento	Diretrizes de parâmetro/fonte de avaliação	Classificação do Parâmetro
Cumprimento de Carga Horária	40 horas semanais	Portaria GM Nº 2.488/2011 – Normatização da Política da Atenção Básica; Estratégia Saúde da Família (ESF); Programa de Agentes Comunitários de Saúde (PACS), NASF e PSE	Individual Ponto Eletrônico
Pontualidade	Capacidade de acatar e cumprir horários estabelecidos na UBS e participação em reuniões	Legislação Vigente Carga horária estabelecida na contratação	Individual Ponto Eletrônico
Reunião de Equipe	Número de reuniões realizadas	2 reuniões/mês Ata de reunião	Comissão de Monitoramento Permanente do Programa
Telessaúde	Número de teleconferências assistidas	01 conferência/mês Ata de participação com assinatura dos profissionais Lista de presença	Comissão de Monitoramento Permanente do Programa
Palestras	Numero de participação em palestras	02 palestras/mês	Comissão de Monitoramento Permanente do Programa

VIII – Farmacêutico

Metas	Cumprimento	Diretrizes de parâmetro/fonte de avaliação	Classificação do Parâmetro
Cumprimento de Carga Horária	40 horas semanais	Portaria GM Nº 2.488/2011 – Normatização da Política da Atenção Básica; Estratégia Saúde da Família (ESF); Programa de Agentes Comunitários de Saúde (PACS), NASF e PSE	Individual Ponto eletrônico
Pontualidade	Capacidade de acatar e cumprir horários estabelecidos na UBS	Legislação Vigente Carga horária estabelecida na contratação	Individual Ponto eletrônico
Equipe multidisciplinar	Número de encontros realizados em grupo (saúde mental, tabagismo, PSE, reeducação alimentar)	02 grupos mês	Mensal Trimestral
Reunião de Equipe	Número de reuniões realizadas	1 reunião/mês Ata de reunião	Comissão de Monitoramento Permanente do Programa
Telessaúde	Número de teleconferências assistidas	01 conferência /mês Ata de participação com assinatura dos profissionais	Comissão de Monitoramento Permanente do Programa

VIII – Fonoaudióloga.

Metas	Cumprimento	Diretrizes de parâmetro/fonte de avaliação	Classificação do Parâmetro
Cumprimento de Carga Horária	30 horas semanais	Portaria GM Nº 2.488/2011 – Normatização da Política da Atenção Básica; Estratégia Saúde da Família (ESF); Programa de Agentes Comunitários de Saúde (PACS), NASF e PSE	Individual Ponto eletrônico
Pontualidade	Capacidade de acatar e cumprir horários estabelecidos na UBS	Legislação Vigente Carga horária estabelecida na contratação	Individual Ponto eletrônico
Equipe multidisciplinar	Número de encontros realizados em grupo (saúde mental, tabagismo, PSE, reeducação alimentar)	02 grupos mês	Mensal Trimestral
Reunião de Equipe	Número de reuniões realizadas	1 reunião/mês Ata de reunião	Comissão de Monitoramento Permanente do Programa
Telessaúde	Número de teleconferências assistidas	01 conferência /mês Ata de participação com assinatura dos profissionais	Comissão de Monitoramento Permanente do Programa

IX – Profissionais do NASF: Nutricionista e Fisioterapeuta.

Metas	Cumprimento	Diretrizes de parâmetro/fonte de avaliação	Classificação do Parâmetro
Cumprimento de Carga Horária	20 horas semanais	Portaria GM Nº 2.488/2011 – Normatização da Política da Atenção Básica; Estratégia Saúde da Família (ESF); Programa de Agentes Comunitários de Saúde (PACS), NASF e PSE	Individual Ponto eletrônico
Pontualidade	Capacidade de acatar e cumprir horários estabelecidos na UBS	Legislação Vigente Carga horária estabelecida na contratação	Individual Ponto eletrônico
Equipe multidisciplinar	Número de encontros realizados em grupo (saúde mental, tabagismo, PSE, reeducação alimentar)	02 grupos/mês	Mensal Trimestral
Reunião de Equipe	Número de reuniões realizadas	1 reunião/mês Ata de reunião	Comissão de Monitoramento Permanente do Programa
Telessaúde	Número de teleconferências assistidas	01 conferência /mês Ata de participação com assinatura dos profissionais	Comissão de Monitoramento Permanente do Programa

X – Profissional do NASF: Psicóloga

Metas	Cumprimento	Diretrizes de parâmetro/fonte de avaliação	Classificação do Parâmetro
Cumprimento de Carga Horária	40 horas semanais	Portaria GM Nº 2.488/2011 – Normatização da Política da Atenção Básica; Estratégia Saúde da Família (ESF); Programa de Agentes Comunitários de Saúde (PACS), NASF e PSE	Individual Ponto eletrônico
Pontualidade	Capacidade de acatar e cumprir horários estabelecidos na UBS	Legislação Vigente Carga horária estabelecida na contratação	Individual Ponto eletrônico
Equipe multidisciplinar	Número de encontros realizados em grupo (saúde mental, tabagismo, PSE, reeducação alimentar)	02 grupos/mês	Mensal Trimestral
Reunião de Equipe	Número de reuniões realizadas	1 reunião/mês Ata de reunião	Comissão de Monitoramento Permanente do Programa
Telessaúde	Número de teleconferências assistidas	01 conferência /mês Ata de participação com assinatura dos profissionais	Comissão de Monitoramento Permanente do Programa

XI– Responsável pela Educação Permanente em Saúde

Metas	Cumprimento	Diretrizes de parâmetro/fonte de avaliação	Classificação do Parâmetro
Cumprimento de Carga Horária	40 horas semanais	Portaria GM Nº2.488/2011 – Normatização da Política da Atenção Básica; Estratégia Saúde da Família (ESF); Programa de Agentes Comunitários de Saúde (PACS), NASF e PSE	Individual / Ponto eletrônico
Pontualidade	Capacidade de acatar e cumprir horários estabelecidos na UBS	Legislação Vigente Carga horária estabelecida na contratação	Individual / Ponto eletrônico
Equipe multidisciplinar	Promover reuniões de equipe	04 reuniões/mês	Mensal Trimestral
Educação Permanente em Saúde	Promover capacitações com profissionais de saúde	01 capacitação/mês Lista de Presença	Comissão de Monitoramento Permanente do Programa
Telessaúde	Número de teleconferências assistidas	01 conferência/mês Ata de participação com assinatura dos profissionais	Comissão de Monitoramento Permanente do Programa

Benedito Novo

PREFEITURA

ATA DA SESSÃO PÚBLICA DE ABERTURA E JULGAMENTO DA LICITAÇÃO PP 63/2015

ATA DA SESSÃO PÚBLICA DE ABERTURA E JULGAMENTO DA LICITAÇÃO

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 63/2015

LICITAÇÃO: Pregão Presencial nº 63/2015

DATA: 01/10/2015 - HORÁRIO DE INÍCIO: 09:05 horas

OBJETO: AQUISIÇÃO DE VEÍCULO AUTOMOTOR NOVO

No dia e horário supramencionados, realizou-se na sala de reuniões, na sede da Prefeitura Municipal de Benedito Novo, situada na Rua Celso Ramos, 5.070, Centro, em Benedito Novo, sessão pública para o recebimento do credenciamento, dos envelopes contendo as propostas de preços e a documentação de habilitação, e abertura dos envelopes contendo as propostas de preços apresentados em razão do certame licitatório na modalidade de Pregão Presencial nº 63/2015, com a presença do Pregoeiro JOAO ULLER e da Equipe de Apoio MAURICIO STEFFEN e ROSE CARLA LIESKOW MENGARDA, nomeados pela Portaria nº 157/2015. Compareceram ao certame, protocolando os envelopes necessários à realização do certame no setor de protocolo até o horário estipulado as empresas: SANTA CLARA COMERCIO DE VEICULOS LTDA.; (Não Enquadrado) CNPJ nº 83.029.587/0001-99, representada pelo Sr. ARTUR HOPPE, Rg nº 12.976.132 e CPF nº 049.327.278-01; BARIGUI VEICULOS LTDA.; (Não Enquadrado) CNPJ nº 79.763.884/0015-91, representada pelo Sr. MARCOS JOSE KIEL MARTINS, Rg nº 5.809.571 e CPF nº 726.967.969-04 e RIVEL VEÍCULOS LTDA.; (Não Enquadrado) CNPJ nº 85.106.037/0005-85, representada pelo Sr. PAULO ROBERTO ROMUALDO, Rg nº 4.428.100-5 e CPF nº 044.805.579-11. Quanto aos documentos apresentados, constatou-se que as empresas participantes apresentaram seus credenciamentos em conformidade com o exigido no item 3.4 do Edital. Foram analisadas as Declarações de Habilitação apresentadas pelas empresas acima mencionadas, e concluiu-se que as mesmas cumprem a exigência do item 3.5 do Edital. Nenhuma das licitantes participantes apresentou a Certidão Simplificada expedida pela Junta Comercial para comprovação da situação de Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte, não gozando portanto dos benefícios e das condições especiais previstas pela LC nº 123/2006. Foram disponibilizados a todos os presentes os documentos de credenciamento para serem rubricados. Em seguida procedeu-se a abertura dos envelopes identificados como de Propostas de Preços apresentados pelas empresas, os mesmos também foram disponibilizados a todos os presentes para serem rubricados. Ato contínuo, foram analisadas as propostas pelo pregoeiro e equipe de apoio e inseridos os preços apresentados no sistema. Após a análise das propostas, relativamente as imposições do Edital, todas foram consideradas classificadas, ficando a ordem de classificação inicial, conforme Anexo desta ATA. Ato contínuo abriu-se a fase de lances verbais e de negociação direta com as licitantes, o qual transcorreu conforme relatório de lances em Anexo. Encerrada a fase dos lances e de negociação direta o Pregoeiro procedeu a abertura do envelope identificado como de Habilitação da licitante classificada como primeira colocada. Os documentos de habilitação apresentados foram analisados e rubricados por todos os presentes. A documentação encontra-se em conformidade com o exigido no Edital, sendo assim a licitante melhor colocada esta HABILITADA, e portanto DECLARADA VENCEDORA do presente certame conforme relatório de classificação final anexo a esta ATA. O pregoeiro abre espaço aos credenciados presentes para manifestação. Não houve manifestação e os licitantes desistem, portanto, ao prazo recursal. Após os fatos, o Pregoeiro decidiu ADJUDICAR o item do presente certame à empresa vencedora. Em seguida lavrou-se a presente Ata. Os representantes das licitantes optaram por não aguardarem a lavratura da presente ata, deixando portanto de assinar a mesma. Nada mais digno de nota, nem a tratar, encerrou-se a sessão, indo está assinada pelo Pregoeiro e Equipe de Apoio. Benedito Novo, 01/10/2015, às 09h28m.

PREGOEIRO E EQUIPE DE APOIO

JOAO ULLER Pregoeiro	ROSE C. L. MENGARDA Equipe de Apoio	MAURICIO STEFFEN Equipe de Apoio
-------------------------	--	-------------------------------------

ANEXO DA ATA DA SESSÃO

Pregão Presencial nº 63/2015

Propostas iniciais apresentadas:

Item: 00001 VEICULO AUTOMOTOR NOVO, CARROCERIA TIPO MINIVAN OU MONOVOLUME, COM AS SEGUINTE ESPECIFICACOES MINIMAS:- ANO/MODELO 2015 OU SUPERIOR, ZERO QUILOMETRO, SEM REGISTRO DE PROPRIEDADE ANTERIOR; - MOTOR 1.8 BICOMBUSTIVEL (GAS/ALC) 04 CILINDROS COM POTENCIA MINIMA DE 106CV; - CAMBIO MANUAL COM 05 MARCHAS A FRENTE E 01 A RE OU AUTOMATICO COM 06 MARCHAS A FRENTE E 01 A RE; - DIRECAO HIDRAULICA OU ELETRICA; - AR CONDICIONADO; - 05 PORTAS COM ABERTURA NORMAL OU TRASEIRAS LATERAIS COM ABERTURA DESLIZANTE;

Fornecedor	Proposta Inicial
SANTA CLARA COMERCIO DE VEICULOS LTDA	66.750,0000
BARIGUI VEICULOS LTDA	73.400,0000
RIVEL VEÍCULOS LTDA	73.439,0000

Lances efetuados:

Itens	Participantes	Vlr Lance	Vlr Negociado
1	SANTA CLARA COMERCIO DE VEICULOS LTDA	66.000,0000	0,0000
1	BARIGUI VEICULOS LTDA	0,0000	0,0000
1	RIVEL VEÍCULOS LTDA	66.650,0000	0,0000
1	SANTA CLARA COMERCIO DE VEICULOS LTDA	66.000,0000	65.700,0000
1	RIVEL VEÍCULOS LTDA	0,0000	0,0000

Vencedor:

Itens	Vencedor	Marca	Qtde	Vlr Unit.	Vlr Total
00001	SANTA CLARA COMERCIO DE VEICULOS LTDA	GM SPIN LTZ 1.8	1,00	65.700,00	65.700,00
Total do Fornecedor: 65.700,00					
Total de Itens: 65.700,00					

AVISO DE LICITAÇÃO PP 67/2015

MUNICÍPIO DE BENEDITO NOVO

ESTADO DE SANTA CATARINA

AVISO DE LICITAÇÃO

PREGÃO PRESENCIAL nº. 67/2015

O Município de Benedito Novo – SC, leva ao conhecimento dos interessados que fará realizar licitação na modalidade de Pregão Presencial. OBJETO: AQUISIÇÃO DE DUAS MÁQUINAS ESCAVADEIRAS HIDRAÚLICAS.

ENTREGA DOS ENVELOPES: até as 09:00h do dia 20 de outubro de 2015, no Setor de Protocolo da Prefeitura.

ABERTURA: às 09:05h do dia 20 de outubro de 2015, na Sala de Reuniões, 2º Piso, no Prédio da Prefeitura de Benedito Novo.

Licitação regida pelas Leis nº 10.520/02 e 8.666/93 e alterações vigentes.

Maiores informações e a íntegra do Edital poderão ser obtidas diariamente em horário de expediente no Setor de Licitações desta Municipalidade, sito a Rua Celso Ramos, 5.070, Centro, pelo Fone/Fax: (47) 3385-0487 ou no site: www.beneditonovo.sc.gov.br.

Benedito Novo (SC), 02 de outubro de 2015.

Jean Michel Grundmann

Prefeito

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 1/2015

MUNICÍPIO DE BENEDITO NOVO

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 1/2015

PREGÃO PRESENCIAL nº. 61/2015

ÓRGÃO GESTOR: Município de Benedito Novo/SC

OBJETO: Registro de preços para futuras aquisições de gás liquefeito de petróleo - GLP para as diversas secretarias.

EMPRESA FORNECEDORA: Ivete Dadam ME

ITEM E VALOR REGISTRADO: Para o item 01 (um) que a FORNECEDORA sagrou-se vencedora, será pago a quantia de R\$ 5.250,00 (cinco mil e duzentos e cinquenta reais).

EMPRESA FORNECEDORA: Kestring Gás LTDA ME

ITEM E VALOR REGISTRADO: Para o item (02) dois que a FORNECEDORA sagrou-se vencedora, será pago a quantia de R\$ 3.350,00 (três mil e trezentos e cinquenta reais).

PRAZO DE VIGÊNCIA DA ATA: 29/09/2015 a 29/12/2015

VALIDADE DA ATA: 3 meses

Benedito Novo (SC), 29 de setembro de 2015.

Jean Michel Grundmann

Prefeito

TERMO DE ESCLARECIMENTO PP 65-2015

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 65/2015

TERMO DE ESCLARECIMENTO

O MUNICÍPIO DE BENEDITO NOVO/SC, leva ao conhecimento dos interessados que, a expressão "GENUÍNO" que consta no descritivo dos itens do referido edital deverá ser interpretada como "GENUÍNO - ORIGINAL DA MARCA DO FABRICANTE DA IMPRESSORA" e a expressão "COMPATÍVEL" deverá ser interpretada como "COMPATÍVEL NOVO E SEM USO SEM DEVOLUÇÃO DE CASCO OU CILINDRO". As propostas apresentadas em desacordo com os esclarecimentos acima, serão consideradas desclassificadas, na forma de julgamento desta licitação.

Publique-se.

Benedito Novo/SC, 01 de outubro de 2015.

JOÃO ULLER

Pregoeiro

LADEMIR KUMMROW

Assessor Jurídico

Biguaçu

PREFEITURA

AVISO DE SUSPENSÃO TP 207/2015 PMB

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE BIGUAÇU
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
DIRETORIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS
AVISO DE SUSPENSÃO TP 207/2015 PMB

A Diretoria de Licitações e Contratos vem, por meio dessa, comunicar às empresas interessadas no Processo de Licitação TP 207/2015 PMB, que a mesma fica SUSPENSA, por conveniência administrativa da Prefeitura Municipal de Biguaçu.

Biguaçu, 01 de outubro de 2015.
RAMON WOLLINGER
PREFEITO MUNICIPAL

DECRETO Nº 169/2015

DECRETO Nº 169/2015 DE: 30 DE SETEMBRO DE 2015.
AUTORIZA A QUEBRA DA ORDEM CRONOLÓGICA DE VENCIMENTOS DE FATURAS PARA PAGAMENTO DE CREDOR QUE MENCIONA.

RAMON WOLLINGER, Prefeito Municipal de Biguaçu, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com a autorização que lhe confere o artigo 98, inciso VII da Lei Orgânica do Município, e,

Considerando que nos termos do artigo 5º, da Lei Federal 8.666/93, cada Unidade de Administração, nos pagamentos de suas obrigações deve obediência à ordem cronológica das datas de suas exigibilidades;

Considerando, que essa ordem só pode ser alterada quando presentes relevantes razões de interesse público e mediante prévia justificativa da autoridade competente, devidamente publicada;

Considerando, que o Município contratou a empresa NEOREDE LTDA., CNPJ nº 06.312.970/0001-09, para atender as necessidades dos serviços de internet;

Considerando, que a empresa requereu o pagamento das faturas vencidas, sob pena de suspensão dos serviços;

Considerando, que as diversas unidades administrativas, especialmente aquelas relacionadas à saúde, educação e tributação, dependem dos serviços de internet para desempenho de suas funções;

Considerando, que a receita do Município não vem correspondendo às expectativas, impondo atraso no cumprimento das obrigações assumidas com os fornecedores;

Considerando, que a Prefeitura mantém um rígido processo de corte de despesas para restabelecer a normalidade nos pagamentos já nos próximos meses de forma a não prejudicar os fornecedores em geral;

Considerando, que a suspensão dos serviços de internet causaria graves transtornos à administração e ao público em geral, caracterizando relevantes razões de interesse público para quebra da ordem cronológica de vencimento das faturas;

Considerando, que a Procuradoria Geral do Município emitiu parecer no sentido de não haver óbice para à quebra da ordem cronológica para pagamento do requerente,

DECRETA:

Art. 1º Fica o Secretário Municipal de Fazenda, através da Gerência Financeira, autorizado a quebrar a ordem cronológica do vencimento das faturas para priorizar o pagamento das faturas em atraso emitidas pela empresa NEOREDE LTDA., CNPJ nº 06.312.970/0001-09.

Art. 2º Este Decreto entrará e vigor na data da sua publicação.

Biguaçu, 30 de setembro de 2015.
RAMON WOLLINGER
Prefeito Municipal

Reg.publ.n/data

Marivalde Inêz Kons
Escriturária

DECRETO Nº 170/2015

DECRETO Nº 170/2015 DE: 30 DE SETEMBRO DE 2015.

Libera recursos orçamentários bloqueados para limitação de empenho e movimentação financeira estabelecida pelo Decreto Municipal nº 162, de 23/09/2015.

Ramon Wollinger, Prefeito Municipal de Biguaçu, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o disposto no artigo 9º da Lei Complementar Federal nº 101/2000 - LRF e artigo 15 da Lei Municipal nº 3514/2014 – LDO,

Considerando, a necessidade de dividir com o Poder Legislativo o esforço fiscal no sentido de reduzir despesas através da limitação de empenho, quando o comportamento da receita ameaçar o equilíbrio de caixa e o cumprimento das metas fiscais estabelecidas na LDO,

Considerando, o Ofício encaminhado ao Presidente do Poder Legislativo, comunicando o valor que deverá ser objeto de limitação de empenho no orçamento daquele Poder,

DECRETA:

Art. 1º. Fica liberado em R\$ 441.700,00 os recursos orçamentários bloqueados através do Decreto Municipal nº 162/2015 e financiados pelas Fontes de Recursos Ordinários, conforme abaixo indicado:

1. UNIDADE GESTORA: PREFEITURA**FONTE 0.1.00.000000 – Recursos Ordinários – R\$ 441.700,00**

CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	VALOR
1201.22.661.0007.1032	Pagamento Precatório c/ a Desapopr. Imóvel	350.000,00
4.4.90.00	Investimentos	350.000,00

CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	VALOR
9999.99.999.9999.9901	Reserva de Contingência	91.700,00
9.9.99.00	Reserva de Contingência	91.700,00

Art. 2º Este decreto entrará em vigor na data da sua publicação.

Biguaçu, 30 de setembro de 2015.

RAMON WOLLINGER

Prefeito Municipal

Reg.publ.n/data

Marivalde Inêz Kons

Escriturária

DESPACHO REVOGAÇÃO PP Nº 19/2015 - FMS**DESPACHO****Pregão Presencial nº. 19/2015****Pregão Presencial nº. 19/2015**

Objeto do Pregão: Contratação de empresa especializada para execução de serviços de manutenção corretiva e preventiva de mecânica, socorro, troca de óleo, elétrica, lanternagem, pintura, hidráulico, ar condicionado, serviços de torno solda, borracharia, balanceamento e geometria, para atender a frota de caminhonetes a diesel, veículos leves e motocicletas do Fundo Municipal de Saúde.

O Pregão Presencial nº. 19/2015 possui como objeto a contratação de empresa especializada para execução de serviços de manutenção corretiva e preventiva de mecânica, socorro, troca de óleo, elétrica, lanternagem, pintura, hidráulico, ar condicionado, serviços de torno solda, borracharia, balanceamento e geometria, para atender a frota de caminhonetes a diesel, veículos leves e motocicletas do Fundo Municipal de Saúde;

Considerando o Decreto nº 159/2015 que dispõe sobre medidas visando a redução de despesas de custeio no âmbito da administração direta e indireta do município de Biguaçu.

Entendo, por bem, REVOGAR o processo nº 19/2015.

Biguaçu, 28 de setembro de 2015.

ÂNGELO RAMOS VIEIRA

Secretário Municipal de Saúde de Biguaçu

Blumenau

PREFEITURA

LEI Nº 8.159/2015

LEI Nº 8.159, DE 25 DE SETEMBRO DE 2015.

DENOMINA DE "RUA BRAULINA DA SILVA MASSANEIRO", VIA PÚBLICA LOCALIZADA NO BAIRRO DA GLÓRIA.

NAPOLEÃO BERNARDES, Prefeito Municipal de Blumenau, no uso da atribuição que lhe confere o artigo 59, V, da Lei Orgânica do Município de Blumenau, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona e promulga a seguinte LEI:

Art. 1º É denominada de Rua Braulina da Silva Massaneiro, a via pública localizada no lado par da Rua Três Corações, ao lado da casa nº 68, descrita como rua do loteamento de Hermann Krepsky, cadastrada sob o nº 3.200, com 42,00 (quarenta e dois metros) de extensão, localizada no Bairro da Glória.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU, em 25 de setembro de 2015.

NAPOLEÃO BERNARDES
Prefeito Municipal

LEI Nº 8.161/2015

LEI Nº 8.161, DE 30 DE SETEMBRO DE 2015.

DENOMINA DE "PRAÇA DENISE MICHEL", PRAÇA PÚBLICA LOCALIZADA NO BAIRRO VELHA CENTRAL.

NAPOLEÃO BERNARDES, Prefeito Municipal de Blumenau, no uso da atribuição que lhe confere o artigo 59, V, da Lei Orgânica do Município de Blumenau, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona e promulga a seguinte LEI:

Art. 1º É denominada de Praça Denise Michel, a praça pública localizada no final da Rua Emília Zucco, antes destinada a área verde, no Bairro Velha Central.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU, em 30 de setembro de 2015.

NAPOLEÃO BERNARDES
Prefeito Municipal

DECRETO Nº 10.729/2015

DECRETO Nº 10.729, DE 14 DE SETEMBRO DE 2015.

ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO DO FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL.

NAPOLEÃO BERNARDES, Prefeito Municipal de Blumenau, no uso das atribuições que lhe confere o art. 59, V, da Lei Orgânica do Município, promulgada em 29 de março de 1990, de acordo com o art. 43, § 1º, I, da Lei Federal nº. 4.320, de 17 de março de 1964, e com fundamento no art. 5º, V, da Lei Municipal nº. 8.060, de 15 de dezembro de 2014,

DECRETA:

Art. 1º - Fica aberto o crédito adicional suplementar no orçamento do Fundo Municipal de Assistência Social no valor de R\$ 65.000,00 (sessenta e cinco mil reais), na seguinte dotação orçamentária:

29 – FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL

2901 – Fundo Municipal de Assistência Social

Atividade 29.01.08.244.0010.2152 – Manut.Impl.Ações de Proteção Básica

Modalidade 3.3.50 (21) Transf.Instit.Priv.s/ Fins Lucr. R\$ 65.000,00

Fonte de Recursos 0100.00000

Art. 2º. O crédito adicional suplementar aberto no artigo 1º deste Decreto correrá por conta da redução da dotação orçamentária abaixo discriminada:

29 – FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL

2901 – Fundo Municipal de Assistência Social

Atividade 29.01.08.244.0010.2152 – Manut.Impl.Ações de Proteção Básica

Modalidade 3.3.90 (23) Aplicações Diretas R\$ 65.000,00

Fonte de Recursos 0100.00000

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU, em 14 de Setembro de 2015.

NAPOLEÃO BERNARDES
Prefeito Municipal

DECRETO Nº 10.733/2015

DECRETO Nº10.733, DE 18 DE SETEMBRO DE 2015.

DECLARA DE UTILIDADE PÚBLICA PARA FINS DE DESAPROPRIAÇÃO IMÓVEIS DESTINADOS À IMPLANTAÇÃO DA VIA PROJETADA N. 28.

NAPOLEÃO BERNARDES, Prefeito Municipal de Blumenau, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 59, inciso XIII, da Lei Orgânica do Município, promulgada em 29 de março de 1990 e nos termos do Decreto-Lei nº3.365, de 21 de junho de 1941,

DECRETA:

Art. 1º Ficam declarados de utilidade pública para fins de desapropriação e destinados à implantação da Via Projetada n. 28 os seguintes imóveis:

I - uma área de terras pertencente a situada nesta cidade no Bairro da Velha, contendo a área de 4.815,74m², fazendo frente em linha curva de 49,93m com o lado ímpar da Rua Divinópolis, estremando pelos fundos em 20,22m com terras de Incorporadora Parati, pelo lado direito a partir da frente em seis linhas em curva, a primeira a partir da frente em 5,33m, a segunda em 27,61m, a terceira em 25,98m, a quarta em 63,62m, a quinta em 56,58m e a sexta em 71,91m estas com terras de Luxor Empreendimentos Imobiliários Ltda., e pelo lado esquerdo em cinco linhas em curva, a primeira a partir da frente em 59,81m, a segunda em 41,18m, 55,14m, a terceira em 56,58m e a quarta em 97,55m estas com terras de Luxor Empreendimentos Imobiliários Ltda.; área essa que faz parte do todo matriculado no 2º Ofício de Registro de Imóveis desta Comarca sob o nº48.979;

II - uma área de terras pertencente a Proterra Empreendimentos Imobiliários Ltda., situada nesta cidade, no Bairro da Velha, contendo a área de 3.971,86m², fazendo frente em 16,95m com terras da Incorporadora Parati Ltda., estremando pelos fundos em 15,99m com terras da Incorporadora Parati Ltda., pelo lado direito em cinco linhas, a primeira a partir da frente em 10,94 m com

terras de Protenge Urbanismo Ltda., a segunda em 5,49m, a terceira em curva em 16,74m, a quarta em 181,46m e a quinta em curva em 24,34m estas com terras de Proterra Empreendimentos Imobiliários Ltda., pelo lado esquerdo em duas linhas, a primeira partir da frente em 222,68m e a segunda em curva em 24,48m estas com terras de Proterra Empreendimentos Imobiliários Ltda.; área essa que faz parte do todo matriculado no 2º Ofício de Registro de Imóveis desta Comarca sob o nº33.194.

III - uma área de terras pertencente a Protenge Urbanismo Ltda., situada nesta cidade no Bairro da Velha, contendo a área de 2.564,25m², fazendo frente em 66,00m com o final da Rua Quixabas, estremando pelos fundos em 66,00m com terras de Incorporadora Parati Ltda., pelo lado direito a partir da frente em 227,50m com terras de Protenge Urbanismo Ltda., pelo lado esquerdo em quatro linhas, a primeira a partir da frente em 195,06m, a segunda em curva em 9,84m e a terceira em 25,97m estas terras de Protenge Urbanismo Ltda., e a quarta em 10,94m com terras de Proterra Empreendimentos Imobiliários Ltda.; área essa que faz parte do todo matriculado no 2º Ofício de Registro de Imóveis desta Comarca sob o nº375.

IV - uma área de terras pertencente a Incorporadora Parati Ltda., situada nesta cidade no Bairro da Velha, contendo a área de 273,29m², fazendo frente em duas linhas, a primeira em 2,50m e a segunda em 19,32m estas com o final da Rua Hugo Hoffmann, estremando pelos fundos em 16,95m com terras de Proterra Empreendimentos Imobiliários, pelo lado direito a partir da frente em 15,99m com terras de Incorporadora Parati Ltda., e pelo lado esquerdo a partir da frente em 20,46m com terras do Loteamento Residencial Mônaco; área essa que faz parte do todo matriculado no 2º Ofício de Registro de Imóveis desta Comarca sob o nº R.2/19.682.

V - uma área de terras pertencente a Incorporadora Parati Ltda., situada nesta cidade no Bairro da Velha, contendo a área de 4.331,52m², fazendo frente em três linhas, a primeira em curva em 29,62m, a segunda em 153,39m e a terceira em curva em 89,99m estas com terras de Incorporadora Parati Ltda., estremando pelos fundos em oito linhas, a primeira em curva em 19,60m, a segunda em 124,04m a terceira em curva em 29,72m e a quarta em 16,48m estas com terras de Incorporadora Parati Ltda., a quinta em 10,00m com terras de Protenge Urbanismo Ltda., a sexta em 19,59m, a sétima em curva em 25,39m e a oitava em curva em 49,02m estas com terras de Incorporadora Parati Ltda., e pelo lado direito a partir da frente em 15,99m com terras de Proterra Empreendimentos Imobiliários e pelo lado esquerdo a partir da frente em 20,22m com terras de Luxor Empreendimentos Imobiliários Ltda.; área essa que faz parte do todo matriculado no 2º Ofício de Registro de Imóveis desta Comarca sob o nº R.9/27.149.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU, em 18 de setembro de 2015.

NAPOLÉÃO BERNARDES
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 19.112/2015

PORTARIA Nº 19.112, DE 22 DE SETEMBRO DE 2015.

NOMEIA ROGÉRIO LUIZ MULLER PARA COMPOR O CONSELHO MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO URBANO - COPLAN.

NAPOLÉÃO BERNARDES, Prefeito Municipal de Blumenau, no uso das atribuições que lhe confere o art. 75, II, "g", da Lei Orgânica do Município, promulgada em 29 de março de 1990, e de acordo com o art. 5º, da Lei Complementar nº 836, de 19 de dezembro de 2011, e em atendimento ao Memorando SEPLAN/COPLAN nº 66/2015, de 17/09/2015, Resolve:

NOMEAR, sem ônus para o Município e com as atribuições previstas na Lei Complementar nº 836, de 19 de dezembro de 2011, para compor o Conselho Municipal de Planejamento Urbano – COPLAN:

ROGÉRIO LUIZ MULLER, representante suplente, da Fundação Municipal do Meio Ambiente - FAEMA, em substituição a JANAÍNA MENDES, nomeada pela Portaria nº 18.932, de 13 de julho de 2015.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU, em 22 de setembro de 2015.

NAPOLÉÃO BERNARDES
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 19.113/2015

PORTARIA Nº 19.113, DE 22 DE SETEMBRO DE 2015.

NOMEIA CANDIDATOS APROVADOS EM CONCURSO PÚBLICO PARA OCUPAREM CARGOS DE PROVIMENTO EFETIVO.

NAPOLÉÃO BERNARDES, Prefeito Municipal de Blumenau, no uso das atribuições que lhe confere o art. 59, X, combinado com o art. 75, II, "a" da Lei Orgânica do Município, promulgada em 29 de março de 1990, e com fundamento no art. 9º, I, da Lei Complementar nº 660, de 28/11/2007 e no Memorando nº 255/2015, de 18/09/2015, da Secretaria Municipal de Administração – Seleção Pública, Resolve:

NOMEAR, a contar de 21 de setembro de 2015:

ALEX SANDRO DE ANDRADE ROGICK, para ocupar o cargo de provimento efetivo de Motorista (CNH Categoria B) – P.N.E., do Quadro Permanente de Pessoal do Poder Executivo, do Grupo Ocupacional Operacional- GO, jornada de 40 horas semanais, Faixa de Vencimento "I", Padrão de Vencimento A, aprovado pelo Concurso Público nº. 001/2014;

ANA LUCIA VIEIRA ANTUNES, para ocupar o cargo de provimento efetivo de Médico Pediatra, do Quadro Permanente de Pessoal do Poder Executivo, do Grupo Ocupacional Especialista - GE, jornada de 20 horas semanais, Faixa de Vencimento "II", Padrão de Vencimento A, aprovada pelo Concurso Público nº. 001/2014;

CAROLINA DE FARIA, para ocupar o cargo de provimento efetivo de Agente Administrativo, do Quadro Permanente de Pessoal do Poder Executivo, do Grupo Ocupacional Funcional - GF, jornada de 40 horas semanais, Faixa de Vencimento "I", Padrão de Vencimento A, aprovada pelo Concurso Público nº. 001/2014;

SIMONE PATRICIA DE VARGAS CAZIMIRO, para ocupar o cargo de provimento efetivo de Agente Administrativo, do Quadro Permanente de Pessoal do Poder Executivo, do Grupo Ocupacional Funcional - GF, jornada de 40 horas semanais, Faixa de Vencimento "I", Padrão de Vencimento A, aprovada pelo Concurso Público nº. 001/2014.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU, em 22 de setembro de 2015.

NAPOLÉÃO BERNARDES
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 19.115/2015

PORTARIA Nº 19.115, DE 24 DE SETEMBRO DE 2015.
CONCEDE EXONERAÇÃO AOS SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS QUE INDICA.

NAPOLEÃO BERNARDES, Prefeito Municipal de Blumenau, no uso das atribuições que lhe confere o art. 75, II, "a" da Lei Orgânica do Município, promulgada em 29 de março de 1990 e de acordo com o art. 45, caput, da Lei Complementar nº 660, de 28 de novembro de 2007, Resolve:

CONCEDER EXONERAÇÃO aos servidores públicos municipais:
LUIZ GUSTAVO FABRIS, matrícula nº 23033-2, do cargo de provimento efetivo de Médico Veterinário, lotado na Secretaria Municipal de Saúde - SEMUS, a contar de 18 de setembro de 2015, conforme Processo Administrativo nº 5886/09/2015;
MICHELE STEINHEUSER ANGEESKI, matrícula nº 22185-6, do cargo de provimento efetivo de Técnico em Segurança do Trabalho, lotada na Secretaria Municipal de Administração - SEDEAD, a contar de 17 de setembro de 2015, conforme Processo Administrativo nº 5863/09/2015;

GENTIL BARBOSA DA SILVA, matrícula nº 22603-3, do cargo de provimento efetivo de Técnico em Enfermagem, lotado na Secretaria Municipal de Saúde - SEMUS, a contar de 31 de agosto de 2015, conforme Processo Administrativo nº 5699/09/2015;

DENIVIA KRUGER FANKA, matrícula nº 22974-1, do cargo de provimento efetivo de Assistente Social, lotada na Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social - SEMUDES, a contar de 30 de setembro de 2015, conforme Administrativo nº 5921/09/2015.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU, em 24 de setembro de 2015.

NAPOLEÃO BERNARDES
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 19.116/2015

PORTARIA Nº 19.116, DE 24 DE SETEMBRO DE 2015.
DISPENSA O PAGAMENTO DA GRATIFICAÇÃO ESPECIAL PELA PARTICIPAÇÃO NO PROGRAMA ESTRATÉGIA DE SAÚDE DA FAMÍLIA DA SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL TALIRA SCHUTZ DOS SANTOS.

NAPOLEÃO BERNARDES, Prefeito Municipal de Blumenau, no uso das atribuições que lhe confere o art. 75, II, "a", da Lei Orgânica do Município, promulgada em 29 de março de 1990, combinado com a Lei nº 4.432/94 e alterações posteriores, e de acordo com o Memorando SEDEAD nº 836/2015, de 16/09/2015, Resolve:
DISPENSAR, a contar de 02 de agosto de 2015, o pagamento da gratificação especial pela participação no programa Estratégia de Saúde da Família – ESF, na função de Supervisor Regional de Equipes de Unidades de Saúde, da servidora pública municipal TALIRA SCHUTZ DOS SANTOS, ocupante do cargo de provimento efetivo de Enfermeira, lotada na Secretaria Municipal de Saúde - SEMUS, concedida através da Portaria nº 19.005, de 10/08/2015.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU, em 24 de setembro de 2015.

NAPOLEÃO BERNARDES
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 19.117/2015

PORTARIA Nº 19.117, DE 25 DE SETEMBRO DE 2015.
CONCEDE GRATIFICAÇÃO ESPECIAL PELA PARTICIPAÇÃO NO PROGRAMA ESTRATÉGIA DE SAÚDE DA FAMÍLIA – ESF À SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL TALIRA SCHUTZ DOS SANTOS.

NAPOLEÃO BERNARDES, Prefeito Municipal de Blumenau, no uso das atribuições que lhe confere o art. 75, II, "a" da Lei Orgânica do Município, promulgada em 29 de março de 1990, de acordo com o art. 4º, da Lei nº 4.432/94, e alterações posteriores, e de conformidade com o Memorando SEDEAD nº 798/2015, de 08/09/2015, Resolve:

CONCEDER, a contar de 03 de agosto de 2015, a gratificação especial pela participação no programa Estratégia de Saúde da Família - ESF, à servidora pública municipal TALIRA SCHUTZ DOS SANTOS, ocupante do cargo de provimento efetivo de Enfermeiro, lotada na Secretaria Municipal de Saúde - SEMUS, na função de Membro de Equipe Técnica da Diretoria de Ações em Saúde.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU, em 25 de setembro de 2015.

NAPOLEÃO BERNARDES
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 19.121/2015

PORTARIA Nº 19.121, DE 28 DE SETEMBRO DE 2015.
DISPENSA EMERSON TELLES DOS SANTOS DO EXERCÍCIO DA FUNÇÃO GRATIFICADA DE CONFIANÇA NA SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO – SEDEAD.

NAPOLEÃO BERNARDES, Prefeito Municipal de Blumenau, no uso das atribuições que lhe confere o art. 75, II, 'a', da Lei Orgânica do Município, promulgada em 29 de março de 1990, e de acordo com o art. 100 da Lei Complementar nº 660, de 28/11/2007, com a redação dada pelo art. 37-A da Lei Complementar nº 870, de 01/01/2013, acrescido pela Lei Complementar nº 880, de 01/04/13, Resolve:

DISPENSAR

o servidor público municipal EMERSON TELLES DOS SANTOS, ocupante do cargo de provimento efetivo de Agente Administrativo, do Quadro Permanente de Pessoal do Poder Executivo, lotado na Secretaria Municipal de Administração - SEDEAD, da função gratificada de confiança de Coordenador de Atendimento da Praça do Cidadão, FGC-80%, concedida pela Portaria nº 17.475, de 14/01/2014, no dia 30 de setembro de 2015.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU, em 28 de setembro de 2015.

NAPOLEÃO BERNARDES
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 19.122/2015

PORTARIA Nº 19.122, DE 28 DE SETEMBRO DE 2015.
DESIGNA TAFFAREL PEREIRA HOSTINS PARA O EXERCÍCIO DA FUNÇÃO GRATIFICADA DE CONFIANÇA NA SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO – SEDEAD.

NAPOLEÃO BERNARDES, Prefeito Municipal de Blumenau, no uso das atribuições que lhe confere o art. 75, II, 'a', da Lei Orgânica do Município, promulgada em 29 de março de 1990, e de acordo com o art. 37-A da Lei Complementar nº 870, de 01/01/2013, acrescido pela Lei Complementar nº 880, de 01/04/13, Resolve:
DESIGNAR

o servidor público municipal TAFFAREL PEREIRA HOSTINS,

ocupante do cargo de provimento efetivo de Agente Administrativo, lotado na Secretaria Municipal de Administração, para o exercício da Função Gratificada de Confiança de Coordenador de Atendimento da Praça do Cidadão, FGC-80%, no dia 01 de outubro de 2015.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU, em 28 de setembro de 2015.

NAPOLÉÃO BERNARDES

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 19.124/2015

PORTARIA Nº 19.124, DE 29 DE SETEMBRO DE 2015.

DESIGNA SERVIDORAS PÚBLICAS MUNICIPAIS PARA O EXERCÍCIO DE FUNÇÃO GRATIFICADA DE CONFIANÇA.

NAPOLÉÃO BERNARDES, Prefeito Municipal de Blumenau, no uso das atribuições que lhe confere o art. 75, II, 'a', da Lei Orgânica do Município, promulgada em 29 de março de 1990, e de acordo com o art. 37-A da Lei Complementar nº 870, de 01/01/2013, acrescido pela Lei Complementar nº 880, de 01/04/13, Resolve:

DESIGNAR

as servidoras públicas municipais abaixo relacionadas, ocupantes de cargos de provimento efetivo do Quadro Permanente de Pessoal do Poder Executivo, para o exercício das seguintes Funções Gratificadas de Confiança, constantes do Anexo XX da Lei Complementar nº 870, de 02/12/2014:

FERNANDA PRIM, ocupante do cargo de provimento efetivo de Agente Administrativo, lotada na Secretaria Municipal de Saúde - SEMUS, para a função de Coordenador de Execução de Ações em Saúde, FGC-80%, no dia 10 de setembro de 2015;

DANIELA SACKL, ocupante do cargo de provimento efetivo de Farmacêutico, lotada na Secretaria Municipal de Saúde - SEMUS, para a função de Coordenador de Farmácia, FGC-60%, no dia 10 de setembro de 2015.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU, em 29 de setembro de 2015.

NAPOLÉÃO BERNARDES

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 19.125/2015

PORTARIA Nº 19.125, DE 29 DE SETEMBRO DE 2015.

CONCEDE GRATIFICAÇÃO ESPECIAL PELA PARTICIPAÇÃO NO PROGRAMA ESTRATÉGIA DE SAÚDE DA FAMÍLIA - ESF À SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL DRIVE KRAUSE.

NAPOLÉÃO BERNARDES, Prefeito Municipal de Blumenau, no uso das atribuições que lhe confere o art. 75, II, "a" da Lei Orgânica do Município, promulgada em 29 de março de 1990, de acordo com o art. 4º, da Lei nº 4.432/94, e alterações posteriores, e conforme Memorando SEDEAD nº 850/2015, Resolve:

CONCEDER a gratificação especial pela participação no programa Estratégia de Saúde da Família - ESF, à servidora pública municipal DRIVE KRAUSE, ocupante do cargo de provimento efetivo de Assistente Social, lotada na Secretaria Municipal de Saúde - SEMUS, na função de Membro de Equipe Técnica da Diretoria de Ações em Saúde, a contar de 20 de agosto de 2015.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU, em 29 de setembro de 2015.

NAPOLÉÃO BERNARDES

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 19.126/2015

PORTARIA Nº 19.126, DE 29 DE SETEMBRO DE 2015.

CONSTITUI COMISSÃO ESPECIAL ENCARGADA DE ANALISAR E JULGAR LICITAÇÃO E DESIGNA SEUS MEMBROS.

NAPOLÉÃO BERNARDES, Prefeito Municipal de Blumenau, no uso das atribuições que lhe confere o art. 75, II, "c", da Lei Orgânica do Município, promulgada em 29 de março de 1990, Resolve:

Art. 1º Constituir Comissão Especial Encarregada de Analisar e Julgar Licitação Internacional (Convite nº 001/2015), com as atribuições previstas na Lei

nº 8.666/93 e alterações posteriores, destinada à seleção e contratação de serviço de consultoria para a elaboração do Plano de Segurança Viária, que compõe o Programa de Mobilidade Sustentável de Blumenau com os externos, parcialmente financiados pelo Banco Interamericano de Desenvolvimento - BID, no método de Seleção Baseada na Qualidade e Custo - SBQC, conforme políticas estabelecidas pelo Banco (GN2350-9) e expressas no Contrato de Empréstimo nº 2746-OC-BR.

Art. 2º A Comissão de que trata esta Portaria será composta por 8 (oito) membros abaixo designados, tendo o primeiro como presidente:

JONAS JACINTO, matrícula nº 22182-1, ocupante do cargo de provimento efetivo de Agente Administrativo, lotado na Secretaria Municipal de Administração - SEDEAD;

RITTA DE CÁSSIA BRUEL ANTONIO, matrícula nº 19705-0, ocupante do cargo de provimento efetivo de Engenheiro Civil, atualmente exercendo o cargo em comissão de Gerente Especial de Programas Internacionais, lotada na Secretaria Municipal de Obras - SEMOB;

DIRK REITER, matrícula nº 23054-1, ocupante do cargo de provimento efetivo de Engenheiro Civil, lotado na Secretaria Municipal de Obras - SEMOB;

JULIAN PLAUZ, matrícula nº 21666-6, ocupante do cargo de provimento efetivo de Engenheiro Civil, atualmente exercendo o cargo em comissão de Diretor Geral, lotado na Secretaria Municipal de Planejamento Urbano - SEPLAN;

LUIS PAULO CASTANHO BUENO, matrícula nº 13022-2, ocupante do cargo de provimento efetivo de Técnico em Sinalização Viária, lotado na Secretaria Municipal de Planejamento Urbano - SEPLAN;

CEZAR LUIZ DALRI, matrícula nº 92022-8, ocupante do cargo de provimento em comissão de Diretor do Sistema de Alerta - Alerta-Blu, lotado na Secretaria Municipal de Defesa do Cidadão - SEDECI;

GABRIEL OZÓRIO SCHMITT, matrícula nº 92053-9, ocupante do cargo de provimento em comissão de Diretor de Escritório de Projetos, lotado na Secretaria Municipal de Gestão Governamental - SEGG;

JONI MACHADO, matrícula nº 315, ocupante do cargo de provimento efetivo de Engenheiro Civil, lotado no Serviço Autônomo Municipal de Trânsito e Transportes de Blumenau - SETERB.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos a contar de 01 de julho de 2015.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU, em 29 de setembro de 2015.

NAPOLEÃO BERNARDES

Prefeito Municipal

EXTRATO CONTRATO Nº 266/2015

EXTRATO – CONTRATO Nº. 266/2015 (9912383676)

PARTES: MUNICÍPIO DE BLUMENAU
(FCB)

E A EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELÉGRAFOS - CORREIOS

OBJETO: Serviços de venda de produtos. Serviços de correspondência.

FUNDAMENTO LEGAL: Inexigibilidade nº 87/2015.

PRAZO: 12 (doze) meses, a contar da assinatura do contrato.

PREÇO: R\$ 12.000,00 (Doze mil reais)

DATA: 10 de setembro de 2015.

EXTRATO CONTRATO Nº 267/2015

EXTRATO – CONTRATO Nº. 267/2015 (9912383416)

PARTES: MUNICÍPIO DE BLUMENAU
(FMAS)

E A EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELÉGRAFOS - CORREIOS

OBJETO: Serviços de venda de produtos. Serviços de correspondência.

FUNDAMENTO LEGAL: Inexigibilidade nº 87/2015.

PRAZO: 12 (doze) meses, a contar da assinatura do contrato.

PREÇO: R\$ 3.600,00 (Três mil e seiscentos reais)

DATA: 04 de setembro de 2015.

EXTRATO CONTRATO Nº 268/2015

EXTRATO – CONTRATO Nº. 268/2015 (9912383431)

PARTES: MUNICÍPIO DE BLUMENAU
(SETERB)

E A EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELÉGRAFOS - CORREIOS

OBJETO: Serviços de venda de produtos. Serviços de correspondência.

FUNDAMENTO LEGAL: Inexigibilidade nº 87/2015.

PRAZO: 12 (doze) meses, a contar da assinatura do contrato.

PREÇO: R\$ 23.000,00 (Vinte e três mil reais)

DATA: 04 de setembro de 2015.

EXTRATO CONTRATO Nº 269/2015

EXTRATO – CONTRATO Nº. 269/2015 (9912383883)

PARTES: MUNICÍPIO DE BLUMENAU
(PRÓ-FAMÍLIA)

E A EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELÉGRAFOS - CORREIOS

OBJETO: Serviços de venda de produtos. Serviços de correspondência.

FUNDAMENTO LEGAL: Inexigibilidade nº 87/2015.

PRAZO: 12 (doze) meses, a contar da assinatura do contrato.

PREÇO: R\$ 1.000,00 (Um mil reais)

DATA: 14 de setembro de 2015.

EXTRATO CONTRATO Nº 270/2015

EXTRATO – CONTRATO Nº. 270/2015 (9912382965)

PARTES: MUNICÍPIO DE BLUMENAU
(PROEB)

E A EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELÉGRAFOS - CORREIOS

OBJETO: Serviços de venda de produtos. Serviços de correspondência.

FUNDAMENTO LEGAL: Inexigibilidade nº 87/2015.

PRAZO: 12 (doze) meses, a contar da assinatura do contrato.

PREÇO: R\$ 30.000,00 (Trinta mil reais)

DATA: 28 de Agosto de 2015.

EXTRATO CONTRATO Nº 272/2015

EXTRATO – CONTRATO Nº. 272/2015 (9912382265)

PARTES: MUNICÍPIO DE BLUMENAU
(ISSBLU)

E A EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELÉGRAFOS - CORREIOS

OBJETO: Serviços de venda de produtos. Serviços de correspondência.

FUNDAMENTO LEGAL: Inexigibilidade nº 87/2015.

PRAZO: 12 (doze) meses, a contar da assinatura do contrato.

PREÇO: R\$ 16.800,00 (Dezesseis mil e oitocentos reais)

DATA: 20 de agosto de 2015.

EXTRATO CONTRATO Nº 273/2015

EXTRATO – CONTRATO Nº. 273/2015 (9912382725)

PARTES: MUNICÍPIO DE BLUMENAU
(FAEMA)

E A EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELÉGRAFOS - CORREIOS

OBJETO: Serviços de venda de produtos. Serviços de correspondência.

FUNDAMENTO LEGAL: Inexigibilidade nº 87/2015.

PRAZO: 12 (doze) meses, a contar da assinatura do contrato.

PREÇO: R\$ 5.000,00 (Cinco mil reais)

DATA: 26 de agosto de 2015.

EXTRATO Nº 218/2015 - FURB

FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE REGIONAL DE BLUMENAU

Extrato nº. 218/2015

Dispensa de Licitação nº. 165/2015

A Fundação Universidade Regional de Blumenau, pessoa jurídica de direito público interno, com sede na Rua Antônio da Veiga, nº. 140, CNPJ nº. 82.662.958/0001-02, torna público que após o devido processo legal, dispensou o procedimento em epígrafe com fundamento no Artigo 24, II, da Lei Federal nº. 8.666/93 e demais alterações, para a AQUISIÇÃO DE SUPRIMENTOS DE INFORMÁTICA PARA O "PROJETO V&VINCFO - DESENVOLVIMENTO DE "BENCHMARKS" PARA VERIFICAÇÃO E VALIDAÇÃO EM CFD DE ESCOAMENTOS MULTIFÁSICOS DA INDÚSTRIA DO REFINO DE PETRÓLEO". Contratada: Work Impressoras Ltda. - ME Forma de Pagamento: O pagamento será efetuado em até 28 (vinte e oito) dias após a entrega do objeto, desde que o mesmo esteja em perfeitas condições de uso, seja aprovado pelo Gestor designado pela CONTRATANTE e siga acompanhado da respectiva Nota Fiscal Eletrônica (NF-e), através de depósito bancário (hipótese na qual a NF-e deverá conter os dados bancários da CONTRATADA) ou de boleto bancário (caso no qual tal documento deverá acompanhar a NF-e). Valor/Elemento de Despesa: R\$ 3.759,00 (três mil, setecentos e cinquenta e nove reais)/3.3.90.30.00.00.00.00.

Blumenau, 29 de setembro de 2015.
Prof. Dr. João Natel Pollonio Machado
Reitor da FURB

CÂMARA MUNICIPAL**DESPESA COM PESSOAL_1 QUADRIMESTRE 15****Câmara Municipal de Blumenau**

PODER LEGISLATIVO

CÂMARA DE VEREADORES DO PODER LEGISLATIVO MUNICIPAL**RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL****DESPESA COM PESSOAL****ORÇAMENTOS FISCAIS E DA SEGURIDADE SOCIAL**

Período de referência: Maio/2014 a Abril/2015

RGF - ANEXO 1 (LRF, art. 55, inciso I, alínea "a")

R\$ 1,00

DESPESA COM PESSOAL	DESPESAS EXECUTADAS	
	(Últimos 12 Meses)	
	LIQUIDADAS (a)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS¹ (b)
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)	16.017.736,20	0,00
Pessoal ativo	13.889.655,17	0,00
Pessoal inativo e pensionistas	1.560.951,97	0,00
Outras Despesas de pessoal decorrentes de contratos de terceirização (§ 1º do art. 18 da LRF)	567.129,06	0,00
DESPESAS NÃO COMPUTADAS (§ 1º do art. 19 da LRF) (II)	0,00	0,00
Indenizações por demissão e incentivos à demissão voluntária	0,00	0,00
Decorrentes de decisão judicial de período anterior ao de apuração	0,00	0,00
Despesas de exercícios anteriores de período anterior ao de apuração	0,00	0,00
Inativos e Pensionistas com recursos vinculados	0,00	0,00
DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I-II)	16.017.736,20	0,00
APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL	VALOR	% SOBRE A RCL
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (IV)	1.014.505.626,65	---
DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP (V) = (III a + III b)	16.017.736,20	1,58
LIMITE MÁXIMO (incisos I, II e III do art. 20 da LRF) - 6,00%	60.870.337,60	6,00
LIMITE PRUDENCIAL (parágrafo único do art. 22 da LRF) - 5,70%	57.826.820,72	5,70
LIMITE DE ALERTA (inciso II do § 1º do art. 59 da LRF) - 5,40%	54.783.303,84	5,40

FONTE: Sistema e-Pública (1912-2347-284). Unidade Responsável: Câmara Municipal de Blumenau. Data da emissão: 01/10/2015 e hora de emissão: 11:07.

Nota: 1. Nos demonstrativos elaborados no primeiro e no segundo quadrimestre de cada exercício, os valores de restos a pagar não processados inscritos em 31 de dezembro do exercício anterior continuarão a ser informados nesse campo. Esses valores não sofrem alteração pelo seu processamento, e somente no caso de cancelamento podem ser excluídos.

Mario Hildebrandt
Presidente
Ordenador da Despesa

Júlio César Pereira
Diretor Financeiro

Jaison Joni Pereguda
Coordenador de Contabilidade
CRC/SC 024879/0-7

DESPESA COM PESSOAL_2 QUADRIMESTRE 15**Câmara Municipal de Blumenau**

PODER LEGISLATIVO

CÂMARA DE VEREADORES DO PODER LEGISLATIVO MUNICIPAL**RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL****DESPESA COM PESSOAL****ORÇAMENTOS FISCAIS E DA SEGURIDADE SOCIAL**

Período de referência: Setembro/2014 a Agosto/2015

RGF - ANEXO 1 (LRF, art. 55, inciso I, alínea "a")

R\$ 1,00

DESPESA COM PESSOAL	DESPESAS EXECUTADAS	
	(Últimos 12 Meses)	
	LIQUIDADAS (a)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS¹ (b)
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)	16.331.199,17	0,00
Pessoal ativo	14.213.123,84	0,00
Pessoal inativo e pensionistas	1.552.359,42	0,00
Outras Despesas de pessoal decorrentes de contratos de terceirização (§ 1º do art. 18 da LRF)	565.715,91	0,00
DESPESAS NÃO COMPUTADAS (§ 1º do art. 19 da LRF) (II)	0,00	0,00
Indenizações por demissão e incentivos à demissão voluntária	0,00	0,00
Decorrentes de decisão judicial de período anterior ao de apuração	0,00	0,00
Despesas de exercícios anteriores de período anterior ao de apuração	0,00	0,00
Inativos e Pensionistas com recursos vinculados	0,00	0,00
DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I-II)	16.331.199,17	0,00
APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL	VALOR	% SOBRE A RCL
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (IV)	1.022.382.061,13	---
DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP (V) = (III a + III b)	16.331.199,17	1,60
LIMITE MÁXIMO (incisos I, II e III do art. 20 da LRF) - 6,00%	61.342.923,67	6,00
LIMITE PRUDENCIAL (parágrafo único do art. 22 da LRF) - 5,70%	58.275.777,48	5,70
LIMITE DE ALERTA (inciso II do § 1º do art. 59 da LRF) - 5,40%	55.208.631,30	5,40

FONTE: Sistema e-Pública (1823-4681-608). Unidade Responsável: Câmara Municipal de Blumenau. Data da emissão: 01/10/2015 e hora de emissão: 11:11.

Nota: 1. Nos demonstrativos elaborados no primeiro e no segundo quadrimestre de cada exercício, os valores de restos a pagar não processados inscritos em 31 de dezembro do exercício anterior continuarão a ser informados nesse campo. Esses valores não sofrem alteração pelo seu processamento, e somente no caso de cancelamento podem ser excluídos.

Mario Hildebrandt
Presidente
Ordenador da Despesa

Júlio César Pereira
Diretor Financeiro

Jaison Joni Pereguda
Coordenador de Contabilidade
CRC/SC 024879/0-7

Bom Jesus do Oeste

PREFEITURA

PORTARIA Nº 138/2015 DE 01 DE OUTUBRO DE 2015.

PORTARIA Nº 138/2015, DE 01 DE OUTUBRO DE 2015.

CONCEDE FÉRIAS A SERVIDORA MUNICIPAL E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

AIRTON ANTONIO REINEHR, Prefeito Municipal de Bom Jesus do Oeste, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas por Lei.

Resolve:

Art. 1º. CONCEDE férias por merecimento a Servidora Municipal Sra. TATIANE CYBULSKI, matrícula nº 638-6, portadora do CIC sob. nº. 082.623.709-61, lotada na Secretaria Municipal de Agricultura e Meio Ambiente, ocupante do cargo de Assessora Especial, período aquisitivo de 19 de abril de 2014 a 18 de abril de 2015, período de concessão de 01 de outubro de 2015 a 20 de outubro de 2015.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo único do art. 3º do Decreto nº 4450 de 16 de setembro de 2013.

Registre-se;

Publique-se;

Cumpra-se.

Paço Municipal, aos 01 de outubro de 2015.

AIRTON ANTONIO REINEHR

Prefeito Municipal

Botuvera

PREFEITURA

LEI Nº 1.310/2015

LEI Nº 1.310/2015

"AUTORIZA A ABRIR CRÉDITO SUPLEMENTAR POR ANULAÇÃO NO ORÇAMENTO DE 2015"

O PREFEITO MUNICIPAL DE BOTUVERÁ

Faço saber a todos os habitantes deste Município que a câmara de Vereadores aprovou e ou sancionou a seguinte LEI:

Art. 1º - Fica aberto o crédito suplementar até no valor total de R\$ 219.250,20 (Duzentos e dezenove mil, duzentos e cinquenta reais e vinte centavos) conforme abaixo especificado:

04.00	-Secretaria de Educação
04.01	-Divisão de Educação
12-361-0025-2.13	-Operação e Manutenção das atividades Diversas do Ensino Fundamental
3.1.9.0.00.00.00	-Aplicações Diretas
0.1.19(452)	-Transferências do FUNDEB R\$ 68.250,20
12-361-0030-2.16	-Manutenção e Operação do Transporte Escolar
3.1.9.0.00.00.00	-Aplicações Diretas
0.1.01(464)	-Receita de Impostos e de Transf.Impostos Educação R\$ 36.000,00
12-365-0020-2.19	-Manutenção e Operação do Ensino Infantil
3.1.9.0.00.00.00	-Aplicações Diretas
0.1.01(439)	-Receita de Impostos e de Transf.Impostos Educação R\$ 20.000,00
3.1.9.0.00.00.00	-Aplicações Diretas
0.1.18(455)	-Transferências do FUNDEB R\$ 70.000,00
10.00	-Secretaria de Turismo, Cultura, Esportes e Juventude
10.05	-Divisão de Turismo, Cultura, Esportes e Juventude
04-122-170-2.54	-Man.Secretaria Turismo, Cultura, Esportes Juventude
3.1.9.0.00.00.00	-Aplicações Diretas
0.1.00(611)	-Recursos Ordinários R\$ 20.000,00
06.00	-Secretaria de Obras e Serviços Urbanos
06.01	-Divisão de Obras e Serviços Urbanos
15-452-0211-2.75	-Manutenção do Cemitério Público
3.3.9.0.00.00.00	-Aplicações Diretas
0.1.00(630)	-Recursos Ordinários R\$ 5.000,00

Art. 2º - Os recursos para atender o crédito especificado no Art. 1º desta Lei, decorrerão da anulação parcial da seguinte dotação do orçamento vigente.

02.00	-Gabinete do Prefeito
02.03	-Assessoria de Planejamento
04-121-0005-2.64	-Manutenção da Assessoria de Planejamento
3.1.9.0.00.00.00	-Aplicações Diretas
0.1.00(425)	-Recursos Ordinários R\$ 20.000,00
04.00	-Secretaria de Educação
04.01	-Divisão de Educação
12-361-0025-2.13	Operação e Manutenção das atividades Diversas do Ensino Fundamental

3.1.9.0.00.00.00	-Aplicações Diretas
0.1.01(451)	-Receita de Impostos e de Transf.Impostos Educação R\$ 56.000,00
12-361-0025-2.14	-Manutenção do Ensino Fundamental e Valorização do Magistério
3.3.9.0.00.00.00	-Aplicações Diretas
0.1.19(460)	-Transferências do FUNDEB R\$ 68.250,20
3.1.9.0.00.00.00	-Aplicações Diretas
0.1.18(455)	-Transferências do FUNDEB R\$ 70.000,00
03.00	Secretaria de Administração e Finanças
03.02	Divisão de Finanças
04-846-0180-2.10	Obrigações Tributárias
3.3.9.0.00.00.00	-Aplicações Diretas
0.1.00(558)	-Recursos Ordinários R\$ 5.000,00

Art. 3º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

Art. 4º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, gerando efeitos retroativos desde 24 de setembro de 2015.

Prefeitura Municipal de Botuverá, 25 de setembro de 2015.

José Luiz Colombi

Prefeito Municipal

CTR43/2015-COM.DE PROD.AGROP. RESINI

Extrato de Contrato nº 43/2015

Contratante: Município de Botuverá

Contratada: Comercio de Prod. Agrop. Resini Ltda

Valor: 6.727,50 (Seis Mil e Setecentos e Vinte e Sete Reais e Cinquenta Centavos).

Objeto: Mudas pré-cultivas de flores diversas.

Vigência: 31/12/2015

Fundamento legal: PL32/2015-CV05/2015

CTR48/2015-COMERCIAL AUTOMOTIVA S.A.

Extrato de Contrato nº 48/2015

Contratante: Município de Botuverá

Contratada: COMERCIAL ATOMOTIVA S.A.

Valor: R\$ 5.118,88 (Cinco Mil e Cento e Dezoito Reais e Oitenta e Oito Centavos)

Objeto: Pneus e Câmaras de ar novos.

Vigência: 31/12/2015

Fund.Legal: Lei nº8.666/93, PL43/2015-CV06/2015

CTR49/2015-AUTO POSTO BOTUVERA LTDA

Extrato de Contrato nº 49/2015

Contratante: Município de Botuverá

Contratada: AUTO POSTO BOTUVERÁ LTDA

Valor: R\$ 11.286,00 (onze mil, duzentos e oitenta e seis reais).

Objeto: Pneus e Câmaras de ar novos.

Vigência: 31/12/2015

Fund.Legal: Lei nº8.666/93, PL43/2015-CV06/2015

CTR50/2015-NUBES TECNOLOGIA LTDA

Extrato de Contrato nº 50/2015

Contratante: Município de Botuverá

Contratada: NUBES TECNOLOGIA E SERVIÇOS LTDA - ME

Valor: R\$ 3.800,00 (três mil e oitocentos reais).

Objeto: Elaboração e realização de processo seletivo

Vigência: 31/12/2015

Fund.Legal: Lei nº8.666/93, PL47/2015 – Dispensa nº07/2015

DECRETO Nº 1.821/2015

DECRETO Nº 1.821/2015

"AUTORIZA A ABRIR CRÉDITO SUPLEMENTAR POR ANULAÇÃO NO ORÇAMENTO DE 2015"

O PREFEITO MUNICIPAL DE BOTUVERÁ, usando da competência que lhe confere a Lei nº 1.310/2015 de 23 de setembro de 2015.

DECRETA:

Art. 1º - Fica aberto o crédito suplementar até no valor total de R\$ 219.250,20 (Duzentos e dezenove mil, duzentos e cinquenta reais e vinte centavos) conforme abaixo especificado:

04.00	-Secretaria de Educação
04.01	-Divisão de Educação
12-361-0025-2.13	-Operação e Manutenção das atividades Diversas do Ensino Fundamental
3.1.9.0.00.00.00	-Aplicações Diretas
0.1.19(452)	-Transferências do FUNDEB R\$ 68.250,20
12-361-0030-2.16	-Manutenção e Operação do Transporte Escolar
3.1.9.0.00.00.00	-Aplicações Diretas
0.1.01(464)	-Receita de Impostos e de Transf.Impostos Educação R\$ 36.000,00
12-365-0020-2.19	-Manutenção e Operação do Ensino Infantil
3.1.9.0.00.00.00	-Aplicações Diretas
0.1.01(439)	-Receita de Impostos e de Transf.Impostos Educação R\$ 20.000,00
3.1.9.0.00.00.00	-Aplicações Diretas
0.1.18(438)	-Transferências do FUNDEB R\$ 70.000,00
10.00	-Secretaria de Turismo, Cultura, Esportes e Juventude
10.05	-Divisão de Turismo, Cultura, Esportes e Juventude
04-122-170-2.54	-Man.Secretaria Turismo, Cultura, Esportes Juventude
3.1.9.0.00.00	-Aplicações Diretas
0.1.00(611)	-Recursos Ordinários R\$ 20.000,00
06.00	-Secretaria de Obras e Serviços Urbanos
06.01	-Divisão de Obras e Serviços Urbanos
15-452-0211-2.75	-Manutenção do Cemitério Público
3.3.9.0.00.00.00	-Aplicações Diretas
0.1.00(630)	-Recursos Ordinários R\$ 5.000,00

Art. 2º - Os recursos para atender o crédito especificado no Art. 1º deste decreto, decorrerão da anulação parcial da seguinte dotação do orçamento vigente.

02.00	-Gabinete do Prefeito
02.03	-Assessoria de Planejamento
04-121-0005-2.64	-Manutenção da Assessoria de Planejamento
3.1.9.0.00.00	-Aplicações Diretas
0.1.00(425)	-Recursos Ordinários R\$ 20.000,00
04.00	-Secretaria de Educação

04.01	-Divisão de Educação
12-361-0025-2.13	-Operação e Manutenção das atividades Diversas do Ensino Fundamental
3.1.9.0.00.00.00	-Aplicações Diretas
0.1.01(451)	-Receita de Impostos e de Transf.Impostos Educação R\$ 56.000,00
12-361-0025-2.14	-Manutenção do Ensino Fundamental e Valorização do Magistério
3.3.9.0.00.00.00	-Aplicações Diretas
0.1.19(460)	-Transferências do FUNDEB R\$ 68.250,20
3.1.9.0.00.00.00	-Aplicações Diretas
0.1.18(455)	-Transferências do FUNDEB R\$ 70.000,00
03.00	Secretaria de Administração e Finanças
03.02	Divisão de Finanças
04-846-0180-2.10	Obrigações Tributárias
3.3.9.0.00.00.00	-Aplicações Diretas
0.1.00(558)	-Recursos Ordinários R\$ 5.000,00

Art. 3º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

Art. 4º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, gerando efeitos retroativos desde 24 de setembro de 2015.

Prefeitura Municipal de Botuverá, 25 de Setembro de 2015.

José Luiz Colombi

Prefeito Municipal

DECRETO Nº 1.822/2015

DECRETO Nº 1.822/2015

"Autoriza a Abrir Crédito Suplementar por excesso de arrecadação no Orçamento do Exercício de 2015."

O PREFEITO MUNICIPAL DE BOTUVERÁ, usando da competência que lhe confere o Art. 6º, inciso V da Lei nº 1.290/2014 de 17 de dezembro de 2014.

DECRETA:

Art.1º - Fica aberto o Crédito Suplementar no valor de R\$ 8.240,00 (Oito mil duzentos e quarenta reais), conforme abaixo especificado:

04.00	Secretaria de Educação
04.01	-Divisão de Educação
12-361-0030-2.16	-Manutenção do Transporte Escolar
3.3.9.0.00.00.00.00.00	-Aplicações diretas
0.1.36 (468)	-Salário Educação FR 36 R\$ 8.240,00

Art. 2º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Botuverá, 01 de outubro de 2015.

JOSÉ LUIZ COLOMBI

Prefeito Municipal

TERMO ADITIVO 1º-CTR21/2015-MERCADO LAGEADO

ADITIVO DE PRAZO Nº 01/2015

AO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 21/2015

O MUNICÍPIO DE BOTUVERÁ, denominado como CONTRATANTE e a EMPRESA MERCADO LAGEADO LTDA - ME denominada como CONTRATADA, já devidamente qualificadas no contrato original nº 21/2015 celebram este TERMO ADITIVO nº 1 ao Contrato Administrativo Nº 21/2015, com fulcro no Art.57, da Lei nº 8.666/93 e demais alterações, oriundo do Processo Licitatório nº 13/2015, na modalidade de PREGÃO PRESENCIAL Nº 04/2015, mediante as seguintes cláusulas e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DA VIGÊNCIA:O presente aditivo tem como objeto prorrogar a vigência do contrato administrativo Nº 21/2015, com início no dia 01/10/2015 até dia 31/12/2015 conforme menciona a cláusula sétima do contrato original.

CLÁUSULA QUARTA - DAS DEMAIS CLÁUSULAS: As demais cláusulas do contrato administrativo Nº 21/2015 permanecem inalteradas.

E, por estarem justos e contratados, assinam as partes o presente Contrato, em 02 (duas) vias, de igual teor e forma, na presença de 02 (duas) testemunhas, abaixo identificadas.

Botuverá (SC), 23 de Setembro de 2015.

José Luiz Colombi MUNICÍPIO DE BOTUVERÁ CONTRATANTE	Mercado Lageado Luciani Araldi Venzon CONTRATADA
---	--

Testemunhas:

Nome: Adriano Bósio CPF: 019.881.549-28	Nome: Fábio Maestri Bágio CPF: 909.656.989-04
--	--

TERMO ADITIVO 1º-CTR22/2015-PANIFICADORA MAMA IRMA

ADITIVO DE PRAZO Nº 01/2015

AO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 22/2015

O MUNICÍPIO DE BOTUVERÁ, denominado como CONTRATANTE e a EMPRESA PANIFICADORA E CONFEITARIA MAMA IRMA LTDA - ME denominada como CONTRATADA, já devidamente qualificadas no contrato original nº 22/2015, celebram este TERMO ADITIVO nº 1 ao Contrato Administrativo Nº 22/2015, com fulcro no Art.57, da Lei nº 8.666/93 e demais alterações, oriundo do Processo Licitatório nº 13/2015, na modalidade de PREGÃO PRESENCIAL Nº 04/2015, mediante as seguintes cláusulas e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DA VIGÊNCIA:O presente aditivo tem como objeto prorrogar a vigência do contrato administrativo Nº 22/2015, com início no dia 01/10/2015 até dia 31/12/2015 conforme menciona a cláusula sétima do contrato original.

CLÁUSULA QUARTA - DAS DEMAIS CLÁUSULAS: As demais cláusulas do contrato administrativo Nº 22/2015 permanecem inalteradas.

E, por estarem justos e contratados, assinam as partes o presente Contrato, em 02 (duas) vias, de igual teor e forma, na presença de 02 (duas) testemunhas, abaixo identificadas.

Botuverá (SC), 23 de Setembro de 2015.

José Luiz Colombi MUNICÍPIO DE BOTUVERÁ CONTRATANTE	Panificadora Mama Irma Erasmio Colombi CONTRATADA
---	---

Testemunhas:

Adriano Bósio CPF: 019.881.549-28	Fábio Maestri Bágio CPF: 909.656.989-04
--------------------------------------	--

Braço do Trombudo

PREFEITURA

DECRETO 0121 2015

DECRETO Nº 0121/2015

Decreta Turno Único no Serviço Público Municipal e dá outras providências.

O Prefeito Municipal de Braço do Trombudo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições;

Considerando, que a expectativa da receita orçada provavelmente não se realizará;

Considerando, a necessidade de providências para adequação da movimentação financeira e orçamentária;

Considerando, a necessidade do cumprimento de metas estabelecidas na Lei de Diretrizes Orçamentárias e Lei Orçamento Anual;

Considerando, a necessidade de reduzir gastos para o cumprimento das metas fiscais.

DECRETA:

Art. 1º Fica instituído turno único, contínuo, ininterrupto, de seis (6) horas diárias no serviço público municipal, a ser cumprido no período compreendido entre 12:00hrs às 18:00hrs, de segunda a sexta-feira na secretaria de Cultura, Turismo e Lazer e CME, e no período compreendido entre 07:00hrs às 13:00hrs de segunda a sexta-feira na Secretaria de Administração e Finanças e Secretaria de Obras.

Art. 2º O turno único instituído no artigo 1º deste Decreto entrará em vigor no dia 05 de outubro, por tempo indeterminado.

Parágrafo único – O Poder Executivo poderá por interesse público e mediante ato próprio, revogar a sua vigência a qualquer tempo, sem necessidade de prévio aviso.

Art. 3º O turno único não se aplica às atividades essenciais de educação, saúde e assistência social, ETA (Estação de Tratamento de Água) e agricultura que manterão seu funcionamento nos moldes atuais.

Parágrafo único - Entende-se como atividades essenciais:

I - Na área da educação, o funcionamento normal das escolas e do transporte escolar;

II – Na área da saúde, os serviços de plantões, Estratégia de Saúde da Família, incluído o Programa de Agentes Comunitários de Saúde e Combate à Endemias;

III – Na Estação de Tratamento de Água, funcionamento normal na captação, tratamento, distribuição de água e conserto de rede;

Art. 4º Cessado o turno único, os servidores retornarão ao cumprimento da jornada de trabalho especificada em lei para seus cargos, cujo cumprimento ficará apenas suspenso temporariamente em decorrência deste Decreto.

Art. 5º Poderá o chefe do poder executivo, na vigência do turno único, convocar servidores para prestação de serviço extraordinário em casos de situação de emergência ou calamidade pública.

Art. 6º Enquanto houver vigência deste decreto, não haverá funcionamento do refeitório municipal.

Art. 7º O presente Decreto aplica-se aos serviços internos e

externos, ressalvado o disposto no art. 3º.

Art. 8º Fica revogado o Decreto nº 057/2015 de 08 de maio de 2015.

Art. 9º Este decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 3º da Lei 0597/2008 de 09.07.2008.

Braço do Trombudo, em 30 de setembro de 2015.

Charles Rafael Schwambach

Prefeito Municipal

DECRETO Nº 0122/2015

DECRETO Nº 0122/2015.

Anula e Suplementa no Orçamento vigente.

Charles Rafael Schwambach, Prefeito Municipal de Braço do Trombudo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, baseado na Lei nº 0846/2015 de 30.09.2015, etc...

DECRETA:

Art. 1º - Fica anulada a importância de R\$ 673.334,28 (Seiscentos e setenta e três mil, trezentos e trinta e quatro reais e vinte e oito centavos), nas seguintes modalidades de aplicação do orçamento vigente:

02 – GABINETE DO PREFEITO

01 – GABINETE DO PREFEITO

2.002 – Manutenção do Gabinete do Prefeito

(1) – 3.1.90.00.00.00.00.00 0.1.0000.000000 – Aplicações Diretas R\$ 5.000,00

2.003 – Incentivos a Novos Empreendimentos

(9) – 3.3.90.00.00.00.00.00 0.1.0000.000000 – Aplicações Diretas R\$ 1.000,00

(10) – 4.4.90.00.00.00.00.00 0.1.0000.000000 – Aplicações Diretas R\$ 1.000,00

2.004 – Manutenção da Defesa Civil

(6) – 3.1.90.00.00.00.00.00 0.1.0000.000000 – Aplicações Diretas R\$ 28.000,00

(7) – 3.3.90.00.00.00.00.00 0.1.0000.000000 – Aplicações Diretas R\$ 5.000,00

(8) – 4.4.90.00.00.00.00.00 0.1.0000.000000 – Aplicações Diretas R\$ 5.000,00

03 – SECRETARIA DE ADM., FINANÇAS e PLANEJAMENTO

01 – DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS

0.001 – Encargos Especiais/Obrig. Trib(PASEP)/Contr/Após. Pensões

(32) – 3.3.90.00.00.00.00.00 0.1.0000.000000 – Aplicações Diretas R\$ 6.000,00

0.003 – Pagamento de Outras Dívidas Fundada Interna

(29) – 3.2.90.00.00.00.00.00 0.1.0000.000000 – Aplicações Diretas R\$ 17.000,00

2.006 – Manutenção da Secretaria de Administração e Finanças

(13) – 3.3.90.00.00.00.00.00 0.1.0000.000000 – Aplicações Diretas R\$ 167.000,00

2.011 – Encargos Patronais

(21) – 3.1.90.00.00.00.00.00 0.1.0000.000000 – Aplicações Diretas R\$ 166.000,00

04 – SECRETARIA DE EDUCAÇÃO

06 – APOIO AO ENSINO MÉDIO

2.039 – Apoio ao Ensino Médio

(94) – 3.3.90.00.00.00.00.00 0.1.0000.000000 – Aplicações Diretas R\$ 500,00

05 – SECRETARIA DE CULTURA, TURISMO E LAZER

01 – MANUTENÇÃO DA SECRETARIA

1.025 – Reequipamento da Secretaria de Cultura Turismo e Lazer (100) – 4.4.90.00.00.00.00.00 0.1.0000.000000 – Aplicações Diretas R\$ 5.000,00

1.026 – Construção e Implementação de Bibliotecas e Museus (101) – 4.4.90.00.00.00.00.00 0.1.0000.000000 – Aplicações Diretas R\$ 500,00

1.027 – Implantação de Pontos Turísticos (111) – 4.4.90.00.00.00.00.00 0.1.0000.000000 – Aplicações Diretas R\$ 500,00

1.028 – Pavimentação de Ruas/Acessos a Pontos Turísticos (112) – 4.4.90.00.00.00.00.00 0.1.0000.000000 – Aplicações Diretas R\$ 500,00

1.030 – Implantação do Turismo/mirantes/cachoeiras/rotas (113) – 4.4.90.00.00.00.00.00 0.1.0000.000000 – Aplicações Diretas R\$ 500,00

1.077 – Construção do Centro Cívico (102) – 4.4.90.00.00.00.00.00 0.1.0000.000000 – Aplicações Diretas R\$ 500,00

2.045 – Manutenção de Bibliotecas e Museus (103) – 3.3.90.00.00.00.00.00 0.1.0000.000000 – Aplicações Diretas R\$ 1.948,00
(104) – 4.4.90.00.00.00.00.00 0.1.0000.000000 – Aplicações Diretas R\$ 3.000,00

2.046 – Manutenção de Grupos Folclóricos/Culturais/Tradicionalistas/Clubes e congêneres (106) – 3.3.90.00.00.00.00.00 0.1.0000.000000 – Aplicações Diretas R\$ 2.000,00
(107) – 4.4.90.00.00.00.00.00 0.1.0000.000000 – Aplicações Diretas R\$ 5.000,00

2.047 – Incentivo à Atividades Culturais (108) – 3.3.90.00.00.00.00.00 0.1.0000.000000 – Aplicações Diretas R\$ 28.400,00

2.048 – Festa da Integração (110) – 3.3.90.00.00.00.00.00 0.1.0000.000000 – Aplicações Diretas R\$ 95.000,00

05 – SECRETARIA DE CULTURA, TURISMO E LAZER

02 – CENTRO DE MÚLTIPLO USO

1.029 – Construção do Centro de Múltiplo Uso (114) – 4.4.90.00.00.00.00.00 0.1.0000.000000 – Aplicações Diretas R\$ 500,00

2.049 – Manutenção do Centro de Múltiplo Uso (115) – 3.3.90.00.00.00.00.00 0.1.0000.000000 – Aplicações Diretas R\$ 1.000,00

06 – SECRETARIA DE ESPORTES

01 – DESPORTO AMADOR

1.031 – Aquisição de Imóveis (123) – 4.5.90.00.00.00.00.00 0.1.0000.000000 – Aplicações Diretas R\$ 500,00

1.032 – Reequipamento do Desporto Amador (117) – 4.4.90.00.00.00.00.00 0.1.0000.000000 – Aplicações Diretas R\$ 2.000,00

2.050 – Manutenção do Desporto Amador (118) – 3.1.90.00.00.00.00.00 0.1.0000.000000 – Aplicações Diretas R\$ 12.000,00
(119) – 3.3.90.00.00.00.00.00 0.1.0000.000000 – Aplicações Diretas R\$ 9.000,00

2.051 – Apoio as Entidades Desportivas e Recreativas (120) – 3.3.50.00.00.00.00.00 0.1.0000.000000 – Transferências a Instituições Privadas sem Fins Lucrativos R\$ 500,00
(121) – 3.3.90.00.00.00.00.00 0.1.0000.000000 – Aplicações Diretas R\$ 500,00

2.052 – Descobrimos Talentos (116) – 3.3.90.00.00.00.00.00 0.1.0000.000000 – Aplicações Diretas R\$ 500,00

2.053 – Capacitação Continuada e Melhoria na Qualidade do Atendimento (122) – 3.3.90.00.00.00.00.00 0.1.0000.000000 – Aplicações Diretas R\$ 500,00

06 – SECRETARIA DE ESPORTES
02 – ESTRUTURAÇÃO DE ESPAÇOS PARA PRÁTICA DE ESPORTES

1.033 – Construção de Ginásio de Esportes (125) – 4.4.90.00.00.00.00.00 0.1.0000.000000 – Aplicações Diretas R\$ 500,00

1.034 – Construção de Quadras de Esportes/Instalações Esportivas e Recreacionais (127) – 4.4.90.00.00.00.00.00 0.1.0000.000000 – Aplicações Diretas R\$ 500,00

2.055 – Manutenção das Quadras de Esportes/Instalações Esportivas e Recreacionais (124) – 3.3.90.00.00.00.00.00 0.1.0000.000000 – Aplicações Diretas R\$ 500,00

06 – SECRETARIA DE ESPORTES

03 – ACADEMIAS POPULARES

2.056 – Manutenção das Academias Populares (128) – 3.3.90.00.00.00.00.00 0.1.0000.000000 – Aplicações Diretas R\$ 5.000,00

07 – SECRETARIA DE TRANSPORTE, OBRAS E SERVIÇOS
01 – DEPARTAMENTO DE SERVIÇOS DO PERÍMETRO URBANO

1.036 – Aquisição de Imóveis (143) – 4.4.90.00.00.00.00.00 0.1.0000.000000 – Aplicações Diretas R\$ 500,00

1.037 – Aquisição de Máquinas e Equipamentos

(150) – 4.4.90.00.00.00.00.00 0.1.0000.000000 – Aplicações Diretas R\$ 500,00

1.038 – Drenagem/Construção Pontes/Pontilhões/Bueiros no Perímetro Urbano

(144) – 4.4.90.00.00.00.00.00 0.1.0000.000000 – Aplicações Diretas R\$ 500,00

1.040 – Pavimentação de Via Urbanas

(145) – 4.4.90.00.00.00.00.00 0.1.0000.000000 – Aplicações Diretas R\$ 10.000,00

1.041 – Sinalização Urbana – Vertical e Horizontal

(146) – 4.4.90.00.00.00.00.00 0.1.0000.000000 – Aplicações Diretas R\$ 500,00

1.042 – Implantação e Manutenção de Triagem/Compostagem/Reciclagem

(151) – 3.3.90.00.00.00.00.00 0.1.0000.000000 – Aplicações Diretas R\$ 500,00

1.044 – Construção de Passeios Públicos/Praças e Jardins

(147) – 4.4.90.00.00.00.00.00 0.1.0000.000000 – Aplicações Diretas R\$ 5.000,00

1.045 – Implantação de Sistema de Monitoramento e Segurança

(152) – 4.4.90.00.00.00.00.00 0.1.0000.000000 – Aplicações Diretas R\$ 500,00

1.046 – Construção e Reforma de Abrigos de Passageiros

(148) – 3.3.90.00.00.00.00.00 0.1.0000.000000 – Aplicações Diretas R\$ 500,00

(149) – 4.4.90.00.00.00.00.00 0.1.0000.000000 – Aplicações Diretas R\$ 500,00

1.047 – Construção Ampliação da Garagem Municipal

(153) – 4.4.90.00.00.00.00.00 0.1.0000.000000 – Aplicações Diretas R\$ 500,00

2.057 – Manutenção dos Serviços Urbanos

(154) – 3.1.90.00.00.00.00.00 0.1.0000.000000 – Aplicações Diretas R\$ 500,00

(155) – 3.3.90.00.00.00.00.00 0.1.0000.000000 – Aplicações Diretas R\$ 500,00

2.059 – Reequipamento do Departamento de Serviços Urbanos

(156) – 4.4.90.00.00.00.00.00 0.1.0000.000000 – Aplicações Diretas R\$ 1.486,28

2.060 – Coleta Seletiva de Resíduos Sólidos

(158) – 3.3.90.00.00.00.00.00 0.1.0000.000000 – Aplicações Diretas R\$ 500,00

2.061 – Coleta de Rejeitos de Resíduos Sólidos

(159) – 3.3.90.00.00.00.00.00 0.1.0000.000000 – Aplicações Diretas R\$ 5.500,00

2.065 – Manutenção de Passeios Públicos/Praças e Jardins

(163) – 3.3.90.00.00.00.00.00 0.1.0000.000000 – Aplicações Diretas R\$ 500,00

2.066 – Manutenção de Sistema de Monitoramento e Segurança

(164) – 3.3.90.00.00.00.00.00 0.1.0000.000000 – Aplicações Diretas R\$ 500,00

2.067 – Capacitação Continuada e Melhoria na Qualidade do Atendimento

(165) – 3.3.90.00.00.00.00.00 0.1.0000.000000 – Aplicações Diretas R\$ 500,00

2.108 – Manutenção do Centro de Triagem

(166) – 3.3.90.00.00.00.00.00 0.1.0000.000000 – Aplicações Diretas R\$ 500,00

07 – SECRETARIA DE TRANSPORTE, OBRAS E SERVIÇOS

02 – DPTO. DE SERVIÇOS FORA DO PERÍMETRO URBANO

1.048 – Aquisição de Imóveis

(172) – 4.5.90.00.00.00.00.00 0.1.0000.000000 – Aplicações Diretas R\$ 500,00

1.049 – Drenagem/Construção de Pontes/Pontilhões/Bueiros

(173) – 4.4.90.00.00.00.00.00 0.1.0000.000000 – Aplicações Diretas R\$ 500,00

1.050 – Construção e Reforma de Abrigos de Passageiros

(174) – 3.3.90.00.00.00.00.00 0.1.0000.000000 – Aplicações Diretas R\$ 3.000,00

(175) – 4.4.90.00.00.00.00.00 0.1.0000.000000 – Aplicações Diretas R\$ 2.000,00

2.069 – Manutenção dos Serviços Fora do Perímetro Urbano

(182) – 3.3.90.00.00.00.00.00 0.1.0000.000000 – Aplicações Diretas R\$ 5.000,00

2.070 – Manutenção e Melhorias de Sinalização – Horizontal e Vertical

(183) – 3.3.90.00.00.00.00.00 0.1.0000.000000 – Aplicações Diretas R\$ 5.000,00

(184) – 4.4.90.00.00.00.00.00 0.1.0000.000000 – Aplicações Diretas R\$ 500,00

08 – SECRETARIA DE AGRICULTURA, PECUÁRIA E AQUICULTURA

01 – MANUTENÇÃO DA SECRETARIA

1.051 – Implantação de Campo de Mudanças de Pastagem

(185) – 4.4.90.00.00.00.00.00 0.1.0000.000000 – Aplicações Diretas R\$ 500,00

1.052 – Implantação Feira Livre

(186) – 4.4.90.00.00.00.00.00 0.1.0000.000000 – Aplicações Diretas R\$ 500,00

2.074 – Manutenção das Atividades da Secretaria de Agricultura

(187) – 3.1.90.00.00.00.00.00 0.1.0000.000000 – Aplicações Diretas R\$ 30.000,00

2.075 – Manutenção de Campo de Mudanças de Pastagem

(190) – 3.3.90.00.00.00.00.00 0.1.0000.000000 – Aplicações Diretas R\$ 500,00

(191) – 4.4.90.00.00.00.00.00 0.1.0000.000000 – Aplicações Diretas R\$ 500,00

2.076 – Manutenção da Feira Livre

(192) – 3.3.90.00.00.00.00.00 0.1.0000.000000 – Aplicações Diretas R\$ 2.000,00

(193) – 4.4.90.00.00.00.00.00 0.1.0000.000000 – Aplicações Diretas R\$ 500,00

2.081 – Manutenção de Secador de Grãos

(194) – 3.3.90.00.00.00.00.00 0.1.0000.000000 – Aplicações Diretas R\$ 500,00

08 – SECRETARIA DE AGRICULTURA, PECUÁRIA E AQUICULTURA

02 – MANUTENÇÃO DOS SERVIÇOS AGROPECUÁRIOS

1.053 – Aquisição de Imóveis

(195) – 4.4.90.00.00.00.00.00 0.1.0000.000000 – Aplicações Diretas R\$ 500,00

1.054 – Aquisição de Máquinas e Implementos Agrícolas
(196) – 4.4.90.00.00.00.00.00 0.1.0000.000000 – Aplicações Diretas R\$ 500,00

1.055 – Reequipamento do Departamento Agropecuário
(197) – 4.4.90.00.00.00.00.00 0.1.0000.000000 – Aplicações Diretas R\$ 500,00

2.077 – Manutenção do Departamento Agropecuário
(198) – 3.3.90.00.00.00.00.00 0.1.0000.000000 – Aplicações Diretas R\$ 500,00
(199) – 4.4.90.00.00.00.00.00 0.1.0000.000000 – Aplicações Diretas R\$ 500,00

2.078 – Manutenção do Programa de Melhoramento Genético
(201) – 4.4.90.00.00.00.00.00 0.1.0000.000000 – Aplicações Diretas R\$ 5.000,00

2.079 – Apoio e Incentivos ao Produtor Agropecuário
(202) – 3.3.90.00.00.00.00.00 0.1.0000.000000 – Aplicações Diretas R\$ 500,00

08 – SECRETARIA DE AGRICULTURA, PECUÁRIA E AQUICULTURA
03 – MANUTENÇÃO DOS SERVIÇOS DE AQUICULTURA

1.060 – Reequipamento do Serviço Aquicultura
(206) – 4.4.90.00.00.00.00.00 0.1.0000.000000 – Aplicações Diretas R\$ 5.000,00

2.083 – Manutenção dos Serviços de Aquicultura
(207) – 3.3.90.00.00.00.00.00 0.1.0000.000000 – Aplicações Diretas R\$ 500,00

2.084 – Incentivos para Atividade de Aquicultura
(208) – 3.3.90.00.00.00.00.00 0.1.0000.000000 – Aplicações Diretas R\$ 500,00

TOTAL R\$ 673.334,28

Art. 2º - Por conta da anulação do artigo anterior no valor de R\$ 673.334,28 (Seiscentos e setenta e três mil, trezentos e trinta e quatro reais e vinte e oito centavos.), ficam suplementadas as seguintes modalidades de aplicação do orçamento vigente:

03 – SECRETARIA DE ADM., FINANÇAS e PLANEJAMENTO
04 – DEPARTAMENTO DE ÁGUAS E SANEAMENTO

2.023 – Manutenção da ETA
(40) – 3.1.90.00.00.00.00.00 0.1.0000.000000 – Aplicações Diretas R\$ 10.000,00

04 – SECRETARIA DE EDUCAÇÃO
02 – MANUTENÇÃO DA EDUCAÇÃO – EDUCAÇÃO INFANTIL

2.028 – Manutenção do Ensino Infantil
(58) – 3.1.90.00.00.00.00.00 0.1.0000.000000 – Aplicações Diretas R\$ 249.348,00

04 – SECRETARIA DE EDUCAÇÃO
03 – MANUTENÇÃO DA EDUCAÇÃO – ENSINO FUNDAMENTAL

2.033 – Manutenção do Ensino Fundamental
(75) – 3.1.90.00.00.00.00.00 0.1.0000.000000 – Aplicações Diretas R\$ 220.000,00
(78) – 3.3.90.00.00.00.00.00 0.1.0000.000000 – Aplicações Diretas R\$ 15.000,00

05 – SECRETARIA DE CULTURA, TURISMO E LAZER
01 – MANUTENÇÃO DA SECRETARIA

2.044 – Manut. das Atividades e Reeq. da Sec. de Cultura Turismo e Lazer
(97) – 3.1.90.00.00.00.00.00 0.1.0000.000000 – Aplicações Diretas R\$ 15.000,00

07 – SECRETARIA DE TRANSPORTE, OBRAS E SERVIÇOS
02 – DPTO. DE SERVIÇOS FORA DO PERÍMETRO URBANO

2.068 – Manutenção e Abertura das Estradas Vicinais
(176) – 3.1.90.00.00.00.00.00 0.1.0000.000000 – Aplicações Diretas R\$ 25.000,00
(177) – 3.3.90.00.00.00.00.00 0.1.0000.000000 – Aplicações Diretas R\$ 46.486,28

10 – FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL
01 – FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL

2.104 – Manutenção das Atividades do CRAS
(24) – 3.1.90.00.00.00.00.00 0.1.0000.000000 – Aplicações Diretas R\$ 89.000,00

2.110 – Manutenção do Conselho Tutelar
(13) – 3.1.90.00.00.00.00.00 0.1.0000.000000 – Aplicações Diretas R\$ 3.500,00

TOTAL
..... R\$ 673.334,28

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 3º da Lei 0597/2008 de 09.07.2008.

Braço do Trombudo, em 30 de setembro de 2015.
Charles Rafael Schwambach
Prefeito Municipal

DECRETO Nº. 0119/2015.

DECRETO Nº. 0119/2015.

FICA REVOGADO E SEM EFEITO O DECRETO Nº 0116/2015, DE 28 DE SETEMBRO DE 2015.

Charles Rafael Schwambach, Prefeito Municipal de Braço do Trombudo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais,

DECRETA:

Art. 1º Fica revogado e sem efeito o Decreto nº 0116/2015, de 28 de setembro de 2015, publicado no Diário Oficial do Município, de 29 de setembro de 2015.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 3º da Lei 0597/2008 de 09/07/2008.

Braço do Trombudo, em 30 de setembro de 2015.
Charles Rafael Schwambach
Prefeito Municipal

DECRETO Nº. 0120/2015.

DECRETO 0120/2015.

Nomeia Conselho Municipal de Educação.

Charles Rafael Schwambach, Prefeito do Município de Braço do Trombudo, Estado de Santa Catarina, no Uso de suas Atribuições Legais e Amparado no Artigo 3º da Lei Municipal nº 103/94 de 29.03.94, etc...

DECRETA :

Art. 1º - O Conselho Municipal de Educação, de acordo com a Lei Municipal nº 103/98, de 29.03.94, terá a seguinte composição:

I – Representante dos Professores do Ensino Fundamental da Rede Municipal

1ª a 5ª Série - Titular: Isolete Aparecida Dias Mayer

Suplente: Zenaide Kniss Felga

6ª a 9ª Série – Titular: Ligia Vogel

Suplente: Deiziane de Souza Probst

II – Representante dos Professores da Educação Infantil da Rede Municipal de Ensino

Titular: Glaucea Alma Larsen

Suplente: Veneranda Aparecida Wersdorfer Lamin

III - Representante da Secretaria Municipal de Educação

Titular: Mariza Salete Meurer

Suplente: Isolene Grah

IV – Representante Secretaria de Estado da Educação Cultura e Desporto

Titular: Adriana Hellmann

Suplente: Nilton Vermoehlen

V- Representante do Poder Legislativo

Titular: Daiana Weber Lopes

Suplente: Maristela Aparecida Costa Silva

VI- Representante das Associações de Pais e Professores das Escolas do Município:

Titular: Guilherme Benetti

Suplente: Carmelita de Souza

Art.2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 3º da Lei 0597/2008 de 09.07.2008.

Braço do Trombudo, em 30 de setembro de 2015.

Charles Rafael Schwambach

Prefeito Municipal

LEI Nº 0846/2015

LEI Nº 0846/2015

Anula e suplementa dotações do orçamento vigente da Prefeitura Municipal de Braço do Trombudo.

Charles Rafael Schwambach, Prefeito de Braço do Trombudo, Estado de Santa Catarina, faço saber que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte LEI:

Art. 1º Fica anulada a importância de 673.334,28 (Seiscentos e setenta e três mil, trezentos e trinta e quatro reais e vinte e oito centavos.), nas seguintes modalidades de aplicação do orçamento vigente:

02 – GABINETE DO PREFEITO

01 – GABINETE DO PREFEITO

2.002 – Manutenção do Gabinete do Prefeito

(1) – 3.1.90.00.00.00.00.00 0.1.0000.000000 – Aplicações Diretas R\$ 5.000,00

2.003 – Incentivos a Novos Empreendimentos

(9) – 3.3.90.00.00.00.00.00 0.1.0000.000000 – Aplicações Diretas R\$ 1.000,00

(10) – 4.4.90.00.00.00.00.00 0.1.0000.000000 – Aplicações Diretas R\$ 1.000,00

2.004 – Manutenção da Defesa Civil

(6) – 3.1.90.00.00.00.00.00 0.1.0000.000000 – Aplicações Diretas R\$ 28.000,00

(7) – 3.3.90.00.00.00.00.00 0.1.0000.000000 – Aplicações Diretas R\$ 5.000,00

(8) – 4.4.90.00.00.00.00.00 0.1.0000.000000 – Aplicações Diretas R\$ 5.000,00

03 – SECRETARIA DE ADM., FINANÇAS e PLANEJAMENTO

01 – DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS

0.001 – Encargos Especiais/Obrig. Trib(PASEP)/Contr/Após. Pensões

(32) – 3.3.90.00.00.00.00.00 0.1.0000.000000 – Aplicações Diretas R\$ 6.000,00

0.003 – Pagamento de Outras Dívidas Fundada Interna

(29) – 3.2.90.00.00.00.00.00 0.1.0000.000000 – Aplicações Diretas R\$ 17.000,00

2.006 – Manutenção da Secretaria de Administração e Finanças

(13) – 3.3.90.00.00.00.00.00 0.1.0000.000000 – Aplicações Diretas R\$ 167.000,00

2.011 – Encargos Patronais

(21) – 3.1.90.00.00.00.00.00 0.1.0000.000000 – Aplicações Diretas R\$ 166.000,00

04 – SECRETARIA DE EDUCAÇÃO

06 – APOIO AO ENSINO MÉDIO

2.039 – Apoio ao Ensino Médio

(94) – 3.3.90.00.00.00.00.00 0.1.0000.000000 – Aplicações Diretas R\$ 500,00

05 – SECRETARIA DE CULTURA, TURISMO E LAZER

01 – MANUTENÇÃO DA SECRETARIA

1.025 – Reequipamento da Secretaria de Cultura Turismo e Lazer

(100) – 4.4.90.00.00.00.00.00 0.1.0000.000000 – Aplicações Diretas R\$ 5.000,00

1.026 – Construção e Implementação de Bibliotecas e Museus

(101) – 4.4.90.00.00.00.00.00 0.1.0000.000000 – Aplicações Diretas R\$ 500,00

1.027 – Implantação de Pontos Turísticos

(111) – 4.4.90.00.00.00.00.00 0.1.0000.000000 – Aplicações Diretas R\$ 500,00

1.028 – Pavimentação de Ruas/Acessos a Pontos Turísticos

(112) – 4.4.90.00.00.00.00.00 0.1.0000.000000 – Aplicações Diretas R\$ 500,00

1.030 – Implantação do Turismo/mirantes/cachoeiras/rotas

(113) – 4.4.90.00.00.00.00.00 0.1.0000.000000 – Aplicações Diretas R\$ 500,00

1.077 – Construção do Centro Cívico
(102) – 4.4.90.00.00.00.00.00 0.1.0000.000000 – Aplicações Diretas R\$ 500,00

2.045 – Manutenção de Bibliotecas e Museus
(103) – 3.3.90.00.00.00.00.00 0.1.0000.000000 – Aplicações Diretas R\$ 1.948,00
(104) – 4.4.90.00.00.00.00.00 0.1.0000.000000 – Aplicações Diretas R\$ 3.000,00

2.046 – Manutenção de Grupos Folclóricos/Culturais/Tradicionalistas/Clubes e congêneres
(106) – 3.3.90.00.00.00.00.00 0.1.0000.000000 – Aplicações Diretas R\$ 2.000,00
(107) – 4.4.90.00.00.00.00.00 0.1.0000.000000 – Aplicações Diretas R\$ 5.000,00

2.047 – Incentivo à Atividades Culturais
(108) – 3.3.90.00.00.00.00.00 0.1.0000.000000 – Aplicações Diretas R\$ 28.400,00

2.048 – Festa da Integração
(110) – 3.3.90.00.00.00.00.00 0.1.0000.000000 – Aplicações Diretas R\$ 95.000,00

05 – SECRETARIA DE CULTURA, TURISMO E LAZER

02 – CENTRO DE MULTIPLO USO

1.029 – Construção do Centro de Múltiplo Uso
(114) – 4.4.90.00.00.00.00.00 0.1.0000.000000 – Aplicações Diretas R\$ 500,00

2.049 – Manutenção do Centro de Múltiplo Uso
(115) – 3.3.90.00.00.00.00.00 0.1.0000.000000 – Aplicações Diretas R\$ 1.000,00

06 – SECRETARIA DE ESPORTES

01 – DESPORTO AMADOR

1.031 – Aquisição de Imóveis
(123) – 4.5.90.00.00.00.00.00 0.1.0000.000000 – Aplicações Diretas R\$ 500,00

1.032 – Reequipamento do Desporto Amador
(117) – 4.4.90.00.00.00.00.00 0.1.0000.000000 – Aplicações Diretas R\$ 2.000,00

2.050 – Manutenção do Desporto Amador
(118) – 3.1.90.00.00.00.00.00 0.1.0000.000000 – Aplicações Diretas R\$ 12.000,00
(119) – 3.3.90.00.00.00.00.00 0.1.0000.000000 – Aplicações Diretas R\$ 9.000,00

2.051 – Apoio as Entidades Desportivas e Recreativas
(120) – 3.3.50.00.00.00.00.00 0.1.0000.000000 – Transferências a Instituições Privadas sem Fins Lucrativos R\$ 500,00
(121) – 3.3.90.00.00.00.00.00 0.1.0000.000000 – Aplicações Diretas R\$ 500,00

2.052 – Descobrimdo Talentos
(116) – 3.3.90.00.00.00.00.00 0.1.0000.000000 – Aplicações Diretas R\$ 500,00

2.053 – Capacitação Continuada e Melhoria na Qualidade do Atendimento
(122) – 3.3.90.00.00.00.00.00 0.1.0000.000000 – Aplicações Diretas R\$ 500,00

06 – SECRETARIA DE ESPORTES

02 – ESTRUTURAÇÃO DE ESPAÇOS PARA PRÁTICA DE ESPORTES

1.033 – Construção de Ginásio de Esportes
(125) – 4.4.90.00.00.00.00.00 0.1.0000.000000 – Aplicações Diretas R\$ 500,00

1.034 – Construção de Quadras de Esportes/Instalações Esportivas e Recreacionais
(127) – 4.4.90.00.00.00.00.00 0.1.0000.000000 – Aplicações Diretas R\$ 500,00

2.055 – Manutenção das Quadras de Esportes/Instalações Esportivas e Recreacionais
(124) – 3.3.90.00.00.00.00.00 0.1.0000.000000 – Aplicações Diretas R\$ 500,00

06 – SECRETARIA DE ESPORTES

03 – ACADEMIAS POPULARES

2.056 – Manutenção das Academias Populares
(128) – 3.3.90.00.00.00.00.00 0.1.0000.000000 – Aplicações Diretas R\$ 5.000,00

07 – SECRETARIA DE TRANSPORTE, OBRAS E SERVIÇOS

01 – DEPARTAMENTO DE SERVIÇOS DO PERÍMETRO URBANO

1.036 –Aquisição de Imóveis
(143) – 4.4.90.00.00.00.00.00 0.1.0000.000000 – Aplicações Diretas R\$ 500,00

1.037 –Aquisição de Máquinas e Equipamentos
(150) – 4.4.90.00.00.00.00.00 0.1.0000.000000 – Aplicações Diretas R\$ 500,00

1.038 – Drenagem/Construção Pontes/Pontilhões/Bueiros no Perímetro Urbano
(144) – 4.4.90.00.00.00.00.00 0.1.0000.000000 – Aplicações Diretas R\$ 500,00

1.040 – Pavimentação de Via Urbanas
(145) – 4.4.90.00.00.00.00.00 0.1.0000.000000 – Aplicações Diretas R\$ 10.000,00

1.041 – Sinalização Urbana – Vertical e Horizontal
(146) – 4.4.90.00.00.00.00.00 0.1.0000.000000 – Aplicações Diretas R\$ 500,00

1.042 – Implantação e Manutenção de Triagem/Compostagem/Reciclagem
(151) – 3.3.90.00.00.00.00.00 0.1.0000.000000 – Aplicações Diretas R\$ 500,00

1.044 – Construção de Passeios Públicos/Praças e Jardins
(147) – 4.4.90.00.00.00.00.00 0.1.0000.000000 – Aplicações Diretas R\$ 5.000,00

1.045 – Implantação de Sistema de Monitoramento e Segurança
(152) – 4.4.90.00.00.00.00.00 0.1.0000.000000 – Aplicações Diretas R\$ 500,00

1.046 – Construção e Reforma de Abrigos de Passageiros
(148) – 3.3.90.00.00.00.00.00 0.1.0000.000000 – Aplicações Diretas R\$ 500,00
(149) – 4.4.90.00.00.00.00.00 0.1.0000.000000 – Aplicações Diretas R\$ 500,00

1.047 – Construção Ampliação da Garagem Municipal
(153) – 4.4.90.00.00.00.00.00 0.1.0000.000000 – Aplicações Diretas R\$ 500,00

2.057 – Manutenção dos Serviços Urbanos
(154) – 3.1.90.00.00.00.00.00 0.1.0000.000000 – Aplicações Diretas R\$ 500,00
(155) – 3.3.90.00.00.00.00.00 0.1.0000.000000 – Aplicações Diretas R\$ 500,00

2.059 – Reequipamento do Departamento de Serviços Urbanos
(156) – 4.4.90.00.00.00.00.00 0.1.0000.000000 – Aplicações Diretas R\$ 1.486,28

2.060 – Coleta Seletiva de Resíduos Sólidos
(158) – 3.3.90.00.00.00.00.00 0.1.0000.000000 – Aplicações Diretas R\$ 500,00

2.061 – Coleta de Rejeitos de Resíduos Sólidos
(159) – 3.3.90.00.00.00.00.00 0.1.0000.000000 – Aplicações Diretas R\$ 5.500,00

2.065 – Manutenção de Passeios Públicos/Praças e Jardins
(163) – 3.3.90.00.00.00.00.00 0.1.0000.000000 – Aplicações Diretas R\$ 500,00

2.066 – Manutenção de Sistema de Monitoramento e Segurança
(164) – 3.3.90.00.00.00.00.00 0.1.0000.000000 – Aplicações Diretas R\$ 500,00

2.067 – Capacitação Continuada e Melhoria na Qualidade do Atendimento
(165) – 3.3.90.00.00.00.00.00 0.1.0000.000000 – Aplicações Diretas R\$ 500,00

2.108 – Manutenção do Centro de Triagem
(166) – 3.3.90.00.00.00.00.00 0.1.0000.000000 – Aplicações Diretas R\$ 500,00

07 – SECRETARIA DE TRANSPORTE, OBRAS E SERVIÇOS
02 – DPTO. DE SERVIÇOS FORA DO PERÍMETRO URBANO

1.048 – Aquisição de Imóveis
(172) – 4.5.90.00.00.00.00.00 0.1.0000.000000 – Aplicações Diretas R\$ 500,00

1.049 – Drenagem/Construção de Pontes/Pontilhões/Bueiros
(173) – 4.4.90.00.00.00.00.00 0.1.0000.000000 – Aplicações Diretas R\$ 500,00

1.050 – Construção e Reforma de Abrigos de Passageiros
(174) – 3.3.90.00.00.00.00.00 0.1.0000.000000 – Aplicações Diretas R\$ 3.000,00
(175) – 4.4.90.00.00.00.00.00 0.1.0000.000000 – Aplicações Diretas R\$ 2.000,00

2.069 – Manutenção dos Serviços Fora do Perímetro Urbano
(182) – 3.3.90.00.00.00.00.00 0.1.0000.000000 – Aplicações Diretas R\$ 5.000,00

2.070 – Manutenção e Melhorias de Sinalização – Horizontal e Vertical
(183) – 3.3.90.00.00.00.00.00 0.1.0000.000000 – Aplicações Diretas R\$ 5.000,00
(184) – 4.4.90.00.00.00.00.00 0.1.0000.000000 – Aplicações Diretas R\$ 500,00

08 – SECRETARIA DE AGRICULTURA, PECUÁRIA E AQUICULTURA
01 – MANUTENÇÃO DA SECRETARIA

1.051 – Implantação de Campo de Mudanças de Pastagem
(185) – 4.4.90.00.00.00.00.00 0.1.0000.000000 – Aplicações Diretas R\$ 500,00

1.052 – Implantação Feira Livre
(186) – 4.4.90.00.00.00.00.00 0.1.0000.000000 – Aplicações Diretas R\$ 500,00

2.074 – Manutenção das Atividades da Secretaria de Agricultura
(187) – 3.1.90.00.00.00.00.00 0.1.0000.000000 – Aplicações Diretas R\$ 30.000,00

2.075 – Manutenção de Campo de Mudanças de Pastagem
(190) – 3.3.90.00.00.00.00.00 0.1.0000.000000 – Aplicações Diretas R\$ 500,00
(191) – 4.4.90.00.00.00.00.00 0.1.0000.000000 – Aplicações Diretas R\$ 500,00

2.076 – Manutenção da Feira Livre
(192) – 3.3.90.00.00.00.00.00 0.1.0000.000000 – Aplicações Diretas R\$ 2.000,00
(193) – 4.4.90.00.00.00.00.00 0.1.0000.000000 – Aplicações Diretas R\$ 500,00

2.081 – Manutenção de Secador de Grãos
(194) – 3.3.90.00.00.00.00.00 0.1.0000.000000 – Aplicações Diretas R\$ 500,00

08 – SECRETARIA DE AGRICULTURA, PECUÁRIA E AQUICULTURA
02 – MANUTENÇÃO DOS SERVIÇOS AGROPECUÁRIOS

1.053 – Aquisição de Imóveis
(195) – 4.4.90.00.00.00.00.00 0.1.0000.000000 – Aplicações Diretas R\$ 500,00

1.054 – Aquisição de Máquinas e Implementos Agrícolas
(196) – 4.4.90.00.00.00.00.00 0.1.0000.000000 – Aplicações Diretas R\$ 500,00

1.055 – Reequipamento do Departamento Agropecuário
(197) – 4.4.90.00.00.00.00.00 0.1.0000.000000 – Aplicações Diretas R\$ 500,00

2.077 – Manutenção do Departamento Agropecuário
(198) – 3.3.90.00.00.00.00.00 0.1.0000.000000 – Aplicações Diretas R\$ 500,00
(199) – 4.4.90.00.00.00.00.00 0.1.0000.000000 – Aplicações Diretas R\$ 500,00

2.078 – Manutenção do Programa de Melhoramento Genético
(201) – 4.4.90.00.00.00.00.00 0.1.0000.000000 – Aplicações Diretas R\$ 5.000,00

2.079 – Apoio e Incentivos ao Produtor Agropecuário
(202) – 3.3.90.00.00.00.00.00 0.1.0000.000000 – Aplicações Diretas R\$ 500,00

08 – SECRETARIA DE AGRICULTURA, PECUÁRIA E AQUICULTURA
03 – MANUTENÇÃO DOS SERVIÇOS DE AQUICULTURA

1.060 – Reequipamento do Serviço Aquicultura
(206) – 4.4.90.00.00.00.00.00 0.1.0000.000000 – Aplicações Diretas R\$ 5.000,00

2.083 – Manutenção dos Serviços de Aquicultura
(207) – 3.3.90.00.00.00.00.00 0.1.0000.000000 – Aplicações Diretas R\$ 500,00

2.084 – Incentivos para Atividade de Aquicultura
(208) – 3.3.90.00.00.00.00.00 0.1.0000.000000 – Aplicações Diretas R\$ 500,00

TOTAL R\$ 673.334,28

Art. 2º Por conta da anulação do artigo anterior no valor de R\$ 673.334,28 (Seiscentos e setenta e três mil, trezentos e trinta e quatro reais e vinte e oito centavos.), ficam suplementadas as seguintes modalidades de aplicação do orçamento vigente:

03 – SECRETARIA DE ADM., FINANÇAS e PLANEJAMENTO
04 – DEPARTAMENTO DE ÁGUAS E SANEAMENTO

2.023 – Manutenção da ETA

(40) – 3.1.90.00.00.00.00.00 0.1.0000.000000 – Aplicações Diretas R\$ 10.000,00

04 – SECRETARIA DE EDUCAÇÃO

02 – MANUTENÇÃO DA EDUCAÇÃO – EDUCAÇÃO INFANTIL

2.028 – Manutenção do Ensino Infantil

(58) – 3.1.90.00.00.00.00.00 0.1.0000.000000 – Aplicações Diretas R\$ 249.348,00

04 – SECRETARIA DE EDUCAÇÃO

03 – MANUTENÇÃO DA EDUCAÇÃO – ENSINO FUNDAMENTAL

2.033 – Manutenção do Ensino Fundamental

(75) – 3.1.90.00.00.00.00.00 0.1.0000.000000 – Aplicações Diretas R\$ 220.000,00

(78) – 3.3.90.00.00.00.00.00 0.1.0000.000000 – Aplicações Diretas R\$ 15.000,00

05 – SECRETARIA DE CULTURA, TURISMO E LAZER

01 – MANUTENÇÃO DA SECRETARIA

2.044 – Manut. das Atividades e Reeq. da Sec. de Cultura Turismo e Lazer

(97) – 3.1.90.00.00.00.00.00 0.1.0000.000000 – Aplicações Diretas R\$ 15.000,00

07 – SECRETARIA DE TRANSPORTE, OBRAS E SERVIÇOS

02 – DPTO. DE SERVIÇOS FORA DO PERÍMETRO URBANO

2.068 – Manutenção e Abertura das Estradas Vicinais

(176) – 3.1.90.00.00.00.00.00 0.1.0000.000000 – Aplicações Diretas R\$ 25.000,00

(177) – 3.3.90.00.00.00.00.00 0.1.0000.000000 – Aplicações Diretas R\$ 46.486,28

10 – FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL

01 – FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL

2.104 – Manutenção das Atividades do CRAS

(24) – 3.1.90.00.00.00.00.00 0.1.0000.000000 – Aplicações Diretas R\$ 89.000,00

2.110 – Manutenção do Conselho Tutelar

(13) – 3.1.90.00.00.00.00.00 0.1.0000.000000 – Aplicações Diretas R\$ 3.500,00

TOTAL R\$ 673.334,28

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 3º da Lei 0597/2008 de 09/07/2008.

Braço do Trombudo, em 30 de setembro de 2015.

Charles Rafael Schwambach
Prefeito Municipal

PORTARIA N 150 2015

PORTARIA Nº 0150/2015

Charles Rafael Schwambach, Prefeito municipal do Município de Braço do Trombudo, Estado de Santa Catarina, usando de suas atribuições legais, e amparado na Lei Complementar 009/99 de 17.11.99, art. 62, inciso I, parágrafo 2º.

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder licença para tratamento de saúde, a servidora Marcia Niederhaus Woelcker, ocupante do cargo de Professora, do quadro de pessoal da Prefeitura Municipal de Braço do Trombudo, no período de trinta dias a partir de 09.09.2015.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do art. 3º da Lei nº 0597/2008 de 09.07.2008, com efeitos retroativos à 09.09.2015.

Braço do Trombudo, em 01 de outubro de 2015.

Charles Rafael Schwambach
Prefeito Municipal

RESULTADO DE JULGAMENTO PREGÃO Nº 35/2015

PREFEITURA MUNICIPAL DE BRAÇO DO TROMBUDO

RESULTADO DE JULGAMENTO

PREGÃO Nº 35/2015

A pregoeira oficial do Município de Braço torna público o resultado de julgamento do Pregão Presencial SRP nº 35/2015 e extrato da Ata de Registro de Preços. Processo licitatório 44/2015. Objeto: Registro de preços para aquisição de peças e serviços de mão de obra mecânica para a frota de veículos das secretarias do município de Braço do Trombudo. Após análise e julgamento das propostas, foi declarada vencedora do certame a empresa a seguir: SUL DIESEL BOMBAS INJETORAS LTDA CNPJ: 76.551.472/0001-02, LOTES: 1,2,3,4, 5, 6 e 7 no valor total de R\$ 106.845,33 tornando-se, dessa forma, divulgado o resultado de julgamento do supracitado pregão. Fica registrado em Ata. Vigência: 12 (doze) meses da data de assinatura.

Alair Franz Hein - Pregoeira Oficial do Município de Braço do Trombudo. Em 02/10/2015.

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº21/2015 PMBT

Página: 1/7

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 21/2015

Número do Registro de Preços: 21/2015 Data do Registro: 03/07/2015 Válido até: 03/07/2016

Objeto da Compra: Registro De Preços Para Aquisição De Serviços De Recape Para Conserto De Pneus Da Secretaria De Obras, Estradas Sev. Urbanos E Agropecuários.

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descdo. (%)	Preço Unitário	Classif.
1	RECAPE DE PNEU 14.9 X 28 A QUENTE (7286)	UND	RECAUCHUTADORA DE PNEUS NERI LTDA EPP (8954)	Rubbernew	0	1.058,0000	1
			FM PNEUS LTDA (8657)	VIPAL	0	1.060,0000	2
2	Vulcanizo de pneus 18x4x30 com manchaço (9156)	UND	RECAUCHUTADORA DE PNEUS NERI LTDA EPP (8954)	Rubbernew	0	335,0000	1
			FM PNEUS LTDA (8657)	VIPAL	0	338,0000	2
3	Vulcanizo pneu 1300x24 com manchaço (9161)	UND	FM PNEUS LTDA (8657)	VIPAL	0	314,0000	1
			RECAUCHUTADORA DE PNEUS NERI LTDA EPP (8954)	Rubbernew	0	315,0000	2
4	Vulcanizo pneu 1400x24 com manchaço (9162)	UND	FM PNEUS LTDA (8657)	VIPAL	0	325,0000	1
			RECAUCHUTADORA DE PNEUS NERI LTDA EPP (8954)	Rubbernew	0	330,0000	2
5	Vulcanizo pneu 17.5x25 com manchaço (9163)	UND	FM PNEUS LTDA (8657)	VIPAL	0	435,0000	1
			RECAUCHUTADORA DE PNEUS NERI LTDA EPP (8954)	Rubbernew	0	440,0000	2
6	Vulcanizo tip top nº 05 para uso interno no pneu (9164)	UND	RECAUCHUTADORA DE PNEUS NERI LTDA EPP (8954)	Rubbernew	0	44,0000	1
			FM PNEUS LTDA (8657)	VIPAL	0	47,0000	2
7	Vulcanizo tip top nº 06 para uso interno no pneu (9165)	UND	RECAUCHUTADORA DE PNEUS NERI LTDA EPP (8954)	Rubbernew	0	53,0000	1

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 21/2015

Página: 27

Número do Registro de Preços: 21/2015		Data do Registro: 03/07/2015		Válido até: 03/07/2016		Objeto da Compra: Registro De Preços Para Aquisição De Serviços De Recape Para Conserto De Pneus Da Secretaria De Obras, Estradas Sev. Urbanos E Agropecuários.	
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
			FM PNEUS LTDA (8657)	VIPAL	0	54.0000	2
8	Vulcanizo tip top nº 07 para uso interno no pneu (9166)	UND	FM PNEUS LTDA (8657)	VIPAL	0	64.0000	1
9	Vulcanizo tip top nº 08 para uso interno no pneu (9167)	UND	RECAUCHUTADORA DE PNEUS NERI LTDA EPP (8954)	Rubbernew	0	65.0000	2
10	Vulcanizo tip top nº 09 para uso interno no pneu (9168)	UND	RECAUCHUTADORA DE PNEUS NERI LTDA EPP (8954)	Rubbernew	0	85.0000	1
11	Vulcanizo tip top nº 10 para uso interno no pneu (9169)	UND	RECAUCHUTADORA DE PNEUS NERI LTDA EPP (8954)	Rubbernew	0	98.0000	1
12	Recape de pneu 1000x20 radial, borrachudo, a frio especial para pedra com no mínimo 20 mm de espessura de borracha. (9170)	UND	RECAUCHUTADORA DE PNEUS NERI LTDA EPP (8954)	Rubbernew	0	510.0000	1
13	Recape de pneu 900x20 radial, borrachudo, a frio especial, para pedra com no mínimo 20 mm de espessura de borracha. (9171)	UND	RECAUCHUTADORA DE PNEUS NERI LTDA EPP (8954)	Rubbernew	0	455.0000	1
			FM PNEUS LTDA (8657)	VIPAL	0	460.0000	2

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 21/2015

Página: 3/7

Número do Registro de Preços: 21/2015		Data do Registro: 03/07/2015		Válido até: 03/07/2016			
Objeto da Compra: Registro De Preços Para Aquisição De Serviços De Recape Para Conserto De Pneus Da Secretaria De Obras, Estradas Sev. Urbanos E Agropecuários.							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
14	Recape de pneu 19,5x24 - a quente. (11338)	UND	FM PNEUS LTDA (8657)	VIPAL	0	1,635,0000	1
			RECAUCHUTADORA DE PNEUS NERI LTDA EPP (8954)	Rubbernew	0	1,660,0000	2
15	Recape Pneu 11 L 16 TL F3 a quente (16311)	UND	FM PNEUS LTDA (8657)	VIPAL	0	428,0000	1
16	Recape pneu 750x16 - a quente. (11340)	UND	RECAUCHUTADORA DE PNEUS NERI LTDA EPP (8954)	Rubbernew	0	290,0000	1
			FM PNEUS LTDA (8657)	VIPAL	0	294,0000	2
17	Recape de pneu 12,4x24 - a quente (11341)	UND	RECAUCHUTADORA DE PNEUS NERI LTDA EPP (8954)	Rubbernew	0	780,0000	1
			FM PNEUS LTDA (8657)	VIPAL	0	783,0000	2
18	Vulcanizo de pneus 12,4x24 com Manchão. (11342)	UND	RECAUCHUTADORA DE PNEUS NERI LTDA EPP (8954)	Rubbernew	0	280,0000	1
			FM PNEUS LTDA (8657)	VIPAL	0	285,0000	2
19	Recape de pneu 750x16 agrícola a quente (9160)	UND	RECAUCHUTADORA DE PNEUS NERI LTDA EPP (8954)	Rubbernew	0	275,0000	1
			FM PNEUS LTDA (8657)	VIPAL	0	280,0000	2
20	Vulcanizo de pneu 750x16 com manchão (11344)	UND	RECAUCHUTADORA DE PNEUS NERI LTDA EPP (8954)	Rubbernew	0	68,0000	1
			FM PNEUS LTDA (8657)	VIPAL	0	70,0000	2

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 21/2015

Página: 4/7

Número do Registro de Preços: 21/2015 Data do Registro: 03/07/2015 Válido até: 03/07/2016

Objeto da Compra: Registro De Preços Para Aquisição De Serviços De Recape Para Conserto De Pneus Da Secretaria De Obras, Estradas Sev. Urbanos E Agropecuários.

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
21	RECAPE DE PNEU 1300 X 24 - A QUENTE (2654)	UND	FM PNEUS LTDA (8657)	VIPAL	0	1.098,0000	1
22	RECAPE DE PNEU 1400 X 24 - A QUENTE (2655)	UND	RECAUCHUTADORA DE PNEUS NERI LTDA EPP (8954)	Rubbernew	0	1.110,0000	2
23	RECAPE DE PNEU 17,5 X 25 - A QUENTE (2658)	UND	FM PNEUS LTDA (8657)	VIPAL	0	1.258,0000	1
			RECAUCHUTADORA DE PNEUS NERI LTDA EPP (8954)	Rubbernew	0	1.265,0000	2
			FM PNEUS LTDA (8657)	VIPAL	0	1.648,0000	1
			RECAUCHUTADORA DE PNEUS NERI LTDA EPP (8954)	Rubbernew	0	1.685,0000	2
24	Recape de pneu 18x4x30 a quente (9159)	UND	RECAUCHUTADORA DE PNEUS NERI LTDA EPP (8954)	Rubbernew	0	1.549,0000	1
			FM PNEUS LTDA (8657)	VIPAL	0	1.550,0000	2
25	DUPLAGEM DE PNEU 1300 X 24 (4746)	UND	FM PNEUS LTDA (8657)	VIPAL	0	968,0000	1
26	DUPLAGEM DE PNEU 1400 X 24 (4747)	UND	FM PNEUS LTDA (8657)	VIPAL	0	1.008,0000	1
27	DUPLAGEM DE PNEU 17,5 X 25 (4748)	UND	FM PNEUS LTDA (8657)	VIPAL	0	1.183,0000	1
28	Recape Pneu 12,5 / 80 18 (16309)	UND	FM PNEUS LTDA (8657)	VIPAL	0	879,0000	1
			RECAUCHUTADORA DE PNEUS NERI LTDA EPP (8954)	Rubbernew	0	883,0000	2

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 21/2015

Página: 5/7

Número do Registro de Preços: 21/2015		Data do Registro: 03/07/2015		Válido até: 03/07/2016			
Objeto da Compra: Registro De Preços Para Aquisição De Serviços De Recape Para Conserto De Pneus Da Secretaria De Obras, Estradas Sev. Urbanos E Agropecuários.							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
29	Vulcanizo de pneus 12,5/80 18 com manchão (16310)	UND	FM PNEUS LTDA (8657)	VIPAL	0	248,0000	1

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 21/2015

Página: 6/7

Número do Registro de Preços: 21/2015		Data do Registro: 03/07/2015		Válido até: 03/07/2016			
Objeto da Compra: Registro De Preços Para Aquisição De Serviços De Recape Para Conserto De Pneus Da Secretaria De Obras, Estradas Sev. Urbanos E Agropecuários.							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
			RECAUCHUTADORA DE PNEUS NERI LTDA EPP (8954)	Rubbernew	0	255,00000	2

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 21/2015

Página: 7/7

Número do Registro de Preços: 21/2015		Data do Registro: 03/07/2015		Válido até: 03/07/2016			
Objeto da Compra: Registro De Preços Para Aquisição De Serviços De Recape Para Conserto De Pneus Da Secretaria De Obras. Estradas Sev. Urbanos E Agropecuários.							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descdo. (%)	Preço Unitário	Classif.

(PARTICIPANTES POR PROCESSO - LEGENDA)

REGISTRO DE PREÇOS Nº 21/2015

PROCESSO Nº 34/2015

(8657) - FM PNEUS LTDA

(8954) - RECAUCHUTADORA DE PNEUS NERI LTDA EPP

Braço do Trombudo, 3 de Julho de 2015.

Brusque

PREFEITURA

PORTARIA Nº 2107/2015

PORTARIA Nº 2107/2015

O Secretário de Orçamento e Gestão de Brusque, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com o art. 111, § 1º da Lei Orgânica de Brusque c/c o Decreto nº 7.056/2013,

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder Licença por motivo de doença em Pessoa da Família, nos termos do art. 135 da Lei nº 147/2009, à servidora Sra. MARIA REGIS FLORES, matrícula nº 719595-00, nomeado por Concurso Público para o provimento do cargo efetivo de Professor, lotada na Secretaria Municipal de Educação, por 30 dias, no período compreendido entre 13/08/2015 à 11/09/2015.

Parágrafo Único - A Licença de que trata este artigo, será concedida, no que concerne ao vencimento do servidor, nos termos do parágrafo único do art. 135 da Lei Complementar nº 147/2009.

Art. 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 13 de agosto de 2015.

Cristiano Bittencourt

Secretário de Orçamento e Gestão

Joel Cesar Schwamberger

Diretor de Recursos Humanos

PORTARIA Nº 2306/2015, DE 09 DE SETEMBRO DE 2015

PORTARIA Nº 2306/2015, de 09 de setembro de 2015.

"Prorroga prazo para apresentação de relatório final referente a membro da Comissão Processante nomeada pela portaria nº 12/2014 – referente ao Processo Administrativo Disciplinar nº 03/2014 e dá outras providências."

O Secretário de Orçamento e Gestão, no uso de suas atribuições e da delegação prevista no art. 1º, do Decreto 7 056/13,

RESOLVE

Considerando, os feriados ocorridos em 04 de agosto de 2015 (aniversário de Brusque) e 07 de setembro de 2015 (Independência do Brasil);

Considerando, a alternativa de Prefeito, Vice-Prefeito e ex-Secretários, com acúmulo de serviço.

Considerando, prazo para recurso – visando a ampla defesa e o contraditório;

RESOLVE:

Art. 1º Prorrogar pelo prazo de 60 (sessenta) dias o procedimento da Comissão Processante instaurada em desfavor do servidor ERICKSON DA SILVA FLORES, ocupante do cargo de motorista socorrista do SAMU, portador do CPF nº 942.332.091-00, RG nº 6.213.972, para apurar os fatos constante da denúncia/ Despacho datado de 26 de novembro de 2013, encaminhado pelo Departamento de Recursos Humanos, onde em tese acumula cargos públicos em dois municípios (Prefeitura Municipal de Brusque e na Prefeitura Municipal de Balneário Camboriú), com fundamentos nos moldes dos arts. 175, inciso XX da Lei Complementar 147/2009 e art. 37 XVI, letra "c" da Constituição Federal.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na presente data, revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, 09 de setembro de 2015.

Cristiano Bittencourt

Secretário Municipal de Orçamento e Gestão

PORTARIA Nº 2409/2015

PORTARIA Nº 2409/2015

O Secretário de Orçamento e Gestão, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com o art. 111, § 1º da Lei Orgânica de Brusque c/c o Decreto nº 7.056/2013,

RESOLVE:

Art. 1º - Afastar em decorrência de licença – Auxílio Doença – concedido nos termos da Lei pelo Instituto Brusquense de Previdência - IBPREV, a servidora Sra. MIRALVA DOS SANTOS RANGEL, matrícula nº 10000000225-01, ocupante do cargo de provimento efetivo de Servente Serviços Gerais, lotada na Secretaria Municipal de Educação, em decorrência do atestado do dia 24/09/2015 de 90 (noventa) dias, sendo seu afastamento no dia 09/10/2015.

Parágrafo Único - A licença concedida no art. 1º está em conformidade com o art. 39, parágrafos 1º e 3º da LC 174/2011.

Art. 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 24 de setembro de 2015.

Cristiano Bittencourt

Secretário Municipal de Orçamento e Gestão

Joel Cesar Schwamberger

Diretor de Recursos Humanos

PORTARIA Nº 10.324, DE 01 DE OUTUBRO DE 2015

PORTARIA nº 10.324, DE 01 DE OUTUBRO DE 2015.

Exonera servidor comissionado.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BRUSQUE, no uso de suas atribuições e de acordo com o inciso II do art. 111 da Lei Orgânica Municipal, c/c a Lei Complementar nº 144/09 e alterações,

RESOLVE:

Art. 1º Exonerar Aurélio Augusto Batista Tormena, matrícula nº 680702, do cargo em comissão, Padrão CC-III, Diretor-Geral, lotado no Instituto Brusquense de Planejamento – IBPLAN/Diretoria Geral de Infraestrutura - DGI.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 01 de outubro de 2015.

ROBERTO PEDRO PRUDÊNCIO NETO

Prefeito Municipal

DANILO VISCONTI

Procurador-Geral do Município

Registre-se e publique-se no Diário Oficial dos Municípios – DOM/SC.

EVANDRO CARNEIRO FLORA
Chefe de Gabinete

PORTARIA Nº 10.326, DE 01 DE OUTUBRO DE 2015

PORTARIA nº 10.326, DE 01 DE OUTUBRO DE 2015.

Nomeia servidor para ocupar o cargo em comissão de Diretor-Geral.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BRUSQUE, no uso de suas atribuições e de acordo com o inciso II do art. 111 da Lei Orgânica Municipal, c/c a Lei Complementar nº 144/09 e alterações,

RESOLVE:

Art. 1º Nomear Rubio Silva Steingraber, matrícula nº 4250842, para ocupar o cargo em comissão, Padrão CC-III, como Diretor-Geral, lotado no Instituto Brusquense de Planejamento – IBPLAN/Diretoria Geral de Infraestrutura – DGI, a partir de 02 de outubro de 2015.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 01 de outubro de 2015.

ROBERTO PEDRO PRUDÊNCIO NETO

Prefeito Municipal

DANILO VISCONTI

Procurador-Geral do Município

Registre-se e publique-se no Diário Oficial dos Municípios – DOM/SC.

EVANDRO CARNEIRO FLORA
Chefe de Gabinete

PORTARIA Nº 2427/2015

PORTARIA Nº 2427/2015

O Secretário de Orçamento e Gestão, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com o art. 111, § 1º da Lei Orgânica de Brusque c/c o Decreto nº 7.056/2013,

RESOLVE:

Art. 1º - Afastar em decorrência de licença – Auxílio Doença – concedido nos termos da Lei pelo Instituto Brusquense de Previdência - IBPREV, a servidora Sra. MARIA GORETI GOULART, matrícula nº 16063-06, ocupante do cargo de provimento efetivo de Professor, lotada na Secretaria Municipal de Educação, em decorrência do atestado do dia 28/09/2015 de 60 (sessenta) dias, sendo seu afastamento no dia 13/10/2015.

Parágrafo Único - A licença concedida no art. 1º está em conformidade com o art. 39, parágrafos 1º e 3º da LC 174/2011.

Art. 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 28 de setembro de 2015.

Cristiano Bittencourt

Secretário Municipal de Orçamento e Gestão

Joel Cesar Schwamberger

Diretor de Recursos Humanos

PORTARIA Nº 2437/2015

PORTARIA Nº 2437/2015

O Secretário de Orçamento e Gestão, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com o art. 111, § 1º da Lei Orgânica de Brusque c/c o Decreto nº 7.056/2013,

RESOLVE:

Art. 1º - Afastar em decorrência de licença – Auxílio Doença – concedido nos termos da Lei pelo Instituto Brusquense de Previdência - IBPREV, a servidora Sra. EDNEA NARDIN PEREIRA, matrícula nº 792950-00, ocupante do cargo de provimento efetivo de Enfermeiro, lotada na Secretaria Municipal de Saúde, em decorrência do atestado do dia 29/09/2015 de 60 (sessenta) dias, sendo seu afastamento no dia 14/10/2015.

Parágrafo Único - A licença concedida no art. 1º está em conformidade com o art. 39, parágrafos 1º e 3º da LC 174/2011.

Art. 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 29 de setembro de 2015.

Cristiano Bittencourt

Secretário Municipal de Orçamento e Gestão

Joel Cesar Schwamberger

Diretor de Recursos Humanos

EXTRATO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 115/2015

PREGÃO nº 071/2015

Processo Licitatório nº 115/2015

O MUNICÍPIO DE BRUSQUE, com sede na Praça das Bandeiras, n 77, Centro, torna público que realizará licitação, na modalidade PREGÃO, destinada ao recebimento de propostas para a aquisição de equipamentos e materiais de rede para reposição e uso em T. I. (tecnologia da informação).

Local de abertura dos envelopes: Prefeitura Municipal de Brusque, no dia 22/10/2015, às 13h00min.

Informações e retirada do Edital no horário comercial no Departamento de Licitações da Prefeitura ou preferencialmente através do site: www.brusque.sc.gov.br. 30/09/2015

CRISTIANO BITTENCOURT

Secretário de Orçamento e Gestão

EXTRATO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 117/2015

PREGÃO nº 072/2015

Processo Licitatório nº 117/2015

O MUNICÍPIO DE BRUSQUE, com sede na Praça das Bandeiras, n 77, Centro, torna público que realizará licitação, na modalidade PREGÃO, destinada ao recebimento de propostas para a aquisição de toldos e cortinas de lona para a Administração.

Local de abertura dos envelopes: Prefeitura Municipal de Brusque, no dia 21/10/2015, às 13h00min.

Informações e retirada do Edital no horário comercial no Departamento de Licitações da Prefeitura ou preferencialmente através do site: www.brusque.sc.gov.br. 30/09/2015

CRISTIANO BITTENCOURT

Secretário de Orçamento e Gestão

PORTARIA Nº 2229/2015

PORTARIA Nº 2229/2015

O Secretário de Orçamento e Gestão de Brusque, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com o art. 111, § 1º da Lei Orgânica de Brusque c/c o Decreto nº 7.056/2013,

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder Licença por motivo de doença em Pessoa da Família, nos termos do art. 135 da Lei nº 147/2009, à servidora Sra. JANINE ORTHMANN PULZATO SILVA, matrícula nº 444111-03, nomeado por Concurso Público para o provimento do cargo efetivo de Professor, lotada na Secretaria Municipal de Educação, por 30 dias, no período compreendido entre 31/08/2015 à 29/09/2015.

Parágrafo Único - A Licença de que trata este artigo, será concedida, no que concerne ao vencimento do servidor, nos termos do parágrafo único do art. 135 da Lei Complementar nº 147/2009.

Art. 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 31 de agosto de 2015.
Cristiano Bittencourt
Secretário de Orçamento e Gestão

Joel Cesar Schwamberger
Diretor de Recursos Humanos

PORTARIA Nº 10.310, DE 25 DE SETEMBRO DE 2015

PORTARIA Nº 10.310, DE 25 DE SETEMBRO DE 2015.

O PREFEITO DE BRUSQUE, no uso de suas atribuições e de acordo com o inciso II, do art. 111 da Lei Orgânica do Município, c/c a Lei Complementar nº 143/09 e alterações,

RESOLVE:

Art. 1º Exonerar Alisson Merlo do cargo de provimento em comissão, Padrão CC-VI, Chefe Operacional, lotado na Secretaria de Educação/CMID, a partir de 01 de setembro de 2015.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 01/09/2015.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 25 de setembro de 2015.
ROBERTO PEDRO PRUDÊNCIO NETO
Prefeito Municipal

DANILO VISCONTI
Procurador-Geral do Município

Registre-se e publique-se no Diário Oficial dos Municípios – DOM/SC.

EVANDRO CARNEIRO FLORA
Chefe de Gabinete

PORTARIA Nº 10.311, DE 25 DE SETEMBRO DE 2015

PORTARIA Nº 10.311, DE 25 DE SETEMBRO DE 2015.

Exonera e declara a vacância de cargo público de servidor que menciona.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BRUSQUE, no uso de suas atribuições e de acordo com o inciso II, alínea a do artigo 111 da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º Exonerar, a pedido, Dulce Neida Contreiras Bellodi, do cargo de Psicóloga, matrícula 854980, lotada na Secretaria de Saúde do Município, do quadro de cargos de provimento efetivo da Administração Pública Municipal.

Art. 2º Declarar a vacância, nos termos do inciso I do art. 41 da Lei Complementar Municipal nº 147/09.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 04 de setembro de 2015.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 25 de setembro de 2015.
ROBERTO PEDRO PRUDÊNCIO NETO
Prefeito Municipal

DANILO VISCONTI
Procurador-Geral do Município

Registre-se e publique-se no Diário Oficial dos Municípios – DOM/SC.

EVANDRO CARNEIRO FLORA
Chefe de Gabinete

PORTARIA Nº 10.312, DE 25 DE SETEMBRO DE 2015.

PORTARIA Nº 10.312, DE 25 DE SETEMBRO DE 2015.

Exonera servidor ocupante de cargo em comissão.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BRUSQUE, no uso de suas atribuições e de acordo com o inciso II, alínea a do artigo 111 da Lei Orgânica do Município, c/c a Lei Complementar nº 143/09

RESOLVE:

Art. 1º Exonerar, Frederico Jeske, matrícula 16071, do cargo de provimento em comissão, Padrão CC-VI, Chefe Operacional.

Art. 2º Declarar a vacância, nos termos do inciso I do art. 41 da Lei Complementar Municipal nº 147/09.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 02 de setembro de 2015.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 25 de setembro de 2015.
ROBERTO PEDRO PRUDÊNCIO NETO
Prefeito Municipal

DANILO VISCONTI
Procurador-Geral do Município

Registre-se e publique-se no Diário Oficial dos Municípios – DOM/SC.

EVANDRO CARNEIRO FLORA
Chefe de Gabinete

PORTARIA Nº 10.313, DE 25 DE SETEMBRO DE 2015
PORTARIA nº 10.313, DE 25 DE SETEMBRO DE 2015.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BRUSQUE, no uso de suas atribuições e de acordo com o inciso II, alínea a do artigo 111 da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º Exonerar, a pedido, Guilherme Kurt Pietsch do cargo de Auditor Fiscal Tributário, matrícula 4249160, lotado na Secretaria da Fazenda, do quadro de cargos de provimento efetivo da Administração Pública Municipal.

Art. 2º Declarar a vacância, nos termos do inciso I do art. 41 da Lei Complementar Municipal nº 147/09.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 01 de setembro de 2015.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 25 de setembro de 2015.
ROBERTO PEDRO PRUDÊNCIO NETO
Prefeito Municipal

DANILO VISCONTI
Procurador-Geral do Município

Registre-se e publique-se no Diário Oficial dos Municípios – DOM/SC.

EVANDRO CARNEIRO FLORA
Chefe de Gabinete

PORTARIA Nº 10.315, DE 25 DE SETEMBRO DE 2015
PORTARIA nº 10.315, DE 25 DE SETEMBRO DE 2015.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BRUSQUE, no uso de suas atribuições e de acordo com o inciso II, alínea a do artigo 111 da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º Exonerar, a pedido, Julio Cesar Furtado Filho do cargo de Educador Social, matrícula 4116674, lotado na Secretaria de Assistência social e Habitação, do quadro de cargos de provimento efetivo da Administração Pública Municipal.

Art. 2º Declarar a vacância, nos termos do inciso I do art. 41 da Lei Complementar Municipal nº 147/09.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 01 de setembro de 2015.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 25 de setembro de 2015.
ROBERTO PEDRO PRUDÊNCIO NETO
Prefeito Municipal

DANILO VISCONTI
Procurador-Geral do Município

Registre-se e publique-se no Diário Oficial dos Municípios – DOM/SC.

EVANDRO CARNEIRO FLORA
Chefe de Gabinete

PORTARIA Nº 10.316, DE 25 DE SETEMBRO DE 2015
PORTARIA nº 10.316, DE 25 DE SETEMBRO DE 2015.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BRUSQUE, no uso de suas atribuições e de acordo com o inciso II, alínea a do artigo 111 da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º Exonerar, a pedido, Patrícia Ernesto de Andrade Fracalossi do cargo de Assistente Social, matrícula 4139372, lotada na Secretaria de Assistência Social e Habitação, do quadro de cargos de provimento efetivo da Administração Pública Municipal.

Art. 2º Declarar a vacância, nos termos do inciso I do art. 41 da Lei Complementar Municipal nº 147/09.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 16 de setembro de 2015.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 25 de setembro de 2015.
ROBERTO PEDRO PRUDÊNCIO NETO
Prefeito Municipal

DANILO VISCONTI
Procurador-Geral do Município

Registre-se e publique-se no Diário Oficial dos Municípios – DOM/SC.

EVANDRO CARNEIRO FLORA
Chefe de Gabinete

PORTARIA Nº 10.317, DE 25 DE SETEMBRO DE 2015
PORTARIA nº 10.317, DE 25 DE SETEMBRO DE 2015.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BRUSQUE, no uso de suas atribuições e de acordo com o inciso II, alínea a do artigo 111 da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º Exonerar, a pedido, Rosane Huth Gonçalves do cargo de Agente de Serviços Especiais, matrícula 740993, lotada na Secretaria de Saúde, do quadro de cargos de provimento efetivo da Administração Pública Municipal.

Art. 2º Declarar a vacância, nos termos do inciso I do art. 41 da Lei Complementar Municipal nº 147/09.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 02 de setembro de 2015.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 25 de setembro de 2015.
ROBERTO PEDRO PRUDÊNCIO NETO
Prefeito Municipal

DANILO VISCONTI
Procurador-Geral do Município

Registre-se e publique-se no Diário Oficial dos Municípios – DOM/SC.

EVANDRO CARNEIRO FLORA
Chefe de Gabinete

PORTARIA Nº 10.318, DE 25 DE SETEMBRO DE 2015

PORTARIA nº 10.318, DE 25 DE SETEMBRO DE 2015.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BRUSQUE, no uso de suas atribuições e de acordo com o inciso II, alínea a do artigo 111 da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º Exonerar, a pedido, Zilene Avelino de Castro do cargo de Servente de Serviços Gerais, matrícula 690007, lotada na Secretaria de Educação, do quadro de cargos de provimento efetivo da Administração Pública Municipal.

Art. 2º Declarar a vacância, nos termos do inciso I do art. 41 da Lei Complementar Municipal nº 147/09.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 01 de setembro de 2015.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 25 de setembro de 2015.

ROBERTO PEDRO PRUDÊNCIO NETO
Prefeito Municipal

DANILO VISCONTI
Procurador-Geral do Município

Registre-se e publique-se no Diário Oficial dos Municípios – DOM/SC.

EVANDRO CARNEIRO FLORA
Chefe de Gabinete

PORTARIA Nº 10.319, DE 25 DE SETEMBRO DE 2015

PORTARIA nº 10.319, DE 25 DE SETEMBRO DE 2015.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BRUSQUE, no uso de suas atribuições e de acordo com o inciso II, alínea a do artigo 111 da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º Exonerar, a pedido, Patrícia de Moraes Godinho Costa do cargo de Professora, matrícula 692867, lotada na Secretaria de Educação, do quadro de cargos de provimento efetivo da Administração Pública Municipal.

Art. 2º Declarar a vacância, nos termos do inciso I do art. 41 da Lei Complementar Municipal nº 147/09.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 25 de setembro de 2015.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 25 de setembro de 2015.

ROBERTO PEDRO PRUDÊNCIO NETO
Prefeito Municipal

DANILO VISCONTI
Procurador-Geral do Município

Registre-se e publique-se no Diário Oficial dos Municípios – DOM/SC.

EVANDRO CARNEIRO FLORA
Chefe de Gabinete

PORTARIA Nº 2325/2015

PORTARIA Nº 2325/2015

O Secretário de Orçamento e Gestão, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com o art. 111, § 1º da Lei Orgânica de Brusque c/c o Decreto nº 7.056/2013,

RESOLVE:

Art. 1º - Afastar em decorrência de licença – Auxílio Doença – concedido nos termos da Lei pelo Instituto Brusquense de Previdência - IBPREV, a servidora Sra. VANDETE MARIA TRAINOTTI, matrícula nº 345148-04, ocupante do cargo de provimento efetivo de Técnico em Enfermagem, lotada na Secretaria Municipal de Saúde, em decorrência do atestado do dia 14/09/2015 de 15 (quinze) dias, sendo seu afastamento no dia 29/09/2015.

Parágrafo Único - A licença concedida no art. 1º está em conformidade com o art. 39, parágrafos 1º e 3º da LC 174/2011.

Art. 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 14 de setembro de 2015.
Cristiano Bittencourt
Secretário Municipal de Orçamento e Gestão

Joel Cesar Schwamberger
Diretor de Recursos Humanos

PORTARIA Nº 2344/2015

PORTARIA Nº 2344/2015

O Secretário de Orçamento e Gestão, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com o art. 111, § 1º da Lei Orgânica de Brusque c/c o Decreto nº 7.056/2013,

RESOLVE:

Art. 1º - Afastar em decorrência de licença – Auxílio Doença – concedido nos termos da Lei pelo Instituto Brusquense de Previdência - IBPREV, o servidor Sr. ILDO GROSS, matrícula nº 793175-00, ocupante do cargo de provimento efetivo de Agente de Obras, lotado na Secretaria de Trânsito e Mobilidade, em decorrência do atestado do dia 16/09/2015 de 15 (quinze) dias, sendo seu afastamento no dia 01/10/2015.

Parágrafo Único - A licença concedida no art. 1º está em conformidade com o art. 39, parágrafos 1º e 3º da LC 174/2011.

Art. 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 16 de setembro de 2015.
Cristiano Bittencourt
Secretário Municipal de Orçamento e Gestão

Joel Cesar Schwamberger
Diretor de Recursos Humanos

PORTARIA Nº 2404/2015

PORTARIA Nº 2404/2015

O Secretário de Orçamento e Gestão, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com o art. 111, § 1º da Lei Orgânica de Brusque c/c o Decreto nº 7.056/2013,

RESOLVE:

Art. 1º - Afastar em decorrência de licença – Auxílio Doença – concedido nos termos da Lei pelo Instituto Brusquense de Previdência - IBPREV, o servidor Sr. EVERTON DALMOLIN, matrícula nº 700983-01, ocupante do cargo de provimento efetivo de Agente Administrativo, lotado na Secretaria de Defesa do Cidadão, em decorrência do atestado do dia 24/09/2015 de 15 (quinze) dias, sendo seu afastamento no dia 09/10/2015.

Parágrafo Único - A licença concedida no art. 1º está em conformidade com o art. 39, parágrafos 1º e 3º da LC 174/2011.

Art. 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 24 de setembro de 2015.

Cristiano Bittencourt

Secretário Municipal de Orçamento e Gestão

Joel Cesar Schwamberger

Diretor de Recursos Humanos

PORTARIA Nº 2515/2015

PORTARIA Nº 2515/2015

O Secretário de Orçamento e Gestão, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com o art. 111, § 1º da Lei Orgânica de Brusque c/c o Decreto nº 7.056/2013,

RESOLVE:

Art. 1º - Suspender do Estágio Probatório a servidora Sra. MIRALVA DOS SANTOS RANGEL, matrícula nº 10000000225-01, ocupante do cargo de provimento efetivo de Servente Serviços Gerais, lotada no Secretaria Municipal de Educação, para tratamento de saúde na modalidade auxílio-doença, em decorrência do atestado do dia 24/09/2015 de 90 (noventa) dias, ficando suspenso a contar de 09/10/2015.

Parágrafo Único - A suspensão do Estágio Probatório do artigo supracitado será observada nos termos do art. 26, § 5º, alínea c, item 1, da Lei Complementar nº 147, de 25 de setembro de 2009.

Art. 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 09 de outubro de 2015.

Cristiano Bittencourt

Secretário Municipal de Orçamento e Gestão

Joel Cesar Schwamberger

Diretor de Recursos Humanos

EXTRATO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 009/2015 - FMAS

CONCORRÊNCIA nº 001/2015 - FMAS

Processo Licitatório nº 009/2015 - FMAS

O MUNICÍPIO DE BRUSQUE, através do Fundo Municipal de Assistência Social (FMAS), com sede na Praça das Bandeiras, n. 77, Centro, torna público que realizará licitação, na modalidade CONCORRÊNCIA, destinada ao recebimento de propostas para a prestação de serviços de atendimento integral (acolhimento) incluindo: alojamento, alimentação, vestuário e acompanhamento psicossocial de pessoas idosas.

Local de abertura dos envelopes: Prefeitura Municipal de Brusque, no dia 05/11/2015, às 13h00min.

Informações e retirada do Edital no horário comercial no Departamento de Licitações da prefeitura ou preferencialmente no site: www.brusque.sc.gov.br 30/09/2015

RODRIGO VOLTOLINI

Secretário de Assistência Social e Habitação

EXTRATO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 010/2015 - FMAS

CONCORRÊNCIA nº 002/2015 - FMAS

Processo Licitatório nº 010/2015 - FMAS

O MUNICÍPIO DE BRUSQUE, através do Fundo Municipal de Assistência Social (FMAS), com sede na Praça das Bandeiras, n. 77, Centro, torna público que realizará licitação, na modalidade CONCORRÊNCIA, destinada ao recebimento de propostas para a prestação de serviços de atendimento integral (acolhimento) incluindo: alojamento, alimentação, vestuário e acompanhamento psicossocial de pessoas adultas com necessidades especiais.

Local de abertura dos envelopes: Prefeitura Municipal de Brusque, no dia 05/11/2015, às 14h30min.

Informações e retirada do Edital no horário comercial no Departamento de Licitações da prefeitura ou preferencialmente no site: www.brusque.sc.gov.br 30/09/2015

RODRIGO VOLTOLINI

Secretário de Assistência Social e Habitação

EXTRATO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 120/2015

PREGÃO nº 074/2015

Processo Licitatório nº 120/2015

O MUNICÍPIO DE BRUSQUE, com sede na Praça das Bandeiras, n. 77, Centro, torna público que realizará licitação, na modalidade PREGÃO, destinada ao recebimento de propostas para a aquisição de materiais de expediente para a Administração.

Local de abertura dos envelopes: Prefeitura Municipal de Brusque, no dia 23/10/2015, às 13h00min.

Informações e retirada do Edital no horário comercial no Departamento de Licitações da Prefeitura ou preferencialmente através do site: www.brusque.sc.gov.br 30/09/2015

CRISTIANO BITTENCOURT

Secretário de Orçamento e Gestão

EXTRATO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 121/2015

PREGÃO nº 075/2015

Processo Licitatório nº 121/2015

O MUNICÍPIO DE BRUSQUE, com sede na Praça das Bandeiras, n 77, Centro, torna público que realizará licitação, na modalidade PREGÃO, destinada ao recebimento de propostas para a prestação de serviços de alimentação, com o preparo e entrega de lanches e "coffe break" para a Administração.

Local de abertura dos envelopes: Prefeitura Municipal de Brusque, no dia 16/10/2015, às 13h00min.

Informações e retirada do Edital no horário comercial no Departamento de Licitações da Prefeitura ou preferencialmente através do site: www.brusque.sc.gov.br. 30/09/2015

CRISTIANO BITTENCOURT

Secretário de Orçamento e Gestão

EXTRATO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 123/2015

PREGÃO nº 076/2015

Processo Licitatório nº 123/2015

O MUNICÍPIO DE BRUSQUE, com sede na Praça das Bandeiras, n 77, Centro, torna público que realizará licitação, na modalidade PREGÃO, destinada ao recebimento de propostas para a aquisição de pneus e câmaras de ar para a frota da Administração.

Local de abertura dos envelopes: Prefeitura Municipal de Brusque, no dia 26/10/2015, às 13h00min.

Informações e retirada do Edital no horário comercial no Departamento de Licitações da Prefeitura ou preferencialmente através do site: www.brusque.sc.gov.br. 30/09/2015

CRISTIANO BITTENCOURT

Secretário de Orçamento e Gestão

LEI COMPLEMENTAR Nº 238, DE 30 DE SETEMBRO DE 2015

LEI COMPLEMENTAR nº 238, DE 30 DE SETEMBRO DE 2015

Define, denomina e estabelece a divisão dos bairros do Município de Brusque, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BRUSQUE:

Faço saber que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte Lei Complementar:

Art. 1º A criação, delimitação e denominação de bairros de Brusque passam a ser definidas pela presente Lei Complementar, observando-se o disposto na Lei Federal nº 10.257/2001 - Estatuto da Cidade.

Parágrafo único. Constituem-se Bairros, as porções contínuas e contíguas do território do Município, representando meras divisões geográficas deste.

Art. 2º O limite individual de cada bairro deve ser representado por meio de redação descritiva padronizada e espacialização gráfica georreferenciada, considerando os seguintes referenciais:

I - Eixo central da via, quando se tratar do sistema viário (avenida, rua, estrada, travessa e outros);

II - Eixo central do leito, quando se tratar do Rio Itajaí Mirim;

III - Rios e ribeirões secundários, macro e microbacias hidrográficas;

IV - Linha reta e imaginária, com uma ou ambas as extremidades definidas por coordenadas georreferenciadas, preferencialmente seguindo pontos referentes ao topo dos morros.

Art. 3º Os bairros do município de Brusque passam a ter a seguinte denominação:

1 - Águas Claras;

2 - Azambuja;

3 - Bateas;

4 - Cedrinho;

5 - Centro I;

6 - Centro II;

7 - Cerâmica Reis;

8 - Dom Joaquim;

9 - Guarani;

10 - Jardim Maluche;

11 - Limeira Alta;

12 - Limeira Baixa;

13 - Limoeiro;

14 - Nova Brasília;

15 - Paquetá;

16 - Planalto;

17 - Poço Fundo;

18 - Ponta Russa;

19 - Primeiro de Maio;

20 - Rio Branco;

21 - RPPN Chácara Edith; (não se trata de um bairro, entretanto está inserida no perímetro urbano)

22 - Santa Luzia;

23 - Santa Rita;

24 - Santa Terezinha;

25 - São João;

26 - São Luiz;

27 - São Pedro;

28 - Souza Cruz;

29 - Steffen;

30 - Tomaz Coelho;

31 - Volta Grande;

32 - Zantão.

Parágrafo único. A partir da aprovação da presente Lei Complementar, o Instituto Brusquense de Planejamento – IBPLAN deverá, no prazo de 120 (cento e vinte) dias, promover a captação e registro dos pontos de coordenadas georreferenciadas definidos pela mesma.

Art. 4º Integram a presente Lei Complementar os mapas de cada bairro.

Art. 5º Esta Lei Complementar entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 30 de setembro de 2015.

ROBERTO PEDRO PRUDÊNCIO NETO

Prefeito Municipal

DANILO VISCONTI

Procurador-Geral do Município

Registre-se e publique-se no Diário Oficial dos Municípios - DOM/SC.

EVANDRO CARNEIRO FLORA

Chefe de Gabinete

LEI COMPLEMENTAR Nº 239, DE 30 DE SETEMBRO DE 2015

LEI COMPLEMENTAR nº 239, DE 30 DE SETEMBRO DE 2015.

Estabelece os novos limites do Perímetro Urbano do Município de Brusque.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BRUSQUE:

Faço saber que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte Lei Complementar:

Art. 1º Ficam estabelecidos os limites do Perímetro Urbano do Município de Brusque que, por definição, delimita uma área contínua do território municipal, estabelecendo a divisão entre a Área Urbana e as Áreas Rurais remanescentes, em conformidade com a descrição subsequente dos seus limites e o Anexo I desta lei, correspondente ao Mapa Cartográfico representativo.

§ 1º A definição do Perímetro Urbano tem como objetivo atualizar os limites da Área Urbana municipal, atendendo às disposições da Lei Federal 10.257/2001, em seu Artigo 42-A (incluído pela Lei 12.608/2012), por considerar nessa delimitação:

I - adoção de elementos físicos do território para demarcação do traçado do novo perímetro urbano, a fim de evitar a demarcação indiscriminada de linhas secas sem referenciais no território, sem no entanto, extinguir seu uso para casos isolados que se fazem necessário devido inexistência de elementos físicos;

II - a inclusão de conglomerados urbanos não contemplados no Perímetro anterior, para fins de regularização e atendimento das demandas por infraestruturas urbanas suprimidas;

III - incorporação à Área Urbana de prováveis futuras expansões urbanas motivadas por investimentos na infraestrutura urbana, previstos em planos das diferentes instâncias governamentais;

IV - eliminação de áreas e bacias diagnosticadas com riscos de desastres naturais e inaptidão a ocupação da Área Urbana do município, conforme dados disponibilizados pela Carta de Susceptibilidade a Movimentos Gravitacionais de Massa e de Inundações produzida pelo Instituto de Pesquisas Tecnológicas – IPT em parceria com o Serviço Geológico do Brasil – CPRM, sem incorrer no entanto, na proliferação de novas áreas de ocupação irregular;

V - ampliação controlada do perímetro urbano com a compensação das ampliações inevitáveis, com a retomada de áreas desocupadas outrora inseridas na Área Urbana; a medida visa tornar a ocupação urbana de Brusque mais eficiente, não incorrendo no espraiamento extensivo da cidade, e sua consequente ineficiência e inviabilidade urbana, devido escassez de oferta de infraestrutura e dos serviços urbanos nas periferias.

§ 2º As expressões técnicas utilizadas na elaboração do presente memorial descritivo e eventuais documentos cartográficos são convenções, para efeitos desta Lei, com os seguintes significados:

I - segue pelo canal, rio, ribeirão, córrego, curso de água, ou lagoa: significa o limite situado sobre a linha equidistante às margens do corpo de água mencionado;

II - segue pelo divisor de águas: empregada quando o perímetro se sobrepõe ao divisor de águas das bacias e microbacias existentes no território municipal, correspondentes ao interflúvio, espigão ou crista das elevações do terreno, complementada pela denominação das bacias adjacentes quando existente a denominação;

III - segue pela linha de drenagem: adoção do talvegue natural por onde escoam e se encaminham as águas acumuladas no terreno, não configurando necessariamente uma linha de água permanente, portanto, não reconhecido nos levantamentos hidrográficos oficiais como tal;

IV - segue pelo limite municipal: o Perímetro Urbano se sobrepõe às divisas municipais, adotando a descrição das divisas intermunicipais de municípios, Lei Estadual 13.993/2007 - Anexo XXIX, que trata das divisas intermunicipais do município de Brusque;

V - a referência adotada para ordenação numeral dos afluentes de um curso de água, segue a ordem no sentido da nascente para a

foz com a indicação da respectiva margem;

VI - os Vértices que unem as linhas do polígono do Perímetro Urbano Municipal são determinados por posições geográficas referenciadas a elementos físicos do território, mas também, por suas posições geográficas, através da indicação pelo sistema de Coordenadas Geográficas, com dados da Latitude e Longitude do Vértice (unidades de Grau, Minuto e Segundo) no território, e, a indicação dos respectivos hemisférios (Brusque – Latitude Sul, Longitude Oeste);

VII - o Sistema Geodésico de Referência adotado para os dados geográficos fornecidos nas descrições, adotam o "Sistema de Referência Geocêntrico para as Américas – SIRGAS 2000";

VIII - a expressão coordenada geográfica aproximada, ao longo das descrições, é representada pela sigla c.g.a..

Art. 2º O Perímetro Urbano de Brusque, outrora com 140,19 km², agora conta com acréscimo de 17,52 km² de área, passando a abranger 157,71 km², 55,67% dos 283,29 km² do território municipal; para início da descrição geográfica dos limites do Perímetro Urbano Municipal convencionou-se o Vértice 001 de partida coincidente com o Marco de Divisa - M.D. nº 1.012 (coordenada geográfica aproximada - c.g.a. lat. 27°00'10"S, long. 48°51'58"O) conforme descrito na Lei Estadual 13.993/2007 - Anexo XXIX, cujo marco físico é a nascente do rio Negro, também ponto de tríplice divisa entre os municípios de Brusque, Itajaí e Gaspar; o perímetro segue por trecho em sobreposição ao limite municipal, descendo pelo Rio Negro até sua foz no Rio Itajaí-Mirim, onde atinge o Vértice 002 (c.g.a. lat. 27°01'25"S, long. 48°51'24"O); sobe pelo rio Itajaí-Mirim até a foz do ribeirão Sorocaba, no Vértice 003 (c.g.a. lat. 27°01'58"S, long. 48°51'52"O); segue em sobreposição ao limite municipal, subindo pelo ribeirão Sorocaba até o Vértice 004 (c.g.a. lat. 27°03'10"S, long. 48°51'12"O), na confluência do primeiro afluente da margem direita do ribeirão; segue em deflexão à direita subindo o terreno pelo divisor de água da microbacia do segundo afluente da margem esquerda, até o Vértice 005 (c.g.a. lat. 27°03'32"S, long. 48°51'28"O), onde na bifurcação do divisor de água, segue pela esquerda, no divisor entre as bacias do ribeirão Sorocaba e do Rio Limeira, até o Vértice 006 (c.g.a. lat. 27°04'01"S, long. 48°51'12"O) no alto do Morro da Placa, como é popularmente conhecido; a partir do Vértice 006, o perímetro desce o relevo à direita na bifurcação do divisor de águas, para a bacia do rio Limeira, acompanhando o divisor das bacias do décimo quarto e décimo quinto afluente, até o Vértice 007 (c.g.a. lat. 27°04'32"S, long. 48°51'37"O) na confluência do décimo quarto afluente da margem direita com o Rio Limeira; o perímetro sobe pelo afluente até o Vértice 008 (c.g.a. lat. 27°04'31"S, long. 48°51'15"O), na confluência com uma linha de drenagem da margem esquerda do afluente; deflexiona à direita no Vértice, subindo pela linha de drenagem até encontrar o divisor de água da bacia do ribeirão do Paca, no Vértice 009 (c.g.a. lat. 27°04'35"S, long. 48°51'08"O); o perímetro deflexiona à esquerda no Vértice, seguindo sobre o divisor de água, entre as bacias do décimo quarto afluente da margem direita do rio Limeira e do ribeirão do Paca, até o Vértice 010 (c.g.a. lat. 27°04'26"S, long. 48°50'59"O), onde o divisor bifurca, e o perímetro segue à direita, descendo o vale do ribeirão pelo divisor de água até o Vértice 011 (c.g.a. lat. 27°04'28"S, long. 48°50'51"O), na confluência do terceiro afluente da margem direita do ribeirão; o perímetro segue em deflexão à direita atravessando o vale sobreposto ao divisor de água até o Vértice 012 (c.g.a. lat. 27°04'55"S, long. 48°50'43"O), onde sofre leve deflexão à esquerda na bifurcação do divisor, seguindo pelo divisor de água entre as bacias do ribeirão do Paca e do rio Limeira até o Vértice 013 (c.g.a. lat. 27°05'06"S, long. 48°50'27"O), onde em nova bifurcação, segue pelo divisor de água da bacia do ribeirão do Macote e afluentes da margem direita do rio Limeira, até o Vértice 014 (c.g.a. lat. 27°05'16"S, long. 48°50'32"O), onde desce o vale do ribeirão em leve deflexão à esquerda pelo divisor de águas até o Vértice 015 (c.g.a. lat. 27°05'23"S, long. 48°50'31"O) localizado na confluência do ribeirão do Macote com seu único afluente; o perímetro sobe o

vale sobre o divisor de água até o Vértice 016 (c.g.a. lat. 27°05'34"S, long. 48°50'30"O) na bifurcação do divisor, onde segue à esquerda e continua sobre o divisor de água da bacia do ribeirão até o Vértice 017 (c.g.a. lat. 27°05'42"S, long. 48°50'11"O), onde encontra-se com o divisor de água da bacia do ribeirão Tavares; na bifurcação do divisor, segue à esquerda até o Vértice 018 (c.g.a. lat. 27°05'32"S, long. 48°49'52"O); nesse ponto de bifurcação do divisor de águas, o perímetro desce o vale do ribeirão Tavares pelo divisor à direita, até o Vértice 019 (c.g.a. lat. 27°05'42"S, long. 48°49'40"O), onde encontra-se a confluência do ribeirão Tavares com seu segundo afluente da margem direita; segue o perímetro em deflexão à esquerda subindo o divisor de água até o Vértice 020 (c.g.a. lat. 27°05'36"S, long. 48°49'28"O) na bifurcação do divisor de águas, de onde segue em deflexão à direita em linha reta e seca, atravessando o vale do primeiro afluente da margem direita do ribeirão, até o Vértice 021 (c.g.a. lat. 27°05'50"S, long. 48°49'26"O) sobre a bifurcação do divisor de águas oposto do vale; o perímetro continua pelo divisor à esquerda descendo o terreno até o Vértice 022 (c.g.a. lat. 27°05'52"S, long. 48°49'30"O) na confluência do ribeirão Tavares com seu primeiro afluente da margem esquerda; do Vértice 022, o perímetro atravessa a bacia, subindo o relevo pelo divisor de água até o Vértice 023 (c.g.a. lat. 27°06'08"S, long. 48°49'14"O), onde atinge o divisor de água das bacias dos afluentes da margem direita do rio Limeira; segue na bifurcação do divisor de águas à direita até o Vértice 024 (c.g.a. lat. 27°06'16"S, long. 48°49'35"O), onde em nova bifurcação, desce o vale do rio pelo divisor da esquerda, entre os afluentes quinto, sexto e sétimo da margem direita do rio Limeira, até o Vértice 025 (c.g.a. lat. 27°06'38"S, long. 48°49'15"O); desse ponto, o perímetro segue em deflexão à esquerda sobre o divisor de águas que segue paralelo ao rio Limeira, descendo pelo relevo até o Vértice 026 (c.g.a. lat. 27°06'28"S, long. 48°48'55"O) na confluência entre dois cursos de água que originam o quarto afluente da margem direita do rio Limeira; segue atravessando o vale do afluente e subindo o relevo acompanhando o divisor de água entre as bacias do quarto afluente e do rio Limeira, até o Vértice 027 (c.g.a. lat. 27°06'14"S, long. 48°48'51"O), onde na bifurcação do divisor, segue pelo divisor de águas à direita descendo o terreno até o Vértice 028 (c.g.a. lat. 27°06'22"S, long. 48°48'36"O), localizado na confluência do rio Limeira com o primeiro afluente da margem esquerda; o perímetro segue atravessando o vale, subindo o terreno sobre o divisor de água da bacia do primeiro afluente, até o Vértice 029 (c.g.a. lat. 27°06'26"S, long. 48°48'33"O), de onde segue pelo divisor de águas da esquerda acompanhando as bacias do primeiro e segundo afluentes da margem esquerda do rio Limeira, e do próprio rio Limeira na continuidade, antes de encontrar o limite municipal no Vértice 030 (c.g.a. lat. 27°06'16"S, long. 48°47'51"O); desse ponto, o perímetro segue em deflexão à direita, sobreposto ao limite municipal e ao divisor de água da serra do Camboriú, divisa com município de mesmo nome, sobre a qual segue até o Vértice 031 (c.g.a. lat. 27°07'02"S, long. 48°48'06"O); nesse ponto, o perímetro sofre deflexão à direita, seguindo pelo divisor de água entre as bacias dos tributários que originam o segundo afluente da margem esquerda do rio Limeira, até o Vértice 032 (c.g.a. lat. 27°06'44"S, long. 48°48'29"O), onde na bifurcação do divisor, segue à esquerda, descendo o relevo até o Vértice 033 (c.g.a. lat. 27°06'45"S, long. 48°48'32"O), localizado na confluência de dois cursos de água, tributários de um afluente do segundo afluente da margem esquerda do rio Limeira; o perímetro segue atravessando o vale e sobe o relevo pelo divisor de água até o Vértice 034 (c.g.a. lat. 27°06'46"S, long. 48°48'37"O), onde segue pelo divisor de água à esquerda, entre o vertente da margem esquerda do rio Limeira e a bacia do seu segundo afluente, até o Vértice 035 (c.g.a. lat. 27°06'58"S, long. 48°48'42"O) onde sofre uma leve deflexão à direita, seguindo pelo divisor de água entre as bacias dos afluentes da margem esquerda do rio Limeira e o afluente do seu quarto afluente dessa margem, o ribeirão Castelo, até o Vértice 036 (c.g.a. lat. 27°06'56"S, long. 48°49'15"O); nesse ponto de bifurcação, o perímetro segue pelo divisor de águas da esquerda, descendo o

vale do ribeirão, até o ponto de confluência do segundo afluente do ribeirão Castelo no Vértice 037 (c.g.a. lat. 27°06'58"S, long. 48°49'17"O), continua pelo divisor de água até o Vértice 038 (c.g.a. lat. 27°06'59"S, long. 48°49'19"O); em nova bifurcação do divisor de águas, segue pela direita entre o ribeirão Castelo e o seu único afluente da margem esquerda, até o Vértice 039 (c.g.a. lat. 27°06'57"S, long. 48°49'22"O) na confluência do único afluente da margem esquerda do ribeirão Castelo; o perímetro segue pelo divisor à esquerda, subindo o relevo, até o Vértice 040 (c.g.a. lat. 27°07'02"S, long. 48°49'28"O), onde o divisor bifurca; continua à direita, e voltando a descer o divisor de água, atinge intermediariamente o Vértice 041 (c.g.a. lat. 27°06'55"S, long. 48°49'32"O), onde segue em leve deflexão à esquerda, descendo um pequeno vale em linha reta e seca até a confluência com a linha de drenagem com uma lagoa que consta no levantamento, no Vértice 042 (c.g.a. lat. 27°06'55"S, long. 48°49'37"O); desse ponto, continua em linha reta e seca, acompanhando paralelamente a margem esquerda do rio Limeira, até o Vértice 043 (c.g.a. lat. 27°06'56"S, long. 48°49'53"O), localizado na confluência de uma linha de drenagem da margem direita do quinto afluente da margem esquerda do rio Limeira; o perímetro continua em deflexão à esquerda, subindo o quinto afluente até o Vértice 044 (c.g.a. lat. 27°07'04"S, long. 48°49'54"O), na confluência de uma linha de drenagem da margem esquerda, pela qual sobe até o final no Vértice 045 (c.g.a. lat. 27°07'09"S, long. 48°49'57"O); segue em linha reta e seca, atravessando o divisor de água para a bacia do ribeirão do Campestre, até o Vértice 046 (c.g.a. lat. 27°07'15"S, long. 48°50'03"O), localizado sobre o quinto afluente da margem direita do ribeirão do Campestre; segue em linha reta e seca, com leve deflexão à direita, até o Vértice 047 (c.g.a. lat. 27°07'14"S, long. 48°50'14"O), localizado na interceptação com uma linha de drenagem da margem esquerda do quinto afluente, pela qual desce até a confluência com o quinto afluente do ribeirão, no Vértice 048 (c.g.a. lat. 27°07'11"S, long. 48°50'15"O); desse ponto, o perímetro sobe o relevo em linha reta e seca até atingir o divisor de água entre o rio Limeira e o quinto afluente da margem direita do ribeirão do Campestre, no Vértice 049 (c.g.a. lat. 27°07'02"S, long. 48°50'18"O), seguindo pelo divisor à esquerda até o Vértice 050 (c.g.a. lat. 27°07'S, long. 48°50'33"O), numa bifurcação em que segue à direita, na bacia do ribeirão do Campestre, margem direita, até o Vértice 051 (c.g.a. lat. 27°06'55"S, long. 48°50'36"O); desse ponto, o perímetro segue em linha reta e seca até o Vértice 052 (c.g.a. lat. 27°06'52"S, long. 48°50'37"O), localizado no início de uma linha de drenagem, pela qual desce até o Vértice 053 (c.g.a. lat. 27°06'51"S, long. 48°50'46"O), localizado na confluência de duas linhas de drenagem opostas, que encontram-se sob uma lagoa artificial, conforme dados do levantamento; segue desse ponto pela linha de drenagem oposta até o Vértice 054 (c.g.a. lat. 27°06'52"S, long. 48°50'48"O) localizado no fim da linha de drenagem, de onde segue em linha reta e seca até o Vértice 055 (c.g.a. lat. 27°06'51"S, long. 48°50'50"O), localizado na confluência do ribeirão do Campestre com linha de drenagem paralela a estrada geral do Campestre; o perímetro segue desse ponto em linha reta e seca, subindo o vale na margem esquerda do ribeirão, até o Vértice 056 (c.g.a. lat. 27°06'52"S, long. 48°50'57"O), onde encontra a bifurcação do divisor de água da bacia do ribeirão do Salto Branco; segue pelo divisor de águas à direita, até o Vértice 057 (c.g.a. lat. 27°06'47"S, long. 48°51'O), em nova bifurcação, seguindo à esquerda, por onde desce o terreno sobre o divisor de água da microbacia, até a confluência do quarto afluente da margem esquerda do ribeirão do Salto Branco, no Vértice 058 (c.g.a. lat. 27°06'49"S, long. 48°51'07"O); volta a subir o relevo pelo divisor de água da microbacia, até o Vértice 059 (c.g.a. lat. 27°06'47"S, long. 48°51'11"O) na bifurcação do divisor de águas, de onde segue pela esquerda, acompanhando por longo trecho o divisor de água entre as bacias do quarto e quinto afluente do ribeirão do Salto Branco, até o Vértice 060 (c.g.a. lat. 27°07'10"S, long. 48°51'47"O), onde o divisor bifurca e encontra a bacia do ribeirão Pomerânia, seguindo pelo divisor de água paralelo ao terceiro afluente da margem direita do

ribeirão, até o Vértice 061 (c.g.a. lat. 27°07'28"S, long. 48°52'02"O); nesse ponto, o perímetro sofre leve deflexão à esquerda, descendo o relevo em linha reta e seca até o Vértice 062 (c.g.a. lat. 27°07'32"S, long. 48°52'01"O) na confluência de uma linha de drenagem da margem direita do segundo afluente do ribeirão Pomerânia, por onde segue subindo o afluente até o Vértice 063 (c.g.a. lat. 27°07'33"S, long. 48°52'01"O), de onde parte em linha reta e seca subindo o relevo até encontrar o divisor de água, que segue paralelo ao ribeirão Pomerânia, no Vértice 064 (c.g.a. lat. 27°07'37"S, long. 48°52'02"O), onde sofre leve deflexão à esquerda e passa acompanhar o divisor de água até o Vértice 065 (c.g.a. lat. 27°07'37"S, long. 48°51'49"O), onde volta a encontrar a bacia do rio Limeira, mais precisamente, a bacia do ribeirão do Salto Branco, seguindo na bifurcação à direita sobre o divisor de água entre as bacias dos dois ribeirões até o Vértice 066 (c.g.a. lat. 27°08'04"S, long. 48°51'55"O), de onde desce em linha reta até a nascente do ribeirão Pomerânia no Vértice 067 (c.g.a. lat. 27°08'03"S, long. 48°51'56"O); com leve deflexão à direita, passa a descer acompanhando o curso do ribeirão em longo trecho até o Vértice 068 (c.g.a. lat. 27°07'38"S, long. 48°52'08"O) antes do ribeirão cruzar a rua Poço Fundo; o perímetro deflexiona à esquerda subindo o terreno em linha reta e seca até o Vértice 069 (c.g.a. lat. 27°07'39"S, long. 48°52'11"O), onde atinge o divisor de água por onde segui em curto trecho até o Vértice 070 (c.g.a. lat. 27°07'40"S, long. 48°52'12"O), de onde parte em linha reta e seca até o Vértice 071 (c.g.a. lat. 27°07'46"S, long. 48°52'17"O), localizado na confluência de duas linhas de drenagem da margem esquerda do ribeirão Pomerânia, de onde segue subindo a linha de drenagem secundária até o Vértice 072 (c.g.a. lat. 27°07'51"S, long. 48°52'17"O); o perímetro segue desse ponto em linha reta com leve deflexão à direita até o Vértice 073 (c.g.a. lat. 27°07'55"S, long. 48°52'24"O) onde intercepta uma linha de drenagem da margem esquerda do ribeirão Pomerânia, pela qual segue descendo em deflexão à direita até o Vértice 074 (c.g.a. lat. 27°07'51"S, long. 48°52'28"O), localizado na confluência de outra linha de drenagem, pela qual o perímetro volta a subir o terreno em brusca deflexão à esquerda, seguindo até seu final no Vértice 075 (c.g.a. lat. 27°07'58"S, long. 48°52'33"O) onde atinge também o divisor de água da bacia do primeiro afluente da margem esquerda do ribeirão Pomerânia, por onde segue até o Vértice 076 (c.g.a. lat. 27°08'S, long. 48°52'40"O) em leve deflexão à direita; desse ponto, o perímetro desce o relevo em linha reta e seca até a confluência de uma linha de drenagem da margem direita do quarto afluente do ribeirão Pomerânia, coincidente ao Vértice 077 (c.g.a. lat. 27°08'05"S, long. 48°52'43"O), de onde segue em leve deflexão à direita, atravessando o divisor de água com a bacia do segundo afluente da margem esquerda do ribeirão, até o Vértice 078 (c.g.a. lat. 27°08'07"S, long. 48°52'47"O), localizado na confluência do segundo afluente com outra linha de drenagem da sua margem esquerda, pela qual o perímetro segue, subindo o vale, até o Vértice 079 (c.g.a. lat. 27°08'09"S, long. 48°52'50"O), já sobre o divisor de água da bacia do quinto afluente, por onde segue em leve deflexão à esquerda até o Vértice 080 (c.g.a. lat. 27°08'30"S, long. 48°52'46"O), onde o divisor bifurca e atinge o divisor de água da bacia do ribeirão da Ponta Russa, já na bacia do rio Águas Claras; o perímetro segue pelo divisor de água à esquerda, entre a bacia do ribeirão Ponta Russa e o segundo afluente da margem esquerda do ribeirão Pomerânia, até o Vértice 081 (c.g.a. lat. 27°08'35"S, long. 48°52'41"O), onde segue à direita na bifurcação do divisor de água da bacia do ribeirão Ponta Russa, descendo o vale, até o Vértice 082 (c.g.a. lat. 27°08'43"S, long. 48°52'49"O), onde continua pela bifurcação do divisor de águas à esquerda, descendo o relevo, até o Vértice 083 (c.g.a. lat. 27°08'46"S, long. 48°52'47"O); desse ponto, o perímetro segue em linha reta e seca até o Vértice 084 (c.g.a. lat. 27°08'47"S, long. 48°52'46"O), onde intercepta o curso do segundo afluente da margem direita do ribeirão Ponta Russa, pelo qual sobe até o Vértice 085 (c.g.a. lat. 27°08'46"S, long. 48°52'43"O) na confluência com uma linha de drenagem da margem esquerda; o perímetro deflexiona à direita em linha reta e

seca até o Vértice 086 (c.g.a. lat. 27°08'48"S, long. 48°52'43"O) onde encontra o divisor de água entre o ribeirão Ponta Russa e o seu segundo afluente da margem direita, pelo qual segue em deflexão à esquerda até o Vértice 087 (c.g.a. lat. 27°08'54"S, long. 48°52'17"O); em deflexão à direita, o perímetro segue em linha reta e seca descendo o vale até o Vértice 088 (c.g.a. lat. 27°09'02"S, long. 48°52'17"O), onde encontra a confluência de uma linha de drenagem da margem direita do ribeirão Ponta Russa, descendo pelo ribeirão em deflexão à direita até a confluência de outra linha de drenagem da margem esquerda no Vértice 089 (c.g.a. lat. 27°08'59"S, long. 48°52'31"O), de onde segue em linha reta e seca em deflexão à esquerda atravessando o divisor de água entre o ribeirão Ponta Russa e o seu segundo afluente da esquerda, até o Vértice 090 (c.g.a. lat. 27°09'01"S, long. 48°52'40"O), na confluência de uma linha de drenagem da margem esquerda desse segundo afluente; a partir desse ponto, o perímetro segue subindo o vale em linha reta e seca, até encontrar o divisor de água entre a microbacia do ribeirão Ponta Russa e do seu terceiro afluente da margem esquerda, no Vértice 091 (c.g.a. lat. 27°09'02"S, long. 48°52'45"O) na bifurcação do divisor de água, de onde segue à direita, até o Vértice 092 (c.g.a. lat. 27°08'57"S, long. 48°52'54"O); desse ponto, segue pela bifurcação do divisor de águas à esquerda, descendo o vale, até o Vértice 093 (c.g.a. lat. 27°08'59"S, long. 48°52'58"O), coincidente com o ponto de confluência dos dois cursos de água que dão origem ao terceiro afluente da margem esquerda do ribeirão Ponta Russa; o perímetro sobe o vale pelo divisor de água da microbacia até o Vértice 094 (c.g.a. lat. 27°09'01"S, long. 48°53'07"O), onde encontra uma bifurcação do divisor de água entre as bacias do ribeirão Ponta Russa e do seu quarto afluente da margem esquerda, por onde segue à direita na bifurcação, até o Vértice 095 (c.g.a. lat. 27°08'45"S, long. 48°53'20"O), de onde desce o vale do quarto afluente em linha reta e seca, com leve deflexão à esquerda, até o Vértice 096 (c.g.a. lat. 27°08'45"S, long. 48°53'26"O), localizado na confluência de uma linha de drenagem da margem esquerda do quarto afluente da margem esquerda do ribeirão Ponta Russa; do Vértice 096, o perímetro continua subindo o vale em leve deflexão à direita, em linha reta e seca, até o Vértice 097 (c.g.a. lat. 27°08'41"S, long. 48°53'30"O), onde encontra o divisor de água oposto, entre o quarto afluente da margem esquerda e o ribeirão Ponta Russa; o perímetro segue sobre o divisor em forte deflexão à esquerda até o Vértice 098 (c.g.a. lat. 27°08'45"S, long. 48°53'32"O) onde encontra o divisor de água entre a bacia do ribeirão Ponta Russa e do ribeirão Nova Itália, ambos tributários do rio Águas Claras; o perímetro segue descendo pelo relevo em linha reta e seca até o Vértice 099 (c.g.a. lat. 27°08'54"S, long. 48°53'35"O) localizado sobre linha de drenagem da margem direita do sexto afluente da margem direita do ribeirão Nova Itália, de onde parte com leve deflexão à esquerda também em linha reta e seca até o Vértice 100 (c.g.a. lat. 27°08'59"S, long. 48°53'34"O), localizado na confluência de uma linha de drenagem da margem direita de um curso de água tributário do sexto afluente da margem direita do ribeirão Nova Itália, pelo qual sobe até o Vértice 101 (c.g.a. lat. 27°09'S, long. 48°53'33"O), localizado na confluência de uma linha de drenagem da margem esquerda do córrego, pela qual o perímetro sobe o vale até seu final no Vértice 102 (c.g.a. lat. 27°09'06"S, long. 48°53'33"O); segue a partir desse Vértice em linha reta e seca, com leve deflexão à esquerda, até encontrar o divisor de água entre as bacias dos tributários do sexto afluente da margem direita do ribeirão Nova Itália no Vértice 103 (c.g.a. lat. 27°09'09"S, long. 48°53'31"O), seguindo pelo divisor até o Vértice 104 (c.g.a. lat. 27°09'21"S, long. 48°53'31"O), já confrontando com a bacia do quinto afluente da margem direita do ribeirão Nova Itália; o perímetro segue na bifurcação do divisor de água no Vértice 104, à esquerda, descendo o vale, até a confluência dos dois tributários que originam o quinto afluente do ribeirão, no Vértice 105 (c.g.a. lat. 27°09'30"S, long. 48°53'24"O), de onde volta a subir o vale sobre o divisor de água, até o Vértice 106 (c.g.a. lat. 27°09'34"S, long. 48°53'23"O), em nova bifurcação, onde segue pelo divisor de água à esquerda, entre as bacias do ribeirão

Nova Itália e do seu quinto afluente da margem direita, até o Vértice 107 (c.g.a. lat. 27°09'40"S, long. 48°52'48"O); o perímetro parte desse ponto sobre uma bifurcação do divisor de água, em linha reta e seca, atravessando o vale e o divisor de água do seu lado oposto, até onde encontra o início de uma linha de drenagem da margem direita do quarto afluente da margem direita do ribeirão Nova Itália, no Vértice 108 (c.g.a. lat. 27°09'47"S, long. 48°52'32"O); em deflexão à direita, o perímetro segue descendo o vale pela linha de drenagem, até interceptar o quarto afluente, no Vértice 109 (c.g.a. lat. 27°09'50"S, long. 48°52'32"O); passa a subir pelo curso do quarto afluente da margem direita do ribeirão Nova Itália, em deflexão à esquerda, até a confluência com uma linha de drenagem da margem esquerda, imediatamente a montante, no Vértice 110 (c.g.a. lat. 27°09'50"S, long. 48°52'29"O); sobe pela linha de drenagem até o final dela no Vértice 111 (c.g.a. lat. 27°09'51"S, long. 48°52'22"O), de onde segue em linha reta e seca até o Vértice 112 (c.g.a. lat. 27°09'52"S, long. 48°52'21"O), localizado sobre o divisor de água dentre as bacias do quarto e terceiro afluentes da margem direita do ribeirão Nova Itália; segue em deflexão à esquerda, até o Vértice 113 (c.g.a. lat. 27°09'46"S, long. 48°52'10"O), onde atinge o divisor de água entre as bacias do rio Águas Claras e do rio Limeira, respectivamente as sub-bacias dos ribeirões Nova Itália e do Campestre, respectivamente; desse ponto de bifurcação do divisor de água, o perímetro continua à direita por sobre o divisor, entre as duas bacias, até atingir os limites municipais no Vértice 114 (c.g.a. lat. 27°09'51"S, long. 48°51'57"O); a partir do Vértice 114, o perímetro segue em deflexão à direita coincidente ao limite municipal com o município de Canelinha, acompanhando o divisor de água correspondente a serra do Moura, entre as bacias do rio Águas Claras e rio do Moura, este na vertente do município vizinho; segue assim, até o Vértice 115 (c.g.a. lat. 27°10'39"S, long. 48°52'46"O) onde o perímetro sofre uma deflexão à direita, seguindo sobre o divisor de água entre as bacias do ribeirão Nova Itália e do seu terceiro afluente da margem esquerda até o Vértice 116 (c.g.a. lat. 27°10'08"S, long. 48°53'04"O); nesse Vértice, o divisor de águas bifurca, e o perímetro segue à esquerda entre as microbacias dos tributários do terceiro afluente, até o Vértice 117 (c.g.a. lat. 27°10'18"S, long. 48°53'19"O), onde desce o vale pela bifurcação do divisor de águas à esquerda até a confluência de dois tributários do terceiro afluente da margem direita do ribeirão Nova Itália, no Vértice 118 (c.g.a. lat. 27°10'21"S, long. 48°53'19"O), um local acima da Estação de Tratamento de Água - ETA do SAMAE da Santa Luzia; o perímetro segue subindo o vale pelo divisor de água até encontrar o Vértice 119 (c.g.a. lat. 27°10'24"S, long. 48°53'21"O) na bifurcação do divisor, de onde parte em linha reta atravessando pequeno vale de outro tributário a montante do terceiro afluente da margem esquerda do ribeirão Nova Itália, até a bifurcação do divisor de água do lado oposto do vale, no Vértice 120 (c.g.a. lat. 27°10'34"S, long. 48°53'34"O); o perímetro desce o vale sobre o divisor de água até a confluência de outros tributários do terceiro afluente da margem esquerda do ribeirão Nova Itália no Vértice 121 (c.g.a. lat. 27°10'39"S, long. 48°53'42"O), de onde sobe em linha reta e seca até encontrar a rodovia Gentil Batisti Archer (SC-108) no Vértice 122 (c.g.a. lat. 27°10'39"S, long. 48°53'44"O), pela qual segue acompanhando seu trajeto de descida em deflexão à direita, até o Vértice 123 (c.g.a. lat. 27°10'35"S, long. 48°53'47"O), onde sai da rodovia em deflexão à esquerda subindo o relevo até encontrar o divisor de água da bacia do ribeirão Kreidlow ou do Zantão no Vértice 124 (c.g.a. lat. 27°10'36"S, long. 48°53'49"O), de onde continua em deflexão à direita pelo divisor de água até o Vértice 125 (c.g.a. lat. 27°10'33"S, long. 48°54'04"O); o perímetro segue em deflexão à esquerda atravessando o pequeno vale do único curso de água tributário do quinto afluente da margem direita do ribeirão Kreidlow, até o Vértice 126 (c.g.a. lat. 27°10'38"S, long. 48°54'05"O) sobre o divisor de águas do lado oposto, por onde segue até o Vértice 127 (c.g.a. lat. 27°10'45"S, long. 48°54'03"O); em leve deflexão à direita, o perímetro segue em linha reta e seca, descendo o vale até o Vértice 128 (c.g.a. lat. 27°10'49"S, long. 48°54'08"O),

localizado na confluência de uma linha de drenagem da margem direita do sexto afluente do ribeirão Kreidlow, de onde segue atravessando o vale em leve deflexão à direita, em linha reta e seca, até o Vértice 129 (c.g.a. lat. 27°10'49"S, long. 48°54'20"O) na convergência de três divisores de água, localizado entre as bacias do ribeirão Kreidlow e do seu quinto afluente da margem direita; em linha reta e seca, o perímetro segue desse ponto até o Vértice 130 (c.g.a. lat. 27°10'51"S, long. 48°54'21"O) no início de uma linha de drenagem da margem direita do terceiro afluente da margem direita do ribeirão Kreidlow, pela qual desce o vale até antes de interceptar o afluente, no Vértice 131 (c.g.a. lat. 27°10'46"S, long. 48°54'36"O), onde deflexiona à esquerda, em linha reta e seca, até o Vértice 132 (c.g.a. lat. 27°10'48"S, long. 48°54'37"O) localizado sobre o curso de água do terceiro afluente; segue em deflexão à direita em linha reta e seca, atravessando o divisor de água entre o ribeirão Kreidlow e o terceiro afluente, até interceptar uma linha de drenagem da margem direita do ribeirão no Vértice 133 (c.g.a. lat. 27°10'46"S, long. 48°54'42"O), pela qual desce até a confluência com o ribeirão no Vértice 134 (c.g.a. lat. 27°10'44"S, long. 48°54'42"O); o perímetro sobe pelo ribeirão Kreidlow até o Vértice 135 (c.g.a. lat. 27°10'45"S, long. 48°54'43"O) na confluência de uma linha de drenagem da margem esquerda do ribeirão, pela qual sobe até o Vértice 136 (c.g.a. lat. 27°10'44"S, long. 48°54'50"O), onde deflexiona levemente à direita, subindo em linha reta e seca até o Vértice 137 (c.g.a. lat. 27°10'41"S, long. 48°54'52"O), localizado sobre o ponto de convergência dos divisores de água, de onde o perímetro segue pelo divisor à direita que acompanha a bacia do primeiro afluente da margem esquerda do ribeirão Kreidlow, sobre o qual segue até o Vértice 138 (c.g.a. lat. 27°10'34"S, long. 48°54'45"O); desse ponto, desce o vale do primeiro afluente da margem esquerda do ribeirão, em deflexão à esquerda, em linha reta e seca até o Vértice 139 (c.g.a. lat. 27°10'32"S, long. 48°54'47"O), já sobre o curso de água do afluente; desce pelo afluente até o Vértice 140 (c.g.a. lat. 27°10'26"S, long. 48°54'46"O), de onde segue em linha reta margeando o afluente até o Vértice 141 (c.g.a. lat. 27°10'19"S, long. 48°54'46"O), onde intercepta uma linha de drenagem da margem esquerda do primeiro afluente da margem esquerda do ribeirão Kreidlow, pela qual o perímetro sobe até seu final no Vértice 142 (c.g.a. lat. 27°10'20"S, long. 48°54'50"O); desse Vértice, o perímetro parte em linha reta atravessando o divisor de água até o Vértice 143 (c.g.a. lat. 27°10'19"S, long. 48°54'54"O) no início de uma linha de drenagem da margem esquerda do ribeirão Kreidlow, no lado oposto, pela qual desce até o Vértice 144 (c.g.a. lat. 27°10'15"S, long. 48°54'53"O), de onde sobe o terreno em linha reta, até atingir o divisor de água no Vértice 145 (c.g.a. lat. 27°10'14"S, long. 48°54'53"O), seguindo o perímetro por sobre o divisor de água das bacias do ribeirão Kreidlow e do seu segundo afluente da margem esquerda, até o Vértice 146 (c.g.a. lat. 27°10'02"S, long. 48°54'50"O); nesse Vértice, o divisor de água bifurca e o perímetro desce pelo divisor da esquerda no vale do segundo afluente da margem esquerda do ribeirão Kreidlow, até ser interceptado pela rua Monsenhor Valentim Loch no Vértice 147 (c.g.a. lat. 27°09'59"S, long. 48°54'53"O), onde passa a acompanhar a rua à esquerda atravessando o divisor de água principal para a bacia do ribeirão do Cedrinho, onde a via pela qual segue passa a ser denominada Rua José Jacinto Cardeal, seguindo pela rua até o Vértice 148 (c.g.a. lat. 27°09'39"S, long. 48°55'38"O), onde sofre leve deflexão à esquerda em linha reta e seca até o Vértice 149 (c.g.a. lat. 27°09'38"S, long. 48°55'40"O), onde intercepta uma linha de drenagem da margem esquerda do ribeirão do Cedrinho, pela qual sobe até o seu final no Vértice 150 (c.g.a. lat. 27°09'41"S, long. 48°55'43"O); desse ponto, o perímetro segue em linha reta e seca atravessando um pequeno vale do primeiro afluente do ribeirão do Cedrinho da margem esquerda, até o Vértice 151 (c.g.a. lat. 27°09'43"S, long. 48°56'05"O), onde atinge a bacia do rio do Cedro, mais especificamente, a bacia do ribeirão Tomás Coelho, seguindo na bifurcação do divisor de água à esquerda, entre as duas bacias, até o Vértice

152 (c.g.a. lat. 27°09'47"S, long. 48°56'04"O); nesse ponto de bifurcação do divisor de água, o perímetro segue pelo divisor à direita, descendo até o fundo do vale na confluência dos tributários do quinto afluente da margem direita do ribeirão Tomáz Coelho, coincidente ao Vértice 153 (c.g.a. lat. 27°09'56"S, long. 48°56'11"O); o perímetro atravessa o curso de água e volta a subir o terreno sobre o divisor de água em leve deflexão à esquerda até atingir a bacia do quarto afluente da margem direita do ribeirão, coincidente ao Vértice 154 (c.g.a. lat. 27°10'11"S, long. 48°56'02"O); nessa bifurcação do divisor de água, o perímetro volta a descer o vale pelo divisor à esquerda, até a confluência dos dois tributários que originam o quarto afluente da margem direita do ribeirão Tomáz Coelho no Vértice 155 (c.g.a. lat. 27°10'18"S, long. 48°56'0"); atravessando o curso de água, o perímetro segue subindo o vale pelo divisor de água, até atingir o divisor de outra microbacia no Vértice 156 (c.g.a. lat. 27°10'20"S, long. 48°55'48"O), onde segue pelo divisor à direita na bifurcação, até o Vértice 157 (c.g.a. lat. 27°10'23"S, long. 48°55'49"O); desse Vértice, o perímetro prossegue em leve deflexão à esquerda, em linha reta e seca, atravessando um pequeno vale, até o divisor de água do lado oposto, no Vértice 158 (c.g.a. lat. 27°10'33"S, long. 48°55'45"O), de onde segue em leve deflexão à esquerda, em linha reta e seca, até o Vértice 159 (c.g.a. lat. 27°10'34"S, long. 48°55'42"O), sobre linha de drenagem da margem direita do ribeirão Tomáz Coelho, pela qual segue subindo o relevo até o Vértice 160 (c.g.a. lat. 27°10'33"S, long. 48°55'40"O); nesse ponto, o perímetro deflexiona à direita em linha reta e seca, até o Vértice 161 (c.g.a. lat. 27°10'39"S, long. 48°55'39"O), localizado sobre o terceiro afluente da margem direita do ribeirão Tomáz Coelho, pelo qual sobe até o Vértice 162 (c.g.a. lat. 27°10'41"S, long. 48°55'37"O), localizado na confluência de uma linha de drenagem da margem direita do afluente, pela qual o perímetro sobe em leve deflexão à esquerda até ser interrompido na altura do Vértice 163 (c.g.a. lat. 27°10'42"S, long. 48°55'29"O); nesse Vértice, o perímetro deflexiona à direita, em linha reta e seca, até o Vértice 164 (c.g.a. lat. 27°10'47"S, long. 48°55'26"O), situada sobre linha de drenagem da margem direita do terceiro afluente da margem direita do ribeirão Tomáz Coelho; em forte deflexão à direita, o perímetro segue a partir do Vértice 164 em linha reta até o Vértice 165 (c.g.a. lat. 27°10'48"S, long. 48°55'31"O) situado sobre o terceiro afluente, na confluência com uma linha de drenagem da margem esquerda; o perímetro segue em linha reta e seca subindo o vale até atingir o divisor de água entre a microbacia do terceiro afluente e do ribeirão Tomáz Coelho no Vértice 166 (c.g.a. lat. 27°10'49"S, long. 48°55'37"O), de onde volta a descer o relevo até o fundo de vale, interceptando o ribeirão no Vértice 167 (c.g.a. lat. 27°10'49"S, long. 48°55'44"O); o perímetro desce pelo ribeirão, em deflexão à direita, até o Vértice 168 (c.g.a. lat. 27°10'47"S, long. 48°55'46"O), de onde segue em linha reta e seca até o Vértice 169 (c.g.a. lat. 27°10'45"S, long. 48°55'49"O) situado sobre o curso do terceiro afluente da margem esquerda do ribeirão Tomáz Coelho, pelo qual o perímetro desce em deflexão à direita, até o Vértice 170 (c.g.a. lat. 27°10'44"S, long. 48°55'47"O); nesse ponto, o perímetro deflexiona à esquerda e sobe o relevo em linha reta e seca até o Vértice 171 (c.g.a. lat. 27°10'42"S, long. 48°55'48"O), onde já sobre o divisor de água da microbacia, o perímetro segue subindo o relevo até o Vértice 172 (c.g.a. lat. 27°10'41"S, long. 48°55'49"O); do Vértice 172, parte em linha reta atravessando dois pequenos vales, entre eles o vale do quarto afluente da margem esquerda do ribeirão Tomáz Coelho, até atingir o Vértice 173 (c.g.a. lat. 27°10'28"S, long. 48°55'58"O), de onde segue em deflexão à esquerda sobre o divisor de água entre as microbacias dos afluentes da margem esquerda, o quarto e quinto afluente, até o Vértice 174 (c.g.a. lat. 27°10'22"S, long. 48°56'12"O); segue em leve deflexão à esquerda, em linha reta e seca, atravessando dois vales dos dois tributários do quinto afluente da margem esquerda do ribeirão Tomáz Coelho, até o Vértice 175 (c.g.a. lat. 27°10'22"S, long. 48°56'34"O), onde atinge um ponto de convergência de três divisores de água, seguindo pelo divisor entre as bacias do quinto e sexto afluentes da margem

esquerda do ribeirão Tomáz Coelho, este último também conhecido como ribeirão do Caçador; segue pelo divisor até o Vértice 176 (c.g.a. lat. 27°10'22"S, long. 48°56'37"O) sobre nova bifurcação; o perímetro segue descendo o vale sobre o divisor de água da esquerda, até o Vértice 177 (c.g.a. lat. 27°10'26"S, long. 48°56'43"O), localizado na confluência entre o ribeirão do Caçador com seu segundo afluente da margem direita, curso de água este, pelo qual sobe até o Vértice 178 (c.g.a. lat. 27°10'28"S, long. 48°56'39"O); o perímetro deflexiona bruscamente à direita seguindo em linha reta e seca, até atravessar o divisor de água entre o afluente e o ribeirão do Caçador, seguindo em linha reta e seca até o Vértice 179 (c.g.a. lat. 27°10'30"S, long. 48°56'42"O) já sobre o curso do ribeirão; em leve deflexão à direita, o perímetro continua em linha reta e seca subindo o vale até atingir um ponto de convergência de três divisores de água no Vértice 180 (c.g.a. lat. 27°10'30"S, long. 48°56'48"O), seguindo pelo divisor entre as bacias do ribeirão do Caçador e seu terceiro afluente da margem esquerda até o Vértice 181 (c.g.a. lat. 27°10'29"S, long. 48°56'49"O); nesse ponto, o perímetro desce o terreno em linha reta até encontrar uma linha de drenagem, vertente do terceiro afluente do ribeirão do Caçador, no Vértice 182 (c.g.a. lat. 27°10'29"S, long. 48°56'52"O); o perímetro segue pela drenagem até o Vértice 183 (c.g.a. lat. 27°10'29"S, long. 48°56'54"O), na confluência com a linha de drenagem que desce até a nascente do terceiro afluente; o perímetro segue em linha reta e seca subindo o vale até o Vértice 184 (c.g.a. lat. 27°10'31"S, long. 48°57'03"O), localizado sobre o divisor de água entre as bacias do ribeirão Tomáz Coelho e do rio do Cedro, mais especificamente, entre as bacias do ribeirão do Caçador e do décimo sétimo afluente da margem direita do Rio do Cedro, respectivamente; o perímetro segue em linha reta e seca, descendo o vale até encontrar o curso do décimo sétimo afluente no Vértice 185 (c.g.a. lat. 27°10'33"S, long. 48°57'10"O), onde deflexiona à direita descendo pelo curso de água até o Vértice 186 (c.g.a. lat. 27°10'31"S, long. 48°57'11"O), na confluência com uma linha de drenagem da margem esquerda do afluente, pela qual o perímetro segue em deflexão à esquerda, subindo o vale, até o fim da drenagem no Vértice 187 (c.g.a. lat. 27°10'37"S, long. 48°57'18"O); o perímetro segue em deflexão à direita, em linha reta e seca, até encontrar o divisor de água no Vértice 188 (c.g.a. lat. 27°10'39"S, long. 48°57'22"O), entre os tributários do décimo sétimo afluente da margem direita do rio do Cedro; sobe pelo relevo sobre o divisor até o Vértice 189 (c.g.a. lat. 27°10'41"S, long. 48°57'24"O), onde segue na bifurcação do divisor pela direita, acompanhando o divisor de água entre as microbacias do décimo sexto e décimo sétimo afluente da margem direita do rio do Cedro, até o Vértice 190 (c.g.a. lat. 27°10'36"S, long. 48°57'30"O); desce o vale do décimo sexto afluente em deflexão à esquerda, em linha reta e seca, até encontrar o curso de água, no Vértice 191 (c.g.a. lat. 27°10'37"S, long. 48°57'32"O), onde continua descendo o décimo sexto afluente até o Vértice 192 (c.g.a. lat. 27°10'39"S, long. 48°57'37"O); desse ponto, o perímetro parte em linha reta e seca, em leve deflexão à esquerda, até o Vértice 193 (c.g.a. lat. 27°10'40"S, long. 48°57'39"O), onde intercepta uma linha de drenagem da margem direita do único curso de água tributário do décimo sexto afluente da margem direita do rio do Cedro, pela qual continua descendo, até o Vértice 194 (c.g.a. lat. 27°10'40"S, long. 48°57'42"O), de onde parte em linha reta e seca, em leve deflexão à esquerda atravessando o divisor de água com a bacia do seu único tributário, até interceptar o curso de água do tributário no Vértice 195 (c.g.a. lat. 27°10'43"S, long. 48°57'44"O); desse ponto, o perímetro sofre leve deflexão à direita, seguindo em linha reta e seca, atravessando o divisor de água, até interceptar o início de uma linha de drenagem da margem direita do ribeirão do Mafra no Vértice 196 (c.g.a. lat. 27°10'43"S, long. 48°57'53"O), o décimo quinto afluente da margem direita do rio do Cedro; o perímetro segue descendo pela linha de drenagem até a sua confluência com o ribeirão do Mafra, no Vértice 197 (c.g.a. lat. 27°10'44"S, long. 48°58'02"O), seguindo em leve deflexão à direita, desce pelo ribeirão até sua foz no rio do Cedro, coincidente ao Vértice 198 (c.g.a. lat. 27°10'39"S,

long. 48°58'10"O); segue o perímetro em deflexão à direita, descendo pelo rio do Cedro até o Vértice 199 (c.g.a. lat. 27°10'36"S, long. 48°58'10"O), na confluência com o décimo quinto afluente da margem esquerda do rio, pelo qual, segue subindo até o Vértice 200 (c.g.a. lat. 27°10'28"S, long. 48°58'17"O); o perímetro deflexiona à direita, e segue em linha reta e seca, subindo o pequeno vale, até o Vértice 201 (c.g.a. lat. 27°10'25"S, long. 48°58'14"O), onde atinge o divisor de água da margem esquerda do rio do Cedro com a bacia do seu décimo sexto afluente, pelo qual segue até a bifurcação do divisor no Vértice 202 (c.g.a. lat. 27°10'21"S, long. 48°58'08"O); em deflexão à esquerda, o perímetro segue do Vértice em linha reta e seca, descendo o vale, até o Vértice 203 (c.g.a. lat. 27°10'17"S, long. 48°58'08"O), localizado sobre o curso de água do único tributário do sexto afluente da margem esquerda do rio do Cedro; desce pelo tributário até o Vértice 204 (c.g.a. lat. 27°10'16"S, long. 48°58'08"O), partindo em linha reta e seca, atravessando o divisor de água entre a bacia do tributário e o sexto afluente, até o Vértice 205 (c.g.a. lat. 27°10'11"S, long. 48°58'08"O), onde encontra o curso de água do décimo sexto afluente, pelo qual segue descendo, até o Vértice 206 (c.g.a. lat. 27°10'11"S, long. 48°58'04"O); desse ponto, segue em linha reta, até o Vértice 207 (c.g.a. lat. 27°10'11"S, long. 48°58'01"O), onde intercepta o divisor de água da microbacia do décimo sexto afluente, por onde sobe o vale em deflexão à esquerda, acompanhando o divisor, até atingir o alto do relevo, no ponto de bifurcação do divisor no Vértice 208 (c.g.a. lat. 27°10'04"S, long. 48°58'02"O), já encontrando a microbacia do décimo sétimo afluente da margem esquerda do Rio do Cedro; o perímetro segue pelo divisor à direita, descendo o vale até o Vértice 209 (c.g.a. lat. 27°10'02"S, long. 48°57'59"O) ainda sobre o divisor de água; desse Vértice, parte em linha reta e seca, continuando a descer o vale, até encontrar o início de uma linha de drenagem da margem esquerda do décimo sétimo afluente do Rio do Cedro, no Vértice 210 (c.g.a. lat. 27°09'59"S, long. 48°57'56"O); o perímetro desce acompanhando a linha de drenagem até interceptar o curso do afluente citado, no Vértice 211 (c.g.a. lat. 27°09'57"S, long. 48°57'55"O), de onde segue em deflexão à direita pelo curso de água, descendo até o Vértice 212 (c.g.a. lat. 27°09'49"S, long. 48°57'45"O); o perímetro prossegue em deflexão à esquerda, em linha reta e seca atravessando o divisor de água da microbacia, até o Vértice 213 (c.g.a. lat. 27°09'47"S, long. 48°57'47"O), localizado na confluência do único tributário do décimo sétimo afluente do rio do Cedro, com uma linha de drenagem da margem esquerda, onde no levantamento se localiza uma lagoa; o perímetro sobe pela linha de drenagem até o seu final no alto do vale no Vértice 214 (c.g.a. lat. 27°09'40"S, long. 48°57'48"O), de onde parte em linha reta, atravessando o divisor de água das microbacias do décimo sétimo e décimo oitavo afluente da margem esquerda do rio do Cedro, até o Vértice 215 (c.g.a. lat. 27°09'39"S, long. 48°57'48"O), no início de uma linha de drenagem da margem esquerda do décimo oitavo afluente, pela qual desce em leve deflexão à esquerda até sua confluência com o afluente no Vértice 216 (c.g.a. lat. 27°09'35"S, long. 48°57'47"O); o perímetro segue então em leve deflexão à direita, descendo pelo décimo oitavo afluente, até o Vértice 217 (c.g.a. lat. 27°09'33"S, long. 48°57'43"O), localizado na confluência com uma linha de drenagem da margem esquerda; segue em deflexão à esquerda, em linha reta e seca, do Vértice 217 até o Vértice 218 (c.g.a. lat. 27°09'24"S, long. 48°57'42"O) na confluência de uma linha de drenagem da margem esquerda do afluente décimo oitavo, com outra linha de drenagem secundária, pela qual o perímetro sobe, em leve deflexão à esquerda, seguindo até o final dela no Vértice 219 (c.g.a. lat. 27°09'21"S, long. 48°57'46"O); o perímetro segue em linha reta e seca com leve deflexão à direita, atravessando o divisor de água entre as bacias do décimo oitavo e décimo nono afluentes da margem esquerda do rio do Cedro, até o Vértice 220 (c.g.a. lat. 27°09'11"S, long. 48°57'45"O) onde encontra a confluência do décimo nono afluente com uma linha de drenagem da sua margem esquerda; volta a seguir em linha reta e seca, subindo o vale até o Vértice 221 (c.g.a. lat. 27°09'07"S, long. 48°57'47"O), onde atinge

o divisor de água entre a bacia do décimo nono afluente e do rio do Cedro, pelo qual o perímetro segue até o Vértice 222 (c.g.a. lat. 27°09'09"S, long. 48°58'01"O), já no divisor de água com a bacia de um afluente da margem direita do rio Itajaí-Mirim; o perímetro segue descendo o terreno em linha reta e seca até o Vértice 223 (c.g.a. lat. 27°09'11"S, long. 48°58'05"O), no início de uma linha de drenagem da margem direita do afluente do Itajaí-Mirim, pela qual desce em deflexão à direita até o Vértice 224 (c.g.a. lat. 27°09'08"S, long. 48°58'08"O), onde atinge as margens de onde no levantamento é uma lagoa; segue em linha reta e seca, até o Vértice 225 (c.g.a. lat. 27°09'06"S, long. 48°58'12"O), na confluência de uma linha de drenagem da margem esquerda do afluente do rio Itajaí-Mirim, coincidente com a margem inferior de uma lagoa existente no levantamento; o perímetro sobe pela linha de drenagem até seu final no Vértice 226 (c.g.a. lat. 27°09'05"S, long. 48°58'18"O); continua em linha reta e seca, atravessando o divisor de água para a bacia de outro afluente a montante da margem direita do rio Itajaí-Mirim, até o Vértice 227 (c.g.a. lat. 27°09'05"S, long. 48°58'24"O) no início de uma linha de drenagem da margem direita do afluente; segue descendo pela linha de drenagem que inicia no Vértice 227, até encontrar o curso do afluente no Vértice 228 (c.g.a. lat. 27°09'03"S, long. 48°58'28"O); segue em deflexão à direita, descendo pelo curso do afluente, até o Vértice 229 (c.g.a. lat. 27°09'09"S, long. 48°58'28"O), onde deflexiona à esquerda, subindo por uma linha de drenagem da margem esquerda do afluente do rio Itajaí-Mirim, até o final dela no Vértice 230 (c.g.a. lat. 27°09'01"S, long. 48°58'33"O); o perímetro segue em linha reta e seca, entre o Vértice 230 e 231 (c.g.a. lat. 27°09'01"S, long. 48°58'36"O), atravessando o divisor de água para a bacia de outro afluente mais a montante da margem direita do rio Itajaí-Mirim, que abastece a E.T.A. do SAMAE de Dom Joaquim; do Vértice 231, localizado no início de uma linha de drenagem da margem direita do afluente, o perímetro segue descendo o vale pela linha de drenagem até o Vértice 232 (c.g.a. lat. 27°08'58"S, long. 48°58'41"O), na confluência com o curso de água, pelo qual segue descendo em deflexão à direita até a sua foz no rio Itajaí-Mirim no Vértice 233 (c.g.a. lat. 27°08'46"S, long. 48°58'38"O), onde encontra novamente o limite municipal, confrontando com o território do município de Guabiruba; o perímetro segue acompanhando o limite municipal em deflexão à direita, descendo pelo rio Itajaí-Mirim, até a foz do ribeirão Werner, na margem esquerda do rio, coincidente ao Vértice 234 (c.g.a. lat. 27°08'36"S, long. 48°58'32"O); sobe pelo ribeirão em deflexão à esquerda, até a foz de um afluente seu da margem esquerda no Vértice 235 (c.g.a. lat. 27°08'06"S, long. 48°58'36"O); o perímetro sobe pelo afluente até sua nascente no Vértice 236 (c.g.a. lat. 27°07'15"S, long. 48°58'37"W), no ponto de cota altimétrica 358 m, no morro Voss; segue pelo divisor de águas entre os afluentes da margem direita do rio Aimoré ou Guabiruba do Norte, no município de Guabiruba, e afluentes da margem esquerda do rio Itajaí-Mirim, em Brusque, até encontrar o Vértice 237 (c.g.a. lat. 27°06'23"S, long. 48°57'18"W), de cota altimétrica 215 m; o perímetro segue por linha reta e seca até o Vértice 238 (c.g.a. lat. 27°05'48"S, long. 48°57'W) no rio Aimoré ou Guabiruba do Norte, na foz do ribeirão Orthmann; ribeirão este, pelo qual, sobe até sua nascente no Vértice 239 (c.g.a. lat. 27°05'02"S, long. 48°56'47"W), no ponto de cota altimétrica 196 m; segue pelo divisor de águas entre o ribeirão Holstein, no município vizinho, e Peterstrasse, no território brusquense, até o Vértice 240 (c.g.a. lat. 27°03'33"S, long. 48°56'05"W) onde o perímetro atinge a bacia do segundo afluente da margem direita do ribeirão Peterstrasse, e deflexiona à direita, deixando de acompanhar o limite municipal, para descer o vale sobre o divisor de água da microbacia, até a confluência do ribeirão com o afluente no Vértice 241 (c.g.a. lat. 27°03'36"S, long. 48°55'57"W); o perímetro segue em leve deflexão à direita subindo o vale pelo divisor de água até a bifurcação do divisor, no Vértice 242 (c.g.a. lat. 27°03'39"S, long. 48°55'55"W), onde segue o divisor à esquerda, entre o primeiro e segundo afluentes da margem esquerda do ribeirão Peterstrasse, até o Vértice 243 (c.g.a. lat. 27°03'28"S, long. 48°55'38"W); na sequência,

dessa bifurcação do divisor de águas, o perímetro desce o relevo pelo divisor da direita, para atravessar o vale do segundo afluente do ribeirão Peterstrasse, seguindo até o fundo do vale na confluência dos dois tributários que originam o afluente no Vértice 244 (c.g.a. lat. 27°03'26"S, long. 48°55'29"W), onde segue pelo divisor à direita, subindo o vale até o Vértice 245 (c.g.a. lat. 27°03'35"S, long. 48°55'18"W) onde atinge o divisor de água da bacia do ribeirão da Bateia; nesse ponto de bifurcação do divisor de águas, o perímetro deflexiona bruscamente seguindo pelo divisor à esquerda, entre as bacias do ribeirão Peterstrasse e dos afluentes da margem direita do ribeirão da Bateia, até o Vértice 246 (c.g.a. lat. 27°03'24"S, long. 48°55'08"W), onde o perímetro deflexiona à esquerda, descendo o vale em linha reta e seca até o encontrar o quarto afluente da margem direita do ribeirão da Bateia no Vértice 247 (c.g.a. lat. 27°03'22"S, long. 48°55'06"W); segue em deflexão à direita, descendo pelo afluente até o Vértice 248 (c.g.a. lat. 27°03'23"S, long. 48°55'02"W), sobre o curso de água, de onde o perímetro parte em linha reta e seca, subindo o vale até encontrar o divisor de água da microbacia do quarto afluente no Vértice 249 (c.g.a. lat. 27°03'21"S, long. 48°54'57"W); segue subindo pelo divisor de águas em leve deflexão à esquerda até a bifurcação do divisor no Vértice 250 (c.g.a. lat. 27°03'17"S, long. 48°54'56"W); nesse ponto, deflexiona à direita, descendo o relevo em linha reta e seca, até o início de uma linha de drenagem da margem direita do tributário do quarto afluente da margem direita do ribeirão da Bateia, no Vértice 251 (c.g.a. lat. 27°03'16"S, long. 48°54'53"W), de onde desce pela drenagem até a confluência com o curso do tributário no Vértice 252 (c.g.a. lat. 27°03'14"S, long. 48°54'47"W); o perímetro segue em linha reta e seca, atravessando o divisor de água entre as microbacias dos tributários do quarto afluente, até o Vértice 253 (c.g.a. lat. 27°03'07"S, long. 48°54'49"W), coincidente a confluência de uma linha de drenagem da margem direita do tributário do afluente, seguindo a partir desse ponto, por sobre o curso do tributário, até outra confluência com uma linha de drenagem da margem esquerda, a montante, coincidente ao Vértice 254 (c.g.a. lat. 27°03'02"S, long. 48°54'52"W); o perímetro segue desse ponto, em deflexão à direita em linha reta e seca até o Vértice 255 (c.g.a. lat. 27°02'59"S, long. 48°54'45"W), onde encontra o início de uma linha de drenagem da bacia do ribeirão Schleswig, pela qual segue descendo o vale em leve deflexão à esquerda até o Vértice 256 (c.g.a. lat. 27°02'56"S, long. 48°54'41"W), no final da linha de drenagem, onde o levantamento indica haver uma lagoa; partindo em deflexão à esquerda do Vértice 256, o perímetro segue em linha reta e seca até encontrar o curso do ribeirão Schleswig no Vértice 257 (c.g.a. lat. 27°02'52"S, long. 48°54'41"W), continuando em leve deflexão à esquerda, subindo pelo curso do afluente até o Vértice 258 (c.g.a. lat. 27°02'50"S, long. 48°54'42"W), na confluência com uma linha de drenagem da margem direita do ribeirão; o perímetro deflexiona à direita seguindo em linha reta e seca até interceptar o divisor de águas entre a bacia do ribeirão Schleswig e do rio Bateia, no Vértice 259 (c.g.a. lat. 27°02'49"S, long. 48°54'39"W), onde deflexiona à esquerda seguindo sobre o divisor de água, subindo o relevo até o Vértice 260 (c.g.a. lat. 27°02'34"S, long. 48°54'38"W), onde o divisor bifurca, e o perímetro desce pelo divisor à direita, descendo até o fundo do vale do ribeirão da Bateia, passando pelo Vértice 261 (c.g.a. lat. 27°02'36"S, long. 48°54'22"W) na confluência do ribeirão com o terceiro afluente da margem esquerda, de onde segue subindo pelo divisor, até sua bifurcação no Vértice 262 (c.g.a. lat. 27°02'33"S, long. 48°54'12"W), de onde segue pelo divisor de águas da direita, entre a bacia do ribeirão da Bateia e a bacia do próximo afluente a jusante na margem esquerda do rio Itajaí-Mirim; no Vértice 263 (c.g.a. lat. 27°02'38"S, long. 48°54'06"W), o divisor bifurca novamente, e o perímetro segue para atravessar o vale do próximo afluente do Itajaí-Mirim, pelo divisor à esquerda, por onde desce o relevo por sobre o divisor da microbacia, até o Vértice 264 (c.g.a. lat. 27°02'36"S, long. 48°53'56"W), onde passa a seguir em leve deflexão à esquerda por sobre uma linha de drenagem da margem direita do afluente do Itajaí-Mirim, seguindo até o Vértice 265 (c.g.a.

lat. 27°02'34"S, long. 48°53'52"W), já na confluência com o curso do afluente, pelo qual desce, em leve deflexão à direita, até o Vértice 266 (c.g.a. lat. 27°02'35"S, long. 48°53'48"W); nesse ponto o perímetro deflexiona à esquerda, em linha reta e seca, subindo o relevo até o divisor de água no Vértice 267 (c.g.a. lat. 27°02'32"S, long. 48°53'45"W); o perímetro segue pelo divisor de água da bacia, subindo pelo relevo, paralelo ao curso de água do afluente do Itajaí-Mirim, até o Vértice 268 (c.g.a. lat. 27°02'11"S, long. 48°53'45"W), onde o divisor atinge a bacia de outro afluente do Itajaí-Mirim, localizado mais a jusante do anterior, na margem esquerda do rio, o qual também, abastece a E.T.A. da Volta Grande do SAMAE; nesse Vértice, o divisor bifurca, e o perímetro segue à direita, descendo o divisor de água da bacia, paralelo ao afluente, até o Vértice 269 (c.g.a. lat. 27°02'19"S, long. 48°53'21"W), onde na bifurcação do divisor, segue pela esquerda, descendo o vale sobre o divisor de água até encontrar na confluência de um tributário do curso de água, no Vértice 270 (c.g.a. lat. 27°02'04"S, long. 48°53'16"W); o perímetro segue em deflexão à esquerda, e volta a subir pelo divisor da microbacia do afluente, até o Vértice 271 (c.g.a. lat. 27°01'48"S, long. 48°53'44"W), em nova bifurcação do divisor de água já confrontando com a bacia do ribeirão dos Souzas, afluente a jusante do anterior, também na margem esquerda do Itajaí-Mirim; nesse ponto, o perímetro sofre brusca deflexão à direita, e volta a descer o relevo pelo divisor de água da bacia do ribeirão dos Souzas, até o Vértice 272 (c.g.a. lat. 27°01'30"S, long. 48°53'25"W), onde segue em linha reta e seca até o próximo Vértice 273 (c.g.a. lat. 27°01'30"S, long. 48°53'22"W), já no início de uma linha de drenagem da margem direita do segundo afluente da margem direita do ribeirão dos Souzas, pela qual desce até a confluência com o curso de água no Vértice 274 (c.g.a. lat. 27°01'21"S, long. 48°53'23"W); o perímetro segue descendo por sobre o curso do afluente até o Vértice 275 (c.g.a. lat. 27°01'21"S, long. 48°53'21"W) na confluência de outra linha de drenagem da margem esquerda do afluente, pela qual o perímetro sobe, até a drenagem bifurcar no Vértice 276 (c.g.a. lat. 27°01'19"S, long. 48°53'23"W), a partir de onde o perímetro continua pela direita, subindo pelo terreno até o final da drenagem no Vértice 277 (c.g.a. lat. 27°01'16"S, long. 48°53'23"W); segue do Vértice anterior atravessando em linha reta e seca o divisor de água entre os tributários do segundo afluente da margem direita do ribeirão dos Souzas, até o Vértice 278 (c.g.a. lat. 27°01'15"S, long. 48°53'25"W), no início de uma linha de drenagem que desce o pequeno vale até encontrar o tributário do segundo afluente no Vértice 279 (c.g.a. lat. 27°01'10"S, long. 48°53'24"W), sobre o qual consta no levantamento uma lagoa; o perímetro segue acompanhando o curso imerso do tributário até o Vértice 280 (c.g.a. lat. 27°01'09"S, long. 48°53'23"W), na confluência de outra linha de drenagem da margem esquerda oposta do tributário, pela qual sobe até o seu final no alto do vale no Vértice 281 (c.g.a. lat. 27°01'04"S, long. 48°53'24"W); desse ponto, o perímetro atravessa o divisor de água entre as bacias do segundo afluente e do ribeirão dos Souzas, entre os Vértices 281 e 282 (c.g.a. lat. 27°01'03"S, long. 48°53'24"W), onde encontra o início de uma linha de drenagem da margem direita do ribeirão dos Souzas, pela qual desce até a confluência com o ribeirão no Vértice 283 (c.g.a. lat. 27°01'1'S, long. 48°53'24"W); continua em deflexão à esquerda, subindo pelo ribeirão dos Souzas, até o Vértice 284 (c.g.a. lat. 27°01'1'S, long. 48°53'26"W), na confluência de uma linha de drenagem da margem esquerda, pela qual segue em deflexão à direita, atravessando a formação de uma lagoa que consta no levantamento, até uma bifurcação da drenagem no Vértice 285 (c.g.a. lat. 27°58"S, long. 48°53'29"W), de onde segue pela drenagem à direita até o seu final no Vértice 286 (c.g.a. lat. 27°56"S, long. 48°53'27"W); o perímetro segue desse Vértice subindo o vale em linha reta e seca, até o Vértice 287 (c.g.a. lat. 27°51"S, long. 48°53'24"W), onde intercepta uma linha de drenagem da margem esquerda do ribeirão dos Souzas, pela qual segue em deflexão à esquerda, subindo o vale, até uma bifurcação no Vértice 288 (c.g.a. lat. 27°46"S, long. 48°53'27"W), de onde segue pela direita, até o final da linha de drenagem no alto do

relevo, no Vértice 289 (c.g.a. lat. 27°44"S, long. 48°53'26"W); nesse ponto, o perímetro atinge e segue pelo divisor de água entre as bacias do ribeirão dos Souzas e dos Reis, descendo pelo relevo até o Vértice 290 (c.g.a. lat. 27°44"S, long. 48°53'15"W), onde intercepta uma linha de drenagem pela qual desce o relevo em deflexão à esquerda, até uma bifurcação da drenagem no Vértice 291 (c.g.a. lat. 27°38"S, long. 48°53'11"W) no fundo do vale; deflexiona bruscamente à esquerda, voltando a subir o relevo pela linha de drenagem oposta, passando duas bifurcações seguidas, nas quais segue sempre pela direita, até o final da drenagem no Vértice 292 (c.g.a. lat. 27°30"S, long. 48°53'22"W), no alto do morro Barracão, nas imediações das cabeceiras do ribeirão dos Reis; o perímetro deflexiona à direita no Vértice 292, seguindo em linha reta e seca, até encontrar o divisor de águas e o limite municipal com o município de Gaspar, no Vértice 293 (c.g.a. lat. 27°23"S, long. 48°53'20"W); desse ponto o perímetro segue coincidente ao limite municipal, acompanhando o divisor de água entre as bacias dos ribeirões Bateia Segundo e Campinas, do lado do município vizinho, e ribeirão dos Reis, no lado brusquense, contornando todo o extremo norte do território municipal, até retornar ao Vértice 01, na nascente do rio Negro, Marco de Divisa - M.D. nº 1.012 (coordenada geográfica aproximada - c.g.a. lat. 27°00'10"S, long. 48°51'58"W), ponto de partida desta descrição.

Art. 3º Esta Lei Complementar entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário, em especial a Lei Ordinária nº 2.609, de 31 de outubro de 1990.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 30 de setembro de 2015.

ROBERTO PEDRO PRUDÊNCIO NETO

Prefeito Municipal

DANILO VISCONTI

Procurador-Geral do Município

Registre-se e publique-se no Diário Oficial dos Municípios - DOM/SC.

EVANDRO CARNEIRO FLORA

Chefe de Gabinete

LEI COMPLEMENTAR Nº 240, DE 30 DE SETEMBRO DE 2015

LEI COMPLEMENTAR nº 240, DE 30 DE SETEMBRO DE 2015.

Institui e delimita a Zona de Urbanização Específica do Cedro Grande.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BRUSQUE:

Faço saber que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte Lei Complementar:

Art. 1º Fica instituída a Zona de Urbanização Específica do Cedro Grande.

Art. 2º Constitui a Zona de Urbanização Específica do Cedro Grande uma faixa de terras de 100 m para ambos os lados, a partir do eixo das Ruas Otaviano Rosa, João Victorino Mafra, José Dada e Baptista Silva

Art. 3º A Zona de Urbanização Específica do Cedro Grande visa a regularização de núcleos urbanos em áreas rurais consolidadas ou não, com usos e parâmetros urbanísticos especiais relacionados no Anexo I desta Lei.

Art. 4º Sobre a Zona de Urbanização Específica do Cedro Grande não será permitido projeto de parcelamento do solo no formato de loteamento.

Art. 5º Sobre a Zona de Urbanização Específica do Cedro Grande poderá ser elaborado unicamente projeto de condomínio fechado, para fins residenciais unifamiliares e de lazer, contendo ou não área interna destinada a comércio específico para atendimento das necessidades do empreendimento, obedecida a legislação vigente e ainda as seguintes determinações:

I – o condomínio destina-se exclusivamente a fins residenciais unifamiliares, com uma única residência por unidade autônoma;

II – o perímetro do condomínio deverá ser totalmente cercado com muro ou cerca, e com portaria de acesso controlado;

III – o condomínio deverá contar com os seguintes elementos de infraestrutura urbana:

a) sistema autônomo de captação, tratamento, reserva e distribuição de água potável, mediante aprovação do órgão competente pelo sistema municipal de abastecimento de água;

b) sistema autônomo de coleta e tratamento de esgoto;

c) sistema de captação de águas pluviais com dispositivo dissipador de energia hídrica no ponto de descarga junto ao ponto receptor;

d) pavimentação asfáltica ou blocos de concreto intertravado nas vias internas de circulação;

e) rede compacta de distribuição de energia elétrica e iluminação viária.

IV – serão implantadas áreas de uso comum destinadas exclusivamente à recreação e à prática de esportes;

V- as unidades autônomas edificáveis no condomínio terão testada mínima de 15,00 m (quinze metros) e área mínima de 450,00 m² (quatrocentos e cinquenta metros quadrados);

VI – os parâmetros urbanísticos para ocupação do solo nas unidades autônomas do condomínio são os que seguem:

a) coeficiente máximo de aproveitamento de 1,0 (um inteiro);

b) altura máxima da edificação de 2 (dois) pavimentos, não considerando sótão;

c) taxa de ocupação máxima de 70% (setenta por cento);

d) recuo frontal de 3,00 m (três metros);

e) recuo das divisas laterais de 1,50 m (um metro e cinquenta centímetros), quando possuir aberturas para a unidade autônoma vizinha e sem recuo quando sem abertura para a unidade autônoma vizinha;

f) índice de permeabilidade = 15%.

V - o projeto de condomínio fechado deverá ter área de reserva florestal legal e contígua, localizada no próprio imóvel, com percentual de 20% da área total do empreendimento, com cobertura florestal averbada como área de preservação permanente, ficando dispensado o disposto no art. 7º da Lei Complementar 138/2008; VI – serão preservadas as áreas de mata nativa existentes, as quais farão parte da reserva florestal de que trata o inciso anterior; VII – qualquer reflorestamento só poderá ser feito utilizando árvores nativas da região.

§ 1º A coleta de resíduos sólidos domiciliar será de estrita responsabilidade dos moradores do condomínio, que as encaminharão para lixeiras específicas do condomínio em local de fácil acesso a rede pública de coleta de resíduos.

§ 2º A conservação das vias internas do condomínio, correrá por conta exclusiva dos condôminos, sendo vedada à municipalidade efetuar qualquer obra de infraestrutura na área interna do condomínio.

§ 3º A aprovação do projeto obedecerá às demais determinações do Código de Parcelamento do Solo, Lei Complementar 138/2008 e às determinações da legislação ambiental, sanitária e urbanística que forem estipuladas pelos órgãos municipais, estaduais e federais existentes, respeitado o princípio da legalidade.

Art. 6º Esta Lei Complementar entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 30 de setembro de 2015.

ROBERTO PEDRO PRUDÊNCIO NETO

Prefeito Municipal

DANILO VISCONTI

Procurador-Geral do Município

Registre-se e publique-se no Diário Oficial dos Municípios - DOM/SC.

EVANDRO CARNEIRO FLORA

Chefe de Gabinete

LEI COMPLEMENTAR Nº 241, DE 30 DE SETEMBRO DE 2015

LEI COMPLEMENTAR nº 241, DE 30 DE SETEMBRO DE 2015.

Dispõe sobre as posturas, organização e compartilhamento de infraestrutura pelos agentes que exploram os serviços de energia elétrica e de telecomunicações, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BRUSQUE:

Faço saber que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte Lei Complementar:

Art. 1º A concessão, permissão ou autorização de serviço de distribuição de energia elétrica ou de serviço telecomunicações não isenta a prestadora do atendimento às normas de engenharia, às leis municipais e outras exigências legais pertinentes à construção civil e à instalação de cabos e equipamentos em logradouros públicos.

Parágrafo único. Caberá à prestadora quando da instalação observar as posturas municipais e outras exigências legais pertinentes, quanto a edificações, torres e antenas, bem como a instalação de linhas físicas em logradouros públicos.

Art. 2º Para os fins desta Lei, considera-se:

I – Infraestrutura: são as servidões administrativas, dutos, condutos, postes e torres, de propriedade, utilizados ou controlados, direta ou indiretamente, pelos agentes que exploram os serviços públicos de energia elétrica, os serviços de telecomunicações de interesse coletivo, bem como cabos metálicos, coaxiais e fibras ópticas não ativados;

II – Detentor: agente que detém, administra ou controla, direta ou indiretamente, uma infraestrutura;

III – Ocupante: agente detentor de concessão, autorização ou permissão para explorar serviços públicos, de interesse coletivo ou restrito, que utiliza a infraestrutura do Detentor mediante contrato celebrado entre as partes;

IV - Ponto de Fixação: ponto de instalação do suporte de sustentação mecânica de cabo do Ocupante dentro da faixa de ocupação destinada ao compartilhamento, no poste do Detentor.

Art. 3º Ficam os Detentores e Ocupantes de concessão, permissão ou autorização de serviço de distribuição de energia elétrica ou de serviço telecomunicações obrigados a:

I - Realizar o alinhamento e retirada dos fios que estiverem fora de operação nos postes;

II - Fazer a manutenção, conservação, remoção, substituição de postes, de concreto ou de madeira, que encontrem-se em estado precário, tortos, inclinados ou em desuso.

§ 1º Os gastos incorridos no cumprimento deste artigo não gerarão qualquer ônus para a administração pública municipal.

§ 2º Cabe ao Detentor centralizar os procedimentos para a execução dos serviços e negociação com os Ocupantes, bem como os de cobrança das modificações e adequações que se fizerem necessárias.

Art. 4º A ocupação do poste deverá ser feita de forma ordenada e uniforme, de modo que a instalação de um Ocupante não utilize pontos de fixação e nem invada a área destinada a outros, bem

como o espaço de uso exclusivo da iluminação pública.

Art. 5º Os cabos das ocupantes devem ter identificação legível, por meio de plaqueta de material não metálico resistente às intempéries, contendo a descrição do tipo de cabo, contato para emergência vinte e quatro horas, nome do ocupante, que deve ser fixada, no cabo, a uma distância de 20 a 60 cm do ponto de fixação em todos os vãos por onde passar.

Parágrafo único. O descumprimento a este artigo acarretará na retirada do respectivo cabo independentemente de prévia comunicação sem prejuízo das sanções previstas no Art. 12.

Art. 6º As distâncias mínimas entre os condutores da rede de distribuição de energia elétrica não isolada e os da rede dos serviços de telecomunicações, nas condições mais desfavoráveis serão as seguintes:

I - tensão máxima de até 1000 (mil) volts, 60 (sessenta) centímetros;

II - tensão máxima acima de 1000 (mil) volts até 15.000 (quinze mil) volts, 150 (cento e cinquenta) centímetros;

III - tensão máxima acima de 15.000 (quinze mil) volts até 35.000 (trinta e cinco mil) volts, 180 (cento e oitenta) centímetros.

Art. 7º As distâncias mínimas entre o cabeamento aéreo e a base da via, nas condições mais desfavoráveis, serão as seguintes:

I - Sobre locais acessíveis, exclusivamente, a pedestres: 3,0 (três) metros;

II - Sobre entradas de prédios e demais locais de uso restrito a veículos: 4,5 (quatro e cinco décimos) metros;

III - Sobre locais onde haja tráfego normal de pedestres, passagem particular de veículos e travessias sobre estradas particulares na área rural: 4,5 (quatro e cinco décimos) metros;

IV - Sobre ruas e avenidas: 5,0 (cinco) metros;

V - Sobre locais acessíveis a máquinas e equipamentos agrícolas na área rural: 6,0 (seis) metros.

Parágrafo único. Nos casos em que a altura do ponto de fixação não atenda às necessidades e não houver a possibilidade técnica de substituição do poste existente, deverá optar por instalações alternativas como travessias subterrâneas a fim de atender as condições de segurança da via.

Art. 8º Não é permitido o cruzamento de cabos ou fios em diagonal sobre os entroncamentos de vias públicas.

Art. 9º Nas ruas arborizadas e perto de sacadas, os fios condutores de energia elétrica, telefônicos e demais ocupantes dos postes, deverão ser estendidos a uma distância segura das árvores e sacadas, ou convenientemente isolados.

Art. 10. As redes e equipamentos de telecomunicação devem possuir aterramentos e proteções, para que contatos acidentais dos condutores de energia elétrica não transfiram tensão para as instalações dos usuários.

Parágrafo único. Os cabos de descida dos aterramentos devem ser protegidos com eletroduto de material resistente de forma a impedir quaisquer danos aos mesmos.

Art. 11. A partir do registro da solicitação pelo cliente ou da notificação pela Prefeitura, os Detentores e Ocupantes terão os seguintes prazos:

I – De imediato para a desobstrução das vias e manutenção da segurança;

II – 24 (vinte e quatro) horas para reestabelecer o serviço;

III - 72 (setenta e duas) horas para adequação das instalações e equipamentos e remoção dos materiais em desuso.

Art. 12. Sem prejuízo das demais sanções, o descumprimento de qualquer dispositivo da presente Lei acarretará multa, no valor de R\$2.000,00 (dois mil reais) e, em caso de reincidência no mesmo local a multa será aplicada em dobro.

§ 1º Nos casos de impossibilidade da imputação da pena ao Ocupante, respondem solidariamente com este o Detentor.

§ 2º Os valores das multas constantes nesta Lei serão corrigidos anualmente índice utilizado para a atualização dos tributos municipais.

Art. 13. O Prefeito Municipal, por meio de decreto poderá regulamentar o processo de fiscalização, a notificação, a aplicação das

penalidades e demais procedimentos necessários a fiel execução desta lei.

Parágrafo único. Após a regulamentação, os Detentores e Ocupantes terão o prazo de 30 (trinta) dias para adequarem-se às exigências.

Art. 14. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 30 de setembro de 2015.

ROBERTO PEDRO PRUDÊNCIO NETO

Prefeito Municipal

DANILO VISCONTI

Procurador-Geral do Município

Registre-se e publique-se no Diário Oficial dos Municípios - DOM/SC.

EVANDRO CARNEIRO FLORA

Chefe de Gabinete

LEI Nº 3.914, DE 30 DE SETEMBRO DE 2015

LEI nº 3.914, DE 30 DE SETEMBRO DE 2015.

Altera a redação do art. 2º da Lei nº 2.477 de 22 de dezembro de 2000, que denomina a via pública Rua Benno Hodecker e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BRUSQUE:

Faço saber que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte LEI:

Art. 1º O art. 2º da Lei nº 2.477 de 22 de dezembro de 2000, passa vigorar com a seguinte redação:

“Art. 2º A artéria a ser denominada possui uma extensão de 312,00 metros, tendo a pista largura de 7,00 metros e passeios de 1,50 metros para cada lado.”

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 30 de setembro de 2015.

ROBERTO PEDRO PRUDÊNCIO NETO

Prefeito Municipal

DANILO VISCONTI

Procurador-Geral do Município

Registre-se e publique-se no Diário Oficial dos Municípios - DOM/SC.

EVANDRO CARNEIRO FLORA

Chefe de Gabinete

LEI Nº 3.915, DE 30 DE SETEMBRO DE 2015

LEI nº 3.915, DE 30 DE SETEMBRO DE 2015.

Denomina Via Pública.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BRUSQUE:

Faço saber que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte LEI:

Art. 1º Fica denominada RUA ORQUÍDEAS, a Via identificada como Rua D e A do loteamento Lagoa Dourada, transversal da Rua Carlos Antônio Campos de Souza, Bairro Águas Claras, localizada a 175,00 metros sentido bairro/centro, antes da Rua Flor de Lis.

Parágrafo único. A artéria denominada neste artigo possui uma extensão de 290,00 metros, tendo a pista largura de 8,00 metros e

passeios de 2,00 metros para ambos os lados.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 30 de setembro de 2015.

ROBERTO PEDRO PRUDÊNCIO NETO

Prefeito Municipal

DANILO VISCONTI

Procurador-Geral do Município

Registre-se e publique-se no Diário Oficial dos Municípios - DOM/SC.

EVANDRO CARNEIRO FLORA

Chefe de Gabinete

LEI Nº 3.916, DE 30 DE SETEMBRO DE 2015

LEI nº 3.916, DE 30 DE SETEMBRO DE 2015.

Autoriza o Município de Brusque a repassar verba do FUMMPOM à Polícia Militar do Estado de Santa Catarina – PMSC, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BRUSQUE:

Faço saber que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte LEI:

Art. 1º Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a repassar à Polícia Militar do Estado de Santa Catarina - PMSC, verba específica para a aquisição de equipamento permanente.

Art. 2º O repasse será feito em parcela única, no valor de R\$ 19.295,05 (dezenove mil, duzentos e noventa e cinco reais e cinco centavos), que deverá ser aplicado na aquisição de:

– 2 (duas) unidades de carabina Tática Taurus, calibre .40, modelo CTT40C, e acessórios;

– 3 (três) kits do Dispositivo Elétrico Incapacitante SPARK, com acessórios (cartucho de lançamento de dardos energizados 6m, porta cartucho em nylon com capacidade para duas munições, data kit e pen drive).

Art. 3º A PMSC deverá, no prazo de 60 (sessenta) dias, contados do efetivo repasse, prestar contas ao Município relativamente à utilização do valor, bem como comprovar a disponibilização das armas ao Batalhão da PMSC em Brusque, sob pena de ser obrigada a efetuar a devolução do valor, devidamente corrigido.

Art. 4º As despesas decorrentes da presente lei correrão por conta de dotação do orçamento vigente.

Art. 5º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 6º Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 30 de setembro de 2015.

ROBERTO PEDRO PRUDÊNCIO NETO

Prefeito Municipal

DANILO VISCONTI

Procurador-Geral do Município

Registre-se e publique-se no Diário Oficial dos Municípios - DOM/SC.

EVANDRO CARNEIRO FLORA

Chefe de Gabinete

LEI Nº 3.917, DE 30 DE SETEMBRO DE 2015

LEI nº 3.917, DE 30 DE SETEMBRO DE 2015.

Denomina Via Pública.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BRUSQUE:

Faço saber que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte LEI:

Art. 1º Fica denominada RUA EGON VERWIEBE, a via identificada como Rua ZT-004, transversal da Rua Lindorio Scalvim, Bairro Zantão, localizada no cruzamento das Ruas Lindorio Scalvim e ZT-002.

Parágrafo único. A artéria denominada neste artigo possui uma extensão de 120 metros, tendo a pista largura de 6,00 metros e passeios de 1,50 metro para ambos os lados.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 30 de setembro de 2015.

ROBERTO PEDRO PRUDÊNCIO NETO

Prefeito Municipal

DANILO VISCONTI

Procurador-Geral do Município

Registre-se e publique-se no Diário Oficial dos Municípios - DOM/SC.

EVANDRO CARNEIRO FLORA

Chefe de Gabinete

PORTARIA Nº 2302/2015

PORTARIA Nº 2302/2015

O Secretário de Orçamento e Gestão de Brusque, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com o art. 111, § 1º da Lei Orgânica de Brusque c/c o Decreto nº 7.056/2013,

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder Licença por motivo de doença em Pessoa da Família, nos termos do art. 135 da Lei nº 147/2009, ao servidor Sr. SANTINHO FRANCISCO DA COSTA, matrícula nº 16462-04, nomeado por Concurso Público para o provimento do cargo efetivo de Agente Serviços Especiais, lotado na Secretaria de Obras e Serviços Públicos, por 60 dias, no período compreendido entre 09/09/2015 à 07/11/2015.

Parágrafo Único - A Licença de que trata este artigo, será concedida, no que concerne ao vencimento do servidor, nos termos do parágrafo único do art. 135 da Lei Complementar nº 147/2009.

Art. 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 09 de setembro de 2015.

Cristiano Bittencourt

Secretário de Orçamento e Gestão

Joel Cesar Schwamberger

Diretor de Recursos Humanos

PORTARIA Nº 10.264, DE 21 DE AGOSTO DE 2015

PORTARIA nº 10.264, DE 21 DE AGOSTO DE 2015.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BRUSQUE, no uso de suas atribuições e de acordo com o inciso II, alínea a do artigo 111 da Lei Orgânica do Município, c/c a Lei Complementar nº 143/09 e alterações, Anexo I-E

RESOLVE:

Art. 1º Nomear Alisson Merlo para ocupar o cargo de provimento em comissão, Símbolo CC-VI, como Chefe Operacional, lotado na Secretaria de Educação/CMID, fixando-lhe os vencimentos mensais estabelecidos na Lei Complementar nº 143/2009 – Anexo I-E, reajustados pelas Leis nºs 3.317/10, 3.377/11, 3.458/12, 3.586/13, 3.703/14 e 3.857/15.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 06 de agosto de 2015.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 21 de agosto de 2015.

ROBERTO PEDRO PRUDÊNCIO NETO

Prefeito Municipal

DANILO VISCONTI

Procurador Geral do Município

Registre-se e publique-se no Diário Oficial dos Municípios – DOM/SC.

EVANDRO CARNEIRO FLORA

Chefe de Gabinete

PORTARIA Nº 10.314, DE 25 DE SETEMBRO DE 2015

PORTARIA nº 10.314, DE 25 DE SETEMBRO DE 2015.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BRUSQUE, no uso de suas atribuições e de acordo com o inciso II, alínea a do artigo 111 da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º Exonerar Ivo José Riffel do cargo de Assistente de Administração, matrícula 3638, lotado na Secretaria de Orçamento e Gestão, do quadro de cargos de provimento efetivo da Administração Pública Municipal.

Art. 2º Declarar a vacância, nos termos do inciso IV do art. 41 da Lei Complementar Municipal nº 147/09.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 01 de setembro de 2015.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 25 de setembro de 2015.

ROBERTO PEDRO PRUDÊNCIO NETO

Prefeito Municipal

DANILO VISCONTI

Procurador-Geral do Município

Registre-se e publique-se no Diário Oficial dos Municípios – DOM/SC.

EVANDRO CARNEIRO FLORA

Chefe de Gabinete

PORTARIA Nº 10.325, DE 01 DE OUTUBRO DE 2015

PORTARIA nº 10.325, DE 01 DE OUTUBRO DE 2015.

Exonera servidor comissionado.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BRUSQUE, no uso de suas atribuições e de acordo com o inciso II do art. 111 da Lei Orgânica Municipal, c/c a Lei Complementar nº 144/09 e alterações,

RESOLVE:

Art. 1º Exonerar Rubio Silva Steingraber, matrícula nº 4250842, do cargo em comissão, Padrão CC-IV, Diretor, lotado no Instituto Brusquense de Planejamento – IBPLAN.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 01 de outubro de 2015.

ROBERTO PEDRO PRUDÊNCIO NETO

Prefeito Municipal

DANILO VISCONTI

Procurador-Geral do Município

Registre-se e publique-se no Diário Oficial dos Municípios – DOM/SC.

EVANDRO CARNEIRO FLORA

Chefe de Gabinete

PORTARIA Nº 2516/2015

PORTARIA Nº 2516/2015

O Secretário de Orçamento e Gestão, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com o art. 111, § 1º da Lei Orgânica de Brusque c/c o Decreto nº 7.056/2013,

RESOLVE:

Art. 1º -Suspender do Estágio Probatório o servidor Sr. EVERTON DALMOLIN, matrícula nº 700983-01, ocupante do cargo de provimento efetivo de Agente Administrativo, lotado na Secretaria de Defesa do Cidadão, para tratamento de saúde na modalidade auxílio-doença, em decorrência do atestado do dia 24/09/2015 de 15 (quinze) dias, ficando suspenso a contar de 09/10/2015.

Parágrafo Único - A suspensão do Estágio Probatório do artigo supracitado será observada nos termos do art. 26,§ 5º, alínea c, item 1, da Lei Complementar nº 147, de 25 de setembro de 2009.

Art. 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 09 de outubro de 2015.

Cristiano Bittencourt

Secretário Municipal de Orçamento e Gestão

Joel Cesar Schwamberger

Diretor de Recursos Humanos

Caçador

PREFEITURA

DECRETO Nº 6.563

DECRETO Nº 6.563, de 25 de setembro de 2015.
Aprova desmembramento de terreno urbano.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, usando das suas atribuições legais, nos termos da Lei Federal nº 6.766/79, Lei Estadual nº 6.063/82, Lei Complementar nº 128/2008 – Lei de Parcelamento do Solo Urbano e suas alterações,

DECRETA:

Art. 1º Fica aprovado o desmembramento de um terreno urbano com área total de 869,84m² (oitocentos e sessenta e nove metros e oitenta e quatro decímetros quadrados), objeto da matrícula nº 17670, do Registro de Imóveis desta Comarca, localizado nas Ruas Manoel Francio e Daniel Langaro, nesta cidade, de propriedade de Valter Thibes Pereira e Dione Balvedi Medeiros, ficando após o desmembramento constituído de 02 (duas) glebas, com as seguintes medidas e confrontações, tudo de conformidade com o mapa e o memorial descritivo, que ficam fazendo parte integrante do presente Decreto:

I – gleba "A" com 420,09m² (quatrocentos e vinte metros e nove decímetros quadrados), iniciando no marco denominado 'P6'; segue confrontando com Rua Manoel Francio com a distância de 17,03 m até o marco 'P7'; segue confrontando com Valter Thibes Pereira e Dione Balvedi Medeiros (Gleba B) com a distância de 25,61 m até o marco 'P4'; segue confrontando com Luiz Antonio Palladini e Nadia Daou Palladini (Matrícula - 6581) com a distância de 14,59 m até o marco 'P5'; segue confrontando com Rua Daniel Langaro com a distância de 27,82 m até o marco 'P6'; início de descrição, fechando assim o perímetro do polígono acima descrito com área superficial de 420,09 m².

II - gleba "B" com 449,75m² (quatrocentos e quarenta e nove metros e setenta e cinco decímetros quadrados), iniciando no marco denominado 'P1'; segue confrontando com Leonir Antonio Tesser e Lire Aparecida Rozalen Tesser (Matrícula - 7256) com o azimuth de 151°57'38" e a distância de 23,18m até o marco 'P2'; segue com o azimuth de 238°29'38" e a distância de 5,63m até o marco 'P3'; segue confrontando com Luiz Antonio Palladini e Nadia Daou Palladini (Matrícula - 6581) com o azimuth de 238°29'38" e a distância de 12,73m até o marco 'P4'; segue confrontando com Valter Thibes Pereira e Dione Balvedi Medeiros (Gleba A) com o azimuth de 331°26'00" e distância de 25,61m até o marco 'P7'; segue confrontando com Rua Manoel Francio com o azimuth de 66°01'05" e a distância de 18,60m até o marco 'P1'; início de descrição fechando assim o perímetro do polígono acima descrito com área superficial de 449,75 m².

Art. 2º A Prefeitura Municipal de Caçador, através de seus órgãos competentes, não se responsabiliza pela ocorrência de divergências entre as medidas e confrontações resultantes deste desmembramento.

Art. 3º O registro do Desmembramento no Cartório de Registro de Imóveis desta Comarca, deverá ocorrer no prazo de 180 (cento e oitenta) dias, sob pena de caducidade da aprovação, nos termos do art. 14, da Lei Complementar nº 128, de 12/05/2008.

Art. 4º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador, em 25 de setembro de 2015.

GILBERTO AMARO COMAZZETTO
PREFEITO MUNICIPAL.

EDITAL Nº 07/2015 - CMDCA

EDITAL Nº 07/2015

A COMISSÃO ESPECIAL ELEITORAL, constituída na forma do Decreto nº 6.336, de 16 de março de 2015, do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de Caçador/SC, CONVOCA todos os eleitores do município para participar da eleição que definirá os novos membros do CONSELHO TUTELAR DO MUNICÍPIO DE CAÇADOR/SC.

1. A eleição ocorrerá no dia 04 de outubro de 2015, no horário de 08:00 às 17:00 horas, no Plenário Osvaldo José Gomez- Câmara de Vereadores.

1.1. Poderão votar todos os cidadãos maiores de dezesseis anos inscritos como eleitores no município devidamente cadastrados na Justiça Eleitoral;

1.2. O voto é facultativo para todos;

1.3. Para o exercício do voto, o cidadão deverá apresentar-se no local de votação munido de seu título de eleitor e documento oficial de identidade com foto;

1.4. Cada eleitor poderá votar em apenas em 01 (um) candidato;

1.5. Não será permitido o voto por procuração.

2. Os candidatos a membros do Conselho Tutelar são:

1. Adriana Pegoraro Donatti;
2. Andrea Romão Martins;
3. Andreia Teresinha de Almeida;
4. Francine de Matias;
6. Laís Suéllen Nascimento dos Santos;
8. Maria Augusta Nhoato Moreira;
9. Simone Casagrande;
10. Suzana Ribeiro dos Santos;

Caçador, 01 de outubro de 2015.

Marizete Fátima Iaczinski
Coordenador da Comissão Especial Eleitoral

EDITAL Nº 08/2015 - CMDCA

EDITAL Nº 08/2015

CONVOCAÇÃO PARA PRESIDENTES DE MESA E MESÁRIOS
CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADO-
LESCENTEA COMISSÃO ORGANIZADORA constituída na forma do Decreto nº
6.336, de 16 de março de 2015:I - Convoca as pessoas abaixo relacionadas para atuarem como
Presidentes de Mesa e Mesários na eleição do Conselho Tutelar de
Caçador/SC, no dia 04 de outubro de 2015, das 08:00 às 17:00
horas.II - No dia da eleição, os servidores deverão estar no respectivo
local de votação com antecedência mínima de ½ (meia) hora.**RELAÇÃO DOS PRESIDENTES DE MESA E MESÁRIOS**

NOME	FUNÇÃO
Leda Francio	Presidente de mesa
Leandro Matheus Alves Negretti	Mesário
Andreia Moraes	Presidente de mesa
Cristina Rese Teixeira	Mesário
Luciana Marques	Presidente de mesa
Sandra Mara Milani	Mesário
Rosiane Cardoso	Presidente de mesa
Andreia Baltazar	Mesário
Denise Gonçalves de Souza	Presidente de mesa
Eciane Silvério	Mesário
Amanda Aparecida da Silva Lovatto	Presidente de mesa
Cleberton Campina de Souza	Mesário
Susana Ribeiro	Presidente de mesa
Loreni de Almeida	Mesário
Lucas Filipini Chaves	Presidente de mesa
Paulo Eduardo Estanislowski	Mesário
Cláudio Luiz Rottava	Presidente de mesa
Pâmela Maccari Trindade	Mesário
Adriana Moreira Bairro	Presidente de mesa
Vitor Thomé Cechetto	Mesário

Caçador, 01 de outubro de 2015.

Marizete Fátima Iaczinski

Coordenador da Comissão Especial Eleitoral

PORTARIA Nº 25.623

PORTARIA Nº 25.623, de 23 de junho de 2015.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, no uso de suas atribuições
legais, nos termos do art. 79, VIII, da Lei Orgânica do Município,
mais o previsto na Lei Complementar nº 286, de 16/12/2014, que
institui o Plano de Cargos, Carreiras e Vencimentos, Disposições
Estatutárias para os Servidores do Magistério Público Municipal e
dá outras providências,

Resolve:

ALTERAR a PORTARIA Nº 25.089, de 03 de fevereiro de 2015, que
contrata diversos servidores, somente no que se refere à Servidora
Pública Municipal AGNESE APARECIDA FILIPINI CHAVES, matrícula
Nº 13692, ocupante do cargo de Professora de Ensino Fundamen-
tal I, lotada na Secretaria Municipal da Educação, na EMEB Morada
do Sol, 20 (vinte) horas semanais, no que refere à data fim do
contrato, que passa a ser 18 de dezembro de 2015 e no motivo da
contratação, na vaga vinculada de Marcia Inez Gonçalves Cordeiro
Ruppel Mello, à disposição do Atendimento Educacional Especiali-
zado – AEE.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador,
23 de junho de 2015.
Gilberto Amaro Comazzetto
PREFEITO MUNICIPAL.

Paulo Roberto Gonçalves

SECRETÁRIO MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO.

PORTARIA Nº 25.923

PORTARIA Nº 25.923, de 16 de setembro de 2015.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, no uso de suas atribuições
legais, nos termos do art. 79, VIII, da Lei Orgânica do Município
de Caçador,

Resolve:

CESSAR OS EFEITOS da Portaria nº 25.477, de 10 de abril de 2015,
que designou Servidores Públicos Municipais para exercerem Fun-
ções Gratificadas e de Confiança, somente no que se refere ao Ser-
vidor Público Municipal PEDRO HENRIQUE PINO GARCIA, Matrícula
210, designado para a Função de Confiança de Coordenadoria de
Serviços Operacionais de Manutenção de Equipamentos e Máqui-
nas Rodoviárias - FCC3, com efeitos a contar de 01 de setembro
de 2015.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador,
em 16 de setembro de 2015.
Gilberto Amaro Comazzetto
PREFEITO MUNICIPAL.**PORTARIA Nº 25.945**

PORTARIA Nº 25.945, de 16 de setembro de 2015.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, no uso de suas atribuições
legais, nos termos do art. 79, VIII, da Lei Orgânica do Município
de Caçador, mais o previsto no art. 71, §1º, inciso I, da Lei Com-
plementar nº 56, de 20/12/2004, que dispõe sobre o Estatuto dos
Servidores Públicos Municipais de Caçador,

Resolve:

EXONERAR, a pedido, a Servidora Pública Municipal ANGELA SAN-
TIN MACHADO, Matrícula 653, ocupante do cargo efetivo de Pro-
fessora do Ensino Fundamental II, com carga horária de 20 (vinte)
horas semanais, lotada junto a Secretaria Municipal da Educação,
nas EMEB Pierina Santin Perret e EMEB Alto Bonito, a contar de 01
de setembro de 2015.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador,
em 16 de setembro de 2015.
Gilberto Amaro Comazzetto
PREFEITO MUNICIPAL.

Paulo Roberto Gonçalves

SECRETÁRIO MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO.

PORTARIA Nº 25.948

PORTARIA Nº 25.948, de 16 de setembro de 2015.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, no uso de suas atribuições legais, nos termos do art. 79, inciso VIII, da Lei Orgânica do Município de Caçador, mais o previsto na Lei Complementar nº 286, de 16/12/2014,

Resolve:

COLOCAR À DISPOSIÇÃO DA SALA DE LABORATÓRIO DE INFORMÁTICA, a Servidora Pública Municipal, a seguir relacionada, para atuar junto à Unidade de Ensino da Secretaria Municipal da Educação, a contar de 01 de setembro de 2015, especificando: código, nome, carga horária, escola de lotação, local da disposição, conforme segue:

Código	Nome	C.H.	Local de Lotação	Local da Disposição – Laboratório de Informatica
1129	Noeli Sandra Dallacosta	20	20hs - EMEB Alto Bonito	20hs - EMEB Hilda Granemann de Sousa

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador, em 16 de setembro de 2015.

Gilberto Amaro Comazzetto

PREFEITO MUNICIPAL.

Paulo Roberto Gonçalves

SECRETÁRIO MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO.

PORTARIA Nº 25.950

PORTARIA Nº 25.950, de 16 de setembro de 2015.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, no uso de suas atribuições legais, nos termos do art. 79, VIII, da Lei Orgânica do Município, mais o previsto no art. 31, da Lei Complementar nº 056, de 20/12/2004, que dispõe sobre o Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Caçador,

Resolve:

COLOCAR a Servidora Pública Municipal, abaixo relacionada, à disposição da Secretaria Municipal da Assistência Social e Habitação, especificando: código, nome da servidora, cargo, local de origem e local da disposição, com efeitos a contar de 27 de agosto de 2015, conforme segue:

Código	Nome	Cargo	Local anterior – Secr. - Órgão	Local à disposição – Secr. - Órgão
3378	Iliane Silvia Pagotto Santos	Servente	Secr. Mun Educação	Sec. Assistência Social e Habitação

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador, em 16 de setembro de 2015.

GILBERTO AMARO COMAZZETTO

PREFEITO MUNICIPAL.

PORTARIA Nº 25.951

PORTARIA Nº 25.951, de 16 de setembro de 2015.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, no uso de suas atribuições legais, nos termos do art. 79, VIII, da Lei Orgânica do Município de Caçador, mais o previsto no art. 184, §§3º e 4º, da Lei Complementar nº 56, de 20/12/2004, que dispõe sobre o Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Caçador,

RESOLVE:

CONCEDER à Servidora Pública Municipal a seguir relacionada, lotada na Secretaria Municipal da Assistência Social e Habitação, o adicional sexta-parte dos seus vencimentos, por completar 25 (vinte e cinco) anos de tempo de serviço público municipal, especificando: código, nome, cargo e lotação, conforme segue:

Código	Nome da Servidora	Cargo	Lotação
10219	Terezinha Aparecida Wames Coelho de Souza	Assistente Social	008

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador, em 16 de setembro de 2015.

Gilberto Amaro Comazzetto

PREFEITO MUNICIPAL.

Beatriz Ribeiro dos Santos

SECRETÁRIA MUNICIPAL DA ASSISTÊNCIA SOCIAL E HABITAÇÃO.

PORTARIA Nº 25.957

PORTARIA Nº 25.957, de 16 de setembro de 2015.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, no uso de suas atribuições legais, nos termos do art. 79, VIII, da Lei Orgânica do Município de Caçador, mais o previsto no art. 114, da Lei complementar nº 56, de 20/12/2004, que dispõe sobre o Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Caçador e com redação da Lei Complementar nº 137, de 24/11/2008,

Resolve:

CONCEDER à Servidora Pública Municipal MICHELE MUSSKOPP SANTOS, Matrícula 13686, lotada na Secretaria Municipal da Educação, nas EMEB Hilda Granemann de Sousa, EMEB Alto Bonito e EMEB Ulysses Guimarães, cargo de Professor do Ensino Fundamental II, 180 (cento e oitenta) dias de licença maternidade, com efeitos a contar de 14 de setembro de 2015.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador, em 16 de setembro de 2015.

Gilberto Amaro Comazzetto
PREFEITO MUNICIPAL.

PORTARIA Nº 25.960

PORTARIA Nº 25.960, de 18 de setembro de 2015.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, no uso de suas atribuições legais, nos termos do art. 79, VIII, da Lei Orgânica do Município, mais o previsto no art. 31, da Lei Complementar nº 056, de 20/12/2004, que dispõe sobre o Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Caçador,

Resolve:

CESSAR a disposição da Servidora Pública Municipal abaixo relacionada, concedida pela Portaria nº 25.884, de 27 de agosto de 2015, especificando: código, nome da servidora, cargo, local da disposição e local do retorno da disposição, com efeitos a contar de 01 de setembro de 2015, conforme segue:

Código	Nome	Cargo	Local cedido	Local do retorno- Secr. - Órgão
4082	Adriana Antunes de Oliveira	Servente	Secr. Mun. Saúde	Sec. Municipal da Educação

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador,
em 18 de setembro de 2015.

GILBERTO AMARO COMAZZETTO
PREFEITO MUNICIPAL.

PORTARIA Nº 26.007

PORTARIA Nº 26.007, de 23 de setembro de 2015.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, no uso de suas atribuições legais, nos termos do art. 79, VIII, da Lei Orgânica do Município de Caçador, mais o previsto na Lei Complementar nº 284, de 19/11/2014, que dispõe sobre o Modelo de Gestão e a Estrutura Organizacional da Administração Pública Municipal,

Resolve:

EXONERAR a Servidora Pública Municipal JUCIELE MARTA BALDISARELLI, do cargo em comissão de Secretária Executiva de Assessoria do Gabinete do Prefeito, do Quadro de Cargos de Provimento

em Comissão, Referência CC-5, Matrícula 13586, com carga horária de 35 (trinta e cinco) horas semanais, com efeitos a contar de 23 de setembro de 2015.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador,
em 23 de setembro de 2015.

Gilberto Amaro Comazzetto
PREFEITO MUNICIPAL.

PORTARIA Nº 26.036

PORTARIA Nº 26.036, de 30 de setembro de 2015.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, no uso de suas atribuições legais, nos termos do art. 79, VIII, da Lei Orgânica do Município de Caçador, mais o previsto na Lei Complementar nº 284, de 19/11/2014, que dispõe sobre o Modelo de Gestão e a Estrutura Organizacional da Administração Pública Municipal,

Resolve:

EXONERAR, a pedido, o Servidor Público Municipal CARLOS ALBERTO PEGORARO, do cargo em comissão de Assessor de Gabinete do Prefeito, do Quadro de Cargos de Provimento em Comissão, Referência CC-3, Matrícula 12604, com carga horária de 35 (trinta e cinco) horas semanais, com efeitos a contar de 30 de setembro de 2015.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador,
em 30 de setembro de 2015.

Gilberto Amaro Comazzetto
PREFEITO MUNICIPAL.

PORTARIA Nº 26.037

PORTARIA Nº 26.037, de 30 de setembro de 2015.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, no uso de suas atribuições legais, nos termos do art. 79, VIII, da Lei Orgânica do Município de Caçador,

Resolve:

CESSAR OS EFEITOS da Portaria nº 25.916, de 10 de setembro de 2015, que designou a Servidora Pública Municipal EDILENE TEREZINHA DE MELLO FIGUEROA, Matrícula 529, ocupante do cargo de Técnico em Administração, para exercer interinamente, a função de Direção do PROCON, do Quadro de Cargos de Provimento em Comissão, a contar de 30 de setembro de 2015.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador,
em 30 de setembro de 2015.

Gilberto Amaro Comazzetto
PREFEITO MUNICIPAL.

PORTARIA Nº 26.044

PORTARIA Nº 26.044, de 01 de outubro de 2015.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, no uso de suas atribuições legais, nos termos do art. 79, VIII, da Lei Orgânica do Município de Caçador, mais o previsto na Lei Complementar nº 284, de 19 de dezembro de 2014, que dispõe sobre o Modelo de Gestão e a Estrutura Organizacional da Administração Pública Municipal,

Resolve:

NOMEAR o cidadão CARLOS ALBERTO PEGORARO, para o cargo em comissão de Diretor do Programa de Defesa do Consumidor do Município – PROCON, do Grupo de Cargos em Comissão, referência CC-3, vinculado à Procuradoria Geral do Município, com carga horária de 35 (trinta e cinco) horas semanais, com efeitos a contar de 01 de outubro de 2015.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador, em 01 de outubro de 2015.

Gilberto Amaro Comazzetto

PREFEITO MUNICIPAL.

CÂMARA MUNICIPAL

CONTRATO 33-2015

ESTADO DE SANTA CATARINA CAMARA MUNICIPAL DE CACADOR EXTRATO CONTRATUAL

Contrato Nº.: 33/2015

Contratante.: CAMARA MUNICIPAL DE CACADOR

Contratada...: SILMARA DE LOURDES DE MORAES

Valor total : 3.539,00 (três mil quinhentos e trinta e nove reais)

Valor hora..... R\$35,39 (trinta e cinco reais e trinta e nove centavos)

Vigência : Início: 20/08/2015 Término: 31/12/2015

Recursos : Dotação: 2.161.3.3.90.36.06.00.00.00

Objeto : Contratação do serviço de acompanhante para vereadores mirins portadores de necessidades especiais.

Caçador, 04 de setembro de 2015

Flavio Henrique dos Santos

Presidente da Câmara Municipal de Caçador/SC

Camboriú

PREFEITURA

CC 02/2015 - FUNDESB

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ

AVISO DE LICITAÇÃO

CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº. 002/2015-FUNDESB

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA A EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS DE ENGENHARIA SANITÁRIA PARA A COLETA, TRANSPORTE E DESTINAÇÃO FINAL DOS RESÍDUOS SÓLIDOS URBANOS DOMICILIARES, COMERCIAIS E DE VARRIÇÃO DAS ÁREAS URBANA E RURAL GERADOS NO MUNICÍPIO DE CAMBORIÚ, CONFORME PROJETO BÁSICO E SEUS ELEMENTOS CONSTITUIDOS EM ANEXO.

TIPO DE JULGAMENTO: MENOR PREÇO GLOBAL.

REGIME LEGAL: Mediante as especificações e condições previstas no Edital, sob a regência da Lei 10.520/2002 e Lei Federal nº. 8.666 de 21/06/1993, e suas alterações.

ABERTURA DOS ENVELOPES: Iniciará às 14:00 horas do dia 05 (Cinco) de Novembro de 2015, na sala de Reunião do Departamento de Compras situado na rua: Getúlio Vargas, Nº. 77, Centro de Camboriú/SC.

INFORMAÇÕES: Pessoalmente ou telefone: (47)3365-9500 ou no site: www.cidadedecamboriu.sc.gov.br.

Camboriú, 01 de Outubro de 2015.

LUZIA LOURDES COPPI MATHIAS

Prefeita Municipal

PR 76/15 - PMC

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ

AVISO DE LICITAÇÃO

PREGÃO PRESENCIAL Nº. 076/2015-PMC- EXCLUSIVO PARA MICRO EMPRESAS E EMPRESAS DE PEQUENO PORTE

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE FUNILARIA E PINTURA COM FORNECIMENTO DE MATERIAL A SER REALIZADO NA VIATURA ASU- MARCA MERCEDES BENZ MODELO SPRINTER/ESP/AMBULÂNCIA, NOS LADOS ESQUERDO E DIREITO, VIATURA PERTENCENTE AO PELOTÃO DO CORPO DE BOMBEIROS MILITAR DE CAMBORIÚ.

TIPO DE JULGAMENTO: MENOR PREÇO POR ITEM.

REGIME LEGAL: Mediante as especificações e condições previstas no Edital, sob a regência da Lei 10.520/2002 e Lei Federal nº. 8.666 de 21/06/1993, e suas alterações.

ABERTURA DOS ENVELOPES: Iniciará às 14:00 horas do dia 20 (Vinte) de Outubro de 2015, na sala de Reunião do Departamento de Compras situado na rua: Getúlio Vargas, Nº. 77, Centro de Camboriú/SC.

INFORMAÇÕES: Pessoalmente ou telefone: (47)3365-9500 ou no site: www.cidadedecamboriu.sc.gov.br.

Camboriú, 01 de Outubro de 2015.

LUZIA LOURDES COPPI MATHIAS

Prefeita Municipal

PR 28/15 - FMAS

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ

AVISO DE LICITAÇÃO

PREGÃO PRESENCIAL Nº. 028/2015-FMAS- EXCLUSIVO PARA MICRO EMPRESAS E EMPRESAS DE PEQUENO PORTE

OBJETO: SELEÇÃO DE PROPOSTAS VISANDO O REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS (PRODUTOS DE PADARIA) PARA ATENDER AS NECESSIDADES DAS ATIVIDADES DESENVOLVIDAS PELOS PROGRAMAS SOCIAIS, COORDENADOS PELA SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO E ASSISTÊNCIA SOCIAL.

TIPO DE JULGAMENTO: MENOR PREÇO POR ITEM.

REGIME LEGAL: Mediante as especificações e condições previstas no Edital, sob a regência da Lei 10.520/2002 e Lei Federal nº. 8.666 de 21/06/1993, e suas alterações.

ABERTURA DOS ENVELOPES: Iniciará às 14:00 horas do dia 19 (Dezenove) de Outubro de 2015, na sala de Reunião do Departamento de Compras situado na rua: Getúlio Vargas, Nº. 77, Centro de Camboriú/SC.

INFORMAÇÕES: Pessoalmente ou telefone: (47)3365-9500 ou no site: www.cidadedecamboriu.sc.gov.br.

Camboriú, 01 de Outubro de 2015.

LUZIA LOURDES COPPI MATHIAS

Prefeita Municipal

RESULTADO PR 15/15 - FUNDESB

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ
RESULTADO DO PROCESSO LICITATÓRIO
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 015/2015-FUNDESB

O Município de Camboriú, através da Secretaria da Administração torna público que o resultado da licitação foi:

"DESERTA"

Quaisquer esclarecimentos podem ser obtidos pelo telefone 047 3365-9500.

Camboriú SC, 01 de Outubro de 2015.

LUZIA LOURDES COPPI MATHIAS

PREFEITA MUNICIPAL

TERMO DE ERRATA PR 71/15 - PMC

Estado de Santa Catarina

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ

TERMO DE ERRATA

PREGÃO PRESENCIAL 071/2015-PMC

O Município de Camboriú, através da Secretaria da Administração vem comunicar às empresas interessadas que o edital do Pregão Presencial 111/2015 - PMC, tendo como objeto a "SELEÇÃO DE PROPOSTAS VISANDO O REGISTRO DE PREÇOS PARA CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE LOCAÇÃO DE CAMINHÃO TOCO , PARA SERVIÇO DE LIMPEZA DE DIVERSAS ÁREAS PÚBLICAS DO MUNICÍPIO DE CAMBORIÚ", sofreu a seguinte alteração:

Foi alterado a descrição do item 01 do Anexo I:

- onde lê-se:

item 01 –SERVIÇO HORA DE CAMINHÃO TOCO, TRAÇADO SENDO QUE O CAMINHÃO DEVERÁ SER NO MÍNIMO O ANO DE FABRICAÇÃO 2013, INCLUINDO MOTORISTA(OPERADOR) E COMBUSTIVEL.

- leia-se:

item 01 - SERVIÇO HORA DE CAMINHÃO CAÇAMBA TOCO LK SENDO QUE O CAMINHÃO DEVERÁ SER NO MÍNIMO O ANO DE FABRICAÇÃO 2013, INCLUINDO MOTORISTA (OPERADOR) E COMBUSTIVEL.

Desta maneira, fica prorrogada a data de abertura das propostas e documentações para o dia 19/10/2015 as 16h00min.

Permanecem inalteradas as demais cláusulas do referido edital.

Camboriú SC, 01 de Outubro de 2015.

LUZIA LOURDES COPPI MATHIAS

Prefeita Municipal

Campo Alegre

PREFEITURA

ATA 2 TP 83/2015

ATA 2 CIRCUNSTANCIADA

(Processo Licitatório TP nº 83/2015)

Ao primeiro dia do mês de outubro do ano de dois mil e quinze, na cidade de Campo Alegre, às dez horas, na Rua Cel. Bueno Franco, 292, se reuniram em sessão pública, Irineu Woitskovski Junior, Maria Cristina Marciniak Munhoz e Lilian Terezinha Bartsch, membros da Comissão Permanente de Licitações (nomeados através do Decreto Municipal nº 8.805 de 02 de fevereiro de 2015) responsáveis pelo Processo Licitatório nº 83/2015, modalidade Tomada de Preços, que tem por objeto o fornecimento de material e mão de obra para execução de Obra de Arte Especial, consistindo em 01 PONTE DE CONCRETO ARMADO, 02 VIAS, COM PASSARELAS PARA PEDESTRE. A obra será executada na localidade de São Miguel, Município de Campo Alegre - SC, para darem prosseguimento ao julgamento das propostas apresentadas na referida licitação, após encerrado o prazo quanto ao julgamento dos documentos. Além dos membros da Comissão já nominados se fez presente o Sr. Laercio Telles representante da empresa Impacto Engenharia Ltda Me, passou-se a abertura dos envelopes de proposta das empresas proponentes: TRILHA ENGENHARIA LTDA EPP – CNPJ: 10.643.254/0001-81, ARAÚJO CONSTRUÇÕES LTDA – CNPJ: 76.599.059/0001-00, IMPACTO ENGENHARIA LTDA ME – CNPJ: 04.989.180/0001-37, DECC CONSTRUÇÕES LTDA EPP - CNPJ: 05.004.688/0001-00, ABRIX CONSTRUÇÕES LTDA – CNPJ: 07.973.179/0001-92, BRUVETEC ENGENHARIA E CONSTRUÇÕES LTDA EPP – CNPJ: 05.401.426/0001-70. As propostas foram analisadas e rubricadas pela Comissão e pelo representante presente, O critério de julgamento é pelo requisito MENOR PREÇO GLOBAL com fixação de valor máximo unitário. A empresa DECC CONSTRUÇÕES LTDA EPP apresentou proposta no valor de R\$ 306.428,72, empresa IMPACTO ENGENHARIA LTDA ME apresentou proposta no valor de R\$ 316.647,40, a empresa ABRIX CONSTRUÇÕES LTDA apresentou proposta no valor de R\$ 332.151,78, a empresa TRILHA ENGENHARIA LTDA EPP apresentou proposta no valor de R\$ 345.318,33, a empresa ARAÚJO CONSTRUÇÕES LTDA apresentou proposta no valor de R\$ 346.750,88, a empresa BRUVETEC ENGENHARIA E CONSTRUÇÕES LTDA EPP apresentou proposta no valor de R\$ 350.832,77. A Comissão julgou a empresa DECC CONSTRUÇÕES LTDA EPP vencedora da presente licitação, com o valor R\$ 306.428,72. Está aberto prazo recursal que trata a Lei de Licitações, quanto o julgamento das propostas. Nada mais a tratar, encerra-se a sessão com a lavratura desta ata, que vai assinada por todos os presentes:

CONVOCAÇÃO Nº 167/2015

CONVOCAÇÃO CONCURSO PÚBLICO Nº 004/2015

CONVOCAÇÃO Nº 167/2015

SEBASTIÃO VENDELINO KONS, Prefeito Municipal em Exercício de Campo Alegre/SC., no uso de suas atribuições legais, vem por meio deste CONVOCAR o Sr. SANTOS DANTE PINAN ROQUE, inscrito no CPF/MF sob nº 005.433.619-85, aprovado em 1º lugar no Concurso Público nº 004/2015, para o Cargo Público de MÉDICO I, na Função de MÉDICO I, para assumir o respectivo cargo. O convocado deverá comparecer no Serviço de Pessoal do Poder Executivo Municipal de Campo Alegre/SC., até as 17:00h do dia 05 de Outubro de 2015, no Prédio Anexo Sede da Prefeitura Municipal na Rua Cel. Bueno Franco, nº 292, Centro, Campo Alegre/SC., a fim de comunicar o interesse ou a desistência da vaga ofertada, sob pena de perder a referida vaga.

Campo Alegre/SC., 01 de Outubro de 2015.

SEBASTIÃO VENDELINO KONS

Prefeito Municipal

CAROLINA DA COSTA TELMA

Secretária Municipal de Saúde e Desenvolvimento Social

DECRETO Nº 9.330 DE 01 DE OUTUBRO DE 2015

GABINETE DO PREFEITO

DECRETO Nº 9.330 DE 01 DE OUTUBRO DE 2015

DISPÕE SOBRE NOMEAÇÃO DE CARGO DE PROVIMENTO EM COMISSÃO.

O Prefeito em Exercício do Município de Campo Alegre, no uso das atribuições que lhe confere o Artigo 71, Inciso VII da Lei Orgânica do Município, promulgada em 05 de Abril de 1990, e em especial a Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de Setembro de 2002, alterada pela Lei Complementar Municipal nº 050 de 18 de Setembro de 2007; Decreta:

Art.1º) Nomear a Srª. JAQUELINE SCHUHMACHER, Registro no Sistema sob o nº 955527, para exercer o Cargo de Provimento em Comissão de Coordenadora de Turismo, Código 10, com dedicação em Tempo Integral, lotada na Secretaria Municipal de Cultura, Turismo, Esporte e Lazer, para exercer as atribuições definidas no Anexo II-A da Lei Complementar Municipal nº 006, alterada pela Lei Complementar Municipal nº 050 de 18 de Setembro de 2007, a partir desta data.

Art.2º) A Coordenadora de Turismo, perceberá a remuneração fixada em Lei, em conformidade com o Anexo II da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de Setembro de 2002 e suas respectivas alterações.

Art.3º) Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito em Exercício, Município de Campo Alegre/SC., 01 de Outubro de 2015.

SEBASTIÃO VENDELINO KONS
Prefeito Municipal em Exercício

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ
Secretária Municipal de Administração

Publicado na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 no endereço eletrônico: www.diariomunicipal.sc.gov.br em data de: 02/10/2015.

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA
Chefe do Gabinete do Prefeito

DECRETO Nº 9.331 DE 01 DE OUTUBRO DE 2015

GABINETE DO PREFEITO

DECRETO Nº 9.331 DE 01 DE OUTUBRO DE 2015

REVOGA TODAS AS DISPOSIÇÕES DO DECRETO Nº 8.127 DE 07 DE JANEIRO DE 2015.

O Prefeito em Exercício do Município de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial ao Artigo 18, Inciso II e Artigo 71 Inciso VII da Lei Orgânica Municipal; Decreta:

Art.1º) Revogar todas as disposições do Decreto nº 8.127 de 07 de Janeiro de 2014, com efeitos a partir de 01 de Outubro de 2015.

Art.2º) Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito em Exercício do Município de Campo Alegre/SC., 01 de Outubro de 2015.

SEBASTIÃO VENDELINO KONS
Prefeito Municipal em Exercício

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ
Secretária Municipal de Administração

Publicado na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 no endereço eletrônico: www.diariomunicipal.sc.gov.br em data de: 02/10/2015.

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA
Chefe de Gabinete do Prefeito

DECRETO Nº 9.332 DE 01 DE OUTUBRO DE 2015

GABINETE DO PREFEITO

DECRETO Nº 9.332 DE 01 DE OUTUBRO DE 2015

ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR POR CONTA DE ANULAÇÃO PARCIAL DE DOTAÇÃO DO ORÇAMENTO VIGENTE.

O Prefeito Municipal em Exercício do Município de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial a Lei Municipal nº 4.240 de 17 de Dezembro de 2014; Decreta:

Art.1º) Abre Crédito Suplementar no valor de R\$ 1.100,00 (um mil e cem reais), na seguinte Dotação do Orçamento Vigente.

13.00 -	Secretaria Municipal de Saneamento Ambiental.			
13.01 -	Serviço de Saneamento Ambiental			
17.512.0077.2.124 -	Manutenção e Coordenação das Atividades da Secretaria de Saneamento Ambiental			
300000.00.766 -	Despesas Correntes			
330000.00.766 -	Outras Despesas Correntes			
339000.00.766 -	Aplicações Diretas			
339030.00.766 -	Material de Consumo	R\$ 1.100,00		

Art.2º) O crédito a que se refere o Artigo primeiro deste Decreto, correrá por conta de anulação parcial da seguinte Dotação do Orçamento vigente.

13.00 -	Secretaria Municipal de Saneamento Ambiental.			
13.01 -	Serviço de Saneamento Ambiental			
17.512.0077.2.124 -	Manutenção e Coordenação das Atividades da Secretaria de Saneamento Ambiental			
300000.00.766 -	Despesas Correntes			
330000.00.766 -	Outras Despesas Correntes			
339000.00.766 -	Aplicações Diretas			
339039.00.766 -	Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica	R\$ 1.100,00		

Art.3º) Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal em Exercício de Campo Alegre/SC., 01 de Outubro de 2015.

SEBASTIÃO VENDELINO KONS
Prefeito Municipal em Exercício

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ
Secretária Municipal de Administração

Publicado na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 nos endereços eletrônicos: www.leismunicipais.com.br e www.diariomunicipal.sc.gov.br em data de: 02/10/2015.

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA
Chefe de Gabinete do Prefeito

DECRETO Nº 9.333 DE 01 DE OUTUBRO DE 2015

GABINETE DO PREFEITO

DECRETO Nº 9.333 DE 01 DE OUTUBRO DE 2015

ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR POR CONTA DE ANULAÇÃO PARCIAL DE DOTAÇÃO DO ORÇAMENTO VIGENTE.

Prefeito Municipal em Exercício do Município de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial a Lei Municipal nº 4.240 de 17 de Dezembro de 2014; Decreta:

Art.1º) Abre Crédito suplementar no valor de R\$ 300,00 (trezentos reais), a fim de suplementar o seguinte Elemento de Despesa de Dotação do Orçamento Vigente.

05.00 -	Secretaria Municipal de Educação			
05.01 -	Serviço de Apoio Administrativo a Educação			
12.361.0008.2.104 -	Manutenção e Coordenação das Atividades da Secretaria de Educação			
300000.00.519 -	Despesas Correntes			
330000.00.519 -	Outras Despesas Correntes			
339000.00.519 -	Aplicações Diretas			
339047.00.519 -	Obrigações Tributárias e Contributivas	R\$ 300,00		

Art.2º) O crédito a que se refere o Artigo primeiro deste Decreto, correrá por conta de Anulação parcial da seguinte Dotação do Orçamento vigente.

05.00 -	Secretaria Municipal de Educação			
05.01 -	Serviço de Apoio Administrativo a Educação			
12.361.0008.2.104 -	Manutenção e Coordenação das Atividades da Secretaria de Educação			
300000.00.519 -	Despesas Correntes			
330000.00.519 -	Outras Despesas Correntes			
339000.00.519 -	Aplicações Diretas			
339014.00.519 -	Diárias – Civil	R\$ 300,00		

Art.3º) Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 30 de Setembro de 2015.

Gabinete do Prefeito Municipal em Exercício de Campo Alegre/SC., 01 de Outubro de 2015.

SEBASTIÃO VENDELINO KONS
Prefeito Municipal em Exercício

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ
Secretária Municipal de Administração

Publicado na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 nos endereços eletrônicos: www.leismunicipais.com.br e www.diariomunicipal.sc.gov.br em data de: 02/10/2015.

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA
Chefe de Gabinete do Prefeito

DECRETO Nº 9.334 DE 01 DE OUTUBRO DE 2015

GABINETE DO PREFEITO

DECRETO Nº 9.334 DE 01 DE OUTUBRO DE 2015

ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR POR CONTA DE ANULAÇÃO PARCIAL DE DOTAÇÃO DO ORÇAMENTO VIGENTE.

O Prefeito Municipal em Exercício do Município de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial a Lei Municipal nº 4.240 de 17 de Dezembro de 2014; Decreta:

Art.1º) Abre Crédito Suplementar no valor de R\$ 612,50 (seiscentos e doze reais, cinquenta centavos), na seguinte Dotação do Orçamento Vigente.

13.00 -	Secretaria Municipal de Saneamento Ambiental.			
13.01 -	Serviço de Saneamento Ambiental			
17.512.0077.2.124 -	Manutenção e Coordenação das Atividades da Secretaria de Saneamento Ambiental			
300000.00.766 -	Despesas Correntes			
330000.00.766 -	Outras Despesas Correntes			
339000.00.766 -	Aplicações Diretas			
339047.00.766 -	Obrigações Tributárias e Contributiva	R\$ 612,50		

Art.2º) O crédito a que se refere o Artigo primeiro deste Decreto, correrá por conta de anulação parcial da seguinte Dotação do Orçamento vigente.

13.00 -	Secretaria Municipal de Saneamento Ambiental.			
13.01 -	Serviço de Saneamento Ambiental			
17.512.0077.2.124 -	Manutenção e Coordenação das Atividades da Secretaria de Saneamento Ambiental			
300000.00.766 -	Despesas Correntes			
330000.00.766 -	Outras Despesas Correntes			
339000.00.766 -	Aplicações Diretas			
339039.00.766 -	Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica	R\$ 612,50		

Art.3º) Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal em Exercício de Campo Alegre/SC., 01 de Outubro de 2015.

SEBASTIÃO VENDELINO KONS

Prefeito Municipal em Exercício

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ

Secretária Municipal de Administração

Publicado na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 nos endereços eletrônicos: www.leismunicipais.com.br e www.diariomunicipal.sc.gov.br em data de: 02/10/2015.

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA

Chefe de Gabinete do Prefeito

DECRETO Nº 9.335 DE 01 DE OUTUBRO DE 2015

GABINETE DO PREFEITO

DECRETO Nº 9.335 DE 01 DE OUTUBRO DE 2015

ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR POR CONTA DE ANULAÇÃO PARCIAL DE DOTAÇÃO DO ORÇAMENTO VIGENTE.

O Prefeito Municipal em Exercício do Município de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial a Lei Municipal nº 4.240 de 17 de Dezembro de 2014; Decreta:

Art.1º) Abre Crédito Suplementar no valor de R\$ 16.096,60 (dezesseis mil, noventa e seis reais e sessenta centavos), no Orçamento vigente.

08.00 -	Secretaria Municipal de Planejamento, Transporte e Obras.			
08.03 -	Serviço de Obras e Serviços Públicos			
15.451.0048.2.025 -	Iluminação Pública			
400000.00.168 -	Despesas de Capital			
440000.00.168 -	Investimentos			
449000.00.168 -	Aplicações Diretas			
449051.00.168 -	Obras e Instalações	R\$ 16.096,60		

Art.2º) O crédito a que se refere o Artigo primeiro deste Decreto, correrá por conta de Anulação Parcial de Dotação do Orçamento Vigente.

08.00 -	Secretaria Municipal de Planejamento, Transporte e Obras.			
08.03 -	Serviço de Obras e Serviços Públicos			
15.451.0048.2.025 -	Iluminação Pública			
300000.00.168 -	Despesas Correntes			
330000.00.168 -	Outras Despesas Correntes			
339000.00.168 -	Aplicações Diretas			

339030.00.168 -	Material de Consumo	R\$ 16.096,60	
-----------------	---------------------	---------------	--

Art.3º) Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito em Exercício Município de Campo Alegre/SC., 01 de Outubro de 2015.
SEBASTIÃO VENDELINO KONS
Prefeito Municipal em Exercício

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ
Secretária Municipal de Administração

Publicado na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 nos endereços eletrônicos: www.leismunicipais.com.br e www.diariomunicipal.sc.gov.br em data de: 02/10/2015.

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA
Chefe de Gabinete do Prefeito

PORTARIA Nº 12.230 DE 01 DE OUTUBRO DE 2015

GABINETE DO PREFEITO

PORTARIA Nº 12.230 DE 01 DE OUTUBRO DE 2015

SUSPENDE O PAGAMENTO DE GRATIFICAÇÃO SOBREAVISO AO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL.

O Prefeito em Exercício do Município de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial ao Artigo 71 Inciso VII da Lei Orgânica Municipal, Artigo 126-A da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de Setembro de 2002, alterada pela Lei Complementar Municipal nº 067 de 24 de julho de 2009; Resolve:

Art.1º) Suspender o pagamento de Gratificação Sobreaviso, no valor correspondente à 50% (cinquenta por cento) da Função Gratificada FG1 ao Servidor Público Municipal LEANDRO PAGANI, Matrícula Funcional nº 000705, Registro no Sistema sob o nº 955149, ocupante do Cargo Público e exercendo a Função de Agente Operacional IV, lotado na Secretaria Municipal de Saneamento Ambiental.

Parágrafo único: A suspensão do pagamento da Gratificação de que trata o Caput deste Artigo, será pelo período de 01 de Outubro de 2015 á 30 de Novembro de 2015.

Art.2º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito em Exercício Município de Campo Alegre/SC., 01 de Outubro de 2015.
SEBASTIÃO VENDELINO KONS
Prefeito Municipal em Exercício

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ
Secretária Municipal de Administração

Publicada na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 no endereço eletrônico: www.diariomunicipal.sc.gov.br em data de: 02/10/2015.

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA
Chefe de Gabinete do Prefeito

PORTARIA Nº 12.231 DE 01 DE OUTUBRO DE 2015

GABINETE DO PREFEITO

PORTARIA Nº 12.231 DE 01 DE OUTUBRO DE 2015

AUTORIZA PAGAMENTO DE LICENÇA PRÊMIO AO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL.

O Prefeito Municipal em Exercício do Município de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial ao Artigo 191 da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de Setembro de 2002; alterado pela Lei Complementar Municipal nº 099 de 19 de Junho de 2013; Resolve:

Art.1º) Autorizar o pagamento de Licença Prêmio ao Servidor Público, MÁRIO CÉSAR DEUNÍSIO, Matrícula Funcional nº 000457, Registro no Sistema sob nº 954493, ocupante do Cargo Público e exercendo a Função de Terapeuta Ocupacional, lotado na Secretaria Municipal de Saúde e Desenvolvimento Social, referente ao período aquisitivo de 09 de Outubro de 2011 a 09 de Outubro de 2015.

Art.2º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 25 de Setembro de 2015.

Gabinete do Prefeito em Exercício Município de Campo Alegre/SC., 01 de Outubro de 2015.
SEBASTIÃO VENDELINO KONS
Prefeito Municipal em Exercício

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ
Secretária Municipal de Administração

Publicada na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 no endereço eletrônico: www.diariomunicipal.sc.gov.br em data de: 02/10/2015.

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA
Chefe de Gabinete do Prefeito

Campos Novos

PREFEITURA

AVISO PRORROGAÇÃO DE ABERTURA DO PP 07/2015 F.H.J.A.

AVISO DE PRORROGAÇÃO
Pregão Presencial 07/2015

A Fundação Hospitalar Dr. José Athanázio, por intermédio da comissão permanente de licitações na modalidade de Pregão Presencial, torna público para conhecimento dos interessados a prorrogação do prazo de abertura, do processo licitatório número 11/2015 PP 07/2015, cujo objeto consiste na AQUISIÇÃO DE MATERIAL MÉDICO HOSPITALAR, PARA USO NA FUNDAÇÃO HOSPITALAR DR. JOSÉ ATHANÁZIO, do dia 05/10/2015 às 14 horas e 10 min. para às 09 horas e 30 min. do dia 07/10/2015 na sala de reuniões da Fundação Hospitalar Dr. José Athanázio, situada a rua Nereu Ramos, 379, Centro.

O horário limite para protocolo dos envelopes contendo documentação e proposta será às 18 horas e 30 min. do dia 06/10/2015, na sede da Prefeitura Municipal de Campos Novos, situada a Rua Expedicionário J. B. de Almeida, 323, centro.

As amostras dos produtos citados no item 19.1 do edital, serão analisadas a partir das 08 horas e 30 min. do dia 07/10/2015, na sala de reuniões da Fundação Hospitalar Dr. José Athanázio.

Campos Novos 01 de outubro de 2015
Diógenes Zoldan
Pregoeiro

CÂMARA MUNICIPAL

EXTRATO CONTRATO MURAL Nº 14/2015

EXTRATO DE CONTRATO Nº 14/2015
CONTRATANTE: CAMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE CAMPOS NOVOS

CONTRATADA: CN SYSTEM INFORMATICA LTDA
OBJETO: MANUTENÇÃO E ATUALIZAÇÃO COMPUTADORES DA
CÂMARA DE VEREADORES

VALOR MENSAL: R\$ 740,00
DATA: 01/10/2015
VIGENCIA: 30/09/2016

SAMAE - CAMPOS NOVOS

EX CT TEMP 005/2015

SAMAE-SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO
CAMPOS NOVOS – SANTA CATARINA

TERMO DE CONTRATO CNO - 005/2015
PROTOCOLO Nº 090/2015
PROCESSO Nº 120/2015

DATA DE ASSINATURA: 25 de Setembro de 2015
OBJETO: Contratação Temporária de funcionário para ocupar o cargo de Motorista II.
CONTRATADO: Ademir Luiz Pacheco
VALOR: R\$ 1.825,06 (Um mil, oitocentos e vinte e cinco reais, e seis centavos), por 200 (duzentas) horas mensais.
PRAZO: 25.09.2015 ...

Campos Novos – SC, 25 de Setembro de 2015.
JOEL FRANCISCO FAGUNDES
DIRETOR DO SAMAE

Canoinhas

PREFEITURA

PUBLICAÇÃO DO EDITAL DE CHAMADA PÚBLICA Nº PMC 17/2015

MUNICÍPIO DE CANOINHAS

ESTADO DE SANTA CATARINA

EDITAL DE CHAMADA PÚBLICA N.º 17/2015

O Município de Canoinhas-SC, CNPJ n.º 83.102.384/0001-80, com sede à Rua Felipe Schmidt, 10, centro, torna público que fará realizar CREDENCIAMENTO DE EMPRESA(S) PARA EXPLORAÇÃO DE PUBLICIDADE COM A INCLUSÃO DE SUA MARCA/LOGO, EM ESPAÇOS PÚBLICOS E MATERIAIS (CONFECCIONADOS E COORDENADOS PELA PATROCINADA), DURANTE A DIVULGAÇÃO DO NATAL FELIZ 2015, MEDIANTE PATROCÍNIO COM REMUNERAÇÃO FIXADA PELA COMISSÃO ORGANIZADORA. Cotas limitadas conforme anexo I do Edital. Classificação por ordem de protocolo. Início de recebimento dos documentos para credenciamento 05/10/2015 a partir das 08h00min. Informações e esclarecimentos relativos à Chamada serão fornecidos em horário de expediente, de segunda à sexta-feira, das 08h00 às 12h00, através do telefone n.º (47) 3621-7705, ou ainda diretamente no Departamento de Licitações desta Prefeitura. Cópia do edital poderá ser obtida no site www.pmc.sc.gov.br link licitações.

Luiz Alberto Rincoski Faria

Prefeito

Capinzal

PREFEITURA

RESOLUÇÃO CIALAR 17/2015

RESOLUÇÃO Nº 17, DE 01 DE OUTUBRO DE 2015
Contrata Servidor, na forma que especifica.

O PRESIDENTE DO CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL ABRIGO CASA LAR (CIALAR), no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o disposto no artigo 22 do Estatuto Social;

RESOLVE:

Art. 1º Fica Contratada Janaina Angela Balbinot, brasileira, separada, nascida em 01 de agosto de 1979, inscrita no CPF sob o nº 022.201.739-25, para exercer as funções do cargo de Monitor Social no Consórcio Intermunicipal Abrigo Casa Lar (CIALAR).

Art. 2º A servidora exercerá as funções inerentes ao cargo, em regime de trabalho de conformidade com o § 2º do art. 22 do Estatuto Social, remuneração na forma do Anexo Único do Estatuto Social do CIALAR e nos termos do Edital 002/2015.

Art. 3º Esta Resolução entra em vigor na data supra.

Capinzal, em 01 de Outubro de 2015.

VITOR JOAO FACCIN
Prefeito de Ouro
Presidente do CIALAR

RESOLUÇÃO CIALAR 18/2015

RESOLUÇÃO Nº 18, DE 02 DE OUTUBRO DE 2015
Contrata Servidor, na forma que especifica.

O PRESIDENTE DO CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL ABRIGO CASA LAR (CIALAR), no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o disposto no artigo 22 do Estatuto Social;

RESOLVE:

Art. 1º Fica Contratada Geneci Borges, brasileira, casada, nascida em 17 de maio de 1960, inscrita no CPF sob o nº 298.409.882-04, para exercer as funções do cargo de Monitor Social no Consórcio Intermunicipal Abrigo Casa Lar (CIALAR).

Art. 2º A servidora exercerá as funções inerentes ao cargo, em regime de trabalho de conformidade com o § 2º do art. 22 do Estatuto Social, remuneração na forma do Anexo Único do Estatuto Social do CIALAR e nos termos do Edital 002/2015.

Art. 3º Esta Resolução entra em vigor na data supra.

Capinzal, em 02 de Outubro de 2015.

VITOR JOAO FACCIN
Prefeito de Ouro
Presidente do CIALAR

Catanduvas

PREFEITURA

DECRETO Nº 2.100 DE 30 DE SETEMBRO DE 2015

DECRETO Nº 2.100/15 DE 30 DE SETEMBRO DE 2015.

"AUTORIZA A ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR POR CONTA DO PROVÁVEL EXCESSO DE ARRECADAÇÃO, ATRAVÉS DE EMPRÉSTIMO JUNTO DO BADESC CIDADES, NO DECORRER DO EXERCÍCIO, NO ORÇAMENTO VIGENTE DA PREFEITURA MUNICIPAL".

GISA APARECIDA GIACOMIN, Prefeita Municipal de Catanduvas-SC, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo art. 103, VIII, da Lei Orgânica do Município, Lei Municipal nº 2.478/14 de 16 de Dezembro de 2014, em seu Artigo 4º Inciso II e Lei Federal nº 4.320/64, (Art. 7º, I e 43, § 1º, II e § 3º).

DECRETA:

Art. 1º - Fica o Setor Contábil autorizado a proceder a ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR, na importância de R\$ 800.000,00 (Oitocentos mil reais), na seguinte Dotação Orçamentária.

ÓRGÃO	06	SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA
UNID. ORÇ.	0601	SERVIÇOS URBANOS
	451	INFRAESTRUTURA URBANA
		Pavimentação de Ruas Estradas e Passeios
	183	DESPESAS DE CAPITAL (4490) Rec. Operações de Créditos
		R\$ 800.000,00

§ 1º - Os recursos mencionados no Artigo Primeiro, são oriundos de Arrecadação através de Empréstimo junto ao BADESC, autorizado pela Lei Municipal nº 2.506/2015 de 11 de agosto de 2015.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor a partir da data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Catanduvas SC, 30 de setembro de 2015.

GISA APARECIDA GIACOMIN

Prefeita Municipal

Registrado e Publicado por esta Secretaria em 30/09/2015.

DECRETO Nº 2.101 DE 30 DE SETEMBRO DE 2015

DECRETO Nº 2.101/15 DE 30 DE SETEMBRO DE 2015.

"AUTORIZA A SUPLEMENTAÇÃO DE DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS POR CONTA DO PROVÁVEL EXCESSO DE ARRECADAÇÃO DE PROGRAMAS DO SISTEMA ÚNICO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL-SUAS, NO DECORRER DO EXERCÍCIO, NO ORÇAMENTO VIGENTE DO FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL".

GISA APARECIDA GIACOMIN, Prefeita Municipal de Catanduvas-SC, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo art. 103, VIII, da Lei Orgânica do Município, Lei Municipal nº 2.478/14 de 16 de Dezembro de 2014, em seu Artigo 4º Inciso II e Lei Federal nº 4.320/64, (Art. 7º, I e 43, § 1º, II e § 3º).

DECRETA:

Art. 1º - Fica o Setor Contábil autorizado a proceder a SUPLEMENTAÇÃO, na importância de R\$ 45.390,00 (Quarenta e cinco mil trezentos e noventa reais), na seguinte Dotação Orçamentária.

ÓRGÃO	30	FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
UNID. ORÇ.	3001	FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
	244	ASSISTÊNCIA COMUNITÁRIA
		Manutenção das Atividades do Fundo Municipal de Assistência Social
	10150	OUT. DESPESAS CORRENTES (3390) Rec. Programas Sociais
		R\$ 45.390,00

§ 1º - Os recursos mencionados no Artigo Primeiro, são oriundos de Arrecadação através de Programas do Sistema Único de Assistência Social-SUAS/União, no exercício de 2015.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor a partir da data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Catanduvas SC, 30 de setembro de 2015.

GISA APARECIDA GIACOMIN

Prefeita Municipal

Registrado e Publicado por esta Secretaria em 30/09/2015.

OFÍCIO Nº. 1369/2015/ SR OESTE DE SANTA CATARINA/GIGOVCH

Caixa Econômica Federal
Superintendência Regional Oeste de Santa Catarina
Rua Sete de Setembro, 91-D, 1º andar - Centro
89.801-140 - Chapecó - SC

Ofício Nº. 1369/2015/ SR Oeste de Santa Catarina/GIGOVCH
Chapecó, 23 de setembro de 2015
A Sua Excelência o (a) Senhor (a)
Presidente da Câmara Municipal
de Vereadores de Catanduvas/SC

Com cópia para

A Sua Excelência a Senhora
GISA APARECIDA GIACOMIN
Prefeita Municipal
Rua Felipe Schmidt, 1435 - Centro
89.670-000 Catanduvas - SC

Assunto: Crédito de Recursos Financeiros - Orçamento Geral da União.

Senhor (a) Presidente,

1. Notificamos a V.Exª. o crédito de recursos financeiros, sob bloqueio em 21/09/2015 no valor de R\$ 49.170,00 (Quarenta e nove mil, cento e setenta reais) destinados a este município, na conta vinculada ao Contrato de repasse nº 0387913-19/2012, firmado com a Prefeitura de Catanduvas/SC, sob a gestão do Ministério das Cidades.

Respeitosamente,

RENATO FRANCISCO SAVARIS
Gerente de Filial
Gerência Executiva de Governo de Chapecó-SC

RICARDO BIER TROGLIO
Superintendente Regional
Superintendência Regional Oeste de Santa Catarina

OFÍCIO Nº. 1419/2015/ SR OESTE DE SANTA CATARINA/GIGOVCH

Caixa Econômica Federal
Superintendência Regional Oeste de Santa Catarina
Rua Sete de Setembro, 91-D, 1º andar - Centro
89.801-140 - Chapecó - SC

Ofício Nº. 1419/2015/ SR Oeste de Santa Catarina/GIGOVCH
Chapecó, 1º de outubro de 2015.
A Sua Excelência o (a) Senhor (a)
Presidente da Câmara Municipal
de Vereadores de Catanduvas/SC

Com cópia para

A Sua Excelência o (a) Senhor (a)
Gisa Aparecida Giacomini
Prefeito (a) Municipal
Rua Felipe Schmidt, 1435- Centro
89670-000 - Catanduvas - SC

Assunto: Crédito de Recursos Financeiros - Orçamento Geral da

União.

Senhor (a) Presidente,

Notificamos a V.Exª. o crédito de recursos financeiros, sob bloqueio em 28/09/2015 no valor de R\$ 121.875,00 (cento e vinte e um mil, oitocentos e setenta e cinco reais), destinados a este município, na conta vinculada ao Contrato de repasse nº 1.014.697-95/2014, firmado com o município de Catanduvas, sob a gestão do ME.

Respeitosamente,

RENATO FRANCISCO SAVARIS
Gerente de Filial
Gerência Executiva de Governo Chapecó/SC

RICARDO BIER TROGLIO
Superintendente Regional
Superintendência Regional Oeste de Santa Catarina

CÂMARA MUNICIPAL**PORTARIA Nº PL/76/2015 DE 01 DE OUTUBRO DE 2015.**

PORTARIA Nº PL/76/2015 de 01 de outubro de 2015.

EXONERA SERVIDOR A PEDIDO, NA FORMA QUE ESPECIFICA

SALETE RIBEIRO CHIARELLO, Presidente da Câmara Municipal de Vereadores de Catanduvas/SC, no uso das atribuições legais que lhe conferem a Lei Orgânica do Município e o Regimento Interno desta Casa Legislativa, Resolve:

Art. 1º. EXONERAR a pedido, a partir de 01/10/2015, o servidor LUAN RIBEIRO DA SILVA, do cargo de provimento em Comissão de Assessor de Imprensa do Quadro de Pessoal do Poder Legislativo de Catanduvas/SC, nomeado através da Portaria n. 72/2015.

Art. 2º. Esta portaria entra em vigor na data da sua publicação.

Catanduvas/SC, 01 de outubro de 2015.

SALETE RIBEIRO CHIARELLO

Presidente da Câmara

Registrado e Publicado em Secretaria em 01.10.2015.

Salete Ribeiro Chiarello

Presidente

Cheila Adriana Guerra Fabris

1ª Secretária

PORTARIA Nº PL/77/2015 DE 01 DE OUTUBRO DE 2015.

PORTARIA Nº PL/77/2015 de 01 de outubro de 2015.

ADMITE SERVIDOR NA FORMA QUE ESPECIFICA

SALETE RIBEIRO CHIARELLO, Presidente da Câmara Municipal de Vereadores de Catanduvas, no uso das suas atribuições legais que lhe conferem a Lei Orgânica do Município e o Regimento Interno desta Casa Legislativa,

RESOLVE:

Art. 1º. ADMITIR no Quadro de Pessoal do Poder Legislativo de Catanduvas/SC, RODRIGO DA SILVA AZEVEDO, para exercício do Cargo em Comissão de Assessor de Imprensa, com os vencimentos previstos em lei.

Art. 2º. Esta portaria entra em vigor na data da sua publicação.

Catanduvas/SC, 01 de outubro de 2015.

SALETE RIBEIRO CHIARELLO

Presidente

Registrado e Publicado em Secretaria em 01.10.2015.

Salete Ribeiro Chiarello

Presidente

Cheila Adriana Guerra Fabris

1ª Secretária

Chapadão do Lageado

PREFEITURA

DECRETO Nº 102, DE 01.10.2015

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA DO MUNICIPIO DE CHAPADAO DO LAGEADO

DECRETO Nº 102, DE 01.10.2015

Altera o art. 2º do Decreto nº 05/2014 de 26.02.2014, que institui o horário de expediente da Prefeitura do Município de Chapadão do Lageado-SC.

O PREFEITO MUNICIPAL, no uso de suas atribuições legais que lhe foram conferidas pelo Artigo 70, Inciso I, da Lei Orgânica Municipal e em conformidade com o § 3º do Art. 23 da Lei Complementar nº 007 de 23.12.99,

DECRETA:

Art. 1º O art. 2º do Decreto nº 05/2014 de 26.02.2014, passa a vigorar com a seguinte redação:

“

Art. 2º Excetuam-se do disposto no art. 1º, o expediente da Secretaria Municipal de Saúde que será das 08:00 às 12:00 e das 13:30 às 17:00 horas e da Secretaria Municipal dos Transportes, Obras e Serviços Urbanos que será das 07:30 às 11:30 e das 13:30 às 17:30 horas.

..... ”

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA DO MUNICIPIO DE CHAPADAO DO LAGEADO, 01 de outubro de 2015.

JOSÉ BRAULIO INÁCIO

Prefeito Municipal

CÂMARA MUNICIPAL

PORTARIA N.º021-2015

ESTADO DE SANTA CATARINA

CÂMARA DE VEREADORES DE CHAPADÃO DO LAGEADO – SC

PORTARIA N.º021/2015 DE 01-10-2015

NIBAR DA SILVA, Presidente da Câmara de Vereadores do Município de Chapadão do Lageado, Estado de Santa Catarina no uso de suas atribuições legais, conferidas pelo Artigo 78, §4.º da Lei Complementar n.008, de 23.12.99.

RESOLVE:

CONVOCAR PARA SERVIÇO OFICIAL OBRIGATÓRIO

Dirceu Pereira ocupante do cargo de Agente Administrativo parlamentar, em férias de acordo com a Portaria n.015/2015 de 25/08/2015, para serviço oficial obrigatório no dia 05/10/2015 e 06/10/2015.

Câmara de Vereadores de Chapadão do Lageado, 01 de outubro de 2015.

NIBAR DA SILVA

Presidente

Cocal do Sul

PREFEITURA

EXTRATO DO CONTRATO Nº 48/PMCS/2015

CONTRATO Nº: 48/2015

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE COCAL DO SUL

CONTRATADA: COOPERATIVA FAMILIAR AGROINDUSTRIAL SUL CATARINENSE - COOFASUL

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 44/PMCS/2015

DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 08/PMCS/2015

Objeto: Aquisição de Gêneros Alimentícios da Agricultura Familiar para alimentação escolar, para alunos da rede de educação básica publica verba FNDE/PNAE.

Assinatura: 10/09/2015

Vigência: Início: 10/09/2015 Término: 31/12/2015

Valor: R\$ 8.100,00 (oito mil e cem reais)

Dotação Orçamentária: 3.3.90.30.07(74).

EXTRATO DO TERMO ADITIVO Nº 25/PMCS/2015

CONTRATO Nº: 30/PMCS/2015

ADITIVO Nº: 25/2015

TIPO DE ADITIVO: PRIMEIRO TA - ACRÉSCIMO

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE COCAL DO SUL

CONTRATADA: MDJ SERVIÇOS LTDA - ME

PROCESSO LICITATÓRIO Nº: 24/PMCS/2015

PREGÃO Nº 15/PMCS/2015

Objeto do contrato: Contratação de empresa especializada para prestação de serviços de organização e limpeza durante a realização da III CocalFest.

Objeto do Aditivo: O presente termo aditivo tem como objeto o ACRÉSCIMO de 5,88% (cinco virgula oitenta e oito por cento) ao valor do contrato firmado entre as partes.

Assinatura: 21/09/2015

Vigência: Início: 21/09/2015 Término: 31/12/2015

Valor: R\$ 450,00 (quatrocentos e cinquenta reais)

LEI COMPLEMENTAR 62

LEI COMPLEMENTAR N. 62, de 24 de setembro de 2015.

ALTERA REDAÇÃO DE ARTIGOS, INCISOS E ANEXOS DA LEI COMPLEMENTAR N. 16, DE 01 DE JUNHO DE 2008 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Eu, ADEMIR MAGAGNIN, Prefeito Municipal de Cocal do Sul. Faço saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a presente LEI:

Art. 1º Fica alterado o inciso X, art. 7º da Lei Complementar 16, de 01 de junho de 2008, passando a vigor com a seguinte redação:

“Art. 7º

[...]

X. promover o sistema de circulação e rede de transporte que assegure a mobilidade e a acessibilidade satisfatória a todo o Município, inclusive pela modificação do trajeto da SC-108 para o sentido leste, integrando a cidade e removendo a barreira exercida pelo fluxo de veículos pesados na área central do Município”.

Art. 2º Fica alterado o art. 8º da Lei Complementar 16, de 01 de junho de 2008, passando a vigor com a seguinte redação:

“Art. 8º A fim de garantir que a gestão urbana seja promovida de

forma democrática, eficiente e efetiva, o Município de Cocal do Sul é dividido em regiões, através de lei própria, para fins administrativos, e com o objetivo de”:

[...]

[...]

Art. 3º Fica alterado o inciso IX, do art. 10., da Lei Complementar 16, de 01 de junho de 2008, passando a vigor com a seguinte redação:

“IX. a Área de Preservação Ambiental Permanente deverá ter seu limite dilatado, visando abranger maior e mais significativa inclusão de áreas de nascentes de mananciais bem como de mata natural nas suas regiões envoltórias, e através de lei específica, devendo denominá-la como “Área de Proteção Ambiental Municipal”, com o objetivo de proteger o meio ambiente através da interação da população com esse ambiente, traçando diretrizes para o uso e ocupação sustentável”.

Art. 4º Fica alterado o art. 17., da Lei Complementar 16, de 01 de junho de 2008, passando a vigor com a seguinte redação:

“Art. 17. O Município de Cocal do Sul deverá criar o Programa de Proteção aos Recursos Hídricos com o objetivo de reverter o estado de degradação e poluição dos cursos d’água que banham a sede do Município e a proteção dos mananciais ainda não degradados e poluídos, de forma a promover a melhoria da qualidade sanitária e ambiental, e, permitir a proteção de reservas hídricas para o abastecimento público no futuro, através de lei própria a partir da publicação da presente lei”.

Art. 5º Fica alterado o inciso XII, e a ordem dos incisos, do art. 26. da Lei Complementar 16, de 01 de junho de 2008, passando a vigor com a seguinte redação:

I. a criação de uma Estação de Tratamento de Esgoto – ETE, ao final da área industrial , conforme proposto no Mapa do Sistema Municipal de Áreas Verdes, Anexo 1;

II.;

III. e

IV.

Art. 6º Fica alterado o inciso VI., do art. 42., da Lei Complementar 16, de 01 de junho de 2008, passando a vigor com a seguinte redação:

“Art. 42

[...]

VI. reintegrar e requalificar o centro urbano deteriorado pela passagem da Rodovia SC- 108”.

Art. 7º Fica alterado o inciso V, do art. 43, da Lei Complementar 16, de 01 de junho de 2008, passando a vigor com a seguinte redação:

“ Art. 43

[...]

V. realizar projeto determinando o Contorno Rodoviário na Rodovia SC-108 na franja LESTE da malha urbana, a ser executada em duas etapas, em função de sua aplicabilidade, conforme Mapa do Sistema Viário, Anexo 2”.

Art. 8º Fica alterado o inciso I, do artigo 47, da Lei Complementar 16, de 01 de junho de 2008, passando a vigor com a seguinte redação:

“Art. 47

I. elaboração e execução do Plano Diretor de Transporte Público, nos termos do artigo 63 da Lei Orgânica do Município de Cocal do Sul, a partir da publicação da presente Lei.

Art. 9º. Fica alterado o caput art. 63, da Lei Complementar 16, de 01 de junho de 2008, passando a vigor com a seguinte redação:

“ Art. 63. São prioridades da Política Municipal de Saúde, a serem executadas a construção de mais equipamentos, conforme projeção da população e necessidades, conforme diretrizes no Mapa de Intervenções, Anexo 3, a seguir relacionadas”:

[....]

Art. 10. Fica alterado o caput art. 66, da Lei Complementar 16, de 01 de junho de 2008, passando a vigor com a seguinte redação:

“ Art. 66. A prioridade da Política Municipal de Esportes, a ser executada, conforme projeção da população, é a construção dos seguintes equipamentos, de acordo com quantificação regionalizada apresentada no Mapa de Intervenções, Anexo 3”:

[....]

Art. 11. Fica alterado o caput art. 72, da Lei Complementar 16, de 01 de junho de 2008, passando a vigor com a seguinte redação:

“ Art. 72. São prioridades da Política de Ação Social, a serem executadas, de acordo com quantificação regionalizada, apresentada no Mapa de Intervenções, Anexo 3”:

[....]

Art. 12. Fica alterado o caput art. 77, da Lei Complementar 16, de 01 de junho de 2008, passando a vigor com a seguinte redação:

“Art. 77. O território do Município fica dividido em quatro categorias de Macrozonas, delimitadas no Mapa de Zoneamento, Anexo 4, integrante desta Lei, assim compreendidas”:

[....]

Art. 13. Fica alterado o caput art. 99, da Lei Complementar 16, de 01 de junho de 2008, passando a vigor com a seguinte redação:

“ Art. 99. A Operação Urbana Consorciada Centro é o conjunto de intervenções e medidas, coordenadas pelo Poder Público, com a participação dos proprietários, moradores, usuários permanentes e investidores privados, visando potencializar o ganho de qualidade ambiental decorrente da reurbanização e re-qualificação do eixo atual da Rodovia SC-108 e das vias marginais, bem como a criação de “boulevard” comercial na área central”.

Art. 14. Fica alterado o art. 141, da Lei Complementar 16, de 01 de junho de 2008, passando a vigor com a seguinte redação:

“Art. 141. Para viabilização das medidas apresentadas em cada área, as Secretarias Municipais competentes deverão, a partir da aprovação desta Lei, elaborar relatório contendo as prioridades, os prazos para execução e os recursos humanos e materiais necessários”.

Art. 15. Fica alterado o Anexo VI - Quadro de Índices Urbanísticos

de Zoneamento, da Lei Complementar n. 16, de 01 de junho de 2008, que passa a ter redação conforme Tabela Anexa a presente Lei Complementar.

Art. 16. Fica alterado o Anexo VII – Quadro de Classificação das Atividades por Zonas, da Lei Complementar n. 16, de 01 de junho de 2008, que passa a ter redação conforme Tabela Anexa a presente Lei Complementar.

Art. 17. Fica alterada a descrição das Zonas Constantes do Anexo 8 – Quadro de Descrição do Perímetro das Zonas, da Lei Complementar n. 16, de 01 de junho de 2008, conforme redação abaixo:

QUADRO DE DESCRIÇÃO DO PERÍMETRO DAS ZONAS – ANEXO 8

ZPA (MZIA)

Começa na confluência do Limite Municipal com o segmento 1-2, segue-se por esse e, depois, segue pelo segmento de retas 2-19, Limite Municipal até o ponto inicial.

ZDC 1 (MZZ)

É representada pela poligonal C1- C8.

ZDC 2 (MZZ)

É representada pela poligonal C9- C17.

ZDC 3 (MZZ)

É representada pela poligonal C18- C59.

ZDC 4 (MZZ)

É representada pela poligonal C60- C68.

ZDE 1 (MZZ)

É representada pela poligonal E1- E7.

ZDE 2 (MZZ)

É representada pela poligonal E8- E11.

ZM 1 (MZU)

Começa na confluência da Rua Zeferino Euclides Furlan com a Avenida Valentin Fachin, segue-se por essa e, depois, segue em linha reta pelo segmento 31-30, Linha para paralela à Avenida Valentin Fachin, que dista 92 metros da mesma, segue pelo segmento de retas 53-55, Avenida São João, Rua Santa Bárbara, segue pelo segmento de retas 56-62, Rua Província de Bérgamo, linha paralela à Rua Guy Marcos Nunes de Souza que dista 28 metros da mesma, segue em linha reta pelo segmento 63-64, Rua Urussanga, Rua Carlos Drumond de Andrade, segue em linha reta pelo segmento 65-66, linha paralela à Rua Guy Marcos Nunes de Souza que dista 28 metros da mesma, Rua Zeferino Euclides Furlan até o ponto inicial.

ZM 2 (MZU)

Começa na confluência do segmento 27-26 com o segmento 26-67, segue-se por esse e, depois, Rua Existente, segue pelo segmento de retas 68-74, Avenida Carlos Osellame, segue em linha reta pelo segmento 75-76, Rua Iadwiga Iablonski Biella, Rua Santo Cizenski, segue pelo segmento de retas 77-45, 45-43, Rua Projetada “F”, segue pelo segmento de retas 42,41, 41-122, 122-123, Rua Pedro Lúcio Dalló, segue pelo segmento de retas 78-81, Rua João Irineu Rosa, segue pelo segmento de retas 82-84, linha paralela à Rua Alfredo del Priori que dista 23 metros da mesma, segue pelo segmento de retas 85-92, Rua Jacintha Revivo, segue em linha reta pelo segmento 93-94, Rua Jacintha Redivo, segue em linha reta pelo segmento 95-96, Rua Lino Búrigo, Rua Chelsea, Rua Germano de Fáveri, segue em linha reta pelo segmento 97-98, Avenida Antonio Nunes de Souza, Avenida Itália, segue em linha reta pelo segmento 99-100, via sem denominação, linha paralela à Avenida Antonio Nunes de Souza que dista 72 metros da mesma, segue

pelo segmento de retas 101-27, 27-26 até o ponto inicial.

ZM 3 (MZU)

Começa na confluência da linha paralela à Avenida Valdemar Kleinumbing, que dista 23 metros da mesma, com a Rua Zeferino Euclides Furlan, segue-se por essa e, depois, linha paralela à Rua Guy Marcos Nunes de Souza, que dista 25 metros da mesma, linha paralela à Rua Paulino Búrigo, que dista 37 metros da mesma, linha paralela à Rua Dr. Edson Gaidzinski, que dista 33 metros da mesma, linha paralela à Rua Voluntários da Pátria, que dista 45 metros da mesma, linha paralela à Rodovia Maximiliano Gaidzinski, que dista 46 metros da mesma, segue pelo segmento de retas 102-105, linha paralela à Avenida Valdemar Kleinumbing, que dista 23 metros da mesma, até o ponto inicial.

ZM 4 (MZU)

É representada pela poligonal M1 – M13.

ZM 5 (MZU)

É representada pela poligonal M14 – M17.

ZPR 1 (MZT)

É representada pela poligonal R1 – R4.

ZPR 2 (MZT)

É representada pela poligonal R5 – R20.

ZPR 3 (MZT)

É representada pela poligonal R21 – R31.

ZPR 4 (MZT)

É representada pela poligonal R32 – R37.

ZMC (MZU)

Começa na confluência da Rua Maria de Lourdes Zaccaron Pagnan com a Rua Maximiliano Gaidzinski, segue-se por essa e, depois, segue em linha reta pelo segmento 108-109, linha paralela à Rua Ambrósio Dalló que dista 175 metros da mesma, segue em linha reta pelo segmento 110-111, linha paralela à Avenida Valdemar Kleinumbing, que dista 52 metros da mesma, segue em linha reta pelo segmento 112-113, linha paralela à Avenida Valdemar Kleinumbing, que dista 26 metros da mesma, segue pelo segmento de retas 105-102, linha paralela à Rodovia Maximiliano Gaidzinski, que dista 54 metros da mesma, linha paralela à Rua Voluntários da Pátria, que dista 45 metros da mesma, linha paralela à Rua Dr. Edson Gaidzinski, que dista 33 metros da mesma, linha paralela à Rua Paulino Búrigo, que dista 38 metros da mesma, linha paralela à Rua Guy Marcos Nunes de Souza, que dista 25 metros da mesma, Rua Zeferino Euclides Furlan, linha paralela à Rua Guy Marcos Nunes de Souza, que dista 25 metros da mesma, segue em linha reta pelo segmento 66-65, Rua Carlos Drumond de Andrade, Rua Urussanga, segue em linha reta pelo segmento 64-63, linha paralela à Rua Guy Marcos Nunes de Souza, que dista 25 metros da mesma, Rua Província de Bérgamo, segue pelo segmento de retas 62-56, Rua Santa Bárbara, Avenida São João, segue pelo segmento de retas 55-53, linha paralela à Avenida Antonio Nunes de Souza, que dista 86 metros da mesma, segue pelo segmento de retas 28-27, 27-101, linha paralela à Avenida Antonio Nunes de Souza, que dista 62 metros da mesma, via sem denominação, segue em linha reta pelo segmento 100-99, Avenida Itália, Avenida Antonio Nunes de Souza, segue em linha reta pelo segmento 98-97, Rua Germando de Fáveri, Rua Chelsea, Rua Lino Búrigo, segue em linha reta pelo segmento 96-95, Rua Jacinth Redivo, segue em linha reta pelo segmento 94-93, Rua Jacinth Redivo, segue pelo segmento de retas 92-85, linha paralela à Rua Alfredo del Priori, que dista 23 metros da mesma, segue pelo segmento de retas 84-82, Rua João Irineu Rosa, segue pelo segmento de retas 81-80, 80-106, 106-107, Rua Alfredo del Priori, Rua Benjamin Constant, Rua Maria de Lourdes Zaccaron Pagnan até o ponto inicial.

ZICS (MZU)

Começa no ponto 123 na Rua Ambrósio Dalló, segue pelo segmento de retas 123-119, Avenida Roberto Galli, Estrada Geral Linha Tigre, segue pelo segmento de retas 118-116, Avenida Valdemar Kleinumbing, segue em linha reta até o ponto 112, linha paralela à Avenida Valdemar Kleinumbing que dista 52 metros da mesma, segue em linha reta pelo segmento 111-110, linha paralela à Rua Ambrósio Dalló que dista 175 metros da mesma, segue em linha reta pelo segmento 109-108, Rua Maximiliano Gaidzinski, Rua Maria de Lourdes Zaccaron Pagnan, Rua Benjamin Constant, Rua Alfredo del Priori, segue pelo segmento de retas 107-106, 106-80, 80-78, Rua Pedro Lúcio Dalló até o ponto inicial.

ZR1 (MZR)

É representada pela poligonal RR1- RR4.

ZR2 (MZR)

É representada pela poligonal RR5- RR8.

ZR3 (MZR)

É representada pela poligonal RR9- RR24.

NUA 1 (MZIA)

Começa no ponto 128 da Estrada Rio Perso, segue pelo segmento de retas 128-135, rio sem denominação, segue pelo segmento de retas 136-138, Estrada Rio Perso até o ponto inicial.

NUA 2 (MZIA)

Começa no ponto 139 da Estrada Linha Ferreira Ponte, segue pelo segmento de retas 139-143, rio sem denominação, segue pelo segmento de retas 144-146, Estrada Linha Ferreira Ponte até o ponto inicial.

NUA 3 (MZIA)

Começa no ponto 147 da Estrada Linha Braço Cocal, segue pelo segmento de retas 147-153, Estrada Linha Braço Cocal até o ponto inicial.

NUD 1 (MZR)

Começa no ponto 154 no Limite Municipal, segue pelo segmento de retas 154-156, Rodovia Estadual SC 108, segue pelo segmento 157-158, Estrada Linha Rio Perso, segue pelo segmento 159-160, Limite Municipal até o ponto inicial.

NUD 2 (MZR)

Começa no ponto 161 no Limite Municipal, segue pelo segmento de retas 161-164, Limite Municipal até o ponto inicial.

Art. 18. Fica alterado o Quadro de classificação do Sistema Viário – Anexo 9, Lei Complementar n. 16, de 01 de junho de 2008, conforme redação abaixo:

QUADRO DE CLASSIFICAÇÃO DO SISTEMA VIÁRIO – ANEXO 9

V1p - VIÁRIO ESTRUTURAL INTERMUNICIPAL PROVISÓRIA

SC 108 (Norte)

Acesso ao Centro.

Início: limite Urbano

Término: entroncamento com a Rua Jacinth Redivo

Rua Jacinth Redivo

Ligação Centro / Linha Espanhola.

Início: entroncamento com a SC 442

Término: entroncamento com a Linha Espanhola

SC 108 (Sul)

Acesso ao Centro.

Início: entroncamento com a Estrada Geral Linha Tigre

Término: entroncamento Rodovia Maximiliano Gaidzinski com a Avenida Valdemar kleinumbing e Rua Ambrósio Dalló

Rua Ambrósio Dalló

Ligação Rodovia Maximiliano Gaidzinski com a Linha Espanhola.

Início: entroncamento com a Rodovia SC 108 / Rodovia Maximiliano Gaidzinski

Término: entroncamento com a Linha Espanhola e Linha Estação Cocal

V1 - VIÁRIO ESTRUTURAL INTERMUNICIPAL

SC 108 (Norte)

Ligação Criciúma com Cocal do Sul.

Início: limite municipal

Término: entroncamento com o Anel Viário

Anel Viário (V1_c01/ V1_c02 / V1_c03)

Contorno urbano, ligação Norte-Sul da SC 108, saídas para Urussanga e Criciúma.

Início: entroncamento com a Rodovia SC 108

Término: Rua Jacinta Redivo (Centro)

SC 108 (Sul)

Ligação Urussanga com Cocal do Sul.

Início: entroncamento com Anel Viário e Rua Ambrósio Dalló.

Término: limite municipal

Eixo Leste-Oeste (Sul)

Ligação Anel Viário com SC 442.

Início: entroncamento com o Anel Viário e a Linha Espanhola

Término: entroncamento com a SC 442

Linha Cabral

Ligação Anel Viário Criciúma com entroncamento da V1C03.

Início: entroncamento da V1C03

Término: entroncamento Anel Viário de Criciúma

Linha Estação Cocal

Ligação Estação Cocal com o início da Rua Ambrósio Dalló.

Início: Rua Ambrósio Dalló

Término: Limite municipal.

V2 - VIÁRIO ESTRUTURAL INTERMUNICIPAL SECUNDÁRIA

Linha Rio Galo

Ligação SC 108 / Eixo Leste-Oeste e Morro da Fumaça.

Início: entroncamento com a SC 108

Término: limite municipal Morro da Fumaça

Linha Cabral

Ligação Rua Alfredo Del Priori, Rua Ambrósio Dalló com o Anel Viário de Criciúma

Início: entroncamento com o Anel Viário

Término: limite municipal Morro da Fumaça

V3 - VIA ESTRUTURAL URBANA

SC 108 (Norte)

Acesso à cidade por Urussanga.

Início: entroncamento com Anel Viário

Término: entroncamento com a Rua Lino Búrigo

Rua São Marcos X SC 108

Sistema Binário com a SC 108.

Início: entroncamento com Av. Colina

Término: entroncamento com a Rua Lino Búrigo

Av. Antonio Nunes de Souza X Rua Demétrio Bettiol

Sistema Binário.

Início: entroncamento com a Rua Lino Búrigo

Término: entroncamento com a Av. Polidoro Santiago e Rua Guy Marcos Nunes de Souza

Av. Polidoro Santiago X Rua Dr. Edson Gaidzinski

Sistema Binário.

Início: entroncamento Rua Guy Marcos Nunes de Souza com a Av. Antonio Nunes de Souza e Rua Demétrio Bettiol

Término: entroncamento Rod. Maximiliano Gaidzinski e Rua Voluntários da Pátria

Rodovia Maximiliano Gaidzinski

Acesso à cidade por Criciúma.

Início: entroncamento da Av. Polidoro Santiago e Rua Voluntários da Pátria

Término: entroncamento com o Anel Viário e a Linha Tigre

Av. Valentin Fachin

Circulação urbana periférica.

Início: entroncamento com a Rua São Marcos e SC 108

Término: entroncamento com Rua Zeferino Euclides Furlan

Rua Jacinta Redivo

Acesso ao Anel Viário

Início: entroncamento com a Av. Antonio Nunes de Souza

Término: entroncamento com Anel Viário

Rua Guy Marcos Nunes de Souza

Circulação urbana periférica.

Início: entroncamento com a Av. Antonio Nunes de Souza

Término: entroncamento Rua Zeferino Euclides Furlan e Linha Ferreira Ponte

Rua Paulino Búrigo

Ligação Centro, Av. Polidoro Santiago, com a Rua Guy Marcos Nunes de Souza.

Início: entroncamento com a Av. Polidoro Santiago

Término: entroncamento com a Rua Guy Marcos Nunes de Souza

Rua Alfredo Del Priori

Ligação Centro, Av. Polidoro Santiago, com Anel Viário.

Início: entroncamento com a Av. Polidoro Santiago

Término: entroncamento com o Anel Viário, Rua Ambrósio Dalló, Linha Estação Cocal, Linha Espanhola.

Avenida Valdemar kleinumbing

Ligação Rodovia Maximiliano Gaidzinski com Av. Roberto Galli.

Início: entroncamento com a Rodovia Maximiliano Gaidzinski

Término: entroncamento com a Av. Roberto Galli

Estrada Linha Tigre

Ligação SC 108 com Av. Roberto Galli (Perímetro Urbano).

Início: entroncamento com a SC 108

Término: entroncamento com a Av. Roberto Galli

Av. Roberto Galli

Ligação Avenida Valdemar kleinumbing com a Estrada Linha Tigre

Início: entroncamento com a Avenida Valdemar kleinumbing

Término: entroncamento com a Estrada Linha Tigre

Rua Zeferino Euclides Furlan

Ligação Av. Valentin Fachin com a Avenida Valdemar kleinumbing

Início: entroncamento com a Avenida Valdemar kleinumbing

Término: entroncamento com a Estrada Linha Tigre

Rua Linha Cabral

Ligação do Anel Viário de Criciúma até Rua Alfredo Del Priori.

Início: entroncamento com a Rua Alfredo Del Priori

Término: limite municipal com Criciúma

Linha Ferreira Ponte
Início: entroncamento com a Rua Guy Marcos Nunes de Souza
Término: limite de área de proteção ambiental.

Linha Vicentina
Início: entroncamento com a Avenida Valdemar Kleinumbing
Término: limite de área de proteção ambiental.

Linha Tigre
Início: entroncamento com a Av. Roberto Galli
Término: limite de área de proteção ambiental.

VR - VIA RURAL

Linha Rio Perso
Início: Área de Proteção Ambiental
Término: limite territorial com o município de Siderópolis.

Linha Tigre
Início: Área de Proteção Ambiental
Término: limite territorial com o município de Siderópolis

Linha Ferreira Pontes
Início: Área de Proteção Ambiental
Término: limite territorial com o município de Siderópolis

Linha Vicentina
Início: Área de Proteção Ambiental
Término: limite territorial com o município de Siderópolis

VC - VIA COLETORA

Avenida Itália
Início: SC 108
Término: Rua Fortunato

Rua Fortunato
Início: Avenida Itália
Término: Avenida Candiottto

Avenida Candiottto
Início: SC 108
Término: Rua Fortunato

Av. Colina
Início: Av. Antonio Nunes de Souza
Término: Rua Mario Lago

Rua Mario Lago
Início: Av. Colina
Término: Av. Felisberto

Av. Felisberto
Início: Av. Antonio Nunes de Souza
Término: Rua Mario Lago

Rua Primavera
Início: Av. Antonio Nunes de Souza
Término: Rua das Palmeiras

Rua Jorge Meneguel
Início: Av. Antonio Nunes de Souza
Término: Rua Machado de Assis

Rua Adão José De Souza
Início: Rua Demétrio Bettiol
Término: Rua Francisco Possamai

Rua Adair Pagnan

Início: Rua Voluntários da Pátria
Término: Av. Novo Hamburgo

Av. Carlos Osellame
Início: Rua Francisco Possamai
Término: Rua Jacomo Cechinel

Rua Zelsy Búrigo
Início: Rua João Dajori
Término: Rua Zeferino Euclides Furlan

Rua Criciúma
Início: Av. Chapecó
Término: Av. Novo Hamburgo

Rua Machado De Assis
Início: Rua Zelsy Búrigo
Término: Rua Gregório Rodrigues de Souza

Rua Conselheiro Stefano Napolini
Início: Rua Gregório Rodrigues de Souza
Término: Rua Adair Pagnan

Rua São Jorge
Início: Avenida Valentin Fachin
Término: limite do Rio Cocal

Rua João Dajori
Início: limite do Rio Cocal
Término: Rua Guy Marcos Nunes de Souza

Av. Chapecó
Início: Rua Criciúma
Término: Avenida Valdemar Kleinumbing

Av. Fernando Furlan
Início: Rua Criciúma
Término: Avenida Valdemar Kleinumbing

Rua Maximiliano Gaidzinski
Início: Rua Ambrósio Dalló
Término: Rua Adão Bosa

Rua Elias Rosso
Início: Rua Ambrósio Dalló
Término: Rua Alfredo Del Priori

Rua Francisco Possamai
Início: Rua Alfredo Del Priori
Término: Av. Carlos Osellame

Rua Das Palmeiras
Início: Rua Primavera
Término: Av. Carlos Osellame

Rua Jacomo Cechinel
Início: Av. Carlos Osellame
Término: Rua Antonio Cechinel

Rua Custódia Mª da Conceição
Início: Rua Antonio Cechinel
Término: Av. Beira Rio

Rua Benjamim Savi
Início: Av. Beira Rio
Término: Rua Alfredo Del Priori

Rua Projetada "A"
Início: Rua Ambrósio Dalló

Término: Rua Projetada "F"

Art. 19. Fica alterado o Quadro de Descrição das Intervenções Viárias – Anexo 10, Lei Complementar n. 16, de 01 de junho de 2008, conforme redação abaixo:

QUADRO DE DESCRIÇÃO DAS INTERVENÇÕES VIÁRIAS -ANEXO 10

DISPOSITIVOS VIÁRIOS

A 01 – Melhorias para entrada da cidade para quem vem de Urussanga. Adoção do sistema binário e ajuste geométrico viário e no passeio de pedestres, Rua São Marcos e Av. Antonio Nunes de Souza.

A 02 – Melhorias no acesso central. Adoção do sistema binário e ajuste geométrico viário e no passeio de pedestres, Av. Antonio Nunes de Souza e Rua Demétrio Bettiol

A 03 – Melhorias circulação central. Ajuste geométrico na rotatória central, distribuindo de forma eficaz o fluxo de veículos.

A 04 – Melhorias no acesso central para quem vem de Criciúma. Adoção do sistema binário e ajuste geométrico viário e no passeio de pedestres, Rua Dr. Edson Gaidzinski, Av. Dr. Polidoro Santiago, Rua Paulino Búrigo e Rua Voluntários da Pátria.

A 05 – Melhorias no dispositivo de distribuição, para que vem de Criciúma (SC 108), entre as Av. Valdemar Kleinumbing, Rua Ambrósio Dalló e a Rod. Maximiliano Gaidzinski.

A 06 – Melhorias na distribuição, para quem vem de Criciúma, entre o acesso a área central (Rod. Maximiliano Gaidzinski) e o Anel Viário (V1_c03).

A 07 – Melhorias na distribuição do Anel Viário (V1_c03) para Anel Viário Criciúma, SC 108, Linha Espanhola, Rua Alfredo Del Priori, Rua Ambrósio Dalló e Linha Estação Cocal.

A 08 – Melhorias na distribuição do Anel Viário (V1_c03 / V1_c02) entre Centro e Estação Cocal, nas vias: Linha Espanhola, Rua Alfredo Del Priori, Rua Ambrósio Dalló e Linha Estação Cocal.

A 09 – Melhorias na distribuição entre o Anel Viário (V1_c02 / V1_c03) e a Linha Espanhola.

A 10 – Melhorias na distribuição do Anel Viário (V1_c01 / V1_c02) para o Centro.

A 11 – Melhorias na distribuição, de quem vem da SC 108 (município de Urussanga), entre o Anel Viário (V1_c01) e a Av. Antonio Nunes de Souza

A 12 - Melhorias na distribuição de quem vem de Urussanga, entre a SC 108 (acesso ao centro e Anel Viário) e a Linha Rio Galo (acesso a Urussanga, Morro da Fumaça e Rod. SC 442).

A 13 – Melhorias na distribuição entre a Linha Rio Comprudente e o Eixo de Ligação entre Anel Viário e a SC 442.

A 14 – Ampliações e Melhorias no acesso do Eixo Anel Viário - Rod. SC 442.

A 15 - Melhorias na distribuição de quem vem de Urussanga, entre a SC 108 (acesso ao centro e Anel Viário) e a Linha Rio Perso (via de acesso a área de proteção ambiental).

A 16 – Dispositiva em desnível para transpor o Rio Cocal.

SISTEMA VIÁRIO A CONSTRUIR

V1 - VIÁRIO ESTRUTURAL INTERMUNICIPAL

V1_c01 – Ligação entre estrada SC - 108/ Rua Jacintha Redivo.
Início: entroncamento estrada SC – 108 com o córrego (sem denominação)
Término: Rua Jacintha Redivo

V3 - VIA ESTRUTURAL URBANA

V3_c01 – Ligação entre a Av. Valentin Fachin / Rua Zeferino Euclides Furlan.
Início: entroncamento Rua São Jorge com a Av. Valentin Fachin
Término: entroncamento Rua Zeferino Euclides Furlan com o Rio Cocal

V3_c02 – Ligação Rua Guy Marcos Nunes de Souza / Av. Valdemar Kleinumbing.
Início: entroncamento Rua Guy Marcos Nunes de Souza com a Rua Zeferino Euclides Furlan
Término: entroncamento Av. Valdemar Kleinumbing e a Av. Chapecó

V3p_c03 – ajuste na geometria viária da Jacintha Redivo. Trecho com tratamento para sistema binário, aumentando a capacidade na circulação de veículos e pedestres

VR - VIA RURAL

VR_c01 - Ligação entre a Linha Estação Cocal / Linha Espanhola.
Início: entroncamento da Linha Estação Cocal com a Rua Projetada na Área Industrial 2
Término: até a Linha Espanhola

VC - VIA COLETORA

VC_c01 – Ligação entre a Rua Machado de Assis / Rua São Jorge.
Início: entroncamento Rua Machado de Assis com a Rua Zelsy Búrigo
Término: até a Rua São Jorge

VC_c02 – Ligação entre a Rua Primavera/ Av. Antonio Nunes de Souza.
Início: entroncamento Rua Primavera com a Rua Demétrio Bettiol
Término: até a Av. Antonio Nunes de Souza

VC_c03 – Ligação entre a Rua João Dajori/ Rua São Jorge.

SISTEMA VIÁRIO A MELHORAR (_m00)

V1 - VIÁRIO ESTRUTURAL INTERMUNICIPAL

V1_m01 – Linha Espanhola.
Início/Término: entroncamento Linha Estação Cocal, Rua Alfredo Del Priori, Rua Ambrósio Dalló e a V1_c03(proposta) até SC 442

V1_m02 – Rua Jacintha Redivo.
Início/Término: no trecho que liga a V1_c01(proposta) com a V1_c02(proposta)

V1_m03 – Linha Estação Cocal.
Início/Término: entroncamento Linha Espanhola, Rua Alfredo Del Priori, Rua Ambrósio Dalló e V1_c03(proposta) até a Estação Cocal.

V1_m04 – Rua Linha Cabral.
Início/Término: entroncamento da Rua Linha Cabral com a V1_c03(proposta) até a divisa do município em direção a Criciúma

V2 - VIÁRIO ESTRUTURAL INTERMUNICIPAL SECUNDÁRIA

V2_m01 – Linha Rio Galo e Linha Rio Comprudente.

Início/Término: entroncamento da SC 108 com a Linha Rio Galo, por toda extensão até a divisa do município do Morro da Fumaça

V3 - VIA ESTRUTURAL URBANA

V3_m01 – SC 108.

Início/Término: entroncamento SC 108 com a Estrada Geral da Linha Tigre até a Avenida Colina

V3_m02 – Av. Antonio Nunes de Souza e Rua São Marcos (Sistema Binário).

Início/Término: entroncamento da Avenida Colina com a Rua São Marcos e Av. Antonio Nunes de Souza até o entroncamento da Rua Lino Búrigo e Av. João Inocência de Aguiar com as mesmas

V3_m03 – Av. Antonio Nunes de Souza e Rua Demétrio Bettiol (Sistema Binário).

Início/Término: entroncamento da Rua Manhattan e Av. João Inocência de Aguiar com a Av. Antonio Nunes de Souza, Rua Demétrio Bettiol e a até o entroncamento Rua Octávio Scarpato e a Rua Guy Marcos Nunes de Souza com a Av. Dr. Polidoro Santiago

V3_m04 – Rua Dr. Edson Gaidzinski e Av. Polidoro Santiago (Sistema Binário).

Início/Término: entroncamento da Rua Octávio Scarpato e a Rua Guy Marcos Nunes de Souza com a Av. Dr. Polidoro Santiago, até o entroncamento da Rod. Maximiliano Gaidzinski com a Rua Voluntários da Pátria e a Av. Dr. Polidoro Santiago

V3_m05 – Rodovia Maximiliano Gaidzinski

Início/Término: entroncamento da Rua Voluntários da Pátria e a Av. Dr. Polidoro Santiago até o entroncamento da Estrada Geral Linha Tigre e a V1_c03(proposta)

V3_m06 – Avenida Valentin Fachin

Início/Término: entroncamento da Av. Antonio Nunes de Souza e Rua São Marcos com a Avenida Valentin Fachin até a Rua São Jorge

V3_m07 – Rua Jacintha Redivo

Início/Término: entroncamento da Av. Antonio Nunes de Souza até o entroncamento da V1_c01(proposta) e a Linha Espanhola

V3_m08 – Rua Guy Marcos Nunes de Souza

Início/Término: entroncamento da Av. Antonio Nunes de Souza até o entroncamento Rua Zeferino Euclides Furlan com a Linha Ferreira Ponte

V3_m09 – Rua Paulino Búrigo

Início/Término: por toda extensão, da Rua Guy Marcos Nunes de Souza até a Av. Dr. Polidoro Santiago

V3_m10 – Rua Alfredo Del Priori

Início/Término: por toda extensão, da Av. Dr. Polidoro Santiago até o entroncamento da Linha Espanhola, da Linha Estação Cocal, da Rua Ambrósio Dalló e da V1_c03(proposta)

V3_m11 – Avenida Valdemar kleinumbing

Início/Término: por toda extensão, do entroncamento da Rodovia Maximiliano Gaidzinski com a Rua Ambrósio Dalló até o entroncamento da Linha Vicentina com a Av. Roberto Galli

V3_m12 – Rua Ambrósio Dalló

Início/Término: por toda extensão, do entroncamento da Rodovia Maximiliano Gaidzinski com a Avenida Valdemar kleinumbing até o entroncamento da Linha Espanhola, da Linha Estação Cocal, da Rua Alfredo Del Priori e da V1_c03(proposta)

V3_m13 – Rua Zeferino Euclides Furlan

Início/Término: por toda extensão, do entroncamento com o Rio Cocal e da V3_c01(proposta) até o entroncamento da Linha Ferreira Ponte com a Rua Guy Marcos Nunes de Souza e a V3_c02

V3_m14 – Av. Roberto Galli

Início/Término: por toda extensão, do entroncamento Avenida Valdemar kleinumbing com a Linha Vicentina até a Estrada Geral Linha Tigre

V3_m15 – Estrada Geral Linha Tigre

Início/Término: da Av. Roberto Galli até a Rodovia Maximiliano Gaidzinski (SC 108)

V3_m16 – Rua Linha Cabral

Início/Término: por toda extensão, da Rua Alfredo Del Priori até V1_c03(proposta)

VR - VIA RURAL

Linha Rio Perso – início na área de proteção ambiental, até o limite territorial com Siderópolis.

Linha Ferreira Ponte - início na área de proteção ambiental, até o limite territorial com Siderópolis.

Linha Vicentina – início na área de proteção ambiental, até o limite territorial com Siderópolis.

Linha Tigre - início na área de proteção ambiental, até o limite territorial com Siderópolis.

.

VC - VIA COLETORA

Av. Colina – da Av. Antonio Nunes de Souza até a Rua Mario Lago.

Av. Felisberto – da Av. Antonio Nunes de Souza até a Rua Mario Lago.

Rua Primavera – da Av. Antonio Nunes de Souza até a Rua das Palmeiras.

Rua Das Palmeiras – da Rua Primavera até a Av. Carlos Osellame.

Rua Jorge Meneguel – da Av. Antonio Nunes de Souza até a Rua Machado de Assis.

Rua Adão José De Souza – da Rua Demétrio Bettiol até a Rua Francisco Possamai.

Rua Francisco Possamai – da Av. Carlos Osellame até a Rua Alfredo Del Priori.

Rua Adair Pagnan – da Rua Voluntários da Pátria até a Rua Conselheiro Stefano Napolini.

Rua Conselheiro Stefano Napolini – da Rua Adair Pagnan até a Rua Jorge Meneghel.

Rua Machado De Assis – da Rua Jorge Meneghel até Rua Zelsy Búrigo.

Rua Zelsy Búrigo – da Rua Machado de Assis até Rua Zeferino Euclides Furlan.

Rua João Dajori – da Rua Guy Marcos Nunes de Souza até o Rio Cocal.

Rua São Jorge – do Rio Cocal até a Avenida Valentin Fachin.

Art. 20. Fica alterado o Anexo 11 do Quadro de Descrição dos Instrumentos de Política Urbana, da Lei Complementar n. 16, de 01 de junho de 2008, conforme redação abaixo:

QUADRO DE DESCRIÇÃO DOS INSTRUMENTOS DE POLÍTICA URBANA -ANEXO 11

TRANSFERÊNCIA DE POTENCIAL CONSTRUTIVO

TPC-1

Começa na confluência da Rua Fortunato com o segmento 1-2, segue-se por esse e, depois, segue pelo segmento de retas 2-6, segue pela linha paralela ao Córrego sem denominação que dista 33m do mesmo, via sem denominação, segue pelo segmento de retas 7-13, Perímetro Urbano, segue pelo segmento de retas 17-21, Rua Fortunato até o ponto inicial.

TPC-2

Começa na confluência da Avenida João Inocêncio de Aguiar com a Avenida Antonio Nunes de Souza, segue-se por essa e, depois, segue pelo segmento de retas 24-27, Rio Cocal, Avenida João Inocêncio de Aguiar até o ponto inicial.

TPC-3

Começa na confluência da Avenida Valdemar Kleinumbing, com o segmento 132-133, segue-se por esse e, depois, segue em linha reta pelo segmento 133-134, Rua Zeferino Euclides Furlan, segue em linha reta pelo segmento 135-136, Avenida Chapecó, segue em linha reta pelo segmento 137-138, Rua Zeferino Euclides Furlan, Avenida Valdemar Kleinumbing até o ponto inicial.

TPC-4

Começa na confluência do córrego sem denominação com a Avenida Novo Hamburgo, segue-se por esse e, depois, segue pelo segmento de retas 147-70, 70-69, córrego sem nome até o ponto inicial.

TPC-5

Começa na confluência da Rua Ângelo Peruchi Com a Rua Professor Paulo Galli, segue-se por essa e, depois, Rua Fernando de Fáveri, segue em linha reta pelo segmento 148-149, Rua Projetada 54, segue em linha reta pelo segmento 150-151, Rua Ângelo Peruchi até o ponto inicial.

TPC-6

É a área entre o segmento de retas 109-111, 111-114, 114-109.

TPC-7

Começa na confluência da Rua das Rosas com a Rua Antonio Cechinel, segue-se por essa e, depois, segue pelo segmento de retas 117-121, Rua Alfredo del Priori, segue em linha reta pelo segmento 122-123, Rio Cocal, Rua Fernando Savi, segue em linha reta pelo segmento 115-116, Rua das Rosas até o ponto inicial.

TPC-8

Começa na confluência da Rua Ambrósio Dalló com o segmento 124-125, segue pelo segmento de retas 125-127, Rua Ambrósio Dalló até o ponto inicial.

TPC-9

Começa na confluência da Rua Linha Cabral com a Rua Projetada "F", segue-se por esse e, depois, segue pelo segmento de retas 128-131, Rua Linha Cabral até o ponto inicial.

PARCELAMENTO, EDIFICAÇÃO E UTILIZAÇÃO COMPULSÓRIOS

PEUC 1

Começa na confluência da Rua Eremilda Dalló Weil com o segmento 15-17, segue-se por esse e, depois, Perímetro Urbano, segue em linha reta pelo segmento 13-12, Rua Eremilda Dalló Weil até o ponto inicial.

PEUC 2

Começa na confluência da Rua Chelsea com a Rua Germano De Fáveri, segue-se por essa e, depois, Rua Hortênsia, Rua Jacintha Redivo, segue em linha reta pelo segmento 22-23, Rua Chelsea até

o ponto inicial.

PEUC 3

Começa na confluência do Rio Cocal com a Rua Jorge Meneghel, segue-se por essa e, depois, Rua Içara, segue pelo segmento de retas 28-30, Rio Cocal até o ponto inicial.

PEUC 4

Começa na confluência da Rua Ugolino Teza com a Rua Guy Marcos Nunes de Souza, segue-se por essa e, depois, segue pelo segmento de retas 45-47, Rua Zeferino Euclides Furlan, segue pelo segmento de retas 152-154, 154-41, 41-44, Rua Ugolino Teza até o ponto inicial.

PEUC 5

Começa na confluência da Rua Zeferino Euclides Furlan com a Rua Guy Marcos Nunes de Souza, segue-se por essa e, depois, Avenida Fernando Furlan, segue em linha reta pelo segmento 48-49, Rua Zeferino Euclides Furlan até o ponto inicial.

PEUC 6

Começa na confluência da Avenida Novo Hamburgo com o segmento 144-145, segue-se por essa e, depois, segue pelo segmento de retas 145-146, 146-71, 71-70, 70-147, Avenida Novo Hamburgo até o ponto inicial.

PEUC 7

Começa na confluência da Rua Ademair Luiz Búrigo com a Rua Custódia Maria da Conceição, segue-se por essa e, depois, segue pelo segmento de retas 157-159, Avenida Beira Rio, Rua Benjamin Savi, segue pelo segmento de retas 160-120, 120-117, Rua Antonio Cechinel, segue em linha reta pelo segmento 155-156, Rua Ademair Luiz Búrigo até o ponto inicial.

PEUC 8

Começa na confluência da Rua Alfredo del Priori com a Rua Fernando Savi, segue-se por essa e, depois, Rio Cocal, segue em linha reta pelo segmento 123-122, Rua Alfredo del Priori até o ponto inicial.

PEUC 9b

Começa na confluência da Rua Ambrósio Dalló com a Rua Linha Cabral, segue-se por essa e, depois, Rua Alfredo Del Priori, segue pelo segmento de retas 161-164, Rua Ambrósio Dalló até o ponto inicial.

PEUC 9a

Começa na confluência da Rua Luiz De Noni com a Rua Alfredo del Priori, segue-se por essa e, depois, Rua Linha Cabral, Rua Ambrósio Dalló, Rua Luiz Denoni, Rua Henrique Kanarek, Rua Luiz De Noni, Rua Venceslau Biella, Rua Luiz De Noni, até o ponto inicial.

OPERAÇÃO URBANA CONSORCIADA

OPU

Começa na confluência da Rua Maria de Lourdes Zaccaron Pagnan com a Rua Maximiliano Gaidzinski, segue-se por essa e, depois, segue pelo segmento de retas 62-65, Avenida Novo Hamburgo, segue pelo segmento de retas 66-68, córrego sem denominação, segue pelo segmento de retas 69-74, Rua David Osellame, segue em linha reta pelo segmento 75-76, via sem denominação, segue pelo segmento de retas 77-79, Rua Província de Bérgamo, segue pelo segmento de retas 27-25, 25-165, 165-166, Rua Santa Bárbara, Avenida São João, segue pelo segmento de retas 167-169, Perímetro Urbano, segue pelo segmento de retas 50-52, Rua Germano de Fáveri Rua Chelsea, Rua Lino Búrigo, segmento de retas 53-61, Rua Alfredo del Priori, Rua Benjamin Constant, Rua Maria de Lourdes Zaccaron Pagnan até o ponto inicial.

DIREITO DE PREEMPÇÃO

DP

Começa na confluência da Rodovia Maximiliano Gaidzinski com a Rua Ambrósio Dalló, segue-se por essa e, depois, segue pelo segmento de retas 62-63, 63-170, Rodovia Maximiliano até o ponto inicial.

ÁREA DE INTERESSE SOCIAL**AIS1-a**

Começa na confluência da Linha paralela à Linha Braço Cocal que dista 30 metros da mesma com o segmento 82-83, segue-se por esse e, depois, segue pelo segmento de retas 83-90, Linha paralela à Linha Braço Cocal que dista 30 metros da mesma até o ponto inicial.

AIS1-b

Começa na confluência da Rua Olavo Bilac com a Rua Antonio Zanette, segue-se por essa e, depois, segue pelo segmento de retas 34-36, Rua Gregório Rodrigues de Souza, Rua Daniel Zanette, Rua Gastão Dajori, segue pelo segmento de retas 37-40, Rua Olavo Bilac até o ponto inicial.

AIS1-c

Começa na confluência da via sem denominação com a Avenida Carlos Osellame, segue-se por essa e, depois, segue pelo segmento de retas 108-110, via sem denominação até o ponto inicial.

AIS1-d

Começa na confluência da Rua Joinville com a Avenida Novo Hamburgo, segue-se por essa e, depois, Av. Cocal do Sul, segue em linha reta pelo segmento 139-140, Rua Joinville até o ponto inicial.

AIS 1e

Começa na confluência da Rua Linha Cabral com a Rua Ambrósio Dalló, segue-se por essa e, depois, Perímetro Urbano, a Rua Projetada "F", Rua Linha Cabral Até o ponto inicial.

AIS 2a

Começa na confluência da Rua Santo Antonio com a Avenida São João, segue-se por essa e, depois, segue pelo segmento de retas 31-33, Avenida José Slovinski, Rua Santo Antonio até o ponto inicial.

AIS 2b

Começa na confluência da Avenida Hylário Guollo com a Av. Cocal do Sul, segue-se por essa e, depois, Avenida Novo Hamburgo, segue pelo segmento de retas 141-143, Avenida Hylário Guollo até o ponto inicial.

AIS3

Começa na confluência da Rua Zeferino Euclides Furlan com o segmento 47-46, segue-se por essa e, depois, segue em linha reta pelo segmento 46-45, Rua Guy Marcos Nunes de Souza, Rua Zeferino Euclides Furlan até o ponto inicial.

ÁREA DE DESENVOLVIMENTO INCENTIVADO**ADI 1**

Começa na confluência do segmento 80-81 com a via sem denominação, segue-se por essa e, depois, Rua Projetada, Rua Projetada, segue em linha reta pelo segmento 80-81 até o ponto inicial.

ADI 2

Começa na confluência da linha paralela à SC-442, que dista 300 metros da mesma com o Limite Municipal, segue-se por esse e, depois, linha paralela à SC-442, que dista 300 metros da mesma até o ponto inicial.

Art. 21. Fica alterado o Anexo 2 – Mapa do Sistema Viário, da Lei Complementar n. 16, de 01 de junho de 2008, que passa a ter redação conforme anexo a presente Lei Complementar.

Art. 22. Fica alterado o Anexo 3 – Mapa de Intervenções Urbanas, da Lei Complementar n. 16, de 01 de junho de 2008, que passa a ter redação conforme anexo a presente Lei Complementar.

Art. 23. Fica alterado o Anexo 4 – Mapa do Macrozoneamento/ Zoneamento, da Lei Complementar n. 16, de 01 de junho de 2008, que passa a ter redação conforme anexo a presente Lei Complementar.

Art. 24. Esta Lei Complementar entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 25. Revogam-se as disposições em contrário.

Paço Municipal Jarvis Gaidzinski, 24 de setembro de 2015.

ADEMIR MAGAGNIN

Prefeito Municipal

CLEDIO FACHIN

Secretário de Adm., Planej., Fazenda e Finanças Públicas

[illegible]

[illegible]

Concórdia

PREFEITURA

AVISO DE EDITAL DE CONCORRÊNCIA DE CONCESSÃO Nº 2/2015-PMC

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA - SC
EDITAL DE CONCORRÊNCIA PARA CONCESSÃO
Nº 2/2015 – PMC

Objeto: seleção de empresa(s) para outorga de Concessão de Direito Real de Uso de 4 (quatro) lotes de terra nua, conforme previsão expressa nas Leis Complementares Municipais no 477, de 18 de dezembro de 2006 e nº 253, de 20 de novembro de 2002 e alterações, sendo todos localizados na Área Industrial do Município, com a finalidade exclusiva de implantação e operacionalização de empreendimento do ramo industrial, de acordo com as normas estabelecidas neste Edital e Anexos.

Forma de julgamento: Melhor Proposta Técnica
Recebimento das propostas: até as 16h00min do dia 19/11/2015.
Abertura: dia 20/11/2015, às 08h30min.
Informações complementares: o Edital em inteiro teor estará à disposição dos interessados na home page www.concordia.sc.gov.br, link "Licitações". Quaisquer informações poderão ser obtidas na Diretoria de Compras da Prefeitura Municipal de Concórdia, situada à Rua Leonel Mosele, nº 62, 1º andar, Centro, de 2ª a 6ª feira, das 08h00min às 11h30min e das 13h30min às 17h00min, ou pelo fone (049) 3441-2167.

Concórdia, SC, 30 de setembro de 2015.
CLÉLIO IVO DAL PIAZ
Secretário Municipal de Desenvolvimento Econômico e Turismo

AVISO DE LICITAÇÃO MODALIDADE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 23/2015-FMS

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CONCÓRDIA - SC
AVISO DE LICITAÇÃO MODALIDADE
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 23/2015 - FMS

Objeto: Aquisição de mobiliário em geral para a Unidade de Pronto Atendimento – UPA 24 Horas, conforme descrições constantes nos anexos "A" e "B" deste edital.

Forma de Pregão: Eletrônico
Tipo: Menor Preço por Item
Recebimento das propostas: até as 08 h e 15 min do dia 16/10/2015.
Início da Sessão: dia 16/10/2015, às 08h e 30min, no endereço eletrônico www.cidadecompras.com.br, horário de Brasília – DF.
Informações complementares: o Edital em inteiro teor estará à disposição dos interessados no site www.cidadecompras.com.br. Quaisquer informações poderão ser obtidas no Compras do Fundo Municipal de Saúde de Concórdia, situada à Rua Atalípio Magarinos, nº 326, Centro, de 2ª a 6ª feira, das 08:00 às 11:30 e das 13:30 às 17:00, ou pelo fone (0**49) 3444-0627.

Concórdia, SC, 30 de setembro de 2015.
ALESSANDRO VERNIZE
Gestor do FMS

AVISO DE LICITAÇÃO MODALIDADE PREGÃO PRESENCIAL Nº 104/2015-PMC

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA – SC
AVISO DE LICITAÇÃO MODALIDADE
PREGÃO PRESENCIAL Nº 104/2015 – PMC

Objeto: aquisição de sanduicheiras para servidores homenageados por tempo de serviço (20, 25, 30 e 35 anos), a serem entregues durante evento da Semana do Servidor, conforme especificações constantes nos anexos "A" e "B" do edital.

Recebimento das propostas: até as 10h00min do dia 16/10/2015.
Abertura: dia 16/10/2015 às 15h30min.
Informações complementares: o Edital em inteiro teor estará à disposição dos interessados na home page www.concordia.sc.gov.br, link "Licitações". Quaisquer informações poderão ser obtidas na Diretoria de Compras da Prefeitura Municipal de Concórdia, situada na Rua Leonel Mosele, nº 62, 1º andar, Centro, de 2ª a 6ª feira, das 08h00min às 11h30min e das 13h30min às 17h00min, ou pelo telefone (49) 3441-2161.

Concórdia, SC, 1º de outubro de 2015.
BEATRIZ FÁTIMA C. DA SILVA ROSA
Secretária Municipal de Administração

EXTRATO 3º TA CONTRATO Nº 12/2015 -PMC

Contrato Nº : 12/2015
Aditivo Nº : 3TA Ctr 12/2015/2015
Tipo Aditivo : Suspensão de prazo de execução
Contratante : MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA
Contratada : BRITAGEM KPB LTDA ME
Licitação : Tomada de Preços para Obras e Serviços de Engenharia 18/2014
Objeto : Contratação de empresa, do ramo de engenharia e/ou construção civil, para execução de obra em regime de empreitada por preço unitário (material e mão de obra) de pavimentação asfáltica em CAUQ e drenagem pluvial de parte da Rua Rosa Chiossi, neste Município, de acordo com o Memorial Descritivo e Projeto, constantes no Anexo D do Edital.
Vigência : Início: 25/09/2015 Término: 04/02/2016
Execução : Início: 25/09/2015 Término: 25/11/2015
Assinatura : 25/09/2015
Valor R\$: 0,00 (Zero)
Dotação : 127 - 08.001.1009.344905198000000.01390002

EXTRATO DE RATIFICAÇÃO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 31/2015-PMC

PREFEITURA MUNICIPAL DE CONCÓRDIA - SC
EXTRATO DE RATIFICAÇÃO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 31/2015
A Secretária Municipal de Educação, do Município de Concórdia, torna público que ratificou o ato da Senhora Leonice Parisotto Camargo, Diretora Administrativa da Secretaria Municipal de Educação, que declarou inexigível a licitação, nos termos do artigo 25, caput, da Lei Federal nº 8.666/93 e posteriores alterações, homologada em 30 de setembro de 2015, para a locação de sistemas, por empresa especializada, para o controle de certificados e processo seletivo dos professores, para uso do setor pedagógico, em favor da empresa: CPL ASSESSORIA E DESENVOLVIMENTO LTDA, no valor total de R\$ 4.050,00(quatro mil com cinquenta reais).

SAMIRA ABU EL HAJE FURLAN
Secretária Municipal de Educação

CÂMARA MUNICIPAL**TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 2/2015**

CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE CONCÓRDIA – SC
EXTRATO DE CONTRATO

PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO: Nº 02/2015
CONTRATANTE: CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE CONCÓRDIA

CONTRATADA: SERGIO BOCCA ME

OBJETO: Locação de vaga de garagem.

ALTERAÇÕES: Fica alterado o objeto do contrato, para locação de vaga de garagem para os veículos Vectra Sedan Elegance placas MHN 1423 e Focus Sedan placas QHH 0964.

DATA ASSINATURA: 01.10.2015

DATA VENCIMENTO: 31.12.2015

FORO: Comarca de Concórdia - SC

Cordilheira Alta

PREFEITURA

RESULTADO ATA PROCESSO 96/2015 - PPR 55//2015

ESTADO DE SANTA CATARINA MUNICIPIO DE CORDILHEIRA ALTA CNPJ: 95.990.198/0001-04 R. Celso Tozzo, 27 C.E.P.: 89819-000 - Cordilheira Alta - SC	PREGÃO PRESENCIAL Nr.: 55/2015 - PR Processo Administrativo: 96/2015 Processo de Licitação: 96/2015 Data do Processo: 15/09/2015
	Folha: 1/4

OBJETO DA LICITAÇÃO:

REGISTRO DE PREÇOS PARA EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MEDICAMENTOS E MATERIAL DE ENFERMAGEM PARA MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DE SAÚDE PÚBLICA

ATA DE REUNIÃO DE JULGAMENTO DE PROPOSTAS Nr.

Ao(s) 29 de Setembro de 2015, às 09:00 horas, na sede da(o) MUNICIPIO DE CORDILHEIRA ALTA, reuniram-se os membros da Comissão de Licitação, designada pela(o) Decreto nº 210, para julgamento das propostas de preço das proponentes habilitadas para fornecimento e/ou execução dos itens descritos no Processo Licitatório nº 96/2015, Licitação nº 55/2015 - PR, na modalidade de PREGÃO PRESENCIAL.

Inicialmente procedeu-se a leitura do teor das propostas para estudo e análise de preço e outros fatores previstos no edital. Logo após julgadas as propostas, a comissão emitiu o parecer discriminando o(s) vencedor(es), conforme segue abaixo:

Parecer da Comissão: As empresas Altermed Material Medico Hospitalar Ltda, Dalbex Com. de Medicamentos Eireli, S&R Distribuidora Ltda EPP, Agil Distribuidora de Medicamentos Ltda enviaram os envelopes por correspondência, dessa forma não possuem credenciados para o certame. A empresa Dalbex Com. de Medicamentos Eireli, da mesma forma, enviou os envelopes por correspondência. Entretanto, encaminhou a procuração sem registro de firma em cartório da assinatura do sócio administrador. Razão esta que torna o procurador ilegítimo para representá-la, pois não possui poderes de representação. A declaração de cumprimento dos requisitos de habilitação foi assinada pelo procurador, razão esta que a impede de participar do certame. As demais empresas estão devidamente credenciadas. Iniciada a sessão, a pregoeira saudou os membros da comissão de apoio e os representantes das empresas. Pediu que todos rubricassem os documentos de credenciamento e as bordas dos envelopes. Após, abriu os envelopes contendo a proposta de preços das licitantes, e pediu para que todos as rubricassem. Da análise das propostas constatou-se que todas as licitantes atendem os requisitos do edital. Passada para a fase de lances verbais conquistou-se os seguintes preços, conforme segue:

Participante: 308 - PROSAUDE DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA

Item	Especificação	Un.Med.	Qtde Cotada	Marca	Desconto	Preço Unitário	Preço Total
13	SORO FISIOLÓGICO 0,9% 1000 ML SISTEMA FECHADO	fr	200,00	BASA	0,0000	3,25	650,00
37	ACIDO VALPROICO 50MG/ML 100 ML	fr	100,00	HIPOLABOR	0,0000	2,00	200,00
Total do Participante ———>							850,00

Participante: 309 - MAURO MARCIANO COMERCIO DE MEDICAMENTOS LTDA

Item	Especificação	Un.Med.	Qtde Cotada	Marca	Desconto	Preço Unitário	Preço Total
39	AMANTADINA 100MG	cpr	600,00	EUROFARMA	0,0000	0,59	354,00
42	DONAREN RETARD 150 MG	cpr	600,00	APSEN	0,0000	2,64	1.584,00
48	PANTOPRAZOL 20MG	cpr	900,00	HYPERMARC	0,0000	0,198	178,20
51	TRAZODONA 50MG	cpr	1.500,00	APSEN	0,0000	0,97	1.455,00
Total do Participante ———>							3.571,20

Participante: 316 - CENTERMEDI COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA

Item	Especificação	Un.Med.	Qtde Cotada	Marca	Desconto	Preço Unitário	Preço Total
14	SORO FISIOLÓGICO 0,9% 500 ML SISTEMA FECHADO	un	300,00	BASA	0,0000	2,15	645,00
15	SORO FISIOLÓGICO 0,9% 250 ML SISTEMA FECHADO	fr	800,00	BASA	0,0000	1,97	1.576,00
16	SORO FISIOLÓGICO 0,9% 125 ML SISTEMA FECHADO	fr	500,00	BASA	0,0000	1,71	855,00
36	MONOCORDIL RETARD 50MG	cpr	600,00	BALDACCI	0,0000	1,426	855,60
40	BUDESONIDA AEROSOL NASAL 50MCG/DOSE FRASCO COM VALVULA DOSIFICADORA 200 DOSES	fr	50,00	EUROFARMA	0,0000	36,50	1.825,00
43	DROSPERINONA+ETINILESTRADIOL 3+0,03MG, (NÃO PODE SER GENERICO NEM SIMILAR)	CART	12,00	LIBBS	0,0000	35,03	420,36
45	HEMITARTARO DE ZOLPIDEM 10MG	cpr	560,00	ZYDUS	0,0000	0,46	257,60
49	PANTOPRAZOL 40MG	Caps	2.000,00	VITAPAN	0,0000	0,259	518,00
Total do Participante ———>							6.952,56

Participante: 327 - S&R DISTRIBUIDORA LTDA - ME

Item	Especificação	Un.Med.	Qtde Cotada	Marca	Desconto	Preço Unitário	Preço Total
41	CLORTALIDONA 25MG	cpr	2.000,00	VITAPAN	0,0000	0,02	40,00

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICIPIO DE CORDILHEIRA ALTA

CNPJ: 95.990.198/0001-04
 R. Celso Tozzo, 27
 C.E.P.: 89819-000 - Cordilheira Alta - SC

PREGÃO PRESENCIAL
Nr.: 55/2015 - PR

Processo Administrativo: 96/2015
 Processo de Licitação: 96/2015
 Data do Processo: 15/09/2015

Folha: 2/4

Participante: 327 - S&R DISTRIBUIDORA LTDA - ME

Item	Especificação	Un.Med.	Qtde Cotada	Marca	Desconto	Preço Unitário	Preço Total
46	LISINOPRIL 5 MG CP	cpr	300,00	GERMED	0,0000	0,258	77,40
Total do Participante —>							117,40

Participante: 613 - ALTERMED MATERIAL MÉDICO HOSPITALAR LTDA

Item	Especificação	Un.Med.	Qtde Cotada	Marca	Desconto	Preço Unitário	Preço Total
1	CAIXA COLETORA DE MATERIAL PERFUROCORTANTE 13 LITROS	un	100,00	Embalaire	0,0000	2,667	266,70
9	TIRA REAGENTE P/ MEDIÇÃO DE GLICOSE COMPATÍVEL C/ APAR.ON CALL PLUS 50 UN	un	150,00	Acon	0,0000	22,00	3.300,00
11	GEL CONDUTOR PARA AUSCULTA DE BCF 250 ML	fr	30,00	Caithec-Dental	0,0000	2,267	68,01
12	SONDA NASOENTERICA COM FIO GUIA (MANDRIL)	un	5,00	Solumed	0,0000	9,333	46,67
17	SORO FISIOLÓGICO 0,9% 250 ML SISTEMA ABERTO	fr	120,00	Famax-Amara	0,0000	0,987	118,44
18	MANGUEIRA DE EXTENSÃO P/ NEBULIZADOR C/ ROSCA	un	10,00	Nevoni	0,0000	2,16	21,60
34	FIXADOR CITOLÓGICO SPRAY 100ML	un	40,00	Adlin	0,0000	5,20	208,00
44	GLICLAZIDA 30MG	cpr	1.500,00	Torrent	0,0000	0,188	282,00
52	VENLAFAXINA 75MG	cpr	3.000,00	Torrent	0,0000	0,625	1.875,00
53	VENLAFAXINA 150MG DE LIBERAÇÃO CONTROLADA	cpr	3.000,00	Torrent	0,0000	0,75	2.250,00
55	KIT - 1 SUPLEMENTO VITAMÍNICO E MINERAL DE VITAMINAS B1, B2, B6, B12, ÁCIDO FÓLICO, ÁCIDO PANTOTÊNICO, NIACINA E BIOTINA EM COMPRIMIDOS. KIT - 2 SUPLEMENTO VITAMÍNICO E MINERAL DE VITAMINAS A, D, E, K1, BORO, CÁLCIO, FÓSFORO, MAGNÉSIO, MANGANÊS, MOLIBDÊNIO, SELÊNIO, ZINCO, ESTANHO E NÍQUEL EM PÓ. KIT - 3 SUPLEMENTO VITAMÍNICO E MINERAL DE VITAMINAS C, FERRO, CROMO, COBRE, POTÁSSIO, IODO, SILÍCIO E VANÁDIO EM COMPRIMIDOS.	Kit	20,00	Bionatus	0,0000	210,467	4.209,34
Total do Participante —>							12.645,76

Participante: 921 - DENTAL OESTE LTDA

Item	Especificação	Un.Med.	Qtde Cotada	Marca	Desconto	Preço Unitário	Preço Total
2	ESPARADRAPO IMPERMEÁVEL BRANCO 2,5CMX4,5M	un	150,00	Copertina	0,0000	1,22	183,00
5	KIT MEDIDOR DE GLICOSE - MONITOR BASEADO EM PLATAFORMA AMPEROMÉTRICA (BIOSENSOR) PORTÁTIL, USO HOSPITALAR E DOMICILIAR, FAIXA DE MEDIÇÃO ENTRE 20 E 600 MG/DL, VOLUME DA AMOSTRA DE 1 MICROLITRO, RESULTADO DA ANÁLISE INFERIOR A 10 SEGUNDOS. MEMÓRIA DE 300 RESULTADOS COM DATA E HORA, PORTA SERIAL PARA CONECTIVIDADE E TRANSFERÊNCIA DE DADOS, SISTEMA DE CODIFICAÇÃO E/OU CALIBRAÇÃO ATRAVÉS DE CHIP DE FÁCIL MANUSEIO.	Kit	20,00	Gtech	0,0000	33,75	675,00
8	TIRA REAGENTE P/ MEDIÇÃO DE GLICOSE COMPATÍVEL C/ APAR. G-TECH C/ 50 UN	cx	200,00	Gtech	0,0000	33,80	6.760,00
20	PINÇA DE ADDISON 12 CM SEM DENTES	un	5,00	ABC	0,0000	8,40	42,00
23	PINÇA HEMOSTÁTICA RETA 14 CM	un	10,00	Golgran	0,0000	18,20	182,00
24	PINÇA HARTMANN 14CM C/ SERRILHA - RETIRADA DE CORPO ESTRANHO	un	2,00	ABC	0,0000	92,40	184,80
29	SERINGA DESCARTÁVEL DE 03 ML	un	2.500,00	Descarpac	0,0000	0,109	272,50
30	SERINGA DESCARTÁVEL DE 05 ML	un	1.500,00	Descarpac	0,0000	0,12	180,00
31	SERINGA DESCARTÁVEL DE 10 ML	un	500,00	Descarpac	0,0000	0,22	110,00
32	SERINGA DESCARTÁVEL DE 20 ML	un	300,00	Descarpac	0,0000	0,34	102,00
35	ABAIXADOR DE LINGUA DE MADEIRA PACOTES C/ 100 UNI	pt	80,00	Theoto	0,0000	2,88	230,40
Total do Participante —>							8.921,70

Participante: 1392 - PLASMEDIC COM. DE MAT. PARA USO MEDICO E LAB. LTDA

Item	Especificação	Un.Med.	Qtde Cotada	Marca	Desconto	Preço Unitário	Preço Total
3	FITA ADESIVA P/ AUTOCLAVE 19MMX30M	rl	800,00	ciex	0,0000	2,40	1.920,00
4	PAPEL GRAU CIRURGICO 20CMX100M	rl	30,00	esterilcare	0,0000	67,00	2.010,00

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE CORDILHEIRA ALTA

CNPJ: 95.990.198/0001-04
 R. Celso Tozzo, 27
 C.E.P.: 89819-000 - Cordilheira Alta - SC

PREGÃO PRESENCIAL
Nr.: 55/2015 - PR

Processo Administrativo: 96/2015
 Processo de Licitação: 96/2015
 Data do Processo: 15/09/2015

Folha: 3/4

Participante: 1392 - PLASMEDIC COM. DE MAT. PARA USO MEDICO E LAB. LTDA

Item	Especificação	Un.Med.	Qtde Cotada	Marca	Desconto	Preço Unitário	Preço Total
6	COMPRESSAS DE GAZE HIDRÓFILA NÃO ESTÉRIL MEDINDO 7,5X7,5CM FECHADA E 15X30CM QUANDO ABERTA, DENSIDADE DE 9 FIOS POR CM², CONFECCIONADAS EM FIOS 100% ALGODÃO EM TECIDO TIPO TELA, COM 8 CAMADAS E 5 DOBRAS, ALVEJADAS, PURIFICADAS E ISENTAS DE IMPUREZAS, SUBSTÂNCIAS GORDUROSAS, AMIDO, CORANTES CORRETIVOS E ALVEJANTES ÓPTICOS. POSSUIR DOBRAS UNIFORMES E PARA DENTRO EM TODA A SUA EXTENSÃO PARA EVITAR O DESFIAMENTO. EMBALADAS EM PACOTES COM 500 UNIDADES COM PESO MÍNIMO DE 350 GRAMAS POR PACOTE. O PRODUTO DEVERÁ ATENDER NA ÍNTEGRA AS ESPECIFICAÇÕES DA NBR 13.843.	pt	500,00	mbtextil	0,0000	7,20	3.600,00
7	GAZE HIDRÓFILA TIPO QUEIJO NÃO ESTÉRIL MEDINDO 9,1CM DE LARGURA POR 91M DE COMPRIMENTO, COM DENSIDADE DE 13 FIOS POR CM², CONFECCIONADA COM FIOS 100% ALGODÃO EM TECIDO TIPO TELA, COMPOSTA POR 3 DOBRAS E 8 CAMADAS, UNIFORMEMENTE ENROLADAS SOBRE SI, ALTAMENTE ABSORVENTE, ALVEJADA E ISENTA DE IMPUREZAS, SUBSTÂNCIAS GORDUROSAS, AMIDO, CORANTES CORRETIVOS E ALVEJANTES ÓPTICOS. EMBALADAS INDIVIDUALMENTE EM SACO PLÁSTICO COM PESO MÍNIMO DE 1,7KG. O PRODUTO DEVERÁ ATENDER NA ÍNTEGRA AS ESPECIFICAÇÕES DA NBR 14.108.	rl	30,00	medplus	0,0000	22,00	660,00
25	LUVAS DE LATEX P/ PROCEDIMENTO TAM PP C/ 100 UNI	cx	300,00	descarpack	0,0000	17,32	5.196,00
27	LUVAS DE LATEX P/ PROCEDIMENTO TAM M C/ 100 UN	cx	100,00	descarpack	0,0000	17,30	1.730,00
28	ALCOOL ETÍLICO HIDRATADO 70% C/ 1000 ML	fr	500,00	tupi	0,0000	3,40	1.700,00
Total do Participante —>							16.816,00

Participante: 1662 - VANUSA DIAS EIRELI - EPP

Item	Especificação	Un.Med.	Qtde Cotada	Marca	Desconto	Preço Unitário	Preço Total
10	LÂMINAS CIRÚRGICAS ESTERILIZADAS Nº 11 P/ BISTURI C/ 100 UN	cx	2,00	ADVANTIVE	0,0000	16,80	33,60
Total do Participante —>							33,60

Participante: 2202 - DIMEVA DISTRIBUIDORA E IMPORTADORA LTDA - EPP

Item	Especificação	Un.Med.	Qtde Cotada	Marca	Desconto	Preço Unitário	Preço Total
38	VILDAGLIPTINA + CLOR METFORMINA 50/850	cpr	560,00	NOVARTIS	0,0000	2,72	1.523,20
Total do Participante —>							1.523,20

Participante: 2283 - MAXI DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA.

Item	Especificação	Un.Med.	Qtde Cotada	Marca	Desconto	Preço Unitário	Preço Total
19	PINÇA DE ADDISON 12 CM COM DENTES	un	5,00	ABC	0,0000	8,30	41,50
21	TESOURA IRIS CURVA 12 CM	un	10,00	ABC	0,0000	12,50	125,00
22	TESOURA IRIS RETA 12CM	un	10,00	ABC	0,0000	12,50	125,00
33	ENVELOPE P/ ESTERILIZAÇÃO 15X30 C/ 100 UN	pt	200,00	MEDSTERIL	0,0000	32,65	6.530,00
Total do Participante —>							6.821,50

Participante: 2368 - AGIL DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA

Item	Especificação	Un.Med.	Qtde Cotada	Marca	Desconto	Preço Unitário	Preço Total
47	LOSEC MUPS 10MG	cpr	360,00	ASTRAZENECA	0,0000	4,50	1.620,00
Total do Participante —>							1.620,00

Participante: 2369 - POSSATTO & MARCELLO LTDA ME

Item	Especificação	Un.Med.	Qtde Cotada	Marca	Desconto	Preço Unitário	Preço Total
26	LUVAS DE LATEX P/ PROCEDIMENTO TAM P C/ 100 UN	cx	300,00	MEDIX	0,0000	17,31	5.193,00

ESTADO DE SANTA CATARINA MUNICÍPIO DE CORDILHEIRA ALTA		PREGÃO PRESENCIAL Nr.: 55/2015 - PR	
CNPJ: 95.990.198/0001-04 R. Celso Tozzo, 27 C.E.P.: 89819-000 - Cordilheira Alta - SC		Processo Administrativo: 96/2015 Processo de Licitação: 96/2015 Data do Processo: 15/09/2015	Folha: 4/4

Participante: 2369 - POSSATTO & MARCELLO LTDA ME

Item	Especificação	Un.Med.	Qtde Cotada	Marca	Desconto	Preço Unitário	Preço Total
50	PIDOLATO PIRIDOXINA 500MG	cpr	600,00	BALDACCI	0,0000	1,279	767,40
54	VEROTINA 20MG (NÃO PODE SER GENERICO NEM SIMILAR)	cpr	392,00	LIBBS	0,0000	2,18	854,56

Total do Participante —→ 6.814,96

Total Geral —→ 66.687,88

Nada mais havendo a tratar, foi encerrada a reunião de julgamento, da qual foi assinada a presente ata pela Comissão de Licitação e pelos representantes das proponentes.

Cordilheira Alta, 29 de Setembro de 2015

COMISSÃO:

SOLANGE MARIA DERVANOSKI LANZARIN - - Pregoeiro(a)
SONIA CRISTINA DELLA TORRES BRIANCINI - - SECRETARIA
CACHTIUZE MAGNANTI - - MEMBRO
OSNI COLPANI - - MEMBRO

Assinatura dos representantes das empresas que estiveram presentes na sessão de julgamento:

CHRISTIANO ALTAIR MATTANA GIORDANI - - Representante
EDIVANDRO CASAGRANDE - - Representante
RONALDO GIACOMELI - - Representante
AURI LINDENMAYR - - Representante
REGIS LUAN CARDOSODE SOUZA - - Representante
VINICIUS ROLIM DE MOURA - - Representante
PEDRO ARANA - - Representante
FRANCIEL TIAGO IZYCKI - - Representante
LUCAS RODRIGUES - - Representante
ROGERIO POSSATTO - - Representante
LOVAINI LUCIA MOHR - - Representante

Coronel Freitas

PREFEITURA

ELEIÇÃO CONSELHO TUTELAR

CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DAS CRIANÇAS E DOS ADOLESCENTES- CMDCA- CORONEL FREITAS-SC

RETIFICAÇÃO

RELAÇÃO DAS URNAS E LOCAIS PARA ELEIÇÃO DO CONSELHO TUTELAR

O conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente (CMDCA), no uso de suas atribuições legais, considerando a Lei Federal nº 8.069/90 e Resolução CONANDA n º 170/2014.

FAZ SABER:

Aos interessados, segue com relação com retificação dos locais das urnas para eleição do Conselho Tutelar do município de Coronel Freitas.

1º Urna

Salão Comunitário – das 08:00 às 17:00hs;

2º Urna

Linha Cairú – 08:00 às 10:00hs

Linha Antinhas – 10:30 às 12:00hs

Lª Favaretto – 13:30 às 15:00

Lª Simões Lopes – 15:00 às 16:30hs

3º Urna

Lª São Miguel – 08:00 às 09:00hs

Lª Santa Fé e Linha Zeni – 10:30 às 12:00horas

São Cristóvão – 13:45 horas às 14:30 horas

Lª Rui Barbosa – 15:15hrs às 17:00 hrs -

4º Urna

Lª Sede Querência – 08:00 às 10:00hs

Linha Abelardo Luz- 10:30 às 11:30hs

Lª Três Casas e Linha Zanela – 13:30 às 15:00hs

Linha Monte Alegre e Linha Savariz – 15:30 às 16:30 hrs

5º Urna

Lª Roncador – 08:00 às 10:00 hs

Linha Cotovelo: 13:30 às 15:00 hs

Coronel Freitas, 01 de outubro de 2015.

Lurdes Mazetto

Vice-Presidente CMDCA

Kênia Munaretti Frozza

Coordenadora da Comissão

Coronel Martins

PREFEITURA

DECRETO Nº. 173 DE 21 DE SETEMBRO DE 2015.

DECRETO Nº. 173 DE 21 DE SETEMBRO DE 2015.

ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Coronel Martins, Estado de Santa Catarina, no uso de atribuições que lhe são conferidas pela Lei Federal nº. 4.320/64, Lei do Plano Plurianual 2014/2017, Lei de Diretrizes Orçamentárias LDO para o exercício de 2015 e Lei Orçamentária Anual nº. 641 de 27/11/2014;

Decreta:

Art. 1º Fica aberto um crédito adicional suplementar no valor de R\$ 7.000,00 (sete mil reais) na seguinte Programação de despesa:

06.01 SECRETARIA MUNIC. DE AGRIC. E MEIO AMBIENTE				
20.606.0037.2.038 – Atividades de Apoio a Agricultura e Meio Ambiente				
Categoria	Descrição	Reduzido	Fonte	Valor
3.3.90.00.00.00	Aplicações Diretas	47	01.0000	7.000,00

Art. 2º Para dar cobertura ao crédito suplementar constante no Art. 1º, serão utilizados recursos na ordem de R\$ 7.000,00 (sete mil reais) da seguinte Programação de despesas:

06.01 SECRETARIA MUNIC. DE AGRIC. E MEIO AMBIENTE				
20.606.0037.2.038 – Atividades de Apoio a Agricultura e Meio Ambiente				
Categoria	Descrição	Reduzido	Fonte	Valor
3.1.90.00.00.00	Aplicações Diretas	45	01.0000	7.000,00

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Coronel Martins SC, em 21 de setembro de 2015.

DIRCEU FAVRETTO

Prefeito Municipal

Este Decreto foi registrado e publicado em data supra.

MARCOS CEZAR POZZER

Chefe de Gabinete

DECRETO Nº. 174 DE 21 DE SETEMBRO DE 2015.

DECRETO Nº. 174 DE 21 DE SETEMBRO DE 2015.

ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Coronel Martins, Estado de Santa Catarina, no uso de atribuições que lhe são conferidas pela Lei Federal nº. 4.320/64, Lei do Plano Plurianual 2014/2017, Lei de Diretrizes Orçamentárias LDO para o exercício de 2015 e Lei Orçamentária Anual nº. 641 de 27/11/2014;

Decreta:

Art. 1º Fica aberto um crédito adicional suplementar no valor de R\$ 10.000,00 (dez mil reais) na seguinte Programação de despesa:

05.01 SECRETARIA MUNICIPAL DE TRANSPORTES OBRAS E SERVIÇOS PUBLICOS				
26.782.0039.2.044 – Manutenção das Atividades Rodoviárias				
Categoria	Descrição	Reduzido	Fonte	Valor
3.3.90.00.00.00	Aplicações Diretas	42	01.0000	10.000,00

Art. 2º Para dar cobertura ao crédito suplementar constante no Art. 1º, serão utilizados recursos na ordem de R\$ 10.000,00 (dez mil reais) da seguinte Programação de despesas:

05.01 SECRETARIA MUNICIPAL DE TRANSPORTES OBRAS E SERVIÇOS PUBLICOS				
26.782.0039.2.044 – Manutenção das Atividades Rodoviárias				
Categoria	Descrição	Reduzido	Fonte	Valor
3.1.90.00.00.00	Aplicações Diretas	41	01.0000	10.000,00

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Coronel Martins SC, em 21 de setembro de 2015.
DIRCEU FAVRETTO
Prefeito Municipal

Este Decreto foi registrado e publicado em data supra.

MARCOS CEZAR POZZER
Chefe de Gabinete

PORTARIA Nº 156 DE 21 DE SETEMBRO 2015.

PORTARIA Nº 156 DE 21 DE SETEMBRO 2015.
DESIGNA SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

O Prefeito Municipal de Coronel Martins, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município de 28/10/1994 consolidada em 12/12/2005;

Considerando o princípio administrativo da eficiência, da moralidade pública, da legalidade e do interesse público, resolve;

DESIGNAR:

Art. 1º A Servidora Pública Municipal Senhora Carmelinda Biazin Gaio, ocupante do Cargo de Provimento Efetivo de PCE Assistente, para exercer as funções junto ao Setor da Junta de Serviço Militar e Delegacia Regional da Polícia Civil (identificação), vinculada junto ao Gabinete do Prefeito.

Parágrafo único: a partir desta data, ficam definitivamente encerrados os efeitos da Portaria nº144, de 19 de Agosto de 2014.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário, em especial a Portaria nº144 de 08 de Setembro de 2015.

Gabinete do Prefeito Municipal de Coronel Martins - SC, em 21 de Setembro de 2015.
DIRCEU FAVRETTO
Prefeito Municipal

Esta Portaria foi registrada e publicada em data supra.

MARCOS CEZAR POZZER
Chefe de Gabinete

Corupá

PREFEITURA

EXTRATO DE CONTRATO 138/15

MUNICÍPIO DE CORUPÁ
ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CORUPÁ
EXTRATO DE CONTRATO 138/15
Processo Licitatório nº 083/15
Dispensa de Licitação nº 029/15
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE CORUPÁ, inscrito no CNPJ sob o nº 83.102.467/0001-70, com sede Municipal na Avenida Getúlio Vargas, 443 - Centro, Corupá - SC.
CONTRATADA: INSTITUTO EUVALDO LODI DE SANTA CATARINA, inscrito no CNPJ sob o nº 83.843.912/0001-52, estabelecida na Rodovia Admar Gonzaga nº 2765, município de Florianópolis, Estado de Santa Catarina, CEP 88034-001.
OBJETO: Possibilitar por meio da realização de estágios, desenvolvimento no ambiente de trabalho, que visa à preparação para o trabalho produtivo de educandos que estejam frequentando o ensino regular, em instituições de educação superior, de educação profissional, de ensino médio, da educação especial e dos anos finais do ensino fundamental, na modalidade profissional da educação de jovens e adultos, nas dependências da UNIDADE CONCEDENTE, de acordo com a Lei nº 11.788/08, que dispõe sobre o estágio de estudantes.
VALOR DO CONTRATO R\$ 29,00 (vinte e nove reais), por estagiário mês no recebimento do boleto bancário.
Data da Assinatura: 24/09/2015

Data da Vigência: 24/09/2016
LUIZ CARLOS TAMANINI
PREFEITO MUNICIPAL

EXTRATO DE CONTRATO 139/15

MUNICÍPIO DE CORUPÁ
ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CORUPÁ
EXTRATO DE CONTRATO 139/15
Processo Licitatório nº 076/15
Pregão Presencial Registro de Preço 027/15
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE CORUPÁ, inscrito no CNPJ sob o nº 83.102.467/0001-70, com sede Municipal na Avenida Getúlio Vargas, 443 - Centro, Corupá - SC.
CONTRATADA: FABRICA DE ARTEFATOS DE CIMENTO IRMAOS VICENZI LTDA ME, inscrita no CNPJ sob o nº 97.478.002/0001-22 e inscrição Estadual nº 252.768.370, estabelecida na Rua Frida Piske Krueger nº 570, bairro Barra do Rio Cerro, município de Corupá, Estado de Santa Catarina.
OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA EVENTUAIS AQUISIÇÕES PARCELADAS DE TUBOS E CARNEIRAS EM CONCRETO, PARA USO DA SECRETARIA DE INFRA ESTRUTURA DO MUNICÍPIO DE CORUPÁ-SC, CONFORME ESPECIFICAÇÕES TERMO DE REFERÊNCIA ANEXO I.
VALOR DO CONTRATO R\$ 31.700,00 (Trinta e um mil e setecentos reais).
Data da Assinatura: 30/09/2015

Data da Vigência: 30/09/2016
LUIZ CARLOS TAMANINI
PREFEITO MUNICIPAL

EXTRATO DE CONTRATO 140/15

MUNICÍPIO DE CORUPÁ
ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CORUPÁ
EXTRATO DE CONTRATO 140/15
Processo Licitatório nº 076/15
Pregão Presencial Registro de Preço 027/15
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE CORUPÁ, inscrito no CNPJ sob o nº 83.102.467/0001-70, com sede Municipal na Avenida Getúlio Vargas, 443 - Centro, Corupá - SC.
CONTRATADA: FABRICA DE ARTEFATOS DE CIMENTO BEIRA RIO LTDA EPP, inscrita no CNPJ sob o nº 83.483.990/0001-93 e inscrição Estadual nº 250.550.849, estabelecida na Rua Tereza Conrad nº 900 - Mato Preto - CEP 89.285-155, Município de São Bento do Sul, Estado de Santa Catarina.
OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA EVENTUAIS AQUISIÇÕES PARCELADAS DE TUBOS E CARNEIRAS EM CONCRETO, PARA USO DA SECRETARIA DE INFRA ESTRUTURA DO MUNICÍPIO DE CORUPÁ-SC, CONFORME ESPECIFICAÇÕES TERMO DE REFERÊNCIA ANEXO I.
VALOR DO CONTRATO R\$ 169.500,00 (Cento e sessenta e nove mil e quinhentos reais).
Data da Assinatura: 30/09/2015

Data da Vigência: 30/09/2016
LUIZ CARLOS TAMANINI
PREFEITO MUNICIPAL

EXTRATO DE CONTRATO 141/15

MUNICÍPIO DE CORUPÁ
ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CORUPÁ
EXTRATO DE CONTRATO 141/15
Processo Licitatório nº 076/15
Pregão Presencial Registro de Preço 027/15
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE CORUPÁ, inscrito no CNPJ sob o nº 83.102.467/0001-70, com sede Municipal na Avenida Getúlio Vargas, 443 - Centro, Corupá - SC.
CONTRATADA: POSTEFIBRA LTDA ME, inscrita no CNPJ sob o nº 17.970.699/0001-15 e inscrição Estadual nº 257.011.412, estabelecida na Rua Engelberto Stueber nº 422 - Lenzol - CEP 89.289-470, Município de São Bento do Sul, Estado de Santa Catarina.
OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA EVENTUAIS AQUISIÇÕES PARCELADAS DE TUBOS E CARNEIRAS EM CONCRETO, PARA USO DA SECRETARIA DE INFRA ESTRUTURA DO MUNICÍPIO DE CORUPÁ-SC, CONFORME ESPECIFICAÇÕES TERMO DE REFERÊNCIA ANEXO I.
VALOR DO CONTRATO R\$ 159.215,00 (Cento e cinquenta e nove mil e duzentos e quinze reais).
Data da Assinatura: 30/09/2015

Data da Vigência: 30/09/2016
LUIZ CARLOS TAMANINI
PREFEITO MUNICIPAL

EXTRATO DE CONTRATO 142/15

MUNICÍPIO DE CORUPÁ

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE CORUPÁ

EXTRATO DE CONTRATO 142/15

Processo Licitatório nº 076/15

Pregão Presencial Registro de Preço 027/15

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE CORUPÁ, inscrito no CNPJ sob o nº 83.102.467/0001-70, com sede Municipal na Avenida Getúlio Vargas, 443 - Centro, Corupá - SC.

CONTRATADA: ROYER PRÉ-MOLDADOS LTDA - EPP, inscrita no CNPJ sob o nº 14.574.671/0001-70 e inscrição Estadual nº 90639885-00, estabelecida na Rua das Indústrias nº 1042 - Bairro das Indústrias - CEP 83.650-000, Município de Balsa Nova, Estado do Paraná.

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA EVENTUAIS AQUISIÇÕES PARCELADAS DE TUBOS E CARNEIRAS EM CONCRETO, PARA USO DA SECRETARIA DE INFRA ESTRUTURA DO MUNICÍPIO DE CORUPÁ-SC, CONFORME ESPECIFICAÇÕES TERMO DE REFERÊNCIA ANEXO I.

VALOR DO CONTRATO R\$ 104.177,00 (Cento e e quatro mil e cento e setenta e sete reais).

Data da Assinatura: 30/09/2015

Data da Vigência: 30/09/2016

LUIZ CARLOS TAMANINI

PREFEITO MUNICIPAL

EXTRATO DE CONTRATO 143/15

MUNICÍPIO DE CORUPÁ

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE CORUPÁ

EXTRATO DE CONTRATO 143/15

Processo Licitatório nº 076/15

Pregão Presencial Registro de Preço 027/15

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE CORUPÁ, inscrito no CNPJ sob o nº 83.102.467/0001-70, com sede Municipal na Avenida Getúlio Vargas, 443 - Centro, Corupá - SC.

CONTRATADA: SANTA HELENA INDUSTRIAL LTDA-EPP, inscrita no CNPJ sob o nº 01.800.536/0001-54 e inscrição Estadual nº 42202301901, estabelecida na Rua Serv. S 245 - Lat. Carlos Oeschler, 95 - Ilha da Figueira - CEP 89.258-820, Município de Jaraguá do Sul, Estado de Santa Catarina.

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA EVENTUAIS AQUISIÇÕES PARCELADAS DE TUBOS E CARNEIRAS EM CONCRETO, PARA USO DA SECRETARIA DE INFRA ESTRUTURA DO MUNICÍPIO DE CORUPÁ-SC, CONFORME ESPECIFICAÇÕES TERMO DE REFERÊNCIA ANEXO I.

VALOR DO CONTRATO R\$ 334.000,00 (Trezentos e trinta e quatro mil reais).

Data da Assinatura: 30/09/2015

Data da Vigência: 30/09/2016

LUIZ CARLOS TAMANINI

PREFEITO MUNICIPAL

PORTARIA Nº3490 /2015

TERMO DE ABERTURA DE SINDICÂNCIA ADMINISTRATIVA

Processo RH n. 012/2015

Interessado: MUNICÍPIO DE CORUPÁ

Assunto: Sindicância Administrativa para apurar o fato narrado no Protocolo n. 01.2015.00016575-0, perante ao Ministério Público Estadual de Santa Catarina, referente ao pagamento de horas extras indevidas aos motoristas lotados na Secretaria de Saúde

Conforme consta nos documentos anexos, determino a abertura de Sindicância Administrativa para as providências cabíveis, segundo a legislação vigente.

Corupá/SC, aos 30 de setembro de 2015.

LUIZ CARLOS TAMANINI

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº3490 /2015

INSTAURA SINDICÂNCIA ADMINISTRATIVA PRELIMINAR, NOMEIA COMISSÃO SINDICANTE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

LUIZ CARLOS TAMANINI, Prefeito Municipal de Corupá, Estado de Santa Catarina, no uso e exercício de suas funções e de conformidade com o que preceitua a Lei Orgânica Municipal em seu inciso VII do artigo 66, combinando com a Lei Complementar nº 014/09 de 15 de dezembro de 2009,

RESOLVE:

Art.1º - DETERMINAR a instauração de SINDICÂNCIA ADMINISTRATIVA PRELIMINAR, conforme preconiza o artigo 191, parágrafo único da Lei Complementar Municipal n. 014/2009, para apurar os fatos narrados nos autos do Protocolo n. 01.2015.00016575-0, perante ao Ministério Público Estadual de Santa Catarina, sobre possível pagamento indevido de horas extras aos motoristas lotados na Secretaria de Saúde.

Art.2º. Para cumprimento ao disposto no artigo anterior, a Comissão Sindicante será composta pelos servidores:

- SIRLENE MARIA MORAIS, brasileira, solteira, professora, portadora do RG n. 2.763.448 e CPF n. 751.474.089-91, com matrícula profissional n. 4181-02, residente e domiciliado à Rua São Miguel, 467, na cidade de Jaraguá do Sul/SC, CEP 89.254-305 - Presidente da Comissão Processante;

- DARCI RUTSATZ, brasileira, solteira, assistente pedagógica, portador do RG n. 1.587.567 e CPF n. 543.769.639-68, com matrícula profissional n. 2390-01, residente e domiciliado à Avenida Getúlio Vargas, 60, na cidade de Corupá/SC;

- ELISABETE DA FONSECA FERREIRA TOMAZELLI, brasileira, casada, assistente pedagógica, portadora do RG n. 1.586.451 e do CPF n. 625.798.199-91, com matrícula profissional n. 6757-03, residente e domiciliada na Rua Ervino Emílio Moreira, na cidade de Corupá/SC, todos integrantes do Quadro Funcional do Município de Corupá/SC.

Art.3º. Para bem cumprir as suas atribuições, a Comissão terá acesso a toda documentação necessária à elucidação dos fatos, bem como deverá colher quaisquer depoimentos e demais provas que entender pertinentes.

Art. 4º. A Comissão, ora constituída, terá o prazo de 30 (trinta) dias, prorrogável por igual período, a partir da data da publicação desta Portaria, para concluir a apuração dos fatos, dando ciência a Administração Superior.

Art. 5º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Corupá/SC,
30 de setembro de 2015.

LUIZ CARLOS TAMANINI

Prefeito Municipal de Corupá

CÂMARA MUNICIPAL**ATA ABERTURA CARTA CONVITE 002/15**

ATA DE ABERTURA E JULGAMENTO DAS PROPOSTAS REFERENTES À CARTA CONVITE Nº 002/2015

Às 14 horas do dia 28 de setembro de 2015, em sessão aberta ao público, reuniram-se na sala das Comissões a Presidente da Comissão Permanente de Licitação deste Órgão, Iraclídia Delourdes Solamon e os respectivos membros de apoio, Sonia Regina de Souza Paiva, Álvaro Melchert e Marcelo Hermann nomeados pela Portaria 05/2015 de 02 de fevereiro de 2015, para a sessão pública de recebimento e abertura dos envelopes contendo as propostas de preço e os documentos de habilitação relativa à licitação modalidade CARTA CONVITE do TIPO MENOR PREÇO GLOBAL, vinculada ao Processo Licitatório nº 037/2015, para contratação de empresa especializada em fornecimento de materiais e mão de obra para a recuperação e manutenção, inclusive, telhado, alvenaria, cobertura, revestimento, pintura e serviços complementares em sua sede, com a finalidade de analisar e julgar a documentação e as propostas comerciais das empresas participantes, de acordo com o procedimento estabelecido pela Lei 8.666/93 e alterações, bem como pela Lei Complementar n.º 126/2006 alterada pela Lei Complementar nº 147/2014, conjuntamente com as regras gerais e especiais previstas no Edital referente a Carta Convite 002/2015. Foram convidadas as empresas: CUBICA CONSTRUÇÕES LTDA – EPP, METALFLEX LTDA – ME, ROCHA EMPREENDIMENTOS LTDA, ALTAIR DA ROSA VIT MEI, JULIO CESAR GOMES MEI e JULIEN JOSE NUMES DA SILVA MEI. Das empresas convidadas, nenhuma compareceu à sessão pública e somente 03 (três) enviaram envelopes contendo Documentação e Proposta. Considerando o número de empresas convidadas a participar deste processo e sendo este bem superior ao mínimo exigido por lei, fica comprovada a boa fé desta CPL e que 03 (três) das convidadas se omitiram em atender o convite. Cumprindo o estabelecido no edital, iniciou-se a conferência dos documentos, constantes no envelope 1 (um), referentes à habilitação, e constatou-se que as empresas: ALTAIR DA ROSA VIT MEI, JULIO CESAR GOMES MEI e JULIEN JOSE NUMES DA SILVA MEI apresentaram toda a documentação em conformidade com a exigida no edital.

Dando sequência, foram abertos os envelopes das propostas e constatou-se EMPATE nas 03 (três) propostas apresentadas. de acordo com o item 8.9 da Carta Convite 002/2015: 8.9 No caso de empate entre duas ou mais propostas, a classificação dar-se-á obrigatoriamente, por sorteio público, para o qual todos os licitantes serão convocados, na forma do art. 45, §2º, da Lei 8.666/93, o vencedor do certame dar-se-á por sorteio em sessão pública, marcado para o dia 05 de outubro de 2015, às 10 (dez) horas na sala das Comissões da Câmara de Vereadores de Corupá, sendo que para tanto, as empresas serão convocadas formalmente.

O resultado será publicado no Mural da Câmara de Vereadores de Corupá, para a devida publicidade e será submetida à apreciação do Exmo. Sr. Presidente da Câmara. E, em nada mais havendo a tratar, encerrou-se a reunião, da qual foi lavrada a presente ata que após lida foi assinada pelos presentes.

Corupá, 28 de setembro de 2015.

Iraclídia Delourdes Solamon Presidente	Sonia Regina de Souza Paiva Secretária
Marcelo Hermann Equipe de Apoio	Alvaro Melchert Equipe de Apoio

ATA SORTEIO CARTA CONVITE 002/15

ATA DE SORTEIO DAS PROPOSTAS REFERENTES À CARTA CONVITE Nº 002/2015

Às 14 horas do dia 30 de setembro de 2015, em sessão aberta ao público, reuniram-se na sala das Comissões a Presidente da Comissão Permanente de Licitação deste Órgão, Iraclídia Delourdes Solamon e os respectivos membros de apoio, Sonia Regina de Souza Paiva, Álvaro Melchert e Marcelo Hermann nomeados pela Portaria 05/2015 de 02 de fevereiro de 2015, para a sessão pública de SORTEIO às propostas de preço relativas à licitação modalidade CARTA CONVITE do TIPO MENOR PREÇO GLOBAL, vinculada ao Processo Licitatório nº 037/2015, para contratação de empresa especializada em fornecimento de materiais e mão de obra para a recuperação e manutenção, inclusive, telhado, alvenaria, cobertura, revestimento, pintura e serviços complementares em sua sede, com a finalidade de analisar e julgar a documentação e as propostas comerciais das empresas participantes, de acordo com o procedimento estabelecido pela Lei 8.666/93 e alterações, bem como pela Lei Complementar n.º 126/2006 alterada pela Lei Complementar nº 147/2014, conjuntamente com as regras gerais e especiais previstas no Edital referente a Carta Convite 002/2015, estando presentes as empresas: ALTAIR DA ROSA VIT MEI, JULIO CESAR GOMES MEI e JULIEN JOSE NUMES DA SILVA MEI apresentaram toda a documentação em conformidade com a exigida no edital.

Dando sequência e de acordo o art. 45, §2º, da Lei 8.666/93, aconteceu o sorteio perante os presentes e a sorteada foi JULIEN JOSE NUMES DA SILVA MEI.

O resultado será publicado no Mural da Câmara de Vereadores de Corupá, para a devida publicidade e será submetido à apreciação do Exmo. Sr. Presidente da Câmara. E, em nada mais havendo a tratar, encerrou-se a reunião, da qual foi lavrada a presente ata que após lida foi assinada pelos presentes.

Corupá, 30 de setembro de 2015.

Iraclídia Delourdes Solamon Presidente	Sonia Regina de Souza Paiva Secretária
Marcelo Hermann Equipe de Apoio	Alvaro Melchert Equipe de Apoio
ALTAIR DA ROSA VIT MEI	JULIO CESAR GOMES MEI
JULIEN JOSE NUMES DA SILVA MEI	

Curitibanos

PREFEITURA

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 182/2015

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 182/2015

O Município de Curitibanos, por intermédio de seu Pregoeiro e sua Equipe de Apoio torna público que se encontra aberta licitação na modalidade de PREGÃO PRESENCIAL, com julgamento Pelo Menor Preço por item, regida pela Lei Federal 10.520/02, pela Lei 8.666/93, entre outros dispositivos legais aplicados a espécie, com o fim específico de escolher a proposta mais vantajosa a esta administração, para AQUISIÇÃO DE MATERIAL DE CONSTRUÇÃO PARA USO NA UNIDADE MILITAR DE CURITIBANOS, CONFORME ANEXO I DESTE EDITAL.

Os interessados em participar do certame deverão entregar o envelope contendo a Proposta de Preços e o envelope contendo a Documentação de Habilitação até as 13:30 horas do dia 15/10/2015, no Protocolo Central da Prefeitura Municipal de Curitibanos, sito a Rua Cel. Vidal Ramos, 860, não sendo autorizada qualquer outra forma de protocolo.

A partir das 14:00 horas do dia 15/10/2015, será realizada sessão pública para a classificação das propostas e em seguida a fase de lances das propostas classificadas, no Setor de Licitações e Contratos.

Os inteiros teores deste ato convocatório e de seus anexos encontram-se à disposição dos interessados na pagina da Prefeitura www.curitibanos.sc.gov.br.

Curitibanos, 30 de Setembro de 2015.

José Antonio Guidi
Prefeito Municipal

Diego Sebem Wordell
Pregoeiro

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 183/2015

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 183/2015

O Município de Curitibanos, por intermédio de seu Pregoeiro e sua Equipe de Apoio torna público que se encontra aberta licitação na modalidade de PREGÃO PRESENCIAL, com julgamento Pelo Menor Preço por item, regida pela Lei Federal 10.520/02, Lei complementar 123/2006 e pela Lei Federal nº 8.666/93, entre outros dispositivos legais aplicados a espécie, para PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE CONFECÇÃO DE PLACAS PARA USO NA SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, CONFORME ANEXOS DESTE EDITAL. Os interessados em participar do certame deverão entregar o envelope contendo a Proposta de Preços e o envelope contendo a Documentação de Habilitação até as 15:30 horas do dia 15/10/2015, no Protocolo Central da Prefeitura Municipal de Curitibanos, sito a Rua Cel. Vidal Ramos, 860, não sendo autorizada qualquer outra forma de protocolo.

A partir das 16:00 horas do dia 15/10/2015, será realizada sessão pública para a classificação das propostas e em seguida a fase de lances das propostas classificadas, no Setor de Licitações e Contratos.

Os inteiros teores deste ato convocatório e de seus anexos encontram-se à disposição dos interessados que o solicitarem no Setor de Licitações e Contratos da Prefeitura de Curitibanos, no horário de expediente e na pagina da Prefeitura www.curitibanos.sc.gov.br.

Curitibanos, 01 de Outubro de 2015.

José Antonio Guidi
Prefeito Municipal

Diego Sebem Wordell
Pregoeiro

RESUMO DOS INSTRUMENTOS DE TERMO CONTRATO 195/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA

FUNDO DE EDUCAÇÃO DE CURITIBANOS

CNPJ: 83.754.044/0001-34

Rua Coronel Vidal Ramos, 860 Mês/Ano da Assinatura

C.E.P.: 89520-000 - Curitibanos – SC SETEMBRO/2015

Resumo dos Instrumentos de Termo Contrato 195/2015

Contrato Nº.: 195/2015

Contratante.: FUNDO MUNICIPAL DE EDUCACAO DE CURITIBANOS

Contratada....: TORRE FORTE CONSTRUTORA E INCORPORADORA
Valor : 1.510.317,13(Um milhão quinhentos e dez mil trezentos e dezessete reais e treze centavos)

Vigência : Início: 10/07/2015 Término: 10/10/2015

Licitação : concorrência p/ Obras e Serv. Engenharia Nº.: 41/2015

Recursos : Dotação: 1.010.4.4.90.00.00.00.00 (19)

Objeto : construção de Unidade de Educação Infantil (Projeto Proinfancia tipo 1) Rua Cornelio de Haro Varela , em Curitibanos, conforme descrição detalhada no memorial descritivo e demais condições previstas neste edital e em seus anexos.

Faxinal dos Guedes

PREFEITURA

EXTRATO DE CONTRATO DIVERSOS MAT DID. PEDAG. EDUCAÇÃO 2

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE FAXINAL DOS GUEDES

EXTRATO DE CONTRATO

Contrato n.º 0111/2015

Contratante: Prefeitura Municipal de Faxinal dos Guedes

Contratado: Adeval Bike Papelaria E Bazar Ltda Me

Objeto: Aquisição de forma parcelada de material de expediente, didático e pedagógico a serem utilizados nas atividades da secretaria municipal de educação e rede municipal de ensino.

Valor: R\$ 14.848,80 (catorze mil oitocentos e quarenta e oito reais e oitenta centavos).

Amparo Legal: Lei nº 8.666/93, suas alterações e demais normas vigentes, Processo Licitatório nº 0060/2015, na Modalidade Pregão Presencial nº 0032/2015.

Faxinal dos Guedes, SC, em 30 de setembro de 2015.

ODYMAR OLIVO BOMBASSARO

SECRETÁRIO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E CULTURA

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE FAXINAL DOS GUEDES

EXTRATO DE CONTRATO

Contrato n.º 0112/2015

Contratante: Prefeitura Municipal de Faxinal dos Guedes

Contratado: Jandira Capellaro Rodrigues e cia Ltda Me.

Objeto: Aquisição de forma parcelada de material de expediente, didático e pedagógico a serem utilizados nas atividades da secretaria municipal de educação e rede municipal de ensino.

Valor: R\$ 29.590,16 (vinte e nove mil quinhentos e noventa reais e dezesseis centavos).

Amparo Legal: Lei nº 8.666/93, suas alterações e demais normas vigentes, Processo Licitatório nº 0060/2015, na Modalidade Pregão Presencial nº 0032/2015.

Faxinal dos Guedes, SC, em 30 de setembro de 2015.

ODYMAR OLIVO BOMBASSARO

SECRETÁRIO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E CULTURA

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE FAXINAL DOS GUEDES

EXTRATO DE CONTRATO

Contrato n.º 0113/2015

Contratante: Prefeitura Municipal de Faxinal dos Guedes

Contratado: Mercado Kaeka Ltda Me.

Objeto: Aquisição de forma parcelada de material de expediente, didático e pedagógico a serem utilizados nas atividades da secretaria municipal de educação e rede municipal de ensino.

Valor: R\$ 5.928,28 (cinco mil novecentos e vinte e oito reais e vinte e oito centavos).

Amparo Legal: Lei nº 8.666/93, suas alterações e demais normas vigentes, Processo Licitatório nº 0060/2015, na Modalidade Pregão Presencial nº 0032/2015.

Faxinal dos Guedes, SC, em 30 de setembro de 2015.

ODYMAR OLIVO BOMBASSARO

SECRETÁRIO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E CULTURA

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE FAXINAL DOS GUEDES

EXTRATO DE CONTRATO

Contrato n.º 0114/2015

Contratante: Prefeitura Municipal de Faxinal dos Guedes

Contratado: Objetiva Comércio de Equipamentos Ltda Me

Objeto: Aquisição de forma parcelada de material de expediente, didático e pedagógico a serem utilizados nas atividades da secretaria municipal de educação e rede municipal de ensino.

Valor: R\$ 1.928,00 (mil novecentos e vinte e oito reais).

Amparo Legal: Lei nº 8.666/93, suas alterações e demais normas vigentes, Processo Licitatório nº 0060/2015, na Modalidade Pregão Presencial nº 0032/2015.

Faxinal dos Guedes, SC, em 30 de setembro de 2015.

ODYMAR OLIVO BOMBASSARO

SECRETÁRIO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E CULTURA

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE FAXINAL DOS GUEDES

EXTRATO DE CONTRATO

Contrato n.º 0115/2015

Contratante: Prefeitura Municipal de Faxinal dos Guedes

Contratado: Ricarl Distribuidora Eireli Me

Objeto: Aquisição de forma parcelada de material de expediente, didático e pedagógico a serem utilizados nas atividades da secretaria municipal de educação e rede municipal de ensino.

Valor: R\$ 7.869,73 (sete mil oitocentos e sessenta e nove reais e setenta e três centavos).

Amparo Legal: Lei nº 8.666/93, suas alterações e demais normas vigentes, Processo Licitatório nº 0060/2015, na Modalidade Pregão Presencial nº 0032/2015.

Faxinal dos Guedes, SC, em 30 de setembro de 2015.

ODYMAR OLIVO BOMBASSARO

SECRETÁRIO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E CULTURA

EXTRATO DE CONTRATO DIVERSOS MAT. EXPEDIENTE SAÚDE 1

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE FAXINAL DOS GUEDES

EXTRATO DE CONTRATO

Contrato n.º 0068/2015

Contratante: Prefeitura Municipal de Faxinal dos Guedes

Contratado: Adeval Bike Papelaria E Bazar Ltda Epp

Objeto: Aquisição de forma parcelada de material expediente destinado as unidades de saúde da secretaria municipal.

Valor: R\$ 16.199,74 (dezesseis mil cento e noventa e nove reais e setenta e quatro centavos).

Amparo Legal: Lei nº 8.666/93, suas alterações e demais normas vigentes, Processo Licitatório nº 0038/2015, na Modalidade Pregão Presencial nº 0015/2015.

Faxinal dos Guedes, SC, em 30 de setembro de 2015.

ANGELA CRISTINA TRINDADE

SECRETÁRIA MUNICIPAL DE SAÚDE PÚBLICA

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE FAXINAL DOS GUEDES

EXTRATO DE CONTRATO

Contrato n.º 0069/2015

Contratante: Prefeitura Municipal de Faxinal dos Guedes

Contratado: Jandira Capellaro Rodrigues e Cia Ltda Me

Objeto: Aquisição de forma parcelada de material expediente destinado as unidades de saúde da secretaria municipal.

Valor: R\$ 46.322,15 (quarenta e seis mil trezentos e vinte e dois reais e quinze centavos).

Amparo Legal: Lei nº 8.666/93, suas alterações e demais normas vigentes, Processo Licitatório nº 0038/2015, na Modalidade Pregão

Presencial nº 0015/2015.
Faxinal dos Guedes, SC, em 30 de setembro de 2015.
ANGELA CRISTINA TRINDADE
SECRETÁRIA MUNICIPAL DE SAÚDE PÚBLICA

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE FAXINAL DOS GUEDES
EXTRATO DE CONTRATO
Contrato n.º 0070/2015
Contratante: Prefeitura Municipal de Faxinal dos Guedes
Contratado: Mercado Kaeka Ltda Me.
Objeto: Aquisição de forma parcelada de material expediente destinado as unidades de saúde da secretaria municipal.
Valor: R\$ 7.160,35 (sete mil cento e sessenta reais e trinta e cinco centavos).
Amparo Legal: Lei nº 8.666/93, suas alterações e demais normas vigentes, Processo Licitatório nº 0038/2015, na Modalidade Pregão Presencial nº 0015/2015.
Faxinal dos Guedes, SC, em 30 de setembro de 2015.
ANGELA CRISTINA TRINDADE
SECRETÁRIA MUNICIPAL DE SAÚDE PÚBLICA

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE FAXINAL DOS GUEDES
EXTRATO DE CONTRATO
Contrato n.º 0071/2015
Contratante: Prefeitura Municipal de Faxinal dos Guedes
Contratado: Objetiva Comércio de Equipamentos Ltda Me
Objeto: Aquisição de forma parcelada de material expediente destinado as unidades de saúde da secretaria municipal.
Valor: R\$ 13,00 (treze reais).
Amparo Legal: Lei nº 8.666/93, suas alterações e demais normas vigentes, Processo Licitatório nº 0038/2015, na Modalidade Pregão Presencial nº 0015/2015.
Faxinal dos Guedes, SC, em 30 de setembro de 2015.
ANGELA CRISTINA TRINDADE
SECRETÁRIA MUNICIPAL DE SAÚDE PÚBLICA

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE FAXINAL DOS GUEDES
EXTRATO DE CONTRATO
Contrato n.º 0072/2015
Contratante: Prefeitura Municipal de Faxinal dos Guedes
Contratado: Ricarl Distribuidora Eireli Me
Objeto: Aquisição de forma parcelada de material expediente destinado as unidades de saúde da secretaria municipal.
Valor: R\$ 4.934,00 (quatro mil novecentos e trinta e quatro reais).
Amparo Legal: Lei nº 8.666/93, suas alterações e demais normas vigentes, Processo Licitatório nº 0038/2015, na Modalidade Pregão Presencial nº 0015/2015.

Faxinal dos Guedes, SC, em 30 de setembro de 2015.
ANGELA CRISTINA TRINDADE
SECRETÁRIA MUNICIPAL DE SAÚDE PÚBLICA

EXTRATO DE CONTRATO DIVERSOS PNEUS NOVOS 1
ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE FAXINAL DOS GUEDES

EXTRATO DE CONTRATO
Contrato nº. 0116/2015
Contratante: Prefeitura de Faxinal dos Guedes
Contratado: BBW do Brasil Com. de Pneumáticos Eireli Epp.
Objeto: Aquisição de forma parcelada de protetores de aro, câmaras de ar e pneus novos, destinados aos veículos das diversas secretarias do município.
Valor: R\$ 79.852,00 (setenta e nove mil oitocentos e cinquenta e dois reais)
Amparo Legal: Lei nº 8.666/93, Lei nº suas alterações e demais normas vigentes, Processo Licitatório nº 0059/2015, na Modalidade Pregão Presencial nº 0031/2015.
Faxinal dos Guedes, SC, em 30 de setembro de 2015.
DERLY JOSÉ TAFFAREL
SECRETÁRIO DE FAZENDA E ADMINISTRAÇÃO

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE FAXINAL DOS GUEDES

EXTRATO DE CONTRATO
Contrato nº. 0117/2015
Contratante: Prefeitura de Faxinal dos Guedes
Contratado: Comercial Automotiva S.A.
Objeto: Aquisição de forma parcelada de protetores de aro, câmaras de ar e pneus novos, destinados aos veículos das diversas secretarias do município.
Valor: R\$ 17.248,00 (dezesete mil duzentos e quarenta e oito reais)
Amparo Legal: Lei nº 8.666/93, Lei nº suas alterações e demais normas vigentes, Processo Licitatório nº 0059/2015, na Modalidade Pregão Presencial nº 0031/2015.
Faxinal dos Guedes, SC, em 30 de setembro de 2015.
DERLY JOSÉ TAFFAREL
SECRETÁRIO DE FAZENDA E ADMINISTRAÇÃO

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE FAXINAL DOS GUEDES

EXTRATO DE CONTRATO
Contrato nº. 0118/2015
Contratante: Prefeitura de Faxinal dos Guedes
Contratado: Copal Comércio de Pneus e Acessórios Ltda.
Objeto: Aquisição de forma parcelada de protetores de aro, câmaras de ar e pneus novos, destinados aos veículos das diversas secretarias do município.
Valor: R\$ 19.024,00 (dezenove mil vinte e quatro reais)
Amparo Legal: Lei nº 8.666/93, Lei nº suas alterações e demais normas vigentes, Processo Licitatório nº 0059/2015, na Modalidade Pregão Presencial nº 0031/2015.
Faxinal dos Guedes, SC, em 30 de setembro de 2015.
DERLY JOSÉ TAFFAREL
SECRETÁRIO DE FAZENDA E ADMINISTRAÇÃO

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE FAXINAL DOS GUEDES
EXTRATO DE CONTRATO
Contrato nº. 0119/2015

Contratante: Fundo Municipal de Saúde de Faxinal dos Guedes
Contratado: Joaçaba Pneus Ltda.
Objeto: Aquisição de forma parcelada de protetores de aro, câmaras de ar e pneus novos, destinados aos veículos das diversas secretarias do município.
Valor: R\$ 46.048,00 (quarenta e seis mil quarenta e oito reais)
Amparo Legal: Lei nº 8.666/93, Lei nº suas alterações e demais normas vigentes, Processo Licitatório nº 0059/2015, na Modalidade

Pregão Presencial nº 0031/2015.
Faxinal dos Guedes, SC, em 30 de setembro de 2015.
DERLY JOSÉ TAFFAREL
SECRETÁRIO DE FAZENDA E ADMINISTRAÇÃO

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE FAXINAL DOS GUEDES

EXTRATO DE CONTRATO
Contrato nº. 0120/2015
Contratante: Fundo Municipal de Saúde de Faxinal dos Guedes
Contratado: Turbo Auto Peças e Acessórios Ltda
Objeto: Aquisição de forma parcelada de protetores de aro, câmaras de ar e pneus novos, destinados aos veículos das diversas secretarias do município.
Valor: R\$ 35.724,00 (trinta e cinco mil setecentos e vinte e quatro reais)
Amparo Legal: Lei nº 8.666/93, Lei nº suas alterações e demais normas vigentes, Processo Licitatório nº 0059/2015, na Modalidade Pregão Presencial nº 0031/2015.

Faxinal dos Guedes, SC, em 30 de setembro de 2015.
DERLY JOSÉ TAFFAREL
SECRETÁRIO DE FAZENDA E ADMINISTRAÇÃO

Flor do Sertão

PREFEITURA

DECRETO Nº. 101

DECRETO N.º 0101/2015

SUPLEMENTA VERBAS DO ORÇAMENTO VIGENTE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

ROGÉRIO PERIN, Prefeito Municipal de Flor do Sertão, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e de acordo com a Lei Municipal n.º 0623/2014.

DECRETA:

ART. 1º Fica pelo presente Decreto suplementado na Secretaria Municipal de Infra-Estrutura, Transportes e Desenvolvimento Urbano, a importância de R\$ 61.606,92 (sessenta e um mil seiscentos e seis reais e noventa e dois centavos) na dotação orçamentária seguinte:

09.00 – SECRETARIA DE INFRA-ESTRUTURA, TRANSPORTES E DES. URBANO	
09.02 – Departamento de Transportes e Desenvolvimento Urbano	
26.782 – Transporte Rodoviário	
26.782.0025 – Estradas Vicinais	
26.782.0025.2.033 – Manutenção Ativ. Secretaria de Infraestrutura e Transportes	
3.3.90.00.00 – Aplicações Diretas	61.606,92
Fonte: 0164 – Transf. Convênios – Estado/Outros	
Desdobramento: Sem Desdobramento	
TOTAL FONTE	61.606,92

ART. 2º - Os recursos para abertura do crédito suplementar de que trata o artigo 1º, são provenientes do provável excesso de arrecadação a ser verificado na fonte de recursos 0164, no exercício de 2015.

ART. 3º Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

ART. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal, aos trinta dias do mês de setembro de 2015.

ROGÉRIO PERIN
Prefeito Municipal

Registrado e publicado
Em data supra.

LEANDRO NEUHAUS
Secretário de Administração

DECRETO Nº. 102

DECRETO N.º 0102/2015

SUPLEMENTA VERBAS DO ORÇAMENTO VIGENTE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

ROGÉRIO PERIN, Prefeito Municipal de Flor do Sertão, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e de acordo com a Lei Municipal n.º 0623/2014.

DECRETA:

ART. 1º- Fica pelo presente Decreto suplementado na Secretaria de Educação, Cultura Esporte e Lazer, a importância de R\$ 5.000,00 (cinco mil reais) na dotação orçamentária seguinte:

05.00 – SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA, ESPORTE E LAZER	
05.01 – Departamento de Educação	
12.361 – Ensino Fundamental	
12.361.0010 – Educar para o Futuro	
12.361.0010.2.020 – Manutenção do Programa Salário Educação	
3.3.90.00.00 – Aplicações Diretas	5.000,00
Fonte: 0136– Salário Educação	
Desdobramento: Sem desdobramento	
TOTAL DA FONTE	5.000,00

ART. 2º - Os recursos para cobertura do crédito suplementar de que trata o artigo 3º são provenientes da anulação de dotações orçamentárias do orçamento vigente, conforme a seguir:

05.00 – SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA, ESPORTE E LAZER	
05.01 – Departamento de Educação	
12.361 – Ensino Fundamental	
12.361.0010 – Educar para o Futuro	
12.361.0010.2.020 – Manutenção do Programa Salário Educação	
4.4.90.00.00 – Aplicações Diretas	5.000,00
Fonte: 0136– Salário Educação	
Desdobramento: Sem desdobramento	
TOTAL DA FONTE	5.000,00

ART. 3º - Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

ART. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal, aos trinta dias do mês de setembro de 2015.

ROGÉRIO PERIN
Prefeito Municipal

Registrado e publicado
Em data supra.

LEANDRO NEUHAUS
Secretário de Administração

Forquilha

PREFEITURA

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº. 14/PMF/2015-REFERENTE PREGÃO PRESENCIAL Nº. 42/PMF/2015

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO.

DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES

Em cumprimento ao disposto do artigo 15 parágrafo 2º da Lei 8.666/93 e alterações, a Secretaria de Administração, informa que se encontram registrado os preços abaixo relacionados, decorrentes do Pregão Presencial nº 42/2015 PMF - Ata do Sistema de Registro de Preços 14/2015 – PMF - SELEÇÃO DE PROPOSTAS VISANDO REGISTRAR PREÇO para a aquisição de material de comunicação visual para atendimento a diversas secretarias e fundos do Município de Forquilha/SC, para futuras aquisições.

ESTA ATA DE REGISTRO DE PREÇO ENCONTRA-SE PUBLICADA NA ÍNTEGRA, NO ENDEREÇO ELETRÔNICO WWW.FORQUILHA.SC.GOV.BR.

VIGÊNCIA: 25/03/2016

3ª Publicação

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº. 51/PMF/2015-REFERENTE PREGÃO PRESENCIAL Nº. 144/PMF/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA

GOVERNO DO MUNICÍPIO DE FORQUILHA

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº. 51/PMF/2015

(Referente Pregão Presencial nº. 144/PMF/2015)

A PREFEITURA MUNICIPAL DE FORQUILHA, com sede na Avenida 25 de julho, 3400 - Paço Municipal 26 DE ABRIL – FORQUILHA/SC, inscrita no Cadastro Geral de Contribuintes/MF sob o No. 81.531.162/0001-58, neste ato representado pelo Sr. VANDERLEI ALEXANDRE, Prefeito Municipal, portador da Cédula de Identidade nº 2.570.672-1 e inscrito no CPF sob o nº 705.686.189-04, ora denominado ÓRGÃO GERENCIADOR e as empresas

1. RICARL DISTRIBUIDORA EIRELI ME CNPJ/MF nº 21.304.312/0001-69 estabelecida na Rua Amsterdam, 891 - Itoupavazinha, em Blumenau/SC, doravante denominada CONTRATADA, neste ato representada pelo Sr. Fabrizio Rosso brasileiro, CI 3.088.670-8, CPF 031.149.489-79;

2. ATEKY INFORMÁTICA EIRELI EPP CNPJ/MF nº 03.925.659/0001-47 estabelecida na Rua Padre Auling, 173 - Centro, em São Ludgero/SC, doravante denominada CONTRATADA, neste ato representada pelo Sr. Joel Hobold brasileiro, CI 4.199.166, CPF 008.946.869-41,

3. ORLEANS INFORMÁTICA EIRELI EPP CNPJ/MF nº 02.315.593/0001-00 estabelecida na Rua Barão do Rio Branco, 312 - Centro, e Orleans/SC, doravante denominada CONTRATADA, neste ato representada pelo Sr. Charles Madeira Mello brasileiro, CI 6/R 2.807.588, CPF 844.078.839-87,

4. INFOTRIZ COMERCIAL EIRELI CNPJ/MF nº 04.586.694/0001-41 estabelecida na Rua Pedro Mansur Elias, 111 - Centro, em Santo Amaro da Imperatriz/SC, doravante denominada CONTRATADA, neste ato representada pelo Sr. Brunos Santos, CI 3.975.525, CPF 071.441.879-02

doravante denominadas DETENTORA(s) DA ATA nos termos do artigo 15 da Lei Federal 8.666/93, Lei Federal 10.520/2002, Decreto Municipal 53/2013 e demais normas legais aplicáveis e, considerando o resultado do Pregão Presencial nº. 144/PMF/2015, para REGISTRO DE PREÇOS, segundo as cláusulas e condições a seguir:

Cláusula Primeira – Do Objeto

1. A presente ATA tem por objetivo estabelecer cláusulas e condições gerais para REGISTRAR PREÇO para a aquisição de material de expediente e didático para atendimento da rede municipal de ensino do Município de Forquilha/SC, para o período de 12 meses.

Cláusula Segunda – Dos preços Registrados

1. Os valores unitários dos bens registrados nesta ata são OS CONSTANTES NA PLANILHA EM ANEXO e estão disponíveis no site www.forquilha.sc.gov.br

Cláusula Terceira – Do Prazo, Condições e Local de Entrega

1. A DETENTORA DA ATA, quando solicitada pelo setor competente do Município, deverá atender às seguintes exigências:

1.1. Fornecer e entregar o objeto desta ATA, parceladamente, de acordo com as necessidades do Município de Forquilha, dentro das especificações e quantitativos solicitados, sempre através de requisições previamente emitidas.

1.2. O objeto será solicitado de acordo com a necessidade do Município de Forquilha.

1.3. O prazo e o local de entrega constarão expressamente nas requisições que deverá ser rigorosamente cumprido, sob pena de aplicação das penalidades previstas neste contrato.

1.4. O prazo de entrega a ser exigido nas requisições será de no máximo 10 (dez) dias a partir da data de recebimento das mesmas.

2. O objeto será transportado por conta e risco da CONTRATADA, dentro das normas técnicas de transporte e segurança exigidas na forma da Lei vigente, e entregues em perfeitas condições de uso, nos locais pré-determinados nas requisições em todo o território do Município de Forquilha.

3. O setor competente do município terá o prazo de 24 (vinte e quatro) horas para processar a conferência dos produtos entregues, ou serviços executados, lavrando o termo de recebimento definitivo ou notificando a CONTRATADA para substituição do produto entregue em desacordo com as especificações exigidas.

3.1. Na hipótese de não aceitação do objeto, o mesmo deverá ser retirado pela CONTRATADA no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas contados da notificação da não aceitação, para reposição num prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas.

4. O recebimento provisório ou definitivo não exclui a responsabilidade da CONTRATADA pela perfeita execução do Empenho, ficando a mesma obrigada a substituir, no todo ou em parte, o objeto do empenho, se a qualquer tempo se verificarem vícios defeitos ou incorreções.

5. Nos casos da CONTRATADA não entregar o objeto de acordo com as especificações exigidas ou se negar a fazer a substituição dos produtos ou serviços não aceitos, a pessoa responsável pelo

recebimento lavrará termo circunstanciado do fato, que deverá ser encaminhado à autoridade competente, sob pena de responsabilidade.

6. O objeto somente será considerado devidamente aceito após analisado e aprovado pelo órgão competente do Município de Forquilha, com base nas exigências previstas no Edital e de acordo com a proposta da CONTRATADA, que independentemente de transcrição fazem parte integrante desta ata de registro de preços.

7. A existência de preços registrados não obriga a administração a firmar as contratações e adquirir os produtos e serviços registrados.

Cláusula Quarta – Da Vigência e Revisão de Preços

1. A Ata de Registro de Preços poderá sofrer alterações, obedecendo as disposições contidas no artigo 65 da Lei nº. 8.666/93 e Decreto Municipal 53/2013.

2. O preço registrado poderá ser revisto em decorrência de eventual redução daqueles praticados no mercado, ou de fato que eleve o custo dos serviços ou bens registrados, cabendo ao órgão gerenciador da ata promover as necessárias negociações junto aos fornecedores.

3. O prazo de validade da ata de registro de preços será por um período de 12 (doze) meses, contados a partir da data de sua assinatura, podendo ser prorrogada, nos termos da lei vigente, quando a proposta continuar se mostrando mais vantajosa para o Município.

Cláusula Quinta – Da Forma e Condições de Pagamento

1. O pagamento pelos materiais efetivamente fornecidos e aceitos será feito em até 30 (trinta) dias após a data do CERTIFICADO na Nota Fiscal/Fatura, através de Ordem Bancária ou na tesouraria da Secretaria de Administração e Finanças do CONTRATANTE.

1.1. A aprovação da Nota Fiscal/Fatura eletrônica se dará mediante o "CERTIFICADO" pelo responsável do Município de Forquilha, autorizado para o recebimento, devidamente assinado, datado e com aposição do respectivo carimbo funcional, depois de devidamente conferidas as quantidades e valores.

1.2. Na Nota Fiscal/Fatura eletrônica deverá constar, necessariamente o número do processo licitatório e o número da Autorização de Fornecimento.

1.3. O prazo de pagamento previsto no item acima, só vencerá em dia de expediente normal, na cidade de Forquilha/SC, postergando-se, em caso negativo, para o primeiro dia útil.

3. O CONTRATANTE não efetuará aceite de títulos negociados com terceiros, isentando-se quaisquer consequências surgidas e responsabilizando a CONTRATADA por perdas e danos em decorrência de tais transações.

4. O CONTRATANTE não pagará juros de mora por atraso de pagamento referente a serviços com ausência total ou parcial de documentação hábil ou pendente de cumprimento de quaisquer cláusulas constantes deste contrato.

5. A quantidade dos produtos determinados na cláusula segunda deste contrato, para efeito de pagamento, deverá ser considerada apenas como prevista, não importando em obrigação do Município de Forquilha, de autorizar seu fornecimento integral, respeitados os limites de acréscimo e/ou supressão previstos no art. 65, parágrafo 1º, da Lei Nº 8.666, de 21 de Junho de 1993 e alterações subsequentes.

Cláusula Sexta – Da Autorização para Aquisição

1. A aquisição do objeto da presente Ata de registro de Preços, será autorizado, em cada caso, pelo Órgão Gerenciador, sendo obrigatório informar ao setor de compras os quantitativos das aquisições.

1.1. A emissão das notas de empenho, sua retificação ou cancelamento, total ou parcial serão, igualmente, autorizados pela mesma autoridade, ou a quem está delegar a competência para tanto.

1.2. A contratação com os fornecedores registrados, após a indicação pelo órgão gerenciador, do registro de preços, será formalizada por intermédio de emissão de nota de empenho de despesa, autorização de compra ou outro instrumento equivalente, conforme disposto no art. 62 da Lei nº. 8.666/93.

Cláusula Sétima – Das Obrigações

1. Do Município:

1.1. Atestar as notas fiscais a efetiva entrega do objeto desta ata;

1.2. Aplicar à DETENTORA DA ATA penalidade, quando for o caso;

1.3. Prestar à DETENTORA DA ATA toda e qualquer informação, por esta solicitada, necessária a perfeita execução do objeto deste instrumento;

1.4. Efetuar o pagamento à detentora da ata no prazo avençado, após a entrega da nota fiscal no setor competente;

1.5. Notificar, por escrito, à detentora da ata da aplicação de qualquer sanção.

2. Da Detentora da Ata:

2.1. Fornecer o objeto de acordo com as especificações contidas nesta ata, bem como no edital e seus anexos;

2.2. Pagar todos os tributos que incidam ou venham a incidir, direta ou indiretamente, sobre os produtos.

2.3. Manter durante a vigência desta ata, as mesmas condições de habilitação exigidas na licitação;

2.4. Fornecer o objeto registrado, no preço, prazo e forma estipulados na proposta, edital e anexos;

2.5. Fornecer os produtos/executar os serviços dentro dos padrões exigidos nesta ata, no edital de licitação e seus anexos.

Cláusula Oitava – Das penalidades e Sanções

1. A licitante que deixar de entregar documentação exigida para o certame, apresentar documentação falsa, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, ficará impedida de licitar e contratar com a Administração Pública, pelo prazo de até cinco anos, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, sem prejuízo das multas previstas neste Edital e no contrato e das demais cominações legais.

2. Em caso de inexecução do contrato, erro de execução, execução imperfeita, mora de execução, inadimplemento contratual ou não veracidade das informações prestadas, a Contratada estará sujeita às seguintes penalidades:

I - advertência;

II - multas (que poderão ser recolhidas em qualquer agência integrante da Rede Arrecadadora de Receitas Federais, por meio de Documento de Arrecadação de Receitas Federais - DARF, a ser preenchido de acordo com instruções fornecidas pela Contratante):

a) de 1% (um por cento) por dia de atraso, calculado sobre o valor global do contrato, limitada a 10% do mesmo valor, entendendo-se como atraso a não entrega equipamento no prazo total compreendido pelo prazo contratual de entrega estabelecido neste instrumento.

b) de 5% (cinco por cento) sobre o valor total do contrato, por infração a qualquer cláusula ou condição do contrato, não especificada na alínea "a" deste inciso, aplicada em dobro na reincidência.

c) de 5% (cinco por cento) sobre o valor do contrato, pela recusa

em corrigir qualquer defeito, caracterizando-se a recusa, caso a correção não se efetivar nos 02 (dois) dias úteis que se seguem à data da comunicação formal do defeito;

d) de 10% (dez por cento) sobre o valor do contrato, no caso de recusa injustificada da licitante adjudicatária em firmar o termo de contrato, no prazo e condições estabelecidas, bem como no caso do produto não serem entregues a partir da data aprazada.

4. No processo de aplicação de penalidades, é assegurado o direito ao contraditório e à ampla defesa, ficando esclarecido que o prazo para apresentação de defesa prévia será de 05 (cinco) dias úteis contados da respectiva intimação.

5. No caso de suspensão do direito de licitar, a licitante deverá ser descredenciada por igual período, sem prejuízo das multas previstas neste Edital e no contrato e das demais cominações legais.

6. O valor das multas aplicadas deverá ser recolhido no prazo de 05 (cinco) dias, a contar da data da notificação. Se o valor da multa não for pago, ou depositado, será automaticamente descontado do pagamento a que a Contratada fizer jus. Em caso de inexistência ou insuficiência de crédito da Contratada, o valor devido será cobrado administrativamente e/ou judicialmente.

7. Da penalidade aplicada caberá recurso por escrito, no prazo de 05 (cinco) dias úteis da notificação, à autoridade superior àquela que aplicou a sanção, ficando sobrestada a mesma até o julgamento do pleito, nos termos do artigo 109, da Lei Nº 8.666/93 e alterações subsequentes.

Cláusula Nona – Do Cancelamento da Ata de Registro de Preços

1. A presente Ata de Registro de Preços poderá ser cancelada, de pleno direito pela administração, quando:

1.1. A detentora não cumprir as obrigações constantes desta ata;

1.2. A detentora não retirar qualquer nota de empenho ou instrumento equivalente, no prazo estabelecido pela administração, sem justificativa aceitável;

1.3. A detentora não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese de este se tornar superior àqueles praticados no mercado;

1.4. Tiver presentes razões de interesse público devidamente demonstrados e justificados pela administração;

2. O cancelamento do registro, nas hipóteses previstas, assegurando o contraditório e a ampla defesa, será formalizado por despacho da autoridade competente do órgão gerenciador do município.

3. A comunicação do cancelamento do preço registrado será feita por correspondência com aviso de recebimento, juntando-se o comprovante ao processo de administração da presente Ata de registro de Preços. No caso de ser ignorado, incerto ou inacessível o endereço da detentora, a comunicação será feita por publicação em Jornal de Circulação Municipal, considerando-se cancelado o preço registrado a partir da publicação.

4. Pela detentora, quando, mediante solicitação por escrito, comprovar estar impossibilitada de cumprir as exigências desta Ata de Registro de Preços, ou, a juízo da administração, quando comprovada a ocorrência das hipóteses previstas no art. 78, incisos XII a XVI, da Lei Federal 8.666/93 e Alterações.

Cláusula Décima – Da Dotação Orçamentária

1. As despesas decorrentes da presente licitação correrão por

conta das dotações orçamentárias dos exercícios correspondentes.

Cláusula Décima Primeira – Das Disposições Finais

1. Integra esta Ata de Registro de Preços, o Edital de Pregão Presencial nº. 144/PMF/2015, seus anexos e a proposta da Detentora desta ata.

2. Os casos omissos serão resolvidos de acordo com a Lei Federal 8.666/93, suas alterações, com as disposições da Lei Federal 10.520/2002 e pelo Decreto Municipal nº. 53/2013, no que não colidir as normas aplicáveis. Subsidiariamente, aplicar-se-ão os princípios gerais do direito.

Cláusula Vigésima Do Foro

1. Elegem as partes contratadas o Foro da Comarca de Forquilha, para dirimir todas e quaisquer questões oriundas deste contrato, renunciando expressamente a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

2. E, por assim estarem justas e contratadas, as partes por seus representantes legais assinam o presente feito em 03 (três) vias de igual teor e forma para um só e jurídico efeito, perante as testemunhas abaixo assinadas, a tudo presentes.

Forquilha/SC, 21 de setembro de 2015.
MUNICÍPIO DE FORQUILHINHA
VANDERLEI ALEXANDRE
Prefeito Municipal

RICARL DISTRIBUIDORA EIRELI ME
Empresa Detentora da Ata
Representante Legal: Fabrizio Rosso
CPF: 031.149.489-79

ATEKY INFORMÁTICA EIRELI EPP
Empresa Detentora da Ata
Representante Legal: Joel Hobold
CPF: 008.945.869-41

ORLEANS INFORMÁTICA EIRELI EPP
Empresa Detentora da Ata
Representante Legal: Charles Madeira Mello
CPF: 844.078.839-87

INFOTRIZ COMERCIAL EIRELI
Empresa Detentora da Ata
Representante Legal: Bruno Santos
CPF: 071.441.879-02

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº. 52/PMF/2015-REFERENTE PREGÃO PRESENCIAL Nº. 149/PMF/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA
GOVERNO DO MUNICÍPIO DE FORQUILHINHA

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº. 52/PMF/2015
(Referente Pregão Presencial nº. 149/PMF/2015)

A PREFEITURA MUNICIPAL DE FORQUILHINHA, com sede na Avenida 25 de julho, 3400 - Paço Municipal 26 DE ABRIL – FORQUILHINHA/SC, inscrita no Cadastro Geral de Contribuintes/MF sob o No. 81.531.162/0001-58, neste ato representado pelo Sr. VANDERLEI ALEXANDRE, Prefeito Municipal, portador da Cédula de Identidade nº 2.570.672-1 e inscrito no CPF sob o nº 705.686.189-04, ora denominado ÓRGÃO GERENCIADOR e a empresa:

1. KF ARTEFATOS DE CIMENTO LTDA, CNPJ/MF nº. 78.885.548/0001-53, estabelecida na Rodovia Gabriel Arns, 4350, Cidade de Forquilhinha/SC, doravante denominada CONTRATADA, neste ato representado pela Sra. Isabel Buss, brasileira, CI 2578034, CPF 562.629.499-68;

Cláusula Primeira – Do Objeto

1. A presente ATA tem por objetivo estabelecer cláusulas e condições gerais para REGISTRAR PREÇO para aquisição de abrigos para passageiros de ônibus, modelo tipo concha, conforme padrão estabelecido pelo Departamento Nacional de Infraestrutura de Trânsitos - DENIT, para colocação em pontos do município de Forquilhinha/SC, para futuras aquisições.

ESPECIFICAÇÃO	QUANT.	PREÇO UNIT.	PREÇO TOTAL
Abrigo para passageiros de ônibus, tipo concha com beiral, confeccionado em concreto armado, em peças pré-fabricadas, constituído de fechamento traseiro, banco, piso e cobertura em peça única, formado por 4 ou mais módulos tendo cada módulo 0,60 cm de largura, 1,80 metros de comprimento e 2,45 metros de altura total. OBS: deve acompanhar base para assentamento.	40 módulos	R\$ 1.785,00	R\$ 71.400,00

Cláusula Segunda – Dos preços Registrados

1. Os valores unitários dos bens registrados nesta ata são OS CONSTANTES NA PLANILHA EM ANEXO e estão disponíveis no site www.forquilhinha.sc.gov.br

Cláusula Terceira – Do Prazo, Condições e Local de Entrega

1. A DETENTORA DA ATA, quando solicitada pelo setor competente do Município, deverá atender às seguintes exigências:

- 1.1. Fornecer e entregar o objeto desta ATA, parceladamente, de acordo com as necessidades do Município de Forquilhinha, dentro das especificações e quantitativos solicitados, sempre através de requisições previamente emitidas.
- 1.2. O objeto será solicitado de acordo com a necessidade do Município de Forquilhinha.
- 1.3. O prazo e o local de entrega constarão expressamente nas requisições que deverá ser rigorosamente cumprido, sob pena de aplicação das penalidades previstas neste contrato.
- 1.4. O prazo de entrega a ser exigido nas requisições será de no máximo 15 (quinze) dias a partir da data de recebimento das mesmas.

2. O objeto será transportado por conta e risco da CONTRATADA, dentro das normas técnicas de transporte e segurança exigidas na forma da Lei vigente, e entregues em perfeitas condições de uso, nos locais pré-determinados nas requisições em todo o território do Município de Forquilhinha.

3. O setor competente do município terá o prazo de 24 (vinte e quatro) horas para processar a conferência dos produtos entregues, ou serviços executados, lavrando o termo de recebimento definitivo ou notificando a CONTRATADA para substituição do produto entregue em desacordo com as especificações exigidas.

3.1. Na hipótese de não aceitação do objeto, o mesmo deverá ser retirado pela CONTRATADA no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas contados da notificação da não aceitação, para reposição num prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas.

4. O recebimento provisório ou definitivo não exclui a responsabilidade da CONTRATADA pela perfeita execução do Empenho, ficando a mesma obrigada a substituir, no todo ou em parte, o objeto do empenho, se a qualquer tempo se verificarem vícios defeitos ou incorreções.

5. Nos casos da CONTRATADA não entregar o objeto de acordo com as especificações exigidas ou se negar a fazer a substituição dos produtos ou serviços não aceitos, a pessoa responsável pelo recebimento lavrará termo circunstanciado do fato, que deverá ser encaminhado à autoridade competente, sob pena de responsabilidade.

6. O objeto somente será considerado devidamente aceito após analisado e aprovado pelo órgão competente do Município de Forquilhinha, com base nas exigências previstas no Edital e de acordo com a proposta da CONTRATADA, que independentemente de transcrição fazem parte integrante desta ata de registro de preços.

7. A existência de preços registrados não obriga a administração a firmar as contratações e adquirir os produtos e serviços registrados.

Cláusula Quarta – Da Vigência e Revisão de Preços

1. A Ata de Registro de Preços poderá sofrer alterações, obedecidas as disposições contidas no artigo 65 da Lei nº. 8.666/93 e Decreto Municipal 53/2013.

2. O preço registrado poderá ser revisto em decorrência de eventual redução daqueles praticados no mercado, ou de fato que eleve o custo dos serviços ou bens registrados, cabendo ao órgão gerenciador da ata promover as necessárias negociações junto aos fornecedores.

3. O prazo de validade da ata de registro de preços será por um período de 12 (doze) meses, contados a partir da data de sua assinatura, podendo ser prorrogada, nos termos da lei vigente, quando a proposta continuar se mostrando mais vantajosa para o Município.

Cláusula Quinta – Da Forma e Condições de Pagamento

1. O pagamento pelos materiais efetivamente fornecidos e aceitos será feito em até 30 (trinta) dias após a data do CERTIFICO na Nota Fiscal/Fatura, através de Ordem Bancária ou na tesouraria da Secretaria de Administração e Finanças do CONTRATANTE.

1.1. A aprovação da Nota Fiscal/Fatura eletrônica se dará mediante o "CERTIFICO" pelo responsável do Município de Forquilha, autorizando para o recebimento, devidamente assinado, datado e com aposição do respectivo carimbo funcional, depois de devidamente conferidas as quantidades e valores.

1.2. Na Nota Fiscal/Fatura eletrônica deverá constar, necessariamente o número do processo licitatório e o número da Autorização de Fornecimento.

1.3. O prazo de pagamento previsto no item acima, só vencerá em dia de expediente normal, na cidade de Forquilha/SC, postergando-se, em caso negativo, para o primeiro dia útil.

3. O CONTRATANTE não efetuará aceite de títulos negociados com terceiros, isentando-se quaisquer consequências surgidas e responsabilizando a CONTRATADA por perdas e danos em decorrência de tais transações.

4. O CONTRATANTE não pagará juros de mora por atraso de pagamento referente a serviços com ausência total ou parcial de documentação hábil ou pendente de cumprimento de quaisquer cláusulas constantes deste contrato.

5. A quantidade dos produtos determinados no cláusula segunda deste contrato, para efeito de pagamento, deverá ser considerada apenas como prevista, não importando em obrigação do Município de Forquilha, de autorizar seu fornecimento integral, respeitados os limites de acréscimo e/ou supressão previstos no art. 65, parágrafo 1º, da Lei Nº 8.666, de 21 de Junho de 1993 e alterações subsequentes.

Cláusula Sexta – Da Autorização para Aquisição

1. A aquisição do objeto da presente Ata de registro de Preços, será autorizado, em cada caso, pelo Órgão Gerenciador, sendo obrigatório informar ao setor de compras os quantitativos das aquisições.

1.1. A emissão das notas de empenho, sua retificação ou cancelamento, total ou parcial serão, igualmente, autorizados pela mesma autoridade, ou a quem está delegar a competência para tanto.

1.2. A contratação com os fornecedores registrados, após a indicação pelo órgão gerenciador, do registro de preços, será formalizada por intermédio de emissão de nota de empenho de despesa, autorização de compra ou outro instrumento equivalente, conforme disposto no art. 62 da Lei nº. 8.666/93.

Cláusula Sétima – Das Obrigações

1. Do Município:

1.1. Atestar as notas fiscais a efetiva entrega do objeto desta ata;

1.2. Aplicar à DETENTORA DA ATA penalidade, quando for o caso;

1.3. Prestar à DETENTORA DA ATA toda e qualquer informação, por esta solicitada, necessária a perfeita execução do objeto deste instrumento;

1.4. Efetuar o pagamento à detentora da ata no prazo avençado, após a entrega da nota fiscal no setor competente;

1.5. Notificar, por escrito, à detentora da ata da aplicação de qualquer sanção.

2. Da Detentora da Ata:

2.1. Fornecer o objeto de acordo com as especificações contidas nesta ata, bem como no edital e seus anexos;

2.2. Pagar todos os tributos que incidam ou venham a incidir, direta ou indiretamente, sobre os produtos.

2.3. Manter durante a vigência desta ata, as mesmas condições de habilitação exigidas na licitação;

2.4. Fornecer o objeto registrado, no preço, prazo e forma estipulados na proposta, edital e anexos;

2.5. Fornecer os produtos/executar os serviços dentro dos padrões exigidos nesta ata, no edital de licitação e seus anexos.

Cláusula Oitava – Das penalidades e Sanções

1. A licitante que deixar de entregar documentação exigida para o certame, apresentar documentação falsa, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, ficará impedida de licitar e contratar com a Administração Pública, pelo prazo de até cinco anos, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, sem prejuízo das multas previstas neste Edital e no contrato e das demais cominações legais.

2. Em caso de inexecução do contrato, erro de execução, execução imperfeita, mora de execução, inadimplemento contratual ou não veracidade das informações prestadas, a Contratada estará sujeita às seguintes penalidades:

I - advertência;

II - multas (que poderão ser recolhidas em qualquer agência integrante da Rede Arrecadadora de Receitas Federais, por meio de Documento de Arrecadação de Receitas Federais - DARF, a ser preenchido de acordo com instruções fornecidas pela Contratante):

a) de 1% (um por cento) por dia de atraso, calculado sobre o valor global do contrato, limitada a 10% do mesmo valor, entendendo-se como atraso a não entrega equipamento no prazo total compreendido pelo prazo contratual de entrega estabelecido neste instrumento.

b) de 5% (cinco por cento) sobre o valor total do contrato, por infração a qualquer cláusula ou condição do contrato, não especificada na alínea "a" deste inciso, aplicada em dobro na reincidência.

c) de 5% (cinco por cento) sobre o valor do contrato, pela recusa em corrigir qualquer defeito, caracterizando-se a recusa, caso a correção não se efetivar nos 02 (dois) dias úteis que se seguirem à data da comunicação formal do defeito;

d) de 10% (dez por cento) sobre o valor do contrato, no caso de recusa injustificada da licitante adjudicatária em firmar o termo de contrato,

no prazo e condições estabelecidas, bem como no caso do produto não serem entregues a partir da data aprazada.

4. No processo de aplicação de penalidades, é assegurado o direito ao contraditório e à ampla defesa, ficando esclarecido que o prazo para apresentação de defesa prévia será de 05 (cinco) dias úteis contados da respectiva intimação.

5. No caso de suspensão do direito de licitar, a licitante deverá ser descredenciada por igual período, sem prejuízo das multas previstas neste Edital e no contrato e das demais cominações legais.

6. O valor das multas aplicadas deverá ser recolhido no prazo de 05 (cinco) dias, a contar da data da notificação. Se o valor da multa não for pago, ou depositado, será automaticamente descontado do pagamento a que a Contratada fizer jus. Em caso de inexistência ou insuficiência de crédito da Contratada, o valor devido será cobrado administrativamente e/ou judicialmente.

7. Da penalidade aplicada caberá recurso por escrito, no prazo de 05 (cinco) dias úteis da notificação, à autoridade superior àquela que aplicou a sanção, ficando sobrestada a mesma até o julgamento do pleito, nos termos do artigo 109, da Lei Nº 8.666/93 e alterações subsequentes.

Cláusula Nona – Do Cancelamento da Ata de Registro de Preços

1. A presente Ata de Registro de Preços poderá ser cancelada, de pleno direito pela administração, quando:

1.1. A detentora não cumprir as obrigações constantes desta ata;

1.2. A detentora não retirar qualquer nota de empenho ou instrumento equivalente, no prazo estabelecido pela administração, sem justificativa aceitável;

1.3. A detentora não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese de este se tornar superior àqueles praticados no mercado;

1.4. Tiver presentes razões de interesse público devidamente demonstrados e justificados pela administração;

2. O cancelamento do registro, nas hipóteses previstas, assegurado o contraditório e a ampla defesa, será formalizado por despacho da autoridade competente do órgão gerenciador do município.

3. A comunicação do cancelamento do preço registrado será feita por correspondência com aviso de recebimento, juntando-se o comprovante ao processo de administração da presente Ata de registro de Preços. No caso de ser ignorado, incerto ou inacessível o endereço da detentora, a comunicação será feita por publicação em Jornal de Circulação Municipal, considerando-se cancelado o preço registrado a partir da publicação.

4. Pela detentora, quando, mediante solicitação por escrito, comprovar estar impossibilitada de cumprir as exigências desta Ata de Registro de Preços, ou, a juízo da administração, quando comprovada a ocorrência das hipóteses previstas no art. 78, incisos XII a XVI, da Lei Federal 8.666/93 e Alterações.

5. A solicitação da detentora para cancelamento dos preços registrados deverá ser formulada com antecedência de 30 (trinta) dias, facultada à administração a aplicação das penalidades previstas neste instrumento, caso não aceitas as razões do pedido.

Cláusula Décima – Da Dotação Orçamentária

1. As despesas decorrentes da presente licitação correrão por conta das dotações orçamentárias dos exercícios correspondentes.

Cláusula Décima Primeira – Das Disposições Finais

1. Integra esta Ata de Registro de Preços, o Edital de Pregão Presencial nº. 149/PMF/2015, seus anexos e a proposta da Detentora desta ata.

2. Os casos omissos serão resolvidos de acordo com a Lei Federal 8.666/93, suas alterações, com as disposições da Lei Federal 10.520/2002 e pelo Decreto Municipal nº. 53/2013, no que não colidir as normas aplicáveis. Subsidiariamente, aplicar-se-ão os princípios gerais do direito.

Cláusula Vigésima

Do Foro

1. Elegem as partes contratadas o Foro da Comarca de Forquilha, para dirimir todas e quaisquer questões oriundas deste contrato, renunciando expressamente a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

2. E, por assim estarem justas e contratadas, as partes por seus representantes legais assinam o presente feito em 03 (três) vias de igual teor e forma para um só e jurídico efeito, perante as testemunhas abaixo assinadas, a tudo presentes.

Forquilha/SC, 25 de setembro de 2015.

MUNICÍPIO DE FORQUILHA

VANDERLEI ALEXANDRE

Prefeito Municipal

KF ARTEFATOS DE CIMENTO LTDA

Empresa Detentora da Ata

Representante Legal: Isabel Buss

CPF: 562.629.499-68.

EXTRATO DE CONTRATO Nº 113/PMF/2015

EXTRATO DE CONTRATO PMF Nº. 113/2015

CONTRATANTE – MUNICÍPIO DE FORQUILHINHA

CONTRADADO – ASSOCIAÇÃO O PEQUENO MÚSICO

OBJETO – contratação das bandas QUARTETO HEIMAT MUSINCANT e MUSICAL ALEMÃO PRETO para se apresentarem na VII edição da Heimatfest, nos dias 08 a 11 de outubro de 2015, por meio da Seção de Eventos Culturais, no Município de Forquilha/SC.

VALOR – R\$ 27.500,00 (vinte e sete mil e quinhentos reais)

VIGÊNCIA – 31/12/2015

DOTAÇÃO - 0802.2040.3390 (145).

FUNDAMENTO LEGAL – Lei Federal 8.666/93 e Inexigibilidade de Licitação nº. 109/PMF/2015

DATA DA ASSINATURA – 28 de julho de 2015

VANDERLEI ALEXANDRE

Prefeito Municipal

EXTRATO DE CONTRATO Nº 146/PMF/2015

EXTRATO DE CONTRATO PMF Nº. 146/2015

CONTRATANTE – MUNICÍPIO DE FORQUILHINHA

CONTRADADO – JEISSON ROCHA DA CUNHA EIRELI ME

OBJETO – Prestação de serviços técnicos especializados para elaboração e execução plena de Processo Seletivo para Provimento de cargos na área da Educação do Município de FORQUILHINHA/SC.

VALOR – R\$ 7.975,00 (sete mil novecentos e setenta e cinco reais)

VIGÊNCIA – 180 (cento e oitenta) dias, contados apartir da data da assinatura, prazo de execução + 60 (sessenta) dias.

DOTAÇÃO - 0501.2015.3390 (82)

FUNDAMENTO LEGAL – Lei Federal 8.666/93 e Dispensa de Licitação nº. 150/PMF/2015.

DATA DA ASSINATURA – 14 de setembro de 2015.

VANDERLEI ALEXANDRE

Prefeito Municipal

EXTRATO DE CONTRATO Nº 40/PMF/2015

EXTRATO DE CONTRATO PMF Nº. 40/PMF/2015

CEDENTE – MUNICÍPIO DE FORQUILHINHA

CESSIONÁRIO – ESTADO DE SANTA CATARINA

OBJETO – cessão de uso pelo CEDENTE em favor do CESSIONÁRIO, a título gratuito, de um terreno com área superficial de 1.500 m² (um mil e quinhentos metros quadrados), dentro de uma área maior, registrada no Cartório de Registro de Imóvel da Comarca de Forquilha – SC, sob o nº 7.045, de acordo com o croqui constante em Anexo Único desta Lei, destinado a construção do prédio próprio do Corpo de Bombeiros Militar do Município de Forquilha, conforme condições a serem prevista em teor próprio.

VIGÊNCIA – 20 (vinte) anos a contar da data da assinatura.

FUNDAMENTAÇÃO LEGAL – Lei Municipal nº. 2.058, de 04 de fevereiro de 2015.

DATA DA ASSINATURA – 22 de junho de 2015.

VANDERLEI ALEXANDRE

Prefeito Municipal

EXTRATO DE CONTRATO Nº 64/FMS/2015

EXTRATO DE CONTRATO FMS Nº. 64/2015

CONTRATANTE – MUNICÍPIO DE FORQUILHINHA

CONTRADADO – ANA MARIA PIRES BELEM ME

DO OBJETO – aquisição de equipamentos, material permanente para estruturação da rede de serviços de Atenção Básica de Saúde, conforme Proposta nº. 10540.697000/1130-05 do Ministério da Saúde junto ao Fundo Municipal de Saúde de Forquilha/SC.

VALOR – R\$ 399,98 (trezentos e noventa e nove reais e noventa e oito centavos)

VIGÊNCIA – 31/12/2015.

DOTAÇÃO - 1701.2050.4490 (21), 1701.2064.4490 (74), 1701.2050.4490 (79) – Ministério da Saúde.

FUNDAMENTO LEGAL – Lei 8.666/93, Pregão Eletrônico nº. 22/FMS/2015.

DATA DA ASSINATURA – 04 de setembro de 2015.

VANDERLEI ALEXANDRE

Prefeito Municipal

EXTRATO DE CONTRATO Nº 67/FMS/2015

EXTRATO DE CONTRATO FMS Nº. 67/2015

CONTRATANTE – MUNICÍPIO DE FORQUILHINHA

CONTRADADO – DUCA MÓVEIS LTDA EPP

DO OBJETO – aquisição de equipamentos, material permanente para estruturação da rede de serviços de Atenção Básica de Saúde, conforme Proposta nº. 10540.697000/1130-05 do Ministério da Saúde junto ao Fundo Municipal de Saúde de Forquilha/SC.

VALOR – R\$ 2.636,05 (dois mil seiscentos e trinta e seis reais e cinco centavos).

VIGÊNCIA – 31/12/2015.

DOTAÇÃO - 1701.2050.4490 (21), 1701.2064.4490 (74), 1701.2050.4490 (79) – Ministério da Saúde.

FUNDAMENTO LEGAL – Lei 8.666/93, Pregão Eletrônico nº. 22/FMS/2015.

DATA DA ASSINATURA – 04 de setembro de 2015.

VANDERLEI ALEXANDRE

Prefeito Municipal

EXTRATO DE CONTRATO Nº 69/FMS/2015

EXTRATO DE CONTRATO FMS Nº. 69/2015

CONTRATANTE – MUNICÍPIO DE FORQUILHINHA

CONTRATADO – PRO HOSPITAL SUL COM. MAT. MED. ODONT. LTDA

DO OBJETO – aquisição de equipamentos, material permanente para estruturação da rede de serviços de Atenção Básica de Saúde, conforme Proposta nº. 10540.697000/1130-05 do Ministério da Saúde junto ao Fundo Municipal de Saúde de Forquilha/SC.

VALOR – R\$ 920,00 (novecentos e vinte reais).

VIGÊNCIA – 31/12/2015.

DOTAÇÃO - 1701.2050.4490 (21), 1701.2064.4490 (74), 1701.2050.4490 (79) – Ministério da Saúde.

FUNDAMENTO LEGAL – Lei 8.666/93, Pregão Eletrônico nº. 22/FMS/2015.

DATA DA ASSINATURA – 04 de setembro de 2015.

VANDERLEI ALEXANDRE

Prefeito Municipal

EXTRATO DE CONTRATO Nº 70/FMS/2015

EXTRATO DE CONTRATO FMS Nº. 70/2015

CONTRATANTE – MUNICÍPIO DE FORQUILHINHA

CONTRATADO – VMLX COM. DE EQUIP. ELETROELETRONICOS ME

DO OBJETO – aquisição de equipamentos, material permanente para estruturação da rede de serviços de Atenção Básica de Saúde, conforme Proposta nº. 10540.697000/1130-05 do Ministério da Saúde junto ao Fundo Municipal de Saúde de Forquilha/SC.

VALOR – R\$ 3.150,00 (três mil cento e cinquenta reais).

VIGÊNCIA – 31/12/2015.

DOTAÇÃO - 1701.2050.4490 (21), 1701.2064.4490 (74), 1701.2050.4490 (79) – Ministério da Saúde.

FUNDAMENTO LEGAL – Lei 8.666/93, Pregão Eletrônico nº. 22/FMS/2015.

DATA DA ASSINATURA – 04 de setembro de 2015.

VANDERLEI ALEXANDRE

Prefeito Municipal

EXTRATO DE TERMO ADITIVO Nº 13/FMS/2015

EXTRATO DO TERMO ADITIVO FMS Nº 13/2015

PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO FMS Nº. 13/2015

CONTRATANTE – MUNICÍPIO DE FORQUILHINHA

CONTRADADO – RONCHI PAVIMENTAÇÕES LTDA

DO OBJETO – Contratação de empresa especializada para construção da Academia de Saúde, com área de 55 m², localizada na Rua Bonifácio Back, Bairro Santa Isabel, Forquilha/SC (anexo ao Complexo Esportivo), conforme Proposta nº. 10540697000113006

do Ministério da Saúde junto ao Fundo Municipal de Saúde de Forquilha/SC, compreendendo material e mão-de-obra.

DO PRAZO – Prorrogação do prazo de execução do contrato nº. 13/FMS/2015 de 29/08/2015 para 27/11/2015 bem como a prorrogação da vigência do contrato para 25/02/2016.

DO FUNDAMENTO LEGAL – Art. 57 da Lei nº 8.666/93.

DATA DA ASSINATURA – 28 de agosto de 2015.

VANDERLEI ALEXANDRE

Prefeito Municipal

EXTRATO DE TERMO ADITIVO Nº 72/PMF/2015

EXTRATO DO TERMO ADITIVO PMF Nº 72/2015

SEGUNDO TERMO ADITIVO AO CONTRATO PMF Nº. 241/2014

CONTRATANTE – MUNICÍPIO DE FORQUILHINHA

CONTRADADO – INSTITUTO BRASILEIRO DE ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL - IBAM

DO OBJETO – Prestação de serviços de estudo da reestruturação do quadro de servidores do quadro geral e da área da educação, análise e proposta de adequação da estrutura administrativa e, revisão e atualização do Estatuto dos Servidores Municipais de Forquilha/SC.

DO PRAZO – Fica acrescido 90 (noventa) dias no prazo de execução do contrato 241/PMF/2014 de 02/09/2015 para 01/12/2015 bem como a prorrogação da vigência do contrato para 30/01/2016.

DO FUNDAMENTO LEGAL – Art. 57 da Lei nº 8.666/93.

DATA DA ASSINATURA – 01 de setembro de 2015.

VANDERLEI ALEXANDRE

Prefeito Municipal

EXTRATO DE TERMO ADITIVO Nº 73/PMF/2015

EXTRATO DO TERMO ADITIVO PMF Nº 73/2015

PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO PMF Nº. 32/2015

CONTRATANTE – MUNICÍPIO DE FORQUILHINHA

CONTRADADO – CONSONI CONSTRUÇÕES LTDA

DO OBJETO – Contratação de empresa especializada para reforma e ampliação da Escola de Educação Básica José Aléssio, com área de 1.337,28 m², localizada na Rua Santa Barbara, 1.197, Cidade Alta, Forquilha/SC, compreendendo material, mão-de-obra, equipamentos e ferramentas normais e especiais necessárias.

DO PRAZO – Prorrogação do prazo de execução do contrato nº. 32/PMF/2015 de 05/09/2015 para 04/11/2015 bem como a prorrogação da vigência do contrato para 02/02/2016.

DO FUNDAMENTO LEGAL – Art. 57 da Lei nº 8.666/93.

DATA DA ASSINATURA – 02 de setembro de 2015.

VANDERLEI ALEXANDRE

Prefeito Municipal

EXTRATO DE TERMO ADITIVO Nº 76/PMF/2015

EXTRATO DO TERMO ADITIVO PMF Nº 76/2015

SEGUNDO TERMO ADITIVO AO CONTRATO PMF Nº. 75/2015
CONTRATANTE – MUNICÍPIO DE FORQUILHINHA

CONTRADADO – PROENG ENGENHARIA E PROJETOS LTDA

DO OBJETO – Prestação de serviços na elaboração de projetos arquitetônicos e complementares para edificações públicas do Município de Forquilha/SC.

DO PRAZO – Fica acrescido 60 (sessenta) dias no prazo de execução do contrato 75/PMF/2015 de 10/09/2015 para 09/11/2015 bem como a prorrogação da vigência do contrato para 07/02/2016.

DO FUNDAMENTO LEGAL – Art. 57 da Lei nº 8.666/93.

DATA DA ASSINATURA – 09 de setembro de 2015.

VANDERLEI ALEXANDRE

Prefeito Municipal

EXTRATO DE TERMO ADITIVO Nº 79/PMF/2015

EXTRATO DO TERMO ADITIVO PMF Nº 79/2015

TERCEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO PMF Nº. 238/2014
CONTRATANTE – MUNICÍPIO DE FORQUILHINHA

CONTRADADO – FBB ENGENHARIA E CONSTRUÇÃO LTDA

DO OBJETO – Constitui objeto do presente termo a contratação de empresa especializada para prestar serviços (remanescentes) de urbanização da Avenida 25 de Julho com a implantação de passeios e ciclovia, no Bairro Vila Lourdes, Município de Forquilha/SC, compreendendo material, mão-de-obra, equipamentos e ferramentas normais e especiais necessárias, conforme Programa GPD - Contrato Nº. 0301982-47/2009, obedecendo integralmente às especificações, determinações previstas no projeto básico e projeto executivo e de acordo com a proposta da contratada, que independentemente de transcrição fazem parte integrante deste instrumento contratual.

DO VALOR – Fica suprimido o valor de R\$ 2.761,37 (dois mil setecentos e sessenta e um e trinta e sete centavos).

DO FUNDAMENTO LEGAL – Art. 65 da Lei nº 8.666/93.

DATA DA ASSINATURA – 18 de setembro de 2015.

VANDERLEI ALEXANDRE

Prefeito Municipal

Fraiburgo

PREFEITURA

AT15PMF110**EXTRATO CONTRATUAL**

Contrato Nº.: AT15PMF110
Contratante.: MUNICÍPIO DE FRAIBURGO
Contratada.: PIATÃ COMERCIO DE PEÇAS LTDA
Valor : 2.725,00 (dois mil setecentos e vinte e cinco reais).
Vigência : Início: 28/09/2015 Término: 31/12/2015
Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 109/2015
Objeto : REGISTRO DE PREÇOS PARA A CONTRATAÇÃO FUTURA DE CONES DE SINALIZAÇÃO DE TRÂNSITO PARA USO DA POLÍCIA MILITAR DE FRAIBURGO, DURANTE OS MESES DE SETEMBRO A DEZEMBRO DE 2015.

Fraiburgo, 1 de Outubro de 2015
IVO BIAZZOLO - Prefeito

AVISO DO PREGÃO PRESENCIAL Nº 0116_2015-PMF RP 0074

AVISO DO PREGÃO PRESENCIAL Nº 0116/2015 – PMF
REGISTRO DE PREÇOS Nº 0074/2015 – PMF
MUNICÍPIO DE FRAIBURGO – SC
Objeto: REGISTRO DE PREÇOS visando aquisições futuras de café e açúcar para consumo do Órgão Gerenciador (Município de Fraiburgo) e dos Órgãos Participantes (FMS e FME). Validade da Ata de Registro de Preços: novembro de 2015 a fevereiro de 2016. Julgamento: Menor Preço POR ITEM. Entrega/Protocolo dos Envelopes e Credenciamento: até as 14:00 horas do dia 19.10.2015. Abertura: às 14:00 horas do mesmo dia. Informações e/ou cópia na íntegra deste Edital: Avenida Rio das Antas, nº 185. Fone (49) 3256 3000 – Ramais 3023/3039. Site: www.fraiburgo.sc.gov.br.

Fraiburgo (SC), 01 de outubro de 2015.
Ivo Biazolo
Prefeito

AVISO DO PREGÃO PRESENCIAL Nº 0117_2015-PMF RP 0075

AVISO DO PREGÃO PRESENCIAL Nº 0117/2015 – PMF
REGISTRO DE PREÇOS Nº 0075/2015 – PMF
MUNICÍPIO DE FRAIBURGO – SC

Objeto: REGISTRO DE PREÇOS visando aquisição em contratações futuras de cartuchos de tóner para uso nas impressoras do Corpo de Bombeiros Militar de Fraiburgo, para uso do Órgão Gerenciador (Município de Fraiburgo) e dos Órgãos Participantes (FMS), Fundo Municipal de Saúde, durante os meses de outubro de 2015 a fevereiro de 2016. Validade da Ata de Registro de Preços: outubro de 2015 a fevereiro de 2016. Julgamento: Menor Preço POR ITEM. Entrega/Protocolo dos Envelopes e Credenciamento: até as 13:30 horas do dia 20.10.2015. Abertura: às 13:30 horas do mesmo dia. Informações e/ou cópia na íntegra deste Edital: Avenida Rio das Antas, nº 185. Fone (49) 3256 3000 – Ramais 3023/3039. Site: www.fraiburgo.sc.gov.br.

Fraiburgo (SC), 01 de outubro de 2015.
Ivo Biazolo
Prefeito

CT15PMF107**EXTRATO CONTRATUAL**

Contrato Nº.: CT15PMF107
Contratante.: MUNICÍPIO DE FRAIBURGO
Contratada.: ESQUADRIAS SANTA MÔNICA LTDA
Valor : 27.984,00 (vinte e sete mil novecentos e oitenta e quatro reais).
Vigência : Início: 21/09/2015 Término: 31/12/2015
Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 108/2015
Objeto : AQUISIÇÃO DE MATERIAIS E MÃO DE OBRA PARA FECHAMENTO COM VIDRO NOS CENTROS DE EDUCAÇÃO INFANTIL BELA VISTA (LOCALIZADO NA AVENIDA PARANÁ), NAÇÕES (AV. CARLOS MAISTER) E MACIEIRA (RUA DO CAMPO).

Fraiburgo, 1 de Outubro de 2015
IVO BIAZZOLO
Prefeito

CT15PMF108**EXTRATO CONTRATUAL**

Contrato Nº.: CT15PMF108
Contratante.: MUNICÍPIO DE FRAIBURGO
Contratada.: JOMIN DECORAÇÕES LTDA
Valor : 9.550,00 (nove mil quinhentos e cinquenta reais).
Vigência : Início: 22/09/2015 Término: 31/12/2015
Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 110/2015
Objeto : AQUISIÇÃO DE MATERIAIS E MÃO DE OBRA PARA RECUPERAÇÃO DO ASSOALHO DA CASA DA CULTURA.

Fraiburgo, 1 de Outubro de 2015
IVO BIAZZOLO
Prefeito

DECRETO Nº 206-2015

DECRETO Nº 206, DE 01 DE OUTUBRO DE 2015.
ALTERA O DECRETO Nº 198/2015 PARA NOMEAÇÃO DE CONSELHEIROS TITULARES E SUPLENTE QUE COMPÕEM O CONSELHO MUNICIPAL ANTIDROGAS - COMAD PARA O BIÊNIO 2015/2016.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais; e em conformidade com a Lei Municipal nº. 2297, de 23 de junho de 2015;

DECRETA:

Art. 1º. Fica alterado o Decreto nº 198/2015 para nomear os membros do Conselho Municipal Antidrogas - COMAD, com mandato de 2 (dois) anos, que compreende o período de 21 de setembro de 2015 a 20 de setembro de 2017:

[...]

XVII – Secretaria da Saúde:

Titular: Bethania S. Vieira Rohling
Suplente: Geovana Liebl

Art. 2º. Ficam inalteradas as demais disposições do Decreto nº 198/2015.

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO
FRAIBURGO, SC, 01 DE OUTUBRO DE 2015.
IVO BIAZZOLO
Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA
Secretário de Administração e Planejamento

DECRETO Nº 207/2015

DECRETO Nº 207, DE 01 DE OUTUBRO DE 2015.
DISPÕE SOBRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, Estado de Santa Catarina no uso de suas atribuições legais; em conformidade com a Lei Nº 2276, de 05 de Dezembro de 2014.

DECRETA:

Art.1º. Fica aberto no orçamento do Município de Fraiburgo, crédito adicional suplementar para o exercício de 2015, no valor de R\$ 137.671,03 (cento e e trinta e sete mil, seiscentos e setenta e um reais e três centavos), nas seguintes dotações orçamentárias:

04.00 – Controladoria Interna		
04.01 – Controladoria Interna		
04.124.0002.2.007 – Manutenção da Controladoria Geral		
3.1.90.00.00 – Aplicações Diretas – Recurso 0.1.0200 (19)	R\$	2.000,00
09.00 – Secretaria de Agropecuária e Meio Ambiente		
09.01 – secretaria de Agropecuária e Meio Ambiente		
20.606.0015.2.034 – Manutenção da Secretaria de Agropecuária e Meio Ambiente		
3.3.90.00.00 – Aplicações Diretas – Recurso 0.1.0200 (106)	R\$	18.671,03
10.00 – Secretaria de infraestrutura		
10.01 – Secretaria de Infraestrutura		
15.452.0017.2.042 – Manutenção da Iluminação Pública		
3.3.90.00.00 – Aplicações Diretas – Recurso 0.1.0217 (124)	R\$	105.000,00
11.00 – Secretaria de Ação Social		
11.01 – Fundo Municipal de Assistência Social		
08.244.0020.2.046 – Manutenção do fundo Municipal de Assistência Social		
3.3.90.00.00 – Aplicações Diretas – Recurso 0.1.0200 (152)	R\$	12.000,00
TOTAL	R\$	137.671,03

Art. 2º. Os recursos necessários para atendimento ao disposto no artigo 1º deste Decreto correrão à conta da anulação das seguintes dotações orçamentárias:

04.00 – Controladoria Interna		
04.01 – Controladoria Interna		
04.124.0002.2.007 – Manutenção da Controladoria Geral		
3.3.90.00.00 – Aplicações Diretas – Recurso 0.1.0200 (20)	R\$	2.000,00
09.00 – Secretaria de Agropecuária e Meio Ambiente		

09.01 – secretaria de Agropecuária e Meio Ambiente		
20.606.0015.2.034 – Manutenção da Secretaria de Agropecuária e Meio Ambiente		
4.4.90.00.00 – Aplicações Diretas – Recurso 0.1.0200 (107)	R\$	18.671,03
10.00 – Secretaria de infraestrutura		
10.01 – Secretaria de Infraestrutura		
15.452.0017.2.042 – Manutenção da Iluminação Pública		
3.3.72.00.00 – Execução Orçamentária Delegada a Consórcios Públicos – Recurso 0.1.0217 (122)	R\$	50.000,00
4.4.90.00.00 – Aplicações Diretas – Recurso 0.1.0217 (125)	R\$	55.000,00
11.00 – Secretaria de Ação Social		
11.01 – Fundo Municipal de Assistência Social		
08.244.0020.2.046 – Manutenção do fundo Municipal de Assistência Social		
3.1.90.00.00 – Aplicações Diretas – Recurso 0.1.0200 (149)	R\$	12.000,00
Total	R\$	137.671,03

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO.
FRAIBURGO, 01 DE OUTUBRO DE 2015.
IVO BIAZZOLO
Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA
Secretário de Administração e Planejamento

DECRETO Nº 208/2015

DECRETO Nº 208, DE 01 DE OUTUBRO DE 2015.
DISPÕE SOBRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, Estado de Santa Catarina no uso de suas atribuições legais; em conformidade com o Art. 16 da Lei Nº 2276, de 05 de Dezembro de 2014;

DECRETA:

Art.1º. Fica aberto no orçamento do Município de Fraiburgo crédito adicional suplementar para o exercício de 2015 no valor de R\$ 95.000,00 (noventa e cinco mil reais), nas seguintes dotações:

07.00 – Secretaria de Educação		
07.01 – Educação Geral		
12.364.0007.2.021 – Transporte Escolar do Ensino Superior		
3.3.90.00 – Aplicações Diretas 0.1.0200 (82)	R\$	43.000,00
11.00 – Secretaria de Ação Social		
11.01 – Fundo Municipal de Assistência Social		
08.244.0020.2.046 – Manutenção do Fundo Municipal de Assistência Social		
3.3.90.00 – Aplicações Diretas 0.1.0507 (153)	R\$	7.000,00
3.3.90.00 – Aplicações Diretas 0.1.0516 (155)	R\$	5.000,00
08.00 – Secretaria de Saúde		
08.01 – Fundo Municipal de Saúde		
10.305.0013.2.033 – Manutenção da Vigilância Epidemiológica		
3.1.90.00 – Aplicações Diretas 0.1.0407 (67)	R\$	40.000,00
Total	R\$	95.000,00

Art. 2º. Os recursos necessários para atendimento ao disposto no artigo 1º deste Decreto correrão à conta do provável excesso de arrecadação a ser apurado até o final do exercício, nas rubricas abaixo relacionadas.

41113050100 – Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza	R\$	43.000,00
41721340600 – Transferências de Recursos do FNAS – IGD – PBF	R\$	7.000,00
41722990300 – Transferências de Recursos do FEAS – Benefícios Eventuais	R\$	5.000,00
41721330500 – Transferências de Recursos do SUS – Vigilância Epidemiológica	R\$	40.000,00
TOTAL	R\$	95.000,00

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO.

FRAIBURGO, 01 DE OUTUBRO DE 2015.

IVO BIAZZOLO

Prefeito Municipal

ANDRE LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento

LEI COMPLEMENTAR Nº 180/2015

LEI COMPLEMENTAR Nº 180, DE 01 DE OUTUBRO DE 2015 ALTERA DISPOSITIVOS DA LEI COMPLEMENTAR MUNICIPAL Nº 074, DE 31 DE JULHO DE 2006, QUE CRIA O FUNDO MUNICIPAL DE REEQUIPAMENTO DO CORPO DE BOMBEIROS MILITAR FUNREBOM, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais;

Faço saber que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a presente Lei Complementar:

Art. 1º. O inciso II, do artigo 1º e o artigo 2º da Lei Complementar nº 074/2006 passam a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 1º. [...]

I - [...]

II – A finalidade é prover recursos para equipamentos, aquisição de material permanente, equipamentos para atividades técnicas, periciais, serviços pré-hospitalar, busca e salvamento, proteção e combate a incêndios, aquisição de imóveis, construção e ampliação de instalações e despesas de custeio do Corpo de Bombeiros Militar de Fraiburgo.

Art. 2º. O FUNREBOM será constituído de:

I - Receitas provenientes das taxas previstas na Lei Estadual nº 7.541/88 e suas alterações, arrecadadas diretamente no Município de Fraiburgo, mediante convênio com o Corpo de Bombeiros Militar, e dos valores constantes no Anexo I da presente Lei.

II - Auxílios, subvenções ou doações municipais, estaduais, federais ou privadas, dotações orçamentárias e créditos adicionais que venham a ser autorizados pelo Poder Legislativo municipal ao Corpo de Bombeiros Militar, sediado em Fraiburgo.

III - Recursos decorrentes de alienação de material, bens e equipamentos considerados inservíveis, adquiridos por conta do próprio

Fundo.

IV - recursos advindos da coparticipação dos municípios limítrofes ou não, ajustadas em convênios IV – Recursos advindos da coparticipação dos municípios limítrofes ou não, ajustadas em convênios que regulem a instalação, ampliação e prestação de serviços pelo Corpo de Bombeiros Militar.

V - Juros bancários e rendas de capital, provenientes da imobilização ou ampliação do FUNREBOM.

§ 1º. Para cobertura dos custos operacionais dos serviços de atividades técnicas, fica estabelecido que a taxa de prevenção contra sinistros, referida no inciso I deste artigo, terá o valor mínimo correspondente a 150,00m² (cento e cinquenta metros quadrados) de área construída.

§ 2º. Todas as edificações que, em virtude da aplicação dos valores previstos no inciso I do presente artigo, sofrerem um reajuste superior a 50% nas taxas de vistoria de funcionamento, poderão, mediante requerimento ao Corpo de Bombeiros Militar, solicitar a progressão do reajuste da taxa de vistoria para fins de funcionamento e manutenção dos sistemas preventivos contra incêndio.

§ 3º. A progressão do reajuste da taxa tratada no parágrafo anterior, será de 25% (vinte e cinco por cento) de reajuste no primeiro ano e reajuste de 25% (vinte e cinco por cento) ao ano até atingir o valor previsto no inciso primeiro deste artigo.

§ 4º. Os valores constantes do Anexo I da presente Lei serão reduzidos, anualmente, no percentual de 25% (vinte e cinco por cento) até sua extinção, iniciando em 01 de janeiro de 2016.

§ 5º. Os saldos financeiros do Fundo, verificados no final de cada exercício, serão automaticamente transferidos para o exercício seguinte.”

Art. 3º. O artigo 3º da Lei Complementar nº 074/2006, de 31 de julho de 2006, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 3º. Ficam isentas da cobrança das taxas, não estando dispensadas da instalação dos sistemas de segurança necessários à edificação, as instalações pertencentes a:

I – Órgãos do Poder Executivo Municipal, suas Fundações e Autarquias;

II - Poder Legislativo Municipal;

III – Entidades declaradas de utilidade pública;

IV - o contribuinte empregado, incluindo-se nesta situação o aposentado e pensionista, enquadrados no inciso I, § 1º, do artigo 1º da Lei Complementar municipal nº 096/2008.”

Parágrafo Único. Os pedidos de isenção serão direcionados e analisados pela Autarquia Municipal de Saneamento de Fraiburgo – SANEFRAI.

Art. 4º. Esta Lei Complementar entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário, em especial os anexos II, III, IV e V da Lei Complementar nº 074/2006, de 31 de julho de 2006, e os artigos 5º, 6º, 7º, 16, 21 e 22 da Lei Complementar nº 074/2006.

GABINETE DO PREFEITO

FRAIBURGO, SC, 01 DE OUTUBRO DE 2015.

IVO BIAZZOLO

Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento

PORTARIA Nº 2068/2015

PORTARIA Nº 2068, DE 01 DE OUTUBRO DE 2015.

Rescinde o contrato administrativo por prazo determinado

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais;

RESOLVE:

Art. 1º – Rescindir a pedido, o contrato de CLÁUDIA DE FÁTIMA MACIEL, brasileira, solteira, inscrita no CPF sob o nº. 031.936.999-42, contratada em caráter temporário na função de AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS, com carga horária de 40 horas semanais, a partir de 01 de outubro de 2015.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 01 de outubro de 2015.

IVO BIAZZOLO

Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento

PORTARIA Nº 2069/2015

PORTARIA Nº 2069, DE 01 DE OUTUBRO DE 2015.

Dispõe sobre a contratação por prazo determinado.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal n.º 1220/97 de 04 de junho de 1997 e alterações posteriores; e em conformidade com o Edital nº 0003 de 19 de janeiro de 2015 e Contrato Administrativo; e em conformidade com a comunicação interna nº 01326/2015, da Secretaria de Educação, Cultura e Esportes;

RESOLVE:

Art. 1º Contratar, em caráter temporário JOCIMAR NUNES DA SILVA, brasileira, solteira, inscrita no CPF sob o n.º 065.656.239-02, na função de AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS, com carga horária de 40 horas semanais, no período de 02 de outubro de 2015 até 18 de dezembro de 2015.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 01 de outubro de 2015.

IVO BIAZZOLO

Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento

PORTARIA Nº 2070/2015

PORTARIA Nº 2070, DE 01 DE OUTUBRO DE 2015.

Exonera Servidor Público Municipal.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais;

RESOLVE:

Art. 1º – Exonerar, o servidor AMILTON LEMOS LOPES, brasileiro, casado, inscrito no CPF sob o nº. 304.917.209-63, nomeado no cargo de provimento em comissão de ASSESSOR DE SETOR, com

carga horária de 40 horas semanais, a partir de 01 de outubro de 2015.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 01 de outubro de 2015.

IVO BIAZZOLO

Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento

TA.AT15PMF69

EXTRATO CONTRATUAL

Aditivo Nº : TA.AT15PMF69 - Contrato Nº: AT15PMF49

Contratante...: MUNICÍPIO DE FRAIBURGO

Contratada...: ELIZETE SCHADE KLAUS (M.I.)

Valor : 3.915,00 (três mil novecentos e quinze reais)

Vigência : Início: 23/09/2015 Término: 31/12/2015

Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 48/2015

Objeto : AS PARTES DA ATA EPIGRAFADA, EM CONFORMIDADE COM O ART. 17 DO DECRETO MUNICIPAL Nº 0149, DE 24 DE NOVEMBRO DE 2006 E COM O ART. 65, § 1º DA LEI Nº 8.666/93, DE COMUM ACORDO, AJUSTAM E CONTRATAM O ACRÉSCIMO DE 25% NAS QUANTIDADES DO ITEM 03 DO LOTE 1. DE COMUM ACORDO, RESOLVEM TAMBÉM PRORROGAR O PRAZO DE VIGÊNCIA DA PRESENTE ATA PARA ATÉ O DIA 31 DE DEZEMBRO DE 2015.

Fraiburgo, 1 de Outubro de 2015

IVO BIAZZOLO

Prefeito

TA.AT15PMF70

EXTRATO CONTRATUAL

Aditivo Nº : TA.AT15PMF70 - Contrato Nº: AT15PMF50

Contratante...: MUNICÍPIO DE FRAIBURGO

Contratada...: GEMA DAL MAGRO EIRELI ME

Vigência : Início: 23/09/2015 Término: 31/12/2015

Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 48/2015

Objeto : AS PARTES DA ATA EPIGRAFADA, EM CONFORMIDADE COM O ART. 11 DO DECRETO MUNICIPAL Nº 0149, DE 24 DE NOVEMBRO DE 2006, RESOLVEM PRORROGAR O PRAZO DE VIGÊNCIA DA PRESENTE ATA PREVISTO NA CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA PARA ATÉ O DIA 31 DE DEZEMBRO DE 2015.

Fraiburgo, 1 de Outubro de 2015

IVO BIAZZOLO

Prefeito

TA15PMF127

EXTRATO CONTRATUAL

Aditivo Nº : TA15PMF127 - Contrato Nº: CT15PMF45

Contratante...: MUNICÍPIO DE FRAIBURGO

Contratada...: FEMAKS - CONSTRUTORA E INCORPORADORA LTDA.

Valor : 29.295,61 (vinte e nove mil duzentos e noventa e cinco reais e sessenta e um centavos)

Vigência : Início: 21/09/2015 Término: 28/09/2015

Licitação : Tomada de Preço p/ Obras e Serv. Engenharia
Nº.: 3/2015

Objeto : AS PARTES DO CONTRATO ACIMA EPIGRAFADO, EM CONFORMIDADE COM O ART. 65, ALÍNEA "B" E § 1º DA LEI 87.666/93 AJUSTAM E CONTRATAM A SUA ALTERAÇÃO PARA ACRÉSCIMO NO VALOR DE R\$ 29.295,61 (VINTE E NOVE MIL, DUZENTOS E NOVENTA E CINCO REAIS E SESENTA E UM CENTAVOS) DETALHADAS NA PLANILHA DE ADITIVO CONTRATUAL E AUTORIZADO PELA ARQUITETA FISCAL DA OBRA, NOS TERMOS DOS DOCUMENTOS ANEXOS.

Fraiburgo, 1 de Outubro de 2015
IVO BIAZZOLO
Prefeito

TA15PMF128

EXTRATO CONTRATUAL

Aditivo Nº : TA15PMF128 - Contrato Nº: CT14PMF166
Contratante...: MUNICÍPIO DE FRAIBURGO
Contratada...: CONSTRUTORA EDIFICAÇÃO LTDA ME
Vigência : Início: 28/09/2015 Término: 28/11/2015
Licitação : Tomada de Preço p/ Obras e Serv. Engenharia
Nº.: 21/2014

Objeto : AS PARTES ACIMA EPIGRAFADAS, EM CONFORMIDADE COM O ART. 57, § 1º, DA LEI Nº 8.666/93 E ALTERAÇÕES, A PEDIDO DA CONTRATADA E COM ANUÊNCIA EXPRESSA DO ENGENHEIRO FISCAL DA OBRA, SR. ANDRÉ CARLOS CHELLI, AJUSTAM E CONTRATAM A PRORROGAÇÃO DO PRAZO DE VIGÊNCIA E DE EXECUÇÃO QUE CONSTAM DA CLÁUSULA TERCEIRA DO CONTRATO E ADITIVO PARA ATÉ A DATA DE 28 DE NOVEMBRO DE 2015.

Fraiburgo, 1 de Outubro de 2015
IVO BIAZZOLO
Prefeito

TA15PMF129

EXTRATO CONTRATUAL

Aditivo Nº : TA15PMF129 - Contrato Nº: CT15PMF54
Contratante...: MUNICÍPIO DE FRAIBURGO
Contratada...: COMPANHIA DE DANÇA MILLENNIUM
Vigência : Início: 29/09/2015 Término: 01/10/2015
Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 39/2015
Objeto : AS PARTES DO CONTRATO EPIGRAFADO, AMIGAVELMENTE, EM CONFORMIDADE COM O ART. 79, INC. II, DA LEI Nº 8.666/93 E ALTERAÇÕES POSTERIORES, RESOLVEM DE PLENO ACORDO RESCINDIR O CONTRATO A PARTIR DO DIA 1º DE OUTUBRO DE 2015, SEM A INCIDÊNCIA DE QUALQUER PENALIDADE OU RESSARCIMENTO, CONFORME SOLICITAÇÃO DA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES E AUTORIZAÇÃO DO CONTRATADO EM ANEXO.

Fraiburgo, 1 de Outubro de 2015
IVO BIAZZOLO
Prefeito

TA15PMF130

EXTRATO CONTRATUAL

Aditivo Nº : TA15PMF130 - Contrato Nº: CT15PMF59
Contratante...: MUNICÍPIO DE FRAIBURGO
Contratada...: CLARINS INSTRUMENTOS MUSICAIS LTDA
Vigência : Início: 29/09/2015 Término: 01/10/2015
Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 58/2015

Objeto : AS PARTES DO CONTRATO EPIGRAFADO, AMIGAVELMENTE, EM CONFORMIDADE COM O ART. 79, INC. II, DA LEI Nº 8.666/93 E ALTERAÇÕES POSTERIORES, RESOLVEM DE PLENO ACORDO RESCINDIR O CONTRATO A PARTIR DO DIA 1º DE OUTUBRO DE 2015, SEM A INCIDÊNCIA DE QUALQUER PENALIDADE OU RESSARCIMENTO, CONFORME SOLICITAÇÃO DA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES E AUTORIZAÇÃO DO CONTRATADO EM ANEXO.

Fraiburgo, 1 de Outubro de 2015
IVO BIAZZOLO
Prefeito

Frei Rogério

PREFEITURA

RESUMO EDITAL PROCESSO DE LICITAÇÃO, 03/2015 = SAÚDE

MUNICÍPIO DE FREI ROGÉRIO
PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 03/2015
PREGÃO PRESENCIAL N.º 02/2015

O MUNICÍPIO DE FREI ROGÉRIO – SC TORNA PÚBLICO AOS INTERESSADOS QUE FARÁ REALIZAR ATRAVÉS DO PREGOEIRO OFICIAL, NO DIA 15 DE OUTUBRO DE 2015, AS 09H00MIN, NA SEDE DA PREFEITURA MUNICIPAL, NA RUA ADOLFO SOLETTI, Nº 750, LICITAÇÃO NA MODALIDADE DE PREGÃO PRESENCIAL, SOB A ÉGIDE DAS LEIS 10520 E 8.666/93 E ALTERAÇÕES POSTERIORES, DO TIPO MENOR PREÇO POR ITEM, TENDO POR OBJETIVO A AQUISIÇÃO DE UM VEICULO AUTOMOTOR, ZERO KM, CATEGORIA PASSEIO, ANO/MODELO 2015/2016.

INFORMAÇÕES E EDITAL PODERÃO SER OBTIDOS ATRAVÉS SITE: WWW.FREIROGERIO.SC.GOV.BR OU NO SETOR DE COMPRAS DA PREFEITURA MUNICIPAL PELO FONE (49) 3257-0000.

E-MAIL: COMPRAS@FREIROGERIO.SC.GOV.BR

FREI ROGÉRIO (SC), 01 DE OUTUBRO DE 2015
OSNY BATISTA ALBERTON
PREFEITO MUNICIPAL.

Garopaba

PREFEITURA

DECRETO Nº 187/2015

DECRETO N.º 187, DE 01 DE OUTUBRO DE 2015.
ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO LIMITE DE R\$ 4.500,00 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito Municipal de Garopaba, no uso de suas atribuições legais que são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Lei n.º 1.850 de 19/11/2014 e demais legislação vigente,

DECRETA,

Art. 1º. Fica aberto crédito adicional suplementar no limite de R\$ 4.500,00 (Quatro mil e quinhentos reais) no Orçamento vigente:

09.01 - SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA	4.500,00
26782352.051 - Func. E Manutenção da Secretaria de Infraestrutura	4.500,00
3.3.90.0.3.64.000017 - Aplicações Diretas	4.500,00

Art. 2º. Os recursos para atenderem ao artigo 1º, num limite de R\$ 4.500,00 (Quatro mil e quinhentos reais), correrão por conta do superávit financeiro do exercício anterior.

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Garopaba, 01 de outubro de 2015.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO
Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto no DOM/SC em 02/10/2015, de acordo com a Lei Municipal nº. 1.326 de 10/08/2009.

HONORATO TIMÓTEO PACHECO
Secretário de Administração

EXTRATO DE TERMO ADITIVO Nº 01 AO CONTRATO Nº 19/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE GAROPABA
EXTRATO DE TERMO ADITIVO

1º Termo Aditivo; Contrato nº 19/2015; Processo nº. 49/2015; Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE GAROPABA; Contratado: DJP CONTRUÇÕES E COMÉRCIO LTDA. CNPJ: 17.847.183/0001-88. Objeto O presente termo aditivo tem por objeto o presente termo aditivo tem por objeto prorrogar o prazo de vigência do Contrato nº 19/2015 por mais 12 meses (doze) meses, conforme justificativa em anexo e aprovação do fiscal de contratos e obras da Prefeitura Municipal de Garopaba; Data da Assinatura: 30/09/2015.

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 62/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICIPIO DE GAROPABA
EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 62/2015
PMG

Ata nº. 62/2015; Processo nº.119/2015; Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE GAROPABA. Contratada: DILNEI FRANCISCO DE LIMA ME; Objeto: Registro de preço para aquisição de areia de aterro, para uso da Secretária de Infra Estrutura e Serviços Urbanos; Valor: R\$ 84.000,00; Data da Assinatura: 01/10/2015.

EXTRATO DE TERMO ADITIVO Nº 09 AO CONTRATO Nº 003/2011

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE GAROPABA
EXTRATO DE TERMO ADITIVO

8º Termo Aditivo; Contrato nº 003/2011; Processo nº. 007/2011; Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE GAROPABA; Contratado: ASSOCIAÇÃO EDUCACIONAL A SERVIÇO DA VIDA – ASESV. CNPJ: 07.420.381/0001-07. Objeto Prorrogar o prazo de vigência do referido Contrato por 02 (dois) meses, que vigorará de 01/10/2015 até 1/12/2015; Data da Assinatura: 30/09/2015.

Garuva

PREFEITURA

PORTARIA Nº 146/2015

PORTARIA Nº. 146, de 25 de setembro de 2015

“DISPÕE SOBRE O RETORNO DE LICENÇA PARA TRATAR DE ASSUNTOS PARTICULARES E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

CONSIDERANDO, Processo nº. 1039/2015;

O PREFEITO MUNICIPAL DE GARUVA, ESTADO DE SANTA CATARINA, USANDO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS.

RESOLVE:

Art. 1o. Conceder o retorno ao cargo à servidora pública municipal ZILDA DOS SANTOS, ocupante do cargo de Auxiliar de Serviços Gerais.

Art. 2o. Esta Portaria entra em vigor a contar de 01 de outubro de 2015.

José Chaves
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 155/2015

PORTARIA Nº. 155 de 30 de setembro de 2015

“DISPÕE SOBRE A JORNADA DE TRABALHO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL E HABITAÇÃO E SEUS SEGMENTOS CRAS E CREAS E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.”

O Prefeito Municipal de Garuva, Estado de Santa Catarina, usando de suas Atribuições Legais

CONSIDERANDO o Decreto nº 38 de 19 de fevereiro de 2015, art. 1º, parágrafo 2º;

Considerando a situação econômico-financeira que o Brasil vem enfrentando cujos reflexos já são sentidos pela Prefeitura Municipal,

Considerando a necessidade de ajustar os procedimentos de forma de prevenir e amenizar os efeitos decorrentes desta situação,

Considerando a escassez de recursos para promoção de benefícios eventuais aos munícipes,

Considerando que a redução do expediente auxiliará na economia de energia, telefone, água e outras despesas,

Considerando Memorando/SDSH/ nº 50/2015 que solicita novo horário de funcionamento a partir de 01 de outubro de 2015,

RESOLVE:

Art. 1º - Fica instituído a partir de 01 de outubro de 2015 o horário das 07:30 as 13:30 horas para expediente da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social e Habitação bem como seus segmentos CRAS e CREAS.

Parágrafo Único - As atividades operacionais serão ajustados à essencialidade dessas atividades.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação revogando as disposições em contrário, em especial a Portaria nº 135 de 26 de agosto de 2015.

JOSÉ CHAVES
Prefeito Municipal

Gaspar

PREFEITURA

AVISO DE ALTERAÇÃO DO EDITAL DE RENDENCIAMENTO Nº 04/2015

MUNICÍPIO DE GASPAR/SC

AVISO DE ALTERAÇÃO DO EDITAL DE CREDENCIAMENTO Nº 04/2015

O Município de Gaspar, através da Secretaria Municipal de Educação torna público e para conhecimento dos participantes e dos interessados em participar do processo supramencionado, o qual tem por OBJETO: Credenciamento de árbitros, auxiliares e mesários para atuação nas modalidades esportivas que compõem os "23º Jogos Escolares de Gaspar", que o Edital foi ALTERADO. Os interessados em se Credenciar poderão apresentar a documentação exigida no Edital até às 17h do dia 23 de outubro de 2015, na Sede da Prefeitura Municipal de Gaspar – Departamento de Compras localizada na Rua Coronel Aristiliano Ramos, nº 435, Centro, na cidade de Gaspar/SC. Os interessados poderão obter a íntegra do Aditivo, bem como do Edital através do site: www.gaspar.sc.gov.br.

Gaspar, 01 de outubro de 2015.

MARLENE ALMEIDA

Secretária de Educação

DECRETO Nº 6.583, DE 25 DE SETEMBRO DE 2015.

DECRETO Nº 6.583, DE 25 DE SETEMBRO DE 2015.

DECLARA DE UTILIDADE PÚBLICA ÁREA DE TERRA LOCALIZADA NESTE MUNICÍPIO.

PEDRO CELSO ZUCHI, Prefeito do Município de Gaspar, no uso de suas atribuições legais, especialmente as estabelecidas na Lei Orgânica do Município, no art. 72, inciso XXVIII e nos termos dos artigos 2º e 6º do Decreto-Lei federal nº 3.365, de 21 de junho de 1941,

DECRETA:

Art. 1º Fica declarada de utilidade pública, para fins de desapropriação, por via amigável ou judicial, um terreno matriculado no Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de Gaspar sob o nº R-3-11.877, situado no lugar Barracão, neste município, contendo a área de 700,76 m² (setecentos metros e setenta e seis décimos quadrados), de propriedade de Mayra Suélen Testoni, inscrita no

CPF nº 070.471.989-46, contendo as seguintes medidas e confrontações: ao Norte, em uma linha sinuosa de 51,80 metros, com um ribeirão; ao sul, em 41,66 metros, com uma rua inominada; a Leste, em 25,30 metros, com terras da Prefeitura Municipal de Gaspar e a Oeste, em 7,80 metros, com uma rua inominada, onde se acha edificada uma casa de alvenaria.

Parágrafo único: a área descrita neste artigo será destinada à ampliação da unidade de saúde e estacionamento do Bairro Barracão, bem como, a instalação de uma a área de lazer.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gaspar, 25 de setembro de 2015.

PEDRO CELSO ZUCHI

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 3.816, DE 30 DE SETEMBRO DE 2015.

PORTARIA Nº 3.816, DE 30 DE SETEMBRO DE 2015.

NOMEIA SERVIDOR PARA CONTRATAÇÃO EM CARÁTER TEMPORÁRIO QUE ESPECIFICA.

PEDRO CELSO ZUCHI, Prefeito Municipal de Gaspar, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe confere o art. 72, da Lei Orgânica do Município, e com fundamento na Lei 1.347/1992,

RESOLVE:

Art. 1º Nomear o servidor abaixo relacionado, conforme classificação no Edital de Processo Seletivo nº 09/2015 da Secretaria Municipal de Educação, conforme segue:

Nome	Admissão	Cargo
MARIANGELA MELO	28/09/2015	PROFESSOR DOC III-6

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos para 28/09/2015.

Gaspar, 30 de setembro de 2015.

PEDRO CELSO ZUCHI

Prefeito do Município de Gaspar

CÂMARA MUNICIPAL

RESOLUÇÃO Nº 61/2015

RESOLUÇÃO Nº 61/2015

Autoriza o Coordenador do Programa Vereador Mirim e Cinco Vereadores Mirins a participarem do Plenarinho na Câmara Federal em Brasília-DF e dá outras providências.

A Mesa Diretora da Câmara de Vereadores de Gaspar, no uso das atribuições contidas no art. 39, inciso VIII, da Lei Orgânica Municipal, Art. 31, incisos IX e X do Regimento Interno,

CONSIDERANDO o teor o Ofício nº 26/15 [e seus anexos] subscrito pelo servidor José Carlos Spengler, Coordenador do Programa Vereador Mirim nesta Casa Legislativa [nomeado via Resolução nº 11/2013, cópia anexa], em que solicita permissão para que

Vereadores Mirins participem em Brasília-DF do evento "Plenarinho" que se realizará nos dias 22 e 23 de outubro de 2015; CONSIDERANDO que estão selecionados os cinco Vereadores Mirins [conforme relação anexa] que poderão representar a Câmara Mirim de Gaspar naquele evento; e

CONSIDERANDO que o Programa Vereador Mirim nesta Casa de Leis está inserido nas peças orçamentárias desta Edilidade,

RESOLVE:

Art. 1º Fica autorizada a Câmara de Vereadores Mirins de Gaspar, através dos cinco Vereadores Mirins constantes da relação em anexo, juntamente com o servidor José Carlos Spengler, Coordenador do Programa nesta Casa Legislativa, a participar nos dias 22 e 23

de outubro de 2015 do evento "Plenarinho", que será realizado na Câmara dos Deputados Federais em Brasília-DF.

Art. 2º Fica autorizada a realização de despesas com transporte aéreo e terrestre, hospedagem e alimentação para os cinco Vereadores Mirins e o servidor Coordenador do Programa, que serão suportadas pelas dotações orçamentárias desta Câmara Municipal.

Art. 3º As despesas citadas no artigo anterior, suas respectivas dotações orçamentárias, forma de pagamento e prestação de contas, serão objeto de Resoluções individuais.

Art. 4. A presente Resolução entra em vigor nesta data.

Câmara de Vereadores de Gaspar, 22 de setembro de 2015.
Mesa Diretora

José Hilário Melato Presidente	Ivete Mafra Hammes Vice-Presidente (em licença)
Hamilton Graf 1º Secretário	Giovano Borges 2º Secretário

RESOLUÇÃO Nº 62/2015.

RESOLUÇÃO Nº 62/2015.

Autoriza despesas com aquisição de passagens aéreas e dá outras providências.

A Mesa Diretora da Câmara de Vereadores de Gaspar, no uso das atribuições contidas no art. 39, inciso VIII, da Lei Orgânica Municipal, Art. 31, incisos IX e X do Regimento Interno,

CONSIDERANDO o teor o Ofício nº 26/15 [e seus anexos] subscrito pelo servidor José Carlos Spengler, Coordenador do Programa Vereador Mirim nesta Casa Legislativa, em que solicita permissão para que Vereadores Mirins participem em Brasília-DF do evento "Plenarinho" que se realizará nos dias 22 e 23 de outubro de 2015;

CONSIDERANDO a Resolução nº 61/2015 [cópia anexa] que autoriza a participação naquele evento da Câmara Mirim desta Edilidade, através de cinco Vereadores Mirins; e

CONSIDERANDO o teor do Ofício nº 46/2015 [conforme anexo], subscrito pelo Coordenador do Programa Vereador Mirim nesta Câmara Municipal,

RESOLVE:

Art. 1º Fica autorizada a aquisição de passagens aéreas para o servidor Coordenador do Programa Vereador Mirim e para os cinco Vereadores Mirins, conforme relação anexa, para Brasília-DF, com embarque no dia 21/10/2015 e retorno no dia 23/10/2015, via aeroporto de Navegantes (SC).

Art. 2º Fica autorizada a realização de despesas no valor de até R\$ 4.003,98 (quatro mil, três reais e noventa e oito centavos), junto à empresa CH TUR Agência de Viagens e Turismo, inscrita no CNPJ sob nº 12.642.975/0001-00, com a qual a Câmara de Vereadores de Gaspar mantém o Contrato CM 009/2013.

Art. 3º As despesas decorrentes desta Resolução serão suportadas pela seguinte dotação orçamentária: Unidade Gestora: 01 – Câmara Municipal de Gaspar; Função: 01 – Legislativa; Subfunção: 31 – Ação Legislativa; Programa: 001 – Manutenção do Legislativo; Ação: 2004 – Manutenção das Atividades em Geral; Dotação: 3.3.90.00.00 Aplicações Diretas

Art. 4º A presente Resolução entra em vigor nesta data.

Câmara de Vereadores de Gaspar, 24 de setembro de 2015.
Mesa Diretora

José Hilário Melato Presidente	Ivete Mafra Hammes Vice-Presidente (em licença)
Hamilton Graf 1º Secretário	Giovano Borges 2º Secretário

RESOLUÇÃO Nº 63/2015.

RESOLUÇÃO Nº 63/2015.

Autoriza despesas com hospedagem e dá outras providências.

A Mesa Diretora da Câmara de Vereadores de Gaspar, no uso das atribuições contidas no art. 39, inciso VIII, da Lei Orgânica Municipal, Art. 31, incisos IX e X do Regimento Interno,

CONSIDERANDO o teor o Ofício nº 26/15 [e seus anexos] subscrito pelo servidor José Carlos Spengler, Coordenador do Programa Vereador Mirim nesta Casa Legislativa, em que solicita permissão para que Vereadores Mirins participem em Brasília-DF do evento "Plenarinho" que se realizará nos dias 22 e 23 de outubro de 2015;

CONSIDERANDO a Resolução nº 61/2015 [cópia anexa] que autoriza a participação naquele evento da Câmara Mirim desta Edilidade, através de cinco Vereadores Mirins; e

CONSIDERANDO o teor do Ofício nº 47/2015 [conforme anexo], subscrito pelo Coordenador do Programa Vereador Mirim nesta Câmara Municipal,

RESOLVE:

Art. 1º Fica autorizada a realização de despesas com hospedagem nos dias 22 e 23/10/2015 do servidor Coordenador do Programa Vereador Mirim e dos cinco Vereadores Mirins, conforme relação anexa, que irão participar do evento "Plenarinho" em Brasília-DF.

Art. 2º Fica autorizado o pagamento pela Câmara Municipal diretamente ao Hotel Phenicia Ltda, inscrito no CNPJ sob nº 00.469.171/0001-64, através de depósito na conta corrente nº 458171-7, agência nº 2872-X, do Banco do Brasil – Brasília - Distrito Federal.

Art. 3º Fica autorizada a realização de despesas no valor de até R\$ 1.940,00 (um mil e novecentos e quarenta reais).

Art. 4º As despesas decorrentes desta Resolução serão suportadas pela seguinte dotação orçamentária: Unidade Gestora: 01 – Câmara Municipal de Gaspar; Função: 01 – Legislativa; Subfunção: 31 – Ação Legislativa; Programa: 002 – Manutenção do Programa Vereador Mirim; Ação: 2014 – Manutenção das Atividades em Geral; Dotação: 3.3.90.00.00 Aplicações Diretas

Art. 5º A presente Resolução entra em vigor nesta data.

Câmara de Vereadores de Gaspar, 24 de setembro de 2015.
Mesa Diretora

José Hilário Melato Presidente	Ivete Mafra Hammes Vice-Presidente (em licença)
Hamilton Graf 1º Secretário	Giovano Borges 2º Secretário

RESOLUÇÃO Nº 64/2015.

RESOLUÇÃO Nº 64/2015.

CONCEDE ADICIONAL DE QUALIFICAÇÃO NA FORMA DA LEI Nº. 3.274/2010 AO SERVIDOR INVESTIDO EM CARGO DE PROVIMENTO EFETIVO DA CÂMARA DE VEREADORES DE GASPAR QUE ESPECIFICA.

A Mesa Diretora da Câmara de Vereadores de Gaspar, com fundamento no art. 39, inciso VII, da Lei Orgânica do Município de Gaspar, e art. 31, inciso VIII, do Regimento Interno, faz saber,

Considerando a promulgação da Lei nº. 3.274, de 3 de dezembro de 2010, que cria e institui adicional de qualificação e progressão por merecimento para os servidores investidos em cargos de provimento efetivo da Câmara de Vereadores de Gaspar;

Considerando a regulamentação da Lei nº. 3.274/2010 pela Resolução nº. 08 expedida pela Mesa Diretora e Comissão Executiva da Câmara de Vereadores de Gaspar em 16 de fevereiro de 2011;

Considerando os documentos apresentados pelo servidor Clésio da Costa em 23/09/2015, requerendo a concessão de adicional de qualificação na forma da Lei nº. 3.274/2010, notadamente nas disposições do art. 7º, que dispõem: "Art. 7º Ao servidor empossado em cargo cujo requisito para investidura seja o ensino fundamental, o ensino médio, ou curso de graduação que comprovar a conclusão de curso de pós-graduação lato sensu, em área de interesse da Câmara de Vereadores de Gaspar, fica assegurado o adicional de qualificação de 10% (dez por cento) por curso concluído";

Considerando que o servidor requerente apresentou o Certificado de Conclusão do Curso de Pós-Graduação, em nível de Especialização (lato sensu), em Gestão em Administração Pública (UNIASSSELVI), datado em 11 de setembro de 2015, (cópia em anexo); e, por fim,

Considerando a estimativa de impacto orçamentário-financeiro em anexo,

RESOLVE:

Art. 1º. Fica concedido o adicional de qualificação no percentual de 10% (dez por cento) previsto no Capítulo I da Lei nº. 3.274/2010 ao servidor Clésio da Costa, investido em cargo de provimento efetivo de Auxiliar de Secretaria da Câmara de Vereadores de Gaspar.

Art. 2º O pagamento do adicional de qualificação concedido por esta Resolução inicia-se no mês de outubro de 2015.

Art. 3º Esta Resolução entra em vigor nesta data, quando de sua publicação.

Câmara de Vereadores de Gaspar, 29 de setembro de 2015.

José Hilário Melato	Ivete Mafra Hammes
Presidente	Vice-Presidente (licenciada)
Hamilton Graf	Giovano Borges
1º Secretário	2º Secretário

RESOLUÇÃO Nº 65/2015.

RESOLUÇÃO Nº 65/2015.

Autoriza despesas com transporte e alimentação e dá outras providências.

A Mesa Diretora da Câmara de Vereadores de Gaspar, no uso das atribuições contidas no art. 39, inciso VIII, da Lei Orgânica Municipal, Art. 31, incisos IX e X do Regimento Interno,

CONSIDERANDO o teor o Ofício nº 26/15 [e seus anexos] subscrito pelo servidor José Carlos Spengler, Coordenador do Programa Vereador Mirim nesta Casa Legislativa, em que solicita permissão para que Vereadores Mirins participem em Brasília-DF do evento "Plenarinho" que se realizará nos dias 22 e 23 de outubro de 2015;

CONSIDERANDO a Resolução nº 61/2015 [cópia anexa] que autoriza a participação naquele evento da Câmara Mirim desta Edilidade, através de cinco Vereadores Mirins; e

CONSIDERANDO o teor do Ofício nº 48/2015 [conforme anexo], subscrito pelo Coordenador do Programa Vereador Mirim nesta Câmara Municipal,

RESOLVE:

Art. 1º Fica autorizada a realização de despesas com transporte/translados e alimentação do servidor Coordenador do Programa Vereador Mirim e dos cinco Vereadores Mirins, conforme relação anexa, que irão participar do evento "Plenarinho" em Brasília-DF, com saída de Gaspar às 16h50 do dia 21/10/2015 e retorno ao aeroporto de Navegantes-SC às 16h do dia 23/10/15.

Art. 2º Fica autorizado o adiantamento no valor de até R\$ 2.700,00 (dois mil e setecentos reais) que será realizado via depósito na conta corrente nº Conta: 408.709-7, da agência nº 0101 do Banco 085 – VIACREDI, favorecido José Carlos Spengler, inscrito no CPF sob nº 469.439.869-53, Matrícula nº 45, servidor desta Câmara de Vereadores no cargo de Assessor Legislativo e responsável pelo Programa Vereador Mirim.

Art. 3º O servidor mencionado no artigo anterior será o responsável pelo pagamento dos transportes e alimentação também dos vereadores mirins e deverá prestar contas do uso dos valores que lhe são antecipados via regime de adiantamento e, para tanto, serão por ele preenchidos e assinados os seguintes anexos:

- a) ANEXO I - Pedido de Adiantamento;
- b) ANEXOII - Termo de Responsabilidade pela Aplicação de Recursos a Título de Adiantamento;
- c) ANEXO III - Declaração; e
- d) ANEXO IV - Demonstrativo de Receita e Despesas.

Art. 4º As despesas decorrentes desta Resolução serão suportadas pela seguinte dotação orçamentária: Unidade Gestora: 01 – Câmara Municipal de Gaspar; Função: 01 – Legislativa; Subfunção: 31 – Ação Legislativa; Programa: 002 – Manutenção do Programa Vereador Mirim; Ação: 2014 – Manutenção das Atividades em Geral; Dotação: 3.3.90.00.00 Aplicações Diretas.

Art. 5º A presente Resolução entra em vigor nesta data.

Câmara de Vereadores de Gaspar, 24 de setembro de 2015.

Mesa Diretora

José Hilário Melato Presidente	Ivete Mafra Hammes Vice-Presidente (em licença)
Hamilton Graf 1º Secretário	Giovano Borges 2º Secretário

(RESOLUÇÃO 65/2015)

ANEXO I

PEDIDO DE ADIANTAMENTO

REQUISITANTE		
Nome:		
CPF:		
Cargo:		
Matrícula:		
Banco:	Agência:	Conta Corrente:
FINS A QUE SE DESTINA		
.....		
DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA		AMPARO LEGAL
		- Artigos 65 e 68 da Lei Federal nº. 4320 de 17/03/1964.
		- Resolução: ____/2015
Valor Solicitado (R\$):		
ANÁLISE DA SOLICITAÇÃO		
A presente solicitação está de acordo com o que dispõe a Resolução nº. ____/2015.		
<input type="checkbox"/> Indeferido		
<input type="checkbox"/> Deferido		
AUTORIZAÇÃO DA DESPESA		
Autorizo a concessão do adiantamento acima solicitado. Encaminha-se para emissão da Nota de Empenho.		
Gaspar SC, ____/ ____/ ____		
José Hilário Melato Presidente		

(...) nome/cargo servidor

(RESOLUÇÃO 65/2015)

ANEXO II

TERMO DE RESPONSABILIDADE PELA APLICAÇÃO DE RECURSOS A TÍTULO DE ADIANTAMENTO

Eu (...), matrícula nº(...) CPF nº. (...), ocupante do cargo de (...), DECLARO para que se produza os devidos efeitos legais, que recebi da Câmara Municipal de Gaspar, à título de adiantamento, o valor de R\$ (...).

Autorizo o desconto em folha de pagamento do valor solicitado, de acordo com as parcelas mensais consignadas de até 30% do meu salário bruto mensal, conforme as seguintes situações:

- Não prestação de contas no prazo de até 3 (três) dias úteis à Presidência da Câmara, após o retorno da viagem;
- Aplicação de recursos, total ou parcial, em desacordo com a Resolução ____/2015;
- Não devolução do saldo do adiantamento, quando for o caso, dentro do prazo da prestação de contas.

Por ser verdade assumo e assino o presente termo.

Gaspar ____/ ____/____

(...) nome e cargo servidor

(RESOLUÇÃO 65/2015)

ANEXO III

DECLARAÇÃO

Eu, (...), declaro para os devidos fins, que desisto do ressarcimento pelo Erário, do valor das despesas ultrapassado do montante do Adiantamento, conforme Resolução ____/2015

Gaspar ____/ ____/____

(...) nome/cargo servidor

(RESOLUÇÃO 65/2015)

ANEXO IV

DEMONSTRATIVO DE RECEITA E DESPESAS

DATA	HISTÓRICO	RECEITA	DESPESAS	SALDO
	Valor recebido em ____/____/2015	(...)		0,00
	Despesas com alimentação			
	Despesas com transporte	-		
	Despesas com alimentação			
	Despesas com transporte	-		
	Despesas com alimentação			
	Despesas com transporte	-		
	SOMA DE GASTOS			-
	Devolução de Saldo não utilizado			-
	TOTAL			
Gaspar ____/____/2015				

(...) nome/cargo servidor

SAMAE - GASPAR**EXTRATO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 44/2015 - SAMAE**

E X T R A T O

DISPENSA DE LICITAÇÃO

PROCESSO: 44/2015

OBJETO: Aquisição de peças e mão de obra para o conserto da balança rodoviária instalada na Secretária de Obras (cedida ao SAMAE), utilizada nas pesagens de resíduos sólidos e recicláveis.

CONTRATADO: BALANÇAS CATARINENSES COM. E ASSISTÊNCIA TÉCNICA LTDA. (08.766.702/0001-92)

VALOR TOTAL JULGADO: R\$ 14.610,00 (quatorze mil seiscientos e dez reais).

DATA VIGÊNCIA: 01.10.2015

DATA VENCIMENTO: 30.11.2015

BASE LEGAL: Artigo 24, inciso IV da Lei 8666/93.

Gaspar (SC), em 01 de outubro de 2015.

ELCIO CARLOS DE OLIVEIRA

Diretor Presidente

Grão Pará

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE GRÃO PARÁ

CONTRATO 26/2015 RETIFICA DO MOTOR DA SPRINTER

CONTRATO N. 26/2015

De 17 de julho de 2015

Contrato, que entre si celebram a PREFEITURA MUNICIPAL DE GRÃO-PARÁ, com sede na Rua Barão do Rio Branco, n. 187, Centro, Grão-Pará/SC, inscrita no CNPJ/MF sob n. 82.558.149/0001-55, doravante denominada simplesmente CONTRATANTE, neste ato, representada por seu Prefeito Municipal, Senhor AMILTON ASCARI, e RETIFICA DE MOTORES TUBARONENSE LTDA EPP, empresa estabelecida na Rod. BR 101-S/N, KM334-Bairro Humaitá, Tubarão, cep. 88.704-800, inscrita no CNPJ/MF sob n. 86.444.270/0001-07, doravante denominada CONTRATADA, neste ato, representada por seu Sócio Administrador, Senhor LUIZ CARLOS SERAFIN, brasileiro, casado, natural de Criciúma, comerciante, inscrito no CNPF n. 343.518.689-53, mediante sujeição mútua à proposta e às seguintes cláusulas contratuais:

CLÁUSULA I - DO OBJETO

O presente Contrato tem por objeto a CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA A REALIZAÇÃO DE SERVIÇOS DE RETIFICA DO MOTOR DE UMA SPRINTER CDI 313, PARA O FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE GRÃO-PARÁ, COM COLOCAÇÃO DE PEÇAS DE PRIMEIRA, de acordo com as especificações técnicas, marcas e preços unitários homologados, conforme descrições e marcas adiante descritas

Retífica do motor Sprinter CDI 313

ITEM	DESCRIÇÃO	UNIDADE	QTDADE	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
1	ABRACADEIRA 38X51 14 MM	PC	6	R\$ 7,00	R\$ 42,00
2	ABRACADEIRA PLASTICA	PC	10	R\$ 0,80	R\$ 8,00
3	CABECOTE	PC	1	R\$ 4.568,00	R\$ 4.568,00
4	FILTRO AR	PC	1	R\$ 88,50	R\$ 88,50
5	FILTRO DIESEL	PC	1	R\$ 147,80	R\$ 147,80
6	FILTRO OLEO	PC	1	R\$ 39,80	R\$ 39,80
7	FILTRO RACOL	PC	1	R\$ 79,80	R\$ 79,80
8	FLUIDO FREIO BOSCH DOT 4	PC	1	R\$ 24,00	R\$ 24,00
9	JUNTA CABECOTE	PC	1	R\$ 389,40	R\$ 389,40
10	JUNTA SUPERIOR MOTOR	PC	1	R\$ 498,00	R\$ 498,00
11	KIT PARAFUSOS/PORCAS/ARR	PC	1	R\$ 35,00	R\$ 35,00
12	MANGUEIRA D'ÁGUA	PC	1	R\$ 89,00	R\$ 89,00
13	OLEO MOBIL DELVAC 15W40	LT	8	R\$ 13,70	R\$ 109,60
14	RETENTOR VALVULA	PC	16	R\$ 18,80	R\$ 300,80
15	SILICONE ALTA TEMPERATURA	PC	1	R\$ 28,00	R\$ 28,00
16	TAMPA VALVULA	PC	1	R\$ 687,00	R\$ 687,00
17	TERMOSTATO	PC	1	R\$ 284,70	R\$ 284,70
18	VALVULA ADMISSÃO	PC	8	R\$ 27,40	R\$ 219,20
19	VALVULA ESCAPE	PC	8	R\$ 34,80	R\$ 278,40
20	CABEÇOTE - ESMERILHAR VALVULA PESADA	unid	16	R\$ 11,00	R\$ 176,00
21	CABEÇOTE - MONTAGEM CABEÇOTE POR VAL. PESADA	unid	16	R\$ 8,50	R\$ 136,00
22	LIMPEZA MOTOR PARCIAL PESADA	unid	1	R\$ 75,00	R\$ 75,00
23	MÃO DE OBRA	unid	1	R\$ 1.100,00	R\$ 1.100,00
TOTAL GERAL MOTOR SPRINTER 313 CDI					R\$ 9.404,00

CLÁUSULA II - DO VALOR

A contratante pagará à contratada os preços homologados no Processo de Licitação n. 08/2015 - Edital de Pregão Presencial n. 07/2015-PR, de 30 de junho de 2015, no valor total de R\$ 9.404,00 (Nove mil, quatrocentos e quatro reais).

Parágrafo Único. Os preços cotados no processo licitatório acima referido e homologados pelo Prefeito Municipal serão fixos e irrevogáveis.

CLÁUSULA III - DA ENTREGA

A entrega deverá ocorrer na Secretaria Municipal de Saúde e Saneamento, do Município de Grão-Pará, , DENTRO DE, NO MÁXIMO, 15 (QUINZE) DIAS, após a assinatura deste Contrato.

CLÁUSULA IV - DO PRAZO DE PAGAMENTO

Forma de pagamento: até 30 e 60 dias, após entrega do Motor Nº 61198170101156, obedecida à ordem cronológica de empenho das notas

fiscais. Os preços homologados, adjudicados e contratados serão fixos e irrevogáveis.

CLÁUSULA V - DA VIGÊNCIA

O presente contrato entrará em vigor em 17 de julho de 2015, com vigência de 12 (doze) meses, contados de sua assinatura.

CLÁUSULA VI - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

I. Efetuar os pagamentos referentes a reforma do motor sprinter cdi 313 e verificar se os mesmos encontram-se em conformidade com as especificações técnicas estipuladas contratualmente

CLÁUSULA VII - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

I. Entregar, na Secretaria Municipal de Saúde e Saneamento, DENTRO DE, NO MÁXIMO, 15 (QUINZE) DIAS, a Sprinter com as especificações e marcas estipuladas contratualmente, após homologação e adjudicação da licitação e após a assinatura do Contrato;

II. Emitir notas fiscais dos objetos a serem entregues;

III. Prestar garantia contratual mínima 6 (seis) meses, contado a partir do dia da entrega do motor Nº 61198170101156 já reformado. Relevante ser ressaltado que a garantia limitar-se-á às peças que forem substituídas e aos serviços que forem prestados;

CLÁUSULA VIII - DAS DESPESAS E FONTES DE RECURSOS

Os recursos financeiros serão atendidos pelas dotações do orçamento municipal, classificadas e codificadas sob o n.º:

14.02.2.034.3.3.90.38.03.00.00.00.0000 - Aplicações Diretas (Código reduzido: 07);

CLÁUSULA IX - DA RESCISÃO

O presente contrato poderá ser rescindido por qualquer das partes em virtude de inadimplemento de qualquer cláusula ou condição.

CLÁUSULA X - DO PROCESSO LICITATÓRIO

Faz parte deste contrato o Processo de Licitação n.º 08/2015 - Edital de Pregão Presencial n.º 07/2015-PR, de 30 de junho de 2015, da Prefeitura Municipal de Grão-Pará.

CLÁUSULA XI - DAS SANÇÕES

Ficará a CONTRATADA impedida de licitar e contratar com o Município de Grão-Pará, pelo prazo de até 5 (cinco) anos, garantido o direito prévio da citação e da ampla defesa, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, no caso de a mesma:

I. ensejar o retardamento da execução do objeto deste Contrato;

II. não mantiver a proposta, injustificadamente;

III. cometer fraude fiscal;

IV. falhar ou fraudar no fornecimento do objeto;

V. fornecer o objeto deste Contrato em desconformidade com o especificado e aceito pela Administração;

VI. descumprir os prazos e condições previstos neste Contrato.

Além das penalidades citadas, a CONTRATADA ficará sujeita, ainda, ao cancelamento de sua inscrição no Cadastro de Fornecedores deste Município, no que couber, e às demais penalidades referidas no Capítulo IV, da Lei n.º 8.666/93.

Comprovado impedimento ou reconhecida força maior, devidamente justificado e aceito pela Administração deste Município, a CONTRATADA ficará isenta das penalidades mencionadas.

As sanções de advertência, suspensão temporária de participar em licitação e impedimento de contratar com o Município de Grão-Pará e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública poderão ser aplicadas, também, à CONTRATADA.

A recusa injustificada da CONTRATADA em assinar o contrato, no prazo máximo de 2 (dois) dias úteis da notificação, implicará multa de 10% (dez por cento) sobre o valor da contratação.

Pela inexecução total ou parcial do objeto deste Contrato, o Município poderá, garantida a prévia defesa, aplicar à CONTRATADA, as sanções previstas no art. 87, da Lei 8.666/93.

CLÁUSULA XII - DAS NORMAS E PRECEITOS COMPLEMENTARES

Aplicam-se à execução deste contrato e aos casos omissos, os preceitos de direito público, os princípios da teoria geral dos contratos e as disposições de direito privado.

CLÁUSULA XIII - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

E, por assim terem conveniado e ser esta vontade livre e soberana dos contratantes, fizeram o presente instrumento de contrato em 02 (duas) vias de igual teor, que assinam juntamente com 02 (duas) testemunhas, sendo que para dirimir quaisquer impasses deste contrato, fica eleito o Foro da Comarca de Braço do Norte/ SC.

Grão-Pará/SC, 17 de julho de 2015.

AMILTON ASCARI
Prefeito Municipal

LUIZ CARLOS SERAFIN
Sócio Administrador da Contratada

TESTEMUNHAS

Guaramirim

PREFEITURA

AVISO DE ERRATA DE LICITAÇÃO - PREGÃO PRESENCIAL Nº 30/2015 - FMS.

ESTADO DE SANTA CATARINA PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARAMIRIM

AVISO DE LICITAÇÃO – REABERTURA

SETOR DE LICITAÇÕES

ERRATA

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 30/2015 – FMS

Objeto: AQUISIÇÃO DE VEÍCULOS PARA A FROTA DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE GUARAMIRIM.

A Prefeitura Municipal de Guaramirim (SC), torna público para conhecimento dos interessados a RETIFICAÇÃO ao Edital de Pregão Presencial n.º 30/2015 – FMS

1. ALTERAÇÃO DE ELEMENTO DO EDITAL

No item 1 do Edital, quanto ao objeto, ao invés de painel de instrumentos com econômetro,

Leia-se painel de instrumentos completo com conta giros.

2. RECEBIMENTO E INÍCIO DA ABERTURA DOS ENVELOPES PROPOSTA E DOCUMENTAÇÃO (Passará a conter a seguinte descrição)

A data de Recebimento dos Envelopes e Abertura da Sessão fica marcada para o dia 21/10/2015 às 08:30h, as demais informações permanecem inalteradas.

O Edital e esclarecimentos poderão ser obtidos no seguinte endereço e horários: Rua 28 de Agosto, 2042, nos dias úteis de segunda das 08:00h às 12:00h e das 13:00h às 16:00h e de terça à sexta feira das 7:00h às 13:00h, pelo site www.guaramirim.sc.gov.br ou pelo fone (47) 3373-0247.

Guaramirim (SC), 02 de outubro de 2015.

LAURO FROHLICH

PREFEITO MUNICIPAL

AVISO DE LICITAÇÃO REABERTURA - PREGÃO PRESENCIAL Nº 124/2015 - PMG.

ESTADO DE SANTA CATARINA PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARAMIRIM

AVISO DE LICITAÇÃO REABERTURA

Edital: Pregão Presencial 124/2015 – PMG

Processo Licitatório: 124/2015 - PMG

Tipo: Menor Preço - Por Item

Objeto: AQUISICAO DE TOQUE MUSICAL PARA ATENDER AO PROJETO CONVIVER (CLUBE DE IDOSOS) DA SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL DE GUARAMIRIM, A FIM DE GARANTIR QUALIDADE DE VIDA AOS IDOSOS, ATRAVÉS DE ENCONTROS COM MÚSICA.

Entrega dos Envelopes: 20/10/2015 às 09h00min

Abertura dos Envelopes: 20/10/2015 às 09h00min

O Edital e esclarecimentos poderão ser obtidos no seguinte endereço e horário: Rua 28 de Agosto, 2042, nos dias úteis de segunda das 08:00h às 12:00h e das 13:00h às 16:00h e de terça à sexta feira das 07:00h às 13:00h, pelo site www.guaramirim.sc.gov.br ou pelo fone (47) 3373-0247.

Guaramirim (SC), 01 de outubro de 2015.

LAURO FROHLICH

PREFEITO MUNICIPAL

CMAS RESOLUÇÃO Nº. 08/2015

CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL (CMAS)
MUNICÍPIO DE GUARAMIRIM

RESOLUÇÃO Nº 08/2015

Dispõe sobre o cofinanciamento dos Serviços de Proteção Social Básica, entre o Fundo Estadual de Assistência Social (FEAS) e o Fundo Municipal de Assistência Social (FMAS) de Guaramirim.

O Conselho Municipal de Assistência Social (CMAS), em Reunião Plenária Ordinária, realizada dia 27 de Julho de 2015, no uso das competências e das atribuições que lhe são conferidas pela Lei nº 8.742. de 7 de dezembro de 1993 – Lei Orgânica da Assistência Social – LOAS e pela Lei Municipal nº 3.848/2011, de 01 de Julho de 2011, que institui o Conselho Municipal de Assistência Social de Guaramirim – CMAS, e

CONSIDERANDO o inciso X do artigo 121 da NOB/SUAS 2012, que dispõe sobre as atribuições precípua dos Conselhos de Assistência Social de aprovar critérios de partilha de recursos em seu âmbito de competência, respeitados os parâmetros adotados na LOAS

RESOLVE:

Art. 1º Aprovar a partilha de recursos, provenientes do FEAS, para o cofinanciamento dos Serviços da Proteção Social Básica, por meio de recursos financeiros alocados no FMAS, no valor total de R\$ 52.147,30 (Cinquenta e dois mil cento e quarenta e sete reais e trinta centavos), referente ao ano de 2015, para ser utilizado para custeio e investimento, conforme deliberado pelo município e aprovado pelo CMAS do percentual a seguir:

() 10% para custeio e 90% para investimento

() 90% para custeio e 10% para investimento

() 50% para custeio e 50% para investimento

() 30% para custeio e 70% para investimento

(x) 70% para custeio e 30% para investimento

Art. 2º Os recursos serão destinados aos serviços ofertados pelo município e elencados no Instrumental de Cofinanciamento, no âmbito da Proteção Social Básica, de acordo com a Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais (Resolução CNAS nº 109/2009).

Art. 3º Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Guaramirim 27 de Julho de 2015

Carlos Alberto da Silva

Presidente do CMAS

CMAS RESOLUÇÃO Nº. 09/2015

CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL (CMAS)
MUNICÍPIO DE GUARAMIRIM

RESOLUÇÃO Nº 09/2015

Dispõe sobre o cofinanciamento dos Serviços de Proteção Social Especial de Média Complexidade, entre o Fundo Estadual de Assistência Social (FEAS) e o Fundo Municipal de Assistência Social - FMAS de Guaramirim.

O Conselho Municipal de Assistência Social (CMAS), em Reunião Plenária Ordinária, realizada dia 27 de Julho de 2015, no uso das competências e das atribuições que lhe são conferidas pela Lei nº 8.742. De 7 de dezembro de 1993 – Lei Orgânica da Assistência

Social – LOAS e pela Lei Municipal nº 3.848/2011, de 01 de Julho de 2011, que institui o Conselho Municipal de Assistência Social de Guaramirim – CMAS, e

CONSIDERANDO o inciso X do artigo 121 da NOB/SUAS 2012, que dispõe sobre as atribuições precípuas dos Conselhos de Assistência Social de aprovar critérios de partilha de recursos em seu âmbito de competência, respeitados os parâmetros adotados na LOAS;

RESOLVE:

Art. 1º Aprovar a partilha de recursos referentes ao cofinanciamento dos serviços da Proteção Social Especial de Média Complexidade proveniente do FEAS, por meio de recursos financeiros alocados no FMAS no valor de R\$ 114.048,00 (cento e quatorze mil e quarenta e oito reais), sendo que 30% destina-se para investimento e 70% para custeio.

Art. 2º Os recursos serão destinados aos seguintes Serviços de Proteção Social Especial de Média Complexidade executados no CREAS, segundo a Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais, Resolução CNAS nº 109/ 2009:

I – Serviço de Proteção e Atendimento Especializado a Famílias e Indivíduos - PAEFI.

II – Serviço Especializado em Abordagem Social.

III – Serviço de Proteção Social a Adolescentes em Cumprimento de Medida Socioeducativa de Liberdade Assistida – LA e de Prestação de Serviços a Comunidade – PSC

IIII – Serviço de Proteção Especial para Pessoas com Deficiência, Idosas e suas Famílias

Art. 3º Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Guaramirim 27 de Julho de 2015

Carlos Alberto da Silva

Presidente do CMAS

CMAS RESOLUÇÃO Nº. 10/2015

CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL (CMAS)

MUNICÍPIO DE GUARAMIRIM

RESOLUÇÃO Nº 10/2015

Dispõe sobre o cofinanciamento dos Serviços de Proteção Social Especial de Alta Complexidade, entre o Fundo Estadual de Assistência Social (FEAS) e o Fundo Municipal de Assistência Social - FMAS de Guaramirim.

O Conselho Municipal de Assistência Social (CMAS), em Reunião Plenária Ordinária, realizada dia 27 de Julho de 2015, no uso das competências e das atribuições que lhe são conferidas pela Lei nº 8.742 de 7 de dezembro de 1993 – Lei Orgânica da Assistência Social – LOAS e pela Lei Municipal nº 3.848/2011, de 01 de Julho de 2011, que institui o Conselho Municipal de Assistência Social de Guaramirim – CMAS, e

CONSIDERANDO o inciso X do artigo 121 da NOB/SUAS 2012, que dispõe sobre as atribuições precípuas dos Conselhos de Assistência Social de aprovar critérios de partilha de recursos em seu âmbito de competência, respeitados os parâmetros adotados na LOAS;

RESOLVE:

Art. 1º Aprovar a partilha de recursos referentes ao cofinanciamento dos serviços da Proteção Social Especial de Alta Complexidade proveniente do FEAS, por meio de recursos financeiros alocados no FMAS no valor de R\$ 21.887,75 (vinte e um mil oitocentos e oitenta e sete reais e setenta e cinco centavos), sendo que 10% destina-se para investimento e 90% para custeio.

Art. 2º Os recursos serão destinados para os Serviços de Proteção

Social Especial de Alta Complexidade, segundo a Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais, Resolução CNAS nº 109/2009, nas modalidades de Abrigo Institucional dispostos da seguinte forma:

I – Serviço de acolhimento institucional “Lar da criança MARCOS VALDIR MOROSO”, sendo 90% do valor total mencionado para custeio e 10% para investimento.

Art. 3º O gestor da política de assistência social deve assumir o compromisso e a responsabilidade com o reordenamento da oferta de serviços para na modalidade Acolhimento para Crianças, Adolescentes e Jovens.

Art. 4º Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Guaramirim 27 de Julho de 2015

Carlos Alberto da Silva

Presidente do CMAS

DECRETO Nº. 552/2015

DECRETO Nº. 552/2015

Transfere Taxista do Ponto de Táxi nº. 037 ao nº. 049.

Lauro Fröhlich, Prefeito de Guaramirim, no uso de suas atribuições, em conformidade com a Lei Orgânica Municipal,

DECRETA:

Art. 1º. Transfere o taxista Adaltro Lesseux, do ponto de táxi nº. 037, localizado na Rua 28 Gerônimo Corrêa, ao ponto nº. 049, localizado na Rua 28 de Agosto, em frente à Capela Mortuária de Guaramirim, Bairro Centro.

Art. 2º. Este decreto entra em vigor na data da sua publicação.

Guaramirim/SC, 01 de outubro de 2015.

Lauro Fröhlich

Prefeito

Denilson Weiss

Secretário de Administração e Finanças

DECRETO Nº. 553/2015

DECRETO Nº. 553/2015

Decreta Ponto Facultativo.

Lauro Fröhlich, Prefeito de Guaramirim, no uso de suas atribuições, em conformidade com a Lei Orgânica Municipal e com o art. 236 da Lei Federal nº. 8112/1990;

DECRETA:

Art. 1º. Fica decretado Ponto Facultativo, nas Repartições Públicas Municipais no dia 30 de outubro de 2015, referente ao dia do servidor público comemorado no dia 28 de outubro.

Parágrafo único. Ficam ressalvadas as necessidades urgentes e inadiáveis de cada Secretaria Municipal.

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Guaramirim/SC, 01 de outubro de 2015.

Lauro Fröhlich

Prefeito

Denilson Weiss

Secretário de Administração e Finanças

DECRETO Nº. 554/2015

DECRETO Nº. 554/2015

Estabelece valor complementar para participação do Consórcio Intermunicipal de Saúde – CIS/NORDESTE.

Lauro Fröhlich, Prefeito de Guaramirim, no uso de suas atribuições, em conformidade com a Lei Orgânica Municipal;

DECRETA:

Art. 1º. Fica estabelecido o valor de R\$ 0,27 (vinte e sete centavos), por habitante do Município, complementar ao valor fixado pelo Decreto nº. 415/2015.

Art. 2º. O valor complementar referido no art. 1º deste decreto terá vigência no mês de outubro de 2015.

Art. 3º. As despesas decorrentes da execução do presente decreto correrão por conta de dotação específica do orçamento do Fundo Municipal de Saúde.

Art. 4º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Guaramirim/SC, 01 de outubro de 2015.

Lauro Fröhlich
Prefeito

Denilson Weiss
Secretário de Administração e Finanças

EXTRATO DO CONTRATO Nº 11/2015 - FMS

Estado de Santa Catarina

PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARAMIRIM

SECRETARIA DE ADMINISTRACAO/SETOR DE LICITAÇÕES

EXTRATO DO CONTRATO 011/2015- FMS

Edital de Credenciamento: 007/2015 - FMS

Modalidade: Inexigibilidade de Licitação - Credenciamento.

Objeto do credenciamento: Estabelecimentos Comerciais (Farmácias e Drogarias) para aquisição de medicamentos não incluídos na REMUNE (Relação Municipal de Medicamentos Essenciais).

Credenciante: MUNICÍPIO DE GUARAMIRIM (SC), através do Fundo Municipal de Saúde, inscrito no CNPJ sob o nº 11.293.409/0001-60, situado na Rua Henrique Friedmann, nº 415, Centro, Município de Guaramirim, Estado de Santa Catarina.

Credenciado: CIA. LATINA AMERICANA DE MEDICAMENTOS, inscrita no CNPJ sob nº 84.683.481/0077-75, estabelecida na Rua 28 de Agosto, nº 1262, Centro, Guaramirim (SC).

Data da Assinatura: 23/09/2015 Vigência 31/12/2015.

GUARAMIRIM (SC), 23/09/2015

LAURO FRÖHLICH
PREFEITO MUNICIPAL

Herval d'Oeste

PREFEITURA

PORTARIA Nº 1113/2015

PORTARIA Nº 1113/2015

Nelson Guindani, Prefeito Municipal de Herval d' Oeste (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54, da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

CONCEDER Licença para Tratamento de Saúde, a contar de 23 de setembro de 2015, por tempo indeterminado, com fulcro nos artigos 111 a 115, da Lei Complementar Nº 281/2011, à Servidora TATIANA SAUCEDO (Matr. 2798), ocupante do Cargo de Provimento Efetivo de Enfermeiro, Nível/Referência – 12/1/C, 40 horas semanais, anexo V da LC nº 280/2011, constante do Quadro de Pessoal do Poder Executivo Municipal, conforme determina a Legislação Específica do Regime Próprio de Previdência Social (IPREVI).

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Publique-se e cumpra-se.

Herval d'Oeste (SC), em 01 de Outubro de 2015.

Nelson Guindani
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 1114/2015

PORTARIA Nº 1114/2015

Nelson Guindani, Prefeito Municipal de Herval d' Oeste (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54 da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

Contratar em Caráter Temporário, o Senhor MAURO ANTONIO DADALT (Matr. 4173), a partir de 01 de outubro de 2015, até o término do ano letivo de 2015, para exercer a função de Professor, Nível – 1 - Referência "A", Anexo XI da LC Nº 316/2013, 20 horas semanais, turnos matutino e vespertino, Disciplina de Artes Cênicas, junto ao CME Pequeno Príncipe, aprovado e classificado em 3º lugar pelo Processo Seletivo 001/2013 – SMECE/HO de 11 de dezembro de 2013, homologado em 05 de fevereiro de 2014, constante do Quadro de Pessoal do Poder Executivo Municipal, de conformidade com o que preceitua a Lei Complementar Nº 291/2011. Sendo que seu contrato de trabalho será regido pelo Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Herval d' Oeste.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Publique-se e cumpra-se.

Herval d'Oeste (SC), em 01 de Outubro de 2015.

Nelson Guindani
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 1115/2015

PORTARIA Nº 1115/2015

Nelson Guindani, Prefeito Municipal de Herval d' Oeste (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54, da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

NOMEAR a Senhora IONE APARECIDA SCHUCK CONCATTO (Matr. 4174), a partir de 01 de outubro de 2015, aprovada e classificada em 151º lugar através do Concurso Público 001/2012, de conformidade com o Decreto Nº 3.039/2012 de 24 de maio de 2012, para ocupar o Cargo de Provimento Efetivo de Agente de Serviços Gerais, Nível – 3, Referência "A", 40 horas semanais, Anexo V da LC Nº. 280/2011, constante do Quadro de Pessoal do Poder Executivo Municipal, de conformidade com a Lei Complementar Nº. 281/2011. Sendo que seu contrato será regido pelo Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Herval D'Oeste, assegurada pelo Regime Próprio de Previdência Social (IPREVI).

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Publique-se e cumpra-se.

Herval d'Oeste (SC), em 01 de Outubro de 2015.

Nelson Guindani
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 1116/2015

PORTARIA Nº 1116/2015

Nelson Guindani, Prefeito Municipal de Herval d' Oeste (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54 da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

CESSAR OS EFEITOS das Portarias nº 480/2012 e 484/2012, que designa a Servidora IVONE ESQUINA (Matr. 659), ocupante do Cargo de Provimento Efetivo de Auxiliar de Serviços de Saúde, Nível/Referência - 8/G, 40 horas semanais, para responder sem ônus para o erário público municipal como Gestora do Fundo Municipal de Saúde, a partir de 01 de outubro de 2015.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Publique-se e cumpra-se.

Herval d'Oeste (SC), em 01 de Outubro de 2015.

Nelson Guindani
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 1117/2015

PORTARIA Nº 1117/2015

Nelson Guindani, Prefeito Municipal de Herval d'Oeste (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54 da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

Conceder Retorno às atividades a partir de 01 de outubro de 2015, e conceder conforme recomendação médico-pericial, Readaptação, à Servidora IRIA TEREZINHA MATEVI (Matr. 231), ocupante do Cargo de Provimento Efetivo de Professor, Nível/Referência – 7/B, Anexo XI da LC Nº 316/2013, 40 horas semanais; sendo que a mesma passará a atuar junto a EBM Profº Adolfo Becker, executando funções que não exijam elevação de membros superiores acima de 90º (acima dos ombros), não realizar serviços repetitivos (escrever ou digitar), que não exijam esforço físico (carregar/empurrar e levantar peso), ou que empunhe instrumentos como lápis, caneta, pincel atômico (durante o tempo de serviço) por tempo prolongado. Poderá ainda, exercer monitoramento, função de professor assistente, em serviços administrativos, ser secretária; com fundamentação na LC Nº 281/2011, de acordo com o previsto no artigo 33 e seus parágrafos.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Publique-se e cumpra-se.

Herval d'Oeste (SC), em 01 de Outubro de 2015.

Nelson Guindani
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 1118/2015

PORTARIA Nº 1118/2015

Nelson Guindani, Prefeito Municipal de Herval d'Oeste (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54, da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

CESSAR OS EFEITOS da Portaria Nº 1000/2011, que designa a Servidora IRIA TEREZINHA MATEVI (Matr. 231), ocupante do Cargo de Provimento Efetivo de Professor, Nível/Referência - 7/B, Anexo XI da LC nº 316/2013, 40 horas semanais, para responder pela função de Diretor de Escola, Nível - DAS-1, a partir de 01 de outubro de 2015, conforme a LC Nº 280/2011 e a LC Nº 316/2013.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Publique-se e cumpra-se.

Herval d'Oeste (SC), em 01 de Outubro de 2015.

Nelson Guindani
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 1119/2015

PORTARIA Nº 1119/2015

Nelson Guindani, Prefeito Municipal de Herval d'Oeste(SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei,

RESOLVE:

DESIGNAR o Senhor RICARDO JOSÉ NODARI, ocupante do Cargo de Vice Prefeito Municipal, Nível - Agente Político, constante do Quadro de Pessoal do Poder Executivo, para responder, sem ônus para o erário público municipal, como Secretário Municipal de Saúde e Gestor do Fundo Municipal de Saúde.

Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Publique-se e cumpra-se.

Herval d'Oeste (SC), em 01 de Outubro de 2015.

Nelson Guindani
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 1120/2015

PORTARIA Nº 1120/2015

Nelson Guindani, Prefeito Municipal de Herval d'Oeste (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54, da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

CONVOCAR PARA RETORNO IMEDIATO AO TRABALHO, para fins de superior interesse público, interrompendo o gozo de férias a partir do dia 01 de outubro de 2015, do servidor CLEIMAR PIOVESAN (Matr. 11), ocupante do Cargo de Provimento Efetivo de Engenheiro Civil, Nível – 12/3, Referência "P", 40 horas semanais, anexo V da LC Nº 280/2011, constante do Quadro de Pessoal do Poder Executivo Municipal, conforme o disposto nos art. 94 e 97 da Lei Complementar Nº 281/2011.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Publique-se e cumpra-se.

Herval d'Oeste (SC), em 01 de Outubro de 2015.

Nelson Guindani
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 1121/2015

PORTARIA Nº 1121/2015

Nelson Guindani, Prefeito Municipal de Herval d'Oeste (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54, da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

CONCEDER 24 (vinte e quatro) dias de Licença Prêmio, à servidora FRANCIELI CAROLINE DRI TOSATTI (Matr. 3070), ocupante do Cargo de Provimento Efetivo de Auxiliar de Serviços de Saúde, Nível – 8, Referência "A", Anexo V da LC Nº. 280/2011, 40 horas semanais, nos termos do artigo 103, da Lei Complementar Nº. 281/2011, referente ao período aquisitivo de 30 de setembro de 2013 a 29 de setembro de 2015, para serem gozadas a contar de 01 de outubro de 2015 a 24 de outubro de 2015.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Publique-se e cumpra-se.

Herval d'Oeste (SC), em 01 de Outubro de 2015.

Nelson Guindani
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 1122/2015

PORTARIA Nº 1122/2015

Nelson Guindani, Prefeito Municipal de Herval d' Oeste (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54, da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

CONCEDER Férias Regulamentares, à Servidora CRISTIANE APARECIDA ROSSETI (Matr. 4008) ocupante do Cargo de Provimento Efetivo de Auxiliar de Serviços de Saúde, Nível – 8, Referência "A", 40 horas semanais, Anexo V da Lei Complementar Nº. 280/2011, referente ao período aquisitivo compreendido entre 22 de setembro de 2014 e 21 de setembro de 2015, para serem gozadas a contar de 01 de outubro de 2015 a 30 de outubro de 2015, de conformidade com o que preceitua o art. 94 da Lei Complementar Nº. 281 de 19 de agosto de 2011.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Publique-se e cumpra-se.

Herval d'Oeste (SC), em 01 de Outubro de 2015.

Nelson Guindani
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 1123/2015

PORTARIA Nº 1123/2015

Nelson Guindani, Prefeito Municipal de Herval d' Oeste (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54 da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

EXONERAR, a Servidora TAIZE SAVI (Matr. 4109), a contar de 01 de outubro de 2015, a qual ocupava o Cargo de Provimento em Comissão de Gerente de Material e Patrimônio, Nível – DAS-2, constante do quadro de Pessoal do Poder Executivo Municipal, de conformidade com o que preceitua a Lei Complementar Nº 280/2011. Sendo que seu contrato de trabalho era regido pelo Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Herval d' Oeste.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Publique-se e cumpra-se.

Herval d'Oeste (SC), em 01 de Outubro de 2015.

Nelson Guindani
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 1124/2015

PORTARIA Nº 1124/2015

NELSON GUINDANI, Prefeito Municipal de Herval d' Oeste (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei,

RESOLVE:

CONCEDER Aposentadoria Voluntária por Idade – Comum, ao Servidor Público Municipal JOÃO DA SILVA e DECLARAR a vacância do cargo ocupado, o qual exercia as funções inerentes ao cargo de provimento efetivo de Agente de Serviços Gerais – do Quadro Geral de Carreira deste Município, Matrícula nº 207, Nível 3, Referência "I", 40 horas semanais; com fundamento nos termos do Art. 40, § 1º, III, "b" da Constituição Federal e nos termos da Lei Complementar nº 179/2005; a partir de 02 de outubro de 2015.

Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Publique-se e cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Herval d' Oeste (SC), 01 de outubro de 2015.

NELSON GUINDANI
Prefeito de Herval d' Oeste

PORTARIA Nº 1125/2015

PORTARIA Nº 1125/2015

Nelson Guindani, Prefeito Municipal de Herval d'Oeste (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54, da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

CESSAR OS EFEITOS da Portaria nº 793/2014, a partir de 02 de outubro de 2015, a qual designa o Servidor GILBERTO JOSÉ DURIGON, ocupante do Cargo de Provimento em Comissão de Secretário de Administração e Finanças, Nível - Agente Político, para responder interinamente pela Diretoria Municipal de Trânsito, sem ônus para o erário público municipal.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Publique-se e cumpra-se.

Herval d' Oeste (SC), em 02 de Outubro de 2015.

Nelson Guindani
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 1126/2015

PORTARIA Nº 1126/2015

Nelson Guindani, Prefeito Municipal de Herval d' Oeste (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54, da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

NOMEAR a Senhora TAIZE SAVI (Matr. 4176), para ocupar o Cargo de Provimento em Comissão de Diretor de Trânsito, Nível – DAS-1, constante do quadro de Pessoal do Poder Executivo Municipal, a partir de 02 de outubro de 2015, de conformidade com o que preceitua a Lei Complementar Nº 280/2011. Sendo que seu contrato de trabalho será regido pelo Estatuto dos Servidores Públicos do

Município de Herval d'Oeste.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Publique-se e cumpra-se.

Herval d'Oeste (SC), em 02 de Outubro de 2015.

Nelson Guindani
Prefeito Municipal

RESOLUÇÃO CONJUNTA SAF Nº 001/2015

RESOLUÇÃO CONJUNTA SAF Nº 001/2015

"Dispõe sobre a limitação de despesas com o serviço de telefonia móvel, e dá outras providências."

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS conjuntamente com o senhor PREFEITO MUNICIPAL DE HERVAL D'OESTE no uso das atribuições que lhes são conferidas pela Legislação vigente, CONSIDERANDO os princípios da eficiência, legalidade e da publicidade administrativa, previstos no art. 37, caput, da Constituição da República;

CONSIDERANDO a obrigação contínua de planejar, acompanhar e avaliar as ações da Administração Municipal no tocante a gestão orçamentária, financeira e administrativa;

CONSIDERANDO a crise na economia e seus efeitos nas finanças públicas, e a importância da racionalização de gastos em todos os setores da administração municipal, com vistas ao enfrentamento das adversidades do atual cenário econômico;

CONSIDERANDO, por fim, a necessidade de normatizar as diretrizes para a redução de gastos com os serviços de telefonia móvel em conformidade com o Decreto Municipal 3.541/2015 que dispõe sobre medidas de contenção de despesas com pessoal na Administração Pública Municipal.

RESOLVEM editar o presente ato nos seguintes termos:

Art. 1º - Fica estabelecido um limite de valor fixo e irredutível para a utilização dos serviços de telefonia móvel por usuário, nas linhas contratadas e disponibilizadas pela administração municipal para utilização em serviços inerentes a administração;

I – Limite de R\$ 50,00 (cinquenta reais) mensais para as seguintes linhas telefônicas:

- a) (49) 9146 4193
- b) (49) 9146 4187
- c) (49) 9146 4521
- d) (49) 9146 7726
- e) (49) 9146 4532
- f) (49) 9146 4219
- g) (49) 9146 4372
- h) (49) 9178 5903

II – Limite de R\$ 30,00 (trinta reais) mensais para as seguintes linhas telefônicas:

- a) (49) 9119 0786
- b) (49) 9119 2193
- c) (49) 9119 7297
- d) (49) 9122 1661
- e) (49) 9125 6361
- f) (49) 9128 6283
- g) (49) 9128 6934
- h) (49) 9129 1703

Art. 2º - O Usuário que exceder o limite previsto no artigo 1º deverá ressarcir aos cofres públicos o excedente, o qual será efetuado através de Documento de Arrecadação Municipal (DAM) a ser emitida pelo setor de tributação em nome do usuário a ser recolhido na rede bancária até o 5º dia útil do mês subsequente ao vencimento da fatura emitida pela operadora de telefonia móvel contratada.

Parágrafo único - A não quitação do DAM na data do vencimento, acarretará a cobrança de juros e demais tarifas, e estará sujeita a legislação tributária vigente, inclusive com o lançamento em dívida ativa.

Art. 3º - A Secretaria de Administração e finanças através do gestor de telefonia móvel acompanhará os valores das faturas de cada usuário e lançará em planilha própria as despesas realizadas como de costume, devendo comunicar ao usuário que excedeu o limite, o qual deverá dirigir-se ao setor de tributação para a retirada do DAM para efetuar o recolhimento.

Art. 4º - O Usuário terá acesso a fatura telefônica para consulta na sala do setor responsável, não podendo ser fornecida cópias reprográficas, em razão da economicidade.

Art. 5º - Caberá ao servidor responsável pela linha telefônica de serviço móvel em uso, o controle do uso da mesma, sendo de sua inteira responsabilidade as despesas nela realizadas.

Art. 6º - As situações excepcionais serão analisadas pelo Secretário de Administração e Finanças e decididas pelo Prefeito Municipal.

Art. 7º - Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Herval d'Oeste (SC), em 30 de setembro de 2015.

Assinado no original

GILBERTO JOSÉ DURIGON

Secretário de Administração e Finanças

NELSON GUINDANI

Prefeito Municipal

TERMO DE REAJUSTE Nº 020/2015

Estado de Santa Catarina

MUNICÍPIO DE HERVAL D'OESTE

"PREFEITURA MUNICIPAL DE HERVAL D'OESTE"

CNPJ/MF Nº 82.939.430/0001-38

Rua Nereu Ramos nº 389 – Centro

CONTRATANTE

Estado de Santa Catarina

MUNICÍPIO DE HERVAL D'OESTE

"BUCCO & BUCCO LTDA"

CNPJ/MF Nº 04.731.470/0001-86

Rua Independência, nº 170

CONTRATADA

TERMO de reajuste Nº 020/2015 DE 02 DE OUTUBRO DE 2015

Pelo presente instrumento, a PREFEITURA MUNICIPAL DE HERVAL D'OESTE, pessoa jurídica de direito público, estabelecida na Rua Nereu Ramos, nº 389 Centro, Município de Herval d'Oeste, Estado de Santa Catarina, inscrita no CNPJ sob nº 82.939.430/0001-38 neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Senhor Nelson Guindani, brasileiro, casado, portador do CPF nº 501.589.459-72, doravante denominado CONTRATANTE, e a empresa "BUCCO & BUCCO LTDA", Pessoa Jurídica de Direito Privado estabelecida na Rua Independência, nº 170, – Centro – Município de Herval d'Oeste - Estado do Santa Catarina, inscrita no CNPJ sob nº 09.439.166/0001-83, neste ato representado por seu sócio-administrador Sr. Orlando Bucco, brasileiro, casado, portadora do CPF nº 509.252.299-20, doravante denominada CONTRATADA, que tem por objeto fornecimento de carga de gás de cozinha (GLP) P45, em decorrência do PROCESSO LICITATÓRIO Nº 041/2015, PREGÃO PRESENCIAL Nº 020/2015, e suas alterações posteriores, e as seguintes cláusulas:

Cláusula Primeira – Do Objeto

O Presente termo tem por objeto a revisão dos valores contratados para o fornecimento de carga de gás de cozinha (GLP) P45 no importe de +9,10% (nove vírgula dez por cento), em virtude do aumento anunciado pela PETROBRÁS, o qual foi devidamente comprovado e justificado no processo.

CLÁUSULA SEGUNDA – DOS VALORES

Considerando que a Contratada comprova documentalmente no pedido que o produto citado efetivamente sofreu alteração de preço, será concedido reajuste a tais itens, conforme tabela abaixo:

ITEM	DESCRIÇÃO	UNIDADE	VALOR ATUAL UNITARIO	VALOR COM REAJUSTE
2	CARGA DE GÁS GLP 45KG	UN	171,40	186,99

Este reajuste passa a vigorar após a assinatura e publicação deste Termo.

CLÁUSULA TERCEIRA - DA FUNDAMENTAÇÃO LEGAL

O presente termo aditivo é celebrado com base no artigo 40 inciso XI e no artigo 65, inciso II, alínea d da Lei Federal 8.666, de 21 de junho de 1993 e Legislação Complementar.

CLÁUSULA QUARTA – Das Disposições Finais

A publicação deste Termo de Reajuste supre a necessidade de emissão de nova ordem de serviço, para a realização dos serviços previstos no instrumento contratual.

Todos os demais itens e cláusulas da Ata de Registro de Preços 013A/2015, que não foram modificados por força deste Termo DE REAJUSTE, permanecem em pleno vigor sendo o presente assinado pelas partes em 04 (quatro) vias de igual teor e forma.

Herval d'Oeste, 02 de outubro de 2015.

Nelson Guindani Prefeito Municipal CPF: 501.589.459-72 Pelo Município	Orlando Bucco Sócio Administrador CPF: 509.252.299-20 Pela Empresa
Testemunhas: Rubens Antonio Correia CPF: 687.857.399-87	Mariana Colusso Fabrin CPF: 052.051.949-36

TERMO DE REAJUSTE Nº 021/2015

Estado de Santa Catarina

MUNICÍPIO DE HERVAL D'OESTE

"PREFEITURA MUNICIPAL DE HERVAL D'OESTE"

CNPJ/MF Nº 82.939.430/0001-38

Rua Nereu Ramos nº 389 – Centro

CONTRATANTE

Estado de Santa Catarina

MUNICÍPIO DE JOAÇABA

"TIAGO PIRES DE MELO ME"

CNPJ/MF Nº 12.782.188/0001-56

Rua Severino Fuga, nº 117.

CONTRATADA

TERMO de reajuste Nº 021/2015 DE 02 DE OUTUBRO DE 2015

Pelo presente instrumento, a PREFEITURA MUNICIPAL DE HERVAL D'OESTE, pessoa jurídica de direito público, estabelecida na Rua Nereu Ramos, nº 389 Centro, Município de Herval d'Oeste, Estado de Santa Catarina, inscrita no CNPJ sob nº 82.939.430/0001-38 neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Senhor Nelson Guindani, brasileiro, casado, portador do CPF nº 501.589.459-72, doravante denominado CONTRATANTE, e a empresa "TIAGO PIRES DE MELO ME", Pessoa Jurídica de Direito Privado estabelecida na Rua Severino Fuga, nº 117, – Vila Pedrini – Município de Joaçaba - Estado de Santa Catarina, inscrita no CNPJ sob nº 12.782.188/0001-56, neste ato representado por seu sócio-administrador Sr. Tiago Pires de Melo, brasileiro, portadora do CPF nº 041.284.089-80, doravante denominada CONTRATADA, que tem por objeto fornecimento de carga de gás de cozinha (GLP) P13, em decorrência do PROCESSO LICITATÓRIO Nº 041/2015, PREGÃO PRESENCIAL Nº 020/2015, e suas alterações posteriores, e as seguintes cláusulas:

Cláusula Primeira – Do Objeto

O Presente termo tem por objeto a revisão dos valores contratados para o fornecimento de carga de gás de cozinha (GLP) P13 no importe de +15% (quinze por cento), em virtude do aumento anunciado pela PETROBRÁS, o qual foi devidamente comprovado e justificado no processo.

CLÁUSULA SEGUNDA – DOS VALORES

Considerando que a Contratada comprova documentalmente no pedido que o produto citado efetivamente sofreu alteração de preço, será concedido reajuste a tais itens, conforme tabela abaixo:

ITEM	DESCRIÇÃO	UNIDADE	VALOR ATUAL UNITARIO	VALOR COM REAJUSTE
1	CARGA DE GÁS GLP 13KG	UN	42,40	48,76

Este reajuste passa a vigorar após a assinatura e publicação deste Termo.

CLÁUSULA TERCEIRA - DA FUNDAMENTAÇÃO LEGAL

O presente termo aditivo é celebrado com base no artigo 40 inciso XI e no artigo 65, inciso II, alínea d da Lei Federal 8.666, de 21 de junho de 1993 e Legislação Complementar.

CLÁUSULA QUARTA – Das Disposições Finais

A publicação deste Termo de Reajuste supre a necessidade de emissão de nova ordem de serviço, para a realização dos serviços previstos no instrumento contratual.

Todos os demais itens e cláusulas da Ata de Registro de Preços 013B/2015, que não foram modificados por força deste Termo DE REAJUSTE, permanecem em pleno vigor sendo o presente assinado pelas partes em 04 (quatro) vias de igual teor e forma.

Herval d'Oeste, 02 de outubro de 2015.

Nelson Guindani Prefeito Municipal CPF: 501.589.459-72 Pelo Município	Tiago Pires de Melo Sócio Administrador CPF: 041.284.089-80 Pela Empresa
Testemunhas: Rubens Antonio Correia CPF: 687.857.399-87	Mariana Colusso Fabrin CPF: 052.051.949-36

TERMO DE REAJUSTE Nº 022/2015

Estado de Santa Catarina
MUNICÍPIO DE HERVAL D'OESTE
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE HERVAL D'OESTE
CNPJ/MF Nº 17.799.033/0001-46
Rua Nereu Ramos nº 389 – Centro
CONTRATANTE

Estado Do Paraná
MUNICÍPIO DE COLOMBO
Angaí Distribuidora de Medicamentos Ltda
CNPJ/MF Nº 04.217.590.0001/60
Rodovia da Uva, nº 902
CONTRATADA

TERMO de reajuste Nº 022/2015 DE 02 DE OUTUBRO DE 2015

Pelo presente instrumento, o FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE HERVAL D'OESTE, pessoa jurídica de direito público, estabelecida na Rua Nereu Ramos, nº 389 Centro, Município de Herval d'Oeste, Estado de Santa Catarina, inscrita no CNPJ sob nº 17.799.033/0001-46 neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Senhor Nelson Guindani, brasileiro, casado, portador do CPF nº 501.589.459-72, doravante denominado CONTRATANTE, e a empresa Angaí Distribuidora de Medicamentos Ltda Pessoa Jurídica de Direito Privado estabelecida na Rodovia da Uva, nº 902, – Roça Grande – Colombo - Estado do Paraná, inscrita no CNPJ sob nº 04.217.590.0001/60, neste ato representado pela sócia administradora, Senhora Rosemery Americo Salvador, brasileiro, portador do CPF nº 020.219.419-14, doravante denominada CONTRATADA, resolvem celebrar o presente Termo de Reajuste a ata de Registro de Preços nº 0090/2015, que tem por objeto fornecimento de medicamentos para uso nas Unidades de Saúde incluindo a UPA 24 horas do Município de Herval d'Oeste, pelo período de 6 meses, em decorrência do Processo Licitatório nº 0028/2015, na Modalidade de Pregão Presencial nº 010/2015 e suas alterações posteriores, e as seguintes cláusulas:

Cláusula Primeira – Do Objeto

O Presente termo tem por objeto a revisão dos valores contratados para o fornecimento de medicamento no importe de +29,00%, em virtude da manutenção do equilíbrio econômico-financeiro inicial, o qual foi devidamente comprovado e justificado no processo.

CLÁUSULA SEGUNDA – DOS VALORES

Considerando que a Contratada comprova documentalmente no pedido que o produto citado no item 183 efetivamente sofreu alteração de preço, será concedido reajuste a tais itens, conforme tabela abaixo:

ITEM	DESCRIÇÃO	UNIDADE	MARCA	VALOR ATUAL	VALOR COM REAJUSTE
183	MALEATO DE DESCLORFENIRAMINA 2 MG COMPRIMIDO	UND	GEOLAB	R\$ 0,052	R\$ 0,067

Este reajuste passa a vigorar após a assinatura e publicação deste Termo.

CLÁUSULA TERCEIRA - DA FUNDAMENTAÇÃO LEGAL

O presente termo aditivo é celebrado com base no artigo 40 inciso XI e no artigo 65, inciso II, alínea d da Lei Federal 8.666, de 21 de junho de 1993 e Legislação Complementar.

CLÁUSULA QUARTA – Das Disposições Finais

A publicação deste Termo Aditivo supre a necessidade de emissão de nova ordem de serviço, para a realização dos serviços previstos no instrumento contratual.

Todos os demais itens e cláusulas da ARP Nº 0090/2015, que não foram modificados por força deste Termo DE REAJUSTE, permanecem em pleno vigor sendo o presente assinado pelas partes em 04 (quatro) vias de igual teor e forma.

Herval d'Oeste, 02 de outubro de 2015.

Nelson Guindani
Prefeito Municipal
CPF: 501.589.459-72

Testemunhas:	
Rubens Antonio Correia CPF: 687.857.399-87	Mariana Colusso Fabrin CPF: 052.051.949-36

Ibiam

PREFEITURA

LEI Nº 576/2015

Lei Nº 576/2015

“Dispõe sobre a revisão do PPA 2014/2017, Lei 526/2013, do Município de Ibiam e dá outras providências”

CLÓVIS JOSÉ BUSATTO, Prefeito Municipal de Ibiam, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o Artigo 88, Inciso I, da Lei orgânica do Município; Faço saber a todos os habitantes do Município, que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte LEI:

Art. 1º - Ficam alteradas as planilhas que compõem o Plano Plurianual representadas no anexo III, com inclusão, exclusão e alteração de ações, com adequação de metas e valores para os exercícios de 2016, com estruturação de acordo com as fontes e seus detalhamentos da destinação de recursos do anexo II que integra a presente lei e estabelecerá as diretrizes para o exercício de 2016, conforme programas especificados no anexo I;

Art. 2º - Os valores constantes em cada ação foram atualizados de acordo com as previsões de arrecadação de receitas do anexo IV, com a indicação das respectivas fontes e detalhamento das destinações de recursos;

Art. 3º - Foram atualizados os valores para o exercício de 2016, de maneira a adequar as fontes de recursos, programas, e manter o equilíbrio entre as receitas e despesas que sofrem constantes modificações no cenário econômico de cada ente;

Art. 4º – Ficam revogadas as disposições em contrário;

Art. 5º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo de Ibiam, 09 de Setembro de 2015.

Clóvis José Busatto

Prefeito do Município de Ibiam

Ilhota

PREFEITURA

CONTRATO 033 CHAMADA PÚBLICA N 001-2015 - ALFREDO PETRY

Extrato de Contrato nº 033/2015

Estado de Santa Catarina

Município de Ilhota

Setor de Compras e Licitações

Processo: CHAMADA PÚBLICA nº 001/2015

Objeto: GÊNEROS ALIMENTÍCIOS DA AGRICULTURA FAMILIAR PARA ALIMENTAÇÃO ESCOLAR, PARA ALUNOS DA REDE DE EDUCAÇÃO BÁSICA PÚBLICA, VERBA FNDE/PNAE, 2º SEMESTRE DE 2015, conforme edital e seus anexos.

Fornecedor: ALFREDO PETRY

Valor: R\$ 19.900,00 (Dezenove mil e novecentos reais).

Assinatura: 25/09/2015

Vigência: 31 DE DEZEMBRO DE 2015

DANIEL CHRISTIAN BOSI

PREFEITO MUNICIPAL

CONTRATO 034 CHAMADA PÚBLICA N 001-2015 - JOÃO DECKER

Extrato de Contrato nº 034/2015

Estado de Santa Catarina

Município de Ilhota

Setor de Compras e Licitações

Processo: CHAMADA PÚBLICA nº 001/2015

Objeto: GÊNEROS ALIMENTÍCIOS DA AGRICULTURA FAMILIAR PARA ALIMENTAÇÃO ESCOLAR, PARA ALUNOS DA REDE DE EDUCAÇÃO BÁSICA PÚBLICA, VERBA FNDE/PNAE, 2º SEMESTRE DE 2015, conforme edital e seus anexos.

Fornecedor: JOÃO DECKER

Valor: R\$ 19.895,60 (Dezenove mil oitocentos e noventa e cinco reais e sessenta centavos).

Assinatura: 25/09/2015

Vigência: 31 DE DEZEMBRO DE 2015

DANIEL CHRISTIAN BOSI

PREFEITO MUNICIPAL

PORTARIA 477 2015

PORTARIA Nº 477, de 28 de setembro de 2015.

DESIGNA E NOMEIA OS MEMBROS DA COMISSÃO PROCESSANTE PARA ATUAÇÃO EM PROCESSOS DISCIPLINARES DESTINADOS A APURAR RESPONSABILIDADE DE SERVIDOR PÚBLICO POR INFRAÇÃO PRATICADA NO EXERCÍCIO DE SUAS ATRIBUIÇÕES

DANIEL CHRISTIAN BOSI, Prefeito Municipal de Ilhota, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais, e na forma do estabelecido no Plano de Cargos e Salários dos Servidores Públicos Municipais, Capítulo III – Do Processo Disciplinar, arts. 149, § 1º.

Art. 1º. Designa e nomeia os servidores públicos municipais efetivos, para comporem a Comissão Processante para atuação em processos disciplinares, destinados a apurar responsabilidade de servidor público por infração praticada no exercício de suas atribuições, ou que tenha relação com as atribuições do cargo em que se encontra investido.

Art. 2º. A Comissão é designada em caráter permanente, podendo ter seus membros substituídos em função de incompatibilidades e ou por determinação da autoridade competente e composta por 3 (três) servidores estáveis, sendo:

Alex Miranda - Presidente

Delcio Dário Custódio - Membro

Valdecir Moraes de Azevedo - Membro

Art. 3º. A Comissão terá como Secretário servidor designado pelo seu Presidente, podendo a indicação recair em um dos membros, e designado a cada instauração de processo disciplinar específico.

Art. 4º. Não poderá participar de comissão de sindicância ou de inquérito, cônjuge, companheiro ou parente do acusado, consanguíneo ou afim, em linha reta ou colateral, até o terceiro grau.

Art. 5º. Sempre que necessário a comissão dedicará tempo integral aos seus trabalhos, ficando seus membros dispensados do ponto até a entrega do relatório final.

Art. 6. As reuniões da comissão serão registradas em atas que deverão detalhar as deliberações adotadas.

Art. 7º. Registre-se e publique-se.

DANIEL CHRISTIAN BOSI

PREFEITO MUNICIPAL

PORTARIA 478 2015

PORTARIA Nº 478, de 28 de setembro de 2015.

INSTITUI E NOMEIA MEMBROS PARA COMPOREM A COMISSÃO DE ELABORAÇÃO DE PROVA, QUE TRATA DE PROCESSO SELETIVO PARA A CONTRATAÇÃO TEMPORÁRIA

DANIEL CHRISTIAN BOSI, Prefeito Municipal de Ilhota, Estado de Santa Catarina, no uso das suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º Instituir e nomear membros para comporem a Comissão de Elaboração de Prova, aplicação, Recursos e de Correção de Prova que trata de processo seletivo para a contratação temporária no Município, nos termos das leis 1025/2001 e 3614/2013, abaixo relacionados:

I - Presidente: Eli Regina Nagel dos Santos

II – Membros: Alex Miranda

Roberto Poerner

Jorge Alfredo dos Santos

Art. 2º Os integrantes que compõem a Comissão de que trata este

Decreto exercerão suas atividades sem ônus aos cofres públicos municipais.

Art. 32º O Processo seletivo para a contratação temporária, reger-se-á pelas disposições específicas do Edital, nos termos da legislação vigente, competindo a Comissão o acompanhamento e fiscalização de todas as fases do processo, bem como decidir os casos omissos.

Art. 3º. Dê-se ciência, publique-se e cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Ilhota, 28 de setembro de 2015

DANIEL CHRISTIAN BOSI

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 479/2015

PORTARIA Nº 479/2015

Tatiana Richart Reichert, Secretária de Administração do Município de Ilhota, no uso de suas atribuições Legais, e dentro do que estabelece o Decreto nº 79 de 17/07/2015, e na forma da LEI:

RESOLVE

DEMITIR, a Srª. JAQUELINE PATRICIA WERNER, do cargo de SERVENTE, em caráter temporário, no regime jurídico estatutário e regime previdenciário geral (INSS), com 200 horas mês, a partir de 01 de outubro de 2015.

Dê-se ciência, publique-se e cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Ilhota.

Em 30 de setembro de 2015.

TATIANA RICHART REICHERT

Secretária de Administração

PORTARIA Nº 480/2015

PORTARIA Nº 480/2015

Tatiana Richart Reichert, Secretária de Administração do Município de Ilhota, no uso de suas atribuições Legais, e dentro do que estabelece o Decreto nº 79 de 17/07/2015, e na forma da LEI:

RESOLVE

EXONERAR, a Srª. MATILDE FICHER SCHETZ, do cargo de AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS, em caráter efetivo, no regime jurídico estatutário e regime previdenciário próprio (ILHOTAPREV), com 200 horas mês, a partir de 01 de outubro de 2015.

Dê-se ciência, publique-se e cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Ilhota.

Em 01 de outubro de 2015.

TATIANA RICHART REICHERT

Secretária de Administração

RESOLUÇÃO N. 018/2015 - CMDCA

RESOLUÇÃO N. 18/2015

O CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E ADOLESCENTE, no uso de suas atribuições legais e regimentais;

CONSIDERANDO: a Resolução N. 08/2015, a qual cria a Comissão Organizadora do processo de Eleição do Conselho Tutelar.

CONSIDERANDO: que a COMISSÃO ELEITORAL DO CONSELHO TUTELAR deve publicar a relação dos mesários e escrutinadores para o Processo de Escolha Unificada para Membros do Conselho Tutelar.

RESOLVE: Publicar a relação dos mesários por locais de votação e escrutinadores.

Art. 1º - Locais de votação com os referidos mesários.

Escola Municipal Domingos José Machado: Martina Paola Warmeling; Adriana Antunes da Silva; Lindomar Feller; Giovanna Roberto Floriano.

Escola Municipal Alberto Schmitt: José Teixeira; Tales Henrique Pereira Lima; Ana Paula Correa Manoel Alves; Ana Luiza Correa Manoel.

Escola de Educação Básica Marcos Konder: Alvarilda Aparecida de Souza; Alesson Cunha; Ana Carolina Hoffmann, Amanda Gonçalves.

Escola de Educação Básica Valério Gomes: Rosilene Fronza Zimmermann; Patrícia Machiavelli Thomaz; Pedro Paulo Oliveira Abreu.

Art. 2º - Escrutinadores.

Alex Luis Mengarda; Franciane Cristina Teixeira.

Art. 3º - O horário de Eleição será das 9h às 17h, devendo apresentar documento de identificação original com foto.

Art. 4º - Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

Alex Luís Mengarda
Presidente do CMDCA

Ilhota, 30 de setembro de 2015.

Imarui

PREFEITURA

EDITAL DE CONVOCAÇÃO PARA AUDIÊNCIA PÚBLICA SANEAMENTO BASICO (CENTRO)

CONVOCAÇÃO AUDIÊNCIA PÚBLICA

PLANO MUNICIPAL DE SANEAMENTO BÁSICO

Manoel Viana de Sousa, Prefeito Municipal de Imaruí, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, CONVIDA todos os cidadãos residentes e as associações representativas deste município a participar da AUDIÊNCIA PÚBLICA do Plano MUNICIPAL DE SANEAMENTO BÁSICO, que será realizada no local e horário abaixo indicado.

OBJETIVO: Tornar público os estudos relativos ao planejamento das ações do Plano Municipal de Saneamento Básico.

LOCAL, DATA E HORÁRIO DA AUDIÊNCIA PÚBLICA

local: Câmara Municipal de Vereadores.

Data: 20 de outubro de 2015.

Horário: 19h00m em primeira convocação e as 19h15m em segunda convocação, com qualquer número de presentes.

Imaruí, 01 de outubro de 2015.

Manoel Viana de Sousa

Prefeito Municipal

Imbituba

PREFEITURA

EXTRATO: PMI SEDURB 2015/148 A/00

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA

Extrato: PMI SEDURB 2015/148 A/00

Contratada: D2 DISTRIBUIDORA LTDA ME

CNPJ 07.582.259/001-37

Objeto: CONCESSÃO DE SERVIÇO PÚBLICO DE IMPLANTAÇÃO E EXPLORAÇÃO DE BENS E ESPAÇOS FÍSICOS PARA FINS PUBLICITÁRIOS, NO MUNICÍPIO DE IMBITUBA/SC, COM A INSTALAÇÃO DE PLACAS DE IDENTIFICAÇÃO DE VIAS, LOGRADOUROS, PRAÇAS, AVENIDAS DESTE MUNICÍPIO, ATRAVÉS DO FORNECIMENTO, DA IMPLANTAÇÃO E MANUTENÇÃO CORRETIVA E PREVENTIVA DE CONJUNTOS TOPO-NÍMICOS, TOTENS, E PLACAS TOPONÍMICAS, PELO PRAZO DE 10 (DEZ) ANOS.

Prazo: DEZ ANOS

Fundamento: Processo nº.78/2015 Concorrência 04/2015

Imbituba, 30 de Setembro de 2015.

Secretaria de Desenvolvimento

Urbano, Saneamento e Habilitação

SEDURB

Engº Eduardo dos Passos Nunes

Concedente

D2 Distribuidora Ltda me Leonildo Vargas

Representante Legal

Concessionária

PORTARIA PMI/GGP Nº 540/2015

PORTARIA PMI/GGP Nº 540, de 30 de setembro de 2015.

Dispõe sobre a admissão de Cuidador Educador Residente, e dá outras providências.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E GESTÃO PÚBLICA, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a legislação em vigor, com base na Lei Complementar nº 4.489 de 09 de dezembro de 2014, e ainda com base na Lei n.º 2.150, de 08 de junho de 2001, Considerando a necessária instalação/funcionamento inadiável de serviços públicos essenciais e, com fundamento no inciso IX, do Art. 37, da Constituição Federal, de 05 de outubro de 1988,

RESOLVE:

Art.1º Admitir, o abaixo relacionado, em caráter emergencial, para exercer o cargo/função, conforme descrito na tabela seguinte, com a remuneração consignada na legislação pertinente.

Nome	Cargo	CPF	Admissão
Ricardo Pacheco Scotti	Cuidador Educador Residente - 40h	079.447.699-65	01/09/2015

Art. 2º O período de contratação será por tempo determinado, podendo ser rescindido a qualquer tempo, comprovada a desnecessária manutenção dos serviços ou até a chamada de candidato aprovado em certame público.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Imbituba, 30 de setembro de 2015.

Nicolau Corsino Bento

Secretário Municipal de Administração e Gestão Pública

Registre-se e Publique-se.

Registrada e publicada, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina – DOM/SC.

Andreza Barcelos Carvalho

Gerente de Gestão de Pessoas

PORTARIA PMI/GGP Nº 541/2015

PORTARIA PMI/GGP Nº 541, de 30 de setembro de 2015.

Dispõe sobre a admissão de Cuidador Educador Residente, e dá outras providências.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E GESTÃO PÚBLICA, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a legislação em vigor, com base na Lei Complementar nº 4.489 de 09 de dezembro de 2014, e ainda com base na Lei n.º 2.150, de 08 de junho de 2001, Considerando a necessária instalação/funcionamento inadiável de serviços públicos essenciais e, com fundamento no inciso IX, do Art. 37, da Constituição Federal, de 05 de outubro de 1988,

RESOLVE:

Art.1º Admitir, o abaixo relacionado, em caráter emergencial, para exercer o cargo/função, conforme descrito na tabela seguinte, com a remuneração consignada na legislação pertinente.

Nome	Cargo	CPF	Admissão
Edevaldo Luiz Dias Júnior	Cuidador Educador Residente - 40h	062.019.349-28	01/09/2015

Art. 2º O período de contratação será por tempo determinado, podendo ser rescindido a qualquer tempo, comprovada a desnecessária manutenção dos serviços ou até a chamada de candidato aprovado em certame público.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Imbituba, 30 de setembro de 2015.

Nicolau Corsino Bento

Secretário Municipal de Administração e Gestão Pública

Registre-se e Publique-se.

Registrada e publicada, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina – DOM/SC.

Andreza Barcelos Carvalho

Gerente de Gestão de Pessoas

PORTARIA PMI/GGP Nº 542/2015

PORTARIA PMI/GGP Nº 542, de 30 de setembro de 2015.

Dispõe sobre a admissão de Professora, e dá outras providências.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E GESTÃO PÚBLICA, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a legislação em vigor, e com base na Lei n.º 2.150, de 08 de junho de 2001, e o artigo 37, II, da CR/88,

RESOLVE:

Art.1º Admitir, a abaixo relacionada, aprovada no Processo Seletivo Simplificado Edital - 18/2014, com carga horária de 20 horas semanais, para exercer o cargo/função, conforme descrito na tabela seguinte, com a remuneração consignada na legislação pertinente.

Nome	Cargo	CPF	Admissão
Vanensa Miguel da Rosa	Professora I – 20h	074.704.709-05	28/09/2015

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Imbituba, 30 de setembro de 2015.

Nicolau Corsino Bento

Secretário Municipal de Administração e Gestão Pública

Registre-se e Publique-se.

Registrada e publicada, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina – DOM/SC.

Andreza Barcelos Carvalho

Gerente de Gestão de Pessoas

PORTARIA PMI/GGP Nº 543/2015

PORTARIA PMI/GGP Nº 543, de 01 de outubro de 2015.

Dispõe sobre a Demissão de Servente Merendeira, e dá outras providências.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E GESTÃO PÚBLICA, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a legislação em vigor, e com base na Lei n.º 2.150, de 08 de junho de 2001 e o artigo 37, II, da CR/88,

RESOLVE:

Art.1º Demitir a pedido, a abaixo relacionada, admitida através do Processo Seletivo Simplificado Edital - 04/2012 e PORTARIA PMI/GGP Nº 51/2015, para exercer o cargo/função conforme descrito na tabela seguinte, com a remuneração consignada na legislação pertinente.

Nome	Cargo	CPF	Demissão
Elizângela da Silva Lino	Servente Merendeira 40h	055.162.539-26	01/10/2015

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Imbituba SC, 01 de outubro de 2015.

Nicolau Corsino Bento

Secretário Municipal de Administração e Gestão Pública

Registre-se e Publique-se.

Registrada e publicada, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina – DOM/SC.

Andreza Barcelos Carvalho

Gerente de Gestão de Pessoas

PORTARIA PMI/GGP Nº 544/2015

PORTARIA PMI/GGP Nº 544, de 01 de outubro de 2015.

Dispõe sobre a Demissão de Professora, e dá outras providências.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E GESTÃO PÚBLICA, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a legislação em vigor, e com base na Lei n.º 2.150, de 08 de junho de 2001,

RESOLVE:

Art.1º Demitir por Término de Contrato, a abaixo relacionada, admitida em 02 de fevereiro de 2015, através do Processo Seletivo Simplificado Edital - 18/2014 e PORTARIA PMI/GGP Nº 135, de 03 de março de 2015, para exercer o cargo/função conforme descrito na tabela seguinte, com a remuneração consignada na legislação pertinente.

Nome	Cargo	CPF	Demissão
Licariane de Andrade Martins	Professora II - 40h	027.724.799-35	01/10/2015

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Imbituba SC, 01 de outubro de 2015.

Nicolau Corsino Bento

Secretário Municipal de Administração e Gestão Pública

Registre-se e Publique-se.

Registrada e publicada, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina – DOM/SC.

Andreza Barcelos Carvalho

Gerente de Gestão de Pessoas

PORTARIA PMI/GGP Nº 545/2015

PORTARIA PMI/GGP Nº 545, de 02 de outubro de 2015.

Dispõe sobre a admissão de Professora, e dá outras providências.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E GESTÃO PÚBLICA, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a legislação em vigor, e com base na Lei n.º 2.150, de 08 de junho de 2001, e o artigo 37, II, da CR/88,

RESOLVE:

Art.1º Admitir, a abaixo relacionada, aprovada no Processo Seletivo Simplificado Edital - 18/2014, com carga horária de 40 horas semanais, para exercer o cargo/função, conforme descrito na tabela seguinte, com a remuneração consignada na legislação pertinente.

Nome	Cargo	CPF	Admissão
Elizângela da Silva Lino	Professora I – 40h	055.162.539-26	02/10/2015

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Imbituba, 02 de outubro de 2015.

Nicolau Corsino Bento

Secretário Municipal de Administração e Gestão Pública

Registre-se e Publique-se.

Registrada e publicada, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina – DOM/SC.

Andreza Barcelos Carvalho

Gerente de Gestão de Pessoas

PORTARIA PMI/GGP Nº 546/2015

PORTARIA PMI/GGP Nº 546, de 02 de outubro de 2015.

Dispõe sobre a admissão de Agente Administrativa, e dá outras providências.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E GESTÃO PÚBLICA, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a legislação em vigor, e com base na Lei n.º 1.144, de 29 de abril de 1991, e o artigo 37, II, da CR/88,

RESOLVE:

Art.1º Admitir, a abaixo relacionada, aprovada no Concurso Público Edital - 01/2011, com carga horária de 40 horas semanais, para exercer o cargo/função, conforme descrito na tabela seguinte, com a remuneração consignada na legislação pertinente.

Nome	Cargo	CPF	Admissão
Licariane de Andrade Martins	Agente Administrativa – 40h	027.724.799-35	02/10/2015

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Imbituba, 02 de outubro de 2015.

Nicolau Corsino Bento

Secretário Municipal de Administração e Gestão Pública

Registre-se e Publique-se.

Registrada e publicada, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina – DOM/SC.

Andreza Barcelos Carvalho

Gerente de Gestão de Pessoas

RESOLUÇÃO 009/2015 DA COMISSÃO ESPECIAL DO PROCESSO DE ESCOLHA EM DATA UNIFICADA DOS MEMBROS DO CONSELHO TUTELAR

RESOLUÇÃO 009/2015 DA COMISSÃO ESPECIAL DO PROCESSO DE ESCOLHA EM DATA UNIFICADA DOS MEMBROS DO CONSELHO TUTELAR

Dispõe sobre convocação de presidentes de mesa e mesários para o Processo de Escolha em Data Unificada dos Membros do Conselho Tutelar e dá outras providências.

A PRESIDENTE DA COMISSÃO ESPECIAL do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente do município de Imbituba, no uso de suas atribuições estabelecidas por meio da Resolução 003/2015 do CMDCA e Edital 001/2015 do Processo de Escolha em Data Unificada dos Membros do Conselheiro Tutelar:

DELIBERA:

Art. 1º Convoca os relacionados abaixo para atuarem como Presidentes de Mesa e Mesários na eleição do Conselho Tutelar de Imbituba, no dia 04 de outubro de 2015, das 08:00 às 17:00 horas.

§ 1º No dia da eleição, os convocados deverão estar nos respectivos locais de votação com antecedência mínima de 01 (uma) hora.

§ 2º Acontecerá reunião no dia 04 de outubro de 2015, às 07:00 horas, na Escola de Educação Básica “Henrique Lage”, nesta cidade, cujos objetivos são definir a seção em que cada um atuará e orientar quanto aos procedimentos a serem adotados durante a votação e a apuração.

RELAÇÃO DOS PRESIDENTES DE MESA, MESÁRIOS e SUPLENTES

Nome	Função
Amaranta Venzon de Bona Ramos	Presidente
Cecilia de Sá Dutra	Presidente
Lóyde de Souza Batista	Presidente
Rosinete Delfino Laurindo	Presidente
Natércia Leonora da Rosa Oliveira	Presidente

João Batista Laurindo	Mesário
Julia dos Passos Salvador	Mesário
Rubia Regina Adriano	Mesário
Paulino Faustino	Mesário
Ana Claudia da Silva	Mesário
Daiany Ribeiro de Vasconcelos	Mesário
Jarita Alves Miquelino	Mesário
Silvia Rodrigues Inacio	Mesário
Susana Campos Souto	Mesário
Vera Meriane de Souza Ferreira	Mesário
Marcia Regina Fernandes Deobrandino	Suplente
Rosiley da Silva Fernandes	Suplente

Imbituba, 01 de outubro de 2015.

Simone Hipólito Martins
Presidente da Comissão Especial

Registre-se e Publique-se.

Registrado e publicado, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina – DOM/SC.

Israel Pedroso Rocha
Controlador Geral do Município

CÂMARA MUNICIPAL

ATO DA PRESIDÊNCIA Nº 041/15

Ato da Presidência nº 041/15

O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE IMBITUBA, no uso de suas atribuições regimentais, em especial ao que dispõe o Art. 35, Inciso II, do Regimento Interno, RESOLVE:

I – estabelecer ponto facultativo no dia 30 de outubro de 2015 na Câmara de Vereadores, postergando a comemoração do Dia do Servidor Público do dia 28 de outubro; e

II - informar que a Câmara de Vereadores de Imbituba funcionará normalmente no dia 28 de outubro de 2015.

Gabinete da Presidência, 30 de Setembro de 2015.

Luiz Cláudio Carvalho de Souza
Presidente da Câmara Municipal de Imbituba

PORTARIA CMI Nº 056/2015

PORTARIA CMI Nº 056/2015

“Nomeia Everaldo da Rosa Dias para exercer o Cargo em Comissão de Assessor Parlamentar”

O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE IMBITUBA, no uso de suas atribuições legais e regimentais, em especial aquelas conferidas pelo Art. 67 da Lei Orgânica do Município e pelo art. 35, XXIII, do Regimento Interno da Câmara Municipal, Resolve:

NOMEAR, a partir do dia 01 de outubro de 2015, o senhor Everaldo da Rosa Dias, brasileiro, solteiro, portador da Carteira de Identidade nº 3.823.216 SSP/SC e inscrito no CPF sob o nº 051.379.719-01, residente e domiciliado na Avenida Pedro Bitencourt, s/nº, Vila Nova, neste Município, para o Cargo em Comissão de Assessor Parlamentar.

Imbituba, 01 de outubro de 2015.

Luiz Claudio Carvalho de Souza
Presidente

REGISTRE-SE E PUBLIQUE-SE.

Registrada, publicada e afixada no Mural de Atos da Câmara Municipal de Imbituba em 01/10/2015.

PORTARIA CMI Nº 057/2015

PORTARIA CMI Nº 057/2015

"Nomeia Vinícius David de Amorim para exercer a Função Gratificada de Supervisor de Recursos Humanos e Suprimentos"

O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE IMBITUBA, no uso de suas atribuições legais e regimentais, em especial aquelas conferidas pelo Art. 67 da Lei Orgânica do Município e pelo art. 35, XXIII, do Regimento Interno da Câmara Municipal, Resolve:

NOMEAR, com fundamento no art. 6º da Lei Complementar nº 1.145, o Senhor Vinícius David de Amorim, brasileiro, solteiro, portador da Carteira de Identidade nº 4.160.857 SSP/SC e inscrito no CPF sob o nº 047.219.769-09, residente e domiciliado na Rua Quintino Bocaiuva, s/nº, Centro, neste Município, nomeado no emprego público de provimento efetivo de Analista Legislativo pela Portaria CMI nº 050 de 01 de dezembro de 2014, para exercer a função gratificada de Supervisor de Recursos Humanos e Suprimentos, da Câmara Municipal de Imbituba, fazendo jus a gratificação correspondente, nos termos do anexo VI, do art. 22 da Lei Complementar nº 1.145, de 15 de maio de 1991.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

Imbituba, 01 de outubro de 2015.

Luiz Claudio Carvalho de Souza

Presidente

REGISTRE-SE E PUBLIQUE-SE.

Registrada, publicada e afixada no Mural de Atos da Câmara Municipal de Imbituba em 01/10/2015.

Indaial

PREFEITURA

DECRETO Nº 1577/15

. DECRETO Nº 1577/15
. De 30 de setembro de 2015

Homologa Complemento ao Edital 05/2015 do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente.

SERGIO ALMIR DOS SANTOS, Prefeito do Município de Indaial, no uso de suas atribuições legais, de acordo com artigo 92, incisos VIII e XI da Lei Orgânica do Município, Lei 8069/90, Lei 12.696/2012, Resolução Conanda 152/2012, 113/2006 e 170/2014, Lei Municipal 4.321/2011 e alterações e demais dispositivos legais em vigor,

DECRETA:

Art. 1º - Fica homologada a Resolução nº 33/2015 exarada pelo Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, que dispõe sobre o Edital de Convocação dos Eleitores de Indaial, para o Processo de escolha em data unificada dos membros do Conselho Tutelar de Indaial.

Art. 2º - A Resolução nº 33/2015 e o Edital CMDCA nº 6/2015, fazem parte integrante deste Decreto, para efeitos legais.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

.
Prefeitura Municipal de Indaial, em 11 de setembro de 2015.
SÉRGIO ALMIR DOS SANTOS
Prefeito

Publique-se na Forma da Lei.

JOÃO VICENTE SCHROEDER
Chefe de Gabinete

EDITAL COMPLEMENTAR AO Nº 05/2015
DISPÕE SOBRE A AUDIÊNCIA DE LACRAÇÃO AS URNAS DO PROCESSO ELEITORAL UNIFICADO – ELEIÇÕES 2015

O Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, no uso de suas atribuições, fundamentado na Lei Federal nº 8.069/90, na Lei Municipal 4.321/11 que dispõe sobre a Política Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente e suas alterações, no Decreto nº 1428/15 de nomeação dos membros do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente e, suas alterações, na reunião da Comissão Eleitoral do dia 20 de Agosto de 2015 e da Reunião Ordinária do dia 27 de Agosto de 2015 e do dia 24 de Setembro de 2015.

CONSIDERANDO:

- O Estatuto da Criança e do Adolescente- Lei 8.069/90;
- A Lei Municipal 4.321/2011- que dispõe sobre o FIA, CMDCA e outros;
- O que dispõe no Manual do Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina denominado "Orçamento Público e o Fundo dos Direitos da Criança e do Adolescente/2010;
- A previsão orçamentária do Fundo para o exercício de 2015.
- A necessidade de garantir a reserva de datas, quanto ao local e profissionais contratados para a execução da Conferência Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de Indaial.
- As Resoluções do CONANDA nº 170/2014, 113/2006 e 152/2012;

- A Lei 12.696/2012 que altera os artigos sobre os conselheiros tutelares.
- Orientações do Ministério Público as únicas datas que não poderiam ser modificadas:

- a) o lançamento do Edital para o processo de escolha dos conselheiros tutelares em data unificada;
- b) o dia da votação (04 de outubro de 2015);
- c) o dia da posse dos novos conselheiros tutelares (10 de Janeiro de 2016).

RESOLVE:

Art. 1º - A Comissão Especial Eleitoral, constituída na forma da Resolução nº 24/2015, do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de Indaial, CONVOCA TODOS OS CANDIDATOS HABILITADOS PARA PARTICIPAREM E TORNA PÚBLICA:

I – O ATO DE LACRAÇÃO DAS URNAS que serão usadas no processo de votação do Conselho Tutelar de Indaial, Eleições Unificadas 2015, no dia 02 de outubro de 2015, às 10h30minutos.

II – Caso algum candidato não possa comparecer envie seu fiscal para acompanhar a audiência de lacração. Será feito o registro fotográfico.

Indaial, 29 de Setembro de 2015.
Luiz Cláudio S.T.M. Altenburg
Coordenador do CMDCA/Indaial

DECRETO Nº 1578/15

. DECRETO Nº 1578/15
. De 30 de setembro de 2015

EXONERA ASSESSORIA DE ATIVIDADES ESPORTIVAS / MARILENE SEGATTA

SERGIO ALMIR DOS SANTOS, Prefeito do Município de Indaial, no uso de suas atribuições legais, de acordo com artigo 92, incisos I, VIII e XII da Lei Orgânica do Município, com base na Lei Complementar 106 e demais dispositivos legais em vigor,

DECRETA:

Art. 1º - Fica exonerada, a pedido, a partir 01 de outubro de 2015, do Cargo em Comissão de Assessoria de Atividades Esportivas da FME - Fundação Municipal de Esportes de Indaial, MARILENE SEGATTA, nomeada nos termos do Decreto nº 656/14.

Art. 2º - As despesas decorrentes da execução do presente Decreto correrão por conta de dotação própria, prevista no orçamento vigente.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Indaial, em 30 de setembro de 2015.
SÉRGIO ALMIR DOS SANTOS
Prefeito

Publique-se na Forma da Lei.

JOÃO VICENTE SCHROEDER
Chefe de Gabinete

DECRETO Nº 1579/15

. DECRETO Nº 1579/15

. De 01 de outubro de 2015

Abre Crédito Adicional Suplementar no Orçamento de 2015 no FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE INDAIAL, provenientes de Superávit Financeiro.

SERGIO ALMIR DOS SANTOS, Prefeito do Município de Indaial, no uso de suas atribuições legais, de acordo com artigo 92, inciso VIII da Lei Orgânica do Município e demais dispositivos legais em vigor e, considerando a Lei 5115 de 19 de dezembro de 2014,

DECRETA,

Art. 1º - Fica aberto no orçamento vigente do FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE INDAIAL, Crédito Adicional Suplementar no valor de R\$ 4.000,00 (quatro mil reais) destinados a atender as despesas abaixo discriminadas:

Código	Descrição
30	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
30.001	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
30.001.0010	SAÚDE
30.001.0010.0301	ATENÇÃO BÁSICA
30.001.0010.0301.0030	FUNDO DE SAÚDE
30.001.0010.0301.0030.2440	MANUT do RH – FP FUNDO SAÚDE
3339000000000000	APLICAÇÕES DIRETAS
03020000	Saúde E.A.
	Valor: (4.000,00)

Art. 2º - As despesas decorrentes do artigo anterior serão cobertas com recursos provenientes de Superávit Financeiro apurado no Exercício Financeiro de 2014.

Art. 3º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Município de Indaial, em 01 de outubro de 2015.

SÉRGIO ALMIR DOS SANTOS

Prefeito

Publique-se na Forma da Lei.

JOÃO VICENTE SCHROEDER

Chefe de Gabinete

DECRETO Nº 1580/15

. DECRETO Nº 1580/15

. De 01 de outubro de 2015

. Exonera Auxiliar de Direção/

Lourdes Poltronieri

SERGIO ALMIR DOS SANTOS, Prefeito do Município de Indaial, no uso das atribuições que lhe conferem o artigo 92, incisos VIII, XI e XII da Lei Orgânica do Município, artigo 2º, inciso III da Lei Municipal nº 1.969, Lei Municipal nº 2.317 e alterações posteriores e demais dispositivos legais em vigor,

DECRETA:

Art. 1º - Fica exonerada, do cargo em comissão de Auxiliar de Direção (DAE-2), LOURDES POLTRONIERI, a partir de 01 de outubro de 2015.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Indaial, em 01 de outubro de 2015.

SÉRGIO ALMIR DOS SANTOS

Prefeito

Publique-se na Forma da Lei.

JOÃO VICENTE SCHROEDER

Chefe de Gabinete

DECRETO Nº 1581/15

. DECRETO Nº 1581/15

. De 01 de outubro de 2015

Exonera Auxiliar de Direção/

Joanita Candido da Silva

SERGIO ALMIR DOS SANTOS, Prefeito do Município de Indaial, no uso das atribuições que lhe conferem o artigo 92, incisos VIII, XI e XII da Lei Orgânica do Município, artigo 2º, inciso III da Lei Municipal nº 1.969, Lei Municipal nº 2.317 e alterações posteriores e demais dispositivos legais em vigor,

DECRETA:

Art. 1º - Fica exonerada, do cargo em comissão de Auxiliar de Direção (DAE-2), JOANITA CANDIDO DA SILVA, a partir de 01 de outubro de 2015.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Indaial, em 01 de outubro de 2015.

SÉRGIO ALMIR DOS SANTOS

Prefeito

Publique-se na Forma da Lei.

JOÃO VICENTE SCHROEDER

Chefe de Gabinete

RESCISÃO AO CONTRATO Nº 036/2015

RESCISÃO AO CONTRATO Nº 036/2015

Pelo presente instrumento o MUNICÍPIO DE INDAIAL – SECRETARIA DE PLANEJAMENTO E HABITAÇÃO, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob o nº 83.102.798/0001-00, com sede na Avenida Getúlio Vargas, nº 126, bairro Centro, nesta cidade de Indaial – Estado de Santa Catarina, neste ato representado pelo Sr. Sérgio Almir dos Santos, Prefeito legitimamente eleito para o cargo, brasileiro, casado, inscrito no CPF sob nº 383.728.439-53 e Cédula de Identidade nº 3/R 1.111.815, residente e domiciliado à Rua 25 de Janeiro, nº 797, Bairro Carijós, nesta cidade de Indaial – Estado de Santa Catarina, doravante denominado simplesmente de CONTRATANTE, e a empresa, DILMA VALCANIA 89548663953, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ 14.892.991/0001-79, com sede na rua Marechal Deodoro da Fonseca, nº 1.265, sala 02, bairro Tapajós – nesta cidade de Indaial – Estado de Santa Catarina, representada neste ato pelo seu Representante Legal, Sra. Dilma Valcanaia, brasileira, sócia gerente, inscrita no CPF sob nº 895.486.639/53 e Cédula de Identidade nº 3.067.841, residente à Rua Canaã, nº 110, bairro Mulde, nesta cidade de Indaial – Estado de Santa Catarina, doravante denominada simplesmente de CONTRATADA, tem entre si justo e acordado, na melhor forma do direito, fundamentado na Lei Federal nº 8.666 de 21 de junho de 1993, e suas alterações, a Rescisão Contratual

mediante as seguintes cláusulas e condições:

1. O contrato firmado entre as partes fica rescindido a partir do dia 08 de novembro de 2015, de acordo com o artigo 79, inciso II, da Lei nº 8.666/93, dando-se geral e total quitação do mesmo.

E, por estarem justos e acordados assinam o presente Termo de Rescisão em 03 (três) vias de igual teor e forma, para os mesmos fins.

Indaial/SC, 01 de outubro de 2015.

MUNICÍPIO DE INDAIAL Sérgio Almir dos Santos Contratante	DILMA VALCANAIA 89548663953 Dilma Valcanaia Contratada

SECRETARIA DE PLANEJAMENTO E HABITAÇÃO Paulo Roberto Ledra Secretário Municipal	PROCURADORA GERAL DO MUNI- CÍPIO Silmara Fruet OAB/SC nº 13.215

Testemunhas:

Assinatura: _____
Nome Legível: _____
CPF: _____

Assinatura: _____
Nome Legível: _____
CPF: _____

RESCISÃO AO CONTRATO Nº 051/2015

RESCISÃO AO CONTRATO Nº 051/2015

Pelo presente instrumento o MUNICÍPIO DE INDAIAL, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob o nº 83.102.798/0001-00, com sede na Avenida Getúlio Vargas, nº 126, bairro Centro, nesta cidade de Indaial – Estado de Santa Catarina, neste ato representado pelo Sr. Sérgio Almir dos Santos, Prefeito legitimamente eleito para o cargo, brasileiro, casado, inscrito no CPF sob nº 383.728.439-53 e Cédula de Identidade nº 3/R 1.111.815, residente e domiciliado à Rua 25 de Janeiro, nº 799, Bairro Carijós, nesta cidade de Indaial – Estado de Santa Catarina, através do FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE, inscrito no CNPJ sob nº 11.355.483/0001-63, doravante denominado simplesmente de CONTRATANTE, e a empresa, RAQUEL E FILHOS SERVIÇOS DE ESCRITÓRIO E APOIO ADMINISTRATIVO LTDA, pessoa jurídica de direito privado, inscrito no CNPJ sob nº 10.817.722/0001-97, com sede na rua Germano Niehues, nº 975, Bairro Schreiber, na cidade de Salete – Estado de Santa Catarina, apresentada neste ato por sua Representante Legal, Sra. Ângela Raquel Niehues, brasileira, comerciante, inscrita no CPF sob nº 594.495.869/34 e Cédula de Identidade nº 1.896.960 SSP/SC, residente e domiciliado na Rua Germano Niehues, nº 975, Bairro Schreiber, na cidade de Salete – Estado de Santa Catarina, doravante denominada simplesmente de CONTRATADA, tem entre si justo e acordado, na melhor forma do direito, fundamentado na Lei Federal nº 8.666 de 21 de junho de 1993, a Rescisão Contratual mediante as seguintes cláusulas e condições:

1. O contrato firmado entre as partes fica rescindido a partir do dia 1º de outubro de 2015, de acordo com o artigo 79, inciso II, da Lei nº 8.666/93, dando-se geral e total quitação do mesmo.

E, por estarem justos e acordados assinam o presente Termo de Rescisão em 04 (quatro) vias de igual teor e forma, para os mesmos fins.

Indaial/SC, 01 de outubro de 2015.

MUNICÍPIO DE INDAIAL Sérgio Almir dos Santos Contratante	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE INDAIAL Adriane Machado Ferrari Contratante

RAQUEL E FILHOS SERVIÇOS DE ESCRITÓRIO E APOIO ADMINIS- TRATIVO LTDA Ângela Raquel Niehues Contratada	PROCURADORA GERAL DO MUNI- CÍPIO Silmara Fruet OAB/SC nº 13.215

Testemunhas:

Assinatura: _____
Nome Legível: _____
CPF: _____

Assinatura: _____
Nome Legível: _____
CPF: _____

RESCISÃO AO CONTRATO Nº 081/2012

RESCISÃO AO CONTRATO Nº 081/2012

Pelo presente instrumento o MUNICÍPIO DE INDAIAL - FUNDO MUNICIPAL DA SAÚDE, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob o nº 83.102.798/0001-00, com sede na Avenida Getúlio Vargas, nº 126, bairro Centro, nesta cidade de Indaial – Estado de Santa Catarina, neste ato representado pelo Sr. Sérgio Almir dos Santos, Prefeito legitimamente eleito para o cargo, brasileiro, casado, inscrito no CPF sob nº 383.728.439-53 e Cédula de Identidade nº 3/R 1.111.815, residente e domiciliado à Rua 25 de Janeiro, nº 797, Bairro Carijós, nesta cidade de Indaial – Estado de Santa Catarina, doravante denominado simplesmente de CONTRATANTE; e, CENTRO MÉDICO COPER-VIDA LTDA, inscrita no CNPJ sob nº 10.787.493/0001-05, pessoa jurídica de direito privado, com sede à Travessa Brasília, nº 123, sala 01, Centro, na cidade de Garuva – Estado de Santa Catarina, doravante denominada simplesmente de CONTRATADA, representada neste ato pelo seu Representante Legal, Sr. Richard da Silva Choseki, brasileiro, solteiro, maior, empresário, portado da Carteira Nacional de Habilitação nº 00961925354-DETRAN/SC, inscrito no CPF sob nº 893.805.259-15, residente e domiciliado na Rua Quinze de Novembro, nº 5027, apto 03, bairro Vila Nova, na cidade de Joinville – Estado de Santa Catarina, tem entre si justo e acordado, na melhor forma do direito, fundamentado na Lei Federal nº 8.666 de 21 de junho de 1993, e suas alterações, a Rescisão Contratual mediante as seguintes cláusulas e condições:

1. O contrato firmado entre as partes fica rescindido a partir do dia 01 de outubro de 2015, de acordo com o artigo 79, inciso II, da Lei nº 8.666/93, dando-se geral e total quitação do mesmo.

E, por estarem justos e acordados assinam o presente Termo de Rescisão em 04 (quatro) vias de igual teor e forma, para os mesmos fins.

Indaial/SC, 01 de outubro de 2015.

MUNICÍPIO DE INDAIAL Sérgio Almir dos Santos Contratante	CENTRO MÉDICO COPER-VIDA LTDA Richard da Silva Choseki Contratada

FUNDO MUNICIPAL DA SAÚDE
Adriane Machado Ferrari
Secretária Municipal

PROCURADORA GERAL DO MUNI-
CÍPIO
Silmara Fruet
OAB/SC nº 13.215

Testemunhas:

Assinatura: _____

Nome Legível: _____

CPF.: _____

Assinatura: _____

Nome Legível: _____

CPF.: _____

Ipumirim

PREFEITURA

PORTARIA Nº.398/2015 DE 01 DE OUTUBRO DE 2015.

TRANSFERE SERVIDORA PUBLICA NOMEADA POR CONCURSO PUBLICO NO CARGO DE QUXILIAR DE ENFERMAGEM POR APOSENTADORIA PARA O QUADRO DE INATIVOS E DA OUTRAS PROVIDENCIAS

VALDIR ZANELLA, Prefeito Municipal de Ipumirim – Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais,

TRANSFERE

MANILDE MEDEIROS GOTARDO Matrícula nº. 490-1 brasileira, casada, portadora da Carteira de Identidade sob o nº.2.139.202-1 e CPF nº.636.870.469-15, Servidora Pública Municipal, no exercício do cargo Efetivo de Auxiliar de Enfermagem com vencimentos previstos no Anexo II, Classe C, do Grupo B, da Lei nº 001/2002, que dispõe sobre o novo Plano de Cargos e Salários do Município e da outras providências, com proventos previstos no RGPS que concedeu Aposentadoria por Tempo de Contribuição, e atendido o disposto no §2º do artigo 69 da Lei Complementar 001/2002 que dispõe sobre Estatuto dos Servidores Públicos Municipal de Ipumirim SC.

Revogadas as disposições em contrário, a presente portaria produzirá efeitos a partir de 01 de Outubro de 2015.

Ipumirim - SC, 01 de Outubro de 2015.

VALDIR ZANELLA

Prefeito.

PORTARIA Nº. 396/2015 DE 01 DE OUTUBRO DE 2015.

CONCEDE FERIAS A SERVIDOR EFETIVO A PEDIDO E DA OUTRAS PROVIDENCIAS

VALDIR ZANELLA, Prefeito Municipal de Ipumirim, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e de acordo com o art. 125 da Lei complementar nº 001/2002 de 26 de setembro de 2002, que Dispõe sobre o Regime Jurídico dos Servidores Públicos do Município, da Administração Direta e Indireta e dá Outras Providências,

CONCEDE:

A VILSON LUIZ BICIGO, matrícula 2117-2, férias de 30 dias, relativas ao período aquisitivo de 04/03/2014 a 03/03/2015 e gozo de 01/10/2015 a 30/10/2015 .

Revogadas as disposições em contrário a presente portaria produzirá efeitos a partir de 01/10/2015.

Ipumirim - SC, 01 de outubro de 2015.

Valdir Zanella

Prefeito de Ipumirim

PORTARIA Nº. 397/2015 DE 01 DE OUTUBRO DE 2015.

CONCEDE FERIAS A SERVIDORA EFETIVA A PEDIDO E DA OUTRAS PROVIDENCIAS

VALDIR ZANELLA, Prefeito Municipal de Ipumirim, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e de acordo com o art. 125 da Lei complementar nº 001/2002 de 26 de setembro de 2002, que Dispõe sobre o Regime Jurídico dos Servidores Públicos do Município, da Administração Direta e Indireta e dá Outras Providências,

CONCEDE:

A JUCELIA DA SILVA PREZOTTO, matrícula 2025-7, férias de 10 dias, relativas ao período aquisitivo de 04/06/2013 a 03/06/2014 e gozo de 01/10/2015 a 10/10/2015 .

Revogadas as disposições em contrário a presente portaria produzirá efeitos a partir de 01/10/2015.

Ipumirim - SC, 01 de outubro de 2015.

Valdir Zanella

Prefeito de Ipumirim

Irineópolis

PREFEITURA

DECRETO Nº 2.860/2015

DECRETO Nº 2860/2015, DE 24 DE SETEMBRO DE 2015
CONSTITUI COMISSÃO ESPECIAL DE AVALIAÇÃO DE BENS MÓVEIS, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Irineópolis, cidadão JULIANO POZZI PEREIRA, usando da competência que lhe confere o item VII, do artigo 65, da Lei Orgânica Municipal e amparado no que dispõe o Título II, Capítulo III, Seção I, Artigo 105, Inciso I, da Lei Complementar nº 007/2001 de 15/10/2001,

DECRETA:

Art. 1º - Fica constituída Comissão Especial de Avaliação de Bens Móveis, com a finalidade específica de proceder a avaliação, com base em valores de mercado, dos bens móveis de propriedade do Município, declarados inservíveis, para fins de Leilão pela Municipalidade nos Termos da Lei nº 8.666/93, conforme abaixo segue:

SECRETARIA DA INFRAESTRUTURA

I – 01 MOTONIVELADORA HUBER WARCO MODELO 130M ANO 1977. (Cadastro do Patrimônio nº 2999);

II – 01 TRATOR INDUSTRIAL CASE MODELO W18 (Cadastro do Patrimônio nº 2275);

III – CAMINHAO MARCA M.BENZ/L 1113, PLACAS LZF-4628, ANO DE FABRICAÇÃO E MODELO 1978, COR VERDE, CHASSI 34403212393932. PLACAS LZF 4628. (Cadastro do Patrimônio nº 123);

IV – 01 CAÇAMBA TRATOR 5M³;

V – 01 CARCAÇA 9025;

VI - 01 Balsa com capacidade para 40 ton, medindo total do casco 16 mt, comprimento com rampas 22,02mt, comprimento entre perpendiculares 15,36 mt, boca 6mts, pontal 1mt. (Cadastro no Patrimônio nº 6137);

VII – 01 CAMINHAO BASCULANTE MARCA M. BENZ/L 1618, PLACAS MAM-9757, COR BEGE, COMBUSTIVEL DIESEL CHASSI 9BM386014LB887036, ANO DE FABRICAÇÃO E MODELO 1990, CAPACIDADE 15 TONELADAS, 184 CV, (Cadastro no Patrimônio nº 126);

VIII – 400 M² DE CHAPA ZINCADA;

IX - 120 METROS DE CABO DE AÇO 1 POLEGADA;

SECRETARIA DA ADMINISTRAÇÃO

X - 01 AUTOMÓVEL PASSAGEIRO MARCA FIAT UNO MILLE FIRE FLEX, COR VERMELHA, ANO DE FABRICAÇÃO 2005, MODELO 2006, COMBUSTIVEL ALCOOL/ GASOLINA, 05 PASSAGEIROS, 066 CV, CHASSI Nº 9BD15802764765604, PLACAS MEA-6538. (Cadastro no Patrimônio nº 4572);

XI - 01 VEÍCULO MODELO TIGGO 2.0, MARCA CHERY, COR PRATA, ANO E MODELO 2011, A GASOLINA, 04 CILINDROS, 5 MARCHAS, CODIGO DO RENAVAM Nº 319299546, CHASSI Nº 9UJDB14B9BU005661, PLACAS MIS 6032. (Cadastro no Patrimônio nº 8492);

XII – 01 CADEIRA GIRATORIA EM TECIDO CAVALETTI (Patrimônio nº 3059); 01 CADEIRA ESTOFADA COR PRETA (Patrimônio nº 1200); 01 CADEIRA ESTOFADA COR PRETA (Patrimônio nº 1202); 01 CADEIRA ESTOFADA TECIDO AZUL (Patrimônio nº 043); 01 CADEIRA CORVIM MARROM (Patrimônio nº 1094); 01 ESCRIVANINHA CEREJEIRA 3 GAVETAS (Patrimônio nº 2775); 01 ESCRIVANINHA IMBUÍ 5 GAVETAS, PINTADA NA COR BRANCA, MEDINDO 90CMX50CM (Patrimônio nº 1126); 01 MAQUINA DATILOGRAFIA ET 2500 (Patrimônio nº 1085); 01 MESA PARA DATILOGRAFIA METAL CINZA (Patrimônio nº 095); 01 CADEIRA GIRATORIA MARELLI 7201 EM TECIDO PRETO (Patrimônio nº 4026); 01 CADEIRA GIRATORIA MARELLI 707 COR PRETA (Patrimônio nº 4301); 01 CADEIRA ESTOFADA GIRATÓRIA PRETA (Patrimônio nº 1402); 01 CADEIRA TIPO SECRETÁRIA, MARCA LG, COM REGULAGEM A GÁS,

COR AZUL (Patrimônio nº 8444);

XIII - 01 MAQUINA DE DATILOGRAFIA OLIVETTI LINEA 98 (Patrimônio nº 4690); 01 NO BREAK SMS 600 VA BI FX COM BATERIA (Patrimônio nº 8444); 01 NO BREAK SMS 600 VA BI FX COM BATERIA (Patrimônio nº 6532); 01 NO BREAK TS SHARA NT 700/2BS/BA COM VOLTAGEM AUTOMÁTICA (Patrimônio nº 4439); 01 GABINETE ATX (Patrimônio nº 4252); IMPRESSORA HP 3920 (Patrimônio nº 4617); 01 IMPRESSORA HP 3920 (Patrimônio nº 4616); 01 TRANSFORMADOR BIVOLT 2.000VA, FREQUENCIA 50/60 HZ ADFTRONIK (Patrimônio nº 10952); 01 ESTABILIZADOR PLUS TS SHARA Nº11066926 (Patrimônio nº 4008); 01 IMPRESSORA DEMATECH DP20 SRS2T000 (Patrimônio nº 5048); 01 IMPRESSORA LASERJET HP L22 (Patrimônio nº 6013); 01 NOBREAK UPS PRO 1.700 TS SHARA BIVOLT, COR GRAFITE (Patrimônio nº 6044); 01 NOBREAK 600 VA, BIVOLT COM 4 SAÍDAS, 01 BATERIA INTERNA SELADA COM SAÍDA PARA COMUNICAÇÃO INTELIGENTE, MARCA TS SHARA COM CABO USB (Patrimônio nº 6021); 01 CALCULADORA MARCA SHARP (Patrimônio nº 7876); 01 CALCULADORA SHARP MODELO 2630 Nº 8110000878 (Patrimônio nº 3017); 02 APARELHO TELEFONICO INTELBRAS; 01 CPU ASUS USB 2,0 (Patrimônio nº 9775); 01 NO BREAK NET STATION SMS 600VA BIVOLT (Patrimônio nº 6019); 01 MODEM D-LINK COM ROTEADOR ADSL 2/2+ MODELO DSL 500B (Patrimônio nº 6557); 01 MODEM ADSL 2 COM ROTEADOR MODELO D-LINK 500G (Patrimônio nº 6749); 01 SWITCH 24 PORTAS 10/100 (Patrimônio nº 7540); SECRETARIA DA EDUCAÇÃO

XIV – 01 MOTOCICLETA MARCA JTA/SUZUKI, MODELO EN 125 YES NACIONAL 125 CC 13HP RENAVAL 020704 ANO MODELO 2007/2008, CHASSI 8CDNF41LJ8MO94797, COR PRATA MOTOR F 466-BR 195914 A GASOLINA. (Cadastro no Patrimônio nº 6058);

XV – 01 AUTOMÓVEL MARCA FIAT MODELO PALIO FIRE 4 PORTAS, PLACAS MEK-7292, COR VERMELHO ALPINE, GASOLINA, 4 CILINDROS, POTENCIA 65 HP, ANO/MODELO 2004, 5 MARCHAS, 5 PASSAGEIROS, 1000 CILINDRADAS, CHASSI NR. 9BD17146742438426, MOTOR NR. 5995361, (Cadastro no Patrimônio nº 4011);

XVI – 01 MICROONIBUS DUCATO COMB. 10L 2,8 JTD 127 HP, COR BRANCO BANCHISA, FIAT EDUCATO COMBINATO MODELO 2006 004, CILINDROS O KM, M FIAT FAB 2006, REV.JAC.AZUL/AMARELO/COMPOSE COD. RENAVAL 404405, NUMERO DO MOTOR 4204779, (Cadastro no Patrimônio nº 4690);

XVII – 01 GABINETE ATX (Patrimônio nº 4130); 01 ESTABILIZADOR 500 VA MAG (Patrimônio nº 7666); 01 CPU POSITIVO POS AT SERIES (Patrimônio nº 9379); 01 ROTEADOR TP LINK N 300 (Patrimônio nº 9409); 01 HUB ENCORE 16 PORTAS (Patrimônio nº 6048); 01 ESTABILIZADOR ELETRONICO BST 1000 (Patrimônio nº 4688); 01 ROTEADOR NANO BRIDGE M - NBM5-22-5.8 UBIQUITI (Patrimônio nº 9740); 01 ROTEADOR NANO BRIDGE M - NBM5-22-5.8 UBIQUITI (Patrimônio nº 9741); 01 PONTO DE ACESSO TP LINK WR 841 4P 300MB (Patrimônio nº 7840); 01 PONTO DE ACESSO TP LINK WR 841 4P 300MB (Patrimônio nº 9126); SECRETARIA DA AGRICULTURA

XVIII – 01 RETROESCAVADEIRA MF 86RA/86030945. (Cadastro no Patrimônio nº 85); SECRETARIA DA SAÚDE

XIX – 01 ESTABILIZADOR DE VOLTAGEM (Patrimônio nº 8977); 01 GABINETE (Patrimônio nº 8977); 01 ESTABILIZADOR ELETRONICO 1.0 KVA FAX NET (Patrimônio nº 2949); 01 ESTABILIZADOR DE VOLTAGEM ETERNITY 300/600 VS BIVOLT (Patrimônio nº 6037); 01 CPU COM PROCESSADOR INTEL CELERON, PLACA MAE COM CHIP SET INTEL, MEMORIA 1 GB DDR2, HD 160 GB SATA II SAMSUNG, DVD RW, GABINETE (Patrimônio nº 4636); 01 NOTEBOOK, MARCA ACER, 4 GB, HD 500 GB, TELA LED 15,6" (Patrimônio nº 8429); 01

ESTABILIZADOR TS SHARA 500 VA (Patrimônio nº 8520); 01 ESTABILIZADOR TS SHARA 500 VA (Patrimônio nº 8521); 01 NOBRE-AK 600VA (Patrimônio nº 8573); 01 MULTIFUNCIONAL SAMSUNG SCX 4623F PRETA (Patrimônio nº 9653); 01 MONITOR SAMSUNG SYNCMASTER 794 MB (Patrimônio nº 9822); 01 IMPRESSORA HP DESKJET 2660 (Patrimônio nº 6955); 01 IMPRESSORA JATO DE TINTA HP 2360 (Patrimônio nº 5687); 01 ESTABILIZADOR DE VOLTAGEM (Patrimônio nº 5689); 01 IMPRESSORA DESKJET D1360 (Patrimônio nº 6399); 01 GABINETE (Patrimônio nº 9654); 01 GABINETE (Patrimônio nº 8561); 01 IMPRESSORA HP 2000 (Patrimônio nº 8568); 01 MONITOR ITAUTEC INFOWAY SC 100 240 (Patrimônio nº 9643); 01 MODEM ADSL, D-LINK 500B (Cadastrado no Patrimônio nº 8305);

SECRETARIA DO DESENVOLVIMENTO COMUNITÁRIO

XX – 01 ESTABILIZADOR 300 VA (Patrimônio nº 6015); 01 MODEM ADSL, MARCA D-LINK 500B (Patrimônio nº 6809); 01 GABINETE (Patrimônio nº 6014); 01 ESTABILIZADOR BIVOLT 300 VA (Patrimônio nº 6580); 01 MODEM ADSL TP-LINK (Cadastrado NO Patrimônio nº 10089);

HOSPITAL MUNICIPAL "BOM JESUS"

XXI - 01 CADEIRA EM FERRO, ESTOFADA EM NAPA NA COR PRETA (Patrimônio nº 0429); 01 CADEIRA GIRATÓRIA, ESTOFADA EM NAPA NA COR PRETA (Patrimônio nº 0436); 01 CADEIRA FIXA, ESTOFADA, NA COR AZUL (Patrimônio nº 0084); 01 CADEIRA FIXA, ESTOFADA NA COR AZUL (Patrimônio nº 0085); 01 CADEIRA FIXA, ESTOFADA NA COR AZUL (Patrimônio nº 0087);

XXII - 01 CENTRÍFUGA DE ROUPAS MARCA ARNO, NA COR BRANCA (Patrimônio nº 0261); 01 CENTRÍFUGA DE ROUPAS, MARCA WANKE INOVA, NA COR BRANCA (Patrimônio nº 0399); 01 TANKUINHO DA MARCA WANKE, NA COR AMARELA (Patrimônio nº 0227);

XXIII - 01 CADEIRA DE RODAS, NAS CORES PRETA E AZUL (Patrimônio nº 0171); 01 COMADRE EM INÓX, TAMANHO GRANDE (Patrimônio nº 0328); 01 ARMÁRIO ALTO EM MADEIRA, NA COR MARROM, COM DUAS PORTAS (Patrimônio nº 0249);

XXIV - 01 MESA EM MADEIRA COM UMA GAVETA, NA COR BRANCA (Patrimônio nº 0030); 01 PENTEADEIRA, CONTENDO ESPELHO E DUAS GAVETAS, NA COR MARROM (Patrimônio nº 0231); 01 MÁQUINA DE COSTURA, CONTENDO CAIXA EM MADEIRA (Patrimônio nº 0378);

XXV - 01 BALCÃO PARA PIA, COM 02 PORTAS E UMA GAVETA, NA COR BRANCA; 01 TAMPO PARA PIA, CONTENDO UMA BACIA EM GRANITO; 01 ARMÁRIO BRANCO, COM PORTAS DE VIDRO E PERNAS EM FERRO, NA COR BRANCA (Patrimônio nº 0225);

XXVI - 01 APARELHO DE INALAÇÃO (Patrimônio nº 0459); 01 MACA EM FERRO, ESTOFADA EM NAPA, NA COR BRANCA (Patrimônio nº 0166); 01 BERÇO COM GRADES, NA COR BRANCA, ACOMPANHA COLCHÃO, NA COR AMARELA (Patrimônio nº 0110); 01 LÂMPADA AMBULANTE, EM FERRO, NA COR BRANCA (Patrimônio nº 0409);

XXVII - 01 CADEIRA ESTOFADA, EM MADEIRA, NA COR MARROM, COM APOIO PARA BRAÇO (Patrimônio nº 0239); 01 CADEIRA ESTOFADA, EM MADEIRA, NA COR MARROM, COM APOIO PARA BRAÇO (Patrimônio nº 0242); 01 CADEIRA ESTOFADA, EM MADEIRA, NA COR MARROM, COM APOIO PARA BRAÇO (Patrimônio nº 0246); 01 CADEIRA ESTOFADA, EM MADEIRA, NA COR MARROM, COM APOIO PARA BRAÇO (Patrimônio nº 0244); 01 CADEIRA, EM MADEIRA, NA COR MARROM (Patrimônio nº 0007);

XXVIII - 01 NEBULIZADOR MARCA NEBULAR PLUS, NA COR BRANCA (Patrimônio nº 0432); 01 MICRO ASPIRADOR, NA COR BRANCA (Patrimônio nº 0097); 01 LUMINÁRIA DE EMERGÊNCIA, NA COR BRANCA (Patrimônio nº 0453); 01 OXÍMETRO DE DEDO, NA COR BRANCA (Patrimônio nº 0611); 01 APARELHO DE INALAÇÃO

(Patrimônio nº 0459); 01 APARELHO DE INALAÇÃO (Patrimônio nº 0457).

XXIX - 01 APARELHO DE TELEFONE, SEM FIO, DA MARCA INTELBRÁS, NA COR PRETA (Patrimônio nº 0178); 01 TECLADO USB, NA COR PRETA (Patrimônio nº 0445); 01 ESTABILIZADOR TS SHARA, NA COR PRETA (Patrimônio nº 0181); 01 MICROCOMPUTADOR, CONTENDO HD DE 401 GB, CD ROOM, MONITOR, TECLADO E MOUSE (Patrimônio nº 0645).

Art. 2º - A Comissão de que trata o artigo 1º será composta pelos seguintes Membros:

I – Virlei da Silva, investido no Cargo de Provimento em Comissão de Secretário da Infraestrutura;

II – Lucio Flavio Lima, investido no Cargo de Agente Administrativo, lotado na Secretaria da Administração;

III – Silvana Rodrigues da Silva, investido no Cargo de Auxiliar Administrativo, lotada no Hospital Municipal Bom Jesus;

IV – Cristiano Back, investido no Cargo de Coordenador de Informática, lotado na Secretaria da Administração;

V – Rodrigo Antonio Jurck, investido no Cargo de Agente Administrativo, lotado na Secretaria da Administração;

Art. 3º - A Comissão instituída através deste Decreto, será presidida pelo Senhor Virlei da Silva, será secretariado pelo Senhor Rodrigo Antonio Jurck e terá como membros: Silvana Rodrigues da Silva, Cristiano Bach e Lucio Flavio Lima.

Art. 4º - O prazo para a conclusão dos trabalhos da Comissão será de 08 (oito) dias, contados da publicação deste ato.

Art. 5º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 6º - Fica revogado o Decreto nº 2858/2015, de 15 de setembro de 2015 e demais disposições em contrário.

Irineópolis, 24 de Setembro de 2015.

JULIANO POZZI PEREIRA

Prefeito Municipal

TERMO ADITIVO DE SUPRESSÃO DE VALORES AO CONVÊNIO Nº 003/2014

TERMO ADITIVO DE SUPRESSÃO DE VALOR AO CONVÊNIO N.º 03/2014.

“CONVÊNIO QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE IRINEÓPOLIS E O HOSPITAL SÃO LUCAS, DE MAJOR VIEIRA (SC), PARA FINS DE REALIZAÇÃO DE PROCEDIMENTOS CIRÚRGICOS.”

A PREFEITURA MUNICIPAL DE IRINEÓPOLIS, através do FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE, representado por sua gestora Senhora Gisel Kempinski, brasileira, solteira, no exercício do cargo de Gestora do Fundo Municipal de Saúde, residente e domiciliado a Avenida 22 de Julho, nº. 798, centro, neste município, inscrito no CPF nº 037.800.599-59, doravante denominado CONVENIENTE, e de outro lado, o HOSPITAL SÃO LUCAS, DE MAJOR VIEIRA, sob forma da Lei, entidade sem fins lucrativos, com registro no CNPJ nº 79.376.760/0001-58, com sede a Av. Projetada, s/nº, Centro, na cidade de Major Vieira, Estado de Santa Catarina, neste ato representado por sua Superintendente, SRA. JOCI MARI DE OLIVEIRA, brasileira, casada, residente e domiciliada à Rua Narciso Leonardo Ruthes, 185, Centro, na cidade de Major Vieira, Estado de Santa Catarina, portadora do CPF nº 586.658.119-15 e RG nº 1.794.520, doravante denominada CONVENIADA, tem justo e aditado o seguinte:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

Considerando a queda de arrecadação do Município, de comum acordo entre as partes, constitui objeto deste termo aditivo a supressão do valor repassado mensalmente a Conveniente. Em virtude desta alteração, o valor mensal que era de R\$ 11.000,00 (onze mil reais), passará, a partir de 01/10/2015, a ser de R\$ 4.750,00

(quatro mil e setecentos e cinquenta reais), até 31/12/2015.

CLÁUSULA SEGUNDA – FUNDAMENTO LEGAL

As supressões de que trata este Termo Aditivo tem como fundamento legal a alínea “b”, do inciso I, do artigo 65, c/c § 1º do mesmo dispositivo da Lei n.º 8.666/93, consolidada.

CLÁUSULA TERCEIRA – DA RATIFICAÇÃO

Ficam ratificadas em todos os seus termos e condições as demais cláusulas do Convênio ora aditado, ficando este Termo fazendo parte integrante e complementar daquele, a fim de que juntos produzam um só efeito.

CLÁUSULA QUARTA – DA PUBLICAÇÃO

O presente Termo de Convênio terá seu extrato publicado no Órgão de Imprensa Oficial do Município, pelo CONCEDENTE, dando-se cumprimento ao disposto no Artigo 61, Parágrafo único da Lei nº 8.666/93.

E, por estarem justos e acordados, assinam o presente Termo Aditivo de Supressão em 05 (cinco) vias de igual teor e forma, para que produza os seus efeitos jurídicos e legais, juntamente com as testemunhas abaixo nomeadas.

Irineópolis(SC), 30 de Setembro de 2015.

JULIANO POZZI PEREIRA

Prefeito Municipal

GISELI KEMPINSKI Secretária Municipal de Saúde	JOCI MARI DE OLIVEIRA Presidente Hospital São Lucas
Nome: Patricia Fabiane Fronczak CPF: 037.425.669-11	Nome: Dulce Mara Dolinski Bedretchu CPF: 041.330.799-90

Itá

PREFEITURA

AVISO DE PROCESSO LICITATÓRIO Nº 052/2015, PREGÃO PRESENCIAL Nº 034/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE ITÁ

AVISO DE LICITAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 052/2015

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 034/2015

A Prefeita Municipal de Itá, Estado de Santa Catarina, torna público que fará realizar licitação, na modalidade Pregão Presencial, no dia 19 de outubro de 2015, para aquisição de materiais, sonorização e ornamentação de ambientes e serviço de mão de obra para costura, para desenvolvimento do projeto CULTURA SOMOS NÓS. As propostas serão recebidas até as 14h00min do dia 19 de outubro de 2015 e abertas as 14h00min nesta mesma data. O edital encontra-se disponível no site "www.ita.sc.gov.br" as demais informações poderão ser obtidas diariamente na Secretaria Municipal de Administração e Fazenda e pelo telefone (49) 3458-9508. Itá-SC, 01 de Outubro de 2015.

LEIDE MARA BENDER

Prefeita Municipal

DECRETO N. 075/2015

DECRETO Nº 075/2015, de 24 de setembro de 2015.

"Dispõe Sobre a Abertura de Crédito Adicional Suplementar e dá outras providências".

PREFEITA MUNICIPAL DE ITÁ, no uso de suas atribuições legais, e de conformidade com Inciso II do art. 4º da Lei Municipal nº 2.357, de 02 de dezembro de 2014 e Inciso IV do §1º do art. 43 da Lei Federal 4.320/64,

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto Crédito Adicional Suplementar no Orçamento Geral do Município de Itá, no valor de R\$ 2.500.000,00 (dois milhões e quinhentos mil reais) utilizando como recursos o Produto das Operações de Créditos Autorizadas, nos termos do inciso II do artigo 4º da Lei Municipal 2.357, e inciso IV, §1º do art. 43 da Lei Federal 4.320/64, conforme programação a seguir:

04.00 – Secretaria Municipal de Transportes

04.01 – Departamento Municipal de Estradas e Rodagem

1.045 - Pavimentação Asfáltica Rodovia Itá – subestação Linha Alegre

4.4.90.00.00.00.00.1083 – Aplicações Diretas	1.239.461,09
--	--------------

05.00 – Secretaria Municipal de Agricultura e Meio Ambiente

05.01 – Departamento de Agricultura

1.004 - Aquisição de Equipamentos Rodoviários e Agrícolas

4.4.90.00.00.00.00.1083 – Aplicações Diretas	321.572,15
--	------------

05.02 – Departamento do Meio Ambiente

1.002 - Sistema de Captação e Distribuição de Água Potável

4.4.90.00.00.00.00.1083 – Aplicações Diretas	750.000,00
--	------------

09.00 – Secretaria Municipal de Obras e Serviços Urbanos

09.01 – Departamento de Obras e Serviços Urbanos

1.001 - Infraestrutura Urbana

4.4.90.00.00.00.00.1083 – Aplicações Diretas	188.966,76
--	------------

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação.

Gabinete da Prefeita Municipal de Itá - SC, 24 de setembro de 2015.

LEIDE MARA BENDER

Prefeita Municipal

Registrado e Publicado na Secretaria Administrativa na Data Supra.

JAIR FRANCISCO MOSCHETTA

Secretário Municipal de Administração e Fazenda

DECRETO N. 076/2015

Decreto nº 076/2015, de 29 de setembro de 2015

"Abre Crédito Adicional Especial e dá outras providências".

LEIDE MARA BENDER, Prefeita Municipal de Itá, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições de seu cargo e, de acordo com o disposto na Lei 2.420, de 29 de setembro de 2015.

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto Crédito Adicional Especial no Orçamento Geral do Município de Itá, no exercício de 2015, no valor de R\$ 109.548,80 (cento e nove mil quinhentos e quarenta e oito reais e oitenta centavos), conforme descrito a seguir:

03.00 – Secretaria Municipal de Administração e Fazenda

03.01 – Secretaria Municipal de Administração e Fazenda

2.003 – Manutenção Atividades Sec de Administração e Faz

3.3.72.00.00.00.00.1000 – Execução Orçamentária Delegada a consórcios Públicos	5.000,00
--	----------

2.006 – Manter Atividades Segurança Pública

4.4.30.00.00.00.00.1000 – Transferências ao Estado e ao Distrito Federal	104.548,80
--	------------

Art. 2º Os recursos para a Abertura do Crédito Adicional Especial de que trata o art. 1º no valor de R\$ 109.548,80 (cento e nove mil quinhentos e quarenta e oito reais e oitenta centavos) serão provenientes da anulação de Dotação do Orçamento do Município de Itá, conforme a seguir descrito:

03.00 – Secretaria Municipal de Administração e Fazenda

03.01 – Secretaria Municipal de Administração e Fazenda

1.033 – Adequação do Centro Administrativo Municipal	5.000,00
4.4.90.00.00.00.00.1000 – Aplicações Diretas	

2.006 – Manter Atividades Segurança

4.4.90.00.00.00.00.1000 – Aplicações Diretas	100.000,00
3.3.50.00.00.00.00.1000 – Transferências a Instituições	4.548,80

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete da Prefeita Municipal de Itá – SC, 29 de setembro de 2015.

LEIDE MARA BENDER

Prefeita Municipal

Registrado e publicado nesta secretaria na data supra

JAIR FRANCISCO MOSCHETTA

Secretário Municipal de Administração e Fazenda

DECRETO N. 077/2015

DECRETO Nº 077, de 30 de setembro de 2015.

“NOMEIA MESÁRIOS PARA ATUAÇÃO NA ELEIÇÃO DE CONSELHEIROS TUTELARES E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

LEIDE MARA BENDER, Prefeita Municipal em Exercício de Itá, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições de seu cargo e em conformidade com o que dispõe o Inciso VII do art. 69, da Lei Orgânica Municipal.

Considerando a realização na data de 04 de outubro do corrente ano da Eleição para Conselheiros Tutelares deste Município de Itá;

Considerando a necessidade de nomear os mesários que atuarão nesta Eleição;

DECRETA:

Art. 1º Ficam nomeados para exercerem a função de mesários na Eleição para Conselheiros Tutelares deste Município as seguintes pessoas:

- Felipe Uba Chupel;
- Juliana Salvi Junges;
- Vandra Foschieira Maraschin;
- Cilene Trevisol;
- Sônia Pertille;
- Delso Minski;
- Julcimar Zotti;
- Chaiane Cardoso da Silva;
- Jocias Kurmann;
- Silvia Magri Bender;
- Rosana dos Santos;
- Emanuela Sartoretto

Art. 2º Aos servidores acima elencados será concedido um dia de ausência ao trabalho a ser concedido mediante autorização e aprovação do Secretário de cada pasta.

Art. 3º. Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário, especialmente o Decreto nº 070/2015 e o Decreto 072/2015.

Gabinete da Prefeita Municipal de Itá - SC, 30 de Setembro de 2015

LEIDE MARA BENDER

Prefeita Municipal

Registrado e Publicado na Secretaria Administrativa na Data Supra.

JAIR FRANCISCO MOSCHETTA

Secretário de Administração e Fazenda

LEI COMPLEMENTAR N. 120

LEI COMPLEMENTAR Nº 120/2015 DE 29 DE SETEMBRO DE 2015

ALTERA a lei Complementar nº 053, de 11 de dezembro de 2008 e dá outras providências.

LEIDE MARA BENDER, Prefeita Municipal de Itá, Estado de Santa Catarina, faz saber a todos que a Câmara de Vereadores votou e, ele sanciona e promulga a seguinte Lei:

Art. 1º O Anexo X da Lei Complementar nº 053, de 11 de dezembro de 2008, passa a vigorar com as alterações constantes do Anexo desta Lei.

Art. 2º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Ficam revogadas as disposições em contrário.

Itá(SC), 29 de Setembro de 2015.

LEIDE MARA BENDER

Prefeita Municipal

Registrada e publicada nesta secretaria na data supra

JAIR FRANCISCO MOSCHETTA

Secretário Municipal de Administração e Fazenda

ANEXO X - TABELA DE OCUPAÇÃO DO SOLO

ZONAS	LOTE MÍNIMO (m²)	TESTADA (m)	TO	COEFICIENTE DE APROVEITAMENTO - CA			TP	NÚMERO DE PAVIMENTOS	RECUO FRONTAL (m)	AFASTAMENTO LATERAL/FUNDOS (m)
				Mínimo	Básico	Máximo				
ZAD	700,00	15,00	50%	-	2,0	-	25%	4	3,00	H/10 (mínimo 1,50)
ZMD	1000,00	15,00	40%	-	1,2	-	30%	3	3,00	1,50
ZBD	1000,00	15,00	30%	-	0,6	-	40%	2	3,00	1,50
ZC1	300,00	12,00	80%	0,2	2,8	-	5%	4	2,00	1,50 (*)
ZC2	300,00	12,00	80%	0,2	2,8	-	5%	4	2,00	1,50 (*)
ZR1	300,00	12,00	60%	-	2,4	-	10%	4	3,00	1,50
ZR2	300,00	12,00	60%	-	2,4	-	10%	4	3,00	1,50
ZEIR 1	360,00	12,00	60%	-	1,8	-	10%	3	4,00 na (SC) e 3,00 nas demais	1,50
ZEIR 2	500,00	12,00	60%	-	1,8	-	10%	3	4,00 na (SC) e 3,00 nas demais	1,50
ZEIS	225,00	10,00	70%	-	1,4	-	10%	2	Livre e passeio com 1,20	1,50
ZEIT	Não parcelável	-	20%	-	0,4	-	40%	2	2,00	1,50
ZI 1	1000,00	20,00	70%	-	2,1	-	5%	3	5,00	1,50
ZI 2	1000,00	20,00	70%	-	2,1	-	5%	3	5,00	1,50
ZQD 1	360,00	12,00	60%	-	2,4	-	10%	4	3,00	1,50

(*) – Nas Zonas ZC 1 e ZC 2, os afastamentos laterais e de fundos poderão ser livres até o quarto pavimento (exceto o recuo frontal do pavimento térreo), desde que o primeiro pavimento – pavimento térreo – tenha destinação comercial; nesses casos, os afastamentos laterais e de fundos dos pavimentos acima do 4º pavimento se darão pela relação H/10.

LEI COMPLEMENTAR N. 121

LEI COMPLEMENTAR Nº 121/2015 DE 29 DE SETEMBRO DE 2015

ALTERA DISPOSITIVOS DA lei Complementar nº 047, de 11 de dezembro de 2008, QUE DISPÕE SOBRE NORMAS RELATIVAS AO PARCELAMENTO DO SOLO URBANO DO MUNICÍPIO DE ITÁ-ESTADO DE SANTA CATARINA e dá outras providências.

LEIDE MARA BENDER, Prefeita Municipal de Itá, Estado de Santa Catarina, faz saber a todos que a Câmara de Vereadores votou e, ele sanciona e promulga a seguinte Lei:

Art. 1º O art. 36 passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 36. Todas as vias de circulação a serem projetadas e construídas devem atender os seguintes requisitos:

I – a declividade longitudinal máxima permitida será de 30% (trinta por cento) e a mínima não poderá ser inferior a 1% (um por cento);

II – a declividade transversal máxima permitida será de 4% (quatro por cento) e a mínima de 2% (dois por cento), e esta poderá ser do centro da caixa de rua para as extremidades, ou de uma extremidade da caixa para outra;

§ 1º Nos movimentos de terra ocasionados pela implantação das vias deverão ser previstas obras e tratamentos de superfície para conter a erosão.

§ 2º nas áreas onde houver necessidade da retirada de cobertura vegetal existente deverão ser projetadas obras de contenção de erosão.

III – deverão ser pavimentadas todas as vias do loteamento, não se admitindo em nenhuma hipótese apenas o ensaibramento e/ou cascalhamento;

§ 1º A pavimentação que fala o inciso III deverá ser do tipo asfáltica, admitindo-se o uso de pavimentação de Paver (bloquetes de concreto inter-travado), pavimentação de concreto e/ou concreto armado e pavimentação com pedras regulares.

§ 2º O uso do concreto armado e/ou em placas será obrigatório caso as vias tenham inclinação superior a 30%.

§ 3º O uso de pavimentação de Paver (bloquetes de concreto intertravado) e o uso de pavimentação com pedras regulares deverá ser justificada a sua utilização.

§ 4º O uso de qualquer outro tipo de pavimentação não especificada acima e que comprovadamente seja melhor para o local, precisará passar pela análise do corpo técnico do município e também pelo Conselho Municipal de Desenvolvimento Urbano para ser aprovada.

§ 5º A escolha da pavimentação proposta deverá levar em consideração a sinalização horizontal e possíveis redutores de velocidade físicos, pois a mesma deverá ficar perfeitamente legível, conforme determina o CTB – Código de Trânsito Brasileiro.

(...)”

Art. 2º. O Art. 55 passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 55. Constitui condição essencial à aprovação de qualquer loteamento, a execução das seguintes obras e benfeitorias pelo interessado, proprietário ou loteador, após a aprovação do respectivo projeto:

I - demarcação dos lotes com marcos de concreto ou madeira;

II- abertura, terraplanagem das vias, com os respectivos marcos de alinhamento e nivelamento;

III - rede de coleta de águas pluviais;

IV - drenagem, aterros, arrimos, pontes, pontilhões e bueiros que se fizerem necessários;

V - sistema completo de distribuição de água tratada;

VI - rede de distribuição de energia elétrica e iluminação pública;

VII – pavimentação asfáltica, concreto, paver (bloquetes de concreto) e/ou calçamento com pedras regulares das vias com os respectivos meio-fio, guias e sarjetas;

VIII – arborização de vias, conforme orientação e diretrizes da Secretaria de Obras do Município;

IX - Sinalização Viária vertical e horizontal conforme CTB – Código de Trânsito Brasileiro – na apresentação do projeto deve se considerar faixa elevada de pedestre que nada mais é que uma lombada com a largura da faixa de pedestre, utilizada para a travessia, e que possibilita a circulação em nível entre calçadas opostas. Pode estar localizada próximo das esquinas ou no meio das quadras. Deve ser nivelada, sem interromper a passagem de águas pluviais, e atender às especificações técnicas determinadas pelo CONTRAN e da norma da ABNT NBR 9050 ou outras que vierem substituí-las;

IX - quaisquer outras obras oriundas de atendimento dos dispositivos da presente lei;

§ 1º - em caso do loteador apresentar e implantar ações sustentáveis e não tidas como obrigatórias na presente Lei, o município poderá oferecer incentivos fiscais, urbanísticos e/ou outros, devidamente justificados, que deverão estar regulamentados em lei específica.

§ 2º - serão consideradas ações sustentáveis a implantação e execução das seguintes obras:

a) implantação de iluminação pública em LED e/ou com energia solar;

b) implantação de praças, parques, jardins e equipamentos comunitários;

c) sistemas de reaproveitamento da água da chuva e reuso da água tratada;

d) sistemas de tratamento de esgoto sustentável com reuso da água e/ou com geração de energia através do lodo;

e) implantação de passeios públicos com os equipamentos públicos;

f) outros sistemas devidamente justificados e aprovados pelo Conselho de Desenvolvimento Urbano;

§ 3º - para a utilização dos incentivos o projeto deverá contemplar todos os impactos ambientais do empreendimento, propor ações e programas que devem ser instituídos para mitigar esses impactos, mostrando a sustentabilidade da ação e comprovação da utilização de materiais e serviços dentro das normas técnicas.

§ 4º - no parcelamento em Zonas Especiais de Interesse Social (ZEIS) e/ou parcelamento de iniciativa do município para fins de habitação popular, para famílias de baixa renda, o prazo para implantação das obras de infra-estrutura poderá ser ampliado conforme Lei federal nº 11.445/2007, assim como poderá ser exigida somente a infraestrutura mínima, conforme previsto no Art. 6º da lei Federal nº 9.785/99:

a) vias de circulação;

- b) escoamento de águas pluviais;
- c) rede de abastecimento de água potável;
- d) soluções para o esgotamento sanitário e para a energia elétrica domiciliar;

§ 5º - nos Loteamentos que já estiverem com o processo de aprovação do loteamento iniciado com no mínimo consulta de Viabilidade liberada e com a aprovação do projeto urbanístico até a data da aprovação da presente Lei, poderão receber o termo de verificação dos terrenos para a venda sem a pavimentação asfáltica/paver/concreto e/ou calçamento descrita acima desde que as demais obras estejam executadas e até o limite de 20% dos lotes comercializáveis.

- a) Mesmo utilizando o benefício acima o empreendedor deverá deixar lotes em caução para o município no valor da pavimentação faltante;
- b) atingindo a venda dos 20% o restante dos lotes só poderão ser vendidos e/ou receber construções após a conclusão do pavimento;
- c) Os lotes que entrarem nos 20% deverão ser contíguos, de preferência numa mesma rua;
- d) O empreendedor deverá na aprovação do projeto apresentar requerimento informando que deseja usufruir do benefício e quais os lotes que gostaria que fossem atendidos.

(...)”

Art. 3º. O art. 75 passa a ter a seguinte redação:

“Art. 75. Os projetos complementares deverão constar de:

- I- projeto de rede de abastecimento de água aprovada pelo órgão competente com observância das normas técnicas pertinentes;
- II- projeto de rede de energia elétrica e iluminação pública aprovado pelo órgão competente com observância das normas técnicas pertinentes e em especial para iluminação pública a NBR 15129/2012;
- III- projeto de rede de escoamento de águas pluviais dimensionadas, conforme cálculo de vazão do trecho ou bacia contribuinte, obedecendo aos seguintes critérios mínimos:
 - a) precipitação pluviométrica mínima de 100mm/h (cem milímetros por hora);
 - b) rede principal com diâmetro mínimo de 0,40m (quarenta centímetros);
 - c) rede secundária com diâmetro mínimo de 0,40m (quarenta centímetros);
 - d) rede transversal com diâmetro mínimo de 0,40m (quarenta centímetros) (diminuir o diâmetro, pode);
 - e) caimento mínimo da tubulação igual a 1% (um por cento) e profundidade de recobrimento igual a 0,60m (sessenta centímetros);
 - f) quando o caimento for igual ou superior a 15% (quinze por cento) deverão ser previstas caixa de quebra de pressão;
 - g) localização das bocas de lobo e da canalização pública receptora, com respectivo diâmetro;
 - h) previsão de grelhas conforme diretrizes da Secretaria de Obras do município de modo a serem completamente removíveis para possível desobstrução, suportar cargas de veículos e impedir que o ciclista ou pedestre se acidente na mesma;
 - i) canalização em galerias ou em canal aberto, com indicação de obras (muro de arrimo, pontilhões) com projeto completo, quando exigidos e necessários à conservação dos novos logradouros;
 - j) destino das águas pluviais;
- IV - projeto de pavimentação asfáltica das vias, dimensionado conforme as normas da ABNT e levando em consideração as características das vias, obedecendo aos seguintes critérios mínimos:
 - a) regularização do sub-leito e compactação a 100% P.N de modo a conferir condições adequadas em termos geométricos e tecnológicos;
 - b) sub-base formada por macadame seco com espessura mínima de 15cm;
 - c) base de brita graduada com espessura mínima de 10cm;
 - d) deverá possuir imprimação e pintura de ligação;
 - e) revestimento com CAUQ ou PMQ com espessura mínima de 4cm;
 - f) poderão ser usados outros tipos de materiais para base e sub-base desde que aprovados pelo corpo técnico do município;
 - g) dependendo do volume de tráfego, da capacidade de suporte do sub-leito, da rigidez e espessura das camadas, uma camada pode ser suprimida, desde que devidamente justificada e demonstrada no projeto por cálculos executados dentro da norma técnica;
 - h) poderá ser solicitado espessuras maiores, bem como outras camadas se assim se mostrar necessário no cálculo e nas características do terreno;

V – no caso de ser escolhido e justificado pavimentação em paver, o projeto deverá possuir os seguintes critérios mínimos:

- a) para tráfego leve espessura do paver deverá ser maior ou igual a 6cm com resistência mínima de 35Mpa;
- b) para tráfego médio espessura do paver deverá ser maior ou igual a 8cm com resistência mínima de 35Mpa;
- c) para tráfego pesado espessura do paver deverá ser maior ou igual a 10cm com resistência mínima de 50Mpa;
- d) espessura da camada de areia mínima de 5cm;
- e) espessura da base de brita graduada mínima de 18cm;
- f) base caso necessária espessura mínima de 15cm.

VI – projeto do pavimento de concreto caso necessário com as seguintes dimensões mínimas:

- a) base granular com no mínimo 18cm e base cimentada (placas de concreto) com no mínimo 16 cm;
- b) juntas transversais no máximo a cada 5,5m e juntas longitudinais no máximo a cada 3,75m;
- c) preenchimento de juntas de dilatação com material ou mastique compatível conforme norma da ABNT;
- d) deverá obedecer a NBR 6118 ABNT ou outra que vier a substituí-la;;
- e) em todos os locais que o projeto definir existência de transição entre o pavimento de concreto e pavimento asfáltico, o projetista deverá estudar, justificar e detalhar a solução quanto à laje de transição, tendo em vista, especialmente, evitar a ocorrência de pontos de concentração de tensões nas estruturas de pavimento e que venham a possibilitar o surgimento de fissuras;
- f) Se não for concreto armado deverá ser previsto barras de ferro de transição entres as placas;
- g) Em caso de concreto estruturalmente armado a espessura do concreto poderá ser menor, desde que devidamente comprovada em cálculos;

VII – no caso de ser escolhida e justificada a pavimentação com pedras regulares, as mesmas deverão ser do tipo basalto, e dimensionadas conforme as normas da ABNT obedecendo aos seguintes critérios mínimos:

- a) regularização do sub-leito e compactação a 100% P.N de modo a conferir condições adequadas em termos geométricos e tecnológicos;
- b) colchão de areia, pedrisco ou pó de pedra com espessura mínima de 10cm;
- c) as dimensões dos paralelepípedos deverão estar compreendidas dentro das seguintes dimensões:

comprimento: 18cm a 23cm

largura: 11cm a 14cm

altura: 11 a 14cm

d) os paralelepípedos deverão ser aparelhados de modo que suas faces apresentem uma forma retangular. A face superior ou de uso deve apresentar uma superfície plana e com as arestas retilíneas. As faces laterais não poderão apresentar convexidade ou saliências que induzam as juntas maiores que 1,5cm. O emparelhamento e a classificação por fiadas dos paralelepípedos deve ser de tal forma que, no assentamento, as juntas não excedam a 1,5cm na superfície;

- e) Deverá ser especificado o tipo de pedra a ser colocado;
- f) Não serão aceitos colchão em argila e nem pavimentos com pedras irregulares.

VIII- projeto de sinalização de trânsito horizontal e vertical conforme o CTB – Código de Trânsito Brasileiro, CONTRAN – Conselho Nacional de Trânsito e Manuais do DNIT;

IX - Projeto de arborização das vias, conforme orientação e diretrizes da Secretaria de Obras do município;

X - Outras informações a critério da Municipalidade;

§ 1º Será exigido projeto de solução de destino final de esgoto, aprovado pelos órgãos competentes, a critério da Municipalidade.

§ 2º Quando a canalização pública for insuficiente ou não existir na rua onde o loteamento desaguar suas águas pluviais, a solução do problema será indicada pela Municipalidade e executada pelo loteador.

§ 3º Onde não existir rede de abastecimento de água, o loteador deverá, com a provação do órgão competente, executar o projeto de abastecimento a partir da captação em manancial existente na área ou a partir de poços artesianos.

§ 4º Caso o órgão competente não assuma a operação do sistema de abastecimento de água, este deverá funcionar em sistema de condomínio do qual participarão todos os compradores de lotes e loteador.

(...)”

Art. 4º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º Ficam revogadas as disposições em contrário.

Itá(SC), 29 de Setembro de 2015.

LEIDE MARA BENDER

Prefeita Municipal

Registrada e publicada nesta secretaria na data supra

JAIR FRANCISCO MOSCHETTA

Secretário Municipal de Administração e Fazenda

LEI N. 2420

Lei nº 2420, de 29 de setembro de 2015	
“Dispõe Sobre Autorização para a Abertura de Crédito Adicional Especial e dá outras providências”.	
Leide Mara Bender, Prefeita Municipal de Itá, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições de seu cargo e, de acordo com o disposto na Lei Orgânica Municipal, Faz Saber, a todos os habitantes deste Município que a Câmara Municipal de Vereadores, votou, aprovou e ele, sanciona e promulga a seguinte Lei:	

Art. 1º Fica a Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a abrir Crédito Adicional Especial no Orçamento Geral do Município de Itá, no exercício de 2015, no valor de R\$ 109.548,80 (cento e nove mil quinhentos e quarenta e oito reais e oitenta centavos), conforme descrito a seguir:

03.00 – Secretaria Municipal de Administração e Fazenda
03.01 – Secretaria Municipal de Administração e Fazenda
2.003 – Manutenção Atividades Sec de Administração e Faz

3.3.72.00.00.00.00.1000 – Execução Orçamentária Delegada a consórcios Públicos	5.000,00
--	----------

2.006 – Manter Atividades Segurança Pública

4.4.30.00.00.00.00.1000 – Transferências ao Estado e ao Distrito Federal	104.548,80
--	------------

Art. 2º Os recursos para a Abertura do Crédito Adicional Especial de que trata o art. 1º no valor de R\$ 109.548,80 (cento e nove mil quinhentos e quarenta e oito reais e oitenta centavos) serão provenientes da anulação de Dotação do Orçamento do Município de Itá, conforme a seguir descrito:

03.00 – Secretaria Municipal de Administração e Fazenda
03.01 – Secretaria Municipal de Administração e Fazenda

1.033 – Adequação do Centro Administrativo Municipal 4.4.90.00.00.00.00.1000 – Aplicações Diretas	5.000,00
--	----------

2.006 – Manter Atividades Segurança

4.4.90.00.00.00.00.1000 – Aplicações Diretas	100.000,00
3.3.50.00.00.00.00.1000 – Transferências a Instituições	4.548,80

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete da Prefeita Municipal de Itá – SC, 29 de setembro de 2015.

LEIDE MARA BENDER

Prefeita Municipal

Registrada e publicada nesta secretaria na data supra

JAIR FRANCISCO MOSCHETTA

Secretário Municipal de Administração e Fazenda

LEI N. 2421

Lei nº 2421, de 29 de Setembro de 2015.

“Autoriza o Município a aderir a Protocolo de Intenções para desenvolvimento do Programa A União Faz a Vida e dá outras providências”.

LEIDE MARA BENDER, Prefeita Municipal de Itá, Estado de Santa Catarina, Faz saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara Municipal de Vereadores votou, aprovou e ela sanciona e promulga a seguinte Lei:

Art. 1º Fica a Chefe do Poder Executivo Municipal autorizada a aderir ao protocolo de intenções, cuja cópia segue em anexo, para desenvolvimento do Programa A União Faz a Vida da Cooperativa de Crédito de Livre Admissão do Norte do Rio Grande do Sul e Oeste de Santa Catarina – Sicredi Norte RS/SC, cujo objetivo é construir e vivenciar atitudes e valores de cooperação e cidadania, por meio de práticas de educação cooperativa, contribuindo para a educação integral de Crianças e Adolescentes, em âmbito nacional.
Art. 2º As despesas decorrentes da execução desta lei correrão por conta de dotações próprias no orçamento vigente.
Art. 3º Esta Lei entra em vigor a partir de sua publicação.

Gabinete da Prefeita Municipal de Itá - SC, em 29 de Setembro de 2015.

LEIDE MARA BENDER

Prefeita Municipal

Registrada e publicada nesta secretaria na data supra

JAIR FRANCISCO MOSCHETTA

Secretário Municipal de Administração e Fazenda

LEI N. 2422

LEI Nº 2422, 29 de setembro de 2015.

ACRESCENTA DISPOSITIVO NA LEI MUNICIPAL N. 2.404/2015 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

LEIDE MARA BENDER Prefeita Municipal de Itá - SC, no uso das atribuições de seu cargo e, de conformidade com o artigo 98 da Lei Orgânica Municipal, Faz Saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara Municipal de Vereadores discutiu, votou, aprovou e Ela sanciona e promulga a seguinte Lei:

Art. 1º A Lei Municipal n. 2.404/2015 passa a vigorar acrescida do art. 6º, com a seguinte redação:

“Art. 6º Fica autorizada a permissão de uso das 09 (nove) edificações existentes sobre os imóveis à Associação Cultura Itá, de forma gratuita, mediante assinatura do competente termo de permissão.”

Art. 2º Ficam revogadas as disposições em contrário.

Art. 3º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Gabinete da Prefeita Municipal de Itá – SC, em 29 de setembro de 2015.

LEIDE MARA BENDER

Prefeita Municipal

Registrada e publicada nesta secretaria na data supra

JAIR FRANCISCO MOSCHETTA

Secretário Municipal de Administração e Fazenda

Itaiópolis

PREFEITURA

ERRATA - PREGÃO PRESENCIAL Nº 36/2015

ERRATA - PROCESSO LICITATÓRIO Nº 51/2015 – PREGÃO PRESENCIAL Nº 36/2015 – OBJETO: Contratação de Instituição Financeira, Oficial ou Privada, para prestação de serviços bancários, com exclusividade, para o pagamento de salários, subsídios, proventos dos servidores [...] do Município de Itaiópolis. Houve alterações nos Itens: 3.1, 13.0, 18.3, 18.10 do Edital e nas cláusulas segunda e quinta da Minuta do Contrato. Fica marcado para o dia 20 de outubro de 2015, até as 09h30min a entrega dos envelopes, os quais serão abertos no mesmo dia as 09h40min. Itaiópolis, 1º/10/2015. José Heraldo Schritke Prefeito Municipal.

Itapoá

PREFEITURA

CMDCA: RESOLUÇÃO Nº 002/2015

CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTES

RESOLUÇÃO Nº 002/2015

Dispõe sobre a junta eleitoral para a votação do Conselho Tutelar de Itapoá-SC.

O Conselho Municipal Dos Direitos da Criança e do Adolescente – CMDCA em reunião extraordinária de número 003/2015, realizada dia 28 de setembro de 2015, no uso das suas competências e das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Municipal 564/2015 bem como Edital 022/2015

RESOLVE:

Tornar Público e convocar A Junta Eleitoral por ocasião do pleito para a escolha dos Conselheiros Tutelares do município de Itapoá-SC a ser realizado em 04 de outubro de 2015 das 08:30 às 12h00 sendo que presidentes e mesários deverão comparecer com uma (01) hora de antecedência aos locais de votação. Concomitante convoca todos os presidentes de seção a executar o escrutínio dos votos às 14:00 da mesma data, no Fórum Municipal.

SECRETARIA	NOME	FUNÇÃO
SMAS	SILMARA REGINA RAMOS	PRESIDENTE
SMS	JILVIANE NEUBER	MESÁRIA
SMS	VANESSA PEREIRA SCHMOELLER	MESÁRIA
SME	ALEXANDRE SCHNEKEMBERG	PRESIDENTE
SME	JOSI CRISTINA SCHNEKEMBERG R. DE BAIRRO	MESÁRIA
SMS	MONICA DE ARAGÃO BAETA KWIATKOWSKI	MESÁRIA
SME	FERNANDA SILVINO DA SILVA	PRESIDENTE
SMAS	MARISTELA DE SOUZA SPECK	MESÁRIA
SME	NADIRLAINE PEPPE DA SILVA	MESÁRIA
SMAS	ALEXANDRE RIBEIRO DA SILVA	PRESIDENTE
SMS	ELISABETE MARIA KANIA	MESÁRIA
SMAS	FLÁVIA JORDANA SANCHES	MESÁRIA
SME	JANINE DE OLIVEIRA E OLIVEIRA	PRESIDENTE
SMS	ELIS REGIANE BUENO DA SILVA COSTA	MESÁRIA
SME	VERA LUCIA SOARES	MESÁRIA
SMAS	SILMARA APARECIDA DA SILVA	PRESIDENTE
SMS	ROSANE FÁTIMA WARTHA	MESÁRIA
SMAS	LICÉLIA MARIA PEDROSO VIDA	MESÁRIA

Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Itapoá, 30 de setembro de 2015
Yolanda Gambarini da Silva
Presidente do CMDCA

SECRETARIA DE EDUCAÇÃO: TERMO DE CONVOCAÇÃO 05/2015 - DO PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO EDITAL Nº 038/2015

TERMO DE CONVOCAÇÃO 05/2015 - DO PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO

EDITAL Nº 038/2015

Terezinha Fávoro da Silveira, no uso de suas atribuições legais CONVOCA o(os) candidato(s) abaixo relacionado(s):

- Angela de Oliveira;

Para comparecer Secretaria de Educação, cito, rua 1590, nº 430, Centro, no prazo de 05 (cinco) dias contados da publicação desta convocação, a fim de manifestar interesse pela nomeação mediante a apresentação dos documentos abaixo relacionados:

1. Cédula de Identidade (RG) original e cópia;
2. Cadastro de Pessoa Física (CPF) original e cópia;
3. Título de Eleitor - original e cópia;
4. Certidão de Quitação Eleitoral (internet);
5. Certidão de nascimento ou casamento – original e cópia;
6. Carteira de Trabalho com Inscrição de Pis/Pasep;
7. Uma foto 3/4 recente;
8. Comprovante de residência – original e cópia;
9. Comprovante de Escolaridade exigido no edital para o cargo – original e cópia;
10. Certidão de Antecedentes Criminais (emitido pelo Fórum de Itapoá/SC);
11. Certidão de Nascimento dos Filhos – original e cópia;
12. Certidão de Regularização do CPF (internet);
13. Declaração negativa de acumulação de cargo público ou de acumulação pela constituição. (prefeitura fornece);
14. Declaração de bens e ou IRRF;
15. Declaração de não ter sofrido processo disciplinar (prefeitura fornece);
16. Declaração de dependentes para Imposto de Renda (Prefeitura fornece);
17. Tipagem sanguínea;
18. Laudo Médico;
19. Nº Conta corrente na Caixa Econômica Federal Itapoá.

O não comparecimento junto a Secretaria de Educação ou a não apresentação de qualquer um dos itens obrigatórios acima relacionados, dentro do prazo estipulado, implicará na DESISTÊNCIA SOBRE A VAGA.

Itapoá, 01 de outubro de 2015
Terezinha Fávoro da Silveira
Secretária da Educação

Joaçaba

PREFEITURA

261/2015 PMJ

EXTRATO CONTRATO Nº 261/2015/PMJ
PL 77/2015/PMJ – PP 49/2015/PMJ

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE JOAÇABA.

CONTRATADA: GGNET TELECOMUNICAÇÕES LTDA-EPP

OBJETO: O presente contrato tem por objeto o provimento pela CONTRATADA de serviço de acesso à internet no Município de Joaçaba, no âmbito do Projeto CIDADES DIGITAIS do Ministério das Comunicações.

VALOR TOTAL CONTRATADO: R\$ 33.900,00 (trinta e três mil e novecentos reais), sendo:

Ø R\$ 33.394,74 (trinta e três mil e trezentos e noventa e quatro reais e setenta e quatro centavos), referentes aos materiais;

Ø R\$ 505,26 (quinhentos e cinco reais e vinte e seis centavos), referentes aos serviços.

VIGÊNCIA: 12 (doze) meses, contados da data da assinatura DO-
TAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:

1.074 – IMPLANTAÇÃO PROGRAMA CIDADE DIGITAL

12 - 3.3.90.00.00.00.00.00.00.01.0000 – Aplicações Diretas

251- 3.3.90.00.00.00.00.00.00.03.0000 – Aplicações Diretas

FISCAL CONTRATO: LUIZ FERNANDO VACCARI.

DATA DE ASSINATURA: 30/09/2015.

MUNICIPIO DE JOAÇABA

MARCOS WEISS

PREFEITO EM EXERCICIO

Diante da prorrogação, o prazo da concessão dos serviços, objeto da contratação, passa a totalizar 72 (setenta e dois) meses, contados do seu início

CLÁUSULA SEGUNDA

As demais cláusulas do contrato original permanecem inalteradas.

Fica eleito o foro da cidade de Joaçaba (SC) para dirimir questões oriundas deste instrumento, renunciando as partes a qualquer outro que lhe possa ser mais favorável.

E, por estarem acordes, firmam o presente instrumento, juntamente com as testemunhas abaixo, em quatro vias de igual teor, para todos os efeitos de direito.

JOAÇABA, SC, em 23 de setembro de 2015.

MUNICÍPIO DE JOAÇABA - CONCEDENTE

RAFAEL LASKE – Prefeito

CÂMARA DE DIRIGENTES LOJISTAS DE JOAÇABA - CONCESSIONÁRIA

PAULO DELFINO PINTO - Presidente

TESTEMUNHAS:

1. _____

2. _____

642/2010 PMJ TA 06

CONTRATO Nº 642/2010/PMJ – TA 06

O MUNICÍPIO DE JOAÇABA (SC), pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob o nº 82.939.380/0001-99, com sede administrativa na Avenida XV de Novembro, 378, neste ato representado por seu Prefeito, Sr. RAFAEL LASKE, doravante simplesmente denominado CONCEDENTE e a CÂMARA DE DIRIGENTES LOJISTAS DE JOAÇABA – CDL, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº 84.590.728/0001-00, com sede administrativa na Avenida XV de novembro, 371 – 8º andar, Centro, na cidade de Joaçaba - SC, a seguir denominada simplesmente CONCESSIONÁRIA, neste ato representada pelo seu Presidente, Sr. PAULO DELFINO PINTO, a seguir denominada simplesmente CONCESSIONÁRIA, por este instrumento particular, celebram de comum acordo, TERMO ADITIVO ao contrato nº 642/2010/PMJ, firmado em 24/09/2010, proveniente do Processo de Licitação nº 52/2010, Edital de Concorrência Pública nº 3/2010, homologado em 23/09/2010, cujo objeto é a CONCESSÃO DE SERVIÇOS PARA EXPLORAÇÃO E CONTROLE DO ESTACIONAMENTO ROTATIVO DE VEÍCULOS NAS VIAS E LOGRADOUROS PÚBLICOS DO MUNICÍPIO DE JOAÇABA (SC), onde se ADITA a CLÁUSULA SEGUNDA - DO PRAZO, nos seguintes termos:

CLÁUSULA PRIMEIRA

CLÁUSULA SEGUNDA - DO PRAZO

A vigência do contrato fica prorrogada por 12 (doze) meses, contados de 24/09/2015, em conformidade com o disposto no inciso II e § 4º do art. 57 da Lei 8.666/93.

824/2011 TA 07

CONTRATO Nº 824/2011/PMJ – TA 07

O MUNICÍPIO DE JOAÇABA, com sede na Avenida XV de Novembro, nº 378, inscrito no CNPJ nº 82.939.380/0001-99, doravante denominado CONTRATANTE, neste ato representado por seu Prefeito em exercício, Sr. MARCOS WEISS e a empresa LOGOS ASSESSORIA E PROJETOS LTDA-EPP, inscrita no CNPJ sob o nº 07.292.316/0001-43, estabelecida na AV. CEL. MARCOS KONDER, 1207, Bairro CENTRO, no Município de ITAJAÍ/SC, doravante denominada CONTRATADA, neste ato representada pela Sra. IVETE GERALDO, portadora da Carteira de Identidade nº 3/C 385.372-1 e CPF nº 714.296.119-87, residente e domiciliada na RUA BRUSQUE, 895, na cidade de ITAJAÍ/SC, celebram entre si o presente TERMO ADITIVO ao contrato nº 824/2011/PMJ celebrado em 03/06/2011, proveniente do Processo de Licitação nº 61/2011/PMJ, instaurado através do Edital de Pregão Presencial nº 27/2011/PMJ, homologado no dia 03/06/2011, cujo objeto é a prestação pela CONTRATADA de serviços técnicos profissionais especializados de empresa, para a prestação de serviços de consultoria e assessoria para a gestão de convênios firmados junto ao Governo Federal, com o objetivo de promover a realização de obras e serviços para a população do Município de Joaçaba, sempre em conformidade com as sistemáticas estabelecidas pelos diversos órgãos dos entes convenientes, onde se ADITA a CLÁUSULA QUARTA - DO PREÇO, FORMA DE PAGAMENTO, DO REAJUSTE E REVISÃO, nos seguintes termos:

CLÁUSULA PRIMEIRA**CLÁUSULA QUARTA - DO PREÇO, FORMA DE PAGAMENTO, DO REAJUSTE E REVISÃO**

Fica anulado o Termo Aditivo 06 (TA 06), restabelecendo o valor mensal integral atualizado do contrato, retroagindo para a data de 28 de agosto de 2015.

CLÁUSULA SEGUNDA

As demais cláusulas do contrato original permanecem inalteradas.

Fica eleito o foro da cidade de Joaçaba (SC) para dirimir questões oriundas deste instrumento, renunciando as partes a qualquer outro que lhe possa ser mais favorável.

E, por estarem acordes, firmam o presente instrumento, juntamente com as testemunhas, em quatro vias de igual teor, para todos os efeitos de direito.

JOAÇABA (SC), 30 de setembro de 2015.

MUNICÍPIO DE JOAÇABA

MARCOS WEISS

Prefeito em exercício

LOGOS ASSESSORIA E PROJETOS LTDA - EPP

IVETE GERALDO

Testemunhas:

1. _____ 2. _____

CLASSIFICAÇÃO PRELIMINAR DO EDITAL Nº 03/2015 - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO**CLASSIFICAÇÃO PRELIMINAR DO EDITAL Nº 03/2015 DE ALTERAÇÃO DE CARGA HORÁRIA DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO**

O Município de Joaçaba, através do Sr. Prefeito, Rafael Laske torna público:

Art. 1º - A Classificação Preliminar do Edital de Alteração de Carga Horária de Professores, de acordo com as inscrições protocoladas até a data, é o constante do Anexo I.

Art. 2º - Em consonância com a legislação vigente, à vista do resultado preliminar do Edital de Alteração de Carga Horária nº 03/2015, considerando que foram aplicados todos os princípios constitucionais, tais quais a publicidade e a isonomia, inerentes à todo processo, fica PUBLICADO o Resultado Preliminar do Edital nº 03/2015 de Alteração de Carga Horária, surtindo todos os efeitos legais.

Art. 3º - A contar da presente data de divulgação da classificação dos candidatos, os mesmos terão 01 (um) dia útil para interpor recursos mediante protocolo do requerimento para este fim, junto ao Setor de Protocolo da Prefeitura.

Art. 4º - Após o decurso do prazo de recurso, será procedida a Homologação da Classificação Final e editada a Portaria de Alteração de Carga Horária para as primeiras classificadas por escola, as quais serão para o ano letivo de 2016.

Art. 5º - O presente Edital será afixado no mural da Prefeitura Municipal, na Imprensa Oficial do Município e no site www.joacaba.sc.gov.br. Joaçaba, 02 de outubro de 2015.

MARCOS WEISS

Prefeito em Exercício

ANEXO I

ESCOLA	DISCIPLINA/ÁREA	HORAS	CLASSIFICAÇÃO
ESCOLA MUNICIPAL ROTARY FRITZ LUCHT	Professor – Matemática	1 vaga 10h	1) GICELE CARVALHO DA SILVA MARCON
NUPERAJO	Professor – Matemática	1 vaga 10h	1) GICELE CARVALHO DA SILVA MARCON
ESCOLA MUNICIPAL FRIDA REGENSBURG	Professor – Ensino Fundamental 1º a 5º ano	1 vaga 20h	1) ANGELICA BRANDINI DEMARTINI

OBS. A servidora Adriana Ortiz Hollerweger teve sua solicitação desclassificada por não atender aos itens 1.1 e 2.4 do Edital nº03/2015.

EXTRATO ALTERAÇÃO PP 15/2015/FMS - PL 20/2015/FMS

MUNICÍPIO DE JOAÇABA - SC
FUNDO MUNICIPAL DA SAÚDE
AVISO DE ALTERAÇÃO DE EDITAL Nº 1
PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 20/2015/FMS
PREGÃO PRESENCIAL Nº 15/2015/FMS

O Município de Joaçaba, por intermédio do Fundo Municipal da Saúde torna pública a ALTERAÇÃO efetuada no Edital do Pregão Presencial Nº 15/2015/FMS, cujo objeto é o "REGISTRO DE PREÇOS para aquisição eventual e futura de materiais de e equipamentos laboratório, destinados à manutenção das atividades da Secretaria Municipal de Saúde e dos programas desenvolvidos por intermédio do Fundo Municipal de Saúde de Joaçaba (SC).":

1) A data e horário para o credenciamento e entrega dos envelopes, ficam alterados para até as 14h do dia 19/10/2015;

2) A data e horário do processamento do Pregão ficam alterados para o dia 19/10/2015, a partir das 14h.

As demais disposições do edital permanecem inalteradas.

O Edital alterado, na íntegra, encontra-se disponível junto à Secretaria de Gestão Administrativa do Município, Setor de Licitações, à Avenida XV de Novembro, 378 – Telefones 0xx49 3527- 8828, em dias úteis de segunda à sexta-feira, no horário das 13 às 19 horas, pelo site www.joacaba.sc.gov.br ou pelo e-mail comprasjba@yahoo.com.br a partir da data de publicação deste aviso.

Joaçaba (SC), 01 de outubro de 2014.
PAULA GIOVANA KLEBER
Secretária Municipal de Saúde

HOMOLOGAÇÃO PL 77/2015 PMJ

PREFEITURA DE JOAÇABA
AVISO DE HOMOLOGAÇÃO
PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 77/2015/PMJ
PREGÃO PRESENCIAL Nº 49/2015/PMJ

O Prefeito em exercício do Município de Joaçaba, Marcos Weiss, no uso de suas atribuições, resolve:

HOMOLOGAR o Processo Licitatório nº 77/2015/PMJ.

- Modalidade: PP 49/2015/PMJ.

Objeto: Contratação de pessoa jurídica especializada para o provimento de serviço de acesso à internet no Município de Joaçaba, no âmbito do Projeto CIDADES DIGITAIS do Ministério das Comunicações.

-Empresas Vencedoras:

GGNET TELECOMUNICAÇÕES LTDA - EPP

VALOR R\$ 33.900,00 (12 meses)

Fiscal: Luiz Fernando Vaccari

2) AUTORIZAR a emissão das notas de empenhos correspondentes.

Joaçaba (SC), 30 de setembro de 2015.
MUNICÍPIO DE JOAÇABA
Prefeito Municipal
Marcos Weiss

ORDEM DE SERVIÇO Nº 266/2015- RECEBIDA EM 21/09/2015

ORDEM DE EXECUÇÃO DE SERVIÇO N.º 266/2015

Autorizo por meio desta, a empresa INDEX AMBIENTAL LTDA, CNPJ/MF nº 17.632.169/0001-67 a executar os serviços de monitoramento da área do entorno do das águas subterrâneas do Cemitério Frei Edgar, no município de Joaçaba SC, de acordo com o Processo de Licitação nº 73/2015/PMJ – Convite nº 6/2015/PMJ, homologado no dia 02/09/2015. O total do serviço ora contratado é o consignado na proposta declarada vencedora, na importância de R\$ 22.000,00 (vinte e dois mil reais), cujo pagamento será efetuado de acordo com a Cláusula Quarta do Contrato nº 258/2015/PMJ, de 14 de setembro de 2015. O prazo de execução é o constante na cláusula segunda do referido contrato e a vigência é de 12 (doze) meses, contados da data de recebimento desta Ordem de Serviço. Joaçaba (SC), 14 de setembro de 2015.

Contratante : PREFEITURA DE JOAÇABA

Assinatura e carimbo:

RAFAEL LASKE

Prefeito

Contratada: INDEX AMBIENTAL LTDA

Representante: RODRIGO DE ALMEIDA

Assinatura e carimbo

CPF: 026.586.359-74

RECEBI EM ____/____/____

OBS.: 1. SÓ TERÁ EFICÁCIA COM O RECEBIMENTO PELA EMPRESA.

a) Fiscalização; b) Empreiteira ou Contratado; c) Contabilidade; d) Prestação de Contas ou Órgão Repassador dos Recursos.

PORTARIA N.º 4698

PORTARIA Nº 4.698 DE 29 DE SETEMBRO DE 2015

"CONCEDE PROGRESSÃO A SERVIDOR(A) QUE ESPECIFICA"

O PREFEITO DO MUNICIPIO DE JOAÇABA(SC) no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 60 da Lei Orgânica Municipal e pelo art. 31 da Lei Complementar nº 211 de 05 de dezembro de 2011, resolve:

Art. 1º. CONCEDER PROGRESSÃO POR TITULAÇÃO a(o) Servidor(a) Sr(a). RICARDO REESE PEREIRA, Motorista, em função da titulação de Ensino Superior, conforme pedido protocolado através do processo n.º 139.548 de 25 de agosto de 2015, ficando enquadrado em função da nova titulação como Motorista Nível B-II.

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

JOAÇABA(SC), em 29 de setembro de 2015.

MARCOS WEISS

Prefeito em exercício

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA

Publicado no Diário Municipal em ____/____/____

www.diariomunicipal.sc.gov.br

Setor de Pessoal

PORTARIA N.º 4699

PORTARIA Nº 4.699 DE 29 DE SETEMBRO DE 2015

"CONCEDE PROGRESSÃO VERTICAL A SERVIDOR(A) QUE ESPECIFICA"

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE JOAÇABA(SC) no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 60 da Lei Orgânica Municipal e pelo § 1º do art. 52 da Lei Complementar nº 210 de 05 de dezembro de 2011, resolve:

Art. 1º. CONCEDER PROGRESSÃO POR TITULAÇÃO a(o) Servidor(a) Sr(a). JULIO CEZAR ALBERGUINI, Professor Nível I (Licenciatura Plena), em função da titulação de Pós-Graduação, conforme pedido protocolado através do processo n.º 139.653 de 02 de setembro de 2015, ficando enquadrado em função da nova titulação como Professor Nível II (Pós-Graduação) referência A-01.

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

JOAÇABA(SC), em 29 de setembro de 2015
MARCOS WEISS
Prefeito em exercício

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA
Publicado no Diário Municipal em ____/____/____
www.diariomunicipal.sc.gov.br
Setor de Pessoal

PORTARIA N.º 4700

PORTARIA Nº 4.700 DE 01 DE OUTUBRO DE 2015

"EXONERA SERVIDOR (A) QUE ESPECIFICA"

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE JOAÇABA (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 60, incisos I, IX e XI da Lei Orgânica do Município de Joaçaba, resolve:

Art. 1º. EXONERAR, o (a) Sr. (a) PAULA GIOVANA KLEBER, Diretor de Saúde, nível CC-2, com lotação vinculada a Secretaria Municipal de Saúde, sendo seu Contrato de Trabalho regido pela Lei Complementar nº 76 de 11 de dezembro de 2003, Lei Complementar nº 211 de 05 de dezembro de 2011, Lei Complementar nº 173 de 11 de março de 2009, Lei Complementar nº 230 de 14 de fevereiro de 2013 e alterações.

Art. 2º. - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, obedecido o disposto no artigo 3º parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

JOAÇABA (SC), em 01 de outubro de 2015.
MARCOS WEISS
Prefeito em exercício

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA
Publicado no Diário Municipal em ____/____/____
www.diariomunicipal.sc.gov.br
Setor de Pessoal

PORTARIA N.º 4701

PORTARIA Nº 4.701 DE 01 DE OUTUBRO DE 2015

"NOMEIA SERVIDOR (A) QUE ESPECIFICA"

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE JOAÇABA (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 60, incisos I, IX e XI da Lei Orgânica do Município de Joaçaba, resolve:

Art. 1º. NOMEAR, o (a) Sr. (a) PAULA GIOVANA KLEBER, Secretária Municipal de Saúde, nível CC-1, com lotação vinculada a Secretaria Municipal de Saúde, sendo seu Contrato de Trabalho regido pela Lei Complementar nº 76 de 11 de dezembro de 2003, Lei Complementar nº 211 de 05 de dezembro de 2011, Lei Complementar nº 173 de 11 de março de 2009, Lei Complementar nº 230 de 14 de fevereiro de 2013 e alterações.

Art. 2º. - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, obedecido o disposto no artigo 3º parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

JOAÇABA (SC), em 01 de outubro de 2015
MARCOS WEISS
Prefeito em exercício

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA
Publicado no Diário Municipal em ____/____/____
www.diariomunicipal.sc.gov.br
Setor de Pessoal

PORTARIA N.º 4702

PORTARIA Nº 4.702 DE 01 DE OUTUBRO DE 2015

"EXONERA SERVIDOR (A) QUE ESPECIFICA"

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE JOAÇABA (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 60, incisos I, IX e XI da Lei Orgânica do Município de Joaçaba, resolve:

Art. 1º. EXONERAR, o (a) Sr. (a) MARILDE TEREZINHA BITTENCOURT, Gerente de Cultura, nível CC-3, com lotação vinculada ao Gabinete do Prefeito Municipal, sendo seu Contrato de Trabalho regido pela Lei Complementar nº 76 de 11 de dezembro de 2003, Lei Complementar nº 211 de 05 de dezembro de 2011, Lei Complementar nº 173 de 11 de março de 2009, Lei Complementar nº 230 de 14 de fevereiro de 2013 e alterações.

Art. 2º. - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, obedecido o disposto no artigo 3º parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

JOAÇABA (SC), em 01 de outubro de 2015.
MARCOS WEISS
Prefeito em exercício

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA
Publicado no Diário Municipal em ____/____/____
www.diariomunicipal.sc.gov.br
Setor de Pessoal

PORTARIA N.º 4703

PORTARIA Nº 4.703 DE 01 DE OUTUBRO DE 2015

"NOMEIA SERVIDOR (A) QUE ESPECIFICA"

O PREFEITO DO MUNICIPIO DE JOAÇABA (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 60, incisos I, IX e XI da Lei Orgânica do Município de Joaçaba, resolve:

Art. 1º. NOMEAR, o (a) Sr. (a) MARILDE TEREZINHA BITTENCOURT, Secretária Municipal de Educação, nível CC-1, com lotação vinculada a Secretaria Municipal de Educação, sendo seu Contrato de Trabalho regido pela Lei Complementar nº 76 de 11 de dezembro de 2003, Lei Complementar nº 211 de 05 de dezembro de 2011, Lei Complementar nº 173 de 11 de março de 2009, Lei Complementar nº 230 de 14 de fevereiro de 2013 e alterações.

Art. 2º. - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, obedecido o disposto no artigo 3º parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

JOAÇABA (SC), em 01 de outubro de 2015
MARCOS WEISS
Prefeito em exercício

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA
Publicado no Diário Municipal em ____/____/____
www.diariomunicipal.sc.gov.br
Setor de Pessoal

PORTARIA N.º 4704

PORTARIA Nº 4.704 DE 01 DE OUTUBRO DE 2015

"EXONERA CARGO DE FUNÇÃO DE CONFIANÇA DE SERVIDOR(A) QUE ESPECIFICA"

O PREFEITO DO MUNICIPIO DE JOAÇABA – SC, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, resolve;

Art. 1º. EXONERAR o(a) Servidor(a) ELIANE FERRONATO FILIPIACKI, Professor Nível II (Pós Graduação), das funções de Coordenador do Ensino Infantil, nível FCM-1, vinculado a Secretaria Municipal de Educação, de acordo com as Leis Complementares nº 76, 210 de 05 de dezembro de 2011, n.º 230 de 14 de fevereiro de 2013 e alterações, conforme memorando n.º 259/2015.

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

JOAÇABA(SC), em 01 de outubro de 2015.
MARCOS WEISS
Prefeito em exercício

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA
Publicado no Diário Municipal em ____/____/____
www.diariomunicipal.sc.gov.br
Setor de Pessoal

PORTARIA N.º 4705

PORTARIA Nº 4.705 DE 01 DE OUTUBRO DE 2015

"EXONERA CARGO DE FUNÇÃO DE CONFIANÇA DE SERVIDOR(A) QUE ESPECIFICA"

O PREFEITO DO MUNICIPIO DE JOAÇABA – SC, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, resolve;

Art. 1º. EXONERAR o(a) Servidor(a) DANUSA DE BRITTO OLIVEIRA, Professor Nível II (Pós Graduação), das funções de Coordenador do Ensino Fundamental, nível FCM-1, vinculado a Secretaria Municipal de Educação, de acordo com as Leis Complementares nº 76, 210 de 05 de dezembro de 2011, n.º 230 de 14 de fevereiro de 2013 e alterações, conforme memorando n.º 259/2015.

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

JOAÇABA(SC), em 01 de outubro de 2015.
MARCOS WEISS
Prefeito em exercício

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA
Publicado no Diário Municipal em ____/____/____
www.diariomunicipal.sc.gov.br
Setor de Pessoal

PORTARIA N.º 4706

PORTARIA Nº 4.706 DE 01 DE OUTUBRO DE 2015

"ALTERA CARGA HORÁRIA DE SERVIDOR(A) QUE ESPECIFICA"

O PREFEITO DO MUNICIPIO DE JOAÇABA(SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, resolve;

Art. 1º. ALTERAR A CARGA HORÁRIA do(a) Servidor(a) Sr.(a) HENRIQUE VENTURA OLMOS, Médico Plantonista - Pronto Atendimento Ambulatorial de Saúde (PAAS), com carga horária de 06 (seis) horas semanais, lotado na Secretaria Municipal de Saúde - Pronto Atendimento Ambulatorial de Saúde (PAAS), sendo seu Contrato de Trabalho regido pelas Leis Complementares nº 256 de 20 de dezembro de 2013 e nº 97 de 18 de março de 2005, de 06 (seis) para 12 (doze) horas semanais a partir de 01 de outubro de 2015, em função do pedido de demissão do Sr. Daniela Kophal.

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

JOAÇABA(SC), em 01 de outubro de 2015.
MARCOS WEISS
Prefeito em exercício

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA
Publicado no Diário Municipal em ____/____/____
www.diariomunicipal.sc.gov.br
Setor de Pessoal

PORTARIA N.º 4707

PORTARIA Nº 4.707 DE 01 DE OUTUBRO DE 2015

"CONCEDE LICENÇA-PRÊMIO A SERVIDOR (A) QUE ESPECIFICA".

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE JOAÇABA, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, RESOLVE;

Art. 1º CONCEDER a (o) Servidor (a) Sr.(a) CRISTIANE RAMOS, Auxiliar de Serviços Internos, LICENÇA-PRÊMIO a que tem direito solicitada através do processo n.º 137.334 de 13 de fevereiro de 2015, referente aos períodos de 01 de fevereiro de 2012 a 30 de janeiro de 2013 (12 dias), 01 de fevereiro de 2013 a 30 de janeiro de 2014 (12 dias) e 01 de fevereiro de 2014 a 30 de janeiro de 2015 (12 dias) por um período de 36 (trinta e seis) dias, a partir de 02 de outubro de 2015 de acordo com a Lei nº 76 de 11 de Dezembro de 2003.

Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, produzindo efeitos a partir de 02 de outubro de 2015, obedecido ao disposto no artigo 3º parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

JOAÇABA (SC), em 01 de outubro de 2015.

MARCOS WEISS

Prefeito em exercício

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA

Publicado no Diário Municipal em ____/____/____

www.diariomunicipal.sc.gov.br

Setor de Pessoal

CÂMARA MUNICIPAL

RESOLUÇÃO 035/2015 - EXONERAÇÃO BRUNA

RESOLUÇÃO Nº 035/2015 DE 1º DE OUTUBRO DE 2015

"EXONERA SERVIDOR(A) QUE ESPECIFICA."

O PRESIDENTE DA CÂMARA DE VEREADORES DE JOAÇABA (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 32, incisos XVII e XXXIV do Regimento Interno, resolve:

Art. 1º - EXONERAR o(a) Senhor(a) BRUNA PICCOLI, do cargo de Assessor Parlamentar, nível CC-2, sendo seu Contrato de Trabalho regido pela Lei Complementar nº 76 de 11 de dezembro de 2003, Lei Complementar nº 209 de 24 de outubro de 2011 e alterações.

Art. 2º - Esta Resolução entrará em vigor a partir 1º de outubro de 2015.

Joaçaba, 1º de outubro de 2015.

LUIZ VASTRES

Presidente

CAMARA DE VEREADORES DE JOAÇABA

Publicado no Diário Municipal em ____/____/____

www.diariomunicipal.sc.gov.br

Setor de Pessoal

SIMAE - SERVIÇO INTERMUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO DE JOAÇABA

TOMADA DE PREÇO 0009/2015 - SIMAE

Licitação nº 0051/2015

Modalidade Tomada de Preços JHL nº 0009/2015

Encontra-se aberto no SIMAE de Joaçaba, Tomada de Preços JHL 0009/2015 – Licitação 0051/2015, tipo Menor Preço Global - Empreitada por preço unitário, que trata do Objeto: Contratação de empresa especializada para desmontagem da elevatória existente (EAT004) e montagem eletromecânica da EAT023 (nova denominação da elevatória) de propriedade do SIMAE.

Da Entrega dos Envelopes: A entrega dos envelopes deverá ser até dia 19/10/2015 às 13:50 horas, na sede do SIMAE, à Rua Tiradentes, 123 em Joaçaba-SC.

Da Abertura: A abertura será realizada no dia 19/10/2015 às 14:00 horas, na sede do SIMAE, à Rua Tiradentes, 123 em Joaçaba - SC. Maiores esclarecimentos serão prestados junto a Comissão Permanente de Licitações do SIMAE na Rua Tiradentes, 123 em Joaçaba - SC. Joaçaba (SC), 01 de Outubro de 2015.

Aluir Flemming – Diretor Presidente do SIMAE

ATA LICITAÇÃO FRACASSADA PR 0029/2015 - SIMAE

ESTADO DE SANTA CATARINA SERVICO INTERMUNICIPAL DE AGUA E ESGOTO CNPJ: 84.591.890/0001-43 Rua Tiradentes, 123 C.E.P.: 89600-000 - Joaçaba - SC	PREGÃO PRESENCIAL Nr.: 29/2015 - PR Processo Administrativo: 39/2015 Processo de Licitação: 39/2015 Data do Processo: 20/07/2015
	Folha: 1/2

ATA DE REUNIÃO DA COMISSÃO DE LICITAÇÃO**Número da ATA: 1/2015 (Sequência: 1)****OBJETO DA LICITAÇÃO:**

AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTO DE SEGURANÇA PARA PROTEÇÃO DOS SERVIDORES DO SIMAE.

Às catorze horas do dia quatorze de setembro de dois mil e quinze (14/09/2015), nas dependências do Setor de Compras, Materiais, Transporte e Patrimônio do SIMAE, à Rua Tiradentes, nº 123, em Joaçaba-SC, reuniram-se, em sessão pública, o Pregoeiro Sr. Vinicius Viecelel Melo, designado pela Portaria nº 0130/2015 de 08/06/2015, e equipe de apoio: Alessandra Marcon Zanchetta, Graciela Pratto Bordin da Rosa e Otiele Rezende de Arruda, Técnico em Segurança do Simae, responsável pelo pedido de compras que gerou essa licitação e que realizará a análise das propostas de acordo com o exigido no edital, para realização dos atos referentes ao PREGÃO PRESENCIAL DO TIPO MENOR PREÇO POR ITEM de nº 0029/2015, que tem por objeto a AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTO DE SEGURANÇA PARA PROTEÇÃO DOS SERVIDORES DO SIMAE. O aviso de licitação foi publicado no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina, edição online nº 1818, página 162, no dia 01 de setembro de 2015 e disponibilizado no site www.simae.sc.gov.br. Abertos os trabalhos, foi credenciado o Sr. Paulo Roberto Chiarani, representante da empresa Tork Comércio de Máquinas e Ferramentas Ltda. Em seguida, foi recebida a declaração, conforme solicitado no edital item 3.2.2 e os envelopes de proposta de preço e documentação de habilitação. Procedeu-se, a abertura do envelope de preço da Única empresa participante. O Pregoeiro esclareceu que o procedimento seria realizado levando-se em consideração o menor preço por item. A proposta foi analisada em conformidade com o exigido no Edital. Da análise verificou-se que a empresa não apresentou as amostras, para os itens 2 e 3, exigida no item 5.2, alínea "g" do Edital, desta forma o Sr. Otiele Rezende de Arruda solicitou que fosse apresentada amostra do produto para análise técnica, tendo em vista a empresa Tork Comércio de Máquinas e Ferramentas Ltda ser a única participante do certame. Os itens 01, 04 e 05 não foram cotados pela empresa participante. O pedido foi acatado pelo Sr. Pregoeiro, que suspendeu a sessão para que a empresa apresente no prazo de 15 (quinze) dias as amostras solicitadas e que seja feita a análise técnica do produto. Nova data será informada para continuidade da sessão suspensa. Nada mais havendo, o Senhor Pregoeiro encerrou a sessão e eu, Alessandra Marcon Zanchetta, lavrei a ata, que lida e achada conforme, vai assinada pelos presentes.

Joaçaba, 14 de Setembro de 2015

COMISSÃO:

VINICIUS VIECELEL MELO - - Pregoeiro(a)
ALESSANDRA MARCON ZANCHETTA - - EQUIPE DE APOIO
GRACIELA PRATTO BORDIN DA ROSA - - EQUIPE DE APOIO

Assinatura dos representantes das empresas que estiveram presentes na sessão de julgamento:

PAULO ROBERTO CHIARANI - - Representante

ESTADO DE SANTA CATARINA SERVICO INTERMUNICIPAL DE AGUA E ESGOTO CNPJ: 84.591.890/0001-43 Rua Tiradentes, 123 C.E.P.: 89600-000 - Joaçaba - SC	PREGÃO PRESENCIAL Nr.: 29/2015 - PR
	Processo Administrativo: 39/2015 Processo de Licitação: 39/2015 Data do Processo: 20/07/2015

Folha: 2/2

ATA DE REUNIÃO DA COMISSÃO DE LICITAÇÃO**Número da ATA: 1/2015 (Sequência: 1)****Assinatura dos representantes das empresas que estiveram presentes na sessão de julgamento:**

OTIEL REZENDE DE ARRUDA

- - TECNICO EM SEGURANÇA DO SIMAE

Lacerdópolis

PREFEITURA

ATA 03-2015 FMS

ESTADO DE SANTA CATARINA

FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE LACERDOPOLIS

Página: 1/6

Processo Nº.: 3/2015

PREGÃO PRESENCIAL Nº. 2/2015

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº. 3/2015

No dia 10 do mês de Setembro do ano de 2015, o FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE LACERDOPOLIS, Estado de SANTA CATARINA, pessoa jurídica de direito público, inscrita no CNPJ sob o nº. 11.417.744/0001-22, com sede administrativa localizada na RUA SETE DE SETEMBRO 1600, bairro CENTRO, CEP nº. 89660-000, nesta cidade de Lacerdópolis/SC, neste ato representado pelo(a) Responsável pela Secretaria de Saúde, o Sr(a). Solange Maria de Assis, inscrito no CPF sob o nº. 800.097.519-04, no uso das atribuições de seu cargo e, nos termos do art. 15, da Lei Federal 8.666/93 e Decreto Federal nº. 7.892/2013, Decreto Municipal nº 024/2011, e, as demais normas legais aplicáveis, de acordo com o resultado da classificação das propostas apresentadas no PREGÃO PRESENCIAL nº. 2/2015 Processo Licitatório nº 3/2015, RESOLVE: registrar o(s) preço(s) da(s) empresa(s), de acordo com a classificação por ela(s) alcançada(s) por item, observadas as condições do edital que integra este instrumento de registro e aquelas enunciadas nas cláusulas que se seguem:

1. DO OBJETO E DO PREÇO UNITÁRIO E TOTAL

1.1. A presente Ata tem por objeto o REGISTRO DE PREÇOS visando futuras e possíveis contratações, com pedidos parcelados de:

Código	Nome da Empresa	Itens
7775	LITORALM COMD E PROD MED EIRELLI ME	14, 15, 16, 17, 18, 19, 20, 21
7071	MERCADO MUNARI LTDA ME	6, 8, 11
7773	NUTRIPORT COMERCIAL LTDA	1, 2, 3, 4, 5, 9, 10, 13

Empresas	CNPJ / CPF	Nome do Representante	CPF
LITORALM COMD E PROD MED EIRELLI ME	18.941.818/0001-74	REGIS LUAN CARDOSO DE SOUZA	018.117.790-00
MERCADO MUNARI LTDA ME	10.878.273/0001-97	ANTONIO CARLOS DA SILVA STEFAN	590.834.339-00
NUTRIPORT COMERCIAL LTDA	03.612.312/0004-97	MONIQUE ANGELICA CARRELI DA SILVA	083.311.559-63

Fornecedor: 7071 - MERCADO MUNARI LTDA ME

Item	Especificação	Unid	Marca	Quantidade	Preço Unitário	Preço Total
6	Leite de baixa lactose TP IL, desenvolvido com o objetivo de atender as necessidades de quem sofre de intolerância à lactose, leite semidesnatado, estabilizantes citrato de sódio monofosfato de sódio, e tripolifosfato e enzima lactase. Não contém glúten	LT	PIÁ	30,000	3,4900	104,70
8	Fórmula do leite da soja, enriquecido com cálcio, produto de elevado valor nutricional com alto conteúdo proteico, sendo excelente produto para indivíduos intolerantes à lactose. Cálcio importante mineral para manutenção dos ossos é baixo. Caixa 1 litro.	LT	SOYTEEN	30,000	4,5000	135,00
11	Fórmula de leite UHT zero lactose, fortificado com ferro e vitaminas C, A e D, é ideal para dietas com restrição da lactose. Com 90% menos lactose. Embalagem de 1 litro.	LT	PIÁ	30,000	3,8700	116,10
Total						355,80

Fornecedor: 7773 - NUTRIPORT COMERCIAL LTDA

Item	Especificação	Unid	Marca	Quantidade	Preço Unitário	Preço Total
1	Fórmula infantil com prebióticos de partida favorecendo as defesas imunológicas nos primeiros meses de vida para lactentes de 0 a 06 meses com proteínas modificadas em sua relação caseína/proteína do soro do leite. Enriquecida com Lc- Pufas DHA e ARA, nucleotídeos, zinco, selênio, L-arginina, ferro e vitaminas. Lata 400 g.	LTA	APTAMIL 1	50,000	15,1000	755,00
2	Composto lácteo com vegetais, fonte de cálcio, zinco e vitaminas C,D e E. Contem fibras e frutooossacarídeo. É um leite de transição para lactentes a partir de 1 ano de idade, que em conjunto com outros alimentos, faz parte da alimentação diversificada do bebê. Lata 400 g.	LTA	MILNUTRI	540,000	11,6000	6.264,00
3	Fórmula infantil para lactentes de 0 a 06 meses com proteínas modificadas em sua relação proteína do soro do leite/caseína, sem sacarose. Enriquecida com vitaminas, minerais, ferro e outros adjuvantes. Lata 400 g.	LTA	MILUPA 1	50,000	10,5000	525,00
4	Fórmula infantil para lactentes a partir de 06 meses, com proteínas modificadas em sua relação caseína/proteína do soro do leite. Enriquecida com prebióticos além de ferro, zinco e selênio, DHA e ARA. Lata 800 g.	LTA	APTAMIL 2	50,000	23,9000	1.195,00

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE LACERDOPOLIS

Página: 2/6
 Processo Nº.: 3/2015
 PREGÃO PRESENCIAL Nº. 2/2015

Fornecedor: 7773 - NUTRIPORT COMERCIAL LTDA

Item	Especificação	Unid	Marca	Quantidade	Preço Unitário	Preço Total
5	Fórmula infantil para lactentes de 06 a 12 meses, com proteínas modificadas em sua relação caseína/proteína do soro do leite. Enriquecida com prebióticos além de ferro, zinco e selênio, DHA e ARA. Uma mistura proteica para fornecer a quantidade certa ao crescimento do bebê sem sobrecarregar os órgãos ainda imaturos. Lata 800 g.	LTA	APTAMIL 2	50,000	23,9000	1.195,00
9	Complemento alimentar para crianças, rico em vitaminas e minerais com sacarose. Lata com no mínimo 350 g.	LTA	SUSTAIN JUN	30,000	13,5000	405,00
10	Fórmula infantil para lactentes de 0 a 6 meses de vida, formulado com ingredientes específicos para o adequado crescimento e desenvolvimento do bebê. Contem mix de gordura vegetais com ótima digestibilidade, livre de conservantes, corantes, aromatizantes e outros aditivos alimentares prejudiciais a saúde do bebê. É uma alternativa para bebês que não se adaptaram à amamentação natural. Lata com 400 g.	LTA	MILUPA 1	50,000	10,0000	500,00
13	Fórmula infantil para lactentes de 0 a 12 meses, isenta de lactose, enriquecida com vitaminas DHA e ARA. Lata 400 g.	LTA	APTAMIL SL F	35,000	25,4000	889,00
					Total	11.728,00

Fornecedor: 7775 - LITORALM COMD E PROD MED EIRELLI ME

Item	Especificação	Unid	Marca	Quantidade	Preço Unitário	Preço Total
14	Fralda descartável infantil, que oferece proteção com comodidade para o bebê. Fita que gruda e desgruda, super-gel absorvente, barreiras reforçadas, anti vazamento, protege por até 10 horas. Formato anatômico, que abre e fecha várias vezes sem estragar a fralda. Tamanho P. Pacote com 28 unid.	PCT	BABY PIS	36,000	8,0000	288,00
15	Fralda descartável infantil, que oferece proteção com comodidade para o bebê. Fita que gruda e desgruda, super-gel absorvente, barreiras reforçadas, anti vazamento, protege por até 10 horas. Formato anatômico, que abre e fecha várias vezes sem estragar a fralda. Tamanho M. Pacote com 24 unidades.	PCT	BABY PIS	36,000	7,8500	282,60
16	Fralda descartável infantil, que oferece proteção com comodidade para o bebê. Fita que gruda e desgruda, super-gel absorvente, barreiras reforçadas, anti vazamento, protege por até 10 horas. Formato anatômico, que abre e fecha várias vezes sem estragar a fralda. Tamanho G. Pacote com 20 unidades	PCT	BABY PIS	50,000	7,6500	382,50
17	Fralda descartável infantil, que oferece proteção com comodidade para o bebê. Fita que gruda e desgruda, super-gel absorvente, barreiras reforçadas, anti vazamento, protege por até 10 horas. Formato anatômico, que abre e fecha várias vezes sem estragar a fralda. Tamanho XXG. Pacote com 16 unidades	PCT	BABY PIS	50,000	7,2500	362,50
18	Fralda Geriátrica descartável, adulto, uso em incontinência urinária e pós-operatório em pacientes idosos e acamados. Que possua barreiras laterais anti-vazamento, elástico ao redor das pernas com 04 fitas reposicionáveis para o máximo ajuste. Contem gel protetor que proporciona segurança na absorção, retenção e distribuição de líquido, cobertura ultra-suave, hipoalérgica, que permite a passagem rápida de líquidos mantendo a umidade longe da pele. Tamanho P. Pacote com 12 unidades	PCT	POP	80,000	10,6500	852,00
19	Fralda Geriátrica descartável, adulto, uso em incontinência urinária e pós-operatório em pacientes idosos e acamados. Que possua barreiras laterais anti-vazamento, elástico ao redor das pernas com 04 fitas reposicionáveis para o máximo ajuste. Contem gel protetor que proporciona segurança na absorção, retenção e distribuição de líquido, cobertura ultra-suave, hipoalérgica, que permite a passagem rápida de líquidos mantendo a umidade longe da pele. Tamanho M. Pacote com 09 unidades	PCT	DESCARPACI	80,000	8,0500	644,00
20	Fralda Geriátrica descartável, adulto, uso em incontinência urinária e pós-operatório em pacientes idosos e acamados. Que possua barreiras laterais anti-vazamento, elástico ao redor das pernas com 04 fitas reposicionáveis para o máximo ajuste. Contem gel protetor que proporciona segurança na absorção, retenção e distribuição de líquido, cobertura ultra-suave, hipoalérgica, que permite a passagem rápida de líquidos mantendo a umidade longe da pele. Tamanho G. Pacote com 08 unidades	PCT	DESCARPACI	200,000	7,3000	1.460,00

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE LACERDOPOLIS

Página: 3/6
 Processo Nº: 3/2015
 PREGÃO PRESENCIAL Nº. 2/2015

Fornecedor: 7775 - LITORALM COMD E PROD MED EIRELLI ME

Item	Especificação	Unid	Marca	Quantidade	Preço Unitário	Preço Total
21	Fralda Geriátrica descartável, adulto, uso em incontinência urinária e pós-operatório em pacientes idosos e acamados. Que possua barreiras laterais anti-vazamento, elástico ao redor das pernas com 04 fitas reposicionáveis para o máximo ajuste. Contem gel protetor que proporciona segurança na absorção, retenção e distribuição de líquido, cobertura ultra suave, hipoalérgica, que permite a passagem rápida de líquidos mantendo a umidade longe da pele. Tamanho XG. Pacote com 07 unidades	PCT	DESCARPACI	360,000	7,0000	2.520,00
Total						6.791,60

1.2. Os quantitativos são mera expectativa de contratação. O Município de Lacerdópolis e o Fundo Municipal de Saúde de Lacerdópolis reservam-se o direito de contratar apenas as quantidades necessárias para suprir as necessidades das Secretarias. Após o término da vigência da Ata os saldos restantes serão desconsiderados, sem que caiba ao Fornecedor, qualquer direito de indenização ou reclamação.

1.3. Integram a presente Ata de Registro de Preços o Edital de Pregão Presencial nº 2/2015, Processo Licitatório nº 3/2015 e a proposta apresentada pelo Fornecedor acima discriminado, bem como a planilha de lances ofertados pelo Fornecedor vencedor dos itens acima, conforme NORMAS ESTABELECIDAS NO RESPECTIVO EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL E SEUS ANEXOS.

2. DA VALIDADE DO REGISTRO DE PREÇOS E DO REAJUSTE

2.1. O registro de preços formalizado na presente Ata terá validade pelo período de 12 meses, contados a partir da data de assinatura da presente Ata de registro de preços.

2.2. Não haverá reajuste, nem atualização de valores, exceto na ocorrência de fato que justifique a aplicação da alínea "d" do inciso II do art. 65 da Lei 8.666, de 21 de Junho de 1993, atualizada.

3. DO GERENCIAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

3.1. O gerenciamento da presente Ata caberá ao Secretário Solicitante ou pessoa designada, conforme conste no respectivo Termo de Referência, anexo ao processo.

3.2. O gerenciador da presente Ata acompanhará a evolução dos preços de mercado, com a finalidade de verificar sua compatibilidade com os preços ora registrados, sendo que serão considerados compatíveis com os de mercado, os preços registrados que forem iguais ou inferiores a média daqueles apurados pelo Município de Lacerdópolis/Fundo Municipal de Saúde de Lacerdópolis.

3.3. Não será aceito valores superior à média dos preços conforme valores do Anexo I.

3.4. Caso seja constatado, ao longo da vigência da ata, que o preço registrado, se tome muito inferior à média dos preços de mercado, e o Fornecedor, mediante requerimento devidamente comprovado, não puder cumprir o compromisso, será liberado do compromisso assumido, e o gerenciador da Ata poderá convocar os demais licitantes, visando igual oportunidade de negociação.

3.5. Em hipótese de não haver êxito nas negociações de que tratam os subitens anteriores, o gerenciador procederá ao cancelamento do registro.

4. DAS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO

4.1. A presente Ata poderá ser utilizada por qualquer órgão ou entidade da Administração Pública, que não tenha participado do certame licitatório, mediante prévia consulta ao Município de Lacerdópolis, observadas as exigências contidas no art. 22º, do Decreto Federal nº. 7.892/2013.

5. DOS PREÇOS REGISTRADOS

5.1. Os preços, as empresas, as quantidades e as especificações do produto registrados na presente Ata encontram-se indicados no Anexo I, observando-se a ordem de classificação obtida no certame licitatório.

6. DO CONTRATO

6.1. Durante o prazo de validade da presente Ata as empresas mencionadas no item 5, a critério do Município de Lacerdópolis e do Fundo Municipal de Saúde de Lacerdópolis, serão convocadas para retirar a respectiva Nota de Empenho/Autorização de Fornecedor ou formalização de Contrato, estando as obrigações assumidas vinculadas a esta Ata, devendo fazê-lo no prazo de até 02 (dois) dias úteis, a contar da data do recebimento da convocação.

6.2. Se a Empresa recusar-se a retirar a Nota de Empenho ou formalizar o Contrato sem justificativa por escrito e aceita pelo ordenador da despesa, aplicar-se-á o disposto no art. 4º, inciso XXIII, da Lei nº. 10.520, de 17/07/2002, caracterizando o descumprimento total da obrigação assumida, e sujeitando-se às penalidades legalmente estabelecidas.

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE LACERDOPOLIS

Página: 4/6
Processo Nº.: 3/2015
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 2/2015

7 - DA DESPESA

7.1. Fica dispensada a indicação de rubrica orçamentária conforme previsão contida no § 2º do art. 7º do Decreto nº 7.892/2013, o que deverá ocorrer somente quando da formalização do Contrato.

8. DO PAGAMENTO, DAS CONDIÇÕES PARA PAGAMENTO E DAS CONDIÇÕES DE ENTREGA DOS ITENS

8.1. Os valores a serem pagos pelos itens contratados são aqueles constantes na proposta que instrui o Processo Licitatório nº. 3/2015 - Pregão Presencial nº. 2/2015 com valor global na importância de R\$ 18.875,40 (dezoito mil oitocentos e setenta e cinco reais e quarenta centavos).

8.2. Somente serão pagos os itens efetivamente contratados e entregues ao CONTRATANTE, não gerando a obrigação de aquisição de todos os itens e quantidades registradas, mas somente aqueles necessários, de acordo com as requisições do CONTRATANTE.

8.3. Os pagamentos serão efetuados pelo Município de Lacerdópolis e ou Fundo Municipal de Saúde de Lacerdópolis, em até 15 (quinze) dias após o fornecimento dos itens e entrega das Notas Fiscais, importando os valores conforme os registrados na Ata de Registro de Preços, por item fornecido, de acordo com o quantitativo solicitado e efetivamente entregue, bem como mediante apresentação do documento fiscal, atestado por servidor competente.

8.4. Não serão pagos valores antecipadamente.

8.5. A Nota Fiscal ou outro documento fiscal correlato deverá ser emitido ao Município de Lacerdópolis, com endereço na Rua 31 de março nº 1050, CNPJ/MF 82.939.471/0001-24 ou Fundo Municipal de Saúde de Lacerdópolis, com endereço na Rua Sete de Setembro nº 1600, CNPJ/MF 11.417.744/0001-22 e ter a mesma razão social e CNPJ dos documentos apresentados por ocasião da habilitação.

8.6. A apresentação do documento fiscal que apresentem incorreções ou contrarie essas exigências inviabilizará o pagamento e serão devolvidas, isentando o Município de Lacerdópolis ou o Fundo Municipal de Saúde de Lacerdópolis do ressarcimento de qualquer prejuízo para o fornecedor.

8.7. As Notas Fiscais devolvidas pelos motivos mencionados nos item anterior serão pagas em até 10 (dez) dias da reapresentação.

9. DAS OBRIGAÇÕES DO ÓRGÃO GERENCIADOR E DA FISCALIZAÇÃO

9.1. São obrigações do órgão gerenciador:

- a) Gerenciar a presente Ata, indicando, sempre que solicitado, o nome do Fornecedor, o preço, e as especificações dos itens registrados, observada a ordem de classificação indicada na licitação;
- b) observar para que, durante a vigência da presente Ata, sejam mantidas todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, bem assim, a compatibilidade com as obrigações assumidas;
- c) conduzir eventuais procedimentos administrativos de renegociação de preços registrados, para fins de adequação às novas condições de mercado, e de aplicação de penalidades;
- d) consultar o Fornecedor registrado (observada a ordem de classificação) quanto ao interesse em fornecer o produto a outro(s) órgão da Administração Pública que extorne a intenção de utilizar a presente Ata;
- e) comunicar aos gestores dos órgãos participantes possíveis alterações ocorridas na presente Ata;
- f) acompanhar e fiscalizar o cumprimento das condições ajustadas na presente Ata.

9.2. A fiscalização da Ata de Registro de Preço, decorrente do Pregão Presencial nº 2/2015, Processo Licitatório nº 3/2015 será exercida pelo Município de Lacerdópolis / Fundo Municipal de Saúde de Lacerdópolis.

10. DAS OBRIGAÇÕES DO ÓRGÃO PARTICIPANTE

10.1. O órgão participante, através de gestor próprio indicado, obrigar-se-á:

- a) Tomar conhecimento da presente Ata, inclusive as respectivas alterações, para fins de utilização de forma correta da mesma;
- b) consultar, previamente, o ÓRGÃO GERENCIADOR objetivando a obtenção das informações necessárias;
- c) verificar a conformidade das condições registradas na presente Ata junto ao mercado local, informando ao ÓRGÃO GERENCIADOR eventuais desvantagens verificadas;
- d) enviar, no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, as informações sobre a contratação efetivamente realizada;
- e) acompanhar e fiscalizar o fiel cumprimento das obrigações contidas na presente Ata, informando ao ÓRGÃO GERENCIADOR qualquer irregularidade ou inadimplemento do particular.

**ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE LACERDOPOLIS**

Página: 5/6
Processo Nº.: 3/2015
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 2/2015

11. DAS OBRIGAÇÕES DO FORNECEDOR

11.1. São obrigações do Fornecedor, além das legais e inerentes ao ramo de atividade:

- a) Informar, no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, quanto à aceitação ou não do fornecimento do objeto desta licitação a outro órgão da Administração Pública (não participante) que venha a manifestar o interesse de utilizar a presente Ata;
- b) fornecer os itens contratados obedecendo rigorosamente ao disposto no item 1 do Edital do Pregão nº. 2/2015 e Ata do respectivo processo;
- c) providenciar a imediata correção de deficiências, falhas ou irregularidades constatadas pelo ÓRGÃO GERENCIADOR referente às condições firmadas na presente Ata;
- d) prover condições que possibilitem o atendimento das condições firmadas a partir da data da publicação da presente Ata;
- e) manter, durante o prazo de vigência do Registro de Preços, todas as condições de habilitação exigidas no Edital de Pregão nº. 2/2015;
- f) prestar os serviços no perímetro urbano do município de Lacerdópolis.

12. DAS PENALIDADES

12.1. À Contratada que não cumprir com as obrigações assumidas ou com os preceitos legais, poderá sofrer, isolada ou conjuntamente, a critério do Órgão Gerenciador e após regular processo administrativo, as sanções administrativas previstas nos arts. 86 e ss., da Lei 8.666/93, atualizada.

12.2. Na hipótese de adoção da sanção administrativa na forma de multa, esta será aplicada da seguinte forma:

- a) Caso haja alguma irregularidade relativa à qualidade física dos produtos a Administração definirá, a seu critério, o índice de gravidade e o cálculo da multa a ser atribuído à irregularidade encontrada, em percentual não superior a 10% do total dos itens atribuídos à Contratada;
- b) No caso de atraso na entrega dos produtos percentual de 0,03% (três centésimos por cento) por dia sobre o valor total do item(s), limitado a 30 (trinta) dias de atraso, quando a Administração poderá decidir pela continuidade ou rescisão contratual, em razão da inexecução total;
- c) Na hipótese de não manutenção das condições de habilitação e qualificação exigidas no instrumento convocatório, multa equivalente a 5 % (cinco por cento) sobre o valor global atualizado do contrato;
- d) Nas hipóteses de rescisão contratual por inexecução do contrato, multa de 20 % (vinte por cento) sobre o valor do contrato, caracterizando-se quando houver reiterado descumprimento de obrigações contratuais.

12.3. Incorre nas mesmas sanções quem, convocado dentro do prazo de validade da sua proposta, não celebrar o contrato, deixar de entregar ou apresentar documentação falsa exigida para o certame, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal.

§ 1º. Decorrido o prazo de 10 (dez) dias para o recolhimento da multa, o débito será acrescido de 1% (um por cento) de mora por mês/fração, inclusive referente ao mês da quitação/consolidação do débito, limitado o pagamento com atraso em até 30 (trinta) dias após a data da notificação, e, após este prazo, o débito será cobrado judicialmente.

§ 2º. No caso de a CONTRATADA ser credora de valor suficiente, a CONTRATANTE poderá proceder ao desconto da multa devida na proporção do crédito.

§ 3º. Se a multa aplicada for superior ao valor dos pagamentos eventualmente devidos, responderá a CONTRATADA pela sua diferença, podendo ser esta cobrada judicialmente.

§ 4º. As multas não têm caráter indenizatório e seu pagamento não eximirá a CONTRATADA de ser acionada judicialmente pela responsabilidade civil derivada de perdas e danos junto à CONTRATANTE, decorrentes das infrações cometidas.

13. DAS ALTERAÇÕES

13.1. A presente Ata poderá sofrer alterações, obedecidas às disposições contidas no art. 65, da Lei 8.666/93, as quais serão registradas por intermédio de lavratura de Termo Aditivo.

13.2. A qualquer tempo, o preço registrado poderá ser revisto em decorrência de eventual oscilação de mercado ou de fato que modifique seu custo, cabendo ao ÓRGÃO GERENCIADOR promover as necessárias negociações junto ao Fornecedor para negociar o novo valor compatível ao mercado.

14. DO CANCELAMENTO DO REGISTRO

14.1. O Fornecedor terá seu registro cancelado, assegurado o contraditório e ampla defesa, quando:

- a) não cumprir as obrigações da presente Ata;
- b) não retirar a Nota de Empenho/Autorização de Fornecimento e/ou formalização de Contrato no prazo estabelecido pela Administração sem justificativa aceitável;
- c) não aceitar reduzir seu preço registrado na hipótese de este se apresentar superior aos praticados no mercado;
- d) por razões de interesse público devidamente demonstrado e justificado pela Administração.

14.2. O Fornecedor poderá solicitar o cancelamento de seu registro, na ocorrência de fato superveniente que venha comprometer a perfeita execução contratual, decorrente de caso fortuito ou força maior, devidamente comprovado.

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE LACERDOPOLIS

Página: 6/6
Processo Nº.: 3/2015
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 2/2015

15. DA PUBLICIDADE

15.1. O(s) preço(s), o(s) fornecedor(s) e a(s) especificação(s) resumidas do objeto, como também, possíveis alterações da presente Ata, serão publicadas no Mural Público Municipal.

16. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

16.1. Integram presente Ata, o Processo Licitatório nº. 3/2015; o Edital do Pregão nº 2/2015 as propostas com preços e especificações.

17. DO FORO

Fica eleito o Foro da Comarca de Capinzal - SC, para dirimir questões oriundas desta Ata, com renúncia expressa de qualquer outro por mais privilegiado que seja.

E por estar, assim, justo e avençado, depois de lido e achado conforme, foi o presente instrumento lavrado em três vias de igual teor e forma e assinado pelas partes e testemunhas abaixo.

Lacerdópolis, 10 de Setembro de 2015.

Município de Lacerdópolis
Solange Maria de Assis
Responsável pela Secretaria de Saúde

Lages

PREFEITURA

PORTARIA DE DIVULGAÇÃO DE PARECERISTAS 01/2015

PORTARIANº. 05, DE 30 DE SETEMBRO DE 2015.

DIVULGA OS PARECERISTAS CREDENCIADOS NO EDITAL DE CREDENCIAMENTO DE PARECERISTAS PARA O EDITAL DE APOIO A ATIVIDADES CULTURAIS Nº.01/2015.

A Comissão Gestora do Fundo Municipal de Cultura de Lages, instituída pela Portaria Municipal nº. 169 de 10 de março de 2015, no uso de suas atribuições resolve:

Art. 1º Divulgar a lista pareceristas credenciados no edital de credenciamento de pareceristas para o edital de apoio a atividades culturais nº.01/2015:

CREDENCIADO	PONTUAÇÃO
Fernanda Carvalho da Silva	30
ErlonCherque Pinto	30
Flávia Person	30
Luisa Coelho Netto Galiza	35
Luiz Roberto de Andrade Marchesini	35
Rafael Gustavo da Silva	35

Art. 2º Divulgar a lista de inscritos inabilitados no edital de credenciamento de pareceristas para o edital de apoio a atividades culturais nº.01/2015:

CANDIDATO	JUSTIFICATIVA
Maria Emilia Faganello	Documentação incompleta. Não consta cópia de Comprovante da inscrição de contribuinte no Regime Geral da Previdência Social - INSS (PIS/PASEP OU NIT), subitem 9 do item 3.2 do referido edital
Catarina Gomes São Martinho	
Mariana Letícia de Oliveira Silva	

Art. 3º Aos profissionais credenciados será enviado o Termo de Compromisso conforme item 7.2 do edital.

Art. 4º O profissional que tiver a solicitação de credenciamento indeferida poderá interpor recurso, no prazo de 03 (três) dias úteis a contar da data de publicação dos resultados na página da Fundação Cultural de Lages no endereço www.cultura.lages.sc.gov.br.

Art. 5º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Lages, 30 de setembro de 2015.

Mauricio Neves de Jesus

Fundação Cultural de Lages

ANULAÇÃO ATO CC 07-2015 PML

Lages, 01 de outubro de 2015.

ASSUNTO: EDITAL DE CONCORRÊNCIA Nº 07/2015 PML

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS PUBLICITÁRIOS.

Com base na decisão liminar, proferida nos autos do mandado de segurança nº 0308146-69.2015, expedido pelo Doutor Ariovaldo Rogério Ribeiro da Silva, considerando o interesse público e a necessidade de publicidade, anula-se o ato referente ao ofício nº 3.133/2015, no que diz respeito à abertura dos envelopes de nº 04 e abre-se o prazo de 05 (cinco) dias úteis contados da data da publicação deste, para manifestação das empresas desclassificadas

em decorrência da análise dos recursos administrativos: CCZ Publicidade e Marketing Ltda., Táticas Publicidade e Propaganda Ltda., Única Comunicação e Associados Ltda. e D/Araújo Comunicação Ltda.

Sendo o que se oferece, subscreve-se,

Fernanda Cristina Torres

Presidente da Comissão de Licitações

EXTRATO CONTRATO 104/2015 SMS

O MUNICÍPIO DE LAGES, SC, TORNA PÚBLICO:

CONTRATO 104/2015 SMS.

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE LAGES/ FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE - FMS, inscrito no CNPJ sob nº 11.840.546/0001-77, com sede na Rua Benjamin Constant nº 13, Centro, Lages/SC.

CONTRATADO: GRAPHEL GRÁFICA E EDITORA LAGES LTDA, inscrita no CNPJ: 04.484.195/0001-43 com sede a Av. Duque de Caxias, 188 – Centro – CEP 88.502-290 – Lages/SC.

Contrato em decorrência do Processo Licitatório nº 55/2015, correlato ao Pregão Eletrônico nº 14/20155.

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

Contratação de empresa para confecção de impressos para a secretaria municipal da saúde de Lages, em conformidade com as especificações prescritas no Anexo II – Termo de Referência, parte integrante do Edital Correlato.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO(S) .

2.1 De Início, contar-se-á da data da assinatura do Contrato, decorrente;

2.2 De Execução, contar-se-á da data da assinatura do Contrato, decorrente até 31/12/2015;

2.3 De Entrega, de acordo com a solicitação da Secretaria da Saúde, no Almoxarifado central na Rua Cruz e Souza, 368 – Bairro Brusque;

2.4 Do Contrato ficam adstrito aos respectivos créditos orçamentários ano base 2015. A sua vigência será de da data da assinatura do contrato decorrente, até 31/12/2015.

Obs.: A aquisição dos produtos/materiais será feita mediante Autorização de Fornecimento fracionada, que será emitida pela Secretaria de Administração, conforme solicitação da Secretaria Requisitante CLÁUSULA TERCEIRA – DO(S) PREÇO(S)

O valor a ser pago será de R\$ 8.350,00 (oito mil trezentos e cinquenta reais).

Lages, 08 de setembro de 2015.

Antônio Arcanjo Duarte

Prefeito Municipal em Exercício

EXTRATO CONTRATO 105/2015 SMS

O MUNICÍPIO DE LAGES, SC, TORNA PÚBLICO:

CONTRATO 105/2015 SMS.

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE LAGES/ FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE - FMS, inscrito no CNPJ sob nº 11.840.546/0001-77, com sede na Rua Benjamin Constant nº 13, Centro, Lages/SC.

CONTRATADO: GRÁFICA ALTA DEFINIÇÃO LTDA, inscrita no CNPJ: 13.919.051/0001-63 com sede a Rua Terra Rica, 42 – São Cristóvão – CEP 83.040-260 – São José dos Pinhais/PR.

Contrato em decorrência do Processo Licitatório nº 55/2015, correlato ao Pregão Eletrônico nº 14/20155.

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

Contratação de empresa para confecção de impressos para a

secretaria municipal da saúde de Lages, em conformidade com as especificações prescritas no Anexo II – Termo de Referência, parte integrante do Edital Correlato.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO(S) .

2.1 De Início, contar-se-á da data da assinatura do Contrato, decorrente;

2.2 De Execução, contar-se-á da data da assinatura do Contrato, decorrente até 31/12/2015;

2.3 De Entrega, de acordo com a solicitação da Secretaria da Saúde, no Almoxarifado central na Rua Cruz e Souza, 368 – Bairro Brusque;

2.4 Do Contrato ficam adstrito aos respectivos créditos orçamentários ano base 2015. A sua vigência será de da data da assinatura do contrato decorrente, até 31/12/2015.

Obs.: A aquisição dos produtos/materiais será feita mediante Autorização de Fornecimento fracionada, que será emitida pela Secretaria de Administração, conforme solicitação da Secretaria Requisitante CLÁUSULA TERCEIRA – DO(S) PREÇO(S)

O valor a ser pago será de R\$ 6.600,00 (seis mil e seiscentos reais). Lages, 08 de setembro de 2015.

Antônio Arcanjo Duarte

Prefeito Municipal em Exercício

EXTRATO CONTRATO 106/2015 SMS

O MUNICÍPIO DE LAGES, SC, TORNA PUBLICO:

CONTRATO 106/2015 SMS.

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE LAGES/ FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE - FMS, inscrito no CNPJ sob n.º 11.840.546/0001-77, com sede na Rua Benjamin Constant nº 13, Centro, Lages/SC.

CONTRATADO: ALBGRAF FORMULÁRIOS CONTÍNUOS LTDA, inscrita no CNPJ: 05.665.084/0001-04 com sede a Rua Pérola do Valel, 55 – Itoupava Central – CEP 89.062-212 – Blumenau/SC.

Contrato em decorrência do Processo Licitatório nº 55/2015, correlato ao Pregão Eletrônico nº 14/20155.

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

Contratação de empresa para confecção de impressos para a secretaria municipal da saúde de Lages, em conformidade com as especificações prescritas no Anexo II – Termo de Referência, parte integrante do Edital Correlato.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO(S) .

2.1 De Início, contar-se-á da data da assinatura do Contrato, decorrente;

2.2 De Execução, contar-se-á da data da assinatura do Contrato, decorrente até 31/12/2015;

2.3 De Entrega, de acordo com a solicitação da Secretaria da Saúde, no Almoxarifado central na Rua Cruz e Souza, 368 – Bairro Brusque;

2.4 Do Contrato ficam adstrito aos respectivos créditos orçamentários ano base 2015. A sua vigência será de da data da assinatura do contrato decorrente, até 31/12/2015.

Obs.: A aquisição dos produtos/materiais será feita mediante Autorização de Fornecimento fracionada, que será emitida pela Secretaria de Administração, conforme solicitação da Secretaria Requisitante CLÁUSULA TERCEIRA – DO(S) PREÇO(S)

O valor a ser pago será de R\$ 14.940,00 (catorze mil novecentos e quarenta reais).

Lages, 08 de setembro de 2015.

Antônio Arcanjo Duarte

Prefeito Municipal em Exercício

EXTRATO CONTRATO 107/2015 SMS

O MUNICÍPIO DE LAGES, SC, TORNA PUBLICO:

CONTRATO 107/2015 SMS.

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE LAGES/ FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE - FMS, inscrito no CNPJ sob n.º 11.840.546/0001-77, com sede na Rua Benjamin Constant nº 13, Centro, Lages/SC.

CONTRATADO: BUSINESS EDITORA E PUBLICAÇÃO DE INFORMÁTIVOS LTDA - EPP, inscrita no CNPJ: 08.713.019/0001-97 com sede a Rua Alvin Carlos Kruger, 123 – Barra do Rio Cerro – CEP 89.260-370 – Jaraguá do Sul/SC.

Contrato em decorrência do Processo Licitatório nº 55/2015, correlato ao Pregão Eletrônico nº 14/20155.

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

Contratação de empresa para confecção de impressos para a secretaria municipal da saúde de Lages, em conformidade com as especificações prescritas no Anexo II – Termo de Referência, parte integrante do Edital Correlato.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO(S) .

2.1 De Início, contar-se-á da data da assinatura do Contrato, decorrente;

2.2 De Execução, contar-se-á da data da assinatura do Contrato, decorrente até 31/12/2015;

2.3 De Entrega, de acordo com a solicitação da Secretaria da Saúde, no Almoxarifado central na Rua Cruz e Souza, 368 – Bairro Brusque;

2.4 Do Contrato ficam adstrito aos respectivos créditos orçamentários ano base 2015. A sua vigência será de da data da assinatura do contrato decorrente, até 31/12/2015.

Obs.: A aquisição dos produtos/materiais será feita mediante Autorização de Fornecimento fracionada, que será emitida pela Secretaria de Administração, conforme solicitação da Secretaria Requisitante CLÁUSULA TERCEIRA – DO(S) PREÇO(S)

O valor a ser pago será de R\$ 16.150,00 (dezesesseis mil cento e cinquenta reais).

Lages, 08 de setembro de 2015.

Antônio Arcanjo Duarte

Prefeito Municipal em Exercício

PP 117-2015 PML E PP 20-2015 FMAS

AVISO DE LICITAÇÃO

Modalidade: PP 20-2015 FMAS

Objeto: Aquisição de Materiais para o Acolhimento POP/ Centro POP.

Tipo: Menor Preço Global

Abertura: 20/10/2015 às 13:30

Valor Estimado: R\$ 36.095,63

Modalidade: PP 117-2015 PML

Objeto: Aquisição de Materiais para Seção de Trânsito e Seções Auxiliares do 6º Batalhão de Polícia Militar.

Tipo: Menor Preço Global

Abertura: 21/10/2015 às 13:30

Valor Estimado: R\$ 48.000,00

A retirada obter-se-á no Executivo de Licitações e Contratos, ao custo de R\$ 10,00 cada ou pelo www.lages.sc.gov.br sem ônus.

Maiores informações pelo telefone (49) 3221-1169.

Lages, 01 de outubro de 2015.

Pedro Marcos Ortiz

Secretário de Administração

Lauro Muller

PREFEITURA

RESOLUÇÃO CMDCA Nº 05/2015

RESOLUÇÃO CMDCA Nº05/2015

Dispõe sobre a nomeação de Conselheiros de Direitos da Criança e do Adolescente e outros membros para atuação como presidente de mesa, mesários e escrutinadores na eleição unificada para Conselheiros Tutelares em Lauro Müller.

O Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente – CMDCA, no uso de suas atribuições estabelecidas na lei municipal nº 1.855/2015 e deliberação dos membros do CMDCA presentes em reunião ordinária realizada no dia 29 de setembro de 2015.

CONSIDERANDO resolução 170 de 10 de dezembro de 2014 que Altera a Resolução nº 139, de 17 de março de 2010 para dispor sobre o processo de escolha em data unificada em todo o território nacional dos membros do Conselho Tutelar.

CONSIDERANDO o edital CMDCA nº 01/2015 que dispõe sobre o processo de escolha unificada para Conselheiros Tutelares no Município de Lauro Müller.

RESOLVE:

Art. 1º - Nomear membros do Conselho de Direito da Criança e do Adolescente e outros servidores para atuação como para atuação como presidente de mesa, mesários e escrutinadores na eleição unificada para Conselheiros Tutelares em Lauro Müller.

Art. 2º - Convoca os conselheiros de direitos relacionados abaixo para atuarem como Presidentes de Mesa, Mesários e escrutinadores na eleição unificada do Conselho Tutelar de Lauro Müller:

- I) Luzia Madeira Salvador
- II) Francismara da Rosa
- III) Tomasia Emilia B. Martinhago
- IV) Rosilene Barbosa Vicente
- V) Denise L. Madeira

- VI) Bruna Hilbert Brighent
- VII) Cedolina Sergio Machado
- VIII) Priscila Pires Folchini
- IX) Liliane Antunes
- X) Suzamara Vieira
- XI) Juliana Leandro Ramos Benedet
- XII) Rosemeri Candido
- XIII) Maria Cleusa Sergio

Art. 3º Os membros serão subdivididos para mesas receptoras e apuração de votos, conforme orientação da comissão eleitoral.

Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação

Lauro Muller, 29 de setembro de 2015.

Suzamara Vieira

Presidente do CMDCA

RETIFICAÇÃO 03/2015 DO EDITAL Nº 01/2015

Retificação 03/2015 do edital nº 01/2015 que dispõe sobre o processo de escolha unificada para conselheiros tutelares no município de Lauro Muller.

A PRESIDENTE DO CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE, no uso de suas atribuições legais, mediante orientação da Comissão eleitoral responsável pelo processo de escolha unificada para Conselheiros Tutelares no Município de Lauro Müller conforme definido na resolução CMDCA 04/2015, torna publica a retificação do Edital CMDCA nº 01/2015 de 14 de abril de 2015, publicado no Diário Oficial do Estado de Santa Catarina, informa que o item 3.9.1 passa a ter a seguinte redação:

[...]

3.9.1 A apuração dar-se-á no auditório Dr. Francisco Xavier do Rego, na Prefeitura Municipal de Lauro Müller no endereço: Rua Walter Veterli, nº 239, centro, com a presença do representante do Ministério Público e da Comissão Eleitoral.

Permanecendo inalterados os demais itens e subitens do referido edital.

Suzamara Vieira

Presidente do CMDCA

TOMADA DE PREÇO Nº85/2015 - PMLM

TOMADA DE PREÇO Nº85/2015 - PMLM

PROCESSO Nº85/2015

O MUNICÍPIO DE LAURO MULLER por meio do Presidente da comissão de licitação comunica as empresas interessadas que de conformidade com a Lei n.10.520/02 e demais legislações competentes, que no dia 22 de outubro de 2015 às 09:30 hs (RELOGIO DO SETOR DE LICITACOES) no referido setor, na Rua Valter Vertterly, 239 Centro, Lauro Muller/SC, realizara processo licitatório TOMADA DE PREÇO para contratação através de empresas do ramo pertinente, para execução serviços de melhorias em 19,95Km de estradas rurais, mediante as especificações e condições previstas no Edital, sob a regência da Lei 8.666/93 e alterações posteriores, bem como Convênio nº 0782/2015 firmado com o Secretaria de Estado da Infraestrutura.. O edital na íntegra está disponível no site oficial do município www.lauromuller.sc.gov.br.

Lauro Muller, 1 de outubro de 2015

Jair F Madeira

Presidente da Comissão de Licitação

RREO 4º BIM/2015

Município de Lauro Muller - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A AGOSTO 2015/BIMESTRE JULHO - AGOSTO

RREO - ANEXO 1 (LRF, Art. 52, inciso I, alíneas "a" e "b" do inciso II e § 1º)

R\$ 1,00

RECEITAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS				SALDO A REALIZAR (a - c)
			No Bimestre (b)	% (b/a)	Até o Bimestre (c)	% (c/a)	
RECEITAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)	38.309.870,00	38.309.870,00	5.036.728,53	13,15	20.489.195,57	53,48	17.820.674,43
RECEITAS CORRENTES	29.959.870,00	29.959.870,00	5.036.728,53	16,81	20.390.508,49	68,06	9.569.361,51
RECEITA TRIBUTÁRIA	2.772.975,00	2.772.975,00	409.816,56	14,78	2.112.896,03	76,20	660.078,97
IMPOSTOS	2.013.699,00	2.013.699,00	348.413,05	17,30	1.692.960,23	84,07	320.738,77
TAXAS	759.276,00	759.276,00	61.403,51	8,09	419.935,80	55,31	339.340,20
RECEITAS DE CONTRIBUIÇÕES	91.160,00	91.160,00	4.216,67	4,63	56.058,60	61,49	35.101,40
CONTRIB P/CUSTEIO DO SERVIÇO DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA	91.160,00	91.160,00	4.216,67	4,63	56.058,60	61,49	35.101,40
RECEITA PATRIMONIAL	96.599,00	96.599,00	34.383,23	35,59	216.301,27	223,92	-119.702,27
RECEITAS DE VALORES MOBILIÁRIOS	96.599,00	96.599,00	34.383,23	35,59	216.301,27	223,92	-119.702,27
RECEITA DE SERVIÇOS	749.000,00	749.000,00	140.214,15	18,72	407.290,96	54,38	341.709,44
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	25.837.763,00	25.837.763,00	4.403.748,70	17,04	17.407.631,27	67,37	8.430.131,73
TRANSFERÊNCIAS INTERGOVERNAMENTAIS	25.325.116,00	25.325.116,00	4.184.184,20	16,52	17.056.401,45	67,35	8.298.714,55
TRANSFERÊNCIAS DE INSTITUIÇÕES PRIVADAS	90.000,00	90.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	90.000,00
TRANSF. DE PESSOAS	10.000,00	10.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	10.000,00
TRANSF. DE CONV.	412.647,00	412.647,00	219.564,50	53,21	351.229,82	85,12	61.417,18
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	412.373,00	412.373,00	44.349,22	10,75	190.330,76	46,16	222.042,24
MULTAS E JUROS DE MORA	134.786,00	134.786,00	18.677,00	13,86	55.678,00	41,31	79.108,00
RECEITA DA DÍVIDA ATIVA	131.610,00	131.610,00	17.890,21	13,59	83.333,07	63,32	48.276,93
RECEITAS DIVERSAS	145.977,00	145.977,00	7.782,01	5,33	51.319,69	35,16	94.657,31
RECEITAS DE CAPITAL	8.350.000,00	8.350.000,00	0,00	0,00	98.687,08	1,18	8.251.312,92
TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	8.350.000,00	8.350.000,00	0,00	0,00	98.687,08	1,18	8.251.312,92
TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS	8.350.000,00	8.350.000,00	0,00	0,00	98.687,08	1,18	8.251.312,92
RECEITAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)	—	—	—	—	—	—	—
SUBTOTAL DAS RECEITAS (III) = (I + II)	38.309.870,00	38.309.870,00	5.036.728,53	13,15	20.489.195,57	53,48	17.820.674,43
OPERAÇÕES DE CRÉDITO - REFINANCIAMENTO (IV)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Operações de Crédito Internas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contratual	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Operações de Crédito Externas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Continua 1/3

Município de Lauro Muller - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A AGOSTO 2015/BIMESTRE JULHO - AGOSTO

Continuação 2/3

RECEITAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS				SALDO A REALIZAR (a - c)
			No Bimestre (b)	% (b/a)	Até o Bimestre (c)	% (c/a)	
OPERAÇÕES DE CRÉDITO - REFINANCIAMENTO (IV)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contratual	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (V) = (III + IV)	38.309.870,00	38.309.870,00	5.036.728,53	13,15	20.489.195,57	53,48	17.820.674,43
DÉFICIT (VI)	—	—	—	—	1.606.729,11	—	—
TOTAL (VII) = (V + VI)	38.309.870,00	38.309.870,00	5.036.728,53	13,15	22.095.924,68	53,48	17.820.674,43
SALDO DE EXERCÍCIOS ANTERIORES (UTILIZADOS PARA CRÉDITOS ADICIONAIS)	—	1.435.816,96	—	—	784.250,18	—	—
Superávit Financeiro	—	1.435.816,96	—	—	784.250,18	—	—
Reabertura de Créditos Adicionais	—	0,00	—	—	0,00	—	—

DESPESAS	DOTAÇÃO INICIAL (d)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (e)	DESPESAS EMPENHADAS		SALDO (g) = (e-f)	DESPESAS LIQUIDADAS		SALDO (i) = (e-h)	DESPESAS PAGAS ATÉ O BIMESTRE (j)
			No Bimestre	Até o Bimestre (f)		No Bimestre	Até o Bimestre (h)		
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (VIII)	38.309.870,00	41.171.011,75	5.853.244,75	23.892.762,57	17.278.249,18	5.496.271,72	22.095.924,68	19.075.087,07	20.944.533,98
DESPESAS CORRENTES	27.799.764,00	29.361.613,58	4.923.119,21	21.953.738,95	7.407.874,63	4.817.286,86	20.411.541,74	8.950.071,84	19.414.723,46
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	14.940.055,00	15.696.458,92	3.231.472,15	12.912.197,06	2.784.261,86	3.184.011,15	12.864.736,06	2.831.722,86	12.701.199,54
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	12.859.709,00	13.665.154,66	1.691.647,06	9.041.541,89	4.623.612,77	1.633.275,71	7.546.805,68	6.118.348,98	6.713.523,92
DESPESAS DE CAPITAL	10.440.106,00	11.745.320,74	930.125,54	1.939.023,62	9.806.297,12	678.984,86	1.684.382,94	10.060.937,80	1.529.810,52
INVESTIMENTOS	10.370.106,00	11.485.320,74	884.559,75	1.753.768,11	9.731.552,63	633.419,07	1.499.127,43	9.986.193,31	1.344.555,01
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	70.000,00	260.000,00	45.565,79	185.255,51	74.744,49	45.565,79	185.255,51	74.744,49	185.255,51
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	70.000,00	64.077,43	0,00	0,00	64.077,43	0,00	0,00	64.077,43	0,00
RESERVA DO RPPS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (IX)	—	—	—	—	—	—	—	—	—
SUBTOTAL DAS DESPESAS (X) = (VIII + IX)	38.309.870,00	41.171.011,75	5.853.244,75	23.892.762,57	17.278.249,18	5.496.271,72	22.095.924,68	19.075.087,07	20.944.533,98
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA-REFINANCIAMENTO (XI)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida Interna	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Dívidas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Continua 2/3

Município de Lauro Muller - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A AGOSTO 2015/BIMESTRE JULHO - AGOSTO

Continuação 3/3

DESPESAS	DOTAÇÃO INICIAL (d)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (e)	DESPESAS EMPENHADAS		SALDO (g) = (e-f)	DESPESAS LIQUIDADAS		SALDO (i) = (e-h)	DESPESAS PAGAS ATÉ O BIMESTRE (j)
			No Bimestre	Até o Bimestre		No Bimestre	Até o Bimestre		
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA-REFINANCIAMENTO (XII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida Externa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Dívidas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (XII) = (X + XI)	38.309.870,00	41.171.011,75	5.853.244,75	23.892.762,57	17.278.249,18	5.496.271,72	22.095.924,68	19.075.087,07	20.944.533,98
SUPERÁVIT (XIII)	-	-	-	-	-	-	-	-	20.488.195,57
TOTAL (XIV) = (XII + XIII)	38.309.870,00	41.171.011,75	5.853.244,75	23.892.762,57	-	5.496.271,72	22.095.924,68	-	41.433.729,55

FONTE:

Lauro Muller, 01/10/2015

FABRICIO KUSMIN ALVES
Prefeito MunicipalSORAYA CUNHA LIBRELATO
Secret. de Adm. Finanças e PlanejamentoROSANA BENEDET
Contadora CRC/SC 023922/O5

Município de Lauro Muller - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A AGOSTO 2015/BIMESTRE JULHO - AGOSTO

RREO - ANEXO 12 (LC 141/2012, art. 35)

R\$ 1,00

RECEITAS PARA APURAÇÃO DA APLICAÇÃO EM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS			
			Até o Bimestre (b)	% (b/a)*100		
RECEITA DE IMPOSTOS LÍQUIDA (I)	0,00	0,00	0,00	0,00		
RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS (II)	0,00	0,00	0,00	0,00		
TOTAL DAS RECEITAS PARA APURAÇÃO DA APLICAÇÃO EM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE (III) = I + II	0,00	0,00	0,00	0,00		
RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DA SAÚDE	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (c)	RECEITAS REALIZADAS			
			Até o Bimestre (d)	% (d/c)*100		
TRANSFERÊNCIA DE RECURSOS DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE-SUS	0,00	0,00	0,00	0,00		
RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO VINCULADAS À SAÚDE	0,00	0,00	0,00	0,00		
TOTAL RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DA SAÚDE	0,00	0,00	0,00	0,00		
DESPESAS COM SAÚDE (Por Grupo de Natureza da Despesa)	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (e)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS	
			Até o Bimestre (f)	% (f/e)*100	Até o Bimestre (g)	% (g/e)*100
DESPESAS CORRENTES	7.607.458,00	7.877.577,92	6.013.118,55	76,33	5.694.218,07	72,28
Pessoal e Encargos Sociais	4.355.559,00	4.675.359,00	3.377.138,48	72,23	3.377.138,48	72,23
Outras Despesas Correntes	3.251.899,00	3.202.218,92	2.635.980,07	82,32	2.317.079,59	72,36
DESPESAS DE CAPITAL	269.400,00	694.427,86	419.926,86	60,47	418.966,86	60,33
Investimentos	269.400,00	694.427,86	419.926,86	60,47	418.966,86	60,33

Continua 1/4

Município de Lauro Muller - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A AGOSTO 2015/BIMESTRE JULHO - AGOSTO

Continuação 2/4

DESPESAS COM SAÚDE (Por Grupo de Natureza da Despesa)	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (e)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS	
			Até o Bimestre (f)	% (f/e)*100	Até o Bimestre (g)	% (g/e)*100
DESPESAS DE CAPITAL	269.400,00	694.427,86	419.926,86	60,47	418.966,86	60,33
Investimentos	269.400,00	694.427,86	419.926,86	60,47	418.966,86	60,33
TOTAL DAS DESPESAS COM SAÚDE (IV)	7.876.868,00	8.572.005,78	6.433.045,41	75,05	6.113.184,93	71,32
DESPESAS COM SAÚDE NÃO COMPUTADAS PARA FINS DE APURAÇÃO DO PERCENTUAL MÍNIMO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS	
			Até o Bimestre (f)	% (f/IV)*100	Até o Bimestre (g)	% (g/IVg)*100
DESPESAS COM INATIVOS E PENSIONISTAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESA COM ASSISTÊNCIA À SAÚDE QUE NÃO ATENDE AO PRINCÍPIO DE ACESSO UNIVERSAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS CUSTEADAS COM OUTROS RECURSOS	2.920.695,00	3.615.842,78	2.810.018,69	43,68	2.764.240,56	45,22
Recursos de Transferências do Sistema Único de Saúde - SUS	2.682.079,00	3.137.643,94	2.559.412,34	39,79	2.514.651,01	41,13
Recursos de Operações de Crédito	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Recursos	238.616,00	478.198,84	250.606,35	3,90	249.589,55	4,08
OUTRAS AÇÕES E SERVIÇOS NÃO COMPUTADOS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS INSCRITOS INDEVIDAMENTE NO EXERCÍCIO SEM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA ¹	-	-	0,00	0,00	-	-
DESPESAS CUSTEADAS COM DISPONIBILIDADE DE CAIXA VINCULADA AOS RESTOS A PAGAR CANCELADOS ²	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS CUSTEADAS COM RECURSOS VINCULADOS À PARCELA DO PERCENTUAL MÍNIMO QUE	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS DESPESAS COM SAÚDE NÃO COMPUTADAS (V)	2.920.695,00	3.615.842,78	2.810.018,69	43,68	2.764.240,56	45,22
TOTAL DAS DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE (VI) = (IV - V)	4.956.163,00	4.956.163,00	3.623.026,72	56,32	3.348.944,37	54,78
PERCENTUAL DE APLICAÇÃO EM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE SOBRE A RECEITA DE IMPOSTOS LÍQUIDA E TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS						
(VII%) = (VI / IIIb x 100) - LIMITE CONSTITUCIONAL 15% 4 e 5						
VALOR REFERENTE À DIFERENÇA ENTRE O VALOR EXECUTADO E O LIMITE MÍNIMO CONSTITUCIONAL (VIII) = (15 x IIIb)/100						
	3.348.944,37					

Continua 2/4

Município de Lauro Muller - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A AGOSTO 2015/BIMESTRE JULHO - AGOSTO

Continuação 3/4

EXECUÇÃO DE RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS INSCRITOS COM DISPONIBILIDADE DE CAIXA	INSCRITOS	CANCELADOS/ PRESCRITOS	PAGOS	A PAGAR	PARCELA CONSIDERADA NO LIMITE	
	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
TOTAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
CONTROLE DOS RESTOS A PAGAR CANCELADOS OU PRESCRITOS PARA FINS DE APLICAÇÃO DA DISPONIBILIDADE DE CAIXA CONFORME ARTIGO 24, §1º E 2º	RESTOS A PAGAR CANCELADOS OU PRESCRITOS					
	SALDO INICIAL	DESPESAS CUSTEADAS NO EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA (j)			SALDO FINAL(NÃO APLICADO)	
	0,00	0,00			0,00	
TOTAL (VIII)	0,00	0,00			0,00	
CONTROLE DO VALOR REFERENTE AO PERCENTUAL MÍNIMO NÃO CUMPRIDO EM EXERCÍCIOS ANTERIORES PARA FINS DE APLICAÇÃO DOS RECURSOS VINCULADOS CONFORME ARTIGOS 25 E 26	LIMITE NÃO CUMPRIDO					
	SALDO INICIAL	DESPESAS CUSTEADAS NO EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA (k)			SALDO FINAL(NÃO APLICADO)	
	-	-			-	
DESPESAS COM SAÚDE (Por Subfunção)	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS	
			Até Bimestre (l)	% (l/Total l)*100	Até Bimestre (m) % (m/Total m)*100	
Atenção Básica	7.807.638,00	8.464.193,78	6.677.277,73	98,44	6.358.434,05	98,38
Vigilância Sanitária	414.220,00	483.490,39	105.862,43	1,56	104.845,63	1,62
TOTAL	8.221.858,00	8.947.684,17	6.783.140,16	100,00	6.463.279,68	100,00

FONTE:

¹ Essa linha apresentará valor somente no Relatório Resumido da Execução Orçamentária do último bimestre do exercício.

² O valor apresentado na intercessão com a coluna "l" ou com a coluna "m" (último bimestre) deverá ser o mesmo apresentado no "total j".

³ O valor apresentado na intercessão com a coluna "l" ou com a coluna "m" (último bimestre) deverá ser o mesmo apresentado no "total k".

⁴ Limite anual mínimo a ser cumprido no encerramento do exercício. Deverá ser informado o limite estabelecido na Lei Orgânica do Município quando o percentual nela estabelecido for superior ao fixado na LC nº 141/2012.

⁵ Durante o exercício esse valor servirá para o monitoramento previsto no art. 23 da LC 141/2012.

⁶ No último bimestre, será utilizada a fórmula $[M/(l+m) - (15 \times IIIb) \times 100]$

Continua 3/4

Município de Lauro Muller - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A AGOSTO 2015/BIMESTRE JULHO - AGOSTO

Continuação 4/4

Lauro Muller, 01/10/2015

FABRICIO KUSMIN ALVES
Prefeito Municipal

SORAYA CURCIO LIBRELATO
Secret. de Adm. Finanças e Planejamento

ROSANA BENEDET
Contadora - CRC/SC 023922

Município de Lauro Müller - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A AGOSTO 2015/BIMESTRE JULHO - AGOSTO

RREO – Anexo 2 (LRF, Art. 52, inciso II, alínea "c")

R\$ 1,00

FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS			SALDO (c) = (a-b)	DESPESAS LIQUIDADAS			SALDO (e) = (a-d)
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (b/Total b)		No Bimestre	Até o Bimestre (d)	% (d/Total d)	
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (a)	38.309.870,00	41.171.011,75	5.853.244,75	23.892.762,57	100,00	17.278.246,18	5.496.271,72	22.096.924,68	100,00	19.075.087,07
Legislativa	1.500.000,00	1.500.000,00	14.342,78	661.066,80	2,77	838.933,20	1.092,00	647.816,02	2,93	852.183,98
Ação Legislativa	1.500.000,00	1.500.000,00	14.342,78	661.066,80	2,77	838.933,20	1.092,00	647.816,02	2,93	852.183,98
Administração	4.108.548,00	4.398.555,62	806.746,20	3.786.162,26	15,85	613.393,56	720.230,85	3.467.070,47	15,69	932.485,35
Administração Geral	3.643.376,00	3.628.376,00	642.364,76	3.108.358,93	13,01	520.017,07	582.439,31	2.917.887,84	13,21	710.488,16
Alimentação e Nutrição	365.172,00	431.179,82	75.492,11	410.380,30	1,72	20.799,52	71.908,01	304.765,40	1,38	126.414,42
Ensino Superior	100.000,00	340.000,00	88.889,33	267.423,03	1,12	72.576,97	65.883,53	244.417,23	1,11	95.582,77
Segurança Pública	138.086,00	138.086,00	17.608,08	46.871,67	0,20	91.214,33	14.796,38	43.866,17	0,20	94.219,83
Policimento	138.086,00	138.086,00	17.608,08	46.871,67	0,20	91.214,33	14.796,38	43.866,17	0,20	94.219,83
Assistência Social	2.666.288,00	2.738.622,52	161.293,43	819.012,17	3,43	1.919.610,35	170.903,09	670.989,00	3,04	2.067.633,52
Assistência ao Idoso	330.000,00	330.000,00	0,00	0,00	0,00	330.000,00	0,00	0,00	0,00	330.000,00
Assistência à Criança e ao Adolescente	647.420,00	706.828,65	83.437,40	228.864,51	0,96	477.964,14	81.361,12	205.600,35	0,93	501.228,30
Assistência Comunitária	1.688.868,00	1.701.793,87	77.856,03	590.147,66	2,47	1.111.646,21	89.541,97	465.388,65	2,11	1.236.405,22
Saúde	8.221.858,00	8.947.684,17	1.488.042,03	6.783.140,16	28,39	2.164.544,01	1.638.981,76	6.463.279,68	28,25	2.484.404,49
Atenção Básica	7.807.638,00	8.464.193,78	1.442.575,97	6.677.277,73	27,95	1.786.916,05	1.593.575,70	6.358.434,05	28,78	2.105.759,73
Vigilância Sanitária	414.220,00	483.490,39	45.466,06	105.862,43	0,44	377.627,96	45.405,06	104.845,63	0,47	378.644,76
Educação	10.397.250,00	10.575.040,76	1.717.522,78	6.495.299,56	27,19	4.079.741,20	1.622.451,18	6.167.563,18	27,91	4.407.487,58
Ensino Fundamental	6.388.170,00	6.533.162,84	999.091,30	4.069.728,85	17,03	2.463.433,99	910.673,86	3.760.277,58	17,02	2.772.885,26
Educação Infantil	4.009.080,00	4.041.877,92	718.431,48	2.425.570,71	10,15	1.616.307,21	711.777,32	2.407.275,60	10,89	1.634.602,32
Cultura	140.000,00	140.000,00	13.183,12	105.441,84	0,44	34.558,16	15.553,12	57.769,84	0,28	82.230,16
Diffusão Cultural	140.000,00	140.000,00	13.183,12	105.441,84	0,44	34.558,16	15.553,12	57.769,84	0,28	82.230,16
Urbanismo	2.916.540,00	2.947.367,74	595.700,11	1.564.300,60	6,55	1.383.067,14	319.716,26	1.138.269,92	5,15	1.809.097,82
Infra-Estrutura Urbana	1.278.240,00	1.248.240,00	248.682,85	256.922,85	1,08	991.317,15	3.714,67	11.954,67	0,05	1.236.285,33
Serviços Urbanos	1.638.300,00	1.699.127,74	347.017,26	1.307.377,75	5,47	391.749,99	316.001,99	1.125.315,25	5,10	572.812,49
Habitação	1.280.000,00	1.280.000,00	0,00	6.058,30	0,03	1.273.941,70	0,00	6.058,30	0,03	1.273.941,70
Habitação Urbana	1.280.000,00	1.280.000,00	0,00	6.058,30	0,03	1.273.941,70	0,00	6.058,30	0,03	1.273.941,70
Saneamento	865.300,00	1.264.600,00	61.133,21	526.053,03	2,20	738.546,97	60.208,06	483.728,86	2,19	780.871,14
Saneamento Básico Urbano	865.300,00	1.264.600,00	61.133,21	526.053,03	2,20	738.546,97	60.208,06	483.728,86	2,19	780.871,14
Agricultura	1.125.000,00	1.125.000,00	39.928,21	453.414,54	1,90	671.585,46	44.931,88	392.904,02	1,78	732.095,98
Extensão Rural	1.125.000,00	1.125.000,00	39.928,21	453.414,54	1,90	671.585,46	44.931,88	392.904,02	1,78	732.095,98
Indústria	1.300.000,00	1.270.000,00	44.353,93	45.353,93	0,19	1.224.646,07	44.274,74	44.274,74	0,20	1.225.725,26
Promoção Industrial	1.300.000,00	1.270.000,00	44.353,93	45.353,93	0,19	1.224.646,07	44.274,74	44.274,74	0,20	1.225.725,26
Comércio e Serviços	300.000,00	300.000,00	7.298,69	15.088,69	0,06	284.911,31	6.588,69	15.088,69	0,07	284.911,31
Turismo	300.000,00	300.000,00	7.298,69	15.088,69	0,06	284.911,31	6.588,69	15.088,69	0,07	284.911,31
Transporte	2.350.000,00	2.597.507,80	644.507,90	1.690.396,46	7,07	907.109,34	594.923,74	1.621.693,72	7,34	975.814,08
Transporte Rodoviário	2.350.000,00	2.597.507,80	644.507,90	1.690.396,46	7,07	907.109,34	594.923,74	1.621.693,72	7,34	975.814,08

Continua 1/2

Município de Lauro Müller - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A AGOSTO 2015/BIMESTRE JULHO - AGOSTO

Continuação 2/2

FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS			SALDO (c) = (a-b)	DESPESAS LIQUIDADAS			SALDO (e) = (a-d)
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (b/Total b)		No Bimestre	Até o Bimestre (d)	% (d/Total d)	
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)	38.309.870,00	41.171.011,75	5.853.244,75	23.892.762,57	100,00	17.278.249,18	5.496.271,72	22.095.924,68	100,00	19.075.087,07
Desporto e Lazer	731.000,00	1.545.886,88	241.594,28	557.318,55	2,33	988.366,33	239.225,94	539.750,21	2,44	1.005.836,67
Desporto Comunitário	731.000,00	1.545.886,88	241.594,28	557.318,55	2,33	988.366,33	239.225,94	539.750,21	2,44	1.005.836,67
Encargos Especiais	200.000,00	337.782,63	0,00	337.782,01	1,41	0,62	394,03	335.811,86	1,52	1.970,77
Outros Encargos Especiais	200.000,00	337.782,63	0,00	337.782,01	1,41	0,62	394,03	335.811,86	1,52	1.970,77
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	70.000,00	64.077,43	0,00	0,00	0,00	64.077,43	0,00	0,00	0,00	64.077,43
TOTAL (II) = (I + II)	38.309.870,00	41.171.011,75	5.853.244,75	23.892.762,57	100,00	17.278.249,18	5.496.271,72	22.095.924,68	100,00	19.075.087,07

FONTE:

Lauro Müller, 01/10/2015

FABRICIO KUSMIN ALVES
Prefeito MunicipalSORAYA CURCIO LIBRELATO
Secret. de Adm. Financeiras e PlanejamentoROSANA BENEDET
Contadora CRC/SC 023922/O5

¹ Representa uma dotação global sem destinação específica a determinado órgão, unidade orçamentária, programa ou categoria econômica, cujos recursos serão utilizados para abertura de créditos adicionais, não sendo portanto uma função. É apresentada neste demonstrativo por constar no orçamento.

Município de Lauro Müller - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA RECEITA CORRENTE LÍQUIDA
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
SETEMBRO/2014 A AGOSTO/2015

RREO - ANEXO 3 (RFP - ML 53, inciso I)

FREIO-ANEXO 3 (RRE, ANEXO 3.01)	ESPECIFICAÇÃO	EVOLUÇÃO DA RECEITA REALIZADA NOS ÚLTIMOS 12 MESES												PREVISÃO ATUALIZADA 2015	
		Set/2014	Out/2014	Nov/2014	Dez/2014	Jan/2015	Fev/2015	Mar/2015	Abr/2015	Mai/2015	Jun/2015	Jul/2015	Agv/2015		TOTAL (L.T. 12 MESES)
RECEITAS CORRENTES (I)		2.557.294,57	3.351.172,89	3.161.101,45	3.894.384,11	2.821.338,27	2.996.739,04	2.763.284,41	3.209.470,35	3.054.770,98	2.809.040,87	2.786.737,27	2.815.095,46	35.896.779,87	33.779.202,00
RECEITA TRIBUTÁRIA		155.407,41	209.255,60	133.192,10	525.889,63	82.105,90	88.125,12	320.544,20	693.221,22	340.259,62	2.118.031,31	157.815,33	22.159,23	3.176.781,39	2.772.875,00
IMPOSTO DE RENDITA		11.641,50	2.897,02	2.297,16	7.600,71	1.137,49	901,89	7.535,55	472.889,46	276.375,64	33.550,02	15.944,17	4.287,24	837.030,94	773.546,00
IMPOSTO DE RENDITA		1.187,25	55.449,46	2.144,73	195.943,15	66,61	4.591,21	0,00	42.507,29	6.003,78	62.765,87	40.065,60	78.525,54	455.594,32	593.950,00
IMPOSTO DE RENDITA		85.775,58	58.440,03	104.959,66	292.139,07	50.216,70	56.469,97	69.501,64	80.300,42	29.270,93	100.332,03	84.411,66	98.000,39	1.178.400,46	1.011.240,00
IMPOSTO DE RENDITA		47.623,55	13.707,85	9.630,05	7.759,61	12.042,92	8.145,51	22.694,63	12.183,63	4.595,47	16.592,03	21.257,98	4.879,08	181.392,13	199.694,00
Outras Receitas Tributárias		45.165,75	40.711,50	13.690,00	21.419,35	16.645,99	17.747,74	22.949,28	53.133,42	24.010,90	25.067,35	29.059,23	35.344,98	544.222,61	759.275,00
RECEITAS DE CONTRIBUIÇÕES		7.863,98	4.107,46	6.797,77	13.260,60	14.718,47	3.500,89	7.630,92	13.189,52	7.356,40	5.435,84	3.600,47	3.952,00	60.026,61	91.100,00
RECEITA PATRIMONIAL		15.183,75	25.316,87	20.278,50	22.555,63	27.332,02	48.335,01	33.614,24	41.539,97	10.707,51	20.492,29	25.890,60	7.492,63	256.657,83	95.559,00
RECEITA AGROPECUÁRIA		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA INDUSTRIAL		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA DE SERVIÇOS		0,00	0,00	0,00	0,00	25.533,87	15.097,59	115.209,14	1.100,45	108.662,52	1.472,45	122.153,87	18.000,28	407.250,95	749.000,00
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES		2.242.816,62	2.360.837,25	2.790.039,45	3.095.516,21	2.645.137,18	2.421.346,77	2.279.477,83	2.450.904,93	2.266.404,90	2.695.309,92	2.427.276,57	2.539.576,33	30.427.894,99	29.699.036,00
Outras Transferências Correntes		685.159,22	616.175,98	816.254,76	1.215.175,79	986.252,78	1.270.607,59	742.694,20	801.453,04	655.739,60	887.597,97	722.216,45	742.748,19	11.028.190,27	11.165.894,00
Outras Transferências Correntes		594.346,32	616.175,98	676.231,38	693.221,22	704.403,22	628.194,19	630.639,65	679.691,25	634.651,12	622.289,25	600.759,94	695.691,68	7.714.109,97	7.319.940,00
Outras Transferências Correntes		133.179,78	235.783,94	246.626,76	75.380,69	48.236,87	76.123,67	104.860,56	125.782,59	121.693,90	144.553,60	153.420,32	127.938,19	1.509.912,85	1.308.877,00
Outras Transferências Correntes		134,45	11.255,79	35,48	337,92	19,05	0,00	95,35	275,11	68,15	88,75	6,47	0,00	13.571,30	5.000,00
Outras Transferências Correntes		359.103,17	433.641,09	563.594,27	515.757,60	384.789,29	231.124,25	342.069,61	342.005,00	353.720,94	516.403,73	475.680,45	544.105,94	5.105.915,75	4.245.604,00
Transferências do L.C. 61/1999		7.180,30	7.895,63	11.059,60	8.712,46	14.734,90	6.837,00	8.899,01	9.897,24	10.242,24	9.755,03	8.997,27	6.692,25	114.516,73	93.100,00
Transferências do L.C. 67/1995		2.851,10	2.551,10	2.551,10	5.102,30	0,00	0,00	0,00	10.739,38	2.694,09	2.694,09	2.694,09	2.694,09	34.226,34	32.400,00
Transferências do FUNDEC		462.970,68	449.099,35	476.183,20	466.827,03	494.096,37	457.481,37	446.165,26	482.773,92	497.018,25	482.580,39	443.219,76	455.594,25	5.073.387,94	5.469.800,00
OUTRAS RECEITAS CORRENTES		75.664,80	756.171,62	202.795,63	189.063,54	26.509,63	23.329,28	10.816,68	412,10,26	22.055,03	21.435,05	19.695,43	25.662,79	1.407.315,35	412.375,00
DEDUÇÕES (II)		276.712,13	253.573,12	352.717,63	371.695,46	353.282,04	345.547,75	297.450,52	325.104,97	342.292,78	336.039,90	294.183,80	307.872,85	3.883.473,25	3.630.692,00
Dedução da Receita Para Formação do FUNDEC		276.712,13	253.573,12	352.717,63	371.695,46	353.282,04	345.547,75	297.450,52	325.104,97	342.292,78	336.039,90	294.183,80	307.872,85	3.883.473,25	3.630.692,00
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA (III = I - II)		2.280.582,44	3.097.599,77	2.808.383,82	3.522.688,65	2.468.056,23	2.651.191,29	2.465.833,89	2.884.365,38	2.712.478,20	2.472.999,97	2.492.553,47	2.507.222,61	31.915.306,62	29.847.510,00

FONTE:

Lauro Müller, 01/10/2015

FABRÍCIO ALVES ALVES
Presidente MunicipalROSÂNIA BENEDETTI
Controladora ORÇ/SC: 02822/05

Município de Lauro Muller - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DO RESULTADO NOMINAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A AGOSTO 2015/BIMESTRE JULHO - AGOSTO

RREO – Anexo 5 (LRF, art 53, inciso III)

R\$ 1,00

<u>DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA</u>	SALDO		
	Em 31 Dez 2014 (A)	Em 30 Jun 2015 (B)	Em 31 Ago 2015 (C)
DÍVIDA CONSOLIDADA (I)	2.732.821,17	2.698.491,04	2.694.170,17
DEDUÇÕES (II)	1.604.710,43	628.248,35	191.159,08
Disponibilidade de Caixa Bruta	2.090.885,14	2.125.962,96	1.557.491,63
Demais Haveres Financeiros	0,00	0,00	0,00
(-) Restos a Pagar Processados (Exeto Precatórios)	486.174,71	1.497.714,61	1.366.332,55
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA (III) = (I - II)	1.128.110,74	2.070.242,69	2.503.011,09
RECEITAS DE PRIVATIZAÇÕES (IV)	0,00	0,00	0,00
PASSIVOS RECONHECIDOS (V)	0,00	0,00	0,00
DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA (VI) = (III + IV - V)	1.128.110,74	2.070.242,69	2.503.011,09

<u>RESULTADO NOMINAL</u>	PERÍODO DE REFERÊNCIA	
	No Bimestre (C - B)	Jan a Ago 2015 (C - A)
VALOR	432.768,40	1.374.900,35

<u>DISCRIMINAÇÃO DA META FISCAL</u>	VALOR CORRENTE
META DE RESULTADO NOMINAL FIXADA NO ANEXO DE METAS FISCAIS DA LDO P/ O EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA	0,00

<u>REGIME PREVIDENCIÁRIO</u>			
<u>DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA PREVIDENCIÁRIA</u>	SALDO		
	Em 31 Dez 2014 (A)	Em 30 Jun 2015 (B)	Em 31 Ago 2015 (C)
DÍVIDA CONSOLIDADA PREVIDENCIÁRIA (VII)	0,00	0,00	0,00
DEDUÇÕES (VIII)	0,00	0,00	0,00
Disponibilidade de Caixa Bruta	0,00	0,00	0,00
Investimentos	0,00	0,00	0,00
Demais Haveres Financeiros	0,00	0,00	0,00
(-) Restos a Pagar Processados	0,00	0,00	0,00
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA PREVIDENCIÁRIA (IX) = (VII - VIII)	0,00	0,00	0,00
PASSIVOS RECONHECIDOS (X)	0,00	0,00	0,00
DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA PREVIDENCIÁRIA (XI) = (IX - X)	0,00	0,00	0,00

FONTE:

Lauro Muller, 01/10/2015

FABRICIO KUSMIN ALVES
Prefeito Municipal

SORAYA CURCIO LIBRELATO
Secret. de Adm. Finanças e Planejamento

ROSANA BENEDET
Contadora CRC/SC 023922/O5

Município de Lauro Muller - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DO RESULTADO PRIMÁRIO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A AGOSTO 2015/BIMESTRE JULHO - AGOSTO

RREO - ANEXO 6 (LRF, art 53, inciso III)

R\$ 1,00

RECEITAS PRIMÁRIAS	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS	
		Até o Bimestre/ 2015	Até o Bimestre/ 2014
RECEITAS PRIMÁRIAS CORRENTES (I)	29.863.271,00	20.174.207,22	18.393.247,86
Receita Tributária	2.772.975,00	2.112.896,03	1.761.754,37
I.P.T.U.	773.549,00	812.454,45	705.270,86
I.S.S.	1.011.240,00	598.543,83	606.625,19
I.T.B.I.	169.934,00	102.332,05	142.467,43
I.R.R.F.	58.976,00	179.629,90	31.856,10
Outras Receitas Tributárias	759.276,00	419.935,80	275.534,79
Receita de Contribuição	91.160,00	56.058,60	56.079,43
Receitas Previdenciárias	0,00	0,00	0,00
Outras Contribuições	91.160,00	56.058,60	56.079,43
Receita Patrimonial Líquida	0,00	0,00	0,00
Receita Patrimonial	96.599,00	216.301,27	105.612,37
(-) Aplicações Financeiras	96.599,00	216.301,27	105.612,37
Transferências Correntes	25.837.763,00	17.407.631,27	16.270.146,60
F.P.M.	9.118.408,00	5.543.369,26	5.140.177,09
I.P.V.A	1.046.466,00	722.192,39	694.098,42
I.C.M.S.	5.855.355,00	4.140.534,14	3.642.688,05
Convênios	412.647,00	351.229,82	576.220,18
Outras Transferências Correntes	9.404.887,00	6.650.305,66	6.216.962,66
Demais Receitas Correntes	1.161.373,00	597.621,32	305.267,46
Dívida Ativa	131.610,00	83.333,07	71.304,08
Diversas Receitas Correntes	1.029.763,00	514.288,25	233.963,38
RECEITAS DE CAPITAL (II)	8.350.000,00	98.687,08	3.340.793,81
Operações de Crédito (III)	0,00	0,00	0,00
Amortização de Empréstimos (IV)	0,00	0,00	0,00
Alienação de Ativos (V)	0,00	0,00	0,00
Transferências de Capital	8.350.000,00	98.687,08	3.340.793,81
Convênios	8.350.000,00	98.687,08	3.340.793,81
Outras Transferências de Capital	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas de Capital	0,00	0,00	0,00
RECEITAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL (VI) = (II - III - IV - V)	8.350.000,00	98.687,08	3.340.793,81
RECEITA PRIMÁRIA TOTAL (VII) = (I + VI)	38.213.271,00	20.272.894,30	21.734.041,67

DESPESAS PRIMÁRIAS	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS	
		Até o Bimestre/ 2015	Até o Bimestre/ 2014	Até o Bimestre/ 2015	Até o Bimestre/ 2014
DESPESAS CORRENTES (VIII)	29.361.613,58	21.953.738,95	21.394.281,01	20.411.541,74	18.932.989,34
Pessoal e Encargos Sociais	15.696.458,92	12.912.197,06	11.177.742,09	12.864.736,06	11.088.599,90
Juros e Encargos da Dívida (IX)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Despesas Correntes	13.665.154,66	9.041.541,89	10.216.538,92	7.546.805,68	7.844.389,44
DESPESAS PRIMÁRIAS CORRENTES (X) = (VIII - IX)	29.361.613,58	21.953.738,95	21.394.281,01	20.411.541,74	18.932.989,34
DESPESAS DE CAPITAL (XI)	11.745.320,74	1.939.023,62	3.653.486,02	1.684.382,94	2.795.607,38
Investimentos	11.485.320,74	1.753.768,11	3.442.712,67	1.499.127,43	2.584.834,03
Inversões Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Concessão de Empréstimos (XII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Aquisição de título de Capital já Integralizado (XIII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Inversões Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida (XIV)	260.000,00	185.255,51	210.773,35	185.255,51	210.773,35
DESPESAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL (XV) = (XI - XII - XIII - XIV)	11.485.320,74	1.753.768,11	3.442.712,67	1.499.127,43	2.584.834,03
RESERVA DE CONTINGÊNCIA (XVI)	64.077,43	-	-	-	-
DESPESA PRIMÁRIA TOTAL (XVIII) = (X + XV + XVI + XVII)	40.911.011,75	23.707.507,06	24.836.993,68	21.910.669,17	21.517.823,37

Município de Lauro Muller - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DO RESULTADO PRIMÁRIO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A AGOSTO 2015/BIMESTRE JULHO - AGOSTO

RESULTADO PRIMÁRIO (XIX) = (VII - XVIII)	-2.697.740,75	-3.434.612,76	-3.102.952,01	-1.637.774,87	216.218,30
SALDOS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	-	-	-	0,00	0,00
Superávit Financeiro	-	-	-	0,00	0,00
Reabertura de Créditos Adicionais	-	-	-	0,00	0,00

DISCRIMINAÇÃO DA META FISCAL	VALOR CORRENTE
META DE RESULTADO PRIMÁRIO FIXADA NO ANEXO DE METAS FISCAIS DA LDO P/ O EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA	0,00

Lauro Muller, 01/10/2015

FABRICIO KUSMIN ALVES
Prefeito Municipal

SORAYA CURCIO LIBRELATO
Secret. de Adm. Finanças e Planejamento

ROSANA BENEDET
Contadora CRC/SC 023922/O5

Município de Lauro Müller - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DOS RESTOS A PAGAR POR PODER E ÓRGÃO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A AGOSTO 2015/6 BIMESTRE JULHO - AGOSTO

RREO - Anexo 7 (LRF, art. 53, inciso V)

R\$ 1,00

PODER/ÓRGÃO	RP PROCESSADOS E NÃO PROCESSADOS LIQUIDADOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES					RP NÃO PROCESSADOS					
	Inscritos		Pagos	Cancelados	Saldo (a)	Inscritos		Liquidados	Pagos	Cancelados	Saldo (b)
	Em Exercícios Anteriores	Em 31 de Dezembro de 2014				Em Exercícios Anteriores	Em 31 de Dezembro de 2014				
RESTOS A PAGAR (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIOS) (I)	49.305,53	436.869,18	85.275,25	184.957,64	214.941,82	7.718,65	500.230,47	146.931,20	146.931,17	151.603,75	209.414,20
EXECUTIVO											
ADMINISTRAÇÃO DIRETA	45.222,53	431.599,66	85.275,25	184.957,64	205.689,30	7.718,65	500.230,47	146.931,20	146.931,17	151.603,75	209.414,20
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	1.409,11	8.083,62	0,00	0,00	9.442,73	7.262,13	0,00	0,00	0,00	0,00	7.262,13
Fundo municipal do Meio Ambiente	2.585,50	0,00	0,00	0,00	2.585,50	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	2.585,50
GABINETE DO PREFEITO	8,23	0,00	0,00	0,00	8,23	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	8,23
SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS E PLANEJAM	0,00	905,25	240,25	0,00	665,00	456,52	0,00	39,09	39,06	0,00	417,46
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E DOS ESPORTES	0,00	230.598,54	85.035,00	139.325,54	5.238,00	0,00	262.733,79	13.101,18	13.101,18	252,00	129.194,61
SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICO	41.219,69	3.775,11	0,00	0,00	44.994,80	0,00	15.872,93	15.872,93	15.872,93	0,00	44.994,80
SECRETARIA MUNICIPAL DO TURISMO CULTURA E DO DE	0,00	45.632,10	0,00	45.632,10	0,00	0,00	149.083,75	0,00	0,00	149.083,75	0,00
SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA E DO MEIO	0,00	142.655,04	0,00	0,00	142.655,04	0,00	72.540,00	0,00	0,00	0,00	72.540,00
HOSPITAL MUNICIPAL HENRIQUE LAGE	4.083,00	5.269,52	0,00	0,00	9.352,52	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	9.352,52
HOSPITAL MUNICIPAL HENRIQUE LAGE	4.083,00	5.269,52	0,00	0,00	9.352,52	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	9.352,52
RESTOS A PAGAR (INTRA-ORÇAMENTÁRIOS) (II)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
TOTAL (III) = (I + II):	49.305,53	436.869,18	85.275,25	184.957,64	214.941,82	7.718,65	500.230,47	146.931,20	146.931,17	151.603,75	209.414,20
Fonte:											

Lauro Müller, 01/10/2015

FABRICIO KUSMIN ALVES
Prefeito MunicipalSORAYA CURCIO LIBRELATO
Secret. de Adm. Finanças e PlanejamentoROSANA BENEDET
Controladora - CPO/SC 023922/05

MUNICÍPIO DE LAURO MULLER - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO – MDE
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A AGOSTO 2015/BIMESTRE JULHO - AGOSTO

RREO - ANEXO 8 (LDB, art. 72)

R\$ 1.00

RECEITAS DO ENSINO				
RECEITA RESULTANTE DE IMPOSTOS (caput do art. 212 da Constituição)	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS	
			Até o Bimestre (b)	% (c) = (b/a)x100
1- RECEITAS DE IMPOSTOS	2.145.309,00	2.145.309,00	1.776.293,30	82,80
1.1- Receita Resultante do Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana - IPTU	905.159,00	905.159,00	895.787,52	98,96
1.1.1- IPTU	773.549,00	773.549,00	812.454,45	105,03
1.1.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do IPTU	—	0,00	0,00	0,00
1.1.3- Dívida Ativa do IPTU	131.610,00	131.610,00	83.333,07	63,32
1.1.4- Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do IPTU	—	0,00	0,00	0,00
1.1.5- (-) Deduções da Receita do IPTU	—	0,00	0,00	0,00
1.2- Receita Resultante do Imposto sobre Transmissão Inter Vivos - ITBI	169.934,00	169.934,00	102.332,05	60,22
1.2.1- ITBI	169.934,00	169.934,00	102.332,05	60,22
1.2.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do ITBI	—	0,00	0,00	0,00
1.2.3- Dívida Ativa do ITBI	—	0,00	0,00	0,00
1.2.4- Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do ITBI	—	0,00	0,00	0,00
1.2.5- (-) Deduções da Receita do ITBI	—	0,00	0,00	0,00
1.3- Receita Resultante do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISS	1.011.240,00	1.011.240,00	598.543,83	59,19
1.3.1- ISS	1.011.240,00	1.011.240,00	598.543,83	59,19
1.3.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do ISS	—	0,00	0,00	0,00
1.3.3- Dívida Ativa do ISS	—	0,00	0,00	0,00
1.3.4- Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do ISS	—	0,00	0,00	0,00
1.3.5- (-) Deduções da Receita do ISS	—	0,00	0,00	0,00
1.4- Receita Resultante do Imposto de Renda Retido na Fonte - IRRF	59.976,00	59.976,00	179.629,90	304,58
1.4.1- IRRF	59.976,00	59.976,00	179.629,90	304,58
1.4.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do IRRF	—	0,00	0,00	0,00
1.4.3- Dívida Ativa do IRRF	—	0,00	0,00	0,00
1.4.4- Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do IRRF	—	0,00	0,00	0,00
1.4.5- (-) Deduções da Receita do IRRF	—	0,00	0,00	0,00
1.5- Receita Resultante do Imposto Territorial Rural - ITR (CF, art. 153, §4º, inciso III)	—	—	—	—
1.5.1- ITR	—	—	—	—
1.5.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do ITR	—	—	—	—
1.5.3- Dívida Ativa do ITR	—	—	—	—
1.5.4- Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do ITR	—	—	—	—
1.5.5- (-) Deduções da Receita do ITR	—	—	—	—
2- RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS	19.940.841,00	19.940.841,00	13.061.419,53	65,45
2.1- Cota-Parte FPM	11.185.874,00	11.185.874,00	6.871.106,42	61,43
2.1.1- Parcela referente à CF, art. 159, I, alínea b	11.185.874,00	11.185.874,00	6.871.106,42	61,43
2.1.2- Parcela referente à CF, art. 159, I, alínea d	—	—	—	—
2.1.3- Parcela referente à CF, art. 159, I, alínea e	—	—	—	—
2.2- Cota-Parte ICMS	7.318.240,00	7.318.240,00	5.175.666,76	70,72
2.3- ICMS-Desoneração – L.C. nº87/1996	32.450,00	32.450,00	21.472,74	66,17
2.4- Cota-Parte IPH-Exportação	90.100,00	90.100,00	79.876,85	88,65
2.5- Cota-Parte ITR	5.300,00	5.300,00	557,06	10,51
2.6- Cota-Parte IPVA	1.308.877,00	1.308.877,00	902.739,70	68,97
2.7- Cota-Parte IOF-Ouro	—	—	—	—
3- TOTAL DA RECEITA DE IMPOSTOS (1 + 2)	22.096.150,00	22.096.150,00	14.827.712,83	67,14
RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS	
			Até o Bimestre (b)	% (c) = (b/a)x100
4- RECEITA DA APLICAÇÃO FINANCEIRA DE OUTROS RECURSOS DE IMPOSTOS VINC. AO ENSINO	—	0,00	5.144,32	0,00
5- RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS DO FNDE	863.056,00	863.056,00	564.378,82	65,39
5.1- Transferências do Salário-Educação	616.220,00	616.220,00	426.772,22	69,58
5.2- Transferências Diretas - PDDE	—	0,00	0,00	0,00
5.3- Transferências Diretas - PNAE	164.872,00	164.872,00	97.188,00	58,95
5.4- Transferências Diretas - PNATE	81.963,00	81.963,00	36.038,60	44,41
5.5- Outras Transferências do FNDE	—	—	—	—
5.6- Aplicação Financeira dos Recursos do FNDE	—	—	—	—
6- RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS	1.150.000,00	1.150.000,00	99.394,54	8,64
6.1- Transferências de Convênios	1.150.000,00	1.150.000,00	50.000,00	4,35
6.2- Aplicação Financeira dos Recursos de Convênios	—	—	—	—
7- RECEITA DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO	—	—	—	—
8- OUTRAS RECEITAS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	2.408.943,00	2.408.943,00	1.483.425,91	61,58
9- TOTAL DAS RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO (4 + 5 + 6 + 7 + 8)	4.421.998,00	4.421.998,00	2.152.343,59	48,57
FUNDEB				
RECEITAS DO FUNDEB	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS	
			Até o Bimestre (b)	% (c) = (b/a)x100
10- RECEITAS DESTINADAS AO FUNDEB	3.930.692,00	3.930.692,00	2.592.874,61	65,96
10.1- Cota-Parte FPM Destinada ao FUNDEB – (20% de 2.1.1)	2.179.826,00	2.179.826,00	1.366.789,61	62,24
10.2- Cota-Parte ICMS Destinada ao FUNDEB – (20% de 2.2)	1.462.885,00	1.462.885,00	1.035.132,62	70,76
10.3- ICMS-Desoneração Destinada ao FUNDEB – (20% de 2.3)	6.490,00	6.490,00	4.294,51	66,17
10.4- Cota-Parte IPH-Exportação Destinada ao FUNDEB – (20% de 2.4)	18.020,00	18.020,00	15.999,19	88,79
10.5- Cota-Parte ITR ou ITR Arrecadados Destinados ao FUNDEB – (20% de (1.5 + 2.5))	1.060,00	1.060,00	111,37	10,51
10.6- Cota-Parte IPVA Destinada ao FUNDEB – (20% de 2.6)	262.411,00	262.411,00	180.547,31	68,80
11- RECEITAS RECEBIDAS DO FUNDEB	5.469.600,00	5.469.600,00	3.729.217,58	68,18
11.1- Transferências de Recursos do FUNDEB	5.469.600,00	5.469.600,00	3.729.217,58	68,18
11.2- Complementação da União ao FUNDEB	—	—	—	—
11.3- Receita de Aplicação Financeira dos Recursos do FUNDEB	—	—	—	—
12- RESULTADO LÍQUIDO DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB (11.1 – 10)	1.538.908,00	1.538.908,00	1.136.342,97	73,84
ACRÉSCIMO RESULTANTE DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB				

MUNICÍPIO DE LAURO MULLER - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO - MDE
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A AGOSTO 2015/BIMESTRE JULHO - AGOSTO

Continuação 2/3

DESPESAS DO FUNDEB	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS	
			Até o Bimestre (e)	% (f)=(e/d)x100	Até o Bimestre (g)	% (h)=(g/d)x100
13- PAGAMENTO DOS PROFISSIONAIS DO MAGISTÉRIO	3.287.760,00	3.637.760,00	3.285.872,75	90,33	3.238.411,75	89,02
13.1- Com Educação Infantil	1.088.160,00	1.088.160,00	1.088.974,40	98,24	1.088.974,40	98,24
13.2- Com Ensino Fundamental	2.199.600,00	2.549.600,00	2.216.898,35	86,95	2.169.437,35	85,09
14- OUTRAS DESPESAS	2.191.840,00	1.841.840,00	775.665,97	42,11	652.483,89	35,43
14.1- Com Educação Infantil	1.055.920,00	1.055.920,00	506.222,44	47,94	506.222,44	47,94
14.2- Com Ensino Fundamental	1.135.920,00	785.920,00	269.443,53	34,28	146.261,45	18,61
15- TOTAL DAS DESPESAS DO FUNDEB (13 + 14)	5.479.600,00	5.479.600,00	4.061.538,72	74,12	3.890.895,64	71,01
DEDUÇÕES PARA FINS DE LIMITE DO FUNDEB					VALOR	
16- RESTOS A PAGAR INSCRITOS NO EXERCÍCIO SEM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DO FUNDEB					0,00	
16.1 - FUNDEB 60%					0,00	
16.2 - FUNDEB 40%					0,00	
17- DESPESAS CUSTEADAS COM O SUPERÁVIT FINANCEIRO, DO EXERCÍCIO ANTERIOR, DO FUNDEB					0,00	
17.1 - FUNDEB 60%					0,00	
17.2 - FUNDEB 40%					0,00	
18- TOTAL DAS DEDUÇÕES CONSIDERADAS PARA FINS DE LIMITE DO FUNDEB (16 + 17)					0,00	
INDICADORES DO FUNDEB						
19 - TOTAL DAS DESPESAS DO FUNDEB PARA FINS DE LIMITE (15 - 18)					3.890.895,64	
19.1 - Mínimo de 60% do FUNDEB na Remuneração do Magistério* (13 - (16.1 + 17.1)) / (11) x 100 %					86,84	
19.2 - Máximo de 40% em Despesa com MDE, que não Remuneração do Magistério (14 - (16.2 + 17.2)) / (11) x 100 %					17,50	
19.3 - Máximo de 5% não Aplicado no Exercício (100 - (19.1 + 19.2)) %					-4,34	
CONTROLE DA UTILIZAÇÃO DE RECURSOS NO EXERCÍCIO SUBSEQUENTE					VALOR	
20 - RECURSOS RECEBIDOS DO FUNDEB EM 2014 QUE NÃO FORAM UTILIZADOS					0,00	
21 - DESPESAS CUSTEADAS COM O SALDO DO ITEM 20 ATÉ O 1º TRIMESTRE DE 2015 *					0,00	
MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO - DESPESAS CUSTEADAS COM A RECEITA RESULTANTE DE IMPOSTOS E RECURSOS DO FUNDEB						
RECEITAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE	PREVISÃO INICIAL		PREVISÃO ATUALIZADA (a)		RECEITAS REALIZADAS	
					Até o Bimestre (b)	% (c)=(b/a)x100
22- IMPOSTOS E TRANSFERÊNCIAS DESTINADAS À MDE (25% de 3) ^a	5.521.537,50		5.521.537,50		3.706.928,21	67,14
DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS	
			Até o Bimestre (e)	% (f)=(e/d)x100	Até o Bimestre (g)	% (h)=(g/d)x100
23- EDUCAÇÃO INFANTIL	3.659.080,00	3.691.877,92	2.425.570,71	65,70	2.407.275,60	65,20
23.1- Creche	3.659.080,00	3.659.080,00	2.392.772,79	65,39	2.374.477,68	64,89
23.1.1- Despesas Custeadas com Recursos do FUNDEB	2.144.080,00	2.144.080,00	1.575.196,84	73,47	1.575.196,84	73,47
23.1.2- Despesas Custeadas com Outros Recursos de Impostos	1.515.000,00	1.515.000,00	817.575,95	53,97	799.280,84	52,76
23.2- Pré-escola	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
23.2.1- Despesas Custeadas com Recursos do FUNDEB	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
23.2.2- Despesas Custeadas com Outros Recursos de Impostos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
24- ENSINO FUNDAMENTAL	6.120.150,00	6.120.150,00	3.520.830,88	57,53	3.306.765,19	54,03
24.1- Despesas Custeadas com Recursos do FUNDEB	3.335.520,00	3.335.520,00	2.486.341,88	74,54	2.315.698,80	69,43
24.2- Despesas Custeadas com Outros Recursos de Impostos	2.784.630,00	2.784.630,00	1.034.489,00	37,15	991.066,39	35,59
25- ENSINO MÉDIO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
26- ENSINO SUPERIOR	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
27- ENSINO PROFISSIONAL NÃO INTEGRADO AO ENSINO REGULAR	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
28- OUTRAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
29- TOTAL DAS DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE (23 + 24 + 25 + 26 + 27 + 28)	9.779.230,00	9.812.027,92	5.946.401,59	60,60	5.714.040,79	58,24
DEDUÇÕES CONSIDERADAS PARA FINS DE LIMITE CONSTITUCIONAL					VALOR	
30- RESULTADO LÍQUIDO DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB = (12)					1.136.342,97	
31- DESPESAS CUSTEADAS COM A COMPLEMENTAÇÃO DO FUNDEB NO EXERCÍCIO					0,00	
32- RECEITA DE APLICAÇÃO FINANCEIRA DOS RECURSOS DO FUNDEB ATÉ O BIMESTRE = (60 h)					-	
33- DESPESAS CUSTEADAS COM O SUPERÁVIT FINANCEIRO, DO EXERCÍCIO ANTERIOR, DO FUNDEB					-	
34- DESPESAS CUSTEADAS COM O SUPERÁVIT FINANCEIRO, DO EXERCÍCIO ANTERIOR, DE OUTROS RECURSOS DE IMPOSTOS					0,00	
35- RESTOS A PAGAR INSCRITOS NO EXERCÍCIO SEM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO					-	
36- CANCELAMENTO, NO EXERCÍCIO, DE RESTOS A PAGAR INSCRITOS COM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO = (46 j)					-	
37- TOTAL DAS DEDUÇÕES CONSIDERADAS PARA FINS DE LIMITE CONSTITUCIONAL (30 + 31 + 32 + 33 + 34 + 35 + 36)					1.136.342,97	
38- TOTAL DAS DESPESAS PARA FINS DE LIMITE ((23 + 24) - (37))					4.577.697,82	
39- MÍNIMO DE 25% DAS RECEITAS RESULTANTES DE IMPOSTOS EM MDES ((39) / (3) x 100) %					30,67	
OUTRAS INFORMAÇÕES PARA CONTROLE						
OUTRAS DESPESAS CUSTEADAS COM RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS	
			Até o Bimestre (e)	% (f)=(e/d)x100	Até o Bimestre (g)	% (h)=(g/d)x100
40- DESPESAS CUSTEADAS COM A APLICAÇÃO FINANCEIRA DE OUTROS RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
41- DESPESAS CUSTEADAS COM A CONTRIBUIÇÃO SOCIAL DO SALÁRIO-EDUCAÇÃO	618.020,00	708.886,13	494.771,26	69,80	399.385,68	56,34
42- DESPESAS CUSTEADAS COM OPERAÇÕES DE CRÉDITO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
43- DESPESAS CUSTEADAS COM OUTRAS RECEITAS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	0,00	54.126,71	54.126,71	100,00	54.126,71	100,00
44- TOTAL DAS OUTRAS DESPESAS CUSTEADAS COM RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO (40 + 41 + 42 + 43)	618.020,00	763.012,84	548.897,97	71,94	453.512,39	59,44
45- TOTAL GERAL DAS DESPESAS COM MDE (29 + 44)	10.397.250,00	10.575.040,76	6.495.299,56	61,42	6.167.553,18	58,32

MUNICÍPIO DE LAURO MULLER - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO – MDE
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A AGOSTO 2015/BIMESTRE JULHO - AGOSTO

Continuação 3/3

RESTOS A PAGAR INSCRITOS COM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO	SALDO ATÉ O BIMESTRE	CANCELADO EM 2015 (1)
46- RESTOS A PAGAR DE DESPESAS COM MDE	0,00	0,00
46.1 - Executadas com Recursos de Impostos Vinculados ao Ensino	0,00	0,00
46.2 - Executadas com Recursos do FUNDEB	0,00	0,00
FLUXO FINANCEIRO DOS RECURSOS		VALOR
	FUNDEB (h)	FUNDEF
47- SALDO FINANCEIRO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014	38.232,63	0,00
48- (+) INGRESSO DE RECURSOS ATÉ O BIMESTRE	3.739.666,15	0,00
49- (-) PAGAMENTOS EFETUADOS ATÉ O BIMESTRE	3.750.977,73	0,00
49.1 Orçamento do Exercício	3.750.977,73	0,00
49.2 Restos a Pagar	0,00	0,00
50- (+) RECEITA DE APLICAÇÃO FINANCEIRA DOS RECURSOS ATÉ O BIMESTRE	0,00	0,00
51- (=) SALDO FINANCEIRO NO EXERCÍCIO ATUAL	26.921,05	0,00

Lauro Muller, 01/10/2015

FABRICIO KUSMIN ALVES
Prefeito MunicipalSORAYA CURCIO LIBRELATO
Secret. de Adm. Finanças e PlanejamentoROSANA BENEDET
Contadora CRC/SC 023922/O5

FONTE:

¹ Limites mínimos anuais a serem cumpridos no encerramento do exercício.² Art. 21, § 2º, Lei 11.494/2007: "Até 5% dos recursos recebidos à conta dos Fundos, inclusive relativos à complementação da União recebidos nos termos do §1º do art. 6º desta Lei, poderão ser utilizados no 1º trimestre do exercício imediatamente subsequente, mediante abertura de crédito adicional."³ Caput do art. 212 da CF/1988⁴ Os valores referentes à parcela dos Restos a Pagar inscritos sem disponibilidade financeira vinculada à educação deverão ser informados somente no RREO do último bimestre do exercício⁵ Limites mínimos anuais a serem cumpridos no encerramento do exercício, no âmbito de atuação prioritária, conforme LDB, art. 11, V.⁶ Nos cinco primeiros bimestres do exercício o acompanhamento poderá ser feito com base na despesa empenhada ou na despesa liquidada.
No último bimestre do exercício, o valor deverá corresponder ao total da despesa empenhada.⁷ Essa coluna poderá ser apresentada somente no último bimestre.

Município de Lauro Muller - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO E DESPESAS DE CAPITAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A AGOSTO 2015/BIMESTRE JULHO - AGOSTO

RREO - ANEXO 9 (LRF, art.53, § 1º, inciso I)

R\$ 1,00

RECEITAS	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS (b)			SALDO NÃO REALIZADO (c) = (a - b)
RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO* (I)	0,00	0,00			0,00
DESPESAS	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS EMPENHADAS (e)	DESPESAS LIQUIDADAS	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS	SALDO NÃO EXECUTADO (f)=(d-e)
DESPESAS DE CAPITAL	11.745.320,74	1.939.023,62	1.684.382,94	0,00	9.806.297,12
(-) Incentivos Fiscais a Contribuintes por Instituições Financeira	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
(-) Incentivos Fiscais a Contribuintes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESA DE CAPITAL LÍQUIDA (II):	11.745.320,74	1.939.023,62	1.684.382,94	0,00	9.806.297,12
RESULTADO PARA APURAÇÃO DA REGRA DE OURO (III) = (I - II)	-11.745.320,74	-1.939.023,62	-	-	-9.806.297,12
FONTE:					

Lauro Muller, 01/10/2015

FABRICIO KUSMIN ALVES
Prefeito Municipal

SORAYA CURCIO LIBRELATO
Secret. de Adm. Finanças e Planejamento

ROSANA BENEDET
Contadora CRC/SC 023922/05

Leoberto Leal

PREFEITURA

PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO N.º 001/2015 - GABARITO OFICIAL

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE LEOBERTO LEAL

PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 002/2015

GABARITO OFICIAL

FISIOTERAPEUTA PARA ATUAR NO NASF									
01	02	03	04	05	06	07	08	09	10
C	A	B	A	C	B	C	D	D	A
11	12	13	14	15	16	17	18	19	20
C	C	D	C	B	A	D	C	B	C
21	22	23	24	25					
B	C	A	D	B					

FONOAUDIÓLOGO PARA ATUAR NO NASF									
01	02	03	04	05	06	07	08	09	10
C	A	B	A	C	B	C	D	D	A
11	12	13	14	15	16	17	18	19	20
C	C	D	C	B	B	A	D	D	D
21	22	23	24	25					
A	C	B	D	C					

NUTRICIONISTA PARA ATUAR NO NASF									
01	02	03	04	05	06	07	08	09	10
C	A	B	A	C	B	C	D	D	A
11	12	13	14	15	16	17	18	19	20
C	C	D	C	B	A	D	C	B	C
21	22	23	24	25					
B	C	A	B	D					

ENFERMEIRO									
01	02	03	04	05	06	07	08	09	10
C	A	B	A	C	B	C	D	D	A
11	12	13	14	15	16	17	18	19	20
C	C	D	C	B	D	D	A	D	C
21	22	23	24	25					
B	C	A	D	B					

ODONTÓLOGO									
01	02	03	04	05	06	07	08	09	10
C	A	B	A	C	B	C	D	D	A
11	12	13	14	15	16	17	18	19	20
C	C	D	C	B	D	C	B	D	C
21	22	23	24	25					
D	D	D	A	B					

ATENDENTE DE SAÚDE PÚBLICA									
01	02	03	04	05	06	07	08	09	10
C	A	B	D	A	B	C	D	C	A
11	12	13	14	15	16	17	18	19	20
D	A	C	C	C	D	D	B	B	C
21	22	23	24	25					
A	B	C	C	B					

TATIANE DUTRA ALVES DA CUNHA
Prefeita Municipal

038 – Instrutor de Informática									
01	02	03	04	05	06	07	08	09	10
A	B	D	D	B	D	A	B	D	D

11	12	13	14	15	16	17	18	19	20
D	B	C	D	C	A	C	D	A	A
21	22	23	24	25					
A	C	B	D	A					

039 – Auxiliar de Serviços Gerais

01	02	03	04	05	06	07	08	09	10
C	B	C	C	B	A	B	D	A	B
11	12	13	14	15	16	17	18	19	20
C	C	C	A	B	B	D	D	C	B
21	22	23	24	25					
D	D	C	D	D					

Luzerna

PREFEITURA

1º TERMO ADITIVO A CONTRATO PML 127.2015

PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO PML Nº 127.2015, ORIUNDA DO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 070.2015, DISPENSA Nº 011.2015, QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE LUZERNA/SC E COMÉRCIO DE DIVISÓRIAS FERCAI LTDA ME, COM O FITO DE MAJORAR EM 7,55% DO CONTRATO SUSOMENCIONADA.

Aos 30 (trinta) dias do mês de setembro de 2015, presentes de um lado, o MUNICÍPIO DE LUZERNA/SC, pessoa jurídica de direito público interno, devidamente inscrito no CNPJ/MF sob o nº 01.613.428/0001-72, com sede administrativa na Avenida 16 de Fevereiro, 151, em Luzerna/SC, CEP 89609000, representado neste ato por seu Prefeito MOISÉS DIERSMANN, brasileiro, maior e capaz, casado, professor, inscrito no CPF/MF nº 024.651.199-07 e portador da cédula de identidade nº 11/C-3. 427.769, residente e domiciliado à Rua Beno Dresch, s/n, Bairro Vila Alemana, neste Município de Luzerna/SC, CEP 89.609-000, denominado CONTRATANTE e COMÉRCIO DE DIVISÓRIAS FERCAI LTDA ME, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 15.459.686/0001-50, situada a Av. Caetano Natal Branco, nº 3156, Bairro Frei Bruno no Município de Joaçaba/SC CEP 89.600-000, neste ato representada por seu sócio administrador ADÃO RAMOS, brasileiro, maior e capaz, casado, empresário, portador da cédula de identidade nº 11/R 1.513.744 SSP/SC e inscrito no CPF/MF sob o nº 484.170.099-49, denominado CONTRATADA, têm entre si justo e contratado o presente CONTRATO PARA CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS E O FORNECIMENTO DOS EQUIPAMENTOS E MATERIAIS NECESSÁRIOS PARA REFORMA DO DESTACAMENTO DO POSTO DA POLÍCIA MILITAR SENDO NECESSÁRIA A COLOCAÇÃO DE 66,60 M² DE DIVISÓRIAS SOBRE MONTANTE METÁLICO, PINTURA DE PAREDES TOTALIZANDO UMA ÁREA DE 147,75 M², PINTURA DE TETO TOTALIZANDO 29,33 M², COLOCAÇÃO DE FORRO DE PVC EM UMA ÁREA DE 57,62 M², COLOCAÇÃO DE 05 PORTAS, TROCA DE VIDRO TIPO CANELADO (0,50 M²) E COLOCAÇÃO DE VIDRO PARA BALCÃO DE ATENDIMENTO (1,50 M²), RESOLVEM, com supedâneo na Lei 8.666/93 e alterações posteriores, celebrar, na presença das testemunhas signatárias, o presente Termo Aditivo ao Contrato em epígrafe, nos termos que segue:

CLÁUSULA PRIMEIRA

DO OBJETO

DO ACRÉSCIMO

O presente instrumento tem por objeto majorar em 7,555% correspondente ao valor de R\$ 1.022,34 (um mil e vinte e dois reais e trinta e quatro centavos) ao valor da contratação, com a finalidade de manter a continuidade da obra, nos termos da planilha anexa ao aditivo.

CLÁUSULA SEGUNDA

DA RETIFICAÇÃO

As partes, neste ato, ratificam, no que couber, todas as demais cláusulas estipuladas no Contrato original e constantes do Edital do aludido Pregão, como se aqui transcritas literalmente, para todos os fins e efeitos jurídicos.

CLÁUSULA TERCEIRA

DO FORO

É competente o foro da Comarca de Joaçaba/SC para dirimir quaisquer dúvidas, porventura, oriundas do Contrato e/ou deste Aditivo, com renúncia a qualquer outro, por mais privilegiado que o seja.

E, por assim estarem justos e contratados, assinam este instrumento em 03 (três) vias de igual teor, na presença das testemunhas abaixo signatárias, de tudo inteiradas.

Luzerna/SC, 30 de setembro de 2015.

MOISÉS DIERSMANN Prefeito de Luzerna CONTRATANTE	ADÃO RAMOS COMÉRCIO DE DIVISÓRIAS FERCAI LTDA ME CONTRATADA
--	--

TESTEMUNHAS:

1. _____	2. _____
----------	----------

AVISO DE RETIFICAÇÃO - PL 086/2015 - PP 056/2015 - AQUISIÇÃO DE MOVEIS - PML

MUNICÍPIO DE LUZERNA

EXTRATO DE EDITAL

Processo Licitatório nº 086/2015 - PML

Pregão Presencial nº 056/2015 - PML

ALTERAÇÃO

DATA DE ABERTURA

INCLUSÃO DE ITENS 42 e 43

O MUNICÍPIO DE LUZERNA (SC), por intermédio do Prefeito Municipal, MOISÉS DIERSMANN, leva ao conhecimento dos interessados que fará realizar licitação na modalidade PREGÃO PRESENCIAL.

OBJETO: A presente Licitação tem por objeto o Registro de Preços para a aquisição eventual e futura de móveis, destinados à Prefeitura Municipal e os Fundos Especiais do Município de Luzerna/SC. REGIMENTO: Lei nº 10.520 de 17/07/2002 e Decreto Municipal nº 708 de 06/01/06, com aplicação subsidiária da Lei 8.666/93 de 21/06/1993 e alterações posteriores.

ENTREGA DOS ENVELOPES: até às 14 horas do dia 15 de outubro de 2015.

ABERTURA DAS PROPOSTAS, CREDECIMENTO E SESSÃO DE LANCES: às 14h10min do dia 15 de outubro de 2015.

OBTENÇÃO DO EDITAL: pelo site www.luzerna.sc.gov.br

MAIORES INFORMAÇÕES: Pelo fone/fax: (049) 3551-4700.

CONTRATO PML Nº 134.15

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS PML Nº 134/2015

PROCESSO LICITATÓRIO PML Nº 076/2015

PREGÃO PRESENCIAL PML Nº 050/2015

VALIDADE: 12 (doze) MESES

Aos 15 (quinze) dias do mês de setembro do ano de 2015, presentes de um lado, a PREFEITURA MUNICIPAL DE LUZERNA, órgão gestor, representado neste ato por seu Prefeito MOISÉS DIERSMANN e Secretaria da Fazenda e Administração do Município de Luzerna, órgão gerenciador, no uso de suas atribuições, RESOLVE registrar os preços ofertados pela empresa:

1 – AFONSO TOMCZAK ME, pessoa jurídica de direito privado situada a Rua Cento e Vinte e Quatro, nº 360, sala 01, bairro São Cristóvão na cidade de Frederico Westphalen/RS CEP 98.400-000, caixa postal 114, inscrita no CNPJ sob o nº 18.778.775/0001-58, neste ato representada pelo sócio administrador AFONSO TOMCZAK portador da cédula de identidade nº 2034637385 e regularmente inscrito o CPF sob o nº 093.366.300-59, doravante denominado FORNECEDOR 1;

Classificada para fornecimento dos objetos constantes do Edital de Processo Licitatório PML nº 076/2015 na modalidade de Pregão Presencial nº 050/2015, observando-se fielmente as disposições deste, inclusive das propostas apresentadas, que ora integram este instrumento de registro de preço, independente de transcrição, e, também, pelas cláusulas a seguir delineadas:

CLÁUSULA PRIMEIRA DO OBJETO E DO PREÇO

0.1. A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para eventual e futura contratação de empresa para fornecimento de abrigo de passageiros (ponto de ônibus), conforme especificações contidas no ANEXO I do edital conforme tabela discriminativa abaixo:

Item	Quant.	Unid.	Descrição	Preço Unitário R\$	Preço Total R\$
1	4,00	UN	Aquisição de abrigos de passageiros (parada de ônibus) nas medidas: 3,00 mt. Especificação detalhada do objeto: MEDIDA: -3 metros COLUNA DA SUSTENTAÇÃO: Coluna principal em tubo 5", conforme as normas SAE 1008/1010, NBR 11888/2 e NBR 7013. Tubo galvanizado a fogo. COBERTURA: Cobertura em chapas de aço nº 22 galvanizada: Estrutura que receberá as chapas de fechamento deveram ser em tubos retangulares 30x30, o material da estrutura deverá ser de aço carbono com parede mínima de 1,50mm, conforme as normas SAE 1008/1010, NBR 11888/2 e NBR 7013. Cobertura deverá ser fixada por meio de parafusos sextavados auto brocantes, acompanhados por arruelas de borracha. Os parafusos que deverão ser utilizados na montagem deverão ser zincados, de forma a proteger a estrutura contra a ação do tempo. Testeira frontal em chapa no tamanho de 0,15x3, 00m com a escrita PREFEITURA MUNICIPAL DE LUZERNA. Todos os tubos galvanizados a fogo. BANCO: A estrutura de sustentação deverá ser em cantoneira 1"x1/8, galvanizadas a fogo. Banco em tábua de madeira de lei com espessura de 4cm medindo 2.750x300mm. As tabuas deverão receber pintura de proteção contra interperes de tempo. FECHAMENTO LATERAL: O fechamento deverá ser confeccionado em tubo 2"x1,50mm galvanizados a fogo, no tamanho de 1,40x0,40m e vidro temperado incolor 8mm. FECHAMENTO TRASEIRO: Em tubo redondo com 4" parede 2,00mm no tamanho de 2,75x1,40m com fechamento em chapa de alumínio composto 3mm branco, com brasão do Município de Luzerna. Tubos de apoio 20x40x1,20mm. Tubos galvanizados a fogo. FIXAÇÃO DO ABRIGO AO SOLO: A fixação é feita através de base fixada a coluna de sustentação de 300x300mm na chapa ¼, a fixação no solo será feita através de chumbador de ferro 10mm. Tubos galvanizados a fogo. PINTURA: Toda estrutura deverá receber pintura epóxi na cor definida. MONTAGEM E INSTALAÇÃO: A montagem e a instalação correrá por conta de proponente vencedora, e deverá ser feita nos locais indicados pelo Município.	3.500,00	14.000,00

O FORNECEDOR 1 – AFONSO TOMCZAK ME, responsável pelo fornecimento do item descrito acima, receberá o valor global total de R\$ 14.000,00 (quatorze mil reais);

1.2. Os serviços de que trata o objeto do Edital deverão ser executados de acordo com as especificações contidas no ANEXO I, o qual é parte integrante do instrumento.

1.3. O FORNECEDOR deverá iniciar os serviços em até 10 (dez) dias contados do recebimento da Autorização de Fornecimento e executar completamente o objeto no prazo de até 30 (trinta) dias contados da mesma data.

1.4. Na execução dos serviços deverão ser observadas, de modo geral, as especificações das normas técnicas e legais vigentes no Sistema CONFEA/CREA/CAU, as da Associação Brasileira de Normas Técnicas – ABNT e aquelas complementares e pertinentes aos respectivos projetos e serviços ora licitados, bem como, as instruções, recomendações e determinações da fiscalização, dos órgãos ambientais de controle e demais aplicáveis à espécie.

1.5. Todas as especificações, quantitativos e condições estabelecidas no Edital e seus anexos deverão ser cumpridas na íntegra.

1.6. As despesas de locomoção, diárias, hospedagem e alimentação, quando do deslocamento e permanência no Município para a prestação dos serviços, são de inteira responsabilidade do FORNECEDOR

1.7. Serão de total responsabilidade do FORNECEDOR, eventuais danos decorrentes de acidentes de veículos quando do deslocamento para realização dos trabalhos contratados, sejam eles pessoais, materiais ou morais, inclusive de terceiros, além de notificações por infrações ao Código de Trânsito Brasileiro.

1.8. Caberá exclusivamente ao FORNECEDOR, na prestação dos serviços, a responsabilidade pelo pagamento dos encargos trabalhistas, previdenciários e de acidentes do trabalho, referentes ao pessoal integrante de sua sociedade, e bem assim, empregados, funcionários, prepostos ou terceiros que a empresa contratada colocar a serviço no atendimento do objeto.

1.9. Os empregados da empresa contratada, ao prestarem serviços em campo deverão dispor de uniforme, identificação e equipamentos de proteção individual e coletiva, além de possuir as ferramentas necessárias à perfeita execução dos serviços.

1.10. Caberá ao FORNECEDOR fornecer, às suas expensas, os veículos para o transporte de materiais e pessoal, as ferramentas, e equipamentos, necessários à execução dos serviços.

1.11. O FORNECEDOR deverá responsabilizar-se pela troca dos abrigos de passageiros, quando na ocasião do recebimento, for constatado que o mesmo encontra-se com defeito, diferente da solicitação ou em desacordo com qualquer das especificações, sob pena de pagamento de multa diária, a título de depósito, sem prejuízo da incidência de multa diária por atraso na entrega, a contar da data efetiva do pedido.

1.12. O aceite dos materiais não exclui a responsabilidade civil do FORNECEDOR por vícios de quantidade, de qualidade ou técnico dos

materiais, ou por desacordo com as especificações estabelecidas no Edital, verificadas posteriormente, e por danos deles decorrentes.

1.13. Caso a mercadoria seja recusada ou o documento fiscal apresente incorreção, o prazo de pagamento será contado a partir da data da regularização da entrega ou do documento fiscal, a depender do evento.

1.14. Os quantitativos descritos em Anexo ao Edital constituem mera previsão, dimensionada de acordo com a demanda atualmente existente, não ficando o Município, obrigado a executá-los integralmente.

1.15. As quantidades a serem fornecidas constantes do Termo de Referência que acompanhou o Edital da licitação são estimadas, podendo, nos limites do § 1º do art. 65 da Lei nº 8.666/93, ser acrescidas ou suprimidas em conformidade com a demanda do período de vigência da Ata de Registro de Preço (ARP).

CLÁUSULA SEGUNDA

DO REAJUSTE, REVISÃO E DA ATUALIZAÇÃO DOS PREÇOS

2.1. Os preços não serão reajustados;

2.2. O preço registrado poderá ser revisado, para mais ou para menos, quando houver alteração de valor, devidamente comprovada, podendo ocorrer de acordo com o art.65 da Lei 8.666/93 e alterações, mediante requerimento a ser formalizado pelo FORNECEDOR;

2.3. O preço registrado poderá ser revisto em decorrência de eventual redução daqueles praticados no mercado, ou de fato que eleve o custo dos serviços ou bens registrados, cabendo ao órgão gerenciador da Ata promover as necessárias negociações junto ao FORNECEDOR;

2.4. Quando o preço de mercado tornar-se superior aos preços registrados e o fornecedor, mediante requerimento devidamente comprovado, deverá requerer a revisão dos preços nos termos do art. 65, II, d, da Lei nº 8.666/93;

2.5. Os preços registrados e atualizados não poderão ser superiores aos preços praticados no mercado;

2.6. Não havendo êxito nas negociações, o órgão gerenciador deverá proceder à revogação do item correspondente da Ata de Registro de Preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção da contratação mais vantajosa;

2.7. Os preços registrados, quando sujeitos ao controle oficial, poderão ser revisados nos termos e prazos fixados pelo órgão público controlador;

2.8. O disposto acima se aplica igualmente nos casos de incidência de novos impostos ou taxas e de alterações das alíquotas dos já existentes.

CLÁUSULA TERCEIRA

DOS PAGAMENTOS

3.1. O pagamento será realizado em até 15 (quinze) dias contados da execução mensal dos serviços ou entrega dos materiais, mediante a apresentação de documento fiscal, devidamente atestado por Servidor Municipal competente.

3.2. A Nota Fiscal ou outro documento fiscal correlato deverá ser emitido em nome da Unidade requisitante e ter a mesma Razão Social e CNPJ dos documentos apresentados por ocasião da habilitação.

3.3. O FORNECEDOR deverá enviar FAX ou email do documento fiscal, imediatamente após a emissão do mesmo, para o Setor de Compras (Fone/Fax: (049) 3551-4700 | E-mail: compras@luzerna.sc.gov.br

3.4. A apresentação do documento fiscal que contrarie essas exigências inviabilizará o pagamento, isentando o Município do ressarcimento de qualquer prejuízo para ao FORNECEDOR.

CLÁUSULA QUARTA

DAS OBRIGAÇÕES DO FORNECEDOR

4.1. Executar o objeto do edital de acordo com o estipulado nos subitens da Forma de Execução;

4.1.2. Manter, durante a execução do contrato todas as condições de habilitação previstas no Edital, e em compatibilidade com as obrigações assumidas;

4.1.3. Responsabilizar-se por eventuais danos causados à Administração ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do Contrato;

4.1.4. Responsabilizar-se pelos custos inerentes a encargos tributários, sociais, fiscais, trabalhistas, previdenciários, securitários e de gerenciamento, resultantes da execução do contrato oriundo do presente processo licitatório;

4.1.5. Exigir do Município, documento de autorização emitido pelo setor municipal competente, para a liberação dos materiais solicitados, a fim de comprovar o seu fornecimento;

4.1.6. Promover a sinalização de advertência, de identificação e outras necessárias à execução dos serviços, armazenar todos os materiais e utensílios utilizados na execução do objeto, sendo de sua inteira responsabilidade a guarda, conservação e danos que porventura vierem a sofrer.

4.1.7. Manter todos os seus empregados colocados a serviço na execução do objeto devidamente uniformizados e munidos dos EPI's adequados, com a identificação da empresa contratada.

4.1.8. Prestar a garantia por eventuais patologias construtivas decorrentes do emprego de materiais não especificados e/ou de mão de obra desqualificada, pelo prazo de 05 (cinco) anos contados do término do serviço.

4.1.9. Reparar, corrigir, renovar, reconstruir ou substituir, as suas expensas no total ou em parte, o objeto do Edital ou parte dele, se for verificado vícios ou incorreções na execução dos serviços.

4.1.10. Apresentar laudo técnico de profissional qualificado, quando solicitado, responsabilizando-se pelos serviços.

4.1.11. Obedecer todas as Normas Técnicas da ABNT vigentes e que venham a vigorar na execução dos serviços e fornecer, a qualquer época, os esclarecimentos e as informações técnicas que venham a ser solicitadas pelo Município sobre o objeto do Edital.

4.1.12. Permitir e facilitar à fiscalização a inspeção ao local do serviço, em qualquer dia e hora, devendo prestar os esclarecimentos solicitados.

CLÁUSULA QUINTA

DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

5.1. A inexecução parcial ou total do objeto do contrato e a prática dos atos indicados nesta cláusula, verificado o nexo causal devido à ação ou à omissão do FORNECEDOR, relativamente às obrigações contratuais em questão, torna passível a aplicação das sanções previstas na Lei n.º 10.520/2002, no Decreto n.º 5.450/2005, na Lei n.º 8.666/1993 e no contrato, observando o contraditório e a ampla defesa, conforme listado a seguir:

5.1.1. Advertência;

5.1.2. Multa;

5.1.3. Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração;

5.1.4. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública.

5.2. As sanções de advertência, de suspensão temporária do direito de participar em licitação e impedimento de contratar com a Administração e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública poderão ser aplicadas ao FORNECEDOR juntamente à de multa e obedecerão ao disposto na legislação de regência no que concerne às hipóteses de aplicação, quantum e consequências.

5.3. A advertência poderá ser aplicada no caso de descumprimento parcial das obrigações e responsabilidades assumidas contratualmente, por culpa exclusiva do FORNECEDOR.

5.3.1. A advertência poderá, ainda, ser aplicada no caso de outras ocorrências que possam acarretar transtornos ao desenvolvimento dos serviços do Município, a seu critério, desde que não caiba a aplicação de sanção mais grave.

5.4. O Município observará a boa-fé do FORNECEDOR e as circunstâncias atenuantes e agravantes em que a infração foi praticada. Assim, a Administração poderá deixar de aplicar a penalidade ou mesmo substituí-la por sanção mais branda, desde que a irregularidade seja corrigida no prazo fixado e não tenha causado prejuízo ao Município ou a terceiros.

5.5. Na ocorrência de atraso injustificado para assinatura da Ata de Registro de Preço, para o início da execução dos serviços ou entrega dos materiais, inexecução parcial ou total do contrato, as multas a serem aplicadas observarão os seguintes parâmetros:

5.5.1. 0,5% (cinco décimos por cento) do valor do contrato ou Ata de Registro de Preço por dia de mora na assinatura da Ata de Registro de Preço ou atraso no início da execução dos serviços ou entrega dos materiais, até o máximo de 3,5% (três inteiros e cinco décimos por cento), o que configurará a inexecução total do contrato, sem prejuízo da rescisão unilateral da avença;

5.5.2. Até o máximo de 20% (vinte por cento) do valor do contrato ou Ata de Registro de Preço no caso de inexecução parcial do contrato;

5.5.3. 30% (trinta por cento) do valor do contrato ou Ata de Registro de Preço no caso de inexecução total do contrato.

5.6. O caso de necessidade troca e/ou retirada do objeto licitado já entregue, por ter sido constatado, após seu recebimento, que o mesmo encontram-se com defeito, diferentes da solicitação ou em desacordo com qualquer das especificações editalícias ou contratuais, caberá a licitante sua retirada e/ou substituição integral, no prazo máximo de 05 (cinco) dias, à contar de sua intimação, sob pena de pagamento de multa diária, à título de depósito, no importe de 0,5% (cinco décimos por cento) do valor do contrato ou Ata de Registro de Preço por dia de mora, até o máximo de 3,5% (três inteiros e cinco décimos por cento), o que configurará a inexecução total do contrato, sem prejuízo da rescisão unilateral da avença.

5.7. Será configurada a inexecução total do objeto, quando:

5.7.1. Houver atraso injustificado, do início dos serviços ou entrega dos materiais, na totalidade requerida, por mais de 07 (sete) dias corridos após o recebimento pelo FORNECEDOR da ordem de serviços.

5.7.2. Todos os serviços executados não forem aceitos pelo Município por não atenderem às especificações deste documento, durante 30 (trinta) dias consecutivos de prestação dos serviços ou entrega de materiais.

5.8. O valor da multa poderá ser descontado do pagamento a ser efetuado ao FORNECEDOR:

5.8.1. Se o valor a ser pago ao FORNECEDOR não for suficiente para cobrir o valor da multa, fica esta obrigada a recolher a importância devida no prazo de 15 (quinze) dias, contado da comunicação oficial.

5.8.2. Esgotados os meios administrativos para cobrança do valor devido pelo FORNECEDOR ao Município, este será encaminhado para inscrição em dívida ativa.

CLÁUSULA SEXTA

DAS ALTERAÇÕES DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

6.1. A Ata de Registro de Preços somente poderá ser alterada na forma disposta na Lei nº 8.666/93 e suas alterações posteriores, art. 65, inciso I, letra "b" e inciso II, letras "c" e "d", observado o que dispõe os §§ 1º, 2º, 4º, 5º, 6º e 8º do mesmo artigo;

6.2. A execução da Ata de Registro de Preços deverá ser acompanhada e fiscalizada por pessoas ou Comissão Especial, designadas pelo Prefeito, que anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução da mesma, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados.

CLÁUSULA SÉTIMA

DO CANCELAMENTO E DA SUSPENSÃO DO REGISTRO DE PREÇOS

7.1. O registro do FORNECEDOR poderá ser CANCELADO, garantida a prévia defesa, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar do recebimento da notificação, nas seguintes hipóteses:

7.1.1. Pela Administração, quando:

a. O FORNECEDOR não cumprir as exigências contidas no edital ou na ata de registro de preços;

b. O FORNECEDOR, injustificadamente, deixar de firmar o contrato decorrente do registro de preços;

c. O FORNECEDOR der causa à rescisão administrativa de contrato decorrente do registro de preços, por um dos motivos elencados no art. 78 e seus incisos da Lei Federal nº 8.666/93, e alterações posteriores;

d. Os preços registrados se apresentarem manifestamente superiores aos praticados pelo mercado;

e. Por razões de interesse público, devidamente fundamentadas, na forma do inciso XII, do art. 78 da Lei Federal nº 8.666/93, e alterações posteriores.

7.1.2. Pelo FORNECEDOR quando, mediante solicitação por escrito, comprovar estar impossibilitado de cumprir as exigências do instrumento convocatório, que deu origem ao registro de preços.

7.2. O cancelamento será precedido de processo administrativo a ser examinado pelo Órgão Gerenciador, sendo que a decisão final deverá ser fundamentada.

7.3. A comunicação do cancelamento do registro do FORNECEDOR, nos casos previstos no subitem 7.1.1, efetuar-se-á por escrito,

juntando-se o comprovante de recebimento.

7.4.No caso do FORNECEDOR não puder ser cientificado de outra forma, a comunicação dar-se-á por publicação no jornal em que são publicados os atos oficiais do Município de Luzerna, considerando-se cancelado o registro do FORNECEDOR, a partir do 5º (quinto) dia útil, contado da publicação.

7.5. A solicitação do FORNECEDOR ou prestador de serviços para cancelamento do registro de preço não o desobriga do fornecimento dos produtos ou da prestação dos serviços até a decisão final do Órgão Gerenciador, a qual deverá ser prolatada no prazo máximo de 30 (trinta) dias, facultada à Administração a aplicação das penalidades previstas no instrumento convocatório, caso não aceitas as razões do pedido.

7.6. Enquanto perdurar o cancelamento poderão ser realizadas novas licitações para aquisição de bens ou prestação de serviços constantes do registro de preços.

7.7. A solicitação do FORNECEDOR para cancelamento do preço registrado deverá ser formulada com antecedência mínima de 60 (sessenta) dias, facultada a Administração a aplicação das penalidades previstas no Edital, caso não aceite as razões do pedido.

7.8. O cancelamento de registro, nas hipóteses previstas, assegurados o contraditório e a ampla defesa, será formalizado por despacho da autoridade competente do órgão gerenciador.

7.9. O FORNECEDOR poderá solicitar o cancelamento do seu registro de preço na ocorrência de fato superveniente que venha comprometer a perfeita execução contratual, decorrentes de caso fortuito ou de força maior, devidamente comprovados.

7.10. Os preços registrados poderão ser SUSPENSOS nos seguintes casos:

a. Pela Administração, por meio de Edital, quando por ela julgado que o FORNECEDOR esteja temporariamente impossibilitado de cumprir as exigências da concorrência que deu origem ao registro de preços ou, ainda, por interesse do Município, ressalvadas as contratações já levadas a efeito até a data de decisão;

b. Pelo FORNECEDOR, quando mediante solicitação por escrito, comprovar estar temporariamente impossibilitado de cumprir as exigências da concorrência que deu origem ao registro de preços, mediante requerimento formal e devidamente instruído.

CLÁUSULA OITAVA DAS DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS

8.1.As despesas decorrentes do fornecimento do objeto da presente Ata correrão a conta das seguintes dotações orçamentárias:

PREFEITURA MUNICIPAL DE LUZERNA

Modalidade de Aplicação – Investimentos

Dotação: 4.4.90.00.00

Atividade – 11.01.15.452.0061.1058 – Construção de abrigos de passageiros

CLÁUSULA NONA
DA VIGÊNCIA

A presente Ata de Registro de Preços terá a validade de 12 (doze) meses, a partir da sua publicação da mesma.

CLÁUSULA DÉCIMA DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

10.1. O Registro de Preços objeto desta Ata e a sua assinatura pelas partes não gera ao Município, a obrigação de solicitar os fornecimentos que dele poderão advir independentemente da estimativa de consumo indicada na presente Ata.

10.2. Observados os critérios e condições estabelecidas nesta Ata e o preço registrado, a Administração poderá comprar de mais de um FORNECEDOR registrado, segundo a ordem de classificação, desde que razões de interesse público justifiquem e que o primeiro classificado não possua capacidade de fornecimento compatível com o solicitado pela Administração.

10.3. A existência de preços registrados não obriga a Administração a firmar as contratações que deles poderão advir, facultando-se a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, sem que caiba recurso ou indenização de qualquer espécie às empresas detentoras, ou cancelar a Ata, na ocorrência de alguma das hipóteses legalmente previstas para tanto, garantidos à detentora, neste caso, o contraditório e a ampla defesa;

10.4. O FORNECEDOR signatário desta Ata, cujo preço é registrado, declara estar ciente das suas obrigações para com o Município, nos termos do Edital da respectiva Licitação e da sua Proposta, que passam a fazer parte integrante da presente Ata e a reger as relações entre as partes, para todos os fins.

10.5. A Ata de Registro de Preços, durante sua vigência, poderá ser utilizada por qualquer órgão ou entidade da Administração que não tenha participado do certame licitatório, mediante prévia consulta ao órgão gerenciador, desde que devidamente comprovada à vantagem.

10.5.1. Os órgãos e entidades que não participaram do registro de preços, quando desejarem fazer uso da Ata de Registro de Preços, deverão manifestar seu interesse junto ao órgão gerenciador da Ata, para que este indique os possíveis fornecedores e respectivos preços a serem praticados, obedecida a ordem de classificação.

10.5.2. Caberá ao FORNECEDOR beneficiário da Ata de Registro de Preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento, independentemente dos quantitativos registrados em Ata, desde que este fornecimento não prejudique as obrigações anteriormente assumidas.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA DO FORO

É competente o foro da Comarca de Joaçaba/SC para dirimir quaisquer dúvidas, porventura, oriundas da presente Ata de Registro de Preços.

E, por estarem assim de pleno acordo, assinam este instrumento em 03 (três) vias de igual teor, na presença das testemunhas abaixo, de tudo inteiradas.

Luzerna/SC, 15 de setembro de 2015.

MOISÉS DIERSMANN
Prefeito de Luzerna
CONTRATANTE

AFONSO TOMCZAK
AFONSO TOMCZAK ME
FORNECEDOR 1

TESTEMUNHAS:

1. _____ 2. _____

CONTRATO PML Nº 135.15

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS PML Nº 135/2015

PROCESSO LICITATÓRIO PML Nº 081/2015

PREGÃO PRESENCIAL PML Nº 052/2015

Aos 30 (trinta) dias do mês de setembro do ano de 2015, presentes de um lado, a PREFEITURA DE LUZERNA, Órgão Gestor, representado neste ato por seu Prefeito Municipal MOISÉS DIERSMANN, e Secretaria da Fazenda e Administração do Município de Luzerna/SC, Órgão Gerenciador, no uso de suas atribuições, resolve registrar os preços ofertados pela empresa:

1 - SINALTEC TECNOLOGIA EM SINALIZAÇÃO LTDA ME, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 02.898.145/0001-87, sediada na Rua Leoberto Leal, nº 176, Bairro São Vicente, em Herval D'Oeste/SC, CEP 89610-000, neste ato representada por seu procurador, Sr. DIRCEU JOSÉ LAMPERTI, brasileiro, portador da cédula de identidade nº 2631924 e inscrito no CPF/MF sob o nº 811717229-15, doravante denominado FORNECEDOR 1;

Classificada para fornecimento dos objetos constantes do Edital de Processo Licitatório PML nº 081/2015 na modalidade de Pregão Presencial nº 052/2015, observando-se fielmente as disposições deste, inclusive das propostas apresentadas, que ora integram este instrumento de Registro de Preços, independente de transcrição, e, também, pelas cláusulas a seguir delineadas:

CLÁUSULA PRIMEIRA
DO OBJETO E DO PREÇO

0.1. A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para fornecimento e implantação de materiais para sinalização viária (placas, semi pórtilhos, tachas e tachões), conforme quantitativos estimados no anexo I do edital, destinados às atividades desenvolvidas pela Secretaria de Obras e Serviços do Município de Luzerna/SC, em conformidade com as especificações no Anexo, constituindo-se em:

Item	Especificação	Unid.	Qdade	Preço Unitário (R\$)	Preço Total (R\$)
1	Fornecimento e implantação de placa de regulamentação d=60cm/ ou advertência 60x60cm. (Chapa de aço galvanizado nº 18, parede de 1,25mm suporte em aço galvanizado 3 metros 2" e película totalmente refletiva GT/GT, garantia de 5 anos).	UN	50	230,00	11.500,00
2	Fornecimento e implantação de placa de serviços auxiliares com dimensão de 50x66cm. (Chapa de aço galvanizado nº 18, parede de 1,25mm suporte em aço galvanizado 3 metros 2" e película totalmente refletiva GT/GT, garantia de 5 anos).	UN	20	200,00	4.000,00
3	Fornecimento e implantação de placa de indicação de 200x100cm. (Chapa de aço galvanizado nº 18, parede de 1,25mm suporte em aço galvanizado 3 metros 2" e película totalmente refletiva GT/GT, garantia de 5 anos).	UN	5	620,00	3.100,00
4	Fornecimento e implantação de placa de indicação de 200x50cm. (Chapa de aço galvanizado nº 18, parede de 1,25mm suporte em aço galvanizado 3 metros 2" e película totalmente refletiva GT/GT, garantia de 5 anos).	UN	5	385,00	1.925,00
5	Fornecimento e implantação de placa de indicação de 300x120cm. (Chapa de aço galvanizado nº 18, parede de 1,25mm suporte em aço galvanizado 3 metros 2" e película totalmente refletiva GT/GT, garantia de 5 anos).	UN	5	900,00	4.500,00
6	Fornecimento e implantação de tachão bidirecional com dimensão de 250x150x50mm nas cores amarelo ou branco.	UN	100	20,00	2.000,00
7	Fornecimento e implantação de tachas bidirecional com dimensão de 10x8mm nas cores amarelo ou branco.	UN	100	7,50	750,00
8	Fornecimento e implantação de semi pórtilho tipo bandeira com coluna 114,30mm e braço 101,60mm em aço galvanizado a fogo parede de 3,75mm com placa de 200x100cm.(Chapa de aço galvanizado nº 18, parede de 1,25mm suporte em aço galvanizado 3 metros 2" e película totalmente refletiva GT/GT, garantia de 5 anos).	UN	5	3.100,00	15.500,00
9	Fornecimento de suporte de aço galvanizado a fogo 2" 3 metros com sistema antigiro para fixação.	UN	10	87,00	870,00
10	Fornecimento de placa de regulamentação d=60cm ou advertência 60x60cm. (Chapa de aço galvanizado nº 18, parede de 1,25mm sem +suporte em aço galvanizado 3 metros 2" e película totalmente refletiva GT/GT, garantia de 5 anos).	UN	10	90,00	900,00

1.2. Os materiais e serviços de que trata o objeto desta licitação encontram-se devidamente especificados no Anexo I do Edital, devendo o FORNECEDOR disponibilizar a totalidade dos itens descritos.

1.3.O FORNECEDOR deverá executar os serviços de forma parcelada, de acordo com a demanda e as solicitações do Município, em até 05 (cinco) dias contados do recebimento da Autorização de Fornecimento, sem a exigência de valor mínimo e sem custos adicionais, nos locais indicados pelo setor requisitante, nas quantidades e especificações solicitadas.

1.4. Ao critério do Município, os serviços de sinalização horizontal poderão ser realizados em horário noturno ou em finais de semana, sem alteração dos prazos estabelecidos, como forma de não acarretar transtornos ao trânsito e à mobilidade urbana, bem como, melhorar as

condições da empresa em executá-los;

1.5. Na execução dos serviços deverão ser observadas, de modo geral, as especificações das normas técnicas e legais vigentes no Sistema CONFEA/CREA's, as da Associação Brasileira de Normas Técnicas – ABNT e aquelas complementares e pertinentes aos serviços ora licitados, bem como, as instruções, recomendações e determinações da fiscalização, dos órgãos ambientais de controle e demais aplicáveis à espécie.

1.6. Todas as especificações, quantitativos e condições estabelecidas no Edital e seus anexos deverão ser cumpridas na íntegra.

1.7. As despesas de locomoção, diárias, hospedagem e alimentação, quando do deslocamento e permanência no Município para a prestação dos serviços, são de inteira responsabilidade do FORNECEDOR;

1.8. Serão de total responsabilidade do FORNECEDOR, eventuais danos decorrentes de acidentes de veículos quando do deslocamento para realização dos trabalhos contratados, sejam eles pessoais, materiais ou morais, inclusive de terceiros, além de notificações por infrações ao Código de Trânsito Brasileiro.

1.9. Caberá exclusivamente ao FORNECEDOR, na prestação dos serviços, a responsabilidade pelo pagamento dos encargos trabalhistas, previdenciários e de acidentes do trabalho, referentes ao pessoal integrante de sua sociedade, e bem assim, empregados, funcionários, prepostos ou terceiros que o FORNECEDOR colocar a serviço no atendimento do objeto.

1.10. O FORNECEDOR deverá fornecer, às suas expensas, os veículos para o transporte de materiais e pessoal, as ferramentas, equipamentos e materiais de consumo de pequeno valor, necessários à execução dos serviços, ou ao fornecimento dos materiais.

1.11. O Município reserva-se no direito de exercer ampla fiscalização do fornecimento dos materiais e serviços, verificando se estão sendo cumpridos os termos contratuais, não se excluindo o FORNECEDOR presa contratada da responsabilidade por qualquer irregularidade. Constatado o fornecimento de material ou serviços de má qualidade, o Município poderá utilizar-se do disposto na Lei 8.078/90 – Código de Defesa do Consumidor.

1.12. A prestação dos serviços e/ou o fornecimento de materiais de forma inadequada que não atenderem às exigibilidades não serão recebidos e o pagamento ficará suspenso até sua regularização de forma integral.

1.13. Por ocasião da prestação dos serviços o Município reserva-se no direito de exercer ampla fiscalização do fornecimento dos materiais e serviços, verificando se estão sendo cumpridos os termos contratuais, não se excluindo a empresa contratada da responsabilidade por qualquer irregularidade.

1.14. O FORNECEDOR deverá responsabilizar-se pela correta execução do serviço quando na ocasião do recebimento, for constatado que a mesma encontra-se com defeito, diferente da solicitação ou em desacordo com qualquer das especificações.

1.15. O aceite do serviço não exclui a responsabilidade civil do FORNECEDOR por vícios de quantidade, qualidade, ou por desacordo com as especificações estabelecidas no Edital, verificados posteriormente.

1.16. Caso os materiais sejam recusados ou o documento fiscal apresente incorreção, o prazo de pagamento será contado a partir da data da regularização da entrega ou do documento fiscal, a depender do evento.

1.17. O FORNECEDOR obriga-se a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos e as supressões que se fizerem necessárias, em até 25% (vinte e cinco por cento) do valor atualizado do contrato, conforme o disposto nas alíneas "a" e "b" do inciso I e § 1º do art. 65 da Lei 8.666/93.

CLÁUSULA SEGUNDA

DO REAJUSTE, REVISÃO E DA ATUALIZAÇÃO DOS PREÇOS

2.1. O preço registrado poderá ser revisto em decorrência de eventual redução daqueles praticados no mercado, ou de fato que eleve o custo dos serviços ou bens registrados, cabendo ao órgão gerenciador da Ata promover as necessárias negociações junto aos fornecedores;

2.2. Quando o preço de mercado tornar-se superior aos preços registrados e o fornecedor, mediante requerimento devidamente comprovado, deverá requerer a revisão dos preços nos termos do art. 65, II, "d", da Lei nº 8.666/93;

2.3. Os preços registrados e atualizados não poderão ser superiores aos preços praticados no mercado;

2.4. Não havendo êxito nas negociações, o órgão gerenciador deverá proceder à revogação do item correspondente da Ata de Registro de Preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção da contratação mais vantajosa;

2.5. Os preços registrados, quando sujeitos ao controle oficial, poderão ser revisados nos termos e prazos fixados pelo órgão público controlador;

2.6. O disposto acima se aplica igualmente nos casos de incidência de novos impostos ou taxas e de alterações das alíquotas dos já existentes.

CLÁUSULA TERCEIRA

DOS PAGAMENTOS

3.1. O pagamento será realizado em até 15 (quinze) dias contados da execução mensal dos serviços ou entrega dos materiais, mediante a apresentação de documento fiscal, devidamente atestado por Servidor Municipal competente.

3.2. A Nota Fiscal ou outro documento fiscal correlato deverá ser emitido em nome da Unidade requisitante e ter a mesma Razão Social e CNPJ dos documentos apresentados por ocasião da habilitação.

3.3. O FORNECEDOR deverá enviar FAX ou e-mail do documento fiscal, imediatamente após a emissão do mesmo, para o Setor de Compras (Fone/Fax: (049) 3551-4700 | E-mail: compras@luzerna.sc.gov.br

3.4. A apresentação do documento fiscal que contrarie essas exigências inviabilizará o pagamento, isentando o Município do ressarcimento de qualquer prejuízo para o FORNECEDOR.

3.5. Os preços não serão reajustados.

3.6. O preço registrado poderá ser revisado quando houver alteração de valor, devidamente comprovada, podendo ocorrer de acordo com o art. 65 da Lei 8.666/93 e alterações, mediante requerimento a ser formalizado pelo FORNECEDOR.

CLÁUSULA QUARTA

DAS OBRIGAÇÕES DO FORNECEDOR

4.1. Cabe ao FORNECEDOR:

4.1.1. Executar o objeto de acordo com o estipulado no Edital e seus anexos, em especial o descrito na Cláusula Primeira desta Ata de Registro de Preços;

- 4.1.2. Manter, durante a execução da Ata todas as condições de habilitação previstas no Edital, e em compatibilidade com as obrigações assumidas;
- 4.1.3. Responsabilizar-se por eventuais danos causados à Administração ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução da Ata;
- 4.1.4. Responsabilizar-se pelos custos inerentes a encargos tributários, sociais, fiscais, trabalhistas, previdenciários, securitários e de gerenciamento, resultantes da execução da Ata, oriundo do processo licitatório;
- 4.1.5. Exigir do Município, documento de autorização emitido pelo setor municipal competente, para a liberação dos materiais a fim de comprovar o ser fornecimento.

CLÁUSULA QUINTA DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

5.1. A inexecução parcial ou total do objeto do contrato e a prática dos atos indicados nesta cláusula, verificado o nexo causal devido à ação ou à omissão do FORNECEDOR, relativamente às obrigações contratuais em questão, torna passível a aplicação das sanções previstas na Lei n.º 10.520/2002, no Decreto n.º 5.450/2005, na Lei n.º 8.666/1993 e no contrato, observando o contraditório e a ampla defesa, conforme listado a seguir:

5.1.1. Advertência;

5.1.2. Multa;

5.1.3. Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração;

5.1.4. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública.

5.2. As sanções de advertência, de suspensão temporária do direito de participar em licitação e impedimento de contratar com a Administração e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública poderão ser aplicadas ao FORNECEDOR juntamente à de multa e obedecerão ao disposto na legislação de regência no que concerne às hipóteses de aplicação, quantum e consequências.

5.3. A advertência poderá ser aplicada no caso de descumprimento parcial das obrigações e responsabilidades assumidas contratualmente, por culpa exclusiva do FORNECEDOR.

5.3.1. A advertência poderá, ainda, ser aplicada no caso de outras ocorrências que possam acarretar transtornos ao desenvolvimento dos serviços do Município, a seu critério, desde que não caiba a aplicação de sanção mais grave.

5.4. O Município observará a boa-fé do FORNECEDOR e as circunstâncias atenuantes e agravantes em que a infração foi praticada. Assim, a Administração poderá deixar de aplicar a penalidade ou mesmo substituí-la por sanção mais branda, desde que a irregularidade seja corrigida no prazo fixado e não tenha causado prejuízo ao Município ou a terceiros.

5.5. Na ocorrência de atraso injustificado para assinatura da Ata de Registro de Preço, para o início da execução dos serviços ou entrega dos materiais, inexecução parcial ou total do contrato, as multas a serem aplicadas observarão os seguintes parâmetros:

5.5.1. 0,5% (cinco décimos por cento) do valor do contrato ou Ata de Registro de Preço por dia de mora na assinatura da Ata de Registro de Preço ou atraso no início da execução dos serviços ou entrega dos materiais, até o máximo de 3,5% (três inteiros e cinco décimos por cento), o que configurará a inexecução total do contrato, sem prejuízo da rescisão unilateral da avença;

5.5.2. Até o máximo de 20% (vinte por cento) do valor do contrato ou Ata de Registro de Preço no caso de inexecução parcial do contrato;

5.5.3. 30% (trinta por cento) do valor do contrato ou Ata de Registro de Preço no caso de inexecução total do contrato.

5.6. No caso de necessidade troca e/ou retirada de cestas entregues, por ter sido constatado, após seu recebimento, que o mesmo encontram-se com defeito, diferentes da solicitação ou em desacordo com qualquer das especificações editalícias ou contratuais, caberá a licitante sua retirada e/ou substituição integral, no prazo máximo de 05 (cinco) dias, à contar de sua intimação, sob pena de pagamento de multa diária, à título de depósito, no importe de 0,5% (cinco décimos por cento) do valor do contrato ou Ata de Registro de Preço por dia de mora, até o máximo de 3,5% (três inteiros e cinco décimos por cento), o que configurará a inexecução total do contrato, sem prejuízo da rescisão unilateral da avença.

5.7. Será configurada a inexecução total do objeto, quando:

5.7.1. Houver atraso injustificado, do início dos serviços ou entrega dos materiais, na totalidade requerida, por mais de 07 (sete) dias corridos após o recebimento pelo FORNECEDOR da ordem de serviços.

5.7.2. Todos os serviços executados não forem aceitos pelo Município por não atenderem às especificações deste documento, durante 30 (trinta) dias consecutivos de prestação dos serviços ou entrega de materiais.

5.8. O valor da multa poderá ser descontado do pagamento a ser efetuado ao FORNECEDOR:

5.8.1. Se o valor a ser pago ao FORNECEDOR não for suficiente para cobrir o valor da multa, fica esta obrigada a recolher a importância devida no prazo de 15 (quinze) dias, contado da comunicação oficial.

5.8.2. Esgotados os meios administrativos para cobrança do valor devido pelo FORNECEDOR ao Município, este será encaminhado para inscrição em dívida ativa.

CLÁUSULA SEXTA DAS ALTERAÇÕES

6.1. A Ata de Registro de Preços poderá sofrer alterações, obedecidas às disposições contidas no art. 65 da Lei nº 8.666/93.

6.2. A Ata de Registro de Preços somente poderá ser alterada na forma disposta na Lei nº 8.666/93 e suas alterações posteriores, art. 65, inciso I, letra "b" e inciso II, letras "c" e "d", observado o que dispõe os §§1º, 2º, 4º, 5º, 6º e 8º do mesmo artigo.

CLÁUSULA SÉTIMA DO CANCELAMENTO E DA SUSPENSÃO DO REGISTRO DE PREÇOS

7.1. O registro do FORNECEDOR poderá ser CANCELADO, garantida a prévia defesa, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar do recebimento da notificação, nas seguintes hipóteses:

7.1.1. Pela Administração, quando:

a. O FORNECEDOR não cumprir as exigências contidas no edital ou na ata de registro de preços;

b. O FORNECEDOR, injustificadamente, deixar de firmar o contrato decorrente do registro de preços;

- c. O FORNECEDOR der causa à rescisão administrativa de contrato decorrente do registro de preços, por um dos motivos elencados no art.78 e seus incisos da Lei Federal nº 8.666/93, e alterações posteriores;
- d. Os preços registrados se apresentarem manifestamente superiores aos praticados pelo mercado;
- e. Por razões de interesse público, devidamente fundamentadas, na forma do inciso XII, do art. 78 da Lei Federal nº 8.666/93, e alterações posteriores.
- 7.1.2. Pelo FORNECEDOR quando, mediante solicitação por escrito, comprovar estar impossibilitado de cumprir as exigências do instrumento convocatório, que deu origem ao registro de preços.
- 7.2. O cancelamento será precedido de processo administrativo a ser examinado pelo Órgão Gerenciador, sendo que a decisão final deverá ser fundamentada.
- 7.3. A comunicação do cancelamento do registro do FORNECEDOR, nos casos previstos no subitem 7.1.1, efetuar-se-á por escrito, juntando-se o comprovante de recebimento.
- 7.4. No caso do FORNECEDOR não puder ser cientificado de outra forma, a comunicação dar-se-á por publicação no jornal em que são publicados os atos oficiais do Município de Luzerna, considerando-se cancelado o registro do FORNECEDOR, a partir do 5º (quinto) dia útil, contado da publicação.
- 7.5. A solicitação do FORNECEDOR ou prestador de serviços para cancelamento do registro de preço não o desobriga do fornecimento dos produtos ou da prestação dos serviços até a decisão final do Órgão Gerenciador, a qual deverá ser prolatada no prazo máximo de 30 (trinta) dias, facultada à Administração a aplicação das penalidades previstas no instrumento convocatório, caso não aceitas as razões do pedido.
- 7.6. Enquanto perdurar o cancelamento poderão ser realizadas novas licitações para aquisição de bens ou prestação de serviços constantes do registro de preços.
- 7.7. A solicitação do FORNECEDOR para cancelamento do preço registrado deverá ser formulada com antecedência mínima de 60 (sessenta) dias, facultada à Administração a aplicação das penalidades previstas no Edital, caso não aceite as razões do pedido.
- 7.8. O cancelamento de registro, nas hipóteses previstas, assegurados o contraditório e a ampla defesa, será formalizado por despacho da autoridade competente do órgão gerenciador.
- 7.9. O FORNECEDOR poderá solicitar o cancelamento do seu registro de preço na ocorrência de fato superveniente que venha comprometer a perfeita execução contratual, decorrentes de caso fortuito ou de força maior, devidamente comprovados.
- 7.10. Os preços registrados poderão ser SUSPENSOS nos seguintes casos:
- a. Pela Administração, por meio de Edital, quando por ela julgado que o FORNECEDOR esteja temporariamente impossibilitado de cumprir as exigências da concorrência que deu origem ao registro de preços ou, ainda, por interesse do Município, ressalvadas as contratações já levadas a efeito até a data de decisão;
- b. Pelo FORNECEDOR, quando mediante solicitação por escrito, comprovar estar temporariamente impossibilitado de cumprir as exigências da concorrência que deu origem ao registro de preços, mediante requerimento formal e devidamente instruído.

CLÁUSULA OITAVA DAS DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS

8.1. As despesas provenientes da execução do Edital correrão por conta das Dotações Orçamentárias próprias, consignadas nos orçamentos da Unidade Gestora Central – Prefeitura de Luzerna ou dos Fundos Especiais, durante a vigência da presente Ata de Registro de Preço, nos termos que segue, de acordo com o Parecer Contábil:

PREFEITURA MUNICIPAL DE LUZERNA
Modalidade de Aplicação: 3.3.90.00.00 – Outras Despesas Correntes
Atividade- 0201.04.122.0004.2002 – Segurança do Trânsito Urbano CLÁUSULA NONA
DA VIGÊNCIA

- 9.1. A presente Ata de Registro de Preços terá vigência de 12 (doze) meses, contados da data de publicação da mesma;
- 9.2. A execução da Ata de Registro de Preços deverá ser acompanhada e fiscalizada por pessoas ou Comissão Especial, designadas pelo Prefeito, que anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução da mesma, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA DO FORO

É competente o foro da Comarca de Joaçaba/SC para dirimir quaisquer dúvidas, porventura, oriundas da presente Ata de Registro de Preços.

E, por estarem assim de pleno acordo, assinam este instrumento em 03 (três) vias de igual teor, na presença das testemunhas abaixo, de tudo inteiradas.

Luzerna/SC, 30 de setembro de 2015.
MOISÉS DIERSMANN
Prefeito de Luzerna
CONTRATANTE

DIRCEU JOSÉ LAMPERTI
SINALTEC TECNOLOGIA EM SINALIZAÇÃO LTDA ME
FORNECEDOR 1

TESTEMUNHAS:

1. _____	2. _____
----------	----------

DECRETO 2119

DECRETO Nº 2119 de 01 de outubro de 2015.

"SUSPENDE A REALIZAÇÃO E O CONSEQUENTE PAGAMENTO DE HORAS EXTRAORDINÁRIAS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"

MOISÉS DIERSMANN, Prefeito Municipal de Luzerna(SC), no uso de suas atribuições legais e,

CONSIDERANDO a necessidade de redução de gastos frente às conseqüentes quedas nos repasses de recursos e na arrecadação, já habituais no trimestre final de cada exercício e, especialmente neste exercício de 2015 agravadas com a crise econômica e financeira;

CONSIDERANDO que a concessão de horas extras deve se restringir àquelas situações estritamente necessárias, devidamente justificadas e de cunho excepcional e emergencial, em áreas essenciais e que não possam realizar alteração no quadro de horário dos seus servidores para atendimento da demanda; e

CONSIDERANDO o pagamento do 13º (décimo terceiro) salário no dia 13 de novembro de 2015, e a incidência da média de horas extras realizadas no exercício de 2015 para o cálculo,

RESOLVE:

Art.1º- Fica suspensa a realização e o conseqüente pagamento de horas extraordinárias dos servidores do MUNICÍPIO DE LUZERNA no período de 01 de outubro de 2015 a 31 de dezembro de 2015.

Art.2º- Determina-se aos Secretários Municipais e Chefes de Setores o imediato reordenamento da escala de trabalho de seus servidores para o fim de suspender quaisquer fatos geradores da obrigação de concessão de Horas Extraordinárias.

Parágrafo Único - Competirá aos titulares das respectivas pastas, fornecerem ao Setor de Desenvolvimento Humano a relação de servidores que estiverem no efetivo exercício de funções essenciais e no desempenho de horas extraordinárias, as quais serão devidamente justificadas.

Art.3º- A jornada extraordinária cuja realização seja imprescindível durante o período especificado no art.1º deverá ser convertida em folga, a ser concedida até o mês de dezembro de 2015.

Art.4º- Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Luzerna(SC), 01 de outubro de 2015.

MOISÉS DIERSMANN

Prefeito de Luzerna

Mafra

PREFEITURA

CRONOLOGIA DE PAGAMENTOS

CRONOLOGIA DE PAGAMENTOS

De acordo com a Lei Federal 8666/93, em seu artigo 5º. E nos termos dos prejulgados 421, 431 e 505 do Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina, JUSTIFICA a Quebra de Ordem Cronológica para pagamentos a saber:

CNPJ: 09.404.910/0001-04

AUTO POSTO SAMPAIO COMÉRCIO DE COMBUSTÍVEIS LTDA EPP

Nota Fiscal nº. 4253 R\$ 2.316,60

Nota Fiscal nº. 4242 R\$ 6.107,37

Nota Fiscal nº. 4384 R\$ 5.200,00

Nota Fiscal nº. 4385 R\$ 1.847,65

Nota Fiscal nº. 4594 R\$ 643,61

Nota Fiscal nº. 4596 R\$ 2.600,00

Nota Fiscal nº. 4598 R\$ 3.718,41

Nota Fiscal nº. 4824 R\$ 1.783,64

Valor Total: R\$ 24.217,28.

Justifica-se a quebra da ordem cronológica do pagamento acima, tendo em vista o serviço ora contratado deve merecer a mesma atenção que se dá a outros serviços públicos, pois, deve ser considerado um serviço de caráter contínuo, uma vez que a empresa contratada é uma das responsáveis pelo fornecimento de combustível da frota oficial.

Mafra (SC), 01 de outubro de 2015.

WELLINGTON ROBERTO BIELECKI

Prefeito Municipal

ENALTO DE OLIVEIRA GONDRIGE

Secretário Municipal de Fazenda e Planejamento

RODNEY LUIZ MEDEIROS

Secretário Municipal de Administração Interino

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL - REGISTRO DE PREÇOS Nº 104/2015

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE MAFRA

ESTADO DE SANTA CATARINA

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL - REGISTRO DE PREÇOS Nº 104/2015

O MUNICÍPIO DE MAFRA torna público que estará realizando REGISTRO DE PREÇOS para aquisição de Barras de Ferro, destinadas a Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano e Meio Ambiente, conforme especificações contidas neste edital e seus anexos. Os protocolos dos envelopes poderão ser feitos até as 08h30min do dia 24/11/2015, hora e data da abertura da sessão. Base legal: Lei nº 10.520 de 17 de Julho de 2002, com aplicação subordinada a lei nº 8.666/93 e suas alterações posteriores, Decreto Municipal nº 3.089 de 28 de Janeiro de 2008. O inteiro teor deste Ato Convocatório encontra-se a disposição dos interessados no Departamento de Licitações, na Praça Desembargador Flávio Tavares, nº 12, Centro. O horário de funcionamento da Prefeitura é das 08:00 às 12:00 horas e das 13:30 às 17:00 horas pelos Fones (47) 3641-4003 ou 4061.

Mafra (SC), 01 de outubro de 2015.

Wellington Roberto Bielecki

Prefeito Municipal

Fabiano Maurício Kalil

Pregoeiro Municipal

CÂMARA MUNICIPAL

EXTRATO DE EDITAL DE LICITAÇÃO Nº 03/2015

EXTRATO DE EDITAL DE LICITAÇÃO Nº 03/2015

PREGÃO PRESENCIAL Nº 03/2015 TIPO: MENOR PREÇO

O Presidente da Câmara de Vereadores de Mafra-SC, no uso de suas atribuições legais, torna público o Edital Pregão Presencial nº 03/2015. Objeto: Contratação de empresa especializada para prestação de serviços de gerais de conservação e limpeza nas instalações da Câmara de Vereadores de Mafra.

Data: 22 de outubro de 2015, às 10:00 (dez) horas. Local: Sede da Câmara Municipal de Mafra-SC, sito na Av. Coronel José Severiano Maia, nº 441, Centro, Mafra-SC. O Edital contendo as especificações completas poderá ser retirado na sede da Câmara ou ainda no site: www.camaramafra.sc.gov.br e e-mail: contabilidade@camaramafra.sc.gov.br

Maiores informações pelo tel. (47) 3642.0825, das 08h00min às 12h00min e das 13h30min às 17h00min.

Edital disponível no portal de transparência do órgão e através do endereço:

file:///C:/Documents%20and%20Settings/User/Desktop/ED06010132015%20(1).pdf

Maravilha

PREFEITURA

Decreto nº 166/2015

DECRETO Nº 166, DE 1º DE OUTUBRO DE 2015

Prorroga Contratação Temporária, de Servidora Municipal por Excepcional Interesse Público, e dá outras providências.

A PREFEITA DO MUNICÍPIO DE MARAVILHA, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o inciso VI, do artigo 77, da Lei Orgânica Municipal,

CONSIDERANDO,

A solicitação da Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Desporto;

O encaminhamento de novo Processo Seletivo para o Cargo;

DECRETA:

Art. 1º Prorroga o contrato por tempo determinado, até 18 de novembro de 2015, da Servidora Municipal, SCHARLENE DAIANI GREFF, brasileira, inscrita no CPF sob o nº 051.383.599-75, em caráter de excepcional interesse público para exercer a função de Orientador Social Costureiro, Lotada na Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Desporto, com carga horária de 40 horas semanais.

Parágrafo Único. A presente contratação temporária poderá ser rescindida antes do prazo final, diante da homologação de processo seletivo, caso em que será convocado o servidor classificado no Processo Seletivo.

Art. 2º As despesas decorrentes da aplicação do presente Decreto correrão por conta de dotações próprias do orçamento em vigor.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 21 de setembro de 2015.

Maravilha - SC, 1º de outubro de 2015.

ROSIMAR MALDANER

Registrado e publicado na data supra. Prefeita Municipal

SANDRO DONATI

Secr. Planej. Adm. e Fazenda

Decreto nº 167/2015

DECRETO Nº 167, DE 1º DE OUTUBRO DE 2015

Anula Processo Licitatório nº 2.967/2015 e dá outras providências.

A PREFEITA DO MUNICÍPIO DE MARAVILHA, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o inciso VI, do artigo 77, da Lei Orgânica Municipal,

CONSIDERANDO,

O disposto no art. 49, da Lei Federal nº 8.666/1993, bem como o inserto na Súmula 473 do Supremo Tribunal Federal;

Que o Processo licitatório nº 2.967/2015, na Modalidade de Tomada de Preços nº 011/2015 não foi homologado;

Que foi constatado vício no projeto básico, insanável;

Que a Autoridade Administrativa após fundamentar o Ato poderá decretar a anulação do procedimento licitatório,

DECRETA:

Art. 1º Fica anulado o Processo Licitatório nº 2.967/2015, o qual tinha como objeto a reforma do campo de areia do C.E.I. Pequeno Príncipe, no Município de Maravilha.

Art. 2º As despesas decorrentes da aplicação do presente Decreto correrão por conta de dotações próprias do orçamento em vigor.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Maravilha - SC, 1º de outubro de 2015.

ROSIMAR MALDANER

Registrado e publicado na data supra. Prefeita Municipal

SANDRO DONATI

Secr. Planej. Adm. e Fazenda

Decreto nº 168/2015

DECRETO Nº 168, DE 1º DE OUTUBRO DE 2015

Exonera servidor público municipal e dá outras providências.

A PREFEITA DO MUNICÍPIO DE MARAVILHA, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o inciso VI, do artigo 77, da Lei Orgânica Municipal, e conforme art. 35, inciso V, da Lei Complementar Municipal nº 003/2002,

DECRETA:

Art. 1º Fica exonerada a pedido a servidora pública municipal DEORILDES BERTOLO, ocupante do cargo efetivo de Auxiliar de Serviços Gerais da Educação, carga horária de 40 horas semanais, a partir da presente data.

Parágrafo único. A rescisão dá-se em razão de aposentadoria por tempo de contribuição, benefício nº 166.822.889-8.

Art. 2º As despesas decorrentes da aplicação do presente Decreto correrão por conta de dotações próprias do orçamento em vigor.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Maravilha - SC, 1º de outubro de 2015.

ROSIMAR MALDANER

Registrado e publicado na data supra. Prefeita Municipal

SANDRO DONATI

Secr. Planej. Adm. e Fazenda

Decreto nº 169/2015

DECRETO Nº 169, DE 1º DE OUTUBRO DE 2015

Prorroga Contratação Temporária, de Servidora Municipal por Excepcional Interesse Público, e dá outras providências.

A PREFEITA DO MUNICÍPIO DE MARAVILHA, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o inciso VI, do artigo 77, da Lei Orgânica Municipal, e conforme Edital de Processo Seletivo nº 001/2014,

CONSIDERANDO,

A solicitação da Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Desporto;

A licença para tratamento de Saúde da Servidora Dilce Feltes Ha-nauer;

A possibilidade de contratação por excepcional interesse público, em razão da imediata contratação, seguindo a ordem de classificação no Edital de Processo Seletivo nº 001/2014, para o cargo de Professora, tendo em vista os princípios da economicidade e razoabilidade;

DECRETA:

Art. 1º Prorroga a contratação até 1º de dezembro de 2015 da Servidora LOVANI DA ROSA SBRUSSI, brasileira, inscrita no CPF sob o nº 054.255.029-66, em caráter de excepcional interesse público para exercer a função de Professora, Lotada na Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Desporto, com carga horária de 40 horas semanais, no C. E. I. Sílvia Ebert.

Art. 2º As despesas decorrentes da aplicação do presente Decreto correrão por conta de dotações próprias do orçamento em vigor.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Maravilha - SC, 1º de outubro de 2015.

ROSIMAR MALDANER

Registrado e publicado na data supra. Prefeita Municipal

SANDRO DONATI

Secr. Planej. Adm. e Fazenda

Decreto nº 170/2015

DECRETO Nº 170, DE 1º DE OUTUBRO DE 2015

Prorroga Contratação Temporária, de Servidora Municipal por Excepcional Interesse Público, e dá outras providências.

A PREFEITA DO MUNICÍPIO DE MARAVILHA, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o inciso VI, do artigo 77, da Lei Orgânica Municipal, e conforme Edital de Processo Seletivo nº 001/2014,

CONSIDERANDO,

A solicitação da Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Desporto;

A possibilidade de contratação por excepcional interesse público, em razão da imediata contratação, seguindo a ordem de classificação no Edital de Processo Seletivo nº 001/2014, para o cargo de Professora, tendo em vista os princípios da economicidade e razoabilidade;

DECRETA:

Art. 1º Prorroga a contratação até 15 de outubro de 2015 da Servidora TUANI BUZATTO, brasileira, inscrita no CPF sob o nº 108.411.469-00, em caráter de excepcional interesse público para exercer a função de Professora, Lotada na Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Desporto, com carga horária de 20 horas semanais, no C. E. I. Criança Feliz.

Art. 2º As despesas decorrentes da aplicação do presente Decreto correrão por conta de dotações próprias do orçamento em vigor.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Maravilha - SC, 1º de outubro de 2015.

ROSIMAR MALDANER

Registrado e publicado na data supra. Prefeita Municipal

SANDRO DONATI

Secr. Planej. Adm. e Fazenda

Decreto nº 171/2015

DECRETO Nº 171, DE 1º DE OUTUBRO DE 2015

Nomeia servidor público municipal e dá outras providências.

A PREFEITA DO MUNICÍPIO DE MARAVILHA, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o inciso VI, do artigo 77, da Lei Orgânica Municipal,

DECRETA:

Art. 1º Fica pelo presente Decreto nomeada, CRISTIANE PERONDI, brasileira, inscrita no CPF sob o nº 073.630.359-62, para ocupar o cargo efetivo de Nutricionista, com carga horária de 40 horas semanais, lotada na Secretaria Municipal de Saúde, percebendo a remuneração do quadro de pessoal próprio a partir da presente data.

Art. 2º As despesas decorrentes da aplicação do presente Decreto correrão por conta de dotações próprias do orçamento em vigor.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Maravilha - SC, 1º de outubro de 2015.

ROSIMAR MALDANER

Registrado e publicado na data supra. Prefeita Municipal

SANDRO DONATI

Secr. Planej. Adm. e Fazenda

CÂMARA MUNICIPAL**DECRETO LEGISLATIVO Nº 163, DE 30 DE SETEMBRO DE 2015.**

DECRETO LEGISLATIVO Nº 163 de 30/09/2015.

Homologa Termos Aditivos aos Termos de Cessão de Uso que entre si celebram o Município de Maravilha e empresas e dá outras providências.

O Presidente da Câmara Municipal de Vereadores do Município de Maravilha, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas por Lei, em especial a alínea "d" do inciso "I" do artigo 46 do Regimento Interno, faz saber a todos os habitantes deste Município que o plenário da Câmara aprovou e ELE promulga o seguinte Decreto Legislativo.

Art. 1º Em conformidade com o disposto na Lei Municipal nº 3.867, de 02 de junho de 2015, que prorrogou os prazos de vigência e cumprimento das obrigações das Cessões de Uso e Cessões de Direito Real de Uso disciplinadas pela Lei Municipal nº 3.092, de 28 de abril de 2006 e Lei Municipal Complementar nº 034, de 15 de dezembro de 2010 fica homologado por este Decreto Legislativo em sua totalidade e sem restrições os Termos Aditivos aos Termos de Cessão de Uso celebrados entre o Município de Maravilha com as seguintes empresas:

I – PRÉ MOLDADOS MARAVILHA LTDA EPP, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 86.739.364/0001-03;

II – PRÉ MOLDADOS MARAVILHA LTDA ME, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 86.739.364/0001-03;

III – MARTILETO COMÉRCIO E REPRESENTAÇÕES DE EQUIPAMENTO PARA AVES E SUÍNOS LTDA ME com transferência para MARARAVILHA INDÚSTRIA DE ARTEFATOS DE CIMENTO EIRELI ME, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ/MF nº 12.502,754/0001-29;

IV – THOMAS ELOI HEYDT ME, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ/MF nº 09.476.472/0001-90;

V – FLUCK INDÚSTRIA DE EQUIPAMENTOS ELÉTRICOS LTDA EPP, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ/MF nº 08.643.463/0001-83;

VI – JUMANY INDÚSTRIA DE CONFECÇÕES LTDA, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ/MF nº 00.584.204/0001-17;

VII – MM DISTRIBUIDORA DE BEBIDAS LTDA, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CPJ/MF nº 85.284.248/0001-84;

VIII – ROTOPLAST INDÚSTRIA METALURGICA LTDA EPP, com transferência para a empresa TEM BRASIL LTDA EPP, sociedade empresária de responsabilidade limitada, inscrita no CNPJ/MF nº 09.203.409/0001-80;

IV – CLÉCIO LOSS ME, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ nº 11.357.320/0001-10;

X – MAGIGESSO ARTE GESSO LTDA EPP, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ/MF nº 80.146.137/0001-98.

Art. 2º O prazo de vigência e os prazos de cumprimento das obrigações constantes nos Termos de Cessões de Uso passam a vigorar a partir de 02 de junho de 2015, data da publicação da Lei Municipal nº 3.867/15.

Art. 3º A minuta deste convênio em anexo é parte integrante deste Decreto Legislativo.

Art. 4º As despesas decorrentes da realização do presente Decreto correrão por conta do orçamento municipal em vigor.

Art. 5º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões aos 30 dias do mês de setembro de 2015.

Odair José Batistello

Presidente

Massaranduba

PREFEITURA

ATA Nº 07.2015 (FASS) - MATERIAIS DE EXPEDIENTE: CRAS

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 07/2015

Processo Licitatório Nº 11/2015

Pregão Presencial Nº 07/2015

VALIDADE: 12 (doze) meses (29.09.2015 à 29.09.2016)

Ao vigésimo nono dia do mês de setembro do ano de dois mil e quinze, o FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE MASSARANDUBA, pessoa jurídica de direito público, situado na Rua 11 de Novembro, 4673, Centro, Município de Massaranduba, estado de Santa Catarina, inscrita no CNPJ sob o nº 01.743.462/0001-61, neste ato representado pela Gestora do Fundo Municipal de Assistência Social, Sra. ANNA KARINE REINKE FRANZ e pelo Prefeito Municipal, Sr. MÁRIO FERNANDO REINKE, nos termos do Art. 15 da Lei Federal 8.666/93 e alterações, Decreto Municipal 2051/2010 e das demais normas legais aplicáveis, em face da classificação das propostas apresentadas no Processo Licitatório nº 11/2015, Pregão Presencial nº 07/2015 - SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS, homologado pelo Prefeito Municipal, abaixo assinado, RESOLVE registrar os valores oferecidos para AQUISIÇÃO DE DIVERSOS MATERIAIS DE EXPEDIENTE PARA OS GRUPOS DE ARTESANATO DE CONVIVÊNCIA FAMILIAR E FORTALECIMENTO DE VÍNCULOS DO CRAS DO MUNICÍPIO DE MASSARANDUBA, para atender a demanda do Fundo Municipal de Assistência Social de Massaranduba, pelo período de 12 (doze) meses, conforme consta no Anexo II do presente edital e que passa a fazer parte desta Ata, tendo sido, os referidos valores, oferecidos pelas empresas cujas propostas foram classificadas no certame. Presentes as empresas e seus representantes:

Participantes Presentes	CNPJ/CPF
RICARL DISTRIBUIDORA EIRELI ME, neste ato representado por ERALDO SALVADOR	21.304.312/0001-69

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1. Contratação: aquisição de diversos materiais de expediente para os grupos de artesanato de convivência familiar e fortalecimento de vínculos do CRAS do município de Massaranduba, em um prazo que se estende 12 (doze) meses a partir da assinatura do presente contrato, através do Sistema de Registro de Preços, de acordo com as especificações e quantitativos estimados no edital e seus anexos.

ITEM	EMPRESA	PRODUTO	UNID	MARCA	QTDE	R\$ UNIT	R\$ TOTAL
1	RICARL DISTRIBUIDORA EIRELI ME	CANETA PERMANENTE PARA SER UTILIZADA EM EVA, CD, VIDRO, PAPEL, MADEIRA OU METAL. TEM DUAS PONTAS, UMA GROSSA DE 2,0MM E UMA FINA DE 0,7MM. COR: VERMELHA. APRESENTAÇÃO: UNITÁRIA. APRESENTAR AMOSTRA.	UNID	SELLER	20	R\$ 2,47	R\$ 49,40
2	RICARL DISTRIBUIDORA EIRELI ME	CANETA PERMANENTE PARA SER UTILIZADA EM EVA, CD, VIDRO, PAPEL, MADEIRA OU METAL. TEM DUAS PONTAS, UMA GROSSA DE 2,0MM E UMA FINA DE 0,7MM. COR: PRETA. MARCA PRÉ-APROVADA: ACRILEX. APRESENTAÇÃO: UNITÁRIA. APRESENTAR AMOSTRA.	UNID	SELLER	30	R\$ 2,47	R\$ 74,10
3	RICARL DISTRIBUIDORA EIRELI ME	CANETA PERMANENTE PARA SER UTILIZADA EM EVA, CD, VIDRO, PAPEL, MADEIRA OU METAL. TEM DUAS PONTAS, UMA GROSSA DE 2,0MM E UMA FINA DE 0,7MM. COR: AZUL. MARCA PRÉ-APROVADA: ACRILEX. APRESENTAÇÃO: UNITÁRIA. APRESENTAR AMOSTRA.	UNID	SELLER	20	R\$ 2,47	R\$ 49,40
4	RICARL DISTRIBUIDORA EIRELI ME	CANETA PERMANENTE PARA SER UTILIZADA EM EVA, CD, VIDRO, PAPEL, MADEIRA OU METAL. TEM DUAS PONTAS, UMA GROSSA DE 2,0MM E UMA FINA DE 0,7MM. COR: VERDE. MARCA PRÉ-APROVADA: ACRILEX. APRESENTAÇÃO: UNITÁRIA. APRESENTAR AMOSTRA.	UNID	SELLER	20	R\$ 2,47	R\$ 49,40
5	RICARL DISTRIBUIDORA EIRELI ME	CANETA ESFEROGRÁFICA, ESCRITA MÉDIA, CORPO EM PLÁSTICO TRANSPARENTE, DE PRESSÃO, PROTETOR PLÁSTICO ENTRE A CARGA E O CORPO DA CANETA, TAMANHO DE APROXIMADAMENTE 15CM COM A TAMPA, FABRICAÇÃO NACIONAL, EMBALAGEM COM DADOS DE IDENTIFICAÇÃO DO PRODUTO E DATA DE VALIDADE. COR: AZUL. MARCA PRÉ-APROVADA: BIC. APRESENTAÇÃO: CAIXA COM 50 UNIDADES. APRESENTAR AMOSTRA.	CX	BIC	1	R\$ 36,98	R\$ 36,98
6	RICARL DISTRIBUIDORA EIRELI ME	CANETA ESFEROGRÁFICA, ESCRITA MÉDIA, CORPO EM PLÁSTICO TRANSPARENTE, DE PRESSÃO, PROTETOR PLÁSTICO ENTRE A CARGA E O CORPO DA CANETA, TAMANHO DE APROXIMADAMENTE 15CM COM A TAMPA, FABRICAÇÃO NACIONAL, EMBALAGEM COM DADOS DE IDENTIFICAÇÃO DO PRODUTO E DATA DE VALIDADE. COR: PRETA. MARCA PRÉ-APROVADA: BIC. APRESENTAÇÃO: CAIXA COM 50 UNIDADES. APRESENTAR AMOSTRA.	CX	BIC	1	R\$ 36,98	R\$ 36,98

7	RICARL DISTRIBUIDORA EIRELI ME	CANETA ESFEROGRÁFICA, ESCRITA MÉDIA, CORPO EM PLÁSTICO TRANSPARENTE, DE PRESSÃO, PROTETOR PLÁSTICO ENTRE A CARGA E O CORPO DA CANETA, TAMANHO DE APROXIMADAMENTE 15CM COM A TAMPAS, FABRICAÇÃO NACIONAL, EMBALAGEM COM DADOS DE IDENTIFICAÇÃO DO PRODUTO E DATA DE VALIDADE. COR: VERMELHA. MARCA PRÉ-APROVADA: BIC. APRESENTAÇÃO: CAIXA COM 50 UNIDADES.	CX	BIC	1	R\$ 36,98	R\$ 36,98
9	RICARL DISTRIBUIDORA EIRELI ME	LÁPIS DE COR LONGO PIGMENTOS, AGLUTINANTES, CARGAINERTE E CERAS, 12 UNIDADES EM CORES VARIADAS. MARCA PRÉ-APROVADA: FABER-CASTELL. APRESENTAÇÃO: CAIXA COM 12 UNIDADES.	CX	LABRA	40	R\$ 4,66	R\$ 186,40
10	RICARL DISTRIBUIDORA EIRELI ME	CANETA HIDROCOR COM 12 CORES VIVAS, À BASE DE ÁGUA, NÃO TÓXICAS. DIMENSÕES MÍNIMAS: 9MM (DIÂMETRO) E 142MM (COMPRIMENTO). TINTA LAVÁVEL E ATÓXICA, CORPO E TAMPAS NAS CORES DA TINTA, DEVE TER TAMPAS ANTIFRAXIANTES E OITAVADAS. EMBALAGEM DO CONJUNTO EM PLÁSTICO TRANSPARENTE COM SISTEMA DE LACRE CONTENDO 12 UNIDADES PRODUTO. APRESENTAÇÃO: CAIXA COM 12 UNIDADES. APRESENTAR AMOSTRA.	CX	LEONORA	20	R\$ 3,04	R\$ 60,80
11	RICARL DISTRIBUIDORA EIRELI ME	GIZ DE CERA GROSSO PARA DESENHO EM PAPEL, CORES MISTAS, TIPO CURTO E GROSSO, NO FORMATO REDONDO, COMPOSIÇÃO BÁSICA DE CERAS E PIGMENTOS ORGÂNICOS, PRODUTO ATÓXICO, ANTIALÉRGICO. APRESENTAÇÃO: CAIXA COM 12 UNIDADES.	CX	ACRILEX	20	R\$ 1,62	R\$ 32,40
12	RICARL DISTRIBUIDORA EIRELI ME	LÁPIS DE COR AQUARELÁVEL, CORPO SEXTAVADO, ATÓXICO, CORES VIVAS, PONTA RESISTENTE COM COMPRIMENTO MÍNIMO DE 16,5CM. MARCA PRÉ-APROVADA: FABER-CASTELL. APRESENTAÇÃO: CAIXA COM 12 UNIDADES. APRESENTAR AMOSTRA.	CX	FABER	10	R\$ 14,64	R\$ 146,40
13	RICARL DISTRIBUIDORA EIRELI ME	LÁPIS PARA DESENHO MODELO 6B COM ENVOLTÓRIO DO GRAFITE INTEIRIÇO, SEM EMENDAS, MARCA DO FABRICANTE IMPRESSA, CORPO CILÍNDRICO, EM MADEIRA. COR: PRETA. APRESENTAÇÃO: CAIXA COM 50 UNIDADES. APRESENTAR AMOSTRA.	CX	LEO LEO	2	R\$ 52,29	R\$ 104,58
14	RICARL DISTRIBUIDORA EIRELI ME	LÁPIS PRETO Nº 02 - COM ENVOLTÓRIO DO GRAFITE INTEIRIÇO, SEM EMENDAS, MARCA DO FABRICANTE IMPRESSA, CORPO CILÍNDRICO, EM MADEIRA. COR: PRETA. APRESENTAÇÃO: CAIXA COM 50 UNIDADES. APRESENTAR AMOSTRA.	CX	LABRA	3	R\$ 11,89	R\$ 35,67
15	RICARL DISTRIBUIDORA EIRELI ME	MARCADOR PERMANENTE COM PONTA MÉDIA, PARA SER UTILIZADA EM PLÁSTICOS, PAPÉIS, VIDRO E MADEIRA, TINTA A BASE DE ÁLCOOL, TAMPAS NA COR DA TINTA. COR: AZUL. APRESENTAÇÃO: UNITÁRIA. APRESENTAR AMOSTRA.	UNID	JAPAN	120	R\$ 0,95	R\$ 114,00
16	RICARL DISTRIBUIDORA EIRELI ME	MARCADOR PERMANENTE COM PONTA MÉDIA, PARA SER UTILIZADA EM PLÁSTICOS, PAPÉIS, VIDRO E MADEIRA, TINTA A BASE DE ÁLCOOL, TAMPAS NA COR DA TINTA. COR: PRETA. APRESENTAÇÃO: UNITÁRIA. APRESENTAR AMOSTRA.	UNID	JAPAN	240	R\$ 0,95	R\$ 228,00
17	RICARL DISTRIBUIDORA EIRELI ME	MARCADOR PERMANENTE COM PONTA MÉDIA, PARA SER UTILIZADA EM PLÁSTICOS, PAPÉIS, VIDRO E MADEIRA, TINTA A BASE DE ÁLCOOL, TAMPAS NA COR DA TINTA. COR: VERMELHO. APRESENTAÇÃO: UNITÁRIA. APRESENTAR AMOSTRA.	UNID	JAPAN	240	R\$ 0,95	R\$ 228,00
18	RICARL DISTRIBUIDORA EIRELI ME	MARCADOR PERMANENTE COM PONTA MÉDIA, PARA SER UTILIZADA EM PLÁSTICOS, PAPÉIS, VIDRO E MADEIRA, TINTA A BASE DE ÁLCOOL, TAMPAS NA COR DA TINTA. COR: VERDE. APRESENTAÇÃO: UNITÁRIA. APRESENTAR AMOSTRA.	UNID	JAPAN	240	R\$ 0,95	R\$ 228,00
19	RICARL DISTRIBUIDORA EIRELI ME	CANETA PERMANENTE PONTA FINA DE POLIÉSTER, UTILIZADA PARA MARCAR E PINTAR TECIDOS. COR: VERMELHA. MARCA PRÉ-APROVADA: ACRILEX. APRESENTAÇÃO: UNITÁRIA.	UNID	ACRILEX	20	R\$ 3,27	R\$ 65,40
20	RICARL DISTRIBUIDORA EIRELI ME	CANETA PERMANENTE PONTA FINA DE POLIÉSTER, UTILIZADA PARA MARCAR E PINTAR TECIDOS. COR: PRETA. MARCA PRÉ-APROVADA: ACRILEX. APRESENTAÇÃO: UNITÁRIA. APRESENTAR AMOSTRA.	UNID	ACRILEX	20	R\$ 3,09	R\$ 61,80
21	RICARL DISTRIBUIDORA EIRELI ME	PINCEL ATÔMICO, TINTA A BASE DE ÁLCOOL, COM PONTADE FELTRO CHANFRADA, DO TIPO RECARREGÁVEL. COR: AZUL. APRESENTAÇÃO: UNITÁRIA.	UNID	JAPAN	20	R\$ 1,10	R\$ 22,00
22	RICARL DISTRIBUIDORA EIRELI ME	PINCEL ATÔMICO, TINTA A BASE DE ÁLCOOL, COM PONTADE FELTRO CHANFRADA, DO TIPO RECARREGÁVEL. COR: VERDE. APRESENTAÇÃO: UNITÁRIA.	UNID	JAPAN	20	R\$ 1,10	R\$ 22,00

23	RICARL DISTRIBUIDORA EIRELI ME	PINCEL ATÔMICO, TINTA A BASE DE ÁLCOOL, COM PONTADE FELTRO CHANFRADA, DO TIPO RECARREGÁVEL. COR: PRETA. APRESENTAÇÃO: UNITÁRIA.	UNID	JAPAN	20	R\$ 1,09	R\$ 21,80
24	RICARL DISTRIBUIDORA EIRELI ME	PINCEL ATÔMICO, TINTA A BASE DE ÁLCOOL, COM PONTADE FELTRO CHANFRADA, DO TIPO RECARREGÁVEL. COR: VERMELHA. APRESENTAÇÃO: UNITÁRIA.	UNID	JAPAN	20	R\$ 1,09	R\$ 21,80
26	RICARL DISTRIBUIDORA EIRELI ME	APONTADOR PARA LÁPIS, CONFECCIONADO EM PLÁSTICO, COM 01 FURO, LÂMINA EM AÇO INOX, SEM DEPÓSITO. COR: DIVERSAS. MARCA PRÉ-APROVADA: FABER-CASTELL. APRESENTAÇÃO: CAIXA COM 50 UNIDADES.	CX	LEONORA	1	R\$ 32,32	R\$ 32,32
27	RICARL DISTRIBUIDORA EIRELI ME	BORRACHA NA COR BRANCA PARA APAGAR LÁPIS (GRAFITES). DIMENSÕES MÍNIMAS: 30MM X 20MM X 06MM. APRESENTAÇÃO: CAIXA COM 60 UNIDADES. APRESENTAR AMOSTRA.	CX	LEONORA	1	R\$ 8,55	R\$ 8,55
28	RICARL DISTRIBUIDORA EIRELI ME	RÉGUA PLÁSTICA DE 50CM EM ACRÍLICO CRISTAL, NÃO FLEXÍVEL, COM GRADUAÇÃO PRECISA EM MILÍMETROS E CENTÍMETROS. APRESENTAÇÃO: UNITÁRIA.	UNID	WALEU	15	R\$ 1,90	R\$ 28,50
29	RICARL DISTRIBUIDORA EIRELI ME	COLA PARA DECOUPAGE, PRODUTO SOLÚVEL EM ÁGUA, DE MÚLTIPLA UTILIDADE PARA TRABALHOS ARTÍSTICOS E ARTESANAIS. INDICADA PARA COLAGENS DE PAPÉIS OU GUARDANAPOS SOBRE SUBSTRATOS COMO MDF, MADEIRA, GESSO, CERÂMICA, PAPEL CARTÃO, ETC. CARACTERÍSTICAS: RESINA ACRÍLICA SOLÚVEL EM ÁGUA, BAIXO ODOR, BOA RESISTÊNCIA, BOM ALASTRAMENTO E UMA VISCOSIDADE QUE FACILITA SUA APLICAÇÃO, NÃO DEIXANDO MARCAS E EVITANDO O SURGIMENTO DE BOLHAS E RUGAS, APRESENTA TRANSPARÊNCIA TOTAL. APRESENTAÇÃO: FRASCO DE 120ML. APRE	FRASCOS	ACRILEX	20	R\$ 6,56	R\$ 131,20
31	RICARL DISTRIBUIDORA EIRELI ME	COLA PARA E.V.A, COM BICO DOSADOR, SOLÚVEL EM ÁLCOOL E DE SECAGEM RÁPIDA. APRESENTAÇÃO: FRASCO COM NO MÍNIMO 35G.	UNID	ACRILEX	30	R\$ 2,47	R\$ 74,10
33	RICARL DISTRIBUIDORA EIRELI ME	FITA DUPLA FACE, COMPOSIÇÃO: FITA ADESIVA CONSTITUÍDA DE DORSO EM PAPEL LISO, COBERTO EM AMBAS AS FACES POR ADESIVO À BASE D'ÁGUA, PROTEGIDA POR UM LINER DE PAPEL (ANTI-ADERENTE). TAMANHO: 12MM X 30MM COR: TRANSPARENTE. MARCA PRÉ-APROVADA: SCOTH. APRESENTAÇÃO: ROLO DE 30M. APRESENTAR AMOSTRA.	ROLO	EUROCEL	10	R\$ 3,99	R\$ 39,90
34	RICARL DISTRIBUIDORA EIRELI ME	BALÃO EM LÁTEX LISO, TAMANHO MÁXIMO 9 POLEGADAS, 23CM DE DIÂMETRO. COR: VERMELHO. APRESENTAÇÃO: PACOTE COM 50 UNIDADES.	PACOTE	IBB	10	R\$ 11,97	R\$ 119,70
35	RICARL DISTRIBUIDORA EIRELI ME	BALÃO EM LÁTEX LISO, TAMANHO MÁXIMO 9 POLEGADAS, 23CM DE DIÂMETRO. COR: PINK. APRESENTAÇÃO: PACOTE COM 50 UNIDADES.	PACOTE	IBB	10	R\$ 11,97	R\$ 119,70
36	RICARL DISTRIBUIDORA EIRELI ME	BALÃO EM LÁTEX LISO, TAMANHO MÁXIMO 9 POLEGADAS, 23CM DE DIÂMETRO. COR: AMARELO. APRESENTAÇÃO: PACOTE COM 50 UNIDADES.	PACOTE	IBB	10	R\$ 11,98	R\$ 119,80
37	RICARL DISTRIBUIDORA EIRELI ME	BALÃO EM LÁTEX LISO, TAMANHO MÁXIMO 9 POLEGADAS, 23CM DE DIÂMETRO. COR: AZUL. APRESENTAÇÃO: PACOTE COM 50 UNIDADES.	PACOTE	IBB	10	R\$ 11,98	R\$ 119,80
38	RICARL DISTRIBUIDORA EIRELI ME	BALÃO EM LÁTEX LISO, TAMANHO MÁXIMO 9 POLEGADAS, 23CM DE DIÂMETRO. COR: VERDE. APRESENTAÇÃO: PACOTE COM 50 UNIDADES.	PACOTE	IBB	10	R\$ 11,97	R\$ 119,70
39	RICARL DISTRIBUIDORA EIRELI ME	BALÃO EM LÁTEX LISO, TAMANHO MÁXIMO 9 POLEGADAS, 23CM DE DIÂMETRO. COR: ROSA. APRESENTAÇÃO: PACOTE COM 50 UNIDADES.	PACOTE	IBB	10	R\$ 11,97	R\$ 119,70
40	RICARL DISTRIBUIDORA EIRELI ME	BALÃO EM LÁTEX LISO, TAMANHO MÁXIMO 9 POLEGADAS, 23CM DE DIÂMETRO. COR: BRANCO. APRESENTAÇÃO: PACOTE COM 50 UNIDADES.	PACOTE	IBB	10	R\$ 11,98	R\$ 119,80

41	RICARL DISTRIBUIDORA EIRELI ME	BALÃO EM LÁTEX LISO, TAMANHO MÁXIMO 9 POLEGADAS, 23CM DE DIÂMETRO. COR: MARROM. APRESENTAÇÃO: PACOTE COM 50 UNIDADES.	PACOTE	IBB	10	R\$ 11,98	R\$ 119,80
42	RICARL DISTRIBUIDORA EIRELI ME	BALÃO EM LÁTEX LISO, TAMANHO MÁXIMO 9 POLEGADAS, 23CM DE DIÂMETRO. COR: PRETO. APRESENTAÇÃO: PACOTE COM 50 UNIDADES.	PACOTE	IBB	10	R\$ 11,97	R\$ 119,70
43	RICARL DISTRIBUIDORA EIRELI ME	BALÃO EM LÁTEX LISO, TAMANHO MÁXIMO 9 POLEGADAS, 23CM DE DIÂMETRO. COR: ROXO. APRESENTAÇÃO: PACOTE COM 50 UNIDADES.	PACOTE	IBB	10	R\$ 11,97	R\$ 119,70
44	RICARL DISTRIBUIDORA EIRELI ME	BALÃO EM LÁTEX LISO, TAMANHO MÁXIMO 9 POLEGADAS, 23CM DE DIÂMETRO. COR: LILÁS. APRESENTAÇÃO: PACOTE COM 50 UNIDADES.	PACOTE	IBB	10	R\$ 11,98	R\$ 119,80
45	RICARL DISTRIBUIDORA EIRELI ME	BALÃO EM LÁTEX LISO, TAMANHO MÁXIMO 9 POLEGADAS, 23CM DE DIÂMETRO. COR: LARANJA. APRESENTAÇÃO: PACOTE COM 50 UNIDADES.	PACOTE	IBB	10	R\$ 11,98	R\$ 119,80
46	RICARL DISTRIBUIDORA EIRELI ME	TINTA COM EXPANSÃO A CALOR, APRESENTA ACABAMENTO EM RELEVO EMBORRACHADO, BASE INCOLOR. COR: BRANCA. APRESENTAÇÃO: FRASCO DE 35ML.	FRASCOS	ACRILEX	10	R\$ 2,87	R\$ 28,70
47	RICARL DISTRIBUIDORA EIRELI ME	TINTA COM EXPANSÃO A CALOR, APRESENTA ACABAMENTO EM RELEVO EMBORRACHADO, BASE INCOLOR. COR: VERMELHA. APRESENTAÇÃO: FRASCO DE 35ML.	FRASCOS	ACRILEX	10	R\$ 2,87	R\$ 28,70
48	RICARL DISTRIBUIDORA EIRELI ME	TINTA COM EXPANSÃO A CALOR, APRESENTA ACABAMENTO EM RELEVO EMBORRACHADO, BASE INCOLOR. COR: VERDE FOLHA. APRESENTAÇÃO: FRASCO DE 35ML.	FRASCOS	ACRILEX	10	R\$ 2,87	R\$ 28,70
49	RICARL DISTRIBUIDORA EIRELI ME	TINTA COM EXPANSÃO A CALOR, APRESENTA ACABAMENTO EM RELEVO EMBORRACHADO, BASE INCOLOR. COR: AMARELO OURO. APRESENTAÇÃO: FRASCO DE 35ML.	FRASCOS	ACRILEX	10	R\$ 2,87	R\$ 28,70
50	RICARL DISTRIBUIDORA EIRELI ME	TINTA COM EXPANSÃO A CALOR, APRESENTA ACABAMENTO EM RELEVO EMBORRACHADO, BASE INCOLOR. COR: DOURADA. APRESENTAÇÃO: FRASCO DE 35ML.	FRASCOS	ACRILEX	10	R\$ 2,87	R\$ 28,70
51	RICARL DISTRIBUIDORA EIRELI ME	TINTA COM EXPANSÃO A CALOR, APRESENTA ACABAMENTO EM RELEVO EMBORRACHADO, BASE INCOLOR. COR: OURO. APRESENTAÇÃO: FRASCO DE 35ML.	FRASCOS	ACRILEX	10	R\$ 2,87	R\$ 28,70
52	RICARL DISTRIBUIDORA EIRELI ME	TINTA COM EXPANSÃO A CALOR, APRESENTA ACABAMENTO EM RELEVO EMBORRACHADO, BASE INCOLOR. COR: AZUL. APRESENTAÇÃO: FRASCO DE 35ML.	FRASCOS	ACRILEX	10	R\$ 2,87	R\$ 28,70
53	RICARL DISTRIBUIDORA EIRELI ME	TINTA COM EXPANSÃO A CALOR, APRESENTA ACABAMENTO EM RELEVO EMBORRACHADO, BASE INCOLOR. COR: PRATA. APRESENTAÇÃO: FRASCO DE 35ML.	FRASCOS	ACRILEX	10	R\$ 2,87	R\$ 28,70
54	RICARL DISTRIBUIDORA EIRELI ME	VISOR PARA PASTA SUSPENSÃO DE PLÁSTICO, COM ETIQUETA BRANCA. APRESENTAÇÃO: CAIXA COM 50 UNIDADES.	CX	CEMIL	5	R\$ 8,08	R\$ 40,40
55	RICARL DISTRIBUIDORA EIRELI ME	GRAMPO GALVANIZADO PARA GRAMPEADOR TAMANHO 26/6. APRESENTAÇÃO: CAIXA COM 5000 UNIDADES.	CX	JOCAR	2	R\$ 2,52	R\$ 5,04
80	RICARL DISTRIBUIDORA EIRELI ME	PAPEL VERGE GRAMATURA 180G/M, FORMATO A4, TAMANHO: 210MM X 297MM. APRESENTAÇÃO: PACOTE COM 50 FOLHAS. COR: BRANCA.	PACOTE	FILIPAPER	3	R\$ 9,12	R\$ 27,36

81	RICARL DISTRIBUIDORA EIRELI ME	PAPEL VERGE GRAMATURA 180G/M, FORMATO A4, TAMANHO: 210MM X 297MM. APRESENTAÇÃO: PACOTE COM 50 FOLHAS. COR: MADREPÉROLA.	PACOTE	FILIPA- PER	3	R\$ 9,12	R\$ 27,36
82	RICARL DISTRIBUIDORA EIRELI ME	PAPEL VERGE GRAMATURA 180G/M, FORMATO A4, TAMANHO: 210MM X 297MM. APRESENTAÇÃO: PACOTE COM 50 FOLHAS. COR: BERILO.	PACOTE	FILIPA- PER	3	R\$ 9,13	R\$ 27,39
83	RICARL DISTRIBUIDORA EIRELI ME	PAPEL VERGE GRAMATURA 180G/M, FORMATO A4, TAMANHO: 210MM X 297MM. APRESENTAÇÃO: PACOTE COM 50 FOLHAS. COR: OPALA.	PACOTE	FILIPA- PER	3	R\$ 9,13	R\$ 27,39
84	RICARL DISTRIBUIDORA EIRELI ME	PAPEL VERGE GRAMATURA 180G/M, FORMATO A4, TAMANHO: 210MM X 297MM. APRESENTAÇÃO: PACOTE COM 50 FOLHAS. COR: CORAL.	PACOTE	FILIPA- PAER	3	R\$ 9,12	R\$ 27,36
85	RICARL DISTRIBUIDORA EIRELI ME	CARTOLINA GRAMATURA 150G, TAMANHO: 50MM X 66MM. APRESENTAÇÃO: UNITÁRIA. COR: BRANCA.	UNID	ALLCART	20	R\$ 0,42	R\$ 8,40
86	RICARL DISTRIBUIDORA EIRELI ME	CARTOLINA GRAMATURA 150G, TAMANHO: 50MM X 66MM. APRESENTAÇÃO: UNITÁRIA. COR: ROSA.	UNID	ALLCART	20	R\$ 0,42	R\$ 8,40
87	RICARL DISTRIBUIDORA EIRELI ME	CARTOLINA GRAMATURA 150G, TAMANHO: 50MM X 66MM. APRESENTAÇÃO: UNITÁRIA. COR: AZUL.	UNID	ALLCART	20	R\$ 0,43	R\$ 8,60
88	RICARL DISTRIBUIDORA EIRELI ME	CARTOLINA GRAMATURA 150G, TAMANHO: 50MM X 66MM. APRESENTAÇÃO: UNITÁRIA. COR: VERDE.	UNID	ALLCART	20	R\$ 0,43	R\$ 8,60
89	RICARL DISTRIBUIDORA EIRELI ME	PAPEL SULFITE ALCALINO, GRAMATURA 75G, FORMATO A4, TAMANHO 210MM X 297MM. APRESENTAÇÃO: RESMAS COM 500 FOLHAS. COR: BRANCA.	RESMA	ECOQUALITY	50	R\$ 14,64	R\$ 732,00
90	RICARL DISTRIBUIDORA EIRELI ME	PAPEL SULFITE ALCALINO, GRAMATURA 75G, FORMATO A4, TAMANHO 210MM X 297MM. APRESENTAÇÃO: PACOTE COM 100 FOLHAS. COR: AZUL.	PACOTE	TREVO	3	R\$ 3,99	R\$ 11,97
91	RICARL DISTRIBUIDORA EIRELI ME	PAPEL SULFITE ALCALINO, GRAMATURA 75G, FORMATO A4, TAMANHO 210MM X 297MM. APRESENTAÇÃO: PACOTE COM 100 FOLHAS. COR: VERDE.	PACOTE	TREVO	3	R\$ 3,99	R\$ 11,97
92	RICARL DISTRIBUIDORA EIRELI ME	PAPEL SULFITE ALCALINO, GRAMATURA 75G, FORMATO A4, TAMANHO 210MM X 297MM. APRESENTAÇÃO: PACOTE COM 100 FOLHAS. COR: AMARELO.	PACOTE	TREVO	3	R\$ 4,00	R\$ 12,00
93	RICARL DISTRIBUIDORA EIRELI ME	PAPEL SULFITE ALCALINO, GRAMATURA 75G, FORMATO A4, TAMANHO 210MM X 297MM. APRESENTAÇÃO: PACOTE COM 100 FOLHAS. COR: BEGE.	PACOTE	TREVO	5	R\$ 4,00	R\$ 20,00
100	RICARL DISTRIBUIDORA EIRELI ME	PAPEL DUPLA FACE, TAMANHO: 480MM X 660MM, GRAMATURA SIMILAR A CARTOLINA. APRESENTAÇÃO: UNITÁRIA. COR: VERMELHO.	UNID	RST	10	R\$ 0,52	R\$ 5,20
101	RICARL DISTRIBUIDORA EIRELI ME	PAPEL DUPLA FACE, TAMANHO: 480MM X 660MM, GRAMATURA SIMILAR A CARTOLINA. APRESENTAÇÃO: UNITÁRIA. COR: AZUL ROYAL.	UNID	RST	10	R\$ 0,52	R\$ 5,20
102	RICARL DISTRIBUIDORA EIRELI ME	PAPEL DUPLA FACE, TAMANHO: 480MM X 660MM, GRAMATURA SIMILAR A CARTOLINA. APRESENTAÇÃO: UNITÁRIA. COR: LARANJA.	UNID	RST	10	R\$ 0,52	R\$ 5,20

103	RICARL DISTRIBUIDORA EIRELI ME	PAPEL DUPLA FACE, TAMANHO: 480MM X 660MM, GRAMATURA SIMILAR A CARTOLINA. APRESENTAÇÃO: UNITÁRIA. COR: AMARELO.	UNID	RST	10	R\$ 0,52	R\$ 5,20
104	RICARL DISTRIBUIDORA EIRELI ME	PAPEL DUPLA FACE, TAMANHO: 480MM X 660MM, GRAMATURA SIMILAR A CARTOLINA. APRESENTAÇÃO: UNITÁRIA. COR: VERDE ESCURO.	UNID	RST	10	R\$ 0,52	R\$ 5,20
105	RICARL DISTRIBUIDORA EIRELI ME	PAPEL DUPLA FACE, TAMANHO: 480MM X 660MM, GRAMATURA SIMILAR A CARTOLINA. APRESENTAÇÃO: UNITÁRIA. COR: VERDE CLARO.	UNID	RST	10	R\$ 0,52	R\$ 5,20
106	RICARL DISTRIBUIDORA EIRELI ME	PAPEL DUPLA FACE, TAMANHO: 480MM X 660MM, GRAMATURA SIMILAR A CARTOLINA. APRESENTAÇÃO: UNITÁRIA. COR: LILÁS.	UNID	RST	10	R\$ 0,52	R\$ 5,20
107	RICARL DISTRIBUIDORA EIRELI ME	PAPEL DUPLA FACE, TAMANHO: 480MM X 660MM, GRAMATURA SIMILAR A CARTOLINA. APRESENTAÇÃO: UNITÁRIA. COR: ROSA.	UNID	RST	10	R\$ 0,52	R\$ 5,20
108	RICARL DISTRIBUIDORA EIRELI ME	PAPEL DUPLA FACE, TAMANHO: 480MM X 660MM, GRAMATURA SIMILAR A CARTOLINA. APRESENTAÇÃO: UNITÁRIA. COR: LARANJA.	UNID	RST	10	R\$ 0,52	R\$ 5,20
109	RICARL DISTRIBUIDORA EIRELI ME	CADERNO DE BROCHURA, CAPA DURA, COM 90 FOLHAS. APRESENTAÇÃO: UNITÁRIA.	UNID	PANAMERICANA	20	R\$ 2,38	R\$ 47,60
110	RICARL DISTRIBUIDORA EIRELI ME	FITA ADESIVA PAPEL KRAFT LISO, TAMANHO: 24 MM X 50M, DE 1ª QUALIDADE. MARCA PRÉ-APROVADA: 3M. APRESENTAÇÃO: ROLO DE 50M. APRESENTAR AMOSTRA.	ROLO	EUROCEL	10	R\$ 9,50	R\$ 95,00
111	RICARL DISTRIBUIDORA EIRELI ME	FITA ADESIVA CELOFANE TAMANHO: 50 MM X 50 M, FILME DE CELOFANE E ADESIVO A BASE DE ELASTÔMERO E RESINAS SINTÉTICAS, DE 1ª QUALIDADE. MARCA PRÉ-APROVADA: 3M. APRESENTAÇÃO: ROLO DE 50M. APRESENTAR AMOSTRA.	ROLO	EMBALANDO	10	R\$ 2,76	R\$ 27,60
112	RICARL DISTRIBUIDORA EIRELI ME	FITA ADESIVA CELOFANE TAMANHO: 12 MM X 50 M, FILME DE CELOFANE E ADESIVO A BASE DE ELASTÔMERO E RESINAS SINTÉTICAS, DE 1ª QUALIDADE. MARCA PRÉ-APROVADA: 3M. APRESENTAÇÃO: ROLO DE 50M. APRESENTAR AMOSTRA.	ROLO	EUROCEL	5	R\$ 1,33	R\$ 6,65
113	RICARL DISTRIBUIDORA EIRELI ME	E.V.A ESTAMPADO, ESPESSURA DE 02MM, TAMANHO: 45CMX 60CM. APRESENTAÇÃO: UNITÁRIA. COR: XADREZ.	UNID	MAKE	30	R\$ 4,37	R\$ 131,10
114	RICARL DISTRIBUIDORA EIRELI ME	E.V.A ESTAMPADO, ESPESSURA DE 02MM, TAMANHO: 45CMX 60CM. APRESENTAÇÃO: UNITÁRIA. COR: CORAÇÕES.	UNID	LEONORA	30	R\$ 4,37	R\$ 131,10
115	RICARL DISTRIBUIDORA EIRELI ME	E.V.A ESTAMPADO, ESPESSURA DE 02MM, TAMANHO: 45CMX 60CM. APRESENTAÇÃO: UNITÁRIA. COR: LISTRAS.	UNID	LEONORA	30	R\$ 4,37	R\$ 131,10
116	RICARL DISTRIBUIDORA EIRELI ME	E.V.A ESTAMPADO, ESPESSURA DE 02MM, TAMANHO: 45CMX 60CM. APRESENTAÇÃO: UNITÁRIA. COR: FLORES.	UNID	LEONORA	30	R\$ 4,37	R\$ 131,10
117	RICARL DISTRIBUIDORA EIRELI ME	E.V.A ESTAMPADO, ESPESSURA DE 02MM, TAMANHO: 45CMX 60CM. APRESENTAÇÃO: UNITÁRIA. COR: POÁ.	UNID	LEONORA	30	R\$ 4,37	R\$ 131,10
119	RICARL DISTRIBUIDORA EIRELI ME	E.V.A ESTAMPADO, ESPESSURA DE 02MM, TAMANHO: 45CMX 60CM. APRESENTAÇÃO: UNITÁRIA. COR: BICHINHOS.	UNID	MAKE	30	R\$ 4,37	R\$ 131,10

120	RICARL DISTRIBUIDORA EIRELI ME	E.V.A ATOALHADO, ESPESSURA DE 02MM, TAMANHO: 45CMX 60CM. APRESENTAÇÃO: UNITÁRIA. COR: VERDE CLARO.	UNID	MILIU	20	R\$ 1,43	R\$ 28,60
121	RICARL DISTRIBUIDORA EIRELI ME	E.V.A ATOALHADO, ESPESSURA DE 02MM, TAMANHO: 45X60CM. APRESENTAÇÃO: UNITÁRIA. COR: VERMELHO.	UNID	MILIU	20	R\$ 1,43	R\$ 28,60
122	RICARL DISTRIBUIDORA EIRELI ME	E.V.A ATOALHADO, ESPESSURA DE 02MM, TAMANHO: 45CMX 60CM. APRESENTAÇÃO: UNITÁRIA. COR: ROSA.	UNID	MILIU	20	R\$ 1,42	R\$ 28,40
123	RICARL DISTRIBUIDORA EIRELI ME	E.V.A ATOALHADO, ESPESSURA DE 02MM, TAMANHO: 45CMX 60CM. APRESENTAÇÃO: UNITÁRIA. COR: ROXO.	UNID	MILIU	20	R\$ 1,42	R\$ 28,40
124	RICARL DISTRIBUIDORA EIRELI ME	E.V.A ATOALHADO, ESPESSURA DE 02MM, TAMANHO: 45CMX 60CM. APRESENTAÇÃO: UNITÁRIA. COR: AMARELO.	UNID	MILLIU	20	R\$ 1,43	R\$ 28,60
125	RICARL DISTRIBUIDORA EIRELI ME	E.V.A ATOALHADO, ESPESSURA DE 02MM, TAMANHO: 45CMX 60CM. APRESENTAÇÃO: UNITÁRIA. COR: LARANJA.	UNID	MILIU	20	R\$ 1,43	R\$ 28,60
126	RICARL DISTRIBUIDORA EIRELI ME	E.V.A ATOALHADO, ESPESSURA DE 02MM, TAMANHO: 45CMX 60CM. APRESENTAÇÃO: UNITÁRIA. COR: BRANCO.	UNID	MILIU	20	R\$ 1,42	R\$ 28,40
127	RICARL DISTRIBUIDORA EIRELI ME	E.V.A ATOALHADO, ESPESSURA DE 02MM, TAMANHO: 45CMX 60CM. APRESENTAÇÃO: UNITÁRIA. COR: AZUL CLARO.	UNID	MILIU	20	R\$ 1,42	R\$ 28,40
128	RICARL DISTRIBUIDORA EIRELI ME	E.V.A ATOALHADO, ESPESSURA DE 02MM, TAMANHO: 45CMX 60CM. APRESENTAÇÃO: UNITÁRIA. COR: VERDE ESCURO.	UNID	MILIU	20	R\$ 1,43	R\$ 28,60
129	RICARL DISTRIBUIDORA EIRELI ME	E.V.A LISO, ESPESSURA DE 02MM, TAMANHO: 45CM X 60CM. APRESENTAÇÃO: UNITÁRIA. COR: AZUL ESCURO.	UNID	LEONORA	20	R\$ 1,43	R\$ 28,60
130	RICARL DISTRIBUIDORA EIRELI ME	E.V.A LISO, ESPESSURA DE 02MM, TAMANHO: 45CM X 60CM. APRESENTAÇÃO: UNITÁRIA. COR: AMARELO QUEIMADO.	UNID	LEONORA	20	R\$ 1,42	R\$ 28,40
131	RICARL DISTRIBUIDORA EIRELI ME	E.V.A LISO, ESPESSURA DE 02MM, TAMANHO: 45CM X 60CM. APRESENTAÇÃO: UNITÁRIA. COR: PELE.	UNID	LEONORA	20	R\$ 1,42	R\$ 28,40
132	RICARL DISTRIBUIDORA EIRELI ME	E.V.A LISO, ESPESSURA DE 02MM, TAMANHO: 45CM X 60CM. APRESENTAÇÃO: UNITÁRIA. COR: AZUL CLARO.	UNID	LEONORA	20	R\$ 1,43	R\$ 28,60
133	RICARL DISTRIBUIDORA EIRELI ME	E.V.A LISO, ESPESSURA DE 02MM, TAMANHO: 45CM X 60CM. APRESENTAÇÃO: UNITÁRIA. COR: LARANJA.	UNID	LEONORA	20	R\$ 1,43	R\$ 28,60
134	RICARL DISTRIBUIDORA EIRELI ME	E.V.A LISO, ESPESSURA DE 02MM, TAMANHO: 45CM X 60CM. APRESENTAÇÃO: UNITÁRIA. COR: AMARELO.	UNID	LEONORA	20	R\$ 1,42	R\$ 28,40
135	RICARL DISTRIBUIDORA EIRELI ME	E.V.A LISO, ESPESSURA DE 02MM, TAMANHO: 45CM X 60CM. APRESENTAÇÃO: UNITÁRIA. COR: PRETO.	UNID	LEONORA	20	R\$ 1,42	R\$ 28,40

136	RICARL DISTRIBUIDORA EIRELI ME	E.V.A LISO, ESPESSURA DE 02MM, TAMANHO: 45CM X 60CM. APRESENTAÇÃO: UNITÁRIA. COR: VERDE ESCURO.	UNID	LEONORA	20	R\$ 1,43	R\$ 28,60
137	RICARL DISTRIBUIDORA EIRELI ME	E.V.A LISO, ESPESSURA DE 02MM, TAMANHO: 45CM X 60CM. APRESENTAÇÃO: UNITÁRIA. COR: VERDE CLARO.	UNID	LEONORA	20	R\$ 1,43	R\$ 28,60
138	RICARL DISTRIBUIDORA EIRELI ME	E.V.A LISO, ESPESSURA DE 02MM, TAMANHO: 45CM X 60CM. APRESENTAÇÃO: UNITÁRIA. COR: ROSA.	UNID	LEONORA	20	R\$ 1,42	R\$ 28,40
139	RICARL DISTRIBUIDORA EIRELI ME	E.V.A LISO, ESPESSURA DE 02MM, TAMANHO: 45CM X 60CM. APRESENTAÇÃO: UNITÁRIA. COR: BEGE.	UNID	LEONORA	20	R\$ 1,42	R\$ 28,40
140	RICARL DISTRIBUIDORA EIRELI ME	E.V.A LISO, ESPESSURA DE 02MM, TAMANHO: 45CM X 60CM. APRESENTAÇÃO: UNITÁRIA. COR: BRANCO.	UNID	LEONORA	20	R\$ 1,43	R\$ 28,60
141	RICARL DISTRIBUIDORA EIRELI ME	E.V.A LISO, ESPESSURA DE 02MM, TAMANHO: 45CM X 60CM. APRESENTAÇÃO: UNITÁRIA. COR: LILÁS.	UNID	LEONORA	20	R\$ 1,43	R\$ 28,60
142	RICARL DISTRIBUIDORA EIRELI ME	E.V.A LISO, ESPESSURA DE 02MM, TAMANHO: 45CM X 60CM. APRESENTAÇÃO: UNITÁRIA. COR: VERMELHO.	UNID	LEONORA	20	R\$ 1,42	R\$ 28,40
144	RICARL DISTRIBUIDORA EIRELI ME	PAPEL CARBONO, TAMANHO: A4. APRESENTAÇÃO: CAIXA COM 100 UNIDADES. COR: PRETA.	CX	CIS	1	R\$ 17,11	R\$ 17,11
145	RICARL DISTRIBUIDORA EIRELI ME	PAPEL CARBONO, TAMANHO: A4. APRESENTAÇÃO: CAIXA COM 100 UNIDADES. COR: AZUL.	CX	CIS	1	R\$ 22,81	R\$ 22,81
148	RICARL DISTRIBUIDORA EIRELI ME	PASTA SUSPENSÁ FEITA EM CARTÃO KRAFT, COM HASTE, 6 POSIÇÕES PARA VISOR E ETIQUETA, TAMANHO: 361CM X240CM. CONJUNTO COMPOSTO POR PASTA, VISOR, ETIQUETA E GRAMPO PLÁSTICO. APRESENTAÇÃO: CAIXA COM 50 UNIDADES.	CX	ICL	5	R\$ 52,29	R\$ 261,45
149	RICARL DISTRIBUIDORA EIRELI ME	ETIQUETA BRANCA EM PAPEL CARTA, TAMANHO POR ETIQUETA: 33,9MM X 101,6MM, FOLHA COM 14 ETIQUETAS. APRESENTAÇÃO: CAIXA COM 100 FOLHAS.	CX	IMPRI-MASTER	2	R\$ 26,62	R\$ 53,24
151	RICARL DISTRIBUIDORA EIRELI ME	CAIXA DE CORRESPONDÊNCIA, FABRICADA EM POLIESTIRENO, TAMANHO: 180MM X 253MM X 515MM, 03 ANDARES. APRESENTAÇÃO: UNITÁRIA. COR: FUMÊ.	UNID	NOVA-CRIL	4	R\$ 48,96	R\$ 195,84
152	RICARL DISTRIBUIDORA EIRELI ME	EXTRATOR DE GRAMPO, TIPO ESPÁTULA, FEITO EM METALZINCADO, TAMANHO: 14,5CM. APRESENTAÇÃO: UNITÁRIA.	UNID	JAPAN	5	R\$ 0,66	R\$ 3,30
153	RICARL DISTRIBUIDORA EIRELI ME	PERCEVEJO DE METAL DOURADO. APRESENTAÇÃO: CAIXA COM 100 UNIDADES.	CX	JOCAR	5	R\$ 1,43	R\$ 7,15
154	RICARL DISTRIBUIDORA EIRELI ME	CALCULADORA ELETRÔNICA DE MESA, DISPLAY GRANDE, 02 FONTES DE ENERGIA: SOLAR E BATERIA, AUTO-DESLIGA, INCLINAÇÃO DO VISOR. COM 12 DÍGITOS. TAMANHO: 20,5CM X 15CM X 2,5CM. APRESENTAÇÃO: UNITÁRIA. APRESENTAR AMOSTRA.	UNID	CLASSE	3	R\$ 14,00	R\$ 42,00
155	RICARL DISTRIBUIDORA EIRELI ME	LAMINADO DE PVC AUTO-ADESIVO, PROTEGIDO NO VERSO, POR PAPEL SILICONADO. TAMANHO: 45MM X 25M. APRESENTAÇÃO: ROLO COM 25M. COR: TRANSPARENTE.	ROLO	PLAVI-TEC	1	R\$ 47,53	R\$ 47,53

160	RICARL DISTRIBUIDORA EIRELI ME	PINCEL MARCA TEXTO, COM TINTA FLUORESCENTE. APRESENTAÇÃO: CAIXA COM 12 UNIDADES. COR: AMARELA.	CX	JOCAR	2	R\$ 12,36	R\$ 24,72
163	RICARL DISTRIBUIDORA EIRELI ME	PINCEL CHANFRADO, CABO CURTO, COM CERDA SINTÉTICA BRANCA RAJADA CURTA, VIOLA DE ALUMÍNIO, TAMANHO: Nº 14. MARCA PRÉ-APROVADA: CONDOR. APRESENTAÇÃO: UNITÁRIA. APRESENTAR AMOSTRA.	UNID	CASTELO	10	R\$ 1,95	R\$ 19,50
164	RICARL DISTRIBUIDORA EIRELI ME	PINCEL CABO LONGO, CERDA BRANCA, FORMATO CHATO, TAMANHO: Nº 18. APRESENTAÇÃO: UNITÁRIA. MARCA PRÉ-APROVADA: CONDOR. APRESENTAR AMOSTRA.	UNID	CASTELO	10	R\$ 3,80	R\$ 38,00
165	RICARL DISTRIBUIDORA EIRELI ME	PAPEL CREPOM LISO, TAMANHO: 0,48M X 2,00M. APRESENTAÇÃO: ROLO COM 2 METROS. COR: VERMELHA.	ROLO	RST	10	R\$ 0,57	R\$ 5,70
166	RICARL DISTRIBUIDORA EIRELI ME	PAPEL CREPOM LISO, TAMANHO: 0,48 X 2,00M. APRESENTAÇÃO: ROLO COM 2 METROS. COR: ROXO.	ROLO	RST	10	R\$ 0,57	R\$ 5,70
167	RICARL DISTRIBUIDORA EIRELI ME	PAPEL CREPOM LISO, TAMANHO: 0,48 X 2,00M. APRESENTAÇÃO: ROLO COM 2 METROS. COR: VERDE ESCURO.	ROLO	RST	10	R\$ 0,57	R\$ 5,70
168	RICARL DISTRIBUIDORA EIRELI ME	PAPEL CREPOM LISO, TAMANHO: 0,48M X 2,00M. APRESENTAÇÃO: ROLO COM 2 METROS. COR: ROSA.	ROLO	RST	10	R\$ 0,57	R\$ 5,70
169	RICARL DISTRIBUIDORA EIRELI ME	PAPEL CREPOM LISO, TAMANHO: 0,48M X 2,00M. APRESENTAÇÃO: ROLO COM 2 METROS. COR: AZUL.	ROLO	RST	10	R\$ 0,57	R\$ 5,70
170	RICARL DISTRIBUIDORA EIRELI ME	PAPEL CREPOM LISO, TAMANHO: 0,48M X 2,00M. APRESENTAÇÃO: ROLO COM 2 METROS. COR: PINK.	ROLO	RST	10	R\$ 0,57	R\$ 5,70
171	RICARL DISTRIBUIDORA EIRELI ME	PEN DRIVE, INTERFACE USB, CAPACIDADE DE ARMAZENAMENTO DE 16GB, SISTEMAS OPERACIONAIS: WINDOWS XP, VISTA, MAC OS 10+ E LINUX. APRESENTAÇÃO: UNITÁRIA.	UNID	SANDISK	4	R\$ 39,83	R\$ 159,32
172	RICARL DISTRIBUIDORA EIRELI ME	PEN DRIVE, INTERFACE USB, CAPACIDADE DE ARMAZENAMENTO DE 04GB, SISTEMAS OPERACIONAIS: WINDOWS XP, VISTA, MAC OS 10+ E LINUX. APRESENTAÇÃO: UNITÁRIA	UNID	SANDISK	4	R\$ 21,40	R\$ 85,60
TOTAL GERAL DOS ITENS: R\$ 7.575,32 (SETE MIL QUINHENTOS E SETENTA E CINCO REAIS E TRINTA E DOIS CENTAVOS).							

1.2. Consumo médio: o valor estimado para a citada aquisição pelo período de 12 (doze) meses é de R\$ 7.575,32 (SETE MIL QUINHENTOS E SETENTA E CINCO REAIS E TRINTA E DOIS CENTAVOS).

CLÁUSULA SEGUNDA – DA VALIDADE DOS PREÇOS

2.1. Esta Ata de Registro de Preços terá validade até 12 (doze) meses, a partir da sua assinatura, não podendo ser prorrogada.

2.2. Durante o prazo de validade desta Ata de Registro de Preços, o Município não será obrigado a contratar o objeto referido na Cláusula I exclusivamente pelo Sistema de Registro de Preços, podendo fazê-lo através de outra licitação quando julgar conveniente, sem que caiba recurso ou indenização de qualquer espécie às empresas detentoras, ou, cancelar a Ata, na ocorrência de alguma das hipóteses legalmente previstas para tanto, garantidos à detentora, neste caso, o contraditório e a ampla defesa.

CLÁUSULA TERCEIRA – DA UTILIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

3.1. A presente Ata de Registro de Preços será usada pelo Fundo Municipal de Assistência Social, que será o Órgão Gerenciador da mesma.

3.2. O valor ofertado pelas empresas signatárias desta Ata de Registro de Preços é o relacionado na Cláusula I, de acordo com a respectiva classificação no Processo Licitatório nº 11/2015 - Pregão Presencial nº 07/2015.

3.3. Em cada fornecimento de materiais decorrente desta Ata, serão observadas as cláusulas e condições constantes do edital de Processo Licitatório nº 11/2015 - Pregão Presencial nº 07/2015 e seus Anexos, que a precederam e integram o presente instrumento de compromisso.

CLÁUSULA QUARTA – DO PAGAMENTO

4.1. O pagamento será efetuado da seguinte forma: Nota Fiscal emitida na 1ª quinzena do mês em vigor será paga no dia 8 (oito) do mês subsequente; Nota Fiscal emitida na 2ª quinzena do mês em vigor será paga no dia 20 (vinte) do mês subsequente. Para a efetivação do pagamento o objeto/prestação de serviço deverá ser aceito juntamente com a documentação fiscal atestada pela Administração. Na Nota Fiscal deverá constar o número da licitação, da Ata de Registro de Preços e ainda serão observados os seguintes requisitos:

a) Nenhum pagamento será efetuado à empresa, enquanto houver pendência de liquidação de obrigação financeira, em virtude de penalidade ou inadimplência contratual;

b) Não haverá, sob hipótese alguma, pagamento antecipado.

4.2. As despesas decorrentes desta Ata de Registro de Preços serão efetuadas a conta dos recursos financeiros do ano corrente, conforme edital.

CLÁUSULA QUINTA – DAS CONDIÇÕES DE FORNECIMENTO, LOCAL E PRAZO DE ENTREGA

5.1. Os materiais de expediente, objeto deste edital deverão ser entregues da seguinte forma:

5.1.1. Entregas parceladas, conforme a necessidade de suprimento do material, em datas e quantidades estabelecidas em requisições a serem fornecidas pelo Fundo Municipal de Assistência Social de Massaranduba.

5.1.2. Todas as entregas deverão realizar-se no Fundo Municipal de Assistência Social de Massaranduba, situada na Rua 11 de Novembro, 4673, Centro, no prazo máximo de até 03 (três) dias consecutivos, após o recebimento da requisição de fornecimento.

5.2. As Notas Fiscais deverão ser emitidas para:

FUNDO MUN. DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE MASSARANDUBA

CNPJ: 01.743.462/0001-61 I.E.: Isento

Rua 11 de Novembro, 4673 – Centro

CEP: 89108-000 Massaranduba – SC

5.3. Os materiais de expediente somente serão considerados devidamente aceitos após analisados e aprovados por servidor responsável pelo recebimento e conferência dos mesmos.

5.4. Caso o objeto recebido não atenda as especificações estipuladas no Processo Licitatório que rege esta Ata de Registro de Preços, o órgão responsável pelo recebimento expedirá ofício à empresa vencedora, comunicando e justificando as razões da recusa e ainda notificando-a a sanar o problema no prazo máximo de 01 (um) dia corrido, independentemente da aplicação das penalidades cabíveis.

5.5. Decorrido o prazo estipulado na notificação, sem que tenha sido sanado o problema, o órgão solicitante dará ciência a Assessoria Jurídica Municipal, a fim de que se proceda a devida instauração procedimental, de acordo com as normas contidas na Lei 8.666/93 e alterações, para aplicação das penalidades previstas no edital.

5.6. A empresa deverá entregar o objeto contratado dentro do prazo estipulado previamente em instrumento convocatório, independente de quantidade solicitada, distância da contratada do local de entrega, ou do valor do frete, pois o preço deverá ser elaborado prevendo estes custos.

CLÁUSULA SEXTA – DAS PENALIDADES

6.1. A recusa da empresa com proposta classificada na licitação e indicada para registro dos respectivos preços ensejará a aplicação das penalidades enunciadas no Art. 87 da Lei Federal 8.666/93 e alterações e no Decreto Municipal 2051/2010, ao critério da Administração.

6.2. Aos proponentes que ensejarem o retardamento da execução do certame, não mantiverem a proposta e não assinarem a Ata de Registro de Preços, comportarem-se de modo inidôneo, fizerem declaração falsa ou cometerem fraude fiscal, poderão ser aplicadas, conforme o caso, resguardados os procedimentos legais, as seguintes sanções, a critério da Administração, isolada ou cumulativamente, sem prejuízo da reparação dos danos causados à Administração Municipal pelo infrator:

6.2.1. Impedimento para registro na Ata, se concluída a fase licitatória.

6.2.2. Cancelamento do registro na Ata.

6.2.3. Advertência e anotação restritiva no cadastro de fornecedores.

6.2.4. Multa de 10% (dez por cento) do valor estimado da contratação.

6.2.5. Suspensão temporária do direito de licitar ou de contratar com a Administração Pública, pelo prazo de até 02 (dois) anos ou enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou, ainda, até que seja promovida a reabilitação perante a autoridade que aplicou a penalidade.

6.2.6. Declaração de idoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública.

6.3. A aplicação das penalidades ocorrerá depois de defesa prévia do interessado, no prazo estabelecido na Lei de Licitações, a contar da intimação do ato.

6.4. Não será aplicada multa se, comprovadamente, o atraso do atendimento, advir de caso fortuito ou motivo de força maior.

6.5. O descumprimento total ou parcial das obrigações assumidas pelo fornecedor no momento da execução da Ata de Registro de Preços, sem justificativa aceita pelo órgão ou entidade usuária, resguardados os procedimentos legais pertinentes, poderá acarretar, isolada ou cumulativamente, nas seguintes sanções:

6.5.1. Advertência.

6.5.2. Multa de 10% (dez por cento) sobre o valor estimado total do contrato, em caso de recusa do 1º (primeiro) colocado de cada item em assinar a Ata de Registro de Preços.

6.5.3. Multa de 10% (dez por cento) por dia de inadimplência, até o 30º (trigésimo) dia de fornecimento incompleto ou em atraso, incidentes sobre o valor estimado mensal da contratação, além do desconto do valor correspondente ao serviço não realizado pela detentora da Ata.

6.6. Suspensão temporária do direito de participar de licitação e de fornecer à Administração Pública, por prazo de até 02 (dois) anos.

6.7. Em qualquer hipótese de aplicação de penalidades será assegurado ao fornecedor o contraditório e ampla defesa.

6.8. A aplicação das sanções previstas nesta Ata não exclui a possibilidade de aplicação de outras, previstas em Lei, inclusive responsabilização do fornecedor por eventuais perdas e danos causados à Administração.

6.9. As importâncias relativas a multas serão descontadas dos pagamentos a serem efetuados à detentora da Ata, podendo, entretanto, conforme o caso, processar-se a cobrança judicialmente.

6.10. As penalidades serão aplicadas sem prejuízo das demais sanções cabíveis, sejam estas administrativas ou penais, previstas na Lei 8.666/93 e alterações.

CLÁUSULA SÉTIMA – DO REAJUSTE DE PREÇOS

7.1. O objeto licitado poderá sofrer reajuste depois de expirado o prazo de 90 (noventa) dias contados da homologação, desde que atendidas as prerrogativas da Lei e mediante a efetiva comprovação do aumento por parte do fornecedor e aprovação da Administração, devendo ser utilizado o mesmo percentual.

7.2. Se no decorrer dos fornecimentos oriundos da Ata de Registro de Preços, ficar comprovado que os preços registrados são incompatíveis com os fixados por órgãos oficiais ou com os praticados no mercado, a Administração reserva-se o direito de aplicar o disposto no Art. 24, inciso VII da Lei 8.666/93 e alterações, efetuando a compra direta, por valor não superior ao constante da Ata de Registro de Preços. Tal comprovação será feita através de tabelas oficiais e/ou cotações de mercado.

CLÁUSULA OITAVA – DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

8.1. A Ata de Registro de Preços poderá ser cancelada, de pleno direito.

8.2. Pela Administração Municipal, quando:

8.2.1. A detentora não cumprir as obrigações constantes desta Ata de Registro de Preços.

8.2.2. A detentora não retirar a Nota de Empenho no prazo estabelecido e a Administração não aceitar sua justificativa.

8.2.3. A detentora der causa a rescisão administrativa de contrato decorrente de registro de preços.

8.2.4. Em qualquer das hipóteses de recusa na entrega total ou parcial de contrato decorrente de registro de preços.

8.2.5. Os preços registrados se apresentarem superiores aos praticados no mercado.

8.2.6. Por razões de interesse público devidamente demonstradas e justificadas pela Administração.

8.3. No caso de ser ignorado, incerto ou inacessível o endereço da detentora, a comunicação será feita por publicação na Imprensa Oficial, considerando-se cancelado o preço registrado após 01 (um) dia da publicação.

8.4. Pelas detentoras, quando, mediante solicitação por escrito, comprovarem estar impossibilitadas de cumprir as exigências desta Ata de Registro de Preços.

8.5. A solicitação das detentoras para cancelamento dos preços registrados deverá ser formulada com a antecedência de 30 (trinta) dias, cabendo a Administração a aplicação das penalidades previstas em Lei.

CLÁUSULA NONA – DA AUTORIZAÇÃO PARA CONTRATAÇÃO E EMISSÃO DAS NOTAS DE EMPENHO

9.1. O fornecimento do objeto desta Ata de Registro de Preços será autorizado, caso a caso, pelo Fundo Municipal de Assistência Social, que é o órgão gerenciador da mesma e também pela unidade financeira competente para os pagamentos.

CLÁUSULA DÉCIMA – DAS OBRIGAÇÕES DO ÓRGÃO GERENCIADOR

10.1. Compete ao Órgão Gerenciador:

10.1.2. Efetuar o pagamento nas condições pactuadas.

10.1.3. Notificar a contratada relativamente a qualquer irregularidade encontrada no fornecimento dos materiais.

10.1.4. O Município não será responsável por quaisquer ônus, direitos ou obrigações vinculadas à legislação trabalhista, tributárias ou securitárias decorrentes da execução do presente contrato, cujo cumprimento e responsabilidade caberão, exclusivamente, à contratada.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DAS OBRIGAÇÕES DO FORNECEDOR

11.1. Compete ao Fornecedor:

11.1.1. Efetuar a entrega no prazo previsto na Cláusula V, independentemente da quantidade solicitada e do local de entrega.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

12.1. Integram esta Ata, o edital de Pregão Presencial Nº 07/2015, e as propostas das empresas classificadas no certame supranumerado.

12.2. Fica eleito o Foro da Comarca de Guaramirim (SC), para dirimir quaisquer questões decorrentes da utilização desta Ata.

12.3. Os casos omissos serão resolvidos de acordo com a Lei Federal 8.666/93 e alterações, e demais normas aplicáveis.

Massaranduba - SC, 29 de setembro de 2015.

RICARL DISTRIBUIDORA EIRELI ME

ERALDO SALVADOR

Contratada

Modelo

PREFEITURA

PORTARIA Nº 0147/2015

PORTARIA Nº 0147/2015 de 01.10.2015.

PRORROGA LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE DO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL MARCOS STOCKER, CONFORME ESPECIFICA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

RICARDO LUIS MALDANER, Prefeito Municipal de Modelo, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais conforme Leis Municipais nºs: 971/90, Lei Orgânica Municipal, Lei Municipal 1.513/2002 e demais normas legais que dispõe sobre a matéria,

Considerando novo atestado médico emitido, solicitando o afastamento do Servidor para tratamento de saúde por mais 15 (quinze) dias a partir desta data,

RESOLVE:

Art. 1º - Fica prorrogada a Licença para Tratamento de Saúde constante na Portaria nº 088/2015 e comunicação de decisão do INSS, concedidos ao Servidor Público Municipal MARCOS STOCKER, matrícula nº 1569-5, ocupante do cargo efetivo de Agente de Manutenção/Mecânico de Máquinas, Veículos e Equipamentos, lotado no Departamento Municipal de Estradas e Rodagens, por motivo de doença.

Parágrafo Único: A prorrogação de que trata o Art. 1º desta Portaria é pelo período de 01.10.2015 a 15.10.2015.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir desta data.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Modelo/SC, ao 01 de outubro de 2015.

RICARDO LUIS MALDANER
Prefeito Municipal

Registrada e publicada na data supra:

FRANCIELI PAVALICINI
Assessora de Departamento

PORTARIA Nº 0148/2015

PORTARIA Nº 0148/2015 de 01.10.2015.

DISPÕE SOBRE RETORNO DE LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE DO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL RODRIGO RAUBER, CONFORME ESPECIFICA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

RICARDO LUIS MALDANER, Prefeito Municipal de Modelo, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais conforme Leis Municipais nºs: 971/90, Lei Orgânica Municipal, Lei Municipal 1.513/2002 e demais normas legais que dispõe sobre a matéria,

Considerando comunicação de decisão da perícia médica do INSS, atestando a capacidade do servidor para o retorno ao trabalho a partir de 02.10.2015,

RESOLVE:

Art. 1º - Fica encerrada nesta data, a Licença para Tratamento de Saúde do Servidor Público Municipal RODRIGO ALBERTO RAUBER, matrícula nº 1911-9, ocupante do cargo efetivo de Auxiliar de Serviços Gerais Externos, lotado no Departamento Municipal de Estradas e Rodagens, em virtude da decisão do INSS em perícia médica realizada nesta data.

Parágrafo Único: O servidor retorna ao trabalho a partir de 02 de outubro de 2015.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Modelo/SC, ao 01 de outubro de 2015.

RICARDO LUIS MALDANER
Prefeito Municipal

Registrada e publicada na data supra:

FRANCIELI PAVALICINI
Assessora de Departamento

Monte Carlo

PREFEITURA

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 101/2015

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 101/2015

EDITAL DO PREGÃO PRESENCIAL Nº 49/2015

O MUNICÍPIO DE MONTE CARLO, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob o nº 95.996.104/0001-04, representado neste ato pelo Prefeito Municipal Sr. MARCOS NEI CORREA SIQUEIRA no uso de suas atribuições, comunica aos interessados que fará realizar licitação na modalidade PREGÃO PRESENCIAL visando o REGISTRO DE PREÇO para contratação futura de pessoa jurídica para execução do objeto abaixo indicado. Os envelopes de "PROPOSTA DE PREÇOS" e "DOCUMENTAÇÃO" deverão ser entregues no Setor de Licitações, localizado na sede deste Município – Rodovia SC 452 Km 24, nº 1551, Centro, Monte Carlo, SC. Os envelopes deverão ser entregues a partir das 12:00 horas do dia 02/outubro/2015 até as 13:45 horas do dia 15/outubro/2015. Abertura da sessão no dia 15/outubro/2015 às 14:00 horas. A presente licitação será do tipo MENOR PREÇO - JULGAMENTO POR ITEM, As condições são as definidas neste Edital que será regido pela Lei nº 10.520, de 17/julho/2002, Decreto Federal nº 7892 de 23/Janeiro/2013, Decreto Municipal nº 0149 de 24/Novembro/2006, Lei Complementar Federal nº 123 de 14/12/2006, Lei Complementar Federal nº 147 de 07/agosto/2014, Decreto Municipal nº 113/2014 e 114/2014 de 22/Dezembro/2014, bem como aplicação subsidiária da Lei Federal nº 8.666 de 21/junho/1993 e alterações posteriores, nos casos omissos e demais normas legais federais, estaduais e municipais vigentes.

1 – DO OBJETO

1.1 – O presente pregão tem como objeto o a contratação futura de SERVIDOR MONOPROCESSADO nos casos especificados conforme delimitações constantes neste Edital, para exercício de 2015.

1.1 – Do acesso aos mercados:

1.1.1 – O presente Processo Licitatório destina-se exclusivamente a contratação do objeto junto a Microempresas ou Empresas de Pequeno Porte.

1.1.2 – Fica priorizado a contratação de empresa "nacional", assim definido no ANEXO XIII.

1.2 – As quantidades de unidades individuais do objeto licitado, que serão contratados parcial ou total durante o período de vigência da Ata, são os constantes do ANEXO VII.

1.3 – A licitante vencedora efetuará entrega dos objetos do presente processo mediante a solicitação formal única e exclusivamente do Chefe do Departamento de Compras deste município no prazo máximo 10 (dez) dias.

1.4 – As empresas que participarem desta licitação, se obrigam a emitir NF-e (Nota Fiscal Eletrônica), conforme dispõe § 6º, I, do art. 23, anexo XI, do Regulamento do ICMS catarinense, para as transações efetuadas, nos prazos fixados pela legislação vigente, quando assim se enquadrarem por força legal.

2.1 – Poderão participar desta licitação as empresas interessadas que satisfizerem as condições de habilitação preliminar elencadas no presente Edital.

2.2 – Não poderá participar desta licitação, empresas temporariamente suspensa de licitar e impedida de contratar junto ao Município de Monte Carlo.

2.3 – Não poderá participar da licitação, empresa declarada inidônea para licitar junto a qualquer órgão ou entidade da Administração direta ou indireta Federal, Estadual ou Municipal, sob pena de incidir no previsto no parágrafo único do art. 97 da Lei Federal nº 8666/1993 e suas alterações.

2.4 – É vedada a participação nesta licitação, empresas das quais participem, seja a título de sócio-administrador ou sócio-cotista, servidor público do município de Monte Carlo.

3.5. – Não será permitida a participação nesta licitação de empresas em consórcio e sejam controladoras, coligadas ou subsidiárias entre si, ou ainda, qualquer que seja sua forma de constituição.

2.6 – Não poderá participar da licitação empresa com falência decretada ou concordatária.

2.7 – Somente poderão participar da presente licitação as empresas cujo objeto social seja pertinente ao objeto licitado.

3.7.1 – Entende-se por pertinência, o objeto social da proponente que, mesmo não sendo idêntico ao objeto da licitação, seja ao menos apropriado a este, ou seja, o objeto social da licitante não deve ser totalmente estranho e incompatível com o objeto licitado.

2.8 - Por força do art. 9º, da Lei nº 8.666/93, e em honra ao princípio da moralidade, não poderão participar desta licitação, servidor público, efetivo ou não, ainda que licenciado do cargo, que mantenha vínculo de qualquer espécie com o Município de Monte Carlo, excetua-se destas vedações o servidor público municipal no gozo de licença não remunerada para tratar de interesses particulares, nos termos da legislação municipal vigente; bem como, não seja pessoa terceirizada cuja atividade esteja relacionada com os setores de Compras, Jurídico, Contábil, Financeiro, Obras, Educação ou qualquer outro setor cujo objeto licitado seja afeto.

2.9 - Estrangeiras que não funcionem no País.

2.10 – Fica vedada a participação de empresas de um mesmo grupo econômico, assim entendidas aquelas que tenham diretores, sócios ou representantes legais comuns, ou que utilizem recursos materiais, tecnológicos ou humanos em comum.

2.11 – Não será admitida a participação de cooperativas e ou instituições sem fins lucrativos cujos os estatutos e objetivos sociais não prevejam ou não estejam de acordo com o objeto ora licitado.

2.12 – A participação neste Processo Licitatório é reservada única e exclusivamente de Microempresas (ME) e Empresas de Pequeno Porte (EPP).

3.1 - Quando a interessada for representada por pessoa que estatutariamente tenha poder para tal, esta deverá apresentar Certidão Simplificada expedida pela Junta Comercial do Estado com data de emissão inferior a 30 (trinta) dias da abertura da sessão ou Contrato Social na forma da lei.

3.2 - Caso seja representada por procurador, este deverá apresentar procuração (podendo utilizar o ANEXO I como modelo) ou documento equivalente, com firma reconhecida do Outorgante, cópia do respectivo RG - Registro Geral e CPF/MF - Cadastro de Pessoa Física do Ministério da Fazenda, devendo apresentar, também, a mesma documentação constante do item 4.1 deste capítulo, a fim de comprovar os poderes do outorgante.

4.2.1 - Não poderá atuar como procurador da proponente, servidor público efetivo ou não, ainda que licenciado do cargo, que mantenha vínculo de qualquer espécie com o Município de Monte Carlo, bem como, pessoa terceirizada cuja atividade esteja relacionada com os setores de Compras, Jurídico, Contábil, Financeiro ou qualquer outro setor cujo objeto licitado seja afeto. Excetua-se desta vedação o servidor público municipal no gozo de licença não remunerada para tratar de interesses particulares, nos termos da legislação municipal vigente.

3.3 - Apresentar declaração de cumprimento de plenos requisitos da habilitação, modelo Anexo IV.

3.4 – No caso das Microempresas e Empresas de Pequeno Porte, deverão apresentar Certidão Simplificada conforme definição mencionada no item 4.1 para fins de comprovação da situação, sob pena de desclassificação.

3.5 - Os documentos de credenciamento de que tratam os itens 4.1, 4.2 e 4.3 deverão vir fora dos envelopes de documentação e/ou da proposta e ficarão retidos nos autos.

3.6 – Havendo remessa via postal dos envelopes ou defeito no credenciamento pela ausência de algum dos documentos tratados no item "5 – Proposta de Preços", a licitante não poderá participar da fase de lances, permanecendo com sua proposta fixa, bem como não poderá se manifestar acerca da interposição de recurso quando declarado o vencedor.

3.7 - Os documentos devem apresentar prazo de validade, conforme o caso, e poderão ser entregues em original, por processo de cópia devidamente autenticada, ou cópia não autenticada, desde que sejam exibidos os originais para autenticação pelo Pregoeiro, ou membro da Equipe de Apoio ou servidor do Departamento de Compras.

5 - DA PROPOSTA DE PREÇOS

4.1 - A proposta deverá ser entregue em envelope fechado, contendo a seguinte indicação:
MUNICÍPIO DE MONTE CARLO/SC PREGÃO PRESENCIAL Nº 49/2015 (RAZÃO SOCIAL DA LICITANTE)
ENVELOPE Nº 01 - "PROPOSTA DE PREÇOS"

4.2 - A proposta necessariamente deverá preencher os seguintes requisitos:

- a) ser apresentada no formulário ANEXO II ou segundo seu modelo, com prazo de validade mínima de 60 (sessenta) dias, contendo especificação detalhada dos serviços e/ou produtos segundo as exigências mínimas apresentadas no Anexo VII deste Edital. Não serão permitidas alternativas, emendas, rasuras ou entrelinhas.
- b) conter o nome do proponente, endereço, identificação (individual ou social), o nº do CNPJ;
- c) suas folhas devem estar assinadas e rubricadas pelo seu representante legal;
- d) conter o preço unitário e total de cada item, em moeda corrente nacional, em algarismo, limitado a 02 (duas) casas decimais para os centavos, respeitados os valores máximos trazidos pelo Termo de Referência.
- e) as licitantes deverão apresentar proposta de preços contendo preços unitários iguais ou inferiores aos preços máximos admitidos pelo Edital.
- f) conter prazo de validade da ata;
- g) oferta firme e precisa, sem alternativas de preços ou qualquer outra condição que induza o julgamento a ter mais de um resultado.

4.3 - Anexar à proposta, os dados bancários: nome do banco, nº da conta corrente, indicando a agência bancária para recebimento dos créditos (conforme modelo no ANEXO III).

4.4 - Anexar à proposta os dados do representante legal da empresa (aquele que assina a proposta): nome completo, cargo ou função, número de identidade e número do CPF/MF e endereço eletrônico; (conforme modelo no ANEXO III).

4.5 – Anexar a proposta, as Declarações solicitadas no presente Edital; que são:

4.4.1 - Declaração de inexistência de vínculo de sócio ou procurador com a administração pública municipal, modelo Anexo IX;

4.4.2 – Declaração de Idoneidade, modelo Anexo VIII;

4.4.3 - Declaração de inexistência de fato impeditivo, modelo Anexo X;

4.4.4 – Declaração de elaboração independente de proposta, conforme Instrução Normativa nº 02 de 16.Setembro.2009, modelo Anexo XI;

5.6 – Havendo divergência entre a descrição dos produtos constantes no Anexo VII e a proposta eletrônica disponível no sistema, prevalece a constantes neste Edital.

6 - DA HABILITAÇÃO

5.1 - Toda a documentação de habilitação deverá ser entregue em envelope fechado, contendo a seguinte indicação:

MUNICÍPIO DE MONTE CARLO/SC PREGÃO PRESENCIAL Nº 49/2015 (RAZÃO SOCIAL DA LICITANTE) ENVELOPE Nº 02 - "DOCUMENTAÇÃO"

5.2 - Para habilitação na presente licitação será exigida a entrega dos seguintes documentos:

5.2.1 – Quanto à habilitação Jurídica:

a) Contrato social na forma de lei (sê, não apresentado na fase de credenciamento).

5.2.2 – Quanto à regularidade Fiscal e Trabalhista:

a) Certidão Conjunta Negativa de Débitos Relativos a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União;

b) Prova de Regularidade com a Fazenda Estadual;

c) Prova de Regularidade com a Fazenda Municipal, do domicílio ou sede do licitante;

d) Prova de Regularidade com o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço - FGTS (Certificado de Regularidade do FGTS - CRF);

e) Certidão Negativa de Débitos Trabalhista;

f) Declaração de cumprimento do disposto no inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal, modelo Anexo XII;

5.3 - Os documentos devem apresentar prazo de validade, e poderão ser entregues em original, por processo de cópia devidamente autenticada, ou cópia não autenticada, desde que sejam exibidos os originais para autenticação pelo Pregoeiro/Equipe de Apoio. Não serão aceitas cópias de documentos obtidas por meio de aparelho fac-símile (FAX). Não serão aceitas cópias de documentos ilegíveis.

7 - DAS OBRIGAÇÕES DA VENCEDORA

6.1 - Entregar o objeto do presente processo licitatório nas condições e formas previstas no presente Edital, vindo a responder pelos danos eventuais que comprovadamente vier a causar, em decorrência de descumprimento a quaisquer das cláusulas nele previstas;

6.2 - Realizar a entrega dos produtos, na sede do município, diretamente nos locais a que for indicado.

6.3 – Entregar os objetos licitados, somente com autorização expressa e formal única e exclusivamente do Chefe do Departamento de Compras do município, através de apresentação do documento emitido pelo Departamento de Compras, no dia e hora que o mesmo solicitar;

6.4 - Indicar na Nota Fiscal, o número da Autorização de Fornecimento – Ordem de Compra.

6.5 - Entregar os produtos licitados com qualidade e que cumpram as determinações da legislação vigente;

6.6 - Manter, durante toda a execução da Ata, em compatibilidade com as obrigações por ela assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, conforme art. 55 inciso XIII, da Lei 8666/93.

7.1 – Cumprir com todas as obrigações em conformidade com as Disposições deste Edital, da Ata de Registro de Preços e/ou contrato e de seus Anexos.

7.2 – Aplicar as sanções administrativas, quando se façam necessárias.

especial quanto a aplicação de sanções, alterações e repactuações do mesmo.

7.4 – Acompanhar a execução do contrato, nos termos do inciso III do art. 58 e com art. 67 da Lei nº 8666/93, através dos fiscais do contrato, que exercerão ampla e irrestrita fiscalização e gestão do objeto, a qualquer hora, determinando o que for necessário a regularização

das faltas ou defeitos observados, inclusive às obrigações da contratada constantes deste Edital e contrato.

7.5 – Efetuar juntada aos autos do processo das irregularidades observadas durante a execução da relação contratual.

7.6 – Proporcionar todas as facilidades para que a contratada possa cumprir suas obrigações dentro dos prazos e condições estabelecidas em Contrato e Edital.

7.7 – Rejeitar, no todo ou em parte, a execução do objeto do contrato em desacordo com as respectivas especificações.

7.8 – Comunicar à contratada as ocorrências ou problemas verificados para que efetue medidas corretivas.

7.9 – Verificar, durante toda a execução do contrato, a manutenção pela contratada, de todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na Licitação em compatibilidade com as obrigações assumidas.

7.10 – Impedir que terceiros estranhos à contratação forneçam objeto licitado, ressalvados os casos de subcontratação admitidos no ato convocatório ou no contrato.

7.11 – Prestar informações e os esclarecimentos atinentes ao objeto que venham a ser solicitados pela contratada.

7.12 – Solicitar a reparação ou substituição do objeto que esteja em desacordo com a especificação apresentada e aceita, ou que apresente defeito.

7.13 – Fiscalizar e acompanhar a execução do objeto, alertando a contratada das falhas que porventura ocorram, exigindo sua imediata correção. Tal fiscalização, em hipótese alguma, atenua ou exime de responsabilidade a contratada.

8.13.1 – Para fiscalização dos contratos oriundos do presente processo licitatório, será definida a pessoa responsável, na Ata de Registro de Preços em sua cláusula 7.13.1;

7.14 – Efetuar os pagamentos devidos nas condições estabelecidas neste Edital e no Contrato.

7.15 – Rejeitar a execução do objeto do contrato, por terceiros, sem autorização, ou se houver, que seja aquele da informação constante na proposta apresentada.

9.1 - No dia, hora e local designados no Edital, na presença das licitantes e demais pessoas presentes ao ato público, o Pregoeiro, juntamente com a Equipe de Apoio, executará a rotina de credenciamento, conforme disposto no Capítulo 4.

receberá, em envelopes devidamente lacrados, a proposta e os documentos exigidos para habilitação.

8.3 - Em nenhuma hipótese serão recebidos envelopes contendo proposta e os documentos de habilitação fora do prazo estabelecido neste Edital.

8.4 - Serão abertos primeiramente os envelopes contendo as propostas de preços, ocasião em que será procedida à verificação da conformidade das mesmas com os requisitos estabelecidos neste instrumento, com exceção do preço, desclassificando-se as incompatíveis.

8.5 - No curso da sessão, dentre as propostas que atenderem às exigências constantes do Edital, o autor da oferta de valor mais baixo e os das ofertas com preços de até 10% (dez por cento) superiores àquela poderão fazer lances verbais e sucessivos, em valores distintos e decrescentes.

8.6 - Não havendo pelo menos três ofertas nas condições definidas no item anterior, poderão os autores das melhores propostas, até o máximo de três, oferecerem lances verbais e sucessivos, quaisquer que sejam os preços oferecidos.

8.7 - A oferta dos lances deverá ser efetuada, no momento em que for conferida a palavra ao licitante, na ordem decrescente dos preços;

8.8 - Dos lances ofertados não caberá retratação.

8.9 - A desistência em apresentar lance verbal, quando convocado pelo Pregoeiro, implicará a exclusão do licitante da fase de lances e na manutenção do último preço apresentado pelo licitante.

8.10 - O encerramento da etapa competitiva dar-se-á quando, indagados pelo Pregoeiro, os licitantes manifestarem seu desinteresse em apresentar novos lances.

8.11 - Finalizada a fase de lances e ordenadas as ofertas, de acordo com o menor preço apresentado, o Pregoeiro verificará a compatibilidade dos preços ofertados com os praticados no mercado, desclassificando as propostas dos licitantes que apresentarem preço excessivo, assim considerados aqueles acima do preço de mercado.

8.12 - Neste momento, após finalizada os lances, será concedido a LICITANTE Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte, que no início se credenciou como tal, o direito de preferência, conforme parágrafo 3º do Artigo 45 da LC Nº 123/2006, desde que esteja com proposta dentro do preço compreendido entre a menor proposta apresentada mais 5%(cinco por cento), apresentar no prazo máximo de 05(cinco)

minutos, nova proposta menor que a menor proposta até então apresentada. O disposto neste item somente será aplicado quando a melhor oferta inicial não tiver sido apresentada por microempresa ou empresa de pequeno porte.

8.13 - O Pregoeiro poderá negociar diretamente com o proponente que apresentou o menor preço para que seja obtido preço ainda melhor.

8.14 - Será aberto o envelope contendo a documentação de habilitação do licitante que tiver formulado a proposta de menor preço, para confirmação das suas condições.

8.15 - Neste íterim será concedido novamente o direito de preferência, no caso de ter sido vencedora na etapa de lances uma Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte, para havendo irregularidades na documentação de Regularidade Fiscal, apresentar as devidas correções e ou substituições no prazo máximo de 05 (cinco) dias, prorrogáveis por mais 05 (cinco), conforme parágrafo 1º do Art. 43 da LC 123/2006, e 147/2014 para regularização da documentação.

8.16 - No caso de inabilitação do proponente que tiver apresentado a melhor oferta, serão analisados os documentos habilitatórios do licitante da proposta de segundo menor preço, e assim sucessivamente, até que um licitante atenda às condições fixadas neste instrumento convocatório.

8.17 - Verificado o atendimento das exigências habilitatórias, será declarada a ordem de classificação dos licitantes.

9.17.1 - Será declarado vencedor o licitante que ocupar o primeiro lugar. Serão registrados os fornecedores na ordem de sua classificação, para fins de convocação remanescente na forma do art. 64, § 2º, da Lei nº 8.666/93.

8.18 - O Pregoeiro somente manterá em seu poder os envelopes com a documentação dos licitantes perdedores quando houver manifestação de recurso previsto no item 14.1 deste Edital;

8.19 - Da sessão pública será lavrada Ata circunstanciada, devendo esta ser assinada pelo Pregoeiro, pela Equipe de Apoio e por todos os licitantes presentes.

8.20 - Todos os documentos e as propostas deverão ser rubricados pelo Pregoeiro, pela Equipe de Apoio e pelos representantes das licitantes que estiverem presentes.

10 - DOS CRITÉRIOS DE JULGAMENTO E ADJUDICAÇÃO

10.1 - A presente licitação será adjudicada à licitante que apresentar proposta de MENOR PREÇO – JULGAMENTO POR ITEM, desde que atendidas às exigências deste Edital.

10.1 – Decaia do direito de impugnar os termos desta licitação perante à Administração, os licitantes que não o fizerem dentro do prazo legal, conforme art. 41, § 2º da Lei nº 8.666/93, hipótese que tal comunicação posterior não terá efeito de recurso.

10.2 – A propositura de impugnação ou esclarecimento por via postal, não impede a realização do certame, ficando a cargo da proponente, certificar-se que o pedido deverá ser entregue na sede da Prefeitura Municipal, até o prazo previsto no item 11.1, sob pena de não conhecimento do mesmo.

10.3 – Somente serão aceitos pedidos de esclarecimento ou impugnações, devidamente formalizados por escrito, pelos proponentes interessados, e regularmente protocolados perante o Setor de Compras e Licitações do Município de Monte Carlo – SC.

11.3.1 – Pelo recebimento do pedido de esclarecimento ou impugnação, terá o Presidente da Comissão de Licitações que promover sua resposta.

10.4 - Os pedidos de impugnação ou esclarecimento deverão indicar obrigatoriamente, um endereço eletrônico para onde serão remetidas as respostas e decisões, pelo Setor de Compras e Licitações.

10.5 - Pedidos de esclarecimento ou impugnações formuladas em desacordo com o previsto nos itens 11.1 a 11.4, e seus subitens, deste Edital, serão tidos como inexistentes, e não receberão resposta, sob nenhuma justificativa.

11.1 – As obrigações decorrentes da entrega dos produtos e serviços constantes no contrato a serem firmadas entre a Administração e o Fornecedor serão formalizadas através do Termo de Contrato, sendo que o prazo de validade será o da assinatura do termo até a data de 30/março/2015.

11.2 - O fornecedor classificado em 1º (primeiro) lugar nos preços registrados, será convocado através de publicação no DOM – Diário Oficial dos Municípios ou através do endereço eletrônico (e-mail) informado no processo, a firmar contrato no prazo máximo de 3 (três) dias, devendo o proponente manter-se nas mesmas condições da habilitação elencadas no item 6 bem como as do item 19 no que couber.

11.3 – O licitante que, convocado para assinar a Ata, deixar de fazê-lo no prazo fixado, dela será excluído.

11.4 – No ato da assinatura da Ata de Registro de Preços, a licitante vencedora deverá apresentar os seguintes documentos:

12.4.1 – Certidão negativa de falência e concordata.

11.5 – Na hipótese do fornecedor primeiro classificado ter seu registro cancelado, não assinar, não aceitar ou não retirar o contrato no prazo e condições estabelecidas, poderão ser convocados os fornecedores remanescentes, na ordem de classificação.

11.6 – Observados os critérios e condições estabelecidas neste Edital e o preço registrado, a Administração poderá comprar de mais de um fornecedor registrado, segundo a ordem de classificação, desde que razões de interesse público justifiquem e que o primeiro classificado não possua capacidade de fornecimento compatível com o solicitado pela Administração.

11.7 – A existência de preços registrados não obriga a Administração a firmar as contratações que deles poderão advir, facultando-se a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, sendo assegurado ao beneficiário do registro a preferência de fornecimento em igualdade de condições.

13 – DO REAJUSTE E DA ATUALIZAÇÃO DOS PREÇOS

13.1 - Os preços poderão ser revistos durante a vigência da Ata de Registro de Preços, por motivo devidamente comprovado pelo contratado ou pelo contratante.

13.1 - Declarado(s) o(s) vencedor(es), qualquer licitante poderá manifestar imediata e motivadamente a intenção de recorrer, quando lhe será concedido o prazo de 03 (três)

dias úteis para a apresentação das razões do recurso, ficando os demais licitantes, desde logo, intimados para apresentar contra-razão em igual número de dias, que começarão a correr do término do prazo do recorrente, sendo-lhes assegurada vista imediata dos autos.

13.2 - Não sendo interpostos recursos, o Pregoeiro adjudicará o objeto do certame à(s) empresa(s) declarada(s) vencedora(s), sendo submetido este resultado ao Prefeito Municipal para homologação.

13.3 - O(s) recurso(s), porventura interposto(s), não terá(ão) efeito suspensivo e será(ão) dirigido(s) ao Exmo. Prefeito Municipal, por intermédio do Pregoeiro, a qual poderá reconsiderar sua decisão, em 05 (cinco) dias úteis ou, nesse período, encaminhá-lo(s) ao Prefeito Municipal, devidamente informado(s), para apreciação e decisão, no mesmo prazo.

13.4 - Decididos os recursos eventualmente interpostos, será o resultado da licitação submetido ao Exmo. Prefeito Municipal para o procedimento de homologação com a devida adjudicação do objeto desta licitação à(s) vencedora(s).

13.5 - A recusa injustificada da adjudicatária em assinar a Ata de Registro de Preços dentro do prazo de 03 (três) dias a contar da convocação, caracteriza o descumprimento total da obrigação assumida, sujeitando a adjudicatária às penalidades legalmente estabelecidas.

13.6 – Pela inexecução total ou parcial do objeto ou falha na execução do contrato e verificado ao nexo causal devido a ação ou à omissão da CONTRATADA, relativamente as obrigações contratuais em questão, torna passível a aplicação das sanções previstas na Lei nº 10520/2002, no Decreto nº 5450/2005 e da Lei nº 8666/1993 e no contrato, observando o contraditório e a ampla defesa, conforme listado a seguir:

- a) advertência,
- b) multa,
- c) suspensão temporária de participar em licitação e de contratar com o MUNICÍPIO DE MONTE CARLO,
- d) declaração de inidoneidade para licitar e/ou contratar com a Administração Pública.

13.7 – As sanções de advertência, suspensão temporária de participar em licitação e de contratar com o MUNICÍPIO DE MONTE CARLO e de declaração de inidoneidade para licitar e/ou contratar com a Administração Pública poderão ser aplicadas a CONTRATADA juntamente com a multa e obedecerão ao disposto na legislação, no que concerne às hipóteses de aplicação, quantum e consequências.

13.8 - A advertência poderá ser aplicada no caso de descumprimento parcial das obrigações e responsabilidades assumidas contratualmente, por culpa exclusiva da CONTRATADA.

13.9 – A advertência poderá, ainda, ser aplicada no caso de outras ocorrências que possam acarretar transtornos ao desenvolvimento dos serviços do CONTRATANTE, a critério da fiscalização, desde que não caiba a aplicação de sanção mais grave.

13.10 – O CONTRATANTE observará a boa-fé da CONTRATADA e as circunstâncias atenuantes ou agravantes em que a infração foi praticada. Assim, a Administração poderá deixar de aplicar a penalidade ou mesmo substituí-la por sanção mais branda,

causado prejuízo a CONTRATANTE ou a terceiros.

13.11 – No caso de inexecução parcial ou total do contrato, as multas a serem aplicadas observarão os seguintes parâmetros:

a) 0,5% (meio por cento) por dia de atraso, no caso de não entrega do objeto solicitado, incidente sobre o valor total do contrato até o efetivo cumprimento da obrigação limitado a 05 (cinco) dias;

b) Em caso de inexecução parcial ou de qualquer outra irregularidade do objeto poderá ser aplicada multa de 5,00% (cinco por cento) calculada sobre o valor total do contrato;

c) Transcorridos 06 (seis) dias do prazo de entrega estabelecido na Ordem de Compra e/ou Autorização de Fornecimento, será considerado rescindido o Contrato, cancelado o Registro de Preços e aplicado a multa de 25% (vinte e cinco por cento) por inexecução total, calculada sobre o valor da contratação.

13.12 - De acordo com o estabelecido no artigo 77, da Lei nº 8.666/93, a inexecução total ou parcial do ajuste enseja sua rescisão, constituindo, também, motivo para o seu rompimento, aqueles previstos no art. 78, incisos I a XVIII.

13.13 – Falha na execução do contrato prevista no item nº 14.6 estará configurada quando a contratada se enquadrar em pelo menos uma das situações previstas na Tabela a seguir:

ITEM	DESCRIÇÃO
1	Não manter a documentação de habilitação atualizada
2	Suspender ou interromper, salvo motivo de força maior ou caso fortuito, o fornecimento do objeto
3	Danificar ou destruir patrimônio do município por dolo ou culpa de seus agentes
4	Manter funcionário sem qualificação para a execução do objeto do contrato
5	Fornecer informação pérfida sobre execução do objeto do contrato
6	Permitir situação que crie a possibilidade de causar ou que cause dano físico, lesão corporal ou consequências letais
7	Não emitir documento fiscal de forma condizente à ordem de fornecimento
8	Realizar serviço ou fornecimento de materiais sem autorização formal do encarregado do Dpto de Compras
9	Pelo não cumprimento da entrega dos produtos ou serviços no prazo determinado no Edital
10	Não efetuar reposição de funcionários faltosos
11	Recusar-se a efetuar serviço determinado pelo fiscal do contrato, sem motivo justificado
12	Não substituir empregado que se conduza de modo inconveniente
13	Executar serviço incompleto, paliativo, substitutivo como por caráter permanente ou deixar de providenciar recomposição complementar

CONTRATADA.

13.16 – Se o valor a ser pago à CONTRATADA não for suficiente para cobrir o valor da multa, fica a CONTRATADA obrigada a recolher a importância devida no prazo de 15 (quinze) dias, contado da comunicação oficial.

13.17 – Esgotados os meios administrativos para cobrança do valor devido pela CONTRATADA ao CONTRATANTE, este poderá ser encaminhado para inscrição em dívida ativa.

14.1 - A Ata de Registro de Preços poderá sofrer alterações, obedecidas às disposições contidas no art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993.

14.1.1 - O preço registrado poderá ser revisto em decorrência de eventual redução daqueles praticados no mercado, ou de fato que eleve o custo dos serviços ou bens registrados, cabendo ao Órgão Gerenciador da Ata promover as necessárias negociações junto aos fornecedores.

14.1.2 - Quando o preço inicialmente registrado, por motivo superveniente, tornar-se superior ao preço praticado no mercado o Órgão Gerenciador deverá:

- I - convocar o fornecedor visando a negociação para redução de preços e sua adequação ao praticado pelo mercado;
- II - frustrada a negociação, o fornecedor será liberado do compromisso assumido; e
- III - convocar os demais fornecedores visando igual oportunidade de negociação.

14.1.3 - Quando o preço de mercado tornar-se superior aos preços registrados e o fornecedor, mediante requerimento devidamente comprovado, não puder cumprir o compromisso, o Órgão Gerenciador poderá:

- I - liberar o fornecedor do compromisso assumido, sem aplicação da penalidade, confirmando a veracidade dos motivos e comprovantes apresentados, e se a comunicação ocorrer antes do pedido de fornecimento; e
- II - convocar os demais fornecedores visando igual oportunidade de negociação.

14.1.4 - Não havendo êxito nas negociações, o Órgão Gerenciador deverá proceder à revogação da Ata de Registro de Preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção da contratação mais vantajosa.

16 – DO CANCELAMENTO DO REGISTRO DO FORNECEDOR

15.1 – O FORNECEDOR terá seu registro cancelado quando:

- I - descumprir as condições da Ata de Registro de Preços;
- II - recusar-se a celebrar o contrato ou não retirar o instrumento equivalente, no prazo estabelecido pela Administração, sem justificativa aceitável;
- III - não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese de este se tornar superior àqueles praticados no mercado;
- IV - tiver presentes razões de interesse público;

Administração nos termos do artigo 87, inciso IV, da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993;

VI - for impedido de licitar e contratar com a Administração nos termos do artigo 7º da Lei Federal nº 10.520, de 17 de julho de 2002.

15.2 - O cancelamento de registro, nas hipóteses previstas, assegurados o contraditório e a ampla defesa, será formalizado por despacho da autoridade competente do órgão gerenciador.

15.3 - O fornecedor poderá solicitar o cancelamento do seu registro de preço na ocorrência de fato superveniente que venha comprometer a perfeita execução contratual, decorrentes de caso fortuito ou de força maior devidamente comprovado.

17 – DA DOTAÇÃO

O Objeto deste instrumento será executado mediante os recursos oriundos na seguinte Dotação Orçamentária/2015:

02 – 01 – 2002 – 3 – 44.90.00.00.00.00.0000 – Manutenção Gabinete Prefeito

03 – 05 – 2003 – 8 – 44.90.00.00.00.00.0000 – Secretaria de Administração

06 – 08 – 2025 – 37 - 44.90.00.00.00.00.0000 – Manutenção Sistema de Água

17.1 - O pagamento pela execução objeto da presente licitação, será feito em favor da licitante vencedora, mediante crédito em conta corrente de titularidade dos fornecedores devidamente identificados, após as publicações mensais, acompanhados da respectiva Nota Fiscal/Fatura.

18.1.1 – Conforme disposição legal contida no Decreto nº 7.507, art. 2º, § 1º, de 27 de junho de 2011, os fornecedores obrigam-se a informar a esta administração, caso sejam vencedores do certame, número de conta em agência de banco oficial federal (BANCO DO BRASIL OU CAIXA ECONOMICA FEDERAL), para receberem seus créditos sem custo adicionais. Caso apresentem número de contas em bancos não oficiais, do ramo privado, ARCARÃO com os custos provenientes da transferência do pagamento.

17.2 - O número do CNPJ - Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica - constante das notas fiscais/faturas deverá ser aquele fornecido na fase de habilitação (item 5.2. letra a deste Edital).

17.3 – A forma de pagamento será mensal, sendo realizado até o dia 10 (dez) do mês subsequente a da emissão da nota fiscal.

17.4 - Nenhum pagamento será efetuado à licitante vencedora enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que lhe for imposta, em virtude de penalidade ou inadimplência, sem que isso gere direito ao pleito do reajustamento de preços ou correção monetária.

19 - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

18.1 – A existência de preços registrados não obriga a Administração a firmar as contratações que deles poderão advir, facultando-se a realização de licitação

específica para a aquisição pretendida, sendo assegurado ao beneficiário do registro a preferência de fornecimento em igualdade de condições.

18.2 - A Ata de Registro de Preços, durante sua vigência, poderá ser utilizada por qualquer órgão ou entidade da Administração que não tenha participado do certame licitatório, mediante prévia consulta ao Órgão Gerenciador, desde que devidamente comprovada a vantagem.

18.3 - Os órgãos e entidades que não participaram do registro de preços, quando desejarem fazer uso da Ata de Registro de Preços, deverão manifestar seu interesse junto ao Órgão Gerenciador da Ata, para que este indique os possíveis fornecedores e respectivos preços a serem praticados, obedecida a ordem de classificação.

18.4 - Caberá ao fornecedor beneficiário da Ata de Registro de Preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento, independentemente dos quantitativos registrados em Ata, desde que este fornecimento não prejudique as obrigações anteriormente assumidas.

18.5 - As aquisições ou contratações adicionais a que se refere este artigo não poderão exceder, por órgão ou entidade, a cem por cento dos quantitativos registrados na Ata de Registro de Preços.

18.6 - Nenhuma indenização será devida às licitantes pela elaboração e/ou apresentação de documentação relativa ao presente Edital.

18.7 - O resultado desta licitação estará à disposição dos interessados, na sala do Setor de Compras e Licitações, logo após sua homologação.

18.8 - Detalhes não citados, referentes a prestação dos serviços, mas que a boa técnica leve a presumir a sua necessidade, não deverão

ser omitidos, não sendo aceitas justificativas para sua não apresentação.

18.9 - O Prefeito Municipal poderá revogar a licitação em face de razões de interesse público derivadas de fato superveniente devidamente comprovado, pertinente e suficiente para justificar tal conduta, devendo anulá-la por ilegalidade, de ofício ou por provocação de qualquer pessoa, mediante ato escrito e fundamentado.

18.10 - O Pregoeiro e a Equipe de Apoio prestarão os esclarecimentos necessários, bem como irão dirimir as dúvidas suscitadas, de segunda a sexta-feira, das 12:00 às 17:30 horas, pessoalmente no Departamento de Compras ou ainda pelo e-Mail: empenhos@montecarlo.sc.gov.br

18.11 – São partes integrantes deste edital os seguintes ANEXOS:

- a) ANEXO I – Procuração;
- b) ANEXO II – Proposta de Preços;
- c) ANEXO III – Dados Bancários e Dados do Representante Legal;
- d) ANEXO IV – Declaração de Cumprimento Pleno aos Requisitos de Habilitação;
- e) ANEXO V – Relação dos Órgãos Participantes;
- f) ANEXO VI – Modelo da Ata.
- g) ANEXO VII – Relação das quantidades aproximadas.
- h) ANEXO VIII – Modelo Declaração de Idoneidade.
- i) ANEXO IX - Modelo de declaração de inexistência de vínculo de sócio ou procurador com a administração pública municipal.
- j) ANEXO X – Modelo de Declaração de fato superveniente e impeditivo da habilitação.
- l) ANEXO XI - Declaração de elaboração independente de proposta.
- m) ANEXO XII – Declaração Inciso XXXIII art 7º da CF.
- n) ANEXO XIII – Do acesso aos mercados.
- o) ANEXO XIV – Termo de referência.
- p) ANEXO XV – Termo de Acetação

Monte Carlo – SC, 02 de Outubro de 2015
MARCOS NEI CRREA SIQUEIRA
PREFEITO

PREGÃO PRESENCIAL Nº 49/2015

PROCURAÇÃO

<RAZÃO SOCIAL, CNPJ, ENDEREÇO COMPLETO>
, por meio de

<NOME COMPLETO DO REPRESENTANTE LEGAL, RG, CPF E

QUALIFICAÇÃO NA EMPRESA>
, constitui como suficiente PROCURADOR o Sr.

<NOME COMPLETO, RG, CPF>
, outorgando-lhe poderes gerais para

representar a referida empresa no Processo Licitatório nº 49/2015 do Município de Monte Carlo - SC, outorgando ainda poderes específicos para efetuar lances, interpor recursos, assinar contratos e praticar todos os demais atos necessários a este procedimento licitatório.

<Cidade/Estado> , <data>

<nome completo do representante legal
e qualificação na empresa>

OBS: Com assinatura do Outorgante reconhecida em Cartório.

PROPOSTA DE PREÇOS

1. IDENTIFICAÇÃO DA EMPRESA:

2. CONDIÇÕES DA PROPOSTA:

Prazo de validade da proposta: 60 dias. Prazo de validade da Ata: 30/Outubro/2015.

3. DECLARAÇÃO:

Declaramos, para os devidos fins, que nesta proposta estão inclusos todos os custos e despesas necessários a total execução do objeto ora licitado, tais como: custos diretos e indiretos, tributos incidentes, taxa de administração, materiais, serviços, fretes, seguros, encargos sociais e trabalhistas, embalagens, lucro, honorários profissionais, despesas de hospedagem, alimentação, deslocamento dos profissionais

e outros necessários ao cumprimento integral do objeto de Edital do Pregão acima indicado e seus anexos.

Carimbo do CNPJ:

Assinatura do representante

Carimbo da empresa

Continua...

PREGÃO PRESENCIAL Nº 49/2015

PROPOSTA DE PREÇOS

4. – OBJETO DA PROPOSTA

ITEM	QTD	UN	DESCRIÇÃO	MARCA	R\$/UND	R\$/TOTAL

Monte Carlo – SC, /22/

(representante legal)

1. DADOS BANCÁRIOS:

NOME DO BANCO:	
CIDADE:	
Nº DA AGÊNCIA:	Nº DA CONTA CORRENTE:
TITULAR DA CONTA CORRENTE:	

2. DADOS DO REPRESENTANTE LEGAL

NOME COMPLETO:
CARGO OU FUNÇÃO:
IDENTIDADE Nº :
CPF/MF Nº:
ENDEREÇO ELETRÔNICO (e-Mail)

DECLARAÇÃO DE CUMPRIMENTO PLENO DOS REQUISITOS DE HABILITAÇÃO
(RAZÃO SOCIAL DA EMPRESA) CNPJ nº

, sediada em (ENDEREÇO COMERCIAL), declara, sob as penas da Lei nº 10.520, de 17/07/2002, que cumpre plenamente os requisitos para sua habilitação no presente processo licitatório.

Obs.: Em se tratando de ME ou EPP, favor orientar-se pelo descrito no item 4.3 parágrafo único.

Monte Carlo (SC), < DATA>

Assinatura do representante legal da empresa
Carimbo da empresa Carimbo do CNPJ:

PREGÃO PRESENCIAL Nº 49/2015

ÓRGÃOS PARTICIPANTES

ÓRGÃO GERENCIADOR	CNPJ	GESTOR DO CONTRATO
MUNICÍPIO DE MONTE CARLO	95.996.104/0001-04	Marcos Nei Correa Siqueira

PREGÃO PRESENCIAL Nº 49/2015

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº /1/

Aos /2/, presentes de um lado, O MUNICÍPIO DE MONTE CARLO, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob o nº 95.996.104/0001-04, representado neste ato pelo Prefeito Municipal Sr. MARCOS NEI CORREA SIQUEIRA, no uso de suas atribuições juntamente com os Órgãos Participantes, doravante designados simplesmente MUNICÍPIO, RESOLVEM Registrar o Preço da empresa: /3/ pessoa jurídica de direito privado, situada na cidade de /4/, inscrita no C.N.P.J. sob o nº /5/, neste ato representada por: /6/, cpf nº /7/, doravante denominado FORNECEDOR para entrega dos serviços e produtos descritos a seguir. As condições são as definidas neste Edital que será regido pela Lei nº 10.520, de 17/julho/2002, Decreto Federal nº 7892 de 23/Janeiro/2013, Decreto Municipal nº 0149 de 24/Novembro/2006, Lei Complementar Federal nº 123 de 14/12/2006, Lei Complementar Federal nº 147 de 07/agosto/2014, Decreto Municipal nº 113/2014 e 114/2014 de 22/Dezembro/2014, bem como aplicação subsidiária da Lei Federal nº 8.666 de 21/junho/1993 e alterações posteriores, nos casos omissos e demais normas legais federais, estaduais e municipais vigentes.

1.1 - REGISTRO DE PREÇOS para fornecimento de: SERVIDOR

MONOPROCESSADO, conforme especificações e delimitações constantes em Edital, para exercício de 2015.

1.1 – As quantidades de unidades individuais dos objetos, que serão contratados parcial ou total durante o período de vigência da Ata, são os constantes do ANEXO VII.

1.2 - A licitante vencedora entregará os produtos solicitados, mediante a solicitação formal do Chefe do Departamento de Compras deste município no prazo máximo de 10 (dez) dias.

1.3 – O FORNECEDOR obriga-se a emitir NF-e (Nota Fiscal Eletrônica), conforme dispõe § 6º, I, do art. 23, anexo XI, do Regulamento do ICMS catarinense, para as transações efetuadas, nos prazos fixados pela legislação vigente, quando assim se enquadrarem por força legal.

3.1 – Pela entrega do objeto o FORNECEDOR receberá a importância pelos itens abaixo descritos:

ITEM	QTDADE	UN	DESCRIÇÃO	MARCA	R\$/UND	R\$/TOTAL

4.1 – Os preços poderão ser revistos durante a vigência da Ata de Registro de Preços, por motivo devidamente comprovado pelo contratado ou pelo contratante.

5.1 - A forma de pagamento será mensal, sendo realizada até o dia 10 (dez) do mês subsequente a realização da emissão das notas fiscais. Será de responsabilidade da licitante vencedora:

5.1 - Entregar os objetos solicitados nas condições e formas previstas no Edital, vindo a responder pelos danos eventuais que comprovadamente vier a causar, em decorrência de descumprimento a quaisquer das cláusulas nele previstas;

5.2 – Fornecer os objetos solicitados, somente com autorização expressa e formal única e exclusivamente do Chefe do Departamento de Compras do município, através de apresentação do documento emitido pelo Departamento de Compras, no dia e hora que o mesmo solicitar;

5.3 - Indicar na Nota Fiscal, o número da Autorização de Fornecimento – Ordem de Compra.

5.4 - Entregar os produtos licitados com qualidade e que cumpram as determinações da legislação vigente;

5.5 - Manter, durante toda a execução da Ata, em compatibilidade com as obrigações por ela assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, conforme art. 55 inciso XIII, da Lei 8666/93.

6.1 – Cumprir com todas as obrigações em conformidade com as Disposições do Edital, da Ata de Registro de Preços e de seus Anexos.

6.2 – Aplicar as sanções administrativas, quando se façam necessárias.

7.3. – Manifestar-se formalmente em todos os atos relativos à execução do objeto, em especial quanto a aplicação de sanções, alterações e repactuações do mesmo.

6.4 – Acompanhar a execução do contrato, nos termos do inciso III do art. 58 e com art. 67 da Lei nº 8666/93, através dos fiscais do contrato, que exercerão ampla e irrestrita fiscalização e gestão do objeto, a qualquer hora, determinando o que for necessário a regularização das faltas ou defeitos observados, inclusive às obrigações da contratada constantes deste Edital e contrato.

6.5 – Efetuar juntada aos autos do processo das irregularidades observadas durante a execução da relação contratual.

6.6 – Proporcionar todas as facilidades para que a contratada possa cumprir suas obrigações dentro dos prazos e condições estabelecidas em Contrato e Edital.

6.7 – Rejeitar, no todo ou em parte, a execução do objeto do contrato em desacordo com as respectivas especificações.

6.8 – Comunicar à contratada as ocorrências ou problemas verificados para que efetue medidas corretivas.

6.9 – Verificar, durante toda a execução do contrato, a manutenção pela contratada, de todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na Licitação em compatibilidade com as obrigações assumidas.

6.10 – Impedir que terceiros estranhos à contratação forneçam objeto licitado, ressalvados os casos de subcontratação admitidos no ato convocatório ou no contrato.

6.11 – Prestar informações e os esclarecimentos atinentes ao objeto que venham a ser solicitados pela contratada.

6.12 – Solicitar a reparação ou substituição do objeto que esteja em desacordo com a especificação apresentada e aceita, ou que apresente defeito.

6.13 – Fiscalizar e acompanhar a execução do objeto, alertando a contratada das falhas que porventura ocorram, exigindo sua imediata correção. Tal fiscalização, em hipótese alguma, atenua ou exime de responsabilidade a contratada.

7.13.1 – Fica definida a pessoa do Sr (a); /11/, portador do cpf nº /12/ como fiscal do presente contrato.

7.1 – Pela inexecução total ou parcial do objeto ou falha na execução do contrato e verificado ao nexo causal devido a ação ou à omissão da CONTRATADA, relativamente as obrigações contratuais em questão, torna passível a aplicação das sanções previstas na Lei nº 10520/2002, no Decreto nº 5450/2005 e da Lei nº 8666/1993 e no contrato, observando o contraditório e a ampla defesa, conforme listado a seguir:

a) advertência,

b) multa,

c) suspensão temporária de participar em licitação e de contratar com o MUNICÍPIO DE MONTE CARLO,

d) declaração de inidoneidade para licitar e/ou contratar com a Administração Pública.

7.2 – As sanções de advertência, suspensão temporária de participar em licitação e de contratar com o MUNICÍPIO DE MONTE CARLO e de declaração de inidoneidade para licitar e/ou contratar com a Administração Pública poderão ser aplicadas a CONTRATADA juntamente com a multa e obedecerão ao disposto na legislação, no que concerne às hipóteses de aplicação, quantum e consequências.

7.3 – A advertência poderá ser aplicada no caso de descumprimento parcial das obrigações e responsabilidades assumidas contratualmente, por culpa exclusiva da CONTRATADA.

7.4 – A advertência poderá, ainda, ser aplicada no caso de outras ocorrências que possam acarretar transtornos ao desenvolvimento dos serviços do CONTRATANTE, a critério da fiscalização, desde que não caiba a aplicação de sanção mais grave.

7.5 – O CONTRATANTE observará a boa-fé da CONTRATADA e as circunstâncias atenuantes ou agravantes em que a infração foi praticada. Assim, a Administração poderá deixar de aplicar a penalidade ou mesmo substituí-la por sanção mais branda, desde que a irregularidade seja corrigida no prazo fixado pela fiscalização e não tenha causado prejuízo a CONTRATANTE ou a terceiros.

7.6 – No caso de inexecução parcial ou total do contrato, as multas a serem aplicadas observarão os seguintes parâmetros:

a) 0,5% (meio por cento) por dia de atraso, no caso de não entrega do objeto solicitado, incidente sobre o valor total do contrato até o efetivo cumprimento da obrigação limitado a 05 (cinco) dias;

b) Em caso de inexecução parcial ou de qualquer outra irregularidade do objeto poderá ser aplicada multa de 5,00% (cinco por cento) calculada sobre o valor total do contrato;

c) Transcorridos 06 (seis) dias do prazo de entrega estabelecido na Ordem de Compra e/ou Autorização de Fornecimento, será considerado rescindido o Contrato, cancelado o Registro de Preços e aplicado a multa de 25% (vinte e cinco por cento) por inexecução total, calculada sobre o valor da contratação.

7.7 - De acordo com o estabelecido no artigo 77, da Lei nº 8.666/93, a inexecução total ou parcial do ajuste enseja sua rescisão, constituindo, também, motivo para o seu rompimento, aqueles previstos no art. 78, incisos I a XVIII.

7.8 – Falha na execução do contrato prevista no item nº 8.1 estará configurada quando a contratada se enquadrar em pelo menos uma das situações previstas na tabela a seguir,

ITEM	DESCRIÇÃO
1	Não manter a documentação de habilitação atualizada
2	Suspender ou interromper, salvo motivo de força maior ou caso fortuito, o

	fornecimento do objeto.
3	Danificar ou destruir patrimônio do município por dolo ou culpa de seus agentes
4	Manter funcionário sem qualificação para a execução do objeto do contrato
5	Fornecer informação pérfida sobre execução do objeto do contrato

6	Permitir situação que crie a possibilidade de causar ou que cause dano físico, lesão corporal ou consequências letais.
7	Não emitir documento fiscal de forma condizente à ordem de fornecimento
8	Realizar serviço ou fornecimento de materiais sem autorização formal do encarregado do Dpto de Compras
9	Pelo não cumprimento da entrega dos produtos ou serviços no prazo determinado no Edital
10	Não efetuar reposição de funcionários faltosos
11	Recusar-se a efetuar serviço determinado pelo fiscal do contrato, sem motivo justificado.
12	Não substituir empregado que se conduza de modo inconveniente
13	Executar serviço incompleto, paliativo, substitutivo como por caráter permanente ou deixar de providenciar recomposição complementar.

7.10 – O valor da multa poderá ser descontado do pagamento ser efetuado à CONTRATADA.

7.11 – Se o valor a ser pago à CONTRATADA não for suficiente para cobrir o valor da multa, fica a CONTRATADA obrigada a recolher a importância devida no prazo de 15 (quinze) dias, contado da comunicação oficial.

7.12 – Esgotados os meios administrativos para cobrança do valor devido pela CONTRATADA ao CONTRATANTE, este poderá ser encaminhado para inscrição em dívida ativa.

9.1 - O presente ajuste poderá ser rescindido, independente de qualquer notificação judicial ou extrajudicial, no caso de inexecução total ou parcial, e pelos demais motivos enumerados no art. 78 da Lei 8666/93 e alterações posteriores.

10.1 - A Ata de Registro de Preços poderá sofrer alterações, obedecidas às disposições contidas no art. 65 da Lei nº 8.666/93 e demais regras conforme o Edital de origem da presente Ata de Registro de Preços.

10.1 – O FORNECEDOR terá seu registro cancelado quando:

- a) Descumprir as condições da Ata de Registro de Preços;
- b) Recusar-se a celebrar o ajuste ou não retirar o instrumento equivalente, no prazo estabelecido pelo MUNICÍPIO, sem justificativa aceitável;
- c) Não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese de este se tornar superior àqueles praticados no mercado;
- d) Tiver presentes razões de interesse público;

e) For declarado inidôneo para licitar ou contratar com a Administração nos termos do artigo 87, inciso IV, da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993;

f) For impedido de licitar e contratar com a Administração nos termos do artigo 7º da Lei Federal nº 10.520, de 17 de julho de 2002.

§ 1º. O cancelamento de registro, nas hipóteses previstas, assegurados o contraditório e a ampla defesa, será formalizado por despacho da autoridade competente do órgão gerenciador.

§ 2º. O FORNECEDOR poderá solicitar o cancelamento do seu registro de preço na ocorrência de fato superveniente que venha comprometer a perfeita execução contratual, decorrentes de caso fortuito ou de força maior devidamente comprovado.

11.1 - As despesas decorrentes da entrega do objeto do presente certame correrão a conta de dotação específica do orçamento do exercício de 2015.

11.2 – O órgão gerenciador e o órgão participante, quando da contratação especificará a classificação orçamentária.

13.1 - O presente Contrato está vinculado ao Processo Licitatório nº 49/2015, Pregão Presencial nº 49/2015.

14.1 - O prazo de validade da Ata de Registro de Preços será da data de assinatura até a data de 30/outubro/2015.

14.1 - O Registro de Preços objeto desta Ata e a sua assinatura pelas partes não gera ao Município, a obrigação de solicitar os fornecimentos/serviços que dele poderão advir.

14.2 – Observados os critérios e condições estabelecidas nesta Ata e o preço registrado, a Administração poderá comprar de mais de um fornecedor registrado, segundo a ordem de classificação, desde que razões de interesse público justifiquem e que o primeiro classificado não possua capacidade de fornecimento compatível com o solicitado pela Administração.

14.3 – A existência de preços registrados não obriga a Administração a firmar as contratações que deles poderão advir, facultando-se a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, sendo assegurado ao beneficiário do registro a preferência de fornecimento em igualdade de condições.

14.4 – O FORNECEDOR signatário desta Ata, cujo preço é registrado, declara estar ciente das suas obrigações para com o Município, nos termos do Edital da respectiva Licitação e da sua Proposta, que passam a fazer parte integrante da presente Ata e a reger as relações entre as partes, para todos os fins.

14.5 – A Ata de Registro de Preços, durante sua vigência, poderá ser utilizada por qualquer órgão ou entidade da Administração que não tenha participado do certame licitatório, mediante prévia consulta ao órgão gerenciador, desde que devidamente comprovada a vantagem.

15.1 - É competente o foro da Comarca de Fraiburgo para dirimir quaisquer dúvidas, porventura, oriundas da presente Ata de Registro de Preços.

duas vias de igual teor e forma.

Monte Carlo - SC, /16/.

MUNICIPIO DE MONTE CARLO /3/ MARCOS NEI CORREA SIQUEIRA /6/

Testemunhas:

Fiscal do Contrato: /11/ - /12/

PREGÃO PRESENCIAL Nº 49/2015

RELAÇÃO DE PRODUTOS COM QUANTIDADE ESTIMADA E VALOR DE REFERÊNCIA

ITEM	QTDA-DE	UN	DESCRIÇÃO	R\$/UND
01	01	UND	LEITORA DE CARTÃO CRIPTOGRÁFICO, LE E GRAVA CARTÃO DE CERTIFICADO DIGITAL, USB TIPO A DE 1,5m, COMPATIBILIDADE COM TODOS OS CARTÕES NORMA ISO7816.	95,00
02	01	UND	FONTE PARA SERVIDOR HP PROLIANT ML350 – G5, MODELO DPS-800GB A	1.550,00
03	01	UND	NO BREAK – 2200VA (2,2Kva), CAPACIDADE DE SAÍDA 1360 WATSS, ENTRADA TENSÃO 115/127/220 VOLTS COM SELEÇÃO AUTOMÁTICA, FREQUÊNCIA DE ENTRADA 60 HZ, SAÍDA 115 VOLTS, ONDA DO TIPO E FORMA SENOIAL POR APROXIMAÇÃO, TOMADAS DE SAÍDA 8 DO TIPO 2P+T, SOFTWARE DE GERENCIAMENTO, PROTETOR CONTRA PICOS DE TENSÃO E SOBRE CORRENTE NA ENTRADA, CONEXÃO DE SAÍDA PARA BATERIA RESERVA NBR-14136, CAPACIDADE DE EXPANSÃO PARA 4 BATERIAS DE 12VOLT-S/18AMPERES, BATERIA INTERNA SELADA DE CHUMBO/ÁCIDO, LIVRE DE MANUTENÇÃO E A PROVA DE VAZAMENTO COM 12VOLTS/18AMPERES, REGULAGEM AUTOMÁTICA DE VOLTAGEM, PESO APROXIMADO 29,0 KG,	2.490,00
04	04	UND	BATERIA SELADA DE CHUMBO/ÁCIDO, 12VOLTS/18AMPERES, LIVRE DE MANUTENÇÃO, A PROVA DE VAZAMENTO, PESO E MEDIDAS APROXIMADAS: 5,5 KG – 181L/77P/167A, TENSÃO 12 VDC.	330,00
05	01	UND	SISTEMA OPERACIONAL MICROSOFT® SERVER, WINDOWS SERVER® 2012 STANDARD OEM COM SUPORTE A 2CPU/2VM, EM PORTUGUÊS.	4.290,00
06	01	UND	SERVIDOR MONOPROCESSADO – PROCESSADOR: INTEL® XEON® E3-1271V3 HT (4-CORE), TDP 80W, 4X 3,6GHZ, CACHE 8MB. PLACA MÃE: INTEL® SERVER BOARD XEON, MODELO S1200V3RPS. CHIPSET	14.719,66
			INTEL® SERVER C222. MEMORIA: 32 GB KINGSTON® DDR3-1600 ECC (4X 8GB). SSD: 120 GB KINGSTON® SV300S37A/120G. HARD DISK: 1 TB SATA 6GB/S, SEAGATE® 7200RPM, CACHE 64MB. PLACA DE VIDEO INCORPORADA: SERVER ENGINE LLC PILOT II, 8 MB. SAÍDAS DE REDE GIGABIT: 02 (DUAS) PORTAS GIGABIT INTEL® I210 INCORPORADAS. GABINETE: RACK MOUNT 2U 19" NILKO® NK- 220/660MM, SEM TRILHOS. CABEAMENTO E AMARRAÇÃO: "ORIGAMI DESIGN" PARA OTIMIZAÇÃO DE FLUXO DE AR. FONTE: PFC ATIVO, V2.3, 80PLUS, 500W NILKO® MODELO 0721727. GARANTIA: 5 ANOS DE GARANTIA PARA MÃO DE OBRA E 1 ANO PARA PEÇAS. COM ASSISTÊNCIA NO MUNICÍPIO DE MONTE CARLO-SC	
07	03	UND	NO BREAK – 600VA (POTÊNCIA DE SAÍDA 300 WATSS), ENTRADA TENSÃO 115/127/220 VOLTS COM SELEÇÃO AUTOMÁTICA, FREQUÊNCIA DE ENTRADA 60 HZ, SAÍDA 115 VOLTS, TOMADAS DE SAÍDA 6 DO TIPO 2P+T, BATERIA INTERNA SELADA DE CHUMBO/ÁCIDO, LIVRE DE MANUTENÇÃO E A PROVA DE VAZAMENTO COM 12VOLTS/7AMPERES, MEDIDAS APROXIMADAS: ALTURA 168MM X LARGURA 94MM X PROFUNDIDADE 261MM.	390,00
08	20	UND	LEITOR BIOMETRICO DE PONTO DE TRABALHO	462,00

PREGÃO PRESENCIAL Nº 49/2015

DECLARAÇÃO DE IDONEIDADE

A (nome da empresa), localizada no endereço (endereço completo-rua, bairro, cidade, estado), devidamente inscrita no cnpj sob o nº (especificar), com vistas ao credenciamento junto a Administração do Município de Monte Carlo no Processo Licitatório nº 101/2015 DECLARA sob as penas da lei que não está cumprindo penalidade de inidoneidade, suspensão ou impedimento de contratar com a Administração Pública.

xxxxxxxxxxxxxxxx-xx, xx de xxxxxxxxxxxx de xxxx

(nome/representante legal)

PREGÃO PRESENCIAL N° 49/2015

DECLARAÇÃO DE INEXISTÊNCIA DE VÍNCULO, SÓCIO OU PROCURADOR VINCULADO COM A ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL

(RAZÃO SOCIAL DA EMPRESA) CNPJ nº

, sediada em (ENDEREÇO

COMERCIAL) , declara, nos termos do art. 9º, da Lei nº 8.666/93, que não possui como sócio ou procurador, ou sendo pessoa física não é, servidor público efetivo ou não, ainda que licenciado do cargo, nem mantém vínculo de qualquer espécie com o Município de Monte Carlo, bem como, não é pessoa terceirizada cuja atividade esteja relacionada com os setores de Compras, Jurídico, Contábil, Financeiro ou qualquer outro setor cujo objeto licitado seja afeto.

Monte Carlo (SC), < DATA>

Assinatura do representante legal da empresa

Carimbo da empresa Carimbo do CNPJ:

PREGÃO PRESENCIAL N° 49/2015

DECLARAÇÃO DE INEXISTÊNCIA DE FATO SUPERVENIENTE E IMPEDITIVO DA HABILITAÇÃO.

A (nome da empresa), localizada no endereço (endereço completo-rua, bairro, cidade, estado), devidamente inscrita no cnpj sob o nº (especificar), para efeito de participação junto a Administração do Município de Monte Carlo no Processo Licitatório nº 101/2015 DECLARA sob as penas da lei que não possui fato impeditivo que altere os dados para efetivação da sua habilitação e ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores.

xxxxxxxxxxxxxxxx-xx, xx de xxxxxxxxxxxx de xxxx

(nome/representante legal)

PREGÃO PRESENCIAL N° 49/2015

MODELO DE DECLARAÇÃO DE ELABORAÇÃO INDEPENDENTE DE PROPOSTA

(Identificação completa do representante da licitante), como representante devidamente constituído de (Identificação completa da licitante) doravante denominado LICITANTE para fins do disposto no Edital do Processo Licitatório nº 101/2015, declara, sob as penas da lei, em especial o art. 299 do Código Penal Brasileiro, que:

(a) a proposta apresentada para participar do presente processo licitatório foi elaborada de maneira independente pelo Licitante, e o conteúdo da proposta não foi, no todo ou em parte, direta ou indiretamente, informado, discutido ou recebido de qualquer outro participante potencial ou de fato, por qualquer meio ou por qualquer pessoa;

(b) a intenção de apresentar a proposta elaborada para participar não foi informada, discutida ou recebida de qualquer outro participante potencial ou de fato da (identificação da licitação), por qualquer meio ou por qualquer pessoa;

(c) que não tentou, por qualquer meio ou por qualquer pessoa, influir na decisão de qualquer outro participante potencial ou de fato quanto a participar ou não da referida licitação;

(d) que o conteúdo da proposta apresentada para participar da licitação não será, no todo ou em parte, direta ou indiretamente, comunicado ou discutido com qualquer outro participante potencial ou de fato da licitação) antes da adjudicação do objeto da referida licitação;

(e) que o conteúdo da proposta apresentada para participar da licitação não foi, no todo ou em parte, direta ou indiretamente, informado, discutido ou recebido de qualquer integrante de Administração Municipal antes da abertura oficial das propostas; e

(f) que está plenamente ciente do teor e da extensão desta declaração e que detém plenos poderes e informações para firmá-la.

, em de de

(representante legal do licitante).

PREGÃO PRESENCIAL N° 49/2015

MODELO DE DECLARAÇÃO DE CUMPRIMENTO NO DISPOSTO NO INCISO XXIII DO ARTIGO 7º DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL

(nome), portador do CPF N.º , na condição de

preposto da empresa , inscrita no CNPJ sob o N° , DECLARO, sob as penas da lei*, que a pessoa jurídica acima nominada encontra-se em situação regular quanto ao cumprimento do disposto no inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal.

Por ser esta uma declaração da verdade, firmo o presente para os efeitos pretendidos, especialmente para comprovação de regularidade quanto ao cumprimento da norma constitucional de proteção ao trabalho do menor e do adolescente junto ao Sistema Federal de Inspeção do Trabalho do Ministério do Trabalho e Emprego.

, em / / .

*Código Penal, art. 299.

Representante da Licitante

PREGÃO PRESENCIAL Nº 49/2015**DO ACESSO AOS MERCADOS**

Nos termos do Capítulo V da Lei Complementar nº 147 de 07/agosto/2014, priorizando o desenvolvimento do município, da região ou do estado, pela oportunidade de criação, geração e fomentação de empregos pelo incentivo ao desenvolvimento de atividades comerciais e industriais, a empresa será beneficiada em 10,0% (dez por cento) do melhor preço válido, cuja sua sede localize-se em:

LOCAL

Município de Monte Carlo – SC

REGIONAL

Em um dos municípios catarinenses integrantes da região abrangida pela AMPLASC e AMARP.

ESTADUAL

Em um dos municípios integrantes do Estado de Santa Catarina.

PREGÃO PRESENCIAL Nº 49/2015**TERMO DE REFERÊNCIA****1 - OBJETO**

1.1 – Contratação de empresa para fornecimento de servidor, no-break, fonte, leitora, bateria e outros.

2 - JUSTIFICATIVA

2.1 – A aquisição dos equipamentos se faz indispensável tendo em vista a necessária atualização do parque de computadores e outros equipamentos da administração municipal, associada a depreciação natural bem como ao avanço das tecnologias imprime aos gestores medidas que garantam a continuidade das informações de forma profícua.

2.2 – A continuidade dos serviços é um dos atributos principais a ser levado em conta pelos gestores, tendo em vista que a interrupção dos serviços públicos causaria transtornos aos administrados.

2.3 - Justificadamente, portanto, opta-se por realizar-se a presente licitação, em virtude do exato enquadramento das necessidades e nos requisitos fundamentais para utilização desse procedimento nos termos da Lei.

3 – DESCRIÇÕES DOS EQUIPAMENTOS

3.1 – Deverão ser rigorosamente atendidas as descrições contidas no Anexo VII referente à aquisição dos equipamentos e licenças.

3.2 – Para todos os itens especificados neste Edital, será aceita proposta de qualquer componente de especificação diferente da solicitada, desde que comprovadamente iguale ou supere, individualmente, a qualidade, o desempenho, a operacionalidade ou a facilidade no manuseio do originalmente especificado – conforme e caso, e desde que não cause, direta ou indiretamente, incompatibilidade com qualquer dos demais componentes ofertados.

3.3 – As marcas citadas neste Edital são meramente como referência do objeto a ser adquirido.

4 – OUTRAS PRESCRIÇÕES

4.1 – Deverão ser observadas as prescrições a seguir, todas condicionantes da aceitação da proposta e do pagamento dos equipamentos e licenças licitadas.

4.3 – Nos preços cotados deverão estar inclusos os custos de transporte, garantias e quaisquer outras despesas para prestação do serviço.

5 – DOS PREÇOS

5.1 – A estimativa de valores foi realizada pelo setor de compras e licitações da prefeitura municipal através de orçamentos formais solicitados para empresas

da área de informática.

6 – DOS PRAZOS

6.1 - O Prazo máximo para entrega do objeto contratado é de 10 (dez) dias após a formalização do pedido.

7 – DO ACEITE PROVISÓRIO E DEFINITO

7.1 - O aceite provisório dos equipamentos deverá ocorrer no momento da entrega dos bens no Departamento de Informática do município.

7.2 - O aceite definitivo dos equipamentos deverá ocorrer após a verificação da conformidade técnica, no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, contados do primeiro dia útil após a data da entrega.

7.3 - O aceite definitivo dos equipamentos será efetuado pelo responsável pelo Departamento de Informática, que elaborará o “Termo de Aceitação” para fins de liberação do pagamento das Notas Fiscais e do início de contagem do prazo de garantia.

PREGÃO PRESENCIAL Nº 49/2015**TERMO DE ACEITAÇÃO**

Este presente termo visa atestar que os produtos/serviços prestados pela empresa por ocasião do Contrato nº , foram recebidos e homologados pela área técnica de informática da Município de Monte Carlo – SC, em conjunto com o fiscal do contrato.

O Município de Monte Carlo – SC recebeu e homologou os seguintes produtos e/ou serviços:

a)

b)

...

Informa-se que todos os requisitos do Edital referente e esta contratação foram cumpridos e que a aceitação do objeto está ratificada.

Encaminhe-se a empresa contratada.

Monte Carlo – SC, xx de xxxxxxxxxxxx de xxxx

Área Técnica de Informática Fiscal do Contrato

Navegantes

PREFEITURA

ATA DE APROVAÇÃO ITEM 21 E CHAMAMENTO 2º COLOCADA ITEM 92 PREGÃO 49/2015 FMS

Navegantes, 24 de setembro de 2015.

Análise das amostras do Pregão 49/2015 foram analisadas conforme abaixo:

SILME'S COMÉRCIO DE PRODUTOS ODONTOLÓGICOS LTDA

Item	Parecer
21	REPROVADO/NÃO APRESENTOU AMOSTRA

A EQUIPE DE APOIO DE APOIO DE LICITAÇÃO, INFORMA AVALIAÇÃO DOS PROPONENTES HABILITADOS CLASSIFICADOS EM 2º COLOCADOS PARA FORNECIMENTO DAS AMOSTRAS ITENS DESCRITIVOS DO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 49/2015 – PR:

SILME'S COMÉRCIO DE PRODUTOS ODONTOLÓGICOS LTDA.
Para apresentar amostra no ITEM: 92

ATA PREGÃO PRESENCIAL 07/2015 FMV - II DESERTO

ATA PREGÃO PRESENCIAL 07/2015 FMV – DESERTO II

A PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES INFORMA QUE A LICITAÇÃO 07/2015 FMV RESTOU NOVAMENTE DESERTA, NÃO POSSUINDO NA DATA DE ABERTURA DA SESSÃO LICITANTES INTERESSADOS.

NAVEGANTES 30 DE SETEMBRO DE 2015

ATA PREGÃO PRESENCIAL 55/2015 FMS --- DESERTA---

ATA PREGÃO PRESENCIAL 55/2015 FMS – DESERTO

A PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES INFORMA QUE A LICITAÇÃO 55/2015 FMS FOI DESERTA, NÃO POSSUINDO NA DATA DE ABERTURA DA SESSÃO LICITANTES INTERESSADOS.

NAVEGANTES 01 DE OUTUBRO DE 2015

AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL 03/2015 FMAS

PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES
PREGÃO PRESENCIAL Nº 03/2015 FMAS

Comunica na forma da Lei 8.666/93 e suas alterações, que se encontra aberto o processo licitatório para: OBJETO: REGISTRO DE PREÇO VISANDO AQUISIÇÃO DE PRODUTOS (GENEROS ALIMENTICIOS PERECIVEIS E NÃO PERECIVEIS) DESTINADOS AOS BENEFICIADOS PELO PROGRAMA DE ERRADICAÇÃO DO PROGRAMA INFANTIL (PETI), PARA SEREM UTILIZADOS PELOS ALUNOS EM REUNIÕES, EVENTOS E DEMAIS ATIVIDADES INERENTES AO PROGRAMA, ATRAVÉS DO FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL DO MUNICIPIO DE NAVEGANTES/SC. Data da entrega dos envelopes: 15/10/2015 até às 08:50 hs. Abertura envelopes: 15/10/2015 às 09:00 hs. O Edital na íntegra se encontra à disposição na Rua João Emílio nº.100 em Navegantes/SC ou no site: www.navegantes.sc.gov.br link fornecedor. Navegantes, 1 de outubro de 2015. ROBERTO CARLOS DE SOUZA- Prefeito.

DECRETO Nº 435 DE 21 DE AGOSTO DE 2015 - ERRATA

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DE NAVEGANTES
CNPJ: 83.102.855/0001-50
Rua João Emílio n.º 100 - Centro
CEP - 88.375-000 - Navegantes - SC
Fone/Fax: (47) 3342-9500
www.navegantes.sc.gov.br

DECRETO Nº 435 DE 21 DE AGOSTO DE 2015
DISPÕE SOBRE A TRANSFERÊNCIA DO SALDO DO SUPERÁVIT FINANCEIRO DO EXERCÍCIO DE 2014 PARA EFEITO DE SUPLEMENTAÇÃO.

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo inciso III, do art. 18, da Lei nº 2947 de 21/11/2014: DECRETA:

Art. 1º Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal, autorizado a proceder transferência do saldo do superávit financeiro do exercício de 2014, até o valor de R\$ 74.200,00 (Setenta e Quatro Mil e Duzentos Reais) da fonte de recursos abaixo discriminada, para a seguinte dotação:

Fonte de Recursos: 30000 – Superávit Financeiro/2014 – Recursos Ordinários

09 – SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA
02 – Diretoria de Gestão de Bens Materiais e Serviços
04.122.0005– 2.015 – Manut. e Func. da Diretoria de Gestão de Bens Materiais e Serviços
285 – 3.3.90.00.00.00 – Outras Despesas Correntes – Apl. Diretas R\$ 50.000,00

31 – SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E RECEITA
01 – Diretoria de Tributos Imobiliários e Dívida Ativa
04.129.0062 – 2.138 – Manutenção e Funcionamento da Diretoria de Tributos Imobiliários e Dívida Ativa
286 – 3.3.90.00.00.00 – Outras Despesas Correntes – Apl. Diretas R\$ 10.000,00
287 – 4.4.90.00.00.00 – Investimentos – Apl. Diretas R\$ 14.200,00

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 21 DE AGOSTO DE 2015.
Roberto Carlos de Souza
PREFEITO

Este Decreto foi registrado e publicado na Secretaria de Administração e Logística nesta data.
Navegantes, 21 de Agosto de 2015.

Silvana Maria Francisco
SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

DECRETO Nº 452 DE 22 DE SETEMBRO DE 2015 - ERRATA

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DE NAVEGANTES
CNPJ: 83.102.855/0001-50
Rua João Emilio nº 100 - Centro
CEP - 88.375-000 - Navegantes - SC
Fone/Fax: (47) 3342-9500
www.navegantes.sc.gov.br

DECRETO Nº 452 DE 22 DE SETEMBRO DE 2015
DISPÕE SOBRE A TRANSFERÊNCIA DO SALDO DO SUPERÁVIT FINANCEIRO DO EXERCÍCIO DE 2014 PARA EFEITO DE SUPLEMENTAÇÃO.

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo inciso III, do art. 18, da Lei nº 2947 de 21/11/2014: DECRETA:

Art. 1º Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal, autorizado a proceder transferência do saldo do superávit financeiro do exercício de 2014, até o valor de R\$ 240.000,00 (Duzentos e Quarenta Mil Reais) da fonte de recursos abaixo discriminada, para a seguinte dotação:

Fonte de Recursos: 30000 – Superávit Financeiro/2014 – Recursos Ordinários

02 – GABINETE DO PREFEITO

01 – Gabinete do Prefeito

04.122.0002– 2.002 – Manutenção e Funcionamento do Gabinete do Prefeito

288 - 3.3.50.00.00.00 – Transferências a Entidades Privadas s/Fins Lucrativos R\$ 240.000,00

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 22 DE SETEMBRO DE 2015.

Roberto Carlos de Souza

PREFEITO

Este Decreto foi registrado e publicado na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 22 de Setembro de 2015.

Silvana Maria Francisco

SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

DECRETO Nº 458 DE 29 DE SETEMBRO DE 2015 - ERRATA

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DE NAVEGANTES
CNPJ: 83.102.855/0001-50
Rua João Emilio nº 100 - Centro
CEP - 88.375-000 - Navegantes - SC
Fone/Fax: (47) 3342-9500
www.navegantes.sc.gov.br

DECRETO Nº 458 DE 29 DE SETEMBRO DE 2015
DISPÕE SOBRE A TRANSFERÊNCIA DO SALDO DO SUPERÁVIT FINANCEIRO DO EXERCÍCIO DE 2014 PARA EFEITO DE SUPLEMENTAÇÃO.

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das atribuições que lhe são

conferidas pelo inciso III, do art. 18, da Lei nº 2947 de 21/11/2014: DECRETA:

Art. 1º Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal, autorizado a proceder transferência do saldo do superávit financeiro do exercício de 2014, até o valor de R\$ 194.200,00 (Cento e Noventa e Quatro Mil e Duzentos Reais) da fonte de recursos abaixo discriminada, para as seguintes dotações:

Fonte de Recursos: 30000 – Superávit Financeiro/2014 – Recursos Ordinários

09 – SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

01 – Diretoria de Recursos Humanos

04.128.0005– 2.014 – Manutenção e Funcionamento da Diretoria de Gestão de Recursos Humanos

289 - 3.1.90.00.00.00 – Pessoal e Encargos Sociais – Apl. Diretas R\$ 51.100,00

290 - 3.1.91.00.00.00 – Pessoal e Encargos Sociais – Apl. Diretas – Op. Intra-Orçam. R\$ 86.000,00

12 – SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

01 – Diretoria de Programas Sociais

08.243.0032 – 2.023 - Manutenção de Funcionamento do Conselho Tutelar

291 - 3.1.90.00.00.00 – Pessoal e Encargos Sociais – Apl. Diretas R\$ 16.000,00

292 - 3.1.91.00.00.00 – Pessoal e Encargos Sociais – Apl. Diretas – Op. Intra-Orçam. R\$ 1.000,00

16 – SECRETARIA MUNICIPAL DE TURISMO, CULTURA E ESPORTES

01 – Diretoria de Eventos e Marketing

23.695.0017 – 2.060 - Manutenção e Funcionamento da Diretoria de Eventos e Marketing

293 - 3.1.90.00.00.00 – Pessoal e Encargos Sociais – Apl. Diretas R\$ 18.500,00

30 – SECRETARIA MUNICIPAL DE GESTÃO E CONTROLE

02 – Diretoria de Adm., Financeira e de Planejamento

04.122.0061 – 2.136 – Manutenção e Funcionamento da Dir. de Adm., Fin. e de Planejamento

294 – 3.3.90.00.00.00 – Outras Despesas Correntes – Apl. Diretas R\$ 21.600,00

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 29 DE SETEMBRO DE 2015.

Roberto Carlos de Souza

PREFEITO

Este Decreto foi registrado e publicado na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 29 de Setembro de 2015.

Silvana Maria Francisco

SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

EDITAL Nº 029/2015/SMEN

EDITAL Nº 029/2015/SMEN Navegantes (SC), 28 de setembro de 2015.

DISPÕE SOBRE OS PROCEDIMENTOS PARA A REGULAMENTAÇÃO DO PROGRAMA DE REVELAÇÃO DE TALENTOS DOCENTES PARA A REDE MUNICIPAL DE ENSINO DE NAVEGANTES

A Secretária Municipal de Educação de Navegantes, no uso de suas atribuições, torna público os procedimentos para a regulamentação do Programa de Revelação de Talentos Docentes para a Rede Municipal de Ensino de Navegantes, na edição de nº 06 em 2015.

1. DOS PROJETOS CONCORRENTES

1.1. No ano de 2015, concorrerão as premiações os trabalhos apresentados nas seguintes categorias:

I. CATEGORIA I – PROFESSORES DO ENSINO FUNDAMENTAL – 11 PROJETOS

II. CATEGORIA II – PROFESSORES DA EDUCAÇÃO INFANTIL – 12 PROJETOS

III. CATEGORIA III – GESTORES – 04 PROJETOS

IV. CATEGORIA IV – COORDENADORES PEDAGÓGICOS – 01 PROJETO

1.2 São concorrentes os seguintes profissionais:

I. CATEGORIA I – PROFESSORES DO ENSINO FUNDAMENTAL – 11 PROJETOS:

- Charlene Oliveira Braz
- Cintia Cardoso
- Clarice Alves de Miranda
- Cristina Maria Rosa
- Dâmaris Corrêa
- Emir Antonio Cecyn
- Geovana Pereira de Souza Costa
- Jocimara Pereira Mezzon
- Luciana Tramontin Noll
- Patricia Bittencourt
- Suzete Benta do Nascimento

II. CATEGORIA II – PROFESSORES EDUCAÇÃO INFANTIL - 12 PROJETOS:

- Aline Garcia Lazzaris
- Carin Daiana Salomão
- Daiane Sarmento
- Eliane Hasse Bechholz
- Eliane Pacheco Rodrigues
- Josiane Pezenti Albuquerque
- Leide das Neves Silva
- Ligia Gorges
- Rosana de Lourdes Gonçalves Silveira
- Rosângela Aparecida Roters
- Suéli Drews
- Valiria Caviglia

III. CATEGORIA III – GESTORES – 04 PROJETOS

- Daglie Margaret da Silva Baron
- Ivone Teresinha dos Passos Ortiz
- Mariza Maria Amorim
- Neide Maria Bortolato Mathiola

V. CATEGORIA IV – COORDENADORES PEDAGÓGICOS – 01 PROJETO

- Rosimare Rosa de Souza

2. DA COMISSÃO JULGADORA

2.1 Comporá a Comissão Julgadora dos projetos, os seguintes profissionais:

NOME	ATUAÇÃO	REDE DE ENSINO	CIDADE
Martinha Corrêa da Silva	Educação – COMEN	Municipal	Navegantes
Gislene Rodrigues	Educação	Municipal	Navegantes
Luiza Ramos de Lima Couto	Educação	Municipal	Navegantes
Patricia Duarte Cidral	Educação	Municipal	Navegantes

2.2 Os profissionais convidados e listados no item acima, deverão assinar termo de compromisso, afirmando não ter qualquer grau de parentesco com nenhum dos concorrentes.

3. DA ESCOLHA DOS TRABALHOS

3.1 A Comissão julgadora reunir-se-á no dia 30/09/2015, das 08:00 às 12:00 e das 13:30 às 17:30, na Secretaria Municipal de Educação de Navegantes, para fazer a seleção dos projetos vencedores.

3.2 Os projetos deverão estar de acordo com as determinações do Capítulo III do programa de Revelação de Talentos Docentes.

3.3 A avaliação dos projetos será feita por todos os integrantes da comissão julgadora a partir do preenchimento de uma ficha de avaliação e, em seguida, serão confrontados os dados de todos os integrantes da comissão julgadora e eleitos os vencedores das Categorias I, II, III.

3.4 Os documentos deverão ser assinados por todos os integrantes da Comissão e ficarão arquivados na Secretaria Municipal de Educação de Navegantes;

4 DO RESULTADO FINAL

4.1 O resultado final do programa de Revelação de Talentos Docentes – Edição 2015, será divulgado no dia 16/10/2015, a partir das 20:30 horas, no local Sociedade Recreativa 1º de Maio .

4.2 Todos os concorrentes deverão estar presentes ao local da premiação.

4.3 Na impossibilidade do comparecimento do candidato que concorre ao Prêmio de Revelação de Talentos Docentes – Edição 2015 poderá indicar representante para o recebimento do prêmio através de procuração.

5 DA PREMIAÇÃO

5.1 A Premiação será a seguinte:

I. Menção Honrosa para os 28 projetos concorrentes;

II. Vencedor da Categoria I – Professores Ensino Fundamental – Placa e Tablet;

III. Vencedor da Categoria II – Professores Educação Infantil – Placa e Tablet;

IV. Vencedor da Categoria III – Gestores – Placa e Tablet;

V. Vencedor da Categoria IV – Coordenadores Pedagógicos – Placa e Tablet.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

Nerozilda Pinheiro Ferreira	Roberto Carlos de Souza
Secretária de Educação	Prefeito de Navegantes

FUNDAÇÃO MUNICIPAL DO MEIO AMBIENTE DE NAVEGANTES - FUMAN - EXTRATO DE TERMO DE COMPROMISSO N.º 011/2015

FUNDAÇÃO MUNICIPAL DO MEIO AMBIENTE DE NAVEGANTES - FUMAN

EXTRATO DE TERMO DE COMPROMISSO AMBIENTAL N.º 011/2015.

Síntese do Termo de Compromisso Ambiental que celebram entre si, a Fundação Municipal do Meio Ambiente de Navegantes - FUMAN e a empresa NEWLADS ENGENHARIA LTDA - ME, inscrita no CNPJ n.º 01.820.804/0002-80. Objetivo: visando à adoção de medidas específicas, para a correção do passivo ambiental, por meio do processo de licenciamento ambiental de operação nº 047/048/2012, mediante condicionante de realizar a averbação de compensação ambiental de 7.056,39m² de área; doar a fundação 01 (um) container modificado, conforme especificações, para substituição das edificações de guarda vidas na orla da praia; delimitar com cerca e identificação a área verde de 3.024,20m² no empreendimento; realizar o plantio de 20 (vinte) mudas nativas na área verde do imóvel e apresentar relatório; e realizar no prazo de 30 (trinta) dias a doação de 100 (cem) mudas de árvores nativas a fundação. Vigência do Termo: 90 (noventa) dias a contar da data da assinatura, que se deu em 29 de setembro de 2015, quando deverão estar cumpridas todas as obrigações assumidas pelo Compromissário. Assinaturas: PAULO CELSO MAFRA, Superintendente da Fundação Municipal do Meio Ambiente - Compromitente e a empresa NEWLANDS ENGENHARIA LTDA - ME inscrita no CNPJ n.º 01.820.804/0002-80 representada por Márcio Newlads Furtado de Mendonça, inscrito no CPF n.º 477.***.***-**, como Compromissários. Navegantes, 29 de setembro de 2015.

INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DO MUNICÍPIO DE NAVEGANTES - NAVEGANTESPREV**PORTARIA N.º 035 DE 02 DE OUTUBRO DE 2015**

PORTARIA N.º 035 DE 02 DE OUTUBRO DE 2015.

CONCEDE APOSENTADORIA POR TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO, EM CARÁTER INTEGRAL, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município,

CONSIDERANDO o preenchimento dos pressupostos legais contidos no art. 6, incisos I, II, III e IV da EC nº 41/2003, que regulamenta o Regime Próprio de Previdência Social, e de acordo com o que dispõe a Lei complementar municipal n.º 99/2011, que instituiu o Regime,

RESOLVE:

I Conceder o benefício de Aposentadoria por Tempo de Contribuição, a segurada LILIANE APARECIDA ANACLETO PEREIRA portadora

da cédula de identidade n.º 1.406.541, inscrita no CPF sob o n.º 504.850.089-04, e PIS/PASEP n.º 170.07058.71-8, efetiva no cargo de PROFESSORA, lotada no SUPORTE PEDAGÓGICO EDUCACIONAL INFANTIL, com proventos INTEGRAIS, contidos na planilha de cálculo de proventos, conforme processo administrativo n.º 2015.04.01263, a partir desta data até posterior deliberação.

II Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DO MUNICÍPIO DE NAVEGANTES, 02 DE OUTUBRO DE 2015.

Roberto Carlos de Souza
PREFEITO

Jan Ullrich
DIRETOR PRESIDENTE DO NAVEGANTESPREV

Esta Portaria foi registrada e publicada no Instituto de Previdência Social do Município de Navegantes nesta data.

Navegantes, 02 DE OUTUBRO de 2015.

Jan Ullrich
DIRETOR PRESIDENTE

RETIFICAÇÃO DA PORTARIA N º 003 DE 07 DE DEZEMBRO DE 2012

RETIFICAÇÃO DA PORTARIA N º 003 DE 07 DE DEZEMBRO DE 2012.

Na Portaria n.º 003 de 07 de dezembro de 2012, publicada no DOM/SC em 07 de dezembro de 2012, na edição 1134.

CONCEDE APOSENTADORIA VOLUNTÁRIA POR TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO, EM CARÁTER INTEGRAL, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Onde se lê:

I CONSIDERANDO o preenchimento dos pressupostos legais contidos no art. 6 da EC nº 41/2003, que regulamenta o Regime Próprio de Previdência Social, e de acordo com o que dispõe a lei complementar municipal n.º 99/2011, que instituiu o Regime,

Leia -se;

I CONSIDERANDO o preenchimento dos pressupostos legais contidos no art. 6º, incisos I a IV da Emenda Constitucional nº. 41, de 19 de dezembro de 2003, c/c art. 40, § 5º da Constituição Federal, que regulamenta o Regime Próprio de Previdência Social, e de acordo com o que dispõe a lei complementar municipal n.º 99/2011, que instituiu o Regime,

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DO MUNICÍPIO DE NAVEGANTES, 02 DE OUTUBRO DE 2015.

Roberto Carlos de Souza Jan Ullrich

PREFEITO DIRETOR PRESIDENTE DO NAVEGANTESPREV

Esta Portaria foi registrada e publicada no Instituto de Previdência Social do Município de Navegantes nesta data.

Navegantes, 02 de Outubro de 2015.

Jan Ullrich
DIRETOR PRESIDENTE DO NAVEGANTESPREV

Nova Trento

PREFEITURA

CONTRATO 098/2015

CONTRATO Nº 098/2015

EXECUÇÃO DE SERVIÇOS COM FORNECIMENTO DE MATERIAL, MÃO DE OBRA E EQUIPAMENTOS NECESSÁRIOS PARA REFORMA E AMPLIAÇÃO DA ESCOLA DE ENSINO FUNDAMENTAL PROFESSOR FRANCISCO JOÃO VALLE, BAIRRO TRINTA RÉIS, MUNICÍPIO DE NOVA TRENTO.

Pelo presente instrumento, o MUNICÍPIO DE NOVA TRENTO, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ nº 82.925.025/0001-60, com sede, a Praça Del Comune, 126, Centro, Nova Trento/SC, neste ato representado por seu Prefeito em Exercício Sr. Josemar Guilherme Franzoi, inscrito no CPF nº 646.832.739-34 e pelo Secretário Municipal de Educação Sr. Luiz Carlos Orsi, inscrito no CPF 037.386.459-00, doravante denominado Contratante, e a empresa JV EMPREENDIMENTOS LTDA. ME., inscrita no CNPJ nº 16.978.577/0001-02, estabelecida a Rua Nereu Ramos, 122, Sala 2, cidade de São João Batista/SC, neste ato representada por seu sócio Sr. LUIZ CARLOS HILLESHEIM, inscrito no CPF nº 029.805.239-33, doravante denominada Contratada, resolvem celebrar o presente contrato, em decorrência do Processo Licitatório nº 093/2015, Tomada de Preços nº 009/2015, homologado em 02/10/2015, mediante sujeição mútua à Lei n. 8.666/93, e às seguintes cláusulas contratuais:

Dos documentos

Cláusula primeira. Fazem parte do presente termo, independentemente de transcrição, todos os elementos que compõem o processo de licitação antes nominado, inclusive a proposta apresentada pela Contratada.

Do objeto

Cláusula segunda. – Execução de serviços com fornecimento de material, para reforma e ampliação da Escola de Ensino Fundamental Professor Francisco João Valle, Bairro Trinta Réis, município de Nova Trento/SC, incluindo mão de obra e equipamentos necessários, conforme Termo de Referência (Projeto Básico), planilhas e memorial descritivo.

Da execução dos serviços

Cláusula terceira. Os serviços serão executados de acordo com as condições contidas no processo Licitatório nº 093/2015 – Tomada de Preços nº 009/2015, os anexos integrantes do processo licitatório e a proposta apresentada pela Contratada, que originou o presente contrato, e que esta declara conhecer.

§ 1º Na execução dos serviços serão observados rigorosamente, ainda, os princípios básicos de engenharia, as normas da ABNT e o cronograma físico-financeiro cotado.

§ 2º Antes da execução da obra, será efetuada pela Prefeitura, juntamente com a Contratada, vistoria no local da realização dos serviços, no sentido de acertar os detalhes da execução.

§ 3º Caberá à CONTRATANTE a emissão da "Ordem de Serviço", para o início da execução dos trabalhos.

§ 4º O prazo para conclusão da obra será contado a partir da ciência da Ordem de Serviço, emitida pela PREFEITURA DE NOVA TRENTO.

§ 5º A execução deverá ser rigorosamente de acordo com as especificações e demais elementos técnicos relacionados neste instrumento, sendo que quaisquer alterações somente poderão ser realizadas se apresentadas por escrito, e, da mesma forma, aprovadas pela CONTRATANTE.

§ 6º Caso haja necessidade de serviços complementares, resultantes de modificações previamente aceitas, por escrito, pela Secretaria

Municipal de Transportes, Obras, Serviços Urbanos e Planejamento, estes serão autuados em separado. O pedido deverá ser protocolado no setor de Compras e Licitações do Contratante, de acordo com a proposta inicial, mediante orçamento apresentado ao Contratante.

Da fiscalização

Cláusula quarta. O Contratante exercerá ampla e irrestrita fiscalização na execução dos serviços objeto deste contrato, a qualquer hora, pelo Diretor de Obras, Celso Mitsuyoshi Fujihara, matrícula nº 205, ou por pessoa/empresa contratada pela Contratante, sendo a mesma realizada, individual ou conjuntamente, para todos os efeitos.

§ 1º A fiscalização do Contratante poderá exigir a substituição de qualquer empregado da Contratada, de acordo com o interesse dos serviços.

§ 2º A fiscalização exercida não exclui nem reduz a responsabilidade da Contratada, inclusive de terceiros, por qualquer irregularidade.

§ 3º A fiscalização anotar em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados.

§ 4º A fiscalização atuará desde o início dos trabalhos até o recebimento definitivo da obra.

Da garantia dos materiais, equipamentos e serviços

Cláusula quinta. A Contratada, executado o objeto contratual, responderá pela solidez e segurança dos serviços (mão-de-obra, equipamentos e materiais) empregados na obra, durante o prazo de 5 (cinco) anos, em conformidade com o art. 618 do Código Civil Brasileiro. A fiscalização exercida pelo Contratante não exime a Contratada dessas responsabilidades.

§ 1º Os materiais e equipamentos empregados na obra deverão ser fornecidos pela Contratada, arcando ela com todos os custos de suas aquisições e transporte.

§ 2º Os materiais e equipamentos empregados deverão ser da melhor qualidade (responsabilizando-se a Contratada pela sua procedência), obedecendo as especificações e normas da Associação Brasileira de Normas Técnicas – ABNT.

Das obrigações e responsabilidades

Cláusula sexta. Do Contratante:

I - encaminhar à Contratada cópia do contrato celebrado;

II - assegurar o livre acesso às áreas envolvidas na obra de pessoa(s) credenciada(s) pela Contratada para a execução dos serviços necessários, prestando-lhes os esclarecimentos que eventualmente venham a ser solicitados;

III - empenhar os recursos necessários, garantindo o pagamento das faturas em dia;

IV - encaminhar ao DOM/SC- Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina, o extrato do contrato e de seus aditivos, se ocorrerem, para publicação no DOM/SC- Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina, arcando com as despesas respectivas;

V - Solicitar ART de fiscalização da Obra.

Cláusula sétima. Da Contratada:

I – contatar com a Prefeitura Municipal antes de iniciar os serviços, no sentido de acertar os detalhes da execução;

II – executar o objeto de acordo com a proposta apresentada no processo licitatório, memorial descritivo e planilha orçamentária e quantitativa que declara conhecer;

III – apresentar até o início efetivo dos serviços para o Setor de Compras e Setor de Engenharia, as Anotações de Responsabilidade

Técnica – ART's, do(s) técnico(s) de nível superior responsável(is) pela execução dos serviços, bem como do(s) técnico(s) responsável(is) da(s) subcontratada(s), quitadas;

IV – assumir responsabilidade pela boa execução e eficiência dos serviços que efetuar, pelo fornecimento de equipamentos, materiais, mão-de-obra, pelo cumprimento dos elementos técnicos recebidos, bem como quaisquer danos decorrentes da realização destes serviços, causados a Prefeitura Municipal ou a terceiros;

V – implantar na obra a sinalização de acordo com as normas vigentes;

VI – não subcontratar o total dos serviços, sendo-lhe, porém, permitido fazê-lo parcialmente, continuando a responder, direta e exclusivamente, pela fiel observância das obrigações contratuais;

VII – comunicar da subcontratação à fiscalização da obra, apresentando a relação dos serviços subcontratados e as empresas que irão executá-los;

VIII – especificar no Diário de Obras os serviços inerentes à Contratada e às Subcontratadas, bem como, os respectivos números de empregados de uma e outra;

IX – retirar, após receber a notificação, todo o material rejeitado pela Fiscalização, desmanchar e refazer imediatamente, por sua conta, o serviço que não for aceito, mantendo a obra limpa diariamente;

X – cumprir todas as exigências das Leis e Normas atinentes à Segurança, Higiene e Medicina de Trabalho, fornecendo os adequados equipamentos de proteção individual a todos os que trabalhem ou, por qualquer motivo, que permanecerem na obra;

XI – fornecer ao pessoal da obra (empresa(s) contratada(s) e subcontratada(s)) capacete e distintivo de identificação (chapa) no qual conste o nome ou o símbolo da empresa e o nome e número do operário e sua função. O operário deverá obrigatoriamente usar o capacete e o distintivo, de modo visível, enquanto trabalhar no local da obra, de forma a possibilitar sua segurança e identificação;

XII – providenciar as suas custas a realização de todos os ensaios, verificações e provas de materiais fornecidos e de serviços executados, bem como os reparos que se tornarem necessários para que os trabalhos sejam entregues em perfeitas condições;

XIII – facilitar todas as atividades de fiscalização dos serviços que serão realizadas pelos engenheiros do contratante, fornecendo todas as informações e elementos necessários;

XIV – providenciar, no prazo máximo de 30 (trinta) dias após a assinatura do contrato, o registro da obra no INSS, apresentando para a Seção de Contratos o comprovante da matrícula da obra;

XV – manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, devendo comunicar à Administração, imediatamente, qualquer alteração que possa comprometer a manutenção da obra;

XVI – providenciar, após a assinatura do contrato, o registro da obra no INSS em nome da empresa executora, apresentando para a Divisão de Contratos e Convênios o comprovante de matrícula da obra.

Do crédito

Cláusula oitava. As despesas com a execução deste contrato correrão à conta do orçamento vigente com a seguinte classificação:

Órgão: 04 SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

Unidade: 01 SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

Proj./Ativ.: 1.002 Ampliação da Rede Física do Ensino Fund.

31 4.4.90.00.00.00.00.01.06.000000

Do pagamento

Cláusula nona. Pela prestação de serviços, objeto deste contrato, o Contratante pagará a Contratada, mediante apresentação de nota fiscal, a importância total de R\$ 753.358,42 (Setecentos e cinquenta e três mil, trezentos e cinquenta e oito reais e quarenta e dois centavos).

I – O pagamento far-se-á mensalmente, por etapa efetivamente executada, mediante a apresentação da nota fiscal, de acordo com o cronograma físico-financeiro proposto pela empresa.

II – O pagamento será de acordo com o cronograma físico-financeiro proposto, cabendo ao Contratante, a seu critério exclusivo, proceder o fracionamento da parcela, mediante justificativa circunstanciada.

III – Se ocorrer(em) aditivo(s) que inclua(m) acréscimo de valores e quantidades dos serviços e materiais, a Contratada, se necessário, deverá adequar este(s) aditivo(s) ao cronograma físico-financeiro original, reapresentando-o com as devidas alterações.

a) o novo cronograma físico-financeiro deverá acompanhar a solicitação de aditivo.

IV – Para efeito do cumprimento do art. 31, da Lei n. 8.212, de 27/07/1991, que deu nova redação ao art. 23 da Lei n. 9.711, de 20/11/1998, a Contratada deverá emitir nota fiscal, destacando o valor dos materiais e dos serviços.

V – A Contratada deverá, obrigatoriamente, destacar na nota fiscal, relativo à mão de obra, o valor da retenção em 11% (onze por cento), com o título de "Retenção para Seguridade Social", sob pena de devolução da nota fiscal apresentada.

VI – A Contratada emitirá nota fiscal, acompanhada da documentação prevista na cláusula décima, a partir da liberação da medição pela fiscalização da obra, cabendo ao Contratante efetuar o pagamento em até 10 (dez) dias a partir do aceite, que será dado em prazo não superior a 3 (três) dias contados da data da entrega da fatura.

VII – A retenção para a seguridade social será efetuada com base no valor de mão de obra especificada na planilha orçamentária e cronograma físico-financeiro. Se o valor da mão de obra for inferior a 50% (cinquenta por cento) do total da parcela, fica condicionada a apresentação da GFIP e a declaração de que a Contratada possui escrituração contábil firmada pelo contador e responsável pela empresa, e que os valores ora apresentados, encontram-se devidamente contabilizados. Caso contrário, o valor dos serviços corresponderá, no mínimo, a 50% (cinquenta por cento) do valor bruto da parcela;

VIII – Na hipótese de haver subcontratação, poderão ser deduzidos do valor da retenção os valores comprovadamente recolhidos relativos às retenções dos serviços, devendo ser consignado o valor na nota fiscal como "deduções" e "valor da retenção", desde que todos os documentos envolvidos se refiram a mesma competência e aos mesmos serviços (IN n. 100/2003 - INSS, art. 164);

IX – No caso do não pagamento da nota fiscal ou fatura até o 10 (décimo) dia, por culpa exclusiva do Contratante, será efetuada a atualização monetária do 11 (décimo primeiro) dia até a data da efetiva quitação, reajustando-se o valor com base nos mesmos critérios adotados para a atualização das obrigações tributárias.

Da liberação do pagamento

Cláusula décima. A Contratada deverá encaminhar à Prefeitura o pedido de liberação da parcela. O pagamento ocorrerá após parecer favorável, acompanhado dos Diários de Obra e quando necessário, dos documentos previstos no inciso VII, da cláusula nona, sob pena de prevalecerem os percentuais previstos, nos termos do Título V, da Ordem de Serviço INSS/DRF n. 165/97 de 11-7-97, relativo ao mês imediatamente anterior.

§ 1º Para efeito de pagamento deverão ser encaminhados, caso solicitado, também, a partir da segunda parcela, os comprovantes dos recolhimentos do FGTS do pessoal da obra.

§ 2º A Contratada deverá emitir a nota fiscal, somente quando solicitada pelo Setor de Administração e Finanças da Prefeitura de Nova Trento.

§ 3º A Contratada, deverá apresentar, sempre que solicitada, juntamente com a(s) nota(s) fiscal(ais):

I Certidão Negativa de Débito Municipal de sua sede (matriz ou filial);

II Certificado de Regularidade de Situação – CRS do FGTS;

III Certidão Negativa de Débitos do INSS.

IV Para a liberação da primeira parcela (1ª medição), a licitante vencedora deverá apresentar o Programa de Gerenciamento de Resíduos da Construção Civil – PGRCC.

§ 4º As certidões para comprovação de regularidade só serão

aceitas com prazo de validade determinado no documento ou com data de emissão não superior a cento e oitenta (180) dias.

§ 5º Serão sobrestados os pagamentos, até que a Contratada regularize a situação, nos seguintes casos:

- a) não apresentar a documentação constante do § 3º, ou apresentá-las em desacordo com o estabelecido no § 4º, desta cláusula;
- b) não for apresentada a CEI e a ART dos responsáveis técnicos pela obra;

Da Caução de Garantia de Execução do Contrato

Cláusula décima primeira. A Contratada deverá oferecer a caução de garantia de execução do Contrato na importância de 5% (cinco por cento) do valor global do contrato.

11.1 – A garantia de execução do contrato deverá ser apresentada pela Contratada dentro de 5 (cinco) dias após a assinatura do contrato – sob pena de ter seu contrato rescindido, vindo este prazo.

11.2 - Somente após a comprovação será emitida a Ordem de Serviço.

11.3 – A caução de garantia de execução do Contrato será restituída mediante requerimento da proponente vencedora, após a expedição do Termo de Recebimento Definitivo das Obras e Serviços. Em caso de rescisão do Contrato ou de interrupção dos serviços, não será devolvido o valor da CAUÇÃO DO CONTRATO, a menos que a rescisão ou paralisação decorra por culpa da Administração, nos termos da legislação vigente.

Do reajuste

Cláusula décima segunda. Os valores das parcelas de cada etapa, serão reajustados, após o decurso de um (1) ano, contados a partir da data limite da apresentação proposta, pelo INCC-1 (Índice Nacional Construção Civil menos um (1) mês), col. 35, divulgado pela Fundação Getúlio Vargas –FGV.

Parágrafo único. Os serviços e materiais previstos na(s) etapa(s) que ultrapassar(em) o período de um (1) ano, em desacordo com o cronograma físico-financeiro, somente será(ão) reajustado(s) se o atraso não for decorrente de responsabilidade da contratada.

Dos prazos

Cláusula décima terceira. Caberá à Contratada cumprir os seguintes prazos:

I - de execução da obra: 180 (cento e oitenta) dias, contados a partir da ciência "Ordem de Serviço", emitida pela Diretoria de Obras;

II – de início da obra e da apresentação da ART: até 5 (cinco) dias úteis após a ciência, pela Contratada, da "Ordem de Serviços" emitida pelo Setor competente;

III – da apresentação do registro da obra no INSS, perante o Contratante: 30 (trinta) dias, contado da assinatura do contrato;

IV - da retirada do material rejeitado pelo Contratante: 2 (dois) dias úteis;

V - da substituição de empregado rejeitado pelo Contratante: 24 (vinte e quatro horas) após a solicitação;

VI - quando da prorrogação do prazo de execução: o pedido deverá dar entrada no Setor de Compras e Licitações com, no mínimo, 15 (quinze) dias úteis antes do término do contrato, com justificativa circunstanciada.

VII - da expedição do Termo de Recebimento Definitivo da Obra: não superior a 90 (noventa) dias, a partir do Recebimento Provisório.

Parágrafo único. Os atrasos na execução dos serviços, nos prazos de início e conclusão, somente serão justificáveis quando decorrerem de casos fortuitos, de força maior ou de fatos de responsabilidade do Contratante, desde que comprovados na época oportuna, dentro da vigência do prazo contratual.

Do recebimento da obra

Cláusula décima quarta. A obra será recebida, após a assinatura dos termos de recebimento provisório e definitivo, em conformidade com o estabelecido no art. 73, da Lei n. 8.666/93:

I – Recebimento Provisório: concluída a obra, será promovido seu recebimento provisório pela fiscalização do Contratante, mediante

termo circunstanciado, assinado pelas partes.

II – Recebimento Definitivo: O recebimento definitivo da obra será promovido, pela fiscalização do Contratante, em até noventa (90) dias contados da data do recebimento provisório e após vistoria que verifique e comprove a adequação do objeto aos termos contratuais.

Parágrafo único. A Contratada deverá, obrigatoriamente, apresentar os seguintes documentos:

a) certidão negativa de débito – CND obtida perante o INSS, da obra (CEI);

b) certificado de regularidade de situação – CRS do FGTS.

Da inexecução e da rescisão

Cláusula décima quinta. A inexecução total ou parcial do contrato enseja a sua rescisão com as consequências contratuais e as previstas em lei, com fulcro no Capítulo III, Seção V, da Lei n. 8.666, de 21-6-93, nos seguintes casos:

I - por ato unilateral e escrito do Contratante, e nos casos previstos nos incisos I a XII e XVII do artigo 78 da Lei Federal n. 8.666/93;

II – amigavelmente, por acordo das partes mediante formalização de aviso prévio com antecedência mínima de 30 (trinta) dias, não cabendo indenização a qualquer uma das partes, resguardado o interesse público;

III - judicialmente nos termos da legislação vigente.

§ 1º O descumprimento, por parte da Contratada, de suas obrigações legais e/ou contratuais, assegura ao Contratante o direito de rescindir o contrato a qualquer tempo, independente de aviso, interpelação judicial e/ou extrajudicial.

§ 2º A rescisão do contrato, nas condições do parágrafo anterior, sujeita a Contratada à multa rescisória de 10% (dez por cento) sobre o valor total do contrato, ou sobre o saldo do contrato existente na data da rescisão, conforme o caso, independentemente de outras multas aplicadas à Contratada por infrações anteriores, após regular processo administrativo.

Das sanções administrativas

Cláusula décima sexta. As sanções administrativas serão: multa, advertência, suspensão temporária de participação em licitação, impedimento de licitar com a administração por prazo não superior a 02 (dois) anos e declaração de inidoneidade, com fulcro no Capítulo IV, Seção II, da Lei n. 8.666 de 21-6-93.

§ 1º Serão cobradas as seguintes multas:

I - 0,2% (dois décimos por cento) sobre o valor total do contrato, para cada dia de atraso no início da execução da obra, até o limite de 10 (dez) dias. Decorrido este prazo, sem que ocorra início da obra, por culpa exclusiva da Contratada, iniciar-se-á o processo de rescisão contratual;

II - 0,2% (dois décimos por cento) ao dia, sobre o valor da parcela, pelo descumprimento de cada uma das obrigações determinadas na cláusula sétima, sem prejuízo de outras sanções, até o limite de 10% (dez por cento) sobre o saldo do contrato;

III - 0,2% (dois décimos por cento) para cada dia que exceda o prazo contratual, até o limite de 10% (dez por cento) sobre o valor do saldo do contrato. Após 20 (vinte) dias, sem que ocorra o Recebimento Provisório da obra, caracterizado por culpa exclusiva da Contratada, iniciar-se-á o processo de rescisão contratual.

§ 2º Os prazos de recolhimento das multas previstas no § 1º desta cláusula serão:

a) Inciso I: quando do pagamento da primeira fatura. A critério exclusivo do CONTRATANTE, poderá ser devolvida ao final do contrato, se o Recebimento Provisório ocorrer dentro do prazo estabelecido;

b) Inciso II: quando do pagamento da fatura correspondente.

§ 3º A penalidade de advertência será aplicada a critério do Contratante, sempre por escrito, quando verificadas pequenas irregularidades para as quais tenha concorrido, causando ou não dano ao Contratante ou a terceiros.

§ 4º A penalidade de suspensão temporária de participar em licitações será aplicada nos seguintes casos:

I - deixar de entregar ou apresentar documentação falsa;
 II - ensejar o retardamento da execução da obra;
 III - não manter a proposta;
 IV - falhar ou fraudar na execução do contrato;
 V - comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal
 § 5º As penalidades poderão ser aplicadas isoladas ou cumulativamente, nos termos do art. 87 da Lei n. 8.666, de 21 de junho de 1993.

§ 6º Na aplicação das penalidades acima serão admitidos os recursos previstos em lei, cabendo o contraditório e a ampla defesa. Dos encargos
 Cláusula décima sétima. As despesas, decorrentes de encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais, resultantes da sua execução, ficarão a cargo da Contratada, bem como a correta aplicação da legislação atinente à segurança, higiene e medicina do trabalho.

Da alteração do contrato

Cláusula décima oitava. A alteração de qualquer das disposições estabelecidas neste contrato, somente se reputará válida, se tomada nos termos da lei, e expressamente em termo aditivo, que ao presente se aderirá, passando a dele fazer parte.

Da legislação aplicável e dos casos omissos

Cláusula décima nona. O presente contrato rege-se pelas disposições expressas na Lei n. 8.666, de 21/06/1993, e pelos preceitos de direito público, aplicando-se-lhe supletivamente os princípios da teoria geral dos contratos e as disposições de direito privado. Parágrafo único. Os casos omissos serão resolvidos à luz da referida lei, recorrendo-se à analogia, aos costumes e aos princípios gerais do direito.

Da auditoria

Cláusula vigésima. O Contratante poderá designar técnicos para procederem auditoria concernente aos encargos previdenciários pertinentes aos empregados, bem como, solicitar a fiscalização por parte do INSS.

Do foro

Cláusula vigésima primeira. Fica eleito o Foro da comarca de São João Batista/SC, com renúncia expressa de qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para nele serem dirimidas dúvidas e questões oriundas do presente contrato.
 E, por estarem acordes, as partes assinam este instrumento em 3 (três) vias de igual forma e teor.

Nova Trento, 02 de outubro de 2015.

Josemar Guilherme Franzoi Prefeito em Exercício Contratante	JV Empreendimentos Ltda. ME. Contratada
---	--

Luiz Carlos Orsi
Secretário Municipal de Educação

TESTEMUNHAS:

1) _____ Nome: Cátia Maria Búrigo CPF: 576.333.559.72	2) _____ Nome: Lorena Polli CPF: 100.216.819-88
---	---

DECRETO Nº 199/2015 - NOMEIA APROVADOS EM CONCURSO PÚBLICO 002/2015

DECRETO Nº 199, de 01 de outubro de 2015.

NOMEIA SERVIDORES APROVADOS EM CONCURSO PÚBLICO.

JOSEMAR GUILHERME FRANZOI, Prefeito Municipal de Nova Trento, em exercício, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com a autorização que lhe confere o art. 94, inciso VIII, da Lei Orgânica do Município de Nova Trento, combinado com o disposto nos artigos 17 e 18, da Lei Municipal nº 1.207, de 30 de agosto de 1992, resolve:

Art. 1º - NOMEAR para os cargos abaixo indicados, os aprovados no concurso público realizado no exercício de 2015, Edital nº 002/2015:

NOME	CARGO	CARGA HORÁRIA
Jacqueline Isabela R. L. Andriolli	Assistente Social	30 horas semanais
Mônica Amorim	Psicólogo(a)	40 horas semanais
Raissa Fernanda Colares de Novoa	Psicólogo(a)	40 horas semanais
Samanta Lazzarotto Franzoi	Psicólogo(a)	40 horas semanais

Art. 2º - Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Nova Trento, 01 de outubro de 2015.

Josemar Guilherme Franzoi
Prefeito Municipal, em exercício.

Registrado o presente Decreto nesta Prefeitura e publicado no Diário Oficial dos Municípios – DOM/SC.

Valdemir Luiz Quaiatto
Secretário Municipal de Administração e Finanças

DECRETO Nº 200/2015 - CONVOCA APROVADOS NO CONCURSO PÚBLICO Nº 002-2015

DECRETO nº 200/2015

convoca os aprovados no CONCURSO PÚBLICO 002/2015 – DÉCIMA QUARTA CHAMADA, que nomina para comparecimento E apresentação de documentação junto AO SETOR DE RECURSOS humanos, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE NOVA TRENTO, em exercício, JOSEMAR GUILHERME FRANZOI, no uso de suas atribuições legais, conferidas pelo art. 30, I da CF; art. 11, VI, VII e IX, e art. 94, VII, da Lei Orgânica do Município de Nova Trento, e demais dispositivos legais pertinentes:

DECRETA:

Art. 1º - Ficam convocados os candidatos classificados nominados no Anexo I, do presente Decreto para comparecerem ao Setor de Recursos Humanos, do dia 02 de outubro 2015 a 19 de outubro de 2015, munidos da documentação abaixo relacionada, observados o grau de instrução dos respectivos cargos:

I – 01 (uma) foto 3/4;

II – Cópia da Carteira de Identidade;

III – Cópia do CPF;

IV – Cópia da CNH (Carteira Nacional de Habilitação) de acordo com a categoria exigida, se for o caso;

V – Cópia do Título Eleitoral;

VI – Cópia da Carteira de Trabalho e Previdência Social;

VII – Cópia atualizada da Certidão de Casamento ou Atestado de Óbito (se for o caso);

VIII – Cópia atualizada da Certidão de Nascimento dos filhos

menores de 21 anos;
 IX – Cópia Comprovante de Residência;
 X – Comprovação de aptidão física e mental para o exercício da função, demonstrada por atestado médico de saúde, fornecido por médico, homologado pela junta médica oficial do município, após a apreciação dos exames e demais documentos (Anexo II);
 XI – Certidão negativa da Justiça Eleitoral comprovando sua regularidade;
 XII – Estar quite com o Serviço Militar Obrigatório, se for o caso;
 XIII – Cópia autenticada do Diploma de Curso Superior (Graduação/Pós-Graduação/Mestrado) em conformidade com área que irá atuar, se for o caso;
 XIV – Cópia autenticada do Diploma Escolar (Ensino Fundamental/Médio/Curso Técnico), se for o caso;
 XV – Cópia do comprovante de Registro do Órgão de Classe, se for o caso;
 XVI – Inscrição no PIS/PASEP;
 XVII – Certidão negativa de antecedentes criminais, fornecida pelos Cartórios Judiciais Federal, Estadual ou distrital do domicílio do candidato, expedida, há no máximo 6 (seis) meses, ou dentro do prazo de validade do documento;
 XVIII – Declaração de bens; Declaração de acúmulos ou não de cargos; e Declaração de penalidade disciplinar (retirar no setor de Recursos Humanos desta Prefeitura);
 XIX – Declaração de desistência a vaga do cargo no qual foi nomeado (a), se for o caso (Anexo II).
 Art. 2º - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.
 Art. 3º - Registre-se e publique-se na forma da Lei.

Nova Trento/SC, 01 de outubro de 2015.

JOSEMAR GUILHERME FRANZOI

Prefeito Municipal, em exercício.

VALDEMIR LUIZ QUAIATTO

Secretário Municipal de Administração e Finanças

ANEXO I

(Decreto nº 200/2015)

CARGO: FARMACÊUTICO(A)

Classificação	Nº da Inscrição	Nome completo
3º	748	Eduarda Souza Lodetti

ANEXO II – DECLARAÇÃO DE DESISTÊNCIA

(Decreto nº 200/2015)

Ilmo. Senhor

Josemar Guilherme Franzoi

Prefeito Municipal, em exercício.

Prefeitura Municipal de Nova Trento - SC

DECLARAÇÃO DE DESISTÊNCIA

Eu,, portador (a) do
 RG nº e CPF nº
, Candidato (a) naª posição do Concurso Público - Edital nº 002/2015, inscrição nº, para o cargo de, pela Prefeitura Municipal de Nova Trento, venho, pela presente, declarar minha DESISTÊNCIA à vaga do referido cargo, no qual fui Nomeado(a) pelo Decreto nº, publicado no Diário Oficial dos Municípios de/...../.....

Nova Trento, de de 2015 .

Assinatura

PROCESSO 103/2015 - CONCORRÊNCIA 002/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA DE NOVA TRENTO

Processo Licitatório nº 103/2015 – Concorrência nº 002/2015 – SRP 033

Objeto: O objeto desta licitação é o REGISTRO DE PREÇOS para aquisição parcelada de MATERIAIS ODONTOLÓGICOS, para Manutenção do Fundo Municipal de Saúde de Nova Trento, para fornecimento conforme a necessidade, conforme quantidades e especificações constantes do anexo I que integra o presente edital.

Julgamento: Menor Preço por Item. Entrega dos envelopes: 05/11/2015 até as 9:30 horas. Abertura: 05/11/2015 as 9:30 horas. Retirada do Edital e outras informações: Praça del Comune, 126, Centro, Fone: 48.32673213 e 48.32673211 – site: www.novatreto.sc.gov.br; compras@novatreto.sc.gov.br

Josemar Guilherme Franzoi

Prefeito Em Exercício

PROCESSO 105/2015 - PREGÃO PRESENCIAL 068/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA DE NOVA TRENTO

Processo Licitatório nº 105/2015 – Pregão Presencial nº 068/2015 – SRP 034

Objeto: Registro de Preços para contratação de empresa especializada na prestação de serviços de elaboração de Projetos de Engenharia e Arquitetura, tais como: Confecção de Desenhos, Especificações Técnicas, Memoriais Descritivos, Orçamentos, Cronogramas, Medição, Demarcação, Levantamento Topográfico e Confecção de Plantas e Perfis, com a finalidade de planejamento e produção de material técnico para a realização de construções, Reformas, Ampliações, Adequações nos Imóveis, Pavimentações e Drenagens no Município de Nova Trento.

Julgamento: Menor Preço por Lote. Entrega dos envelopes: 20/10/2015 até as 09:30 horas. Abertura: 20/10/2015 as 09:30 horas

Retirada do Edital e outras informações: Praça del Comune, 126, Centro, Fone: 48.32673213 e 48.32673211 – site: www.novatreto.sc.gov.br; compras@novatreto.sc.gov.br

Josemar Guilherme Franzoi

Prefeito em Exercício

Novo Horizonte

PREFEITURA

4º TERMO ADITIVO AO CONTRATO AD. 02-2014

MUNICÍPIO DE NOVO HORIZONTE

CÂMARA MUNICIPAL DE VEREDORES DE NOVO HORIZONTE

EXTRATO DE TERMO ADITIVO

4º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº. 02/2014

CONTRATANTE: Câmara Municipal de Vereadores de Novo Horizonte

CONTRATATO : Visoli Construtora LTDA EPP

O prazo de vigência e execução do Contrato fica prorrogado pelo lapso de 30 (trinta dias), a contar da assinatura deste termo aditivo, ou seja, de 25/09/2015 a 25/10/2015.

Novo Horizonte-SC, 25 de setembro de 2015

José Ivanir Dallanora

Presidente

EXTRATO TA 08 AO CONTRATO 02-2012 CÂMARA

TERMO ADITIVO Nº. 8º AO CONTRATO ADMINISTRATIVO 02/2012

8º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº. 02/2012,

QUE ENTRE SI CELEBRAM A CÂMARA

MUNICIPAL DE VEREADORES DE NOVO

HORIZONTE E A EMPRESA MPA ENGENHARIA LTDA.

Pelo presente Termo, de um lado a Câmara Municipal de Novo Horizonte, inscrita no CNPJ sob o nº 08.608.488./001-46, neste ato representada por seu Presidente Sr. José Ivanir Dallanora, portador da cédula de identidade nº 3.529.817-9 SSP/SC e inscrito no CPF sob nº 016.673.319-9, e de outro lado MP A Engenharia Ltda, pessoa jurídica de direito privado, CNPJ 09.507.992/0001-12 situado Rua Coronel Bertaso, nº 1.081, Sala 02-B, Centro, São Lourenço do Oeste, SC, neste ato representado pelo Sr. Marcio Nierotka, CPF: 030.932.579-05, resolvem:

CONSIDERANDO que o referido contrato, em sua cláusula terceira, item 3.2 prevê a sua execução durante a execução da obra e conforme cronograma físico financeiro aprovado no item "a";

CONSIDERANDO a necessidade do responsável técnico realizar a vistoria, fiscalização e medição final da obra;

Têm entre si, a celebração do sétimo Termo Aditivo ao contrato nº 02/2012, em conformidade com o disposto no art. 65, inciso II, alínea "d", da Lei Federal nº 8.666/93, sob as cláusulas e condições a seguir:

Cláusula Primeira - DA VIGÊNCIA

O prazo Contratual fica prorrogado por mais 1 (um) mês, com término em 25/10/2015.

Cláusula Segunda - DAS DEMAIS CLÁUSULAS

As demais cláusulas e condições do contrato ora aditado permanecem em vigor.

E por estarem acordados, assinam o presente Termo, em duas vias de igual teor, juntamente com as testemunhas abaixo, obrigando seus sucessores legais, a cumpri-lo mutuamente.

Novo Horizonte, 25 de setembro de 2015.

José Ivanir Dallanora

Presidente da Câmara de Vereadores

Marcio Nierotka

MPA ENGENHARIA LTDA

Nome: Lourdes de Macêdo

CPF nº 814.556.709-72

Nome: Jorge Alexandre Cristani

CPF nº 058.429.609-66

Otacílio Costa

PREFEITURA

LEI Nº 2.322 - ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR POR CONTA DE ANULAÇÃO DE DOTAÇÃO NO ORÇAMENTO DE 2015 DO MUNICÍPIO DE OTACÍLIO COSTA.

LEI Nº 2.322/2015

Abre crédito Suplementar por conta de Anulação de Dotação no Orçamento de 2015 do Município de Otacílio Costa.

O PREFEITO DE OTACÍLIO COSTA, Estado de Santa Catarina, no uso da competência que lhe é atribuída pelo art. 86, inciso V, da Lei Orgânica Municipal, faz saber que a Câmara de Vereadores aprovou, pelo que sanciona a presente

LEI:

Art. 1º. Fica aberto crédito adicional suplementar para a diversas secretarias da Prefeitura de Otacílio Costa, no orçamento de 2015, no valor de R\$ 2.180.700,00 (dois milhões, cento e oitenta mil e setecentos reais), nas seguintes consignações orçamentárias:

Órgão: 03 – SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

Unidade –01 – SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

Projeto/atividade 2.010– Manutenção das atividades da Secretaria de Administração

Elemento –(09) 3.1.90.00.00.00.01.0000 R\$ 345.000,00

Elemento –(10) 3.1.91.00.00.00.01.0000 R\$ 38.700,00

Elemento –(11) 3.3.90.00.00.00.01.0000 R\$ 150.000,00

Órgão: 04 – SECRETARIA DE FINANÇAS

Unidade –01 – SECRETARIA DE FINANÇAS

Projeto/atividade 2.013– Manutenção das atividades da Secretaria de Finanças

Elemento –(17) 3.1.91.00.00.00.01.0000 R\$ 2.000,00

Elemento –(18) 3.3.50.00.00.00.01.0000 R\$ 45.000,00

Elemento –(19) 3.3.90.00.00.00.01.0000 R\$ 50.000,00

Órgão: 05 – SECRETARIA DE EDUCAÇÃO

Unidade –01 – SECRETARIA DE EDUCAÇÃO

Projeto/atividade 2.018– Manutenção do Ensino Fundamental

Elemento –(29) 3.3.90.00.00.00.01.0001 R\$ 150.000,00

Projeto/atividade 2.063– Manutenção das Atividades de Educação para Adultos

Elemento –(53) 3.1.90.00.00.00.01.0000 R\$ 29.000,00

Unidade –03 – FUNDEB

Projeto/atividade 2.046– Manutenção FUNDEB - Fundamental

Elemento –(59) 3.1.90.00.00.00.01.00018 R\$ 100.000,00

Projeto/atividade 2.093– Manutenção FUNDEB - Infantil

Elemento –(62) 3.1.90.00.00.00.01.00018 R\$ 300.000,00

Órgão: 06 – SECRETARIA DE TRANSP. OBRAS E SERVIÇOS URBANOS

Unidade –01 – SECRETARIA DE TRANSP. OBRAS E SERVIÇOS URBANOS

Projeto/atividade 2.019– Manutenção Secretaria de Transp. Obras e Serv. Urbanos

Elemento –(74) 3.1.90.00.00.00.01.0000 R\$ 145.000,00

Elemento –(76) 3.3.90.00.00.00.01.0000 R\$ 300.000,00

Elemento –(135) 3.3.90.00.00.00.01.0161 R\$ 100.000,00

Órgão: 07 – SECRETARIA DE AGRICULTURA, ABAST. E EQUICULTURA

Unidade –01 – SECRETARIA DE AGRICULTURA, ABAST. E EQUICULTURA

Projeto/atividade 2.017– Manutenção da Patrulha Agrícola Mecanizada

Elemento –(100) 3.3.90.00.00.00.01.0000 R\$ 100.000,00

Órgão: 08 – SECRETARIA DE PLANEJAMENTO

Unidade –01 – SECRETARIA DE PLANEJAMENTO

Projeto/atividade 2.009– Manutenção da Secretaria de Planejamento

Elemento –(105) 3.1.90.00.00.00.01.0000 R\$ 38.000,00

Elemento –(107) 3.3.90.00.00.00.01.0000 R\$ 100.000,00

Órgão: 10 – SECRETARIA DE MEIO AMBIENTE E SERVIÇOS URBANOS

Unidade –01 – SECRETARIA DE MEIO AMBIENTE E SERVIÇOS URBANOS Projeto/atividade 2.016– Manutenção da Secretaria de Meio Ambiente

Elemento –(110) 3.1.90.00.00.00.01.0000 R\$ 12.000,00

Elemento –(112) 3.3.90.00.00.00.01.0000 R\$ 150.000,00

Órgão: 19 – FUNREBOM – FUNDO RREQ. CORPO DE BOMBEIROS

Unidade –01 – FUNREBOM – FUNDO RREQ. CORPO DE BOMBEIROS Projeto/atividade 2.039– Manutenção do Corpo de Bombeiros de Otacílio Costa

Elemento –(129) 3.1.90.00.00.00.01.0000 R\$ 26.000,00

Total de Suplementações R\$ 2.180.700,00

Art. 2º. Para atendimento da suplementação de que trata o art. 1º serão utilizados recursos provenientes de anulação de dotações do orçamento de 2015 do Município de Otacílio Costa, nas seguintes consignações orçamentárias:

Entidade: 04– SECRETARIA FINANÇAS

Unidade –01 – SECRETARIA DE FINANÇAS

Projeto/atividade 1.039– Progr. Modernização da Administração Tributária - PMAT.

Elemento –(14) 4.4.90.00.00.00.01.0032 R\$ 274.950,00

Entidade: 05– SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA

Unidade –01 – SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA

Projeto/atividade 1.004– Construção, ampliação e reforma de Escolas de Educação Infantil.

Elemento –(44) 4.4.90.00.00.00.01.0032
..... R\$ 180.000,00
Elemento –(45) 4.4.90.00.00.00.01.0001
..... R\$ 20.000,00

Projeto/atividade 1.026– Construção, ampliação e reforma de Unidades de Ensino

Elemento –(23) 4.4.90.00.00.00.01.0032
..... R\$ 1.160.250,00
Elemento –(24) 4.4.90.00.00.00.01.0001
..... R\$ 200.000,00

Projeto/atividade 1.034– Aquisição e Indenização de Imóveis para Construção

Elemento –(25) 4.4.90.00.00.00.01.0001
..... R\$ 60.000,00

Projeto/atividade 2.054– Manutenção da Educação Infantil

Elemento –(46) 3.1.90.00.00.00.01.0001
..... R\$ 60.000,00

Projeto/atividade 2.088– Manutenção de Atividades de Apoio a Universidade - UAB

Elemento –(40) 3.1.90.00.00.00.01.0000
..... R\$ 40.000,00
Elemento –(41) 3.1.91.00.00.00.01.0000
..... R\$ 10.000,00

Órgão: 07 – SECRETARIA DE AGRICULTURA, ABAST. E EQUICULTURA

Unidade –01 – SECRETARIA DE AGRICULTURA, ABAST. E EQUICULTURA

Projeto/atividade 1.011– Reequipar a Patrulha Agrícola Mecanizada

Elemento –(97) 4.4.90.00.00.00.01.0034
..... R\$ 64.000,00

Órgão: 07 – SECRETARIA DE AGRICULTURA, ABAST. E EQUICULTURA

Unidade –01 – SECRETARIA DE AGRICULTURA, ABAST. E EQUICULTURA

Projeto/atividade 2.017– Manutenção da Patrulha Agrícola Mecanizada

Elemento –(98) 3.1.90.00.00.00.01.0000
..... R\$ 25.000,00
Elemento –(99) 3.1.91.00.00.00.01.0000
..... R\$ 16.500,00

Órgão: 11 – SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO ECONOMICO

Unidade –01 – SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO ECONOMICO

Projeto/atividade 2.014– Manutenção Secretaria de Indústria e Comércio

Elemento –(119) 3.1.90.00.00.00.01.0000
..... R\$ 34.000,00
Elemento –(120) 3.1.91.00.00.00.01.0000
..... R\$ 18.000,00

Órgão: 13 – SECRETARIA DE HABITAÇÃO E CAPTAÇÃO DE RECURSOS

Unidade –01 – SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO ECONOMICO

Projeto/atividade 2.020– Manut. Secretaria de Habitação e Captação de Recursos

Elemento –(123) 3.1.90.00.00.00.01.0000
..... R\$ 18.000,00

Total de Anulações
..... R\$ 2.180.700,00

Art. 3º. Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Revogam-se as disposições em sentido contrário.

Otacílio Costa, 15 de setembro de 2015.

LUIZ CARLOS XAVIER

Prefeito

Registrada e publicada (*) a presente Lei na forma do art. 110, da Lei Orgânica Municipal. Dou fé.

Otacílio Costa, 15 de setembro de 2015.

LUIZ DONISETTE VALENTE

Chefe de Gabinete do Prefeito

(*) O presente texto legal está disponível no site: www.leismunicipais.com.br

Ouro Verde

PREFEITURA

0038/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICIPIO DE OURO VERDE

AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL Nº. 0038/2015 O Município de Ouro Verde, leva ao conhecimento dos interessados que fará realizar licitação na modalidade Pregão Presencial. Objeto: Contratação de empresa especializada para aquisição de peças e serviço de mão de obra para manutenção do Trator de pneu 5700 abrir caixa e trocar bomba hidráulica. Conforme edital e anexo. Entrega dos Envelopes: Até as 09h00min do dia 16 de outubro de 2015. Credenciamento, sessão de lances e Habilitação: Às 09h05min do dia 16 de outubro de 2015. Mais Informações: Setor de licitações da Prefeitura Municipal de Ouro Verde, na Rua João Maria Conrado, nº. 425, ou pelo site www.ouroverde.sc.gov.br, fone (49) 3447-0007. Ouro Verde (SC), 02 de outubro de 2015. Rosane Minetto Selig. Prefeita Municipal.

Palhoça

PREFEITURA

ATA COM O RESULTADO PARA A FASE DE HABILITAÇÃO DA TOMADA DE PREÇOS Nº118/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE PALHOÇA

RESUMO DE JULGAMENTO

PROCESSO LICITATÓRIO TOMADA DE PREÇOS Nº118/2015

A Prefeitura Municipal de Palhoça torna público para fins de intimação e conhecimento dos interessados, o resultado do julgamento dos Documentos de Habilitação apresentados para o PROCESSO LICITATÓRIO Nº118/2015, na modalidade TOMADA DE PREÇOS, que tem como objeto a contratação de empresa especializada para execução de Drenagem da Rua José Silveira de Souza e Rua 31 de Março, Bairro Ponte de Imaruim [Lote 1]; Drenagem da Servidão Adelino Martins, Rua União e Rua Vidal, Bairro Bela Vista [Lote 2]; Drenagem da Rua Manoel Cândido Ferreira e Rua Comandante Osni Schutel Furtado – trecho 1, Bairro Praia de Fora [Lote 3]; Drenagem da Rua Morro dos Quadros – trecho 1, Bairro Guarda do Cubatão [Lote 4], neste Município, incluindo mão de obra com fornecimento de todo material, de acordo com as especificações contidas nos anexos.

EMPRESAS HABILITADAS:

TERRAPLEIN LTDA ME

MAURICIO SAVULSKI DE MATOS ME

EMPREITEIRA PAVICON LTDA

ECCL EMP. DE MÃO DE OBRA NA CONS. CIVIL LTDA EPP

CONSTRUTORA TS LTDA

E.S.E CONSTRUÇÕES LTDA

STANDARD CONSTRUÇÕES LTDA ME

SATÉLITE CONSTRUÇÕES E ENGENHARIA LTDA EPP

Palhoça, 01 de Outubro de 2015.

CAMILO NAZARENO PAGANI MARTINS

Prefeito

ATA DE JULGAMENTO DAS PROPOSTAS APRESENTADAS PARA A TOMADA DE PREÇOS Nº126/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE PALHOÇA

RESUMO DE JULGAMENTO

PROCESSO LICITATÓRIO TOMADA DE PREÇOS Nº126/2015

A Prefeitura Municipal de Palhoça torna público para fins de intimação e conhecimento dos interessados, o resultado do julgamento das Propostas de Preços apresentadas para o PROCESSO LICITATÓRIO Nº 126/2015, na modalidade TOMADA DE PREÇOS, que tem como objeto a contratação de empresa especializada para execução de reforma do Sistema de Esgotamento Sanitário, localizado no bairro Caminho Novo, neste Município, de acordo com as especificações contidas nos anexos.

CLASSIFICAÇÃO DAS EMPRESAS:

A empresa NCM CONSTRUÇÕES LTDA ME VENCEU o certame com proposta no valor de R\$655.780,52 (seiscentos e cinquenta e cinco mil, setecentos e oitenta reais e cinquenta e dois centavos).

Palhoça, 02 de Outubro de 2015.

CAMILO NAZARENO PAGANI MARTINS

Prefeito

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N.º093/2015

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇO

ESTADO DE SANTA CATARINA

FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE PALHOÇA

ATA Nº 093/2015 do PREGÃO Nº 072/2015 – Partes: MUNICÍPIO DE PALHOÇA e empresa MABONI PROMOÇÕES EVENTOS E TURISMO LTDA. OBJETO: Aquisição de “coffe break” para as festas e comemorações do dia internacional da pessoa idosa, formatura dos cursos do PRONATEC e atividades de capacitações da Secretaria de Assistência Social e seus Programas (CRAS, CREAS, SCFV, CMAS E IGD), através de registro de preços. VALOR: R\$ 165.780,00 (cento e sessenta e cinco mil e setecentos e oitenta reais). DATA: 18/06/2015 A 17/06/2016. Mantêm-se os preços inalterados.

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N.º094/2015

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇO

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE PALHOÇA

ATA Nº 094/2015 do PREGÃO Nº 069/2015 – Partes: MUNICÍPIO DE PALHOÇA e empresa TRACTON INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA - EPP. OBJETO: Aquisição de uniformes e material esportivo para ser distribuídos as equipes de competição e projetos sociais do Município de Palhoça, através de registro de preços. VALOR: R\$ 172.080,00 (cento e setenta e dois mil e oitenta reais). DATA: 25/06/2015 A 24/06/2016. Mantêm-se os preços inalterados.

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N.º095/2015

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇO

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE PALHOÇA

ATA Nº 095/2015 do PREGÃO Nº 069/2015 – Partes: MUNICÍPIO DE PALHOÇA e empresa A B I COMÉRCIO DE CONFECÇÕES LTDA ME. OBJETO: Aquisição de uniformes e material esportivo para ser distribuídos as equipes de competição e projetos sociais do Município de Palhoça, através de registro de preços. VALOR: R\$ 48.579,00 (quarenta e oito mil e quinhentos e setenta e nove reais). DATA: 25/06/2015 A 24/06/2016. Mantêm-se os preços inalterados.

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N.º096/2015

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇO

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE PALHOÇA

ATA Nº 096/2015 do PREGÃO Nº 069/2015 – Partes: MUNICÍPIO DE PALHOÇA e empresa ZERMIANI COMÉRCIO DE ARTIGOS ESPORTIVOS LTDA ME. OBJETO: Aquisição de uniformes e material esportivo para ser distribuídos as equipes de competição e projetos sociais do Município de Palhoça, através de registro de preços. VALOR: R\$ 17.830,00 (dezessete mil e oitocentos e trinta reais). DATA: 25/06/2015 A 24/06/2016. Mantêm-se os preços inalterados.

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N.º097/2015

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇO

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE PALHOÇA

ATA Nº 097/2015 do PREGÃO Nº 069/2015 – Partes: MUNICÍPIO DE PALHOÇA e empresa MARLI VATERKEMPER FERNANDES ME. OBJETO: Aquisição de uniformes e material esportivo para ser distribuídos as equipes de competição e projetos sociais do Município de Palhoça, através de registro de preços. VALOR: R\$97.500,00 (noventa e sete mil e quinhentos reais). DATA: 25/06/2015 A 24/06/2016. Mantêm-se os preços inalterados.

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N.º098/2015

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇO

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE PALHOÇA

ATA Nº 098/2015 do PREGÃO Nº 069/2015 – Partes: MUNICÍPIO DE PALHOÇA e empresa CENTRAL DOS UNIFORMES LTDA ME. OBJETO: Aquisição de uniformes e material esportivo para ser distribuídos as equipes de competição e projetos sociais do Município de Palhoça, através de registro de preços. VALOR: R\$29.200,00 (vinte e nove mil e duzentos reais). DATA: 25/06/2015 A 24/06/2016. Mantêm-se os preços inalterados.

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N.º099/2015

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇO

ESTADO DE SANTA CATARINA

FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE PALHOÇA

ATA Nº 099/2015 do PREGÃO Nº 064/2015 – Partes: MUNICÍPIO DE PALHOÇA e empresa LICISUL COMERCIAL LTDA ME. OBJETO: Aquisição de gêneros alimentícios para manutenção das atividades desenvolvidas pelos Programas Socioassistenciais do Fundo Municipal de Assistência Social, através de registro de preços. VALOR: R\$ 90.200,00 (noventa e mil e duzentos reais). DATA: 26/06/2015 A 25/06/2016. Mantêm-se os preços inalterados.

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N.º100/2015

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇO

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE PALHOÇA

ATA Nº 100/2015 do PREGÃO Nº 086/2015 – Partes: MUNICÍPIO DE PALHOÇA e empresa VALDELI CECILIO DOS SANTOS EIRELE - EPP. OBJETO: Aquisição de madeiras diversas para reparo de pontes ou pontilhões, utilização como estacas, mourões, vigas, reformas de parques infantis e reformas em geral e portas de madeira para utilização por diversas secretarias, através de registro de preços. VALOR: R\$ 450.600,00 (quatrocentos e cinquenta mil e seiscentos reais). DATA: 30/06/2015 A 29/06/2016. Mantêm-se os preços inalterados.

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N.º101/2015

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇO

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE PALHOÇA

ATA Nº 101/2015 do PREGÃO Nº 083/2015 – Partes: MUNICÍPIO DE PALHOÇA e empresa LICITAMIX MATERIAIS DE ESCRITÓRIO LTDA ME. OBJETO: Aquisição de peças e materiais para manutenção dos banheiros do Centro Administrativo Municipal e Aquisição de Embalador de Guarda Chuvas para demais, através de registro de preços. VALOR: R\$ 41.625,00 (quarenta e um mil e seiscentos e vinte e cinco reais). DATA: 30/06/2015 A 29/06/2016. Mantêm-se os preços inalterados.

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N.º102/2015

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇO

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE PALHOÇA

ATA Nº 102/2015 do PREGÃO Nº 083/2015 – Partes: MUNICÍPIO DE PALHOÇA e empresa LICITAMIX MATERIAIS DE ESCRITÓRIO LTDA ME. OBJETO: Aquisição de peças e materiais para manutenção dos banheiros do Centro Administrativo Municipal e Aquisição de Embalador de Guarda Chuvas para demais, através de registro de preços. VALOR: R\$ 41.625,00 (quarenta e um mil e seiscentos e vinte e cinco reais). DATA: 30/06/2015 A 29/06/2016. Mantêm-se os preços inalterados.

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N.º103/2015

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇO

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE PALHOÇA

ATA Nº 102/2015 do PREGÃO Nº 083/2015 – Partes: MUNICÍPIO DE PALHOÇA e empresa PEIXER – COMÉRCIO, SERVIÇOS E ALUGUEIS LTDA – ME. OBJETO: Aquisição de peças e materiais para manutenção dos banheiros do Centro Administrativo Municipal e Aquisição de Embalador de Guarda Chuvas para demais, através de registro de preços. VALOR: R\$ 41.434,00 (quarenta e um mil e quatrocentos e trinta e quatro reais). DATA: 30/06/2015 A 29/06/2016. Mantêm-se os preços inalterados.

ATO DE CADASTRAMENTO

ATO DE CADASTRAMENTO

O MUNICÍPIO DE PALHOÇA, neste ato representado pela Secretaria Municipal de Governo, por seu Secretário Municipal, Sr. Mário Cesar Hugen, no uso de suas atribuições legais,

FAZ SABER, a todos os interessados que as entidades abaixo descritas apresentaram documentação em atendimento ao 3ª Edital de Convocação no dia 01 de outubro de 2015, de acordo com o art. 4º do Decreto 1.846/2015 em compatibilidade com o art. 5º, alíneas “f”, “h” e “i” da Lei Municipal nº 1.891/2004 e Decreto nº 1.846/2015, para fins de cadastramento de órgãos e entidade(s) comunitária(s), ambiental (is) e de ensino superior para efetuar a composição do Conselho Municipal do Meio Ambiente de Palhoça – COMDEMA, sendo:

I – Associação Esportiva, Recreativa, Cultural, Beneficente Social e Educacional Doce Mar, inscrita no CNPJ/MF sob o n. 08.960.082/0001-28;

II – Associação Assistencial Arcanjo Miguel, inscrita no CNPJ/MF sob o n. 08.808.766/0001-09;

III – Associação Pró-Crep (Criar, Reciclar, Educar e Preservar), inscrita no CNPJ/MF sob o n.06.071.917/0001-63; e

IV – Faculdade Municipal de Palhoça – FMP, inscrita no CNPJ/MF sob o n. 07.933.452/0001-75.

Declaro as entidades acima nominadas cadastradas para fins de participação e representação do COMDEMA, de acordo com o Decreto 1.846/2015, bem como as anteriormente cadastradas.

O cadastramento ficou assim definido:

I – Entidade ambientalista, prevista na alínea “f”, sendo uma única cadastrada:

1 – Associação Pró-Crep (Criar, Reciclar, Educar e Preservar);

II – Entidades comunitárias, previstas na alínea “h”, em número de 06 (seis) cadastradas:

- 1 – Associação Comunitária Cidade Pedra Branca do Bairro Frei Damião Palhoça-SC;
- 2 – Pastoral da Criança;
- 3 – Conselho Comunitário do Furadinho;
- 4 – Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Palhoça;
- 5 – Associação Esportiva, Recreativa, Cultural, Beneficente Social e Educacional Doce Mar
- 6 – Associação Assistencial Arcanjo Miguel.

III – Representante das Instituições de Ensino Superior, prevista na alínea “i”, sendo uma única cadastrada:

- 1 – Faculdade Municipal de Palhoça – FMP.

As entidades serão intimadas/comunicadas formalmente para indicar os membros que efetuarão a composição do COMDEMA, no prazo máximo de 48 (quarenta e oito) horas, contados a partir da data do recebimento da comunicação oficial.

As entidades interessadas deverão apresentar os seguintes documentos:

- I – Ofício do representante legal, indicando o(s) representante(s);
- II – Cópia dos documentos pessoais do(s) representante(s) (RG e CPF);
- III – Cópia do comprovante de residência do(s) representante(s).

As entidades deverão indicar 01 (um) membro titular e 01 (um) suplente, na forma acima.

Promova-se a divulgação.

Palhoça, 02 de outubro de 2015.
MÁRIO CESAR HUGEN
Secretário Municipal de Governo

ERRATA PG 146 - 2015

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE PALHOÇA
ERRATA 01
PREGÃO Nº. 146/2015

O Município de Palhoça comunica que houve alterações no Termo de Referência do PREGÃO PRESENCIAL Nº 146/2015, ficando apazado para o dia 15/10/2015 às 14:00 hs para abertura e recebimento das propostas. Os interessados poderão obter a alteração na sede da Prefeitura Municipal de Palhoça, sito na Av. Hilza Terezinha Pagani, 280 – Parque Residencial Pagani – Palhoça/SC, na Sala da Comissão Permanente de Licitação ou site www.palhoca.atende.net. Palhoça, 01 de OUTUBRO de 2015. PREGOEIRO (A).

Passo de Torres

CÂMARA MUNICIPAL

PORTARIA Nº 14

Poder Legislativo de Passo de Torres - SC

Portaria nº 14, de 01 de outubro de 2015.

"AUTORIZA O PRESIDENTE DA CÂMARA DE VEREADORES A DOAR OS BENS PATRIMONIAIS INSERVÍVEIS DO PODER LEGISLATIVO.

O cidadão Pedro Paulo Bitencourt, Presidente da Câmara Municipal de Vereadores de Passo de Torres, no uso de suas atribuições que lhe confere o Regimento Interno e a Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Fica autorizada a doação dos bens patrimoniais inservíveis deste Poder Legislativo à Associação de Moradores da Passárgada, inscrita no CNPJ nº 02.393.208/0001-43, nos termos da Resolução nº 02/2015 e seu anexo. A associação se responsabilizará pela retirada dos bens do prédio deste Poder Legislativo.

Esta Portaria entra vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC.

Pedro Paulo Bitencourt
Presidente da Câmara Municipal de Vereadores

Registre-se e Publique-se
Registrado e publicado nesta secretaria na data supra.

Ademilson Batista da Silva
1º Secretário

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO DA TOMADA DE PREÇO Nº 001/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA
CÂMARA MUNICIPAL DE PASSO DE TORRES

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO

A Câmara de Vereadores de Passo de Torres, através de seu presidente Pedro Paulo Bitencourt, no uso de suas atribuições legais e, considerando haver a Comissão Permanente de Licitação cumprido todas as exigências do procedimento de licitação cujo objeto é Contratação de empresa para promover a reforma parcial no térreo do prédio da Câmara de Vereadores de Passo de Torres, vem homologar e adjudicar a licitação, na modalidade Tomada de Preço nº 001/2015, para que produza os efeitos legais e jurídicos. Assim, no termo da legislação vigente, fica o presente processo HOMOLOGADO e ADJUDICADO em favor da licitante vencedora a empresa BATISILVA COMÉRCIO E PAVIMENTAÇÕES LTDA - EPP, Rua Manoel Laurentino Gonçalves, nº 441, Centro, Passo de Torres/SC, CNPJ : 09.101.772/0001/94, valor Global de R\$ 72.280,00 (setenta e dois mil duzentos e oitenta reais).

Passo de Torres, 02 de outubro de 2015.
Pedro Paulo Bitencourt
Presidente da Câmara de Vereadores de Passo de Torres

Jean Luiz Wagner Silva
Presidente da Comissão Permanente de Licitação

Passos Maia

PREFEITURA

DECRETO 375/2015

DECRETO N° 375, de 25 de Setembro de 2015.

“DISPOE SOBRE A ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

IVANDRE BOCALON, Prefeito Municipal de Passos Maia, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições, e de conformidade com o Artigo 62, Inciso V da Lei Orgânica Municipal, Lei Federal n.º 4.320 de 17 de março de 1964 e Inciso “III” do art. 5º, da Lei Municipal nº. 740, de 20 de novembro de 2014,

DECRETA:

Art. 1º - Fica aberto um Crédito Adicional Suplementar no valor de R\$ 85.714,26 (oitenta e cinco mil, setecentos e quatorze reais e vinte e seis centavos), os quais serão destinados a suplementar as seguintes dotações orçamentárias:

Código	Secretaria/departamento	
06.01	Secretaria do Desenvolvimento Social	
Funcional	Proj./ativ.	Descrição
08.244.801	1.003	Obras de Infraestrutura Social
Modalidade	Fonte	Dotação
4.4.90.00.00	01.0134	85.714,26
TOTAL		85.714,26

Art. 2º - Para cobertura da suplementação de que trata o art. 1º serão utilizados recursos financeiros resultante do Excesso de Arrecadação, no valor de R\$ 85.714,26 (oitenta e cinco mil, setecentos e quatorze reais e vinte e seis centavos), da fonte de recurso 01.0134 – Transferência de Convênios – 2014TR0002455.

Art. 3º. O presente Decreto terá vigência a parti de 25 de setembro de 2015

Registre-se e publique-se.

Passos Maia – SC, 25 de setembro de 2015.

IVANDRE BOCALON
PREFEITO MUNICIPAL

Certifico que o presente Decreto foi publicado no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina (www.diariomunicipal.sc.gov.br) em observância ao disposto no Art. 91-A da Lei Orgânica Municipal.

DOUGLAS AIGNER
Secretário da Administração, Fazenda e Planejamento.

Paulo Lopes

PREFEITURA

PORTARIA Nº 323/2015ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE PAULO LOPES

PORTARIA Nº 323/2015

EVANDRO JOÃO DOS SANTOS, Prefeito Municipal de Paulo Lopes, no uso de suas atribuições legais, e de conformidade do disposto na Legislação Municipal Vigente, resolve:

CONCEDER PROGRESSÃO FUNCIONAL, de D para E, ao Servidor Público Municipal, efetivo e estável, Luiz Carlos dos Anjos, brasileiro, portador do CPF nº 613.396.369-72, matrícula nº 659, nomeado pela portaria nº 048/2002, ocupante do Cargo de Motorista, a disposição na Secretaria Municipal de Saúde.

Município de Paulo Lopes – SC, em 22 de Setembro de 2015.
Evandro João dos Santos
Prefeito Municipal

Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos de Artigo 4º do Decreto 017/2009.

Almery Alcides Vieira
Secretário Municipal de Administração

PORTARIA Nº 324/2015ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE PAULO LOPES

PORTARIA Nº 324/2015

EVANDRO JOÃO DOS SANTOS, Prefeito Municipal de Paulo Lopes, no uso de suas atribuições legais, e de conformidade do disposto na Legislação Municipal Vigente, resolve.

CONCEDER LICENÇA TRATAMENTO DE SAÚDE, a Servidora Pública Municipal efetiva e estável, Adenilde Adélia dos Passos Pereira, brasileira, portadora do CPF nº 377.485.139-53, matrícula nº 82, ocupante do Cargo de Auxiliar Administrativo I, à disposição da Secretaria Municipal de Saúde, de 23/09/2015 á 07/10/2015. Encaminhando a pericia no (16º) décimo sexto dia conforme atestado em anexo.

Município de Paulo Lopes – SC, em 23 de setembro de 2015.
Evandro João dos Santos
Prefeito Municipal

Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos de Artigo 4º do Decreto 017/2009.

Almery Alcides Vieira
Secretário Municipal de Administração

PORTARIA Nº 325/2015ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE PAULO LOPES

PORTARIA Nº 325/2015

EVANDRO JOÃO DOS SANTOS, Prefeito Municipal de Paulo Lopes, no uso de suas atribuições legais, e de conformidade do disposto na Legislação Municipal Vigente, resolve:

AMPLIAR LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE, ao Servidor Público Municipal, Samir Leal Fernandes, brasileiro, portador do CPF nº 613.401.629-20, matrícula nº 10819, ocupante do Cargo de Auxiliar de Manutenção e Conservação, à disposição da Secretaria Municipal de Transportes, Obras e Serviços Urbanos, até 31/10/2015, conforme benefício nº 6022248020 em anexo.

Município de Paulo Lopes – SC, em 30 de setembro de 2015.
Evandro João dos Santos
Prefeito Municipal

Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos de Artigo 4º do Decreto 017/2009.

Almery Alcides Vieira
Secretário Municipal de Administração

PORTARIA Nº 326/2015ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE PAULO LOPES

PORTARIA Nº 326/2015

EVANDRO JOÃO DOS SANTOS, Prefeito Municipal de Paulo Lopes, no uso de suas atribuições legais, e de conformidade do disposto na Lei Municipal Vigente resolve:

CONCEDER PROGRESSÃO POR FREQUENCIA HORAS CURSO, de acordo com a Lei de 1268 de 18/03/2008 Art. 4º § 4º e 5º a Servidora Pública Municipal, efetiva e estável: Talita Sousa Mota Rosa, brasileira, portadora do CPF nº023.856.579-37, matrícula nº 990, ocupante do Cargo de Técnica em Enfermagem, a disposição, a disposição da Secretaria Municipal de Saúde. Com efeito a partir de Julho de 2015.

Município de Paulo Lopes – SC, em 30 de Setembro de 2015.
Evandro João dos Santos
Prefeito Municipal

Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos de Artigo 4º do Decreto 017/2009.

Almery Alcides Vieira
Secretário Municipal de Administração

PORTARIA Nº 327/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE PAULO LOPES
PORTARIA Nº 326/2015

EVANDRO JOÃO DOS SANTOS, Prefeito Municipal de Paulo Lopes, no uso de suas atribuições legais, e de conformidade do disposto na Lei Municipal Vigente resolve:

CONCEDER PROGRESSÃO POR FREQUENCIA HORAS CURSO, de acordo com a Lei de 1268 de 18/03/2008 Art. 4º § 4º e 5º a Servidora Pública Municipal, efetiva e estável: Talita Sousa Mota Rosa, brasileira, portadora do CPF nº023.856.579-37, matrícula nº 990, ocupante do Cargo de Técnica em Enfermagem, a disposição, a disposição da Secretaria Municipal de Saúde. Com efeito a partir de Julho de 2015.

Município de Paulo Lopes – SC, em 30 de Setembro de 2015.
Evandro João dos Santos
Prefeito Municipal

Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos de Artigo 4º do Decreto 017/2009.

Almery Alcides Vieira
Secretário Municipal de Administração

PORTARIA Nº 328/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE PAULO LOPES
PORTARIA Nº 328/2015

EVANDRO JOÃO DOS SANTOS, Prefeito Municipal de Paulo Lopes, no uso de suas atribuições legais, e de conformidade do disposto na Lei Municipal Vigente resolve:

CONCEDER PROGRESSÃO POR FREQUENCIA HORAS CURSO, de acordo com a Lei de 1268 de 18/03/2008 Art. 4º § 4º e 5º a Servidora Pública Municipal, efetiva e estável: Alessandra Rodrigues Sebastião, brasileira, portadora do CPF nº 036.673.279-00, matrícula nº 10257, ocupante do cargo de Técnica em Enfermagem, a disposição, a disposição da Secretaria Municipal de Saúde.

Município de Paulo Lopes – SC, em 30 de Setembro de 2015.
Evandro João dos Santos
Prefeito Municipal

Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos de Artigo 4º do Decreto 017/2009.

Almery Alcides Vieira
Secretário Municipal de Administração

PORTARIA Nº 329/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE PAULO LOPES
PORTARIA Nº 329/2015

EVANDRO JOÃO DOS SANTOS, Prefeito Municipal de Paulo Lopes, no uso de suas atribuições legais, e de conformidade do disposto na Lei Municipal Vigente resolve:

CONCEDER PROGRESSÃO POR FREQUENCIA HORAS CURSO, de acordo com a Lei de 1268 de 18/03/2008 Art. 4º § 4º e 5º a Servidora Pública Municipal, efetiva e estável: Ivoli Tenfen, portadora do CPF nº 833.704.639-20, matrícula nº 10477, nomeada pela portaria

nº 319/2009, a disposição na Secretaria Municipal de Saúde.

Município de Paulo Lopes – SC, em 30 de Setembro de 2015.
Evandro João dos Santos
Prefeito Municipal

Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos de Artigo 4º do Decreto 017/2009.

Almery Alcides Vieira
Secretário Municipal de Administração

PORTARIA Nº 330/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE PAULO LOPES
PORTARIA Nº 330/2015

EVANDRO JOÃO DOS SANTOS, Prefeito Municipal de Paulo Lopes, no uso de suas atribuições, de conformidade do disposto na legislação vigente, resolve:

CONCEDER LICENÇA PRÊMIO, ao Servidor Público Municipal, Wilson Batista, brasileiro, efetivo e estável, portador do CPF nº 494.695.769-34 matrícula nº 95, ocupante do cargo de Odontólogo, com lotação na Secretaria Municipal de Saúde, referente ao quinquênio de 02/03/1992 á 01/03/1997, no período de 01/10/2015 á 30/10/2015, com vínculo contributivo ao Regime Geral de Previdência Social – RGPS.

Município de Paulo Lopes-SC, em 01 de outubro de 2015.
Evandro João dos Santos
Prefeito Municipal

Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos de Artigo 4º do Decreto 017/2009.

Almery Alcides Vieira
Secretário Municipal de Administração

PORTARIA Nº 331/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE PAULO LOPES
PORTARIA Nº 331/2015

EVANDRO JOÃO DOS SANTOS, Prefeito Municipal de Paulo Lopes, no uso de suas atribuições, de conformidade do disposto na Lei vigente, resolve:

EXONERAR A PEDIDO, o Servidor Público Municipal, Adilio de Souza, efetivo e estável, brasileiro, portador do CPF nº 897.946.309-00, matrícula nº 1001, ocupante do cargo de Auxiliar de manutenção e conservação a disposição da Secretaria Municipal de Obras, nomeado pela portaria nº 015/2006, com vínculo contributivo ao Regime Geral de Previdência Social – RGPS.

Município de Paulo Lopes-SC, em 01 de outubro de 2015.
Evandro João dos Santos
Prefeito Municipal

Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos de Artigo 4º do Decreto 017/2009.

Almery Alcides Vieira
Secretário Municipal de Administração

Penha

PREFEITURA

271

PORTARIA Nº 271/2015

O Prefeito Municipal de Penha, no uso de suas atribuições e de acordo com o Art. 65, inciso VI, da Lei Orgânica Municipal, Decreto nº 2042/2014

RESOLVE:

Art. 1º - PRORROGAR: por mais 60 (sessenta) dias, o prazo para a Conclusão do Processo, instaurado pela Portaria nº 197/2015 (funcionária Maria Irene Pereira Matrícula 662), composta pelos servidores MARIZETE DA COSTA, JOSÉ ROBERTO DARUGNA JUNIOR, e JULIANA BUENO PERCIANI.

Art.2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação tendo seus efeitos retroativos a 25/09/2015, revogada as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE

Penha, 29 de setembro de 2015.
EVANDRO EREDES DOS NAVEGANTES
Prefeito Municipal

Registrada e Publicada a presente Portaria nesta Secretaria, aos vinte e nove dias do mês de setembro do ano de dois mil e quinze.

DANIELE SCHWEGER DE SOUZA LUNGE
Secretária da Administração

272

PORTARIA Nº 272/2015

O Prefeito Municipal de Penha, no uso de suas atribuições e de acordo com o Art. 65, inciso VI, da Lei Orgânica Municipal, Decreto nº 2042/2014

RESOLVE:

Art. 1º - PRORROGAR: por mais 60 (sessenta) dias, o prazo para a Conclusão do Processo, instaurado pela Portaria nº 198/2015 (funcionária Valéria Ranguett Matrícula 575), composta pelos servidores MARIZETE DA COSTA, JOSÉ ROBERTO DARUGNA JUNIOR, e JULIANA BUENO PERCIANI.

Art.2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação tendo seus efeitos retroativos a 25/09/2015, revogada as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE

Penha, 29 de setembro de 2015.
EVANDRO EREDES DOS NAVEGANTES
Prefeito Municipal

Registrada e Publicada a presente Portaria nesta Secretaria, aos vinte e nove dias do mês de setembro do ano de dois mil e quinze.

DANIELE SCHWEGER DE SOUZA LUNGE
Secretária da Administração

273

PORTARIA Nº 273/2015

O Prefeito Municipal de Penha, no uso de suas atribuições e de acordo com o Art. 65, inciso VI, da Lei Orgânica Municipal, Decreto nº 2042/2014

RESOLVE:

Art. 1º - PRORROGAR: por mais 60 (sessenta) dias, o prazo para a Conclusão do Processo, instaurado pela Portaria nº 244/2015 (funcionária Joiciane de Souza Amorim Matrícula 2834), composta pelos servidores MARIZETE DA COSTA, JOSÉ ROBERTO DARUGNA JUNIOR, e JULIANA BUENO PERCIANI.

Art.2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogada as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE

Penha, 30 de setembro de 2015.
EVANDRO EREDES DOS NAVEGANTES
Prefeito Municipal

Registrada e Publicada a presente Portaria nesta Secretaria, aos trinta dias do mês de setembro do ano de dois mil e quinze.

DANIELE SCHWEGER DE SOUZA LUNGE
Secretária da Administração

CONTRATO Nº 100/2015 FMS

PREFEITURA MUNICIPAL DE PENHA
ESTADO DE SANTA CATARINA
CONTRATO ADMINISTRATIVO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO
CONTRATO Nº 100/2015 – RH/FMS
Contratado (A): POLIANA DE SOUZA E SOUSA, na função de Médico Plantonista, início em 29/09/2015 e término em 28/09/2016, para atuar junto a Secretaria da Saúde.
Penha/SC, 29 de setembro de 2015.
Evandro Eredes dos Navegantes - Prefeito Municipal

DECRETO Nº 2401/2015

PREFEITURA MUNICIPAL DE PENHA
ESTADO DE SANTA CATARINA
DECRETO Nº 2401/2015
EXONERA: o Sr. EVALDO EREDES DOS NAVEGANTES, do cargo em comissão de SECRETÁRIO DE PLANEJAMNTO, da Secretaria Municipal de Planejamento, a contar desta data. Revogando o Decreto nº 2122/2015.
Penha/SC, 01 de outubro de 2015.
Evandro Eredes dos Navegantes - Prefeito Municipal

DECRETO Nº 2402/2015

PREFEITURA MUNICIPAL DE PENHA
ESTADO DE SANTA CATARINA
DECRETO Nº 2402/2015
EXONERA: a pedido a Sra. MARIA CATARINA TEODORO DE OLIVEIRA, do cargo em comissão de COORDENADOR DE PROMOÇÃO SOCIAL III, da Secretaria Municipal da Assistência Social, a contar desta data. Revogando o Decreto nº 1635/2013.
Penha/SC, 01 de outubro de 2015.
Evandro Eredes dos Navegantes - Prefeito Municipal

Peritiba

PREFEITURA

ADENDO AO CONCURSO PÚBLICO 01 2015

PRIMEIRO ADENDO AO EDITAL DE CONCURSO PÚBLICO Nº 1/2015,
DE 28 DE AGOSTO DE 2015.

O MUNICÍPIO DE PERITIBA, SC, inscrito no CNPJ sob nº 82.815.085/0001-20, com sede administrativa na Rua Frei Bonifácio, 63, Centro, CEP 89750-000, neste ato representado por sua Prefeita Municipal, senhora NEUSA KLEIN MARASCHINI, torna público o Primeiro Adendo ao Edital de Concurso Público nº 1/2015.

1. O item 3.2.5 do Edital de Concurso Público nº 1/2015 passa a vigorar com a seguinte redação:

“3.2.5. Caso o candidato não possua acesso à internet para realizar sua inscrição:

a) será disponibilizado servidor capacitado, de 29 de setembro a 30 de outubro de 2015, de segunda à sexta-feira, no horário das 8h às 11h30min e das 13h30min às 17h30min, na Rua Frei Bonifácio, 63, Centro, Peritiba, SC, para efetuar as inscrições dos candidatos interessados;

b) poderá efetivar sua inscrição por via postal, encaminhando a Ficha de Inscrição (Anexo I deste Adendo) ao Setor de Protocolo Geral do Município (cuja data de postagem ou entrega seja anterior ou igual à 30 de outubro de 2015), localizado na Prefeitura Municipal de Peritiba, com sede administrativa na Rua Frei Bonifácio, 63, Centro, CEP 89750-000.

3.2.5.1. Será aceita inscrição por procuração.” (NR)

2. O item 7.3 do Edital de Concurso Público nº 1/2015 passa a vigorar com a seguinte redação:

“7.3. Os demais recursos deverão ser efetuados no prazo de 2 (dois) dias úteis, a partir da publicação do ato que deu causa:

a) pelo site www.assconpp.com.br;

b) através de requerimento protocolizado no Setor de Protocolo Geral do Município, no endereço citado no preâmbulo deste Edital;

c) através de via postal, com correspondência encaminhada para a Prefeitura Municipal de Peritiba, no endereço citado no preâmbulo deste Edital (cuja data de postagem ou entrega seja anterior ou igual à data que corresponda à data limite para interposição do recurso, conforme Cronograma deste Edital).

7.3.1. Serão aceitos recursos por procuração.” (NR)

3. As datas relativas à execução deste Concurso Público, passam a vigorar na forma do Anexo II deste Adendo.

4. Ficam ratificadas as demais cláusulas do Edital.

Peritiba, SC, 28 de setembro de 2015.

NEUSA KLEIN MARASCHINI

Prefeita Municipal

ANEXO I

FICHA DE INSCRIÇÃO – EDITAL DE CONCURSO PÚBLICO Nº 1/2015 MUNICÍPIO DE PERITIBA, SC

Nome do Candidato: _____

Nome da Mãe: _____

Nome do Pai: _____

Data de nascimento: ____/____/____ Sexo: () F () M

RG: _____ Órgão expedidor: ____/____ Data expedição: ____/____/____

CPF: _____ Estado civil: _____

Título de eleitor: _____ Zona: _____ Seção: _____

Naturalidade: _____

Endereço: _____

Nº: _____ Bairro: _____

Município: _____ Estado: _____ CEP: _____

Telefone residencial: () _____

Telefone comercial: () _____

Telefone celular: () _____

E-mail: _____

Escolaridade: _____

Grupo sanguíneo e fator Rh: _____ Doador de sangue: () Sim () Não

Portador de deficiência física: () Sim () Não

Necessita de atendimento especial para realização da Prova? Especifique: _____

CARGO: _____

Assinatura: _____

ANEXO II

CRONOGRAMA (sujeito a alterações)

DATA	ATO
28.8.2015	Publicação do Edital do Concurso Público
31.8 e 1º.9.2015	Prazo para impugnações ao Edital
2.9.2015	Publicação das decisões acerca das impugnações ao Edital
3.9 a 2.10.2015	Período de Inscrições
28.9.2015	Publicação do Primeiro Adendo ao Edital, com novas datas
29.9 a 30.10.2015	Período de Inscrições
19.10.2015	Data limite para solicitar isenção da taxa de inscrição
21.10.2015	Divulgação do deferimento ou indeferimento dos pedidos de isenção da taxa de inscrição
30.10.2015	Data limite para pagamento da inscrição, utilizando o boleto bancário
9.11.2015	Publicação da lista dos inscritos
10 e 11.11.2015	Prazo para recurso do não deferimento dos pedidos de inscrição
13.11.2015	Homologação da lista de inscritos
22.11.2015, a partir das 8h30min	Realização das provas escritas
22.11.2015, a partir das 14h30min	Realização das provas práticas
22.11.2015, a partir das 19h	Publicação dos gabaritos da prova escrita e dos cadernos de prova
23 e 24.11.2015	Prazo para recurso da formulação das questões e da discordância com o gabarito da prova escrita objetiva
30.11.2015	Publicação dos gabaritos definitivos, nota final das provas escrita e prática e da lista de classificados
1º e 2.12.2015	Prazo de recurso lista de classificados e da nota da prova prática
7.12.2015	Homologação do resultado final, com eventuais recursos julgados

Petrolândia

PREFEITURA

CONTRATO Nº 40/2015

MUNICÍPIO DE PETROLÂNDIA

PREFEITURA MUNICIPAL DE PETROLÂNDIA

EXTRATO DO CONTRATO Nº 40/2015

Contrato que entre si celebram o Município de Petrolândia, através de sua Prefeitura Municipal e o Senhor IDILSON DE SOUZA, inscrito no CPF: 895.128.479-49. Objeto: CONTRATO PARA EXPLORAR, EXTRAIR, REMOVER E TRANSPORTAR 21 CARGAS DE MACADAME, NO PERÍODO DE 01 DE OUTUBRO DE 2015 À 31 DE DEZEMBRO DE 2015. Data: 01/10/2015. Valor: R\$ 420,00. Petrolândia, 02 de outubro de 2015. Joel Longen – Prefeito Municipal.

Pinheiro Preto

PREFEITURA

EDITAL Nº002/15 DE 01 DE OUTUBRO DE 2015

Edital nº002/15 de 01 de outubro de 2015

“Homologa “inscrições para o processo eleitoral de que trata o Edital nº 001/15 de 09/09/15”.

Hadriel Dalmolin, na qualidade de presidente do Instituto dos Servidores Públicos do Município de Pinheiro Preto – SC-IPREPI homologa nos termos do edital nº 001/15 de 09/09/15, o seguinte:

I- Das inscrições homologadas

Ficam homologadas as seguintes inscrições para a eleição do conselho de administração e conselho fiscal do Instituto dos Servidores Públicos do Município de Pinheiro Preto – SC-IPREPI.

Nome: Rosania Inês Rossatto Zago CPF: 733.607.329-87

Nome: Roseli Baldissera Mazutti CPF: 594.539.589-72

Nome: Marta Gottselig Volpato CPF: 509.275.239-49

Nome: Juarez Piccinin CPF: 579.339.109-63

Nome: Daises Mara Oliveira CPF: 296.664.739-68

Nome: Dejair Rodrigues CPF: 927.922.789-00

Nome: Ivania Beal Bressan CPF: 657.072.909-82

Nome: Gilmar Piovesan CPF: 436.570.109-63

Nome: Bernardete Pasetto Farina CPF: 637.900.099-20

Pinheiro Preto, 01 de outubro de 2015.

Hadriel Dalmolin Rosania Inês Rossatto Zago

Presidente Diretora Executiva

Resolução nº001/15 de 01 de outubro de 2015

“Nomeia Comissão eleitoral para a eleição do IPREPI, dia 01/10/15”.

Hadriel Dalmolin, na qualidade de presidente do Instituto dos Servidores Públicos do Município de Pinheiro Preto – SC-IPREPI homologa nos termos do edital nº 001/15 de 09/09/15 o seguinte:

Artigo 1º Ficam nomeados como membros da comissão eleitoral e junta apurados da eleição do IPREPI, as seguintes pessoas:

Nome: Hadriel Dalmolin CPF nº. 034.481.409-29

Maira Mattana Mariani CPF nº. 066.130.439-66

Sinone Rabuske Olivo CPF nº. 053.946.679-42

Artigo 2º: A comissão ora nomeada, conduzirá todos os trabalhos da eleição e apuração dos votos.

Artigo 3º Esta resolução entra em vigor na data de publicação.

Artigo 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Pinheiro Preto, 01 de outubro de 2015.

Hadriel Dalmolin

Presidente

Rosania Inês Rossatto Zago

Diretora Executiva

TERMO DE CONFISSÃO E PARCELAMENTO DE DÉBITOS NÃO DECORRENTES DE CONTRIBUIÇÕES PREVIDENCIÁRIAS**TERMO DE CONFISSÃO E PARCELAMENTO DE DÉBITOS NÃO DECORRENTES DE CONTRIBUIÇÕES PREVIDENCIÁRIAS**

O **Município de Pinheiro Preto**, pessoa jurídica de direito público interno, com sede na Av. Marechal Costa e Silva inscrito no CNPJ sob o nº. 82.827.148/0001-69, doravante denominado **DEVEDOR**, representado neste termo pelo Sr. **Euzébio Calisto Vieceli**, prefeito, portador do CPF nº 219.837.479-04 e do RG nº.580.604– SSP/SC, residente e domiciliado na rua Senador Antonio Carlos Konder Reis nº 111, e o **Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos de Pinheiro Preto**, situado na Av. Marechal Costa e Silva., bairro centro CEP 89.570-000, neste município, instituído em 12/11/1999, pela Lei Complementar Municipal nº 81, de 12 de novembro de 1999, neste ato representado pelo Sr. **Hadriel Dalmolin**, presidente, CPF nº 034.481.409-29 e RG nº 3887626 – SSP/SC, doravante denominado **CREDOR**, com fundamento na Lei Complementar Municipal nº 225, de 29 de setembro de 2015, acordam o seguinte:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DA CONFISSÃO DE DÍVIDA

1.1 O Município de Pinheiro Preto, através do presente instrumento, e na forma da Lei Complementar Municipal nº 225, de 29 de setembro de 2015, CONFESSA ser devedor ao **Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos de Pinheiro Preto - IPREPI** da quantia de **R\$ 235.995,36 (duzentos e trinta e cinco mil novecentos e noventa e cinco reais e trinta e seis centavos)**, referente contribuição do passivo atuarial descoberto de custo suplementar, legalmente instituída na forma da Lei Complementar Municipal nº 169, de 09 de novembro de 2010, e não repassada à unidade gestora do RPPS, competências 01/2011 a 08/2014, na forma de relatório apresentado pela auditoria da Previdência Social, Processo Administrativo Previdenciário PAP nº 192/2014, perfectibilizado na planilha constante do anexo ao presente termo.

1.2 O **DEVEDOR** renuncia expressamente a qualquer contestação quanto ao valor e procedência da dívida e assume integral responsabilidade pela exatidão do montante declarado e confessado, ficando, entretanto, ressalvado o direito do **CREDOR** de apurar, a qualquer tempo, a existência de outras importâncias devidas e não incluídas neste instrumento, ainda que relativas ao mesmo período.

CLÁUSULA SEGUNDA: DO PAGAMENTO

2.1 Os valores originais e atualizados da dívida, referente ao débito do Município descrito e quantificado na cláusula primeira estão discriminados planilha anexa ao presente termo.

2.2 O montante devido e confessado de **R\$ 235.995,36 (duzentos e trinta e cinco mil novecentos e noventa e cinco reais e trinta e seis centavos)**, será pago pelo Município em 60 (sessenta) parcelas mensais e consecutivas, com vencimento da primeira parcela em 30 (trinta) dias após a assinatura do presente termo de acordo de parcelamento.

Parágrafo único. As parcelas serão atualizadas monetariamente pelo Índice Geral de Preços de Mercado – IGPM da FGV, e juros simples de 1% a.m, índice e taxa de juros previstos no art. 11, §

único, e art. 98, § 2º, inciso II, da Lei Complementar Municipal nº 422, de 05 de dezembro de 1985 (Código Tributário Municipal), com redação dada pela Lei Complementar nº 132, de 05 de dezembro de 2006, em conformidade com o disposto no artigo 5º da Portaria MPS/GM 402/2008.

2.3 Ocorrendo atraso no pagamento de quaisquer das parcelas, incidirá, além de atualização monetária, juros de 1 % (um por cento) ao mês.

2.4 O **DEVEDOR** se obriga, também, a consignar no orçamento de cada exercício financeiro, as verbas necessárias ao pagamento do débito.

2.5 A dívida, objeto do parcelamento constante deste instrumento, é definitiva e irretratável, assegurando ao **CREDOR** a cobrança judicial da dívida, atualizada pelos citados índices.

2.6 Fica acordado que o **DEVEDOR** e o **CREDOR** prestarão ao Ministério da Previdência Social todas as informações referentes ao presente acordo de parcelamento através dos documentos constantes nas normas que regem os Regimes Próprios de Previdência Social.

CLÁUSULA TERCEIRA: DA RESCISÃO

Constitui-se em motivos para rescisão deste acordo, que ocorrerá independentemente de qualquer intimação, notificação ou interpelação judicial ou extrajudicial:

- a) a infração de qualquer das cláusulas deste instrumento;
- b) a falta de pagamento de duas parcelas consecutivas ou não, ou a falta de recolhimento de qualquer das contribuições mensais correntes.

CLÁUSULA QUARTA: DA IRRETRATABILIDADE

O presente termo importa em confissão definitiva e irretratável do débito, sem que isso implique em novação ou transação, configurando ainda, confissão extrajudicial.

CLÁUSULA QUINTA: DA PUBLICIDADE

O presente termo de acordo de parcelamento e confissão de débitos será publicado, por extrato, no Diário Oficial dos Municípios - DOM

CLÁUSULA SEXTA: DO FORO

Para dirimir quaisquer dúvidas que porventura venham surgir no decorrer da execução do presente termo, as partes, de comum acordo, elegem o foro da Comarca de Tangará, Estado de Santa Catarina.

Para fins de direito, este instrumento é firmado em 3 (três) vias de igual teor e forma e diante de 2 (duas) testemunhas.

Pinheiro Preto – SC, 01 de outubro de 2015.

Euzébio Calisto Viecei

Prefeito Municipal

Hadriel Dalmolin

Presidente do IPREPI

Testemunhas:

ANGELA PERDONCINI	NELIZE SCHLOSSER
CPF N° 081.996.789-09	CPF: 091.776.879-57

ANEXO**TERMO DE ACORDO DE PARCELAMENTO E
CONFISSÃO DE DÉBITOS NÃO DECORRENTES DE CONTRIBUIÇÕES PREVIDENCIÁRIAS.****TABELA DO VALOR DEVIDO**

Comp.	Báse Cálculo	Alíquota Contrib Corrente	Alíquota Contrib. Suplementar	Alíquota Total	Contribuição Devida	Contribuição recolhida	Diferença Valor
01/11	115.969,35	13,19%	6,52%	19,71%	R\$ 22.857,56	R\$ 20.572,96	R\$ 2.284,60
02/11	116.572,59	13,19%	6,52%	19,71%	R\$ 22.976,46	R\$ 20.681,33	R\$ 2.295,13
03/11	115.768,82	13,19%	6,52%	19,71%	R\$ 22.818,03	R\$ 20.537,35	R\$ 2.280,68
04/11	116.601,43	13,19%	6,52%	19,71%	R\$ 22.982,14	R\$ 20.685,08	R\$ 2.297,06
05/11	135.174,51	13,19%	6,52%	19,71%	R\$ 26.642,90	R\$ 23.979,96	R\$ 2.662,94
06/11	126.611,23	13,19%	6,52%	19,71%	R\$ 24.955,07	R\$ 22.460,84	R\$ 2.494,23
07/11	125.170,63	13,19%	6,52%	19,71%	R\$ 24.671,13	R\$ 22.205,26	R\$ 2.465,87
08/11	129.885,92	13,19%	6,52%	19,71%	R\$ 25.600,51	R\$ 23.041,76	R\$ 2.558,75
09/11	127.103,41	13,19%	6,52%	19,71%	R\$ 25.052,08	R\$ 22.548,14	R\$ 2.503,94
10/11	128.999,67	13,19%	6,52%	19,71%	R\$ 25.425,83	R\$ 22.885,07	R\$ 2.540,76
11/11	127.755,85	13,19%	6,52%	19,71%	R\$ 25.180,68	R\$ 22.663,87	R\$ 2.516,81
12/11	254.300,91	13,19%	6,52%	19,71%	R\$ 50.122,71	R\$ 45.112,98	R\$ 5.009,73
TOTAL DEVIDO					R\$ 319.285,11	R\$ 287.374,60	R\$ 31.910,51

Comp.	Báse Cálculo	Alíquota Contrib Corrente	Alíquota Contrib. Suplementar	Alíquota Total	Contribuição Devida	Contribuição recolhida	Diferença Valor
01/12	141.862,30	13,19%	8,90%	22,09%	R\$ 31.337,38	R\$ 25.762,17	R\$ 5.575,21
02/12	158.999,12	13,19%	8,90%	22,09%	R\$ 35.122,91	R\$ 28.874,36	R\$ 6.248,55
03/12	158.009,19	13,19%	8,90%	22,09%	R\$ 34.904,23	R\$ 28.694,45	R\$ 6.209,78
04/12	159.129,93	13,19%	8,90%	22,09%	R\$ 35.151,80	R\$ 28.897,98	R\$ 6.253,82
05/12	156.514,04	13,19%	8,90%	22,09%	R\$ 34.573,95	R\$ 28.422,92	R\$ 6.151,03
06/12	157.827,57	13,19%	8,90%	22,09%	R\$ 34.864,11	R\$ 28.661,47	R\$ 6.202,64
07/12	158.258,18	13,19%	8,90%	22,09%	R\$ 34.959,23	R\$ 28.739,11	R\$ 6.220,12
08/12	159.141,76	13,19%	8,90%	22,09%	R\$ 35.154,41	R\$ 28.900,11	R\$ 6.254,30
09/12	158.390,58	13,19%	8,90%	22,09%	R\$ 34.988,48	R\$ 28.763,69	R\$ 6.224,79
10/12	156.621,39	13,19%	8,90%	22,09%	R\$ 34.597,67	R\$ 28.442,42	R\$ 6.155,25
11/12	157.554,47	13,19%	8,90%	22,09%	R\$ 34.803,78	R\$ 28.611,86	R\$ 6.191,92
12/12	306.612,20	13,19%	8,90%	22,09%	R\$ 67.730,63	R\$ 56.172,46	R\$ 11.558,17
TOTAL DEVIDO					R\$ 448.188,59	R\$ 368.943,00	R\$ 79.245,59

Comp.	Báse Cálculo	Alíquota Contrib Corrente	Alíquota Contrib. Suplementar	Alíquota Total	Contribuição Devida	Contribuição recolhida	Diferença Valor
01/13	145.606,35	13,19%	11,28%	24,47%	R\$ 35.629,87	R\$ 27.068,22	R\$ 8.561,65
02/13	145.081,86	13,19%	11,28%	24,47%	R\$ 35.501,53	R\$ 26.970,73	R\$ 8.530,80
03/13	152.621,39	13,19%	11,28%	24,47%	R\$ 37.346,45	R\$ 28.372,30	R\$ 8.974,15
04/13	161.230,31	13,19%	11,28%	24,47%	R\$ 39.453,06	R\$ 29.972,73	R\$ 9.480,33
05/13	159.074,52	13,19%	11,28%	24,47%	R\$ 38.925,54	R\$ 29.755,50	R\$ 9.170,04
06/13	159.476,62	13,19%	11,28%	24,47%	R\$ 39.023,93	R\$ 29.646,70	R\$ 9.377,23
07/13	161.057,82	13,19%	11,28%	24,47%	R\$ 39.410,85	R\$ 29.949,27	R\$ 9.461,58
08/13	160.419,74	13,19%	11,28%	24,47%	R\$ 39.254,71	R\$ 29.822,03	R\$ 9.432,68
09/13	158.636,16	13,19%	11,28%	24,47%	R\$ 38.818,27	R\$ 29.490,46	R\$ 9.327,81
10/13	154.716,09	13,19%	11,28%	24,47%	R\$ 37.859,03	R\$ 28.761,71	R\$ 9.097,32
11/13	157.841,70	13,19%	11,28%	24,47%	R\$ 38.623,86	R\$ 29.342,77	R\$ 9.281,09
12/13	317.237,26	13,19%	11,28%	24,47%	R\$ 77.627,96	R\$ 58.974,03	R\$ 18.653,93
TOTAL DEVIDO					R\$ 497.475,06	R\$ 378.126,45	R\$ 119.348,61
Comp.	Báse Cálculo	Alíquota Contrib Corrente	Alíquota Contrib. Suplementar	Alíquota Total	Contribuição Devida	Contribuição recolhida	Diferença Valor
01/14	166.289,83	13,19%	13,66%	26,85%	R\$ 44.648,82	R\$ 43.983,65	R\$ 665,17
02/14	152.744,93	13,19%	13,66%	26,85%	R\$ 41.012,01	R\$ 40.401,03	R\$ 610,98
03/14	162.496,19	13,19%	13,66%	26,85%	R\$ 43.630,23	R\$ 42.980,24	R\$ 649,99
04/14	171.408,00	13,19%	13,66%	26,85%	R\$ 46.023,05	R\$ 45.337,39	R\$ 685,66
05/14	179.544,18	13,19%	13,66%	26,85%	R\$ 48.207,61	R\$ 47.489,44	R\$ 718,17
06/14	179.086,80	13,19%	13,66%	26,85%	R\$ 48.084,81	R\$ 47.368,45	R\$ 716,36
07/14	179.749,84	13,19%	13,66%	26,85%	R\$ 48.262,83	R\$ 47.538,79	R\$ 724,04
08/14	180.070,70	13,19%	13,66%	26,85%	R\$ 48.348,98	R\$ 47.628,70	R\$ 720,28
TOTAL DEVIDO					R\$ 368.218,34	R\$ 362.727,69	R\$ 5.490,65

Pomerode

PREFEITURA

DECRETO Nº 2.989 DE 24 DE SETEMBRO DE 2015

DECRETO Nº 2.989 DE 24 DE SETEMBRO DE 2015

ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR POR CONTA DO SUPERÁVIT FINANCEIRO DE 2014 NA UNIDADE GESTORA DO FUNDO MUNICIPAL DA SAÚDE DE POMERODE, TRANSPOSIÇÃO DE DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA NA UNIDADE GESTORA PREFEITURA, NA UNIDADE GESTORA FUNDO MUNICIPAL DA SAÚDE DE POMERODE POR DESTINAÇÃO DE RECURSOS.

O Prefeito Municipal de Pomerode, ROLF NICLODELLI, no uso de suas atribuições que lhe confere o Art. 9º item I, II e III, da Lei nº 2.688 de 10/12/2014, e o Art. 43, parágrafo 1º, item I, II e III da Lei nº 4.320 de 17/03/1964.

DECRETA:

TRANSPOSIÇÕES DE DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS DA PREFEITURA MUNICIPAL DE POMERODE

Art. 1º - Transposição de dotação orçamentária na importância de R\$ 94.074,00 (noventa e quatro mil, setenta e quatro reais) do Orçamento em vigor, da Prefeitura Municipal de Pomerode, por fonte de recurso, conforme prevê o Artigo 9º, item II da Lei nº 2.688 de 10/12/2014, Art. 43, parágrafo 1º, item III da Lei 4.320 de 17/03/1964 nos seguintes Programas e Dotações abaixo discriminada

ÓRGÃO: 02.000 – GABINETE DO PREFEITO

Unidade Orçamentária: 02.001 – Gabinete do Prefeito

Projeto/Atividade: 04.122.0020.2002 – Manut. do Gabinete do Prefeito

Elemento: 319000.00 – Aplicações Diretas

Vinc. p/ Fonte Recursos: 0100000 – Recursos Ordinários R\$ 9.500,00

Elemento: 319100.00 – Aplicações Diretas dec. Oper. entre Órgãos

Vinc. p/ Fonte Recursos: 01000000 – Recursos Ordinários R\$ 3.000,00

ÓRGÃO: 07.000 – SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E FORMAÇÃO EMPREENDEDORA

Unidade Orçamentária: 07.001 – Secretaria de Educação e Formação Empreendedora

Projeto/Atividade: 12.365.0040.2015 – Manut. de Atividades Educação Infantil

Elemento: 319000.00 – Aplicações Diretas

Vinc. p/ Fonte Recursos: 01000000 – Recursos Ordinários R\$ 30.940,00

Elemento: 319100.00 – Aplicações Diretas dec. Oper. entre Órgãos

Vinc. p/ Fonte Recursos: 01010000 – Rec. de Impostos e de Trans. Imp. Educ. R\$ 28.540,00

ÓRGÃO: 08.000 – SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS

Unidade Orçamentária: 08.001 – Secretaria de Obras e Serviços Públicos

Projeto/Atividade: 15.452.0070.2022– Manutenção dos Serviços Públicos

Elemento: 319000.00 – Aplicações Diretas

Vinc. p/ Fonte Recursos: 01000000 – Recursos Ordinários R\$ 15.000,00

ÓRGÃO: 10.000 – SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO

Unidade Orçamentária: 10.001- Secretaria de Desenvolvimento Economico

Projeto/Atividade: 22.661.0150.2029 – Manutenção da Secr. do Desenvolvimento Econômico

Elemento: 319100.00 – Aplicações Diretas dec. Oper. entre Órgãos
Vinc. p/ Fonte Recursos: 01000000 – Recursos Ordinários R\$ 5.000,00

ÓRGÃO: 12.000 – SECRETARIA DE TURISMO, CULTURA E ESPORTE

Unidade Orçamentária: 12.001– Diretoria de Políticas Culturais

Projeto/Atividade: 13.392.0130.2032– Manutenção e Reestruturação do Centro Cultural Elemento: 339100.00 – Aplicações diretas decorrentes operações entre órgãos

Vinc. p/ Fonte Recursos: 01000000 – Recursos Ordinários R\$ 2.094,00

TOTAL R\$ 94.074,00

Art 2º - Os valores resultantes das transposições do Art. 1º deste Decreto, serão destinados aos seguintes Dotações Orçamentárias abaixo discriminadas

ÓRGÃO: 02.000 – GABINETE DO PREFEITO

Unidade Orçamentária: 02.001 – Gabinete do Prefeito

Projeto/Atividade: 04.122.0020.2002 – Manut. do Gabinete do Prefeito

Elemento: 339000.00 – Aplicações Diretas

Vinc. p/ Fonte Recursos: 0100000 – Recursos Ordinários R\$ 12.500,00

ÓRGÃO: 07.000 – SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E FORMAÇÃO EMPREENDEDORA

Unidade Orçamentária: 07.001 – Secretaria de Educação e Formação Empreendedora

Projeto/Atividade: 12.365.0040.2015 – Manut. de Atividades Educação Infantil

Elemento: 339000.00 – Aplicações Diretas

Vinc. p/ Fonte Recursos: 01000000 – Recursos Ordinário R\$ 30.940,00

Elemento: 339000.00 – Aplicações Diretas

Vinc. p/ Fonte Recursos: 01010000 – Rec. de Impostos e de Trans. Imp. Educ. R\$ 28.540,00

ÓRGÃO: 08.000 – SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS

Unidade Orçamentária: 08.001 – Secretaria de Obras e Serviços Públicos

Projeto/Atividade: 15.452.0070.2022– Manutenção dos Serviços Públicos

Elemento: 339000.00 – Aplicações Diretas

Vinc. p/ Fonte Recursos: 01000000 – Recursos Ordinários R\$ 15.000,00

ÓRGÃO: 10.000 – SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO

Unidade Orçamentária: 10.001- Secretaria de Desenvolvimento Economico

Projeto/Atividade: 22.661.0150.2029 – Manutenção da Secr. do Desenvolvimento Econômico

Elemento: 339000.00 – Aplicações Diretas

Vinc. p/ Fonte Recursos: 01000000 – Recursos Ordinários R\$ 5.000,00

ÓRGÃO: 12.000 – SECRETARIA DE TURISMO, CULTURA E ESPORTE

Unidade Orçamentária: 12.001– Diretoria de Políticas Culturais
Projeto/Atividade: 13.392.0130.2032– Manutenção e Reestruturação do Centro Cultural Elemento: 339000.00 – Aplicações Diretas
Vinc. p/ Fonte Recursos: 01000000 – Recursos Ordinários R\$ 2.094,00

TOTAL R\$ 94.074,00

ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR POR CONTA DO SUPERÁVIT FINANCEIRO DE 2014 DO FUNDO MUNICIPAL DA SAÚDE DE POMERODE

Art. 3º - Fica suplementado na importância de R\$ 89.629,00 (oitenta e nove mil seiscentos e vinte e nove reais) por fonte de recurso do Superávit Financeiro de 2014, na Unidade Gestora Fundo Municipal de Saúde de Pomerode, conforme prevê o Artigo 9º, item III da Lei nº 2.688 de 10/12/2014, Art. 43, parágrafo 1º, item I da Lei 4.320 de 17/03/1964, destinado aos seguintes Programas e Dotações abaixo discriminados:

ÓRGÃO: 19.000 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

Unidade Orçamentária: 19.001 – Fundo Municipal de Saúde
Projeto/Atividade: 10.301.0060.2043 – Manut.da Secr.de Saúde Recursos SUS

Elemento: 319000.00 – Aplicações Diretas

Vinc. p/ Fonte Recursos: 03380401– Progr.Vig.Epidemiológica R\$ 70.000,00

Elemento: 339000.00 – Aplicações Diretas

Vinc. p/ Fonte Recursos: 03380401– Progr.Vig.Epidemiológica R\$ 5.200,00

Vinc. p/ Fonte Recursos: 03380402– Progr.Vig.Sanitária Federal R\$ 14.429,00

TOTAL R\$ 89.629,00

TRANSPOSIÇÕES DE DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS DO FUNDO MUNICIPAL DA SAÚDE DE POMERODE POR DESTINAÇÃO DE RECURSOS

Art. 4º - Transposição de dotação orçamentária na importância de R\$ 41.900,00 (quarenta e um mil, novecentos reais) do Orçamento em vigor, do Fundo Municipal da Saúde de Pomerode por fonte de recurso, conforme prevê o Artigo 9º, item II da Lei nº 2.688 de 10/12/2014, Art. 43, parágrafo 1º, item III da Lei 4.320 de 17/03/1964 nos seguintes Programas e Dotações abaixo discriminados:

ÓRGÃO: 19.000 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

Unidade Orçamentária: 19.001 – Fundo Municipal de Saúde
Projeto/Atividade: 10.301.0060.2043 – Manut.da Secr.de Saúde Recursos SUS

Elemento: 339000.00 – Aplicações Diretas

Vinc. p/ Fonte Recursos: 01380208– Caps R\$ 20.000,00

Elemento: 449000.00 – Aplicações Diretas

Vinc. p/ Fonte Recursos: 01380101 – Samu R\$ 9.800,00

Vinc. p/ Fonte Recursos: 01380207 –Núcleo Apoio Saúde Família NASF R\$ 12.100,00

TOTAL R\$ 41.900,00

Art 5º - Os valores resultantes das transposições do Art. 4º deste Decreto, serão destinados aos seguintes Dotações Orçamentárias abaixo discriminadas

ÓRGÃO: 19.000 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

Unidade Orçamentária: 19.001 – Fundo Municipal de Saúde
Projeto/Atividade: 10.301.0060.2043 – Manut.da Secr.de Saúde Recursos SUS

Elemento: 319000.00 – Aplicações Diretas

Vinc. p/ Fonte Recursos: 01380101 – Samu R\$ 9.800,00

Vinc. p/ Fonte Recursos: 01380207 –Núcleo Apoio Saúde Família NASF R\$ 12.100,00

Vinc. p/ Fonte Recursos: 01380208– Caps R\$ 20.000,00

TOTAL R\$ 41.900,00

Art. 6º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Pomerode, 24 de setembro de 2015.

ROLF NICLODELLI

Prefeito Municipal

MÔNICA SUSAN ZIMMER

Secretária de Gestão Admin. e Faz.

EXTRATO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO N.º 046 / 2015

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE POMERODE

SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E FORMAÇÃO EMPREENDEDORA

DIRETORIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

EXTRATO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO N.º 046 / 2015

Processo Administrativo n.º 076 / 2015.

Convite p/ Obras e Serviços de Engenharia n.º 019 / 2015.

Regime de Empreitada por Preço Unitário.

Contratante: MUNICÍPIO DE POMERODE.

Contratada: ILIG METALÚRGICA LTDA EPP.

Objeto: CONTRATAÇÃO DE PESSOA JURÍDICA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE ENGENHARIA PARA A REFORMA DO GINÁSIO DE ESPORTES DA ESCOLA BÁSICA MUNICIPAL ALMIRANTE BARROSO, LOCALIZADA NA RUA MORRO STRASSMANN, N.º 1.140 - BAIRRO REGA, POMERODE/SC, COM ÁREA DE 1.273,75 METROS QUADRADOS, COM FORNECIMENTO DE MATERIAIS, EQUIPAMENTOS E MÃO DE OBRA, EM CONFORMIDADE COM O MEMORIAL DESCRITIVO, PLANILHA ORÇAMENTÁRIA / QUANTITATIVA E MINUTA DE CONTRATO QUE SÃO INTEGRANTES DO EDITAL DE LICITAÇÃO.

Valor total Contratado: R\$54.987,34 (cinquenta e quatro mil, novecentos e oitenta e sete reais e trinta e quatro centavos).

Prazo de vigência – 60 dias – Prazo final: 22/11/2015.

Pomerode/SC, 22 de Setembro de 2015.

ROLF NICLODELLI

Prefeito Municipal de Pomerode

Ponte Serrada

PREFEITURA

DECRETO 690/2015

DECRETO Nº 690/2015, DE 24 DE SETEMBRO DE 2015.

“NOMEIA E EMPOSSA MEMBROS DO CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE.”

EDUARDO COPPINI, Prefeito do Município de Ponte Serrada, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhes são conferidas pela Lei nº 2.057/2009 de 05 de maio de 2009.

DECRETA:

Art. 1º Ficam nomeados e empossados para compor o Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente do Município de Ponte Serrada, os membros a seguir:

REPRESENTANTE DA SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL:

Titular: Laisa Lourdes Mendes

Suplente: Rafaela Aparecida Rocha Pain

REPRESENTANTE SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA, ESPORTE E LAZER

Titular: Grazieli Melania Acunha

Suplente: Tailene Santor da Rosa

REPRESENTANTE SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

Titular: Ana Paula Lorenzet

Suplente: Adriana Teixeira Pain

REPRESENTANTE SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

Titular: Ricardo Ferreira Dalla Vechia

Suplente: Sidiane de Fátima Fogaça Guidini

REPRESENTANTE SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA E DO MEIO AMBIENTE

Titular: Genoir Bisatto

Suplente: Juliane Luiza Pain

NÃO – GOVERNAMENTAL

ASSOCIAÇÃO CULTURAL EDUCACIONAL E SOCIAL BELEM – ACESB

Titular: Nair Moreira

Suplente: Elizandro da Silva Moreira

APP – ASSOCIAÇÃO DE PAIS E PROFESSORES DA ESCOLA ESTADUAL BELERMINO

Titular: Dirceu de Almeida

Suplente: Veneri José Xavier

APAE – Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais – Padre Adriano Temink

Titular: Tanara Terezinha Fogaça Zatti

Suplente: Rosimeri Aparecida Vicensi

REPRESENTANTE DA PASTORAL DA CRIANÇA

Titular: Zenir Todescatti

Suplente: Maria Helena Chitto

REPRESENTANTE DA PASTORAL DA JUVENTUDE

Titular: Vanderlei da Silveira

Suplente: Julio Cesar Sbardella Dallorsoleta

Art. 2º - O trabalho dos membros nomeados e empossados,

considerado de natureza relevante e notório comunitário e social, dar-se-á em regime gratuito, sem ônus para os cofres públicos municipais.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrario especialmente o Decreto nº 330/2015 de 11 de Março de 2015.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE PONTE SERRADA, ESTADO DE SANTA CATARINA, EM 24 DE SETEMBRO DE 2015.

EDUARDO COPPINI

Prefeito Municipal

EXTRATO 77/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA MUNICÍPIO DE PONTE SERRADA
PROCESSO LICITATÓRIO N.º 077/2015 PREGÃO PRESENCIAL N.º 039/2015

O Município de

Ponte Serrada torna público, que fará Licitação na modalidade Pregão Presencial objetivando contratação de empresa especializada para instalação de antena para internet e telefonia rural na comunidade do Rio do Mato, no Município de Ponte Serrada.

Recebimento de Envelopes: até as 08:20MIN do dia 15/10/2015.
Abertura: às 08h30min horas do dia 15/10/2015.

Informações Complementares: Edital em inteiro teor e demais informações poderão ser obtidos de segunda a sexta-feira no Setor de Licitações, na Prefeitura Municipal de Ponte Serrada, Rua Madre Maria Theodora, n.º 264, Bairro Centro, no horário das 07h00min às 13:00 e pelo site www.ponteserrada.sc.gov.br, ou pelo telefone (0XX49) 34350122 e pelo e-mail: comprasps01@gmail.com.

Ponte Serrada, 01 de outubro de 2015.

EDUARDO COPPINI

PREFEITO MUNICIPAL

EXTRATO CONTRATO 2015

CONTRATO Nº 0137/2015

PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 0073/2015

DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 0020/2015

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE PONTE SERRADA/SC

CONTRATADO: COMERCIAL DE GREGORI ME

CNPJ: 02.432.480/0001-95

OBJETO: AQUISIÇÃO DE MANTA MICROFIBRA 100% POLIÉSTER E COLCHÃO INFANTIL DE ESPUMA TAMANHO 12X60X130 CM PARA A MANUTENÇÃO DOS CENTROS DE EDUCAÇÃO INFANTIL – CEIS DO MUNICÍPIO DE PONTE SERRADA – SECRETARIA DE EDUCAÇÃO – PROGRAMA BRASIL CARINHOSO.

VALOR: R\$ 7.390,00 (Sete mil e trezentos e noventa reais)

VIGÊNCIA: DE 24 DE SETEMBRO DE 2015 À 31 DE DEZEMBRO DE 2015.

CONTRATO Nº 0138/2015

PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 0074/2015

DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 0021/2015

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE PONTE SERRADA/SC

CONTRATADO: VANIA JOSEFINA BOCCALON MORETTO ME

CNPJ: 80.711.039/0001-56

OBJETO: AQUISIÇÃO DE TRAVESSEIRO MICROFIBRA 45x65 CM PARA A MANUTENÇÃO DOS CENTROS DE EDUCAÇÃO INFANTIL – CEIs DO MUNICÍPIO DE PONTE SERRADA – SECRETARIA DE EDUCAÇÃO – PROGRAMA BRASIL CARINHOSO.

VALOR: R\$ 2.340,00 (Dois mil e trezentos e quarenta reais)

VIGÊNCIA: DE 24 DE SETEMBRO DE 2015 À 31 DE DEZEMBRO DE 2015.

EXTRATOS DE CONTRATO 2015

CONTRATO Nº 0139/2015

PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 0075/2015

DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 0022/2015

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE PONTE SERRADA/SC

CONTRATADO: JANDIRA CAPPELLARO RODRIGUES ME

CNPJ: 85.230.852/0001-28

OBJETO: AQUISIÇÃO DE CARRINHO PARA PIPOCA COMPACTO E MÁQUINA PARA ALGODÃO DOCE PARA MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES NOS CENTROS DE EDUCAÇÃO INFANTIL – CEIs DO MUNICÍPIO DE PONTE SERRADA – PROGRAMA BRASIL CARINHOSO

VALOR: R\$ 3.980,00 (Três mil e novecentos e oitenta reais)

VIGÊNCIA: DE 29 DE SETEMBRO DE 2015 À 31 DE DEZEMBRO DE 2015.

CONTRATO Nº 0140/2015

PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 0076/2015

DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 0023/2015

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE PONTE SERRADA/SC

CONTRATADO: MARCIO ANTONIO MORÁS ME

CNPJ: 85.253.474/0001-06

OBJETO: AQUISIÇÃO DE CAMA ELÁSTICA 3.20x27.0 COM PROTEÇÃO PARA MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES NOS CENTROS DE EDUCAÇÃO INFANTIL – CEIs DO MUNICÍPIO DE PONTE SERRADA – PROGRAMA BRASIL CARINHOSO

VALOR: R\$ 3.398,00 (Três mil e trezentos e noventa e oito reais)

VIGÊNCIA: DE 29 DE SETEMBRO DE 2015 À 31 DE DEZEMBRO DE 2015.

Porto Belo

PREFEITURA

ANEXO 1 RGF - 1º SEMESTRE 2015

MUNICÍPIO DE PORTO BELO - SC - PODER EXECUTIVO
PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO BELO
RELATÓRIO DA GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JULHO/2014 A JUNHO/2015

RGF – ANEXO 1 (LRF, art. 55, inciso I, alínea "a")

R\$ 1,00

DESPESAS COM PESSOAL	DESPESAS EXECUTADAS (Últimos 12 Meses)	
	LIQUIDADAS (a)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (b)
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)	28.375.539,29	539,04
Pessoal Ativo	27.135.249,10	0,00
Pessoal Inativo e Pensionista	1.240.290,19	0,00
Outras Despesas de Pessoal decorrentes de Contratos de Terceirização (§ 1º do art. 18 da LRF)	0,00	539,04
DESPESAS NÃO COMPUTADAS (§ 1º do art. 19 da LRF) (II)	1.689.545,95	0,00
Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária	450.256,08	0,00
Decorrentes de Decisão Judicial de período anterior ao da apuração	0,00	0,00
Despesas de Exercícios Anteriores	0,00	0,00
Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados	1.239.289,87	0,00
DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I-II)	26.685.993,34	539,04
APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL	VALOR	% SOBRE A RCL
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (IV)	51.236.126,64	-
DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP (V) = (III a + III b)	26.686.532,38	52,09
LIMITE MÁXIMO (VI) (incisos I, II e III, art. 20 da LRF)	27.667.508,39	54,00
LIMITE PRUDENCIAL (VII) = (0,95 x VI) (parágrafo único do art. 22 da LRF)	26.284.132,97	51,30
LIMITE DE ALERTA (VIII) = (0,90 x VI) (inciso II do §1º do art. 59 da LRF)	24.900.757,55	48,60

FONTE:

PORTO BELO, 29/07/2015

JOÃO ONEIDES LIRA
CONTADOR - CRC/SC 028.270/0 - 7

RENEU NYLAND
COORDENADOR DE CONTROLADOR INTEI

EVALDO JOSE GUERREIRO FILHO
PREFEITO MUNICIPAL

ROBERTO BAYER BATTISTOTTI
SECRETÁRIO DA FAZENDA

ANEXO 1 RREO - 3º BIMESTRE 2015

Município de PORTO BELO - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A JUNHO 2015/BIMESTRE MAIO - JUNHO

RREO - ANEXO 1 (LRF, Art. 52, inciso I, alíneas "a" e "b" do inciso II e § 1º)

R\$ 1,00

RECEITAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS				SALDO A REALIZAR (a - c)
			No Bimestre (b)	% (b/a)	Até o Bimestre (c)	% (c/a)	
RECEITAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)	72.833.849,10	72.833.849,10	8.899.002,53	12,22	29.992.822,60	41,18	42.841.026,50
RECEITAS CORRENTES	55.083.849,10	55.083.849,10	8.392.375,61	15,24	28.486.786,79	51,72	26.597.062,31
RECEITA TRIBUTÁRIA	16.126.500,00	16.126.500,00	1.920.706,95	11,91	9.485.931,81	58,82	6.640.568,19
IMPOSTOS	13.800.500,00	13.800.500,00	1.583.426,72	11,47	7.781.918,12	56,39	6.018.581,88
TAXAS	2.326.000,00	2.326.000,00	307.783,42	13,23	1.674.326,93	71,98	65.1673,07
CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIA	0,00	0,00	29.496,81	0,00	29.686,76	0,00	-29.686,76
RECEITAS DE CONTRIBUIÇÕES	2.000.000,00	2.000.000,00	424.542,07	21,23	1.153.472,93	57,67	846.527,07
CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS	1.000.000,00	1.000.000,00	193.999,54	19,40	477.337,80	47,73	522.662,20
CONTRIBUIÇÃO DO SERVIÇO DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA	1.000.000,00	1.000.000,00	230.542,53	23,05	676.135,13	67,61	323.864,87
RECEITA PATRIMONIAL	1.637.700,00	1.637.700,00	312.907,38	19,11	904.476,41	55,23	733.223,59
RECEITAS DE VALORES MOBILIÁRIOS	1.637.700,00	1.637.700,00	312.907,38	19,11	904.476,41	55,23	733.223,59
RECEITA DE SERVIÇOS	5.000,00	5.000,00	20.015,65	400,31	35.159,58	703,19	-30.159,58
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	32.903.349,10	32.903.349,10	5.487.829,20	16,68	16.011.616,14	48,66	16.891.732,96
TRANSFERÊNCIAS INTERGOVERNAMENTAIS	32.893.349,10	32.893.349,10	5.487.829,20	16,68	16.001.616,14	48,65	16.891.732,96
TRANSFERÊNCIAS DE INSTITUIÇÕES PRIVADAS	5.000,00	5.000,00	0,00	0,00	10.000,00	200,00	-5.000,00
TRANSF. DE PESSOAS	5.000,00	5.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	5.000,00
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	2.411.300,00	2.411.300,00	226.374,36	9,39	896.129,92	37,16	1.515.170,08
MULTAS E JUROS DE MORA	464.300,00	464.300,00	92.795,57	19,99	329.634,16	71,00	134.665,84
INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	2.000,00	2.000,00	5.737,44	286,87	41.071,13	2.053,56	-39.071,13
RECEITA DA DIVIDAATIVA	944.000,00	944.000,00	98.577,17	10,44	463.818,30	49,13	480.181,70
RECEITAS DIVERSAS	1.001.000,00	1.001.000,00	29.264,18	2,92	61.606,33	6,15	939.393,67
RECEITAS DE CAPITAL	17.750.000,00	17.750.000,00	506.626,92	2,85	1.506.035,81	8,48	16.243.964,19
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	2.500.000,00	2.500.000,00	420.028,32	16,80	420.028,32	16,80	2.079.971,68
OPERAÇÕES DE CRÉDITO INTERNAS	2.500.000,00	2.500.000,00	420.028,32	16,80	420.028,32	16,80	2.079.971,68
ALIENAÇÃO DE BENS	50.000,00	50.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	50.000,00
ALIENAÇÃO DE BENS MÓVEIS	50.000,00	50.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	50.000,00
TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	15.200.000,00	15.200.000,00	86.598,60	0,57	1.086.007,49	7,14	14.113.992,51
TRANSFERÊNCIAS INTERGOVERNAMENTAIS	800.000,00	800.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	800.000,00
TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS	14.400.000,00	14.400.000,00	86.598,60	0,60	1.086.007,49	7,54	13.313.992,51
RECEITAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)	1.550.000,00	1.550.000,00	296.879,61	19,15	789.673,75	50,95	760.326,25
SUBTOTAL DAS RECEITAS (III) = (I + II)	74.383.849,10	74.383.849,10	9.195.882,14	12,36	30.782.496,35	41,38	43.601.352,75

Continua 1/4

29/07/2015 13:00:30 - Sistema Sapo Versão 6.0.0.1 - SECRETARIA DA FAZENDA

Município de PORTO BELO - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A JUNHO 2015/BIMESTRE MAIO - JUNHO

Continuação 2/4

RECEITAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS				SALDO A REALIZAR (a - c)
			No Bimestre (b)	% (b/a)	Até o Bimestre (c)	% (c/a)	
OPERAÇÕES DE CRÉDITO - REFINANCIAMENTO (IV)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Operações de Crédito Internas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Mobilizatória	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contratual	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Operações de Crédito Externas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Mobilizatória	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contratual	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (V) = (III + IV)	74.383.849,10	74.383.849,10	9.195.882,14	12,36	30.782.496,35	41,38	43.601.352,75
DÉFICIT (VI)	—	—	—	—	—	—	—
TOTAL (VII) = (V + VI)	74.383.849,10	74.383.849,10	9.195.882,14	12,36	30.782.496,35	41,38	43.601.352,75
SALDO DE EXERCÍCIOS ANTERIORES (UTILIZADOS PARA CRÉDITOS ADICIONAIS)	—	3.439.127,51	—	—	874.483,49	—	—
Superávit Financeiro	—	3.439.127,51	—	—	874.483,49	—	—
Reabertura de Créditos Adicionais	—	0,00	—	—	0,00	—	—

DESPESAS	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS		SALDO	DESPESAS LIQUIDADAS		SALDO	DESPESAS PAGAS ATÉ O BIMESTRE
			No Bimestre	Até o Bimestre		No Bimestre	Até o Bimestre		
	(d)	(e)		(f)	(g) = (e-f)		(h)	(i) = (e-h)	(j)
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (VIII)	72.725.349,10	83.767.446,65	7.741.384,77	38.896.258,71	44.871.187,94	8.880.416,51	25.921.848,67	57.845.597,98	25.365.564,41
DESPESAS CORRENTES	45.442.239,10	48.328.072,96	6.679.428,60	31.524.153,40	16.803.919,56	7.905.895,67	23.881.839,62	24.446.233,34	23.342.068,36
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	26.970.700,00	27.197.638,00	4.680.820,45	14.552.858,03	12.644.779,97	4.835.129,67	13.941.353,62	13.256.284,38	13.717.320,56
JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	250.000,00	303.000,00	38.324,66	252.904,78	50.095,22	40.133,61	106.258,85	196.741,15	106.258,85
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	16.313.539,10	18.549.434,96	1.715.941,51	14.736.782,29	3.812.652,67	2.623.616,30	8.579.995,37	9.969.439,59	8.304.324,88
Transferências a União	1.908.000,00	2.278.000,00	254.341,98	1.981.608,30	296.391,70	406.816,09	1.254.231,78	1.023.768,22	1.214.164,07
DESPESAS DE CAPITAL	24.803.110,00	32.969.373,69	1.061.956,17	7.372.105,31	25.587.268,38	974.720,84	2.040.009,05	30.919.364,64	2.023.496,05
INVESTIMENTOS	23.998.346,00	32.207.609,69	968.289,23	6.940.849,68	25.266.760,01	894.704,37	1.790.719,32	30.416.890,37	1.774.206,32
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	804.764,00	751.764,00	93.666,94	431.255,63	320.508,37	80.016,47	249.289,73	502.474,27	249.289,73
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	2.480.000,00	2.480.000,00	0,00	0,00	2.480.000,00	0,00	0,00	2.480.000,00	0,00
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	2.480.000,00	2.480.000,00	0,00	0,00	2.480.000,00	0,00	0,00	2.480.000,00	0,00

Continua 2/4

29/07/2015 13:00:30 - Sistema Sapo Versão 6.0.0.1 - SECRETARIA DA FAZENDA

Município de PORTO BELO - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A JUNHO 2015/BIMESTRE MAIO - JUNHO

Continuação 3/4

DESPESAS	DOTAÇÃO INICIAL (d)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (e)	DESPESAS EMPENHADAS		SALDO (g) = (e-f)	DESPESAS LIQUIDADAS		SALDO (i) = (e-h)	DESPESAS PAGAS ATÉ O BIMESTRE (j)
			No Bimestre	Até o Bimestre		No Bimestre	Até o Bimestre		
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (VIII)	72.725.349,10	83.767.446,65	7.741.384,77	38.896.258,71	44.871.187,94	8.880.416,51	25.921.848,67	57.845.597,98	25.365.564,41
RESERVA DO RPPS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (IX)	1.658.500,00	1.658.500,00	277.986,26	869.427,18	789.072,82	287.275,87	835.382,25	823.107,75	676.564,83
SUBTOTAL DAS DESPESAS (X) = (VIII + IX)	74.383.849,10	85.425.946,65	8.019.371,03	39.765.685,89	45.660.260,76	9.167.692,38	26.757.240,92	58.668.705,73	26.042.129,24
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA-REFINANCIAMENTO (XI)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida Interna	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Dívidas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida Externa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Dívidas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (XII) = (X + XI)	74.383.849,10	85.425.946,65	8.019.371,03	39.765.685,89	45.660.260,76	9.167.692,38	26.757.240,92	58.668.705,73	26.042.129,24
SUPERÁVIT (XIII)	—	—	—	—	—	—	4.025.255,43	—	30.782.496,35
TOTAL (XIV) = (XII + XIII)	74.383.849,10	85.425.946,65	8.019.371,03	39.765.685,89	—	9.167.692,38	30.782.496,35	—	56.824.625,59

RECEITAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS)	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS				SALDO (a - c)
			No Bimestre (b)	% (b/a)	Até o Bimestre (c)	% (c/a)	
Receitas (Intra-Orçamentárias)	1.550.000,00	1.550.000,00	296.879,61	19,15	789.673,75	50,95	760.326,25
RECEITAS CORRENTES INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	1.550.000,00	1.550.000,00	296.879,61	19,15	789.673,75	50,95	760.326,25
RECEITA DE CONTRIBUIÇÕES	1.550.000,00	1.550.000,00	296.879,61	19,15	789.673,75	50,95	760.326,25
CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS - INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	1.550.000,00	1.550.000,00	296.879,61	19,15	789.673,75	50,95	760.326,25

Continua 3/4

29/07/2015 13:00:30 - Sistema Sapo Versão 6.0.0.1 - SECRETARIA DA FAZENDA

Município de PORTO BELO - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A JUNHO 2015/BIMESTRE MAIO - JUNHO

Continuação 4/4

DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS)	DOTAÇÃO INICIAL (d)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (e)	DESPESAS EMPENHADAS		SALDO (g) = (e-f)	DESPESAS LIQUIDADAS		SALDO (i) = (e-h)	DESPESAS PAGAS ATÉ O BIMESTRE (j)
			No Bimestre	Até o Bimestre		No Bimestre	Até o Bimestre		
Despesas Intra-Orçamentárias	1.658.500,00	1.658.500,00	277.986,26	869.427,18	789.072,82	287.275,87	835.392,25	823.107,75	676.564,83
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	1.658.500,00	1.658.500,00	277.986,26	869.427,18	789.072,82	287.275,87	835.392,25	823.107,75	676.564,83

FONTE:

Nota: O Superávit proveniente do Regime Próprio da Previdência Social - RPPS foi de R\$ 1.267.011,55

PORTO BELO, 29/07/2015

JOÃO ONEIDES LIRA
CONTADOR - CRC/SC 028.270/0 - 7

RENEU NYLAND
COORDENADOR DE CONTROLADOR INTERNO

EVALDO JOSE GUERREIRO FILHO
PREFEITO MUNICIPAL

ROBERTO BAYER BATTISTOTTI
SECRETÁRIO DA FAZENDA

29/07/2015 13:00:30 - Sistema Sapo Versão 6.0.0.1 - SECRETARIA DA FAZENDA

ANEXO 12 RREO - 3º BIMESTRE 2015

Município de PORTO BELO - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A JUNHO 2015/BIMESTRE MAIO - JUNHO

RREO - ANEXO 12 (LC 141/2012, art. 35)

R\$ 1,00

RECEITAS PARA APURAÇÃO DA APLICAÇÃO EM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS	
			Até o Bimestre (b)	% (b/a)*100
RECEITA DE IMPOSTOS LÍQUIDA (I)	14.948.800,00	14.948.800,00	8.392.685,97	56,14
Imposto Predial e Territorial Urbano - IPTU	7.198.500,00	7.198.500,00	5.032.850,67	69,92
Imposto sobre Transmissão de Bens Intervivos - ITBI	3.490.000,00	3.490.000,00	1.302.952,04	37,33
Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISS	2.797.000,00	2.797.000,00	1.300.739,30	46,50
Imposto de Renda Retido na Fonte - IRRF	315.000,00	315.000,00	145.366,11	46,15
Multas, Juros de Mora e Outros Encargos dos Impostos	38.300,00	38.300,00	20.201,12	52,74
Divida Ativa dos Impostos	850.000,00	850.000,00	390.676,33	45,95
Multas, Juros de Mora e Outros Encargos da Divida Ativa	260.000,00	260.000,00	199.690,40	76,80
RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS (II)	22.440.000,00	22.440.000,00	10.805.992,96	48,16
Cota-Parte FPM	13.500.000,00	13.500.000,00	6.487.357,99	48,05
Cota-Parte ITR	10.000,00	10.000,00	1.116,01	11,16
Cota-Parte IPVA	1.800.000,00	1.800.000,00	861.235,08	47,85
Cota-Parte ICMS	7.000.000,00	7.000.000,00	3.388.869,04	48,41
Cota-Parte IP-Estação	100.000,00	100.000,00	53.405,68	53,41
Compensação Financeiras Provenientes de Impostos e Transferências Constitucionais	30.000,00	30.000,00	13.999,16	46,66
Desoneração ICMS (LC 87/96)	30.000,00	30.000,00	13.999,16	46,66
TOTAL DAS RECEITAS PARA APURAÇÃO DA APLICAÇÃO EM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE (III) = I + II	37.388.800,00	37.388.800,00	19.198.678,93	51,35

RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DA SAÚDE	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (c)	RECEITAS REALIZADAS	
			Até o Bimestre (d)	% (d/c)*100
TRANSFERÊNCIA DE RECURSOS DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE-SUS	3.595.000,00	3.595.000,00	1.139.608,45	31,70
Provenientes da União	3.595.000,00	3.595.000,00	1.139.608,45	31,70
RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO VINCULADAS À SAÚDE	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS RECEITAS PARA FINANCIAMENTO DA SAÚDE	2.000,00	2.000,00	5.853,01	292,65
TOTAL RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DA SAÚDE	3.597.000,00	3.597.000,00	1.145.461,46	31,84

DESPESAS COM SAÚDE (Por Grupo de Natureza da Despesa)	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (e)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS	
			Até o Bimestre (f)	% (f/e)*100	Até o Bimestre (g)	% (g/e)*100
DESPESAS CORRENTES	9.787.460,00	9.955.875,84	6.313.012,12	63,41	4.852.631,10	48,74
Pessoal e Encargos Sociais	6.114.700,00	6.038.700,00	3.278.550,79	54,29	3.265.401,59	54,07
Outras Despesas Correntes	3.672.760,00	3.917.175,84	3.034.461,33	77,47	1.587.229,51	40,52

Continua 1/4

29/07/2015 13:59:35 - Sistema Sapo Versão 6.0.0.1 - SECRETARIA DA FAZENDA

Município de PORTO BELO - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A JUNHO 2015/BIMESTRE MAIO - JUNHO

Continuação 2/4

DESPESAS COM SAÚDE (Por Grupo de Natureza da Despesa)	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (e)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS	
			Até o Bimestre (f)	% (f/e)*100	Até o Bimestre (g)	% (g/e)*100
DESPESAS DE CAPITAL	1.350.355,00	1.392.239,00	605.709,35	43,51	399.138,88	28,67
Investimentos	1.350.355,00	1.392.239,00	605.709,35	43,51	399.138,88	28,67
TOTAL DAS DESPESAS COM SAÚDE (IV)	11.137.816,00	11.348.114,84	6.918.721,47	60,97	5.251.769,98	46,28
DESPESAS COM SAÚDE NÃO COMPUTADAS PARA FINS DE APURAÇÃO DO PERCENTUAL MÍNIMO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS	
			Até o Bimestre (h)	% (h/iv)*100	Até o Bimestre (i)	% (i/iv)*100
DESPESAS COM INATIVOS E PENSIONISTAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESA COM ASSISTÊNCIA À SAÚDE QUE NÃO ATENDE AO PRINCÍPIO DE ACESSO UNIVERS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS CUSTEADAS COM OUTROS RECURSOS	3.595.000,00	3.711.415,84	1.791.121,62	25,89	1.502.545,04	28,61
Recursos de Transferências do Sistema Único de Saúde - SUS	3.595.000,00	3.711.415,84	1.791.121,62	25,89	1.502.545,04	28,61
Recursos de Operações de Crédito	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Recursos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS AÇÕES E SERVIÇOS NÃO COMPUTADOS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS INSCRITOS INDEVIDAMENTE NO EXERCÍCIO SEM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA	-	-	0,00	0,00	-	-
DESPESAS CUSTEADAS COM DISPONIBILIDADE DE CAIXA VINCULADA AOS RESTOS A PAGAR CANCELADOS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS CUSTEADAS COM RECURSOS VINCULADOS À PARCELA DO PERCENTUAL MÍNIMO QUE	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS DESPESAS COM SAÚDE NÃO COMPUTADAS (V)	3.595.000,00	3.711.415,84	1.791.121,62	25,89	1.502.545,04	28,61
TOTAL DAS DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE (VI) = (IV + V)	7.542.816,00	7.636.699,00	5.127.599,85	74,11	3.749.224,94	71,39
PERCENTUAL DE APLICAÇÃO EM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE SOBRE A RECEITA DE IMPOSTOS LÍQUIDA E TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS (VII%) = (VI / IIIb x 100) - LIMITE CONSTITUCIONAL 15% 4 e 5						19,53
VALOR REFERENTE À DIFERENÇA ENTRE O VALOR EXECUTADO E O LIMITE MÍNIMO CONSTITUCIONAL [(VI) - (15 x IIIb)/100%]						869.423,10

Continua 2/4

29/07/2015 13:59:35 - Sistema Sapo Versão 6.0.0.1 - SECRETARIA DA FAZENDA

Município de PORTO BELO - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A JUNHO 2015/BIMESTRE MAIO - JUNHO

Continuação 3/4

EXECUÇÃO DE RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS INSCRITOS COM DISPONIBILIDADE DE CAIXA	INSCRITOS	CANCELADOS/ PRESCRITOS	PAGOS	A PAGAR	PARCELA CONSIDERADA NO LIMITE	
Inscritos em 2014	1.021.002,51	20.000,00	421.384,96	599.617,55	0,00	
TOTAL	1.021.002,51	20.000,00	421.384,96	599.617,55	0,00	
CONTROLE DOS RESTOS A PAGAR CANCELADOS OU PRESCRITOS PARA FINS DE APLICAÇÃO DA DISPONIBILIDADE DE CAIXA CONFORME ARTIGO 24, §1º E 2º	RESTOS A PAGAR CANCELADOS OU PRESCRITOS					
	SALDO INICIAL	DESPESAS CUSTEADAS NO EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA (j)		SALDO FINAL(NÃO APLICADO)		
Restos a Pagar Não Processados Cancelados ou Prescritos em 2014	0,00	0,00		0,00		
TOTAL (VIII)	0,00	0,00		0,00		
CONTROLE DO VALOR REFERENTE AO PERCENTUAL MÍNIMO NÃO CUMPRIDO EM EXERCÍCIOS ANTERIORES PARA FINS DE APLICAÇÃO DOS RECURSOS VINCULADOS CONFORME ARTIGOS 25 E 26	LIMITE NÃO CUMPRIDO					
	SALDO INICIAL	DESPESAS CUSTEADAS NO EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA (k)		SALDO FINAL(NÃO APLICADO)		
	-			-		
DESPESAS COM SAÚDE (Por Substituição)	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS	
			Até Bimestre (l)	% (l/Total l)*100	Até Bimestre (m)	% (m/Total m)*100
Atenção Básica	8.232.616,00	8.335.499,00	4.874.916,17	70,46	4.192.180,49	79,82
Assistência Hospitalar e Ambulatorial	2.341.000,00	2.448.415,84	1.794.498,46	25,94	855.928,22	16,30
Suporte Profilático e Terapêutico	320.000,00	320.000,00	167.211,96	2,42	132.547,19	2,52
Vigilância Sanitária	108.200,00	108.200,00	29.647,04	0,43	18.666,24	0,36
Vigilância Epidemiológica	136.000,00	136.000,00	52.447,84	0,76	52.447,84	1,00
TOTAL	11.137.816,00	11.348.114,84	6.918.721,47	100,00	5.251.769,98	100,00

FONTE:

1 Essa linha apresentará valor somente no Relatório Resumido da Execução Orçamentária do último bimestre do exercício.

2 O valor apresentado na intercessão com a coluna "l" ou com a coluna "l+h" (último bimestre) deverá ser o mesmo apresentado no "total l".

3 O valor apresentado na intercessão com a coluna "m" ou com a coluna "m+h" (último bimestre) deverá ser o mesmo apresentado no "total m".

4 Limite anual mínimo a ser cumprido no encerramento do exercício. Deverá ser informado o limite estabelecido na Lei Orgânica do Município quando o percentual nela estabelecido for superior ao fixado na LC nº 141/2012.

5 Durante o exercício esse valor servirá para o monitoramento previsto no art. 23 da LC 141/2012.

6 No último bimestre, será utilizada a fórmula $[M/(h+1) - (15 \times IIIb)/100]$

Continua 3/4

29/07/2015 13:59:35 - Sistema Sapo Versão 6.0.0.1 - SECRETARIA DA FAZENDA

Município de PORTO BELO - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A JUNHO 2015/BIMESTRE MAIO - JUNHO

Continuação 4/4

PORTO BELO, 29/07/2015

JOÃO ONEIDES LIRA
CONTADOR - CRC/SC 028.270/0 - 7

RENEU NYLAND
COORDENADOR DE CONTROLADOR INTERNO

EVALDO JOSE GUERREIRO
PREFEITO MUNICIPAL

ROBERTO BAYER BATTISTOTTI
SECRETÁRIO DA FAZENDA

29/07/2015 13:59:35 - Sistema Sapo Versão 6.0.0.1 - SECRETARIA DA FAZENDA

ANEXO 13 RREO - 3º BIMESTRE 2015

Município de PORTO BELO - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS PARCERIAS PÚBLICO-PRIVADAS
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A JUNHO 2015/BIMESTRE MAIO - JUNHO

RREO - Anexo 13 (Lei nº 11.079, de 30.12.2004, arts. 22, 25 e 28) RS\$ 1,00

ESPECIFICAÇÃO	SALDO TOTAL EM 31 DE DEZEMBRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR (a)	REGISTROS EFETUADOS EM 2015		SALDO TOTAL (c) = (a + b)
		No Bimestre	Até o Bimestre(b)	

NADA A DECLARAR

DESPESAS DE PPP	EXERCÍCIO ANTERIOR	EXERCÍCIO CORRENTE	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024
-----------------	--------------------	--------------------	------	------	------	------	------	------	------	------	------

NADA A DECLARAR

FONTE:

PORTO BELO, 29/07/2015

JOÃO ONEIDES LIRA CONTADOR - CRC/SC 028.270/0 - 7	RENEU NYLAND COORDENADOR DE CONTROLADOR INTE	EVALDO JOSE GUERREIRO FILHO PREFEITO MUNICIPAL
ROBERTO BAYER BATTISTOTTI SECRETÁRIO DA FAZENDA		

ANEXO 14 RREO - 3º BIMESTRE 2015

Município de PORTO BELO - SC

DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

JANEIRO A JUNHO 2015/BIMESTRE MAIO - JUNHO

LRF, Art. 48 - Anexo 14

R\$ 1,00

BALANÇO ORÇAMENTÁRIO		Até o Bimestre		
RECEITAS				
Previsão Inicial		74.383.849,10		
Previsão Atualizada		74.383.849,10		
Receitas Realizadas		30.782.496,35		
Déficit Orçamentário		0,00		
Saldo de Exercícios Anteriores (Utilizados para Créditos Adicionais)		874.483,49		
DESPESAS				
Dotação Inicial		74.383.849,10		
Créditos Adicionais		11.042.097,55		
Dotação Atualizada		85.425.946,65		
Despesas Empenhadas		39.765.685,89		
Despesas Liquidadas		26.757.240,92		
Despesas pagas		26.042.129,24		
Superavit Orçamentário		4.025.255,43		
DESPESAS POR FUNÇÃO / SUBFUNÇÃO		Até o Bimestre		
Despesas Empenhadas		39.765.685,89		
Despesas Liquidadas		26.757.240,92		
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL		Até o Bimestre		
Receita Corrente Líquida		51.236.126,64		
RECEITAS / DESPESAS DOS REGIMES DE PREVIDÊNCIA		Até o Bimestre		
Regime Próprio de Previdência dos Servidores				
Receitas Previdenciárias Realizadas(IV)		1.703.584,92		
Despesas Previdenciárias Liquidadas (V)		654.512,25		
Resultado Previdenciário (VI) = (IV - V)		1.049.072,67		
RESULTADOS NOMINAL E PRIMÁRIO	Meta Fixada no Anexo de Metas Fiscais da LDO (a)	Resultado Apurado até o Bimestre (b)	% em Relação à Meta (b/a)	
Resultado Nominal	5.647.000,00	-1.090.461,38	-19,31	
Resultado Primário	-4.582.936,00	3.056.299,28	-66,69	
RESTOS A PAGAR POR PODER E MINISTÉRIO PÚBLICO	Inscrição	Cancelamento até o Bimestre	Pagamento até o Bimestre	Saldo a Pagar
RESTOS A PAGAR NÃO-PROCESSADOS	4.113.240,79	26.998,28	2.073.413,73	2.012.828,78
EXECUTIVO	3.673.186,31	26.986,28	2.037.443,80	1.608.756,23
LEGISLATIVO	39.851,74	12,00	16.208,15	23.631,59
EXECUTIVO	397.968,74	0,00	19.681,78	378.286,96
LEGISLATIVO	2.234,00	0,00	80,00	2.154,00
RESTOS A PAGAR PROCESSADOS	983.335,45	403,65	961.633,25	21.298,55
EXECUTIVO	851.222,26	131,01	845.754,25	5.337,00
LEGISLATIVO	4.071,34	272,64	273,00	3.525,70
EXECUTIVO	78,40	0,00	0,00	78,40
LEGISLATIVO	234,09	0,00	0,00	234,09
EXECUTIVO	127.729,36	0,00	115.606,00	12.123,36
TOTAL:	5.096.576,24	27.401,93	3.035.046,98	2.034.127,33

Continua 1/2

29/07/2015 18:10:39 - Sistema Sapo Versão 6.0.0.1 - SECRETARIA DA FAZENDA

Município de PORTO BELO - SC

Continuação 2/2

DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A JUNHO 2015/BIMESTRE MAIO - JUNHO

LRF, Art. 48 - Anexo 14

R\$ 1,00

DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO		Valor apurado até o Bimestre	Limites Constitucionais Anuais	
			% Mínimo a Aplicar no Exercício	% Aplicado até o Bimestre
Mínimo Anual de 25% das Receitas de Impostos na Manutenção e Desenvolvimento do Ensino		5.119.888,28	25%	26,67
Mínimo Anual de 60% do FUNDEB na Remuneração do Magistério com Educação Infantil e Ensino Fundamental		4.212.849,03	60%	82,64
RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO E DESPESAS DE CAPITAL			Valor apurado até o Bimestre	Saldo não Realizado
Receitas de Operações de Crédito			420.028,32	2.079.971,68
Despesa de Capital Líquida			2.040.009,05	30.919.364,64
PROJEÇÃO ATUARIAL DOS REGIMES DE PREVIDÊNCIA	2015	2023	2033	2048
Regime Próprio de Previdência Social dos Servidores				
Receitas Previdenciárias (IV)	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Previdenciárias (V)	0,00	0,00	0,00	0,00
Resultado Previdenciário VI = (IV - V)	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA DA ALIENAÇÃO DE ATIVOS E APLICAÇÃO DOS RECURSOS			Valor apurado até o Bimestre	Saldo a Realizar
Receita de Capital Resultante da Alienação de Ativos			0,00	50.000,00
Aplicação dos Recursos da Alienação de Ativos			0,00	0,00
DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE		Valor apurado até o Bimestre	Limite Constitucional Anual	
			% Mínimo a Aplicar no Exercício	% Aplicado até o Bimestre
Despesas Próprias com Ações e Serviços Públicos de Saúde		3.749.224,94	15,00	19,53
DESPESAS DE CARÁTER CONTINUADO DERIVADAS DE PPP		Valor apurado no exercício corrente		
Total das despesas/RCL (%)		0,00		

FONTE:

Nota: Durante o exercício, somente as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício, as despesas não liquidadas inscritas em restos a pagar não processados são também consideradas executadas. Dessa forma, para maior transparência, as despesas executadas estão segregadas em:

- a) Despesas liquidadas, consideradas aquelas em que houve a entrega do material ou serviço, nos termos do art. 63 da Lei 4.320/64;
- b) Despesas empenhadas mas não liquidadas, inscritas em Restos a Pagar não processados, consideradas liquidadas no encerramento do exercício, por força do art.35, inciso II da Lei 4.320/64.

PORTO BELO, 01/10/2015

JOÃO ONEIDES LIRA
CONTADOR - CRC/SC 028.270/0 - 7

RENEU NYLAND
COORDENADOR DE CONTROLADOR INTEI

IVALDO JOSE GUERREIRO FILHO
PREFEITO MUNICIPAL

ROBERTO BAYER BATTISTOTTI
SECRETÁRIO DA FAZENDA

29/07/2015 18:10:39 - Sistema Sapo Versão 6.0.0.1 - SECRETARIA DA FAZENDA



ANEXO 2 RGF - 1º SEMESTRE 2015

MUNICÍPIO DE PORTO BELO - SC
RELATÓRIO DA GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A JUNHO 2015

RGF – ANEXO 2 (LRF, art. 55, inciso I, alínea "b")

R\$ 1,00

<u>DÍVIDA CONSOLIDADA</u>	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2015	
		Até o 1º Semestre	Até o 2º Semestre
DÍVIDA CONSOLIDADA - DC (I)	984.335,32	4.114.605,26	0,00
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00
Dívida Contratual	968.604,90	4.100.624,84	0,00
Interna	968.604,90	4.100.624,84	0,00
Externa	0,00	0,00	0,00
Precatórios Posteriores a 05/05/2000 (Inclusive) - Vencidos e não Pagos	0,00	0,00	0,00
Outras Dívidas	15.730,42	13.980,42	0,00
DEDUÇÕES (II)	9.827.194,59	11.234.862,31	—
Disponibilidade de Caixa Bruta	10.799.441,78	12.034.333,56	0,00
Demais Haveres Financeiros	5.800,13	5.931,13	0,00
(-) Restos a Pagar Processados (Exceto Precatórios)	978.047,32	805.402,38	0,00
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA (DCL) (III) = (I - II)	-8.842.859,27	-7.120.257,05	0,00
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL	49.784.980,99	51.236.126,64	0,00
% da DC sobre a RCL [(I) / RCL]	1,98%	8,03%	
% da DCL sobre a RCL [(III) / RCL]	-17,76%	-13,90%	
LIMITE DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL - 120%	59.741.977,19	61.483.351,97	0,00
LIMITE DE ALERTA (inciso III do § 1º do art. 59 da LRF) - 108%	53.767.779,47	55.335.016,77	0,00

<u>DETALHAMENTO DA DÍVIDA CONTRATUAL</u>	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2015	
		Até o 1º Semestre	Até o 2º Semestre
DÍVIDA CONTRATUAL (IV = V + VI + VII + VIII)	968.604,90	4.100.624,84	0,00
DÍVIDA DE PPP (V)	0,00	0,00	0,00
PARCELAMENTO DE DÍVIDAS (VI)	398.495,74	3.208.062,19	0,00
De Tributos	0,00	0,00	0,00
De Contribuições Sociais	398.495,74	271.546,24	0,00
Previdenciárias	398.495,74	271.546,24	0,00
Demais Contribuições Sociais	0,00	0,00	0,00
Do FGTS	0,00	2.936.515,95	0,00
Com Instituição Não Financeira	0,00	0,00	0,00
DÍVIDA COM INSTITUIÇÃO FINANCEIRA (VII)	0,00	0,00	0,00
Interna	0,00	0,00	0,00
Externa	0,00	0,00	0,00
DEMAIS DÍVIDAS CONTRATUAIS (VIII)	570.109,16	892.562,65	0,00

<u>OUTROS VALORES NÃO INTEGRANTES DA DC</u>	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2015	
		Até o 1º Semestre	Até o 2º Semestre
PRECATÓRIOS ANTERIORES A 05/05/2000	0,00	0,00	0,00
PRECATÓRIOS POSTERIORES A 05/05/2000	0,00	0,00	0,00
INSUFICIÊNCIA FINANCEIRA	0,00	0,00	0,00
DEPÓSITOS	75.321,25	622.376,11	0,00
RP NÃO-PROCESSADOS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	4.107.704,53	14.942.975,30	0,00

FONTE:

Continua 1/2

29/07/2015 16:33:11 - Sistema Sapo Versão 6.0.0.1 - SECRETARIA DA FAZENDA

MUNICÍPIO DE PORTO BELO - SC
RELATÓRIO DA GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A JUNHO 2015

Continuação 2/2

<u>OUTROS VALORES NÃO INTEGRANTES DA DC</u>	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2015	
		Até o 1º Semestre	Até o 2º Semestre
ANTECIPAÇÕES DE RECEITA ORÇAMENTÁRIA - ARO	0,00	0,00	0,00
REGIME PREVIDENCIÁRIO			
<u>DÍVIDA CONSOLIDADA PREVIDENCIÁRIA</u>	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2015	
		Até o 1º Semestre	Até o 2º Semestre
DÍVIDA CONSOLIDADA PREVIDENCIÁRIA (IV)	0,00	0,00	0,00
Passivo Atuarial	0,00	0,00	0,00
Outras Dívidas - Inclusive precatórios vencidos e não pagos	0,00	0,00	0,00
DEDUÇÕES (V)	6.262.424,14	7.288.336,77	0,00
Disponibilidade de Caixa Bruta	315.557,41	10.364,22	0,00
Investimentos	5.952.154,86	7.278.072,55	0,00
Demais Haveres Financeiros	0,00	0,00	0,00
(-) Restos a pagar processados (exceto precatórios)	5.288,13	100,00	0,00
OBRIGAÇÕES NÃO INTEGRANTES DA DC	19.113,42	19.078,87	0,00
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA PREVIDENCIÁRIA (VI) = (IV - V)	-6.262.424,14	-7.288.336,77	0,00

1. Se o saldo apurado for negativo, ou seja, se o total do Ativo Disponível mais os Haveres Financeiros for menor que Restos a Pagar Processados, não deverá ser informado nessa linha, mas sim na linha da "Insuficiência Financeira", das Obrigações não integrantes da Dívida Consolidada - DC. Assim quando o cálculo de DEDUÇÕES (V) for negativo, colocar um "-" (traço) nessa linha.

PORTO BELO, 29/07/2015

JOÃO ONEIDES LIRA
CONTADOR - CRC/SC 028.270/0 - 7

RENEU NYLAND
COORDENADOR DE CONTROLADOR INTEF

IVALDO JOSE GUERREIRO FILHO
PREFEITO MUNICIPAL

ROBERTO BAYER BATTISTOTTI
SECRETÁRIO DA FAZENDA

FONTE:

29/07/2015 16:33:11 - Sistema Sapo Versão 6.0.0.1 - SECRETARIA DA FAZENDA

ANEXO 2 RREO - 3º BIMESTRE 2015

Município de PORTO BELO - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A JUNHO 2015/BIMESTRE MAIO - JUNHO

RREO – Anexo 2 (LRF, Art. 52, inciso II, alínea "c")

R\$ 1,00

FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS			SALDO (c) = (a-b)	DESPESAS LIQUIDADAS			SALDO (e) = (a-d)
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (b/Total b)		No Bimestre	Até o Bimestre (d)	% (d/Total d)	
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (g)	72.725.348,10	83.767.446,65	7.741.384,77	38.896.256,71	97,81	44.871.187,94	8.880.416,51	25.921.848,67	96,88	57.845.597,98
Legislativa	1.620.000,00	1.620.000,00	80.795,69	1.338.195,15	3,37	281.804,85	246.609,99	657.169,35	2,46	962.830,65
Ação Legislativa	1.620.000,00	1.620.000,00	80.795,69	1.338.195,15	3,37	281.804,85	246.609,99	657.169,35	2,46	962.830,65
Judiciária	350.000,00	350.000,00	47,11	6.733,20	0,02	343.266,80	47,11	6.733,20	0,03	343.266,80
Ação Judiciária	350.000,00	350.000,00	47,11	6.733,20	0,02	343.266,80	47,11	6.733,20	0,03	343.266,80
Administração	5.395.000,00	6.054.300,00	636.776,86	4.114.003,73	10,35	1.940.296,27	923.501,87	2.926.910,02	10,94	3.127.389,98
Administração Geral	3.868.000,00	4.120.300,00	407.078,35	2.647.112,55	6,66	1.473.187,45	632.375,76	2.051.412,24	7,67	2.068.887,76
Administração Financeira	1.427.000,00	1.771.000,00	218.920,82	1.347.609,61	3,39	423.390,39	290.342,09	807.514,32	3,02	963.465,68
Providência do Regime Estatutário	100.000,00	163.000,00	10.777,69	119.281,57	0,30	43.718,43	30.784,02	67.983,46	0,25	95.016,54
Segurança Pública	604.600,00	706.000,00	50.112,68	251.409,74	0,63	454.590,26	56.929,38	155.465,56	0,58	550.534,44
Defesa Civil	604.600,00	706.000,00	50.112,68	251.409,74	0,63	454.590,26	56.929,38	155.465,56	0,58	550.534,44
Assistência Social	1.736.480,00	2.072.320,85	312.925,43	1.180.465,09	2,97	891.855,76	302.415,15	841.930,79	3,15	1.230.390,06
Assistência ao Idoso	50.000,00	50.000,00	2.499,72	2.813,36	0,01	47.186,64	1.380,00	1.693,64	0,01	48.306,36
Assistência ao Portador de Deficiência	157.000,00	157.000,00	724,55	194.447,28	0,39	2.552,72	14.052,76	77.864,68	0,29	79.135,32
Assistência à Criança e ao Adolescente	258.000,00	258.000,00	26.583,98	73.398,11	0,18	184.601,89	25.857,86	67.706,52	0,25	190.293,48
Assistência Comunitária	1.271.480,00	1.607.320,85	283.117,18	949.805,34	2,39	657.514,51	261.124,53	694.665,95	2,60	912.654,90
Providência Social	3.730.000,00	3.730.000,00	195.015,58	585.534,18	1,47	3.144.465,82	195.015,58	585.534,18	2,19	3.144.465,82
Providência do Regime Estatutário	3.730.000,00	3.730.000,00	195.015,58	585.534,18	1,47	3.144.465,82	195.015,58	585.534,18	2,19	3.144.465,82
Saúde	10.892.816,00	11.103.114,84	1.409.086,58	6.801.880,45	17,10	4.301.234,39	1.816.023,25	5.134.928,96	18,19	5.968.185,88
Atenção Básica	7.987.616,00	8.090.499,00	1.257.838,31	4.756.075,15	11,97	3.332.423,85	1.402.811,63	4.075.339,47	15,23	4.015.159,53
Assistência Hospitalar e Ambulatorial	2.341.000,00	2.448.415,84	113.828,88	1.794.496,46	4,51	653.917,38	398.708,85	855.928,22	3,20	1.992.487,62
Suporte Profilático e Terapêutico	320.000,00	320.000,00	6.865,57	167.211,96	0,42	152.788,04	20.609,75	132.547,19	0,50	187.452,81
Vigilância Sanitária	108.200,00	108.200,00	14.966,80	29.647,04	0,07	78.552,96	4.696,00	18.666,24	0,07	86.533,76
Vigilância Epidemiológica	136.000,00	136.000,00	15.567,02	52.447,84	0,13	83.552,16	18.197,02	52.447,84	0,20	83.552,16
Educação	21.590.979,10	22.767.013,56	2.679.597,67	11.230.406,28	28,24	11.536.607,28	2.683.373,21	8.719.457,88	32,59	14.047.555,68
Alimentação e Nutrição	972.668,00	1.007.663,94	10.025,00	1.006.731,19	2,53	932,75	182.848,53	483.191,88	1,81	524.472,06
Ensino Fundamental	14.604.522,00	15.309.239,77	1.577.107,08	6.422.114,90	16,15	8.887.125,47	1.496.078,41	4.783.709,86	17,88	10.525.529,91
Ensino Médio	1.623,90	1.623,90	0,00	0,00	0,00	1.623,90	0,00	0,00	0,00	1.623,90
Educação Infantil	5.911.165,20	6.329.485,95	992.465,59	3.700.460,79	9,31	2.629.025,16	963.346,27	3.431.455,14	12,82	2.896.029,81
Educação de Jovens e Adultos	13.000,00	13.000,00	0,00	1.100,00	0,00	11.900,00	1.100,00	1.100,00	0,00	11.900,00
Educação Especial	88.000,00	106.000,00	100.000,00	100.000,00	0,25	6.000,00	20.000,00	20.000,00	0,07	86.000,00
Cultura	667.500,00	701.500,00	175.673,89	493.352,26	1,24	208.147,74	91.761,22	307.118,54	1,15	394.381,46
Difusão Cultural	667.500,00	701.500,00	175.673,89	493.352,26	1,24	208.147,74	91.761,22	307.118,54	1,15	394.381,46

Continua 1/3

29/07/2015 13:53:27 - Sistema Sapo Versão 6.0.0.1 - SECRETARIA DA FAZENDA

Município de PORTO BELO - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A JUNHO 2015/BIMESTRE MAIO - JUNHO

Continuação 2/3

FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS			SALDO (c) = (a-b)	DESPESAS LIQUIDADAS			SALDO (e) = (a-d)
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (b/Total b)		No Bimestre	Até o Bimestre (d)	% (d/Total d)	
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)	72.725.349,10	83.767.446,65	7.741.384,77	38.896.256,71	97,81	44.871.187,94	8.880.416,51	25.821.848,67	96,88	57.845.597,98
Direitos da Cidadania	11.000,00	11.000,00	354,00	354,00	0,00	10.646,00	0,00	0,00	0,00	11.000,00
Direitos Individuais, Coletivos e Difusos	11.000,00	11.000,00	354,00	354,00	0,00	10.646,00	0,00	0,00	0,00	11.000,00
Urbanismo	17.273.700,00	25.355.612,20	1.325.552,78	8.720.799,70	21,93	16.634.812,50	1.727.711,22	3.961.762,60	14,81	21.393.849,60
Infra-Estrutura Urbana	12.452.700,00	19.730.612,20	358.230,85	4.577.478,01	11,51	15.153.134,19	679.589,52	1.100.765,23	4,11	18.629.846,97
Serviços Urbanos	4.821.000,00	5.625.000,00	967.321,93	4.143.321,69	10,42	1.481.678,31	1.048.121,70	2.860.597,37	10,69	2.764.002,63
Habitação	500.000,00	500.000,00	0,00	0,00	0,00	500.000,00	0,00	0,00	0,00	500.000,00
Habitação Urbana	500.000,00	500.000,00	0,00	0,00	0,00	500.000,00	0,00	0,00	0,00	500.000,00
Saneamento	671.000,00	671.000,00	0,00	660.444,58	1,66	10.555,42	137.164,32	515.245,12	1,93	155.754,88
Saneamento Básico Urbano	671.000,00	671.000,00	0,00	660.444,58	1,66	10.555,42	137.164,32	515.245,12	1,93	155.754,88
Gestão Ambiental	767.500,00	861.500,00	54.137,99	594.517,09	1,42	316.982,91	123.068,13	364.795,99	1,35	516.704,01
Preservação e Conservação Ambiental	767.500,00	861.500,00	54.137,99	594.517,09	1,42	306.962,91	123.068,13	364.795,99	1,35	506.704,01
Recuperação de Áreas Degradadas	10.000,00	10.000,00	0,00	0,00	0,00	10.000,00	0,00	0,00	0,00	10.000,00
Agricultura	794.000,00	794.000,00	116.787,76	348.449,42	0,88	445.550,58	122.987,76	299.937,24	1,12	494.062,76
Extensão Rural	794.000,00	794.000,00	116.787,76	348.449,42	0,88	445.550,58	122.987,76	299.937,24	1,12	494.062,76
Comércio e Serviços	3.657.200,00	3.895.511,20	472.547,87	1.062.525,02	2,67	2.832.986,18	158.895,72	575.933,29	2,15	3.319.577,91
Turismo	3.657.200,00	3.895.511,20	472.547,87	1.062.525,02	2,67	2.832.986,18	158.895,72	575.933,29	2,15	3.319.577,91
Desporto e Lazer	837.000,00	928.000,00	100.011,28	331.218,41	0,83	596.781,59	96.915,26	277.907,09	1,04	650.092,91
Desporto Comunitário	837.000,00	928.000,00	100.011,28	331.218,41	0,83	596.781,59	96.915,26	277.907,09	1,04	650.092,91
Encargos Especiais	1.576.574,00	1.576.574,00	131.991,60	1.205.970,41	3,03	370.603,59	197.997,34	591.018,86	2,21	985.555,14
Serviço da Dívida Interna	1.054.764,00	1.054.764,00	131.991,60	684.160,41	1,72	370.603,59	120.150,08	355.548,58	1,33	699.215,42
Otras Transferências	521.810,00	521.810,00	0,00	521.810,00	1,31	0,00	77.847,26	235.470,28	0,88	286.339,72
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	50.000,00	50.000,00	0,00	0,00	0,00	50.000,00	0,00	0,00	0,00	50.000,00
DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)	1.658.500,00	1.658.500,00	277.986,26	869.427,18	2,19	789.072,82	267.275,87	836.392,25	3,12	823.107,75
Legislativa	60.000,00	60.000,00	0,00	60.000,00	0,15	0,00	9.289,61	25.965,07	0,10	34.034,93
Ação Legislativa	60.000,00	60.000,00	0,00	60.000,00	0,15	0,00	9.289,61	25.965,07	0,10	34.034,93
Administração	210.000,00	210.000,00	30.888,03	93.463,51	0,24	116.536,49	30.888,03	93.463,51	0,35	116.536,49
Administração Geral	139.000,00	139.000,00	19.694,12	58.868,26	0,15	80.131,74	19.694,12	58.868,26	0,22	80.131,74
Administração Financeira	70.000,00	70.000,00	11.193,91	33.600,64	0,08	36.399,36	11.193,91	33.600,64	0,13	36.399,36
Previdência do Regime Estatutário	1.000,00	1.000,00	0,00	994,61	0,00	5,39	0,00	994,61	0,00	5,39
Assistência Social	63.000,00	63.000,00	12.110,24	42.039,31	0,11	20.960,69	12.110,24	42.039,31	0,16	20.960,69
Assistência Comunitária	63.000,00	63.000,00	12.110,24	42.039,31	0,11	20.960,69	12.110,24	42.039,31	0,16	20.960,69

Continua 2/3

Município de PORTO BELO - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A JUNHO 2015/BIMESTRE MAIO - JUNHO

Continuação 3/3

FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS			SALDO (c) = (a-b)	DESPESAS LIQUIDADAS			SALDO (e) = (a-d)
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (b/Total b)		No Bimestre	Até o Bimestre (d)	% (d/Total d)	
DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)	1.658.500,00	1.658.500,00	277.996,26	869.427,18	2,19	789.072,82	287.275,87	835.392,25	3,12	823.107,75
Saúde	245.000,00	245.000,00	39.316,65	116.841,02	0,29	128.158,98	39.316,65	116.841,02	0,44	128.158,98
Atenção Básica	245.000,00	245.000,00	39.316,65	116.841,02	0,29	128.158,98	39.316,65	116.841,02	0,44	128.158,98
Educação	905.000,00	905.000,00	168.499,78	478.649,33	1,20	426.350,67	168.499,78	478.649,33	1,79	426.350,67
E ensino Fundamental	595.000,00	595.000,00	114.255,41	325.261,25	0,82	269.738,75	114.255,41	325.261,25	1,22	269.738,75
Educação Infantil	310.000,00	310.000,00	54.244,37	153.388,08	0,39	156.611,92	54.244,37	153.388,08	0,57	156.611,92
Cultura	500,00	500,00	0,00	0,00	0,00	500,00	0,00	0,00	0,00	500,00
Difusão Cultural	500,00	500,00	0,00	0,00	0,00	500,00	0,00	0,00	0,00	500,00
Urbanismo	132.000,00	132.000,00	19.674,38	59.357,79	0,15	72.642,21	19.674,38	59.357,79	0,22	72.642,21
Infra-Estrutura Urbana	24.000,00	24.000,00	2.223,20	6.653,24	0,02	17.346,76	2.223,20	6.653,24	0,02	17.346,76
Serviços Urbanos	108.000,00	108.000,00	17.451,18	52.704,55	0,13	55.295,45	17.451,18	52.704,55	0,20	55.295,45
Gestão Ambiental	10.000,00	10.000,00	2.123,05	5.513,57	0,01	4.486,43	2.123,05	5.513,57	0,02	4.486,43
Preservação e Conservação Ambiental	10.000,00	10.000,00	2.123,05	5.513,57	0,01	4.486,43	2.123,05	5.513,57	0,02	4.486,43
Agricultura	27.000,00	27.000,00	4.853,09	11.999,53	0,03	15.000,47	4.853,09	11.999,53	0,04	15.000,47
Extensão Rural	27.000,00	27.000,00	4.853,09	11.999,53	0,03	15.000,47	4.853,09	11.999,53	0,04	15.000,47
Comércio e Serviços	5.000,00	5.000,00	521,04	1.563,12	0,00	3.436,88	521,04	1.563,12	0,01	3.436,88
Turismo	5.000,00	5.000,00	521,04	1.563,12	0,00	3.436,88	521,04	1.563,12	0,01	3.436,88
Desporto e Lazer	1.000,00	1.000,00	0,00	0,00	0,00	1.000,00	0,00	0,00	0,00	1.000,00
Desporto Comunitário	1.000,00	1.000,00	0,00	0,00	0,00	1.000,00	0,00	0,00	0,00	1.000,00
TOTAL (III) = (I + II)	74.383.849,10	85.425.946,65	8.019.371,03	39.765.685,89	100,00	45.660.260,76	9.167.682,38	26.757.240,92	100,00	58.668.705,73

FONTE:

PORTO BELO, 29/07/2015

JOÃO ONEIDES LIRA
CONTADOR - CRC/SC 028.270/0 - 7RENEU NYLAND
COORDENADOR DE CONTROLOADOR INTERNOEVALDO JOSE GUERREIRO FILHO
PREFEITO MUNICIPALROBERTO BAYER BATTISTOTTI
SECRETÁRIO DA FAZENDA

1 Representa uma dotação global sem destinação específica a determinado órgão, unidade orçamentária, programa ou categoria econômica, cujos recursos serão utilizados para abertura de créditos adicionais, não sendo portanto uma função. É apresentada neste demonstrativo por constar no orçamento.

29/07/2015 13:53:27 - Sistema Sapo Versão 6.0.0.1 - SECRETARIA DA FAZENDA

ANEXO 3 RGF - 1º SEMESTRE 2015

MUNICÍPIO DE PORTO BELO - SC
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DAS GARANTIAS E CONTRAGARANTIAS DE VALORES
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A JUNHO DE 2015

RGF – Anexo 3 (LRF, art. 55, inciso I, alínea "c" e art. 40, § 1º)

R\$ 1,00

GARANTIAS CONCEDIDAS	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2015	
		Até o 1º Semestre	Até o 2º Semestre
EXTERNAS (I)			
Aval ou Fiança em operações de crédito	0,00	0,00	0,00
Outras Garantias nos Termos da LRF	0,00	0,00	0,00
INTERNAS (II)			
Aval ou Fiança em operações de crédito	0,00	0,00	0,00
Outras Garantias nos Termos da LRF	0,00	0,00	0,00
TOTAL GARANTIAS CONCEDIDAS (III) = (I + II)	0,00	0,00	0,00
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL IV	49.785.742,28	51.236.126,64	0,00
% do TOTAL DAS GARANTIAS sobre a RCL	0,00	0,00	
LIMITE DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL - 22%	10.952.863,30	11.271.947,86	0,00
LIMITE DE ALERTA (inciso III do §1º do art. 59 da LRF) - 19,8%	9.857.576,97	10.144.753,07	0,00

CONTRAGARANTIAS RECEBIDAS	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2015	
		Até o 1º Semestre	Até o 2º Semestre
EXTERNAS (V)			
Aval ou Fiança em operações de crédito	0,00	0,00	0,00
Outras Garantias nos Termos da LRF	0,00	0,00	0,00
INTERNAS (VI)			
Aval ou Fiança em operações de crédito	0,00	0,00	0,00
Outras Garantias nos Termos da LRF	0,00	0,00	0,00
TOTAL CONTRAGARANTIAS RECEBIDAS VII = (V + VI)	0,00	0,00	0,00

MEDIDAS CORRETIVAS:

FONTE:

PORTO BELO, 29/07/2015

JOÃO ONEIDES LIRA
CONTADOR - CRC/SC 028.270/0 - 7

RENEU NYLAND
COORDENADOR DE CONTROLADOR INTEF

EVALDO JOSE GUERREIRO FILHO
PREFEITO MUNICIPAL

ROBERTO BAYER BATTISTOTTI
SECRETÁRIO DA FAZENDA

29/07/2015 16:35:12 - Sistema Sapo Versão 6.0.0.1 - SECRETARIA DA FAZENDA

ANEXO 3 RREO - 3º BIMESTRE 2015

Município de PORTO BELO - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA RECEITA CORRENTE LÍQUIDA
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JULHO/2014 A JUNHO/2015

EVOLUÇÃO DA RECEITA REALIZADA NOS ÚLTIMOS 12 MESES													R\$ 120	
ESPECIFICAÇÃO	Jul/2014	Agos/2014	Sep/2014	Out/2014	Nov/2014	Dez/2014	Jan/2015	Fev/2015	Mar/2015	Abr/2015	Mai/2015	Jun/2015	TOTAL (6,12 MESES)	PREVISÃO ATUALIZADA 2015
RECEITAS CORRENTES (I)	3.994.596,54	3.980.918,05	4.294.215,52	4.066.762,26	4.446.857,84	5.183.213,78	4.430.416,93	5.716.751,72	6.797.165,82	4.571.176,79	4.673.965,76	4.452.487,75	56.427.346,76	56.427.346,76
RECEITA TRIBUTÁRIA	953.281,58	803.225,38	930.613,63	1.062.255,69	1.038.073,54	943.000,49	662.856,69	2.297.692,22	3.547.116,54	1.057.607,62	1.017.559,12	903.170,63	15.255.462,19	16.125.000,00
IPTU	246.104,69	199.375,39	256.281,03	365.757,40	181.624,73	197.440,69	18.154,46	1.334.188,70	2.661.028,39	458.054,62	301.601,60	356.522,88	6.481.775,17	7.196.000,00
IMFUF	146.632,10	144.893,55	13.916,76	33.001,13	45.206,78	110.103,76	6.457,70	5.369,02	46.866,44	33.075,63	25.012,29	24.545,03	96.626,19	3.150,00,00
ISS	189.982,28	218.943,04	146.003,84	232.291,26	251.688,20	245.548,24	273.320,31	202.289,68	224.006,51	177.442,06	183.545,30	186.455,54	2.281.889,88	2.797.000,00
LTREL	297.592,38	245.252,37	387.035,00	290.002,20	347.680,75	21.580,00	220.785,00	173.662,21	230.413,75	181.655,00	320.771,22	175.671,26	3.136.464,74	3.460.000,00
Cursos Recintos Tributários	115.079,23	95.403,23	96.400,67	142.334,60	212.673,08	127.696,53	142.682,09	532.059,71	484.331,45	208.080,21	180.305,71	156.974,52	2.465.724,43	2.260.000,00
RECEITAS DE CONTRIBUIÇÕES	100.753,21	168.673,65	157.681,49	83.675,45	177.085,08	435.105,67	106.457,24	210.234,38	197.542,49	211.696,75	215.022,07	206.520,00	2.337.688,78	2.000.000,00
RECEITA PATRIMONIAL	127.753,14	105.916,60	170.919,00	99.126,43	174.785,59	98.616,45	203.230,55	108.375,59	121.072,15	158.890,76	180.682,41	128.824,97	1.681.194,02	1.637.700,00
RECEITA AGRICULTURA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA INDUSTRIAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA DE SERVIÇOS	8.790,29	7.004,47	14.033,68	5.072,54	17.666,62	10.610,42	5.800,08	4.057,68	4.308,37	1.196,60	1.265,43	18.180,22	96.838,10	5.000,00
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	2.526.838,25	2.685.673,55	2.789.087,46	2.692.335,23	2.845.152,70	3.009.942,82	3.305.764,60	2.841.791,52	2.724.279,40	2.679.058,40	3.147.460,92	3.074.446,18	35.335.651,94	37.271.346,10
Cota-Parte do FPM	738.253,26	859.652,12	786.105,65	831.054,08	983.465,71	1.581.812,15	1.188.671,33	1.188.671,33	891.221,04	891.221,04	951.623,65	1.162.623,59	12.044.671,17	13.500.000,00
Cota-Parte do ICMS	465.285,11	516.978,04	550.340,24	574.244,69	632.258,71	689.683,92	612.745,46	545.394,13	540.409,85	595.442,57	557.702,69	534.514,18	6.719.979,05	7.000.000,00
Cota-Parte do IPIVA	169.887,68	132.722,37	142.659,61	223.576,28	74.854,60	81.859,05	75.170,13	107.105,69	150.387,96	185.112,72	165.453,68	178.994,29	1.686.869,68	1.800.000,00
Cota-Parte do ITR	0,00	29,14	911,10	6.057,55	67,01	365,61	0,00	41,45	342,89	126,79	505,88	96,00	8.566,72	10.000,00
Cursos Transferências Correntes	385.062,63	354.305,61	511.590,16	420.359,62	376.475,69	385.253,09	526.887,76	246.492,62	335.662,63	356.555,60	355.066,43	502.359,40	4.788.164,67	4.631.346,10
Transferências do LC 81/1989	83.65,78	8.695,94	8.145,01	6.722,62	10.016,17	6.883,03	12.911,79	7.691,78	7.055,63	7.692,09	5.603,51	8.480,68	107.224,56	100.000,00
Transferências do LC 87/1993	2.291,67	2.291,67	2.291,67	2.291,67	2.291,67	4.583,94	0,00	0,00	0,00	0,00	9.332,76	2.333,19	30.442,35	300,00,00
Transferências do FUNDEC	724.633,62	775.154,17	791.037,51	826.476,62	892.416,00	897.281,00	876.378,11	810.894,15	793.789,10	855.694,00	853.571,20	829.518,66	9.854.764,54	10.200.000,00
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	104.138,07	81.164,39	221.890,05	123.100,72	96.002,71	185.853,85	143.027,93	154.700,33	202.797,67	168.729,46	108.028,81	118.345,55	1.708.404,73	2.411.300,00
DEDUÇÕES (II)	308.946,62	397.336,79	383.142,71	372.867,00	421.164,54	606.262,69	381.144,74	481.661,42	407.916,57	438.522,61	482.473,79	445.605,65	5.191.223,12	5.366.000,00
Contrib. para o Plano de Previdência do Servidor	87.123,86	85.400,04	83.898,19	83.675,45	80.513,69	255.090,77	1.246,20	104.574,70	88.346,72	88.768,64	98.708,33	95.290,21	1.153.018,00	1.000.000,00
Dedução da Receita Para Formação do FUNDEC	282.822,76	311.935,95	299.245,52	289.191,55	340.650,85	353.171,91	376.689,54	376.886,72	319.569,85	350.753,97	383.764,46	350.313,44	4.038.204,52	4.366.000,00
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA (III) = (I - II)	3.554.649,92	3.463.461,26	3.911.072,81	3.693.895,26	4.025.693,30	4.576.951,10	4.049.272,19	5.234.890,30	6.389.250,25	4.132.654,18	4.191.491,97	4.006.882,10	51.236.123,64	51.061.346,76
FONTE: PORTO BELO, 29/07/2015														
JÓÃO CHEDEZURA CONTADOR - CROSC 028.2700-7	RENE NUNDA COORDENADOR DE CONTADOR INTERNO				BALDO JOSE GUERREIRO FILHO PREFEITO MUNICIPAL									
ROBERTO BAYER BATTISTOTTI SECRETÁRIO DA FAZENDA														

29/07/2015 15:05:15 - Sistema Sapo Versão 6.0.0.1 - SECRETARIA DA FAZENDA

ANEXO 4 RGF - 1º SEMESTRE 2015

MUNICÍPIO DE PORTO BELO - SC
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DAS OPERAÇÕES DE CRÉDITO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A JUNHO 2015/SEMESTRE JANEIRO - JUNHO

RGF – ANEXO 4 (LRF, art. 55, inciso I, alínea "d" e inciso III alínea "c")

R\$ 1,00

OPERAÇÕES DE CRÉDITO	VALOR REALIZADO	
	No Semestre de referência	Até o Semestre de referência (a)
SUJEITAS AO LIMITE PARA FINS DE CONTRATAÇÃO (I)	448.911,84	448.911,84
Mobiliária	0,00	0,00
Interna	0,00	0,00
Externa	0,00	0,00
Contratual	448.911,84	448.911,84
Interna	448.911,84	448.911,84
Abertura de Crédito	448.911,84	448.911,84
Aquisição Financiada de Bens e Arrendamento Mercantil Financeiro	0,00	0,00
Derivadas de PPP	0,00	0,00
Demais Aquisições Financiadas	0,00	0,00
Antecipação de Receita	0,00	0,00
Pela Venda a Termo de Bens e Serviços	0,00	0,00
Demais Antecipações de Receita	0,00	0,00
Assunção, Reconhecimento e Confissão de Dívidas (LRF, art. 29, § 1º)	0,00	0,00
Outras Operações de Crédito	0,00	0,00
Externa	0,00	0,00
Abertura de Crédito	0,00	0,00
Aquisição Financiada de Bens e Arrendamento Mercantil Financeiro	0,00	0,00
Antecipação de Receita	0,00	0,00
Pela Venda a Termo de Bens e Serviços	0,00	0,00
Demais Antecipações de Receita	0,00	0,00
Assunção, Reconhecimento e Confissão de Dívidas (LRF, art. 29, § 1º)	0,00	0,00
Outras Operações de Crédito	0,00	0,00
NÃO SUJEITAS AO LIMITE PARA FINS DE CONTRATAÇÃO (II)	2.969.811,63	2.969.811,63
Parcelamentos de Dívidas	2.969.811,63	2.969.811,63
De Tributos	0,00	0,00
De Contribuições Sociais	0,00	0,00
Previdenciárias	0,00	0,00
Demais Contribuições Sociais	0,00	0,00
Do FGTS	2.969.811,63	2.969.811,63
Melhoria da Administração de Receitas e da Gestão Fiscal, Financeira e Patrimonial	0,00	0,00
Programa de Iluminação Pública - RELUZ	0,00	0,00
Outras Operações de Crédito Não Sujeitas ao Limite	0,00	0,00
APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DOS LIMITES	VALOR	% SOBRE A RCL
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL	51.236.126,64	—
OPERAÇÕES VEDADAS DO PERÍODO DE REFERÊNCIA (III)	0,00	0,00
DE PERÍODOS ANTERIORES AO DE REFERÊNCIA	0,00	0,00
TOTAL CONSIDERADO PARA FINS DA APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE (IV) = (Ia + III)	448.911,84	0,88
LIMITE GERAL DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL PARA AS OPERAÇÕES DE CRÉDITO EXTERNAS E INTERNAS	8.197.780,26	16,00
LIMITE DE ALERTA (inciso III do §1º do art. 59 da LRF) - 14,4%	7.378.002,24	14,40
OPERAÇÕES DE CRÉDITO POR ANTECIPAÇÃO DA RECEITA ORÇAMENTÁRIA	0,00	0,00
LIMITE DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL PARA AS OPERAÇÕES DE CRÉDITO POR ANTECIPAÇÃO DA RECEITA ORÇAMENTÁRIA	3.586.528,86	7,00
TOTAL CONSIDERADO PARA CONTRATAÇÃO DE NOVAS OPERAÇÕES DE CRÉDITO (V) = (IV + IIa)	3.418.723,47	6,67

FONTE:

PORTO BELO, 29/07/2015

JOÃO ONEIDES LIRA
CONTADOR - CRC/SC 028.270/0 - 7

RENEU NYLAND
COORDENADOR DE CONTROLADOR INTERNO

EVALDO JOSE GUERREIRO FILHO
PREFEITO MUNICIPAL

ROBERTO BAYER BATTISTOTTI
SECRETÁRIO DA FAZENDA

29/07/2015 16:43:17 - Sistema Sapo Versão 6.0.0.1 - SECRETARIA DA FAZENDA

ANEXO 4 RREO - 3º BIMESTRE 2015

Município de PORTO BELO - SC
 RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
 DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES
 ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
 JANEIRO A JUNHO 2015/BIMESTRE MAIO - JUNHO

RREO - Anexo 4 (LRF, Art. 53, inciso II)

R\$ 1,00

RECEITAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS	
			Até o Bimestre/2015	Até o Bimestre/2014
RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS-RPPS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)	2.012.000,00	2.012.000,00	913.911,17	891.710,27
RECEITAS CORRENTES	2.012.000,00	2.012.000,00	913.911,17	891.710,27
Receita de Contribuições dos Segurados	1.000.000,00	1.000.000,00	477.337,80	475.902,69
Pessoal Civil	1.000.000,00	1.000.000,00	477.337,80	475.902,69
Ativo	1.000.000,00	1.000.000,00	477.337,80	475.902,69
Inativo	0,00	0,00	0,00	0,00
Pensionista	0,00	0,00	0,00	0,00
Pessoal Militar	0,00	0,00	0,00	0,00
Ativo	0,00	0,00	0,00	0,00
Inativo	0,00	0,00	0,00	0,00
Pensionista	0,00	0,00	0,00	0,00
Para Cobertura de Déficit Atuarial	0,00	0,00	0,00	0,00
Em Regime de Débitos e Parcelamentos	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas de Contribuições	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita Patrimonial	1.012.000,00	1.012.000,00	436.573,37	415.807,58
Receitas Imobiliárias	0,00	0,00	0,00	0,00
Receitas de Valores Mobiliários	1.012.000,00	1.012.000,00	436.573,37	415.807,58
Outras Receitas Patrimoniais	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita de Serviços	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00
Compensação Previdenciária do RGPS para o RPPS	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Receitas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00	0,00
Alienação de Bens, Direitos e Ativos	0,00	0,00	0,00	0,00
Amonização de Empréstimos	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS-RPPS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)	1.550.000,00	1.550.000,00	789.673,75	718.603,43
TOTAL DAS RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (III) = (I + II)	3.562.000,00	3.562.000,00	1.703.584,92	1.610.313,70

DESPESAS	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS	
			Até o Bimestre/2015	Até o Bimestre/2014	Até o Bimestre/2015	Até o Bimestre/2014
DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)	0,00	0,00	0,00	29.423,00	0,00	11.218,00
ADMINISTRAÇÃO	0,00	0,00	0,00	29.423,00	0,00	11.218,00
Despesas Correntes	0,00	0,00	0,00	29.423,00	0,00	11.218,00
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Continua 1/4

29/07/2015 16:59:17 - Sistema Sapo Versão 6.0.0.1 - SECRETARIA DA FAZENDA

Município de PORTO BELO - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A JUNHO 2015/BIMESTRE MAIO - JUNHO

Continuação 2/4

DESPESAS	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS	
			Até o Bimestre/2015	Até o Bimestre/2014	Até o Bimestre/2015	Até o Bimestre/2014
PREVIDÊNCIA SOCIAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Pessoal Civil	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Aposentadorias	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Pensões	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Benefícios Previdenciários	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Pessoal Militar	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Reformas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Pensões	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Benefícios Previdenciários	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Despesas Previdenciárias	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Compensação Previdenciária do RPPS e o RGPS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Despesas Previdenciárias	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (INTRA-ORÇAMENTÁRIA) (V)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (VI) = (IV + V)	0,00	0,00	0,00	29.423,00	0,00	11.218,00
RESULTADO PREVIDENCIÁRIO (VII) = (III - VI)	3.562.000,00	3.562.000,00	-	-	1.703.584,92	1.599.095,70
RESERVA ORÇAMENTÁRIA DO RPPS			PREVISÃO ORÇAMENTÁRIA			
Valor						0,00
BENS E DIREITOS DO RPPS			PERÍODO DE REFERÊNCIA			
			2015		2014	
Caixa			0,00		0,00	
Bancos Conta Movimento			10.364,22		56,72	
Investimentos			7.278.072,55		5.311.483,96	
Outros Bens e Direitos			0,00		0,00	
RECEITAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS - RPPS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS			
			Até o Bimestre/2015		Até o Bimestre/2014	
RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS-RPPS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS)	1.550.000,00	1.550.000,00	789.673,75		718.603,43	
RECEITAS CORRENTES (VIII)	1.550.000,00	1.550.000,00	789.673,75		718.603,43	
Receita de Contribuições Patronais	1.550.000,00	1.550.000,00	789.673,75		718.603,43	
Pessoal Civil	1.550.000,00	1.550.000,00	789.673,75		718.603,43	

Continua 2/4

29/07/2015 16:59:17 - Sistema Sapo Versão 6.0.0.1 - SECRETARIA DA FAZENDA

Município de PORTO BELO - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A JUNHO 2015/BIMESTRE MAIO - JUNHO

Continuação 3/4

RECEITAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS - RPPS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS	
			Até o Bimestre/2015	Até o Bimestre/2014
Ativo	1.550.000,00	1.550.000,00	789.673,75	718.603,43
Inativo	0,00	0,00	0,00	0,00
Pensionista	0,00	0,00	0,00	0,00
Pessoal Militar	0,00	0,00	0,00	0,00
Ativo	0,00	0,00	0,00	0,00
Inativo	0,00	0,00	0,00	0,00
Pensionista	0,00	0,00	0,00	0,00
Para Cobertura de Déficit Atuarial	0,00	0,00	0,00	0,00
Em Regime de Débitos e Parcelamentos	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas de Contribuições	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita Patrimonial	0,00	0,00	0,00	0,00
Receitas Imobiliárias	0,00	0,00	0,00	0,00
Receitas de Valores Mobiliários	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas Patrimoniais	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita de Serviços	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITAS DE CAPITAL (IX)	0,00	0,00	0,00	0,00
Alienação de Bens, Direitos e Ativos	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização de Empréstimos	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS - INTRA-ORÇAMENTÁRIAS (XI) = (VIII + IX - X)	1.550.000,00	1.550.000,00	789.673,75	718.603,43

DESPESAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS - RPPS	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS	
			Até o Bimestre/2015	Até o Bimestre/2014	Até o Bimestre/2015	Até o Bimestre/2014
DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS	-	-	-	-	-	-
ADMINISTRAÇÃO (XII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS (XIII) = (XII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

FONTE:

Continua 3/4

29/07/2015 16:59:17 - Sistema Sapo Versão 6.0.0.1 - SECRETARIA DA FAZENDA

Município de PORTO BELO - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A JUNHO 2015/BIMESTRE MAIO - JUNHO

Continuação 4/4

PORTO BELO, 29/07/2015

JOÃO ONEIDES LIRA	RENEU NYLAND	EVALDO JOSE GUERREIRO FILH	ROBERTO BAYER BATTISTOTTI
CANTADOR - CRC/SC 028.270/0 -	COORDENADOR DE CONTROLE	PREFEITO MUNICIPAL	SECRETÁRIO DA FAZENDA

29/07/2015 16:59:17 - Sistema Sapo Versão 6.0.0.1 - SECRETARIA DA FAZENDA

ANEXO 5 RREO - 3º BIMESTRE 2015

Município de PORTO BELO - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DO RESULTADO NOMINAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A JUNHO 2015/BIMESTRE MAIO - JUNHO

RREO – Anexo 5 (LRF, art 53, inciso III)

R\$ 1,00

<u>DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA</u>	SALDO		
	Em 31 Dez 2014 (A)	Em 30 Abr 2015 (B)	Em 30 Jun 2015 (C)
DÍVIDA CONSOLIDADA (I)	984.335,32	815.532,42	4.114.605,26
DEDUÇÕES (II)	9.827.194,59	12.102.177,77	11.234.862,21
Disponibilidade de Caixa Bruta	10.799.441,78	12.930.815,55	12.034.333,46
Demais Haveres Financeiros	5.800,13	5.800,13	5.931,13
(-) Restos a Pagar Processados (Exceto Precatórios)	978.047,32	834.437,91	805.402,38
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA (III) = (I - II)	-8.842.859,27	-11.286.645,35	-7.120.256,95
RECEITAS DE PRIVATIZAÇÕES (IV)	0,00	0,00	0,00
PASSIVOS RECONHECIDOS (V)	414.226,16	317.706,42	3.222.042,61
DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA (VI) = (III + IV - V)	-9.257.085,43	-11.604.351,77	-10.342.299,56

<u>RESULTADO NOMINAL</u>	PERÍODO DE REFERÊNCIA	
	No Bimestre (C - B)	Jan a Jun 2015 (C - A)
VALOR	1.262.052,21	-1.085.214,13

<u>DISCRIMINAÇÃO DA META FISCAL</u>	VALOR CORRENTE
META DE RESULTADO NOMINAL FIXADA NO ANEXO DE METAS FISCAIS DA LDO P/ O EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA	5.647.000,00

<u>REGIME PREVIDENCIÁRIO</u>			
<u>DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA PREVIDENCIÁRIA</u>	SALDO		
	Em 31 Dez 2014 (A)	Em 30 Abr 2015 (B)	Em 30 Jun 2015 (C)
DÍVIDA CONSOLIDADA PREVIDENCIÁRIA (VII)	0,00	0,00	0,00
DEDUÇÕES (VIII)	6.262.424,14	6.883.235,45	7.288.336,77
Disponibilidade de Caixa Bruta	315.557,41	4.514,89	10.364,22
Investimentos	5.952.154,86	6.878.820,56	7.278.072,55
Demais Haveres Financeiros	0,00	0,00	0,00
(-) Restos a Pagar Processados	5.288,13	100,00	100,00
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA PREVIDENCIÁRIA (IX) = (VII - VIII)	-6.262.424,14	-6.883.235,45	-7.288.336,77
PASSIVOS RECONHECIDOS (X)	0,00	0,00	0,00
DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA PREVIDENCIÁRIA (XI) = (IX - X)	-6.262.424,14	-6.883.235,45	-7.288.336,77

FONTE:

PORTO BELO, 29/07/2015

JOÃO ONEIDES LIRA
CONTADOR - CRC/SC 028.270/0 - 7

RENEU NYLAND
COORDENADOR DE CONTROLADOR INTEF

EVALDO JOSE GUERREIRO FILHO
PREFEITO MUNICIPAL

ROBERTO BAYER BATTISTOTTI
SECRETÁRIO DA FAZENDA

29/07/2015 15:09:05 - Sistema Sapo Versão 6.0.0.1 - SECRETARIA DA FAZENDA

ANEXO 6 RREO - 3º BIMESTRE 2015

Município de PORTO BELO - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DO RESULTADO PRIMÁRIO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A JUNHO 2015/BIMESTRE MAIO - JUNHO

RREO - ANEXO 6 (LRF, art 53, inciso III)

R\$ 1,00

RECEITAS PRIMÁRIAS	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS	
		Até o Bimestre/ 2015	Até o Bimestre/ 2014
RECEITAS PRIMÁRIAS CORRENTES (I)	54.996.149,10	28.371.984,13	26.936.947,96
Receita Tributária	16.126.500,00	9.485.931,81	9.045.461,11
I.P.T.U.	7.198.500,00	5.032.850,67	4.814.702,46
I.S.S.	2.797.000,00	1.300.739,30	1.344.633,01
I.T.B.I.	3.490.000,00	1.302.962,04	1.391.421,88
I.R.R.F.	315.000,00	145.366,11	286.609,02
Outras Receitas Tributárias	2.326.000,00	1.704.013,69	1.408.094,74
Receita de Contribuição	3.550.000,00	1.943.146,68	1.675.740,85
Receitas Previdenciárias	2.550.000,00	1.267.011,55	1.194.506,12
Outras Contribuições	1.000.000,00	676.135,13	481.234,73
Receita Patrimonial Líquida	0,00	0,00	0,00
Receita Patrimonial	1.637.700,00	904.476,41	816.622,79
(-) Aplicações Financeiras	1.637.700,00	904.476,41	816.622,79
Transferências Correntes	32.903.349,10	16.011.616,14	14.956.122,84
F.P.M.	10.900.000,00	5.189.894,54	4.863.572,84
I.P.V.A	1.460.000,00	688.988,54	605.738,06
I.C.M.S.	5.600.000,00	2.711.108,20	2.547.340,49
Convênios	0,00	0,00	0,00
Outras Transferências Correntes	14.943.349,10	7.421.624,86	6.939.471,45
Demais Receitas Correntes	2.416.300,00	931.289,50	1.259.623,16
Dívida Ativa	944.000,00	463.818,30	502.552,00
Diversas Receitas Correntes	1.472.300,00	467.471,20	757.071,16
RECEITAS DE CAPITAL (II)	17.750.000,00	1.506.035,81	1.390.337,86
Operações de Crédito (III)	2.500.000,00	420.028,32	0,00
Amortização de Empréstimos (IV)	0,00	0,00	0,00
Alienação de Ativos (V)	50.000,00	0,00	0,00
Transferências de Capital	15.200.000,00	1.086.007,49	1.390.337,86
Convênios	14.400.000,00	1.086.007,49	1.167.113,86
Outras Transferências de Capital	800.000,00	0,00	223.224,00
Outras Receitas de Capital	0,00	0,00	0,00
RECEITAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL (VI) = (II - III - IV - V)	15.200.000,00	1.086.007,49	1.390.337,86
RECEITA PRIMÁRIA TOTAL (VII) = (I + VI)	70.196.149,10	29.457.991,62	28.327.285,82

DESPESAS PRIMÁRIAS	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS	
		Até o Bimestre/ 2015	Até o Bimestre/ 2014	Até o Bimestre/ 2015	Até o Bimestre/ 2014
DESPESAS CORRENTES (VIII)	49.986.572,96	32.393.580,58	27.141.146,80	24.717.231,87	20.709.292,83
Pessoal e Encargos Sociais	28.856.138,00	15.422.285,21	13.119.893,33	14.776.745,87	12.481.892,12
Juros e Encargos da Dívida (IX)	303.000,00	252.904,78	223.350,95	106.258,85	112.898,93
Outras Despesas Correntes	20.827.434,96	16.718.390,59	13.797.902,52	9.834.227,15	8.114.501,78
DESPESAS PRIMÁRIAS CORRENTES (X) = (VIII - IX)	49.683.572,96	32.140.675,80	26.917.795,85	24.610.973,02	20.596.393,90
DESPESAS DE CAPITAL (XI)	32.959.373,69	7.372.105,31	4.182.249,12	2.040.009,05	1.398.923,43
Investimentos	32.207.609,69	6.940.849,68	3.442.427,43	1.790.719,32	871.840,16
Inversões Financeiras	0,00	0,00	280.000,00	0,00	280.000,00
Concessão de Empréstimos (XII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Aquisição de título de Capital já Integralizado (XIII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Inversões Financeiras	0,00	0,00	280.000,00	0,00	280.000,00
Demais Inversões Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida (XIV)	751.764,00	431.255,63	459.821,69	249.289,73	247.083,27
DESPESAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL (XV) = (XI - XII - XIII - XIV)	32.207.609,69	6.940.849,68	3.722.427,43	1.790.719,32	1.151.840,16
RESERVA DE CONTINGÊNCIA (XVI)	2.480.000,00	-	-	-	-
DESPESA PRIMÁRIA TOTAL (XVIII) = (X + XV + XVI + XVII)	84.371.182,65	39.081.525,48	30.640.223,28	26.401.692,34	21.748.234,06

29/07/2015 18:03:08 - Sistema Sapo Versão 6.0.0.1 - SECRETARIA DA FAZENDA

Município de PORTO BELO - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DO RESULTADO PRIMÁRIO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A JUNHO 2015/BIMESTRE MAIO - JUNHO

RESULTADO PRIMÁRIO (XIX) = (VII - XVIII)	-14.175.033,55	-9.623.533,86	-2.312.937,46	3.056.299,28	6.579.051,76
SALDOS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	-	-	-	0,00	0,00
Superávit Financeiro	-	-	-	0,00	0,00
Reabertura de Créditos Adicionais	-	-	-	0,00	0,00

DISCRIMINAÇÃO DA META FISCAL	VALOR CORRENTE
META DE RESULTADO PRIMÁRIO FIXADA NO ANEXO DE METAS FISCAIS DA LDO P/ O EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA	-4.582.936,00

PORTO BELO, 29/07/2015

JOÃO ONEIDES LIRA
CONTADOR - CRC/SC 028.270/0 - 7

RENEU NYLAND
COORDENADOR DE CONTROLADOR INTERNO

EVALDO JOSE GUERREIRO FILHO
PREFEITO MUNICIPAL

ROBERTO BAYER BATTISTOTTI
SECRETÁRIO DA FAZENDA

29/07/2015 18:03:08 - Sistema Sapo Versão 6.0.0.1 - SECRETARIA DA FAZENDA

ANEXO 7 RREO - 3º BIMESTRE 2015

Município de PORTO BELO - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DOS RESTOS A PAGAR POR PODER E ÓRGÃO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A JUNHO 2015/BIMESTRE MAIO - JUNHO

RREO - Anexo 7 (LRF, art. 53, inciso V)

R\$ 1,00

PODER/ÓRGÃO	RP PROCESSADOS E NÃO PROCESSADOS LIQUIDADOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES					RP NÃO PROCESSADOS						
	Inscritos		Pagos	Cancelados	Saldo (a)	Inscritos		Liquidados	Pagos	Cancelados	Saldo (b)	Saldo Total (a+b)
Em Exercícios Anteriores	Em 31 de Dezembro de 2014	Em Exercícios Anteriores				Em 31 de Dezembro de 2014						
RESTOS A PAGAR (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIOS) (II)	1.193,85	854.112,24	846.027,25	403,65	9.175,19	400.202,74	3.713.038,05	2.142.505,88	2.073.413,73	26.996,28	2.012.829,78	2.022.003,97
EXECUTIVO												
ADMINISTRAÇÃO DIRETA	78,40	730.646,61	728.103,26	131,01	4.483,74	220.868,74	3.581.249,91	2.052.039,53	1.985.029,98	26.986,28	1.740.102,39	1.744.595,13
FUNDO MUNICIPAL DE REQUISIAMENTO DO CORPO DE BOM	0,00	1.718,01	1.718,01	0,00	0,00	0,00	7.450,00	6.950,00	6.950,00	0,00	500,00	500,00
FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	0,00	43.618,24	43.411,76	0,00	206,48	0,00	119.096,62	95.679,45	95.679,45	0,00	23.187,37	23.369,85
FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO	0,00	112.594,62	111.657,65	0,00	879,98	107.272,53	600.036,98	489.737,54	489.737,54	0,00	409.074,47	409.561,33
FUNDO MUNICIPAL DE SANEAMENTO AMBIENTAL	0,00	430,59	430,59	0,00	0,00	0,00	1.223,67	1.087,00	1.087,00	0,00	136,67	136,67
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	78,40	156.115,51	155.303,38	0,00	884,28	13.842,65	827.494,42	584.081,00	584.027,48	26.259,10	230.550,49	231.435,07
FUNDO MUNICIPAL DIREITOS CRIANÇA E ADO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	10.400,00	10.400,00	10.400,00	0,00	0,00	0,00
FUNDO PREVIDENCIA CAPITALIZADO	0,00	4.038,36	4.038,36	0,00	0,00	0,00	3.068,00	1.868,00	1.868,00	0,00	1.200,00	1.200,00
FUNDO PREVIDENCIA FINANCEIRO	0,00	1.248,77	1.146,77	0,00	100,00	0,00	2.780,75	1.470,00	1.470,00	0,00	1.310,75	1.410,75
GABINETE DO PREFEITO	0,00	13.241,02	13.241,02	0,00	0,00	0,00	16.579,67	8.548,73	8.548,73	197,18	7.832,76	7.832,76
SECRETARIA DA FAZENDA	0,00	91.052,35	91.052,35	0,00	0,00	0,00	163.281,79	93.511,25	93.511,25	0,00	69.770,54	69.770,54
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO	0,00	29.776,27	27.703,32	131,01	1.941,94	13.880,00	90.132,50	65.691,77	65.691,77	530,00	37.790,73	38.732,67
SECRETARIA DE AGRICULTURA E PECUARIA	0,00	110,00	110,00	0,00	0,00	0,00	539,04	287,07	287,07	0,00	251,97	251,97
SECRETARIA DE PESCA E AQUICULTURA	0,00	4.219,65	4.219,65	0,00	0,00	0,00	8.354,39	5.894,57	5.894,57	0,00	2.459,82	2.459,82
SECRETARIA DE PLANEJAMENTO URBANO	0,00	6.540,69	6.057,11	0,00	483,88	0,00	15.907,11	7.472,69	7.472,69	0,00	8.434,12	8.918,00
SECRETARIA DE TRANSPORTES, OBRAS E SERV. P	0,00	235.991,13	235.991,13	0,00	0,00	0,00	1.454.032,77	595.643,19	595.643,19	0,00	867.389,58	867.389,58
SECRETARIA DE TRANSPORTES, OBRAS E SERV. P	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	85.274,06	0,00	720.16,97	5.000,94	0,00	80.213,12	80.213,12
FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE CULTURA DE PORTO BE	0,00	19.243,38	19.203,18	0,00	37,20	0,00	6.897,71	3.427,50	3.427,50	0,00	3.470,21	3.507,41
FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE CULTURA	0,00	19.243,38	19.203,18	0,00	37,20	0,00	6.897,71	3.427,50	3.427,50	0,00	3.470,21	3.507,41
FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE ESPORTES DE PORTO E	0,00	6.591,68	5.991,68	0,00	600,00	0,00	15.939,55	4.281,00	4.281,00	0,00	11.658,55	12.258,55
FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE ESPORTE	0,00	6.591,68	5.991,68	0,00	600,00	0,00	15.939,55	4.281,00	4.281,00	0,00	11.658,55	12.258,55
FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE TURISMO PORTO BELO	0,00	55.835,64	55.551,18	0,00	284,46	177.100,00	84.559,33	61.827,30	61.827,30	0,00	199.832,03	200.115,49
FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE TURISMO	0,00	55.835,64	55.551,18	0,00	284,46	177.100,00	84.559,33	61.827,30	61.827,30	0,00	199.832,03	200.115,49
FUNDAÇÃO MUNICIPAL DO MEIO AMBIENTE DE PCI	0,00	39.935,05	39.935,05	0,00	0,00	0,00	34.539,81	2.559,80	2.559,80	0,00	31.880,01	31.880,01
FUNDO MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE-PMAP	0,00	39.935,05	39.935,05	0,00	0,00	0,00	34.539,81	2.559,80	2.559,80	0,00	31.880,01	31.880,01
LEGISLATIVO	1.115,45	3.189,98	273,00	272,64	3.759,79	2.234,00	39.851,74	18.370,75	16.288,15	12,00	25.785,59	29.545,38
CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES	352,41	418,41	99,00	44,64	630,18	2.234,00	39.851,74	18.370,75	16.288,15	12,00	25.785,59	26.415,77
CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES	0,00	218,00	0,00	68,00	150,00	0,00	150,00	0,00	0,00	0,00	150,00	150,00
CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES	545,04	2.771,57	174,00	180,00	2.579,51	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	2.579,51
RESTOS A PAGAR (INTRA-ORÇAMENTÁRIOS) (II)	11.980,52	115.748,84	115.605,00	-	12.123,35	-	-	-	-	-	-	12.123,35
EXECUTIVO												
ADMINISTRAÇÃO DIRETA	11.980,52	114.709,13	114.585,29	0,00	12.123,35	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	12.123,35
FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	0,00	5.594,32	5.594,32	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO	0,00	65.184,63	65.184,63	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	11.980,52	17.750,11	17.750,11	0,00	11.980,52	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	11.980,52
GABINETE DO PREFEITO	0,00	4.194,05	4.194,05	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SECRETARIA DA FAZENDA	0,00	5.080,17	5.080,17	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO	0,00	4.028,67	4.028,67	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SECRETARIA DE PESCA E AQUICULTURA	0,00	2.037,04	2.037,04	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SECRETARIA DE PLANEJAMENTO URBANO	0,00	1.037,30	1.037,30	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SECRETARIA DE TRANSPORTES, OBRAS E SERV. P	0,00	8.372,84	8.230,00	0,00	142,84	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	142,84
FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE TURISMO PORTO BELO	0,00	244,42	244,42	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE TURISMO	0,00	244,42	244,42	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

29/07/2015 18:04:39 - Sistema Sapo Versão 6.0.0.1 - SECRETARIA DA FAZENDA

Município de PORTO BELO - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DOS RESTOS A PAGAR POR PODER E ÓRGÃO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A JUNHO 2015/BIMESTRE MAIO - JUNHO

RREO - Anexo 7 (LRF, art. 53, inciso V)

R\$ 1,00

PODER/ÓRGÃO	RP PROCESSADOS E NÃO PROCESSADOS LIQUIDADOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES					RP NÃO PROCESSADOS						
	Inscritos		Pagos	Cancelados	Saldo (a)	Inscritos		Liquidados	Pagos	Cancelados	Saldo (b)	Saldo Total (a+b)
	Em Exercícios Anteriores	Em 31 de Dezembro de 2014				Em Exercícios Anteriores	Em 31 de Dezembro de 2014					
RESTOS A PAGAR (INTRA-ORÇAMENTÁRIOS) (II)	11.980,52	115.748,84	115.605,00	-	12.123,36	-	-	-	-	-	-	12.123,36
EXECUTIVO												
FUNDAÇÃO MUNICIPAL DO MEIO AMBIENTE DE POI	0,00	795,29	795,29	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
FUNDO MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE-FAMMP	0,00	795,29	795,29	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL (II) = (II + I):	13.174,37	970.181,08	961.633,25	403,65	21.286,55	400.202,74	3.713.038,05	2.142.505,88	2.073.413,73	26.998,28	2.012.828,78	2.034.127,33

FONTE:

PORTO BELO, 29/07/2015

JOÃO ONEDES LURA
CONTADOR - CRC/SC 038.2700 - 7RENEU NYLAND
COORDENADOR DE CONTROLADOR INTERNOEVALDO JOSE GUERREIRO FILHO
PREFEITO MUNICIPALROBERTO BAYER BATTISTOTTI
SECRETÁRIO DA FAZENDA

ANEXO 8 RREO - 3º BIMESTRE 2015

MUNICÍPIO DE PORTO BELO - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO - MDE
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A JUNHO 2015/BIMESTRE MAIO - JUNHO

RREO - ANEXO 8 (LDB, art. 72)

R\$ 1,00

RECEITAS DO ENSINO				
RECEITA RESULTANTE DE IMPOSTOS (caput do art. 212 da Constituição)	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS	
			Até o Bimestre (b)	% (c) = (b/a)x100
1- RECEITAS DE IMPOSTOS	14.948.800,00	14.948.800,00	8.392.885,97	55,14
1.1- Receita Resultante do Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana - IPTU	8.268.500,00	8.268.500,00	5.623.041,58	68,01
1.1.1- IPTU	7.200.000,00	7.200.000,00	5.033.532,11	69,91
1.1.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do IPTU	20.000,00	20.000,00	15.732,22	78,66
1.1.3- Dívida Ativa do IPTU	800.000,00	800.000,00	379.719,28	47,46
1.1.4- Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do IPTU	250.000,00	250.000,00	194.739,41	77,90
1.1.5- (-) Deduções da Receita do IPTU	(1.500,00)	(1.500,00)	(681,44)	45,43
1.2- Receita Resultante do Imposto sobre Transmissão Inter Vivos - ITBI	3.490.300,00	3.490.300,00	1.302.980,04	37,33
1.2.1- ITBI	3.500.000,00	3.500.000,00	1.302.980,04	37,23
1.2.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do ITBI	300,00	300,00	150,00	50,00
1.2.3- Dívida Ativa do ITBI	-	0,00	0,00	0,00
1.2.4- Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do ITBI	-	0,00	0,00	0,00
1.2.5- (-) Deduções da Receita do ITBI	(10.000,00)	(10.000,00)	0,00	0,00
1.3- Receita Resultante do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISS	2.875.000,00	2.875.000,00	1.321.298,24	45,96
1.3.1- ISS	2.800.000,00	2.800.000,00	1.304.398,45	46,59
1.3.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do ISS	18.000,00	18.000,00	4.450,90	24,73
1.3.3- Dívida Ativa do ISS	50.000,00	50.000,00	11.157,05	22,31
1.3.4- Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do ISS	10.000,00	10.000,00	4.950,99	49,51
1.3.5- (-) Deduções da Receita do ISS	(3.000,00)	(3.000,00)	(3.659,15)	121,97
1.4- Receita Resultante do Imposto de Renda Retido na Fonte - IRRF	315.000,00	315.000,00	145.366,11	46,15
1.4.1- IRRF	315.000,00	315.000,00	145.366,11	46,15
1.4.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do IRRF	-	0,00	0,00	0,00
1.4.3- Dívida Ativa do IRRF	-	0,00	0,00	0,00
1.4.4- Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do IRRF	-	0,00	0,00	0,00
1.4.5- (-) Deduções da Receita do IRRF	-	0,00	0,00	0,00
1.5- Receita Resultante do Imposto Territorial Rural - ITR (CF, art. 153, §4º, inciso III)	-	0,00	0,00	0,00
1.5.1- ITR	-	0,00	0,00	0,00
1.5.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do ITR	-	0,00	0,00	0,00
1.5.3- Dívida Ativa do ITR	-	0,00	0,00	0,00
1.5.4- Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do ITR	-	0,00	0,00	0,00
1.5.5- (-) Deduções da Receita do ITR	-	0,00	0,00	0,00
2- RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS	22.440.000,00	22.440.000,00	10.805.992,96	48,16
2.1- Cota-Parte FPM	13.500.000,00	13.500.000,00	6.487.367,99	48,05
2.1.1- Parcela referente à CF, art. 159, I, alínea b	13.500.000,00	13.500.000,00	6.487.367,99	48,05
2.1.2- Parcela referente à CF, art. 159, I, alínea d	-	0,00	0,00	0,00
2.1.3- Parcela referente à CF, art. 159, I, alínea e	-	0,00	0,00	0,00
2.2- Cota-Parte ICMS	7.000.000,00	7.000.000,00	3.388.899,04	48,41
2.3- ICMS-Desoneração - L.C. nº87/1996	30.000,00	30.000,00	13.999,16	46,66
2.4- Cota-Parte IP-Estado	100.000,00	100.000,00	53.405,68	53,41
2.5- Cota-Parte ITR	10.000,00	10.000,00	1.116,01	11,16
2.6- Cota-Parte IPVA	1.800.000,00	1.800.000,00	861.235,08	47,85
2.7- Cota-Parte IOF-Curo	-	0,00	0,00	0,00
3- TOTAL DA RECEITA DE IMPOSTOS (1 + 2)	37.388.800,00	37.388.800,00	19.198.678,93	51,35
RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS	
			Até o Bimestre (b)	% (c) = (b/a)x100
4- RECEITA DA APLICAÇÃO FINANCEIRA DE OUTROS RECURSOS DE IMPOSTOS VINC. AO ENSINO	-	0,00	0,00	0,00
5- RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS DO FNDE	1.023.000,00	1.023.000,00	692.387,24	67,68
5.1- Transferências do Salário-Educação	1.000.000,00	1.000.000,00	656.026,43	65,60
5.2- Transferências Diretas - PDDE	1.500,00	1.500,00	1.140,00	76,00
5.3- Transferências Diretas - PNAE	-	0,00	0,00	0,00
5.4- Transferências Diretas - PNATE	-	0,00	0,00	0,00
5.5- Outras Transferências do FNDE	-	0,00	0,00	0,00
5.6- Aplicação Financeira dos Recursos do FNDE	21.500,00	21.500,00	33.220,81	154,52
6- RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS	-	0,00	138,03	0,00
6.1- Transferências de Convênios	-	0,00	0,00	0,00
6.2- Aplicação Financeira dos Recursos de Convênios	-	0,00	138,03	0,00
7- RECEITA DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO	-	0,00	0,00	0,00
8- OUTRAS RECEITAS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	390.000,00	390.000,00	247.417,77	63,44
9- TOTAL DAS RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO (4 + 5 + 6 + 7 + 8)	1.413.000,00	1.413.000,00	939.943,04	66,52
FUNDEB				
RECEITAS DO FUNDEB	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS	
			Até o Bimestre (b)	% (c) = (b/a)x100
10- RECEITAS DESTINADAS AO FUNDEB	4.368.000,00	4.368.000,00	2.161.184,98	49,48
10.1- Cota-Parte FPM Destinada ao FUNDEB - (20% de 2.1.1)	2.600.000,00	2.600.000,00	1.297.473,45	49,90
10.2- Cota-Parte ICMS Destinada ao FUNDEB - (20% de 2.2)	1.400.000,00	1.400.000,00	677.760,84	48,41
10.3- ICMS-Desoneração Destinada ao FUNDEB - (20% de 2.3)	6.000,00	6.000,00	2.799,81	46,66
10.4- Cota-Parte IP-Estado Destinada ao FUNDEB - (20% de 2.4)	20.000,00	20.000,00	10.681,16	53,41
10.5- Cota-Parte ITR ou ITR Arrecadados Destinados ao FUNDEB - (20% de (1.5 + 2.5))	2.000,00	2.000,00	223,18	11,16
10.6- Cota-Parte IPVA Destinada ao FUNDEB - (20% de 2.6)	340.000,00	340.000,00	172.246,54	50,66
11- RECEITAS RECEBIDAS DO FUNDEB	10.220.000,00	10.220.000,00	5.028.111,08	49,20
11.1- Transferências de Recursos do FUNDEB	10.200.000,00	10.200.000,00	5.017.815,22	49,19
11.2- Complementação da União ao FUNDEB	-	0,00	0,00	0,00
11.3- Receita de Aplicação Financeira dos Recursos do FUNDEB	20.000,00	20.000,00	10.295,86	51,48
12- RESULTADO LÍQUIDO DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB (11.1 - 10)	5.832.000,00	5.832.000,00	2.856.630,24	48,98
ACRÉSCIMO RESULTANTE DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB				

29/07/2015 18:19:58 - Sistema Sapo Versão 6.0.0.1 - SECRETARIA DA FAZENDA

MUNICÍPIO DE PORTO BELO - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO - MDE
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A JUNHO 2015/BIMESTRE MAIO - JUNHO

Continuação 2/3

DESPESAS DO FUNDEB		DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS	
				Até o Bimestre (e)	% (f)=(e/d)x100	Até o Bimestre (g)	% (h)=(g/d)x100
13- PAGAMENTO DOS PROFISSIONAIS DO MAGISTÉRIO		8.180.000,00	8.237.530,00	4.212.849,03	51,14	4.212.849,03	51,14
13.1- Com Educação Infantil		3.480.000,00	3.480.000,00	2.056.736,21	59,10	2.056.736,21	59,10
13.2- Com Ensino Fundamental		4.700.000,00	4.757.530,00	2.156.112,82	45,32	2.156.112,82	45,32
14- OUTRAS DESPESAS		2.050.000,00	2.050.000,00	848.232,32	41,38	848.232,32	41,38
14.1- Com Educação Infantil		812.000,00	812.000,00	503.543,66	62,01	503.543,66	62,01
14.2- Com Ensino Fundamental		1.238.000,00	1.238.000,00	344.688,66	27,84	344.688,66	27,84
15- TOTAL DAS DESPESAS DO FUNDEB (13 + 14)		10.230.000,00	10.287.530,00	5.081.081,35	49,20	5.081.081,35	49,20
DEDUÇÕES PARA FINS DE LIMITE DO FUNDEB							VALOR
16- RESTOS A PAGAR INSCRITOS NO EXERCÍCIO SEM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DO FUNDEB							-
16.1 - FUNDEB 60%							-
16.2 - FUNDEB 40%							-
17- DESPESAS CUSTEADAS COM O SUPERÁVIT FINANCEIRO, DO EXERCÍCIO ANTERIOR, DO FUNDEB							57.530,00
17.1 - FUNDEB 60%							57.530,00
17.2 - FUNDEB 40%							0,00
18- TOTAL DAS DEDUÇÕES CONSIDERADAS PARA FINS DE LIMITE DO FUNDEB (16 + 17)							57.530,00
INDICADORES DO FUNDEB							
19 - TOTAL DAS DESPESAS DO FUNDEB PARA FINS DE LIMITE (15 - 18)							5.003.551,35
19.1 - Mínimo de 80% do FUNDEB na Remuneração do Magistério ¹ (13 - (16.1 + 17.1)) / ((11) x 100) %							82,64
19.2 - Máximo de 40% em Despesa com MDE, que não Remuneração do Magistério (14 - (16.2 + 17.2)) / ((11) x 100) %							16,87
19.3 - Máximo de 5% não Aplicado no Exercício (100 - ((19.1 + 19.2)) %							0,49
CONTROLE DA UTILIZAÇÃO DE RECURSOS NO EXERCÍCIO SUBSEQUENTE							VALOR
20 - RECURSOS RECEBIDOS DO FUNDEB EM 2014 QUE NÃO FORAM UTILIZADOS							57.530,00
21 - DESPESAS CUSTEADAS COM O SALDO DO ITEM 20 ATÉ O 1º TRIMESTRE DE 2015 ²							57.530,00
MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO - DESPESAS CUSTEADAS COM A RECEITA RESULTANTE DE IMPOSTOS E RECURSOS DO FUNDEB							
RECEITAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE		PREVISÃO INICIAL		PREVISÃO ATUALIZADA (a)		RECEITAS REALIZADAS	
						Até o Bimestre (b)	% (c)=(b/a)x100
22- IMPOSTOS E TRANSFERÊNCIAS DESTINADAS À MDE (25% de 3) ³		9.347.200,00		9.347.200,00		4.799.669,73	51,35
DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE		DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS	
				Até o Bimestre (e)	% (f)=(e/d)x100	Até o Bimestre (g)	% (h)=(g/d)x100
23- EDUCAÇÃO INFANTIL		5.232.000,00	5.173.012,00	3.284.377,76	63,49	3.084.919,40	59,63
23.1- Creche		550.000,00	550.000,00	549.697,81	99,95	350.239,45	63,68
23.1.1- Despesas Custeadas com Recursos do FUNDEB		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
23.1.2- Despesas Custeadas com Outros Recursos de Impostos		550.000,00	550.000,00	549.697,81	99,95	350.239,45	63,68
23.2- Pré-escola		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
23.2.1- Despesas Custeadas com Recursos do FUNDEB		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
23.2.2- Despesas Custeadas com Outros Recursos de Impostos		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
24- ENSINO FUNDAMENTAL		10.543.032,00	10.659.550,00	5.605.467,60	52,59	4.956.548,48	46,50
24.1- Despesas Custeadas com Recursos do FUNDEB		5.938.000,00	5.995.530,00	2.500.801,48	41,71	2.500.801,48	41,71
24.2- Despesas Custeadas com Outros Recursos de Impostos		4.605.032,00	4.664.020,00	3.104.666,12	66,57	2.455.747,00	52,65
25- ENSINO MÉDIO		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
26- ENSINO SUPERIOR		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
27- ENSINO PROFISSIONAL NÃO INTEGRADO AO ENSINO REGULAR		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
28- OUTRAS		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
29- TOTAL DAS DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE (23 + 24 + 25 + 26 + 27 + 28)		15.775.032,00	15.832.562,00	8.889.845,36	56,15	8.041.467,88	50,79
DEDUÇÕES CONSIDERADAS PARA FINS DE LIMITE CONSTITUCIONAL							VALOR
30- RESULTADO LÍQUIDO DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB = (12)							2.856.630,24
31- DESPESAS CUSTEADAS COM A COMPLEMENTAÇÃO DO FUNDEB NO EXERCÍCIO							0,00
32- RECEITA DE APLICAÇÃO FINANCEIRA DOS RECURSOS DO FUNDEB ATÉ O BIMESTRE = (60 h)							10.295,86
33- DESPESAS CUSTEADAS COM O SUPERÁVIT FINANCEIRO, DO EXERCÍCIO ANTERIOR, DO FUNDEB							54.663,50
34- DESPESAS CUSTEADAS COM O SUPERÁVIT FINANCEIRO, DO EXERCÍCIO ANTERIOR, DE OUTROS RECURSOS DE IMPOSTOS							57.530,00
35- RESTOS A PAGAR INSCRITOS NO EXERCÍCIO SEM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO							-
36- CANCELAMENTO, NO EXERCÍCIO, DE RESTOS A PAGAR INSCRITOS COM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO = (46 j)							-
37- TOTAL DAS DEDUÇÕES CONSIDERADAS PARA FINS DE LIMITE CONSTITUCIONAL (30 + 31 + 32 + 33 + 34 + 35 + 36)							2.979.109,60
38- TOTAL DAS DESPESAS PARA FINS DE LIMITE ((23 + 24) - (37))							5.062.358,28
39- MÍNIMO DE 25% DAS RECEITAS RESULTANTES DE IMPOSTOS EM MDES ((38) / (3) x 100) %							26,37
OUTRAS INFORMAÇÕES PARA CONTROLE							
OUTRAS DESPESAS CUSTEADAS COM RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO		DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS	
				Até o Bimestre (e)	% (f)=(e/d)x100	Até o Bimestre (g)	% (h)=(g/d)x100
40- DESPESAS CUSTEADAS COM A APLICAÇÃO FINANCEIRA DE OUTROS RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
41- DESPESAS CUSTEADAS COM A CONTRIBUIÇÃO SOCIAL DO SALÁRIO-EDUCAÇÃO		1.020.000,00	1.430.450,87	774.117,38	54,12	506.891,68	35,44
42- DESPESAS CUSTEADAS COM OPERAÇÕES DE CRÉDITO		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
43- DESPESAS CUSTEADAS COM OUTRAS RECEITAS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO		5.870.947,10	6.579.000,69	2.112.290,98	32,11	711.448,37	10,81
44- TOTAL DAS OUTRAS DESPESAS CUSTEADAS COM RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO (40 + 41 + 42 + 43)		6.890.947,10	8.008.451,56	2.886.408,36	36,04	1.218.338,05	15,21
45- TOTAL GERAL DAS DESPESAS COM MDE (29 + 44)		22.665.979,10	23.842.013,56	11.776.253,72	49,39	9.259.805,93	38,84

29/07/2015 18:19:58 - Sistema Sapo Versão 6.0.0.1 - SECRETARIA DA FAZENDA

MUNICÍPIO DE PORTO BELO - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO - MDE
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A JUNHO 2015/BIMESTRE MAIO - JUNHO

Continuação 3/3

RESTOS A PAGAR INSCRITOS COM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO	SALDO ATÉ O BIMESTRE	CANCELADO EM 2015 (1)	
46- RESTOS A PAGAR DE DESPESAS COM MDE	0,00	0,00	
46.1 - Executadas com Recursos de Impostos Vinculados ao Ensino	0,00	0,00	
46.2 - Executadas com Recursos do FUNDEB	0,00	0,00	
FLUXO FINANCEIRO DOS RECURSOS		VALOR	
		FUNDEB (1)	FUNDEF
47- SALDO FINANCEIRO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014		61.139,99	0,00
48- (+) INGRESSO DE RECURSOS ATÉ O BIMESTRE		5.022.886,30	0,00
49- (-) PAGAMENTOS EFETUADOS ATÉ O BIMESTRE		4.894.371,04	0,00
49.1 Orçamento do Exercício		4.894.371,04	0,00
49.2 Restos a Pagar		0,00	0,00
50- (+) RECEITA DE APLICAÇÃO FINANCEIRA DOS RECURSOS ATÉ O BIMESTRE		10.295,86	0,00
51- (-) SALDO FINANCEIRO NO EXERCÍCIO ATUAL		199.951,11	0,00

PORTO BELO, 29/07/2015

JOÃO ONEIDES LIRA
CONTADOR - CRC/SC 028.270/0-7

RENEU NYLAND
COORDENADOR DE CONTROLADOR INTERNO

EVALDO JOSE GUERREIRO FILHO
PREFEITO MUNICIPAL

ROBERTO BAYER BATTISTOTTI
SECRETÁRIO DA FAZENDA

FONTE:

¹ Limites mínimos anuais a serem cumpridos no encerramento do exercício.

² Art. 21, § 2º, Lei 11.494/2007: "Até 5% dos recursos recebidos à conta dos Fundos, inclusive relativos à complementação da União recebidos nos termos do §1º do art. 6º desta Lei, poderão ser utilizados no 1º trimestre do exercício imediatamente subsequente, mediante abertura de crédito adicional."

³ Caput do art. 212 da CF/1988.

⁴ Os valores referentes à parcela dos Restos a Pagar inscritos sem disponibilidade financeira vinculada à educação deverão ser informados somente no RREO do último bimestre do exercício.

⁵ Limites mínimos anuais a serem cumpridos no encerramento do exercício, no âmbito de atuação prioritária, conforme LDB, art. 11, V.

⁶ Nos cinco primeiros bimestres do exercício o acompanhamento poderá ser feito com base na despesa empenhada ou na despesa liquidada. No último bimestre do exercício, o valor deverá corresponder ao total da despesa empenhada.

⁷ Essa coluna poderá ser apresentada somente no último bimestre.

CÂMARA MUNICIPAL**RESOLUÇÃO Nº 031/2015**

RESOLUÇÃO Nº 031/2015

“CRIA COMISSÃO PARLAMENTAR PROCESSANTE, NOMEIA MEMBROS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.”

JONAS AMADEU RAULINO, no uso de suas atribuições asseguradas por Lei, na conformidade com o que dispõe o artigo 25, inciso I, alínea “j” do Regimento Interno e artigo 88º, § 2º da Lei Orgânica Municipal e em conformidade ao Decreto Lei 201/67, PROMULGA a presente RESOLUÇÃO resolve:

ART. 1º - Fica Constituída a Comissão Parlamentar Processante, composta pelos Vereadores Frank Max Marques (PTB), na qualidade de Presidente, Elias Cabral (SD), na qualidade de Relator e o Vereador João Paulo Serpa (PP), na qualidade de Membro, para apurar as denúncias, aprovadas pelo Plenário na Sessão Ordinária, realizada no dia 28 de setembro de 2015.

Parágrafo Primeiro – O escopo de constituição desta Comissão Parlamentar Processante é apurar a possível prática de infração político administrativa pelo Excelentíssimo Prefeito Municipal, nos termos da fundamentação e documentos da denúncia apresentada junto ao Poder Legislativo, nos termos do artigo 115-A, § 1º, inciso I da Lei Orgânica Municipal e Decreto Lei nº 201/1967.

Parágrafo Segundo – Os dispositivos legais possivelmente infringidos contidos na denúncia são os seguintes: Artigo 4º, incisos I, IV, VI, VII, VIII e X do Decreto Lei 201/1967, Artigo 115-A, incisos I, IV, VI, VII, VIII, X e XIV da Lei Orgânica Municipal.

ART. 2º - A Comissão terá os atributos e os poderes constantes no Regimento Interno, Lei Orgânica do Município e de Decreto Lei 201/67.

ART. 3º - A Comissão constituída terá o prazo de até 90 (noventa) dias contados da data em que se efetivar notificação inicial do denunciado, interrompendo-se no recesso parlamentar, na hipótese de coincidência.

ART. 4º - Toda a documentação relativa ao fato determinado deverá ser reunida em autos, cujo procedimento será numerado para efeito de controle e arquivo na fase própria, bem como, autuação de autos suplementares, se necessário.

ART. 5º - Fica também nomeado como Membro Técnico do Poder Legislativo, com o intuito de assessorar juridicamente os trabalhos da presente Comissão, o Drº João José da Cruz Neto, inscrito na OAB/SC 22590, ocupante do Cargo de Diretor Jurídico.

ART. 6º - Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Sala das Sessões, 29 de setembro de 2015.

Jonas Amadeu Raulino
Presidente

Paço Legislativo Vereador Amadeu Serafim Raulino
“Porto Belo Capital Catarinense dos Transatlânticos”

Porto União

PREFEITURA

EXTRATO DE CONTRATO 071/2015 - SAÚDE

Município de Porto União
Estado de Santa Catarina
Extrato de Contrato 071/2015 - SAÚDE
Partes: Município de Porto União e Fênix Informática e Telefonia Ltda.
Objeto: Aquisição de equipamentos de informática diversos.
Valor Total: R\$ 37.954,96 (trinta e sete mil novecentos e cinquenta e quatro reais e noventa e seis centavos).
Vigência: 12 (doze) meses.
Base legal: Pregão Presencial 040/2015 - SAÚDE, Lei 8.666/93.
Porto União SC, 15 de setembro de 2015.
Anízio de Souza.
Prefeito Municipal
Fênix Informática e Telefonia Ltda.
Contratada

EXTRATO DE CONTRATO 072/2015 - SAÚDE

Município de Porto União
Estado de Santa Catarina
Extrato de Contrato 072/2015 - SAÚDE
Partes: Município de Porto União e Vinícius Guilherme dos Santos Informática – ME.
Objeto: Aquisição de equipamentos de informática diversos.
Valor Total: R\$ 7.074,00 (sete mil e setenta e quatro reais).
Vigência: 12 (doze) meses.
Base legal: Pregão Presencial 040/2015 - SAÚDE, Lei 8.666/93.
Porto União SC, 15 de setembro de 2015.
Anízio de Souza.
Prefeito Municipal
Vinícius Guilherme dos Santos Informática – ME.
Contratada

EXTRATO DE CONTRATO 073/2015 - SAÚDE

Município de Porto União
Estado de Santa Catarina
Extrato de Contrato 073/2015 - SAÚDE
Partes: Município de Porto União e Eder Carlos dos Santos Batista – ME.
Objeto: Aquisição de equipamentos de informática diversos.
Valor Total: R\$ 2.509,50 (dois mil quinhentos e nove reais e cinquenta centavos).
Vigência: 12 (doze) meses.
Base legal: Pregão Presencial 040/2015 - SAÚDE, Lei 8.666/93.
Porto União SC, 15 de setembro de 2015.
Anízio de Souza.
Prefeito Municipal
Eder Carlos dos Santos Batista – ME.
Contratada

EXTRATO DE CONTRATO 074/2015 - SAÚDE

Município de Porto União
Estado de Santa Catarina
Extrato de Contrato 074/2015 - SAÚDE
Partes: Município de Porto União e SMI Tecnologia e Serviços Ltda – ME.
Objeto: Aquisição de equipamentos de informática diversos.
Valor Total: R\$ 5.345,00 (cinco mil trezentos e quarenta e cinco reais).

Vigência: 12 (doze) meses.
Base legal: Pregão Presencial 040/2015 - SAÚDE, Lei 8.666/93.
Porto União SC, 15 de setembro de 2015.
Anízio de Souza.
Prefeito Municipal
SMI Tecnologia e Serviços Ltda – ME.
Contratada

EXTRATO DE EDITAL DE TOMADA DE PREÇOS 003/2015 - SAÚDE

PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO
ESTADO DE SANTA CATARINA
Processo Licitatório 071/2015- FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
Extrato de Edital de Tomada de Preços 003/2015
O Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições, torna público que fará realizar processo licitatório na modalidade de Tomada de Preços, com adjudicação por menor preço por empreitada global, para a execução da conclusão da obra das Unidades Básicas de Saúde da Área Industrial e Bairro Santa Rosa, incluindo material e mão de obra. O recebimento dos envelopes se dará até às 14h00min do dia 22 de outubro de 2015 na Prefeitura Municipal, com abertura dos envelopes no mesmo local, dia e hora. O Edital e Arquivos encontram-se disponíveis no site da Prefeitura Municipal de Porto União www.portouniao.sc.gov.br. Maiores informações podem ser retiradas na Rua Padre Anchieta, 126, e-mail licitoportouniao@yahoo.com.br, licitacao@portouniao.sc.gov.br e, fone (42) 3523-1155.

Porto União - SC, 01 de outubro de 2015.
Anízio de Souza
Prefeito Municipal

PORTARIA N.º 692/2015 - RH

PORTARIA Nº 692, de 21 de setembro de 2015.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Artigo 84, inciso II, Alínea "e", da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º RESCINDIR, o contrato de trabalho de SERGIO DE ALENCAR NOBRE, das funções do cargo de Professor Docente 6º ao 9º anos finais (Geografia), do quadro de pessoal desta Prefeitura Municipal, em razão do término do prazo.

Art. 2º A presente Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, retroagindo seus efeitos a 03 de setembro de 2015.

Porto União - SC, em 21 de setembro de 2015.
ANIZIO DE SOUZA
Prefeito Municipal

PAULO RUBENS BUCH
Secretário Municipal de Administração e Esporte

PORTARIA N.º 693/2015 - RH

PORTARIA Nº 693 de 21 de setembro de 2015.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Artigo 84, inciso II, Alínea "e", da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º RESCINDIR, o contrato de trabalho de SUELLEN CRISTINA MACHELI, das funções do cargo de Professor Docente 6º ao 9º anos finais (Educação Física), do quadro de pessoal desta Prefeitura Municipal, em razão do término do prazo.

Art. 2º A presente Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, retroagindo seus efeitos a 08 de setembro de 2015.

Porto União - SC, em 21 de setembro de 2015.

ANIZIO DE SOUZA

Prefeito Municipal

PAULO RUBENS BUCH

Secretário Municipal de Administração e Esporte

PORTARIA N.º 694/2015 - RH

PORTARIA Nº 694, de 21 de setembro de 2015.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Artigo 84, inciso II, Alínea "e", da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º RESCINDIR A PEDIDO, o contrato de trabalho de FRANCIELE FATIMA DE SOUZA SKIBINSKI, das funções do cargo de Agente de Serviços Públicos Nível 01, do quadro de pessoal desta Prefeitura Municipal.

Art. 2º A presente Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, retroagindo seus efeitos a 15 de setembro de 2015.

Porto União - SC, em 21 de setembro de 2015.

ANIZIO DE SOUZA

Prefeito Municipal

PAULO RUBENS BUCH

Secretário Municipal de Administração e Esporte

PORTARIA N.º 695/2015 - RH

PORTARIA Nº 695, de 21 de setembro de 2015.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Artigo 84, inciso II, Alínea "e", da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º RESCINDIR, o contrato de trabalho de MARCIA MAZEIKA, das funções do cargo de Agente de Serviços Públicos Nível 01, do quadro de pessoal desta Prefeitura Municipal, em razão do término do prazo.

Art. 2º A presente Portaria entra em vigor na data de sua assinatura,

condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, retroagindo seus efeitos a 18 de setembro de 2015.

Porto União - SC, em 21 de setembro de 2015.

ANIZIO DE SOUZA

Prefeito Municipal

PAULO RUBENS BUCH

Secretário Municipal de Administração e Esporte

PORTARIA N.º 696/2015 - RH

PORTARIA Nº 696, de 21 de setembro de 2015.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Artigo 84, inciso II, Alínea "a", da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º EXONERAR A PEDIDO, MARIA SILVANA BUENO, do cargo de provimento efetivo de Agente de Serviços Públicos Nível 01, do quadro de pessoal desta Prefeitura Municipal.

Art. 2º A presente Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC.

Porto União - SC, em 21 de setembro de 2015.

ANIZIO DE SOUZA

Prefeito Municipal

PAULO RUBENS BUCH

Secretário Municipal de Administração e Esporte

PORTARIA N.º 697/2015 - RH

PORTARIA Nº 697, de 21 de setembro de 2015.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Artigo 84, inciso II, Alínea "a", da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º ALTERAR, de 09 a 25 de setembro de 2015, a carga horária da professora efetiva Yara Pinto Ferreira Kurutz, para mais 20 (vinte) horas semanais, com vencimentos na Classe "B", referência "001", previsto nos Anexos I e III, da Lei Municipal nº 3.885 de 22 de junho de 2011 e suas alterações, para atuar no Núcleo de Educação Infantil Arco Iris em substituição à servidora efetiva Juliana Base que continua afastada para tratamento de saúde.

Art. 2º Será concedido GRATIFICAÇÃO COMPENSATORIA de 10% do vencimento, sobre a alteração de carga horária, de acordo com o Art. 50 da Lei Municipal nº 3.885, de 22 de junho de 2011, que dispõe sobre o Plano de Carreira e Remuneração para o Magistério do Município.

Art. 3º A servidora acima mencionada exercerá suas atividades vinculada à Secretaria Municipal de Educação, deste município.

Art. 4º A presente Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, retroagindo seus efeitos a 09 de setembro de 2015.

Porto União, SC em 21 de setembro de 2015.

ANIZIO DE SOUZA

Prefeito Municipal

PAULO RUBENS BUCH
Secretário Municipal de Administração e Esporte

PORTARIA N.º 698/2015 - RH

PORTARIA Nº 698, de 21 de setembro de 2015.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Artigo 84, inciso II, Alínea "a", da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º ALTERAR, de 09 de setembro a 08 de outubro de 2015, a carga horária da professora efetiva Patrícia De Fatima Reisdorfer, para mais 20 (vinte) horas semanais, com vencimentos na Classe "C", referência "001", previsto nos Anexos I e III, da Lei Municipal nº 3.885 de 22 de junho de 2011 e suas alterações, para atuar no Núcleo de Educação Infantil Trem da Alegria em substituição à servidora efetiva Agnes Margarete Muller que continua afastada para tratamento de saúde.

Art. 2º Será concedido GRATIFICAÇÃO COMPENSATORIA de 10% do vencimento, sobre a alteração de carga horária, de acordo com o Art. 50 da Lei Municipal nº 3.885, de 22 de junho de 2011, que dispõe sobre o Plano de Carreira e Remuneração para o Magistério do Município.

Art. 3º A servidora acima mencionada exercerá suas atividades vinculada à Secretaria Municipal de Educação, deste município.

Art. 4º A presente Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, retroagindo seus efeitos a 09 de setembro de 2015.

Porto União, SC em 21 de setembro de 2015.

ANIZIO DE SOUZA
Prefeito Municipal

PAULO RUBENS BUCH
Secretário Municipal de Administração e Esporte

PORTARIA N.º 699/2015 - RH

PORTARIA Nº 699, de 21 de setembro de 2015.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Artigo 84, inciso II, Alínea "a", da Lei Orgânica do Município:

RESOLVE:

Art. 1º CONCEDER LICENÇA PRÊMIO a partir de 14 de setembro de 2015, referente ao período aquisitivo de julho de 2006 a julho de 2011, de 60 (sessenta) dias consecutivos, com todos os direitos e vantagens de seu cargo efetivo, de acordo com o Art. 132 e seu § único, da Lei Municipal 2055/94, que instituiu o Regime Jurídico Único para os servidores Públicos do Município, ao servidor Francisco Jaras, ocupante do cargo de provimento efetivo de Agente de Serviços Públicos Nível 02, do quadro de pessoal desta Prefeitura Municipal.

Art. 2º A presente Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, retroagindo seus efeitos a 14 de setembro de 2015.

Porto União - SC, em 21 de setembro de 2015.

ANIZIO DE SOUZA
Prefeito Municipal

PAULO RUBENS BUCH
Secretário Municipal de Administração e Esporte

PORTARIA N.º 700/2015 - RH

PORTARIA Nº 700, de 21 de setembro de 2015.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Artigo 84, inciso II, Alínea "a", da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º CONCEDER A QUITAÇÃO da Licença Prêmio, de 90 (noventa) dias consecutivos, referente ao período aquisitivo de junho de 2007 a junho de 2012, do servidor Sandro Márcio Boruch, ocupante do cargo de provimento efetivo de Operador de Máquinas Pesadas.

Art. 2º A presente Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, retroagindo seus efeitos a 17 de setembro de 2015.

Porto União - SC, em 21 de setembro de 2015.

ANIZIO DE SOUZA
Prefeito Municipal

PAULO RUBENS BUCH
Secretário Municipal de Administração e Esporte

PORTARIA N.º 701/2015 - RH

PORTARIA Nº 701, de 21 de setembro de 2015.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Artigo 84, inciso II, Alínea "e", da Lei Orgânica do Município:

RESOLVE:

Art. 1º CONTRATAR POR TEMPO DETERMINADO, de 01 a 29 de setembro de 2015, sob o Regime Jurídico Especial, com contribuição para o Regime Geral de Previdência, conforme estabelecido na Lei Municipal 2.621, de 28 de maio de 2001, Aline Juliane Blattmann, para exercer as funções do cargo de Atendente Infantil, pertencente ao Grupo Ocupacional Isolado em Extinção – GIE, com vencimentos na Classe "01", referência "A" previstos nos Anexos I e II, da Lei Municipal nº 3.934, de 21 de novembro de 2011, em substituição à servidora efetiva Patrícia Laiane Boruch, que se encontra afastada para tratamento de saúde.

Art. 2º A servidora acima mencionada exercerá suas atividades junto ao Núcleo de Educação Infantil Favo de Mel, vinculada à Secretaria Municipal de Educação, deste Município.

Art. 3º A presente Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, retroagindo seus efeitos a 01 de setembro de 2015.

Porto União - SC, em 21 de setembro de 2015.

ANIZIO DE SOUZA
Prefeito Municipal

PAULO RUBENS BUCH
Secretário Municipal de Administração e Esporte

PORTARIA N.º 702/2015 - RH

PORTARIA Nº 702, de 21 de setembro de 2015.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Artigo 84, inciso II, Alínea "e", da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º CONTRATAR POR TEMPO DETERMINADO, de 08 de setembro a 17 de dezembro de 2015, sob o Regime Jurídico Especial, com contribuição para o Regime Geral de Previdência, conforme estabelecido na Lei Municipal 2.621, de 28 de maio de 2001, Grazieli Tatiana Wollmann, para exercer as funções do cargo de Professor Docente 1º ao 5º anos iniciais, com carga horária de 20 (vinte) horas semanais, com vencimentos na Classe "B", referência "01", previsto nos Anexos I e III, da Lei Municipal nº 3.885 de 22 de junho de 2011 e alterações, em substituição à servidora efetiva Cintia Marques de Moraes, que se encontra em afastada para Tratamento de Saúde por 15 (quinze) dias e posteriormente Licença Maternidade.

Art. 2º Será concedido GRATIFICAÇÃO COMPENSATORIA de 10% do vencimento, de acordo com o Art. 50 da Lei Municipal nº 3.885, de 22 de junho de 2011, que dispõe sobre o Plano de Carreira e Remuneração para o Magistério do Município.

Art. 3º A servidora acima mencionada exercerá suas atividades junto ao Núcleo Educacional Frei Deodato, vinculada à Secretaria Municipal de Educação deste município.

Art. 4º A presente Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, retroagindo seus efeitos a 08 de setembro de 2015.

Porto União - SC, em 21 de setembro de 2015.

ANIZIO DE SOUZA
Prefeito MunicipalPAULO RUBENS BUCH
Secretário Municipal de Administração e Esporte**PORTARIA N.º 703/2015 - RH**

PORTARIA Nº 703, de 25 de setembro de 2015.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Artigo 84, inciso II, Alínea "e", da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º RESCINDIR A PEDIDO, o contrato de trabalho de ADEMIR FORNARI, das funções do cargo de Agente de Serviços Públicos Nível 02, do quadro de pessoal desta Prefeitura Municipal.

Art. 2º A presente Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC.

Porto União - SC, em 25 de setembro de 2015.

ANIZIO DE SOUZA
Prefeito MunicipalPAULO RUBENS BUCH
Secretário Municipal de Administração e Esporte**PORTARIA N.º 704/2015 - RH**

PORTARIA Nº 704, de 25 de setembro de 2015.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Artigo 84, inciso II, Alínea "e", da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º PRORROGAR de 25 de setembro a 18 de dezembro de 2015, o Contrato de Trabalho nº 109/2015, de Marina Antunes dos Santos, que exerce as funções do cargo de Professor Docente Educação Infantil, do quadro de pessoal desta Prefeitura Municipal, conforme Lei Municipal nº 3.885, de 22 de junho de 2011, em vaga vinculada da servidora efetiva Silmara de Fátima Amarante Bueno, que está exercendo a função de Diretora de Núcleo de Educação Infantil.

Art. 2º A servidora mencionada no artigo anterior exercerá suas atividades junto ao Núcleo de Educação Infantil Comezinho da Vida, vinculada à Secretaria Municipal de Educação, deste município.

Art. 3º - A presente Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC.

Porto União - SC, em 25 de setembro de 2015.

ANIZIO DE SOUZA
Prefeito MunicipalPAULO RUBENS BUCH
Secretário Municipal de Administração e Esporte**PORTARIA N.º 705/2015 - RH**

PORTARIA Nº 705, de 28 de setembro de 2015.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Artigo 84, inciso II, Alínea "e", da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º CONTRATAR POR TEMPO DETERMINADO, de 21 de setembro a 17 de dezembro de 2015, sob o Regime Jurídico Especial, com contribuição para o Regime Geral de Previdência, conforme estabelecido na Lei Municipal 2.621, de 28 de maio de 2001, Ariane Cristina Polika, para exercer as funções do cargo de Professor Docente 1º ao 5º anos iniciais, com carga horária de 30 (trinta) horas semanais, com vencimentos na Classe "A", referência "01", previsto nos Anexos I e III, da Lei Municipal nº 3.885 de 22 de junho de 2011 e alterações, em substituição à servidora efetiva Jonhny Isabel Silveira que se encontra em Licença Prêmio e ao término desta aposentar-se-á.

Art. 2º Será concedido GRATIFICAÇÃO COMPENSATORIA de 10% do vencimento, de acordo com o Art. 50 da Lei Municipal nº 3.885, de 22 de junho de 2011, que dispõe sobre o Plano de Carreira e Remuneração para o Magistério do Município.

Art. 3º A servidora acima mencionada exercerá suas atividades junto ao Núcleo Educacional São Bernardo do Campo, vinculada à Secretaria Municipal de Educação deste município.

Art. 4º A presente Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, retroagindo seus efeitos a 21 de setembro de 2015.

Porto União - SC, em 28 de setembro de 2015.

ANIZIO DE SOUZA
Prefeito Municipal

PAULO RUBENS BUCH
Secretário Municipal de Administração e Esporte

PORTARIA N.º 706/2015 - RH

PORTARIA Nº 706, de 28 de setembro de 2015.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Artigo 84, inciso II, Alínea "e", da Lei Orgânica do Município:

RESOLVE:

Art. 1º CONTRATAR POR TEMPO DETERMINADO, de 21 de setembro a 09 de outubro de 2015, sob o Regime Jurídico Especial, com contribuição para o Regime Geral de Previdência, conforme estabelecido na Lei Municipal 2.621, de 28 de maio de 2001, Salete de Fátima Rodrigues Leandro, para exercer as funções do cargo de Agente de Serviços Públicos Nível 01, com vencimentos na Classe "01", referência "A" previstos nos Anexos I e II, da Lei Municipal nº 3.934, de 21 de novembro de 2011, em substituição à servidora efetiva Vanderléia Melnik Borges, que se encontra afastada para tratamento de saúde.

Art. 2º A servidora acima mencionada exercerá suas atividades junto ao Núcleo Educacional João Fernando Sobral, vinculada à Secretaria Municipal de Educação, deste Município.

Art. 3º A presente Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, retroagindo seus efeitos a 21 de setembro de 2015.

Porto União - SC, em 28 de setembro de 2015.

ANIZIO DE SOUZA
Prefeito Municipal

PAULO RUBENS BUCH
Secretário Municipal de Administração e Esporte

PORTARIA N.º 707/2015 - RH

PORTARIA Nº 707, de 28 de setembro de 2015.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Artigo 84, inciso II, Alínea "e", da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º ALTERAR, de 14 de setembro a 07 de outubro de 2015, a carga horária da professora contratada Vilma Ireno Pageski, para mais 20 (vinte) horas semanais, com vencimentos na Classe "B", referência "001", previsto nos Anexos I e III, da Lei Municipal nº 3.885 de 22 de junho de 2011 e suas alterações, para atuar no Núcleo de Educação Infantil Moranguinho em substituição à servidora efetiva Elaine Pressendo que se encontra afastada para tratamento de saúde.

Art. 2º Será concedido GRATIFICAÇÃO COMPENSATORIA de 10% do vencimento, sobre a alteração de carga horária, de acordo com o Art. 50 da Lei Municipal nº 3.885, de 22 de junho de 2011, que dispõe sobre o Plano de Carreira e Remuneração para o Magistério do Município.

Art. 3º A servidora acima mencionada exercerá suas atividades vinculada à Secretaria Municipal de Educação, deste município.

Art. 4º A presente Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, retroagindo seus efeitos a 14 de setembro de 2015.

Porto União, SC em 28 de setembro de 2015.

ANIZIO DE SOUZA
Prefeito Municipal

PAULO RUBENS BUCH
Secretário Municipal de Administração e Esporte

PORTARIA N.º 708/2015 - RH

PORTARIA Nº 708, de 29 de setembro de 2015.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Artigo 84, inciso II, Alínea "e", da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º RESCINDIR, o contrato de trabalho de ALEXANDRA FRANCO, das funções do cargo de Agente de Serviços Públicos Nível 01, do quadro de pessoal desta Prefeitura Municipal, em razão do término do prazo.

Art. 2º A presente Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC.

Porto União - SC, em 29 de setembro de 2015.

ANIZIO DE SOUZA
Prefeito Municipal

PAULO RUBENS BUCH
Secretário Municipal de Administração e Esporte

PORTARIA N.º 709/2015 - RH

PORTARIA Nº 709, de 29 de setembro de 2015.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Artigo 84, inciso II, Alínea "e", da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º RESCINDIR, o contrato de trabalho de ALINE JULIANE BLATTMANN, das funções do cargo de Atendente Infantil, pertencente ao Grupo Ocupacional Isolado em Extinção – GIE, do quadro de pessoal desta Prefeitura Municipal, em razão do término do prazo.

Art. 2º A presente Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC.

Porto União - SC, em 29 de setembro de 2015.

ANIZIO DE SOUZA
Prefeito Municipal

PAULO RUBENS BUCH
Secretário Municipal de Administração e Esporte

PORTARIA Nº 042/2015

PORTARIA Nº 042, de 04 de setembro de 2015.

Prorroga o prazo para a conclusão dos trabalhos da Comissão Especial, instaurada pela Portaria nº 033, de 07 de julho de 2015.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, no uso de suas prerrogativas legais, na forma das disposições contidas no Artigo 84, Inciso II, da Lei Orgânica do Município,

DETERMINA:

Art. 1º PRORROGA por 60 (sessenta) dias o prazo para a conclusão dos trabalhos da Comissão Especial, instaurada pela Portaria nº 033, de 07 de julho de 2015.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC.

Porto União (SC), 04 de setembro de 2015.

ANIZIO DE SOUZA

Prefeito Municipal

PAULO RUBENS BUCH

Secretário Municipal de Administração e Esporte

PORTARIA Nº 043/2015

PORTARIA Nº 043, de 02 de outubro de 2015.

Dispõe sobre conclusão final de Comissão de Inquérito Administrativo, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, no uso de suas prerrogativas legais, na forma das disposições contidas no Artigo 84, Inciso II, Alínea "f" da Lei Orgânica do Município;

CONSIDERANDO a conclusão final da Comissão de Inquérito Administrativo nomeada pela Portaria nº 035, de 20 de novembro de 2014, donde restou caracterizado o descumprimento dos deveres do servidor nas questões de obediência às ordens superiores, salvo quando manifestadamente ilegais e manter, nas relações de trabalho ou não, comportamento condizente com sua qualidade de servidor e de cidadão, conforme incisos VII e XI, do Artigo 213, da Lei Municipal nº 2.055, de 20 de outubro de 1994, bem como proceder de forma disidiosa, conforme proibições especificadas no Art. 214, Inciso XVII, do mesmo Diploma Legal, por parte do Servidor Público Municipal Dair Dolinski;

CONSIDERANDO que foram observados todos os princípios constitucionais, principalmente de ampla defesa e contraditório;

CONSIDERANDO o parecer jurídico da Assessoria Jurídica desta Prefeitura Municipal;

CONSIDERANDO o julgamento do Prefeito Municipal, embasado no Relatório Final da Comissão e respectivo parecer jurídico,

RESOLVE:

Art. 1º Demitir o Servidor Público Municipal DAIR DOLINSKI, com fulcro no artigo nº 227, incisos VI, VII e Artigo 214, inciso XVII, da Lei Municipal nº 2.055, de 20 de outubro de 1994.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC.

Porto União (SC), 02 de outubro de 2015.

ANIZIO DE SOUZA

Prefeito Municipal

PAULO RUBENS BUCH

Secretário Municipal de Administração e Esporte

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO DE PREGÃO PRESENCIAL 040/2015 - SAÚDE

Município de Porto União

Estado de Santa Catarina

Processo Licitatório 060/2015 – SAÚDE

Pregão Presencial 040/2015

Termo de Homologação

Homologo o aludido processo licitatório e adjudico as empresas

Fênix Informática e Telefonia Ltda,

Vinícius Guilherme dos Santos Informática – ME,

Eder Carlos dos Santos Batista – ME e

SMI Tecnologia e Serviços Ltda – ME.

Porto União SC, 15 de setembro de 2015.

Anízio de Souza

Prefeito Municipal

Pouso Redondo

PREFEITURA

PORTARIA 136 A 140

PORTARIA Nº 136/2015 DE 11/09/2015

Designa para atuar no Pronto Atendimento na função de Motorista e dá Outras Providências.

NAIR GOULART, Prefeita do Município de Pouso Redondo, Estado de Santa Catarina, usando de suas atribuições legais e com fundamento na Lei Orgânica do Município:

CONSIDERANDO que, o servidor já faz parte do quadro efetivo no cargo de motorista na secretaria de saúde;

CONSIDERANDO que, o Pronto Atendimento Municipal é serviço de urgência e emergência e o transporte de pacientes é considerado serviço essencial;

CONSIDERANDO que, a designação do servidor não implica no aumento de custos, visto que ele permanece desempenhando a função de motorista.

RESOLVE:

Art. 1º — Fica designado LEO SCHNEIDER, brasileiro, portador do CPF 024.444.269-08, para desempenhar suas funções a partir de 14/09/2015 no Pronto Atendimento do município com escala de revezamento 12X36 no horário das 19:00 as 07:00.

Art. 2º — Essa Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º — Revogam-se as disposições em contrário.

Pouso Redondo, 11 de setembro de 2015.

NAIR GOULART
Prefeita Municipal

PORTARIA Nº 137/2015 DE 14/09/2015

Revoga a Portaria Nº 453/2014 e dá outras providências.

NAIR GOULART, Prefeita do Município de Pouso Redondo, Estado de Santa Catarina, usando de suas atribuições legais e com fundamento na Lei Orgânica do Município;

RESOLVE:

Art. 1º — Fica revogada a partir de 14/09/2015 a Portaria Nº 453/2014 de 16/12/2014, que designava o Servidor MARCIO MARCELINO FELIZARI, ocupante do cargo de efetivo de MECÂNICO do Grupo 11, para Coordenar e Conferir as Notas Fiscais do Departamento de Compras de acordo com Art. 47 da Lei Complementar nº 001/2013. E designa o servidor para atuar junto a secretaria de obras como responsável pelos braços com trabalhos externos.

Art. 2º — Essa Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º — Revogam-se as disposições em contrário.

Pouso Redondo, 14 de setembro de 2015.

NAIR GOULART
Prefeita Municipal

PORTARIA Nº 138/2015 DE 21/09/2015

Nomeia responsável pelas movimentações financeiras da Prefeitura de Pouso Redondo e dá outras providências.

NAIR GOULART, Prefeita do Município de Pouso Redondo, Estado de Santa Catarina, usando de suas atribuições legais e com fundamento na Lei Orgânica do Município c/c a Lei Complementar nº 001/2013 e suas alterações:

RESOLVE:

Art. 1º — Fica designado o servidor TEOTÔNIO RONAN BONESSI, nomeado em 27/07/2015, portador do CPF n.º 070,608,509-45, designado TESOUREIRO, pela Portaria nº 118/2015, da Prefeitura Municipal de Pouso Redondo, sendo a pessoa responsável por todas as movimentações das contas e transações financeiras das Entidades abaixo relacionadas:

1. PREFEITURA MUNICIPAL DE POUSO REDONDO

CNPJ 83.102.681/0001-26

CNPJ 12.321.353/0001-72

CNPJ 21.236.895/0001-38

CNPJ 15.682.059/0001-84

Art. 2º - Fica designado como responsável com poderes ilimitados pela movimentação bancária de todas as contas vinculadas e correntes em nome da Prefeitura Municipal de Pouso Redondo, CNPJ nº 83.102.681/0001-26, bem como pelas contas convênios para:

- emitir cheques;
- abrir contas de depósito;
- autorizar cobrança;
- utilizar o crédito aberto na forma e condições;
- receber, passar recibo e dar quitação;
- solicitar saldos e extratos;
- requisitar talonários de cheques
- autorizar débito em conta relativo a operações;
- retirar cheques devolvidos;
- endossar cheque;
- assinar instr. de crédito;
- requisitar cartão eletrônico;
- movimentar conta corrente com cartão eletrônico;
- assinar contrato de abertura de crédito;
- sustar/contrapor ordenar cheques;
- cancelar cheques;
- baixar cheques;
- efetuar resgates/aplicações financeiras;
- cadastrar, alterar e desbloquear senhas;
- efetuar saques - conta corrente
- efetuar saques – poupança;
- efetuar pagamentos por meio eletrônico;
- efetuar transferências por meio eletrônico;
- efetuar pagamentos, exceto por meio eletrônico;
- efetuar transferências, exceto por meio eletrônico;
- efetuar movimentação financeira no RPG;
- efetuar movimentação financeira no RPG;
- consultar contas/aplic. programas repasse recursos federais;
- liberar arquivos de pagamentos no ger. financeiro/aasp;
- solicitar saldos/extratos de investimentos;
- solicitar saldos/extratos de operações de crédito;
- emitir comprovantes;
- efetuar transferência p/ mesma;
- encerrar contas de depósito.

Art. 3º - As assinaturas de todas as contas descritas no caput do artigo primeiro serão feitas em conjunto pela Sra. Nair Goulart, Prefeita e o Sr. Teotônio Ronan Bonessi, designado Tesoureiro (portaria nº 118/2015).

Art. 4º — Essa Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogam-se as disposições em contrário, em especial a portaria nº 002/2013.

Pouso Redondo, 21 de setembro de 2015.

NAIR GOULART

Prefeita Municipal

PORTARIA Nº 139/2015 DE 21/09/2015

Concede Licença Para Tratar de Interesses Particulares e dá outras providências.

NAIR GOULART, Prefeita do Município de Pouso Redondo, Estado de Santa Catarina, usando de suas atribuições legais e com fundamento na Lei Orgânica do Município e no Estatuto dos Servidores Públicos Municipais;

RESOLVE:

Art. 1º — Fica concedida, a partir de 21/09/2015, LICENÇA PARA TRATAR DE INTERESSES PARTICULARES, pelo período de até 2 (dois) anos, sem remuneração, a Servidora ELIZONETE ALVES MONTEIRO, ocupante do Cargo de PROFESSOR, do Plano de Classificação de Cargos e Salários da Administração do Município de Pouso Redondo.

Art. 2º — Essa Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º — Revogam-se as disposições em contrário.

Pouso Redondo, 21 de setembro de 2015.

NAIR GOULART

Prefeita Municipal

PORTARIA Nº 140/2015 de 21/09/2015

Concede Progressão Funcional, conforme Lei 1972/07 - Plano de Carreira e Remuneração dos Integrantes do Magistério Público Municipal.

NAIR GOULART, Prefeita do Município de Pouso Redondo, Estado de Santa Catarina, usando de suas atribuições legais e com fundamento na Lei Orgânica do Município e no Estatuto dos Servidores Públicos Municipais e Lei 1.972/07 de 17/05/2007:

RESOLVE:

Art. 1º — Fica concedida progressão funcional aos servidores abaixo relacionados:

MATRICULA	NOME	CARGO	GARGA HORARIA	DE	PARA
704005	ADRIANA APARECIDA DE DEUS DA ROCHA	PROFESSOR	200	MAG III - 6	MAG III - 7
110221	ASTRIT CARIN KIEBLER PONTIZELLI	PROFESSOR	100	MAG II - 1	MAG III - 2
601014	ASTRIT CARIN KIEBLER PONTIZELLI	PROFESSOR	100	MAG III - 7	MAG III - 8
602018	CARMEN DALMOLIN GARBARI	PROFESSOR	200	MAG III - 7	MAG III - 8
110224	CATARINA DE MEDEIROS GIORDANI	PROFESSOR	100	MAG III - 1	MAG III - 2
602012	CATIANA DUARTE	PROFESSOR	100	MAG III - 6	MAG III - 7
110226	CATIANA DUARTE	PROFESSOR	100	MAG III - 1	MAG III - 2
601009	CINTIA COELHO	PROFESSOR	100	MAG III - 7	MAG III - 8
112108	CINTIA COELHO	PROFESSOR	100	MAG III - 2	MAG III - 3
602023	CLEUZONIR DE LIZ	PROFESSOR	100	MAG II - 6	MAG II - 7
203030	CRISTIANI AMANCIO	PROFESSOR	200	MAG III - 10	MAG III - 11
110245	DAIANA RAQUEL VENTURI MERIZ	PROFESSOR	100	MAG III - 2	MAG III - 3
120209	DANIELA GARBARI	PROFESSOR	100	MAG 22 - 1	MAG III - 2
704006	DIRCE REGINA MARCHI GARBARI	PROFESSOR	200	MAG III - 5	MAG III - 6
120205	EDIVANIA BREGUEZ DA CUNHA	PROFESSOR	200	MAG II - 1	MAG II - 2
601001	EDNA HOLLER	PROFESSOR	100	MAG III - 7	MAG III - 8
203024	EDNA HOLLER	PROFESSOR	100	MAG III - 8	MAG III - 9
110247	ELIANI PONTIZELLI	PROFESSOR	100	MAG III - 1	MAG III - 2
203031	ELISANDRA APARECIDA TRENTINI PAULI	PROFESSOR	200	MAG III - 9	MAG III - 10
110229	ELISIANE ZANIVAN PETERS	PROFESSOR	200	MAG III - 2	MAG III - 3
704008	ELISANGELA DEMARCH	COORDENADOR	200	MAG III - 6	MAG III - 7
704002	ELIZABETH APARECIDA OLIVEIRA RIBEIRO	PROFESSOR	100	MAG III - 5	MAG III - 6
110240	ELIZABETH APARECIDA OLIVEIRA RIBEIRO	PROFESSOR	100	MAG III - 1	MAG III - 2
601005	EVELIZE CRISTOFOLINI	PROFESSOR	100	MAG III - 7	MAG III - 8
120304	EVELIZE CRISTOFOLINI	PROFESSOR	100	MAG II - 1	MAG III - 2
110234	FABIANA KRUGER DOS SANTOS	PROFESSOR	200	MAG III - 2	MAG III - 3
602026	FRANCISCO DE ASSIS SOUSA	PROFESSOR	100	MAG III - 7	MAG III - 8
203015	GENOVEVA DOS SANTOS SÔRA	PROFESSOR	100	MAG III - 8	MAG III - 9
110231	GIOCEMARA APARECIDA VERDI	PROFESSOR	100	MAG III - 2	MAG III - 3
601003	GIOCEMARA APARECIDA VERDI	PROFESSOR	100	MAG III - 6	MAG III - 7
602029	GRAZIELLA SCHNEIDER	PROFESSOR	100	MAG III - 5	MAG III - 6
203029	HELENA VENTURI	PROFESSOR	100	MAG II - 10	MAG II - 11
602022	INEUZIR APARECIDA KIEBLER KRAMEL	PROFESSOR	100	MAG III - 7	MAG III - 8
110225	INEUZIR APARECIDA KIEBLER KRAMEL	PROFESSOR	100	MAG III - 2	MAG III - 3
110223	JAKQUELINE APARECIDA POLEZA	PROFESSOR	100	MAG III - 2	MAG III - 3
203013	JOELMA POLEZA	PROFESSOR	100	MAG III - 7	MAG III - 8
110243	JULIANA APARECIDA SMANIOTTO	PROFESSOR	100	MAG III - 2	MAG III - 3
602015	JULIANA APARECIDA SMANIOTTO	PROFESSOR	100	MAG III - 7	MAG III - 8
203022	LUCIANA ALVARENGA	PROFESSOR	100	MAG III - 10	MAG III - 11
110237	LUCIANA ALVARENGA	PROFESSOR	100	MAG III - 2	MAG III - 3
601002	LUCIANA FELKER	PROFESSOR	100	MAG II - 5	MAG II - 6
602025	LUCIANA FELKER	PROFESSOR	100	MAG II - 5	MAG II - 6
110238	LUCIMARA SARDO	PROFESSOR	100	MAG III - 2	MAG III - 3
110283	MARCIA APARECIDA DOS SANTOS	PROFESSOR	200	MAG III - 2	MAG III - 3

121206	MARIA CLAUDIA TEYKORSKI SCHWINDEN	PROFESSOR	100	MAG II - 1	MAG III - 2
110239	MARIA CLAUDIA TEYKORSKI SCHWINDEN	PROFESSOR	100	MAG III - 2	MAG III - 3
602019	MARIA DE FATIMA DA SILVA	PROFESSOR	100	MAG III - 7	MAG III - 8
602020	MARIA IOLITA KIEBLER KRAMEL	PROFESSOR	100	MAG III - 7	MAG III - 8
120208	MARIA IOLITA KIEBLER KRAMEL	PROFESSOR	100	MAG II - 1	MAG III - 2
202180	MARICLESIA CUNHA FRITSCH	COORDENADOR	200	MAG III - 10	MAG III - 11
203016	MARISTELA APARECIDA FIGUEREDO	PROFESSOR	100	MAG III - 10	MAG III - 11
601008	MARISTELA APARECIDA FIGUEREDO	PROFESSOR	100	MAG III - 7	MAG III - 8
602024	MARIZETE DE SOUSA DA SILVA	PROFESSOR	200	MAG III - 6	MAG III - 7
110230	MARLISETTE CAMPESTRINI FIGUEREDO	PROFESSOR	100	MAG II - 1	MAG II - 2
890605	MARLIZETE VERSINO DE BORBA	PROFESSOR	100	MAG III - 22	MAG III - 23
602009	MARLIZETE VERSINO DE BORBA	PROFESSOR	100	MAG III - 7	MAG III - 8
110235	NAYARA FRONZA DA CUNHA	PROFESSOR	200	MAG III - 2	MAG III - 3
110244	RAQUEL ABIGAIL CONSTANTE SIEWERDT	PROFESSOR	200	MAG III - 2	MAG III - 3
704004	ROSANA ELIAS MELO	PROFESSOR	200	MAG III - 5	MAG III - 6
890807	ROSANE APARECIDA DOS SANTOS	PROFESSOR	200	MAG II - 1	MAG III - 2
110236	ROSANI PATERNO DA SILVA	PROFESSOR	100	MAG III - 2	MAG III - 3
110232	ROSELI FARIAS SCHEPERS	PROFESSOR	200	MAG III - 2	MAG III - 3
110246	SILVANA GOTTARDI CORRÊA	PROFESSOR	100	MAG III - 1	MAG III - 2
601006	SOLANGE GOULART DAL PASQUALE	PROFESSOR	200	MAG III - 7	MAG III - 8
940202	SONIA MARIA DAS NEVES	PROFESSOR	100	MAG II - 1	MAG III - 2
203017	TANIA REGINA PACHECO	PROFESSOR	200	MAG III - 10	MAG III - 11
203026	TATIANA FELIX LEITE	PROFESSOR	200	MAG III - 10	MAG III - 11
704001	VALIRIA BINI	PROFESSOR	100	MAG II - 1	MAG II - 2
940205	VALIRIA BINI	PROFESSOR	100	MAG II - 1	MAG II - 2
602017	YARA TATANI VATRIN LEITE	PROFESSOR	100	MAG III - 7	MAG III - 8
110242	YARA TATANI VATRIN LEITE	PROFESSOR	100	MAG III - 2	MAG III - 3

Art. 2º — Essa Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º — Revogam-se as disposições em contrário.

Pouso Redondo, 21 de setembro de 2015.

NAIR GOULART

Prefeita Municipal

Presidente Castello Branco

PREFEITURA

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 54/2015

EDITAL DE PROCESSO LICITATÓRIO Nº 54/2015

PREGÃO PRESENCIAL Nº 35/2015

EXTRATO

O Município de Presidente Castello Branco, Estado de Santa Catarina, com base na Lei nº 10.520/02 e da Lei nº 8.666/93 e suas atualizações, leva ao conhecimento de quem possa interessar que serão recebidas até às 08:30 (oito horas e trinta minutos), do dia 19 (dezenove) de outubro de 2015, no Setor de Licitações, as propostas para PREGÃO PRESENCIAL, que tem como objeto a aquisição de medicamentos para a manutenção das atividades do Fundo Municipal de Saúde, atendendo ao Convênio FundoSocial, através do Fundo Estadual de Saúde, conforme especificações, quantitativos e valores constantes no Anexo I deste Edital. O Município fornecerá por intermédio da Secretaria Municipal de Administração, Planejamento e Finanças, das 07:30 horas às 11:30 horas e das 13:00 horas às 17:00 horas, qualquer informação e/ou esclarecimento referente a presente licitação, inclusive através do fone/fax (0xx) 49 3457-1122.

A íntegra do presente Edital poderá ser obtido no site: www.castellobranco.sc.gov.br.

PRESIDENTE CASTELLO BRANCO/SC, 1º DE OUTUBRO DE 2015.

Claudio Sartori

Prefeito Municipal

Presidente Nereu

PREFEITURA

REPUBLICAÇÃO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 12/2015 DE ODONTO

PREFEITURA MUNICIPAL DE PRESIDENTE NEREU

Departamento de Licitações e Compras

DISPENSA DE LICITAÇÃO nº12/2015

O município de Presidente Nereu através de seu Fundo Municipal de Saúde torna público que fará realizar no dia 13/10/2015 às 14:00 horas, na sala de licitações da Prefeitura, DISPENSA DE LICITAÇÃO para Contratação De Odontólogo Para Atendimento A Municipalidade, Na Unidade Básica De Saúde De Presidente Nereu Em Regime Emergencial. O Edital que está amparado na Lei de Licitações encontra-se à disposição dos interessados na sede da Prefeitura Municipal, localizada na Praça Leão Dehon, 50, Centro de Presidente Nereu/SC, de segunda a sexta-feira das 12:30 às 17:30 horas. Maiores Informações: pelo fone/fax (0xx47) 3362-1108, com Departamento de Compras e Licitação da Prefeitura Municipal, na internet no site: www.presidentenereu.sc.gov.br, no link licitações.

Presidente Nereu, 01 de outubro de 2015.

BENITO BRAND, Gestor do Fundo.

1 - PREÂMBULO

O Município de PRESIDENTE NEREU-SC comunica aos interessados que está promovendo Processo Licitatório, na modalidade de Dispensa de Licitação n.º 12/2015, sob o regime de menor preço, sendo regido pela Lei n.º 8.666/93 de 21 de junho de 1993 e suas alterações posteriores, consolidada, através do Gestor do Fundo Municipal de Saúde BENITO BRAND abre processo administrativo para CONTRATAÇÃO DE ODONTOLOGO PARA ATENDIMENTO A MUNICIPALIDADE, NA UNIDADE BÁSICA DE SAÚDE DE PRESIDENTE NEREU EM REGIME EMERGENCIAL. por Dispensa de Licitação, realizado nos termos do artigo 24, inciso XXIII, c.c. o art. 17 inciso II, alínea f, da lei 8.666/93 e demais legislações pertinentes. Com a entrega da proposta para o dia 13/10/2015 às 14:00 horas e abertura das propostas às 14:15 horas do mesmo dia.

2 - DO OBJETO

Constitui o objeto da presente licitação, CONTRATAÇÃO DE ODONTOLOGO PARA ATENDIMENTO A MUNICIPALIDADE, NA UNIDADE BÁSICA DE SAÚDE DE PRESIDENTE NEREU EM REGIME EMERGENCIAL.

3- DA PROPOSTA DE PREÇOS

3.1 – A proposta de preços deverá ser elaborada de forma a entender as especificações aplicadas à espécie do objeto desta licitação;

3.2 – O prazo da proposta deverá ser de no mínimo 15 (quinze) dias, a contar da data do encaminhamento.

3.2.1 - A licitante que apresentar a melhor proposta deverá apresentar junto com a proposta documentação que comprove sua regularidade fiscal.

4 - DA HABILITAÇÃO (ENVELOPE Nº1)

4.1. Proponente Pessoa Jurídica deverá apresentar os seguintes documentos:

CERTIDÃO NEGATIVA INSS
CERTIDÃO NEGATIVA FGTS
CERTIDÃO NEGATIVA FAZENDA FEDERAL
CERTIDÃO NEGATIVA FAZENDA ESTADUAL
CERTIDÃO NEGATIVA FAZENDA MUNICIPAL
CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS TRABALHISTAS
DECLARAÇÃO QUE NÃO CONTRATA MENORES (Art. 7º, 33 CF)
CERTIFICADO DE REGISTRO CADASTRAL
CERTIFICADO DE NIVEL SUPERIOR NA AREA DE ODONTOLOGIA, do funcionário que prestará os serviços, com o C.R.O.

4.2. Proponente pessoa Física deverá apresentar os seguintes documentos:

CPF
CARTEIRA DE IDENTIDADE
CERTIDÃO NEGATIVA FAZENDA FEDERAL
CERTIDÃO NEGATIVA FAZENDA ESTADUAL
CERTIDÃO NEGATIVA FAZENDA MUNICIPAL
CERTIFICADO DE NIVEL SUPERIOR NA AREA DE ODONTOLOGIA
C.R.O.

4.3. Os documentos para habilitação deverão ser apresentados em 01 (uma) via, em envelope fechado, constando na parte frontal, as seguintes indicações:

ENVELOPE Nº. 01

DA: (EMPRESA)

À: PREFEITURA MUNICIPAL DE PRESIDENTE NEREU

Departamento de Compras e Licitações

PROCESSO Nº.: 12/2015 - LICITAÇÃO Nº.: 12/2015

ABERTURA: às 14:15 HORAS DO DIA 13/10/2015

ENVELOPE "HABILITAÇÃO"

4.4. Toda a Documentação exigida para Habilitação deverá ser apresentada no Original, em fotocópia autenticada por cartório competente ou servidor da administração, ou publicação em Órgão da Imprensa Oficial.

4.5. Os documentos sem validade expressa, considerar-se-á como sendo 60 (sessenta) dias da data de sua emissão.

5 - DA PROPOSTA (ENVELOPE Nº02)

5.1. A proposta deverá ser apresentada por item em papel timbrado da Empresa, datilografada, manuscrita ou por impressão em sistema eletrônico de Processamento de Dados, datada, carimbada e assinada, sem emendas, rasuras ou entrelinhas, em 01 (uma) via, em envelope opaco e fechado, de forma a não permitir sua violação, constando na parte externa as seguintes indicações:

ENVELOPE Nº. 02

DA: (EMPRESA)

À: PREFEITURA MUNICIPAL DE PRESIDENTE NEREU

Departamento de Compras e Licitações

PROCESSO Nº.: 12/2015 - LICITAÇÃO Nº.: 12/2015

ABERTURA: às 14:15 HORAS DO DIA 13/10/2015

ENVELOPE "PROPOSTA"

5.2. A proposta deverá ser feita por item, indicando valores unitários e total conforme discriminado na Lista de Itens ANEXO desta Dispensa de Licitação.

6- DO JULGAMENTO

6.1. Serão consideradas vencedoras aquelas empresas que tendo cumprido as exigências desta Dispensa, conforme prescreve o art. 45, § 1º da Lei 8.666/93 e apresentar o Menor preço por item.

6.2. A Comissão Permanente de Licitação poderá, a seu exclusivo critério, solicitar informações complementares, para efeito de julgamento das Propostas, caso a Proponente não atender com clareza o solicitado em Convite, conforme determina o art. 43, § 3º, da Lei 8.666/93.

6.3. Será desconsiderada os itens proposta que contiver emendas, rasuras ou borrões, salvo quando a empresa fizer acompanhar uma errata em 01 (uma) via, em papel timbrado e devidamente assinada pelo proponente ou seu representante legal.

6.4. No caso de empate de duas ou mais propostas, far-se-á sorteio, em ato público, para qual todos os licitantes serão convocados, observados o disposto no § 2º, do art. 3º, da Lei nº 8.666/93.

4- DO PAGAMENTO E DA ENTREGA:

4.1 – O pagamento será realizado mensalmente até o quinto dia do mês subsequente ao serviço executado , objeto desta dispensa de licitação;

4.2 – A prestação de serviços do objeto desta Dispensa de Licitação será realizada no posto de Saúde do município de Presidente Nereu com início na assinatura do contrato após a autorização da ordem de compra/ serviços.

5 - DAS PENALIDADES

5.1. O objeto licitado especificações predeterminada, implicam nas sanções prevista no item 10.3, além do fornecedor arcar com todas as despesas provenientes da devolução dos materiais.

5.2. Se o licitante vencedor não assinar o contrato no prazo estabelecido, a PREFEITURA MUNICIPAL DE PRESIDENTE NEREU poderá convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para assiná-lo em igual prazo e nas mesmas condições propostas pela vencedora.

5.3. Decorridos 30 (trinta) dias de atraso na entrega do objeto da presente licitação, poderá a PREFEITURA MUNICIPAL DE PRESIDENTE NEREU cancelar a Nota de Compra - NC, sujeitando-se a proponente ao pagamento de multa prevista no item 10.4.1., deste Convite, sem ônus da ação cabível para ressarcimento de prejuízo decorrente da inadimplência.

5.4. Ressalvados os casos de forma maior, ou caso fortuito, devidamente comprovados, serão aplicadas, a critério da PREFEITURA MUNICIPAL

DE PRESIDENTE NEREU, as seguintes penalidades à proponente, no caso de inadimplência contratual:

5.4.1. Multa na ordem de 0,3% (três décimos por cento) por dia de atraso calculado sobre o valor total do Objeto licitado com atraso, até o limite de 6% (seis por cento).

5.4.2. Em caso de tolerância, após os primeiros 30 (trinta) dias de atraso, e não rescindido o contrato, se este atraso for repetido, a PREFEITURA MUNICIPAL DE PRESIDENTE NEREU poderá aplicar a multa em dobro da, forma do item 10.4.1.

5.4.3. Advertência

5.4.4. Suspensão do direito de licitar, junto à PREFEITURA MUNICIPAL DE PRESIDENTE NEREU.

5.4.5. Declaração de inidoneidade, de lavra do Prefeito Municipal, para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto pendurar os motivos da punição.

5.5. O atraso para efeito de cálculo da multa prevista nos itens 10.4.1. e 10.4.2. será contados em dias corridos, a partir do vencimento do prazo estipulado da entrega até a data de entrega do Objeto da presente Licitação.

5.6. Nenhum pagamento será processado à Proponente penalizada, sem que antes, esta tenha pago ou lhe seja relevada a multa imposta.

6 – CONDIÇÕES GERAIS:

Caberá a contratada

6.1 – Não transferir a outrem, no todo ou em parte, o objeto desta dispensa de Licitação, sem prévia ou expressa Anuência da Administração;

6.2 – Assumir inteira responsabilidade pela entrega do produto e Serviços, de acordo com as especificações constantes da proposta e / ou instruções desta Dispensa de Licitação e seus Anexos;

6.3 – Prestar a Administração sempre que necessário esclarecimento sobre o objeto desta Dispensa de Licitação, fornecendo toda e qualquer orientação que possa ser dada para o acompanhamento dos mesmos.

ANEXO I

Segue abaixo relação dos itens a serem cotados em valores unitário e valor total, a proposta deve ser preenchida neste mesmo anexo, sem rasuras, emendas ou entrelinhas, datada, assinada e carimbada pelo representante da empresa devidamente cadastrado.

RELAÇÃO DOS ITENS.

ITENS QTDE UNID DESCRIÇÃO DO ITEM VALOR TOTAL DE REFERENCIA

1	4,00	MES	CONTRATAÇÃO DE ODONTOLOGO PARA PRESTAR SERVICOS NA UNIDADE BASICA DE SAUDE DO MUNICIPIO EM UMA CARGA HORARIA DE 24 (VINTE E QUATRO) HORAS SEMANAIS, EM REGIME EMERGENCIAL PARA OS USUARIOS NA ATENCAO BASICA DO MUNICIPIO.	14.800,00
---	------	-----	--	-----------

Atesto como verdadeira e assumo qualquer responsabilidade, referente a proposta acima demonstrada, retirando-me o direito de reclamar sobre qualquer valor nela relacionado.

data: ____/ ____/ ____

Nome
Carimbo

ANEXO II

MINUTA DO CONTRATO Nº DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE ODONTOLOGO PARA O POSTO DE SAÚDE DO MUNICÍPIO

Pelo presente instrumento, de um lado, o Município de Presidente Nereu, pessoa jurídica de direito público interno, com centro administrativo na Praça Leão Dehon, nº. 50, através do seu Fundo Municipal de Saúde inscrito no CNPJ sob nº. 14.488.313/0001-45, neste ato representado pelo seu Gestor, doravante denominado simplesmente de CONTRATANTE e, de outro, pessoa para prestação de serviços, inscrita no CPF/CNPJ sob nº., estabelecida na Rua, s/nº na cidade de, doravante denominada simplesmente CONTRATADA, acordam celebrar o presente Contrato, mediante as seguintes cláusulas e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA -OBJETO

A CREDENCIADA compromete-se a prestar os serviços de SERVICOS DE ODONTOLOGO A SER PRESTADO NO POSTO DE SAUDE DE PRESIDENTE NEREU EM UMA CARGA HORARIA DE 24 HORAS SEMANAIS.

CLÁUSULA SEGUNDA - DAS OBRIGAÇÕES

A CONTRATADA, responderá pela solidez, segurança e perfeição dos serviços executados, sendo ainda responsável por quaisquer danos pessoais ou materiais, inclusive contra terceiros, ocorridos durante a execução dos serviços ou deles decorrentes.

A CONTRATADA durante a vigência do presente contrato, obriga-se a manter todas as condições da habilitação e qualificação exigidas no Edital de Dispensa de licitação nº 12/2015.

CLAUSULA TERCEIRA - DO EQUIPAMENTO E DA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS

3.1 - Os serviços em odontologia, serão prestados em consultório na Unidade Básica de Saúde de Presidente Nereu, em horário normal, conforme autorização da Secretaria de Saúde.

3. 2 - DA RESPONSABILIDADE NA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS

- a) - Quando a execução dos Serviços não for na Unidade Básica de Saúde de Presidente Nereu, Caberá a CONTRATADA o fornecimento de dos serviços e todos os equipamentos, necessários à plena execução dos serviços serão por conta do Fundo Municipal de Saúde;
- b) - Correrão por sua inteira conta e risco, as despesas de toda a mão-de-obra, e, igualmente se responsabiliza por encargos sociais decorrentes de contrato de trabalho, civil, previdenciária ou penal em vigor, bem como indenizações por danos causados à CONTRATANTE e ou a terceiros.
- d) - Suportará, também, a responsabilidade dos equipamentos utilizados na execução dos serviços.

CLÁUSULA QUARTA -VIGÊNCIA

O presente pacto tendo sua vigência a partir da assinatura do presente instrumento, e tendo como prazo final o dia 31.12.2015. podendo ser prorrogado por mais períodos se for de interesse das partes, respeita a lei 8666/93.

CLÁUSULA QUINTA - DO PAGAMENTO

Pelos servios de odontologa será paga a importância de R\$,

Os pagamentos somente serão realizados mediante:

- a) - Apresentação do controle dos serviços prestados, emitida pelo Secretário da Saúde do Município de Presidente Nereu, ou por ele autorizado; emitida por funcionário da Secretaria da Saúde do Município de Presidente Nereu;
- b) - Os valores serão postos à disposição da CONTRATADA, junto à tesouraria do Município, mensalmente, até o quinto (5º) dia útil do mês subsequente àquele em que os serviços forem prestados.
- c) - Os valores a serem pagos, somente serão liberados mediante a apresentação da fatura e/ou nota fiscal e/ou "RPA", que deverá ser apresentado à Secretaria da Saúde do Município de Presidente Nereu até o segundo (2º) dia útil, que deverá estar em conformidade com os serviços realizados e devidamente comprovados, e estarão sujeitos às retenções previdenciárias e tributárias;
- d) - Os valores a serem pagos serão sempre os fixados em preço público a ser definido pelo Poder Público na forma da Lei, sendo que qualquer alteração do preço deve ser comunicada à CONTRATADA, para manifestar o seu interesse na continuidade ou não do contrato;

CLÁUSULA SEXTA –FISCALIZAÇÃO.

A CONTRATANTE exercerá ampla fiscalização sobre os serviços executados e em execução pela contratada, podendo rejeitá-los quando estiverem fora das especificações, devendo se refeito sem ônus à CONTRATANTE.

A CONTRATANTE reserva-se o direito de fiscalizar, a qualquer tempo, o local de trabalho da contratada, bem como seus equipamentos de trabalho, devendo esta fornecer todas as informações necessárias ao CONTRATANTE, bem como permitir a fiscalização em seu estabelecimento e equipamentos, quando esta julgar pertinente.

A CONTRATANTE terá com fiscal e responsável pelo contrato seu Gestor o Senhor Benito Brand.

CLAUSULA SÉTIMA -DAS PENALIDADES.

O descumprimento total ou parcial das obrigações assumidas ou o cumprimento em desacordo com o pactuado acarretará, à CONTRATADA, as penalidades previstas no Artigo 87, da Lei Nº 8666/93 e alterações, conforme a gravidade da infração e independentemente da incidência de multa e sem prejuízo.

CLÁUSULA OITAVA -DA MULTA.

A CONTRATANTE, no uso das prerrogativas que lhe confere o inciso IV, do artigo 58 e artigo 87, inciso II, da Lei focada, aplicará multa:

- a) – Pela recusa em executar os serviços ora contratados, sofrerá as penalidades previstas no Art. 87, II, da Lei nº 8.666/93 e alterações.
- b) - Pelo atraso injustificado, será cobrada multa na razão de R\$ 5,00 (cinco reais), por dia de atraso da consulta/seção encaminhada.

CLÁUSULA NONA -DA APLICAÇÃO DAS PENALIDADES E MULTAS.

No caso de incidência de uma das situações previstas neste instrumento, o CONTRATANTE notificará a CONTRATADA, para, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados do recebimento desta, justificar, por escrito, os motivos do inadimplemento.

CLÁUSULA DÉCIMA -RESCISÃO CONTRATUAL

O presente contrato poderá ser rescindido:

- a) - Mediante acordo expresso, e firmado pelas partes, após um aviso premonitório, também expresso, feito com antecedência de 15 (quinze) dias pelo interessado.
- b) - Unilateralmente pela CONTRATANTE, em qualquer tempo, independente de interpelação ou procedimento judicial ou extrajudicial, caso a CONTRATADA:
 - b1) - ceda ou transfira, no todo ou em parte, o objeto deste contrato ou delegue a outrem as incumbências e/ou as obrigações nele consignadas, sem prévia e expressa autorização da CONTRATANTE.
 - b2) - venha a agir com dolo, culpa, simulação ou em fraude na execução dos serviços contratados.
 - b3) - quando pela reiteração de impugnação dos serviços ficar evidenciada a incapacidade da CONTRATADA para dar execução satisfatória ao contrato.
 - b4) - venha a falir, entrar em concordata, liquidação ou dissolução.
 - b5) - quando ocorrerem razões de interesse do serviço público e/ou na ocorrência de qualquer das disposições elencadas na Lei nº 8.666/93 e alterações.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

- a) Os recursos financeiros serão atendidos pela dotação do orçamento vigente.

CLÁUSULA DÉCIMA-SEGUNDA - CASOS OMISSOS.

Qualquer litígio judicial oriunda da aplicação do presente termo, será dirimida com base na legislação específica, especialmente no EDITAL DE DISPENSA DE LICITAÇÃO N. 12/2015 e na Lei 8.666/93 e posteriores alterações.

A contratada não poderá, sob qualquer hipótese, cobrar diferenças de valores aos beneficiários pelo atendimento, bem como, que este assine fatura ou guia de atendimento em branco.

CLÁUSULA DÉCIMA-TERCEIRA – DO FORO.

As partes elegem o Foro da comarca de Rio do Sul/SC para dirimirem quaisquer dúvidas oriundas deste ajuste, com renúncia expressa a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E, por estarem assim acertados, firmam este instrumento em duas (02) vias de igual teor e forma, obrigando-se pelos termos do mesmo, por si e seus sucessores.

Presidente Nereu, .

GESTOR
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

CONTRATADA

Testemunhas:

Rio do Sul

PREFEITURA

ADRIANO HEITOR ROSENBROCK - 2º TERMO ADITIVO

2º Termo Aditivo ao Contrato Administrativo nº 310/2015, firmado em 22/07/2015, com término previsto para 21/09/2015.

O Município de Rio do Sul, neste ato representado pelo Sr. GIVANILDO SILVA, na qualidade de Secretário de Administração, com delegação de competência previsto no Decreto nº3085, de 03 de janeiro de 2013, doravante denominado contratante, e de outro lado o(a) Sr.(a) ADRIANO HEITOR ROSENBROCK, portador(a) do CPF nº 053.925.809-12, na qualidade de Contratado(a), celebram o 2º Aditivo ao Contrato Administrativo nº 310/2015, mediante as seguintes cláusulas e condições:

Cláusula Primeira - Do Objeto

Altera a Cláusula terceira do Contrato Administrativo, que passa a vigorar com a seguinte redação:

“Cláusula Terceira - Do Prazo de Vigência

Fica prorrogado o prazo de vigência do Contrato Administrativo nº 310/2015, iniciando-se a prorrogação em 22/09/2015 e encerrando-se em 06/11/2015.”

Cláusula Segunda - Da Ratificação

Permanecem inalteradas as demais cláusulas do Contrato a que se refere o presente Termo Aditivo.

E para que o presente Termo Aditivo surta os devidos fins e efeitos legais, assinam o mesmo em duas vias de igual teor e forma.

Rio do Sul, 18/09/2015.

GIVANILDO SILVA

Secretário Municipal de Administração

ADRIANO HEITOR ROSENBROCK

Contratado(a)

Testemunhas:

Nome:

CPF:

Nome:

CPF:

ANA CAROLINA DE CASTRO FREITAS SANTOS - 3º TERMO ADITIVO

3º Termo Aditivo ao Contrato Administrativo nº 23/2015, firmado em 19/01/2015, com término previsto para 30/09/2015.

O Município de Rio do Sul, neste ato representado pelo Sr. GIVANILDO SILVA, na qualidade de Secretário de Administração, com delegação de competência previsto no Decreto nº3085, de 03 de janeiro de 2013, doravante denominado contratante, e de outro lado o(a) Sr.(a) ANA CAROLINA DE CASTRO FREITAS SANTOS, portador(a) do CPF nº 047.996.836-59, na qualidade de Contratado(a), celebram o 3º Aditivo ao Contrato Administrativo nº 23/2015, mediante as seguintes cláusulas e condições:

Cláusula Primeira - Do Objeto

Altera a Cláusula terceira do Contrato Administrativo, que passa a vigorar com a seguinte redação:

“Cláusula Terceira - Do Prazo de Vigência

Fica prorrogado o prazo de vigência do Contrato Administrativo nº 23/2015, iniciando-se a prorrogação em 01/10/2015 e encerrando-se em 06/11/2015.”

Cláusula Segunda - Da Ratificação

Permanecem inalteradas as demais cláusulas do Contrato a que se refere o presente Termo Aditivo.

E para que o presente Termo Aditivo surta os devidos fins e efeitos legais, assinam o mesmo em duas vias de igual teor e forma.

Rio do Sul, 29/09/2015.

GIVANILDO SILVA

Secretário Municipal de Administração

ANA CAROLINA DE CASTRO FREITAS SANTOS

Contratado(a)

Testemunhas:

Nome:

CPF:

Nome:

CPF:

ANA PAULA DE ARAUJO - 9º TERMO ADITIVO

9º Termo Aditivo ao Contrato Administrativo nº 274/2013, firmado em 10/07/2013, com término previsto para 30/09/2015.

O Município de Rio do Sul, neste ato representado pelo Sr. GIVANILDO SILVA, na qualidade de Secretário de Administração, com delegação de competência previsto no Decreto nº3085, de 03 de janeiro de 2013, doravante denominado contratante, e de outro lado o(a) Sr.(a) ANA PAULA DE ARAUJO, portador(a) do CPF nº 037.190.429-36, na qualidade de Contratado(a), celebram o 9º Aditivo ao Contrato Administrativo nº 274/2013, mediante as seguintes cláusulas e condições:

Cláusula Primeira - Do Objeto

Altera a Cláusula terceira do Contrato Administrativo, que passa a vigorar com a seguinte redação:

„Cláusula Terceira - Do Prazo de Vigência

Fica prorrogado o prazo de vigência do Contrato Administrativo nº 274/2013, iniciando-se a prorrogação em 01/10/2015 e encerrando-se em 06/11/2015.”

Cláusula Segunda - Da Ratificação

Permanecem inalteradas as demais cláusulas do Contrato a que se refere o presente Termo Aditivo.

E para que o presente Termo Aditivo surta os devidos fins e efeitos legais, assinam o mesmo em duas vias de igual teor e forma.
Rio do Sul, 29/09/2015.

GIVANILDO SILVA
Secretário Municipal de Administração

ANA PAULA DE ARAUJO
Contratado(a)

Testemunhas:

Nome:

CPF:

Nome:

CPF:

ANA PAULA NOLLI VIANA - 17º TERMO ADITIVO

17º Termo Aditivo ao Contrato Administrativo nº 780/2008, firmado em 21/05/2008, com término previsto para 02/09/2015.

O Município de Rio do Sul, neste ato representado pelo Sr. GIVANILDO SILVA, na qualidade de Secretário de Administração, com delegação de competência previsto no Decreto nº3085, de 03 de janeiro de 2013, doravante denominado contratante, e de outro lado o(a) Sr.(a) ANA PAULA NOLLI VIANA, portador(a) do CPF nº 936.751.789-00, na qualidade de Contratado(a), celebram o 17º Aditivo ao Contrato Administrativo nº 780/2008, mediante as seguintes cláusulas e condições:

Cláusula Primeira - Do Objeto

Altera a Cláusula terceira do Contrato Administrativo, que passa a vigorar com a seguinte redação:

“Cláusula Terceira - Do Prazo de Vigência

Fica prorrogado o prazo de vigência do Contrato Administrativo nº 780/2008, iniciando-se a prorrogação em 03/09/2015 e encerrando-se em 06/11/2015.”

Cláusula Segunda - Da Ratificação

Permanecem inalteradas as demais cláusulas do Contrato a que se refere o presente Termo Aditivo.

E para que o presente Termo Aditivo surta os devidos fins e efeitos legais, assinam o mesmo em duas vias de igual teor e forma.
Rio do Sul, 01/09/2015.

GIVANILDO SILVA
Secretário Municipal de Administração

ANA PAULA NOLLI VIANA
Contratado(a)

Testemunhas:

Nome:

CPF:

Nome:

CPF:

ANGELA KUROSKI - 12º TERMO ADITIVO

12º Termo Aditivo ao Contrato Administrativo nº 543/2012, firmado em 11/04/2012, com término previsto para 30/09/2015.

O Município de Rio do Sul, neste ato representado pelo Sr. GIVANILDO SILVA, na qualidade de Secretário de Administração, com delegação de competência previsto no Decreto nº3085, de 03 de janeiro de 2013, doravante denominado contratante, e de outro lado o(a) Sr.(a) ANGELA KUROSKI, portador(a) do CPF nº 037.377.199-18, na qualidade de Contratado(a), celebram o 12º Aditivo ao Contrato Administrativo nº 543/2012, mediante as seguintes cláusulas e condições:

Cláusula Primeira - Do Objeto

Altera a Cláusula terceira do Contrato Administrativo, que passa a vigorar com a seguinte redação:

“Cláusula Terceira - Do Prazo de Vigência

Fica prorrogado o prazo de vigência do Contrato Administrativo nº 543/2012, iniciando-se a prorrogação em 01/10/2015 e encerrando-se em 06/11/2015.”

Cláusula Segunda - Da Ratificação

Permanecem inalteradas as demais cláusulas do Contrato a que se refere o presente Termo Aditivo.

E para que o presente Termo Aditivo surta os devidos fins e efeitos legais, assinam o mesmo em duas vias de igual teor e forma.
Rio do Sul, 29/09/2015.

GIVANILDO SILVA

Secretário Municipal de Administração

ANGELA KUROSKI

Contratado(a)

Testemunhas:

Nome:

CPF:

Nome:

CPF:

ANTONIELA CRISTINA FERREIRA - 5º TERMO ADITIVO

5º Termo Aditivo ao Contrato Administrativo nº 310/2014, firmado em 07/05/2014, com término previsto para 30/09/2015.

O Município de Rio do Sul, neste ato representado pelo Sr. GIVANILDO SILVA, na qualidade de Secretário de Administração, com delegação de competência previsto no Decreto nº3085, de 03 de janeiro de 2013, doravante denominado contratante, e de outro lado o(a) Sr.(a) ANTONIELA CRISTINA FERREIRA, portador(a) do CPF nº 047.649.159-28, na qualidade de Contratado(a), celebram o 5º Aditivo ao Contrato Administrativo nº 310/2014, mediante as seguintes cláusulas e condições:

Cláusula Primeira - Do Objeto

Altera a Cláusula terceira do Contrato Administrativo, que passa a vigorar com a seguinte redação:

“Cláusula Terceira - Do Prazo de Vigência

Fica prorrogado o prazo de vigência do Contrato Administrativo nº 310/2014, iniciando-se a prorrogação em 01/10/2015 e encerrando-se em 06/11/2015.”

Cláusula Segunda - Da Ratificação

Permanecem inalteradas as demais cláusulas do Contrato a que se refere o presente Termo Aditivo.

E para que o presente Termo Aditivo surta os devidos fins e efeitos legais, assinam o mesmo em duas vias de igual teor e forma.
Rio do Sul, 29/09/2015.

GIVANILDO SILVA

Secretário Municipal de Administração

ANTONIELA CRISTINA FERREIRA

Contratado(a)

Testemunhas:

Nome:

CPF:

Nome:

CPF:

CELIA ANDREANI KAUFMANN - 3º TERMO ADITIVO

3º Termo Aditivo ao Contrato Administrativo nº 3/2015, firmado em 12/01/2015, com término previsto para 30/09/2015.

O Município de Rio do Sul, neste ato representado pelo Sr. GIVANILDO SILVA, na qualidade de Secretário de Administração, com delegação de competência previsto no Decreto nº3085, de 03 de janeiro de 2013, doravante denominado contratante, e de outro lado o(a) Sr.(a) CELIA ANDREANI KAUFMANN, portador(a) do CPF nº 708.275.089-72, na qualidade de Contratado(a), celebram o 3º Aditivo ao Contrato Administrativo nº 3/2015, mediante as seguintes cláusulas e condições:

Cláusula Primeira - Do Objeto

Altera a Cláusula terceira do Contrato Administrativo, que passa a vigorar com a seguinte redação:

«Cláusula Terceira - Do Prazo de Vigência

Fica prorrogado o prazo de vigência do Contrato Administrativo nº 3/2015, iniciando-se a prorrogação em 01/10/2015 e encerrando-se em 06/11/2015.»

Cláusula Segunda - Da Ratificação

Permanecem inalteradas as demais cláusulas do Contrato a que se refere o presente Termo Aditivo.

E para que o presente Termo Aditivo surta os devidos fins e efeitos legais, assinam o mesmo em duas vias de igual teor e forma.
Rio do Sul, 29/09/2015.

GIVANILDO SILVA
Secretário Municipal de Administração

CELIA ANDREANI KAUFMANN
Contratado(a)

Testemunhas:

Nome:

CPF:

Nome:

CPF:

CLEUSEMERI RAHN - 3º TERMO ADITIVO

3º Termo Aditivo ao Contrato Administrativo nº 336/2014, firmado em 19/08/2014, com término previsto para 23/09/2015.

O Município de Rio do Sul, neste ato representado pelo Sr. GIVANILDO SILVA, na qualidade de Secretário de Administração, com delegação de competência previsto no Decreto nº3085, de 03 de janeiro de 2013, doravante denominado contratante, e de outro lado o(a) Sr.(a) CLEUSEMERI RAHN, portador(a) do CPF nº 027.045.649-06, na qualidade de Contratado(a), celebram o 3º Aditivo ao Contrato Administrativo nº 336/2014, mediante as seguintes cláusulas e condições:

Cláusula Primeira - Do Objeto

Altera a Cláusula terceira do Contrato Administrativo, que passa a vigorar com a seguinte redação:

«Cláusula Terceira - Do Prazo de Vigência

Fica prorrogado o prazo de vigência do Contrato Administrativo nº 336/2014, iniciando-se a prorrogação em 24/09/2015 e encerrando-se em 06/11/2015.»

Cláusula Segunda - Da Ratificação

Permanecem inalteradas as demais cláusulas do Contrato a que se refere o presente Termo Aditivo.

E para que o presente Termo Aditivo surta os devidos fins e efeitos legais, assinam o mesmo em duas vias de igual teor e forma.
Rio do Sul, 22/09/2015.

GIVANILDO SILVA
Secretário Municipal de Administração

CLEUSEMERI RAHN
Contratado(a)

Testemunhas:

Nome:

CPF:

Nome:

CPF:

DECRETO Nº 4923, DE 30 DE SETEMBRO DE 2015.

DECRETO Nº 4923, de 30 de setembro de 2015.

"ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR POR TENDÊNCIA DE EXCESSO DE ARRECADAÇÃO NA PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO DO SUL."

O Prefeito do Município de Rio do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições, e de conformidade com o artigo 12, inciso I da Lei Orçamentária nº 5.535 de 16/12/14
DECRETA

Art. 1º - Fica suplementada na importância de R\$ 1.200.000,00 (um milhão e duzentos mil reais), por conta da tendência de excesso de arrecadação referente ao repasse do Programa de Modernização da Administração Tributária e de Gestão dos Setores Sociais Básicos - PMAT, as seguintes dotações do orçamento vigente do Município de Rio do Sul:

02.00	GABINETE DO PREFEITO		
02.01	GABINETE DO PREFEITO		
1.122	Cidade Digital		
3.3.0.00.00	Despesas Correntes		
3.3.3.00.00	Outras Despesas Correntes		
3.3.3.90.00	Aplicações Diretas		
01830000	Operações de Créditos	R\$	200.000,00
4.0.00.00	Despesas de Capital		
4.4.00.00	Investimento		
4.4.90.00	Aplicações Diretas		
01830000	Operações de Créditos	R\$	1.000.000,00
	TOTAL	R\$	1.200.000,00

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO.
29 de setembro de 2015.

GARIBALDI ANTÔNIO AYROSO
Prefeito do Município de Rio do Sul
Prefeito do Município de Rio do Sul

DJENIFFER VIEIRA DA SILVA - 5º TERMO ADITIVO

5º Termo Aditivo ao Contrato Administrativo nº 324/2014, firmado em 27/06/2014, com término previsto para 30/09/2015.

O Município de Rio do Sul, neste ato representado pelo Sr. GIVANILDO SILVA, na qualidade de Secretário de Administração, com delegação de competência previsto no Decreto nº3085, de 03 de janeiro de 2013, doravante denominado contratante, e de outro lado o(a) Sr.(a) DJENIFFER VIEIRA DA SILVA, portador(a) do CPF nº 054.460.999-90, na qualidade de Contratado(a), celebram o 5º Aditivo ao Contrato Administrativo nº 324/2014, mediante as seguintes cláusulas e condições:

Cláusula Primeira - Do Objeto

Altera a Cláusula terceira do Contrato Administrativo, que passa a vigorar com a seguinte redação:

"Cláusula Terceira - Do Prazo de Vigência

Fica prorrogado o prazo de vigência do Contrato Administrativo nº 324/2014, iniciando-se a prorrogação em 01/10/2015 e encerrando-se em 06/11/2015."

Cláusula Segunda - Da Ratificação

Permanecem inalteradas as demais cláusulas do Contrato a que se refere o presente Termo Aditivo.

E para que o presente Termo Aditivo surta os devidos fins e efeitos legais, assinam o mesmo em duas vias de igual teor e forma.
Rio do Sul, 29/09/2015.

GIVANILDO SILVA

Secretário Municipal de Administração

DJENIFFER VIEIRA DA SILVA
Contratado(a)

Testemunhas:

Nome:

CPF:

Nome:

CPF:

FABIANA CRISTINA VIEIRA - 3º TERMO ADITIVO

3º Termo Aditivo ao Contrato Administrativo nº 334/2014, firmado em 18/08/2014, com término previsto para 23/09/2015.

O Município de Rio do Sul, neste ato representado pelo Sr. GIVANILDO SILVA, na qualidade de Secretário de Administração, com delegação de competência previsto no Decreto nº3085, de 03 de janeiro de 2013, doravante denominado contratante, e de outro lado o(a) Sr.(a) FABIANA CRISTINA VIEIRA, portador(a) do CPF nº 046.842.179-30, na qualidade de Contratado(a), celebram o 3º Aditivo ao Contrato Administrativo nº 334/2014, mediante as seguintes cláusulas e condições:

Cláusula Primeira - Do Objeto

Altera a Cláusula terceira do Contrato Administrativo, que passa a vigorar com a seguinte redação:

“Cláusula Terceira - Do Prazo de Vigência

Fica prorrogado o prazo de vigência do Contrato Administrativo nº 334/2014, iniciando-se a prorrogação em 24/09/2015 e encerrando-se em 06/11/2015.”

Cláusula Segunda - Da Ratificação

Permanecem inalteradas as demais cláusulas do Contrato a que se refere o presente Termo Aditivo.

E para que o presente Termo Aditivo surta os devidos fins e efeitos legais, assinam o mesmo em duas vias de igual teor e forma.
Rio do Sul, 22/09/2015.

GIVANILDO SILVA
Secretário Municipal de Administração

FABIANA CRISTINA VIEIRA
Contratado(a)

Testemunhas:

Nome:

CPF:

Nome:

CPF:

FABRICIO MINATTI - 12º TERMO ADITIVO

12º Termo Aditivo ao Contrato Administrativo nº 312/2011, firmado em 22/08/2011, com término previsto para 30/09/2015.

O Município de Rio do Sul, neste ato representado pelo Sr. GIVANILDO SILVA, na qualidade de Secretário de Administração, com delegação de competência previsto no Decreto nº3085, de 03 de janeiro de 2013, doravante denominado contratante, e de outro lado o(a) Sr.(a) FABRICIO MINATTI, portador(a) do CPF nº 891.719.859-72, na qualidade de Contratado(a), celebram o 12º Aditivo ao Contrato Administrativo nº 312/2011, mediante as seguintes cláusulas e condições:

Cláusula Primeira - Do Objeto

Altera a Cláusula terceira do Contrato Administrativo, que passa a vigorar com a seguinte redação:

“Cláusula Terceira - Do Prazo de Vigência

Fica prorrogado o prazo de vigência do Contrato Administrativo nº 312/2011, iniciando-se a prorrogação em 01/10/2015 e encerrando-se em 06/11/2015.”

Cláusula Segunda - Da Ratificação

Permanecem inalteradas as demais cláusulas do Contrato a que se refere o presente Termo Aditivo.

E para que o presente Termo Aditivo surta os devidos fins e efeitos legais, assinam o mesmo em duas vias de igual teor e forma.
Rio do Sul, 29/09/2015.

GIVANILDO SILVA
Secretário Municipal de Administração

FABRICIO MINATTI
Contratado(a)

Testemunhas:

Nome:

CPF:

Nome:

CPF:

KARISE ROBETTI - 3º TERMO ADITIVO

3º Termo Aditivo ao Contrato Administrativo nº 32/2015, firmado em 28/01/2015, com término previsto para 04/09/2015.

O Município de Rio do Sul, neste ato representado pelo Sr. GIVANILDO SILVA, na qualidade de Secretário de Administração, com delegação de competência previsto no Decreto nº3085, de 03 de janeiro de 2013, doravante denominado contratante, e de outro lado o(a) Sr.(a) KARISE ROBETTI, portador(a) do CPF nº 075.941.759-80, na qualidade de Contratado(a), celebram o 3º Aditivo ao Contrato Administrativo nº 32/2015, mediante as seguintes cláusulas e condições:

Cláusula Primeira - Do Objeto

Altera a Cláusula terceira do Contrato Administrativo, que passa a vigorar com a seguinte redação:

“Cláusula Terceira - Do Prazo de Vigência

Fica prorrogado o prazo de vigência do Contrato Administrativo nº 32/2015, iniciando-se a prorrogação em 05/09/2015 e encerrando-se em 06/11/2015.”

Cláusula Segunda - Da Ratificação

Permanecem inalteradas as demais cláusulas do Contrato a que se refere o presente Termo Aditivo.

E para que o presente Termo Aditivo surta os devidos fins e efeitos legais, assinam o mesmo em duas vias de igual teor e forma.
Rio do Sul, 03/09/2015.

GIVANILDO SILVA

Secretário Municipal de Administração

KARISE ROBETTI

Contratado(a)

Testemunhas:

Nome:

CPF:

Nome:

CPF:

LUIZ FELIPE RAHN - 11º TERMO ADITIVO

11º Termo Aditivo ao Contrato Administrativo nº 598/2012, firmado em 04/07/2012, com término previsto para 30/09/2015.

O Município de Rio do Sul, neste ato representado pelo Sr. GIVANILDO SILVA, na qualidade de Secretário de Administração, com delegação de competência previsto no Decreto nº3085, de 03 de janeiro de 2013, doravante denominado contratante, e de outro lado o(a) Sr.(a) LUIZ FELIPE RAHN, portador(a) do CPF nº 066.098.969-76, na qualidade de Contratado(a), celebram o 11º Aditivo ao Contrato Administrativo nº 598/2012, mediante as seguintes cláusulas e condições:

Cláusula Primeira - Do Objeto

Altera a Cláusula terceira do Contrato Administrativo, que passa a vigorar com a seguinte redação:

“Cláusula Terceira - Do Prazo de Vigência

Fica prorrogado o prazo de vigência do Contrato Administrativo nº 598/2012, iniciando-se a prorrogação em 01/10/2015 e encerrando-se em 06/11/2015.”

Cláusula Segunda - Da Ratificação

Permanecem inalteradas as demais cláusulas do Contrato a que se refere o presente Termo Aditivo.

E para que o presente Termo Aditivo surta os devidos fins e efeitos legais, assinam o mesmo em duas vias de igual teor e forma.
Rio do Sul, 29/09/2015.

GIVANILDO SILVA

Secretário Municipal de Administração

LUIZ FELIPE RAHN

Contratado(a)

Testemunhas:

Nome:

CPF:

Nome:

CPF:

MACILDA REICH BONI - 16º TERMO ADITIVO

16º Termo Aditivo ao Contrato Administrativo nº 205/2011, firmado em 21/02/2011, com término previsto para 30/09/2015.

O Município de Rio do Sul, neste ato representado pelo Sr. GIVANILDO SILVA, na qualidade de Secretário de Administração, com delegação de competência previsto no Decreto nº3085, de 03 de janeiro de 2013, doravante denominado contratante, e de outro lado o(a) Sr.(a) MACILDA REICH BONI, portador(a) do CPF nº 951.442.699-15, na qualidade de Contratado(a), celebram o 16º Aditivo ao Contrato Administrativo nº 205/2011, mediante as seguintes cláusulas e condições:

Cláusula Primeira - Do Objeto

Altera a Cláusula terceira do Contrato Administrativo, que passa a vigorar com a seguinte redação:

Cláusula Terceira - Do Prazo de Vigência

Fica prorrogado o prazo de vigência do Contrato Administrativo nº 205/2011, iniciando-se a prorrogação em 01/10/2015 e encerrando-se em 06/11/2015."

Cláusula Segunda - Da Ratificação

Permanecem inalteradas as demais cláusulas do Contrato a que se refere o presente Termo Aditivo.

E para que o presente Termo Aditivo surta os devidos fins e efeitos legais, assinam o mesmo em duas vias de igual teor e forma.

Rio do Sul, 29/09/2015.

GIVANILDO SILVA

Secretário Municipal de Administração

MACILDA REICH BONI

Contratado(a)

Testemunhas:

Nome:

CPF:

Nome:

CPF:

MARIA ROSALINA LEITE - 5º TERMO ADITIVO

5º Termo Aditivo ao Contrato Administrativo nº 30/2015, firmado em 27/01/2015, com término previsto para 30/09/2015.

O Município de Rio do Sul, neste ato representado pelo Sr. GIVANILDO SILVA, na qualidade de Secretário de Administração, com delegação de competência previsto no Decreto nº3085, de 03 de janeiro de 2013, doravante denominado contratante, e de outro lado o(a) Sr.(a) MARIA ROSALINA LEITE, portador(a) do CPF nº 792.117.049-87, na qualidade de Contratado(a), celebram o 5º Aditivo ao Contrato Administrativo nº 30/2015, mediante as seguintes cláusulas e condições:

Cláusula Primeira - Do Objeto

Altera a Cláusula terceira do Contrato Administrativo, que passa a vigorar com a seguinte redação:

Cláusula Terceira - Do Prazo de Vigência

Fica prorrogado o prazo de vigência do Contrato Administrativo nº 30/2015, iniciando-se a prorrogação em 01/10/2015 e encerrando-se em 06/11/2015."

Cláusula Segunda - Da Ratificação

Permanecem inalteradas as demais cláusulas do Contrato a que se refere o presente Termo Aditivo.

E para que o presente Termo Aditivo surta os devidos fins e efeitos legais, assinam o mesmo em duas vias de igual teor e forma.

Rio do Sul, 29/09/2015.

GIVANILDO SILVA

Secretário Municipal de Administração

MARIA ROSALINA LEITE

Contratado(a)

Testemunhas:

Nome:

CPF:

Nome:

CPF:

MARIA ROSANE DA SILVA FIGUEIREDO - 5º TERMO ADITIVO

5º Termo Aditivo ao Contrato Administrativo nº 251/2015, firmado em 04/03/2015, com término previsto para 30/09/2015.

O Município de Rio do Sul, neste ato representado pelo Sr. GIVANILDO SILVA, na qualidade de Secretário de Administração, com delegação de competência previsto no Decreto nº3085, de 03 de janeiro de 2013, doravante denominado contratante, e de outro lado o(a) Sr.(a) MARIA ROSANE DA SILVA FIGUEIREDO, portador(a) do CPF nº 907.126.760-15, na qualidade de Contratado(a), celebram o 5º Aditivo ao Contrato Administrativo nº 251/2015, mediante as seguintes cláusulas e condições:

Cláusula Primeira - Do Objeto

Altera a Cláusula terceira do Contrato Administrativo, que passa a vigorar com a seguinte redação:

“Cláusula Terceira - Do Prazo de Vigência

Fica prorrogado o prazo de vigência do Contrato Administrativo nº 251/2015, iniciando-se a prorrogação em 01/10/2015 e encerrando-se em 06/11/2015.”

Cláusula Segunda - Da Ratificação

Permanecem inalteradas as demais cláusulas do Contrato a que se refere o presente Termo Aditivo.

E para que o presente Termo Aditivo surta os devidos fins e efeitos legais, assinam o mesmo em duas vias de igual teor e forma.
Rio do Sul, 29/09/2015.

GIVANILDO SILVA

Secretário Municipal de Administração

MARIA ROSANE DA SILVA FIGUEIREDO

Contratado(a)

Testemunhas:

Nome:

CPF:

Nome:

CPF:

NILZA BELLA CRUZ - 12º TERMO ADITIVO

12º Termo Aditivo ao Contrato Administrativo nº 290/2011, firmado em 28/07/2011, com término previsto para 30/09/2015.

O Município de Rio do Sul, neste ato representado pelo Sr. GIVANILDO SILVA, na qualidade de Secretário de Administração, com delegação de competência previsto no Decreto nº3085, de 03 de janeiro de 2013, doravante denominado contratante, e de outro lado o(a) Sr.(a) NILZA BELLA CRUZ, portador(a) do CPF nº 501.139.929-04, na qualidade de Contratado(a), celebram o 12º Aditivo ao Contrato Administrativo nº 290/2011, mediante as seguintes cláusulas e condições:

Cláusula Primeira - Do Objeto

Altera a Cláusula terceira do Contrato Administrativo, que passa a vigorar com a seguinte redação:

“Cláusula Terceira - Do Prazo de Vigência

Fica prorrogado o prazo de vigência do Contrato Administrativo nº 290/2011, iniciando-se a prorrogação em 01/10/2015 e encerrando-se em 06/11/2015.”

Cláusula Segunda - Da Ratificação

Permanecem inalteradas as demais cláusulas do Contrato a que se refere o presente Termo Aditivo.

E para que o presente Termo Aditivo surta os devidos fins e efeitos legais, assinam o mesmo em duas vias de igual teor e forma.
Rio do Sul, 29/09/2015.

GIVANILDO SILVA

Secretário Municipal de Administração

NILZA BELLA CRUZ

Contratado(a)

Testemunhas:

Nome:

CPF:

Nome:

CPF:

NILZA PORTO - 13º TERMO ADITIVO

13º Termo Aditivo ao Contrato Administrativo nº 255/2011, firmado em 05/05/2011, com término previsto para 30/09/2015.

O Município de Rio do Sul, neste ato representado pelo Sr. GIVANILDO SILVA, na qualidade de Secretário de Administração, com delegação de competência previsto no Decreto nº3085, de 03 de janeiro de 2013, doravante denominado contratante, e de outro lado o(a) Sr.(a) NILZA PORTO, portador(a) do CPF nº 379.330.789-15, na qualidade de Contratado(a), celebram o 13º Aditivo ao Contrato Administrativo nº 255/2011, mediante as seguintes cláusulas e condições:

Cláusula Primeira - Do Objeto

Altera a Cláusula terceira do Contrato Administrativo, que passa a vigorar com a seguinte redação:

“Cláusula Terceira - Do Prazo de Vigência

Fica prorrogado o prazo de vigência do Contrato Administrativo nº 255/2011, iniciando-se a prorrogação em 01/10/2015 e encerrando-se em 06/11/2015.”

Cláusula Segunda - Da Ratificação

Permanecem inalteradas as demais cláusulas do Contrato a que se refere o presente Termo Aditivo.

E para que o presente Termo Aditivo surta os devidos fins e efeitos legais, assinam o mesmo em duas vias de igual teor e forma.
Rio do Sul, 29/09/2015.

GIVANILDO SILVA
Secretário Municipal de Administração

NILZA PORTO
Contratado(a)

Testemunhas:

Nome:

CPF:

Nome:

CPF:

OSMARINA BASTOS SCHROEDER - 21º TERMO ADITIVO

21º Termo Aditivo ao Contrato Administrativo nº 22/2007, firmado em 15/01/2007, com término previsto para 30/09/2015.

O Município de Rio do Sul, neste ato representado pelo Sr. GIVANILDO SILVA, na qualidade de Secretário de Administração, com delegação de competência previsto no Decreto nº3085, de 03 de janeiro de 2013, doravante denominado contratante, e de outro lado o(a) Sr.(a) OSMARINA BASTOS SCHROEDER, portador(a) do CPF nº 311.160.949-91, na qualidade de Contratado(a), celebram o 21º Aditivo ao Contrato Administrativo nº 22/2007, mediante as seguintes cláusulas e condições:

Cláusula Primeira - Do Objeto

Altera a Cláusula terceira do Contrato Administrativo, que passa a vigorar com a seguinte redação:

“Cláusula Terceira - Do Prazo de Vigência

Fica prorrogado o prazo de vigência do Contrato Administrativo nº 22/2007, iniciando-se a prorrogação em 01/10/2015 e encerrando-se em 06/11/2015.”

Cláusula Segunda - Da Ratificação

Permanecem inalteradas as demais cláusulas do Contrato a que se refere o presente Termo Aditivo.

E para que o presente Termo Aditivo surta os devidos fins e efeitos legais, assinam o mesmo em duas vias de igual teor e forma.
Rio do Sul, 29/09/2015.

GIVANILDO SILVA
Secretário Municipal de Administração

OSMARINA BASTOS SCHROEDER
Contratado(a)

Testemunhas:

Nome:

CPF:

Nome:

CPF:

PORTARIA 0748/RH

PORTARIA Nº 0748/RH

GIVANILDO SILVA, Secretário Municipal de Administração da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Decreto n. 3085, de 03 de janeiro de 2013,

RESOLVE:

Art. 1º Conceder com fundamento no disposto nos Art. 244 ao 249, da Lei Complementar Nº 207/2010 e, parecer exarado pela Perícia Médica (anexo ao protocolo do Serviço de Inspeção Médica Municipal - SIMM), Licença para Tratamento de Saúde, pelo período de 07/09/2015 até 06/10/2015, a servidora municipal SANDRA FIGUEREDO, ocupante do cargo de provimento efetivo Agente Administrativo.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 29 de setembro de 2015.

GIVANILDO SILVA

Secretário Municipal de Administração

Cfr

PORTARIA 0749/RH

PORTARIA Nº 0749/RH

GIVANILDO SILVA, Secretário Municipal de Administração da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Decreto n. 3085, de 03 de janeiro de 2013,

RESOLVE:

Art. 1º Conceder com fundamento no disposto nos Art. 244 ao 249, da Lei Complementar Nº 207/2010 e, parecer exarado pela Perícia Médica (anexo ao protocolo do Serviço de Inspeção Médica Municipal - SIMM), Licença para Tratamento de Saúde, pelo período de 27/07/2015 até 24/10/2015, a servidora municipal MARIA ELISABETE LICHIA MELCHIADES, ocupante do cargo de provimento efetivo Psicólogo.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 29 de setembro de 2015.

GIVANILDO SILVA

Secretário Municipal de Administração

Cfr

PORTARIA 0750/RH

PORTARIA Nº 0750/RH

GIVANILDO SILVA, Secretário Municipal de Administração da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Decreto n. 3085, de 03 de janeiro de 2013,

RESOLVE:

Art. 1º Conceder com fundamento no disposto nos Art. 244 ao 249, da Lei Complementar Nº 207/2010 e, parecer exarado pela Perícia Médica (anexo ao protocolo do Serviço de Inspeção Médica Municipal - SIMM), Licença para Tratamento de Saúde, pelo período de 08/09/2015 até 06/11/2015, ao servidor municipal VILSON VIEIRA, ocupante do cargo de provimento efetivo Motorista de Caminhão.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 29 de setembro de 2015.

GIVANILDO SILVA

Secretário Municipal de Administração

Cfr

PORTARIA 0751/RH

PORTARIA Nº 0751/RH

GIVANILDO SILVA, Secretário Municipal de Administração da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Decreto n. 3085, de 03 de janeiro de 2013,

RESOLVE:

Art. 1º Conceder com fundamento no disposto nos Art. 244 ao 249, da Lei Complementar Nº 207/2010 e, parecer exarado pela Perícia Médica (anexo ao protocolo do Serviço de Inspeção Médica Municipal - SIMM), continuidade da Licença para Tratamento de Saúde, concedida por meio da Portaria n. 0579/RH, de 31/07/2015, pelo período de 29/09/2015 até 26/11/2015, a servidora municipal RITA DE CÁSSIA GUTJAHR, ocupante do cargo de provimento efetivo Auxiliar de Serviços Gerais Feminino.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 29 de setembro de 2015.

GIVANILDO SILVA

Secretário Municipal de Administração

Cfr

PORTARIA 0758/RH

PORTARIA Nº 0758/RH

GIVANILDO SILVA, Secretário Municipal de Administração da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Decreto n. 3.085, de 03 de janeiro de 2013,

RESOLVE:

Art. 1º Conceder com fundamento no disposto nos Art. 254 e 255, da Lei Complementar Nº 207/2010 e requerimento (anexo ao protocolo do Serviço de Inspeção Médica Municipal - SIMM), Licença Especial à Gestante, no período de 07/10/2015 a 05/12/2015, a servidora municipal ANA PAULA MENEGUETTI FIAMONCINI ocupante do cargo de provimento efetivo Agente Administrativo.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 01 de outubro de 2015.

GIVANILDO SILVA

Secretário Municipal de Administração

Cfr

PORTARIA 0759/RH

PORTARIA Nº 0759/RH

GIVANILDO SILVA, Secretário Municipal de Administração da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Decreto n. 3.085, de 03 de janeiro de 2013,

RESOLVE:

Art. 1º Conceder com fundamento no disposto nos Art. 254 e 255, da Lei Complementar Nº 207/2010 e requerimento (anexo ao protocolo do Serviço de Inspeção Médica Municipal - SIMM), Licença Especial à Gestante, no período de 15/10/2015 a 13/12/2015, a servidora municipal JULIANA CATAFESTA ocupante do cargo de provimento efetivo Auxiliar de Serviços Gerais Feminino.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 01 de outubro de 2015.
GIVANILDO SILVA
Secretário Municipal de Administração
Cfr

PORTARIA Nº 0760/RH

PORTARIA Nº. 0760/RH

GIVANILDO SILVA, Secretário Municipal de Administração da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Decreto n. 3085, de 03 de janeiro de 2013, e considerando o Ofício SMA nº 009/PAD 011/2014, de 25/09/2015,

RESOLVE:

Art. 1º Designar a servidora Patrícia Raquel Mayr, matrícula nº 78158-2, para atuar como Defensora Dativa no Processo Administrativo Disciplinar nº 011/2014, instaurado pela Portaria nº 0807/RH, de 11 de julho de 2014.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 01 de outubro de 2015.
GIVANILDO SILVA
Secretário Municipal de Administração
Asfj

PRISCILA NICOLLADELLI - 18º TERMO ADITIVO

18º Termo Aditivo ao Contrato Administrativo nº 585/2009, firmado em 22/06/2009, com término previsto para 30/09/2015.

O Município de Rio do Sul, neste ato representado pelo Sr. GIVANILDO SILVA, na qualidade de Secretário de Administração, com delegação de competência previsto no Decreto nº3085, de 03 de janeiro de 2013, doravante denominado contratante, e de outro lado o(a) Sr.(a) PRISCILA NICOLLADELLI, portador(a) do CPF nº 032.688.639-73, na qualidade de Contratado(a), celebram o 18º Aditivo ao Contrato Administrativo nº 585/2009, mediante as seguintes cláusulas e condições:

Cláusula Primeira - Do Objeto

Altera a Cláusula terceira do Contrato Administrativo, que passa a vigorar com a seguinte redação:

«Cláusula Terceira - Do Prazo de Vigência

Fica prorrogado o prazo de vigência do Contrato Administrativo nº 585/2009, iniciando-se a prorrogação em 01/10/2015 e encerrando-se em 06/11/2015.»

Cláusula Segunda - Da Ratificação

Permanecem inalteradas as demais cláusulas do Contrato a que se refere o presente Termo Aditivo.

E para que o presente Termo Aditivo surta os devidos fins e efeitos legais, assinam o mesmo em duas vias de igual teor e forma.

Rio do Sul, 29/09/2015.

GIVANILDO SILVA
Secretário Municipal de Administração

PRISCILA NICOLLADELLI
Contratado(a)

Testemunhas:

Nome:

CPF:

Nome:

CPF:

ROZANIA DA ROSA OURIQUES - 4º TERMO ADITIVO

4º Termo Aditivo ao Contrato Administrativo nº 4/2015, firmado em 12/01/2015, com término previsto para 30/09/2015.

O Município de Rio do Sul, neste ato representado pelo Sr. GIVANILDO SILVA, na qualidade de Secretário de Administração, com delegação de competência previsto no Decreto nº3085, de 03 de janeiro de 2013, doravante denominado contratante, e de outro lado o(a) Sr.(a) ROZANIA DA ROSA OURIQUES, portador(a) do CPF nº 595.319.830-20, na qualidade de Contratado(a), celebram o 4º Aditivo ao Contrato Administrativo nº 4/2015, mediante as seguintes cláusulas e condições:

Cláusula Primeira - Do Objeto

Altera a Cláusula terceira do Contrato Administrativo, que passa a vigorar com a seguinte redação:

Cláusula Terceira - Do Prazo de Vigência

Fica prorrogado o prazo de vigência do Contrato Administrativo nº 4/2015, iniciando-se a prorrogação em 01/10/2015 e encerrando-se em 06/11/2015."

Cláusula Segunda - Da Ratificação

Permanecem inalteradas as demais cláusulas do Contrato a que se refere o presente Termo Aditivo.

E para que o presente Termo Aditivo surta os devidos fins e efeitos legais, assinam o mesmo em duas vias de igual teor e forma.

Rio do Sul, 29/09/2015.

GIVANILDO SILVA
Secretário Municipal de Administração

ROZANIA DA ROSA OURIQUES
Contratado(a)

Testemunhas:

Nome:

CPF:

Nome:

CPF:

SCHEILA RODRIGUES SILVEIRA - 3º TERMO ADITIVO

3º Termo Aditivo ao Contrato Administrativo nº 20/2015, firmado em 16/01/2015, com término previsto para 30/09/2015.

O Município de Rio do Sul, neste ato representado pelo Sr. GIVANILDO SILVA, na qualidade de Secretário de Administração, com delegação de competência previsto no Decreto nº3085, de 03 de janeiro de 2013, doravante denominado contratante, e de outro lado o(a) Sr.(a) SCHEILA RODRIGUES SILVEIRA, portador(a) do CPF nº 083.741.169-60, na qualidade de Contratado(a), celebram o 3º Aditivo ao Contrato Administrativo nº 20/2015, mediante as seguintes cláusulas e condições:

Cláusula Primeira - Do Objeto

Altera a Cláusula terceira do Contrato Administrativo, que passa a vigorar com a seguinte redação:

Cláusula Terceira - Do Prazo de Vigência

Fica prorrogado o prazo de vigência do Contrato Administrativo nº 20/2015, iniciando-se a prorrogação em 01/10/2015 e encerrando-se em 06/11/2015."

Cláusula Segunda - Da Ratificação

Permanecem inalteradas as demais cláusulas do Contrato a que se refere o presente Termo Aditivo.

E para que o presente Termo Aditivo surta os devidos fins e efeitos legais, assinam o mesmo em duas vias de igual teor e forma.
Rio do Sul, 29/09/2015.

GIVANILDO SILVA
Secretário Municipal de Administração

SCHEILA RODRIGUES SILVEIRA
Contratado(a)

Testemunhas:

Nome:

CPF:

Nome:

CPF:

SILVIA APARECIDA BATISTA - 17º TERMO ADITIVO

17º Termo Aditivo ao Contrato Administrativo nº 721/2009, firmado em 04/08/2009, com término previsto para 30/09/2015.

O Município de Rio do Sul, neste ato representado pelo Sr. GIVANILDO SILVA, na qualidade de Secretário de Administração, com delegação de competência previsto no Decreto nº3085, de 03 de janeiro de 2013, doravante denominado contratante, e de outro lado o(a) Sr.(a) SILVIA APARECIDA BATISTA, portador(a) do CPF nº 941.844.539-53, na qualidade de Contratado(a), celebram o 17º Aditivo ao Contrato Administrativo nº 721/2009, mediante as seguintes cláusulas e condições:

Cláusula Primeira - Do Objeto

Altera a Cláusula terceira do Contrato Administrativo, que passa a vigorar com a seguinte redação:

Cláusula Terceira - Do Prazo de Vigência

Fica prorrogado o prazo de vigência do Contrato Administrativo nº 721/2009, iniciando-se a prorrogação em 01/10/2015 e encerrando-se em 06/11/2015."

Cláusula Segunda - Da Ratificação

Permanecem inalteradas as demais cláusulas do Contrato a que se refere o presente Termo Aditivo.

E para que o presente Termo Aditivo surta os devidos fins e efeitos legais, assinam o mesmo em duas vias de igual teor e forma.
Rio do Sul, 29/09/2015.

GIVANILDO SILVA
Secretário Municipal de Administração

SILVIA APARECIDA BATISTA
Contratado(a)

Testemunhas:

Nome:

CPF:

Nome:

CPF:

TAYTA CRISTINA GOETTEN - 7º TERMO ADITIVO

7º Termo Aditivo ao Contrato Administrativo nº 31/2015, firmado em 27/01/2015, com término previsto para 30/09/2015.

O Município de Rio do Sul, neste ato representado pelo Sr. GIVANILDO SILVA, na qualidade de Secretário de Administração, com delegação de competência previsto no Decreto nº3085, de 03 de janeiro de 2013, doravante denominado contratante, e de outro lado o(a) Sr.(a) TAYTA CRISTINA GOETTEN, portador(a) do CPF nº 041.388.519-41, na qualidade de Contratado(a), celebram o 7º Aditivo ao Contrato Administrativo nº 31/2015, mediante as seguintes cláusulas e condições:

Cláusula Primeira - Do Objeto

Altera a Cláusula terceira do Contrato Administrativo, que passa a vigorar com a seguinte redação:

Cláusula Terceira - Do Prazo de Vigência

Fica prorrogado o prazo de vigência do Contrato Administrativo nº 31/2015, iniciando-se a prorrogação em 01/10/2015 e encerrando-se em 06/11/2015."

Cláusula Segunda - Da Ratificação

Permanecem inalteradas as demais cláusulas do Contrato a que se refere o presente Termo Aditivo.

E para que o presente Termo Aditivo surta os devidos fins e efeitos legais, assinam o mesmo em duas vias de igual teor e forma. Rio do Sul, 29/09/2015.

GIVANILDO SILVA
Secretário Municipal de Administração

TAYTA CRISTINA GOETTEN
Contratado(a)

Testemunhas:

Nome:

CPF:

Nome:

CPF:

THUYSE GERBER ADAMI - 2º TERMO ADITIVO

2º Termo Aditivo ao Contrato Administrativo nº 229/2015, firmado em 06/02/2015, com término previsto para 04/09/2015.

O Município de Rio do Sul, neste ato representado pelo Sr. GIVANILDO SILVA, na qualidade de Secretário de Administração, com delegação de competência previsto no Decreto nº3085, de 03 de janeiro de 2013, doravante denominado contratante, e de outro lado o(a) Sr.(a) THUYSE GERBER ADAMI, portador(a) do CPF nº 074.357.009-08, na qualidade de Contratado(a), celebram o 2º Aditivo ao Contrato Administrativo nº 229/2015, mediante as seguintes cláusulas e condições:

Cláusula Primeira - Do Objeto

Altera a Cláusula terceira do Contrato Administrativo, que passa a vigorar com a seguinte redação:

Cláusula Terceira - Do Prazo de Vigência

Fica prorrogado o prazo de vigência do Contrato Administrativo nº 229/2015, iniciando-se a prorrogação em 05/09/2015 e encerrando-se em 06/11/2015."

Cláusula Segunda - Da Ratificação

Permanecem inalteradas as demais cláusulas do Contrato a que se refere o presente Termo Aditivo.

E para que o presente Termo Aditivo surta os devidos fins e efeitos legais, assinam o mesmo em duas vias de igual teor e forma. Rio do Sul, 03/09/2015.

GIVANILDO SILVA
Secretário Municipal de Administração

THUYSE GERBER ADAMI
Contratado(a)

Testemunhas:

Nome:

CPF:

Nome:

CPF:

VALDONI FAUSTINO - 13º TERMO ADITIVO

13º Termo Aditivo ao Contrato Administrativo nº 268/2011, firmado em 17/05/2011, com término previsto para 30/09/2015.

O Município de Rio do Sul, neste ato representado pelo Sr. GIVANILDO SILVA, na qualidade de Secretário de Administração, com delegação de competência previsto no Decreto nº3085, de 03 de janeiro de 2013, doravante denominado contratante, e de outro lado o(a) Sr.(a) VALDONI FAUSTINO, portador(a) do CPF nº 379.454.759-49, na qualidade de Contratado(a), celebram o 13º Aditivo ao Contrato Administrativo nº 268/2011, mediante as seguintes cláusulas e condições:

Cláusula Primeira - Do Objeto

Altera a Cláusula terceira do Contrato Administrativo, que passa a vigorar com a seguinte redação:

***Cláusula Terceira - Do Prazo de Vigência**

Fica prorrogado o prazo de vigência do Contrato Administrativo nº 268/2011, iniciando-se a prorrogação em 01/10/2015 e encerrando-se em 06/11/2015.”

Cláusula Segunda - Da Ratificação

Permanecem inalteradas as demais cláusulas do Contrato a que se refere o presente Termo Aditivo.

E para que o presente Termo Aditivo surta os devidos fins e efeitos legais, assinam o mesmo em duas vias de igual teor e forma.

Rio do Sul, 29/09/2015.

GIVANILDO SILVA

Secretário Municipal de Administração

VALDONI FAUSTINO

Contratado(a)

Testemunhas:

Nome:

CPF:

Nome:

CPF:

WILLIAN MATEUS LEHMANN LEDRA - 1º TERMO ADITIVO

1º Termo Aditivo ao Contrato Administrativo nº 315/2015, firmado em 23/07/2015, com término previsto para 02/09/2015.

O Município de Rio do Sul, neste ato representado pelo Sr. GIVANILDO SILVA, na qualidade de Secretário de Administração, com delegação de competência previsto no Decreto nº3085, de 03 de janeiro de 2013, doravante denominado contratante, e de outro lado o(a) Sr.(a) WILLIAN MATEUS LEHMANN LEDRA, portador(a) do CPF nº 082.701.119-96, na qualidade de Contratado(a), celebram o 1º Aditivo ao Contrato Administrativo nº 315/2015, mediante as seguintes cláusulas e condições:

Cláusula Primeira - Do Objeto

Altera a Cláusula terceira do Contrato Administrativo, que passa a vigorar com a seguinte redação:

Cláusula Terceira - Do Prazo de Vigência

Fica prorrogado o prazo de vigência do Contrato Administrativo nº 315/2015, iniciando-se a prorrogação em 03/09/2015 e encerrando-se em 06/11/2015.”

Cláusula Segunda - Da Ratificação

Permanecem inalteradas as demais cláusulas do Contrato a que se refere o presente Termo Aditivo.

E para que o presente Termo Aditivo surta os devidos fins e efeitos legais, assinam o mesmo em duas vias de igual teor e forma.

Rio do Sul, 01/09/2015.

GIVANILDO SILVA

Secretário Municipal de Administração

WILLIAN MATEUS LEHMANN LEDRA

Contratado(a)

Testemunhas:

Nome:

CPF:

Nome:

CPF:

Rio dos Cedros

PREFEITURA

LEI ORDINÁRIA Nº 1.873, DE 30 DE SETEMBRO DE 2015. ALTERA A LEI ORDINÁRIA MUNICIPAL Nº 1.863, DE 17 DE JUNHO DE 2015 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

LEI ORDINÁRIA Nº 1.873, DE 30 DE SETEMBRO DE 2015.

ALTERA A LEI ORDINÁRIA MUNICIPAL Nº 1.863, DE 17 DE JUNHO DE 2015 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

FERNANDO TOMASELLI, Prefeito de Rio dos Cedros, Estado de Santa Catarina, faz saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte Lei Ordinária:

Art. 1º. Fica alterado o inciso X do item 2. Objetivos do Plano Municipal de Educação – PME, Lei Municipal n. 1.863 de 17 de junho de 2015 e dá outras providências, que passa a ter a seguinte redação:

2 . OBJETIVOS DO PLANO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO – PME.

X. Fortalecer, na Secretaria Municipal de Educação, setor ou equipe técnica especializada e multidisciplinar, que trabalha com a diversidade, com o objetivo de realizar, acompanhar, avaliar e monitorar as atividades referentes à educação em direitos humanos, à educação para as relações Étnico-Raciais, para as relações de gênero, educação ambiental, educação fiscal, cultura na escola, fortalecendo parcerias entre organismos públicos, não governamentais e com os movimentos sociais (direitos humanos, ecológicos, justiça fiscal, negros, de mulheres, feministas), tendo como meta alcançar uma educação não discriminatória;

Art. 2º. Fica alterado a META 13 do Tópico 18 - "Metas e estratégias do Plano Municipal de Educação de Rio dos Cedros", do Plano Municipal de Educação de Rio dos Cedros, instituído pela Lei Ordinária nº1.863, de 17 de Junho de 2015, o qual passa a vigorar com a seguinte redação:

Meta 13: Garantir a 100% das escolas da Educação Básica, etapas e modalidades, condições de transversalidade para o desenvolvimento de práticas pedagógicas voltadas para a diversidade e temas sociais (direitos socioeducacionais).

Estratégias:

13.1 Implantar, em toda a Rede Municipal de Ensino, as Diretrizes Curriculares Nacionais de Educação em Direitos Humanos - DCNE-DH (Resolução CNE/CP 01/2012. Diário Oficial da União, Brasília, 31/05/12, seção 1 – p. 48) e as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Ambiental (Resolução nº 02, de 15/06/12);

13.2 Estabelecer parcerias e/ou interfaces, em regime de colaboração, atividades com os entes federal e estadual e conselhos responsáveis pelas políticas públicas da diversidade;

13.3 Elaborar os Planos de Ação Anuais, tendo em vista a gestão compartilhada dos programas (Educação Ambiental, Educação para o Trânsito e Educação Fiscal) no município;

13.4 Efetivar parcerias com a sociedade civil organizada, Instituições de Ensino Superior – IES e com as organizações não governamentais, para o desenvolvimento de programas e projetos locais e específicos, que estimulem a aplicabilidade das políticas públicas para a diversidade e temas sociais;

13.5 Garantir dotação orçamentária para as políticas da diversidade no âmbito de toda a rede municipal de educação;

13.6 Institucionalizar na Secretaria Municipal de Educação, o grupo de estudo para inclusão e atenção à diversidade com o objetivo de

realizar, acompanhar, avaliar e monitorar as atividades referentes à educação em direitos humanos, à educação para as relações étnico-raciais, para as relações de gênero, e educação ambiental, educação fiscal, cultura na escola, fortalecendo parcerias entre organismos públicos, não governamentais e com os movimentos sociais (direitos humanos, ecológicos, justiça fiscal, negros, de mulheres, feministas,) objetivando alcançar uma educação não discriminatória;

13.7 Institucionalizar todas as políticas públicas da diversidade (garantia de direitos aos negros, indígenas, mulheres, e outros), direito ambientais, justiça fiscal e arte, e cultura na escola nos Projetos Político-pedagógicos das escolas do Sistema Municipal de Educação;

13.8 Realizar e incentivar formação continuada, presencial e/ou à distância, para os profissionais do magistério da rede municipal, em todos os níveis, etapas e modalidades de ensino, à luz dos Direitos Humanos, Educação Ambiental, Educação para o Trânsito e Educação Fiscal que reconheçam e valorizem a diversidade e a democracia participativa;

13.9 Fortalecer apoio técnico-pedagógico a toda a rede municipal de ensino para realizar, acompanhar, avaliar e monitorar as ações voltadas para a educação na perspectiva da inclusão, da diversidade e dos temas sociais;

13.10 Produzir e/ou adquirir e distribuir materiais didáticos e paradidáticos específicos e regionais, referentes à educação em direitos humanos, étnico-raciais e à diversidade sexual, educação ambiental, cultura na escola, educação fiscal para todas as escolas municipais;

13.11 Fomentar produção de materiais pedagógicos específicos e diferenciados de referência, contextualizados às realidades socio-culturais para professores e estudantes, contemplando a educação para as relações étnico-raciais, educação em direitos humanos, educação ambiental, educação para o trânsito, educação fiscal, arte e cultura nas escolas para a Educação Básica, respeitando os interesses dos povos afrodescendentes, indígenas e do campo;

13.12 Assessorar, acompanhar e monitorar os planos de trabalho sobre a diversidade e temas sociais propostos pelos estabelecimentos escolares da rede municipal de ensino;

13.13 Estimular projetos de intervenção nos estabelecimentos escolares, na dimensão da gestão, do currículo e do espaço físico para a promoção da sustentabilidade socioambiental;

13.14 Incentivar o trabalho com uma pedagogia centrada na concepção de desenvolvimento sustentável, primando por uma relação harmoniosa entre o ser humano e o meio ambiente;

13.15 Ampliar o Programa de Educação Profissional Integrado à Educação de Jovens e Adultos, na perspectiva de gênero, considerando as mulheres na sua diversidade, nos meios urbano e rural, com ênfase no empreendedorismo e desenvolvimento local sustentável, fortalecendo a economia solidária e popular;

13.16 Garantir a efetivação de políticas públicas educacionais que valorizem o homem e a mulher rural, em seus aspectos políticos, econômicos, sociais e culturais, de forma que sejam mantidos e/ou resgatados a identidade e os valores das comunidades rurais;

13.17 Fortalecer as ações coletivas, valorizando as relações de caráter comunitário em associativismo;

13.18 Implementar programas que fortaleçam a integração entre campo e cidade, para que sejam garantidos, de forma igualitária, os direitos dos povos das áreas rurais;

13.19 Valorizar a diversidade etnicorracial, desenvolvendo ações que valorizem a contribuição histórica da população das áreas rurais;

13.20 Articular políticas públicas envolvendo a comunidade escolar,

as organizações e lideranças comunitárias em prol de uma consciência sustentável, democrática, participativa e solidária no campo.

Art. 3º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio dos Cedros, 30 de setembro de 2015
FERNANDO TOMASELLI
Prefeito Municipal

A presente Lei foi devidamente registrada e publicada na forma regulamentar em 30 de Setembro de 2015.

MARGARET SILVIA GREYTER
Diretora de Gabinete

3.000.000 – Recursos Ordinários
..... 5.500,00

Art.5º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em sentido contrário.

Rio dos Cedros, 30 de Setembro de 2015.
Fernando Tomaselli
Prefeito de Rio dos Cedros

A presente Lei foi devidamente registrada e publicada na forma regulamentar em 30 de Setembro de 2015.

MARGARET SILVIA GREYTER
Diretora de Gabinete

LEI ORDINÁRIA Nº1.874, DE 30 DE SETEMBRO DE 2015. AUTORIZA O CHEFE DO PODER EXECUTIVO MUNICIPAL A TRANSFERIR RECURSO AO FUNDO DE MELHORIA DA POLÍCIA MILITAR - FUMPOM A TÍTULO DE AUXÍLIO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

LEI ORDINÁRIA Nº1.874, DE 30 DE SETEMBRO DE 2015.

AUTORIZA O CHEFE DO PODER EXECUTIVO MUNICIPAL A TRANSFERIR RECURSO AO FUNDO DE MELHORIA DA POLÍCIA MILITAR - FUMPOM A TÍTULO DE AUXÍLIO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

FERNANDO TOMASELLI, Prefeito de Rio dos Cedros, Estado de Santa Catarina,
Faz saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte Lei Ordinária:

Art.1º. Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a transferir recurso, a título de auxílio, para o FUNDO DE MELHORIA DA POLÍCIA MILITAR - FUMPOM, pessoa jurídica, inscrito no CNPJ sob nº13.925.994/0001-07, com sede administrativa na Avenida Rio Branco, nº 1064, Centro, em Florianópolis, Santa Catarina, CEP 88.015-204, no valor de até R\$5.500,00 (cinco mil e quinhentos reais).

§1º. O Chefe do Poder Executivo poderá transferir os valores referentes ao auxílio pré citado, em quantia única ou parcelada, até o valor máximo mencionado no caput, desde que o faça durante o transcorrer do ano de 2015.

§2º. O disposto neste artigo será aplicado supletivamente às demais disposições legais atualmente existentes.

§3º. O recurso será utilizado exclusivamente para aquisição de 03(três) espargidores de pimenta e 01(um) KIT SPARK (equipamento eletroinapacitante) para equipar os PPMM que atuam em Rio dos Cedros.

Art.2º. A instituição beneficiada pelo artigo 1º deverá apresentar os documentos necessários para recebimento do recurso.

Art.3º. A instituição contemplada pelo recurso é obrigada a apresentar à Prefeitura de Rio dos Cedros a correspondente prestação de contas de acordo com o Decreto nº127, de 30 de março de 2011, normas estabelecidas pela Secretaria de Estado da Fazenda e pelo Tribunal de Contas do Estado.

Art.4º. As despesas decorrentes desta Lei Ordinária correrão por conta da seguinte dotação orçamentária:

09.001 – Apoio a Segurança Pública
006.181.0035.2082 – Apoiar Ações da Polícia Militar
443042.99 – Outros Auxílios

Salto Veloso

PREFEITURA

CONTRATO ADMINISTRATIVO 006/2015

CONTRATO DE TRABALHO - ADMINISTRATIVO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO

CONTRATO N.º : 0006/2015.
CONTRATANTE : PREFEITURA MUNICIPAL DE SALTO VELOSO.
CONTRATADO : ALINE SARTOREL
OBJETO : ADMISSÃO EM CARÁTER TEMPORÁRIO.
VIGÊNCIA : 01/10/2015 a 09/12/2015
AMPARO LEGAL.....: LEI MUNICIPAL Nº 1.516/2014.
FUNÇÃO : PROFESSOR DE EDUCAÇÃO INFANTIL 20 HORAS.
LOCAL : SECRETARIA DE EDUCAÇÃO.
CARGA HORÁRIA...: 20 HORAS.
SALÁRIO BASE: R\$ 1.229,41.

PORTARIA Nº. 014, DE 1º DE OUTUBRO DE 2015.

PORTARIA Nº. 014, DE 1º DE OUTUBRO DE 2015.
DISPÕE SOBRE A NOMEAÇÃO DOS MEMBROS DA JUNTA ADMINISTRATIVA DE RECURSOS DE INFRAÇÕES - JARI E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

CLAUDEMIR CESCA, Prefeito Municipal de Salto Veloso, no uso de suas atribuições legais,
RESOLVE

Art. 1º. Nomear os seguintes membros para constituição da Junta Administrativa de Recursos de Infrações - JARI:

I – Nome: Camilo Dornelles

Suplente: Ozanam Michael Vivan

II - Nome: Paulo Adriano de Oliveira

Suplente: Ozéias Consorte

III - Nome: Fernando Rech

Suplente: Leonardo Zapelini

Art. 2º. As despesas decorrentes da execução desta Portaria, correrão por conta das dotações próprias da Prefeitura Municipal.

Art. 3º. A presidência da JARI será exercida por Camilo Dornelles servidor responsável pelo Órgão Executivo de Trânsito de Salto Veloso - ORTSVEL, conforme Portaria nº. 013.

Art. 4º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Salto Veloso, 1º de outubro de 2015.

Claudemir Cesca

Prefeito Municipal

Esta Portaria foi publicada no Diário Oficial dos Municípios.

José Carlos Oneda

Secretário de Administração e Finanças

PORTARIA Nº. 292/2015

PORTARIA Nº. 292/2015

Claudemir Cesca, Prefeito Municipal de Salto Veloso-SC, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições em conformidade com a Lei Nº 1516 de 10/10/2014.

Resolve:

Artigo 1º. Admitir a Sra. ALINE SARTOREL para prestar serviços em caráter temporário, na Secretaria Municipal de Educação, na função de Professor de Educação Infantil, 20 horas semanais.

Artigo 2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Artigo 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Salto Veloso-SC, 01 de Outubro de 2015.

CLAUDEMIR CESCA

Prefeito Municipal

Santa Rosa do Sul

PREFEITURA

INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO 081/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA ROSA DO SUL-SC

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 081/2015- INEXIGIBILIDADE

CONTRATADA: ANTONIO NATALIO VIGNALI

CPF: 030.103.339-00

Objeto: AQUISIÇÃO DE EXEMPLARES DE LIVROS INFANTIS, 'CONTENDO 4 CONTOS', PARA AS SÉRIES INICIAIS E ENSINO INFANTIL, SETOR DE ENSINO.

VALOR: R\$ 1.080,00 (um mil e oitenta reais).

Da Justificativa do Preço: É inexigível por ser a coleção exclusiva do autor.

Do Fundamento Legal: Artigo 25, inciso I da Lei nº 8.666/93.

Assinatura: 29/09/2015

Joelson Farias Pereira

Presidente da CPL

Nelson Cardoso de Oliveira

Prefeito Municipal

RECURSO ADMINISTRATIVO TP 54/2014

Prefeitura Municipal de Santa Rosa do Sul

Comissão Permanente de Licitação

Ata Apreciação de Recurso Administrativo TP nº 54/2014 – Decisão

PREÂMBULO: Às 15:00(quinze)horas do dia 01(primeiro) de outubro de dois mil e quinze, a Comissão Permanente de licitação da Prefeitura Municipal de Santa Rosa do Sul - SC, conforme designada pelo decreto Nº 002/2015 de 05 de janeiro de 2015, reuniram-se Joelson Farias Pereira, Wilfried Hemmer e Ana Regina Paulo de Borba, membros da Comissão Permanente de Licitações, para, sob a presidência do primeiro, apreciarem o recurso interposto contra a Decisão da fase de Decisão administrativa encerramento unilateral do contrato pela inexecução do objeto do contrato nº 128/2014 de prestação de serviços de execução "das etapas de drenagem, terraplenagem, pavimentação asfáltica e sinalização, na continuação da estrada municipal que liga a cidade de santa rosa do sul ao IFC Instituto Federal Catarinense - Campus Santa Rosa do Sul, entre as estacas 00 e 110, com extensão de 2,2km," licitado pelo Processo Licitatório nº. 54/2014, homologado em 25/06/2014, com a empresa COENCO ENGENHARIA E CONSTRUÇÕES LTDA, pessoa jurídica de direito privado, sede Rod. Daniel Brunning, S/N – KM 10 – Pouso Alto, Gravatal-SC, CEP: 88.735-000, inscrita no CNPJ sob o nº83.648.220/0001-53, neste ato representado pelo Sr. José de Assis Correia, sócio Administrativo, portador da Cédula de Identidade nº 2.536.023 e CPF nº 851.540919-49, residente e domiciliado à Rua José Evaristo Fogaça, nº 500, Bairro Vila Moema - Tubarão/SC, CEP: 88.705-700, tendo em vista a inexecução do contrato e diante ao término do prazo para conclusão da obra, que teve o vencimento em 25/02/2015. Apresentou recurso, tempestivamente, a empresa COENCO Engenharia e Construções Ltda.

CONCLUSÃO: Decide a Comissão por:

CONHECER do recurso e da impugnação apresentada, por atenderem aos pressupostos de admissibilidade;

Anular decisão de rescisão unilateral e abrir prazo para de 5(cinco)dias úteis para ampla defesa da licitante COENCO Engenharia e Construções Ltda, conforme acima exposto, consubstanciado no Parecer Jurídico do Assessor Leonardo Rodrigo da Silva.

Santa Rosa do Sul, 01 de outubro de 2015.

Joelson Farias Pereira

Presidente

Ana Regina Paulo de Borba

Membro

Wilfried Hemmer

Membro

Santiago do Sul

PREFEITURA

EDITAL 22/2015

Estado de Santa Catarina
MUNICÍPIO DE SANTIAGO DO SUL
Fundo Municipal de Saúde - FMS
AVISO DE LICITAÇÃO
Processo Administrativo Nº. 24/2015.
Edital: PREGÃO Nº. 22/2015.
Objeto: Prestação de serviços médicos na área de Pediatria e ginecológico.
Entrega dos Envelopes: 13:30 horas do dia 16 de outubro de 2015.
Abertura dos Envelopes: 13:30 horas do dia 16 de outubro de 2015.
O Edital e esclarecimentos poderão ser obtidos no seguinte endereço e horário: Rua Angelo Toazza, 600, nos dias úteis, das Segunda à Sexta, das 07:30 às 11:30 e das 13:30 às 17:30 horas, pelo fone (49) 3345-3000 ou site www.santiagodosul.sc.gov.br .
SANTIAGO DO SUL, 30 de setembro de 2015.
TADEU PAULO TOAZZA
GESTOR DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

EDITAL 98/2015

Estado de Santa Catarina
MUNICÍPIO DE SANTIAGO DO SUL
AVISO DE LICITAÇÃO
Processo Administrativo Nº. 116/2015.
Edital: PREGÃO Nº. 98/2015.
Objeto: Aquisição de veículo de passeio novo para utilização nos serviços da Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes.
Entrega dos Envelopes: 09:00 horas do dia 16 de outubro de 2015.
Abertura dos Envelopes: 09:00 horas do dia 16 de outubro de 2015.
O Edital e esclarecimentos poderão ser obtidos no seguinte endereço e horário: Rua Angelo Toazza, 600, nos dias úteis, das Segunda à Sexta, das 07:30 às 11:30 e das 13:30 às 17:30 horas, pelo fone (49) 3345-3000 ou site www.santiagodosul.sc.gov.br .
SANTIAGO DO SUL, 30 de setembro de 2015.
VOLMIR ANTONIO SOTILLE
PREFEITO MUNICIPAL

EDITAL 99/2015

Estado de Santa Catarina
MUNICÍPIO DE SANTIAGO DO SUL
AVISO DE LICITAÇÃO
Processo Administrativo Nº. 117/2015.
Edital: PREGÃO Nº. 99/2015.
Objeto: Aquisição de gêneros alimentícios para utilização no preparo da merenda escolar em atendimento aos alunos da Educação Básica do Município.
Entrega dos Envelopes: 10:15 horas do dia 16 de outubro de 2015.
Abertura dos Envelopes: 10:15 horas do dia 16 de outubro de 2015.
O Edital e esclarecimentos poderão ser obtidos no seguinte endereço e horário: Rua Angelo Toazza, 600, nos dias úteis, das Segunda à Sexta, das 07:30 às 11:30 e das 13:30 às 17:30 horas, pelo fone (49) 3345-3000 ou site www.santiagodosul.sc.gov.br .
SANTIAGO DO SUL, 30 de setembro de 2015.
VOLMIR ANTONIO SOTILLE
PREFEITO MUNICIPAL

LEI MUNICIPAL Nº 796/2015 – DE 02 DE OUTUBRO DE 2015

LEI MUNICIPAL Nº 796/2015 – DE 02 DE OUTUBRO DE 2015.

Autoriza o Chefe do Poder Executivo Municipal a efetuar gastos com as comemorações das festividades natalinas e dá outras providências.

VOLMIR ANTONIO SOTILLE Prefeito Municipal de Santiago do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais.

FAÇO SABER a todos os habitantes do Município de Santiago do Sul que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a efetuar gastos de até R\$ 25.000,00 (vinte e cinco mil reais), com contratação de atrações natalinas, aquisição e instalação de iluminação e outros materiais para ornamentação de praças e ruas, bem como a aquisição brinquedos e guloseimas, visando sua distribuição gratuita às crianças do Município, entre os dias 10 a 20 de dezembro de 2015, em virtude das comemorações das festividades natalinas.

Art. 2º As despesas decorrentes da aplicação desta lei correrão por conta da Atividade: 2.024 – Apoio a Eventos Culturais, Tradicionalista e Gastronômicos– DR: 0.1.00.

Art. 3º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Ficam revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Santiago do Sul, Estado de Santa Catarina, em 02 de outubro de 2015.

VOLMIR ANTONIO SOTILLE
Prefeito Municipal

Registrado e publicado em data supra.

Tatiane Cristina Gluzezak Saretto
Diretora de Departamento/Sec. Administração

São Bento do Sul

PREFEITURA

AVISO DE LICITAÇÃO - PREGÃO Nº 95/2015 FMS

MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 95/2015 - FMS

Menor preço por item

O MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL, ESTADO DE SANTA CATARINA, através do Presidente do Fundo Municipal de Saúde, torna público, para quem interessar possa, conforme preceituam as Leis nº 8.666/93 de 21/06/1993 e Lei 10.520 de 17/07/2002, que receberá até às 08:30 horas do dia 19 de outubro de 2015, em sua sede na Rua Jorge Lacerda, nº 75, propostas para:

DO OBJETO: Registro de preço para aquisição de caixas de papelão para o Fundo Municipal de Saúde.

Os interessados poderão obter maiores informações e retirar o Edital completo, no Departamento de Suprimentos (Divisão de Compras) da Secretaria de Administração, sede da Prefeitura Municipal, no endereço acima especificado, no horário das 08h00min às 17:00 horas.

São Bento do Sul, 24 de setembro de 2015.

CARLA ELOISE MÜLBAUER

Pregoeira Municipal

DEODATO RAUL HRUSCHKA

Presidente do Fundo Municipal de Saúde

EXTRATO DE CONTRATO Nº 208/2015

EXTRATO DO CONTRATO Nº 208/2015

DA ESPÉCIE: Termo de Contrato de Prestação de Serviços, que entre si celebram o MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL e a Empresa NUBES TECNOLOGIA E SERVIÇOS LTDA ME.

DO OBJETO: O objeto do presente Contrato consiste na contratação de empresa especializada na prestação de serviços para elaboração, aplicação, execução, correção e divulgação dos resultados para a realização de prova avaliativa com caráter eliminatório para candidatos ao cargo de Conselheiro Tutelar da Secretaria Municipal de Assistência Social, conforme anexo ao Edital de Pregão Presencial nº 169/2015.

DO VALOR: R\$ 5.450,00 – Valor Total.

DA VIGÊNCIA: 05 (cinco) meses e 19 (dezenove) dias, a contar desta data.

São Bento do Sul, 13 de julho de 2015.

ASS: RITA MARIA DUMS, pela Secretaria de Assistência Social do Município.

NUBES TECNOLOGIA E SERVIÇOS LTDA ME, como Contratada.

EXTRATO DE CONTRATO Nº 218/2015

EXTRATO DO CONTRATO Nº 218/2015

DA ESPÉCIE: Termo de Contrato de Prestação de Serviços, que entre si celebram o MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL e a Empresa WBT INTERNET LTDA ME.

DO OBJETO: O objeto do presente Contrato consiste na contratação de empresa para fornecimento de serviço de Internet Via Fibra Óptica para o 23º Batalhão de Polícia Militar do Estado de Santa Catarina, conforme especificações no Termo de Referência anexo ao Edital de Pregão Presencial nº 177/2015.

DO VALOR: R\$ 3.540,00 – Valor Total.

DA VIGÊNCIA: 12 (doze) meses, a contar de 01/08/2015.

São Bento do Sul, 30 de julho de 2015.

ASS: OSMAR TELMA, pela Secretaria de Obras e Serviços Urbanos do Município.

WBT INTERNET LTDA ME, como Contratada.

EXTRATO DE CONTRATO Nº 232/2015

EXTRATO DO CONTRATO Nº 232/2015

DA ESPÉCIE: Termo de Contrato de Prestação de Serviços, que entre si celebram o MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL e a Empresa MAGALY CELISA DEORACKI MACHADO (MEGA BRILHO).

DO OBJETO: O objeto do presente Contrato consiste na contratação de empresa especializada em lavagem e higienização veicular, para manutenção de viaturas utilizadas na Rádio Patrulha – Polícia Militar, conforme Termo de Referência em anexo ao Convite nº 191/2015.

DO VALOR: R\$ 1.953,00 – Valor Total.

DA VIGÊNCIA: 04 (quatro) meses e 05 (cinco) dias, a contar desta data.

São Bento do Sul, 25 de agosto de 2015.

ASS: OSMAR TELMA, pela Secretaria de Obras e Serviços Urbanos do Município.

MAGALY CELISA DEORACKI MACHADO (MEGA BRILHO), como Contratada.

EXTRATO DE TERMO ADITIVO Nº 033/2015 FMD

EXTRATO DO TERMO ADITIVO Nº 033/2015

DA ESPÉCIE: Primeiro Termo Aditivo ao Contrato de Fornecimento de Passagens (Vale Transporte) de Nº 020/2015, firmado entre a FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE DESPORTOS DO MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL e a EMPRESA REUNIDAS TURISMO S/A., conforme Inexigibilidade de Licitação nº 011/2015, de 23 de junho de 2015.

Considerando o objeto do Contrato nº 020/2015, que consiste no fornecimento parcelado de 480 Passagens (Vale Transporte), linha São Bento do Sul x Rio Negrinho para Funcionário da Fundação Municipal de Desportos.

Considerando a Cláusula Décima Primeira – Da Fiscalização do Contrato, onde designa o Sr. Marcos Pollum como Fiscal do referido Contrato, mas tendo em vista que este não faz mais parte do quadro de Funcionários da Fundação Municipal de Desportos, faz-se necessário a alteração desta Cláusula, nos seguintes termos:

1º - Fica alterada a CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DA FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO, no Contrato Primitivo, conforme segue:

A execução do Contrato será acompanhada e Fiscalizada pelo Servidor Municipal LUIS ANTONIO BOHOMO, lotado na Fundação Municipal de Desportos, através da Matrícula nº 32.968, portador do CPF nº 988.988.929-34 e na impossibilidade deste, por outro servidor designado para substituí-lo.

O servidor acima designado anotará em registro próprio todas as ocorrências com a execução do contrato, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados.

As decisões e providências que ultrapassem a competência do servidor nomeado deverão ser solicitadas a seus superiores em tempo

hábil para a adoção das medidas convenientes.

Caso o fiscal do contrato acima designado entenda necessário, poderá ser permitida a contratação de terceiros para assisti-lo e subsidiá-lo de informações pertinentes a essa atribuição.

2º - As demais cláusulas e condições previstas no Contrato primitivo, firmado em 01 de julho de 2015, permanecem inalteradas.

Nada mais havendo, assinam as partes em 02 (duas) vias de igual forma e idêntico teor, na presença das testemunhas.

São Bento do Sul, 09 de setembro de 2015.

ASS: LUIZ NERI PEREIRA, pela Fundação.
REUNIDAS TURISMO S/A., como Contratada.

EXTRATO DE TERMO ADITIVO Nº 037/2015 FMD

EXTRATO DO TERMO ADITIVO Nº 037/2015

DA ESPÉCIE: Segundo Termo Aditivo ao Contrato de Fornecimento de Passes de Estudantes de Nº 004/2015, firmado entre a FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE DESPORTOS DO MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL e a EMPRESA NIVALDO STOEBERL & CIA LTDA, conforme Inexigibilidade de Licitação nº 002/2015, de 19 de janeiro de 2015.

Considerando o objeto do Contrato nº 004/2015, que consiste no Fornecimento parcelado de 29.500 Passes de Estudantes para os Atletas das diversas Escolinhas de várias Modalidades Esportivas da Fundação Municipal de Desportos.

Considerando que a CONTRATADA ingressou com pedido de reajuste no valor do passe (de estudante), conforme Decreto Municipal nº 0908, de 30 de março de 2015, e visando à manutenção do equilíbrio econômico-financeiro de que trata o Art. 65, inciso II, letra d, da Lei nº 8.666/93, alterada pela Lei nº 8.883/94, faz-se necessário aditar o Contrato nº 004/2015, nos seguintes termos:

1º - A Fundação Municipal de Desportos do Município de São Bento do Sul passará a pagar a CONTRATADA a partir de 01 de abril de 2015 o valor do passe (de estudante) de R\$ 2,40 (dois reais e quarenta centavos) para R\$ 2,64 (dois reais e sessenta e quatro centavos), ficando o saldo de 13.500 passes (de estudante).

2º - As demais cláusulas e condições previstas no Contrato primitivo, firmado em 26 de janeiro de 2015, permanecem inalteradas.

Nada mais havendo, assinam as partes em 02 (duas) vias de igual forma e idêntico teor, na presença das testemunhas.

São Bento do Sul, 24 de setembro de 2015.

ASS: LUIZ NERI PEREIRA, pela Fundação.
NIVALDO STOEBERL & CIA LTDA, como Contratada.

EXTRATO DE TERMO ADITIVO Nº 229/2015

EXTRATO DO TERMO ADITIVO Nº 229/2015

DA ESPÉCIE: Segundo Termo Aditivo ao Contrato de Prestação de Serviços de Acolhimento Institucional Modalidade Abrigo de nº 107/2015, firmado entre o MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL e a Empresa INSTITUTO DE DESENVOLVIMENTO INTEGRAL - IDI, em 02 de ABRIL de 2015, conforme Edital de Dispensa Emergencial nº 105/2015.

Considerando o objeto do Contrato nº 107/2015, que tem como objeto a Dispensa Emergencial para contratação de empresa/entidade para operação e manutenção dos serviços de Acolhimento Institucional – Modalidade Abrigo – Municipal para atendimento de crianças e adolescentes;

Considerando que a Contratada solicita reequilíbrio financeiro conforme Processo nº 5329/2015 levando em consideração a atual situação financeira do país, onde houve aumento nas contas de energia elétrica, água, gêneros alimentícios entre outros, devidamente comprovado conforme documentação anexa a este Termo Aditivo;

Considerando o deferimento da solicitação conforme Parecer Jurídico nº 325/2015, faz-se necessário aditar o referido contrato com base no Art. 65, Inciso II, Alínea "d", nos seguintes termos: Fica incluso no contrato o valor de R\$ 12.239,13 (doze mil duzentos e trinta e nove reais e treze centavos), sendo o valor mensal de R\$ 4.477,73 (quatro mil quatrocentos e setenta e sete reais e setenta e três centavos) referente ao reequilíbrio econômico financeiro de 15 de julho de 2015 à 02 de outubro de 2015 (dois meses e 22 dias).

Nada mais havendo, assinam as partes em 02 (duas) vias de igual forma e idêntico teor, na presença das testemunhas.

São Bento do Sul, 19 de agosto de 2015.

Ass: RITA MARIA DUMS, pela Secretaria de Assistência Social do Município.

INSTITUTO DE DESENVOLVIMENTO INTEGRAL - IDI, como Contratada.

IPRESBS

RESOLUÇÃO 01/2015

INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DOS SERVIDORES PÚBLICOS DO MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL – IPRESBS

RESOLUÇÃO Nº 001/2015

DISPÕE SOBRE O REGIMENTO DAS ELEIÇÕES DOS CONSELHOS DELIBERATIVO E FISCAL DO INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DOS SERVIDORES PÚBLICOS DO MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL – IPRESBS.

A Diretoria Executiva do Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de São Bento do Sul e o Presidente do Conselho Deliberativo do IPRESBS, no uso das atribuições que lhe são conferidas, respectivamente, pelos §§ 7º e 8º do Artigo 116 da Lei Municipal 1718, de 24 de novembro de 2006.

RESOLVEM

CAPÍTULO I

DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Art. 1º - Esta Resolução estabelece as normas para as eleições dos membros dos Conselhos Deliberativo e Fiscal, representantes dos segurados, no Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de São Bento do Sul – IPRESBS.

CAPÍTULO II

DAS ELEIÇÕES

Art. 2º - Os membros dos Conselhos Deliberativo e Fiscal, representantes dos segurados no IPRESBS, serão eleitos em processo eleitoral de conformidade com as determinações deste Regimento.

§ 1º - Serão considerados eleitos para o Conselho Deliberativo e para o Conselho Fiscal os candidatos que obtiverem maior número

de votos válidos, pela ordem decrescente da votação obtida pelos candidatos na proclamação dos resultados da eleição.

§ 2º - Serão considerados suplentes, os candidatos imediatamente mais votados, após a composição dos membros eleitos de cada Conselho.

Art. 3º - As eleições de que trata o artigo anterior, serão realizadas a cada três anos.

Art. 4º - A eleição será coordenada por uma Comissão Eleitoral nos termos do Capítulo VI deste Regimento Eleitoral.

Art. 5º - Será garantida por todos os meios democráticos a lisura dos pleitos eleitorais, assegurando-se condições de igualdade aos candidatos concorrentes, especialmente no que se refere à paridade de indicação de mesários, tanto na coleta quanto na apuração de votos.

CAPÍTULO III DOS ELEITORES

Art. 6º - É eleitor todo o servidor público municipal segurado do IPRESBS.

CAPÍTULO IV DAS CANDIDATURAS E INELEGIBILIDADES

Art. 7º - Poderá se candidatar todo o servidor público municipal estável ou inativo, respeitadas as condições da lei vigente.

Parágrafo Único - para inscrever-se a uma vaga no Conselho Fiscal é necessário, ao candidato, possuir no mínimo, a formação completa no ensino médio e conhecimento técnico em administração, contabilidade, economia e/ou finanças.

CAPÍTULO V DA CONVOCAÇÃO DE ELEIÇÕES

Art. 8º - As eleições serão convocadas por Edital, com antecedência mínima de 45 (quarenta e cinco dias) dias.

§ 1º - O Edital de convocação das eleições deverá conter obrigatoriamente:

I - Datas, horários e locais de votação;

II - Prazo para registros das candidaturas, horários e local de inscrições.

§ 2º - O Edital a que se refere este artigo deverá ser obrigatoriamente publicado no Diário Oficial dos Municípios – DOM/SC e no SITE oficial do Município e do IPRESBS.

§ 3º - Cópias de Edital a que se refere este artigo deverão ser afixadas na sede da Prefeitura e em outros locais de trabalho dos servidores.

CAPÍTULO VI DA COMPOSIÇÃO E FORMAÇÃO DA COMISSÃO ELEITORAL

Art. 9º - O processo eleitoral será coordenado e conduzido por uma Comissão Eleitoral composta paritariamente por 3 (três) servidores indicados pela Administração Pública Municipal e por 3 (três) servidores indicados pelo sindicato da Categoria.

§ 1º - Os trabalhos poderão ser acompanhados por quaisquer dos candidatos às funções.

§ 2º - A designação dos membros da Comissão Eleitoral será através da Portaria expedida pelo Prefeito Municipal.

Art. 10 - O presidente da Comissão Eleitoral será eleito dentre seus próprios integrantes.

Parágrafo único - Caso haja empate, será realizado sorteio na presença de todos os membros da Comissão Eleitoral.

Art. 11 - O Presidente da Comissão Eleitoral, somente exercerá o voto nas deliberações em que houver empate pelos demais membros.

CAPÍTULO VII

DOS PROCEDIMENTOS PARA REGISTRO DAS CANDIDATURAS

Art. 12 - O prazo para registro das candidaturas para as funções de Conselheiro Deliberativo e Conselho Fiscal será de 15 (quinze) dias contados da data da publicação do Edital de Convocação das eleições.

§1º - O registro das candidaturas far-se-á através de requerimento, modelo próprio, dirigido à Comissão Eleitoral.

§2º - O requerimento do registro da candidatura, assinado pelo próprio candidato, deverá ser efetuado e protocolado no Setor de Protocolos da Prefeitura Municipal, no horário normal de funcionamento, endereçado à Comissão Eleitoral, em duas vias e instruído com os documentos que se fizerem necessários por determinação do Edital.

Art. 13 - No encerramento do prazo para registro das candidaturas, a Comissão Eleitoral providenciará a imediata lavratura de ata correspondente, consignado em ordem alfabética as inscrições das candidaturas e as respectivas funções.

Art. 14 - No prazo de dois dias úteis a contar do encerramento do prazo de registro, a Comissão Eleitoral, publicará a relação nominal das candidaturas registradas, no Mural da sede da Prefeitura Municipal, e declarará aberto o prazo de dois dias úteis para impugnação.

Art. 15 - Ocorrendo renúncia formal de candidato após o registro da candidatura, a Comissão Eleitoral afixará cópia desse pedido em local visível, para conhecimento dos segurados do IPRESBS.

Art. 16 - As relações dos servidores em condições de votar, por locais de trabalho, serão elaboradas pelos Departamentos de Recursos Humanos da administração Direta e Indireta e Câmara Municipal em até 10 (dez) dias úteis anteriores à data da eleição.

CAPÍTULO VIII DA IMPUGNAÇÃO DE CANDIDATURA

Art. 17 - O prazo de impugnação de candidaturas é de dois dias úteis contados da publicação da relação nominal dos candidatos registrados.

§ 1º - A impugnação somente deverá versar sobre as causas de inelegibilidades previstas na legislação vigente e neste regulamento e será proposta na seguinte forma:

I - através de requerimento fundamentado, dirigido à Comissão Eleitoral, mediante protocolo, na forma do § 2º do art.12 deste regimento;

II - ex ofício pela própria Comissão Eleitoral.

§ 2º - Cientificado formalmente da impugnação, o candidato impugnado terá o prazo de dois dias úteis, contados da ciência para apresentar defesa.

§ 3º - Decorrido o prazo estabelecido no parágrafo anterior, para o candidato impugnado apresentar defesa, sendo ou não apresentada, a Comissão Eleitoral reunir-se-á e julgará a impugnação por maioria simples de votos.

§ 4º - Julgada improcedente a impugnação, o candidato impugnado concorrerá às eleições, se procedente não concorrerá.

§ 5º - Após o encerramento do prazo de impugnação a Comissão Eleitoral deverá levar o respectivo Termo de Encerramento em que serão consignadas as impugnações, destacando-se nominalmente os impugnantes e os candidatos impugnados, publicando-se a relação nominal das candidaturas homologadas e impugnadas, no mural da sede da Prefeitura Municipal.

CAPÍTULO IX DO VOTO

Art. 18 - O sigilo do voto será assegurado mediante as seguintes providências:

I - Uso de cédula única, contendo espaço para todos os candidatos ao Conselho Deliberativo e ao Conselho Fiscal dispostos em ordem alfabética;

II - isolamento do leitor em cabine indevassável para o ato de

votar, com listagem dos candidatos afixada nas cabines;

III - verificação de autenticidade da cédula única à vista dos membros da mesa coletora;

IV - emprego de urna que assegura a inviolabilidade do voto.

Art. 19 - A cédula única deverá ser confeccionada em papel branco ou reciclável.

§ 1º - A cédula única será confeccionada de maneira que, dobrada, resguarde o sigilo do voto.

§ 2º - A disposição sequencial dos nomes dos candidatos na listagem afixada nas cabines obedecerá à ordem alfabética.

CAPÍTULO X

DA COMPOSIÇÃO DAS MESAS COLETORAS

Art. 20 - As mesas coletoras de votos funcionarão sob a responsabilidade de um presidente, um secretário e dois mesários indicados paritariamente pelo Sindicato e pela Administração.

Art. 21 - Serão instaladas mesas coletoras fixas e mesa coletoras itinerantes que percorrerão itinerários preestabelecidos pela Comissão Eleitoral.

Art. 22 - Não poderão ser nomeados membros das mesas coletoras os candidatos, seus cônjuges e parentes ainda que por afinidade.

Art. 23 - O secretário substituirá o presidente da mesa coletora nas suas ausências momentâneas, de modo que haja sempre quem responda pela ordem de regularidade do processo eleitoral.

§ 1º - Todos os membros das mesas coletoras deverão estar presentes no ato de encerramento da votação, salvo motivo de força maior registro em ata.

§ 2º - Não comparecendo o Presidente da mesa coletora até 15 (quinze) minutos antes da hora determinada para o início da votação, assumirá a Presidência o secretário e, na falta ou impedimento, o primeiro mesário.

Art. 24 - Não sendo possível completar a composição da mesa coletora, a Comissão Eleitoral indicará substitutos.

CAPÍTULO XI

DA COLETA DE VOTOS

Art. 25 - A coleta de votos far-se-á em no máximo em dois dias.

Art. 26 - Somente poderão permanecer no recinto da coleta de votos os membros da mesa coletora, e, durante o tempo necessário à eleição, o eleitor.

Art. 27 - Os trabalhos eleitorais da mesa coletora terão a duração de acordo com o Edital de Convocação.

Art. 28 - Nenhuma pessoa estranha ao processo eleitoral poderá intervir nos trabalhos.

Art. 29 - Quando a votação se fizer em mais de um dia, ao término dos trabalhos de cada dia, o Presidente da mesa coletora, juntamente com os mesários procederá ao fechamento da urna com a oposição de material adesivo que, na sequência, será rubricado pelos membros da mesa, fazendo lavrar a ata que será pelos mesmos assinada, com menção expressa do número de votos depositados.

Art. 30 - Ao término dos trabalhos de cada dia, as urnas permanecerão sob vigilância das pessoas indicadas pela Comissão Eleitoral. Parágrafo único - A abertura da urna no dia da continuação somente poderá ser feita na presença do Presidente da mesa coletora, do secretário e dos mesários, após verificação que a mesa permaneceu inviolada.

Art. 31 - Iniciada a votação, cada eleitor, pela ordem de apresentação à mesa, depois da identificação, assinará folha de votantes, receberá uma cédula única rubricada pelo Presidente e mesários, e na cabine indevassável, após consignar a sua preferência, a dobrará, depositando-a na urna colocada na mesa coletora.

§ 1º - Antes de depositar a cédula na urna, o eleitor deverá exibir a parte rubricada à mesa coletora, para que seus membros verifiquem, sem tocar, se é a mesma que lhe foi entregue.

§ 2º - O eleitor analfabeto marcará sua impressão digital na folha

de votantes, assinando a seu rogo um dos mesários.

Art. 32 - Os eleitores cujos nomes não constarem da lista de votantes, das mesas coletoras fixas, identificando-se e assinando lista própria, votarão em separado.

Parágrafo único - O voto em separado será tomado da seguinte forma:

I - os membros da mesa coletora entregarão ao eleitor sobrecarta apropriada, para que ele, na presença da mesa, nela coloque a cédula que assinalou e a deposite na urna.

II - o Presidente da mesa coletora anotará no verso da sobrecarta as razões da medida, para posterior decisão da mesa apuradora.

Art. 33 - São válidos para identificação do eleitor qualquer dos documentos abaixo:

I - Crachá de identificação profissional (com fotografia);

II - Carteira de identidade;

III - Carteira Nacional de Habilitação.

Art. 34 - Na hora determinada do Edital para o encerramento da votação, havendo no recinto eleitores a votar, os mesmos serão convidados, em voz alta, a fazer entrega aos mesários da mesa coletora, do documento de identificação, prosseguindo os trabalhos até que vote o último eleitor.

§ 1º - Encerrados os trabalhos de votação, a urna será lacrada, com aposição de material adesivo que, na sequência será rubricado pelos membros da mesa. As urnas itinerantes devem ser fechadas sempre que forem transportadas.

§ 2º - Em seguida, o Presidente da mesa fará lavrar a ata, que será também assinada pelos demais membros das mesas, registrando a data e horário de início e encerramento dos trabalhos, total de votantes e dos segurados em condição de votar, o número de votos em separado, se houver, bem como, resumidamente, os protestos apresentados. O Presidente da mesa coletora fará entrega ao presidente da mesa apurada, mediante recibo, de todo o material utilizado durante o processo de votação.

CAPÍTULO XII

DA MESA APURADORA DE VOTOS

Art. 35 - A sessão eleitoral de apuração será instalada em local apropriado, imediatamente após o encerramento da votação ou na primeira hora útil no dia imediatamente seguinte, a critério da Comissão Eleitoral, e sob a coordenação da Comissão Eleitoral, a qual receberá as atas de instalação e encerramento das mesas coletoras de votos, as listas de votantes e as urnas devidamente lacradas e rubricadas.

§ 1º - As mesas apuradoras de votos serão compostas de escrutinadores indicados paritariamente pelas representações do Sindicato e da Administração.

§ 2º - Fica assegurado o acompanhamento dos trabalhos por fiscais também indicados paritariamente, sendo dois para cada mesa.

§ 3º - A Comissão Eleitoral verificará pela lista de votantes se o quorum legal foi atingido, procedendo, em caso afirmativo, a abertura das urnas, uma de cada vez, para contagem das cédulas de votação. Ao mesmo tempo, procederá a leitura de cada uma das atas das mesas coletoras correspondentes e decidirá, uma a uma pela apuração dos votos tomados em separado, à vista das razões que os determinaram, conforme se consignou nas sobrecartas.

Art. 36 - Na contagem das cédulas de cada urna, será verificado se o seu número coincide com o da lista de votantes.

§ 1º - Constatando-se que o número de cédulas seja igual, inferior ou superior em até 5% ao número de votantes que assinaram a respectiva lista, far-se-á apuração.

§ 2º - Constatando-se que o número de cédulas seja superior ou inferior a 5% do total de votantes constantes da respectiva lista de votantes, a urna será anulada.

Art. 37 - Finda a apuração, a Comissão Eleitoral proclamará eleitos os candidatos que obtiverem o maior número de votos para as respectivas funções, e fará lavrar ata dos trabalhos eleitorais.

§ 1º - A ata mencionará obrigatoriamente:

I - o dia e a hora de abertura e de encerramento dos trabalhos;

II – local ou locais de funcionamento das mesas coletoras, como nomes dos respectivos componentes;
III – resultado de cada urna apurada, especificando-se o número de votantes, sobrecartas, cédulas apuradas, votos atribuídos a cada candidato, votos em branco e votos nulos;
IV – número total de eleitores que votaram;
V – resultado geral da apuração;
VI – proclamação dos eleitos.

§ 2º - A ata geral de apuração será assinada pelos membros da Comissão Eleitoral e das mesas apuradoras.

Art. 38 – Em caso de empate será proclamado eleito o servidor com mais tempo de serviço público prestado ao Município de São Bento do Sul.

Art. 39 – A fim de assegurar eventual recontagem dos votos, as cédulas apuradas permanecerão sob guarda da Comissão Eleitoral até a proclamação final dos resultados das eleições.

Art. 40 – A Comissão Eleitoral deverá comunicar por escrito, à Prefeitura Municipal de São Bento do Sul, no prazo de até dois dias úteis, o resultado das eleições.

Art. 41 – Serão proclamados eleitos os candidatos que, obtido o quorum legal, forem os mais votados para as respectivas funções.
Parágrafo único – Em caso de vacância, os candidatos não eleitos e não nomeados como respectivos suplentes dos titulares, permanecerão no cadastro de reserva e poderão ser convocados, pela ordem decrescente de votos, para suplência ou titularidade.

CAPÍTULO XIII DO QUORUM

Art. 42 – A eleição somente será válida se dela participarem, no mínimo, 1/3 (um terço) dos servidores com direito a voto.

§ 1º - Não sendo obtido o quorum no segundo dia de votação, o Presidente da Comissão Eleitoral a prorrogará, de conformidade com o Edital de Convocação, pelo prazo necessário à sua obtenção.

CAPÍTULO XIV DA ANULAÇÃO E NULIDADE DO PROCESSO ELEITORAL

Art. 43 – Será anulada a eleição quando, mediante recurso formalizado nos termos deste regimento, ficar comprovado:

I – que foi realizada em dia, hora e local diverso dos informados do Edital de Convocação ou encerrada a coleta de votos antes da hora determinada;

II – que foram preteridas quaisquer formalidades essenciais estabelecidas neste regimento;

III – que não foram cumpridos quaisquer dos prazos essenciais estabelecidos neste regimento;

IV – ocorrência de vício ou fraude que comprometa sua legitimidade.

Art. 44 – Não poderá a nulidade ser invocada por quem tenha lido a causa.

Art. 45 – Anuladas as eleições, outras serão convocadas no prazo máximo de 30 (trinta) dias a contar da publicação do despacho anulatório.

CAPÍTULO XV DO MATERIAL ELEITORAL

Art. 46 – Cabe à Comissão Eleitoral zelar para que se mantenha organizado o processo eleitoral, constituindo os documentos sempre em duas vias, sendo a primeira original.

Parágrafo único - São peças essenciais do processo eleitoral:

I – Edital de Convocação e página do jornal em que foi publicado;

II – cópia dos requisitos dos registros de candidaturas e as respectivas fichas de qualificação individual dos candidatos;

III - relação nominal dos candidatos registrados;

IV - cópias dos expedientes relativos à composição das mesas eleitorais;

V – relação dos segurados em condição de votar, por local de

trabalho;

VI – atas de seções eleitorais de votação e de apuração dos votos;

VII – exemplar da cédula única de votação;

VIII – cópias das impugnações e dos recursos e respectivas contra-razões;

IX – comunicação oficial das decisões da Comissão Eleitoral.

CAPÍTULO XVI DOS RECURSOS

Art. 47 – O prazo para interposição do recurso é de 02 (dois) dias úteis, contado da declaração oficial do resultado do pleito.

§ 1º - Os recursos somente poderão ser interpostos pelos candidatos do pleito.

§ 2º - O requerimento do registro da candidatura, assinado pelo próprio candidato, em duas vias e instruído com os documentos que se fizeram necessários por determinação do Edital.

§ 3º - O recurso e os documentos de prova deverão ser protocolados no Setor de protocolos da Prefeitura Municipal, no horário normal de funcionamento, endereçado à Comissão Eleitoral, entregues em três vias.

§ 4º - A Comissão Eleitoral entregará uma via do recurso e dos documentos entregues, também contra recibo, em 01 (um) dia útil, ao recorrido, que terá o prazo de 02 (dois) dias úteis para oferecer contra-razões.

§ 5º - Findo o prazo estipulado e recebidas ou não as contra-razões do recorrido, a Comissão Eleitoral decidirá e 02 (dois) dias úteis.

Art. 48 – O recurso não suspenderá a posse dos eleitos.

Parágrafo único – Se o recurso versar sobre inexigibilidade de candidato eleito, o provimento não implicará suspensão da posse dos demais.

CAPÍTULO XVII DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 49 - A eleição dos membros dos Conselhos Deliberativo e Fiscal, representantes dos segurados, será realizada no último trimestre de ano que antecede o início do mandato trienal.

Parágrafo único - O mandato inicia-se dia 01 de janeiro do primeiro ano e finda-se dia 31 de dezembro do terceiro ano.

Art. 50 - A posse dos eleitores ocorrerá no mês de janeiro do ano subsequente à eleição, mediante termo lavrado em ata, subscrito pelo empossado e pelos presidentes dos conselhos Deliberativo e Fiscal, sendo indelegável a função investida.

Parágrafo único - Presidirá a reunião de posse de cada conselho, o respectivo conselheiro com mais tempo de serviço público prestado ao Município de São Bento do Sul.

Art. 51 - Os casos omissos neste Regimento serão decididos pela Comissão Eleitoral.

Art. 52 - O presente Regimento entrará em vigor na data de sua publicação.

São Bento do Sul, 24 de setembro de 2015.

Luciane Mary K. Scatolon
Diretora Presidente, interino

Roberta Linzmeier
Diretora de Benefícios

Lucilene Z. S. H Barbosa
Diretora Financeira

São Domingos

PREFEITURA

ADITIVO DE CONVÊNIO PREFE 021B- 26.06.2015 MINISTÉRIO DA PESCA E AQUICULTURA - PRAZO

DADOS E TEXTO DE TERMO ADITIVO - CONVÊNIO:

Mês/Ano: Junho/2015

Número do Aditivo de Convênio: PREFE 021B/2015 de 26 de Junho de 2015 (6º Termo Aditivo - Processo nº 00350.004787/2009-55 - Convênio nº 128/2009)

Descrição: O presente Termo Aditivo tem por objeto a prorrogação do prazo de vigência contidos na Cláusula Segunda do Quinto Termo Aditivo ao Convênio em tela, publicado no D.O.U. de 06 de março de 2015, Seção 03, página 142.

Responsável Jurídico: Luiz Henrique Maseto Zanovello OAB/SC n. 33076

Conveniente/Contratado: MUNICÍPIO DE SÃO DOMINGOS (SC)

CNPJ: 83.009.894/0001-08

Concedente/Contratante: Ministério da Pesca e Aquicultura

CNPJ: 05.482.692/0001-75

Data de Vencimento: 22/12/2015

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS ADMINISTRAÇÃO

EXTRATO DE REGISTRO DE PREÇOS

Espécie: Ata de Registro de Preços referente ao Processo Licitatório PREFE n. 093/2015, Modalidade Pregão Presencial n. 031/2015. Objeto AQUISIÇÕES DE MATERIAS DE EXPEDIENTE PARA A SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E FAZENDA DO MUNICIPIO DE SÃO DOMINGOS, SC. Fornecedor Registrado: MERCADO KÁ & KÁ LTDA ME., CNPJ n. 04.683.313/0001-42

QTD ITENS	DESCRIÇÃO	VALOR TOTAL (R\$)
41	AQUISIÇÕES DE MATERIAS DE EXPEDIENTE PARA A SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E FAZENDA DO MUNICIPIO DE SÃO DOMINGOS, SC	R\$ 17.234,05

A relação completa dos itens e respectivos valores encontra-se disponível junto ao Setor de Licitações da Prefeitura Municipal.

Vigência da Ata: 01/10/2015 a 01/10/2016

ALCIMAR DE OLIVEIRA – Prefeito Municipal.

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS FMS N. 006 PRÓTESES DENTÁRIAS

EXTRATO DE REGISTRO DE PREÇOS

Espécie: Ata de Registro de Preços referente ao Processo Licitatório FMS n. 027/2015, Modalidade Pregão Presencial n. 008/2015. Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA CONFECÇÃO DE PRÓTESES ODONTOLÓGICAS, destinadas aos pacientes da Secretaria Municipal de Saúde. Fornecedor Registrado: LABORATÓRIO DE PRÓTESES VITAL DENTE LTDA, CNPJ n. 07.315.715/0001-82

QTD LOTE	DESCRIÇÃO	VALOR TOTAL (R\$)
LOTE ÚNICO	CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA CONFECÇÃO DE PRÓTESES ODONTOLÓGICAS, destinadas aos pacientes da Secretaria Municipal de Saúde	R\$302.000,00

A relação completa dos itens e respectivos valores encontra-se disponível junto ao Setor de Licitações da Prefeitura Municipal.

Vigência da Ata: 01/10/2015 a 01/10/2016

ALCIMAR DE OLIVEIRA – Prefeito Municipal.

DEC 2070 DE 25 09 2015 REMANEJAMENTO

DECRETO Nº 2070, DE 25 DE SETEMBRO DE 2015.

ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO DE 2015 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de São Domingos, Estado de Santa Catarina, no uso de atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal; pela Lei Federal nº 4.320, de 17/03/64; pela Lei Complementar Federal nº 101, de 04/05/00; pela Lei Orçamentária Anual nº 1.750, de 10/12/14;

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto crédito adicional suplementar no valor de R\$ 12.000,00 (doze mil reais), no Orçamento de 2015 da unidade Prefeitura Municipal, na seguinte programação de despesa:

08.00 ENCARGOS GERAIS DO MUNICÍPIO				
28.846.0000.0.001 – Dívida Fundada Interna				
Classificação	Descrição	Cod	Fonte	Valor R\$
32900000	Aplicações Diretas	100	0.1.0000	12.000,00

Art. 2º Como Fonte de Recurso para abertura do crédito adicional de que trata o art. 1º, fica autorizada a utilização do seguinte recurso pela anulação parcial da dotação:

08.00 ENCARGOS GERAIS DO MUNICÍPIO				
28.846.0000.0.001 – Dívida Fundada Interna				
Classificação	Descrição	Cod	Fonte	Valor R\$
46900000	Aplicações Diretas	101	0.1.0000	12.000,00

Art. 3º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

De Florianópolis (SC) para São Domingos (SC), 25 de setembro de 2015.

Alcimar de Oliveira

Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra.

Ana Claudia Barizon Fontana da Luz
Secretária de Administração e Fazenda

DECRETO 2071 DE 29 09 15 SUPLEMENTAÇÃO LEI 1770

DECRETO Nº 2071, DE 29 DE SETEMBRO DE 2015.

ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO DE 2015 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de São Domingos, Estado de Santa Catarina, no uso de atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal; pela Lei Federal nº 4.320, de 17/03/64; pela Lei Complementar Federal nº 101, de 04/05/00; pela Lei Orçamentária Anual nº 1.750, de 10/12/14, e Lei Municipal nº 1770, de 18/09/2015;

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto crédito adicional suplementar no valor de R\$ 301.601,33 (trezentos e um mil, seiscentos e um reais e trinta e três centavos), nas entidades Prefeitura e na entidade Fundo Municipal de Saúde na seguinte programação de despesa:

04.00 – SECRETARIA DA EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES				
12.361.1005.2051 – Manutenção do Ensino Fundamental				
Classificação	Descrição	Cod	Fonte	Valor R\$
31900000	Aplicações Diretas	19	0.1.0001	201.601,33
10.00 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE				
10.301.1006.2.027 – Manutenção das Atividades da Saúde Básica Municipal				
Classificação	Descrição	Cod	Fonte	Valor R\$
33900000	Aplicações Diretas	09	0.1.0002	7.000,00
33000000	Aplicações Diretas	11	0.1.0002	93.000,00

Art. 2º Como Fonte de Recurso para abertura do crédito adicional de que trata o art. 1º, fica autorizada a utilização dos seguintes recursos pela anulação parcial das seguintes dotações:

04.00 – SECRETARIA DA EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES				
27.812.1011.1032 – Construção de Unidades Desportivas no Município				
Classificação	Descrição	Cod	Fonte	Valor R\$
44900000	Aplicações Diretas	50	0.1.0000	10.000,00
06.00 – SECRETARIA DA INDÚSTRIA COMÉRCIO E TURISMO				
22.661.1014.1001 – Aquisição de Novos Terrenos para o Desenvolvimento Industrial				
Classificação	Descrição	Cod	Fonte	Valor R\$
44900000	Aplicações Diretas	57	0.1.0000	10.000,00
07.00 – Secretaria de Transportes, Obras e Serviços Públicos				
15.782.1009.2050 – Construção e Reforma de Pontes e Pontilhões				
Classificação	Descrição	Cod	Fonte	Valor R\$
44900000	Aplicações Diretas	98	0.1.0000	10.000,00
27.812.1009.1010 – Construção, Implantação de Coleta Seletiva de Lixo				
Classificação	Descrição	Cod	Fonte	Valor R\$
44900000	Aplicações Diretas	71	0.1.0000	10.000,00
17.512.1009.1010 – Construção, Implantação de Coleta Seletiva de Lixo				
Classificação	Descrição	Cod	Fonte	Valor R\$
44900000	Aplicações Diretas	69	0.1.0000	10.000,00
10.00 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE				
10.302.1006.1.036 – Aquisição de Terreno para Edificação de Hospital				
Classificação	Descrição	Cod	Fonte	Valor R\$
44900000	Aplicações Diretas	03	0.1.0002	100.000,00
11.00 – FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL				
08.244.1007.1004 – Edificação, Reforma e Equipamentos de Centros Múltiplo Uso				

Classificação	Descrição	Cod	Fonte	Valor R\$
44900000	Aplicações Diretas	107	0.1.0000	22.000,00
08.244.1007.2015 – Manut. das Atividades do Fundo Municipal de Assistência Social				
Classificação	Descrição	Cod	Fonte	Valor R\$
31900000	Aplicações Diretas	111	0.1.0000	65.000,00
12.00 - FUNDO AGROPECUÁRIO MUNICIPAL				
20.606.1010.2014 – Man. das Atividades da Sec. de Agricultura e Meio Ambiente				
Classificação	Descrição	Cod	Fonte	Valor R\$
44900000	Aplicações Diretas	134	0.1.0000	24.601,33
04.122.1010.1018 – Implantação e Melhoria da Telefonia Rural e Internet				
Classificação	Descrição	Cod	Fonte	Valor R\$
44900000	Aplicações Diretas	126	0.1.0000	20.000,00
13.00 - FUNDO MUNICIPAL DE HABITAÇÃO DE INTERESSE SOCIAL				
16.482.1008.2017 – Fundo Municipal de Habitação de Interesse Social				
Classificação	Descrição	Cod	Fonte	Valor R\$
31900000	Aplicações Diretas	136	0.1.0000	20.000,00

Art. 3º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

São Domingos (SC), 29 de setembro de 2015.

Alcimar de Oliveira

Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra.

Ana Claudia Barizon Fontana da Luz

Secretária de Administração e Fazenda

PROCESSO LICITATÓRIO PREFE 007/2015

Reuniram-se, no dia 28 de setembro de 2015, às 14:00 horas, o Pregoeiro e Equipe de Apoio, em atendimento à decisão proferida pelo Excelentíssimo Prefeito Municipal, Sr. Alcimar de Oliveira, na qual fora determinada a notificação das empresas Móveis Belo Indústria e Comércio Ltda. e Rodrigo Maróstica ME., para que comparecessem às 14:00 horas do dia 18/09/2015 junto à Prefeitura Municipal, para negociação dos valores inicialmente contratados por meio dos contratos PREFE n. 008 e 009 de 12/02/2015 (ambos objeto do Processo Licitatório PREFE n. 007/2015). Todavia, tendo em vista que ambas as empresas não restaram presentes na referida data, o Município notificou-as novamente designando a presente data para apresentação de planilha adequada e tentativa de acordo. A negociação se faz necessária uma vez que, não obstante o Processo ter se desenvolvido na forma prescrita em Lei, após a realização de pesquisa de preços, o Município constatou que os valores dos itens adquiridos não condizem com a realidade praticada no mercado, conforme informação prestada pelo Setor de Licitações e Contratos do Município ao Prefeito Municipal, na data de 01/09/2015. Compareceram à sessão o Sr. Sérgio Luiz Ouriques, CPF n. 298.625.669-49 representando a empresa MÓVEIS BELO INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA, CNPJ n. 75.243.220/0001-45 e a Sra. Rosilene Zenaro, CPF n. 008.440.569-44 representando a empresa RODRIGO MARÓSTICA ME, CNPJ n. 20.292.040/0001-61. Ato contínuo, e de acordo com os Princípios que regem a Administração Pública, em especial os Princípios da Supremacia do Interesse Público, da Disponibilidade do Interesse Público Primário, da Moralidade e da Eficiência e o contido no item 8.15 do Edital do Processo Licitatório PREFE n. 007/2015, o qual dispõe que o pregoeiro pode negociar diretamente com o proponente para que seja obtido preço melhor, o Pregoeiro deu início às negociações. Inicialmente, cumpre ressaltar que ambos os representantes das empresas contratadas reconheceram que a maioria dos valores dos itens constantes nos contratos 008 e 009 de 12/02/2015, estão acima dos praticados no atual mercado. Assim, a empresa Móveis Belo Indústria e Comércio Ltda. formulou planilha com valor atualizado no montante de R\$ 275.926,56 (duzentos e setenta e cinco mil, novecentos e vinte e seis reais e cinquenta e seis centavos) e a contratada Rodrigo Maróstica ME., apresentaram, nesta oportunidade, nova planilha no valor de R\$ 119.285,53 (cento e dezenove mil, duzentos e oitenta e cinco reais e cinquenta e três centavos). A redução dos valores foi distribuída nos itens constantes nas planilhas elaboradas pelas contratadas. O Pregoeiro Indagou acerca da possibilidade de redução dos referidos valores e ambas as empresas afirmaram ser inviável, uma vez que os valores já foram reduzidos e encontram-se com margem de lucro inferior às praticadas pelas empresas. Encerrada a fase de negociação, o Pregoeiro, após consulta ao Setor Jurídico, e tendo em vista que eventual revogação do processo licitatório poderia trazer sérios prejuízos ao Município, uma vez que trata-se de recurso advindo da União, por meio do Termo de Compromisso n. 1013892-13/2013/MTUR/CAIXA e que os móveis já foram entregues/instalados junto ao Centro de Eventos Municipal, indagou às contratadas acerca da concordância ou não da elaboração de Aditamento Contratual, para repactuação/supressão dos valores inicialmente contratados (artigo 65, II, alínea "d" e artigo 65, § 2º, II da Lei n. 8.666/93), ao que, sem qualquer objeção, ambas concordaram. As contratadas restaram cientificadas de que deverão proceder a substituição/correção de TODOS os itens que estão em desacordo com o solicitado pelo Município. Ainda, ressalta-se que os valores acordados representam uma redução de aproximadamente 25% com relação a empresa Móveis Belo Indústria e Comércio Ltda. e aproximadamente 8% com relação a empresa Rodrigo Maróstica ME., restando adequados ao atual mercado. Desta feita, os Contratos PREFE n. 008 e 009 de 12/02/2015, serão repactuados, respectivamente, para os valores de R\$ 275.926,56 (duzentos e setenta e cinco mil, novecentos e vinte e seis reais e cinquenta e seis centavos) e R\$ 119.285,53 (cento e dezenove mil, duzentos e oitenta e cinco reais e cinquenta e três centavos), valores esses que ficarão condicionados à aprovação pela Caixa Econômica Federal, haja vista que trata-se de Convênio com o Governo Federal, por meio da Caixa Econômica Federal. Por fim, tendo em vista o aqui acordado, as contratadas ficam cientes de que deverão emitir novas notas fiscais com os valores adequados, sem qualquer custo ao Município de São Domingos, bem como proceder o cancelamento de todas as notas fiscais já emitidas. O presente acordo será remetido ao Setor Jurídico para elaboração de parecer e, posteriormente, à autoridade competente para deliberação. A Presente ata será publicada no Diário Oficial dos Municípios (DOM). Nada mais.

São João do Oeste

PREFEITURA

DECRETO 083 - NOMEIA O CONSELHO ESCOLAR BEATO ROQUE

DECRETO Nº 083/15, DE 30/09/2015.

O Prefeito Municipal de São João do Oeste, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas em Lei e, em conformidade com o Artigo 4º da Lei nº 1.653/15,

DECRETA:

Art. 1º - Ficam através do presente Decreto, nomeados os membros titulares e suplentes do Conselho Escolar da Escola Municipal Ministro Luiz Gallotti e Pré-Escolar Chapeuzinho Amarelo, com as seguintes representações:

DIRETOR DA ESCOLA:

· Dirce Teresinha Furtado

REPRESENTANTES DOS TRABALHADORES EM EDUCAÇÃO DOCENTES:

- TITULAR: Carmen Neiss Wirth
- SUPLENTE: Carline Inês Mueller

REPRESENTANTES DOS TRABALHADORES EM EDUCAÇÃO NÃO DOCENTES:

- TITULAR: Rosane Jaehn
- SUPLENTE: Felipe Babick

REPRESENTANTES DOS PAIS OU RESPONSÁVEIS LEGAIS:

- TITULAR: Miguel Deters
- TITULAR: Anelise Brixner Kunst
- SUPLENTE: Ivete Schmitz Deters
- SUPLENTE: Francis Blume Theobald

Art. 2º - Esta nomeação não acarretará ônus para os Cofres Públicos Municipais por ser considerado Serviço Público Relevante.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

São João do Oeste, SC, 30 de setembro de 2015.

ERNANI MIGUEL HOFF
Prefeito Municipal
em exercício

LEI 1654 - ALTERA TABELA VENCIMENTOS ANEXO I DA LEI 1140-08 - MÉDICOS - M

LEI Nº 1.654/15, DE 29/09/2015.

ALTERA A TABELA DE VENCIMENTOS DE CARGO DO ANEXO I DA LEI Nº 1.140/2008 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de São João do Oeste, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, e tendo em vista a realização de novo concurso público para preenchimento de vagas para o cargo de médico clínico geral junto aos ESF do município, faz saber que a Câmara de Vereadores votou e aprovou e que ele sanciona e promulga a presente Lei:

Art. 1º Fica alterada a tabela de vencimentos do Anexo I da Lei nº 1.140/2008, Grupo I – atividades de nível superior – ANS, do seguinte cargo:

Denominação do Cargo	De R\$	Para R\$
Médico Clínico Geral	9.837,19	11.249,43

Art. 2º Fica igualmente o Executivo Municipal autorizado a consolidar a presente Lei à Lei Municipal nº 1.140/2008.

Art. 3º As despesas decorrentes da presente lei correrão à conta do orçamento geral do Município.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação produzindo efeitos a partir de 1º de janeiro de 2016.

São João do Oeste – SC, 29 de setembro de 2015.

ERNANI MIGUEL HOFF
Prefeito Municipal
em exercício

PP 68/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE SÃO JOÃO DO OESTE

AVISO DE LICITAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 129/2015

PREGÃO PRESENCIAL Nº 068/2015

EXCLUSIVO PARA EMPRESAS MPES(MEI, ME E EPP)

O Município de São João do Oeste torna público e para o conhecimento dos interessados, que realizará licitação na modalidade de PREGÃO PRESENCIAL, conforme descrito a seguir:

OBJETO: Contratação de empresa para fornecer almoço para a Confraternização dos servidores municipais de São João do Oeste. Tipo: menor preço por item.

Entrega dos envelopes até as 08:30 horas do dia 15 de Outubro de 2015 e abertura no mesmo dia e horário, no setor de compras e licitações da Prefeitura Municipal. Maiores informações e cópia do edital junto ao setor de licitações e compras da Prefeitura Municipal sito à Rua Encantado, 66, centro – São João do Oeste, pelo fone (49) 3636.1122 no horário de expediente ou pelo e-mail compras@saojoao.sc.gov.br. São João do Oeste, SC, 01 de outubro de 2015. ERNANI MIGUEL HOFF – PREFEITO MUNICIPAL EM EXERCÍCIO.

São José

PREFEITURA

AVISO DE REVOGAÇÃO DA DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 239/2015

AVISO DE REVOGAÇÃO

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 17.016/2015

PROCESSO DE COMPRAS Nº 381/2015

DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 239/2015

REQUERENTE: SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

OBJETO: DISPENSA DE LICITAÇÃO PARA CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA REALIZAÇÃO DE CONCURSO PÚBLICO PARA O PROVIMENTO DOS SEGUINTE PROFISSIONAIS: AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE, CIRURGIÃO DENTISTA, EDUCADOR FÍSICO, FARMACÊUTICO, FISIOTERAPEUTA, MÉDICOS ESPECIALISTAS, MÉDICO DA ESTRATÉGIA DE SAÚDE DA FAMÍLIA E TÉCNICO EM RADIOLOGIA EM IMAGEM PARA O INGRESSO NO QUADRO DE FUNCIONÁRIOS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ - SC.

O Município de São José informa a todos os interessados que está revogando o processo administrativo nº 17.016/15, Compras nº 381/2015, Dispensa de Licitação nº 239/2015, por razões de interesse público.

São José (SC), 21 de setembro de 2015.

SINARA REGINA LANDT SIMIONI

Secretária de Administração

DECRETO Nº 5041/2015

DECRETO Nº 5041/2015

NOMEIA CARGO DE PROVIMENTO EM COMISSÃO.

A PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art.62, inciso IV da Lei Orgânica Municipal,

DECRETA:

Art.1º - Fica nomeado PEDRO PAULO DE AGUIAR para exercer o cargo de Assessor II – Administrativo – CCM 2, com lotação na Secretaria de Educação, nos termos da Lei Complementar nº 014, de 06 de Dezembro de 2004.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal em São José (SC), 22 de setembro de 2015.

ADELIANA DAL PONT

Prefeita Municipal

DECRETO Nº 5042/2015

DECRETO Nº 5042/2015

EXONERA SERVIDOR EM CARGO DE PROVIMENTO EFETIVO.

A PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 62, inciso IV e VIII, da Lei Orgânica Municipal,

DECRETA:

Art. 1º - Fica exonerada, a pedido, a servidora KARINI MEDEIROS REITZ, matrícula: 35524-0, ocupante do cargo de Assistente Social, com lotação na Secretaria de Saúde.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 10 de setembro de 2015.

Paço Municipal em São José (SC), 23 de setembro de 2015.

ADELIANA DAL PONT

Prefeita Municipal

DECRETO Nº 5043/2015

DECRETO Nº 5043/2015

EXONERA SERVIDOR EM CARGO DE PROVIMENTO EFETIVO.

A PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 62, inciso IV e VIII, da Lei Orgânica Municipal,

DECRETA:

Art. 1º - Fica exonerada, a pedido, a servidora TIFFANY FLORIANO DE ANDRADE, matrícula: 36583-1, ocupante do cargo de FARMACÊUTICA, com lotação na Secretaria de Saúde.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 14 de setembro de 2015.

Paço Municipal em São José (SC), 23 de setembro de 2015.

ADELIANA DAL PONT

Prefeita Municipal

DECRETO Nº 5044/2015

DECRETO Nº 5044/2015

EXONERA SERVIDOR EM CARGO DE PROVIMENTO EFETIVO.

A PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 62, inciso IV e VIII, da Lei Orgânica Municipal,

DECRETA:

Art. 1º - Fica exonerada, a pedido, a servidora ELISA KELLER, matrícula: 36583-1, ocupante do cargo de PSICÓLOGA, com lotação na Secretaria de Saúde.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 08 de setembro de 2015.

Paço Municipal em São José (SC), 23 de setembro de 2015.

ADELIANA DAL PONT

Prefeita Municipal

DECRETO Nº 5045/2015

DECRETO Nº 5045/2015

EXONERA SERVIDOR EM CARGO DE PROVIMENTO EFETIVO.

A PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 62, inciso IV e VIII, da Lei Orgânica Municipal,

DECRETA:

Art. 1º - Fica exonerada, a pedido, a servidora MARIANA GUEDES DA FONSECA NEVES ALEXANDRE, matrícula: 28162-0, ocupante do cargo de MÉDICO DA FAMÍLIA, com lotação na Secretaria de

Saúde.

Art. 2º – Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 01 de setembro de 2015.

Paço Municipal em São José (SC), 23 de setembro de 2015.
ADELIANA DAL PONT
Prefeita Municipal

DECRETO Nº 5046/2015

DECRETO Nº 5046/2015
EXONERA SERVIDOR EM CARGO DE PROVIMENTO EFETIVO.

A PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 62, inciso IV e VIII, da Lei Orgânica Municipal,

DECRETA:

Art. 1º - Fica exonerado, a pedido, o servidor MURILO DOS SANTOS, matrícula: 40742-9, ocupante do cargo de MOTORISTA, com lotação na Secretaria de Saúde.

Art. 2º – Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 27 de agosto de 2015.

Paço Municipal em São José (SC), 23 de setembro de 2015.
ADELIANA DAL PONT
Prefeita Municipal

DECRETO Nº 5051/2015

DECRETO Nº 5051/2015
EXONERA SERVIDOR EM CARGO DE PROVIMENTO EFETIVO.

A PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 62, inciso IV e VIII, da Lei Orgânica Municipal,

DECRETA:

Art. 1º - Fica exonerado, a pedido, o servidor RAFAEL FLORES ZAVAREZE, matrícula: 30653-3, ocupante do cargo de MÉDICO, com lotação na Secretaria de Saúde.

Art. 2º – Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 31 de agosto de 2015.

Paço Municipal em São José (SC), 23 de setembro de 2015.
ADELIANA DAL PONT
Prefeita Municipal

DECRETO Nº 5052/2015

DECRETO Nº 5052/2015
EXONERA SERVIDOR EM CARGO DE PROVIMENTO EFETIVO.

A PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 62, inciso IV e VIII, da Lei Orgânica Municipal,

DECRETA:

Art. 1º - Fica exonerado, a pedido, o servidor EVANDRO OLIVEIRA DE BRITO, matrícula: 19160-4, ocupante do cargo de Professor de Ensino Superior, com lotação na Fundação Municipal Educacional.

Art. 2º – Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 01 de setembro de 2015.

Paço Municipal em São José (SC), 23 de setembro de 2015.
ADELIANA DAL PONT
Prefeita Municipal

DECRETO Nº 5053/2015

DECRETO Nº 5053/2015
EXONERA SERVIDOR EM CARGO DE PROVIMENTO EFETIVO.

A PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 62, inciso IV e VIII, da Lei Orgânica Municipal,

DECRETA:

Art. 1º - Fica exonerado, a pedido, o servidor ADENILSON PERIN, matrícula: 32819-7, ocupante do cargo de Professor de Ensino Superior, com lotação na Fundação Municipal Educacional.

Art. 2º – Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 01 de setembro de 2015.

Paço Municipal em São José (SC), 23 de setembro de 2015.
ADELIANA DAL PONT
Prefeita Municipal

DECRETO Nº 5054/2015

DECRETO Nº 5054/2015
DISPENSA SERVIDOR ACT – ADMISSÃO EM CARÁTER TEMPORÁRIO.

A PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 62, inciso IV, da Lei Orgânica Municipal,

DECRETA:

Art. 1º - Fica dispensada, a pedido, a servidora ACT – Admissão em Caráter Temporário, FERNANDA MATTE CAVALCANTE, Professor de Ensino Superior, matrícula: 41134-5, com lotação na Fundação Educacional de São José.

Art. 2º – Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 26 de agosto de 2015.

Paço Municipal em São José (SC), 23 de setembro de 2015.
ADELIANA DAL PONT
Prefeita Municipal

DECRETO Nº 5058/2015

DECRETO Nº 5058/2015

REVOGA A EXIGÊNCIA DE REGISTRO CADASTRAL PARA PARTICIPAÇÃO EM PREGÃO ELETRÔNICO.

A PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 62, incisos II e IV, da Lei Orgânica Municipal,

DECRETA:

Art. 1º - Fica revogado o §3º do Artigo 17 do Decreto N.º 31.413 de 22 abril de 2010, que dispõe sobre a modalidade denominada de pregão presencial e eletrônico, para aquisição de bens e serviços comuns no âmbito do Poder Executivo do Município de São José-SC.

Art. 2º – Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal em São José (SC), 24 de setembro de 2015.
ADELIANA DAL PONT
Prefeita Municipal

DECRETO Nº 5071/2015

DECRETO Nº 5071/2015

ALTERA O DECRETO 18.706/2005 QUE DISPÕE SOBRE O TOMBAMENTO DO THEATRO ADOLPHO DE MELLO.

A PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 62, incisos II e IV, da Lei Orgânica Municipal,

DECRETA:

Art. 1º - O Decreto N.º 18.706 de 22 de setembro de 2005 que tomba como patrimônio histórico cultural o Theatro Adolpho Mello e dá outras providências, passa a vigorar com as seguintes alterações:

“Art. 1º

Art. 2º

Parágrafo Único – Quanto ao interior da edificação ficam ressalvadas as obras e conservação que se fizerem necessárias, bem como ao bom uso do imóvel, a serem aprovadas pela Secretaria Municipal de Infraestrutura. (NR)

Art. 3º -

Art. 4º - Na área do entorno qualquer interferência deverá ter a aprovação prévia da Secretaria Municipal de Infraestrutura. ”
(NR)

Art. 2º – Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, revogando-se as disposições em contrário.

Paço Municipal em São José (SC), 25 de setembro de 2015.
ADELIANA DAL PONT
Prefeita Municipal

DECRETO Nº 5074/2015

DECRETO Nº 5074/2015

FIXA O VALOR DO AUXÍLIO DIÁRIO DE QUE TRATA A LEI Nº 5.433/2014, DE 26/09/2014, QUE DISPÕE SOBRE A CRIAÇÃO DO BANCO DE OFERTA E DEMANDA DE SERVIÇOS VOLUNTÁRIOS (BODESV) NO MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ.

A PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ, no uso de suas atribuições legais, insertas no art. 62, inciso IV e art. 21, inciso II, da Lei Orgânica Municipal, e

Considerando, a Lei nº 5.433/2014 de 26/09/2014, modificada pela Lei nº 5.498/2015 de 10/08/2015, que trata sobre a criação do Banco de Dados do Voluntariado e,

Considerando, ainda, que o Voluntariado encontra suporte na função social de pessoas; na solidariedade que, estas irmanadas em ações contribuem para um mundo solidário e justo,

DECRETA:

Art. 1º. O auxílio diário de que tratam os §§ 2º e 3º do artigo 1º da Lei nº 5.433, de 26 de setembro de 2014, com a redação conferida pela Lei nº 5.498, de 10 de agosto de 2015, fica fixado em R\$ 50,00 (cinquenta reais) por turno de 06 (seis) horas de serviço voluntário.

Parágrafo único. A prestação voluntária dos serviços não gera vínculo empregatício, nem obrigação de natureza trabalhista, previdenciária ou afim, na forma estabelecida pelo art. 1º, em seu parágrafo único da Lei Federal nº 9.608, de 16 de fevereiro de 1998,

que dispõe sobre o serviço voluntário.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Paço Municipal em São José, 28 de setembro de 2015.

ADELIANA DAL PONT

Prefeita Municipal

ANDRÉA IRANY PACHECO RODRIGUES
Secretária de Segurança, Defesa Social
e Trânsito

CLÓVIS RENATO SQUIO
Procurador-Geral do Município

DECRETO Nº 5075/2015

DECRETO Nº 5075/2015

NOMEIA SERVIDOR PARA OCUPAR CARGO DE PROVIMENTO EFETIVO NA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL.

A PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ no uso das atribuições que lhe confere o artigo 62, inciso VIII da Lei Orgânica Municipal, Considerando que o candidato foi aprovado em concurso público referente ao Edital N.º 002/2014;

DECRETA:

Art. 1º – Fica nomeado o Sr. RONI SCHMIDTKE para ocupar o cargo de provimento efetivo de Médico, com a carga horária de 20 horas semanais, lotado na Secretaria de Saúde.

Art. 2º– Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal em São José (SC), 29 de setembro de 2015.

ADELIANA DAL PONT

Prefeita Municipal

DECRETO Nº 5080/2015

DECRETO Nº 5080/2015

DISPÕE ACERCA DA REGULAMENTAÇÃO DO SISTEMA DE ESTACIONAMENTO ROTATIVO PAGO NAS VIAS E LOGRADOUROS PÚBLICOS DO MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

A PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 62 da Lei Orgânica Municipal, e em conformidade com a Lei Municipal N.º 4.934, de 17 de dezembro de 2009.

DECRETA:

Art. 1º. A execução do disposto na Lei Municipal nº 4.934, de 17 de dezembro de 2009, que cria o Sistema de Estacionamentos Rotativos para Veículos Automotores – SERVAM, será feita em conformidade com o presente regulamento.

Art. 2º. O estacionamento de veículos nas vias e logradouros públicos municipais, nas zonas identificadas através de sinalizações próprias, denominadas Áreas do SERVAM, fica sujeito ao pagamento de preço público.

§1º. Os logradouros, seus limites, bem como o número de vagas, que integrarão o SERVAM serão definidos por Portaria da Secretaria Municipal de Segurança, Defesa Social e Trânsito.

§2º. A critério da municipalidade, e atendendo às necessidades técnicas, poderá o sistema sofrer acréscimos ou supressões de vias e logradouros, ou mesmo de parte já em operação.

Art. 3º. O estacionamento de veículos nas vias do SERVAM será obrigatoriamente pago no horário das 08h00min às 18h00min de segunda-feira a sexta-feira e das 08h00min às 12h00min aos sábados.

Art. 4º. São os seguintes períodos máximos de estacionamento na mesma vaga:

I – Zona Azul: áreas destinadas ao estacionamento de veículos de passageiros e veículos de carga com capacidade de até 01 (uma) tonelada, com permanência máxima contínua permitida de até 02 (duas) horas;

II – Zona Branca: áreas destinadas ao estacionamento de veículos de passageiros e veículos de carga com capacidade de até 01 (uma) tonelada, com permanência máxima contínua permitida de até 05 (cinco) horas;

III – Zona Especial: áreas centrais de tráfego intenso, destinadas ao estacionamento de veículos de passageiros e veículos de carga com capacidade de até 01 (uma) tonelada, com permanência máxima contínua permitida de até 01 (uma) hora;

IV – Zona Amarela: áreas destinadas exclusivamente ao estacionamento de veículos da atividade de carga e descarga de mercadorias, mudanças e similares, com permanência máxima contínua permitida de até 02 (duas) horas.

Art. 5º. O preço público pelo estacionamento será cobrado mediante a apresentação de bilhete de estacionamento (físico ou eletrônico) disponibilizado pela empresa concessionária.

Parágrafo Único: No caso dos bilhetes físicos, o condutor do veículo deverá expor o bilhete de estacionamento devidamente preenchido em local visível do veículo.

Art. 6º. O preço público pago pelo estacionamento nas Áreas do SERVAM fica fixado em R\$ 2,00/h (dois reais por hora).

Parágrafo Único: Quando o veículo possuir dimensão maior do que a da vaga regular, deverá ser cobrado o preço público por cada vaga abrangida, ainda que parcialmente utilizada.

Art. 7º. O pagamento do preço público pelo estacionamento de que trata o artigo anterior poderá ser realizado:

I - mediante aquisição de bilhetes físicos para utilização da vaga por 30 (trinta) minutos ou por 1 (uma) hora; e

II - mediante aquisição de bilhetes eletrônicos correspondentes ao tempo realmente utilizado em uma vaga de estacionamento do sistema.

Art. 8º. Será considerado como irregularmente estacionado o veículo que:

I. Exceder o período máximo de estacionamento permitido em cada vaga;

II. Estiver estacionado sem o bilhete de estacionamento (físico ou eletrônico) ou com o bilhete de estacionamento físico rasurado ou já utilizado ou colocado incorretamente ou não estiver pago através de controle eletrônico disponibilizado.

§ 1º. O veículo que estiver estacionado pelo período máximo permitido neste regulamento, deverá ser retirado do local, não sendo permitido o uso daquela vaga, nem mesmo com novo pagamento.

§ 2º. A permanência do condutor ou de outra pessoa no interior do veículo não desobriga do pagamento pelo uso da vaga.

Art. 9º. Constitui infração e, portanto, passível de notificação de infração, toda a ação ou omissão, contrária às disposições deste Regulamento e demais leis pertinentes, estando os veículos sujeitos à aplicação de multas e demais penalidades previstas, em especial a multa elencada no art. 181, XVII, do Código de Trânsito Brasileiro e na legislação municipal em vigor, além de remoção dos veículos por quem de direito.

§ 1º. A notificação de irregularidade dar-se-á através da emissão do Aviso de Irregularidade, a ser emitido por um agente de trânsito.

§ 2º. As despesas de remoção de veículos correrão por conta, única e exclusivamente, de seus proprietários.

Art. 10. As atividades de carga e descarga de mercadorias ou similares, dentro do SERVAM, deverão ser realizadas, observada a capacidades de carga útil dos veículos:

I. Zona Azul: veículos até 2 (duas) toneladas de peso bruto total;

II. Zona Amarela: veículos de carga de até 7 (sete) toneladas de peso bruto total ou de comprimento máximo de até 7 (sete) metros.

Art. 11. A atividade de carga ou descarga, com a utilização de

veículos de peso bruto total acima de 7 (sete) toneladas ou de comprimento acima de 7 (sete) metros, somente será permitida em horário diverso daquele do funcionamento do SERVAM.

Art. 12. Para a atividade de carga e descarga de materiais de construção, concreto, mudanças e outros casos excepcionais, ainda que ultrapasse a capacidade citada no art. 11, poderão ser realizadas em qualquer uma das áreas de estacionamento existente, mediante autorização especial, a critério do Departamento Municipal de Trânsito vinculado a Secretaria Municipal de Segurança, Defesa Social e Trânsito.

§ 1º. A autorização citada no caput deste artigo deve ser solicitada por escrito pelo interessado, formulada antecipadamente, especificando o local e horário a ser utilizado, bem como os dados do veículo.

§ 2º. A autorização especial não libera o veículo do pagamento do preço público.

§ 3º. A autorização especial deverá ser obrigatoriamente afixada no para-brisa dianteiro do veículo.

Art. 13. Não estão sujeitos ao pagamento do preço público:

I. As motocicletas estacionadas em locais destinados às mesmas, dentro das vias integrantes do SERVAM.

II. Os veículos oficiais do serviço público federal, estadual e municipal.

III. Os veículos de Corpo Diplomático e de Corpo Consular.

IV. Os veículos militares, da Aeronáutica, do Exército e da Marinha.

V. Os veículos da Polícia Militar, do Corpo de Bombeiros e as ambulâncias.

VI. Os veículos das empresas públicas prestadoras de serviços essenciais: correio, abastecimento de água, tratamentos de efluentes, coleta de lixo, abastecimento de energia elétrica, quando em serviço.

VII. Os veículos vinculados à Imprensa (devidamente identificados), quando em serviço.

VIII. Os motoristas e prepostos nos seus respectivos pontos de táxi;

IX. Os veículos tipo táxi até no máximo 5 (cinco) minutos e os demais veículos até 3 (três) minutos em operação de embarque e desembarque de passageiros.

X. Nas áreas em frente às farmácias, clínicas médicas e estabelecimento de ensino, por tempo não superior a 15 minutos, desde que em locais específicos e devidamente sinalizados.

XI. Os transportadores escolares, nas proximidades dos estabelecimentos de ensino, em locais específicos e devidamente sinalizados; Parágrafo Único: Não gozam da isenção de pagamento de preço público as empresas públicas e terceiros prestadores de serviços dos mesmos serviços essenciais, podendo em alguns casos especiais, estarem isentas da rotatividade, conforme regulamentação e prévia autorização do Poder Executivo.

Art. 14. A receita líquida obtida através dos serviços prestados pelo SERVAM, depois de deduzidos os custos operacionais e administrativos, deverá ser aplicada da seguinte forma:

a) 50% (cinquenta por cento), na manutenção de projetos de natureza social por parte do órgão de assistência social do município;

b) 30% (trinta por cento) na melhoria das áreas de estacionamento e projetos de melhorias do sistema viário através do órgão gestor de trânsito do município;

c) 20% (vinte por cento) na fiscalização de trânsito e estacionamento por intermédio da Guarda Municipal e da Polícia Militar de Santa Catarina.

Parágrafo único. O disposto nos incisos do caput deste artigo não se aplicam às receitas decorrentes da aplicação de penalidades pecuniárias, correspondentes às multas constantes do artigo anterior, uma vez que o artigo 320 do Código de Trânsito Brasileiro dispõe que estas serão empregadas exclusivamente em sinalização, engenharia de tráfego, policiamento, fiscalização e educação de trânsito.

Art. 15. Não caberá à Prefeitura Municipal de São José, nem ao operador, se terceirizada ou concedida, qualquer responsabilidade

por acidentes, danos, furtos, ou quaisquer outros prejuízos que venham a causar ou sofrer os veículos, seus proprietários, as mercadorias, os usuários ou acompanhantes, enquanto permanecerem nas áreas do SERVAM ou quando os veículos delas forem removidos.

Art. 16. Caberá ao Departamento Municipal de Trânsito vinculado à Secretaria de Segurança, Defesa Social e Trânsito da Prefeitura Municipal de São José, criar normas necessárias à operação, fiscalização e controle do SERVAM, organizando e fiscalizando o cumprimento do estabelecido no presente Regulamento.

Art. 17. As vagas nas vias deverão ser implantadas de acordo com as Ordens de Serviço emitidas pelo Departamento Municipal de Trânsito vinculado à Secretaria de Segurança, Defesa Social e Trânsito da Prefeitura Municipal de São José.

Art. 18. Este decreto entra em vigor na presente data de sua publicação.

Art. 19. Revogam-se as disposições em contrário.

Paço Municipal em São José (SC), 29 de setembro de 2015.

ADELIANA DAL PONT

Prefeita Municipal

ANDRÉA IRANY PACHECO RODRIGUES
Secretária de Segurança, Defesa Social
de Trânsito

CLÓVIS RENATO SQUIO
Procurador-Geral do Município

DECRETO Nº 5088/2015

DECRETO Nº 5088/2015

EXONERA SERVIDOR EM CARGO DE PROVIMENTO EFETIVO.

A PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 62, inciso VIII da Lei Orgânica Municipal,

DECRETA:

Art. 1º - Fica exonerada, a pedido, a servidora MARA REGINA KOCH MARTINS, matrícula: 15.005-3, ocupante do cargo de Agente Administrativo, com lotação na Secretaria de Administração.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos ao dia 22 de setembro de 2015.

Paço Municipal em São José (SC), 30 de setembro de 2015.

ADELIANA DAL PONT

Prefeita Municipal

DECRETO Nº 5089/2015

DECRETO Nº 5089/2015

EXONERA SERVIDOR EM CARGO DE PROVIMENTO EFETIVO.

A PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 62, inciso VIII da Lei Orgânica Municipal,

DECRETA:

Art. 1º - Fica exonerado, a pedido, o servidor HELDER LIMA BASTOS, matrícula: 39.597-8, ocupante do cargo de Médico, com lotação na Secretaria de Saúde.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos ao dia 17 de setembro de 2015.

Paço Municipal em São José (SC), 30 de setembro de 2015.

ADELIANA DAL PONT

Prefeita Municipal

DECRETO Nº 5090/2015

DECRETO Nº 5090/2015

EXONERA SERVIDOR EM CARGO DE PROVIMENTO EFETIVO.

A PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 62, inciso VIII da Lei Orgânica Municipal,

DECRETA:

Art. 1º - Fica exonerada, a pedido, a servidora JANINE DANIELE DA ROCHA DE ANDRADE, matrícula: 39.412-2, ocupante do cargo de Agente Comunitário de Saúde, com lotação na Secretaria de Saúde.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos ao dia 25 de agosto de 2015.

Paço Municipal em São José (SC), 30 de setembro de 2015.

ADELIANA DAL PONT

Prefeita Municipal

DECRETO Nº 5091/2015

DECRETO Nº 5091/2015

DISPENSA SERVIDOR ACT – ADMISSÃO EM CARÁTER TEMPORÁRIO.

A PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 62, inciso IV, da Lei Orgânica Municipal,

DECRETA:

Art. 1º - Fica dispensada a servidora ACT – Admissão em Caráter Temporário, FÁTIMA DA SILVA TEODORO, Monitora, matrícula: 30.502-2, com lotação na Secretaria de Assistência Social.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 23 de setembro de 2015.

Paço Municipal em São José (SC), 30 de setembro de 2015.

ADELIANA DAL PONT

Prefeita Municipal

DECRETO Nº 5093/2015

DECRETO Nº 5093/2015

DISPENSA SERVIDOR ACT – ADMISSÃO EM CARÁTER TEMPORÁRIO.

A PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 62, inciso IV, da Lei Orgânica Municipal,

DECRETA:

Art. 1º - Fica dispensado o servidor ACT – Admissão em Caráter Temporário, EDUARDO RIBEIRO DOS SANTOS, matrícula: 30.519-7, com lotação na Secretaria de Assistência Social.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 23 de setembro de 2015.

Paço Municipal em São José (SC), 30 de setembro de 2015.

ADELIANA DAL PONT

Prefeita Municipal

DECRETO Nº 5094/2015

DECRETO Nº 5094/2015

DISPENSA SERVIDOR ACT – ADMISSÃO EM CARÁTER TEMPORÁRIO.

A PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 62, inciso IV, da Lei Orgânica Municipal,

DECRETA:

Art. 1º - Fica dispensado o servidor ACT – Admissão em Caráter Temporário, HEITOR A. VENDRAMINI MALLET, matrícula: 30.671-1, com lotação na Secretaria de Saúde.

Art. 2º – Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 23 de setembro de 2015.

Paço Municipal em São José (SC), 30 de setembro de 2015.

ADELIANA DAL PONT

Prefeita Municipal

DECRETO Nº 5095/2015

DECRETO Nº 5095/2015

DISPENSA SERVIDOR ACT – ADMISSÃO EM CARÁTER TEMPORÁRIO.

A PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 62, inciso IV, da Lei Orgânica Municipal,

DECRETA:

Art. 1º - Fica dispensada a servidora ACT – Admissão em Caráter Temporário, MARISETE DOS SANTOS, matrícula: 30.670-3, com lotação na Secretaria de Saúde.

Art. 2º – Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 23 de setembro de 2015.

Paço Municipal em São José (SC), 30 de setembro de 2015.

ADELIANA DAL PONT

Prefeita Municipal

DECRETO Nº 5096/2015

DECRETO Nº 5096/2015

DISPENSA SERVIDOR ACT – ADMISSÃO EM CARÁTER TEMPORÁRIO.

A PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 62, inciso IV, da Lei Orgânica Municipal,

DECRETA:

Art. 1º - Fica dispensada a servidora ACT – Admissão em Caráter Temporário, VANDERLEIA M. PETRI DA SILVA, matrícula: 30.668-1, com lotação na Secretaria de Saúde.

Art. 2º – Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 23 de setembro de 2015.

Paço Municipal em São José (SC), 30 de setembro de 2015.

ADELIANA DAL PONT

Prefeita Municipal

DECRETO Nº 5097/2015

DECRETO Nº 5097/2015

DISPENSA SERVIDOR ACT – ADMISSÃO EM CARÁTER TEMPORÁRIO.

A PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 62, inciso IV, da Lei Orgânica Municipal,

DECRETA:

Art. 1º - Fica dispensada a servidora ACT – Admissão em Caráter Temporário, ENELUCIA H. SOUSA CIPRIANO, matrícula: 30.677-0, com lotação na Secretaria de Assistência Social.

Art. 2º – Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 02 de julho de 2015.

Paço Municipal em São José (SC), 30 de setembro de 2015.

ADELIANA DAL PONT

Prefeita Municipal

DECRETO Nº 5098/2015

DECRETO Nº 5098/2015

APROVA O REGIMENTO INTERNO DO CONSELHO MUNICIPAL DE CONTRIBUINTES — C.M.C, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

A PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ no uso da competência prevista no artigo 62, IV, da Lei Orgânica do Município e no artigo 171 do Código Tributário Municipal aprovado pela Lei Complementar Municipal nº 021, de 20 de dezembro de 2005,

DECRETA:

Art. 1º- Fica aprovado o Regimento Interno do Conselho Municipal de Contribuintes na forma do Anexo único deste Decreto.

Art. 2º - O presente Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário, em especial o Decreto nº 21.352, de 01 de junho de 2006.

Paço Municipal em São José (SC), 1º de outubro de 2015.

ADELIANA DAL PONT

Prefeita Municipal

CLÓVIS RENATO SQUIO

Procurador-Geral do Município

ANEXO ÚNICO

CONSELHO MUNICIPAL DE CONTRIBUINTES
REGIMENTO INTERNOCAPÍTULO I
DA FINALIDADE E JURISDIÇÃO

Art. 1º. O Conselho Municipal de Contribuintes - C.M.C., instituído pelo Código Tributário Municipal aprovado pela Lei Complementar nº 021, de 20 de dezembro de 2005, tem por finalidade o julgamento de questões do Contencioso Tributário entre o sujeito passivo e o Município de São José, em segunda instância administrativa.

CAPÍTULO II
DA COMPOSIÇÃO

Art. 2º. O Conselho Municipal de Contribuintes compõe-se de um Presidente e quatro conselheiros efetivos, sendo dois representantes dos contribuintes e dois da Prefeitura Municipal, todos nomeados pelo Chefe do Poder Executivo, com mandato de dois anos, que poderá ser renovado, observado o disposto nos parágrafos

deste artigo.

§ 1º Para cada conselheiro e para o Presidente será nomeado um suplente, convocado para comparecer às reuniões do Conselho nas faltas ou impedimentos dos titulares.

§ 2º Os representantes dos contribuintes, efetivos ou suplentes, serão escolhidos pelo Chefe do Poder Executivo, dentre pessoas integrantes de entidades representativas da área do comércio, indústria e prestação de serviços.

§ 3º Os representantes da Prefeitura Municipal, titulares ou suplentes, serão escolhidos dentre servidores municipais com conhecimento em legislação tributária.

Seção I

Da Competência do Conselho Municipal de Contribuintes

Art. 3º. Compete ao Conselho Municipal de Contribuintes:

I - decidir em segunda instância os recursos contra auto de infração ou notificação fiscal;

II - apreciar recurso interposto de ofício, na forma dos artigos 149 e 150 do Código Tributário Municipal, sempre que o valor exceder a 225 (duzentos e vinte e cinco) URM'S - Unidades Fiscais do Município, ou independentemente de valor, quando aquela autoridade julgadora, justificadamente, entender imprescindível o exame do mérito no interesse da Fazenda Municipal;

III - propor às autoridades competentes, medidas de racionalização e aperfeiçoamento da legislação tributária municipal;

IV - aprovar súmulas para uniformizar a jurisprudência e dirimir conflitos de entendimento, conforme artigo 42 deste Regimento;

V - propor ao Chefe do Poder Executivo alterações no Regimento Interno;

VI - resolver dúvidas e omissões na aplicação deste Regimento;

VII - resolver questões administrativas quando propostas pelo Presidente ou suscitadas por um dos conselheiros ou pelo Representante da Fazenda; e

VIII - estabelecer dia e horário para as sessões.

CAPÍTULO III

Seção I

Das Atribuições do Presidente do Conselho Municipal de Contribuintes

Art. 4º. Ao Presidente do Conselho Municipal de Contribuintes incumbe:

I - exercer a direção do órgão;

II - representar o Conselho Municipal de Contribuintes;

III - solicitar ao Chefe do Poder Executivo os recursos materiais e humanos necessários ao regular funcionamento do Conselho Municipal de Contribuintes;

IV - conceder férias anuais e coletivas fixadas pela maioria dos membros;

V - conceder licença aos conselheiros bem como apreciar a justificativa de suas faltas;

VI - apresentar ao Chefe do Poder Executivo, mensalmente, relatório das atividades do Conselho Municipal de Contribuintes;

VII - oficiar ao Chefe do Poder Executivo, com antecedência mínima de 30 (trinta) dias, o término do mandato dos membros do Conselho Municipal de Contribuintes e seus suplentes;

VIII - cumprir e fazer cumprir este Regimento;

IX - comunicar à autoridade competente, de ofício ou a requerimento de qualquer conselheiro, irregularidades ou faltas funcionais, ocorridas em repartição administrativa, de que haja provas ou indícios em processo submetido a julgamento no Conselho;

X - presidir as sessões do Conselho e resolver as questões de ordem e apurar as votações;

XI - proferir voto de desempate;

XII - convocar suplente de conselheiro;

XIII - convocar reuniões extraordinárias;

XIV - distribuir os processos de acordo com o estabelecido neste

regimento;

XV - requisitar as diligências aprovadas nas sessões;

XVI - assinar os acórdãos, juntamente com o relator;

XVII - determinar o arquivamento do processo nos casos:

a) de solicitação do sujeito passivo;

b) de pagamento ou pedido de parcelamento do crédito tributário discutido;

c) de propositura de ação judicial relativa à matéria objeto do recurso voluntário;

XVIII - declarar em despacho fundamentado a admissibilidade ou não de Recurso;

XIX - declarar-se impedido de participar de decisão, nos casos:

a) de interesse de seus parentes consanguíneos ou afins até o segundo grau inclusive;

b) de interesse de pessoa jurídica de direito privado de que seja titular, sócio, acionista, membro da Diretoria, Conselho Fiscal ou órgãos equivalentes;

c) em que tornou parte ou tenha interferido em qualquer condição ou a qualquer título.

XX - comunicar ao Chefe do Poder Executivo a falta de comparecimento de qualquer conselheiro a 03 (três) sessões consecutivas ou 08 (oito) alternadas.

Seção II

Das Atribuições dos Conselheiros

Art. 5º. Aos conselheiros incumbe:

I - relatar os processos que lhe forem distribuídos no prazo de 30 (trinta) dias;

II - proferir voto nos processos de recurso;

III - redigir os acórdãos de processos em que for relator ou cuja redação lhe for cometida;

IV - substituir, na presidência das sessões, o Presidente quando de sua ausência e quando o suplente do Presidente não assumir;

V - propor, em sessão, diligências que entender necessárias à instrução processual;

VI - solicitar vista de processo;

VII - declarar-se impedido de participar de decisão, nos casos:

a) de interesse de seus parentes consanguíneos ou afins até segundo grau inclusive;

b) de interesse de pessoa jurídica de direito privado de que sejam titulares, sócios, acionistas, membros da Diretoria, Conselho Fiscal ou órgãos equivalentes;

c) em que tomaram parte ou tenham interferido em qualquer condição ou a qualquer título.

VIII - apresentar sugestões de interesse do Conselho Municipal de Contribuintes;

IX - submeter ao Pleno qualquer irregularidade de que tenha conhecimento relativamente aos serviços do Conselho Municipal de Contribuintes;

X - discutir e votar qualquer matéria, inclusive de natureza administrativa, afeta ao órgão.

XI - informar ao Presidente que passou a integrar o quadro de servidores públicos de qualquer nível ou poder, ou de empresas de que a administração pública faça parte, ou da estrutura fundacional ou autárquica dos Municípios, do Estado ou da União, exceto como professores.

Seção III

Das Atribuições do Secretário Geral

Art. 6º. Ao secretário geral incumbe:

I - secretariar os trabalhos do Conselho;

II - assistir às sessões, preparar lista de frequência, e redigir as respectivas atas;

III - providenciar a pauta das sessões do Conselho;

IV - encaminhar, para publicação no Diário Oficial do Município, aos conselheiros e às partes interessadas, as pautas do Conselho, com

antecedência mínima de 5 (cinco) dias;
V - subscrever as certidões autorizadas pelo presidente;
VI - preparar o relatório mensal do Conselho Municipal de Contribuintes;
VII - fazer a previsão dos recursos materiais e humanos necessários aos serviços administrativos do Conselho Municipal de Contribuintes e supervisionar a sua execução;
VIII - determinar as tarefas a serem executadas pelos servidores em exercício no Conselho Municipal de Contribuintes;
IX - praticar outros atos determinados pelo Presidente do Conselho Municipal de Contribuintes;
X - executar todas as tarefas necessárias ao pleno funcionamento do Conselho Municipal de Contribuintes;
XI - fazer publicar periodicamente, as ementas das decisões do Conselho Municipal de Contribuintes;
XII - manter em dia o registro dos processos, de maneira a facilitar a pesquisa em torno deles e sua localização; e
XIII - solicitar a devolução de processos em poder do Representante da Fazenda ou dos relatores, decorrido o prazo de 30 (trinta) dias.

CAPÍTULO IV DAS PARTES E DE SEUS PROCURADORES

Seção I Do Representante da Fazenda Municipal

Art. 7º. Ao Representante da Fazenda, escolhido pelo Chefe do Poder Executivo dentre os Procuradores Municipais, compete:
I - comparecer às sessões, defendendo os interesses da Fazenda Municipal e participar de todos os feitos e discussões concernentes aos processos que estiverem sendo julgados;
II - apresentar ao Secretário Municipal da Receita, por meio do Procurador-Geral, até o 60º (sexagésimo) dia após o término de cada exercício, sugestões de medidas legislativas e providências administrativas que julgar úteis ao aperfeiçoamento dos serviços de exação fiscal, em razão de dúvidas e dificuldades surgidas na aplicação da legislação tributária;
III - ter vista do processo antes de distribuídos aos relatores e manifestar-se em todos os julgamentos;
IV - Propor a realização de diligências em sessão, ou determiná-las quando de sua análise de que trata o inciso anterior;
V - usar da palavra nas sessões decisórias, na forma deste Regimento;
VI - prestar esclarecimentos quando solicitados pelos conselheiros;
VII - comunicar às autoridades competentes quaisquer irregularidades verificadas, em detrimento da Fazenda ou do sujeito passivo; e
VIII - zelar pela execução das leis, decretos e regulamentos que devam ser aplicados pelo Conselho, propondo as medidas que julgar conveniente.

Art. 8º. A falta de comparecimento do Representante da Fazenda impedirá que o Conselho delibere.
Parágrafo único. Na ausência ou impedimento do Representante da Fazenda, o Procurador-Geral designará, dentre os demais Procuradores Municipais, um Representante da Fazenda ad hoc.

Seção II Do Sujeito Passivo e do seu Procurador

Art. 9º. A intervenção do sujeito passivo far-se-á pessoalmente ou por intermédio de procurador.
§ 1º - A intervenção direta de entes jurídicos far-se-á por seus dirigentes legalmente constituídos.
§ 2º - A intervenção de dirigente não produzirá efeito se, no ato, não for feita a prova de que os mesmos são detentores dos poderes de representação.
§ 3º - É facultada a sustentação oral por parte do sujeito passivo ou

do seu procurador mediante requerimento próprio com antecedência mínima de 24 (vinte e quatro) horas antes do início da sessão.

Art. 10. Às partes interessadas é facultada vista dos autos na repartição em que se encontram, vedada a sua retirada e permitindo o fornecimento de cópias ou certidões, por solicitação do interessado.

Parágrafo único. O interessado arcará com o custo de reprodução das partes dos autos que solicitar.

CAPÍTULO V DO PROCESSO CONTENCIOSO TRIBUTÁRIO

Seção I Da Tramitação dos Processos no Conselho Municipal de Contribuintes

Art. 11. Os recursos serão apresentados, por petição escrita, no Protocolo Geral da Prefeitura, dando-se deles recibo.

Parágrafo único. Os recursos serão juntados aos autos em que consta a decisão recorrida, mediante certidão da data de sua interposição.

Art. 12. Mesmo intempestivo, o recurso será encaminhado ao Conselho, sem prejuízo da inscrição em dívida ativa do crédito tributário contestado.

Art. 13. A apresentação de recurso à autoridade incompetente não induzirá perempção ou caducidade, devendo ser encaminhado, de ofício, ao Conselho Municipal de Contribuintes.

Art. 14. A petição assinada por procurador somente produzirá efeitos se estiver acompanhada do respectivo instrumento de mandato.

Parágrafo único. Na hipótese do caput deste artigo, o signatário será intimado a regularizar a representação no prazo de 05 (cinco) dias.

Art. 15. É vedado ao recorrente reunir, numa única petição, recursos contra mais de um ato fiscal, exceto se decorrentes de infrações idênticas ou quando constituírem provas de fatos conexos.

Art. 16. É vedado ao recorrente reunir em uma só petição recursos referentes a mais de uma decisão da autoridade de primeira instância, ainda que versem sobre assuntos conexos ou da mesma natureza.

Art. 17. Os atos deverão ser declarados nulos com indicações das providências necessárias ao prosseguimento do feito nos casos de:
I - os atos e termos praticados por pessoa incompetente;
II - os despachos e decisões proferidas por autoridade incompetente ou com preterição do direito de defesa; e
III - os lançamentos cujos elementos sejam insuficientes para determinar a matéria tributável e o respectivo sujeito passivo.

§ 1º - A falta de intimação ou a intimação nula fica suprida pelo comparecimento do interessado, a partir do momento em que lhe sejam comunicados todos os elementos necessários à prática do ato.

§ 2º - A nulidade do ato só prejudica os posteriores que dele dependam diretamente ou sejam consequência.

Art. 18. Não cabe pedido de reconsideração das decisões do Conselho.

Art. 19. No Conselho Municipal de Contribuintes, o processo deverá ser devidamente registrado e imediatamente encaminhado ao Presidente que, admitindo o recurso, abrirá vista ao Representante da Fazenda.

Art. 20. O Representante da Fazenda terá o prazo de 30 (trinta) dias para estudo do processo, devendo, neste prazo, devolvê-lo à

Secretaria Geral do Conselho Municipal de Contribuintes, com ou sem a respectiva manifestação.

Parágrafo único. A falta de manifestação escrita não impede o Conselho Municipal de Contribuintes de deliberar.

Art. 21. Findo o prazo estabelecido no artigo 20, a Secretaria do Conselho Municipal de Contribuintes solicitará a devolução dos processos.

Art. 22. Devolvido o processo pelo Representante da Fazenda, o Presidente procederá a sua distribuição a um relator, mediante sorteio, que deverá elaborar o relatório em 30 (trinta) dias, procedendo a sua imediata devolução para inclusão em pauta.

Art. 23. O relator, antes da inclusão em pauta, poderá solicitar ao Presidente as diligências que julgar necessárias.

Art. 24. Ao incluir em pauta, o Presidente determinará a sua publicação no Diário Oficial do Município com antecedência mínima de 5 (cinco) dias.

Art. 25. Os processos permanecerão na Secretaria Geral do Conselho Municipal de Contribuintes para conhecimento dos demais conselheiros e partes interessadas, dela não podendo ser retirada nas 48 (quarenta e oito) horas que precedem o julgamento.

Art. 26. A pedido fundamentado da parte interessada poderá ser autorizado pelo presidente do Conselho Municipal de Contribuintes, conforme o caso, a inclusão do processo em pauta, independente de publicação, desde que não se oponha a outra parte, cientificando o conselheiro relator.

Art. 27. O sujeito passivo ou seu representante poderá apresentar razões e documentos suplementares até a publicação da pauta de julgamento, cientificando-se o Representante da Fazenda Municipal.

Parágrafo único. Observado o prazo estabelecido no caput deste artigo, os documentos serão juntados aos autos, abrindo-se vista ao Representante da Fazenda e posteriormente ao Relator.

CAPÍTULO VI DAS SESSÕES

Art. 28. No dia e hora estabelecidos para as sessões, o Presidente ocupará a mesa, ladeado pelo Secretário e pelo Representante da Fazenda, completando a mesa os respectivos conselheiros.

Art. 29. As sessões serão públicas, em todas as suas fases e as decisões serão tomadas por voto nominal e aberto, sendo nula de pleno direito a decisão que não observar qualquer destes requisitos.

Art. 30. O Presidente poderá fazer retirar do recinto quem não mantiver a compostura devida, ou perturbar a ordem dos trabalhos, e advertir a quem não guardar comedimento de linguagem, cassando-lhe a palavra se não for atendido.

Art. 31. O Conselho realizará 01 (uma) sessão ordinária por semana e funcionará desde que presentes, no mínimo, 02 (dois) membros, desde que observada a paridade entre Membros Representantes da Prefeitura Municipal e dos Contribuintes, ficando a critério de seu Presidente convocar sessões extraordinárias, de acordo com as necessidades.

Art. 32. Declarada aberta a sessão, será observada a seguinte ordem:

I- verificação do comparecimento dos conselheiros;

II - levantamento da sessão, não havendo número, lavrando-se ata declaratória do fato, com o registro das ausências;

III - leitura e aprovação da ata da sessão anterior;

IV - sorteio para distribuição dos processos aos conselheiros;

V - concessão da palavra ao relator para a apresentação do relatório do processo a ser decidido, observada a sequência da pauta, a qual, no entanto, poderá ser alterada, por conveniência do serviço, dando-se prioridade à decisão em que a parte ou seu procurador esteja presente;

VI - durante a sessão de julgamento, o sujeito passivo ou seu Representante, observado o requerimento prévio de que trata o §3º do art. 9º deste Regimento Interno, e o Representante da Fazenda terão direito ao uso da palavra por 15 (quinze) minutos cada um,

concedendo-se-lhes réplica e tréplica por 05 (cinco) minutos;

VII - concessão da palavra ao relator, para o voto, sendo que:

a) as questões preliminares serão apreciadas antes do mérito;

b) não havendo preliminar será, desde logo, apreciado o mérito;

c) rejeitadas as preliminares, apreciar-se-á o mérito, devendo pronunciar-se também os conselheiros vencidos em qualquer preliminar, inclusive o relator;

VIII - após o voto do relator, seguem os votos dos demais conselheiros podendo haver retificação de votos antes de proclamado o resultado final pelo Presidente;

IX - Antes de proferirem seus votos, os conselheiros podem pedir esclarecimento ao relator e aos defensores das partes e debater a matéria, facultada a participação do Presidente;

X - as decisões são tomadas por maioria de votos, cabendo a quem presidir a sessão o voto de desempate;

XI - havendo empate na votação, o Presidente terá o voto de desempate;

XII - quando houver dispersão de votos, incluído o do Presidente, este escolherá duas soluções resultantes da votação, submetendo-se à decisão de todos os votantes;

XIII - depois de proclamado o resultado da votação, não será permitido ao conselheiro modificar o seu voto;

XIV - apurada a votação, o Presidente anunciará a decisão e o secretário redigirá o termo do julgamento, no qual constará a decisão anunciada, o relator, os nomes dos conselheiros votantes, vencedores e vencidos, dos conselheiros que se declararam impedidos e demais pessoas que participaram do julgamento. O Termo será rubricado pelo Presidente, Relator e Secretário.

§ 1º - No caso de impedimento ou de impossibilidade de comparecimento a qualquer sessão, os conselheiros comunicarão, antecipadamente, o fato à Secretária Geral do Conselho Municipal de Contribuintes, a fim de ser convocado o respectivo suplente.

§ 2º - A sessão poderá ser adiada pelos conselheiros, devendo o motivo constar da ata dos trabalhos. O Presidente fixará data do prosseguimento do julgamento.

§ 3º - É facultado aos conselheiros, durante a sessão, pedir vista dos autos, caso em que o será suspenso, sem prejuízo dos votos proferidos. Havendo vários pedidos, o prazo será comum, permanecendo os autos na Secretaria Geral do Conselho Municipal de Contribuintes, salvo consenso entre os interessados quanto à divisão e utilização do prazo.

§ 4º - Quando a sessão for suspensa ou encerrada restando processos a serem julgados, o julgamento se dará em sessões subsequentes, independentemente de nova publicação.

CAPÍTULO VII

Das Decisões

Art. 33. Proclamada a decisão, dela se extrairá resumo que será transcrito nos autos, os quais serão entregues, mediante carga, à Secretária a quem compete a lavratura do acórdão.

§ 1º - O acórdão será lavrado pela Secretária, no prazo de 10 (dez) dias contados da data da proclamação da decisão.

§ 2º - Se o relator for vencido, o Presidente designará, para redigir o fundamento da decisão, um dos conselheiros cujo voto tenha sido vencedor.

§ 3º - O relator entregará a minuta do voto vencedor à Secretaria Geral do Conselho Municipal de Contribuintes para inclusão no acórdão.

§ 4º - O acórdão será redigido com clareza e simplicidade, dele devendo constar obrigatoriamente: o nome das partes, a espécie, a ementa, o relatório, o voto do relator, a decisão e indicação dos votos vencidos se houver.

§ 5º - A fundamentação da decisão será exclusivamente a vencedora, podendo, entretanto, qualquer conselheiro anexar ao acórdão seu voto vencido, desde que o faça no prazo previsto no § 1º deste artigo.

§ 6º - Os acórdãos terão numeração sequencial geral, não havendo distinção para reclamação ou recurso.

§ 7º - Aprovado o acórdão, o mesmo será assinado pelo relator,

relator vencido, se houver, pelo Presidente da sessão, e pela Secretária, com a ciência do Representante da Fazenda.

Art. 34. As decisões proferidas deverão observar o seguinte:

I- deverão ser precedidas de relatório, o qual será uma síntese de todo o processo;

II - todas as questões levantadas na reclamação ou no recurso deverão ser analisadas;

III - será decidido primeiro as preliminares e depois o mérito, com o conhecimento ou não conhecimento do recurso;

IV - deverá ser pronunciado o provimento ou desprovimento do recurso;

V - as decisões deverão ser fundamentadas, expondo as razões do provimento ou desprovimento;

VI - deverão ser expressos os efeitos das decisões e o prazo para seu cumprimento;

VII - determinação para que seja feito novo lançamento, no caso de cancelamento do ato fiscal por vício formal.

Art. 35. São definitivas as decisões do Conselho Municipal de Contribuintes.

Art. 36. O prazo para cumprimento das decisões proferidas pelo Conselho Municipal de Contribuintes será de 10 (dez) dias contados da data em que se considerar efetuada a intimação do sujeito passivo.

§1º - A intimação do sujeito passivo se dará por meio de AR;

§2º Na hipótese de insucesso da intimação na forma do parágrafo anterior, estando correto o endereço informado pelo interessado, a intimação se dará por meio de publicação no Diário Oficial do Município.

§3º Na falta de disposição expressa na legislação tributária, o prazo para cumprimento de despacho será de 05 (cinco) dias contados da data em que se considere cientificado aquele que o deva cumprir.

CAPÍTULO VII

DAS DILIGÊNCIAS E PERÍCIAS

Art. 37. O Presidente do Conselho determinará, de ofício ou a requerimento do relator ou do sujeito passivo, a realização de diligências ou perícias, quando as entender necessárias.

§ 1º - O sujeito passivo, ao requerer diligência ou perícia, deve indicar:

I - os motivos que a justifiquem;

II - no caso de perícia:

a) o nome, o endereço e qualificação profissional do seu perito;

b) os quesitos referentes aos exames desejados.

§ 2º - Considerar-se-á não formulado o pedido de diligência ou perícia que não atenda ao disposto no parágrafo anterior.

§ 3º - o despacho que indeferir o pedido de diligência ou perícia deverá ser fundamentado, especificando as razões do indeferimento, e será apreciado como preliminar pela instância de recurso.

§ 4º - Aprovada a realização de perícia, será oportunizada ao relator, aos conselheiros e ao representante da Fazenda a apresentação de quesitos.

§ 5º - Os relatórios ou laudos serão apresentados em prazo fixado pelo Presidente do Conselho, não excedente a 60 (sessenta) dias, que poderá ser prorrogado, a juízo da mesma autoridade, mediante solicitação fundamentada.

§ 6º - Sendo requerida pelo Recorrente, o custo da diligência ou da perícia correrá por conta do mesmo.

Art. 38. Será indeferida a realização de diligência ou perícia quando:

I- o julgador considerar os elementos nos autos suficientes para a formação da sua convicção;

II - seja destinada a apurar fatos vinculados à escrituração comercial ou fiscal ou a documentos que estejam na posse do requerente e que possam ser juntados aos autos;

III - a prova do fato não depender de conhecimento técnico

especializado;

IV - a verificação for prescindível ou impraticável.

CAPÍTULO VIII

DAS SÚMULAS

Art. 39. Compete ao Conselho Municipal de Contribuintes a edição de súmulas para uniformizar a jurisprudência e dirimir conflitos de entendimento, nos seguintes casos:

I - decisões reiteradas do Conselho Municipal de Contribuintes;

II - decisões reiteradas do Tribunal de Justiça do Estado de Santa Catarina;

III - o Conselho Municipal de Contribuintes poderá apreciar a alegação de ilegalidade ou inconstitucionalidade desde que reconhecida por entendimento manso e pacífico do Supremo Tribunal Federal ou do Superior Tribunal de Justiça.

Parágrafo Único - A declaração de inconstitucionalidade ou ilegalidade pelo Conselho Municipal de Contribuintes está condicionada à existência de Súmula Vinculante proferida pelo STF.

Art. 40. A condensação da jurisprudência predominante do Conselho Municipal de Contribuintes em súmulas far-se-á por iniciativa de qualquer um de seus membros, ou pela Representação da Fazenda e aprovada por voto de, no mínimo, 03 (três) de seus membros.

Art. 41. As súmulas poderão ser revistas de ofício, por iniciativa da maioria dos membros do Conselho ou mediante provocação do sujeito passivo quando:

a) divergirem das orientações de Tribunais Superiores;

b) comprovada divergência de outros Tribunais Administrativos.

Art. 42. As súmulas do Conselho Municipal de Contribuintes serão numeradas sequencialmente.

Art. 43. As súmulas e sua revogação entrarão em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial do Município, e, quando aplicadas, dispensam maiores considerações a respeito da matéria.

Paço Municipal em São José (SC), 1º de outubro de 2015.

DECRETO Nº 5102/2015

DISPÕE SOBRE O ABONAMENTO PARA FINS EXCLUSIVAMENTE FUNCIONAIS DE DOIS DIAS NÃO TRABALHADOS NO ANO DE 2014.

A PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ, no uso de suas atribuições previstas no artigo 62, II e IV, da Lei Orgânica Municipal,

DECRETA:

Art. 1º- O não-comparecimento de servidores aos seus locais de trabalho nos dias 26 de novembro e 02 de dezembro de 2014, em virtude de sua participação em assembleia ou paralisação organizada pela entidade sindical que os representa, não será considerado falta injustificada para efeitos funcionais, sem, contudo, gerar quaisquer efeitos financeiros.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Paço Municipal, em São José (SC), 1º de outubro de 2015.

ADELIANA DAL PONT

Prefeita Municipal

CLÓVIS RENATO SQUIO

Procurador-Geral do Município

EDITAL DE CREDENCIAMENTO Nº 003/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

REPUBLICAÇÃO DE EDITAL

Edital de Credenciamento Nº 003/2014 – Procedimentos com finalidade diagnóstica – Grupo 02 – Diagnóstico por Endoscopia
DO OBJETO:

O objeto da presente Chamado Pública é a seleção e possível contratação de entidades privadas prestadoras de serviços de saúde para a realização de Procedimentos com finalidade diagnóstica – Grupo 02 – Diagnóstico por Endoscopia.
Edital aberto desde 27.05.2014.

Suzana Senna Bousfield
Secretária de Saúde

EDITAL DE CREDENCIAMENTO Nº 003/2014 - PROCESSO Nº 102/2014

EDITAL DE CREDENCIAMENTO Nº 003/2014 - PROCESSO Nº 102/2014

O MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ, inscrito no CNPJ sob o nº 82.892.274/0001-05, com sede na Avenida Acioni de Souza Filho, – Praia Comprida – São José/SC, CEP 88103-790, por intermédio da Secretaria Municipal de Saúde – SMS/SJ – Fundo Municipal de Saúde, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 11.214.458/0001-60, doravante denominado simplesmente CONTRATANTE, neste ato representado por sua Prefeita, Sra. Adeliana Dal Pont e pelo Secretária de Saúde, Sra Suzana Senna Bousfield, torna público que fará realizar Credenciamento para possível contratação de Entidades Prestadoras de Serviços de Saúde, englobando os prestadores públicos, filantrópicos, e privados sem e com fins lucrativos, interessados em participar de forma complementar o Sistema Único de Saúde do Município de São José, com integral sujeição aos artigos 37, 196 a 200 da Constituição Federal/88; Lei nº 8.080/90; art. 25 da Lei nº 8.666/93 e suas alterações; Portaria nº 1.034/GM/MS/10; Portaria nº 1606/GM, Decreto Municipal nº 36.743/2012 e Portaria nº 086/2012 da SMS/SJ/12.

1. DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

1.1 O edital e seus anexos serão fornecidos por meio de cópia, que deverá ser solicitada e retirada na Secretaria Municipal de Saúde da Prefeitura Municipal de São José, Estado de Santa Catarina, com endereço na Rua Domingos Pedro Hermes,14 –Barreiros - São José - SC, ou no site www.pmsj.sc.gov.br;

1.2. Para fins de Credenciamento, o envelope contendo os documentos relacionados no “item 5” deste edital, deverá ser entregue no endereço mencionado no “item 1.1” - Protocolo da Secretaria de Saúde de São José:

PRAZO

A PARTIR DAS 13h DO DIA 27/05/2014

1.2.1. O prazo mínimo de publicidade desse credenciamento é baseado no § 2o, inciso II, do artigo 21, da Lei 8.666/93.

1.3. Após a data estipulada acima, a qualquer tempo, outros interessados poderão aderir livremente ao atender a esse chamamento para Credenciamento, desde que satisfaçam os requisitos do instrumento convocatório, estando o credenciamento vigente, devendo apresentar, na forma do item subitem 1.3, a documentação relacionado no item 5.

1.4. APRESENTAÇÃO DO ENVELOPE - Os interessados deverão apresentar, até a data e hora do recebimento indicados, 01 (um) envelope fechado, de forma a não permitir a sua violação, em cuja parte externa deverá estar afixado um documento da empresa interessada, em papel timbrado, listando todos os documentos de habilitação e oferta de serviços exigidos no “item 5”, bem como constar:

DA: (Nome da Empresa) – Fone/Fax: _____

À:

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DE SÃO JOSÉ/PMSJ
CREDENCIAMENTO Nº
ENVELOPE Nº 01 - “HABILITAÇÃO”

1.5. Toda documentação apresentada, pertinente à Habilitação, deverá estar redigida em português (admitida a citação de termos técnicos em outra língua), impressa em papel com identificação do proponente, sem emendas, ressalvas, entrelinhas ou rasuras em suas partes essenciais e com páginas numeradas sequencialmente, rubricada em todas as suas folhas e, ao fim, assinada por quem tenha capacidade para assumir a obrigação em nome da empresa.

2. DO OBJETO

2.1. O objeto da presente Chamado Pública é a seleção e possível contratação de entidades privadas prestadoras de serviços de saúde para a realização de Procedimentos com finalidade diagnóstica – Grupo 02 – Diagnóstico por Endoscopia – Subgrupo 09, discriminados no da “Tabela de Procedimentos, Medicamentos, Órteses e Próteses e Materiais Especiais (OPM) do Sistema Único de Saúde - SUS”, que se encontra disponível no seguinte endereço eletrônico: <http://sigtab.datasus.gov.br>, conforme Termo de Referência (Anexo I).

2.2. O Termo de Referência (Anexo I) apresenta de forma detalhada a necessidade e as áreas de interesse da Secretaria Municipal de Saúde para os Procedimentos com finalidade diagnóstica – Grupo 02 – Diagnóstico por Endoscopia – Subgrupo 09, discriminados no da “Tabela de Procedimentos, Medicamentos, Órteses e Próteses e Materiais Especiais (OPM) do Sistema Único de Saúde - SUS”.

3. DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

3.1 – A despesa referente aos serviços objeto do presente será empenhada na atividade 2.148 – Promoção e Funcionamento da Rede Municipal de Saúde, conforme o elemento despesa 33.90.39.00.00.00.00.01.0338 - outros serviços de terceiros – Pessoa Jurídica, o elemento despesa 33.90.39.00.00.00.00.01.082 - outros serviços de terceiros – Pessoa Jurídica e também conforme o elemento despesa 33.90.39.00.00.00.00.01.0349 - outros serviços de terceiros – Pessoa Jurídica. Orçamento vigente de 2014.

4. DAS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO

4.1. Os interessados deverão:

- a) satisfazer as condições estabelecidas neste edital e seus anexos;
- b) estar localizados no município da Região da Grande Florianópolis;
- c) integrar-se ao sistema de regulação utilizado pelo município, destinando equipamento (s) necessário (s) para operacionalização do mesmo e indicar pelo menos 01 (um) profissional para ser treinado e tornar-se apto a utilizar o Sistema;
- d) atender pacientes agendados pelo sistema de regulação, somente em dias e horários previamente acordados com a Gerência de Regulação, Avaliação e Controle;
- e) atender os pacientes encaminhados pela SMS/SJ, pelo menos, por 12 (doze) horas diárias com início a partir do horário das 07h, de segunda a sexta-feira, exceto feriados oficiais, não sendo considerados como tal as datas chamadas de pontos facultativos, tais como semana de carnaval e recesso de final de ano, havendo, portanto, obrigatoriedade de atendimento;

4.2. Realizar, conforme as necessidades e solicitações da SMS/SJ, os procedimentos discriminados na TABELA SUS, relacionados no “Termo de Referência” – Anexo I deste edital;

4.3. Estarão, porém, impedidos de participar do Credenciamento, interessados que se enquadrem em uma ou mais das situações a seguir:

- a) de interessados constituídos sob a forma de consórcio;
- b) estejam cumprindo penalidade de suspensão temporária imposta pela Administração Pública motivada pelas hipóteses previstas nos artigos 87 e 88 da Lei nº 8.666/93;
- c) interessados declarados inidôneos em qualquer esfera de Governo;
- d) aqueles que estejam sob falência, recuperação judicial, concordatária, concurso de credores, dissolução e liquidação;
- e) empresas cujos diretores, gerentes, sócios e responsáveis técnicos sejam servidores ou dirigentes da SMS/SJ, conforme previsão do art. 9º da Lei nº 8.666/93 e alterações;

4.4. A participação neste Credenciamento implica automaticamente na aceitação integral e irrevogável dos termos e conteúdos deste edital e seus anexos, a observância dos preceitos legais e regulamentos em vigor, e a responsabilidade pela fidelidade e legitimidade das informações e dos documentos apresentados em qualquer fase do credenciamento, resguardados os direitos recursais.

4.5. Os proponentes poderão se credenciar junto a Comissão de Contratualização de Prestadores - CCP, através de 01 (um) representante legal, devidamente munido de documento que o credencie a participar deste procedimento licitatório.

4.5.1. O credenciamento far-se-á por meio de procuração pública ou particular com firma reconhecida e com poderes necessários para praticar todos os atos pertinentes ao credenciamento, inclusive poderes para desistência de interposição de recursos, em nome da representada. Em sendo o representante sócio, proprietário, dirigente ou assemelhado da empresa proponente, deverá constar no Estatuto ou Contrato Social, parte integrante dos documentos de habilitação, cláusula no qual estejam expressos seus poderes para exercer direitos e assumir obrigações em decorrência de tal investidura.

4.5.2. O documento de credenciamento será retido pela Comissão e juntado ao processo licitatório.

5. DA DOCUMENTAÇÃO – HABILITAÇÃO E OFERTA DE SERVIÇOS

5.1. Os documentos necessários para declaração de habilitação deverão estar com prazo vigente, à exceção daqueles que, por sua natureza, não contenham validade, e poderão ser apresentados em original, por qualquer processo de cópia autenticada por tabelião de notas ou por servidor da unidade que realizará o Credenciamento, ou publicação em órgãos da imprensa oficial, não sendo aceitos “protocolos de entrega” ou “solicitação de documento” em substituição aos documentos requeridos neste edital.

5.1.1. Os documentos relacionados nos subitens que seguem, preferencialmente, numerados sequencialmente.

5.2. DA HABILITAÇÃO JURÍDICA

- a) Registro Comercial, no caso de empresa individual, arquivado na respectiva Junta Comercial;
- b) Ato constitutivo, estatuto ou contrato em vigor, devidamente registrado na Junta Comercial, em se tratando de sociedades comerciais; e no caso de sociedade por ações, acompanhado dos documentos de eleição de seus atuais administradores;
- c) Inscrição do ato constitutivo no caso de sociedades civis, acompanhada de documentação que identifique a Diretoria em exercício, registrado em Cartório;
- d) Decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente;

5.3. DA REGULARIDADE FISCAL

- a) Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica – CNPJ;
- b) Certidão Negativa Conjunta de Débitos Relativos a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União;
- c) Prova de regularidade fiscal para com a Fazenda Estadual e Municipal da sede da licitante.
- d) Prova de regularidade com o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço – FGTS;
- e) Prova de regularidade com a Seguridade Social (INSS) - CND;
- f) Prova de inexistência de débitos trabalhistas – Justiça do Trabalho – CNDT;
- g) Prova de inscrição de contribuinte municipal referente à sede ou domicílio;

5.4. DA QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

- a) Atestado, emitido por pessoa jurídica de direito público ou privado, comprovando a aptidão de atividade anterior, compatível com o objeto da presente credenciamento – Atestado de Capacidade Técnica;
- b) Alvará sanitário ou autorização de funcionamento equivalente, expedido pelo órgão federal, estadual ou municipal, responsável pelo controle sanitário do comércio dos serviços prestados pelo interessado, em conformidade com objeto do contrato social e compatível com o objeto deste Credenciamento;
- b.1) No caso de renovação, se esta não houver sido deferida, tempestivamente, deverá ser apresentado o protocolo do pedido, formulado no prazo, acompanhado da licença anterior, correspondente ao último exercício.
- c) Registro ou Inscrição da instituição no respectivo conselho regional de classe e o certificado de regularidade funcional do estabelecimento junto ao conselho regional de classe do qual o responsável técnico faz parte;
- d) Comprovante de cadastramento no Cadastro Nacional de Estabelecimento de Saúde (CNES);
- e) Relação nominal dos profissionais que compõem a equipe técnica do prestador, informando: nome, CPF, cargo, função, carga horária semanal, número com cópia de inscrição no respectivo Conselho Profissional, quando for o caso (Anexo II);
- e.1) A empresa deverá demonstrar o vínculo de trabalho dos profissionais mediante a apresentação de cópia de Carteira de Trabalho ou Ficha de Registro de Funcionários ou Instrumentos societários, em caso de sócio e/ou Diretor, ou Contrato de Prestação de Serviços.
- f) Cópia do RG, CPF e Certificado no respectivo Conselho de Classe do responsável técnico pelo serviço a ser contratado;
- g) Certificado de Entidade de Fins Filantrópicos emitidos pelo Ministério da Saúde na forma do Artigo 17 do decreto n.º.237, de 20/07/10, somente para as entidades designadas como Filantrópicas, Sem Fins Lucrativos, Beneficentes ou Sem Fins Econômicos;

5.5. DA QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA

5.5.1. Certidão Negativa de Falência ou Concordata expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica, com data de emissão de no máximo 30 (trinta) dias, anteriores à data fixada para a sessão de abertura do Edital de Credenciamento.

5.5.2. Para fazer jus às prerrogativas que lhe são deferidas pela Lei Complementar nº 123/06, todas as licitantes, além dos documentos citados no item HABILITAÇÃO, deverão apresentar certidão expedida pela Junta Comercial ou pelo Cartório de Registro Civil de Pessoa Jurídica, com data de expedição não superior a 60 dias, comprovando, conforme o caso, sua condição de ME ou de EPP.

5.6 – DECLARAÇÕES CONFORME ANEXO III e IV:

- a) ANEXO III - Declaração de cumprimento ao disposto no inciso XXXIII, art. 7º, da Constituição Federal, ou seja, inexistência no quadro funcional da empresa de menor de dezoito anos desempenhando trabalho noturno, perigoso ou insalubre ou qualquer trabalho por menor de dezoito anos, a não ser que seja contratado na condição de aprendiz, a partir dos quatorze anos.
- b) ANEXO IV - Declaração afirmando estar ciente das condições deste edital, que assume a responsabilidade pela autenticidade de todos os documentos apresentados, sujeitando-se às penalidades legais e a sumária desclassificação do licitante, e que fornecerá quaisquer informações complementares solicitadas pela CCP.

5.7. DA OFERTA DE SERVIÇOS

5.8.1. Declaração do proponente, constando identificação do proponente: Nome, CNPJ, endereço, inscrição municipal, telefone, fax, e-mail, dados pessoais do signatário para preenchimento do contrato, indicando sua proposta de oferta para os procedimentos objeto do Credenciamento, obedecendo à nomenclatura e codificação contidas na TABELA SUS do Ministério da Saúde, considerando a sua oferta destinada aos atendimentos particulares e aos convênios privados, conforme modelo proposto no Anexo VI;

5.8.2. Declaração do proponente que se submete às normas técnicas e administrativas da SMS/SJ, aos princípios e às diretrizes do SUS, da mesma forma que está de acordo com a tabela de valores e reajustes aplicados aos referidos, conforme determinações do Ministério da Saúde, definidas pela direção nacional do SUS, e ainda, que realizará todos os procedimentos a que se propõe, conforme Anexo V deste edital;

5.8.3. A proponente deverá considerar também para compor sua oferta de serviço a realização de "Mutirões:

- a) Mediante a necessidade de suprimir uma eventual demanda reprimida a SMS/SJ poderá a realização de mutirões de procedimentos aqui

contratados, em conformidade ao edital;

b) Havendo necessidade de realizar mutirões com os procedimentos descritos no Termo de Referência – Anexo I nos preços ora pactuados, será consultado o interesse de participação dos prestadores contratados, neste caso devem disponibilizar sua equipe e estrutura física de acordo com sua capacidade instalada de oferta ao SUS conforme Anexo VI do edital;

c) A organização dos mutirões ficará a cargo da Diretoria de Planejamento, Regulação, Avaliação Controle, e Auditoria - DIPRAC, cabendo a esta Diretoria a definição da programação financeira a ser disponibilizado e a quantidade de procedimentos a ser ofertados em cada mutirão e fica a cargo da Gerência de Regulação a organização do acesso através do SISREG, ou sistema de regulação utilizado pela SMS/SJ;

d) A distribuição das cotas, para realização dos mutirões, deve ser proporcional à respectiva programação financeira de cada prestador, bem como capacidade instalada, sendo que tais valores devem ser previstos nos respectivos contratos mediante termo aditivo;

e) A realização dos mutirões ocorrerá mediante autorização prévia da CONTRATANTE e mediante disponibilidade financeira no Bloco de Financiamento da Atenção de Média e Alta Complexidade Ambulatorial e Hospitalar da referida competência ou mediante disponibilidade orçamentária e financeira própria do município.

6. DOS VALORES A SEREM APLICADOS PARA OS PROCEDIMENTOS

6.1 - Os valores utilizados para remuneração dos procedimentos serão calculados de acordo com os seguintes critérios:

6.1.1 - Os valores referentes aos procedimentos serão os previstos conforme ANEXO I deste edital, sendo para estes utilizados os recursos da Média e Alta Complexidade – MAC e recursos da fonte do tesouro Municipal;

6.2 - Eventual cobrança de qualquer valor excedente dos pacientes ou seus responsáveis acarretará na aplicação das sanções previstas no edital e seus anexos.

7. DA ANÁLISE DA DOCUMENTAÇÃO E JULGAMENTO DA COMISSÃO DE CONTRATUALIZAÇÃO DE PRESTADORES – CCP – DE SERVIÇOS DE SAÚDE

7.1. O presente Credenciamento será realizado em uma única etapa de exame da documentação exigida;

7.2. A Comissão de Contratação de Prestadores - CCP irá receber, analisar, comentar, esclarecer, discutir, aprovar ou reprovar a documentação entregue, receber recursos, emitir pareceres ou, obrigatoriamente, em caso de manutenção de decisão contrária, encaminhar à superior apreciação e julgamento.

7.3. À CCP, além do recebimento e exame da documentação e da análise para habilitação do interessado, caberá em obediência às disposições estabelecidas neste Edital e demais legislação pertinente, conduzir as atividades correlatas.

7.4. As informações relativas aos serviços ofertados e à capacidade instalada serão certificadas através de diligência pela área técnica, conforme item 8 deste edital, a realizar-se a qualquer tempo, após a verificação da documentação, sendo passível de desclassificação quando constatado que as mesmas não atendem ao presente Edital.

7.5. Será desconsiderada a documentação que contrarie os requisitos expressos neste edital e em seus anexos ou em desacordo com as formalidades prescritas, sendo a proponente desclassificada;

7.6. Terão o pedido de credenciamento indeferido os prestadores que não apresentarem a documentação exigida ou, se apresentada, não for aprovada, importando na exclusão do direito de participar da fase de contratação deste Credenciamento.

7.7. Serão também declarados desclassificados os interessados:

a) Que, por qualquer motivo, estejam declarados inidôneos ou punidos com suspensão do direito de licitar ou contratar com a Administração Pública, Direta ou Indireta, Federal, Estadual ou Municipal, desde que o ato tenha sido publicado no Diário Oficial da União, dos Estados ou dos Municípios, pelo Órgão que o expediu;

b) Inadimplentes com as obrigações assumidas junto ao órgão fiscalizador da classe, sejam financeiras ou de registro profissional, bem como os que possuam qualquer nota desabonadora emitida pelo mesmo;

c) Anteriormente descredenciados pela SMS/SJ por descumprimento de cláusulas contratuais ou irregularidades na execução dos serviços prestados;

7.8. Serão classificados os proponentes que atenderem a todas as exigências do presente Edital, referentes à HABILITAÇÃO e à OFERTA DE SERVIÇOS;

7.9. A CCP em até 30 (trinta) dias analisará a documentação dos proponentes, bem como realizará as diligências mencionadas no item 7.2., emitindo o resultado dos classificados/credenciados inicialmente.

7.9.1. A documentação dos proponentes que ingressarem com documentação após o final do prazo inicial de chamamento (subitem 1.3.), será analisada no mesmo prazo.

7.9.2. O prazo citado acima poderá ser prorrogado, desde que justificado.

7.10. Os documentos deverão estar todos em nome da matriz ou todos em nome da filial, exceto aqueles que comprovadamente só possam ser fornecidos à matriz ou filial e referir-se ao local do domicílio ou sede da licitante (localizadas no Município).

8. DAS DILIGÊNCIAS

8.1. A CCP, na forma do disposto no § 3º do art. 43, da Lei nº 8.666/93 e alterações, reservam-se no direito de promover qualquer diligência destinada a esclarecer ou complementar a instrução do processo relativo a este credenciamento;

8.2. A CCP em conjunto com o Conselho Municipal de Saúde, realizará diligência nas instalações de todos os proponentes considerados classificados, sem de prévio agendamento, para verificação da capacidade instalada e das reais condições de atendimento às necessidades da SMS/SJ, conforme critérios estabelecidos no Anexo VII desse edital;

8.3. As diligências poderão ser realizadas a qualquer momento, mesmo após a assinatura do contrato, a critério da SMS/SJ;

9. DO CREDENCIAMENTO E PUBLICAÇÃO

9.1. Serão credenciados os prestadores que forem CLASSIFICADOS, conforme itens 7 e 8 deste edital, bem como aprovado na diligência mencionada no item 8.2 deste edital.

9.2. Será publicada no Diário Oficial do Estado a relação de empresas CLASSIFICADAS e, portanto, CREDENCIADAS, abrindo-se o prazo recursal previsto no item 13;

9.3. O prestador que vier a ser contratado se submeterá às normas definidas pela SMS/SJ quanto à realização dos serviços prestados, a fim de garantir o bom atendimento aos usuários do SUS.

9.4. As normas, formas de contratação, valores a serem pagos pelos serviços prestados, fonte dos recursos financeiros, fluxo de atendimento, bem como direitos e deveres das partes serão definidas no Termo de Referência (Anexo I) e Contrato de Prestação de Serviços a ser firmado nos moldes do (Anexo VIII);

9.5. Os instrumentos de credenciamento e contratação serão firmados em conformidade com o disposto neste Edital e demais normas do SUS, sem prejuízo de outras exigências ajustadas pelas partes, a critério da SMS/SJ;

9.6. O prestador de serviço que vier a ser credenciado por força do presente Credenciamento deverá iniciar suas atividades a partir da publicação do extrato do contrato ou a critério da SMS/SJ na defesa do interesse público;

9.7. O credenciamento terá vigência por 12 (doze) meses, podendo ser prorrogado por até 60 (sessenta) meses, para atender ao interesse público;

9.7.1. A vigência do credenciamento iniciará na data da publicação no Diário Oficial do Estado da relação de Credenciados referente à primeira etapa deste credenciamento, ou seja, o período inicial mencionado no subitem 1.2.

10. DA DISTRIBUIÇÃO DA PROGRAMAÇÃO FINANCEIRA

10.1. Terão preferência de contratação os prestadores públicos, seguidos pelas entidades filantrópicas e pelas entidades sem fins lucrativos, segundo o § 1º, do artigo 199, da Constituição da República, e artigo 25, da Lei Federal nº. 8.080/90, de acordo com sua proposta de oferta para os procedimentos;

10.2. O teto financeiro do município de São José para o objeto deste Credenciamento, segundo a PPI - Programação Pactuada e Integrada, que contempla a abrangência prioritariamente dos 22 (vinte e dois municípios) da região, será distribuído entre os prestadores, podendo ser complementado com recursos próprios do tesouro Municipal e/ou Estadual mediante necessidade da SMS-SJ e da região;

10.2.1. O teto financeiro será distribuído entre os prestadores contratados respeitando a capacidade ofertada de cada prestador credenciado e de acordo com as disponibilidades de pactuações da SMS-SJ;

11. DO CONTRATO

11.1. Em até 10 (dez) dias úteis após a publicação no DOM do resultado do credenciamento, os proponentes credenciados serão chamados para assinatura do contrato, cuja minuta segue no Anexo VII deste Edital, de acordo com a necessidade da SMS/SJ;

11.2. No momento da assinatura do contrato, caso não haja aceitação do prestador selecionado, deverá ser assinado Termo de Desistência;

11.3. A vigência do contrato está vinculada a do credenciamento;

11.3.1. O contrato terá vigência inicial a partir da data de sua assinatura por até 12 (doze) meses, coincidindo com a vigência final do credenciamento, podendo ser prorrogado por até 60 (sessenta) meses, conforme inciso II, do Artigo 57, da Lei 8.666/93, condicionado a prorrogação da vigência do credenciamento.

11.3.2. A vigência do contrato respeitará o prazo proporcional da vigência do credenciamento, para os contratos que vierem a ser firmados no ínterim do período referido no item 11.3.1.

12. DO PAGAMENTO

12.1. Deverá ser entregue Nota Fiscal de prestação de serviços da CONTRATADA para a CONTRATANTE, emitida em moeda corrente nacional;

12.1.1. Os valores devidos ao credenciado serão pagos de acordo com os serviços efetivamente realizados no mês de referência, sendo vedada a antecipação do mesmo;

12.2. A CONTRATANTE, após conferência e certificação da Nota Fiscal, efetuará o pagamento através de crédito bancário, em até 30 (trinta) dias úteis, a contar da data de liquidação da respectiva Nota Fiscal pela SMS/SJ, com o mesmo CNPJ e Razão Social apresentados para a

habilitação e proposta, desde que comprovada à regularidade da situação fiscal do credenciado;

12.2.1. O atraso na entrega da nota fiscal acarretará o adiamento do prazo de pagamento na mesma quantidade de dias, não incidindo neste caso qualquer acréscimo de valores a título de juros, multa ou correção monetária;

12.3. No momento da contratação o prestador deverá informar dados de identificação de conta bancária: Banco, Número da agência e da Conta Corrente, na qual deseja receber os pagamentos relativos aos serviços prestados;

12.3. 1. O fornecedor ou prestador de serviços que optar por receber seu pagamento em outras instituições que não a CAIXA ECONÔMICA FEDERAL, ficará responsável pelo custo da tarifa bancária referente à respectiva transferência de valores entre Bancos, uma vez que os pagamentos efetuados pelo SMS/SJ são efetuados prioritariamente pelo referido banco;

12.4. Em nenhuma hipótese serão autorizadas despesas sem a competente previsão orçamentária.

12.5. Nenhum pagamento isentará a CONTRATADA das responsabilidades e obrigações advindas da execução dos serviços prestados, nem implicará em aceitação dos serviços em desacordo com o previsto neste Edital e seus anexos.

12.5.1 O Município poderá sustar o pagamento da nota fiscal/fatura, nos seguintes casos:

12.5.2. Paralisação dos serviços por parte da CONTRATADA, até o reinício;

12.5.3. Execução defeituosa dos serviços até que sejam refeitos ou reparados;

12.5.4. Não atendimento de qualquer obrigação contratual ou exigências da Fiscalização do Município.

12.6. Demais condições de pagamento são as estipuladas na Minuta de Contrato, Anexo VIII deste edital.

13. DAS IMPUGNAÇÕES, PEDIDOS DE ESCLARECIMENTOS E RECURSOS

13.1. Decairá do direito de impugnar os termos deste Edital apontando as falhas ou irregularidades que o viciou, o proponente que não o fizer até o segundo dia útil, que anteceder a abertura dos envelopes, hipótese em que tal comunicação não terá efeito de recurso (§ 2º do art. 41 da Lei 8.666/93);

13.2. Até 05 (cinco) dias úteis, antes da data fixada para recebimento das propostas, qualquer pessoa poderá solicitar esclarecimentos ao ato convocatório (§ 1º do art. 41 da Lei 8.666/93);

13.3. Quaisquer dúvidas sobre o presente edital serão consideradas como pedidos de esclarecimentos e deverão ser objeto de consulta a CCP, exclusivamente: via correio, fax ou através do protocolo da SMS/SJ;

13.4. A perfeita compreensão do edital se dá somente mediante leitura atenta do conteúdo de todas as suas páginas, pois os dispositivos nelas contidos se complementam a fim de definirem as regras deste Credenciamento. Portanto, recomenda-se aos interessados em participar deste procedimento, antes de oferecer qualquer pedido de esclarecimento, efetuar uma leitura completa do edital e procurar esclarecer suas dúvidas em um único documento, se for possível, evitando transtornos ao certame;

13.5. Acolhida a petição contra o ato convocatório, será designada nova data para a entrega do envelope, reabrindo-se os prazos, no caso de alteração do teor da habilitação e oferta de serviços;

13.6. Das decisões proferidas pela CCP caberá recurso nos termos do art. 109 da Lei nº 8.666/93 e alterações;

13.7. O recurso deverá ser interposto mediante petição datilografada ou impressa, devidamente arrazoada subscrita pelo representante legal ou preposto da recorrente, obedecendo aos prazos previstos na Lei de Licitações;

13.8. O recurso deverá ser entregue no setor de protocolo da SMS/SJ, endereçado a CCP, podendo ser encaminhado por fax;

13.8.1. A parte que interpuser recurso por meio de fax deverá providenciar a juntada da via original nos respectivos autos, no prazo de máximo de 48 (quarenta e oito) horas, sob pena do não conhecimento deste;

13.9. A CCP poderá utilizar-se, quando necessário, de setores técnicos na busca de subsídios, bem como, com fulcro no art. 43, § 3º, do diploma licitatório, em qualquer fase do credenciamento, realizar diligências que visem à instrução do processo;

13.10. Não serão conhecidos os recursos apresentados fora do prazo legal e/ou subscritos por representante não habilitado legalmente ou não identificado no processo para responder pelo proponente;

13.11. Decididos os recursos, a autoridade competente homologará o credenciamento das empresas;

13.12. Os autos do processo permanecerão com vistas franqueadas aos interessados, na sede da SMS/SJ.

14. DAS PENALIDADES E DAS SANÇÕES

14.1. As penalidades que poderão ser aplicadas a proponente/Contratada são as previstas na Lei Federal nº. 8.666, de 21 de junho de 1993 e alterações.

14.2. Poderão ser aplicadas as multas previstas na minuta do contrato juntamente com as seguintes sanções:

- a) advertência;
- b) suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração, por prazo não superior a 2 (dois) anos;
- c) declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a contratada ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes e depois de decorrido o prazo da sanção aplicada com base no inciso anterior.
- d) descredenciamento, implicando na rescisão do presente, respeitado o devido processo legal.

14.3. A recusa injustificada do credenciado em assinar o contrato, aceitar ou retirar o instrumento equivalente, dentro do prazo estabelecido, caracteriza o descumprimento total da obrigação assumida, sujeitando-o a penalidade de suspensão, pelo período de 12 (doze) meses.

14.4. A qualquer ato de aplicação das penalidades e sanções previstas neste edital caberá recurso, nos prazos estabelecidos na lei de licitações, a contar da ciência da intimação, podendo a Administração reconsiderar sua decisão ou nesse prazo encaminhá-la devidamente informada para a apreciação e decisão superior, dentro do mesmo prazo.

15. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

15.1. Fazem parte deste Edital os seguintes documentos:

Anexo I - Termo de Referência de Endoscopia;
Anexo II - Relação de profissionais que compõem a equipe técnica;
Anexo III - Declaração de Atendimento ao Art. 7º da Constituição Federal.
Anexo IV - Declaração de Aceitação do Edital;
Anexo V - Declaração de Aceitação dos Preços e Normas do SUS;
Anexo VI - Declaração de capacidade instalada e proposta de oferta para o SUS;
Anexo VII - Diligência nas Instalações do Proponente.
Anexo VIII - Minuta do Contrato

15.2. O extrato do presente Edital será publicado no Diário Oficial do Município e o Edital na íntegra, com seus anexos, estarão disponíveis no site www.pmsj.sc.gov.br.

15.3. A CCP reserva-se o direito de anular seus próprios atos, quando eivados de vícios que os tornam ilegais, porque deles não se originam direitos; ou revogá-los, por motivo de conveniência ou oportunidade, respeitados os direitos adquiridos, e ressalvada, em todos os casos, a apreciação judicial (Supremo Tribunal Federal - STF, Súmula nº 473);

15.4. Caso a empresa proponente seja isenta de algum documento exigido no presente edital, deve à mesma fazer prova, dentro do envelope da fase correspondente à exigência, através de declaração do órgão expedidor do aludido documento;

15.5. A apresentação de documentos exigidos no presente Edital poderão ser extraídos através dos Sites dos Órgãos Competentes (Internet), estando sujeitos a comprovação e confirmação junto ao Site do Órgão Competente, salvo disposição em contrário;

15.6. A CCP, no interesse público, poderá relevar omissões puramente formais, desde que não seja infringido o princípio da vinculação ao instrumento convocatório;

15.7. Nenhuma indenização será devida aos proponentes pela elaboração e/ou apresentação de quaisquer documentos relativos ao presente Credenciamento;

15.8. A formulação de proposta é de exclusiva responsabilidade do proponente, não sendo aceito após a abertura dos envelopes qualquer pedido de retificação;

15.9. A CCP poderá solicitar parecer técnico interno ou externo em qualquer fase da presente licitação;

15.10. Os prestadores manter-se-ão, durante a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações anteriores e com as condições de habilitação exigidas neste instrumento.

15.10.1. A fiscalização dos serviços executados será de responsabilidade do Município de São José, por meio da Secretaria de Saúde, a quem caberá:

15.10.1.1. Verificar se no seu desenvolvimento estão sendo cumpridos os termos do contrato, especificações e demais requisitos;

15.10.1.2. Certificar a execução dos serviços para o pagamento das faturas;

15.10.1.3. Solucionar problemas executivos;

15.10.1.4. Participar de todos os atos que se fizerem necessários para a fiel execução dos serviços contratados.

15.10.1.5. A fiscalização, que atuará desde o início dos trabalhos até o seu recebimento definitivo, será exercida no interesse exclusivo do Município de São José e não exclui nem reduz a responsabilidade da contratada, inclusive de terceiros, por qualquer irregularidade.

15.10.1.6. A Fiscalização poderá solicitar da Contratada o afastamento de qualquer empregado cuja atuação e permanência no serviço prejudique a execução do objeto, ou cujo comportamento seja julgado inconveniente, ficando obrigada a declarar os motivos desta decisão.

15.10.1.7.- A Contratada fica obrigada a manter os serviços por sua conta e risco e em perfeitas condições de conservação e funcionamento.

ANEXO I - TERMO DE REFERÊNCIA

1. Este Termo de Referência tem como finalidade detalhar o interesse da Secretaria Municipal de Saúde de São José (SMS/SJ) para a contratação dos procedimentos com finalidade diagnóstica, de acordo com a nomenclatura da "Tabela de Procedimentos, Medicamentos, Órteses e Próteses e Materiais Especiais (OPM) do Sistema Único de Saúde - SUS", estando organizado por grupo; sub-grupo e forma de organização:

Grupo:	02 - Procedimentos com finalidade diagnóstica
SubGrupo:	09 – Diagnóstico por endoscopia
	01 – Aparelho digestivo
	02 – Aparelho Urinário
	03 - Aparelho Ginecológico
	04 - Aparelho Respiratório

2. Os procedimentos, elencados a seguir, incluindo o valor correspondente pago pelo Sistema Único de Saúde - SUS, poderão ser consultados no sistema de consulta da "Tabela de Procedimentos, Medicamentos, Órteses e Próteses e Materiais Especiais (OPM) do Sistema Único de Saúde - SUS", através do site: <http://sigtap.datasus.gov.br>

Ministério da Saúde - MS Secretaria de Atenção à Saúde Tabela de Procedimentos, Medicamentos, Órteses, Próteses e Materiais Especiais do SUS				
Competência:	09/2013			
Grupo:	02 - Procedimentos com finalidade diagnóstica			
SubGrupo:	09 - Diagnóstico por endoscopia			
Forma de Organização:	01 - Aparelho digestivo			
Código	Nome	Valor SUS	Valor de Complemento	Valor Total do procedimento
0209010010	COLANGIOPANCREATOGRAFIA RETROGRADA (VIA ENDOSCOPICA)	R\$ 90,68	R\$272,00	R\$368,68
0209010029	COLONOSCOPIA (COLOSCOPIA)	R\$ 112,66	R\$400,00	R\$512,66
0209010037	ESOFAGOGASTRODUODENOSCOPIA	R\$ 48,16	R\$131,84	R\$180,00
0209010053	RETOSSIGMOIDOSCOPIA	R\$ 23,13	R\$69,00	R\$92,13
Grupo:	02 - Procedimentos com finalidade diagnóstica			
SubGrupo:	09 - Diagnóstico por endoscopia			
Forma de Organização:	02 - Aparelho urinário			
Código	Nome	Valor SUS	Valor de complemento	Valor Total do procedimento
0209020016	CISTOSCOPIA E/OU URETEROSCOPIA E/OU URETROSCOPIA	R\$18,00	R\$54,00	R\$72,00
Grupo:	02 - Procedimentos com finalidade diagnóstica			
SubGrupo:	09 - Diagnóstico por endoscopia			
Forma de Organização:	03 – Aparelho ginecológico			
Código	Nome	Valor SUS	Valor de complemento	Valor Total do procedimento
0209030011	HISTEROSCOPIA CIRÚRGICA	R\$ 76,50	R\$229,50	R\$306,00
Grupo:	02 - Procedimentos com finalidade diagnóstica			

SubGrupo:		09 - Diagnóstico por endoscopia		
Forma de Organização:		02 - Aparelho respiratório		
Código	Nome	Valor SUS	Valor de complemento	Valor Total do procedimento
0209040017	BRONCOSCOPIA (BRONCOFI-BROSCOPIA)	R\$ 36,02	\$72,00	R\$108,02
0209040025	LARINGOSCOPIA	R\$ 47,14	R\$94,00	R\$141,14
0209040003	TRAQUEOSCOPIA	R\$ 348,59	-	R\$348,59
0209040041	VIDEOLARINGOSCOPIA	R\$ 45,50	R\$91,00	R\$136,50

2.1. O prestador de serviços deverá possuir em sua clínica área física compatível ao número de pacientes a serem atendidos;

2.2. Para os procedimentos em que houver necessidade de realização de biópsia em qualquer dos procedimentos que fazem parte do anexo I deste edital, a análise patológica desse material não estará inclusa no valor do procedimento.

2.3. O prestador de serviços deverá fornecer os resultados de exames em formulário próprio, entregue ao paciente na sede do prestador;

2.4. O prazo máximo para entrega dos resultados dos exames é de 10(cinco) dias úteis, devendo o proponente considerar o referido prazo para compor sua oferta de serviços;

2.5. O prestador deverá descrever em sua proposta os grupos e respectiva Forma de Organização em que pretende se habilitar conforme discriminado no Anexo I – Termo de Referência, podendo encaminhar proposta escolhendo participar de um ou mais procedimentos de cada grupo;

2.6. Não poderá haver qualquer distinção entre o atendimento destinado aos pacientes encaminhados pela Secretaria Municipal de Saúde e os demais pacientes atendidos pelo prestador;

3. DA APRESENTAÇÃO DAS CONTAS E DO PAGAMENTO

3.1. Todos os contratados deverão utilizar o Sistema SIA/SUS para realização do fechamento de sua produção mensal.

3.2. O relatório de produção mensal deverá ser entregue na Diretoria de Regulação, Controle, Avaliação e Auditoria da Secretaria Municipal de Saúde até o 5º (quinto) dia útil do mês subsequente à prestação do serviço, acompanhado dos formulários de agendamento.

ANEXO II

RELAÇÃO DE PROFISSIONAIS QUE COMPÕEM A EQUIPE TÉCNICA EDITAL DE CREDENCIAMENTO Nº 003/2014/SMS/PMSJ

Empresa: _____
CNPJ: _____

Nome do profissional	CPF	Cargo	Função	Carga horária semanal	Número no Conselho Profissional (quando for o caso)

São José (SC), ____ de _____ de 2014.

NOME: _____
CPF: _____
Cargo: _____
ASS.: _____

ANEXO III

DECLARAÇÃO

(Inciso XXXIII do art. 7º da CF)

Prezados Senhores,

_____, inscrito no CNPJ nº _____ por intermédio de seu representante legal o(a) Sr(a) _____, portador(a) da Carteira de Identidade no _____ e do CPF no _____, DECLARA, para fins do disposto no inciso V do art. 27 da Lei no 8.666, de 21 de junho de 1993, acrescido pela Lei no 9.854, de 27 de outubro de 1999, que não emprega menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de dezesseis anos.

Ressalva: emprega menor, a partir de quatorze anos, na condição de aprendiz ().
(Observação: em caso afirmativo, assinalar a ressalva acima)

Datado aos _____ dias de _____ de _____.

Assinatura, Nome, Cargo e Função
(Proprietário, Sócio ou Representante Legal da Empresa)

ANEXO IV

EDITAL DE CREDENCIAMENTO Nº003/2014/SMS/SJ

DECLARAÇÃO DE ACEITAÇÃO DO EDITAL

A empresa _____, com sede na _____, São José - SC, inscrita no CNPJ nº _____, por meio de seu sócio-gerente ou representante legal, abaixo firmado, vem declarar que possui pleno conhecimento, e manifestar inteira concordância, com todos os termos do EDITAL DE CREDENCIAMENTO Nº003/2014/SMS/PMSJ, que trata da seleção e possível contratação de entidades, prestadoras de serviços de saúde para realização de Procedimentos com Finalidade Diagnóstica - de Procedimentos com finalidade diagnóstica – Grupo 02 – Diagnóstico por Endoscopia – Subgrupo 09, conforme descrição na "Tabela de Procedimentos, Medicamentos, Órteses e Próteses e Materiais Especiais (OPM) do Sistema Único de Saúde - SUS", relacionados no anexo I - Termo de Referência do referido edital, assumindo a responsabilidade pela autenticidade de todos os documentos apresentados, sujeitando-se às penalidades legais e a sumária desclassificação, e que fornecerá quaisquer informações complementares solicitadas pela CCP.

São José (SC), ____ de _____ de 2014.

NOME: _____
CPF: _____
Cargo: _____
ASS.: _____

ANEXO V

DECLARAÇÃO DE ACEITAÇÃO DOS PREÇOS E NORMAS DO SUS
EDITAL DE CREDENCIAMENTO Nº 003/2014/SMS/PMSJ

A empresa _____, com sede na _____, São José-SC inscrita no CNPJ nº _____, por meio de seu sócio-gerente ou representante legal abaixo firmado, vem manifestar sua aceitação aos preços praticados pela "Tabela de Procedimentos, Medicamentos e OPM do SUS" para pagamento dos procedimentos contratados.

E ainda, estando ciente de que os reajustes aplicados aos referidos procedimentos obedecerão às determinações do Ministério da Saúde, os quais serão repassados ao contrato somente por intermédio de Termo Aditivo.

Declaramos, também, termos conhecimento das normas do SUS, obedecendo aos seus princípios e suas diretrizes, em consonância com a legislação vigente incluindo portarias ministeriais.

São José (SC), ____ de _____ de 2014.

NOME: _____
CPF: _____
Cargo: _____
ASS.: _____

ANEXO VI

DECLARAÇÃO DE CAPACIDADE INSTALADA E
PROPOSTA DE OFERTA PARA O SUS
EDITAL DE CREDENCIAMENTO Nº003/2014/SMS/SJ

A empresa _____, com sede na _____, São José-SC, inscrita no CNPJ nº _____, por meio de seu sócio-gerente ou representante legal abaixo firmado, em atenção ao EDITAL DE CREDENCIAMENTO Nº003/2014/SMS/PMSJ, vem declarar que possui capacidade de oferta mensal para realização de Procedimentos com finalidade diagnóstica – Diagnóstico por Endoscopia, descritos conforme quadro abaixo:

GRUPO 02; SUB-GRUPO 09 – DIAGNÓSTICO POR ENDOSCOPIA	Capacidade Instalada (número de equipamentos)	Capacidade instalada de oferta em quantidade Mensal SUS e não SUS (Total)	Proposta para o SUS em quantidade mensal
01 – Aparelho digestivo			
02 – Aparelho Urinário			
03 - Aparelho Ginecológico			
04 - Aparelho Respiratório			

São José (SC), ____ de _____ de 2014.

NOME: _____

CPF: _____

Cargo: _____

ASS.: _____

ANEXO VII

“DILIGÊNCIA”

ROTEIRO DE AVALIAÇÃO E ACOMPANHAMENTO CONFORME PREVE O ITEM 7 DO EDITAL DE CREDENCIAMENTO Nº003/2014/SMS/PMSJ
– PROCEDIMENTOS DIAGNÓSTICO POR ENDOSCOPIA

1 – Dados Cadastrais	
Razão social:	
CNPJ:	
Nome Fantasia:	
Endereço:	
CEP: Bairro:	
Telefone: Fax: Email:	
Data da inspeção:	
Alvará de Saúde sim () não () nº	
Data do último Alvará de Saúde:	
Natureza da Organização: () Empresa Pública () Empresa Privada () Conveniada ao SUS	
Número de exames/mês:	
Número de pacientes/mês:	

Atividades desenvolvidas	S	N	NA
(A) Endoscopia digestiva alta			
(B) Colonoscopia			
(C) Retossigmoidoscopia			
(D) Colangiopancreatografia (via endoscópica)			
(E) Cistoscopia e/ou ureteroscopia e/ou uretroscopia			
(F) Histeroscopia cirúrgica			
(G) Broncoscopia (broncofibroscopia)			
(H) Laringoscopia			
(I)Traqueoscopia			
(J) Videolaringoscopia			
2 – Recursos Humanos	S	N	NA

Possui responsável técnico:			
Nome do responsável técnico:			
Registro no conselho:			
Enfermeiro			
Técnicos de enfermagem			
Anestesiologista			
Médico endoscopista			
Existe Programa de treinamento			
Realiza treinamentos periódicos			
Registro do treinamento			
Programa de controle médico e saúde ocupacional			
Registro de exames periódicos			
Programa de imunização dos funcionários			
Quais: Gripe() Hepatite B() Antitetânica() Outros()			
Vacina hepatite B obrigatória para equipe e pessoal limpeza			

3 -	Organização Operacional			
	Os profissionais reportam as inadequações relativas ao ambiente, equipamentos ou pessoal que comprometem a qualidade dos serviços prestados.			
	Existe registro de intercorrências médicas e das medidas adotadas			
	Paciente assina Termo de Consentimento e é informado de riscos			

4 -	Área Física	S	N	NA
	Área física total: m ²			
	Possui acesso para cadeirantes – rampas, diâmetro das portas – sanitário para deficientes			
	Possui todos os ambientes específicos e exclusivos para as atividades:			
	Recepção			
	Sanitário			
	Sala de recuperação			
	Sala exclusiva para lavagem, preparo e esterilização do material			
	Com qual atividade é compartilhada			
	Possui sistema de expurgo			
	Possui exaustão no sanitário/sala de esterilização de material			
	Possui ralo com tampa escamoteável			
	Boas condições de higiene nos sanitários			
	Possui lavatório			
	O lavatório tem torneira de fechamento sem o auxílio das mãos			
	Possui de sabão líquido e papel toalha			
	Recipiente de lixo com saco plástico			
	Lixeira com tampa de acionamento por pedal			
	Vestiário para funcionários			
	Revestimento de pisos, teto e paredes lisos, laváveis, resistentes e impermeáveis			
	Gerador de energia elétrica			

5 -	Informações gerais	S	N	NA
	Serviços de endoscopia próprios			
	Há prestação dos serviços de endoscopia para outros estabelecimentos			
	Há contrato formal das prestações de serviços			
	Serviço de endoscopia terceirizado			
	Razão Social:			
	Empresa(s) possui Alvará de Saúde atualizado			
	Possui contrato de terceirização?			
	Apresentou Laudos de Manutenção preventiva e corretiva do endoscópio			
	Apresentou laudo de vedação			

6 -	Biossegurança	S	N	NA
-----	---------------	---	---	----

	Possui identificação de todas as áreas			
	Programa de Gerenciamento de Resíduos de Serviços de Saúde			
	Possui recolhimento de resíduos			
	Com qual empresa terceiriza o recolhimento de resíduos			
	Possui contrato			
	Possui local fechado para armazenamento dos resíduos			
	Registro de limpeza e desinfecção semestral reservatório d'água			
	Possui programa de Proteção Contra Incêndio:			
	Extintores de Incêndio dentro do prazo de validade			
	Possui equipamento de proteção individual			
	Avental mangas longas (procedimento, limpeza, desinfecção e secagem)			
	Avental plástico para desinfecção	S	N	NA
	Luvax de látex (limpeza, desinfecção e secagem)			
	Luvax procedimento			
	Óculos de proteção (procedimento, limpeza, desinfecção e secagem)			
	Máscara de procedimento (procedimento, limpeza)			
	Máscara de carvão ativado para desinfecção			
	Utiliza corretamente os EPI's			
	EPI's em número adequado para a demanda das atividades			
	Existe procedimento no caso de acidentes de trabalho			
7 -	Procedimentos Operacionais Padrão (POP)	S	N	NA
	Possui POP de limpeza e desinfecção de equipamentos e materiais			
	Possui Procedimento Operacional Padrão de Biossegurança para todas as áreas			
	Possui POP de limpeza e desinfecção de endoscópio			
	Possui transporte e armazenagem do endoscópio			
	Possui POP de atendimento de emergências			
	POP's atualizados, datados, assinados, acessíveis e disponíveis			
8-	Produtos e Reagentes	S	N	NA
	Produtos e reagentes estão armazenados corretamente conforme instruções do fabricante			
	Reagentes e soluções de uso diário estão devidamente: rotuladas/datadas/prazo de validade/data da preparação/lote se necessário			
	Instruções de preparo de reagentes disponíveis e acessíveis			
	Possui Sistema de Exaustão no caso de manipular reagentes químicos			
	Possui Programa de Garantia da Qualidade			
	Realiza controles de qualidade externo			
	Possui contrato			
	Possui registro do controle de qualidade externo			
	Avalia os resultados do controle de qualidade externo			
	Realiza controle de qualidade interno			
9-	Equipamentos Eletro-Médico	S	N	NA
	Possui manuais dos equipamentos utilizados			
	Realiza limpeza dos equipamentos periodicamente			
	Possui registro			
	Inspeciona danos no tubo como amasso			
	Possui Programa de Manutenção preventiva e corretiva			
	Etiqueta de identificação com última /próxima manutenção/ calibração/verificação			
	Possui registro periódico de calibração dos equipamentos/instrumentos			
	Possui registro periódico de manutenção preventiva dos equipamentos			
	Possui registro de manutenção corretiva dos equipamentos			
	Possui laudo de calibração/verificação dos equipamentos/instrumentos			
	Os laudos de calibração/verificação dos equipamentos/instrumentos contêm todas as informações de rastreabilidade à RBC			
10-	Situações de Emergência	S	N	NA

	Possui procedimentos operacionais padrão de atendimentos de emergência			
	Possui treinamento para atuação nestas situações			
	Possui carro de parada com cardioversor			
	Suporte para fluido intravenoso 01 na sala			
	Oxímetro de pulso 01 na sala			
	Ponto de oxigênio 01 na sala			
	Negatoscópio 01			
	Aspirador portátil 01 na sala			
	Ventilador pulmonar manual (ambu com reservatório) 1 na sala			
	Material completo de intubação			
	Tubos endotraqueais, cânulas, laringoscópio com jogo completo de lâminas, pilhas			
	Medicamentos para atendimento de emergência			
	Monitor cardíaco			
	Desfibrilador			
11-	Equipamentos ENDOSCOPIA SIMPLES	S	N	NA
	Material ou equipamento Quantidade Disponível			
	Mesa de exame (01) na sala			
	Equipamento de endoscopia * Na sala			
	Acessórios do equipamento de endoscopia 01 Na sala			
	Suporte para fluido intravenoso 01 Na sala			
	Oxímetro de pulso 01 Na sala			
	Ponto de oxigênio 01 Na sala			
	Negatoscópio 01			
	Aspirador portátil 01 Na sala			
	Ventilador pulmonar manual (ambu com reservatório) 1 Na sala			
	Material completo de intubação			
	Tubos endotraqueais, cânulas, laringoscópio c jogo completo de lâminas, pilhas			
	Medicamentos para atendimento de emergência			
	Desfibrilador			
	Monitor cardíaco			
	Equip/Material em número suficiente para permitir as etapas de limpeza e sanitização			

ASSINATURA/CARIMBO

MEMBRO DA COMISSÃO REPRESENTANTE DA EMPRESA VISITADA
ANEXO VIII

MINUTA DE CONTRATO

TERMO DE CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE ASSISTÊNCIA À SAÚDE AOS USUÁRIOS DO SUS - SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE, DISCRIMINADO NO CREDENCIAMENTO Nº003/2014, OBJETO DO PROCESSO Nº .../2014, QUE FAZEM ENTRE SI O MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ, POR INTERMÉDIO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE E A EMPRESA _____,

O MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ, inscrito no CNPJ sob o nº 82.892.274/0001-05, com sede Av. Alcioni Souza Filho, snº, Praia Comprida, São José/SC, neste ato representado por sua Prefeita Sra. Adeliana Dal Pont, por intermédio da SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE, Fundo Municipal de Saúde, CNPJ nº 11.214.458/0001-60, localizada na Rua Domingos Pedro Hermes, nº 14 – Barreiros, São José/SC, representada por seu Secretário, Sr. Luis Antonio Silva, doravante denominado simplesmente CONTRATANTE, e a EMPRESA _____, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob nº _____, com sede na _____, neste ato representada legalmente pelo(a) Sr.(a) _____, portador(a) da cédula de identidade nº _____, e registrado(a) no Cadastro de Pessoas Físicas sob nº _____, doravante denominada simplesmente CONTRATADA, celebram por força do presente instrumento, com integral sujeição à Lei Federal nº 8.666/93, e suas alterações posteriores e demais normas aplicáveis a matéria, à Constituição Federal/88, artigos 37, 196 a 200; Lei nº 8.080/90; Portaria nº 1.034/GM/MS/10; pelas disposições constantes do precedente Processo Licitatório e pelas cláusulas e condições seguintes:

DO OBJETO

CLÁUSULA PRIMEIRA - O presente contrato tem por objeto a prestação de serviços de saúde para atendimento ambulatorial de Procedimentos com finalidade diagnóstica – Diagnóstico por Endoscopia aos pacientes do SUS – Sistema Único de Saúde, de acordo com seus princípios, diretrizes, normas e tabela com os valores dos procedimentos e de acordo com o Edital de Credenciamento nº003/2014.

Parágrafo único. A realização dos serviços de assistência à saúde, referente a cláusula primeira, abrangerá os procedimentos relacionados no anexo I, conforme proposta da CONTRATADA, parte integrante deste contrato, ou seja, Procedimentos com finalidade diagnóstica – Grupo 02 – Diagnóstico por Endoscopia – Subgrupo 09 especificamente os Procedimentos de Endoscopia, parte da "Tabela de Procedimentos,

Medicamentos, Órteses e Próteses e Materiais Especiais (OPM) do Sistema Único de Saúde - SUS”;

DA REALIZAÇÃO DE MUTIRÕES

CLÁUSULA SEGUNDA. Mediante a necessidade de suprimir uma eventual demanda reprimida a SMS/SJ poderá ocorrer a realização de mutirões de procedimentos aqui contratados, em conformidade ao edital;

I. Havendo necessidade de realizar mutirões com os procedimentos descritos no Termo de Referência – Anexo I e nos preços ora pactuados, será consultado o interesse de participação dos prestadores contratados, neste caso para disponibilizar sua equipe e estrutura física de acordo com sua capacidade instalada de oferta ao SUS conforme Anexo VI do edital;

II. A organização dos mutirões ficará a cargo da Diretoria de Planejamento, Regulação, Avaliação Controle, e Auditoria - DIPRAC, cabendo a esta Diretoria a definição da programação financeira a ser disponibilizado e a quantidade de procedimentos a ser ofertados em cada mutirão e fica a cargo da Gerência de Regulação a organização do acesso através do SISREG, ou sistema de regulação utilizado pela SMS/SJ;

III. A distribuição das cotas, para realização dos mutirões, deve ser proporcional à respectiva programação financeira de cada prestador, bem como capacidade instalada, sendo que tais valores devem ser previstos nos respectivos contratos mediante termo aditivo;

IV. A realização dos mutirões ocorrerá mediante autorização prévia da CONTRATANTE e mediante disponibilidade financeira no Bloco de Financiamento da Atenção de Média e Alta Complexidade Ambulatorial e Hospitalar da referida competência ou mediante disponibilidade orçamentária e financeira própria do município.

Parágrafo único. Os serviços ora contratados estão referidos a uma base territorial e populacional com base na Programação Pactuada e Integrada – PPI da Assistência Ambulatorial, sendo ofertados conforme parâmetros assistenciais, compatibilizando-se a demanda e disponibilidade de recursos financeiros do SUS transferidos fundo a fundo do FNS – Fundo Nacional de Saúde ao FMS – Fundo Municipal de Saúde da SMS/SJ.

DOS DOCUMENTOS JURÍDICOS E SITUAÇÃO CADASTRAL

CLÁUSULA TERCEIRA - Os serviços referidos na Cláusula Primeira serão executados pelo _____, com Alvará de Licença n.º ____/____ expedido pela Prefeitura Municipal de São José e Alvará Sanitário sob n.º. ____/____ – Série “_”, expedido pela Vigilância Sanitária competente, e sob a responsabilidade técnica do Dr. _____, registrado no Conselho Regional de _____ de Santa Catarina - _____ sob n.º. ____;

I. Havendo mudança de endereço do estabelecimento da CONTRATADA, deverá ser prontamente comunicada à CONTRATANTE, a qual analisará a manutenção dos serviços ora contratados no novo endereço devidamente vistoriado podendo rever as condições deste Contrato, e até mesmo rescindi-lo, se entender oportuno e/ou conveniente. Assim, com a continuidade do contrato, deverá ser providenciada pela CONTRATADA toda nova documentação exigida no respectivo edital de contratualização;

II. A CONTRATADA obriga-se a informar à CONTRATANTE toda e qualquer alteração do ato constitutivo (contrato social), através da Ficha Cadastral de Estabelecimentos de Saúde – FCES, mantendo-a atualizada para fins de atualização do Sistema do Cadastro Nacional de Estabelecimentos de Saúde - SCNES;

III. A CONTRATANTE obriga-se a repassar as alterações ao CNES, em tempo hábil;

IV. A CONTRATADA deverá manter, durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações anteriores e com as condições de habilitação exigidas no edital. No caso dos documentos comprobatórios de situação regular apresentados em atendimento às exigências de habilitação, estiverem com a validade expirada os pagamentos ficarão retidos até a apresentação de novos documentos dentro do prazo de validade.

DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

CLÁUSULA QUARTA. Os recursos orçamentários têm origem da transferência fundo a fundo pelo Ministério da Saúde, classificados em receitas correntes/transferências para Fundo Municipal de Saúde;

I. Excepcionalmente poderão ocorrer empenhamentos/pagamentos com recursos próprios do Município de São José e/ou do Estado, na dotação orçamentária prevista neste contrato;

II. A base para a construção dos valores aqui contratados é a Programação Pactuada Integrada – PPI da Assistência vigente e a tabela de valores e procedimentos do SUS;

III. A despesa referente aos serviços objeto do presente será empenhada na atividade 2.148 – Promoção e Funcionamento da Rede Municipal de Saúde, conforme o elemento despesa 33.90.39.00.00.00.00.01.0338 - outros serviços de terceiros – Pessoa Jurídica, o elemento despesa 33.90.39.00.00.00.00.00.01.082 - outros serviços de terceiros – Pessoa Jurídica. e também conforme o elemento despesa 33.90.39.00.00.00.00.00.01.0349 - outros serviços de terceiros – Pessoa Jurídica. Orçamento vigente de 2013.

DA APRESENTAÇÃO DAS CONTAS, PAGAMENTO E RECURSOS FINANCEIROS

CLÁUSULA QUINTA – A CONTRATADA apresentará a produção dos serviços realizados, mensalmente à CONTRATANTE, por meio magnético

de acordo com o SIA-SUS – Sistema de Informações Ambulatoriais e seu módulo específico o Boletim de Produção Ambulatorial - BPA, obedecendo, para tanto, o procedimento, os prazos e o cronograma, estabelecido pelo Ministério da Saúde e CONTRATANTE;

I. A CONTRATADA deverá entregar na sede da CONTRATANTE, a produção em meio magnético, juntamente com toda a documentação referente aos agendamentos (requisição do profissional solicitante e autorização do Sistema de Regulação);

II. A CONTRATANTE revisará e processará os dados recebidos da CONTRATADA e seus documentos, procederá ao pagamento das ações, observando as diretrizes e normas emanadas pelo Ministério da Saúde e pela SMS/SJ, nos termos das respectivas competências e atribuições legais;

III. Ocorrendo erro, falha ou falta de processamento da produção, por culpa da CONTRATANTE, esta garantirá à CONTRATADA o pagamento, no prazo avençado neste Contrato, pelos valores do mês imediatamente anterior e que tenha sido validado pelas partes, acertando as diferenças que houver no pagamento seguinte, mas ficando a SMS/SJ e o Ministério da Saúde, exonerados do pagamento de multas e sanções financeiras, assim como correção monetária dos créditos e outros acréscimos porventura incidentes nas diferenças apuradas;

IV. Para fins de comprovar a apresentação das contas e observância dos prazos de pagamento, deverá ser entregue Nota Fiscal de prestação de serviços da CONTRATADA para a CONTRATANTE, emitida em moeda corrente nacional;

V. A CONTRATANTE, após conferência e certificação da Nota Fiscal, efetuará o pagamento através de crédito bancário, em até 30 (trinta) dias úteis, a contar da data de liquidação da respectiva Nota Fiscal pela SMS/SJ, com o mesmo CNPJ e Razão Social apresentados para a habilitação e proposta, desde que comprovada a regularidade da situação fiscal do licitante;

VI. O atraso na entrega da nota fiscal acarretará o adiamento do prazo de pagamento na mesma quantidade de dias, não incidindo neste caso qualquer acréscimo de valores a título de juros, multa ou correção monetária;

VII. O fornecedor ou prestador de serviços que optar por receber seu pagamento em outras instituições que não a CAIXA ECONÔMICA FEDERAL, ficará responsável pelo custo da tarifa bancária referente à respectiva transferência de valores entre Bancos, uma vez que os pagamentos efetuados pelo SMS/SJ são efetuados prioritariamente pelo referido banco;

VIII. As despesas decorrentes do atendimento de "Ações de Média e Alta Complexidade Ambulatorial", consignados nos Sistema de Informação Ambulatorial – SIA/SUS têm o valor limite definido na FPO – Ficha de Programação Orçamentária conforme abaixo especificado:

Resumo da Programação Orçamentária – Endoscopia	Mensal	Anual
Média Complexidade Ambulatorial – Diagnóstico por Endoscopia	xx.xxx,xx	xxx.xxx,xx
Média Complexidade Ambulatorial – Diagnóstico por Endoscopia – Recursos Próprios	xxxxxxxxx	xxxxxxxxx
TOTAL	xx.xxx,xx	xxx.xxx,xx

IX. Os valores supracitados correspondem aos serviços contratados, porém, será repassado à CONTRATADA somente o valor mensal aprovado no SIA/SUS posteriormente à prestação dos serviços, ou seja, após produção, apresentação, aprovação, processamento e concomitantemente à respectiva transferência financeira do FNS;

X. A produção aprovada será apresentada com o valor correspondente ao relatório de crítica emitido mensalmente pela CONTRATANTE, utilizando o Sistema SIA/SUS, o qual será disponibilizado ao prestador pela SMS/SJ;

XI. Está previsto neste contrato, a realização de procedimentos para realização de mutirões, para tanto o valor estipulado no item VIII, desta cláusula, poderá ser incorporado em até no máximo mais 15% nas mesmas condições do valor original;

XII. Para as empresas, cujos produtos e serviços estejam enquadrados nos códigos da Classificação Nacional de Atividades Econômicas – CNAE, descritos no anexo único dos protocolos ICMS 42 de 03/07/2009 e ICMS 82 de 26/03/2010, que estabelece a obrigatoriedade da utilização da Nota Fiscal Eletrônica (NF-e) em substituição a Nota Fiscal, modelo 1 ou 1-A, estas deverão se adequar ao disposto nos referidos protocolos.

XIII. Em nenhuma hipótese serão autorizadas despesas sem a competente previsão orçamentária.

DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

CLÁUSULA SEXTA - Para o cumprimento do objeto deste Contrato, a CONTRATADA se obriga:

I. Colocar a disposição da CONTRATANTE, para prestação de atendimentos aos usuários do SUS, todos os serviços contidos no Anexo I, para o qual o prestador solicitou habilitação, obedecendo ao Princípio da Integralidade;

II. Atender os pacientes encaminhados pela SMS/SJ, pelo menos, por 12 horas diárias com início a partir do horário das 07h00min, de segunda a sexta-feira, exceto feriados (pontos facultativos, tais como semana de carnaval e recesso de final de ano não serão considerados feriados, portanto há a obrigatoriedade de atendimento nestes dias);

III. Utilizar o(s) Sistema(s) de Regulação vigente(s) no município, para confirmação dos procedimentos agendados e realizados, dispondo de equipamento necessário para sua operacionalização e indicando pelo menos um profissional para ser treinado e apto à utilização do referido sistema;

IV. Observar o encaminhamento e atendimento do usuário, de acordo com as regras estabelecidas para a referência e contra-referência, ressalvadas as situações de urgência;

V. Atender os pacientes agendados pela rede municipal de saúde de São José em dias e horário previamente acordados com a Diretoria de Regulação, Avaliação, Controle e Auditoria da SMS/SJ, devendo haver distribuição total dos horários necessários para cobrir a programação financeira recebida;

VI. Não atender os pacientes encaminhados por outros municípios e nem por demanda espontânea, salvo nos casos previamente autorizados pela Diretoria de Planejamento Regulação, Controle, Avaliação da Secretaria Municipal de Saúde;

VII. Com relação ao atendimento ao usuário:

- a) Afixar em local visível e de grande circulação de usuários aviso de sua condição de entidade integrante do SUS e da gratuidade dos serviços prestados nessa condição;
- b) Manter as dependências em perfeito estado de conservação, higiene e funcionamento;
- c) Fornecer ao usuário ou ao seu responsável, relatório do atendimento prestado, onde conste, também, a inscrição: "Esta conta será paga com recursos públicos provenientes de seus impostos e contribuições sociais, sendo expressamente vedada à cobrança, diretamente do usuário, de qualquer valor, a qualquer título".
- d) Manter cadastro dos usuários sempre atualizado, assim como prontuário dos pacientes e arquivos médicos, que permitam acompanhamento, controle e supervisão dos serviços;
- e) Justificar ao usuário ou ao seu representante, por escrito, as razões técnicas alegadas quando da decisão de não realização de qualquer ato profissional previsto neste Contrato;
- f) Não utilizar nem permitir que terceiros utilizem usuários para fins de experimentação;
- g) Respeitar a decisão do paciente ao consentir ou recusar os serviços de saúde ofertados, salvo nos casos de iminente perigo de vida ou obrigação legal;
- h) Oferecer ao usuário os recursos necessários ao seu acolhimento garantindo atendimento igualitário entre os pacientes "SUS" encaminhados pela SMS/SJ em relação aos demais pacientes atendidos pelo prestador;
- i) Atender usuários com dignidade e respeito de modo universal e igualitário, mantendo-se sempre a qualidade dos serviços prestados, de acordo com o que preconiza as normas do SUS e, em especial, seguir as diretrizes da PNH – Política Nacional de Humanização/Humaniza - SUS;

VIII. Submeter às novas legislações pertinentes editadas pelo Sistema Único de Saúde e/ou pelo gestor local de saúde;

IX. Realizar os serviços contratados de acordo com os critérios estabelecidos no Programa Nacional de Avaliação dos Serviços de Saúde – PNASS.

X. Garantir o acesso do Conselho Municipal de Saúde ao serviço contratado no exercício de seu poder de fiscalização.

XI. Os serviços contratados serão prestados pelos profissionais pertencentes ao quadro de Funcionários da CONTRATADA, de acordo com as condições e especificações estabelecidas neste instrumento;

XII. A CONTRATADA não poderá promover qualquer distinção entre o atendimento destinado aos pacientes encaminhados pela SMS/SJ e os demais pacientes atendidos pelo prestador;

XIII. A CONTRATADA não poderá transferir a outrem as obrigações assumidas no contrato, salvo autorização, por escrito, da SMS/SJ, sob pena de rescisão do contrato;

IVX. A CONTRATADA deverá utilizar o sistema SIA/SUS, através do BPA Magnético para apresentação da produção mensal;

XV. A CONTRATADA ficará sujeita à auditoria da SMS/SJ durante a vigência do contrato.

DA RESPONSABILIDADE CIVIL DA CONTRATADA

CLÁUSULA SÉTIMA - É de responsabilidade exclusiva da CONTRATADA, civil e criminalmente, as eventuais indenizações por danos causados aos usuários, órgãos do SUS ou terceiros, decorrentes de ação ou omissão voluntária, de negligência, imperícia ou imprudência, para o cumprimento do objeto deste Contrato.

Parágrafo único. A fiscalização e o acompanhamento da execução deste Contrato por órgãos do Ministério da Saúde, da Secretaria de Estado da Saúde e da SMS/SJ não excluem nem reduzem a responsabilidade civil da CONTRATADA.

DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

CLÁUSULA OITAVA - Para cumprir o objeto deste Contrato, a CONTRATANTE se obriga:

I. Pagar mensalmente à CONTRATADA a importância referente aos serviços contratados, autorizados e realizados conforme condições

estipuladas neste contrato;

II. Exercer atividades de Controle, Avaliação na CONTRATADA, mediante procedimentos de supervisão direta ou indireta de acordo com as normas que regem o SUS;

III. Elaborar Termos Aditivos quando necessário.

DAS CONDIÇÕES GERAIS

CLÁUSULA NONA - Os serviços ora contratados serão prestados diretamente por profissionais do estabelecimento da CONTRATADA e por profissionais admitidos em suas dependências, para prestar serviços.

I. A CONTRATADA responderá exclusiva e integralmente pelo pessoal para a execução do objeto contratado, com vínculo de emprego e profissionais autônomos que eventual ou constantemente, prestem serviços à CONTRATADA;

II. Somente a CONTRATADA responde pelos encargos trabalhistas, previdenciários, sociais, fiscais e comerciais resultantes de vínculo empregatício, cujos ônus e obrigações em nenhuma hipótese poderão ser transferidos para a CONTRATANTE ou para o Ministério da Saúde, e ainda, a prestação dos serviços contratados não implica vínculo empregatício, nem exclusividade de colaboração entre a CONTRATADA e a CONTRATANTE;

III. Na execução dos serviços ambulatoriais do presente Contrato, os partícipes deverão observar as seguintes condições:

a) É vedada a cobrança por serviços ambulatoriais ao usuário do SUS, mesmo que parcial, assim como outros complementares referentes à assistência, seguindo o princípio da gratuidade. Eventual cobrança de qualquer valor excedente dos pacientes ou seus responsáveis acarretará nas penalidades e sanções previstas no edital e neste contrato;

b) A Contratada responsabilizar-se-á administrativamente por cobrança indevida, feita ao usuário do SUS ou seu representante, por profissional empregado ou preposto, em razão da execução deste Contrato, assegurado o devido processo legal para identificação do responsável pela cobrança indevida.

Parágrafo único. O presente Contrato será publicado, por extrato, no Diário Oficial do Estado.

DA VIGÊNCIA E DAS ALTERAÇÕES

CLÁUSULA DÉCIMA – Este contrato terá vigência a partir da data de sua assinatura até (conforme item 10.4 e 10.4.1 do edital);

I. A vigência deste instrumento está vinculada a do credenciamento.

II. Este contrato poderá ser prorrogado por até 60 (sessenta) meses, conforme inciso II, do Artigo 57, da Lei 8.666/93, condicionado a prorrogação da vigência do credenciamento;

III. Devidamente justificado este contrato é alterável, nas condições previstas nos artigos 58 e 65 da Lei nº 8.666/93.

IV. A parte que não se interessar pela prorrogação contratual deverá comunicar a sua intenção, por escrito, à outra parte, com antecedência mínima de 90 (noventa) dias;

V. A continuação da prestação de serviços nos exercícios financeiros subseqüentes ao presente fica condicionada à vigência dos respectivos créditos orçamentários;

VI. Os valores estipulados neste Contrato serão reajustados na mesma proporção dos reajustes concedidos pelo Ministério da Saúde, através de Termo Aditivo;

VII. Qualquer alteração ou modificação que importe em diminuição da capacidade operativa da CONTRATADA poderá ensejar a não prorrogação deste Contrato ou a revisão das condições estipuladas no que se refere a teto financeiro;

VIII. Os procedimentos excluídos da "Tabela de Procedimentos, Medicamentos, Órteses e Próteses e Materiais Especiais (OPM) do Sistema Único de Saúde - SUS" serão excluídos do contrato mediante Termo Aditivo;

IX. Os procedimentos incluídos na "Tabela de Procedimentos, Medicamentos, Órteses e Próteses e Materiais Especiais (OPM) do Sistema Único de Saúde - SUS", poderão ser incluídos no contrato, mediante Termo Aditivo, com a concordância das partes.

DO CONTROLE, AVALIAÇÃO E AUDITORIA

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA- A execução do presente Contrato será avaliada pela CONTRATANTE, mediante procedimentos de supervisão local direta ou indireta, os quais observarão o cumprimento das cláusulas e condições ora estabelecidas e de quaisquer outros dados necessários ao controle e avaliação dos serviços prestados.

I. Poderá a qualquer tempo ser realizada auditoria pelos gestores de qualquer esfera do SUS, de acordo com o Decreto Estadual nº 688, de 2 de outubro de 2007, publicado no DOE nº 18.219 que institui na Secretaria de Estado da Saúde, o Componente Estadual de Auditoria - CEA do Sistema Único de Saúde, bem como do próprio Município de São José, podendo ocorrer rejeição e conseqüente glosa das contas;

II. A CONTRATANTE poderá efetuar diligência nas instalações da CONTRATADA para verificar se persistem as mesmas condições técnicas básicas comprovadas por ocasião da assinatura deste Contrato;

III. O controle exercido pela CONTRATANTE sobre serviços ora contratados não eximirá a CONTRATADA da sua plena responsabilidade perante a CONTRATANTE, ou para com os usuários e terceiros, decorrentes de culpa ou dolo na execução do Contrato;

IV. A CONTRATADA facilitará o acompanhamento e o controle permanente, pela CONTRATANTE, dos serviços e prestará todos os esclarecimentos que lhe forem solicitados pelos auditores designados para tal fim;

V. Em qualquer hipótese é assegurado à CONTRATADA amplo direito de defesa, nos termos das normas gerais do Ministério da Saúde e da Lei Federal de licitações e contratos administrativos;

DAS PENALIDADES

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - A inexecução total ou parcial, pela CONTRATADA, de cláusula ou obrigação constante deste Contrato ou de dever originado de norma legal ou regulamentar pertinente, permitirá à CONTRATANTE aplicar, em cada caso, as sanções administrativas previstas na Lei 8.666/93 e suas alterações, garantida a prévia defesa à CONTRATADA.

I. Além da legislação geral em vigor, salientam-se especificamente os artigos 86 e 87, da Lei Federal nº. 8.666/93 e suas alterações posteriores, da mesma forma, em conformidade com o art. 14 da Lei 8.078/90 (Código de Defesa do Consumidor) para aplicação desta cláusula;

II. A Contratada que não cumprir as obrigações assumidas na fase licitatória e/ou de execução do Contrato está sujeita à:

a) ADVERTÊNCIA:

a.1) a advertência será emitida pela Secretaria de Saúde, quando a Contratada descumprir qualquer obrigação;

b) MULTA:

b.1) a multa será imposta à Contratada pelo atraso injustificado na execução dos serviços, de acordo com as alíquotas a seguir:

b.1.1) 0,33 % (zero, trinta e três por cento) por dia de atraso, na prestação dos serviços, calculado sobre o valor correspondente à parte inadimplente, até o limite de 9,9% (nove vírgula nove por cento);

b.1.2) 10 % (dez por cento) em caso de não conclusão do serviço ou rescisão do contrato por culpa da contratada, calculado sobre a parte inadimplente;

b.1.3) até 20% (vinte por cento) sobre o valor do contrato, pelo descumprimento de qualquer cláusula do contrato, exceto prazo de entrega;

b.2) o valor da multa e/ou custas de depósito será deduzido dos créditos ou garantias da empresa, ou cobrado administrativa ou judicialmente;

b.3) sempre que a multa ultrapassar os créditos da contratada e/ou garantias, o valor excedente será encaminhado à cobrança extrajudicial ou judicial;

b.4) o atraso, para efeito de cálculo de multa, será contado em dias corridos, a partir do dia seguinte ao do vencimento do prazo de entrega ou execução do serviço;

b.5) multa será aplicada quando o atraso for superior a cinco dias;

b.6) aplicação da multa não impede que sejam aplicadas outras penalidades;

c.1) A suspensão impossibilitará a participação da empresa em licitações e/ou contratos, ficando suspenso o seu registro cadastral no Cadastro Unificado de Fornecedores do Município de São José-SC, de acordo com os prazos a seguir:

c.1.1) por até 30 (trinta) dias, quando aplicada a pena de advertência emitida pela Secretaria de Saúde e a empresa permanecer inadimplente;

c.1.2) por até 12 (doze) meses, quando a empresa adjudicada motivar a rescisão total ou parcial do Contrato;

c.1.3) por até 12 (doze) meses, quando a empresa praticar atos que claramente visem à frustração dos objetivos da licitação;

c.1.4) por até 24 (vinte e quatro) meses, quando a empresa apresentar documentos fraudulentos;

c.1.5) até a realização do pagamento, quando a empresa receber qualquer das multas previstas no item anterior.

c.2) a penalidade de suspensão aplicada pela Administração, publicada no Diário Oficial do Estado, implicará na suspensão da fornecedora junto ao Cadastro Unificado de Fornecedores do Município de São José-SC;

c.3) a suspensão do direito de licitar poderá ser ampliada até o dobro, em caso de reincidência, não podendo ultrapassar os limites legais;

d) DECLARAÇÃO DE INIDONEIDADE para licitar com a Administração Pública:

d.1) a declaração de inidoneidade será aplicada pelo Chefe do Poder Executivo e pelo Secretário de Municipal de Administração de São José

d.1.1) A declaração de inidoneidade permanecerá em vigor enquanto perdurarem os motivos que determinaram a punibilidade ou até que seja promovida a reabilitação perante a autoridade que a aplicou;

d.2) A declaração de inidoneidade terá seus efeitos extensivos a toda Administração Pública;

III. As sanções previstas neste Contrato poderão também ser aplicadas às empresas ou profissionais que:

a) tenham sofrido condenação definitiva por praticarem, por meios dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos; e

b) tenham praticado atos ilícitos, visando frustrar os objetivos da licitação;

IV. No caso de imposição das sanções administrativas fica garantida a ampla defesa e o direito ao contraditório, sendo facultado à interessada interpor recurso contra a aplicação das penalidades previstas neste Contrato, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, a contar do recebimento da notificação, que será dirigido à autoridade competente do órgão ou entidade;

V. Homologadas e publicadas as penalidades, a Administração as encaminhará ao Cadastro Unificado de Fornecedores do Município de São José-SC, para registro.

VI. A Contratada terá registrado em seu Certificado de Registro Cadastral a penalidade aplicada pelo Município.

VII. A violação ao disposto no inciso III da Cláusula Oitava deste Contrato, sujeitará a CONTRATADA às sanções previstas nesta cláusula, ficando a CONTRATANTE autorizada a reter o valor indevidamente cobrado do montante devido à CONTRATADA, para fins de ressarcimento do usuário do SUS, por via administrativa, sem prejuízo do disposto no inciso VI desta Cláusula, assegurado o devido processo legal para identificação do responsável pela cobrança indevida;

VIII. As distorções verificadas através das auditorias previstas neste instrumento, ficando comprovada cobrança indevida de procedimentos SUS, serão objeto de Ordem de Recolhimento – OR em favor do Fundo Municipal de Saúde – FMS, em conta específica e demais medidas administrativas que o fato requer.

DA RESCISÃO

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - A rescisão obedecerá às disposições contidas nos artigos 77 a 80, da Lei Federal nº. 8.666/93 e alterações:

I. Todos os casos de rescisão contratual deverão ser oficialmente motivados, assegurado o contraditório e a ampla defesa;

II. A CONTRATADA reconhece desde já os direitos da CONTRATANTE em caso de rescisão administrativa;

III. Qualquer uma das partes poderá solicitar rescisão contratual, devidamente formalizada a outra parte interessada, com 90 dias de antecedência, contados a partir do recebimento da notificação;

IV. Em caso de rescisão do presente Contrato por parte da CONTRATADA, se a interrupção das atividades em andamento puder causar prejuízo à população, a CONTRATANTE poderá exigir o prazo suplementar de até 120 dias para efetiva paralisação de prestação de serviços, além dos 90 dias previstos no parágrafo anterior. Se nestes prazos a CONTRATADA negligenciar a prestação dos serviços ora contratados sofrerá as penalidades previstas em lei;

V. A CONTRATADA poderá solicitar rescisão do presente Contrato no caso de descumprimento, pela CONTRATANTE, das obrigações aqui previstas, em especial, no caso de atraso superior a 90 dias dos pagamentos, com a comprovação de repasse dos recursos pelo FNS – Fundo Nacional de Saúde/Ministério da Saúde;

VI. Em caso de rescisão do presente Contrato por parte da CONTRATANTE não caberá à CONTRATADA, direito a qualquer indenização, salvo o pagamento pelos serviços prestados até a data da rescisão;

VII. Dos atos de rescisão deste Contrato praticados pela CONTRATANTE cabem à CONTRATADA recursos processuais:

a) Recurso, no prazo de cinco dias úteis, a contar da intimação do ato ou da lavratura da ata;

b) Pedido de reconsideração de decisão da CONTRATANTE, no prazo de 10 dias úteis, a contar da intimação do ato.

c) A CONTRATANTE poderá reconsiderar sua decisão no prazo de cinco dias úteis, desde que o faça motivadamente diante de razões de interesse público.

GESTOR DO CONTRATO

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - Fica definido como Gestor do presente Contrato a Diretora de Planejamento, Regulação, Avaliação, Controle e Auditoria Administrativa da SMS/SJ.

I. Ficam definidos como Fiscais do Contrato os Coordenadores de Unidade e Diretores responsáveis por cada unidade listada no Anexo II deste contrato;

II. É vedado ao Gestor e aos Fiscais, bem como a qualquer servidor da SMS/SJ, estabelecer contato com a contratada sobre qualquer assunto relacionado à execução dos serviços de forma divergente da estabelecida no contrato;

III. A contratada deverá apresentar a SMS/SJ, o servidor designado como responsável administrativo para que SMS/SJ possa informar a todas as suas unidades;

IV. Os serviços executados pela CONTRATADA serão fiscalizados pelas unidades da SMS/SJ atendidas pelo contrato, através dos Coordenadores de Unidade ou Diretores, bem como pelo Conselho Municipal de Saúde, aos quais caberá verificar se no seu desenvolvimento estão sendo cumpridos rigorosamente os dispositivos do Contrato;

V. A fiscalização atuará desde o início da execução do contrato e será exercida no interesse exclusivo da SMS/SJ e não exclui nem reduz a responsabilidade da Contratada por qualquer irregularidade;

VI. Os serviços serão fiscalizados, a fim de:

- a) Verificar se estão sendo cumpridos os termos do contrato e demais requisitos;
- b) Certificar a execução do serviço para pagamentos das faturas;
- c) Participar de todos os atos que se fizerem necessários para a fiel execução dos serviços.

VII. A Contratada será a única e exclusiva responsável pela execução de todos os serviços. No entanto, a Contratante, por meio do Fiscal do Contrato, reserva-se o direito de exercer a mais ampla e completa fiscalização sobre os serviços, seja diretamente ou por prepostos designados.

DO FORO

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - Fica eleito o Foro da Comarca de São José, com prevalência sobre qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para adoção de quaisquer medidas judiciais, pertinentes ao presente contrato.

DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - Por assim terem convencionado e ser esta vontade livre e soberana dos contratantes, assinam em 03 (três) vias de igual teor, prevalecendo neste contrato em caso de omissão, as normas previstas na Lei nº 8.666/93 e suas alterações.

PARÁGRAFO ÚNICO. Este Contrato vincula-se ao Edital e à proposta da Contratada no Processo Licitatório nº

São José (SC), ____ de _____ de 2014.

Secretária Municipal de Saúde	Representante Legal da Contratada

Prefeito Municipal

ANEXO I DO CONTRATO

RELAÇÃO DE PROCEDIMENTOS OFERECIDOS PELO PRESTADOR

CÓDIGO	PROCEDIMENTO

ANEXO II DO CONTRATO

FISCAIS DO CONTRATO

UNIDADE	COORDENADOR/DIRETOR
UBS Luar	
UBS SERRARIA	
UBS MORAR BEM	

UBS ZANELATO	
UBS BELA VISTA	
POLICLÍNICA CAMPINAS	
POLICLÍNICA BARREIROS	
POLICLÍNICA FORQUILHINHAS	
UBS SEDE	
UBS ROÇADO	
UBS FAZENDA	
UBS BARREIROS	
UBS AREIAS	
UBS IPIRANGA	
UBS PROCASA	
UBS PICADAS	
UBS COLÔNIA	
UBS SERTÃO	
UBS FORQUILHINHAS	
UBS SANTOS SARAIVA	
UBS FORQUILHAS	
UPA BARREIROS	
UPA FORQUILHINHAS	
SAÚDE MENTAL	
DIRETORIA DE VIGILÂNCIA EPIDEMIOLÓGICA	

Obs.: poderão ser incluídas ou excluídas unidades, de acordo com a demanda, respeitando os dispositivos do edital e do contrato.

EDITAL Nº. 024/2015/FUNDESJ

EDITAL Nº. 024/2015/FUNDESJ

ABRE INSCRIÇÕES PARA PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO PARA CONTRATAÇÃO DE PROFESSOR DE ENSINO SUPERIOR SUBSTITUTO POR TEMPO DETERMINADO.

A Superintendente da Fundação Educacional de São José – Profa. Ma. Ana Cristina Oliveira da Silva Hoffmann e a Reitora do Centro Universitário Municipal de São José – USJ – Profa. Ma. Elisiani Cristina de Souza de Freitas Noronha, no uso de suas atribuições regimentais, tornam pública a abertura de inscrições com vista ao Processo Seletivo Simplificado para contratação de Professor de Ensino Superior Substituto, por tempo determinado, para atender a necessidade temporária do Centro Universitário Municipal de São José – USJ, nos termos das Leis nº 4.955 de 26 de abril de 2010 e nº 5.388 de 30 de abril de 2014.

1. Das inscrições:

1.1. Período de Inscrição: 01/10/2015 a 07/10/2015. Caso não haja candidatos(as) inscritos(as) no período acima especificado, o prazo de inscrição poderá ser prorrogado por igual período.

1.2. Horário de Inscrição: das 13h30min às 20h30min.

1.3. Locais: As inscrições serão realizadas na Sede Administrativa do USJ: Rua: Silvia Maria Fabro, nº 97 – Kobrasol – São José – Cep: 88102-430, Setor de Gestão de Pessoas.

1.4. Taxa de Inscrição: R\$ 50,00 (cinquenta reais), que deverão ser creditados através de depósito identificado na conta da Fundação Educacional de São José – CNPJ: 07.159.202/0001-20 - Banco do Brasil, Agência 2638-7, conta corrente 505.145-2 (o código identificador é o CPF do candidato). Esta taxa, uma vez recolhida, não será restituída em hipótese alguma.

a) Serão aceitas inscrições por procuração com firma reconhecida em cartório e apresentação da Carteira de Identidade do requerente legal.

b) Serão aceitas as inscrições enviadas pelo Correio, para o endereço indicado no item 1.3, por meio de Sedex com AR, desde que postadas até o dia 05/10/2015, e preenchidos a ficha de inscrição (Anexo I) e os demais requisitos necessários.

1.5 No ato da inscrição o(a) candidato(a) deverá apresentar cópia do "Curriculum Vitae" modelo Plataforma Lattes, com cópia e original dos comprovantes dos requisitos exigidos no presente edital e comprovante de recolhimento da taxa de inscrição. Serão validadas as atualizações do Curriculum Lattes dos últimos 05 (cinco) anos, exceto para os itens nº 1 (titulação), nº 2 (atividades de ensino), nº 3.2, 3.3, e 3.4 (publicações de livro, organização de livro e capítulo de livro) do Anexo II;

a) O Curriculum Vitae no modelo da Plataforma Lattes, do CNPQ – Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico do CNPQ – www.cnpq.br – deverá estar devidamente comprovado e apostilado, na sequência do formulário Lattes, com toda a documentação, titulação, produção, orientações e demais atividades devidamente identificadas, acompanhado dos seguintes documentos (frente e verso):

* Fotocópia da Carteira de Identidade;

* Comprovante da titulação exigida: Graduação: Diploma ou Certificado de Colação de Grau; Especialização: Diploma ou Certificado de Conclusão; Mestrado ou Doutorado: Diploma ou Certificado de Conclusão, ou ainda, ata de defesa de cursos recomendados pela CAPES, autenticado por cartório competente.

1.6. Somente serão aceitos diplomas de Graduação e Pós-Graduação validados pelos órgãos de educação. Os diplomas de Graduação e Pós-Graduação obtidos em instituição estrangeira serão aceitos mediante sua revalidação no Brasil. A revalidação do diploma estrangeiro deverá ser comprovada no ato da inscrição.

1.7 Os documentos desse processo poderão ser retirados do Setor de Gestão de Pessoas do USJ no horário e endereço citados nos itens 1.2 e 1.3, a partir de 48 horas após a publicação da homologação do resultado final do processo seletivo e ficará a disposição do responsável até a data de 30 de outubro de 2015. Após essa data o material será incinerado.

1.8 A Comissão do Processo Seletivo poderá realizar a chamada dos (as) candidatos(as) para esclarecimentos quanto aos documentos apresentados para a prova de títulos.

2. Da prova de títulos

2.1 Para a prova de títulos, a Banca Examinadora analisará os Curriculum Vitae dos(as) candidatos(as), atribuindo-lhes uma pontuação com base nos últimos 05 (cinco) anos, exceto para as atividades citadas no item 1.5, a partir do Gabarito de Avaliação que consta no (Anexo II) deste edital.

2.2 Na prova de títulos serão computadas as atividades devidamente comprovadas, e submetidas à avaliação da banca examinadora.

2.3 A nota bruta da prova de títulos de cada candidato(a) será calculada proporcionalmente, com base na pontuação bruta do (Anexo II), em razão da maior pontuação bruta dentre os(as) candidatos(as), atribuída pela Banca Examinadora, pela expressão:

$PBC \times 10$

NFPT = -----

PB

Onde:

NFPT = Nota final da prova de títulos;

PBC = Pontuação bruta do(a) candidato(a);

PB = Maior pontuação bruta entre os(as) candidatos(as).

3. Cronograma das atividades

Data	Atividades
01/10/2015 a 07/10/2015	Inscrições (13h30min às 20h30min).
01/10/2015 a 05/10/2015	Prazo para envio de inscrições pelo Correio.
07/10/2015	Publicação do Edital com as Inscrições Deferidas e Indeferidas do Processo Seletivo (após as 20h30min).
08/10/2015	Período de Recursos (13h30min às 20h30min).
09/10/2015	Publicação do Edital com a Homologação das Inscrições Deferidas e Indeferidas do Processo Seletivo.
13/10/2015	Publicação do Edital com a divulgação da classificação na Prova de Títulos.
14/10/2015	Período de recursos (13h30min às 20h30min).
15/10/2015	Publicação do Edital com a Homologação do Resultado Final do Processo Seletivo.

4. Da Homologação e Publicação das Inscrições e do Resultado do Processo Seletivo.

4.1. Da Publicação dos Editais do Processo Seletivo cabe pedido de revisão à Banca Examinadora, desde que encaminhado no dia seguinte da publicação dos resultados, conforme cronograma de atividades (item nº 3).

4.2 Os recursos deverão ser entregues no endereço indicado no item 1.3.

4.3. O resultado final do Processo Seletivo será homologado pela Superintendente da FUNDESJ e pela Reitora do USJ, sendo publicado no Mural da Sede Administrativa da Reitoria e no site do USJ (www.usj.edu.br), obedecendo à ordem de classificação dos(as) candidatos(as) aprovados(as).

5. Das Vagas do Processo Seletivo:

5.1 As vagas do Processo Seletivo estão relacionadas no (Anexo III).

5.2 As disciplinas e os dias da semana previstos para cada vaga poderão ser alterados de acordo com a necessidade do Centro Universitário Municipal de São José – USJ.

6. Remuneração Mensal:

Carga Horária Semanal / Titulação / Remuneração Mensal

6.1 05 (cinco) horas semanais: Especialização: R\$ 482,61 / Mestrado: R\$ 566,50 / Doutorado: R\$ 826,30.

7. Seleção e Contratação:

7.1. O(A) candidato(a) aprovado(a) será contratado(a) nos termos da Lei nº 4.955/2010 e da Lei 5.388/2014, e perceberá remuneração de acordo com a titulação apresentada no ato da contratação e conforme os valores estabelecidos no presente edital.

7.2. O(A) candidato(a) selecionado(a) será contratado(a) por tempo determinado, pelo período de até 06 (seis) meses, sendo admitida a prorrogação de contrato desde que o prazo total não exceda 02 (dois) anos.

7.3. O(A) candidato(a) que ocupar cargo público, que não o de Magistério, poderá ser contratado(a) desde que ocupe cargo técnico científico e que tenha compatibilidade de horário comprovada.

7.4. Os(as) candidatos(as) estrangeiros(as) deverão comprovar no ato da inscrição o visto temporário ou visto permanente, de acordo com a legislação vigente.

7.5. O prazo de validade do Processo Seletivo Simplificado será de 01 (um) ano, a contar da data da publicação.

7.6. Este Edital entra em vigor na data de sua publicação.

São José, 30 de setembro de 2015.

Profa. Ma. Ana Cristina Oliveira da Silva Hoffmann
Superintendente da Fundação Educacional de São José – FUNDESJ

Profa. Ma. Elisiani Cristina de Souza de Freitas Noronha
Reitora do Centro Universitário Municipal de São José - USJ

ANEXO I
(Exclusivo para Inscrições encaminhadas através do Correio)

Formulário de Inscrição

Edital nº 024/2015/FUNDESJ – Processo Seletivo Simplificado Contratação de Professor Substituto Por Tempo Determinado

IDENTIFICAÇÃO DO CANDIDATO
Nome Completo:
Identidade: Órgão Emissor: Uf: Data de Emissão:
Cpf: Data de Nascimento: Sexo: () Masc. () Fem.
Nacionalidade: Visto Permanente: () Sim () Não
Endereço Residencial (Rua / Av.):
Bairro: CEP: Cidade: UF:
País: DDD: Tel: Cel:
E-mail:

ÁREA DE INSCRIÇÃO
Código Vaga: ()
Área de Inscrição: _____

São José, __ de _____ de 2015.

Assinatura do Candidato(a) _____

ANEXO II
CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO PARA PROVA DE TÍTULOS

1.	Titulação Acadêmica (considera-se apenas a maior titulação):	PONTOS	PONTUAÇÃO
1.1	Doutorado com Estágio Pós-Doutoral	95,0	
1.2	Doutorado	85,0	
1.3	Mestrado	50,0	
1.4	Especialização	30,0	
Total			

2.	ATIVIDADES DE ENSINO:	PONTOS	PONTUAÇÃO
	Exercício do Magistério no Ensino Superior	3,0 /ano	
	Total		

3.	PRODUÇÃO ACADÊMICA:	PONTOS	PONTUAÇÃO
3.1	Publicações:	autor ou co-autor	
3.2	Livro	20,0	
3.3	Organização de livro	15,0	
3.4	Capítulo de livro	10,0	

3.5	Artigo publicado em periódico indexado (Qualis)	10,0	
3.6	Artigo publicado em periódico não indexado:		
	Revista	2,0	
	Jornal	1,0	
3.7	Trabalho completo publicado em anais de evento técnico-científico	5,0	
3.8	Tradução de livro publicado	10,0	
3.9	Tradução de artigo ou capítulo de livro publicado	5,0	
Total			
4.	ORIENTAÇÕES CONCLUÍDAS:	PONTOS	PONTUAÇÃO
	Trabalho de conclusão de curso - TCC	0,5/orientação	
	Iniciação Científica – por bolsista	0,5/bolsista	
	Monografia de curso "Lato-Sensu"	1,0/orientação	
	Dissertação de mestrado	3,0/orientação	
	Tese de doutorado	6,0/orientação	
	Total		
5.	Bancas (Participação como membro efetivo)		
	Trabalho de conclusão de curso – TCC	0,1/ banca	
	Monografia de curso "Lato-Sensu"	0,2 /banca	
	Dissertação de mestrado	0,6 /banca	
	Tese de doutorado	1,0/ banca	
	Total		
6.	ATIVIDADES PROFISSIONAIS NA AREA OBJETO DO CONCURSO:	PONTOS	PONTUAÇÃO
	Exercício profissional na era de conhecimento, excetuando atividades universitárias e de docência.	2,0 /ano	
	Total		
Total de Pontos do Candidato			

ANEXO III

Das Vagas do Processo Seletivo:

Área: Educação (01 vaga)

ÁREA	TITULAÇÃO EXIGIDA	DISCIPLINAS PREVISTAS / CARGA HORÁRIA	CURSO	DIA DA SEMANA PREVISTO	Nº VAGAS	CÓDIGO VAGA	CARGA HORÁRIA SEMANAL
Educação	Graduação em Pedagogia ou áreas afins e Mestrado em Educação ou áreas afins.	Metodologia da Pesquisa (2h/a)	Pedagogia	Terça-Feira 20h20min às 22h00min	01	1.1	05h.
		Docência de Ciências no Ensino Fundamental II (2h/a)	Pedagogia	Terça-Feira 18h30min às 20h10min			

LEI N.º 5.507 DE 1º DE OUTUBRO DE 2015

ALTERA A ADEQUAÇÃO E O USO DE ÁREA CONSTANTE NO ANEXO I DO PLANO DIRETOR APROVADO PELA LEI Nº. 1.605/85 E ALTERAÇÕES.

A PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ela sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º - Ficam alteradas a adequação e o uso das áreas constantes do Anexo I da Lei 1.605/1.985 (Lei do Plano Diretor), e alterações, de parte da ARP – Área Residencial Predominante (a oeste da Linha de Transmissão de energia elétrica na divisa com o Município da Palhoça, até a linha definida pelos Pontos 01 com coordenadas X=729889,9790; Y=6944373,3990 e 02 com coordenadas X=729587,5411, Y=6942950,6244), passando a ter a adequação e uso conforme Mapa II - (Situação Proposta) anexo a esta Lei, com a seguinte descrição:

I - Situação Atual:

ARP – Área Residencial Predominante

Área dos Lotes (Mínimo): 360,00 m²;

Testada dos Lotes (Mínimo): 12,00m;

Número de Pavimentos (Máximo): 02;

Índice de Aproveitamento (Máximo): 1,0;

Taxa de Ocupação (Máximo): 50%.

360/12		
02	1,0	50

II - Situação Proposta:

a - A área compreendida entre as coordenadas geográficas Latitude 27°36'20.45"S / Longitude 48°40'16.57"O e a Latitude 27°36'55.92"S / Longitude 48°40'23.81"O, indicadas no mapa anexo (quadras Q-01 a Q-06), fica com o zoneamento alterado para AMS-2, com altura máxima de edificação de 10 metros relativamente a pista do Aeroclube de Santa Catarina ou 16 metros de altitude relativamente ao nível médio do mar.

AMS – Área Mista de Serviço

Área dos Lotes (Mínimo): 360,00 m²;

Testada dos Lotes (Mínimo): 12,00m;

Número de Pavimentos (Máximo): 02;

Índice de Aproveitamento (Máximo): 2,5;

Taxa de Ocupação (Máximo): 50%.

360/12		
02	2,5	50

b - A área compreendida entre as coordenadas geográficas Latitude 27°36'21.01"S / Longitude 48°40'14.67"O e a Latitude 27°36'56.23"S / Longitude 48°40'21.32"O, indicadas no mapa anexo (quadras Q-07 a Q-11, Q-12 lotes 1 à 8), fica com o zoneamento alterado para AMS-4, com altura máxima de edificação de 20 metros relativamente a pista do Aeroclube de Santa Catarina ou 26 metros de altitude relativamente ao nível médio do mar.

AMS – Área Mista de Serviço

Área dos Lotes (Mínimo): 360,00 m²;

Testada dos Lotes (Mínimo): 12,00m;

Número de Pavimentos (Máximo): 04;

Índice de Aproveitamento (Máximo): 2,5;

Taxa de Ocupação (Máximo): 50%.

360/12		
04	2,5	50

c - A área compreendida entre as coordenadas geográficas Latitude 27°36'22.64"S / Longitude 48°40'11.13"O e a Latitude 27°37'8.27"S / Longitude 48°40'20.30"O, indicadas no mapa anexo (quadras Q-12 lotes 09 à 13, Q-13 a Q-24 e as ÁREAS INSTITUCIONAIS 01, 02 e 03), fica com o zoneamento alterado para AMS-4, com altura máxima de edificação de 40 metros relativamente a pista do Aeroclube de Santa Catarina ou 46 metros de altitude relativamente ao nível médio do mar.

AMS – Área Mista de Serviço

Área dos Lotes (Mínimo): 360,00 m²;

Testada dos Lotes (Mínimo): 12,00m;

Número de Pavimentos (Máximo): 04;

Índice de Aproveitamento (Máximo): 2,5;

Taxa de Ocupação (Máximo): 50%.

360/12		
04	2,5	50

§1º - As construções em todos os lotes das quadras Q-01 a Q-06, constantes na área descrita na alínea "a" do inciso II deste artigo, deverão cumprir um afastamento de 90 metros ortogonalmente ao eixo da pista do Aeroclube de Santa Catarina.

§2º - As construções em todos os lotes das quadras Q-07 a Q-12 com frente para as ruas L01 e L02, constantes na área descrita na alínea "b" do inciso II deste artigo, deverão cumprir um afastamento de 140 metros ortogonalmente ao eixo da pista do Aeroclube de Santa Catarina.

§3º - As construções em todos os lotes das quadras Q-01 a Q-06 e os lotes das quadras Q-07 a Q-12 com frente para as ruas L01 e L02, constantes nas áreas descritas nas alíneas "a" e "b" do inciso II deste artigo, deverão adotar medidas para atingir uma redução de nível de ruído de 25 dB, que devem ser incorporadas no projeto/construção das edificações.

§4º - Os lotes das quadras Q-01 a Q-06, quando destinados para o uso exclusivo de hangar de aeronaves e, portanto, com ligação ao Aeroclube de Santa Catarina e vinculado operacionalmente à atividade aeronáutica em si, estarão desobrigados da adoção de medidas de redução de nível de ruído previstas no §3º deste artigo.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Paço Municipal, em São José (SC), 1º de outubro de 2015.

ADELIANA DAL PONT

Prefeita Municipal

CLÓVIS RENATO SQUIO

Procurador-Geral do Município

LEI N.º 5.508 DE 1º DE OUTUBRO DE 2015

ABRE CRÉDITO ADICIONAL ESPECIAL JUNTO AO ORÇAMENTO DA CÂMARA DE VEREADORES PARA O EXERCÍCIO DE 2015 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

A PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ela sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica aberto Crédito Adicional Especial, na importância de R\$ 3.000.000,00 (três milhões de reais), criando, no Orçamento da Câmara de Vereadores de São José novas Classificações Orçamentárias a seguir especificadas:

01.01.01.031.0101.1.556 – Construção da Nova Sede da Câmara Municipal de São José.

4.4.90.51.00.00.0080 – Obras e Instalações – Recursos Próprios.

Art. 2º - Os recursos necessários para atendimento ao Crédito Adicional Especial, aberto no artigo 1º desta Lei, correrão à conta da anulação da importância de R\$ 3.000.000,00 (três milhões de reais), nas dotações consignadas no Orçamento da Câmara de Vereadores de São José, a seguir especificadas:

01.00 – CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ

01.01 – CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ

01.01.01.031.0101.2.001 – Manutenção da Câmara Municipal	
3.1.90.16.00.00.0080 – Obras Despesas Variáveis – Pessoal Civil, Recursos Próprios	
R\$ 80.000,00	
3.1.90.92.00.00.0080 – Despesas de Exercícios Anteriores, Recursos Próprios	
R\$ 80.000,00	
3.1.90.94.00.00.0080 – Indenizações e Restituições Trabalhistas, Recursos Próprios	R\$
190.000,00	
3.3.90.39.00.00.0080 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica, Recursos Próprios	R\$
2.300.000,00	
4.4.90.51.00.00.0080 – Obras e Instalações, Recursos Próprios	R\$
250.000,00	
4.4.90.52.00.00.0080 – Equipamentos e Material Permanentes, Recursos Próprios	R\$
100.000,00	
Total desta Atividade	R\$
3.000.000,00	
Total do Órgão	R\$
3.000.000,00	
Total da Anulação	R\$
3.000.000,00	

Art. 3º - A Ação de Governo/Projeto descrita no artigo 1º desta Lei passa a integrar o Plano Plurianual 2014-2017 aprovado pela Lei 5.373/2013 e as Diretrizes Orçamentárias de 2015 aprovadas pela Lei 5.465/2015.

Art. 4º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal, em São José (SC), 1º de outubro de 2015.

ADELIANA DAL PONT

Prefeita Municipal

PORTARIA SME Nº 1313 DE 02 DE OUTUBRO DE 2015

PORTARIA SME Nº 1313 DE 02 DE OUTUBRO DE 2015.

INSTITUI COMISSÃO JULGADORA PARA AVALIAÇÃO DOS PRÊMIOS GESTÃO ESCOLAR INOVADORA E EDUCADOR INOVADOR DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO DE SÃO JOSÉ.

A Secretária Municipal de Educação de São José, no uso de suas atribuições, que lhe confere artigo 66, inciso IV, da Lei Orgânica do Município de São José.

Considerando o item 6.2 do edital 009/2015 e o item 6.2 do edital 010/2015 de 19 de agosto de 2015.

RESOLVE:

I – Nomear a comissão julgadora:

Angela Gonçalves – matrícula – 15.491-1 – PENSEEducação.

Giselle Correa Costa – matrícula 13.863-0 – Educação das Relações Étnico-Raciais e Gênero

Gladys Soraia Silva – matrícula 1.711-6 – Escolas Profissionais

Márcia Cristina Figueredo Rizzaro – matrícula 2.791-0 – Educação Infantil

Simone Warmiling dos Santos – matrícula 2.888-6 - Educação de Jovens e Adultos

Vera Lúcia Sabino – matrícula – 1.804-0 - Educação Infantil

Vilmar Ivo Peres Junior – matrícula 33.234-8 - Ensino Fundamental

II – Fica designado o servidor Vilmar Ivo Peres Junior como coordenador desta comissão.

III - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

São José, 02 de outubro de 2015.

Meri Terezinha de Melo Hang

Secretária Municipal de Educação de São José

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 109/2015 – PROCESSO Nº 354/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 109/2015 – Processo nº 354/2015. Objeto: REGISTRO DE PREÇOS PARA CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA EVENTUAL AQUISIÇÃO DE ÓCULOS DE PROTEÇÃO, BOTAS, MOCHILAS E OUTROS EQUIPAMENTOS, DESTINADOS A 1ª COMPANHIA DE BOMBEIROS MILITAR DO MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ/SC. RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS: De 02 de outubro de 2015 às 18h00min até dia 15 de outubro de 2015, às 14h00min. ABERTURA DAS PROPOSTAS E INÍCIO DA SESSÃO DA DISPUTA DE PREÇOS: Às 14h00min do dia 15 de outubro de 2015. Retirada do edital no link: <http://wbc.pmsj.sc.gov.br/>. Maiores informações: Setor de Licitações, 3º andar das 13h00min às 18h00min. Fone: (48) 33810002.

RESOLUÇÃO Nº. 025/2015.

RESOLUÇÃO Nº. 025/2015.

TORNA PÚBLICA COMPOSIÇÃO DAS MESAS DE RECEPÇÃO E DE APURAÇÃO DA VOTAÇÃO E EQUIPE DE FISCALIZAÇÃO DA ELEIÇÃO DO PROCESSO DE ESCOLHA UNIFICADO DOS CONSELHEIROS TUTELARES DE SÃO JOSÉ, REGIDO PELO EDITAL CMDCA N. 001/2015.

O CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE DE SÃO JOSÉ, em sua sede localizada à Rua Coronel Américo, nº. 25, neste Município e considerando o disposto nos arts. 132 e 139 do Estatuto da Criança e do Adolescente, na Resolução CONANDA nº 170/2014 e no art. 77 da Lei Municipal nº 5.482

de 11/05/2015 c/c os itens 3.6 a 3.9 do Edital CMDCA n. 001/2015, torna pública a composição das mesas de recepção e de apuração votos e equipe de fiscalização da Eleição do Processo de Escolha Unificado dos Conselheiros Tutelares no Município de São José/SC, conforme deliberado em Assembléia Extraordinária ocorrida dia 30 de setembro de 2015;

RESOLVE:

Art. 1º - Fica constituída a composição das mesas de recepção da Eleição integrante do Processo Eleitoral Processo de Escolha Unificado dos Conselheiros Tutelares no Município de São José/SC, da seguinte forma:

I – Seção 01: Iniciais A e B - Turno Matutino

a) Presidente: Mileine Delonê da Silva Pires;

b) Mesário: Silvio Agenor Valentin; e

c) Mesário: Maricléia da Rosa.

II – Seção 01: Iniciais A e B - Turno Vespertino

a) Presidente: Mileine Delonê da Silva Pires;

b) Mesário: Marcelo Nunes de Mello; e

c) Mesário: Maria Vitória Zappeline.

III – Seção 02: Iniciais C, D, E, F, G, H, I, J - Turno Matutino

a) Presidente: Wanderléia Maurício;

b) Mesário: Joice Macedo Alceno; e

c) Mesário: Janine Medeiros.

IV – Seção 02: Iniciais C, D, E, F, G, H, I, J - Turno Vespertino

a) Presidente: Antonio Martins dos Santos;

b) Mesário: Joice Macedo Alceno; e

c) Mesário: Fernanda Vieira.

V – Seção 03: Iniciais K, L e M - Turno Matutino

a) Presidente: Tatiana Bonzine Oliveira;

b) Mesário: Clarissa Fernanda Vieira Ferreira; e

c) Mesário: Thais Monique da Silva.

VI – Seção 03: Iniciais K, L e M - Turno Vespertino

a) Presidente: Cleibiana Seibel;

b) Mesário: Aline da Silveira Bittencourt; e

c) Mesário: Danuza Maria Faversani

VII – Seção 04: Iniciais N, O e P - Turno Matutino

a) Presidente: Maria Olinda Daniel Silva;

b) Mesário: Kerlen Mignoni da Silva; e

c) Mesário: Mariléia Maria Raimundo Metzker.

VIII – Seção 04: Iniciais N, O e P - Turno Vespertino

a) Presidente: Maria Clotildes Daniel Joaquim;

b) Mesário: Kerlen Mignoni da Silva; e

c) Mesário: Mariléia Maria Raimundo Metzker.

IX – Seção 05: Iniciais Q, R, S, T, U, V, W, X, Y e Z - Turno Matutino

a) Presidente: Carla Regina Galego;

b) Mesário: Severina Inacia de Sousa; e

c) Mesário: Noêmia Maria Raimundo.

X – Seção 05: Iniciais Q, R, S, T, U, V, W, X, Y e Z - Turno Vespertino

a) Presidente: Newty Jacqueline Rodrigues;

b) Mesário: Severina Inacia de Sousa; e

c) Mesário: Noêmia Maria Raimundo.

Art. 2º - Fica constituída a composição da Equipe de Fiscalização da Eleição do Processo de Escolha Unificado dos Conselheiros Tutelares no Município de São José/SC, da seguinte forma:

a) Cesar Maximiliano Simões;

b) Manoel Abreu;

c) Ana Maria Mafra Dal-Bó;

d) Norma Warmling;

e) Rita de Cássia Furtado;

f) Izoete Righetto;

g) Fernanda da Silva Zulian Legal;

h) Zélia Guimarães Ferreira Laurentino; e

i) Edvalda Damázio;

Art. 3º - As mesas de Apuração de Votos da Eleição integrantes da Eleição integrantes do Processo de Escolha Unificado dos Conselheiros Tutelares no Município de São José/SC, serão integradas pelos integrantes contidos nos incisos II, IV, VI, VIII e X do Art. 1º desta Resolução.

Art. 4º - Havendo ausência de algum dos integrantes das mesas de recepção e de apuração, as mesmas serão substituídas pelos integrantes contidos no Art. 2º desta Resolução.

Art. 5º - Esta Resolução entra em vigor na data de sua aprovação.

Art. 6º - Publique-se na forma da Lei.

São José, 30 de setembro de 2015.

CÉSAR MAXIMILIANO SIMÕES

Conselheiro Presidente

TERMO ADITIVO/TA Nº 458/2011-05 – PE 021/2011

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

Termo Aditivo/TA nº 458/2011-05 – PE 021/2011 - Processo 075/2011 – Contratado: MJVTECH COMÉRCIO E SERVIÇOS TECNOLÓGICOS LTDA ME. Objeto: PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO PREVENTIVA, CORRETIVA, ASSISTÊNCIA TÉCNICA, IMPLANTAÇÃO E PROGRAMAÇÃO DO SISTEMA SEMAFÓRICO DO MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ/SC. Prorrogação De Prazo: fica prorrogado o prazo de vigência e execução do Contrato nº 458/2011 por mais 12 (doze) meses, a contar do dia 01/09/2015. Renúncia Expressa: A Contratada renuncia ao reajuste oriundo dos últimos 12 meses do Contrato nº 458/2011. Data da assinatura: 26 de agosto de 2015.

CÂMARA MUNICIPAL

PORTARIA N.164/2015

PORTARIA Nº 164/2015

O Presidente da Câmara Municipal de São José, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE: Convocar o servidor Gilmar Correa a retornar as suas atividades normais de trabalho, a partir de 01/10/2015, interrompendo sua licença prêmio iniciada no período de 06/04/2015.

II - Esta Portaria entrará em vigor a partir da data de sua publicação.

III - Publique-se. Registre-se. Cumpra-se.

Câmara Municipal de São José, 30 de setembro de 2015.

Orvino Coelho de Ávila

Presidente

Registrada em ____/____/____

Publicada em ____/____/____

São Lourenço do Oeste

PREFEITURA

1º TERMO ADITIVO AO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 087/2015, MODALIDADE PREGÃO PRESENCIAL Nº 054/2015

1º TERMO ADITIVO AO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 087/2015, MODALIDADE PREGÃO PRESENCIAL Nº 054/2015

MUNICÍPIO DE SÃO LOURENÇO DO OESTE, Estado de Santa Catarina, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ nº 83.021.873/0001-08, com sede à Rua Duque de Caxias, nº 789, Centro, São Lourenço do Oeste - SC, representado pelos senhores: Prefeito Municipal, Sr. Geraldino Cardoso, brasileiro, casado, portador do RG nº 12/R-1.272.260, inscrito no CPF sob o nº 460.328.009-20; e Secretária Municipal de Educação, Sra. Lúcia Iliane da Costa, brasileira, portadora do RG nº 2.039.498-5 e inscrita no CPF nº 693.306.119-15, residentes e domiciliados em São Lourenço do Oeste - SC, doravante denominado simplesmente CONTRATANTE, e a empresa LINDOMAR GALVAN & CIA LTDA ME, pessoa jurídica de direito privado, estabelecida na Rua Amazonas, n. 530, Bairro Pinheirão, no Município de Francisco Beltrão - PR, CEP: 85.603-190, inscrita no CNPJ sob o nº 10.838.393/001-60, neste ato representada por seu representante legal, Sr. Lindomar Galvan, brasileiro, inscrito no CPF sob o nº 039.108.299-02 e portador da Cédula de Identidade sob nº 4.354.723, residente e domiciliado no Município de Francisco Beltrão - PR, doravante denominada CONTRATADA, de comum acordo e nos termos da Lei 8.666/93, resolvem;

CONSIDERANDO a solicitação de Termo Aditivo ao Processo Licitatório nº 087/2015, Modalidade Pregão Presencial nº 054/2015, expedida pela Secretaria Municipal de Educação, para que se faça o acréscimo de aproximadamente 7,65% (sete vírgula sessenta e cinco por cento) ao valor total contratado para o fornecedor, referente ao Processo supracitado, pois se faz necessário para que se possa atender a necessidade de todas as escolas da rede pública municipal de ensino.

CONSIDERANDO que o valor total do aditivo é R\$ 800,00 (oitocentos reais) o que perfaz aproximadamente 7,65% (sete vírgula sessenta e cinco por cento) do valor total contratado.

Considerando que a Lei Federal 8.666, de 21 de junho de 1993 em seu artigo 65, § 1º prevê um acréscimo de até 25% do valor inicial atualizado do contrato, e que este Termo Aditivo respeita esta condição;

Fica aditado ao objeto do Processo Licitatório nº 087/2015, Modalidade Pregão Presencial nº 054/2015, que trata da AQUISIÇÃO DE MOBILIÁRIOS A SEREM UTILIZADOS NAS ESCOLAS BÁSICAS DA REDE PÚBLICA MUNICIPAL DE ENSINO DO MUNICÍPIO DE SÃO LOURENÇO DO OESTE - SC, o seguinte item:

Contratada: LINDOMAR GALVAN & CIA LTDA ME;

ITEM	DESCRIÇÃO	QTDADE	VALOR UNIT.	VALOR TOTAL
07	Armário em MDF melamina 18mm na cor Cinza-Cristal, c/ 02 portas, c/ divisão ao meio, c/ 06 prateleiras em cada divisão, totalizando 12 prateleiras, c/ fechadura nas duas portas, dobradiças 35mm, puxadores de metal-haste-160mm, borda em PVC de 1mm de espessura, sapatas niveladoras. Nas seguintes dimensões: Largura =90.5cm X Altura= 1.84m X Profundidade= 50cm.	02	R\$ 400,00	R\$ 800,00
TOTAL				R\$ 800,00

O valor do presente Termo Aditivo é de R\$ 800,00 (oitocentos reais).

São Lourenço do Oeste - SC, 28 de setembro de 2015.

GERALDINO CARDOSO Prefeito Municipal	LINDOMAR GALVAN Lindomar Galvan & Cia Ltda Me
LÚCIA ILIANE DA COSTA Secretária Municipal de Educação	

DECRETO Nº 5.190, DE 1º DE OUTUBRO DE 2015.

DECRETO Nº 5.190, DE 1º DE OUTUBRO DE 2015.

Abre crédito adicional suplementar, anulação de dotações, no orçamento programa de 2015, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO LOURENÇO DO OESTE, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município, autorização contida na Lei Municipal nº 2.191, de 18 de dezembro 2014, e de acordo com o inciso III, do §1º, do art. 43 da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964,

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto no corrente exercício, crédito adicional suplementar, anulação de dotações, adicionando-se pelo crédito orçamentário o valor de R\$ 100.000,00 (cem mil reais), na seguinte dotação orçamentária:

13.00	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE - FMS	
13.01	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE - FMS	
10.301.4506.2.019 .3.3.9.0.00.00.00.00 .00.0.1.0002	11	Aplicação Direta R\$ 100.000,00

Art. 2º Para atendimento da suplementação de que trata o art. 1º, em conformidade com o que estabelece o inciso III, do §1º, do art. 43, da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964 e a Lei Municipal nº 2.191, de 18 de dezembro 2014, serão utilizados recursos provenientes da anulação parcial da seguinte dotação:

13.00	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE - FMS	
13.01	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE - FMS	
10.301.4506.2.019 3.1.9.0.00.00.00.00.00.0.1.0002	08	Aplicação Direta R\$ 100.000,00

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

São Lourenço do Oeste, SC, 1º de outubro de 2015.

GERALDINO CARDOSO

Prefeito Municipal

EXTRATO DO CONTRATO DE RATEIO DO CONIMS, DE 22 DE SETEMBRO DE 2015.

EXTRATO DO CONTRATO DE RATEIO DO CONIMS, DE 22 DE SETEMBRO DE 2015.

Origem: Lei Federal nº 11.107/2005 e Decreto Federal nº 6.017/2007.

Contratante: Município de São Lourenço do Oeste, CNPJ nº 83.021.873/0001-08, através do Fundo Municipal de Saúde, CNPJ nº 11.359.214/0001-75.

Contratada: Consórcio Intermunicipal de Saúde - CONIMS, CNPJ nº 00.136.858/0001-88.

Objeto: REPASSE DE RECURSOS FINANCEIROS DESTINADOS AO CUSTEIO DOS PROJETOS E ATIVIDADES DESENVOLVIDAS PELO CONSÓRCIO, PARA A EXECUÇÃO DE SUAS FINALIDADES, PREVISTAS NOS ARTS. 4º E 5º DO ESTATUTO SOCIAL.

Valor Global: R\$ 1.107.193,85 (um milhão, cento e sete mil, cento e noventa e três reais e oitenta e cinco centavos).

Pagamento: O valor será repassado mensalmente pelos municípios até o dia 20 (vinte) de cada mês, exceto no mês de dezembro, que será antecipado para o dia 15 (quinze).

Recursos Financeiros: As despesas decorrentes da execução do objeto contratado correrão por conta do orçamento do exercício financeiro de 2016.

Data de Assinatura: 22 de setembro de 2015.

Vigência: O prazo de vigência é de 12 (doze) meses, iniciando-se em 1º de janeiro de 2016 e encerrando-se em 31 de dezembro de 2016.

Signatários: Geraldino Cardoso (Prefeito Municipal e Gestor do Fundo Municipal de Saúde) - pelo Contratante e Rogério Antonio Benin (Presidente do CONIMS) - pela Contratada.

LEI Nº 2.244, DE 30 DE SETEMBRO DE 2015.

LEI Nº 2.244, DE 30 DE SETEMBRO DE 2015.

Autoriza o Poder Executivo Municipal a realizar a doação de bens móveis a Clubes de Mães do Município de São Lourenço do Oeste/SC, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO LOURENÇO DO OESTE, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município, faz saber que a Câmara de Vereadores aprovou e este sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a doar 01 (uma) mesa de jogos de bolãozinho, em madeira envernizada, medindo 160x80x80cm, com pinos, bola e taco, de propriedade do Município, avaliada em R\$ 1.490,00 (um mil, quatrocentos e noventa reais), para os seguintes Clubes de Mães, sediados no distrito de São Roque, neste Município:

I - Clube de Mães Alegria de Viver, inscrito no CNPJ sob o nº 08.174.549/0001-04, com sede na comunidade de linha Planalto;

II - Clube de Mães Caminhando Juntas, inscrito no CNPJ sob o nº 08.266.238/0001-75, com sede na comunidade de linha São Roque;

III - Clube de Mães Unidas por Santana, inscrito no CNPJ sob o nº 07.137.208/0001-04, com sede na comunidade de linha Sant'Ana da Bela Vista.

§ 1º Os bens descritos no caput estão registrados no patrimônio municipal sob os nºs 19783, 19784 e 19785.

§ 2º O valor total da presente doação é de R\$ 4.470,00 (quatro mil, quatrocentos e setenta reais).

Art. 2º Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a proceder à baixa dos bens doados, do patrimônio do Município.

Art. 3º Para cobrir as despesas decorrentes desta Lei, serão usados recursos do orçamento municipal em execução.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

São Lourenço do Oeste, SC, 30 de setembro de 2015.

GERALDINO CARDOSO

Prefeito Municipal

São Miguel da Boa Vista

PREFEITURA

PRIMEIRA ERRATA DO PROCESSO LICITATÓRIO 15/2015 FMS.

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICIPIO DE SÃO MIGUEL DA BOA VISTA.
PROCESSO LICITATORIO Nº. 15/2015 FMS.
MODALIDADE PREGÃO PRESENCIAL.
1º ERRATA

O Município de São Miguel da Boa Vista torna publico a Errata do Edital de licitação 15/2015 FMS na modalidade de Pregão Presencial cujo objeto é a Contratação de serviços de hidroginástica. O edital sofrerá alteração na data de abertura e entrega dos envelopes. As demais cláusulas do edital e seus anexos ficarão inalterados, e encontram-se junto de informações no site do Município, bem como no setor de Licitações, de Segunda a Sexta-Feira, horário de expediente, das 07:00 as 13:00 horas.

Em virtude das mudanças a data de abertura e recebimento dos envelopes dar-se-ão em:

Entrega dos envelopes: 15/10/2015 as 08h45min.

Abertura dos envelopes: 15/10/2015 as 09h00min.

São Miguel da Boa Vista (SC), 01 de outubro de 2015.

GILNEI ANTONIO GUTH – Prefeito Municipal.

São Miguel do Oeste

PREFEITURA

EXT. CONTRATO 129.2015 - PREFEITURA

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO OESTE
EXT. CONTRATO 129/2015
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 124/2015
PREGÃO PRESENCIAL 81/2015
OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA SERVIÇOS DE MÃO DE OBRA COM FORNECIMENTO DE MATERIAIS DESTINADOS PARA A MANUTENÇÃO E CONSERVAÇÃO DA MOTONIVELADORA KOMATSU N. 216, CAÇAMBA FORD CARGO 2428 N. 201; E, CAÇAMBA FORD CARGO 2428 N. 200, DE ACORDO COM A AUTORIZAÇÃO DE FORNECIMENTO N.º 2431/2015.
CONTRATADO: MARAVIMÁQUINAS COMÉRCIO DE PEÇAS E SERVIÇOS LTDA
VALOR: 7.950,00
VIGÊNCIA: 60 DIAS
ASSINA pela CONTRATANTE: JOÃO CARLOS VALAR
ASSINA pela CONTRATADA: ROMOLO RAFAEL POSSAMAI
São Miguel do Oeste, SC., 10 de setembro de 2015

São Miguel do Oeste, SC., 15 de setembro de 2015

EXT. CONTRATO 132.2015 - PREFEITURA

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO OESTE
EXT. CONTRATO 132/2015
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 130/2015
PREGÃO PRESENCIAL 85/2015
OBJETO: CONTRATAÇÃO DE HORAS MAQUINA DE ESCAVADEIRA HIDRAULICA PARA UTILIZAÇÃO JUNTO A ÁREA INDUSTRIAL TUPANCY DO MUNICIPIO DE SÃO MIGUEL DO OESTE – SC, DE ACORDO COM A AUTORIZAÇÃO DE FORNECIMENTO Nº 2488/2015.
CONTRATADO: J.V. DEBASTIANI & CIA LTDA
VALOR: 17.500,00
VIGÊNCIA: 30/12/2015
ASSINA pela CONTRATANTE: JOÃO CARLOS VALAR
ASSINA pela CONTRATADA: JOSÉ VALDIR DEBASTIANI
São Miguel do Oeste, SC., 18 de setembro de 2015

EXT. CONTRATO 130.2015 - PREFEITURA

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO OESTE
EXT. CONTRATO 130/2015
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 124/2015
PREGÃO PRESENCIAL 81/2015
OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA SERVIÇOS DE MÃO DE OBRA COM FORNECIMENTO DE MATERIAIS DESTINADOS PARA A MANUTENÇÃO E CONSERVAÇÃO DA MOTONIVELADORA KOMATSU N. 216, CAÇAMBA FORD CARGO 2428 N. 201; E, CAÇAMBA FORD CARGO 2428 N. 200, DE ACORDO COM A AUTORIZAÇÃO DE FORNECIMENTO N.º 2432/2015.
CONTRATADO: MECANICA ALBA LTDA ME
VALOR: 13.400,00
VIGÊNCIA: 60 DIAS
ASSINA pela CONTRATANTE: JOÃO CARLOS VALAR
ASSINA pela CONTRATADA: ALTAIR JOSÉ ORSO
São Miguel do Oeste, SC., 10 de setembro de 2015

EXT. CONTRATO 133.2015 - PREFEITURA

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO OESTE
EXT. CONTRATO 133/2015
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 129/2015
INEXIGIBILIDADE 09/2015
CREDENCIAMENTO 02/2015
OBJETO: CREDENCIAMENTO DE EMPRESAS PARA SERVIÇOS DE MÃO DE OBRA COM FORNECIMENTO DE MATERIAIS DESTINADOS PARA A MANUTENÇÃO E CONSERVAÇÃO DE COMPUTADORES, NOTEBOOK E DEMAIS EQUIPAMENTOS UTILIZADOS POR ESTA MUNICIPALIDADE, DE ACORDO COM O ANEXO I DO EDITAL.
CONTRATADA: ANTONIO CARLOS ZORZO -ME
VALOR: 38.325,00
VIGÊNCIA: 31/12/2015
ASSINA pela CONTRATANTE: JOÃO CARLOS VALAR
ASSINA pela CONTRATADA: WAGHNER ILIAS TRINDADE
São Miguel do Oeste, SC., 21 de setembro de 2015

EXT. CONTRATO 131.2015 - PREFEITURA

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO OESTE
EXT. CONTRATO 131/2015
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 123/2015
PREGÃO PRESENCIAL 80/2015
OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA SERVIÇOS DE CERIMONIAL, FILMAGENS, FOTOGRAFIAS, SONORIZAÇÃO E DECORAÇÃO PARA O EVENTO "TROFÉU O GUARANI", A SER REALIZADO NO DIA 09 DE OUTUBRO DE 2015, DE ACORDO COM O EDITAL E A AUTORIZAÇÃO DE FORNECIMENTO Nº 2479/2015.
CONTRATADO: HAMCON EVENTOS LTDA ME
VALOR: 24.798,00
VIGÊNCIA: 70 DIAS
ASSINA pela CONTRATANTE: JOÃO CARLOS VALAR
ASSINA pela CONTRATADA: VOLMIR CANOVA

EXT. CONTRATO 134.2015 - PREFEITURA

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO OESTE
EXT. CONTRATO 134/2015
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 132/2015
PREGÃO PRESENCIAL 87/2015
OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA FORNECIMENTO DE ALIMENTAÇÃO COM PRATOS FRIOS, CARNES E DEMAIS A SEREM OFERECIDAS PARA O CERIMONIAL DO EVENTO "TROFÉU O GUARANI" 2015, QUE SERÁ REALIZADO NO DIA 09 DE OUTUBRO DE 2015 NO CTG PORTEIRA ABERTA, DE ACORDO COM O ANEXO I DO EDITAL.
CONTRATADO: LATITUDE EVENTOS LTDA - ME
VALOR: 15.950,00
VIGÊNCIA: 60 DIAS

ASSINA pela CONTRANTANTE: JOÃO CARLOS VALAR
 ASSINA pela CONTRATADA: RAFAEL JUNIOR AGOSTINI
 São Miguel do Oeste, SC., 22 de setembro de 2015

EXT. CONTRATO 135.2015 - PREFEITURA

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO OESTE

EXT. CONTRATO 135/2015

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 134/2015

PREGÃO PRESENCIAL 88/2015

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA FORNECIMENTO DE MATERIAIS E SERVIÇOS DE MÃO DE OBRA DESTINADOS A DESLOCAMENTO DE POSTES DA REDE DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA

DO MUNICÍPIO DE SÃO MIGUEL DO OESTE – SC, DE ACORDO COM O ANEXO I DO EDITAL

CONTRATADO: A.S. JÚNIOR INSTALADORA ELÉTRICA LTDA

VALOR: 10.350,00

VIGÊNCIA: 60 DIAS

ASSINA pela CONTRANTANTE: JOÃO CARLOS VALAR

ASSINA pela CONTRATADA: ADEMIR SEBBEN

São Miguel do Oeste, SC., 24 de setembro de 2015

HOMOLOGAÇÃO EDITAL DE CONCURSO PÚBLICO Nº 022/2014 - EDITAL DE HOMOLOGAÇÃO FINAL DA NOVA CLASSIFICAÇÃO PARA O CARGO DE OPERADOR DE MÁQUINA LANÇADO PELO EDITAL N. 022/2014

HOMOLOGAÇÃO EDITAL DE CONCURSO PÚBLICO Nº 022/2014

EDITAL DE HOMOLOGAÇÃO FINAL DA NOVA CLASSIFICAÇÃO PARA O CARGO DE OPERADOR DE MÁQUINA LANÇADO PELO EDITAL N. 022/2014

O Prefeito Municipal de São Miguel do Oeste, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e nos termos dos dispositivos da Constituição da República Federativa do Brasil, da Lei Orgânica Municipal, e das Leis Complementares Municipais ns. 009/2012 (Estatuto dos Servidores Públicos Municipais), 025/2013 (Plano de Cargos e Salários da Administração Pública Municipal) e 026/2013 (Plano de Cargos e Salários do Magistério Público Municipal) e o edital de anulação que retificou o item 10.4, do Edital n. 022/2014, homologa o novo resultado final, que passa a ser o seguinte:

CARGO: OPERADOR DE MÁQUINAS

Ordem	Candidato	LP	RL	CG	CE	NPO	PPP	NF	Classificação
2622	CHEVANIR NOE	5	0	3	11	4,9	10	14,9	1
2623	DOUGLAS LUIZ PANISSON	6	1	2	10	4,8	10	14,8	2
2627	IVAIR GIOVENARDI	3	2	2	10	4,4	10	14,4	3
2626	GILSO BERTUOL CAVALIN	7	1	3	14	6,4	7	13,4	4
2625	FÁBIO PREVIDI	4	2	2	13	5,5	4	9,5	5
2628	IVAIRTON MOSSIAN	7	1	1	12	5,4	0	-	Desclassificado (Item 8.5 do Edital)
2631	RAFAEL MARTINELLI	6	0	1	9	4,1	Faltou	-	Desclassificado
2624	EVANDRO ROBERTO KLAFFKE	4	0	2	9	3,9	-	-	Desclassificado
2621	ADEMIR DE FAVERI	6	1	2	6	3,6	-	-	Desclassificado
2629	JUNIOR ALEX KLEIN	3	1	3	7	3,5	-	-	Desclassificado
2630	MIGUEL ALEXANDRE KOSMANN	Faltou	Faltou	Faltou	Faltou	Faltou	Faltou	Faltou	Desclassificado

Legenda: LP= Língua Portuguesa - RL= Raciocínio Lógico - CG= Conhecimentos Gerais - CE= Conhecimentos Específicos - NPO= Nota Prova Objetiva - PPP= Pontuação Prova Prática - NF= Nota final

São Miguel do Oeste/SC em 01 de outubro de 2015.

JOÃO CARLOS VALAR

Prefeito do Município de São Miguel do Oeste

CÂMARA MUNICIPAL**EXTRATO DO CONTRATO 19/2015**

ESTADO DE SANTA CATARINA

CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES

SÃO MIGUEL DO OESTE

DÉCIMA QUINTA LEGISLATURA

EXT. DE CONTRATO 19/2015

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA FINALIZAÇÃO DA OBRA (2ª ETAPA) DA SEDE DO PODER LEGISLATIVO MUNICIPAL (CÂMARA DE VEREADORES), COM ÁREA DE 1.925,25 M2, CONFORME CARACTERÍSTICAS E PREVISÕES TÉCNICAS DISPOSTAS NO PROJETO, MEMORIAIS E CRONOGRAMAS ANEXOS AO PRESENTE ATO CONVOCATÓRIO E DELE PARTE INTEGRANTE , O QUE OCORRERÁ ATRAVÉS DO REGIME DE EMPREITADA GLOBAL.

CONTRATADO: PALOMA CONSTRUÇÕES EIRELI

VALOR TOTAL GERAL: R\$ 1.118.030,18

VIGÊNCIA: 07 MESES

ASSINADO pela CONTRATANTE: CRISTIANE REGINA ZANATTA MASSARO- Presidente da Câmara de Vereadores

São Miguel do Oeste, 23 de setembro de 2015

São Pedro de Alcântara

PREFEITURA

AVISO DE LICITAÇÃO 85.2015

AVISO DE LICITAÇÃO

O MUNICÍPIO DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA. Avisa da abertura do Processo nº 85/2015- MODALIDADE: Pregão Presencial – Registro de Preços

TIPO: Menor Preço por Item

OBJETO: Aquisição estimada e parcelada de Gás de Cozinha do tipo GLP de 13 e 45 kg, para as cozinhas instaladas nas unidades de ensino escolar, conforme solicitação da Secretaria de Educação do Município, de acordo com os quantitativos e termo de referência do anexo I deste Edital.

DATA DE ABERTURA: 16/10/2015 às 09:00h com entrega dos envelopes para credenciamento até às 08:45h do mesmo dia. RETIRADA DO EDITAL: sede da Prefeitura Municipal de São Pedro de Alcântara, na Praça Leopoldo Francisco Kretzer, 01, Centro, São Pedro de Alcântara, ou pelos emails: camilli@pmspa.sc.gov.br ou licitações@pmspa.sc.gov.br

MAIORES INFORMAÇÕES: Pelo telefone 0xx-48-3277-0122 R: 202 e 203 das 08:00h às 12:00h e das 13:00 às 17:00h. São Pedro de Alcântara, 01/10/2015.

JUCÉLIO KREMER – Prefeito Municipal.

CONTRATO N.º 063/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA

SECRETARIA MUNICIPAL DA ADMINISTRAÇÃO

Praça Leopoldo Francisco Kretzer, 01, Centro – 88125-000 www.pmspa.sc.gov.br – gabinete@pmspa.sc.gov.br

CONTRATO DE TRABALHO PARA ATENDER A NECESSIDADE TEMPORÁRIA DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO

CONTRATO n.º 063/2015

O Município de São Pedro de Alcântara, Estado de Santa Catarina, CNPJ/MF nº 01.613.101/0001-09, cuja Prefeitura se localiza na Praça Leopoldo Francisco Kretzer, nº 01, Centro – São Pedro de Alcântara/SC – Cep: 88.125-000, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Sr. JUCÉLIO KREMER, brasileiro, casado, inscrito no CPF sob o nº 620.977.769-49, residente e domiciliado a Praça Leopoldo Francisco Kretzer, nº 61, Centro, São Pedro de Alcântara/SC, neste ato denominado MUNICÍPIO, e de outro lado a Senhora SUZANA JUNCKES, brasileira, casada, inscrita no CPF sob nº. 083.884.729-33, residente a Rua Zacarias Vieira, nº 131, Santa Teresa – São Pedro de Alcântara/SC, neste ato denominado CONTRATADO, firmam entre si o presente CONTRATO DE TRABALHO DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO, com fundamento no art. 209 e seguintes da Lei Municipal nº. 05/1997 e suas alterações, bem como em respeito ao Processo Seletivo nº. 002/2014, conforme as disposições que seguem:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO REGIME DO CONTRATO

1.1- Este contrato vincula o MUNICÍPIO e o CONTRATADO ao regime constante dos arts. 209 a 211 da Lei Complementar Municipal nº 05/1997, e suas alterações.

1.2- A contratação, nos termos da Lei Complementar Municipal nº 05/1997, não confere direito nem expectativa de direito à efetivação no serviço público Municipal.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO OBJETO

2.1- O presente contrato tem por objeto a execução, pelo

CONTRATADO, das atribuições do cargo de AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS, descritas no quadro de pessoal da Prefeitura Municipal de São Pedro de Alcântara/SC.

CLÁUSULA TERCEIRA – DA REMUNERAÇÃO MENSAL

3.1- O CONTRATADO, durante a vigência deste contrato, fará jus à remuneração mensal relativa ao cargo descrito na cláusula segunda supra.

3.2- O pagamento do vencimento dar-se-á juntamente com o dos servidores efetivos e se sujeita aos mesmos reajustes a que àqueles for de direito.

CLÁUSULA QUARTA – DO PRAZO CONTRATUAL

4.1- Este contrato, que se dá nos termos de CONTRATO DE TRABALHO POR TEMPO DETERMINADO, tem sua vigência a partir 01/10/2015, findando no dia do término da licença para tratamento de saúde da servidora Maria Angelita Zimmermann Lutz, dia este em que cessa a necessidade temporária da contratação. Caso não haja o retorno até a data de 16/12/2015, fica esta data sendo como término do contrato.

4.2- Nos termos do § 2.º, do art. 209, da Lei Municipal n.º 05/1997, poderá haver prorrogação deste contrato, cuja duração máxima nunca poderá exceder a um (01) ano.

CLÁUSULA QUINTA – DA RESCISÃO

5.1- Constituem motivos para rescisão do contrato:

5.1.1- Acordo entre as partes;

5.1.2- Iniciativa do MUNICÍPIO, sem prévio aviso, quando:

5.1.2.1- O CONTRATADO violar cláusula contratual ou qualquer dispositivo legal que rege a função por ele exercida;

5.1.2.2- Por motivo de conveniência e oportunidade, devidamente justificados pelo Secretário da pasta a qual se vincula o CONTRATADO;

5.1.3- Por iniciativa do CONTRATADO, mediante prévio aviso escrito, de no mínimo trinta (30) dias;

5.2- Considera-se falta grave para rescisão do contrato pela administração, sem prévio aviso:

5.2.1- O cometimento de qualquer Infração Disciplinar descrita no Capítulo IV da Lei Municipal n.º 05/1997 (arts. 166 a 178);

5.2.2- O cometimento das seguintes infrações:

5.2.2.1- Ato de improbidade;

5.2.2.2- Incontinência de conduta ou mau procedimento;

5.2.2.3- Negociação habitual por conta própria ou alheia sem permissão do empregador;

5.2.2.4- Condenação criminal do CONTRATADO, passada em julgado, caso não tenha havido suspensão da execução da pena;

5.2.2.5- Desídia no desempenho das respectivas funções;

5.2.2.6- Embriaguez habitual ou em serviço;

5.2.2.7- Violação de segredo funcional;

5.2.2.8- Ato de indisciplina ou de insubordinação;

5.2.2.9- Abandono de emprego;

5.2.2.10- Ato lesivo da honra ou da boa fama praticado no serviço contra qualquer pessoa, ou ofensas físicas, nas mesmas condições, salvo em caso de legítima defesa, própria ou de outrem;

5.2.2.11- Ato lesivo da honra ou da boa fama ou ofensas físicas praticadas contra o empregador e superiores hierárquicos, salvo em caso de legítima defesa, própria ou de outrem;

5.2.2.12- Prática constante de jogos de azar;

5.2.2.13- A prática, devidamente comprovada em inquérito administrativo, de atos atentatórios à segurança nacional.

5.3- Aplica-se a este contrato, especialmente no que diz respeito a sua rescisão, o disposto nos arts. 179 a 208 da Lei Municipal n.º

05/1997.

CLÁUSULA SEXTA – DA ASSISTÊNCIA PREVIDENCIÁRIA

6.1- O MUNICÍPIO, durante a vigência contratual, assegurará ao CONTRATADO assistência médico-hospitalar, vinculando-o ao Instituto Nacional de Seguridade Social – INSS.

CLÁUSULA SÉTIMA – DAS RESPONSABILIDADES E OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO

7.1- As responsabilidades e obrigações do CONTRATADO são as previstas no Estatuto dos Servidores Municipais – Lei Municipal n.º 05/1997, devendo especificamente, prestar com zelo, cordialidade e eficiência os serviços para o qual fora contratado temporariamente.

CLÁUSULA OITAVA – DOS DIREITOS DO CONTRATADO

8.1- Os direitos do CONTRATADO são aqueles previstos na Consolidação das Leis do Trabalho – CLT, e subsidiariamente os previstos no Estatuto dos Servidores Municipais – Lei Municipal 05/1997 e suas alterações, excetuados os específicos do servidor municipal efetivo.

8.2- Assegura-se ao CONTRATADO o pagamento das seguintes verbas rescisórias, quando da rescisão contratual:

8.2.1- 13.º salário proporcional ao tempo do contrato;

8.2.2- Férias proporcionais ao tempo do contrato, acrescidas do terço constitucional.

8.3- O CONTRATADO não gozará do benefício de licença, com ou sem remuneração, sendo que seu afastamento do serviço, por mais de vinte e quatro (24) horas, sem prévia justificativa, será considerado como pedido unilateral de rescisão do presente contrato de trabalho.

CLÁUSULA NONA – DA JORNADA DIÁRIA DE TRABALHO

9.1- O CONTRATADO cumprirá a jornada de trabalho de quarenta (40) horas semanais, cumpridas de segunda à sexta-feira, obedecendo ao início, intervalo e término fixados aos servidores efetivos.

CLÁUSULA DÉCIMA – DO FORO

10.1- Para solução das questões provenientes deste contrato, as partes elegem o foro da Comarca de São José/SC, com expressa renúncia a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA: DAS DISPOSIÇÕES FINAIS:

11.1- Os casos omissos serão supridos pelas regras estabelecidas na Consolidação das Leis do Trabalho – CLT e, subsidiariamente, na Lei Complementar Municipal n.º 05/1997 e suas alterações, bem como aos princípios gerais do CONTRATO DE TRABALHO POR TEMPO DETERMINADO e aos princípios gerais do Direito.

Assim, justos e contratados na forma que ficou expressa, MUNICÍPIO e CONTRATADO firmam este instrumento em duas (02) vias de igual teor e forma, com as testemunhas abaixo identificadas e qualificadas para que produza todos os seus efeitos.

São Pedro de Alcântara/SC, 01 de outubro de 2015.

MUNICÍPIO DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA/SC

JUCÉLIO KREMER

Prefeito Municipal

SUZANA JUNCKES
CONTRATADA

Testemunhas:

DECRETO N.º 107/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA

GABINETE DO PREFEITO

Praça Leopoldo Francisco Kretzer, 01, Centro – CEP: 88125-000

www.pmspa.sc.gov.br – gabinete@pmspa.sc.gov.br

DECRETO n.º 107/2015

CONVOCA SERVIDORES PARA TRABALHAREM NA ELEIÇÃO DO CONSELHO TUTELAR.

JUCÉLIO KREMER, Prefeito Municipal de São Pedro de Alcântara, no uso de suas atribuições legais,

DECRETA:

Art. 1.º- Ficam convocados, os servidores abaixo relacionados, para trabalharem na eleição do Conselho Tutelar, a realizar-se no dia 04/10/2015 das 08:00 às 17:00 horas na Sede da Prefeitura Municipal:

- Presidente - Dayana Cristina Costa;
- 1º Mesário - Charlene Aparecida Raquel Junkes;
- 2º Mesário - Alfredo Amorim;
- Secretário - Rafael Medeiros.

Art. 2.º - Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3.º- Registra-se, publique-se e cumpra-se.

São Pedro de Alcântara/SC, 30 de setembro de 2015.

JUCÉLIO KREMER

Prefeito Municipal.

Registrado e Publicado em ____/____/2015.

PORTARIA N.º 315/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA

GABINETE DO PREFEITO

Praça Leopoldo Francisco Kretzer, 01, Centro – CEP: 88125-000 – Fone: 48-32770122 – R-222

www.pmspa.sc.gov.br – gabinete@pmspa.sc.gov.br

PORTARIA n.º 315/2015

NOMEIA MEMBRO DA COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÕES DO MUNICÍPIO DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA, no uso das atribuições conferidas pelo inciso IV do artigo 45 da Lei Orgânica do Município e com fundamento no Decreto-lei nº 3.365, de 21 de junho de 1941,

RESOLVE:

Art. 1.º- Nomear em substituição permanente como Membro da Comissão Permanente de Licitações do Município de São Pedro de Alcântara, e como membro da equipe de apoio da Pregoeira, o Sr. GUILHERME ALBINO matrícula nº. 2469, inscrito no CPF/MF sob o nº. 062.827.109-36, no lugar de NEIVA MARIA HAAS.

Art. 2.º-. Esta Portaria entrará em vigor na data da sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Art. 3.º- Publique-se, Registre-se, Cumpra-se.

São Pedro de Alcântara/SC, 01 de outubro de 2015.

JUCÉLIO KREMER

Prefeito Municipal

Registrado e Publicado em ____/____/2015.

PORTARIA N.º 309/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA

GABINETE DO PREFEITO

Praça Leopoldo Francisco Kretzer, 01, Centro – CEP: 88125-000 –

Fone: 48-32770122 – R.222

www.pmspa.sc.gov.br – gabinete@pmspa.sc.gov.br

PORTARIA n.º 309/2015

Concede férias a servidora FRANCIELLI CZOUPINSKI.

JUCÉLIO KREMER, Prefeito Municipal de São Pedro de Alcântara, no uso de suas atribuições legais, e de conformidade com o disposto no Art. 91, da Lei Complementar 005/97,

RESOLVE:

Art. 1.º- Conceder a servidora FRANCIELLI CZOUPINSKI, ocupante do cargo de Psicóloga, férias por 30 dias que gozará a partir de 01/10/2015 a 30/10/2015, referente ao período aquisitivo de 2014/2015.

Art. 2.º- Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3.º- Registra-se, publique-se e cumpra-se.

São Pedro de Alcântara/SC, 01 de outubro de 2015.

JUCÉLIO KREMER

Prefeito Municipal

Registrado e Publicado em ____/____/2015.

PORTARIA N.º 310/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA

GABINETE DO PREFEITO

Praça Leopoldo Francisco Kretzer, 01, Centro – CEP: 88125-000 –

Fone: 48-32770122 – R.222.

www.pmspa.sc.gov.br – gabinete@pmspa.sc.gov.br

PORTARIA n.º 310/2015

CONCEDE PROGRESSÃO FUNCIONAL AO SERVIDOR SAMIR JOSÉ VEBER.

JUCÉLIO KREMER, Prefeito Municipal de São Pedro de Alcântara, no uso de suas atribuições legais, e de conformidade com o disposto no Artigo 10 da Lei 19/97,

RESOLVE:

Art. 1.º- Conceder progressão funcional ao servidor SAMIR JOSÉ VEBER, ocupante do cargo de provimento efetivo de Motorista II, haja vista, ter completado mais três anos de serviço prestado junto a esta Instituição:

§ SAMIR JOSÉ VEBER – MOTORISTA II – LETRA F.

Art. 2.º- Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3.º- Registra-se, publique-se e cumpra-se.

São Pedro de Alcântara/SC, 01 de outubro de 2015.

JUCÉLIO KREMER

Prefeito Municipal

Registrado e Publicado em ____/____/2015.

PORTARIA N.º 311/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA

GABINETE DO PREFEITO

Praça Leopoldo Francisco Kretzer, 01, Centro – CEP: 88125-000

Fone: 48-32770122 – R.222

www.pmspa.sc.gov.br – gabinete@pmspa.sc.gov.br

PORTARIA n.º 311/2015

Concede licença para tratamento de saúde a servidora MARIA ANGELITA ZIMERMANN LUTZ, ocupante do cargo de Auxiliar de Serviços Gerais, lotada na Secretaria de Educação, Cultura e Desporto.

JUCÉLIO KREMER, Prefeito Municipal de São Pedro de Alcântara, no uso de suas atribuições legais, em conformidade com o disposto no Art. 96, da Lei Complementar nº. 005/97,

RESOLVE:

Art. 1.º- Conceder licença para tratamento de saúde a servidora MARIA ANGELITA ZIMERMANN LUTZ, pelo período de 30 (trinta) dias, a contar da data de 24/09/2015, conforme atestado médico.

Art. 2.º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a partir de 24/09/2015.

Art. 3.º- Registra-se, publique-se e cumpra-se.

São Pedro de Alcântara/SC, 01 de outubro de 2015.

JUCÉLIO KREMER

Prefeito Municipal

Registrado e Publicado em ____/____/2015.

PORTARIA N.º 312/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA

GABINETE DO PREFEITO

Praça Leopoldo Francisco Kretzer, 01, Centro – CEP: 88125-000 –

Fone: 48-32770122 – R.222

www.pmspa.sc.gov.br – gabinete@pmspa.sc.gov.br

PORTARIA n.º 312/2015

Concede licença para tratamento de saúde a servidora JANETE MARTINS DA GAMA VEBER, ocupante do cargo de Agente de Vigilância Epidemiológica, lotada na Secretaria de Saúde e Desenvolvimento Social.

JUCÉLIO KREMER, Prefeito Municipal de São Pedro de Alcântara, no uso de suas atribuições legais, em conformidade com o disposto no Art. 96, da Lei Complementar nº. 005/97,

RESOLVE:

Art. 1.º- Conceder licença para tratamento de saúde à servidora JANETE MARTINS DA GAMA VEBER, pelo período de 40 (quarenta) dias a contar da data de 01/10/2015, conforme atestado médico.

Art. 2.º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3.º- Registra-se, publique-se e cumpra-se.

São Pedro de Alcântara/SC, 01 de outubro de 2015.

JUCÉLIO KREMER

Prefeito Municipal

Registrado e Publicado em ____/____/2015.

PORTARIA N.º 313/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA

GABINETE DO PREFEITO

Praça Leopoldo Francisco Kretzer, 01, Centro – CEP: 88125-000 –

Fone: 48-32770122 – R.222

www.pmspa.sc.gov.br – gabinete@pmspa.sc.gov.br

PORTARIA n.º 313/2015

Admite em Caráter Temporário SUZANA JUNCKES para o cargo de Auxiliar de Serviços Gerais.

JUCÉLIO KREMER, Prefeito Municipal de São Pedro de Alcântara, no uso de suas atribuições legais, e de conformidade com o disposto no Art. 209, da Lei Complementar 005/97,

RESOLVE:

Art. 1.º- Admitir em caráter temporário por excepcional interesse público, SUZANA JUNCKES para o cargo de Auxiliar de Serviços Gerais, contrato de trabalho nº. 063/2015.

Art. 2.º- Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3.º- Registra-se, publique-se e cumpra-se.

São Pedro de Alcântara/SC, 01 de outubro de 2015.

JUCÉLIO KREMER

Prefeito Municipal

Registrado e Publicado em ____/____/2015.

PORTARIA N.º 314/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA

GABINETE DO PREFEITO

Praça Leopoldo Francisco Kretzer, 01, Centro – CEP: 88125-000 –

Fone: 48-32770122 – R.222

www.pmspa.sc.gov.br – gabinete@pmspa.sc.gov.br

PORTARIA n.º 314/2015

Retira Função Gratificada da Servidora NEIVA MARIA HAAS.

JUCÉLIO KREMER, Prefeito Municipal de São Pedro de Alcântara, no uso de suas atribuições legais, e de conformidade com o disposto na Lei Complementar 053/2009,

RESOLVE:

Art. 1.º- Retirar da servidora NEIVA MARIA HAAS, ocupante do cargo de Agente Administrativa, a Função Gratificada de FG-1 Membro da Comissão Permanente de Licitações.

Art. 2.º- Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3.º- Registra-se, publique-se e cumpra-se.

São Pedro de Alcântara/SC, 01 de outubro de 2015.

JUCÉLIO KREMER

Prefeito Municipal

Registrado e Publicado em ____/____/2015.

PORTARIA N.º 316/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA

GABINETE DO PREFEITO

Praça Leopoldo Francisco Kretzer, 01, Centro – CEP: 88125-000 –

Fone: 48-32770122 – R.222

www.pmspa.sc.gov.br – gabinete@pmspa.sc.gov.br

PORTARIA n.º 316/2015

Concede Função Gratificada ao servidor GUILHERME ALBINO.

JUCÉLIO KREMER, Prefeito Municipal de São Pedro de Alcântara, no uso de suas atribuições legais, e de conformidade com o disposto na Lei Complementar 053/2009,

RESOLVE:

Art. 1.º- Conceder ao servidor GUILHERME ALBINO, ocupante do cargo de Auxiliar de Consultório Dentário - ESF, a Função Gratificada de FG-1 Membro da Comissão Permanente de Licitações.

Art. 2.º- Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3.º- Registra-se, publique-se e cumpra-se.

São Pedro de Alcântara/SC, 01 de outubro de 2015.

JUCÉLIO KREMER

Prefeito Municipal

Registrado e Publicado em ____/____/2015.

PORTARIA N.º 317/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA

GABINETE DO PREFEITO

Praça Leopoldo Francisco Kretzer, 01, Centro – CEP: 88125-000 –

Fone: 48-32770122 – R.222

www.pmspa.sc.gov.br – gabinete@pmspa.sc.gov.br

PORTARIA n.º 317/2015

Concede licença para tratamento de saúde a servidora WERÔNICA CRISTINA ENDER, ocupante do cargo de Auxiliar de Consultório Dentário - ESF, lotada na Secretaria de Saúde e Desenvolvimento Social.

JUCÉLIO KREMER, Prefeito Municipal de São Pedro de Alcântara, no uso de suas atribuições legais, em conformidade com o disposto no Art. 96, da Lei Complementar nº. 005/97,

RESOLVE:

Art. 1.º- Conceder licença para tratamento de saúde à servidora WERÔNICA CRISTINA ENDER, pelo período de 8 (oito) dias a contar da data de 18/09/2015, conforme atestado médico.

Art. 2.º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a partir de 18/09/2015.

Art. 3.º- Registra-se, publique-se e cumpra-se.

São Pedro de Alcântara/SC, 01 de outubro de 2015.

JUCÉLIO KREMER

Prefeito Municipal

Registrado e Publicado em ____/____/2015.

PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO DE TRABALHO Nº. 050/2015

PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO DE TRABALHO Nº. 050/2015, CELEBRANDO ENTRE O MUNICÍPIO DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA E O SENHOR THIAGO RODRIGUES OCUPANTE DO CARGO DE PROFESSOR II HORISTA.

O Município de São Pedro de Alcântara, Estado de Santa Catarina, CNPJ/MF nº 01.613.101/0001-09, cuja Prefeitura se localiza na Praça Leopoldo Francisco Kretzer, nº 01, Centro – São Pedro de Alcântara/SC – Cep: 88.125-000, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Sr. JUCÉLIO KREMER, brasileiro, casado, inscrito no CPF sob o nº 620.977.769-49, residente e domiciliado a Praça Leopoldo Francisco Kretzer, nº 61, Centro, São Pedro de Alcântara/SC, neste ato denominado MUNICÍPIO, e de outro lado o Senhor THIAGO RODRIGUES, brasileiro, casado, inscrito no CPF sob nº 066.196.539-28, residente e domiciliado a Rua João Leopoldo Reitz, s/nº., Centro - São Pedro de Alcântara/SC, neste ato denominado CONTRATADO, firmam entre si o presente CONTRATO DE TRABALHO DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO, com fundamento no art. 209 e seguintes da Lei Municipal nº. 05/1997 e suas alterações, bem como em respeito ao Processo Seletivo nº. 002/2014, conforme as disposições que seguem:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

O presente Termo Aditivo tem por objeto a alteração da cláusula quarta do contrato de trabalho nº. 050/2015, passando a vigorar com a seguinte redação:

Fica Prorrogado o prazo de vigência do contrato de trabalho nº. 050/2015 até 16/12/2015.

CLÁUSULA SEGUNDA – DA RATIFICAÇÃO

As demais cláusulas constantes do contrato ficam ratificadas de acordo com o contrato original.

São Pedro de Alcântara, 02 de outubro de 2015.

MUNICÍPIO CONTRATADO

TESTEMUNHAS:

PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO DE TRABALHO Nº. 051/2015

PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO DE TRABALHO Nº. 051/2015, CELEBRANDO ENTRE O MUNICÍPIO DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA E A SENHORITA VANESSA STAHELIN OCUPANTE DO CARGO DE PROFESSORA II HORISTA.

O Município de São Pedro de Alcântara, Estado de Santa Catarina, CNPJ/MF nº 01.613.101/0001-09, cuja Prefeitura se localiza na Praça Leopoldo Francisco Kretzer, nº 01, Centro – São Pedro de Alcântara/SC – Cep: 88.125-000, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Sr. JUCÉLIO KREMER, brasileiro, casado, inscrito no CPF sob o nº 620.977.769-49, residente e domiciliado a Praça Leopoldo Francisco Kretzer, nº 61, Centro, São Pedro de Alcântara/SC, neste ato denominado MUNICÍPIO, e de outro lado a Senhora VANESSA STAHELIN, brasileira, solteira, inscrita no CPF sob nº 051.327.459-62, residente e domiciliada a Rua Francisco José Ferreira, nº. 32, Forquilha - São José/SC, neste ato denominado CONTRATADO, firmam entre si o presente CONTRATO DE TRABALHO DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO, com fundamento no art. 209 e seguintes da Lei Municipal nº. 05/1997 e suas alterações, bem como em respeito ao Processo Seletivo nº. 002/2014, conforme as disposições que seguem:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

O presente Termo Aditivo tem por objeto a alteração da cláusula quarta do contrato de trabalho nº. 051/2015, passando a vigorar com a seguinte redação:

Fica Prorrogado o prazo de vigência do contrato de trabalho nº. 051/2015 até 16/12/2015.

CLÁUSULA SEGUNDA – DA RATIFICAÇÃO

As demais cláusulas constantes do contrato ficam ratificadas de acordo com o contrato original.

São Pedro de Alcântara, 02 de outubro de 2015.

MUNICÍPIO CONTRATADO

TESTEMUNHAS:

Schroeder

PREFEITURA

AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL Nº. 33/2015-FMS

MUNICÍPIO DE SCHROEDER ESTADO DE SANTA CATARINA

Rua Marechal Castelo Branco, nº 3201, Centro

Caixa Postal 01 - Fone/fax: (0 xx 47) 3374-6500 – CEP: 89275-000

e-mail:licitacao@schroeder.sc.gov.br - site:http://www.schroeder.sc.gov.br

AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL Nº. 33/2015-FMS

PROCESSO Nº. 72/2015-FMS

TIPO: MENOR PREÇO POR ITEM

OBJETO: aquisição de câmara para armazenamento e conservação de imunobiológicos para atender as necessidades da Secretaria de Saúde do Município de Schroeder/SC.

Recebimento dos Envelopes e Credenciamento até: 21 de outubro de 2015 às 08h45min.

Abertura do Processo: 21 de outubro de 2015 às 09h.

Local: Setor de Licitações da Prefeitura de Schroeder/SC.

A íntegra do Edital, bem como mais informações poderão ser obtidas no site do Município de Schroeder (www.schroeder.sc.gov.br) ou junto ao setor de licitações de segunda a sexta - feira das 07h30min às 12h e das 13h30min às 17h.

Fone/fax (0xx47)3374-6500 ou pelo e-mail: licitacao@schroeder.sc.gov.br

Schroeder, 02 de outubro de 2015.

OSVALDO JURCK

Prefeito Municipal

DECRETO Nº 3.440/2015 DE 29 DE SETEMBRO DE 2015

DECRETO Nº 3.440/2015 de 29 de setembro de 2015

ABRE CRÉDITO ADICIONAL - SUPLEMENTAR - ORIGINÁRIO DO ORÇAMENTO GERAL NO ORÇAMENTO PROGRAMA DE 2015.

OSVALDO JURCK, Prefeito Municipal de Schroeder, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, consubstanciadas na Lei Orgânica Municipal e considerando a autorização contida na Lei Municipal nº 2.075/2014 de 2 de dezembro de 2014,

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto no corrente exercício crédito no valor de R\$ 5.100,00 (cinco mil e cem reais) para a(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

07 - SEC. DE AGRICULTURA, INDÚSTRIA, COMÉRCIO E TURISMO

07.02 - UNID. DE INDÚSTRIA E COMÉRCIO

07.02.22.661.3008.2.319 - Contribuição a Schroeder Fest e Expo Schroeder

3.3.90.30.00.00.00.00 - 00.03.0000 - Material de Consumo R\$ 3.400,00

3.3.90.30.00.00.00.00 - 00.03.0000 - Material de Consumo R\$ 1.700,00

Art. 2º Para atendimento da Suplementação que trata o artigo anterior serão utilizados recursos proveniente da anulação parcial e/ou total da(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

07 - SEC. DE AGRICULTURA, INDÚSTRIA, COMÉRCIO E TURISMO

07.02 - UNID. DE INDÚSTRIA E COMÉRCIO

07.02.22.661.3008.2.319 - Contribuição a Schroeder Fest e Expo Schroeder

3.3.90.39.00.00.00.00 - 00.03.0000 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica R\$ 3.400,00

Art. 3º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 2º, da Lei 1.669/2008, de 17/06/2008.

Schroeder, 29 de setembro de 2015.

OSVALDO JURCK

ELMER SANDRO QUADROS

Prefeito Municipal

Secretário de Planejamento, Gestão e Finanças

Publicado por

TIAGO RAFAEL MUCHALSKI PETRY
Assessor Jurídico

EXTRATO DO CONTRATO DE PERMISSÃO DE USO Nº. 296/2015 - PMS

MUNICÍPIO DE SCHROEDER ESTADO DE SANTA CATARINA

Rua Marechal Castelo Branco, 3201

Caixa Postal 01 - Fone/fax: (0 xx 47) 3374-6500

CEP: 89275-000 - SCHROEDER – SC

e-mail: licitacao@schroeder.sc.gov.br - site: <http://www.schroeder.sc.gov.br>

Extrato do Contrato de Permissão de Uso nº. 296/2015 - PMS

Processo de licitação nº. 225/2015 - PMS

Dispensa nº. 93/2015 - PMS

Permitente: MUNICÍPIO DE SCHROEDER, inscrito no CNPJ sob o nº. 83.102.491/0001-09, com paço municipal na Rua Marechal Castelo Branco, nº. 3201, no Município de Schroeder/SC.

Permissionária: ADRIANE MASSI, inscrita no CNPJ sob o nº. 22.553.927/0001-91, estabelecida na Rua Angelo Rubini nº 1005, sala 03 box 78, Barra do Rio Cerro, na cidade de Jaraguá do Sul, Estado de Santa Catarina, CEP: 89.260-155.

Objeto: O presente Termo tem como objeto a Outorga de permissão remunerada de uso para fornecimento e exploração comercial de pontos de alimentação, bebida e comércio no geral pelos quatro dias de evento Oficial da Schroederfest 2015 - Comemoração Político Administrativa do Município de Schroeder/SC, de acordo com as condições previstas no Edital de Concorrência 06/2015-PMS e as especificações constantes do Anexo IV do Edital de Concorrência 06/2015-PMS:

ITEM	DESCRIÇÃO	QTDE.	UNID.	VALOR R\$
01	BOX 4 Externo (área de 5x4 = 20m ²) - Comercialização de Drinks Tipo: "Caipirinhas/ Caipifrutas, Frozen, Ice Cream, Ice Color, Drinks Montados, Drinks Batidos e Shot Drinks (Bebidas com e sem álcool)". Conforme descrito no item "Direitos e Obrigações"	01	Unidade	2.187,39

Data da Assinatura: 01/10/2015

OSVALDO JURCK
Prefeito Municipal

EXTRATO DO CONTRATO DE PERMISSÃO DE USO Nº. 300/2015 - PMS

MUNICÍPIO DE SCHROEDER ESTADO DE SANTA CATARINA

Rua Marechal Castelo Branco, 3201

Caixa Postal 01 - Fone/fax: (0 xx 47) 3374-6500

CEP: 89275-000 - SCHROEDER – SC

e-mail: licitacao@schroeder.sc.gov.br - site: <http://www.schroeder.sc.gov.br>

Extrato do Contrato de Permissão de Uso nº. 300/2015 - PMS

Processo de licitação nº. 224/2015 - PMS

Dispensa nº. 92/2015 - PMS

Permitente: MUNICÍPIO DE SCHROEDER, inscrito no CNPJ sob o nº. 83.102.491/0001-09, com paço municipal na Rua Marechal Castelo Branco, nº. 3201, no Município de Schroeder/SC.

Permissionária: INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE BEBIDAS E CONEXOS GERMANIA LTDA., inscrita no CNPJ sob o nº. 96.366.174/0001-41, estabelecida na Rd Variante Vinhedo Viracopos SP 334 KM 78, Distrito Industrial, na cidade de Vinhedo, Estado de São Paulo, CEP: 13.280-000

Objeto: O presente Termo tem como objeto a Outorga de permissão remunerada de uso para fornecimento e exploração comercial de pontos de alimentação, bebida e comércio no geral pelos quatro dias de evento Oficial da Schroederfest 2015 - Comemoração Político Administrativa do Município de Schroeder/SC, de acordo com as condições previstas no Edital de Concorrência 06/2015-PMS e as especificações constantes do Anexo IV do Edital de Concorrência 06/2015-PMS:

ITEM	DESCRIÇÃO	QTDE.	UNID.	VALOR R\$
01	BOX 1 Interno (área de 5x10 = 50m²) e BOX 2 Externo (área de 5x4 = 20m²) - Comercialização de Bebidas para os ambos os espaços. Bebidas tipo: "Chopp Pilsen, Chopp Escuro, Chopp de Vinho, Refrigerante de Guaraná, Refrigerante de Cola, Refrigerante de Limão, Refrigerante de Laranja, Água Mineral sem Gás e Água com Gás". BOX 3 Externo (área de 5x4 = 20m²) - Comercialização de Chopp Artesanal Tipo: "Pilsen, India Pale Ale, Bock e Weiss". Conforme descrito no item "Direitos e Obrigações"	01	Unidade	43.000,00

Data da Assinatura: 01/10/2015

OSVALDO JURCK
Prefeito Municipal

EXTRATO DO CONTRATO Nº. 297/2015-PMS

MUNICÍPIO DE SCHROEDER ESTADO DE SANTA CATARINA

Extrato do Contrato nº. 297/2015-PMS

Modalidade Tomada de Preços nº. 08/2015-PMS - Processo nº. 148/2015-PMS

Contratante: MUNICÍPIO DE SCHROEDER, inscrito no CNPJ sob o nº. 83.102.491/0001-09, com paço municipal na Rua Marechal Castelo Branco, nº. 3201, no Município de Schroeder/SC.

Contratada: LB ENGENHARIA LTDA, inscrita no CNPJ sob o nº. 08.621.772/0001-52, estabelecida na Avenida Expedicionário José Pedro Coelho, nº. 173, Dehon, na cidade de Tubarão, Estado de Santa Catarina, CEP: 88.704-200.

Objeto: contratação de empresa especializada para fornecimento e instalação de gerador de energia com potência mínima de 84kva, dotado de painel de transferência e entrada automática quando ocorre falta de energia na rede, projeto elétrico e execução (com fornecimento de mão de obra, materiais e equipamentos) de casa de abrigo, neste Município de Schroeder/SC, conforme projeto, memorial descritivo, planilha de quantitativos e demais anexos que fazem parte integrante deste Instrumento o convocatório, conforme consta na proposta vencedora que faz parte integrante deste Contrato, como se transcrito fosse.

Valor do contrato: R\$ 80.891,40 (oitenta mil oitocentos e noventa e um reais e quarenta centavos)

Data da Assinatura: 01/10/2015 – Vigência: 31/12/2015

Osvaldo Jurck - Prefeito Municipal

EXTRATO DO CONTRATO Nº. 298/2015 - PMS

MUNICÍPIO DE SCHROEDER ESTADO DE SANTA CATARINA

Rua Marechal Castelo Branco, 3201

Caixa Postal 01 - Fone/fax: (0 xx 47) 3374-6500

CEP: 89275-000 - SCHROEDER – SC

e-mail: licitacao@schroeder.sc.gov.br - site: <http://www.schroeder.sc.gov.br>

Extrato do Contrato nº. 298/2015 - PMS

Pregão Presencial nº. 92/2015-PMS – Processo nº. 179/2015-PMS

Contratante: MUNICÍPIO DE SCHROEDER, inscrito no CNPJ sob o nº. 83.102.491/0001-09, com paço municipal na Rua Marechal Castelo Branco, nº. 3201, no Município de Schroeder/SC.

Contratada: COMERCIAL SANTO ANTONIO LTDA., inscrita no CNPJ sob o nº. 03.734.219/0001-02, estabelecida na Rua Marechal Castelo Branco, nº. 5.588, Centro, Cidade de Schroeder, Estado de Santa Catarina, CEP: 89.270-000.

Objeto: Constitui o objeto do presente contrato a aquisição materiais para desenvolver o projeto O Natal de Schroeder é Show 2015, construção e decoração de 03 árvores natalinas com reciclados pet, 01 casa de Papai Noel e outros diversos elementos decorativos de natal e o Auto de Natal 2015, da Secretaria de Educação, Cultura, Esporte e Lazer do Município de Schroeder/SC, conforme ANEXO IX - Termo de Referência do instrumento, conforme consta na proposta vencedora que faz parte integrante deste Contrato, como se transcrito fosse:

ITEM	DESCRIÇÕES	QTDE.	UNID.	VALOR R\$ UNITÁRIO	VALOR R\$ TOTAL
02	Ferro de solda	4	Unidade	23,50	94,00
03	Tinta esmalte sintético secagem rápida (galão 3,6 L)	7	Unidade	57,99	405,93
04	Sarrafo 2,5 x5 em madeira pinos	60	Metro	1,20	72,00
06	Plastico para estufa cristal ou transparente com 8m de largura	10	Metro	49,95	499,50
07	Prego 17x27	1	Quilo	8,19	8,19
08	Prego 19x36	1	Quilo	8,51	8,51
09	Tela malha pop 3,4mm (3x2)	8	Peca	28,90	231,20

10	Tiner	10	Litro	9,55	95,50
11	Cinta lacre branca 150mm	4.000	Peça	0,06	240,00
12	Alicate corte de bico	2	Unidade	15,30	30,60
14	Chapa compensado 15mm	4	Peça	84,99	339,96
16	Spray dourado 240 gr	2	Unidade	10,09	20,18
17	Prata cromado 240 gr	2	Unidade	13,65	27,30
18	Branco brilhante 240 gr	2	Unidade	12,85	25,70
19	Cola cascorex	2	Quilo	16,90	33,80
TOTAL R\$					2.132,37

Valor do contrato: R\$ 2.132,37 (dois mil cento e trinta e dois reais e trinta e sete centavos).

Data da Assinatura: 01/10/2015 – Vigência: 31/12/2015

OSVALDO JURCK
Prefeito Municipal

EXTRATO DO CONTRATO Nº. 299/2015 - PMS

MUNICÍPIO DE SCHROEDER ESTADO DE SANTA CATARINA

Rua Marechal Castelo Branco, 3201

Caixa Postal 01 - Fone/fax: (0 xx 47) 3374-6500

CEP: 89275-000 - SCHROEDER – SC

e-mail: licitacao@schroeder.sc.gov.br - site: <http://www.schroeder.sc.gov.br>

Extrato do Contrato nº. 299/2015 - PMS

Pregão Presencial nº. 92/2015-PMS – Processo nº. 179/2015-PMS

Contratante: MUNICÍPIO DE SCHROEDER, inscrito no CNPJ sob o nº. 83.102.491/0001-09, com paço municipal na Rua Marechal Castelo Branco, nº. 3201, no Município de Schroeder/SC.

Contratada: COMERCIAL VITÓRIA LTDA., inscrita no CNPJ sob o nº. 18.138.763/0001-69, estabelecida na Rua Wally Emilia Mohr, nº 60, sala 02, Bairro Água Verde, na cidade de Jaraguá do Sul, Estado de Santa Catarina, CEP: 89254-525.

Objeto: Constitui o objeto do presente contrato a aquisição materiais para desenvolver o projeto O Natal de Schroeder é Show 2015, construção e decoração de 03 árvores natalinas com reciclados pet, 01 casa de Papai Noel e outros diversos elementos decorativos de natal e o Auto de Natal 2015, da Secretaria de Educação, Cultura, Esporte e Lazer do Município de Schroeder/SC, conforme ANEXO IX - Termo de Referência do instrumento, conforme consta na proposta vencedora que faz parte integrante deste Contrato, como se transcrito fosse:

ITEM	DESCRIÇÕES	QTDE.	UNID.	VALOR R\$ UNITÁRIO	VALOR R\$ TOTAL
01	Fio Rígido ou sólido 1,5m	3.000	Metro	0,50	1.500,00
05	Arame galvanizado nº20	1	Quilo	15,95	15,95
TOTAL R\$					1.515,95

Valor do contrato: R\$ 1.515,95 (um mil quinhentos e quinze reais e noventa e cinco centavos).

Data da Assinatura: 01/10/2015 – Vigência: 31/12/2015

OSVALDO JURCK
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 6.207/2015, DE 1º DE OUTUBRO DE 2015.

PORTARIA Nº 6.207/2015, DE 1º DE OUTUBRO DE 2015.

OSVALDO JURCK, Prefeito Municipal de Schroeder, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, consubstanciadas na Lei Orgânica Municipal,

Considerando o pedido efetuado pela servidora Sra. Matilde dos Santos, à Secretaria de Educação, Cultura, Esporte e Lazer;

RESOLVE:

Art. 1º ALTERAR, a pedido, a carga horária da servidora Sra. Matilde dos Santos, de 20 (vinte) horas semanais para 40 (quarenta) horas semanais, a partir desta data.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 2º, da Lei nº. 1.669/2008, de 17/06/2008.

Publique-se. Comunique-se. Cumpra-se.

Schroeder (SC), 1º de outubro de 2015.
OSVALDO JURCK
Prefeito Municipal

MAYKEL ROBERTO LAUBE
Secretário de Educação, Cultura, Esporte e Lazer

Publicada por:

TIAGO RAFAEL MUCHALSKI PETRY
Assessor Jurídico

PORTARIA Nº 6.208/2015, DE 1º DE OUTUBRO DE 2015

PORTARIA Nº 6.208/2015, DE 1º DE OUTUBRO DE 2015
NOMEIA RESPONSÁVEIS PELA FISCALIZAÇÃO DE OBRA CONTRATADA PELO MUNICÍPIO DE SCHROEDER.

OSVALDO JURCK, Prefeito Municipal de Schroeder, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, da Lei Orgânica Municipal e de acordo com o Art. 67, da Lei Federal nº8.666/1993,

RESOLVE :

Art. 1º Nomear o Senhor Walter Egidio Mukai, Engenheiro Civil, inscrito no CPF sob o nº015.944.159-51, CREA-SC nº.065488-5-SC, o Senhor Ilmar José Pereira Borges Filho, inscrito no CPF sob o nº018.026.899-66, CREA SC nº51.856-6, o Senhor Cezar Santos de Jesus, Engenheiro Civil, inscrito no CPF sob o nº. 048.348.439-39, CREA-SC nº093789-5 e o Senhor Otoniel da Silva, Arquiteto Urbanista, inscrito no CPF sob o nº003.963.009-95, CAU nºA60922-6, como responsáveis pela fiscalização da seguinte obra contratada pelo município de Schroeder:

· Execução de serviços (com fornecimento de mão-de-obra, materiais e equipamentos) para ampliação do Centro de Educação Infantil Municipal Cristiane Inês Zerbin, com área da edificação a construir de 140,31m², neste Município de Schroeder/SC, de acordo com as especificações no Contrato nº. 246/2015-PMS, Modalidade Tomada de Preço nº. 09/2015-PMS, Processo nº.153/2015-PMS – empresa OMVS CONSTRUTORA LTDA, inscrita no CNPJ sob o nº. 15.772.347/0001-20.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 2º, da Lei nº1.669/2008, de

17/6/2008.

PUBLIQUE-SE, COMUNIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Schroeder, 1º de outubro de 2015.
OSVALDO JURCK
Prefeito Municipal

Publicada por:

TIAGO RAFAEL MUCHALSKI PETRY
Assessor Jurídico

PORTARIA Nº 6.209/2015, DE 1º DE OUTUBRO DE 2015

PORTARIA Nº 6.209/2015, DE 1º DE OUTUBRO DE 2015
NOMEIA RESPONSÁVEIS PELA FISCALIZAÇÃO DE OBRA CONTRATADA PELO MUNICÍPIO DE SCHROEDER.

OSVALDO JURCK, Prefeito Municipal de Schroeder, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, da Lei Orgânica Municipal e de acordo com o Art. 67, da Lei Federal nº8.666/1993,

RESOLVE :

Art. 1º Nomear o Senhor Walter Egidio Mukai, Engenheiro Civil, inscrito no CPF sob o nº015.944.159-51, CREA-SC nº.065488-5-SC, o Senhor Ilmar José Pereira Borges Filho, inscrito no CPF sob o nº018.026.899-66, CREA SC nº51.856-6, o Senhor Cezar Santos de Jesus, Engenheiro Civil, inscrito no CPF sob o nº. 048.348.439-39, CREA-SC nº093789-5 e o Senhor Otoniel da Silva, Arquiteto Urbanista, inscrito no CPF sob o nº003.963.009-95, CAU nºA60922-6, como responsáveis pela fiscalização da seguinte obra contratada pelo município de Schroeder:

· Execução de serviços (com fornecimento de mão-de-obra, materiais e equipamentos necessários) de dois Reservatórios de Água Potável em Concreto Armado com volume de 750,00m³ cada, Casa de Química, Rampa de Acesso e Muro de Contenção no Município de Schroeder/SC, de acordo com as especificações no Contrato nº. 294/2015-PMS, Modalidade Concorrência nº. 05/2015-PMS, Processo nº. 149/2015-PMS – empresa HABITARK ENGENHARIA LTDA., inscrita no CNPJ sob o nº 05.269.823/0001-30.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 2º, da Lei nº1.669/2008, de 17/6/2008.

PUBLIQUE-SE, COMUNIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Schroeder, 1º de outubro de 2015.
OSVALDO JURCK
Prefeito Municipal

Publicada por:

TIAGO RAFAEL MUCHALSKI PETRY
Assessor Jurídico

PORTARIA Nº 6.210/2015, DE 1º DE OUTUBRO DE 2015

PORTARIA Nº 6.210/2015, DE 1º DE OUTUBRO DE 2015
NOMEIA RESPONSÁVEIS PELA FISCALIZAÇÃO DE OBRA CONTRATADA PELO MUNICÍPIO DE SCHROEDER.

OSVALDO JURCK, Prefeito Municipal de Schroeder, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, da Lei Orgânica Municipal e de acordo com o Art. 67, da Lei Federal nº 8.666/1993,

RESOLVE :

Art. 1º Nomear o Senhor Walter Egidio Mukai, Engenheiro Civil, inscrito no CPF sob o nº 015.944.159-51, CREA-SC nº 065488-5-SC, o Senhor Ilmar José Pereira Borges Filho, inscrito no CPF sob o nº 018.026.899-66, CREA SC nº 51.856-6, o Senhor Cezar Santos de Jesus, Engenheiro Civil, inscrito no CPF sob o nº. 048.348.439-39, CREA-SC nº 093789-5 e o Senhor Otoniel da Silva, Arquiteto Urbanista, inscrito no CPF sob o nº 003.963.009-95, CAU nº A60922-6, como responsáveis pela fiscalização da seguinte obra contratada pelo município de Schroeder:

· Serviços para fornecimento e instalação de gerador de energia com potência mínima de 84kva, dotado de painel de transferência e entrada automática quando ocorre falta de energia na rede, projeto elétrico e execução (com fornecimento de mão-de-obra, materiais e equipamentos) de casa de abrigo, neste Município de Schroeder/SC, de acordo com as especificações pertinentes no Contrato nº. 297/2015-PMS, Modalidade Tomada de Preço nº. 08/2015-PMS, Processo nº. 148/2015-PMS – empresa LB ENGENHARIA LTDA., inscrita no CNPJ sob o nº. 08.621.772/0001-52.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 2º, da Lei nº 1.669/2008, de 17/6/2008.

PUBLIQUE-SE, COMUNIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Schroeder, 1º de outubro de 2015.
OSVALDO JURCK
Prefeito Municipal

Publicada por:

TIAGO RAFAEL MUCHALSKI PETRY
Assessor Jurídico

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO LICITAÇÃO MODALIDADE TOMADA DE PREÇO Nº. 08/2015-PMS

MUNICÍPIO DE SCHROEDER ESTADO DE SANTA CATARINA
TERMO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO LICITAÇÃO MODALIDADE TOMADA DE PREÇO Nº. 08/2015-PMS

O Prefeito Municipal, Osvaldo Jurck, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor, conforme a Lei Federal nº. 8.666/93 e suas alterações posteriores. Frente ao parecer conclusivo exarado pela comissão de licitações, resolve HOMOLOGAR E ADJUDICAR a Ata de Abertura e Julgamento e seu resultado da TOMADA DE PREÇO Nº. 08/2015-PMS, PROCESSO Nº. 148/2015-PMS, adjudicando em favor da empresa abaixo o objeto da licitação por ter apresentado o menor preço GLOBAL, determinando que seja dada ciência aos participantes:

Objeto: contratação de empresa especializada para fornecimento e instalação de gerador de energia com potência mínima de 84kva, dotado de painel de transferência e entrada automática quando ocorre falta de energia na rede, projeto elétrico e execução (com fornecimento de mão de obra, materiais e equipamentos) de casa de abrigo, neste Município de Schroeder/SC, conforme projeto, memorial descritivo, planilha de quantitativos e demais anexos que fazem parte integrante deste Instrumento o convocatório.

Vencedor: LB ENGENHARIA LTDA, inscrita no CNPJ sob o nº. 08.621.772/0001-52, estabelecida na Avenida Expedicionário José Pedro Coelho, nº. 173, Dehon, na cidade de Tubarão, Estado de Santa Catarina, CEP: 88.704-200.

Valor da proposta vencedora: R\$ 80.891,40 (oitenta mil oitocentos e noventa e um reais e quarenta centavos)

Data da Assinatura: 01/10/2015 – Vigência: 31/12/2015

Osvaldo Jurck - Prefeito Municipal

ATA TOMADA DE PREÇOS 02/2015-FMS (SEQUÊNCIA 02)

ESTADO DE SANTA CATARINA FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE SCHROEDER CNPJ: 83.102.491/0001-09 RUA MARECHAL CASTELO BRANCO, 3201 C.E.P.: 89275-000 - Schroeder - SC	TOMADA DE PREÇO Nr.: 2/2015 - TP
	Processo Administrativo: Processo de Licitação: 61/2015 Data do Processo: 12/08/2015

Folha: 1/1

ATA DE REUNIÃO DA COMISSÃO DE LICITAÇÃO**Número da ATA: 50/2015 (Sequência: 2)****OBJETO DA LICITAÇÃO:**

contratação de empresa especializada para execução (com fornecimento de mão de obra, materiais e equipamentos) de construção de sala para almoxarifado, através da União de módulos, totalizando a área construída de 43m², para atender as necessidades da Secretaria de Saúde do Município de Schroeder/SC, conforme ANEXO VII - TERMO REFERÊNCIA, ANEXO IX - Memorial e planta baixa, deste instrumento convocatório

A comissão reuniu-se para abertura da licitação conforme determinado no edital. E para fornecer conhecimento do presente edital, o mesmo é publicado em resumo no mural público municipal, no Diário Oficial dos Municípios do Estado de Santa Catarina, no Diário Oficial do Estado de Santa Catarina, Jornal de Circulação Regional 'O Correo do Povo' e disponibilizado na íntegra no site: www.schroeder.sc.gov.br do Município de Schroeder/SC. Devido à ausência de participantes, caracterizada pela não apresentação envelopes de habilitação e propostas, bem como o credenciamento, devidamente protocolados no horário determinado no edital. O processo foi declarado deserto, devido a duas tentativas de abertura da licitação e ambas deserta. Diante do acima exposto encerra-se a sessão.

Schroeder, 1 de Outubro de 2015

COMISSÃO:

Ivandra de Souza	- - Presidente da Comissão de Licitação
Andreia Nass Friedemann	- - Membro
Walter Egidio Mukai	- - Membro
Ilmar José Pereira Borges Filho	- - Membro
Daniela Samulescki	- - Secretária
Cezar Santos de Jesus	- - Membro Suplente
Valderi Rocha de Camargo	- - Membro Suplente

Sombrio

PREFEITURA

PREGÃO PRESENCIAL 091/2015 - PREFEITURA

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE SOMBRIO

AVISO DE LICITAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 91/2015

PREGÃO PRESENCIAL Nº 91/2015

Objeto: O presente procedimento licitatório tem por objeto SELECIONAR A MELHOR PROPOSTA PARA A IMPLANTAÇÃO DE SISTEMA DE TELEFONIA DIGITAL (PABX) BASEADO EM SERVIDOR IP, CONTENDO SOFTWARE PARA GERENCIAMENTO DA PLATAFORMA IP E EQUIPAMENTOS EM COMODATO PARA O FUNCIONAMENTO DE 53 RAMAIS, 25 LINHAS ANALÓGICAS, 53 LIGAÇÕES SIMULTÂNEAS SIP FIXO E MÓVEL BRASIL GERAL COM 10.000 MINUTOS PARA FIXO E 6.000 MINUTOS PARA MÓVEL MÊS.

Base Legal: Lei Federal 10.520, de 17 julho de 2002; Lei complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2016; subsidiariamente Lei 8.666, de 21 de junho de 1993; e Lei Federal nº. 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor).

Entrega dos Envelopes e Abertura: Os envelopes deverão ser entregues até as 08h30 min do dia 15 de outubro de 2015, com início do credenciamento e abertura marcada para as 09h00min do dia 15 de outubro de 2015.

Edital e maiores informações na Prefeitura Municipal de Sombrio, sito à Av. Nereu Ramos, 861, Centro de Sombrio-SC. No Horário das 07h00min as 13h00min de segunda a sexta ou pelo telefone (48) 3533-6600.

Sombrio-SC, 01 de outubro de 2015.

Zênio Cardoso

Prefeito Municipal

Sul Brasil

PREFEITURA

CONVITE 009/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE SUL BRASIL

AVISO DE LICITAÇÃO/CARTA CONVITE

Processo Administrativo nº 054/2015

Edital: CARTA CONVITE nº 009/2015

Tipo: Menor Preço Global

Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA MANUTENÇÃO E CONserto DE KOMBI PLACA MJX 7581 E MICRO ONIBUS VOLARE PLACA MHJ 1526

Entrega dos envelopes: 10:00 horas do dia 14 de outubro de 2015

Abertura dos envelopes: 10:00 horas do dia 14 de outubro de 2015

O Edital e esclarecimentos poderão ser obtidos no seguinte endereço e horário:

Av. Dr. José Leal Filho 589, nos dias úteis, de segunda à sexta-feira, das 07:45 às 11:45 e das 13:30 às 17:30 horas, ou pelo fone (49)3367-0030 ou pelo www.sulbrasil.sc.gov.br.

SUL BRASIL – SC, 01 de outubro de 2015.

EDER IVAN MARMITT

Prefeito Municipal

Tigrinhos

PREFEITURA

DECRETO 093/2015

DECRETO Nº. 093/2015, DE 01 DE OUTUBRO DE 2015.
NOMEIA OS MEMBROS INTEGRANTES DO CONSELHO DE MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO BÁSICA E DE VALORIZAÇÃO DOS PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO – FUNDEB.

RUDIMAR FRANCISCO GUTH, Prefeito Municipal de Tigrinhos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o inciso VI do Artigo 68 da Lei Orgânica.

DECRETA:

Art. 1º. Ficam alteradas as funções de integrantes do Fundo Nacional da Educação Básica (FUNDEB) relativo à Setembro de 2015 a Setembro de 2017:

Representantes do Conselho Municipal de Educação:

Titular: Claudia Rodrigues

Suplente: Marizete Marafon Ganzer

Representantes do Conselho Tutelar:

Titular: Dilva Maria Honnef

Suplente: Cristiane Antunes da Silva

Representantes dos Diretores das Escolas Públicas :

Titular: Iara Gohlke

Suplente: Paulo Fernando Farinon

Representantes dos Estudantes da Educação Básica Pública:

Titular: Adriana Aparecida Pontel

Suplente: Elisa Schmitt Delabary

Titular: Leonice Botin

Suplente: Cleide Feltes De Bastiani

Representantes dos Pais de Alunos da Educação Básica Pública:

Titular: Emilia Maciel

Suplente: Leonir Kutzepa

Titular: Marli Maria Noll

Suplente: Carla Cristiany da Rosa

Representantes do Poder Executivo Municipal:

Titular: Alderi Paulo Schafer

Suplente: Elisangela Maria Beckert Rossatto

Representantes do Poder Executivo-Secretaria Municipal de Educação:

Titular: Marcia Adriani de Oliveira

Suplente: Marines Kirten da Silva

Representantes dos Professores da Educação Básica Pública:

Titular: Lilian Basso Garcia

Suplente: Marcia Regina Provin de Souza

Representantes dos Servidores técnico-administrativos das Escolas Básicas Públicas:

Titular: Andreia Adilia Gonçalves Padilha Porfirio

Suplente: Eliane Miorando

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação e terá vigência por 02 (dois) anos relativo ao período de Setembro de 2015 a Setembro de 2017.

Art. 3º. Ficam revogadas as disposições em contrario.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE TIGRINHOS,
ESTADO DE SANTA CATARINA, EM 01 DE OUTUBRO DE 2015.
RUDIMAR FRANCISCO GUTH
Prefeito Municipal

EXTRATO DE CONTRATO 041-2015

EXTRATO DE CONTRATO
MUNICIPIO DE TIGRINHOS
PROCESSO LICITATÓRIO 031/2015

O MUNICIPIO DE TIGRINHOS – torna público, para conhecimento dos interessados, que foi celebrado o contrato nº. 041/2015 com a Empresa Alternative Concursos Ltda - CNPJ: 14.239.541/0001-81, no valor de R\$ 10.560,00, para Prestação de Serviço de Elaboração, aplicação e correção de provas de Processo Seletivo, para compor o quadro de servidores temporários do Município de Tigrinhos/SC.

TIGRINHOS/SC, em 01 de Outubro de 2015.
RUDIMAR FRANCISCO GUTH
Prefeito Municipal

PORTARIA 175/2015

PORTARIA Nº. 175/2015.
CONCEDE ADIANTAMENTO DE DIÁRIA PARA A DIRETORA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

RUDIMAR FRANCISCO GUTH, Prefeito Municipal de Tigrinhos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com a lei Municipal nº. 011/97 e decreto Municipal nº. 043/00.

RESOLVE:

Art.1º. Conceder a Diretora, Sra. CAROLINE FARINON, adiantamento do equivalente a 01 (uma) diária, no valor R\$ 435,45(quatrocentos e trinta e cinco reais e quarenta e cinco centavos), para sua viagem a Florianópolis/SC, no dia 06 de Outubro de 2015, COM OBJETIVO DE PARTICIPAR UMA REUNIÃO QUE TRARÁ ORIENTAÇÕES GERAIS PARA ELABORAÇÃO DE PROPOSTA E EXECUÇÃO DO PROJETO PILOTO EM COMUNIDADES RURAIS DIGITAIS (PP-CRD) NO MUNICÍPIO.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE TIGRINHOS,
ESTADO DE SANTA CATARINA, EM 01 DE OUTUBRO DE 2015.
RUDIMAR FRANCISCO GUTH
Prefeito Municipal

Publicada e Registrada nesta Secretaria em primeiro de outubro de dois mil e quinze.

Macon Bruxel
Secretário Municipal de Administração e Fazenda.

PORTARIA 176/2015

PORTARIA Nº. 176/2015.

CONCEDE ADIANTAMENTO DE DIÁRIA PARA A DIRETORA GERAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

RUDIMAR FRANCISCO GUTH, Prefeito Municipal de Tigrinhos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com a lei Municipal nº. 011/97 e decreto Municipal nº. 043/00.

RESOLVE:

Art. 1º. Conceder a Diretora Geral, Sra. CLEISE HONAISSER, adiantamento do equivalente a 01 (uma) diária, no valor R\$ 533,18 (quinhentos e trinta três reais e dezoito centavos), para sua viagem á Florianópolis/SC, no dia 06 de Outubro de 2015, COM OBJETIVO DE PARTICIPAR UMA REUNIÃO QUE TRARÁ ORIENTAÇÕES GERAIS PARA ELABORAÇÃO DE PROPOSTA E EXECUÇÃO DO PROJETO PILOTO EM COMUNIDADES RURAIS DIGITAIS (PP-CRD) NO MUNICÍPIO.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE TIGRINHOS,
ESTADO DE SANTA CATARINA, EM 01 DE OUTUBRO DE 2015.

RUDIMAR FRANCISCO GUTH
Prefeito Municipal

Publicada e Registrada nesta Secretaria em primeiro de outubro de dois mil e quinze.

Maicon Bruxel
Secretário Municipal de
Administração e Fazenda.

Timbó

PREFEITURA

AVISO PREGÃO PRESENCIAL N.º 09 2015 FMS - GÊNEROS ALIMENTÍCIOS CAPS

ESTADO DE SANTA CATARINA - MUNICÍPIO DE TIMBÓ
AVISO DE Pregão PRESENCIAL Nº 09/2015 - FMS

OBJETO: fornecimento de gêneros alimentícios (carnes, pães, frutas e verduras) destinados aos usuários do Centro de Atenção Psicossocial - CAPS. ENTREGA DOS ENVELOPES: contendo os documentos de Habilitação e a Proposta de Preços até as 10h00min do dia 16 de outubro de 2015. ABERTURA: dia 16 de outubro de 2015 as 10h10min. Os interessados poderão obter a íntegra do edital diariamente no horário de expediente da Central de Licitações localizada na Av. Getúlio Vargas, 700, Centro – Timbó/SC, ou no site: www.timbo.sc.gov.br

TIMBO (SC), 01/10/2015
ALFREDO JOÃO BERRI
Secretário de Saúde

AVISO PREGÃO PRESENCIAL N.º 93 2015 PMT - AQUISIÇÃO DE MATERIAIS ESPORTIVOS

ESTADO DE SANTA CATARINA - MUNICÍPIO DE TIMBÓ
AVISO DE Pregão PRESENCIAL Nº 93/2015 PMT

OBJETO: aquisição de materiais esportivos destinados às instituições da rede municipal de ensino, em atendimento as necessidades da Secretaria Municipal de Educação. ENTREGA DOS ENVELOPES: contendo os documentos de Habilitação e a Proposta de Preços até as 08h30min do dia 16 de outubro de 2015. ABERTURA: dia 16 de outubro de as 08h40min. Os interessados poderão obter a íntegra do edital diariamente no horário de expediente da Central de Licitações localizada na Avenida Getúlio Vargas, 700, Centro – Timbó/SC, ou no site: www.timbo.sc.gov.br.

Timbó (SC), 01/10/2015
SERGI FREDERICO MENGARDA
Secretário Municipal de Educação

EXTRATO PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO 2014.122 - FMS

MUNICÍPIO DE TIMBÓ
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
EXTRATO DE TERMO ADITIVO

PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº. 2014/122

AUTORIZANTE: Município de Timbó através do Fundo Municipal de Saúde.

AUTORIZADO: T.O Empreendimentos Imobiliários Ltda. - ME.

OBJETO: Prorrogação do prazo de vigência até 09/09/2016 e reajuste no percentual de 7,5538% correspondente a aplicação do IGPM (índice geral de preços do mercado) de agosto/2015

DATA DA ASSINATURA: 08/09/2015

ALFREDO JOÃO BERRI
Secretário de Saúde

EXTRATO PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO 2015.83 - PMT

MUNICÍPIO DE TIMBÓ
SECRETARIA DA FAZENDA E ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO DE TERMO ADITIVO

PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº. 2015/83

CONTRATANTE: Município de Timbó através da Secretaria da Fazenda e Administração

CONTRATADO: Tpa Telecomunicações Ltda.

OBJETO: Acréscimo de 01 Link de acesso à internet (wi-fi) com velocidade de 5/5 Mbps em fibra óptica a ser instalado no Pavilhão Municipal de Eventos Henry Paul ao objeto constante na cláusula primeira do contrato administrativo nº 2015/83.

Data da Assinatura: 15/09/2015

MARIA ANGÉLICA FAGGIANI
Secretária da Fazenda e Administração

EXTRATO PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO 2015.91 - PMT

MUNICÍPIO DE TIMBÓ
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO
EXTRATO DE TERMO ADITIVO

PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº. 2015/91

CONTRATANTE: Município de Timbó através da Secretaria Municipal de Educação

CONTRATADO: Empreiteira de Mão de Obra VB Ltda Epp

OBJETO: Supressão de R\$ 10.114,21 (dez mil cento e quatorze reais e vinte e um centavos) e acréscimo de R\$ 14.830,19 (quatorze mil oitocentos e trinta reais e dezenove centavos) ao objeto e ao valor total da obra estabelecido na cláusula terceira do contrato. Prorrogação do prazo de execução até 16/10/2015.

Data da Assinatura: 18/09/2015

SERGI FREDERICO MENGARDA
Secretário Municipal de Educação

Três Barras

PREFEITURA

EDITAL DE CHAMAMENTO PUBLICO 05/2015

EDITAL DE CREDENCIAMENTO Nº. 005/2015 - PARA PRESTADORES DE SERVIÇOS ESPECIALIZADOS NA EXECUÇÃO DE EXAMES DE IMAGENS ULTRASSONOGRÁFICAS.

O Município de Três Barras, através do Fundo Municipal de Saúde, torna público para conhecimento dos interessados que se encontra aberto Edital de Credenciamento (Chamamento Público) nº. 005/2015 de Prestadores de Serviços especializados na execução de exames por imagens ultrassonográficas (conforme relação de exames constante do anexo I do edital), ao preço da tabela SIA/SUS acrescida de valores complementares.

Os credenciados deverão efetuar os atendimentos para o Fundo Municipal de Saúde em estabelecimento próprio, conforme indicado pelo Fundo Municipal de Saúde, tendo obrigação do fornecimento dos devidos laudos, que serão retirados pelos próprios pacientes ou pessoas por eles designadas, no próprio laboratório.

DAS INSCRIÇÕES: Os interessados no credenciamento deverão apresentar junto ao Departamento de Licitações e Contratos da Prefeitura Municipal, sito a Avenida Santa Catarina, 616 – Centro, os documentos para habilitação indicados no edital, a partir desta data.

VIGÊNCIA DOS CONTRATOS: Os contratos firmados com os credenciados terão vigência de até 31/12/2015, podendo ser prorrogado nos termos do art. 57, inciso II da Lei Federal 8.666/93.

DO TERMO DE FORMALIZAÇÃO: A formalização do credenciamento se dará através de contrato específico originado por Inexigibilidade de Licitação com base legal na Lei 8.666/93 e suas alterações e neste credenciamento, após a entrega da documentação relacionada no edital.

RECURSOS FINANCEIROS: Recursos Próprios do Município e Transferências de Recursos do SUS.

DAS INFORMAÇÕES: Informações sobre o andamento da licitação e resultados de julgamentos bem como cópias do edital poderão ser obtidas nos dias úteis, das 08h30min às 11h30min e das 14h00min às 16h30min horas, na Coordenadoria de Licitações da Prefeitura Municipal, localizada na Avenida Santa Catarina, 616 – Centro, ou através do telefone 47 3623-0121.

Três Barras – SC, 29 de setembro de 2015.

ALINOR LESCOVITZ – Prefeito Municipal.

SALVADOR DE MAIO NETO - Assessoria Jurídica

PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO Nº. 95/2015

“AVISO DE LICITAÇÃO – PREGÃO PRESENCIAL”.

PREFEITURA MUNICIPAL DE TRÊS BARRAS – SC.

Procedimento Licitatório nº. 95/2015 - Edital Pregão nº. 79/2015.

A PREFEITURA MUNICIPAL DE TRÊS BARRAS - SC torna publico para conhecimento dos interessados, que sob a regência da Lei Federal nº 10.520/2002, Decreto Municipal nº 2.851 de 07/03/2005 e da Lei de Licitações nº 8.666/93 com as alterações da 8.883/94, recebera ate as 08 h e 30 min. do dia 15 de outubro de 2015, Propostas para REGISTRO DE PREÇOS para prestação de serviços na manutenção de m i c r o c o m p u t a d o r e s e manutenção de r e d e s l o g i c a s, de acordo com as disposições contidas no edital. Sistema de entrega: mediante solicitação do contratante, independente de quantidade mínima a ser solicitada ou quantidade de entregas que serão realizadas.

Abertura / Sessão de disputa: em reunião pública, na Prefeitura Municipal, às 08 h e 30 min. do dia 15 de outubro de 2015.

Informações e cópias do Edital poderão ser obtidas na Coordenadoria de Licitações, na Avenida Santa Catarina, nº. 616, Centro

– Fone / Fax: 47 3623-0121 ou 9151-8357 – Três Barras – SC.

Três Barras - SC, 21 de setembro de 2015.

ALINOR LESCOVITZ – PREFEITO MUNICIPAL

NILTON AVANIR HURMUS - PREGOEIRO

PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO Nº. 96/2015

“AVISO DE LICITAÇÃO – PREGÃO PRESENCIAL”.

PREFEITURA MUNICIPAL DE TRÊS BARRAS – SC.

Procedimento Licitatório nº. 96/2015 - Edital Pregão nº. 80/2015.

A PREFEITURA MUNICIPAL DE TRÊS BARRAS - SC torna publico para conhecimento dos interessados, que sob a regência da Lei Federal nº 10.520/2002, Decreto Municipal nº 2.851 de 07/03/2005 e Decreto Municipal nº. 3.016/2006, e, da Lei de Licitações nº 8.666/93 com as alterações da 8.883/94, recebera ate as 10 h e 00 min. do dia 15 de outubro de 2015, Propostas para “Registro de Preço de p n e u s e c a m a r a s d e a r” em tamanhos diversos, destinados a manutenção da frota veicular da Prefeitura Municipal. Sistema de entrega: mediante solicitação do contratante, independente de quantidade mínima a ser solicitada ou quantidade de entregas que serão realizadas.

Validade da Ata de Registro de Preço: 01 (um) ano.

Abertura / Sessão de disputa: em reunião pública, na Prefeitura Municipal, às 10 h e 00 min. do dia 15 de outubro de 2015.

Informações e cópias do Edital poderão ser obtidas na Coordenadoria de Licitações, na Avenida Santa Catarina, nº. 616 Centro – Fone/Fax: 47 3623-0121 ou pelo e-mail editais@tresbarras.sc.gov.br - Três Barras - SC.

Três Barras - SC, 21 de setembro de 2015.

ALINOR LESCOVITZ – PREFEITO MUNICIPAL.

NILTON AVANIR HURMUS – PREGOEIRO.

PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO Nº. 98/2015

“AVISO DE LICITAÇÃO – PREGÃO PRESENCIAL”.

PREFEITURA MUNICIPAL DE TRÊS BARRAS – SC.

FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE.

Procedimento Licitatório nº. 98/2015 - Edital Pregão nº. 82/2015.

O FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DA PREFEITURA MUNICIPAL DE TRÊS BARRAS - SC torna publico para conhecimento dos interessados, que sob a regência da Lei Federal nº 10.520/2002 e Decreto Municipal nº 2.851 de 07/03/2005 e ainda da Lei de Licitações nº 8.666/93 com as alterações da 8.883/94, recebera ate as 09 h e 00 min. do dia 16 de outubro de 2015, Propostas para “Contratação de Serviços Médicos Especializados”, para atendimento junto as Unidades de Saúde do Município.

Abertura / Sessão de disputa: em reunião pública, na Prefeitura Municipal, às 09 h e 00 min. do dia 16 de outubro de 2015.

Informações e cópias do Edital poderão ser obtidas na Coordenadoria de Licitações, na Avenida Santa Catarina, nº. 616, Centro – Fone / Fax: 47 3623-0121 ou 9151-8357 – Três Barras – SC ou solicitadas via e-mail: editais@tresbarras.sc.gov.br.

Três Barras - SC, 28 de setembro de 2015.

ALINOR LESCOVITZ – PREFEITO MUNICIPAL.

NILTON AVANIR HURMUS – PREGOEIRO.

REVOGAÇÃO EDITAL CHAMAMENTO 04/2015

EDITAL DE CREDENCIAMENTO Nº. 004/2015 - PARA PRESTADORES DE SERVIÇOS ESPECIALIZADOS NA EXECUÇÃO DE EXAMES DE IMAGENS ULTRASSONOGRAFICAS.

O Município de Três Barras, através do Fundo Municipal de Saúde, torna público para conhecimento dos interessados que revogou o Edital de Credenciamento (Chamamento Publico) nº. 004/2015 de Prestadores de Serviços especializados na execução de exames por imagens ultrassonográficas considerando o desinteresse dos prestadores de serviços.

Três Barras – SC, 28 de setembro de 2015.

ALINOR LESCOVITZ – Prefeito Municipal.

SALVADOR DE MAIO NETO - Assessoria Jurídica

Treze Tílias

PREFEITURA

EXTRATO DE CONTRATO Nº 01/2015 TIROLERFEST

EXTRATO DE CONTRATO 01/2015 TIROLERFEST

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE TREZE TÍLIAS.

CONTRATADO: BANDA MALIBU

OBJETO: Apresentação artística com BANDA MALIBU, representada neste ato pela empresa: TATIANE RACHADEL PEREIRA DOS SANTOS 05398508962, detentora da marca de sua titularidade, inscrita no CNPJ sob o nº 20.585.804/0001-07, com sede na Rua Frederico Jensen, nº 2230, bloco 5, apto 253, Bairro Itoupavazinha na cidade de Blumenau - SC. Show de duração aproximada de 03h15 (três) horas e 15 (quinze) minutos no dia 09 de Outubro de 2015, a partir das 21h45min; show de duração aproximada 02h00min (duas) horas no dia 10 de Outubro de 2015, a partir das 12h30min; show de duração aproximada de 02h00min (duas) horas, no dia 10 de Outubro de 2015, a partir das 20h30min. Local de realização: Parque de Exposições Johann Otto Kung, no município de Treze Tílias por ocasião da Tirolerfest 2015. DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: 08.01.2016.33.90.00.00.00.00.00. DATA ASSINATURA: 01/10/2015

TREZE TÍLIAS, 01 de Outubro de 2015.

EXTRATO DE CONTRATO Nº 02/2015 TIROLERFEST

EXTRATO DE CONTRATO 02/2015 TIROLERFEST

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE TREZE TÍLIAS.

CONTRATADO: CONTRATO TIROLERFEST Nº 01/2015.

OBJETO: Apresentação artística com TROPICAL BAND, representada neste ato pela ASSOCIAÇÃO DOS MUSICOS PROFISSIONAIS DE POMERODE - AMUSPE, através de carta de exclusividade, inscrita no CNPJ sob o nº 07.453.253/0001-60, com sede na Rua XV de Novembro, nº 2219, sala B, Centro na cidade de Pomerode - SC. Show de duração aproximada de 03 (três) horas, no dia 10 de Outubro de 2015, a partir das 22h30min; show de duração aproximada de 04 (quatro) horas, no dia 11 de Outubro de 2015, a partir das 21h00min. Local de realização: Parque de Exposições Johann Otto Kung, no município de Treze Tílias por ocasião da Tirolerfest 2015. VALOR: 11.200,00 (Onze mil e duzentos reais). DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: 08.01.2016.33.90.00.00.00.00.00. DATA ASSINATURA: 01/10/2015

TREZE TÍLIAS, 01 de Outubro de 2015.

EXTRATO DE CONTRATO Nº 03/2015 TIROLERFEST

EXTRATO DE CONTRATO 03/2015 TIROLERFEST

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE TREZE TÍLIAS.

CONTRATADO: BANDA SOCIETY.

OBJETO: Apresentação artística com BANDA SOCIETY, inscrita no CNPJ sob o nº 81.323.982./0001-54, com sede na Rua Paraguai, 423, apto 22 – Bairro Ponta Aguda, no município de Blumenau-SC. Show de duração aproximada de 03h45min (três) horas e (quarenta e cinco) minutos, no dia 12 de Outubro de 2015, a partir das 21h15min; show de duração aproximada de 03h00min (três) horas, no dia 13 de Outubro de 2015, a partir das 19h30min até às 21h30min e das 22h00min às 23h30min. Local de realização: Parque de Exposições Johann Otto Kung, no município de Treze Tílias por ocasião da Tirolerfest 2015. VALOR: O preço total ajustado para o cumprimento do contrato é de R\$ 14.500,00 (Quatorze mil e quinhentos reais). DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: 08.01.2016.33.90.00.00.00.00.00. DATA ASSINATURA: 01/10/2015

TREZE TÍLIAS, 01 de Outubro de 2015.

EXTRATO DE CONTRATO Nº 04/2015 TIROLERFEST

EXTRATO DE CONTRATO 04/2015 TIROLERFEST

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE TREZE TÍLIAS.

CONTRATADO: ORQUESTRA MUNIQUE

OBJETO: Apresentação artística com ORQUESTRA MUNIQUE LTDA, inscrita no CNPJ sob o nº 09.115.076/0001-37, com sede na Rua Julio Moritz, nº 363, Bairro Imperial na cidade de Concordia - SC. Show de duração aproximada de 03 (três) horas, no dia 13 de Outubro de 2015, das 15h30min até às 17h00min e das 18h00min até às 19h30min. Local de realização: Parque de Exposições Johann Otto Kung, no município de Treze Tílias por ocasião da Tirolerfest 2015.

VALOR: O preço total ajustado para o cumprimento do contrato é de R\$ 14.500,00 (Quatorze mil e quinhentos reais).

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: 08.01.2016.33.90.00.00.00.00.

DATA ASSINATURA: 01/10/2015

TREZE TÍLIAS, 01 de Outubro de 2015.

PORTARIA 092/2015

PORTARIA Nº 092/15 DE 24 DE SETEMBRO DE 2015

O Prefeito Municipal de Treze Tílias, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o disposto nos artigos 13 a 17 da Lei Orgânica Municipal, artigos 7 a 17 da Lei Complementar nº 40/2011 e, ainda, nos demais termos da Legislação correlata:

RESOLVE:

Art. 1º - NOMEAR a senhora FERNANDA DE ANDREA DALABRIDA, brasileira, portadora da Cédula de Identidade N.º 7.183.584, inscrita no CPF sob o N.º 047.473.979-14, residente e domiciliada na cidade de Joaçaba/SC, aprovada em concurso público oriundo do Edital N.º 01/2013 de 28 de maio de 2013, na respectiva ordem de classificação conforme Decreto nº 1795/2013 de 02 de setembro de 2013, para o cargo de COORD. EDUCACIONAL/PEDAGÓGICO, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais.

Art. 2º - A tomada de Posse e assinatura do respectivo Livro de Posse e a entrada em exercício se dará no prazo legal obedecendo a previsão da Lei Complementar Nº 40/2011.

Art. 3º - As despesas decorrentes da aplicação desta Portaria correrão à conta de dotações orçamentárias próprias e vigentes.

Art. 4º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE TREZE TÍLIAS, EM 24 DE SETEMBRO DE 2015.

MAURO DRESCH

Prefeito Municipal

Registrada e publicada a presente portaria no Site Oficial dos Municípios - DOM.

WERYDIANA FALCHETTI

Secretária Municipal de Administração e Finanças

INEXIGIBILIDADE 60-2015

ESTADO DE SANTA CATARINA PREFEITURA MUNICIPAL TREZE TÍLIAS	INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nr.: 60/2015 - IL
CNPJ: 82.777.251/0001-41 PRAÇA ANDRÉAS THALER, 25 C.E.P.: 89650-000 - Treze Tílias - SC	Processo Nr.: 60/2015 Data: 24/08/2015
Folha: 1/2	

Fornecedor: ASSOCIACAO DOS MUSICOS PROFISSIONAIS DE POMERODE - Endereço: R XV DE NOVENBRO,2.219 - SALA B Cidade: POMERODE - SC CNPJ: 07.453.253/0001-60	Código: 2579 Inscrição Estadual:
Objeto da Compra: Apresentação artística com BANDA MALIBU, TROPICAL BAND, BANDA SOCIETY E ORQUESTRA MUNIQUE, no No Parque de Exposições Johann Otto Kung, em Treze Tílias, por ocasião da Tirolerfest 2015, de 09 a 13 de Outubro de 2015.	

ITENS

Item	Quantidade	Unid.	Especificação
2	1,00	SV	-Apresentação artística com TROPICAL BAND, representada neste ato pela ASSOCIAÇÃO DOS MUSICOS PROFISSIONAIS DE POMERODE - AMUSPE, através de carta de exclusividade, inscrita no CNPJ sob o nº 07.453.253/0001-60, com sede na Rua XV de Novembro, nº 2219, sala B, Centro na cidade de Pomerode - SC; Show de duração aproximada de 03 (três) horas, no dia 10 de Outubro de 2015, a partir das 22h30min; show de duração aproximada de 04 (quatro) horas, no dia 11 de Outubro de 2015, a partir das 21h00min. Local de realização: Parque de Exposições Johann Otto Kung, no município de Treze Tílias por ocasião da Tirolerfest 2015. (9530)

FUNDAMENTO LEGAL:

Artigo 25 da Lei 8.666/93 - É inexigível a licitação quando houver inviabilidade de competição.

- III - para contratação de profissional de qualquer setor artístico, diretamente ou através de empresário exclusivo, desde que consagrado pela crítica especializada ou pela opinião pública.

JUSTIFICATIVA

Art. 24. É dispensável a licitação:

- III - para contratação de profissional de qualquer setor artístico, diretamente ou através de empresário exclusivo, desde que consagrado pela crítica especializada ou pela opinião pública.

RAZÃO DA ESCOLHA DO FORNECEDOR:

Treze Tílias, 24 de Agosto de 2015

MAURO DRESCH
PREFEITO

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL TREZE TÍLIAS

CNPJ: 82.777.251/0001-41
PRAÇA ANDRÉAS THALER, 25
C.E.P.: 89650-000 - Treze Tílias - SC

INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO
Nr.: 60/2015 - IL

Processo Nr.: 60/2015
Data: 24/08/2015

Folha: 2/2

21/08/2015

DESPACHO FINAL:

De acordo com as justificativas e fundamentações apresentadas e, levando-se em consideração os termos do parecer jurídico, expedido pela Assessoria Jurídica, RATIFICO e AUTORIZO a realização da despesa por Inexigibilidade de Licitação, em conformidade com o art. 26 da Lei 8.666/93 e alterações posteriores.

Treze Tílias, 21 de Agosto de 2015

Valor da Despesa: 11.200,00 (onze mil duzentos reais)

Pagamento.....: Em até 15 dias após o recebimento da nfe.

ESTADO DE SANTA CATARINA PREFEITURA MUNICIPAL TREZE TÍLIAS	INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nr.: 60/2015 - IL
CNPJ: 82.777.251/0001-41 PRAÇA ANDRÉAS THALER, 25 C.E.P.: 89650-000 - Treze Tílias - SC	Processo Nr.: 60/2015 Data: 24/08/2015
Folha: 1/2	

Fornecedor: TATIANE RACHADEL PEREIRA DOS SANTOS 05398508962 Endereço: R FREDERICO JENSEN, 2230 - BLOCO 5; APT 25 Cidade: Blumenau - SC CNPJ: 20.585.804/0001-07	Código: 3308 Inscrição Estadual:
Objeto da Compra: Apresentação artística com BANDA MALIBU, TROPICAL BAND, BANDA SOCIETY E ORQUESTRA MUNIQUE, no No Parque de Exposições Johann Otto Kung, em Treze Tílias, por ocasião da Tirolerfest 2015, de 09 a 13 de Outubro de 2015.	

ITENS

Item	Quantidade	Unid.	Especificação
1	1,00	SV	-Apresentação artística com BANDA MALIBU, representada neste ato pela empresa: TATIANE RACHADEL PEREIRA DOS SANTOS 05398508962, detentora da marca de sua titularidade, inscrita no CNPJ sob o nº 20.585.804/0001-07, com sede na Rua Frederico Jensen, nº 2230, bloco 5, apto 253, Bairro Itoupavazinha na cidade de Blumenau - SC. Show de duração aproximada de 03h15 (três) horas e 15 (quinze) minutos no dia 09 de Outubro de 2015, a partir das 21h45min; show de duração aproximada 02h00min (duas) horas no dia 10 de Outubro de 2015, a partir das 12h30min; show de duração aproximada de 02h00min (duas) horas, no dia 10 de Outubro de 2015, a partir das 20h30min. Local de realização: Parque de Exposições Johann Otto Kung, no município de Treze Tílias por ocasião da Tirolerfest 2015. (9529)

FUNDAMENTO LEGAL:

Artigo 25 da Lei 8.666/93 - É inexigível a licitação quando houver inviabilidade de competição.

III - para contratação de profissional de qualquer setor artístico, diretamente ou através de empresário exclusivo, desde que consagrado pela crítica especializada ou pela opinião pública.

JUSTIFICATIVA

Art. 24. É dispensável a licitação:

III - para contratação de profissional de qualquer setor artístico, diretamente ou através de empresário exclusivo, desde que consagrado pela crítica especializada ou pela opinião pública.

RAZÃO DA ESCOLHA DO FORNECEDOR:

Treze Tílias, 24 de Agosto de 2015

MAURO DRESCH
PREFEITO

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL TREZE TÍLIAS

CNPJ: 82.777.251/0001-41
PRAÇA ANDRÉAS THALER, 25
C.E.P.: 89650-000 - Treze Tílias - SC

INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO
Nr.: 60/2015 - IL

Processo Nr.: 60/2015
Data: 24/08/2015

Folha: 2/2

21/08/2015

DESPACHO FINAL:

De acordo com as justificativas e fundamentações apresentadas e, levando-se em consideração os termos do parecer jurídico, expedido pela Assessoria Jurídica, RATIFICO e AUTORIZO a realização da despesa por Inexigibilidade de Licitação, em conformidade com o art. 26 da Lei 8.666/93 e alterações posteriores.

Treze Tílias, 21 de Agosto de 2015

Valor da Despesa: 12.700,00 (doze mil setecentos reais)

Pagamento.....: Em até 15 dias após o recebimento da nfe.

**ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL TREZE TÍLIAS**

CNPJ: 82.777.251/0001-41
PRAÇA ANDRÉAS THALER, 25
C.E.P.: 89650-000 - Treze Tílias - SC

**INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO
Nr.: 60/2015 - IL**

Processo Nr.: 60/2015
Data: 24/08/2015

Folha: 1/2

Fornecedor: SOCIETY BAND LTDA - ME
Endereço: R LUIZ ALTEMBURG SENIOR,87 - FUNDOS
Cidade: Blumenau - SC
CNPJ: 81.323.982/0001-54

Código: 3334

Inscrição Estadual:

Objeto da Compra: Apresentação artística com BANDA MALIBU, TROPICAL BAND, BANDA SOCIETY E ORQUESTRA MUNIQUE, no No Parque de Exposições Johann Otto Kung, em Treze Tílias, por ocasião da Tirolerfest 2015, de 09 a 13 de Outubro de 2015.

ITENS

Item	Quantidade	Unid.	Especificação
3	1,00	SV	▪ Apresentação artística com BANDA SOCIETY, inscrita no CNPJ sob o nº 81.323.982/0001-54, com sede na Rua Paraguai, 423, apto 22 - Bairro Ponta Aguda, no município de Blumenau-SC. Show de duração aproximada de 03h45min (três horas e quarenta e cinco) minutos, no dia 12 de Outubro de 2015, a partir das 21h15min; show de duração aproximada de 03h00min (três horas, no dia 13 de Outubro de 2015, a partir das 19h30min até às 21h30min e das 22h00min às 23h30min. Local de realização: Parque de Exposições Johann Otto Kung, no município de Treze Tílias por ocasião da Tirolerfest 2015. (9531)

FUNDAMENTO LEGAL:

Artigo 25 da Lei 8.666/93 - É inexigível a licitação quando houver inviabilidade de competição.

- III - para contratação de profissional de qualquer setor artístico, diretamente ou através de empresário exclusivo, desde que consagrado pela crítica especializada ou pela opinião pública.

JUSTIFICATIVA

Art. 24. É dispensável a licitação:

- III - para contratação de profissional de qualquer setor artístico, diretamente ou através de empresário exclusivo, desde que consagrado pela crítica especializada ou pela opinião pública.

RAZÃO DA ESCOLHA DO FORNECEDOR:

Treze Tílias, 24 de Agosto de 2015

MAURO DRESCH
PREFEITO

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL TREZE TÍLIAS

CNPJ: 82.777.251/0001-41
PRAÇA ANDRÉAS THALER, 25
C.E.P.: 89650-000 - Treze Tílias - SC

INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO
Nr.: 60/2015 - IL

Processo Nr.: 60/2015
Data: 24/08/2015

Folha: 2/2

21/08/2015

DESPACHO FINAL:

De acordo com as justificativas e fundamentações apresentadas e, levando-se em consideração os termos do parecer jurídico, expedido pela Assessoria Jurídica, RATIFICO e AUTORIZO a realização da despesa por Inexigibilidade de Licitação, em conformidade com o art. 26 da Lei 8.666/93 e alterações posteriores.

Treze Tílias, 21 de Agosto de 2015

Valor da Despesa: 14.500,00 (quatorze mil quinhentos reais)

Pagamento.....: Em até 15 dias após o recebimento da nfe.

**ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL TREZE TÍLIAS**

CNPJ: 82.777.251/0001-41
PRAÇA ANDRÉAS THALER, 25
C.E.P.: 89650-000 - Treze Tílias - SC

**INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO
Nr.: 60/2015 - IL**

Processo Nr.: 60/2015
Data: 24/08/2015

Folha: 1/2

Fornecedor: ORQUESTRA MUNIQUE LTDA - ME
Endereço: R JULIO MORITZ,363 -
Cidade: Concórdia - SC
CNPJ: 09.115.076/0001-37

Código: 3451

Inscrição Estadual:

Objeto da Compra: Apresentação artística com BANDA MALIBU, TROPICAL BAND, BANDA SOCIETY E ORQUESTRA MUNIQUE, no No Parque de Exposições Johann Otto Kung, em Treze Tílias, por ocasião da Tirolerfest 2015, de 09 a 13 de Outubro de 2015.

ITENS

Item	Quantidade	Unid.	Especificação
4	1,00	SV	- Apresentação artística com ORQUESTRA MUNIQUE LTDA, inscrita no CNPJ sob o nº 09.115.076/0001-37, com sede na Rua Julio Moritz, nº 363, Bairro Imperial na cidade de Concórdia - SC. Show de duração aproximada de 03 (três) horas, no dia 13 de Outubro de 2015, das 15h30min até às 17h00min e das 18h00min até às 19h30min. Local de realização: Parque de Exposições Johann Otto Kung, no município de Treze Tílias por ocasião da Tirolerfest 2015. (9532)

FUNDAMENTO LEGAL:

Artigo 25 da Lei 8.666/93 - É inexigível a licitação quando houver inviabilidade de competição.

III - para contratação de profissional de qualquer setor artístico, diretamente ou através de empresário exclusivo, desde que consagrado pela crítica especializada ou pela opinião pública.

JUSTIFICATIVA

Art. 24. É dispensável a licitação:

III - para contratação de profissional de qualquer setor artístico, diretamente ou através de empresário exclusivo, desde que consagrado pela crítica especializada ou pela opinião pública.

RAZÃO DA ESCOLHA DO FORNECEDOR:

Treze Tílias, 24 de Agosto de 2015

MAURO DRESCH
PREFEITO

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL TREZE TÍLIAS

CNPJ: 82.777.251/0001-41
PRAÇA ANDRÉAS THALER, 25
C.E.P.: 89650-000 - Treze Tílias - SC

INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO
Nr.: 60/2015 - IL

Processo Nr.: 60/2015
Data: 24/08/2015

Folha: 2/2

21/08/2015

DESPACHO FINAL:

De acordo com as justificativas e fundamentações apresentadas e, levando-se em consideração os termos do parecer jurídico, expedido pela Assessoria Jurídica, RATIFICO e AUTORIZO a realização da despesa por Inexigibilidade de Licitação, em conformidade com o art. 26 da Lei 8.666/93 e alterações posteriores.

Treze Tílias, 21 de Agosto de 2015

Valor da Despesa: 4.000,00 (quatro mil reais)

Pagamento.....: Em até 15 dias após o recebimento da nfe.

Trombudo Central

PREFEITURA

012/2015

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E ESPORTE

PROCESSO SELETIVO – EDITAL Nº 012/2015

PROCESSO SELETIVO PARA ADMISSÃO DE PROFESSORES
EM CARÁTER TEMPORÁRIO.

HANELORE HEDLER, Prefeita em exercício do município de Trombudo Central, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais, torna público que realizará processo seletivo para a contratação em caráter temporário de membros do Magistério para atuar no Ensino Fundamental para o ano letivo de 2015, conforme disposições a seguir:

1-DAS ÁREAS E NÍVEIS.

1. 1 ANOS FINAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL - CIÊNCIAS

2- DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

2.1 O processo seletivo que trata este edital constará de uma única fase: prova de títulos.

2.2 O Processo Seletivo será realizado sob a responsabilidade da Secretaria Municipal de Educação.

3. DA CARGA HORÁRIA E DA REMUNERAÇÃO

3.1 Aos candidatos da área constante no item 1.1 será oferecida uma vaga de 20 horas semanais no turno matutino.

3.2 A remuneração da área/disciplina terá como referência os níveis da carreira do magistério, Lei nº 1250 de 07 de julho de 2000 e alterações posteriores, proporcional a carga horária trabalhada, e corresponderá:

- I. Formação em Nível médio (outro) - 70% do nível 1-A;
- II. Formação em Nível médio Magistério - 100% do nível 1-A;
- III. Frequência a nível superior a partir da 4ª fase na área de atuação - 70% do nível 2-A;
- IV. Formação em nível superior na área/disciplina específica - 100% do nível 2-A;

3.3 A remuneração equivale ao valor bruto mensal.

4. DAS INSCRIÇÕES

4.1. A inscrição do candidato implicará no conhecimento e na tácita aceitação das condições estabelecidas no inteiro teor deste Edital dos quais não poderá alegar desconhecimento.

4.2. A participação no Processo Seletivo iniciar-se-á pela inscrição, que deverá ser efetuada no prazo e nas condições estabelecidas neste edital.

4.3 No requerimento de inscrição, sob as penas da Lei, o candidato declarará:

- 4.3.1 Ser brasileiro (nato ou naturalizado);
- 4.3.2 Ter idade de dezoito anos, completos até a data do encerramento da inscrição;
- 4.3.3 Estar em dia com as obrigações eleitorais;
- 4.3.4 Estar em dia com as obrigações para com o serviço militar, se

do sexo masculino;

4.3.5 Não haver sofrido, no exercício de atividade, penalidades graves e/ou demissão por atos incompatíveis com o serviço público;

4.3.6 No ato da inscrição, não serão solicitados comprovantes das exigências contidas nos subitens anteriores. No entanto, o candidato que não as satisfaça no ato da contratação, mesmo sendo aprovado, será automaticamente eliminado deste Processo Seletivo.

4.3.7 Apresentar, no ato da inscrição, fotocópia e original dos seguintes documentos:

- a) Carteira de identidade e CPF;
- b) Comprovante de habilitação para a área de atuação expedida por instituição credenciada, conforme previsto no item 6.1.1 (Diploma, Declaração, Certidão de Conclusão de Curso, Atestado de Frequência).
- c) Documento comprobatório de participação em programas de formação continuada, aperfeiçoamento e atualização, expedidos e registrados por órgão competentes.
- d) Atestado de tempo de serviço no magistério expresso por períodos de contratação, em anos, meses e dias, expedido por órgão competente.
- e) Certidão de nascimento dos filhos menores de 18 anos;
- f) Endereço, telefone e e-mail para contatos válidos.

4.3.8 A inscrição somente será realizada no período de 30/09/2015 a 05/10/2015 no horário das 8h às 11h 30min e das 13h 30min às 17h, na Secretaria Municipal de Educação à Praça Arthur Siewerdt nº 1, Trombudo Central SC.

4.3.9 Para fins de inscrição e identificação deverá ser utilizada a carteira de identidade do candidato.

4.3.10 O candidato é responsável pelos dados cadastrais informados no ato da sua inscrição.

4.3.11 O candidato que prestar declarações falsas, inexatas ou que não estiver de acordo a todas as condições estabelecidas neste edital, terá sua inscrição cancelada e, em consequência, serão anulados todos os atos decorrentes, mesmo que o candidato tenha sido classificado e que o fato seja constatado posteriormente.

4.3.12 A inscrição poderá ser feita pessoalmente ou por procuração, vedada a inscrição condicional ou fora do prazo estabelecido.

4.3.13 Uma vez efetuada a inscrição, não serão aceitos pedidos de alterações.

4.3.14 A veracidade das informações contidas no Requerimento de Inscrição é de inteira responsabilidade do candidato.

4.3.15 A Secretaria Municipal de Educação não será responsável por emitir fotocópias dos documentos.

5. DOS PORTADORES DE NECESSIDADES ESPECIAIS

5.1 Ao candidato portador de necessidades especiais é assegurado o direito de se inscrever neste Processo Seletivo.

5.2 Serão reservadas vagas aos portadores de deficiência, para o cargo cujas atribuições sejam compatíveis com a deficiência de que sejam portadores, na proporção de 10% (dez por cento) das vagas previstas para cada categoria funcional/disciplina.

5.2.1 Onde houver apenas uma vaga para cada categoria funcional/disciplina, o candidato concorrerá em igualdade de condições com os demais candidatos.

5.3 Serão consideradas necessidades especiais somente aquelas conceituadas na medicina especializada, de acordo com os padrões mundialmente estabelecidos, e que se enquadrem nas categorias descritas no art. 70 do Decreto Federal nº 5.296/04 e Lei Estadual 12.870/04.

5.4 O candidato portador de necessidades especiais, no ato da inscrição deverá apresentar laudo médico atestando a espécie e o grau ou nível, com expressa referência ao código correspondente da Classificação Internacional de Doença – CID -, bem como a provável causa da necessidade especial.

5.4.1 O laudo médico deverá ter data igual ou superior a do presente edital.

5.5 Na falta de candidatos classificados para as vagas reservadas aos portadores de necessidades especiais estas serão preenchidas pelos demais classificados com estrita observância da ordem de classificação.

6. DA CLASSIFICAÇÃO POR TÍTULOS

6.1- Os candidatos serão classificados na seguinte área/disciplina:

6.1.1. Ensino Fundamental – Anos finais – Ciências

6.2 A classificação será em ordem decrescente e levará em conta o somatório de pontos obtidos pelo candidato nos seguintes critérios:

I – Habilitação profissional na área em que o candidato deseja atuar;

II – Curso de Especialização (pós-graduação);

III – Horas de aperfeiçoamento;

IV- Tempo de Serviço;

V – Idade do candidato e número de filhos menores de 18 anos.

6.3 Para a classificação serão considerados os títulos apresentados conforme se detalha a seguir:

6.3.1 Pontuações para Habilitação profissional – Ensino Fundamental – Ciências

Ensino Fundamental de 1ª a 9ª ano - disciplinas específicas 1º ano a 9º ano	
Diploma de Licenciatura Plena com Habilitação específica em disciplinas do currículo em que irá atuar.	100 pontos
Diploma de Licenciatura Plena na área de Educação, cursando licenciatura específica a partir da 1ª fase.	10 pontos para cada fase
Diploma de Habilitação para o Magistério (Ensino Médio), cursando licenciatura específica a partir da 1ª fase.	5 pontos para cada fase
Ensino Médio Completo, com frequência em curso de licenciatura específica a partir da 1ª fase.	2 pontos para cada fase
Diploma de Licenciatura Plena na área da educação.	6 pontos
Diploma de Habilitação Magistério (Ensino Médio).	4 pontos
Ensino Médio Completo	1 ponto

6.3.2 Pontuações por Curso de Especialização.

6.3.2.1 Pós-graduação na área da educação - 10 pontos

6.3.3 Pontuações por Tempo de Serviço.

6.3.3.1 Para cada ano de serviço prestado na área do magistério

público municipal, estadual ou particular, computados até a data de 30/08/2015 – 0,2 pontos por mês;

6.3.3.2 A fração superior a 15 (quinze) dias será computada como um mês.

6.3.4 Horas de aperfeiçoamento.

6.3.4.1 Somente serão aceitos certificados de cursos de aperfeiçoamento que estejam devidamente registrados no órgão competente, relativo ao período de 30/06/2012 à 30/08/2015. Não serão computados os cursos excedentes a 200 horas.

6.3.4.2. A carga horária mínima dos cursos será de 16 horas.

6.3.4.3. A cada hora de curso o candidato somará 0,1 ponto.

6.3.5 Idade e número de filhos menores de 18 anos serão critérios de desempate do somatório dos pontos.

7. DA DIVULGAÇÃO E DO RECURSO

7.1 A divulgação das listagens de classificação dar-se-á no dia 06 de outubro de 2015, as quais serão afixadas nos murais da Prefeitura Municipal e Secretaria da Educação.

7.2 O prazo para recurso será de 2 (dois) dias úteis a partir da data da divulgação.

7.3 Os recursos deverão ser interpostos por escrito e dirigidos a Secretaria Municipal de Educação, localizada na sede da prefeitura, à Praça Arthur Siewerdt nº 01, nesta cidade, das 08h às 12h e das 13h e 30min às 17h e 30min.

7.4. O resultado final será publicado no mural de publicações oficiais do Município, no dia 09 de outubro de 2015.

8. DA ESCOLHA DE VAGAS

8.1. A vaga do Ensino Fundamental anos finais - Ciências será preenchida, obedecendo-se a ordem de classificação que se dará através da pontuação obtida na prova de títulos.

8.2 A escolha de vagas será efetuada pela Secretaria Municipal de Educação através de contato telefônico ou por e-mail declarados pelo candidato no ato da inscrição. Em caso de não aceitação da vaga é de responsabilidade do candidato assinar documento de desistência na Secretaria Municipal de Educação, caso contrário está excluído deste processo seletivo.

8.3 O candidato, após escolher vaga deverá apresentar-se ao diretor/coordenador da unidade escolar onde irá atuar em até 24 (vinte e quatro) horas.

8.4 O candidato que não aceitar a vaga oferecida, perderá o direito pela primeira escolha, passando seu nome para o final da listagem de classificação para chamada posterior de acordo com eventuais necessidades da Secretaria Municipal de Educação;

8.5 Para admissão, os candidatos deverão apresentar os documentos solicitados no Setor de Recursos Humanos da Prefeitura Municipal de Trombudo Central;

8.6 O candidato que efetuou sua inscrição utilizando declaração e ou certidão de conclusão de curso deverá apresentar no ato da contratação diploma ou certificado;

8.7 A classificação neste Processo Seletivo não asseguram ao candidato o direito de ingresso automático no quadro da Prefeitura Municipal de Trombudo Central.

8.8 A admissão é de competência do Secretário Municipal de Educação, dentro do interesse e conveniência da administração,

observada a ordem de classificação dos candidatos.

8.9 O processo de escolha de vagas será de competência e responsabilidade da Secretaria Municipal de Educação.

9. DO FORO

9.1 O foro para dirimir qualquer questão relacionada com o Processo Seletivo de que trata este Edital é o de Trombudo Central – SC.

10. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

10.1 Os efeitos legais do processo de seleção entrarão em vigência em 2015.

10.2 O candidato que apresentar incompatibilidade de horários, por ter escolhido mais de uma vaga ou ter outro vínculo empregatício, terá seu contrato cancelado.

10.3 Será de responsabilidade do candidato por seu transporte, ao optar por vaga que exigirá a locomoção para uma ou mais escola.

10.4 O candidato que venha a não corresponder ao proposto pela unidade escolar onde atua terá seu contrato de prestação de serviços (portaria) cancelado, mediante parecer da Comissão Geral de avaliação de desempenho, instituída pela Secretaria Municipal de Educação.

10.5 O candidato que tiver sua portaria cancelada não poderá optar por outra vaga no período de vigência do presente Edital.

10.6 Serão excluídos do Processo Seletivo o candidato que:

- a) Fizer, em qualquer fase ou documento, declaração falsa ou inexistente;
- b) Tiver, em qualquer fase, avaliação de desempenho incompatível com as normas do regulamento de avaliação de desempenho na Rede Municipal de Ensino de Trombudo Central, a partir do ano letivo de 2011.

10.7 Na hipótese do distrato ocorrer a pedido, o servidor fica ciente que sua solicitação poderá ser atendida decorridos 30 (trinta) dias após a solicitação ou na

data solicitada, neste caso, implicando no pagamento de multa do valor correspondente ao vencimento base do cargo do requerente;

10.8 No ato da inscrição, o candidato aceita as condições impostas neste edital.

11. DO REGIME JURÍDICO E PREVIDENCIÁRIO

11.1 O regime jurídico para contratação temporária será o estabelecido em Lei Municipal e o regime previdenciário será o do Regime Geral de Previdência Social.

11.2 Os casos não previstos, no que tange à realização deste Processo Seletivo, serão resolvidos pela Secretaria Municipal de Educação.

Trombudo Central, 28 de setembro de 2015.

HANELORE HEDLER

Prefeita Municipal em Exercício

CATIA REGINA MARANGONI GEREMIAS

Secretária Municipal de Educação e Esporte

084/2015

DECRETO 084/2015 DE 23 DE SETEMBRO DE 2015.

APROVA DESMEMBRAMENTO DE ÁREA DE TERRA.

SILVIO VENTURI, Prefeito do Município de Trombudo Central, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas...

DECRETA:

Art. 1º - Fica autorizado o DESMEMBRAMENTO do imóvel urbano, localizado a Rua Santa Catarina, Bairro Estação, neste Município e Comarca, de propriedade de IVONE MARIA FORNAZARI, registrado no Cartório de Ofício do Registro de Imóveis e Hipotecas da Comarca de Trombudo Central, sob matrícula nº 16.839 com ÁREA TOTAL de 6.627,50 m² (seis mil seiscentos e vinte e sete metros, e cinquenta decímetros quadrados), ÁREA A DESMEMBRAR em 01 (um) Lote urbano, sendo: com 786,47 m² (setecentos e oitenta e seis metros e quarenta e sete decímetros quadrados), confrontando-se: com FRENTE Rua Bernhard Buscke em 2,62 + 34,26+20,69 metros lineares; FUNDOS com Área remanescente em 50,69 metros lineares; e ao LADO ESQUERDO com Adriano Dare Oliveira em 25,18 metros lineares e permanecendo a ÁREA REMANESCENTE com 5.841,03 m² (cinco mil oitocentos e quarenta e um metros e três decímetros quadrados).

Art. 2º- Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, revogadas as disposições em contrário.

Trombudo Central, 23 de setembro de 2015.

SILVIO VENTURI

Prefeito de Trombudo Central

Este Decreto foi registrado e publicado no Diário Oficial dos Municípios (DOM/SC).

MARIANE FERNANDES DA ROSA BONI

Secretaria de Administração e Finanças Interina

353/2015

PORTARIA 353/2015 DE 21 DE SETEMBRO DE 2015.

NOMEIA COMISSÃO INTERNA PARA FINS DE PROCESSO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR.

SILVIO VENTURI, Prefeito do Município de Trombudo Central, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas por Lei...

RESOLVE:

Art. 1º - Fica nomeada a Comissão Municipal Interna para fins de processo administrativo disciplinar, sob rito ordinário, para apuração de produtividade da Agente Comunitária de Saúde conforme previsto na portaria nº 2.488 de 21 de outubro de 2011, da servidora MARISETE DE LOUDES NAIHAUS conforme abaixo descrito:

- NEUSA MACHADO MENDES – Auxiliar Administrativo - (PRESIDENTE)
- JANICE DA CUNHA – Enfermeira
- LILIANE KRUEGER WESTPHAL – Auxiliar Administrativo

Art. 2º - Fica revogado a portaria 340/2015.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas disposições em contrário.

Trombudo Central, 21 de setembro de 2015.

SILVIO VENTURI

Prefeito de Trombudo Central

Esta Portaria foi registrada e publicada no Diário Oficial dos Municípios (DOM/SC).

TANIA BINI AZEVEDO WALTRICK

Secretaria de Saúde Interina

354/2015

PORTARIA 354/15 DE 22 DE SETEMBRO DE 2015.

CONCEDE PRORROGAÇÃO DE LICENÇA GESTAÇÃO

SILVIO VENTURI, Prefeito do Município de Trombudo Central, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas...

CONSIDERANDO o artigo 86 da lei complementar 816/90, alterado pela lei complementar 1765/2013.

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder a servidora pública municipal Sra. ROSIANI HEINZ, ocupante do cargo de provimento efetivo de Assistente Social, prorrogação de licença Gestação pelo prazo de 60 (sessenta) dias, conforme solicitação por requerimento junto ao Departamento Pessoal.

Art. 2º - A Licença de que trata o Artigo Primeiro, será custeado integralmente nos mesmos moldes devidos no período de percepção do salário maternidade pago pelo regime geral de previdência social.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, revogadas disposições em contrário.

Trombudo Central, 22 de setembro de 2015.

SILVIO VENTURI

Prefeito de Trombudo Central

Esta Portaria foi registrada e publicada no Diário Oficial dos Municípios (DOM/SC).

HANELORE HEDLER

Secretaria de Assistência Social e Habitação

355/2015

PORTARIA 355/15 DE 22 DE SETEMBRO DE 2015.

CONCEDE PRORROGAÇÃO DE LICENÇA GESTAÇÃO

SILVIO VENTURI, Prefeito do Município de Trombudo Central, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas...

CONSIDERANDO o artigo 86 da lei complementar 816/90, alterado pela lei complementar 1765/2013.

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder a servidora pública municipal Sra. ANGELA MIRANDA DE FREITAS ULLER, ocupante do cargo de provimento efetivo (probatório) de Fisioterapeuta, prorrogação de licença Gestação pelo prazo de 60 (sessenta) dias, conforme solicitação por requerimento junto ao Departamento Pessoal.

Art. 2º - A Licença de que trata o Artigo Primeiro, será custeado integralmente nos mesmos moldes devidos no período de percepção do salário maternidade pago pelo regime geral de previdência social.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, revogadas disposições em contrário.

Trombudo Central, 22 de setembro de 2015.

SILVIO VENTURI

Prefeito de Trombudo Central

Esta Portaria foi registrada e publicada no Diário Oficial dos Municípios (DOM/SC).

TANIA BINI AZEVEDO WALTRICK

Secretária da Saúde Interina

356/2015

PORTARIA 356/2015 DE 06 DE AGOSTO DE 2015

EXONERA SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL.

SILVIO VENTURI, Prefeito do Município de Trombudo Central, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas...

CONSIDERANDO a aposentadoria concedida pelo Instituto Nacional de Segurança Social - INSS

RESOLVE:

Art. 1º - EXONERAR a servidora pública municipal Sra. Marli Maria Fernandes Passold, ocupante do cargo de provimento efetivo de Auxiliar de Sala, a partir de 22 de setembro de 2015.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura, revogadas disposições em contrário.

Trombudo Central, 22 de setembro de 2015.

SILVIO VENTURI

Prefeito de Trombudo Central

Esta Portaria foi registrada e publicada no Diário Oficial dos Municípios (DOM/SC).

CATIA REGINA MARANGONI GEREMIAS

Secretária da Educação e do Esporte

359/2015

PORTARIA 359/2015 DE 24 DE SETEMBRO DE 2015.

DESIGNA SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL

SILVIO VENTURI, Prefeito do Município de Trombudo Central, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais que lhes são conferidas...

RESOLVE:

Art. 1º - DESIGNAR o servidor público municipal Sr. FRANCISCO DE CARVALHO, ocupante do cargo de provimento efetivo de Agente de Defesa Civil, a auxiliar no desempenho nas funções junto ao Setor de Tributação, na Secretaria Municipal de Administração e Finanças, a partir de 01 de outubro de 2015 até enquanto se fizer necessário.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, revogadas disposições em contrário.

Trombudo Central, 24 de setembro de 2015.

SILVIO VENTURI

Prefeito de Trombudo Central

Esta Portaria foi publicada e registrada no Diário Oficial dos Municípios (DOM/SC).

MARIANE FERNANDES DA ROSA BONI
Secretária de Administração e Finanças

360/2015

PORTARIA 360/2015 DE 24 DE SETEMBRO DE 2015.

DESIGNA SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL

SILVIO VENTURI, Prefeito do Município de Trombudo Central, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais que lhes são conferidas...

RESOLVE:

Art. 1º - DESIGNAR o servidor público municipal Sr. EDSON STEUCK, ocupante do cargo de provimento efetivo de Auxiliar Administrativo, a auxiliar na etiquetagem mobiliário, entrega de termo de responsabilidade e demais atividades junto ao setor de Patrimônio do município, na Secretaria Municipal de Administração e Finanças, a partir de 24 de outubro de 2015 até enquanto se fizer necessário.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, revogadas disposições em contrário.

Trombudo Central, 24 de setembro de 2015.

SILVIO VENTURI

Prefeito de Trombudo Central

Esta Portaria foi publicada e registrada no Diário Oficial dos Municípios (DOM/SC).

MARIANE FERNANDES DA ROSA BONI
Secretária de Administração e Finanças

361/2015

PORTARIA 361/2015 DE 24 DE SETEMBRO DE 2015.

ATRIBUI RESPONSABILIDADE REFERENTE A MULTAS DE TRÂNSITO.

SILVIO VENTURI, Prefeito do município de Trombudo Central, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas...

CONSIDERANDO: Inúmeras ocorrências, notificações, de multas de trânsito.

RESOLVE:

Art. 1º-Atribuir responsabilidade referente à multa de trânsito, para cobrança com desconto em folha de pagamento á partir do mês de setembro do corrente ano, ao infrator e a respectiva infração abaixo especificada:

MOTORISTA	VEÍCULO	Nº INFRAÇÃO	VALOR
FLAVIO ANTONIO GONÇALVES	MKH8386	T065584678	R\$ 766,16

Art. 2º- A retenção dos valores de que trata o artigo primeiro será efetuada em folha de pagamento em (02) duas parcelas a ser descontado, sendo que uma será no valor de R\$678,48 e outra no valor de R\$87,68 para pagamento da multa.

Art. 3º- Revoga a Portaria de nº332/2015 de 03 de setembro de 2015

Art. 4º-Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas demais disposições em contrário.

Trombudo Central, 24 de setembro de 2015.

SILVIO VENTURI

Prefeito de Trombudo Central

Esta Portaria foi registrada e publicada no Diário Oficial dos Municípios (DOM/SC).

TANIA BINI AZEVEDO WALTRICK
Secretária da Saúde Interina

362/2015

PORTARIA 362/2015 DE 25 DE SETEMBRO DE 2015.

DESIGNA SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL

SILVIO VENTURI, Prefeito do Município de Trombudo Central, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais que lhes são conferidas...

CONSIDERANDO o Art. 2º, da Lei Federal nº 9.452 de 20 de Março de 1997

RESOLVE:

Art. 1º - DESIGNAR a servidora pública municipal Sra. DAIANA BECKER, ocupante do cargo de provimento efetivo de Auxiliar Administrativo, pela responsabilidade em notificar os Partidos Políticos, os Sindicatos de Trabalhadores e as Entidades Empresariais constituídos e estabelecidos no Município de Trombudo Central, acerca da liberação e recebimento de recursos financeiros Federais em favor do Município, e também por Leis, Decretos e Portarias bem como as suas publicações legais a partir do dia 25 de setembro de 2015.

Art. 2º - Revoga a portaria 252/2015 de 22 de maio de 2015.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, revogadas disposições em contrário.

Trombudo Central, 25 de setembro de 2015.

SILVIO VENTURI

Prefeito de Trombudo Central

Esta Portaria foi registrada e publicada no Diário Oficial dos Municípios (DOM/SC).

MARIANE FERNANDES DA ROSA BONI

Secretária de Administração e Finanças Interina

363/2015

PORTARIA 363/15 DE 30 DE SETEMBRO DE 2015.

CONCEDE REVISÃO DE PAGAMENTO DE PENSÃO VITALÍCIA.

HANELORE HEDLER, Prefeita em Exercício do Município de Trombudo Central, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas...

CONSIDERANDO a Portaria 241/2009 de 25 de Fevereiro de 2009 que concede pensão vitalícia, a Portaria 121/12 de 16 de Fevereiro de 2012 que retifica a Portaria 241/2009 de 25 de Fevereiro de 2009 e a Portaria 207 de 07 de abril de 2015, que concede pensão alimentícia;

CONSIDERANDO a decisão judicial proferida pelo Poder Judiciário de Santa Catarina, Juízo do Direito da 2ª Vara do Foro da Comarca de Trombudo Central em conformidade com os autos nº 0300145-87.2015.8.24.0074, de 21 de setembro de 2015;

RESOLVE:

Art. 1º - ACATAR decisão judicial e CONCEDER revisão do benefício da pensão vitalícia em favor da Sra. LUCILENE WILL RAMOS, correspondente a 100% de seus proventos da inatividade, não havendo outros dependentes, até decisão final do Processo.

Art. 2º - O valor da revisão da pensão de que trata o artigo anterior, será de R\$ 5.832,42 (cinco mil, oitocentos e trinta e dois reais e quarenta e dois centavos) a partir do mês de setembro de 2015.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, revogadas disposições em contrário.

Trombudo Central, 30 de setembro de 2015.

HANELORE HEDLER

Prefeita de Trombudo Central em Exercício

Esta Portaria foi registrada e publicada no Diário Oficial dos Municípios (DOM/SC).

MARIANE FERNANDES DA ROSA BONI

Secretaria de Administração e Finanças Interina

364/2015

PORTARIA 364/2015 DE 30 DE SETEMBRO DE 2015.

CONCEDE DIÁRIA A SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL.

HANELORE HEDLER, Prefeita em Exercício do Município de Trombudo Central, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Municipal 1845 de 29 de Julho de 2014.

RESOLVE:

Art. 1º - Fixar em R\$ 430,00 (quatrocentos e trinta reais) referente a 01 (uma diária), a servidora pública municipal Sra. MARIANE FERNANDES DA ROSA BONI, que participou do evento FOMENTA no dia 29 de setembro do corrente ano, no Município de Blumenau, SC.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, revogadas disposições em contrário.

Trombudo Central, 30 de setembro de 2015.

HANELORE HEDLER

Prefeita Municipal em Exercício

Esta Portaria foi registrada e publicada no Diário Oficial dos Municípios (DOM/SC).

MARIANE FERNANDES DA ROSA BONI

Secretária de Administração e Finanças Interina

Tunápolis

PREFEITURA

PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 111/2015 EDITAL DE TOMADA DE PREÇO PARA OBRAS E SERVIÇOS DE ENGENHARIA Nº 10/2015

PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 111/2015

Edital de Tomada de Preço para obras e serviços de engenharia nº 10/2015

O Município de Tunápolis, torna público para o conhecimento dos interessados, que na forma da Lei 8.666, de 21/06/93, se acha aberto o Processo de Licitação, na modalidade de Tomada de Preço tem por objeto a CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA DAS RUAS CAARÓ E SANTO CRISTO DE ACORDO COM O CONTRATO DE REPASSE Nº 814654/2014 MINISTÉRIO DAS CIDADES/CAIXA, PROCESSO Nº2623.1022146-18/2014 E PRÓPRIOS.

Entrega das propostas até as 14h30 do dia 19/10/2015.

Informações do Edital, no Setor de Compras do Município de Tunápolis, ou pelo telefone (0xx49) 3632-1122.

TUNÁPOLIS, SC., 02/10/2015

ENOI SCHERER

PREFEITO MUNICIPAL

PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 112/2015 EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 87/2015

PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 112/2015

Edital de Pregão Presencial nº 87/2015

O Município de Tunápolis, torna público, para o conhecimento dos interessados, que na forma da Lei 8.666, de 21/06/93 e especialmente da Lei 10.520, de 17/07/2002, se acha aberto o Processo de Licitação, na modalidade de Pregão Presencial, pelo julgamento de menor preço por item, para entrega imediata que tem por objeto aquisição de material destinado para as OFICINAS DO SERVIÇO DE CONVIVÊNCIA E FORTALECIMENTO DE VÍNCULOS.

Entrega das propostas até às 9h15min do dia 16/10/2015

Informações do Edital, no Setor de Compras do

Município de Tunápolis, ou pelo telefone(0xx493)632-11-22.

Email: compras@tunapolis.sc.gov.br.

Tunápolis, SC, 02 de outubro de 2015

Enoi Scherer

PREFEITO MUNICIPAL

Urussanga

CÂMARA MUNICIPAL

DECRETO LEGISLATIVO Nº 06, DE 01 DE OUTUBRO DE 2015.

A Mesa Diretora da Câmara Municipal de Urussanga, no uso de suas atribuições e em conformidade ao que dispõe o art. 35, inciso VIII, c/c art. 324, ambos do Regimento Interno, faz saber que o Plenário aprovou e ela promulga o seguinte:

DECRETO LEGISLATIVO Nº 06, DE 01 DE OUTUBRO DE 2015.

OUTORGA MEDALHA DO MÉRITO AO SENHOR JERCI MACCARI, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Art. 1º. É outorgado, nos termos do art. 1º, do Decreto Legislativo nº 09, de 27 de agosto de 2003, Medalha do Mérito ao Senhor Jerci Maccari, pela distinção, notabilidade e relevância de suas atividades como artista plástico, elevando e divulgando o nome do Município de Urussanga ao Brasil e ao Mundo.

Art. 2º. A Mesa Diretora da Câmara Municipal de Urussanga providenciará para que a entrega da honraria de que trata este Decreto Legislativo dê-se em Sessão Solene e Pública.

Art. 3º. Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Câmara Municipal de Urussanga/SC, 01 de outubro de 2015.
Vereadora Daniela P. Visintim
Presidente

Vereador Marcos Roberto Silveira
Vice-Presidente

Vereadora Izoete D. V. Gastaldon
Primeira Secretária

Vereador João Batista Bom
Segundo Secretário

Registrado e publicado o presente Decreto Legislativo no mural da Câmara Municipal e no site www.camaraurussanga.sc.gov.br, ao primeiro dia do mês de outubro do ano de dois mil quinze.

Vereadora Izoete Duarte Vieira Gastaldon
Primeira Secretária

DECRETO LEGISLATIVO Nº 07, DE 01 DE OUTUBRO DE 2015.

A Mesa Diretora da Câmara Municipal de Urussanga, no uso de suas atribuições e em conformidade ao que dispõe o art. 35, inciso VIII, c/c art. 324, ambos do Regimento Interno, faz saber que o Plenário aprovou e ela promulga o seguinte:

DECRETO LEGISLATIVO Nº 07, DE 01 DE OUTUBRO DE 2015.

OUTORGA MEDALHA DO MÉRITO A ALDO BALDIN ("IN MEMORIAM"), E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Art. 1º. É outorgado, nos termos do art. 1º, do Decreto Legislativo nº 09, de 27 de agosto de 2003, Medalha do Mérito a Aldo Baldin ("in memoriam"), pela distinção, notabilidade e relevância de suas atividades como tenor, elevando e divulgando o nome do Município de Urussanga ao Brasil e ao Mundo.

Art. 2º. A Mesa Diretora da Câmara Municipal de Urussanga providenciará para que a entrega da honraria de que trata este Decreto Legislativo dê-se em Sessão Solene e Pública.

Art. 3º. Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Câmara Municipal de Urussanga/SC, 01 de outubro de 2015.
Vereadora Daniela P. Visintim
Presidente

Vereador Marcos Roberto Silveira
Vice-Presidente

Vereadora Izoete D. V. Gastaldon
Primeira Secretária

Vereador João Batista Bom
Segundo Secretário

Registrado e publicado o presente Decreto Legislativo no mural da Câmara Municipal e no site www.camaraurussanga.sc.gov.br, ao primeiro dia do mês de outubro do ano de dois mil quinze.

Vereadora Izoete Duarte Vieira Gastaldon
Primeira Secretária

DECRETO LEGISLATIVO Nº 08, DE 01 DE OUTUBRO DE 2015.

A Mesa Diretora da Câmara Municipal de Urussanga, no uso de suas atribuições e em conformidade ao que dispõe o art. 35, inciso VIII, c/c art. 324, ambos do Regimento Interno, faz saber que o Plenário aprovou e ela promulga o seguinte:

DECRETO LEGISLATIVO Nº 08, DE 01 DE OUTUBRO DE 2015.

OUTORGA TÍTULO HONORÍFICO DE CIDADANIA BENEMÉRITA À SENHORA CLAUDETE SÁVIO SIMAS, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Art. 1º. É outorgado, nos termos do art. 1º, inciso I, alínea "b", do Decreto Legislativo nº 47, de 21 de março de 1995, o título honorífico de Cidadania Benemérita à Senhora Claudete Sávio Simas, em razão dos relevantes serviços prestados ao Município, enquanto Oficial Legislativo da Câmara Municipal de Urussanga.

Art. 2º. A Mesa Diretora da Câmara Municipal de Urussanga providenciará para que a entrega da honraria de que trata este Decreto Legislativo dê-se em Sessão Solene e Pública.

Art. 3º. Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Câmara Municipal de Urussanga/SC, 01 de outubro de 2015.

Vereadora Daniela P. Visintim
Presidente

Vereador Marcos Roberto Silveira
Vice-Presidente

Vereadora Izoete D. V. Gastaldon
Primeira Secretária

Vereador João Batista Bom
Segundo Secretário

Registrado e publicado o presente Decreto Legislativo no mural da Câmara Municipal e no site www.camaraurussanga.sc.gov.br, ao primeiro dia do mês de outubro do ano de dois mil quinze.

Vereadora Izoete Duarte Vieira Gastaldon
Primeira Secretária

DESCONSIDERAÇÃO DE PUBLICAÇÃO**DESCONSIDERAÇÃO DE PUBLICAÇÃO**

Para todos os fins, desconsidera-se a publicação do Extrato de Contrato nº 08/2015, realizada na Edição do Diário Oficial dos Municípios nº 1831 (página nº 483), de 21 de setembro de 2015, haja vista a não efetivação do referido instrumento contratual e da relação jurídica correspondente.

Vidal Ramos

PREFEITURA

PREGÃO REGISTRO DE PREÇOS Nº. 61/2015 MÃO DE OBRA COLOCAÇÃO PAVER

Prefeitura de Vidal Ramos
Prefeitura Municipal de Vidal Ramos
Setor de Compras
PREGÃO Nº. 61/2015

PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇO Nº. 61/2015

OBJETO: EVENTUAL AQUISIÇÃO MÃO DE OBRA PARA PREPARAÇÃO DA BASE, COMPACTAÇÃO E COLOCAÇÃO DO PAVER E MEIO FIO. ENTREGA FRAGMENTADA CONFORME requisição prévia.

REGIMENTO: A Prefeitura Municipal de Vidal Ramos, doravante denominada ENTIDADE DE LICITAÇÃO, por seu pregoeiro designado pela PORTARIA Nº. 14/2013 de 03 de janeiro de 2013, torna público aos interessados, que estará reunida no dia, hora e local abaixo discriminado, a fim de receber, abrir e examinar documentação e propostas de empresas que pretendam participar do PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇOS nº. 61/2015, do tipo MENOR LANCE POR ITEM tudo de conformidade com as regras estipuladas na Lei nº. 10.520, de 17/07/2002, Decreto nº. 3.555, de 08/08/2000, Decreto nº. 3.693 de 20/12/2000, Decreto nº. 3.784 de 06/04/01, Lei nº. 6.474, de 06/08/2002, Decreto nº. 0199, de 09/06/2003, Decreto nº. 2.130/2013, de 29 de abril de 2013 que regulamenta o Sistema de Registro de Preços no município e legislação correlata aplicando-se, subsidiariamente, a Lei 8.666, de 21/06/93, com suas alterações e demais exigências deste Edital.

RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS E ABERTURA DAS PROPOSTAS: dia 14/10/2015, às 16:00 horas

LOCAL: Gabinete da Prefeitura Municipal de Vidal Ramos sita à Avenida Jorge Lacerda, 1180, Centro, Vidal Ramos /SC.

ÁREA RESPONSÁVEL: Departamento de Compras e Licitações

INFORMAÇÕES: A íntegra do Edital, o Decreto que regulamenta a modalidade e esclarecimentos poderão ser obtidos no seguinte endereço: Prefeitura Municipal de Vidal Ramos, Avenida Jorge Lacerda nº. 1180, centro, Setor de Compras nos seguintes horários, das 08:00 às 11:30 e das 13:30 às 17:00 HRS, telefone (47) 3356-2318, email: compras@prefeituravidalramos.com.br.

Vidal Ramos, 01 de outubro de 2015
LAERCIO DA CRUZ
Prefeito Municipal

Videira

PREFEITURA

DECRETO Nº 12.389/15

DECRETO Nº 12.389/15, DE 29 DE SETEMBRO DE 2015.

Concede Aposentadoria por Invalidez, em caráter integral, por determinação judicial - Autos 0500362-39.2012.8.24.0079, com fundamento no art. 40, §1º, inciso I da Constituição Federal, do art. 6º-A da Emenda Constitucional nº 41/2012, inserido pela Emenda Constitucional nº 70/2012 e do art. 27, inciso I da Lei Complementar Municipal nº 23/2002, a servidora NANCY TEREZINHA BRESCIANI, declara a vacância do cargo público e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Orgânica, e à vista do que consta na sentença proferida pelo Juiz de Direito da 2ª Vara Cível da Comarca de Videira nos autos da Ação Ordinária nº 0500362-39.2012.8.24.0079 e do Processo Administrativo INPREVID nº 030/2015.

DECRETA

Art.1º Fica aposentada por Invalidez, em caráter integral, por determinação judicial - autos 0500362-39.2012.8.24.0079, com fundamento no art. 40, §1º, inciso I da Constituição Federal, do art. 6º-A da Emenda Constitucional nº 41/2012, inserido pela Emenda Constitucional nº 70/2012 e do art. 27, inciso I da Lei Complementar Municipal nº 23/2002, a servidora NANCY TEREZINHA BRESCIANI, inscrita no CPF nº 345.472.319-15, RG 788.751 e no PIS/PASEP nº 170.18203.58-7, detentora da matrícula funcional nº 1027, ocupante do cargo de provimento efetivo de Merendeira, do Quadro de Pessoal da Administração Municipal, lotada na Secretaria Municipal de Educação.

Art. 2º Autorizar o pagamento dos proventos de aposentadoria em caráter integral, que corresponderá a 100% (cem por cento) de sua última remuneração-de-contribuição, nos termos fixados na sentença, na data de 01/09/2011, observada a metodologia de cálculo prevista no art. 6º-A da Emenda Constitucional nº 41/2003, inserida pela Emenda Constitucional nº 70/2012, perfazendo inicialmente a importância de R\$ 1.312,85 (um mil, trezentos e doze reais e oitenta e cinco centavos).

Art. 3º O valor inicial dos proventos de aposentadoria estabelecido nos termos do art. 2º deste Decreto, após sofrer a aplicação de todos os índices de revisão e reajustamento concedidos, após a data de 01/09/2011, aos servidores ativos, inclusive quando decorrentes da transformação ou reclassificação do cargo em que se deu a aposentadoria, corresponderá, na posição de 01/10/2015, a R\$ 1.639,94 (Um mil, seiscentos e trinta e nove reais e noventa e quatro centavos), que serão pagos mensalmente pelo INPREVID.

Art. 4º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, estabelecendo seus efeitos a partir de 01/09/2011, conforme sentença - Autos nº 0500362-39.2012.8.24.0079, revogadas as disposições em contrário.

Videira, 29 de setembro de 2015.

WILMAR CARELLI
Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto nesta Secretaria de Administração aos 29 dias do mês de setembro de 2015.

LUCIANE MARIA DOS SANTOS
Secretária de Administração

DECRETO Nº 12.390/15

DECRETO Nº 12.390/15, DE 29 DE SETEMBRO DE 2015.

Concede Aposentadoria por Tempo de Contribuição, em caráter integral, nos termos do art. 6º, da Emenda Constitucional nº 41/2003, a servidora SALETE GIULIANI, declara a vacância do cargo público, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Orgânica e, à vista do que consta do Processo Administrativo INPREVID nº 029/2015.

DECRETA

Art. 1º Fica aposentada por tempo de contribuição, em caráter integral, nos termos do art. 6º da Emenda Constitucional nº 41/2003, a servidora SALETE GIULIANI, inscrita no CPF sob o nº 492.352.069-87, no RG sob nº 858.986 e no PIS/PASEP nº 180.13168.60-9, detentora da matrícula funcional nº 5433, ocupante do cargo de provimento efetivo de Professor, do Quadro de Pessoal da Administração Municipal, lotado na Secretaria Municipal de Educação.

Art. 2º Fica autorizado o pagamento dos proventos de aposentadoria em caráter integral, que corresponderá a 100% (cem por cento) de sua remuneração-de-contribuição, perfazendo a importância de R\$ 2.055,51 (dois mil, cinquenta e cinco reais e cinquenta e um centavos), que serão mensalmente pagos pelo INPREVID.

Art. 3º Fica declarada a vacância do cargo acima especificado, na forma prevista no inciso IV do art. 100 da Lei Complementar Municipal nº 130/12 – Estatuto dos Servidores Públicos Municipais do Magistério.

Art. 4º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, estabelecendo seus efeitos a partir de 01 de outubro de 2015, revogadas as disposições em contrário.

Videira, 29 de setembro de 2015.

WILMAR CARELLI
Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto nesta Secretaria de Administração aos 29 dias do mês de setembro de 2015.

LUCIANE MARIA DOS SANTOS
Secretária de Administração

DECRETO Nº 12.391/15

DECRETO Nº 12.391/15, DE 29 DE SETEMBRO DE 2015.

Concede Aposentadoria por Tempo de Contribuição, em caráter integral, nos termos do art. 3º, da Emenda Constitucional nº 47/2005, a servidora ZENIRA ZIMMERMANN ARIOTTI, declara a vacância do cargo público, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Orgânica e, à vista do que consta

do Processo Administrativo INPREVID nº 031/2015.
DECRETA

Art. 1º Fica aposentada por tempo de contribuição, em caráter integral, nos termos do art. 3º da Emenda Constitucional nº 47/2005, o servidor ZENIRA ZIMMERMANN ARIOTI, inscrita no CPF nº 665.669.599-04, com RG 1.334.654 e no PIS/PASEP nº 120.78404.47-2, detentora da matrícula funcional nº 1507, ocupante do cargo de provimento efetivo de Atendente de Creche, do Quadro de Pessoal da Administração Municipal, lotado na Secretaria Municipal de Educação.

Art. 2º Fica autorizado o pagamento dos proventos de aposentadoria em caráter integral, que corresponderá a 100% (cem por cento) de sua remuneração-de contribuição, perfazendo a importância de R\$ 1.662,79 (um mil, seiscentos e sessenta e dois reais e setenta e nove centavos), que serão mensalmente pagos pelo INPREVID.

Art. 3º Fica declarada a vacância do cargo acima especificado, na forma prevista no inciso IV do art. 100 da Lei Complementar Municipal nº 129/12 – Novo Estatuto dos Servidores Públicos Municipais, excluídos os servidores do Magistério.

Art. 4º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, estabelecendo seus efeitos a partir de 01 de outubro de 2015, revogadas as disposições em contrário.

Videira, 29 de setembro de 2015.
WILMAR CARELLI
Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto nesta Secretaria de Administração aos 29 dias do mês de setembro de 2015.

LUCIANE MARIA DOS SANTOS
Secretária de Administração

DECRETO Nº 12.392/15

DECRETO Nº 12.392/15, DE 29 DE SETEMBRO DE 2015.

Concede Aposentadoria por Tempo de Contribuição, em caráter integral, nos termos do art. 3º, da Emenda Constitucional nº 47/2005, ao servidor EVADIR FERREIRA DE PAULA, declara a vacância do cargo público, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Orgânica e, à vista do que consta do Processo Administrativo INPREVID nº 032/2015.
DECRETA

Art. 1º Fica aposentado por tempo de contribuição, em caráter integral, nos termos do art. 3º da Emenda Constitucional nº 47/2005, o servidor EVADIR FERREIRA DE PAULA, inscrito no CPF nº 195.776.219-53, no RG 581.318-2 e no PIS/PASEP nº 106.26782.70-5, detentor da matrícula funcional nº 1716, ocupante do cargo de provimento efetivo de Motorista IV – Caminhões e Caminhonetes, do Quadro de Pessoal da Administração Municipal, lotado na Secretaria Municipal de Infraestrutura.

Art. 2º Fica autorizado o pagamento dos proventos de aposentadoria em caráter integral, que corresponderá a 100% (cem por cento) de sua remuneração-de contribuição, perfazendo a importância de R\$ 3.426,69 (três mil, quatrocentos e vinte e seis reais e sessenta e nove centavos), que serão mensalmente pagos pelo INPREVID.

Art. 3º Fica declarada a vacância do cargo acima especificado, na forma prevista no inciso IV do art. 100 da Lei Complementar

Municipal nº 129/12 – Novo Estatuto dos Servidores Públicos Municipais, excluídos os servidores do Magistério.

Art. 4º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, estabelecendo seus efeitos a partir de 02 de outubro de 2015, revogadas as disposições em contrário.

Videira, 29 de setembro de 2015.
WILMAR CARELLI
Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto nesta Secretaria de Administração aos 29 dias do mês de setembro de 2015.

LUCIANE MARIA DOS SANTOS
Secretária de Administração

DECRETO Nº 12.393/15

DECRETO Nº 12.393/15, DE 30 DE SETEMBRO DE 2014.

Exonera, a pedido, Empregado Público.

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e, à vista do que consta do Processo Administrativo nº 16791/2015.
RESOLVE

Art. 1º Exonerar, a pedido, FRANCIELLE FICAGNA, a partir de 30 de setembro de 2015, do emprego público de Odontólogo – Estratégia Saúde da Família, nomeada pelo Decreto nº 10.516/13.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09.

Videira, 30 de setembro de 2015.
WILMAR CARELLI
Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto nesta Secretaria de Administração aos 30 dias do mês de setembro de 2015.

LUCIANE MARIA DOS SANTOS
Secretária de Administração

DECRETO Nº 12.394/15

DECRETO Nº 12.394/15, DE 30 DE SETEMBRO DE 2015.

Designa servidora para responder interinamente pela Secretaria Municipal de Saúde e Ação Social.

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais, com fundamento no art. 72, IX c/c artigo 79, IV da Lei Orgânica do Município e a vista do que consta nos Processos Administrativos nº 16.355/15 e 16.681/15;

Considerando que a Secretária Municipal de Saúde e Ação Social afastar-se-á de suas funções, no período de 01 de outubro a 20 de outubro de 2015.

DECRETA

Art. 1º Fica designada a servidora ROSANI LUIZA SCHNEIDER, para responder interinamente pelo cargo de Secretária Municipal de Saúde e Ação Social, no período de 01 de outubro de 2015 a 20

de outubro de 2015.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, produzindo seus efeitos a partir de 01 de outubro de 2015.

Videira, 30 de setembro de 2015.

WILMAR CARELLI

Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto nesta Secretaria de Administração aos 30 dias do mês de setembro de 2015.

LUCIANE MARIA DOS SANTOS

Secretária de Administração

DECRETO Nº 12.396/15

DECRETO Nº 12.396/15, DE 30 DE SETEMBRO DE 2015.

Altera o art. 2º, do Decreto nº 12.337/15, de 27 de agosto de 2015, que Concede Aposentadoria por Invalidez, em caráter proporcional, nos termos do art. 40, § 1º, inciso I da Constituição Federal, do art. 6º-A da Emenda Constitucional nº 41/2003, inserido pela Emenda Constitucional nº 70/2012 e do art. 27, inciso III, da Lei Complementar Municipal nº 023/2002, a servidora MARIZA CASTANHEIRO, declara a vacância do cargo público, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Orgânica e, à vista do que consta do Processo Administrativo nº 16933/2015.

DECRETA

Art. 1º Fica alterado o art. 2º, do Decreto nº 12.337/15, de 28 de agosto de 2015, o qual passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 2º Fica autorizado o pagamento dos proventos de aposentadoria em caráter proporcional, que corresponderá a 80,76% (Oitenta vírgula setenta e seis por cento) de sua última remuneração-de-contribuição, observado o tempo de contribuição apurado, bem como, a metodologia de cálculo prevista no art. 6º-A da Emenda Constitucional nº 41/2003, inserido pela Emenda Constitucional nº 70/2012, perfazendo a importância de R\$ 1.501,81 (um mil, quinhentos e um reais e oitenta e um centavos), que serão mensalmente pagos pelo INPREVID.”

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, retroagindo seus efeitos a 1º de setembro de 2015.

Videira, 30 de setembro de 2015.

WILMAR CARELLI

Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto nesta Secretaria de Administração aos 30 dias do mês de setembro de 2015.

LUCIANE MARIA DOS SANTOS

Secretária de Administração

EDITAL DE CONVOCAÇÃO N. 075/2015

EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 075/15

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais, torna público que fica convocada a candidata abaixo relacionada para, no prazo de 30 (trinta) dias contados do recebimento da convocação, comparecer no Departamento de Pessoal, no Paço Municipal, à Avenida Manoel Roque, nº 188, no Município de Videira/SC, a fim de assumir o cargo para o qual foi nomeada, em razão de aprovação no Concurso Público - Edital nº 002/2014:

CONVOCADO	CARGO	DECRETO NOMEAÇÃO
1. BRUNA SANTIN	TÉCNICO EM VIGILÂNCIA SANITÁRIA	12.384/15, DE 23/09/2015

A convocada deverá apresentar no Departamento de Pessoal na Prefeitura Municipal de Videira, dentro do prazo supramencionado, os seguintes documentos:

- Carteira de Trabalho;
- PIS/PASEP;
- 1 (uma) foto 3x4;
- Comprovante de Residência;
- Declaração de dependentes para Imposto de Renda;
- Cópias: Carteira de Identidade, CPF, Título de Eleitor, Certificado de Reservista, Grupo Sanguíneo, Certidão de Casamento ou Nascimento, Certidão de Nascimento de filhos menores de 14 (quatorze) anos;
- Certidão Negativa de Antecedentes Criminais (Fórum);
- Comprovante de Escolaridade e requisitos (conforme exigido no Edital de Concurso);
- Comprovante de inscrição no órgão de classe (quando exigido no Edital de Concurso).

Apresentar os seguintes exames, para inspeção médica oficial.

- Avaliação Cardiológica;
- Avaliação Neurológica;
- RX Tórax;
- RX coluna lombo sacra ap.p. oblíquas;
- Hemograma;
- VDRL;
- ABO RH;
- Glicemia;
- Ex. Quant. Urina;
- EPF;
- Avaliação Audiométrica;
- Apresentar comprovante de vacina antitetânica;
- Exame Anti-HBS.

Os exames médicos e laboratoriais deverão ser providenciados com a necessária antecedência para possibilitar a realização da perícia médica dentro do prazo de 30 (trinta) dias, contados do recebimento da convocação.

O não atendimento a presente convocação importará na perda do direito à nomeação e no desfazimento do respectivo ato.

Videira, 29 de Setembro de 2015.

WILMAR CARELLI

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 0698/15

PORTARIA nº 0698/15

Interrompe gozo de férias de servidor que especifica

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais, com fundamento no art. 173 da Lei Complementar nº 129/12, e à vista do que consta na Comunicação Interna datada de 02 de setembro de 2015,

RESOLVE

Interromper, para fins de interesse público, pelo período de 1º de outubro de 2015 até 31 de outubro de 2015, o gozo de férias da servidora CRISTINA KLOCK, ocupante do cargo efetivo de Contadora, referente ao período aquisitivo de 16 de julho de 2013 até 15 de julho de 2014.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, produzindo seus efeitos a partir de 1º de outubro de 2015.

Videira, 29 de setembro de 2015.

WILMAR CARELLI

Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração aos 29 dias do mês de setembro de 2015.

LUCIANE MARIA DOS SANTOS

Secretária de Administração

PORTARIA Nº 0700/15

PORTARIA nº 0700/15

Concede Promoção por Merecimento

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e com fundamento no artigo 38, inciso II da Lei Complementar nº 118/2011, de 21 de dezembro de 2011,

RESOLVE

Conceder Promoção por Merecimento, ao servidor CAETANO FIORELLI, Trabalhador Braçal, da referência "N" para a referência "O", relativa ao período de avaliação de 1º de março de 2014 até 1º de setembro de 2015.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, retroagindo seus efeitos a 1º de setembro de 2015.

Videira, 29 de setembro de 2015.

WILMAR CARELLI

Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração aos 29 dias do mês de setembro de 2015.

LUCIANE MARIA DOS SANTOS

Secretária de Administração

PORTARIA Nº 0701/15

PORTARIA nº 0701/15

Concede Promoção por Merecimento

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e com fundamento no artigo 38, inciso II da Lei Complementar nº 118/2011, de 21 de dezembro de 2011,

RESOLVE

Conceder Promoção por Merecimento, à servidora CELIA RAGADALLI, Auxiliar de Serviços Gerais, da referência "E" para a referência "F", relativa ao período de avaliação de 03 de março de 2014 até 03 de setembro de 2015.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, retroagindo seus efeitos a 03 de setembro de 2015.

Videira, 29 de setembro de 2015.

WILMAR CARELLI

Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração aos 29 dias do mês de setembro de 2015.

LUCIANE MARIA DOS SANTOS

Secretária de Administração

PORTARIA Nº 0702/15

PORTARIA nº 0702/15

Concede Promoção por Merecimento

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e com fundamento no artigo 38, inciso II da Lei Complementar nº 118/2011, de 21 de dezembro de 2011,

RESOLVE

Conceder Promoção por Merecimento, ao servidor CLODOMIR GHELLER, Trabalhador Braçal, da referência "N" para a referência "O", relativa ao período de avaliação de 1º de março de 2014 até 1º de setembro de 2015.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, retroagindo seus efeitos a 1º de setembro de 2015.

Videira, 29 de setembro de 2015.

WILMAR CARELLI

Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração aos 29 dias do mês de setembro de 2015.

LUCIANE MARIA DOS SANTOS

Secretária de Administração

PORTARIA Nº 0703/15

PORTARIA nº 0703/15

Concede Promoção por Merecimento

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e com fundamento no artigo 38, inciso II da Lei Complementar nº 118/2011, de 21 de dezembro de 2011,

RESOLVE

Conceder Promoção por Merecimento, ao servidor CLOVIS ROBERTO HEEMANN, Trabalhador Braçal, da referência "N" para a referência "O", relativa ao período de avaliação de 1º de março de 2014 até 1º de setembro de 2015.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, retroagindo seus efeitos a 1º de setembro de 2015.

Videira, 29 de setembro de 2015.

WILMAR CARELLI

Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração aos 29 dias do mês de setembro de 2015.

LUCIANE MARIA DOS SANTOS

Secretária de Administração

PORTARIA Nº 0704/15

PORTARIA nº 0704/15

Concede Promoção por Merecimento

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e com fundamento no artigo 38, inciso II da Lei Complementar nº 118/2011, de 21 de dezembro de 2011,

RESOLVE

Conceder Promoção por Merecimento, à servidora IVETE BRESOLIN, Auxiliar de Serviços Gerais, da referência "E" para a referência "F", relativa ao período de avaliação de 03 de março de 2014 até 03 de setembro de 2015.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, retroagindo seus efeitos a 03 de setembro de 2015.

Videira, 29 de setembro de 2015.

WILMAR CARELLI

Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração aos 29 dias do mês de setembro de 2015.

LUCIANE MARIA DOS SANTOS

Secretária de Administração

PORTARIA Nº 0705/15

PORTARIA nº 0705/15

Concede Promoção por Merecimento

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e com fundamento no artigo 38, inciso II da Lei Complementar nº 118/2011, de 21 de dezembro de 2011,

RESOLVE

Conceder Promoção por Merecimento, à servidora IVONETE LOURDES DA SILVA, Auxiliar de Serviços Gerais, da referência "E" para a referência "F", relativa ao período de avaliação de 17 de março de 2014 até 17 de setembro de 2015.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, retroagindo seus efeitos a 17 de setembro de 2015.

Videira, 29 de setembro de 2015.

WILMAR CARELLI

Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração aos 29 dias do mês de setembro de 2015.

LUCIANE MARIA DOS SANTOS

Secretária de Administração

PORTARIA Nº 0706/15

PORTARIA nº 0706/15

Concede Promoção por Merecimento

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e com fundamento no artigo 38, inciso II da Lei Complementar nº 118/2011, de 21 de dezembro de 2011,

RESOLVE

Conceder Promoção por Merecimento, à servidora IZABEL APARECIDA BALBINOT, Agente Administrativo II, da referência "E" para a referência "F", relativa ao período de avaliação de 1º de março de 2014 até 1º de setembro de 2015.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, retroagindo seus efeitos a 1º de setembro de 2015.

Videira, 29 de setembro de 2015.

WILMAR CARELLI

Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração aos 29 dias do mês de setembro de 2015.

LUCIANE MARIA DOS SANTOS

Secretária de Administração

PORTARIA Nº 0707/15

PORTARIA nº 0707/15

Concede Promoção por Merecimento

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e com fundamento no artigo 38, inciso II da Lei Complementar nº 118/2011, de 21 de dezembro de 2011,

RESOLVE

Conceder Promoção por Merecimento, ao servidor JACIR ANTONIO PEREIRA DA SILVA, Trabalhador Braçal, da referência "L" para a referência "M", relativa ao período de avaliação de 1º de março de 2014 até 15 de setembro de 2015.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, retroagindo seus efeitos a 15 de setembro de 2015.

Videira, 29 de setembro de 2015.

WILMAR CARELLI

Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração aos 29 dias do mês de setembro de 2015.

LUCIANE MARIA DOS SANTOS

Secretária de Administração

PORTARIA Nº 0708/15

PORTARIA nº 0708/15

Concede Promoção por Merecimento

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e com fundamento no artigo 38, inciso II da Lei Complementar nº 118/2011, de 21 de dezembro de 2011,

RESOLVE

Conceder Promoção por Merecimento, ao servidor MARCELO CAPPARELLI ANDRADE, Auxiliar de Enfermagem, da referência "N" para a referência "O", relativa ao período de avaliação de 1º de março de 2014 até 1º de setembro de 2015.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, retroagindo seus efeitos a 1º de setembro de 2015.

Videira, 29 de setembro de 2015.

WILMAR CARELLI

Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração aos 29 dias do mês de setembro de 2015.

LUCIANE MARIA DOS SANTOS

Secretária de Administração

PORTARIA Nº 0710/15

PORTARIA nº 0710/15

Concede Promoção por Merecimento

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e com fundamento no artigo 38, inciso II da Lei Complementar nº 118/2011, de 21 de dezembro de 2011,

RESOLVE

Conceder Promoção por Merecimento, à servidora MARILENE CERIGHIELI DUTRA, Auxiliar de Enfermagem, da referência "N" para a referência "O", relativa ao período de avaliação de 1º de março de 2014 até 1º de setembro de 2015.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, retroagindo seus efeitos a 1º de setembro de 2015.

Videira, 29 de setembro de 2015.

WILMAR CARELLI

Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração aos 29 dias do mês de setembro de 2015.

LUCIANE MARIA DOS SANTOS

Secretária de Administração

PORTARIA Nº 0711/15

PORTARIA nº 0711/15

Concede Promoção por Merecimento

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e com fundamento no artigo 38, inciso II da Lei Complementar nº 118/2011, de 21 de dezembro de 2011,

RESOLVE

Conceder Promoção por Merecimento, à servidora MARLI APARECIDA DA SILVA SCHMITT, Auxiliar de Enfermagem, da referência "N" para a referência "O", relativa ao período de avaliação de 1º de março de 2014 até 1º de setembro de 2015.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, retroagindo seus efeitos a 1º de setembro de 2015.

Videira, 29 de setembro de 2015.

WILMAR CARELLI

Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração aos 29 dias do mês de setembro de 2015.

LUCIANE MARIA DOS SANTOS

Secretária de Administração

PORTARIA Nº 0712/15

PORTARIA nº 0712/15

Concede Promoção por Merecimento

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e com fundamento no artigo 38, inciso II da Lei Complementar nº 118/2011, de 21 de dezembro de 2011,

RESOLVE

Conceder Promoção por Merecimento, à servidora MARLI TEREZINHA KOHLER DE OLIVEIRA, Auxiliar de Enfermagem, da referência "N" para a referência "O", relativa ao período de avaliação de 1º de março de 2014 até 1º de setembro de 2015.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, retroagindo seus efeitos a 1º de setembro de 2015.

Videira, 29 de setembro de 2015.

WILMAR CARELLI

Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração aos 29 dias do mês de setembro de 2015.

LUCIANE MARIA DOS SANTOS

Secretária de Administração

PORTARIA Nº 0713/15

PORTARIA nº 0713/15

Concede Promoção por Merecimento

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e com fundamento no artigo 38, inciso II da Lei Complementar nº 118/2011, de 21 de dezembro de 2011,

RESOLVE

Conceder Promoção por Merecimento, à servidora MIRIAN ESTER WUNSCH ROSTIROLLA, Enfermeira, da referência "E" para a referência "F", relativa ao período de avaliação de 02 de março de 2014 até 02 de setembro de 2015.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, retroagindo seus efeitos a 02 de setembro de 2015.

Videira, 29 de setembro de 2015.

WILMAR CARELLI

Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração aos 29 dias do mês de setembro de 2015.

LUCIANE MARIA DOS SANTOS

Secretária de Administração

PORTARIA Nº 0714/15

PORTARIA nº 0714/15

Concede Promoção por Merecimento

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e com fundamento no artigo 38, inciso II da Lei Complementar nº 118/2011, de 21 de dezembro de 2011,

RESOLVE

Conceder Promoção por Merecimento, à servidora SUZETE APARECIDA ACADROLI, Auxiliar de Serviços Gerais, da referência "E" para a referência "F", relativa ao período de avaliação de 07 de março de 2014 até 07 de setembro de 2015.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, retroagindo seus efeitos a 07 de setembro de 2015.

Videira, 29 de setembro de 2015.

WILMAR CARELLI

Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração aos 29 dias do mês de setembro de 2015.

LUCIANE MARIA DOS SANTOS

Secretária de Administração

PORTARIA Nº 0715/15

PORTARIA nº 0715/15

Concede Promoção por Merecimento

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e com fundamento no artigo 38, inciso II da Lei Complementar nº 118/2011, de 21 de dezembro de 2011,

RESOLVE

Conceder Promoção por Merecimento, ao servidor WEUSLEY WILLIAN DE PAULA, Agente Administrativo II, da referência "E" para a referência "F", relativa ao período de avaliação de 03 de março de 2014 até 03 de setembro de 2015.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, retroagindo seus efeitos a 03 de setembro de 2015.

Videira, 29 de setembro de 2015.

WILMAR CARELLI

Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração aos 29 dias do mês de setembro de 2015.

LUCIANE MARIA DOS SANTOS

Secretária de Administração

PORTARIA Nº 0715/15

PORTARIA nº 0716/15

Concede Licença Maternidade

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e com fundamento no art. 216, da Lei Complementar nº 129/12, e a vista do que consta no Mem 114/15, do Departamento Pessoal;

RESOLVE

Conceder Licença Maternidade de 120 (cento e vinte) dias à servidora FRANCIELI APARECIDA VIZZOLI, Assistente Social, a partir do dia 23 de setembro de 2015 até 20 de janeiro de 2016.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, retroagindo seus efeitos a 23 de setembro de 2015.

Videira, 29 de setembro de 2015.

WILMAR CARELLI

Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração aos 29 dias do mês de setembro de 2015.

LUCIANE MARIA DOS SANTOS

Secretária de Administração

PORTARIA Nº 0717/15

PORTARIA nº 0717/15

Nomeia Comissão Municipal de Recebimento de Mercadorias e Serviços, exceto os de Engenharia.

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e com fundamento no art. 72, IX, da Lei Orgânica do Município e na Portaria nº 0752/01, e a vista do que consta na comunicação interna nº 276/15, da Secretaria Municipal de Turismo e Cultura;

RESOLVE

Art. 1º Designar os servidores JOSYANE SCHULER, JOSÉ RENATO BORGES, CAROLINE MARTELLO, YURI HENTZ, ILIANA AURORA DOS SANTOS SCHÜLER, MARIA DE LURDES ZAGO, DAVID CORDEIRO SCHMIDT, EFREM NAOR DOS SANTOS MOURA, IDIANE CAETANO GONÇALVES, LEONILDE MARIA BONETTI RIBEIRO, GLEICIELLY KELLY DE LIMA e FÁBIO BOLZAN para comporem a Comissão Municipal de Recebimento de Mercadorias e Serviços, exceto os de Engenharia, a fim de fiscalizarem, conferirem e verificarem, no ato da entrega pelos fornecedores, a quantidade e qualidade das mercadorias e serviços licitados para a Secretaria Municipal de Turismo e Cultura.

§ 1º O referido recebimento deverá ser efetuado por no mínimo 3 (três) membros da Comissão.

§ 2º O recebimento definitivo será precedido, quando for o caso, do recebimento provisório, nos termos da Legislação.

§ 3º Quando se fizer necessário conhecimento de alta especialização, a comissão poderá assessorar-se de pessoas aptas a prestá-lo.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, revogadas as

disposições em contrário, em especial a Portaria nº 697/13.

Videira, 29 de setembro de 2015.

WILMAR CARELLI

Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração aos 29 dias do mês de setembro de 2015.

LUCIANE MARIA DOS SANTOS

Secretária de Administração

PORTARIA Nº 0718/15

PORTARIA nº 0718/15

Concede Licença Prêmio

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e com fundamento no art. 221 da Lei Complementar nº 129/12 e, à vista do que consta no Processo Administrativo nº 16770/2015,

RESOLVE

Conceder Licença Prêmio de 03 (três) meses ao servidor AIRTO LORECI ZONTA, Motorista II Ambulância, a partir de 02 de novembro de 2015 até 2 de fevereiro de 2016, referente ao quinquênio de 1º de julho de 2004 até 30 de junho de 2009.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, produzindo seus efeitos a partir de 02 de novembro de 2015.

Videira, 30 de setembro de 2015.

WILMAR CARELLI

Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração aos 30 dias do mês de setembro de 2015.

LUCIANE MARIA DOS SANTOS

Secretária de Administração

TOMADA DE PREÇOS Nº 20/2015 - PMV

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE VIDEIRA

TOMADA DE PREÇOS Nº 20/2015 – PMV

O Prefeito Municipal de Videira comunica aos interessados que se encontra aberta Tomada de Preços para CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA REALIZAR CONCLUSÃO DA AMPLIAÇÃO E REFORMA NO C.E.ME.I. (CENTRO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO INFANTIL) DIONÍSIO ROBASKEVICZ E REFORMA GERAL E AMPLIAÇÃO DO C.E.ME.I. (CENTRO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO INFANTIL) GIOVANA LOCATELLI DE ACORDO COM MEMORIAIS E PROJETOS ANEXOS. SECRETARIA DE EDUCAÇÃO. As propostas e documentos serão recebidos até as 13h00min do dia 21 de outubro de 2015. O Edital em inteiro teor encontra-se à disposição dos interessados na home page: www.videira.sc.gov.br, link "Licitações", sendo que os interessados poderão obter a cópia impressa junto ao Departamento de Licitações, mediante o pagamento de taxa no valor de R\$ 30,00 (trinta reais). Informações na Avenida Manoel Roque, nº 188, no horário das 12h30min às 18h30min ou pelos telefones (49) 3566-9026/3566-9032.

Videira/SC, 01 de Outubro de 2015.

WILMAR CARELLI

Prefeito Municipal

Xanxerê

PREFEITURA

1 ADITIVO AO CONTRATO Nº 0137/2014

1º Aditivo ao Contrato nº 0137/2014

Contratante: Município de Xanxerê.

Contratado: Fae Suprimentos e Locação de Sistemas Ltda Me.

Objeto: Locação e Suporte de Software para o controle Interno.

Fica prorrogado o prazo de vigência até 18/09/2016, contados a partir de 19/09/2015.

Xanxerê-SC, 18 de setembro de 2015. Ademir J. Gasparini - Pref. Municipal.

1 ADITIVO AO CONTRATO Nº 0142/2014

Extrato 1º Aditivo ao Contrato nº 0142/2014

Contratante: Município de Xanxerê.

Contratado: Transportes Martins Me

Objeto: Serviços de Transporte Escolar nas linhas 05 e 07.

Fica prorrogado o prazo de vigência do contrato originário por mais 12 meses contados a partir de 01/10/2015 vigorando até 30/09/2016.

Xanxerê-SC, 30 de setembro de 2015. Ademir J. Gasparini - Prefeito Municipal.

1 ADITIVO AO CONTRATO Nº 0143/2014

Extrato 1º Aditivo ao Contrato nº 0143/2014

Contratante: Município de Xanxerê.

Contratado: Transportes Formiga Ltda Me

Objeto: Serviços de Transporte Escolar na linha 06.

Fica prorrogado o prazo de vigência do contrato originário por mais 12 meses contados a partir de 01/10/2015 vigorando até 30/09/2016.

Xanxerê-SC, 30 de setembro de 2015. Ademir J. Gasparini - Prefeito Municipal.

1 ADITIVO AO CONTRATO Nº 0144/2014

Extrato 1º Aditivo ao Contrato nº 0144/2014

Contratante: Município de Xanxerê.

Contratado: BV Transportes Ltda

Objeto: Serviços de Transporte Escolar na linha 09.

Fica prorrogado o prazo de vigência do contrato originário por mais 12 meses contados a partir de 01/10/2015 vigorando até 30/09/2016.

Xanxerê-SC, 30 de setembro de 2015. Ademir J. Gasparini - Prefeito Municipal.

1 ADITIVO AO CONTRATO Nº 0145/2014

Extrato 1º Aditivo ao Contrato nº 0145/2014

Contratante: Município de Xanxerê.

Contratado: Transportes Rodigheri Ltda Me.

Objeto: Serviços de Transporte Escolar na linha 11.

Fica prorrogado o prazo de vigência do contrato originário por mais 12 meses contados a partir de 01/10/2015 vigorando até 30/09/2016.

Xanxerê-SC, 30 de setembro de 2015. Ademir J. Gasparini - Prefeito Municipal.

1 ADITIVO AO CONTRATO Nº 0146/2014

Extrato 1º Aditivo ao Contrato nº 0146/2014

Contratante: Município de Xanxerê.

Contratado: Transportes Abitur Ltda Me

Objeto: Serviços de Transporte Escolar nas linhas 12 e 19.

Fica prorrogado o prazo de vigência do contrato originário por mais 12 meses contados a partir de 01/10/2015 vigorando até 30/09/2016.

Xanxerê-SC, 30 de setembro de 2015. Ademir J. Gasparini - Prefeito Municipal.

1 ADITIVO AO CONTRATO Nº 0148/2014

Extrato 1º Aditivo ao Contrato nº 0148/2014

Contratante: Município de Xanxerê.

Contratado: Amirton Carlos Baseggio.

Objeto: Serviços de Transporte Escolar na linha 16.

Fica prorrogado o prazo de vigência do contrato originário por mais 12 meses contados a partir de 01/10/2015 vigorando até 30/09/2016.

Xanxerê-SC, 30 de setembro de 2015. Ademir J. Gasparini - Prefeito Municipal.

1 ADITIVO AO CONTRATO Nº 0151/2014

Extrato 1º Aditivo ao Contrato nº 0151/2014

Contratante: Município de Xanxerê.

Contratado: Deoclides Francisco Piovezani Me

Objeto: Serviços de Transporte Escolar na linha 25.

Fica prorrogado o prazo de vigência do contrato originário por mais 12 meses contados a partir de 01/10/2015 vigorando até 30/09/2016.

Xanxerê-SC, 30 de setembro de 2015. Ademir J. Gasparini - Prefeito Municipal.

1 ADITIVO AO CONTRATO Nº 0152/2014

Extrato 1º Aditivo ao Contrato nº 0152/2014

Contratante: Município de Xanxerê.

Contratado: Sidinei Luiz Abido.

Objeto: Serviços de Transporte Escolar na linha 32.

Fica prorrogado o prazo de vigência do contrato originário por mais 12 meses contados a partir de 01/10/2015 vigorando até 30/09/2016.

Xanxerê-SC, 30 de setembro de 2015. Ademir J. Gasparini - Prefeito Municipal.

1 ADITIVO AO CONTRATO Nº 0153/2014

Extrato 1º Aditivo ao Contrato nº 0153/2014

Contratante: Município de Xanxerê.

Contratado: Suzimara de Villa

Objeto: Serviços de Transporte Escolar na linha 24.

Fica prorrogado o prazo de vigência do contrato originário por mais 12 meses contados a partir de 01/10/2015 vigorando até 30/09/2016.

Xanxerê-SC, 30 de setembro de 2015. Ademir J. Gasparini - Prefeito Municipal.

1 ADITIVO AO CONTRATO Nº 0154/2014

Extrato 1º Aditivo ao Contrato nº 0154/2014

Contratante: Município de Xanxerê.

Contratado: Edipo Fernando Gaio

Objeto: Serviços de Transporte Escolar na linha 36.

Fica prorrogado o prazo de vigência do contrato originário por mais 12 meses contados a partir de 01/10/2015 vigorando até 30/09/2016.

Xanxerê-SC, 30 de setembro de 2015. Ademir J. Gasparini - Prefeito Municipal.

1 ADITIVO AO CONTRATO Nº 0155/2014

Extrato 1º Aditivo ao Contrato nº 0155/2014

Contratante: Município de Xanxerê.

Contratado: Leandro Busnello Moreira.

Objeto: Serviços de Transporte Escolar na linha 37.

Fica prorrogado o prazo de vigência do contrato originário por mais 12 meses contados a partir de 01/10/2015 vigorando até 30/09/2016.

Xanxerê-SC, 30 de setembro de 2015. Ademir J. Gasparini - Prefeito Municipal.

1 ADITIVO AO CONTRATO Nº 0156/2014

Extrato 1º Aditivo ao Contrato nº 0156/2014

Contratante: Município de Xanxerê.

Contratado: Marcelo Rodrigues de Freitas

Objeto: Serviços de Transporte Escolar na linha 38.

Fica prorrogado o prazo de vigência do contrato originário por mais 12 meses contados a partir de 01/10/2015 vigorando até 30/09/2016.

Xanxerê-SC, 30 de setembro de 2015. Ademir J. Gasparini - Prefeito Municipal.

2 ADITIVO AO CONTRATO Nº 0139/2014

Extrato 2º Aditivo ao Contrato nº 0139/2014

Contratante: Município de Xanxerê.

Contratado: Ivanir Pavoni Me.

Objeto: Serviços de Transporte Escolar nas linhas 02 e 27.

Fica prorrogado o prazo de vigência do contrato originário por mais 12 meses contados a partir de 01/10/2015 vigorando até 30/09/2016.

Xanxerê-SC, 30 de setembro de 2015. Ademir J. Gasparini - Prefeito Municipal.

2 ADITIVO AO CONTRATO Nº 0140/2014

Extrato 2º Aditivo ao Contrato nº 0140/2014

Contratante: Município de Xanxerê.

Contratado: Josemar Zonatto Me

Objeto: Serviços de Transporte Escolar na linha 34.

Fica prorrogado o prazo de vigência do contrato originário por mais 12 meses contados a partir de 01/10/2015 vigorando até 30/09/2016.

Xanxerê-SC, 30 de setembro de 2015. Ademir J. Gasparini - Prefeito Municipal.

2 ADITIVO AO CONTRATO Nº 0147/2014

Extrato 2º Aditivo ao Contrato nº 0147/2014

Contratante: Município de Xanxerê.

Contratado: Mascarello, Fontana & Cia Ltda Epp

Objeto: Serviços de Transporte Escolar na linha 15.

Fica prorrogado o prazo de vigência do contrato originário por mais 12 meses contados a partir de 01/10/2015 vigorando até 30/09/2016.

Xanxerê-SC, 30 de setembro de 2015. Ademir J. Gasparini - Prefeito Municipal.

2 ADITIVO AO CONTRATO Nº 0149/2014

Extrato 2º Aditivo ao Contrato nº 0149/2014

Contratante: Município de Xanxerê.

Contratado: Transportes Wild Beast Volley Ball Ltda Me.

Objeto: Serviços de Transporte Escolar na linha 35.

Fica prorrogado o prazo de vigência do contrato originário por mais 12 meses contados a partir de 01/10/2015 vigorando até 30/09/2016.

Xanxerê-SC, 30 de setembro de 2015. Ademir J. Gasparini - Prefeito Municipal.

2 ADITIVO AO CONTRATO Nº 0150/2014

Extrato 2º Aditivo ao Contrato nº 0150/2014

Contratante: Município de Xanxerê.

Contratado: Gilmar Antonio Verardo Me

Objeto: Serviços de Transporte Escolar nas linhas 23 e 31.

Fica prorrogado o prazo de vigência do contrato originário por mais 12 meses contados a partir de 01/10/2015 vigorando até 30/09/2016.

Xanxerê-SC, 30 de setembro de 2015. Ademir J. Gasparini - Prefeito Municipal.

3 ADITIVO AO CONTRATO Nº 0113/2014

Extrato 3º Aditivo ao Contrato nº 0113/2014

Contratante: O Município de Xanxerê.

Contratado: Setep Construções S.A.

Objeto: Pavimentação asfáltica, drenagem pluvial e sinalização viária sobre terra da Estrada Municipal XRE 705, Linha São Sebastião, com extensão de 400 m.

Fica prorrogado o prazo de vigência do contrato originário por mais 60 dias, contados a partir de 25 de setembro de 2015 vigorando até 23 de novembro de 2015, conforme requerimento anexo ao termo aditivo.

Xanxerê-SC, 24 de setembro de 2015. Ademir J Gasparini - Prefeito Municipal.

3 ADITIVO AO CONTRATO Nº 0157/2014

Extrato 3º Aditivo ao Contrato nº 0157/2014

Contratante: Município de Xanxerê.

Contratado: Transportes Cambuin Ltda Me

Objeto: Serviços de Transporte Escolar nas linhas 03, 10, 20, 21, 22 e 26.

Fica prorrogado o prazo de vigência do contrato originário por mais 12 meses contados a partir de 01/10/2015 vigorando até 30/09/2016.

Xanxerê-SC, 30 de setembro de 2015. Ademir J. Gasparini - Prefeito Municipal.

AVISO DE REABERTURA PRAZO PR 0074/2015**AVISO DE REABERTURA DE PRAZO**

O MUNICÍPIO DE XANXERÊ-SC, nos termos da Lei Federal nº 10.520/02 e suas alterações, torna público que está reabrindo o prazo de abertura do Pregão Presencial nº 0074/2015, tendo como objeto a Contratação de Seguro Total e Seguro contra Terceiros para os veículos da Frota Municipal, em virtude de Alteração no Anexo I do Edital. O recebimento as propostas será até às 13:45h, do dia 15 de outubro de 2015, no setor de protocolo e a abertura será realizada às 14:00h do mesmo dia. Retirada do Edital e Alteração no site www.xanxere.sc.gov.br. Xanxerê-SC, 01 de outubro de 2015. Ademir José Gasparini – Prefeito Municipal.

EXTRATO 5º ADITIVO AO CONTRATO 0062/2013

Extrato 5º Aditivo ao Contrato nº 0062/2013

Contratante: Município de Xanxerê.

Contratado: Continental Obras e Serviços Ltda.

Objeto: prestação dos serviços de coleta de lixo urbano, seletiva e resíduos de serviços de saúde, varrição, roçada, limpeza da praça, banheiros públicos, FEMI, entre outros.

Fica suprimido em 50% o valor mensal dos serviços do item 04 (equipe padrão), suprimido em 33% o valor mensal dos serviços do item 05 (equipe roçada) e suprimido em 100% o valor mensal dos serviços do item 6 (Serviços de capina e varrição mecânica).

Fica prorrogado o prazo de vigência do contrato originário, por mais 12 (doze) meses, contados a partir de 01/10/15 vigorando até 30/09/16.

Xanxerê-SC, 28 de setembro de 2015 - Ademir José Gasparini - Prefeito Municipal.

EXTRATO RESCISAO CONTRATO 0023/2015

Extrato de Rescisão Contrato de Locação nº 0023/2015

Locatário: O Município de Xanxerê.

Locador: JCI Xanxerê

Objeto: Locação do Ginásio Cajurê destinado ao Programa "Escolinhas Desportivas" e Projeto PAF (Programa Sesi Atleta do Futuro). Fica rescindido o contrato de Locação a partir de 01 de outubro de 2015.

Xanxerê-SC, 28 de setembro de 2015. Ademir J. Gasparini – Prefeito Municipal.

LEI Nº AJG 3772/2015

LEI Nº 3772/2015

(Origem Projeto de Lei Nº 010/2015 - Legislativo)

DISPÕE SOBRE A RESPONSABILIDADE DA DESTINAÇÃO E PROCEDIMENTOS DE LOGÍSTICA REVERSA DE RESÍDUOS PERIGOSOS NO MUNICÍPIO DE XANXERÊ, SC

ADEMIR JOSÉ GASPARINI, Prefeito Municipal de Xanxerê/SC, no uso das atribuições de seu cargo, FAZ SABER a todos os habitantes do município que a Câmara Municipal de Vereadores votou, aprovou e ele sanciona a seguinte

LEI

Art. 1. O Poder Executivo Municipal fiscalizará o sistema de logística reversa de resíduos sólidos perigosos no Município de Xanxerê.

Art. 2. Esta Lei articula-se com o Decreto 7.404/10 que regulamenta a Lei nº 12.305/10, Política Nacional de Resíduos Sólidos.

Art. 3. Para efeitos desta lei consideram-se resíduos perigosos:

I – pilhas, baterias e outros acumuladores de energia, bem como os produtos que contenham pilhas e baterias integradas à sua estrutura de forma não-removível;

II - lâmpadas fluorescentes, de vapor de sódio e mercúrio de luz mista;

III – equipamentos e componentes eletrônicos;

IV – pneumáticos;

V – óleos lubrificantes, graxas, tintas, solventes, bem como suas embalagens;

VI – óleos vegetais;

VII – embalagens de agrotóxicos;

VIII - aqueles que pela sua composição qualitativa ou quantitativa, exijam cuidados especiais no acondicionamento, coleta, transporte e disposição final porque possuem características tóxicas.

Parágrafo Único - A relação de resíduos perigosos contida neste artigo poderá ser alterada, a critério do órgão de controle ambiental, que fixará prazo aos responsáveis para a adequação do gerenciamento dos resíduos conforme regulamentação por meio de decreto.

Art. 4. Fica estabelecido que os consumidores são os responsáveis por acondicionar adequadamente e de forma diferenciada os resíduos sólidos perigosos e a encaminhá-los para coleta ou devolução, devendo o comércio local receber os resíduos e encaminhá-los para os seus distribuidores e/ou fabricantes, ou ainda para empresas reutilizadoras e/ou recicladoras, fechando o ciclo de vida dos produtos que geraram estes resíduos.

Parágrafo 1º - Para o cumprimento do disposto os fabricantes, os importadores, os distribuidores e comerciantes de produtos e embalagens que geram resíduos classificados como perigosos deverão estruturar e implementar sistemas de logística reversa, mediante o retorno dos produtos após o uso pelo consumidor, de forma independente do serviço público de limpeza urbana e manejo dos resíduos sólidos, devendo:

I - criar Centros de Recepção para a coleta do resíduo, devidamente sinalizado e divulgado, ficando responsáveis por receber os produtos e embalagens;

II - estabelecer formas de recepção, acondicionamento, transporte, armazenamento, reciclagem, tratamento e disposição final destes produtos, visando a garantir a proteção da saúde pública e a qualidade ambiental;

Parágrafo 2º - Os consumidores deverão efetuar a devolução após o uso, aos comerciantes ou distribuidores, dos produtos e das embalagens a que se referem os incisos do caput e de outros produtos ou embalagens objeto de logística reversa.

Parágrafo 3º - Os comerciantes e distribuidores deverão efetuar a devolução aos fabricantes ou aos importadores dos produtos e embalagens reunidos ou devolvidos na forma dos §§ 1º e 2º.

Parágrafo 4º - Os fabricantes e os importadores darão destinação ambientalmente adequada aos produtos e às embalagens reunidos ou devolvidos, na forma estabelecida pelo órgão competente do SISNAMA e pela Legislação Federal, Estadual e/ou Municipal vigente.

Art. 5. A concessão de liberação/renovação do alvará de funcionamento para os estabelecimentos que atuem com resíduos perigosos ficará vinculada a comprovação da destinação final do passivo gerado ou adquirido.

Parágrafo Único - A comprovação da destinação deverá ser feita perante o órgão de controle ambiental competente a qual será estabelecido por meio de decreto municipal as formas de comprovação e os documentos necessários.

Art. 6. Caberá ao município através do Órgão Colegiado, proporcionar informação e orientação ao comércio local quanto a prática da logística reversa.

SEÇÃO I - DAS PILHAS E BATERIAS

Art. 7º - Os estabelecimentos que comercializam pilhas e baterias, bem como a rede de assistência técnica autorizada pelos fabricantes, importadores e distribuidores desses produtos, deverão receber dos usuários as pilhas e baterias usadas, respeitando o mesmo princípio ativo, sendo facultativa a recepção de outras marcas, para repasse aos respectivos fabricantes ou importadores.

Parágrafo 1º - Os estabelecimentos comerciais referidos no caput deverão instalar recipientes de coleta de pilhas e baterias em locais visíveis e de fácil acesso, além de efetuar a sua manutenção e recolhimento dos produtos neles armazenados, de forma organizada e supervisionada pelo Poder Público.

Parágrafo 2º - As pilhas e baterias, nacionais e importadas, usadas ou inservíveis, recebidas pelos estabelecimentos comerciais ou em rede de assistência técnica autorizada ou nos pontos de coleta, deverão ser, em sua totalidade, encaminhadas para destinação ambientalmente adequada, de responsabilidade do comerciante, fabricante ou importador.

Parágrafo 3º - Não serão permitidas formas inadequadas de disposição ou destinação final de pilhas e baterias usadas, de quaisquer tipos ou características, tais como:

- I - lançamento a céu aberto, tanto em áreas urbanas como rurais, ou em aterro não licenciado;
- II - queima a céu aberto ou incineração em instalações e equipamentos não licenciados;
- III - lançamento em corpos d'água, terrenos baldios, poços ou cacimbas, cavidades subterrâneas, redes de drenagem de águas pluviais, esgotos, ou redes de eletricidade ou telefone, mesmo que abandonadas, ou em áreas sujeitas à inundação.

SEÇÃO II - DOS PRODUTOS TECNOLÓGICOS

Art. 8º - Os fabricantes, importadores, distribuidores ou comerciantes dos produtos tecnológicos de que trata esta lei tais como lâmpadas, equipamentos e componentes eletrônicos, a critério do órgão de controle ambiental, deverão também promover a destinação correta dos resíduos dos produtos tecnológicos, sem prejuízo aos demais artigos desta Lei dar-se-á mediante:

- I - processos de reciclagem e aproveitamento do produto ou componentes para a finalidade original ou diversa;
- II - práticas de reutilização total ou parcial de produtos e componentes tecnológicos;
- III - neutralização e disposição final apropriada dos componentes tecnológicos.

SEÇÃO III - DOS PNEUS

Art. 9º - Os estabelecimentos comerciais do Município, compreendidos por distribuidores, revendedores de pneus novos, usados e recauchutados, borracharias, prestadores de serviços e demais segmentos que manuseiam pneus inservíveis deverão coletar e dar destinação final aos referidos produtos.

Parágrafo Único - Aplicam-se aos pneumáticos os conceitos e

demais normas elaboradas pelos órgãos do SISNAMA.

Art. 10º - O armazenamento temporário de pneus deve garantir as condições necessárias à prevenção dos danos ambientais e de saúde pública, sendo vedado (a):

- I - o armazenamento de pneus a céu aberto;
- II - a disposição final de pneus no meio ambiente, tais como o abandono ou lançamento em corpos de água, terrenos baldios ou alagadiços, a disposição em aterros sanitários e a queima a céu aberto.
- III - A utilização de pneus inservíveis como combustível em processos industriais só poderá ser efetuada caso exista norma específica para sua utilização.
- IV - As demais condições serão regulamentadas por meio de decreto municipal.

SEÇÃO IV - DOS RESÍDUOS DE COMBUSTÍVEIS, ÓLEOS, MINEIRAIS E CONGÊNERES

Art. 11º - Todo o óleo lubrificante usado ou contaminado deverá ser destinado à reciclagem, de modo a não afetar negativamente o meio ambiente na forma das normas contidas no SISNAMA e na Portaria nº 125/1999.

Parágrafo único - As obrigações dos produtores, dos geradores, receptores, coletores e refinadores de óleos usados são as estabelecidas pelas normas do SISNAMA, bem como por decreto municipal.

Art. 12º - Ficam proibidos (as):

- I - quaisquer descartes de óleo usados em solos, águas superficiais, subterrâneas, no mar territorial e em sistemas de esgoto ou evacuação de águas residuais;
- II - qualquer forma de eliminação de óleos usados que provoque contaminação atmosférica superior ao nível estabelecido na legislação sobre proteção do ar atmosférico;
- III - a industrialização e comercialização de novos óleos lubrificantes não recicláveis, nacionais ou importados, salvaguardados os casos excepcionais aprovados pelo IBAMA;
- IV - a disposição dos resíduos derivados no tratamento de óleo lubrificante usado ou contaminado no meio ambiente.
- V - Somente poderão efetuar venda e troca de óleos lubrificantes os estabelecimentos que possuírem local apropriado para a troca e armazenagem do óleo utilizado ou estiverem conveniados a outro estabelecimento que atenda essa condição, observada a legislação nacional e as demais normas do SISNAMA, bem como decreto regulamentador dessa norma.

Parágrafo Único - Incluem-se na obrigatoriedade desse artigo as oficinas mecânicas, postos de combustíveis, concessionárias e revendedoras de veículos e congêneres, que realizem os serviços mencionados.

Art. 13º - As unidades de armazenamento do óleo lubrificante usado devem ser construídas e mantidas de forma a evitar infiltrações, vazamentos e ataque pelo seu conteúdo e riscos associados, e quanto às condições de segurança no seu manuseio, carregamento e descarregamento, de acordo com as normas vigentes.

Art. 14º - Os boxes de lubrificação e lavagem de veículos deverão possuir caixas de retenção de resíduos de areia, óleo e graxa, pelas quais deverão passar as águas servidas antes de serem lançadas na rede pública, conforme diretrizes e padrões de qualidade estabelecidas pela legislação pertinente.

SEÇÃO V - DOS RESÍDUOS DE ÓLEO VEGETAL

Art. 15º - Os estabelecimentos públicos e privados, inclusive

residências e condomínios, deverão armazenar o óleo vegetal utilizado em recipientes adequados e encaminhá-lo para empresas de reciclagem ou ao estabelecimento de comercialização do produto.

Parágrafo 1º- O Poder Público Municipal deverá manter cadastro com relação das empresas autorizadas pelos órgãos de meio ambiente, especializadas na reciclagem de óleo vegetal, devendo também dar publicidade desse cadastro no âmbito municipal por meio de seu site eletrônico.

Parágrafo 2º - Fica proibido o lançamento do óleo vegetal em pias, corpos d'água, terrenos baldios, poços, cavidades subterrâneas, redes de drenagem de águas pluviais e de esgotos.

SEÇÃO VI - DOS RESÍDUOS DE TINTAS, VERNIZES E SOLVENTES

Art. 16º - As empresas que industrializam tintas, vernizes e solventes, de uso domiciliar ou industrial, ficam obrigados a aceitar os recipientes com as sobras desses materiais, para reciclagem ou reaproveitamento dos mesmos, ou dar destinação final adequada, tendo como prioridade a preservação do meio ambiente, de acordo com as normas vigentes, bem como, decreto regulamentador da presente lei.

Art. 17º - Fica proibido (a):

I - o descarte dos produtos em bueiros, pias e tanques, bem como a lavagem da lata ou recipiente, a fim de evitar a contaminação dos cursos d'água, da rede fluvial ou do lençol freático;

II - a reutilização das latas e embalagens antes de sua descontaminação pela indústria competente;

III - o descarte das latas e embalagens junto à coleta municipal de lixo comum, bem como o recolhimento desse tipo de material pelo prestador de serviço de coleta.

Parágrafo 1º - O descarte das latas poderá ser feita como sucata metálica desde que a tinta, verniz ou solvente que ainda tenha sobrado no recipiente esteja polimerizada (seca).

Parágrafo 2º Para o cumprimento do disposto nesta Lei, ficam as empresas que comercializam esse produto responsáveis por receber os recipientes de qualquer natureza, que contenham tinta, vernizes e solventes das marcas que comercializam e que lhes forem entregues pela população usuária, para o seu posterior recolhimento pelas empresas que os industrializem, importem ou distribuam.

SEÇÃO VII - DOS PROCEDIMENTOS DE DISPOSIÇÃO FINAL E DE LOGÍSTICA REVERSA DE RESÍDUOS SÓLIDOS PERIGOSOS

Art. 18º - Não poderão ser acondicionados aos resíduos sólidos domiciliares materiais explosivos ou tóxicos em geral, assim como pilhas, lâmpadas, baterias, tintas, solventes.

Parágrafo 1º A não disposição adequada pelas pessoas físicas ou jurídicas dos resíduos sólidos perigosos não isenta da responsabilidade por danos que vierem a ser provocados pelo gerenciamento inadequado dos respectivos resíduos ou rejeitos.

Art. 19º - Os derramamentos, vazamentos ou despejos acidentais de resíduos deverão ser comunicados, por qualquer dos responsáveis, imediatamente após o ocorrido, ao órgão de controle ambiental e de saúde pública competentes.

SEÇÃO IX - DAS PENALIDADES

Art. 20º - Com exceção dos consumidores, todos os sujeitos responsáveis pela realização da logística reversa manterão atualizadas e disponíveis ao órgão municipal competente informações sobre a realização das ações sob sua responsabilidade.

Art. 21º - Constitui infração, para os efeitos desta Lei, toda ação ou omissão que importe na inobservância de preceitos por ela

estabelecidos ou na desobediência às determinações de caráter normativo dos órgãos das autoridades administrativas competentes.

Art. 22º – Será disciplinado por decreto o devido processo administrativo, bem como órgão fiscalizadores e julgadores das penalidades a serem impostas por descumprimento, bem como, demais omissões da presente lei.

Art. 23º – será também regulamentado por decreto a forma de penalização das empresas infratoras, bem como, valores pecuniários de multas além de eventuais redução.

Art. 24º - Os responsáveis pela fabricação, importação, distribuição e comercialização de produtos geradores de resíduos sólidos perigosos no teor desta lei, terão 180 dias para se adequarem a nova legislação municipal, após publicação da mesma, sendo que logo após esse prazo inicia-se a vigência da mesma.

Art. 25º Esta Lei entra em vigor após 180 dias de sua publicação.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL

16 de Setembro de 2015

ADEMIR JOSÉ GASPARINI

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº RH AJG 210/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE XANXERÊ

PORTARIA RH-AJG 210/2015

REVOGAR A PORTARIA Nº RH-AJG 153/2014 QUE DESIGNAVA FUNÇÃO DE DIRETORA NA EMEB RUI PIMENTEL.

ADEMIR JOSÉ GASPARINI

Prefeito Municipal de Xanxerê

No uso de suas atribuições legais e em conformidade da Lei Orgânica Municipal, Art. 69, incisos VI e VII, Lei Complementar nº AM 2.907/2006.

RESOLVE

REVOGAR a Portaria nº RH-AJG 153/2014 que atribuía função de Diretora na EMEB Rui Pimentel a Sra. CLEUNICE APARECIDA CARMARGO LINO DE MORAES, brasileira, estado civil casada, residente e domiciliada nesta cidade de Xanxerê – Santa Catarina, portadora da CI nº 1.591.232 e CPF nº 707.625.119-15, nomeada conforme Decreto nº JB 36/94 no cargo de PROFESSORA MAGISTÉRIO com 20 (vinte) horas semanais, vinculada a Secretaria Municipal de Educação.

Esta portaria entra em vigor nesta data. Revogam-se as disposições em contrário, principalmente a Portaria nº RH-AJG 153/2014.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE XANXERÊ SC

Em 01 de Outubro de 2015.

ADEMIR JOSÉ GASPARINI

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº RH AJG 211/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE XANXERÊ
PORTARIA RH-AJG 211/2015

REVOGAR A PORTARIA Nº RH-AJG 195/2015 E ATRIBUIR A SERVIDORA PARA DESEMPENHAR FUNÇÃO DE DIRETORA NA EMEB RUI PIMENTEL.

ADEMIR JOSÉ GASPARINI

Prefeito Municipal de Xanxerê

No uso de suas atribuições legais e em conformidade da Lei Orgânica Municipal, Art. 69, incisos VI e VII, Lei Complementar nº AM 2.907/2006 e Lei Complementar BLB 3675/2011, art 21.

RESOLVE

REVOGAR a Portaria nº RH-AJG 195/2015.

ATRIBUIR função de Diretora na EMEB Rui Pimentel a Sra. ADRIANA DE SOUZA, brasileira, estado civil casada, residente e domiciliada nesta cidade de Xanxerê – Santa Catarina, portadora da CI nº 3.895.981 e CPF nº 053.253.719-08, nomeada conforme Decreto nº BLB 080/10 no cargo de PROFESSORA MAGISTÉRIO com 20 (vinte) horas semanais, vinculada a Secretaria Municipal de Educação.

Esta portaria entra em vigor nesta data. Revogam-se as disposições em contrário, principalmente a Portaria nº RH-AJG 195/2015.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE XANXERÊ SC

Em 01 de Outubro de 2015.

ADEMIR JOSÉ GASPARINI

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº RH AJG 212/2015

PORTARIA Nº RH-AJG 212/2015
CONCEDE LICENÇA PRÊMIO AO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL.

ADEMIR JOSÉ GASPARINI

Prefeito Municipal de Xanxerê, SC,

No uso de suas atribuições legais estabelecidas pela Lei Orgânica Municipal Artigo 69 inciso VI e VIII e Lei nº HW 1.776/91, Lei Complementar nº AM 2907/06, Decreto AM 096/08 e Lei BLB 3109/09.

RESOLVE

CONCEDER a pedido, Licença Prêmio por assiduidade por um período de 30 (trinta) dias a partir de 01.01.2015 a 30.10.2015, ao Servidor Público Municipal Sr. VILMAR BOHRER. Brasileiro, casado, portador da CI Nº 2.079.704 e CPF Nº 788.119.459-68, residente e domiciliado nesta cidade de Xanxerê – SC. Nomeado conforme Decreto nº AM 084/07 no cargo de PROFESSOR LICENCIATURA PLENA – EDUCAÇÃO FÍSICA, com 20 (vinte) horas semanais vinculada a Secretaria Municipal de Educação.

O deferimento atende ao requerimento protocolado sob nº 03713/2015. Datado de 01.10.2015.

A licença prêmio concedida refere-se ao período de:

13.03.2007 a 22.05.2009: 13 (treze) dias;

23.05.2009 a 22.05.2015: 17 (dezessete) dias.

Esta portaria entra em vigor nesta data, passando a vigorar a sua Licença Prêmio.

Revogam-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE XANXERÊ, SC.

Em 01 de Outubro de 2015.

ADEMIR JOSÉ GASPARINI

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº RH AJG 213/2015

PORTARIA Nº RH-AJG 213/2015
EXONERAR A PEDIDO SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL.

ADEMIR JOSE GASPARINI

Prefeito Municipal de Xanxerê - Santa Catarina,

No uso de suas atribuições legais estabelecidas pela Lei Orgânica Municipal Art. 69 inciso VI e Lei nº HW 1.775/91 Artigo 34.

RESOLVE

EXONERAR, a pedido a partir de 01.10.2015, o (a) Servidor (a) Público (a) Municipal, o (a) Sr.(a) CASSIANA DIAS GIACHINI CARDOSO, brasileiro (a), casado (a), residente e domiciliado (a) nesta cidade de Xanxerê - Santa Catarina, portador (a) da CI nº 4.121.885, CPF nº 008.835.369-84, COREN/SC 454049, nomeado(a) conforme Decreto nº BLB 188/2011, no cargo de TECNICO DE ENFERMAGEM, com carga horária de quarenta (40) horas semanais, vinculada a Secretaria Municipal de Saúde.

O deferimento atende ao requerimento protocolado sob o nº 03711/2015 datado de 01.10.2015.

Para fazer frente às despesas decorrentes desta exoneração, serão utilizados recursos orçamentários próprios da Secretaria Municipal de Saúde.

Esta portaria entra em vigor nesta data, passando a vigorar a exoneração a partir de 01.10.2015. Revogam-se as disposições em contrário, principalmente o Decreto nº BLB 188/2011.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE XANXERÊ, SC.

Em 01 de Outubro de 2015.

ADEMIR JOSE GASPARINI

Prefeito Municipal.

PORTARIA Nº RH AJG 214/2015

PORTARIA Nº RH-AJG 214/2015
CONCEDE LICENÇA PRÊMIO A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL.

ADEMIR JOSÉ GASPARINI

Prefeito Municipal de Xanxerê, SC,

No uso de suas atribuições legais estabelecidas pela Lei Orgânica Municipal Artigo 69 inciso VI e VIII e Lei nº HW 1.776/91, Lei Complementar nº AM 2907/06, Decreto AM 096/08 e Lei BLB 3109/09.

RESOLVE

CONCEDER a pedido, Licença Prêmio por assiduidade por um período de 75 (setenta e cinco) dias a partir de 01.10.2015 a 14.12.2015, a Servidora Pública Municipal Sra. MARISTELA APARECIDA CHISTE BALDI. Brasileira, casada, portadora da CI Nº 563.574-8 e CPF Nº 605.367.489-34, residente e domiciliada nesta cidade de Xanxerê – SC. Nomeada conforme Decreto nº BLB 055/10 no cargo de PROFESSOR MAGISTÉRIO, com 20 (vinte) horas semanais vinculada a Secretaria Municipal de Educação.

O deferimento atende ao requerimento protocolado sob nº 03714/2015. Datado de 01.10.2015.

A licença prêmio concedida refere-se ao período de:

02.02.2005 a 24.07.2006: 27 (vinte e sete) dias;

25.07.2006 a 22.05.2009: 18 (dezoito) dias;

22.05.2009 a 21.05.2012: 30 (trinta) dias.

Esta portaria entra em vigor nesta data, passando a vigorar a Licença Prêmio na data de 01.10.2015. Revogam-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE XANXERÊ, SC.

Em 01 de Outubro de 2015.

ADEMIR JOSÉ GASPARINI

Prefeito Municipal

RETIFICAÇÃO DA PORTARIA RH-AJG 195/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE XANXERÊ

PORTARIA RH-AJG 195/2015

REVOGAR A PORTARIA Nº RH-AJG 253/2014 E ATRIBUIR A SERVIDORA PARA DESEMPENHAR FUNÇÕES NA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO.

ADEMIR JOSÉ GASPARINI

Prefeito Municipal de Xanxerê

No uso de suas atribuições legais e em conformidade da Lei Orgânica Municipal, Art. 69, incisos VI e VII, Lei Complementar nº AM 2.907/2006.

RESOLVE

REVOGAR a Portaria nº RH-AJG 253/2014.

ATRIBUIR função junto a Secretaria Municipal de Educação a Sra. ADRIANA DE SOUZA, brasileira, estado civil casada, residente e domiciliada nesta cidade de Xanxerê – Santa Catarina, portadora da CI nº 3.895.981 e CPF nº 053.253.719-08, nomeada conforme Decreto nº BLB 080/10 no cargo de PROFESSORA MAGISTÉRIO com 20 (vinte) horas semanais, vinculada a Secretaria Municipal de Educação.

Esta portaria entra em vigor nesta data. Revogam-se as disposições em contrário, principalmente a Portaria nº RH-AJG 253/2014.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE XANXERÊ SC

Em 10 de Setembro de 2015.

ADEMIR JOSÉ GASPARINI

Prefeito Municipal

Xavantina

PREFEITURA

DECRETO 101/2015

DECRETO Nº 101/2015

ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

O PREFEITO MUNICIPAL DE XAVANTINA, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e de conformidade com o que determina a Lei Municipal nº 1.470, de 15 de Setembro de 2015. DECRETA:

Art. 1º Fica aberto crédito adicional suplementar no valor total de até R\$ 30.000,00 (trinta mil reais), na(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

Órgão: 04 – SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES	
Unidade Orçamentária: 04.01 – Departamento de Ensino Fundamental e Infantil	
Projeto Atividade: 2.004 – Manter o Ensino Fundamental	
Elem. Despesa: 3.3.90.00.00.00.00.00	
R\$	30.000,00
TOTAL	30.000,00

Art. 2º Para atender as suplementações do artigo anterior, serão utilizados recursos provenientes da anulação parcial e/ou total da(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

Órgão: 04 – SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES	
Unidade Orçamentária: 04.01 – Departamento de Ensino Fundamental e Infantil	
Projeto Atividade: 1.003 – Investimentos no Ensino Infantil	
Elem. Despesa: 4.4.90.00.00.00.00.00	
R\$	30.000,00
TOTAL	30.000,00

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação.

Xavantina (SC), 15 de Setembro de 2015.

JOSE DAL BOSCO

Prefeito Municipal em Exercício

Registrada e publicada no D.O.M (Diário Oficial dos Municípios).

Tiago Brandelero

Assessor de Planejamento e Gestão Administrativa

DECRETO 102/2015

DECRETO Nº 102/2015

ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

O PREFEITO MUNICIPAL DE XAVANTINA, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e de conformidade com o que determina a Lei Municipal nº 1.457, de 04 de Agosto de 2015. DECRETA:

Art. 1º Fica aberto crédito adicional suplementar no valor total de

até R\$ 25.000,00 (vinte e cinco mil reais), na(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

Órgão: 07 – SECRETARIA MUNICIPAL DE TRANSPORTES, OBRAS E URBANISMO	
Unidade Orçamentária: 07.01 – Departamento de Urbanismo e Obras	
Projeto Atividade: 2.020 – Manter os Serviços Urbanos	
Elem. Despesa: 3.3.90.00.00.00.00.00.0.3.0000 – CR 112	
R\$	25.000,00
TOTAL	25.000,00

Art. 2º Para atender as suplementações do artigo anterior, serão utilizados recursos provenientes da subtração de saldo do superávit financeiro na fonte de recursos próprios – 0000.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação.

Xavantina (SC), 28 de Setembro de 2015.

MAURO JUNES POLETTTO

Prefeito Municipal

Registrada e publicada no D.O.M (Diário Oficial dos Municípios).

Tiago Brandelero

Assessor de Planejamento e Gestão Administrativa

DECRETO 103/2015

DECRETO Nº 103/2015

NOMEIA MEMBROS PARA COMPOR O CONSELHO MUNICIPAL DE HABITAÇÃO - CMH E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

MAURO JUNES POLETTTO, Prefeito Municipal de Xavantina, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe confere o art. 101, inciso VIII da Lei Orgânica Municipal, e, Lei nº 1.046, de 31 de outubro de 2008;

Considerando a alteração e visando regulamentar os dispositivos da Lei nº 1394, de 15 de outubro de 2014;

DECRETA:

Art. 1º Ficam nomeados os membros do Conselho Municipal de Habitação – CMH, conforme dispõe a Lei Municipal nº 1.046, de 31 de outubro de 2008, alterada pela Lei nº 1394, de 15 de outubro de 2014, para fins de exercício de mandato:

I. 04 (quatro) representantes titulares do Poder Público Municipal:

a) Representante da Secretaria Municipal de Transportes, Obras e Urbanismo:

Titular : Gilmar Batistella

Suplente: Odir Antonio Pradella

b) Representante da Secretaria Municipal de Administração e Finanças:

Titular: Jose Dal Bosco

Suplente: Joselino Luiz Naissinger

c) Representante da Secretaria Municipal de Saúde e Assistência Social;

Titular: Gicelle Parisotto

Suplente: Flademir Aduato Da Silva
 d) Profissional de Engenharia Civil e Projetos, pertencente ao quadro de pessoal da Administração Municipal:
 Titular: Taciane Caon
 Suplente: Alessandra de Carli Tedesco da Silva

II. 04 (quatro) representantes de entidades privadas:
 a) Das entidades que representam à população rural, em cada uma das comunidades do interior ou da sede urbana do Município, indicados pelo Sindicato da Agricultura Familiar de Seara e Região – SINTRAF/SR:

Titular: Neri Trevisan
 Suplente: Andressa Triaca
 b) Da Associação Comercial e Industrial de Xavantina – ACIX:
 Titular: Givanildo Rissi
 Suplente: Maria Eduarda Canesso
 c) Das cooperativas de crédito situadas no Município:
 Titular: Elizandro Campagnolo
 Suplente: Niclélio Gabiatti
 d) Do Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural de Xavantina – CMDR:
 Titular: Claudio Guerini
 Suplente: João Mauricio Gabiatti

III. 03 (três) representantes de movimentos populares:
 a) Da Associação de Agricultores de Xavantina Nostra Terra:

Titular: Mauri Seghetto
 Suplente: Antonio Bal Bosco
 b) Da Pastoral da Juventude Xavantina:
 Titular: Thuane Gandolfi
 Suplente: Francisco Zanandréa
 c) Da Associação de Moradores da Sede de Xavantina:
 Titular: Delmar Dal Bello
 Suplente: Angelo Chiossi

Art. 2º O mandato dos membros do Conselho Municipal de Habitação – CMH será de 02 (dois) anos, permitida reconduções.

Art. 3º Os membros do CMH exercerão seus mandatos de forma gratuita, ficando vedada a concessão de qualquer remuneração, vantagem ou benefício de natureza pecuniária.

Art. 4º Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Xavantina – SC, 28 de Setembro de 2015.
 MAURO JUNES POLETTTO
 Prefeito Municipal
 Registrada e publicada no D.O.M (Diário Oficial dos Municípios).

Tiago Brandelero
 Assessor de Planejamento e Gestão Administrativa

PORTARIA 176/2015

PORTARIA Nº 176/2015
 CONCEDE FÉRIAS A SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

MAURO JUNES POLETTTO, Prefeito Municipal de Xavantina, Estado de Santa Catarina, usando das atribuições que lhe confere o art. 101, inciso VIII, combinado com o art. 23, § 2º, inciso IX da Lei Orgânica Municipal, bem como Lei Complementar nº 002/2000, atualizada;

RESOLVE:

Art. 1º Conceder férias aos Servidores Públicos Municipais a baixo, a contar das datas e períodos aquisitivos, a saber:

Servidor	Cargo	Período Aquisitivo	Período de Férias
Marisa dos Santos Siqueira	Conselheiro Tutelar	01/10/14 a 30/09/15	01/10/15 a 30/10/15
Rosiani Pelisson	Assessor de Direção	16/04/14 a 15/04/15	01/10/15 a 30/10/15
Dilce Buffon Triacca	Agente Comunitário de Saúde	03/03/14 a 02/03/15	01/10/15 a 30/10/15
Eronilda Da Silva Polli	Agente Comunitário de Saúde	18/04/14 a 17/04/15	01/10/15 a 30/10/15
Tatiane Fiorese Maróstica	Agente Comunitário de Saúde	03/02/14 a 02/02/15	01/10/15 a 30/10/15
Thuane Gandolfi	Assessor de Direção	13/06/14 a 12/06/15	01/10/15 a 30/10/15
Ademir Babinski	Operador de Máquinas	19/12/13 a 18/12/14	01/10/15 a 30/10/15

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Xavantina (SC), 28 de Setembro de 2015.
 MAURO JUNES POLETTTO
 Prefeito Municipal

Registrada e publicada no D.O.M (Diário Oficial dos Municípios).

Tiago Brandelero
 Assessor de Planejamento e Gestão Administrativo

Associações

AMMVI

ATA DA SESSÃO PÚBLICA PARA ABERTURA DE LICITAÇÃO 05-2015

ATA DA SESSÃO PÚBLICA PARA ABERTURA DE LICITAÇÃO

LICITAÇÃO: CARTA CONVITE Nº 05/2015

OBJETO: Contratação de empresa, entidade ou instituição especializada para realização de pesquisa de opinião aferindo a percepção da população sobre os serviços do sistema único de saúde (SUS) na região da AMMVI.

Aos trinta dias do mês de setembro do ano de dois mil e quinze (30/09/2015), quatorze (14:00) horas, na sala da Assessoria Jurídica na sede da AMMVI, 2º andar, realizou-se sessão pública para abertura da Licitação nº 05/2015, para atendimento ao objeto em epígrafe, registrando-se a presença dos membros da Comissão de Licitação.

Declarando aberta a sessão pública, o Presidente da Comissão de Licitações informou que quatro empresas atenderam a convocação e apresentaram envelopes para o certame, quais sejam:

- 1 – PRAXIAN CONSULTORIA LTDA - ME,
- 2 – FOCO OPINIÃO E MERCADO LTDA EPP ,
- 3 – CENTRAL DE PESQUISA E MARKETING LTDA EPP;
- 4 – IPC INSTITUTO DE PESQUISA CATARINENSE LTDA ME.

Registrando-se a presença de apenas o representante da empresa CENTRAL DE PESQUISA E MARKETING LTDA representado pelo Adriane Sanches e o IPC INSTITUTO DE PESQUISA CATARINENSE LTDA representado pelo Sr. Renato Rampinelli, passou-se a fase de abertura dos envelopes contendo os documentos de habilitação das licitantes, submetidos à rubrica dos membros da Comissão de Licitações e presentes os quais serão confrontados com as exigências do Instrumento Convocatório;

A seguir a Comissão de Licitações decide suspender a deliberação a respeito dos documentos, decidindo pela realização de diligência, destacando-se que todas as empresas habilitaram-se como Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte, atraindo a aplicação dos artigos 42 a 45 da Lei Complementar nº 123/06.

Deste modo, fica adiado a abertura do envelope de nº 02 (propostas comerciais), os quais foram submetidas à rubrica em seus fechos pelos membros da Comissão de Licitação e do representante da licitante.

Do mesmo modo, deliberou-se pela intimação do licitante faltante a respeito da decisão acima, via e-mail e por publicação no Diário Oficial dos Municípios.

Nada mais havendo a tratar, foi encerrada a sessão pública, da qual lavrou-se a presente ata, assinada pelos participantes.

Blumenau, 30 de setembro de 2015.

Alexandre Carvalho Brigido Presidente	Richard Bushinski Secretário	Ricardo Sorroche Membro
--	---------------------------------	----------------------------

ATA DA SESSÃO PÚBLICA PARA JULGAMENTO DA HABILITAÇÃO 05-2015

ATA DA SESSÃO PÚBLICA PARA JULGAMENTO DA HABILITAÇÃO

LICITAÇÃO: CARTA CONVITE Nº 05/2015

OBJETO: Contratação de empresa, entidade ou instituição especializada para realização de pesquisa de opinião aferindo a percepção da população sobre os serviços do sistema único de saúde (SUS) na região da AMMVI.

Às 09:00 horas, do dia 01 do mês de outubro do ano de 2015, na sala na sala da Assessoria Jurídica na sede da AMMVI, 2º andar, reuniram-se, em sessão pública, os membros da Comissão Permanente de Licitação (abaixo-assinados), a fim de procederem ao julgamento dos documentos dos envelopes nº 01 - "Habilitação".

Iniciada a sessão em posse dos "envelopes", efetuou-se análise dos "Envelopes Habilitação", cujo conteúdo foi colocado à disposição da comissão. O Presidente da Comissão consignou que a empresa PRAXIAN CONSULTORIA LTDA – ME CNPJ 07.717.171/0001-85 apresentou apenas declaração do porte de empresa expedido pelo procurador "Plínio Tolentino Rodrigues", portanto não apresentou o documento exigido no item 2.1, IV, letra "b" (Certidão expedida pela Junta Comercial para comprovação da condição de Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte, se for o caso, na forma do art. 8º da IN nº 103/2007 do Departamento Nacional de Registro do Comércio – DNRC).

A Comissão Permanente de Licitação, por unanimidade, decidiu que como o documento não foi apresentado pela licitante PRAXIAN, é caso de afastar a aplicação das condições especiais de que tratam os artigos 42 a 45 da lei Complementar nº 123/2006, contudo devera

prosseguir no certame como pessoa jurídica de direito privado (LTDA) nos termos do Instrumento convocatório.

Prosseguindo os trabalhos, da análise e confirmação dos documentos das demais empresas participantes, verificou-se que foram atendidas todas as exigências do item 02 da Carta Convite n.º 05/2015. Assim, a Comissão Permanente de Licitação decidiu, por unanimidade, HABILITAR todas as empresas participantes.

O processo licitatório deverá ficar suspenso, abrindo 2 (dois) dias de prazo para propositura de eventual recurso.

Fica desde já designado para abertura do Envelope nº 02 - Proposta, o dia 07 de outubro de 2015, às 09:00 horas. Os envelopes nº 02 deverão permanecer no Setor de Licitação, devidamente lacrados, até ulterior decisão.

Nada mais havendo a tratar e encerrada a presente fase licitatória, lavrou-se a presente Ata que, após lida, vai assinada pela Presidente, pelos membros da Comissão Permanente de Licitação, que a tudo estiveram presentes.

Do mesmo modo, deliberou-se pela intimação do licitante faltante a respeito da decisão acima, via e-mail e por publicação no Diário Oficial dos Municípios.

Nada mais havendo a tratar, foi encerrada a sessão pública, da qual lavrou-se a presente ata, assinada pelos participantes.

Blumenau, 01 de outubro de 2015.

Alexandre Carvalho Brigido Presidente	Richard Bushinski Secretário	Ricardo Sorroche Membro
--	---------------------------------	----------------------------

Consórcios

AGIR

PUBLICAÇÃO TRIMESTRAL DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 01/2015 - AGIR

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 01/2015

DATA: 02/07/2015. HORÁRIO: 9h00min.

LICITAÇÃO: Pregão Presencial nº 003/2015.

OBJETO: Registro de preços para contratação de agência de viagens para prestação de serviços (emissão, remarcação e cancelamento de passagens aéreas nacionais e internacionais) e correlatos.

Aos dois dias do mês de julho do ano de dois mil e quinze, com início às nove horas, realizou-se na sala de reuniões, no prédio da Agência Intermunicipal de Regulação, Controle e Fiscalização de Serviços Públicos Municipais do Médio Vale do Itajaí – AGIR, situado na Rua Alberto Stein, 466, Velha, em Blumenau, Santa Catarina, em face da classificação das propostas apresentadas no Pregão Presencial nº 003/2015, Registro de Preços nº 01/2015, na Ata de julgamento de preços, RESOLVE registrar o preço da empresa, nas quantidades estimadas, de acordo com a classificação por ela alcançada, atendendo as condições previstas no Edital de Licitação e seus Anexos, e em conformidade com as disposições a seguir.

1. DO OBJETO

1.1 A presente Ata tem por objeto o registro de preços para contratação de agência de viagens para prestação de serviços (emissão, remarcação e cancelamento de passagens aéreas nacionais e internacionais) e correlatos, conforme especificações e exigências constantes no Anexo I (Projeto básico) e Anexo VI (Proposta de Preços Modelo) do Edital Pregão Presencial nº 003/2015.

Item	Unid. medida Material/Serviço	Valor Estimado para 12 meses	Valor Registrado Por Transação
1	Registro de preços para contratação de agência de viagens para prestação de serviços (emissão, remarcação e cancelamento de passagens aéreas nacionais e internacionais) e correlatos.	R\$ 40.000	R\$ 6,00

Classificada	Licitante	Valor R\$	Situação	Data
1ª colocada	DS TRAVEL TUR AGÊNCIA DE VIAGENS E TURISMO LTDA. ME (09.193.294/0001-90)	6,00	1º Menor preço	02/07/2015
2ª colocada	GPS – SOLUÇÕES E GESTÃO EM TURISMO LTDA. (09.177.947/0001-47)	6,50	2º Menor preço	02/07/2015
3ª colocada	CH TUR AGÊNCIA DE VIAGENS E TURISMO LTDA. (12.642.975/0001-01)	12,00	3º Menor preço	02/07/2015
4ª colocada	DINÂMICA AGÊNCIA DE VIAGENS LTDA.	30,00	4º Menor preço	02/07/2015

1.2 A licitante registrada para prestação dos serviços é a seguinte:

DS TRAVEL TUR AGÊNCIA DE VIAGENS E TURISMO LTDA. ME (09.193.294/0001-90)

1.3 Este instrumento não obriga a AGIR a firmar contratações nas quantidades estimadas, podendo ocorrer licitações específicas, para a prestação dos serviços, obedecida a legislação pertinente, sendo assegurada ao detentor do registro a preferência de fornecimento, em igualdade de condições, nos termos do art. 15, parágrafo 4º da lei 8.666/93.

1.4 O valor por transação registrado manter-se-á inalterado pelo período de vigência da presente Ata, admitida a recomposição no caso de desequilíbrio da equação econômico-financeira inicial deste instrumento.

2. DOCUMENTOS INTEGRANTES

2.1 Para todos os efeitos legais, para melhor caracterização do objeto, bem como, para definir procedimentos e normas decorrentes das obrigações ora contraídas, integram esta Ata, como se nela estivesse transcrita, os seguintes documentos:

- Edital de Pregão Presencial nº 003/2015 e seus anexos;
- Proposta da(s) Licitante(s).

3. VIGÊNCIA

3.1 A presente Ata vigorará, a partir da data da Homologação da Autoridade Competente pelo período de 12 (doze) meses, nos termos do art. 15, parágrafo 3º, inciso III da lei 8.666/93.

4. DAS CONDIÇÕES DE ENTREGA E RECEBIMENTO

4.1 Os serviços deverão ser prestados conforme a necessidade da AGIR.

4.2 Os serviços serão prestados nas dependências da própria contratada, que manterá contato com a AGIR por meio eletrônico (e-mail) e/

ou telefônico.

4.3 A contratada fornecerá a AGIR, sistema eletrônico de consulta para a compra de passagens a fim de auxiliar no controle da quantidade emitida e igualmente, na agilidade em relação à compra dos bilhetes.

4.4 Após efetuada a solicitação por meio de sistema, as passagens deverão ser encaminhadas no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas via correio eletrônico, nas condições estipuladas no presente Edital e seus Anexos.

4.5 Os bilhetes/passagens deverão ser encaminhados a AGIR. Após o envio do bilhete/passagem a proponente deverá encaminhar a Nota Fiscal/Fatura correspondente às quantias solicitadas, que será submetida à aprovação do Responsável.

4.6 Os bilhetes que forem recusados, por irregularidade ou por estarem em desacordo com a solicitação, deverão ser corrigidos ou reemitidos no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, contados da data de notificação apresentada à agência, sem qualquer ônus para a AGIR.

4.7 Não sanada a irregularidade no prazo estipulado, a empresa estará sujeita às penalidades previstas neste Edital, na Ata de Registro de Preços, na Minuta do Contrato e na Lei.

4.8 O recebimento dos bilhetes/passagens, mesmo que definitivo, não exclui a responsabilidade da empresa, cabendo-lhe sanar quaisquer irregularidades detectadas.

4.9 Os documentos fiscais emitidos pela CONTRATADA deverão corresponder exatamente aos serviços autorizados pela AGIR, acrescido do valor por transação previsto na proposta comercial, ficando a CONTRATADA, caso contrário, com o ônus excedente.

4.10 Responsabilizar-se pelos danos causados direta ou indiretamente a AGIR ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo, quando da execução dos serviços objeto deste Termo de Referência;

4.11 A AGIR não arcará com seguros especiais, despesas, serviços e taxas extras, bem como com eventuais acréscimos estabelecidos nos documentos fiscais emitidos pela CONTRATADA que não estiverem previstos nos comprovantes fiscais de seus fornecedores. 4.12 A CONTRATADA deverá reembolsar à AGIR os valores respectivos em caso de não utilização de quaisquer serviços reservados, observadas as políticas de reembolso de cada empresa em questão, podendo ser deduzidas desse reembolso as multas e diferenças de tarifas praticadas pelas companhias de transportes, no caso de cancelamento, reemissão e remarcação de passagens solicitados pela AGIR.

4.13 A AGIR deverá suportar as multas e as diferenças de tarifas praticadas pelas companhias de transporte aéreo, no caso de cancelamento, reemissão e remarcação de passagens solicitadas pela AGIR.

5. DA FORMA DE PAGAMENTO E DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

5.1 Serão pagos pela AGIR os valores dos serviços solicitados por esta, acrescidos do valor por transação indicado na proposta comercial da CONTRATADA, observadas todas as demais condições previstas neste Termo de Referência.

5.2 Para efeito de pagamento, será considerado o valor de taxa de transação, em função do tipo de serviço prestado conforme preço proposto, para qualquer serviços de emissão nacional ou internacional de bilhete aéreo de ida e volta por uma mesma companhia (já incluídas as conexões), emissão de bilhete aéreo de ida e volta por companhias diferentes, nessa condição considera-se uma transação por cada trecho (incluídas as conexões) emissão de bilhete aéreo somente de ida ou somente de volta (incluídas as conexões), reemissão de bilhete decorrente de remarcação de bilhete não utilizado (não voado) e cancelamento de passagens.

5.2.1 Considera-se ida ou volta todo o trecho entre a origem e o destino, independentemente de existirem conexões ou de serem utilizadas mais de uma companhia.

5.3 Constitui encargos da CONTRATADA o adiantamento aos seus fornecedores das despesas necessárias à prestação dos serviços objeto da licitação, as quais lhe serão reembolsadas pela AGIR nos termos definidos nos subitens seguintes.

5.4 A AGIR pagará à CONTRATADA, pela prestação dos serviços, os preços estipulados pelos fornecedores desta última, constantes das tabelas desses fornecedores e vigentes à época da solicitação dos serviços, acrescido, quando for o caso, do valor por transação indicado na proposta comercial da CONTRATADA.

5.5 O pagamento será efetuado, pela AGIR, após a prestação dos serviços e no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, a contar de sua aceitação definitiva pelo Departamento Administrativo da AGIR, por meio de depósito bancário ou por outro meio que vier a ser acordado entre as partes, mediante entrega da correspondente nota fiscal/fatura (corretamente preenchida) ao Departamento Administrativo da AGIR, acompanhada da seguinte documentação:

- a) documentos que comprovem a emissão das passagens aéreas, nos preços correspondentes aos serviços faturados;
- b) relatórios de emissões, comprovando a data da emissão das passagens, o nome da companhia aérea, o número do voo, o nome do passageiro, o preço da tarifa praticada, o valor por transação previsto na proposta comercial, as taxas de embarque e o valor final das passagens;
- c) comprovante de documentação da companhia aérea respectiva quanto à política por ela adotada relativamente a cancelamento, reemissão e remarcação de passagens aéreas, quando houver esse tipo de ocorrência no período referente à nota fiscal/fatura;

5.5.1 O pagamento à CONTRATADA não será efetivado caso esta não encaminhe a AGIR a nota fiscal/fatura (corretamente preenchida).

5.6 Em caso de irregularidade nos documentos citados no subitem 5.3, o prazo de pagamento será contado a partir de sua reapresentação, devidamente regularizados.

5.6.1 O atraso da CONTRATADA no envio da documentação implicará na sua responsabilização pelo ônus decorrente das multas e correções aplicadas em razão do não recolhimento de encargos e outras obrigações em tempo hábil, nada podendo ser repassado a AGIR.

5.7 A AGIR, identificando quaisquer divergências na nota fiscal/fatura, especialmente no que tange a preços e quantitativos dos serviços prestados, deverá devolvê-la à CONTRATADA para que sejam feitas as correções necessárias.

5.8 Nos preços dos serviços já deverão estar incluídos todos e quaisquer ônus incidentes sobre os mesmos, inclusive os de caráter previdenciário, social, trabalhista, tributário e fiscal, sendo que nenhum outro pagamento será devido pela AGIR à CONTRATADA, seja a que título for direta ou indiretamente.

5.9 A AGIR pagará à CONTRATADA somente os serviços efetivamente demandados e prestados durante a vigência do contrato, não se comprometendo a garantir a realização de serviços ou o pagamento de valores mínimos.

5.10 Todo pagamento que vier a ser considerado contratualmente indevido será objeto de ajuste nos pagamentos futuros ou cobrado da CONTRATADA.

5.11 O pagamento efetuado não implica reconhecimento pela AGIR de adimplemento por parte da CONTRATADA relativamente às obrigações devidas por esta última, nem novação em relação a qualquer regra constante das especificações do contrato.

5.12 Nenhum pagamento será efetuado à empresa, enquanto houver pendência de liquidação de obrigação financeira, em virtude de penalidade ou inadimplência contratual.

5.12 Não haverá, sob hipótese alguma, pagamento antecipado.

5.13 As despesas decorrentes de aquisição dos objetos desta licitação correrão à conta dos recursos especificados no orçamento da AGIR,

existentes na seguinte dotação: Projeto atividade 4.122.2010.2012 – Manutenção das Atividades da AGIR. Elemento de despesa: 3.3.9.0.00 – Aplicação Direta. 10008 – Recursos Ordinários – AGIR - Taxas.

6. RESPONSABILIDADES

6.1 A agência de viagens responde por todos os danos e prejuízos que, na execução das contratações, venha, direta ou indiretamente, a provocar ou causar para a AGIR ou a terceiros, independentemente da fiscalização exercida pela AGIR.

6.2 A Agência é responsável pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução desta ata, nos termos do artigo 71 da Lei 8.666/93.

6.3 As contribuições sociais e os danos contra terceiros são de responsabilidade da CONTRATADA.

6.4 A Agência é responsável também pela qualidade dos serviços prestados, cabendo-lhe verificar o atendimento das especificações, não se admitindo, em nenhuma hipótese, a alegação de que terceiros quaisquer tenham comprometido os mesmos, fora dos padrões exigidos.

6.5 A empresa registrada autoriza a AGIR a descontar o valor correspondente aos referidos danos ou prejuízos diretamente das faturas pertinentes aos pagamentos que lhe forem devidos, independentemente de qualquer procedimento judicial, assegurado o contraditório e a ampla defesa.

7. OBRIGAÇÕES DAS EMPRESAS FORNECEDORAS

7.1 Constituem obrigações da agência de viagens:

- a) providenciar, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, o saneamento de qualquer irregularidade constatada nos bilhetes ou passagens emitidas;
- b) manter, durante a vigência da Ata, todas as exigências contidas no Edital de Licitação;
- c) Corrigir, reparar ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, os bilhetes ou passagens que apresentarem irregularidades ou, ainda, que estejam em desacordo com as solicitações.

8. DO CANCELAMENTO DO REGISTRO DO FORNECEDOR

8.1 A AGIR poderá cancelar o Registro de Preços da Empresa nos casos a seguir especificados:

- a) quando descumprir as exigências do edital ou da respectiva ata;
- b) quando a empresa der causa a rescisão administrativa de contrato decorrente de registro de preços;
- c) quando não comparecer ou deixar de fornecer, no prazo estabelecido, os serviços decorrentes da Ata de Registro de Preços e a AGIR não aceitar a sua justificativa;
- d) em qualquer das hipóteses de inexecução total ou parcial dos serviços;
- e) perder qualquer condição de habilitação e qualificação técnica exigida no processo licitatório;
- f) por razões de interesse público devidamente demonstrado e justificado pela AGIR.

8.2 Em qualquer das hipóteses acima, concluído o processo, a AGIR fará o devido apostilamento na Ata de Registro de Preços e informará aos demais fornecedores a nova ordem de registro.

9. PENALIDADES

9.1 A empresa que não cumprir as normas de licitação e as obrigações contratuais assumidas estará sujeita às penalidades estabelecidas na Lei Federal nº 8.666 de 21 de junho de 1993, quais sejam:

I – Advertência

II – Multa:

- a) 0,33% (zero vírgula trinta e três por cento) por dia de atraso na entrega do produto ou execução do serviço, calculado sobre o valor correspondente a parte inadimplente, até o limite de 9,9% (nove vírgula nove por cento);
- b) 10% (dez por cento) em caso de não entrega do produto, não conclusão do serviço ou rescisão contratual, por culpa da contratada, calculado sobre a parte inadimplente;
- c) 20% (vinte por cento) calculado sobre o valor anual estimado da contratação, pela recusa injustificada por parte da licitante vencedora, de assinatura do Contrato.

III – Suspensão:

A licitante ficará impedida de licitar e contratar com a União, Estados, Distrito Federal ou Municípios, por até 5 (cinco) anos quando a fornecedora convocada dentro do prazo de validade da sua proposta:

- a) não celebrar o Contrato;
- b) deixar de entregar ou apresentar documentação falsa, exigida para o certame;
- c) ensejar o retardamento da execução de seu objeto;
- d) não mantiver a proposta;
- e) falhar ou fraudar na execução do Contrato;
- f) comportar-se de modo inidôneo;
- g) cometer fraude fiscal;
- h) por prazo indeterminado, quando a empresa receber qualquer das multas previstas e não efetuar o pagamento.

IV – Declaração de inidoneidade para licitar e contratar com a Administração Pública, em caso de faltas graves apuradas por intermédio de processo administrativo.

9.2 Na aplicação das penalidades previstas neste Edital, a Administração considerará, motivadamente, a gravidade da falta, seus efeitos, bem como os antecedentes da licitante ou contratada, graduando-as e podendo deixar de aplicá-las, se admitidas às justificativas da licitante ou contratada, nos termos do que dispõe o artigo 87, caput, da Lei Federal nº 8.666 de 21 de junho de 1993.

9.3 Nenhum pagamento será realizado à contratada enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que lhe for imposta em virtude de penalidade ou inadimplência contratual.

10. DISPOSIÇÕES GERAIS

10.1 A prestadora não poderá sub-contratar ou transferir a terceiros os serviços previstos no objeto desta ata.

10.2 Elegem as partes contratantes o Foro desta cidade, para dirimir todas e quaisquer controvérsias oriundas desta Ata, renunciando expressamente a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

Blumenau (SC), em 06 de julho de 2015.

AGÊNCIA INTERMUNICIPAL DE REGULAÇÃO, CONTROLE E FISCALIZAÇÃO DE SERVIÇOS PÚBLICOS MUNICIPAIS DO MÉDIO VALE DO ITAJAÍ - AGIR
HEINRICH LUIZ PASOLD – Diretor Geral
- CONTRATANTE -

DS TRAVEL TUR AGÊNCIA DE VIAGENS E TURISMO LTDA. ME
(CNPJ nº 09.193.294/0001-90)
- CONTRATADA – CRISTIANE CARLIN BENDER
Titular/Representante legal – CPF nº 001.643.740/35

CIGA

AVISO DE LICITAÇÃO Nº 05/2015 - PROCESSO Nº 19/2015 - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 04/2015

Aviso de Licitação nº 05/2015
Processo nº 19/2015 - Pregão Eletrônico nº 04/2015

O Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal (CIGA) torna público que realizará licitação na modalidade Pregão Eletrônico, n.º 04/2015/CIGA.

OBJETO: efetuar registro de preços, com prazo máximo de 12 (doze) meses, para futuras aquisições de materiais de expediente, materiais de higiene e limpeza e materiais de copa, conforme especificações contidas neste Edital.

Serão observados os seguintes horários e datas para os procedimentos que seguem:

- Início do Acolhimento das Propostas: 05/10/2015 às 08 horas.
- Data de Abertura das Propostas: 21/10/2015 às 10 horas.
- Data da Sessão do Pregão e horário da disputa: 21/10/2015 às 13 horas.

EDITAL COMPLETO: À disposição dos interessados, na Rua Santos Saraiva, n.º 1546, Bairro Estreito, CEP 88.070-101, Florianópolis/SC, no horário das 9 (nove) às 11:30 (onze e trinta) e das 13:30 (treze e trinta) às 17 (dezessete) horas. Edital disponível no site www.ciga.sc.gov.br.

BASE LEGAL: Leis n.º 8.666/93 e 10.520/02 e Lei Complementar nº 123/06 e demais legislação pertinente.

Eventuais dúvidas poderão ser esclarecidas da seguinte maneira:

§ E-mail: ciga@ciga.sc.gov.br

§ Site: www.ciga.sc.gov.br

§ Endereço: Rua Santos Saraiva, nº 1546, Estreito, Florianópolis/SC, CEP 88.070-101

Florianópolis, 1º de outubro de 2015.

MARCELLO ANDRÉ PREVIDI

Analista de Sistemas do CIGA

Pregoeiro do CIGA

RESOLUÇÃO CIGA Nº 95, DE 1º DE OUTUBRO DE 2015

Resolução nº 95, de 1º de outubro de 2015

Altera o Orçamento do Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal (CIGA) do exercício de 2015.

O Presidente do Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal (CIGA), considerando o disposto no art. 5º da Resolução 81/2014. RESOLVE:

Art. 1º Abrir crédito adicional suplementar no orçamento do CIGA no valor de R\$ 200.000,00 (duzentos mil reais), por conta de excesso de arrecadação previsto no exercício de 2015, suplementando as dotações abaixo descritas:

Órgão Unidade	Funcional	Atividade	Despesa	Fonte	Valor
01.01	04.122.0001	2.001	3.3.90	0.1.00	R\$ 80.000,00
01.02	19.126.0002	2.002	3.3.90	0.1.00	R\$ 120.000,00
TOTAL					R\$ 200.000,00

Art.2º. Esta Resolução entra em vigor na data de publicação.

Florianópolis, 1º de outubro de 2015.

Charles Rafael Schwambach

Prefeito de Braço do Trombudo

Presidente do CIGA

CIMCATARINA**EXTRATO DO ADITIVO DE CONTRATO 0021_2015 - HBINFO**

TERMO ADITIVO N.º 00021/2015/CIMCATARINA

PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS

CONTRATANTE:	CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL CATARINENSE - CIMCATARINA
CONTRATADO:	HBINFO PROVEDOR LTDA - ME
OBJETO:	CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE LOCAÇÃO DE SERVIDOR DE DADOS, PARA HOSPEDAGEM DE ARQUIVOS DO CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL CATARINENSE- CIMCATARINA
CONTRATO:	0011/2014/CIMCATARINA
DATA:	01.10.2014
VIGÊNCIA:	01.10.2014 a 30.09.2015

Art. 1º - Fica alterada a vigência do contrato em epigrafe, presente na clausula segunda, passando a vigorar até 30.09.2016.

Art. 2º - Fica reajustado o valor contratado conforme clausula terceira, com base no índice IGP-M em 7,55379% a partir do mês 10/2015.

Art. 3º - O valor total do presente termo aditivo é de R\$7.989,10 (sete mil novecentos e oitenta e nove reais e dez centavos), sendo o valor mensal de R\$ 665,76 (seiscentos e sessenta e cinco reais e setenta e seis centavos).

Art. 4º - Ficam mantidas todas as demais cláusulas e condições contratuais.

Por estarem assim contratadas as partes, firmam o presente Termo Aditivo em 02 (duas) vias de igual teor e forma, juntamente com as testemunhas abaixo identificadas.

Fraiburgo (SC), 28 de setembro de 2015.

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL CATARINENSE- CIMCATARINA	HBINFO PROVEDOR LTDA ME
Elói Rönna	Wilson Ribeiro Cardoso Júnior
Diretor Executivo	CONTRATADA
CONTRATANTE	

Testemunhas:

1ª -
2ª -

EXTRATO DO CONTRATO CT2015_CIMCATARINA_025

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL CATARINENSE - CIMCATARINA

EXTRATO DO CONTRATO Nº - 025/2015 - CIMCATARINA

CONTRATANTE: Consórcio Intermunicipal Catarinense – CIMCATARINA

CONTRATADA: TELEFONICA BRASIL S.A

OBJETO: Contratação de serviços continuados de Telefonia Móvel (Serviço Móvel Pessoal - SMP), para comunicação de voz e dados, via rede móvel disponível nacionalmente com tecnologia digital, na modalidade tipo Plano corporativo Pós-pago, com fornecimento de SIMCARDS, para atender às necessidades do Consórcio Intermunicipal Catarinense – CIMCATARINA e através dele às necessidades dos órgãos ou entidades dos entes da Federação consorciados e ou cooperados. Valor Estimado R\$ 493,44 (Quatrocentos e noventa e três reais e quarenta e quatro centavos), e o valor total para os 24 (vinte e quatro) meses de contratação é de R\$11.842,56 (Onze mil oitocentos e quarenta e dois reais e cinquenta e seis centavos). Data: 02.09.2015. Vigência: 02.09.2015 a 01.09.2017. Contrato vinculado ao Processo Licitatório Nº 0033/2014 – CIMCATARINA, na modalidade de Pregão Presencial Nº 0007/2014.

Fraiburgo (SC), 01 de outubro de 2015.

Elói Rönna

Diretor Executivo do CIMCATARINA

EXTRATO DO CONTRATO CT2015_CIMCATARINA_026

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL CATARINENSE - CIMCATARINA

EXTRATO DO CONTRATO Nº - 026/2015 - CIMCATARINA

CONTRATANTE: Consórcio Intermunicipal Catarinense – CIMCATARINA

CONTRATADA: CLARO S.A

OBJETO: Contratação de serviços continuados de Telefonia Móvel (Serviço Móvel Pessoal - SMP), para comunicação de voz e dados, via rede móvel disponível nacionalmente com tecnologia digital, na modalidade tipo Plano corporativo Pós-pago, com fornecimento de SIMCARDS, para atender às necessidades do Consórcio Intermunicipal Catarinense – CIMCATARINA e através dele às necessidades dos órgãos ou entidades dos entes da Federação consorciados e ou cooperados. Valor Estimado R\$ 1.786,02 (Hum mil setecentos e oitenta e seis reais e dois centavos), e o valor total para os 24 (vinte e quatro) meses de contratação é de R\$42.864,48 (Quarenta e dois mil oitocentos e sessenta e quatro reais e quarenta e oito centavos). Data: 03.09.2015. Vigência: 03.09.2015 a 02.09.2017. Contrato vinculado ao Processo Licitatório Nº 0027/2014 – CIMCATARINA, na modalidade de Pregão Presencial Nº 0006A/2014.

Fraiburgo (SC), 01 de outubro de 2015.

Elói Rönnau

Diretor Executivo do CIMCATARINA

EXTRATO DO CONTRATO CT2015_CIMCATARINA_027

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL CATARINENSE - CIMCATARINA

EXTRATO DO CONTRATO Nº - 027/2015 - CIMCATARINA

CONTRATANTE: Consórcio Intermunicipal Catarinense – CIMCATARINA

CONTRATADA: TELEFÔNICA BRASIL S.A

OBJETO: Contratação de serviços continuados de Telefonia Móvel (Serviço Móvel Pessoal - SMP), para comunicação de voz e dados, via rede móvel disponível nacionalmente com tecnologia digital, na modalidade tipo Plano corporativo Pós-pago, com fornecimento de SIMCARDS, para atender às necessidades do Consórcio Intermunicipal Catarinense – CIMCATARINA e através dele às necessidades dos órgãos ou entidades dos entes da Federação consorciados e ou cooperados. Valor Estimado R\$ 123,36 (Cento e vinte e três reais e trinta e seis centavos), e o valor total para os 24 (vinte e quatro) meses de contratação é de R\$2.960,64 (Dois mil novecentos e sessenta reais e sessenta e quatro centavos). Data: 14.09.2015. Vigência: 14.09.2015 a 13.09.2017. Contrato vinculado ao Processo Licitatório Nº 0033/2014 – CIMCATARINA, na modalidade de Pregão Presencial Nº 0007/2014.

Fraiburgo (SC), 01 de outubro de 2015.

Elói Rönnau

Diretor Executivo do CIMCATARINA

EXTRATO DO CONTRATO CT2015_CIMCATARINA_028

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL CATARINENSE - CIMCATARINA

EXTRATO DO CONTRATO Nº - 028/2015 - CIMCATARINA

CONTRATANTE: Consórcio Intermunicipal Catarinense – CIMCATARINA

CONTRATADA: CLARO S.A

OBJETO: Contratação de serviços continuados de Telefonia Móvel (Serviço Móvel Pessoal - SMP), para comunicação de voz e dados, via rede móvel disponível nacionalmente com tecnologia digital, na modalidade tipo Plano corporativo Pós-pago, com fornecimento de SIMCARDS, para atender às necessidades do Consórcio Intermunicipal Catarinense – CIMCATARINA e através dele às necessidades dos órgãos ou entidades dos entes da Federação consorciados e ou cooperados. Valor Estimado R\$ 251,28 (Duzentos e cinquenta e um reais e vinte e oito centavos), e o valor total para os 24 (vinte e quatro) meses de contratação é de R\$ 6.030,72 (Seis mil trinta reais e setenta e seis centavos). Data: 14.09.2015. Vigência: 16.09.2015 a 15.09.2017. Contrato vinculado ao Processo Licitatório Nº 0027/2014 – CIMCATARINA, na modalidade de Pregão Presencial Nº 0006A/2014.

Fraiburgo (SC), 01 de outubro de 2015.

Elói Rönnau

Diretor Executivo do CIMCATARINA

CIRSURES**EXTRATO DE CONTRATO 031-2015**

ESTADO DE SANTA CATARINA

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE RESÍDUOS SÓLIDOS URBANOS DA REGIÃO SUL - CIRSURES

Comissão Permanente de Licitação e Julgamento – CPLJ

EXTRATO DE CONTRATO

Contrato: 031/2015

Contratante: CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE RESÍDUOS SÓLIDOS URBANOS DA REGIÃO SUL - CIRSURES

Contratado: PADOIN FONTANELLA COMÉRCIO DE COMBUSTÍVEIS LTDA.

CNPJ: 04.340.499/0001-37

Processo Licitatório n.º 006/2015

Objeto: Aquisição e fornecimento de 15.000 lts de Óleo Diesel S10 e 2.000 lts de Gasolina Comum.

Prazo para entrega máximo: imediato, após homologação.

Valor do contrato: R\$ 50.720,00 (Cinquenta mil, setecentos e vinte reais)

Urussanga (SC), 01 de outubro de 2015.